

INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPÉIS: UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO

INÊS MARIA
GUIMARÃES NASCIMENTO



PORTO, 2007

DISSERTAÇÃO



INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPEIS: UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL

Centro de Orientação Vocacional e Formação ao longo da Vida

Dissertação apresentada pela Licenciada **Inês Maria Guimarães Nascimento** para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia pela Universidade do Porto, sob orientação do Professor Doutor Joaquim Luís Coimbra e co-orientação da Professora Doutora Isabel Menezes

U.PORTO
FPCE FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

PORTO, 2007

RESUMO

Investimento no trabalho e na parentalidade e relação interpapéis: Uma análise da transmissão intergeracional

Apoiada conceptualmente numa perspectiva ecológica e desenvolvimentista e, de forma particular, nas contribuições teóricas do interaccionismo simbólico, da aprendizagem social e da teoria da vinculação, a presente investigação pretende explorar em que medida e de que forma o investimento dos indivíduos no trabalho e na parentalidade se constitui como uma dimensão psicológica significativa do processo de transmissão intergeracional. Partindo da ideia de geração como espaço de memória colectiva, procura analisar-se a influência do tempo histórico-social na vivência do trabalho, da parentalidade e na dinâmica da relação interpapéis junto de dois grupos geracionais cujos referenciais reflectem os contrastes da sociedade portuguesa no período pré e pós revolução de Abril. A presença de (des)continuidades intergeracionais é, igualmente, analisada no plano da transmissão intrafamiliar focando-se a interacção entre representantes de gerações sucessivas, biologicamente relacionadas, durante um ciclo generativo. A este nível procura clarificar-se as condições e os processos afectivo-relacionais através dos quais o padrão de investimento dos pais no papel parental e no papel de trabalhador é susceptível de se converter numa referência significativa para os filhos no que se refere à orientação do seu próprio investimento para esses dois papéis. Em termos metodológicos, o plano de investigação abrange diferentes estudos transversais correspondentes a diferentes contextos e objectivos de análise das principais variáveis psicológicas avaliadas: (1) um estudo de comparação intergeracional realizado junto de uma amostra de 1148 adultos; (2) um estudo de caracterização intrageracional realizado, separadamente, em cada uma dessas amostras geracionais ($n=669$ e 479 indivíduos, respectivamente); e, (3) um estudo de comparação intrafamiliar com recurso a uma amostra de 359 díades de pais/mães e filhos/as. Os resultados evidenciam importantes diferenças intergeracionais sobretudo a nível do investimento no trabalho e na parentalidade bem como no que se refere à percepção de apoio conjugal e à experiência de *spillover* e conflito interpapéis. Em ambas as gerações, o género, o número de filhos, a idade dos filhos e o nível profissional mostram-se factores de relevo na diferenciação da experiência dos participantes sendo de salientar a presença de efeitos de interacção significativos entre esses factores em relação à maior parte das dimensões psicológicas investigadas. As trajectórias de transmissão directa e indirecta dos investimentos hipotetizadas nos modelos de equações estruturais testados apresentam-se diferenciadas em função do tipo de díade, confirmando o facto do processo assumir contornos específicos conforme as combinações de género de pais e de filhos.

ABSTRACT**Commitment to work and parenting and inter-role relationship: An analysis of intergenerational transmission**

Conceptually inspired on an ecological and developmental perspective, more specifically on the theoretical contributions of symbolic interactionism, social-learning and attachment theory, this research intends to explore in what measure and how commitment to work and parenting is a significant psychological dimension of the intergenerational transmission process. Departing from the idea of generation as a space of collective memory, it aims at analysing the influence of socio-historic time in the subjective experience of working and parenting as well as in the dynamics of inter-role relationship by focusing two generational groups whose referentials reflect the social contrasts of the Portuguese society in the periods after and before the transition to democracy. The presence of intergenerational (des)continuities is also analysed from the point of view of intrafamily transmission by focusing the interaction between figures that are representative of successive generations, biologically related, along a generative cycle. At this level, it aims at the clarification of the affective and relational conditions and processes through which parents' pattern of commitments to the worker and parental role may become a significant reference to children in what refers the orientation of their own commitment to these two roles. In terms of methodology, the research plan includes different cross-sectional studies that correspond to different analyse contexts and objectives of the main psychological variables assessed: (1) an intergenerational comparison study developed with a sample of 1148 adults; (2) a intragenerational study developed separately with each generational sample (n=669 e 479 subjects, respectively); and, (3) an intra-family comparison study with a sample of 359 dyads composed by father/mother and their respective adult-son/daughter. The results show important intergenerational differences in parental and work commitment as well as in the perception of spousal support and spillover and conflict experiences reported. The gender, number of children and professional level appear as relevant factors in the differentiation of participants' experiences in both generations producing significant interaction effects in the majority of the psychological dimensions. The paths of direct and indirect transmission of commitment hypothesized in the structural equation models show differences in function of the kind of dyad in which they were tested suggesting that the process has specific features that depend on parents' and children's gender combinations.

RÉSUMÉ

Investissement dans le travail et dans la parentalité et relation inter rôles: Une analyse de la transmission intergénérationnelle

Insérée dans une perspective écologique et développementale, et s'appuyant de forme particulière, sur les contributions théoriques de l'interaccionisme symbolique, de l'apprentissage social et de la théorie de l'attachement, cette recherche prétend explorer dans quelle mesure et comme les investissements des individus dans le travail et dans la parentalité constituent une dimension psychologique significative du processus de transmission intergénérationnelle. En partant de l'idée de génération comme espace de mémoire collective, on essaie d'analyser l'influence du temps historique et social au niveau de l'expérience subjective de travail, de parentalité et au niveau de la dynamique de la relation inter rôles entre deux groupes générationnels dont les référentiels reflètent les contrastes sociaux de la société portugaise dans les périodes avant et après la transition pour la démocratie. La présence de (dis)continuités intergénérationnelles est aussi analysée dans le plan de la transmission intrafamiliale, en mettant en lumière l'interaction entre représentants de générations successives, maintenant entre eux des liens de sang, et ceci tout au long d'un cycle génératif. A ce niveau, on se propose de clarifier les conditions et les processus affectifs et relationnels pour lesquels le modèle d'investissement des parents dans leurs rôles de travailleur et de parent peu servir de référence significative pour l'orientation des investissements dans ces deux rôles de leur enfants. Du point de vue méthodologique, le plan de recherche comprend différentes études transversales correspondant à différents contextes et objectifs d'analyse des principales variables psychologiques évaluées: (1) une étude de comparaison intergénérationnelle partant sur un échantillon de 1148 adultes; (2) une étude intergénérationnelle réalisée séparément avec chacune de ces générations; et, (3) un étude de comparaison intrafamiliale avec un échantillon de 359 dyades de père/mère et fils/fille. Les résultats montrent d'importantes différences intergénérationnelles, surtout au niveau de l'investissement dans le travail et de la parentalité aussi qu'en ce qui concerne la perception d'appui conjugal et l'expérience de *spillover* et de conflit inter rôle. Le genre, la dimension de la descendance et le niveau professionnel se sont montrés des facteurs relevant dans la différenciation de l'expérience des participants des deux générations ; il faut toutefois souligner la présence d'effets d'interaction significatifs entre ces facteurs pour la plupart des dimensions psychologiques étudiées. Les trajectoires de transmission directe et indirecte des investissements hypothétiques présentés dans les modèles d'équations structurale qui ont été testés se distinguent en fonction du type de dyade, ce que confirme que le processus assume des contours spécifiques selon les combinaisons de genre des parents et des enfants.

*Seja o que for, era melhor não ter nascido,
Porque, de tão interessante que é
a todos os momentos,
A vida chega a doer, a enjoar,
a cortar, a roçar, a ranger,
A dar vontade de dar gritos,
de dar pulos, de ficar no chão...*

*Não sei ser útil mesmo sentindo,
ser prático, ser quotidiano, nítido,
Ter um lugar na vida,
ter um destino entre os homens,
Ter uma obra, uma força,
uma vontade, uma fiorta,
Unia razão para descansar,
uma necessidade de me distrair,
Uma coisa vinda directamente
da natureza para mim.*

*Sentir tudo de todas as maneiras,
Viver tudo de todos os lados,
Ser a mesma coisa de
todos os modos possíveis
ao mesmo tempo,
Realizar em si toda a humanidade
de todos os momentos
Num só momento difuso,
profuso, completo e longínquo.*

*Multipliquei-me, para me sentir,
Para me sentir, precisei sentir tudo,
Transbordei, não fiz senão extravasar-me,
Despi-me, entreguei-me,
E há em cada canto da minha alma
um altar a um deus diferente.*

*Eu quero ser sempre aquilo com quem simpatizo,
Eu torno-me sempre, mais tarde ou mais cedo,
Aquilo com quem simpatizo,
seja uma pedra ou uma ânsia,
Seja uma flor ou uma ideia abstracta,
Seja uma multidão ou
um modo de compreender Deus.
E eu simpatizo com tudo,
vivo de tudo em tudo.*



Aos meus avós,
Símbolos de um tempo que não vivi.

Aos meus pais,
Zelosos guardiães das memórias e
das promessas de futuro que vivem em mim.

Ao Eugénio,
Por Tudo.
Por Tanto.

AGRADECIMENTOS

No momento de formular agradecimentos, a dificuldade está em garantir que este não se limite a ser um mero acto protocolar daqueles que nos fazem preocupar com eventuais omissões, esquecimentos ou demais lapsos de cortesia. Para estar à altura do enorme valor dos afectos, cumplicidades e solidariedades tecidos nesta tese, o meu reconhecimento só pode ser a expressão de uma gratidão genuinamente sentida, uma gratidão que transcende o sentido do “obrigado” e que não me faz temer o embaraço do esquecimento porque as pessoas a quem estou realmente grata são aquelas que, no muito ou pouco que (se) deram, me fizeram sentir não ser importante o meu agradecimento. É perante essa atitude generosa e desinteressada que me curvo. São essas as pessoas que tenho muito orgulho em distinguir e homenagear. Sinto-me profundamente grata:

Aos participantes neste estudo que, anonimamente, doaram o testemunho da sua própria vida. Por terem reconhecido a importância do seu contributo e terem conseguido aceitar e lidar com o desafio de questionários longos que espreitavam para a sua intimidade familiar. Pelo sentimento humilde, manifestado por tantos, de estarem agradecidos.

Ao meu orientador científico e pedagógico, Professor Doutor Joaquim Luís Coimbra, por ter confiado na minha capacidade de trabalho e me ter deixado livre para decidir e agir em todas as vertentes desta investigação. Foi experimentando-me nessa autonomia que aprendi a valorizar o seu apoio. Pela tolerância e pelos reforços positivos em relação ao que costuma chamar o meu “perfeccionismo realizador”.

À minha co-orientadora, Professora Doutora Isabel Menezes, pelo realismo e pragmatismo com que temperou as minhas ilusões no início deste projecto. Por ter sido sempre sensível e compreensiva em relação à minha dificuldade em “tornar mais simples”. Pela capacidade de me fazer rir em momentos críticos.

Ao Professor Doutor Bártolo Paiva Campos e à Professora Doutora Anne Marie Fontaine, por acreditarem em mim e serem presenças securizantes - quase sebastianicas - no meu percurso. Pelas vezes em que intuíram o meu desalento e procuraram mostrar-me que este trabalho valia a pena encorajando-me a prosseguir. Por serem exemplo raro de uma generatividade consequente.

Ao Professor Doutor José Maia, ao Professor Doutor Nuno Rebelo dos Santos, à Professora Doutora Paula Mena Matos, à Doutora Joana Serra de Oliveira e aos Professores Doutores Carlos Gonçalves (FPCEUP e FLUP). Pelo apoio prestado mas, principalmente, pelo apoio que se mostraram disponíveis para dar.

Às três "Anas" da minha equipa de intervenção (Ana Mouta, Ana Ramos, Ana Filipa Ferreira) que, diligentemente, redobram o seu envolvimento nas actividades do SCPOV e permitiram sentir-me mais livre na fase final deste trabalho.

Aos meus alunos, aos que se envolveram numa ou noutra fase deste meu projecto, mas também a todos os outros com quem convivi ao longo destes últimos anos de docência. Depois de horas absorvida nas tarefas de investigação, foi junto deles, nas aulas, que tive os meus grandes momentos de evasão; às vezes retemperadores, às vezes culpabilizantes mas sempre proporcionadores de um novo fôlego.

Ao Eugénio, fiel escudeiro das minhas vontades. Pela forma dedicada e incansável com que me acompanhou, apoiou e motivou em todos os momentos deste trabalho. Pelas vezes em que me resgatou do pessimismo quando o desânimo para aí me fez resvalar. Por teres feito teu este meu projecto, ele também te pertence.

À minha "vóvó", a única avó que me viu crescer. Pelo orgulho indisfarçável com que fala de mim a toda a gente. Por fazer dos meus sucessos um tema fundamental da sua própria vida. Pelo que sinto quando me fixas em silêncio com aquele olhar cheio de bem-querer que derrama em mim todas as tuas esperanças.

Aos meus pais, a minha maior herança. Pela devoção com que abraçaram a sua missão de educadores e pela abnegação com que continuam a entregar-se ao seu papel de pais. Pelo que aprendo com eles sobre o que é ser pai/mãe mesmo quando não sei compreender a sua necessidade de estarem sempre mais perto. Por não estar certa de, alguma vez, conseguir ser a filha que, o amor e o desvelo que me dedicaram, os fazem merecer. Por não estar certa de conseguir ser para vós, tão boa filha e, para os vossos netos, tão boa mãe quanto fostes para mim bons pais.

À Clara, minha irmã. Pelas vezes em que na sua simplicidade e no seu riso fácil me fez valorizar os prazeres mais elementares e triviais do quotidiano. Pelas vezes em que os seus apelos revelam em mim traços maternais de irmã mais velha. Pelos instantes em que, com ela, experimento a sensação de ser um pouco mãe. Pela admiração que me tens e que me incita a ser dela cada vez mais digna.

Aos meus mortos, avós e padrinhos, de quem me continuo a sentir menina. Por me guardarem, protegerem e abençoarem.

A todos os que aqui não menciono mas que, neste capítulo da minha história ou na minha vida inteira, se sintam verdadeiramente meus amigos. Sou feliz por contar convosco.

A todos um obrigado sentido. Profundo e sincero.

INÊS NASCIMENTO

SIGLAS E ABREVIATURAS (por ordem alfabética)

ADM: Amplitude da diferença de médias (análises intrasujeitos)

Car.: Carinho

CTF: Conflito Trabalho-Família

CFT: Conflito Família-Trabalho

CPT: Conflito Parentalidade-Trabalho

CTP: Conflito Trabalho-Parentalidade

Dom: Doméstica

D1: Díade Pai-Filho

D2: Díade Pai-Filha

D3: Díade Mãe-Filha

D4: Díade Mãe-Filho

DP: Desvio-Padrão

EMFT: Estatuto das Mulheres Face ao Trabalho

FP/fp: Figura parental

G1: Geração 1 (participantes mais velhos/pais)

G2: Geração 2 (participantes mais novos/filhos)

GN: Género

H: Homens

IFF: Idade do Filho Focal

Inf.: Nível Profissional Inferior

Int.: Nível Profissional Intermédio

IP: Investimento na Parentalidade

IT: Investimento no Trabalho

M: Mulheres

M: Média

NF: Número de Filhos

NP: Nível Profissional

NPFP: Nível Profissional da Figura Parental

PAC: Percepção de Apoio Conjugal

Padrão A: Cb/Sb – Carinho baixo e Superprotecção baixa

Padrão B: Ca/Sb – Carinho alto e Superprotecção baixa

Padrão C: Cb/Sa – Carinho baixo e Superprotecção alta

Padrão D: Ca/Sa – Carinho alto e Superprotecção alta

Padrão I: IPb/ITb – Investimento baixo na Parentalidade e no Trabalho

Padrão II: IPa/ITb – Investimento alto na Parentalidade e baixo no Trabalho

Padrão III: IPb/ITa – Investimento baixo na Parentalidade e alto no Trabalho

Padrão IV: IPa/ITa – Investimento alto na Parentalidade e no Trabalho

PBI: *Parental Bounding Instrument*

PF: Posição na Fratria

PI: Padrão de Investimento

PINP: Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade

PINT: Percepção de Investimento Negativo no Trabalho

PIPP: Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade

PIPT: Percepção de Investimento Positivo no Trabalho

PLA: Padrão de Ligação Afectiva

PLAP: Padrão de Ligação Afectiva interparental

SBCG: Sobrecarga

SC: Satisfação com a Conjugalidade

SNPT: *Spillover* Negativo Parentalidade-Trabalho

SNTP: *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade

SO: Satisfação com as Outras Actividades

SP: Satisfação com a Parentalidade

SPPT: *Spillover* Positivo Parentalidade-Trabalho

SPTP: *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade

ST: Satisfação com o Trabalho

SO: Satisfação com as Outras Actividades

Sppr.: Superprotecção

Sup.: Nível Profissional Superior

T: Amostra Total

TC: % Tempo semanal dedicado à Conjugalidade

TP: % Tempo semanal dedicado à Parentalidade

TFEPC: Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges

TT: % Tempo semanal dedicado ao Trabalho

TO: % Tempo semanal dedicado a Outras Actividades

UE: Unidade(s) de Expressão

VD: Variável Dependente

VI: Variável Independente

(+): Mais filhos/irmãos

(-): Menos filhos/irmãos

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. <i>Diferença entre Contágio e Spillover</i> (adaptado de Barnett, 1998, p.150)	233
Figura 2. <i>Representação gráfica da abordagem de Lambert (1990)</i>	268
Figura 3. <i>Processos de Ligação Trabalho/Família</i> (adaptado de Lambert, 1990, p. 249)	270
Figura 4. <i>Modelo inclusivo da Relação Trabalho/Família</i> (Barnett, 1998)	276
Figura 5. <i>Género dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 na amostra principal e na amostra de díades</i>	387
Figura 6. <i>Idade dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 em função do Género na amostra principal</i>	387
Figura 7. <i>Escolaridade dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 em função do Género na amostra principal</i>	388
Figura 8. <i>Níveis Profissionais dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 de acordo com a CNP94 em função do Género, na amostra principal</i> (Homens: anel exterior)	389
Figura 9. <i>Domínios Profissionais dos participantes de cada Geração em função do Género</i>	391
Figura 10. <i>Estatuto Profissional dos Cônjuges dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 de em função do Género na amostra principal</i> (Homens: anel exterior)	392
Figura 11. <i>Número bruto de filhos dos participantes da Geração 1 (anel exterior) e da Geração 2 (anel interior) na amostra principal</i>	393
Figura 12. <i>Género do Filho Focal dos participantes da Geração 2 na amostra principal e de díades em função do Género dos respondentes</i>	393
Figura 13. <i>Categorias etárias dos filhos dos participantes da Geração 2 na amostra principal</i> (anel exterior) e <i>na amostra de díades</i> (anel interior)	394
Figura 14. <i>Percentagem média semanal de Tempo Alocado aos domínios de vida pelos participantes da Geração 1 e da Geração 2 em função do Género</i> (Homens: anel exterior)	396
Figura 15. <i>Distribuição dos participantes em função do tipo de díade quanto ao Género</i>	398
Figura 16. <i>Número de Irmãos dos participantes G2 da amostra de díades em função do Género</i> (Homens: anel exterior)	398
Figura 17. <i>Posição na Fratria dos participantes G2 da amostra de díades em função do Género</i> (Homens: anel exterior)	398
Figura 18. <i>MODELO I: Especificação pictográfica do modelo exploratório inicial</i>	571
Figura 19: <i>MODELO II: Especificação pictográfica do modelo exploratório inicial</i>	571
Figuras 20, 21, 22 e 23. <i>Modelo Estrutural I: Solução final obtida para cada tipo de díade e respectivos índices de ajustamento</i>	577
Figuras 24, 25, 26 e 27. <i>Modelo Estrutural II: Solução final obtida para cada tipo de díade e respectivos índices de ajustamento</i>	578
Figura 28. <i>Representatividade relativa de cada categoria de classificação do enfoque dos comentários dos participantes no interior de cada geração considerando a diferenciação de género</i>	584
Figura 29. <i>Distribuição percentual das unidades de expressão pelas categorias principais de análise do conteúdo dos comentários dos participantes na amostra total e em cada geração (G1: anel exterior)</i>	586

Figura 30. <i>Distribuição percentual das unidades de expressão pertencentes aos homens e às mulheres de cada geração no interior de cada uma das categorias de análise</i>	587
Figura 31. <i>Distribuição percentual das unidades de expressão pertencentes a participantes com diferentes Padrões de Investimento no interior de cada uma das categorias de análise</i>	589
Figura 32. <i>Comparação intergeracional dos valores médios registados relativamente às principais variáveis em estudo com sinalização das diferenças estatisticamente significativas</i>	610
Figura 33. <i>Comparação intrageracional dos valores médios registados relativamente às principais variáveis em estudo em função do género com sinalização das diferenças estatisticamente significativas</i>	611
Figura 34. <i>Comparação intrageracional dos valores médios registados relativamente às principais variáveis em estudo em função do género com sinalização das diferenças estatisticamente significativas</i>	612

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. <i>Analísadores dos mecanismos de Ligação Trabalho/Família – Sinal, Estrutura Causal e Intenção</i> (Edwards & Rothbard, 2000)	273
Quadro 2. <i>Proposições do modelo de "work-family role synthesis"</i> (Kossek, Noé & DeMar, 1999)	279
Quadro 3. <i>Proposições da Teoria da Fronteira Trabalho/Família</i> (Clark, 2000)	282
Quadro 4. <i>Proposições da Teoria das Microtransições de Papel</i> (Ashforth, Kreiner & Fugate, 2000)	288
Quadro 5. <i>Comparação das proposições das abordagens Utilitária e da Identidade Social quanto ao investimento nos papéis profissional e familiar</i> (Lobel, 1991)	304
Quadro 6. <i>Modelo da Fenomenologia do tempo no Conflito Trabalho-Não Trabalho</i> (Thompson & Bunderson, 2001)	307
Quadro 7. <i>Crítérios de amostragem: Condições iniciais de participação</i>	380
Quadro 8. <i>Caracterização das subamostras Geracionais e de Género em função de variáveis individuais</i>	387
Quadro 9. <i>Caracterização das subamostras Geracionais e de Género em função de variáveis associadas ao Contexto de Trabalho na amostra principal</i>	390
Quadro 10. <i>Caracterização das subamostras Geracionais e de Género em função de variáveis associadas ao contexto familiar na Amostra Principal</i>	395
Quadro 11. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças inter e intrageracionais na Alocação de Tempo aos quatro domínios de vida avaliados</i>	397
Quadro 12. <i>Caracterização da amostra de díades em função de variáveis associadas ao contexto familiar dos filhos</i>	399
Quadro 13. <i>Caracterização da amostra de díades em função de um conjunto de variáveis exploratórias avaliadas junto de pais e de filhos</i>	400
Quadro 14. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Investimento no Trabalho para ambas as Gerações</i>	407
Quadro 15. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Investimento na Parentalidade para ambas as Gerações</i>	409
Quadro 16. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Apoio Conjugal Percebido para ambas as Gerações</i>	411
Quadro 17. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Spillover Interpapéis para a Geração 1</i>	415
Quadro 18. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Spillover Interpapéis para a Geração 2</i>	416
Quadro 19. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Conflito Interpapéis para a Geração 1 e para a Geração 2</i>	418
Quadro 20. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Sobrecarga para ambas as Gerações</i>	420
Quadro 21. <i>Alphas de Cronbach obtidos nas várias medidas usadas em função da Geração e do Género</i>	421
Quadro 22. <i>Enumeração das dimensões a considerar pelos participantes na avaliação da Satisfação pessoal com os domínios de vida</i>	422
Quadro 23. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Ligação Afectiva (versão-Pai)</i>	427
Quadro 24. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Ligação Afectiva (versão-Mãe)</i>	428

Quadro 25. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental na Parentalidade (versão-Pai)</i>	428
Quadro 26. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental na Parentalidade (versão-Mãe)</i>	439
Quadro 27. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental no Trabalho (versão-Pai)</i>	442
Quadro 28. <i>Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental no Trabalho (versão-Mãe)</i>	443
Quadro 29. <i>Alphas de Cronbach obtidos nas medidas usadas exclusivamente na Geração 2 em função do Género dos participantes e da figura parental</i>	444
Quadro 30. <i>Caracterização da subamostra de participantes na componente qualitativa do estudo em função de variáveis individuais sociobiográficas e psicológicas</i>	446
Quadro 31. <i>Categorias gerais usadas na análise de conteúdo dos comentários dos participantes e respectiva definição</i>	448
Quadro 32. <i>Matriz de correlações bivariadas (Pearson) entre as principais variáveis do estudo para a Geração 1 em função do Género</i>	452
Quadro 33. <i>Matriz de correlações bivariadas (Pearson) entre as principais variáveis do estudo para a amostra da Geração 2 em função do Género</i>	454
Quadro 34. <i>Correlações bivariadas entre as dimensões do Questionário de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe para a amostra da Geração 2 em função do Género</i>	459
Quadro 35. <i>Correlações bivariadas entre as dimensões do Questionário de Percepção do Investimento do Pai e da Mãe no Trabalho e na Parentalidade para a amostra da Geração 2 em função do Género</i>	460
Quadro 36. <i>Correlações bivariadas entre as dimensões dos Questionários de Percepção do Investimento dos Pais e as dimensões do Questionário de Ligação Afectiva Pais-Filhos para a amostra da Geração 2 em função do Género</i>	462
Quadro 37. <i>Correlações bivariadas entre as Memórias da Ligação Afectiva à figura parental dos participantes da Geração 2 e os Níveis Médios de Investimento, Spillover, Conflito e Sobrecarga registados pelas figuras parentais obtidas para cada tipo de díade</i>	465
Quadro 38. <i>Correlações bivariadas entre o Investimento dos pais no Trabalho e na Parentalidade e as dimensões dos Questionários de Percepção do Investimento dos Pais em função do Género</i>	467
Quadro 39. <i>Correlações dos valores médios relativos ao Investimento no Trabalho e na Parentalidade de pais e de filhos para cada tipo de díade</i>	468
Quadro 40. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos ao Investimento no Trabalho e na Parentalidade em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional</i>	473
Quadro 41. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intergeracionais de Investimento</i>	473
Quadro 42. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios de Investimento no Trabalho e Investimento na Parentalidade da Geração 1 e da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	475
Quadro 43. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças entre os dois tipos de Investimento na Geração 1 e na Geração 2</i>	476
Quadro 44. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais de Investimento</i>	477

Quadro 45. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos ao Investimento no Trabalho e na Parentalidade de pais e de filhos para cada tipo de díade</i>	478
Quadro 46. <i>Médias e desvios-padrão do diferencial médio de Investimento de pais e filhos no Trabalho e na Parentalidade para cada tipo de díade</i>	479
Quadro 47. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrafamiliares (i.e., entre pais e filhos) de Investimento</i>	480
Quadro 48. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à Percepção de Apoio Conjugal, em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional</i>	480
Quadro 49. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios de Percepção de Apoio Conjugal obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	482
Quadro 50. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças inter e intrageracionais na Percepção de Apoio Conjugal</i>	483
Quadro 51. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à experiência de Spillover em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional</i>	484
Quadro 52. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intergeracionais na experiência de Spillover Interpapéis</i>	485
Quadro 53. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 1 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	486
Quadro 54. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais na experiência de Spillover Interpapéis na Geração 1</i>	487
Quadro 55. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	489
Quadro 56. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais na experiência de Spillover Interpapéis na Geração 2</i>	491
Quadro 57. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças entre as dimensões de Spillover Interpapéis na Geração 1 e na Geração 2</i>	494
Quadro 58. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à experiência de Conflito Interpapéis em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional</i>	495
Quadro 59. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intergeracionais na experiência de Conflito Interpapéis</i>	495
Quadro 60. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Conflito Interpapéis obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	497
Quadro 61. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais na experiência de Conflito Interpapéis</i>	499
Quadro 62. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças entre as duas direcções de Conflito Interpapéis</i>	501
Quadro 63. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à experiência de Sobrecarga em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional</i>	501
Quadro 64. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios de Sobrecarga obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	502
Quadro 65. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças inter e intrageracionais na experiência de Sobrecarga</i>	503
Quadro 66. <i>Médias e desvios-padrão do grau médio de Satisfação dos participantes da Geração 1 com vários domínios de vida em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	505

Quadro 67. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais de Satisfação com os domínios de vida avaliados na Geração 1</i>	506
Quadro 68. <i>Médias e desvios-padrão do grau médio de Satisfação dos participantes da Geração 2 com vários domínios de vida em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	508
Quadro 69. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais de Satisfação com os domínios de vida avaliados na Geração 2</i>	509
Quadro 70. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças de Satisfação com cada um dos quatro domínios de vida avaliados</i>	510
Quadro 71. <i>Médias e desvios-padrão nas dimensões Carinho e Superprotecção das Memórias da Qualidade da Ligação Afectiva ao pai e à mãe dos participantes da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	511
Quadro 72. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças nas Memórias da Qualidade da Ligação Afectiva Pais-filhos</i>	512
Quadro 73. <i>Médias e desvios-padrão nas dimensões da Percepção do Investimento do Pai na Parentalidade e no Trabalho dos participantes da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	514
Quadro 74. <i>Médias e desvios-padrão nas dimensões da Percepção do Investimento da Mãe na Parentalidade e no Trabalho dos participantes da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas</i>	516
Quadro 75. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças nas Percepções do Investimento dos Pais na Parentalidade e no Trabalho</i>	517
Quadro 76. <i>Médias e desvios-padrão das dimensões de Spillover Interpapéis registados na Geração 1 e na Geração 2 em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido</i>	529
Quadro 77. <i>Médias e desvios-padrão de Satisfação registados pelos participantes da Geração 1 em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido</i>	531
Quadro 78. <i>Médias e desvios-padrão de Satisfação registados pelos participantes da Geração 2 em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido</i>	532
Quadro 79. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do grau de Apoio Conjugal Percebido</i>	532
Quadro 80. <i>Distribuição percentual dos participantes pelos Padrões de Investimento definidos em função da média por Geração e Género</i>	534
Quadro 81. <i>Distribuição dos participantes em função da Afinidade Intergeracional dos Padrões de investimento (amostra de díades)</i>	535
Quadro 82. <i>Distribuição dos participantes em função da afinidade intergeracional dos Padrões de investimento relativamente ao Pai em função do Género do filho/a participante (amostra de díades)</i>	536
Quadro 83. <i>Distribuição dos participantes em função da Afinidade Intergeracional dos Padrões de Investimento relativamente à Mãe em função do Género do filho/a participante (amostra de díades)</i>	536
Quadro 84. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 1 em função do Padrão de Investimento</i>	537
Quadro 85. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 2 em função do Padrão de Investimento</i>	539
Quadro 86. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Conflito Interpapéis obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função do Padrão de Investimento</i>	540

Quadro 87. <i>Médias e desvios-padrão dos valores médios de Sobrecarga obtidos na Geração 2 em função do Padrão de Investimento</i>	543
Quadro 88. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Padrão de Investimento na Geração 1</i>	546
Quadro 89. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Padrão de Investimento dos participantes na Geração 2</i>	547
Quadro 90. <i>Médias e desvios-padrão da Percepção dos Investimentos Paternos em função do Padrão de Investimento dos participantes da Geração 2</i>	548
Quadro 91. <i>Médias e desvios-padrão da Percepção dos Investimentos Maternos em função do Padrão de Investimento dos participantes da Geração 2</i>	549
Quadro 92. <i>Médias e desvios-padrão de Investimento no Trabalho e na Parentalidade dos filhos em função do Padrão de Investimento da Figura Parental</i>	551
Quadro 93. <i>Médias e desvios-padrão dos valores relativos às Memórias de Carinho e de Superprotecção obtidos junto da geração dos filhos em função do Padrão de Investimento da Figura Parental</i>	553
Quadro 94. <i>Modelo de Regressão Linear Hierárquico das Memórias de Carinho dos participantes em função do Tipo de Díade</i>	555
Quadro 95. <i>Preditores das Memórias de Carinho dos participantes em função do Tipo de Díade</i>	556
Quadro 96. <i>Modelo de Regressão Linear Hierárquico das Memórias de Superprotecção dos participantes em função do Tipo de Díade</i>	558
Quadro 97. <i>Distribuição dos participantes pelos Padrões de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe definidos em função da média obtida nas dimensões Carinho e Superprotecção (amostra de díades)</i>	560
Quadro 98. <i>Distribuição dos participantes em função da Concordância Interparental dos Padrões de Ligação Afectiva (amostra principal)</i>	561
Quadro 99. <i>Médias e desvios-padrão de Investimento no Trabalho e de Investimento na Parentalidade dos participantes da Geração 2 em função dos Padrões de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe</i>	562
Quadro 100. <i>Médias e desvios-padrão de Investimento no Trabalho e de Investimento na Parentalidade dos participantes da Geração 2 em função do Padrão de Ligação Afectiva à Figura Parental (amostra principal)</i>	563
Quadro 101. <i>Médias e desvios-padrão da Percepção do Investimento Paterno em função do Padrão de Ligação Afectiva ao Pai dos participantes da Geração 2 (amostra de díades)</i>	564
Quadro 102. <i>Médias e desvios-padrão da Percepção do Investimento Materno em função do Padrão de Ligação Afectiva à Mãe dos participantes da Geração 2 (amostra de díades)</i>	566
Quadro 103. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Padrão de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe na Geração 2</i>	567
Quadro 104. <i>Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Estatuto das Mulheres da Geração 1 Face ao Trabalho</i>	581
Quadro 105. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Parentalidade: Evidência de..."</i>	591
Quadro 106. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Trabalho: Evidência de..."</i>	593
Quadro 107. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Relação Interpapeis: Evidência de..."</i>	596

Quadro 108. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Apoio Social: Evidência de..."</i>	600
Quadro 109. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Constrangimento e condicionalismos: Ligados a..."</i>	602
Quadro 110. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Factores Facilitadores: Ligados a..."</i>	603
Quadro 111. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Vida Doméstica: Evidência de..."</i>	605
Quadro 112. <i>Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Papéis de Género"</i>	606
Quadro 113. <i>Comentários produzidos pelos participantes acerca dos questionários</i>	708
Quadro 114. <i>Objectivos e dimensões a contemplar num possível guião de entrevista semi-estruturada</i>	710

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I. O PROCESSO DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL	19
1. A Transmissão Intergeracional e o Processo de Herança	21
1.1. Transmissão e Memória Familiar	22
2. O Processo de Diferenciação Geracional: A Perspectiva Sócio-Psicológica de Attias-Donfut (1988)	28
3. Cenários de Diferenciação Geracional	34
3.1. A História do Portugal Contemporâneo: Duas Gerações num Percorso Colectivo	35
3.2. Processos Sociais de Mudança na Transição Democrática	41
3.3. Dimensões Culturais e Simbólico-Vivenciais do Portugal Moderno	59
4. "Tempos Individuais" e Trajectórias de Vida	70
4.1. A Adolescência (In)terminável	70
4.2. As Circunstâncias do "Maturescer"	83
5. Transmissão Intergeracional e Desenvolvimento da Identidade	91
6. Os Investimentos dos Pais no Trabalho e na Parentalidade: Uma Referência Exemplar?	104
6.1. A Perspectiva do Interaccionismo Simbólico	106
6.1.1. Interaccionismo Simbólico e Transmissão Intergeracional dos Investimentos	110
6.2. A Teoria da Vinculação	114
6.2.1. Continuidades na Transmissão Intergeracional dos Padrões de Vinculação	117
6.2.2. Descontinuidades na Transmissão Intergeracional dos Padrões de Vinculação	120
6.2.3. Vinculação e Investimento no Trabalho e na Parentalidade	125
6.2.4. Vinculação e Transmissão Intergeracional dos Investimentos	127
6.3. O Modelo da Aprendizagem Social	132
6.3.1. Modelagem ou Compensação?	134
6.3.2. Modelagem e Compensação: Continuidade e Descontinuidade Intergeracional dos Investimentos	140
6.3.2.1. A Influência do Trabalho na Parentalidade: Dados da Investigação	143
6.3.2.2. A Influência do Trabalho na Parentalidade: Síntese Geral.	159
6.3.2.3. Transmissão Intergeracional de Atitudes e Estratégias de Conciliação da Vida Familiar e Profissional: Um Estudo Exploratório	162
7. Transmissão Intergeracional e Género	165
8. A Polissemia da Noção de Geração	175
9. Considerações Finais	180

CAPÍTULO II. INVESTIMENTO E RELAÇÃO INTERPAPÉIS	189
1. O “Dilema Família-Trabalho”	191
1.1. A Atribuição de Significado aos Papéis de Vida e a Identidade de Papel: A Função do Investimento	193
1.1.1. Valores e Investimento nos Papéis de Vida	200
2. Algumas clarificações conceituais	204
2.1. Compromisso com uma Conceptualização de Investimento	204
2.2. Compromisso com um Conceito de “Trabalho”	208
3. Investimento e Relação Interpapéis: A Omnipresença do Género	211
4. Conceptualização e Investigação das Dinâmicas de Relação Trabalho-Família	219
4.1. Um Sobrevôo sobre as Diferentes Abordagens e Constructos	225
4.1.1. A Abordagem da Segmentação	226
4.1.2. A Abordagem da Compensação	226
4.1.3. A Abordagem da Acomodação	227
4.1.4. A Abordagem do <i>Spillover</i>	229
4.1.4.1. Ambiguidades em torno do Conceito de <i>Spillover</i>	231
4.1.4.2. A Experiência de <i>Spillover</i> : Dados da Investigação	235
4.1.5. O Conflito Trabalho-Família	240
4.1.5.1. A Temporalidade do Conflito	241
4.1.5.2. As Formas de Conflito	243
4.1.5.3. Críticas ao Modelo de Conflito de Greenhaus e Beutell (1985)	247
4.1.5.4. A Direccionalidade do Conflito	248
4.1.5.5. Conflito e Permeabilidade Assimétrica: Dados da Investigação	249
4.1.5.6. Regularidades da Investigação sobre o Conflito Trabalho-Família	262
4.2. O Estudo da Relação Trabalho-Família: Problemas Conceptuais e Metodológicos	266
4.2.1. O Contributo de Lambert (1990)	267
4.2.2. O Contributo de Edwards e Rothbard (2000)	271
4.2.3. O Modelo Inclusivo de Barnett (1998)	274
4.2.3.1. O Conceito de “ <i>work-family role synthesis</i> ” de Kossek, Noe e DeMar (1999)	277
5. A Vertente Fenomenológica da Relação Interpapéis: O Papel de Variáveis Pessoais	280
5.1. A Conceptualização da Relação Trabalho-Família de Clark (2000)	281
5.2. A Teoria das Microtransições de Papel de Ashforth, Kreiner e Fugate (2000)	284
5.3. Estilos Pessoais de Gestão Trabalho-Família: O Papel das Variáveis Individuais	289
5.4. O Investimento nos Papéis de Vida como Manancial de Recursos: A Abordagem Sociológica-Humanista de Marks	296
5.5. Os Determinantes de Investimento: A Confluência da Perspectiva Utilitária e da Identidade Social	302
5.6. A Metáfora do Tempo como um “Contentor” de Significado	305
6. Dados da Investigação	309
6.1. Esgotamento <i>versus</i> Desmultiplicação de Recursos	309
6.2. Investimento Temporal, Investimento Emocional e Conflito Trabalho-Família	311
6.3. Conflito, Investimento e Género	343
6.4. O Ajustamento Trabalho-Família: Um Estudo de Comparação Intergeracional	353
7. Considerações Finais	356

CAPÍTULO III. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	369
1. Descrição do Plano de Investigação	371
2. Objectivos Gerais e Questões Específicas da Investigação	371
2.1. Objectivos de Investigação	371
2.2. Questões de Investigação	373
2.3. Hipóteses de Base do Projecto de Investigação	375
3. Processo de Amostragem	377
3.1. Caracterização da(s) Amostra(s)	385
3.1.1. Amostra principal	386
3.1.2. Amostra de díades	397
4. Dimensões Psicológicas e Instrumentos usados nos Estudos Diferenciais e Intergeracionais	401
4.1. Resultados dos Estudos de Validação Factorial e de Consistência Interna dos Instrumentos	402
4.1.1. Questionário de Investimento no Trabalho	406
4.1.2. Questionário de Investimento na Parentalidade	408
4.1.3. Questionário de Apoio Conjugal Percebido	410
4.1.4. Questionário de <i>Spillover</i> Interpapéis	412
4.1.5. Questionário de Conflito Interpapéis	417
4.1.6. Questionário de Sobrecarga	419
4.1.7. Questionário de Satisfação	422
4.1.8. Questionário de Ligação afectiva pais-filhos	422
4.1.8.1. Estudo Preliminar	424
4.1.8.2. Estudo Principal	426
4.1.9. Questionários da Percepção dos Investimentos Parentais	430
4.1.9.1. Estudo Preliminar	431
4.1.9.2. Estudo Principal	436
4.1.9.2.1. Percepção dos Investimentos Parentais na Parentalidade	437
4.1.9.2.2. Percepção dos Investimentos Parentais no Trabalho	440
5. Dimensões Psicológicas e Procedimentos usados no Estudo Qualitativo	445
5.1. Caracterização da Amostra	445
5.2. Procedimentos e Fases da Análise Qualitativa	447
CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	449
1. Resultados dos Estudos Correlacionais	451
1.1. Correlações entre o grau médio de Investimento e as demais Variáveis	456
1.1.1. Investimento no Trabalho	456
1.1.2. Investimento na Parentalidade	456
1.2. Correlações entre o grau médio de Apoio Conjugal Percebido e as demais Variáveis	456
1.3. Correlações entre os Descritores da Relação Interpapéis	456
1.3.1. <i>Spillover</i> : Análise dos Valores de r em função da Geração e do Género	457
1.3.2. Conflito: Análise dos Valores de r em função da Geração e do Género	457
1.3.3. <i>Spillover</i> , Conflito e Sobrecarga	457
1.3.3.1. Análise dos valores de r em função da Geração	457
1.3.3.2. Análise dos Valores de r em função do Género	458
1.4. Correlações entre as Dimensões da Memória da Ligação Afectiva Pais-Filhos	458
1.5. Correlações entre as Dimensões da Percepção dos Investimentos dos Pais na Parentalidade e no Trabalho	459

1.6. Correlações entre os Investimentos Parentais Percebidos e as Memórias da Ligação Afetiva Pais-Filhos	461
1.7. Correlações entre o Investimento e os descritores da Relação Interpapéis (parental) e as Memórias da Ligação Afetiva Pais-Filhos	463
1.7.1. Memórias da Ligação Afetiva e Investimento dos Pais	464
1.7.2. Memórias da Ligação Afetiva e Relação Interpapéis dos Pais	464
1.8. Correlações entre os Investimentos Descritos pelos Pais e os Investimentos Parentais Percebidos pelos Filhos	466
1.9. Correlações entre os Investimentos Auto-Avaliados de Pais e de Filhos	467
2. Resultados dos Estudos Diferenciais	468
2.1. Investimento nos Papéis de Vida	472
2.1.1. Diferenças Intergeracionais de Investimento	472
2.1.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente ao Investimento	473
2.1.2.1. Geração 1	473
2.1.2.1.1. Variações Interssujeitos	473
2.1.2.1.2. Variações Intrassujeitos	474
2.1.2.2. Geração 2	474
2.1.2.2.1. Variações Interssujeitos	474
2.1.2.2.2. Variações Intrassujeitos	476
2.1.3. Convergência/Divergência entre o Investimento de Pais e de Filhos no Trabalho e na Parentalidade	477
2.2. Percepção de Apoio Conjugal	480
2.2.1. Diferenças Intergeracionais na Percepção de Apoio Conjugal	480
2.2.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à Percepção de Apoio Conjugal	481
2.2.2.1. Geração 1	481
2.2.2.1.1. Variações Interssujeitos	481
2.2.2.2. Geração 2	482
2.2.2.2.1. Variações Interssujeitos	482
2.3. <i>Spillover</i> Interpapéis (SPPT; SNTP; SPTP; SNPT)	483
2.3.1. Diferenças Intergeracionais na experiência de <i>Spillover</i>	483
2.3.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à experiência de <i>Spillover</i>	485
2.3.2.1. Geração 1	485
2.3.2.1.1. Variações Interssujeitos	485
2.3.2.1.2. Variações Intrassujeitos	488
2.3.2.2. Geração 2	488
2.3.2.2.1. Variações Interssujeitos	488
2.3.2.2.2. Variações Intrassujeitos	491
2.4. Conflito Interpapéis	495
2.4.1. Diferenças intergeracionais na experiência de Conflito Interpapéis	495
2.4.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à experiência de Conflito Interpapéis	496
2.4.2.1. Geração 1	496
2.4.2.1.1. Variações Interssujeitos	496
2.4.2.1.2. Variações Intrassujeitos	498
2.4.2.2. Geração 2	498
2.4.2.2.1. Variações Interssujeitos	498
2.4.2.2.2. Variações Intrassujeitos	500
2.5. Sobrecarga	501
2.5.1. Diferenças Intergeracionais na experiência de Sobrecarga	501
2.5.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à experiência de Sobrecarga	502
2.5.2.1. Geração 1	502
2.5.2.1.1. Variações Interssujeitos	502

2.5.2.2. Geração 2	503
2.5.2.2.1. Variações interssujeitos	503
2.6. Satisfação com os domínios de vida	504
2.6.1. Diferenças Intergeracionais na Satisfação com os domínios de vida	504
2.6.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à Satisfação com os domínios de vida	504
2.6.2.1. Geração 1	504
2.6.2.1.1. Variações Interssujeitos	504
2.6.2.1.2. Variações Intrassujeitos	506
2.6.2.2. Geração 2	507
2.6.2.2.1. Variações Interssujeitos	507
2.6.2.2.2. Variações Intrassujeitos	510
2.7. Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos	511
2.7.1. Variáveis sociobiográficas que diferenciam os sujeitos relativamente às Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos	511
2.7.1.1. Variações Interssujeitos	511
2.7.1.1.1. Ligação Afectiva ao Pai	511
2.7.1.1.2. Ligação Afectiva à Mãe	512
2.8. Percepção dos Investimentos Parentais	513
2.8.1. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os sujeitos relativamente à Percepção dos Investimentos Parentais	513
2.8.1.1. Variações interssujeitos	513
2.8.1.1.1. Percepção dos Investimentos do Pai	513
2.8.1.1.2. Percepção dos Investimentos da Mãe	514
2.9. Síntese dos Principais Resultados	518
2.9.1. Comparações Inter e Intrageracionais das Principais Variáveis Psicológicas: Comunalidades e Especificidades	518
2.9.2. As Memórias da Ligação Afectiva pais-filhos e as Percepções dos Investimentos Parentais: Principais Variações e Diferenças Interssujeitos	524
3. Diferenças em Função de Variáveis Psicológicas tomadas como Atributos Individuais	526
3.1. Percepção de Apoio Conjugal	527
3.1.1. Percepção de Apoio Conjugal e Investimento	527
3.1.1.1. Geração 1	527
3.1.1.2. Geração 2	528
3.1.2. Percepção de Apoio Conjugal e <i>Spillover</i> Interpapéis	528
3.1.2.1. Geração 1	528
3.1.2.2. Geração 2	530
3.1.3. Percepção de Apoio Conjugal e Conflito Interpapéis	530
3.1.3.1. Geração 1	530
3.1.3.2. Geração 2	530
3.1.4. Percepção de Apoio Conjugal e Sobrecarga	530
3.1.4.1. Geração 1	530
3.1.4.2. Geração 2	531
3.1.5. Percepção de Apoio Conjugal e Satisfação	531
3.1.5.1. Geração 1	531
3.1.5.2. Geração 2	531
3.2. Padrão de Investimento	533
3.2.1. Afinidade Intergeracional do Padrão de Investimento	534
3.2.2. Padrão de Investimento e <i>Spillover</i> Interpapéis	537
3.2.2.1. Geração 1	537
3.2.2.2. Geração 2	538
3.2.3. Padrão de Investimento e Conflito Interpapéis	540
3.2.3.1. Geração 1	540
3.2.3.2. Geração 2	541
3.2.4. Padrão de Investimento e Sobrecarga	541

3.2.4.1. Geração 1	541
3.2.4.2. Geração 2	543
3.2.5. Padrão de Investimento e Satisfação	543
3.2.5.1. Geração 1	543
3.2.5.2. Geração 2	545
3.2.6. Padrão de Investimento dos Filhos e Percepção dos Investimentos Parentais	548
3.2.6.1. Percepção dos Investimentos do Pai	548
3.2.6.2. Percepção dos Investimentos da Mãe	549
3.2.7. Padrão de Investimento da Figura Parental e Investimento dos filhos	550
3.2.8. Padrão de Investimento da Figura Parental e Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos	552
3.2.9. Investimentos Parentais e Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos	553
3.2.9.1. Memórias de Carinho	554
3.2.9.2. Memórias de Superprotecção	557
3.3. Padrão de Ligação Afectiva	559
3.3.1. Padrão de Ligação Afectiva e Investimento actual	561
3.3.1.1. Padrão de Ligação Afectiva e Percepção dos Investimentos Parentais	563
3.3.1.1.1. Percepção dos Investimentos do Pai	563
3.3.1.1.2. Percepção dos Investimentos da Mãe	564
4. O Processo de Transmissão Intergeracional: Testagem de dois modelos de mediação com recurso à análise de equações estruturais	568
4.1. Resultados da testagem dos Modelos	572
4.1.1. Análise confirmatória do Modelo I	572
4.1.1.1. Resultados por tipo de díade	572
4.1.1.2. Análise dos resultados por comparação cruzada	573
4.1.2. Análise confirmatória do Modelo II	574
4.1.2.1. Resultados por tipo de díade	574
4.1.2.2. Análise dos resultados por comparação cruzada	576
5. O caso particular das Mulheres Domésticas	579
5.1. Gestão do lar: Um trabalho?	580
6. Resultados da Análise Qualitativa dos Comentários e Observações dos Participantes	582
6.1. Enfoque do Comentário	583
6.2. Distribuição das Unidades de Expressão pelas principais categorias de análise	585
6.2.1. Resultados em função da Geração e Género	586
6.2.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	588
6.3. Distribuição das Unidades de Expressão pelas subcategorias de cada categoria principal	590
6.3.1. Parentalidade: Evidência de...	590
6.3.1.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	590
6.3.1.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	592
6.3.2. Trabalho: Evidência de...	592
6.3.2.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	592
6.3.2.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	594
6.3.3. Relação Interpapeis: Evidência de...	595
6.3.3.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	595
6.3.3.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	598

6.3.4. Apoio Social: Evidência de...	599
6.3.4.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	599
6.3.4.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	601
6.3.5. Constrangimentos e Condicionalismos: Evidência de...	601
6.3.5.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	601
6.3.5.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	602
6.3.6. Factores Facilitadores: Evidência de...	603
6.3.6.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	603
6.3.6.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	604
6.3.7. Vida Doméstica: Evidência de...	604
6.3.7.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	604
6.3.7.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	605
6.3.8. Papéis de Género	605
6.3.8.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género	605
6.3.8.2. Resultados em função do Padrão de Investimento	606
CAPÍTULO V. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	607
1. Análise e Discussão dos Resultados	609
1.1. O Perfil das Respostas dos Participantes	610
1.2. Estudos de Comparação Intergeracional	612
1.2.1. Investimento	613
1.2.2. Relação Interpapéis: <i>Spillover</i> e Conflito	616
1.3. Estudos de Comparação Intra-geracional	621
1.3.1. Investimento	621
1.3.2. Padrões de Investimento	630
1.3.2.1. Padrão de Investimento e Conteúdo dos Comentários e Observações	633
1.3.3. Relação Interpapéis: <i>Spillover</i> e Conflito	638
1.3.3.1. Padrão de Investimento e Relação Interpapéis	649
1.4. Estudos de Comparação Intrafamiliar	658
1.4.1. Continuidade e Descontinuidade nos Investimentos de Pais e de Filhos	658
1.4.2. Padrão de Investimento dos Pais e Investimento dos filhos	661
1.4.3. Percepções de Investimento dos Pais e Investimento actual dos filhos	662
1.4.4. Padrões de Investimento Parental e Qualidade da Relação Pais-Filhos	664
1.4.5. Padrões de Ligação Afectiva Pais-Filhos, Investimentos Actuais e Percepção dos Investimentos	668
1.4.6. O Processo de Transmissão Intergeracional	673
1.5. Estudo Exploratório da Experiência das Mulheres Domésticas	681
1.5.1. Trabalho familiar, trabalho doméstico e trabalho profissional	681
CONCLUSÃO	685
1. O Grito de Liberdade e o (Des)encontro entre Gerações e Consigo Próprias	685
2. Ecos da Voz dos Pais	691
3. A Voz dos Especialistas	698
4. Heranças para o Futuro	704
5. O Resgate de Si Próprio de um Oceano de Retratos	715
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	717

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO

INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPÉIS:

UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL

Inês Nascimento, FPCEUP-2007



SOBRE O ACTO DE CRIAR...

Criar é gerar, cuidar e formar. Criar é também produzir e transformar.

Em ambos os casos é de trabalho produtivo e de produção de riqueza que se trata. A riqueza pode ser simbólica: apresentar-se sob a forma de vida (procriação), de educação, de civilização e/ou de cultura humana. O produto também pode ser tangível e material: a criatividade humana encontra sempre novas formas de transformar a energia e o esforço em bens e serviços que sustentam os sistemas de troca, consumo e subsistência humanos. Apesar da centralidade de ambas as actividades (ou produtos) para a sobrevivência biopsicológica e social da espécie e da comunidade, esse sentimento de estar a contribuir para o bem-estar colectivo pode não ser suficiente para alimentar o sentimento pessoal de realização. Com efeito, tanto a relação com os filhos como a relação com o trabalho podem ser considerados preditores do sucesso psicológico dos indivíduos, essencialmente, quando se convertem em projectos de vida pessoalmente valorizados, ou seja, projectos que lhes proporcionem experiências satisfatórias e oportunidades significativas para continuarem a aprender sobre si próprios e a prosseguirem o desenvolvimento psicossocial da sua identidade a diversos níveis: aprofundando o sentido de indústria (*i.e.*, adquirindo uma noção cada vez mais realista do tipo de “coisas” que são capazes de fazer e dos objectivos que estão ou não ao seu alcance na parentalidade e no trabalho), melhorando a capacidade de estabelecer relações de intimidade, de partilha e de mutualidade, com os outros (aqui, de forma especial, com os filhos) e predispondo-se a investir na partilha generativa de si próprio.

INTRODUÇÃO

**Pais e Mães que trabalham:
Seres em projecto, Seres de projecto,
Seres que projectam**

O projecto remete-nos para uma antecipação intencional do futuro para dar sentido ao presente.... Este dinamismo vital, viabilizador e potenciador de sentidos ao existir, conduz o sujeito à construção de expectativas projectantes que serão concretizadas em acções intencionais, orientadas no espaço e no tempo sob a forma de microprojectos, contribuindo para a emergência e construção do seu humano como sujeito agente e ser projecto e de projectos. (Gonçalves, 2006, p.13)

As considerações feitas por Gonçalves (2006) neste pequeno excerto são as ideais para dar o tom à reflexão que, no início desta dissertação, se opta por fazer acerca do que justifica a integração dos seus contributos no corpo de conhecimentos que define o âmbito da orientação vocacional ao longo da vida, entendido como território de construção (e integração) de projectos (Campos, 1980a; 1997; Coimbra, 1997/1998). Afinal, "...o processo de orientação da existência de cada um é um processo de elaboração e de realização de um projecto..." (Campos, 1980b, p. 24).

De resto, não será preciso ir muito longe na argumentação tendo em conta que, em primeiro lugar, o elemento conceptual mais significativo desta investigação – o conceito de investimento – encerra em si próprio a noção de intenção, possibilidade, comportamento dirigido, emoção/preferência e relação, dimensões centrais da ideia de projecto (Young, 2001/2002; Campos & Coimbra, 1991; Campos, 1997). Em segundo lugar, a coordenação do papel parental e do papel profissional/de trabalhador (outro dos temas em estudo) corresponde a uma tarefa central da elaboração do projecto de vida e do desenvolvimento vocacional adulto, que requer que o indivíduo seja capaz de articular as decisões vocacionais (as que se referem à sua relação com o trabalho) com outras decisões existenciais (neste caso, as respeitantes à parentalidade), ao longo dos sucessivos períodos de vida, no pressuposto da sua interdependência (Campos, 1980a). Pode vincar-se ainda mais esta posição, optando por nem sequer vincular o desenvolvimento vocacional estritamente ao papel de trabalhador e conceptualizá-lo, em alternativa, como uma espécie de rota que o indivíduo percorre ao longo da sua história e na qual estão inscritos os percursos que definem todos os seus outros movimentos relativamente aos restantes papéis que compõem a sua existência. Visto por este prisma, o desenvolvimento vocacional pode mesmo ser considerado uma "dimensão de síntese e de integração de todas as dimensões do desenvolvimento e de todos os sectores da existência..." (Campos, 1980a, p. 229).

Será, contudo, conveniente discorrer um pouco mais acerca deste enquadramento não só para que seja possível tornar mais evidente a inspiração ecológica, desenvolvimentista e construtivista que está subjacente às opções de fundo do presente projecto de investigação mas

também para, a pretexto das linhas mestras de caracterização do objecto de estudo, justificar a estrutura da dissertação e o conteúdo dos cinco capítulos em que se organiza.

Desde logo, investir pressupõe, optar por uma direcção entre várias possíveis e ter (ou encontrar) um sentido, um motivo subjectivo, para essa escolha e para as acções que ela venha a implicar. É nessa hierarquia pessoal de valor ou significado, e em factores situacionais e contextuais mais ou menos prementes, que o indivíduo se apoia para planear e gerir os seus investimentos ("ser que projecta"). Trabalho e família podem, assim, tornar-se objecto de investimentos nulos, preferenciais, complementares ou sequenciais.

A administração e distribuição dos recursos pessoais pelos dois domínios, exige que, ao longo da vida adulta, o sujeito coordene permanentemente os microprojectos parental e profissional o que forçosamente, envolve processos activos de questionamento e de exploração dos investimentos prévios e, por conseguinte, um redimensionamento (mais ou menos frequente) do seu projecto de vida. Estando regularmente sujeitos a explorações e reformulações, cada um desses microprojectos reconstrói-se continuamente no confronto com a transformação dos outros, ou seja, as suas mudanças intercondicionam-se. A formulação intencional de planos e a organização simbólica das experiências vividas em cada domínio, permitem ao "sujeito agente" desenhar um percurso no qual o microprojecto família se encontra, se entrecruza e se integra com o microprojecto trabalho. Desta forma, embora seja através desses microprojectos que a trajectória existencial se vai concretizando e desenvolvendo, é a sucessiva reestruturação dos pequenos projectos que garante que ela permaneça aberta ao longo da existência do indivíduo admitindo qualquer evolução e todos os desfechos possíveis (Coimbra, 1997/1998).

O **Capítulo II**, centrado na abordagem da relação interpapéis e na exploração dos mecanismos que actuam na interface trabalho-família permitirá iluminar diferentes perspectivas acerca do modo como o sujeito psicológico procura explorar, gerir e agir sobre a sua relação com família e com o trabalho encontrando soluções e planeando estratégias que possam conferir à sua vida um sentido de projecto e contribuir, ao mesmo tempo, para a (re)estruturação da sua trajectória e da sua identidade. Tratando-se de um tópico de investigação extraordinariamente sensível a variações do contexto histórico e sociodemográfico, far-se-á uma análise retrospectiva de diferentes propostas conceptuais em torno dos processos que intervêm na relação trabalho-família, adoptando um enfoque histórico que evidencie a existência de um paralelo entre a evolução dessas conceptualizações e as fases de todo um processo de reconfiguração das formas e estruturas dominantes destes dois ecossistemas da actividade humana. Serão privilegiados, e especialmente aprofundados, modelos conceptuais e trabalhos empíricos mais integradores, que enfatizem a dimensão subjectiva e intersubjectiva da experiência interpapéis e que problematizem essa temática de uma forma que faça sobressair os determinantes (pessoais e extrapessoais) e as funções psicológicas do investimento (expressivo e/ou instrumental) nos papéis familiar/parental e profissional/trabalhador. Ficará claro que, embora os indivíduos tenham de ser sensíveis às "intolerâncias" da realidade familiar e profissional e não possam

negligenciar certas responsabilidades ou prioridades heterodefinidas da sua vida social nesses contextos, é a cada um deles que compete definir uma motivação e produzir um julgamento acerca do(s) domínio(s) de vida que tem(têm) mais valor e significado para si, acerca do(s) domínio(s) que mais lhe permitem desenvolver-se e realizar-se, e no(s) qual(ais) deseja investir (-se).

A dimensão vocacional, âncora da relação dos indivíduos com o aprender e o trabalhar, surge, assim, como um eixo estruturante do projecto global de vida, no qual esses (e outros) microprojectos se interligam e a identidade pessoal se realiza, alarga e diferencia. Com efeito, investir pressupõe que as escolhas dos indivíduos projectem as dimensões mais profundas do *self* (cognitivas, afectivas, interpessoais...) permitindo ao sujeito psicológico explorar-se, definir-se e (re)construir-se ("ser em projecto"), dinamicamente, na família e no trabalho, nos contornos das oportunidades e dos desafios que, a cada momento, a realidade desses contextos lhe coloque. Desta forma, "o itinerário vocacional mantém relações estreitas com a elaboração da identidade pessoal de cada um, com a escolha do seu estilo de existência: "... a dimensão vocacional ocupa um lugar importante neste estilo e é condicionada por ele." (Campos, 1980a, p. 200).

É claro que as experiências de exploração que os indivíduos vivem na família e no trabalho, não produzem qualquer transformação na sua identidade nem no seu estilo de vida a menos que sejam dialecticamente investidas, isto é, que sejam oportunidade para a (re)construção de uma relação integral (porque, simultaneamente, afectiva, cognitiva e comportamental): (1) *Consigo próprios*, assumindo e negociando compromissos com os seus próprios desejos, prioridades, metas e objectivos familiares e profissionais, avaliando e desenvolvendo os recursos pessoais necessários a uma melhor *performance* ou à resolução de problemas de interferência ou conflito que surjam entre os papéis; (2) *Com os outros* com quem se relacionam nesses contextos (companheiro/a, filhos, chefes, empregadores ...), aqueles que se vêem afectados (positiva e/ou negativamente) pelos seus investimentos, que são fonte de expectativas quando ao desempenho dos papéis e que, através das suas críticas e elogios, produzem *feed-backs* essenciais à construção de conhecimento sobre si próprios; e, (3) *Com a sociedade*, lidando proactiva ou adaptativamente com os constrangimentos e obstáculos (esperados e não esperados) que se interpõem à realização dos seus projectos (Savickas, 1997; Campos, 1980a), confrontando-se com as prescrições do projecto social quanto aos comportamentos de papel (e de género) apropriados e procurando situar nele o projecto pessoal de um modo que contribua para modificar as circunstâncias que o condicionam:

O projecto pessoal de cada indivíduo elabora-se inevitavelmente dentro do espaço deixado pelo projecto social que o precede historicamente ... a existência prioritária de um projecto social para a sociedade e para o indivíduo é indispensável para a expressão histórica de um projecto individual visto que este terá de ser realizado com outros. (Campos, 1980a, pp.212-213)

A natureza relacional do ser humano torna indispensável a participação dos outros naquilo que cada um “projecta ser”, não sendo possível ao sujeito organizar-se, se não através das múltiplas formas de interacção e socialização a que está exposto (Gergen & Gergen, 1986; Shotter, 1996). Mesmo que construído autonomamente, o projecto de vida é um empreendimento intersubjectivo, isto é, produto de experiências interpessoais significativas vividas no contexto de encontros e relações de proximidade afectiva. Mas é, também, fortemente influenciado pelas práticas sociais e institucionais abrigadas em estruturas sistémicas de natureza macrossocial que, sobredeterminam quer as possibilidades de acção quer os significados que os indivíduos atribuem às suas vivências (Bronfenbrenner, 1986; Gergen & Gergen, 1986, 1996; Vondracek, Lerner & Shulenberg, 1986; Young & Collins, 2004).

Esta convicção de que o processo de desenvolvimento e o projecto de vida das pessoas é uma construção histórico-social inacabada, alinha com a perspectiva da orientação como resultado (“ser de projecto”) que depende da qualidade das experiências proporcionadas no meio familiar, no meio profissional e nos outros contextos de vida mas também das normas sociais que governam as dinâmicas destes contextos, do modo como essas estruturas funcionam e se organizam em cada época histórica e, por fim, dos benefícios que cada sujeito e cada grupo social conseguem retirar dessas experiências, dessas normas e das oportunidades do seu tempo (Campos, 1997).

Deste ponto de vista, jamais se poderia abordar a questão da transmissão intergeracional do investimento no trabalho e na parentalidade, sem rever e actualizar um conjunto de dados sobre os acontecimentos históricos que caracterizaram quatro décadas importantes da sociedade portuguesa na perspectiva de compreender o quadro de referência (de normas e de valores) subjacente às vivências da geração contemporânea do regime salazarista e apreciar quais os legados (mais ou menos difusos) e as inovações sociais e culturais que caracterizam o dispositivo social e cultural em que cresceram e vivem os “filhos” da Geração de Abril. No **Capítulo I**, faz-se, justamente, uma breve incursão pelas características da sociedade portuguesa nas últimas décadas do século XX procurando-se inventariar as suas principais metamorfoses e reflectir acerca das implicações destas mudanças macrossistémicas no que se refere às condicionantes dos critérios que estão (ou estiveram) na base do padrão de investimento de cada geração. É claro que a constatação da rapidez ou radicalismo com que se operaram essas transformações sociais, não deve ignorar o facto das mudanças nos valores e nos comportamentos terem seguido a um ritmo bem mais lento do que o dos acontecimentos.

Embora os modos e os conteúdos do pensar social sejam fortemente condicionados pela evolução global da sociedade, embora os factores de desenvolvimento económico, político e cultural permitam que, no plano das atitudes e das mentalidades, a sociedade se vá progressivamente desprendendo de si própria para se reconstruir em dimensões e em características parcialmente novas, os sistemas simbólicos ou representacionais de uma sociedade possuem uma lógica interna de auto-desenvolvimento sendo de esperar que funcionem de acordo com uma agenda própria (Almeida, 1990). Desta forma, “será razoável

supor que os acontecimentos sociais andem mais depressa do que as maneiras de os pensar, do que os grandes eixos de referências ideológicas que deles dão conta e que estariam assim submetidos a superiores resistências, aderências e inércias.” (Almeida, 1990, p.124). Por imperativo da preservação da identidade social e cultural do conjunto social, tais sistemas representacionais, não sendo indiferentes ao que acontece noutros planos da sociedade, carecem de mais tempo para acomodar os efeitos que daí resultam.

Esse tempo adicional será, porventura, aquele de que necessitam as velhas gerações para reter dos acontecimentos os traços mitológicos susceptíveis de ressoar afectivamente junto das gerações seguintes, e o tempo de que estas últimas irão precisar para reconstruírem os *habitus* que herdaram das gerações precedentes. De resto, aparentemente, esse é o tempo indispensável à constituição da tal base interpretativa comum para a qual duas gerações contemporâneas são capazes de convergir independentemente de terem ou não partilhado a vivência de um dado acontecimento (neste caso a revolução de Abril e as suas consequências) e independentemente do momento do ciclo de vida em que se encontram (Attias-Donfut, 1988). Nesta ordem de ideias, as semelhanças que se observam nos valores de pais e de filhos¹ (em relação à família e ao trabalho) podem ser vistas como expressão de um mecanismo de coordenação ou cooperação entre as gerações em que as mais antigas proporcionam às gerações mais novas referências que apenas cumpre a estas últimas actualizar quando confrontadas com mudanças sociais nos papéis e/ou no estilo de vida (Giddens, 1991; Figueiredo, 2001; Pais, 1998; Pais, Cairns & Pappamikail, 2005).

Sendo depositárias dos referenciais reconstruídos, no contínuo evoluir do tempo, pelas gerações sucessivas, cada nova geração acaba, assim, por condensar em si própria diferentes gerações. Este último pressuposto não impede, contudo, que se tenha igualmente em conta os diferentes ritmos a que os próprios indivíduos (e não só as gerações) integram nos seus esquemas subjectivos de pensamento e manifestam nos seus repertórios comportamentais as (novas) referências colectivamente construídas. “O que tem de admitir-se é a regra de assincronia entre os processos de ser e os de saber social, expressão directa, de resto, da diferença de lógica segundo as quais cada um deles se desenvolve.” (Almeida, 1990, p.124). Assim sendo, ainda que se assuma que os valores transmitidos pelos pais podem ser assimilados pelos filhos, deve, igualmente, admitir-se que, para serem efectivamente acomodados, tenham de ser reconstruídos em função da importância ou utilidade que os filhos lhes reconheçam enquanto dimensões que lhes permitem encarar e lidar o mais adaptativa e funcionalmente possível com as circunstâncias sociais e com as tarefas do seu próprio desenvolvimento. Estas questões serão igualmente, aprofundadas no **Capítulo I** onde se procurará caracterizar o processo de transmissão intergeracional quer de um ponto de vista sociológico (macrossociológico e microsociológico) quer de um ponto de vista psicológico (centrado na

¹ Os estudos de Pais (1998) e Figueiredo (2001) revelam a ausência de disparidades, conflitos ou rupturas acentuadas entre os valores de pais e de filhos. Verifica-se, pelo contrário, que, em Portugal, os valores das duas gerações não diferem substancialmente apesar de cada geração significar e viver esses valores de forma particular.

subjectividade e na intersubjectividade)², na tentativa de evidenciar a importância da contextualização interdisciplinar e da combinação de diferentes níveis de análise na investigação do objecto de estudo. Privilegia-se, nessa abordagem, a perspectiva de Attias-Donfut (1988) cuja conceptualização – de carácter assumidamente sócio-psicológico – oferece o enquadramento epistemológico ideal à compreensão da transmissão e da diferenciação geracional.

De resto, a analogia efectuada pela autora entre o processo de construção social de uma geração no fluir do tempo histórico (o processo de evolução social) e o processo de construção social (no contexto da família e da relação pais-filhos) da identidade pessoal no curso do tempo individual (o processo de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida), constitui o elemento teoricamente mais apelativo desta proposta para a presente investigação³. As potencialidades desta analogia constituem um estímulo à reflexão sobre as condições e características do adolescer e de madurescer, ao mesmo tempo que convidam a tematizar a questão da diferenciação intergeracional à luz do processo psicológico de individuação. Os microprocessos psicológicos envolvidos na tensão dialéctica idealização/desidealização e diferenciação/integração Eu-Outro, ao desafiarem pais e filhos a reconstruírem a sua relação, a encontrarem novas referências para a sua identidade e a progredirem no seu desenvolvimento, fazem da família o epicentro do processo social através do qual cada geração toma consciência da sua singularidade e filtra os conteúdos (culturais, ideológicos, emocionais e comportamentais...) do seu existir anterior.

Os elementos do passado que transitam para o presente são os que permitem às gerações sucessivas (a pais e a filhos) identificarem-se umas com as outras garantindo um sentido de continuidade e possibilitando o sentimento do “nós”. Alguns desses elementos são, todavia, reciclados ou recriados pelas novas gerações que, por imperativo de afirmação da sua identidade, acrescentam ao património transmitido, ideais, preferências e projectos que, num contexto relacional de simetria e mutualidade, constituem, para ambas as gerações, a oportunidade de deixarem as suas próprias marcas no futuro. Só dessa forma, adultos e jovens, pais e filhos, podem conseguir rever-se uns nos outros, reconhecendo-se como simultaneamente diferentes e semelhantes. É, também, esta dinâmica que permite definir a memória familiar como uma espécie de mosaico refractário que congrega a diversidade de experiências, de representações e de interesses de cada um.

² Como refere Coimbra (1991), “A evolução de uma abordagem centrada no sujeito para o estudo da intersubjectividade obriga à consideração de aspectos da acção, da situação e do contexto que são irredutivelmente sociais, incompatíveis com uma análise exclusivamente individual.” (p. 9). No entanto, a impossibilidade de assemelhar o social ao intersubjectivo implica a consideração das redes de categorias sociais em que as interacções entre os indivíduos se inserem justificando que se opere a um nível macrosociológico e se preste atenção aos diferentes níveis de interacção entre os indivíduos e os seus contextos.

³ Costa (1991) também sublinha a importância do momento histórico na formação da identidade: “Não é possível separar o desenvolvimento pessoal da transformação comunitária, assim como não poderíamos separar a crise de identidade individual da crise contemporânea no desenvolvimento histórico porque ambos se definem mutuamente e estão relacionados entre si. (p. 36).

Ce sont tous les petits bouts d'une mémoire dispersés dans les histoires de chacun qui dessinent la trame d'une mémoire commune, qui donnent forme à un dessein qui pourrait être partagé. Cette mémoire collective familiale serait une collection de fragments épars, contenue dans la possibilité d'une rencontre fragile et impalpable d'images et d'émotions nécessairement renfermées dans la singularité propre de chaque individu." (Muxel, 1996, p. 204)

Com efeito, ainda que semelhanças no significado atribuído à família e ao trabalho por indivíduos pertencentes a uma mesma geração possam ser vistas como subsidiárias das condições macrosociais a que estiveram sujeitos; ainda que o grau de continuidade e de convergência que se observe nesses significados entre indivíduos pertencentes a duas gerações diferentes possam ser atribuíveis à natureza transgeracional dos esquemas simbólicos que cada uma delas contribui para estruturar, tais possibilidades não esgotam todas as perspectivas de compreensão e análise do processo de construção social de significados para o trabalho e a família.

Algumas dessas congruências intergeracionais podem decorrer, por exemplo, da partilha de referências de identidade microsocial e das dinâmicas sociais que se estabelecem no interior de grupos de pertença (*i.e.*, grupos de base sexual, etária, profissional ou outra). Dito de outro modo, os efeitos dos factores macrosociais não estão uniformemente distribuídos na totalidade da população. Desta forma, ainda que possam antecipar-se diferenças entre as gerações no que se refere ao investimento no trabalho e na parentalidade, é natural que o género se apresente como um factor de homogeneidade intergeracional relativamente a essa variável, uma vez que ao universo feminino e masculino se aplicam normas e expectativas específicas quanto ao envolvimento apropriado com o mundo familiar e profissional. Mulheres e homens mantiveram-se durante séculos tradicionalmente restringidos a apenas uma das partes desse mundo e as circunstâncias actuais parecem apontar para o facto dessa tendência não se ter invertido significativamente com o passar do tempo. Face à generalização do trabalho feminino e à persistente relutância masculina em participar mais amplamente na vida familiar e doméstica, a relação entre estas duas esferas de vida representa, presentemente, um encargo fortemente penalizador para as mulheres, que sofrem as pressões cruzadas dos dois domínios de vida. Continua a faltar um maior equilíbrio na repartição das responsabilidades no trabalho e na família que garanta direitos e deveres comuns a homens e mulheres e que permita a ambos disporem das mesmas oportunidades independentemente do seu grupo social de género.

Os **Capítulos I e II** ilustram bem como, apesar das mudanças sociais e culturais terem produzido um certo grau de androgenização nos comportamentos de homens e mulheres, permanecem activas certas determinações ideológicas que conotam os papéis familiar e profissional como propriamente masculinos e femininos e que são responsáveis pelas assimetrias de género que se observam quer na dedicação de uns e de outros ao trabalho e à parentalidade quer na forma como esses domínios interagem e interferem na qualidade de vida de cada um.

Por essa razão, torna-se forçoso analisar as questões do investimento e da relação interpapéis segundo uma perspectiva que, sem menosprezar os aspectos históricos da evolução do quadro de fundo em que se configuraram estes estereótipos e mentalidades, valoriza o significado normativo e prescritivo dos papéis de género. Tal como refere Andrade (2006):

No exercício dos papéis familiares e profissionais, tanto os pais como as mães, vão desencadear um modelo de organização e dinâmica familiar, que irá ser a base do relacionamento entre pais e filhos. Este contexto torna-se um lugar potencial de exploração dos conteúdos de cada papel, ao qual o género está necessariamente associado, através da importância das atitudes verbalizadas e ensinadas pelos pais. (p. 84)

Mas no processo de transmissão e/ou reconstrução de significados para o trabalho e para a família não são só as influências históricas (que definem tendências de longo prazo no comportamento dos indivíduos), as circunstâncias sociais (que estão na base de flutuações e variações de curto-prazo nos critérios de produção desses comportamentos) ou as lógicas internas dos grupos de pertença que definem ou estipulam opções ou possibilidades de investimento. Para além desses factores externos, é também possível identificar nesse processo, diferenças que decorrem da própria experiência biográfica do "ser" em desenvolvimento, das vivências pessoais e interpessoais que permitem a cada indivíduo configurar modelos representacionais, formular intenções e orientações e adquirir saberes práticos mais idiossincráticos. Destaca-se aqui a vertente mais interna, mais volitiva dos cursos de acção individual.

É assim que, no intervalo de uma geração a outra, podem surgir orientações profundamente pessoais face à família e ao trabalho fruto da interacção entre as dinâmicas sociais, as particularidades do padrão de socialização, o significado do subjectivamente vivido e o próprio nível de desenvolvimento psicológico do indivíduo. Muitas dessas variações interindividuais emergem no espaço intersubjectivo da família em cuja cultura se sintetizam as representações, os valores, as normas e as expectativas sociais mais gerais, mais sistémicas e mais incontornáveis de cada época. Mais a mais, "*... before the individual was the community. The natural way to begin to construct a life plan is to look to family members and try to fit into the ongoing story by scripting our unique contribution to it.*" (Savickas, 1997, p. 14).

É, por isso, na família que se reforça a congruência entre os projectos individuais e os modelos sociais mais valorizados num processo que, sem inibir a emergência de um modelo de vida que potencie o desenvolvimento da identidade do novo ser, promove, ao mesmo tempo, a regulação social e uma integração positiva das novas gerações na sociedade. Na compreensão desta dupla-função do sistema familiar na tarefa socializadora, não podia deixar de apelar-se à teoria da interacção comunitária (Law, 1991) e à perspectiva de que a comunidade (também a

comunidade próxima que é a família⁴) tanto pode reproduzir as influências macrosociais como pode contrabalançar, mediar e modificar os efeitos desses controlos estruturais, tudo dependendo da natureza e da intensidade dos contactos pessoais directos que nelas têm lugar. Os efeitos da estrutura macrosocial tornam-se poderosos quando são retransmitidos e reforçados na comunidade mas enfraquecem quando as interacções que ocorrem na comunidade dificultam a sua retransmissão (Law, 1991).

Com efeito, enquanto contexto imediato de formação da identidade é na família que os indivíduos encontram maior ou menor incentivo à acção, à exploração (dentro e fora do seu «ghetto» - Law, 1991) e ao exercício reflexivo que lhes permitirá desenvolver a capacidade de abordar a realidade da vida adulta, da vida familiar e do trabalho de uma forma crítica e fazer opções de um modo personalizado. A aquisição de uma maior consciência de si como indivíduo e, ao mesmo tempo, como parte de uma geração e como parte de uma “comunidade” é, afinal, condição para que assuma protagonismo na condução do seu destino e, paralelamente, na construção do projecto de futuro da sociedade a que pertence.

Por essa razão, no contexto desta investigação, a abordagem das macro-estruturas sistémicas teria de ser conjugada com a atenção às acções e relações que se desenvolvem no microssistema familiar. De entre todos os papéis em relação aos quais a família pode constituir-se como contexto privilegiado de exploração e socialização para as gerações mais novas, coloca-se a tónica em dois domínios específicos de desempenho de papéis na vida adulta: a parentalidade e o trabalho. A escolha destes dois domínios, que correspondem a dois campos distintos de experiência e de investimento pessoal, traduz, por conseguinte, o reconhecimento da comprovada saliência dessas duas dimensões na estrutura da identidade individual bem como a noção de que são duas das esferas de vida que mais têm reflectido o efeito das transformações na sociedade global. Com efeito, o estudo das influências da família de origem na socialização dos jovens não tem acompanhado o ritmo das mudanças que, nas últimas décadas, revolucionaram as visões mais clássicas acerca da importância da família e do trabalho na vida dos indivíduos. A obsolescência das convenções sociais ligadas ao género, a alteração da estrutura e do conteúdo dos papéis ligados à família e ao trabalho, a maior afluência das mulheres ao mercado de emprego, são apenas alguns dos factores que convidam a reequacionar a contribuição da família para o desenvolvimento das gerações mais novas e, em particular, para a formação de certas expectativas e crenças quanto a duas fontes primárias de satisfação e realização pessoal na vida adulta. Trata-se, afinal, de reconhecer as implicações que as mensagens, as atitudes e os comportamentos que caracterizam a cultura familiar comportam para o processo de construção de significados e para a formação, pelas gerações mais novas, de representações relativamente a dimensões centrais do projecto de vida adulto como o trabalho e a parentalidade (Nascimento & Coimbra, 2001/2002).

⁴ Importa clarificar que o termo “comunidade” tanto se refere à vinculação, mais ou menos temporária, a um determinado grupo (como a família) como pode remeter para o encontro face a face, de curta ou longa duração. Ambos (vinculação e contacto) podem implicar níveis mais elevados ou mais reduzidos de intimidade e/ou distância. As macroestruturas referem-se, por sua vez às crenças e normativos que organizam a sociedade (Law, 1991).

Os primeiros episódios de vida que são significativos para o desenvolvimento vocacional devem, mesmo, ser procurados na família de origem já que é aí que os indivíduos começam a definir *scripts* de vida nos quais integram as experiências (os tormentos) associados aos diversos contextos em que estão envolvidos. (Savickas, 1997). Contudo, a influência da família de origem não termina na infância e/ou na adolescência mas mantém-se activa (directa ou indirectamente) ao longo de todo o ciclo de vida, quer quando os indivíduos se confrontam com problemas e situações que podem ser (melhor) resolvidas com o apoio emocional e instrumental dos pais (nomeadamente, durante a transição para a vida adulta, fase durante a qual pensam acerca do futuro e exploram activamente diversas possibilidades quanto aos compromissos profissionais e afectivos)⁵ quer quando se refugiam nas referências familiares internalizadas para decidir o que fazer, o que realmente é importante para si ou como devem posicionar-se no seu espaço de vida (Nascimento, Menezes & Coimbra, 2005).

Apesar do reconhecimento da importância da família no desenvolvimento vocacional, só recentemente a interface entre o trabalho e as relações começou a suscitar a atenção dos investigadores (Blustein, 2001; Flum, 2001; Phillips, Christopher-Sisk & Gravino, 2001; Hazan & Shaver, 1990; Richardson, 2001;2004; Sumer & knight, 2001) numa tendência que reflecte a perspectiva de que o trabalho e o desenvolvimento vocacional em geral não podem ser pensados independentemente dos conteúdos e dos processos afectivo-relacionais da experiência humana⁶. Trata-se também de uma linha de investigação que espelha uma valorização cada vez maior das perspectivas que salientam a centralidade dos factores contextuais no desenvolvimento humano (Blustein & Spengler, 1995). Em resultado deste ímpeto para uma compreensão mais alargada da interacção entre o trabalho e as relações, o estudo das relações trabalho-família e família-trabalho registou uma evolução considerável nas últimas décadas. Não é mais possível ficar indiferente aos resultados de investigações que demonstram que o trabalho e a família são domínios que se intersectam profundamente na vida humana (Edwards & Rothbard, 2000; Perry-Jenkins, Repetti & Crouter, 2000) nem ignorar o papel de outros significativos como os pais no processo de construção pelos jovens de projectos vocacionais e de vida. Todavia, têm sido relativamente poucos os esforços dedicados pela investigação à análise dos efeitos transaccionais das relações pais-filhos na construção e no investimento nesses projectos (Blustein, Devenis & Kidney, 1989; Gonçalves, 1995; 2006; Grotevant & Cooper, 1988; Palmer & Cochran, 1988; Young, 1983; 1999; 2001/2002; 2004; Young, Valach, Ball, Paseluikho, Wong, DeVries, McLean & Turkel, 2001; Young, Valach, Ball, Turkel & Wong, 2003; Winston & Keller, 2004). O trabalho da equipa de Richard Young em torno do projecto família-carreira (Young, 1983; 1999; 2004;

⁵ De acordo com Trempala e Malmberg, (1998) esta preocupação dos jovens com estas duas áreas do seu futuro, estão na base da criação de expectativas em relação à vida adulta nas quais os recursos pessoais e as experiências de desenvolvimento se combinam com aspectos sociais e culturais definindo atitudes relativamente aos papéis que fazem parte da vivência adulta.

⁶ Nas últimas décadas, têm sido mesmo muitos os autores que questionam a validade da distinção entre a dimensão vocacional e a dimensão pessoal/interpessoal do desenvolvimento considerando falaciosa e artificial a separação entre os aspectos ligados ao trabalho e outros aspectos da realização humana (Betz & Corning, 1993; Blustein, 1987; Davidson & Gilbert, 1993; Dorn, 1992; Haverkamp & Moore, 1993; Krumboltz, 1993; Lucas, 1993; Manuele-Adkins, 1992; Nascimento & Coimbra, 2005; Richardson, 1993; Subich, 1993; Tolsma, 1993; Zarka, 2000).

Young *et al.*, 2001; Young *et al.*, 2003) distingue-se, no entanto, como um dos mais significativos entre todos os que têm tentado alcançar uma visão dinâmica da relação entre a família e os projectos vocacionais⁷ e fornece evidência inequívoca quanto ao facto da qualidade dos projectos vocacionais dos jovens depender das oportunidades de exploração e das experiências relacionais que a família de origem lhes proporciona.

Os autores propõem que o desenvolvimento vocacional dos adolescentes é um projecto construído conjuntamente no contexto da família que envolve todos os participantes em acções intencionais e orientadas para objectivos. Young *et al.* (2001) verificaram que o projecto de desenvolvimento família-carreira se encontrava imerso e relacionado com um ou mais projectos nos quais os pais, os adolescentes ou a família como um todo se encontravam envolvidos. O estudo demonstrou que, para a maioria dos pais e dos adolescentes, o objectivo de manter uma relação positiva (projecto relacional, que diz respeito ao modo como a família exprime sentimentos, partilha afectos e garante apoios afectivos) ultrapassava o seu projecto familiar de desenvolvimento vocacional. Revelou também que alguns dos projectos vocacionais da família eram parte de um outro projecto saliente – o projecto parental (forma como os pais se envolvem e assumem o seu papel garantindo apoios diferenciados aos filhos consoante o seu grau de autonomia e nível de desenvolvimento). Isto é, a participação da família na construção do projecto vocacional do adolescente contribuía explicitamente para um conjunto de objectivos e acções tendentes à construção do papel de pai/mãe das figuras parentais. Emergiu também a ligação entre o projecto vocacional dos jovens e o projecto cultural da família (o modo como a família tenta salvaguardar as suas tradições e particularidades sem perder os traços culturais que a identificam enquanto família) e o projecto de identidade (forma como os diferentes membros familiares vão diferenciando e construindo as suas identidades pessoais ao mesmo tempo que preservam a identidade sistémica da família).

A conclusão dos autores é que os indivíduos dão significado ao projecto familiar de desenvolvimento vocacional no contexto de outros projectos familiares, individuais ou colectivos, e que os cinco factores que potenciam esse processo são: (1) o envolvimento dos pais e adolescentes em acções conjuntas dirigidas para objectivos comuns; (2) a existência de uma comunicação aberta; (3) a identificação conjunta de métodos para atingir os objectivos; (4) a promoção da autonomia e da identidade do adolescente relativamente aos pais; e, (5) a disponibilidade dos pais para garantirem, na sua agenda, um apoio activo aos adolescentes.

Fica claro, tanto por este como por outros estudos da mesma equipa de trabalho, que o projecto relacional sobressai como força impulsionadora para o desenvolvimento vocacional dos

⁷ Este destaque justifica-se pelo facto de, em contraste com outros estudos, a investigação de Young *et al.*, (2001) adoptar uma complexa metodologia qualitativa ("*qualitative action-project method*") com recurso ao registo audiovisual (ao longo de seis meses) de diálogos entre pais e filhos sobre os projectos vocacionais destes últimos e à análise da forma como, ao longo do tempo, esses projectos se integram noutros projectos familiares. Trata-se também de um estudo que recorrer a uma dupla fonte de dados (pais e filhos) ao passo que outras investigações limitam a sua avaliação das percepções dos adolescentes e jovens acerca de a influência de variáveis do contexto familiar ou parental nos seus projectos vocacionais (Gonçalves, 2006; Schulenberg, Vondraceck & Crouter, 1984; Whiston & Keller, 2004, para uma revisão).

adolescentes (Young, 2004) e para a construção dos outros projectos da família (Young *et al.*, 2003). De resto, observa-se um forte consenso em torno da ideia que o desenvolvimento vocacional dos indivíduos está atravessado por circunstâncias diversas ligadas às suas vivências familiares sendo possível encontrar posições que apontam para a possibilidade do trabalho reflectir, pela via de processos tácitos, alguns dos conteúdos e processos afectivo-relacionais da experiência familiar e ser palco da resolução de alguns dilemas familiares ou vocacionais (Chusid & Cochran, 1989; Cochran, 1990; Savickas, 1997; Zimmerman & Cochran, 1993). Apesar deste consenso, a relação entre as aprendizagens que têm lugar na família de origem quanto ao significado do trabalho e da parentalidade e os mecanismos e os factores psicológicos que participam ou moderam o processo de transmissão intergeracional desses significados ainda não foram suficientemente estudados.

A presente investigação visa justamente contribuir para aumentar o conhecimento disponível acerca da construção de projectos na interface família-trabalho segundo um ângulo que salienta a importância das experiências vividas na família de origem, na construção da identidade de pais/mães e de trabalhadores/profissionais dos indivíduos. Pretende-se mais especificamente que os resultados do estudo ampliem a compreensão da relação família-trabalho no que diz respeito (1) à dimensão da continuidade/descontinuidade intergeracional nos projectos de investimento no trabalho e na família (em particular no subsistema parental); (2) à natureza interactiva do papel parental e de trabalhador/profissional, com uma ênfase particular na família de origem enquanto contexto de contacto continuado dos jovens com os padrões de investimento dos pais enquanto modelos do papel parental e de trabalhador/profissional que lhes permitem criar impressões e formular expectativas quanto às exigências da vida adulta e definir as metas a que poderão propor-se; e, (3) ao contributo dos padrões de ligação afectiva aos pais na construção, pelos filhos, de significados para os papéis parental e de trabalhador/profissional que os ajudem a compreender qual a posição a assumir na família e no trabalho.

Admitindo-se a complexa rede de interrelações entre os vários contextos de vida, circunscreve-se a análise à relação mesossistémica entre o sistema familiar (focando-se, especificamente, a ligação entre o subsistema parental e o subsistema filial) e o sistema profissional. Embora não se pressuponha uma sequência causal invariante na relação entre os dois termos do binómio família-trabalho, o facto de se privilegiar a análise geracional intrafamiliar leva a que se dê prioridade à avaliação da influência que as dinâmicas do contexto familiar poderão ter no grau de investimento futuro dos indivíduos no trabalho. Sem que se negligencie a hipótese de uma influência recíproca, analisa-se também a interferência, positiva e negativa, directa e indirecta, do nível profissional e do investimento da figura parental no trabalho na qualidade da relação pais-filhos. Considera-se, portanto, que a relação que as figuras parentais terão mantido com o trabalho é um factor susceptível de influenciar a qualidade das relações familiares e, em especial, o relacionamento com os filhos.

Por essa razão, ainda no **Capítulo I**, procede-se à exploração da contribuição de três modelos teóricos que, tendo em comum a valorização do pressuposto do desenvolvimento

vicariante das estruturas internas de significação da realidade, propõem diferentes conceptualizações dos processos psicológicos de transmissão intrafamiliar: (1) a “consanguinidade psicológica” resultante das relações de vinculação pais-filhos (Teoria da Vinculação); (2) a aprendizagem decorrente da exposição do jovem a uma figura adulta (pai e/ou mãe) que modela expectativas e/ou comportamentos (Teoria da Aprendizagem Social); e, (3) a criação de significados a partir da interpretação e apropriação de pautas de conduta emergentes da interacção pais-filhos (Perspectiva do Interaccionismo Simbólico). Partindo dos pressupostos destes racionais teóricos são elaboradas algumas hipóteses conceptuais relativamente aos mecanismos de transmissão do investimento na parentalidade e no trabalho que se agrupam em torno de duas expectativas principais quanto aos resultados do processo de transmissão que aparecem descritas no **Capítulo III**: a ocorrência de reprodução/emulação e/ou a ocorrência de compensação/reparação pelos filhos do padrão de investimento parental. Neste mesmo capítulo, são explicitados e sistematizados os aspectos empíricos nucleares do projecto que, não obstante terem sido introduzidos nos capítulos anteriores a pretexto de uma ou outra consideração teórica, tenham porventura, ficado dispersos ou sido insuficientemente explanados nessa primeira parte da dissertação. Será, por isso, descrito o plano de investigação, elencados os objectivos gerais, apresentadas as questões específicas da investigação, e clarificados alguns conceitos. Serão, ainda, expostos os procedimentos de amostragem postos em prática e caracterizadas as diferentes amostras envolvidas na investigação. Seguir-se-á a identificação das principais dimensões/variáveis psicológicas analisadas, a caracterização dos instrumentos adoptados na sua operacionalização e a apresentação dos resultados dos estudos de validação factorial e de consistência interna das medidas utilizados na análise quantitativa das dimensões psicológicas abordadas, com destaque para o instrumento de avaliação da Percepção dos Investimentos Parentais, que foi propositadamente construído para os fins desta investigação. Por fim, será efectuada a caracterização da subamostra de participantes na componente qualitativa do estudo sendo expostas as fases do processo de classificação dos comentários e observações produzidos por aqueles a propósito dos temas tratados e apresentado o sistema de categorias usado na classificação das unidades de expressão em que as respostas dos participantes foram decompostas.

No **Capítulo IV** apresentam-se, numa primeira fase, os resultados dos estudos correlacionais efectuados relativamente a todas as variáveis envolvidas no estudo, sendo dado destaque, na descrição destes resultados, aos pares de variáveis cujo valor de r tenha registado uma magnitude superior a 0,30. Numa segunda fase, são descritos os procedimentos de análise estatística adoptados na comparação intergeracional e intrageracional. Na estimativa de diferenças intergeracionais, pressupõe-se a independência dos grupos geracionais, isto é, apenas se considerou a pertença dos participantes a duas coortes cujo critério de demarcação é o da sua posição histórica relativamente aos acontecimentos de Abril e, por conseguinte, as características do contexto social e cultural a que reportam as experiências em investigação. Ainda no plano da comparação intergeracional privilegiou-se a análise de diferenças entre os homens e as mulheres

de cada geração no sentido de detectar a presença de variações nos investimentos, nas percepções de apoio conjugal e nos descritores da relação interpapéis em função do género. São também apresentados os resultados dos estudos diferenciais realizados no interior de cada grupo geracional nos quais o género, o número de filhos, o nível profissional e a idade do filho focal (esta última variável testada apenas na Geração 2) foram utilizados na condição de variáveis independentes. Ainda no quadro das análises intrageracionais procede-se à descrição dos resultados relativos à comparação intrassujeitos das dimensões de variáveis multidimensionais (*e.g.*, *spillover* interpapéis) ou de constructos relacionados (*e.g.*, investimento) tendo-se atribuído à variável género o estatuto de factor intersujeitos para melhor poder contextualizar as possíveis diferenças encontradas. Apresentam-se, adicionalmente, os resultados das análises intersujeitos realizadas relativamente a variáveis avaliadas, exclusivamente, na G2 como as memórias da ligação afectiva pais-filhos e as percepções de investimento dos pais no trabalho e na parentalidade cujas diferenças foram estimadas em função do género, do número de irmãos, da posição na fratria e do nível profissional da figura parental. Estas análises foram conduzidas separadamente para o pai e para a mãe. Numa terceira fase, procedeu-se a uma série de análises diferenciais nas quais as dimensões psicológicas mais centrais do estudo (como o investimento e as memórias da ligação afectiva) foram transformadas em variáveis categoriais que, tomadas como atributos psicológicos, permitiram efectuar, em cada geração, a comparação dos participantes relativamente às restantes variáveis considerando a sua pertença a cada condição das novas variáveis emergentes – o Padrão de Investimento (quatro categorias), a Intensidade do Apoio Conjugal Percebido (duas categorias) e o Padrão de Ligação Afectiva (quatro categorias). Estas análises permitiram uma primeira aproximação ao objectivo de exploração intrafamiliar da questão da transmissão intergeracional dado que tornaram possível o cruzamento das respostas e a comparação das experiências de pais e de filhos. Neste sentido foi investigado o impacto do investimento das figuras parentais no trabalho e na parentalidade (auto-relatado e percebido pelos filhos) nas memórias de carinho e de superprotecção dos filhos, apresentando-se os resultados das análises de regressão múltipla efectuadas. Numa quarta fase, expõem-se os resultados de procedimentos de modelação de estruturas de covariância e de análise confirmatória, conduzidos em díades familiares homogéneas e heterogéneas quanto ao género, através dos quais se foram explorados dois modelos teóricos: Um dos modelos operacionaliza a hipótese da predição directa e indirecta (sob mediação da experiência de *spillover*) do investimento dos pais nas memórias de carinho e superprotecção dos filhos; no segundo modelo estas memórias assumem, hipoteticamente, o estatuto de variáveis mediadoras que influenciam o grau no qual o investimento auto-descrito dos pais no trabalho e na parentalidade se mostra um preditor significativo do investimento actual dos filhos nesses mesmos domínios. Numa quinta fase, e partindo de um ponto de vista conceptual que rejeita a clivagem entre trabalho e não trabalho, sistematizam-se as diferenças encontradas na G1, entre mulheres domésticas e não domésticas quanto à equiparação da vida doméstica a trabalho remunerado e quanto às restantes variáveis psicológicas do estudo, nomeadamente o

investimento e os descritores da relação interpapéis. Isoladas as mulheres domésticas, procurou ainda captar-se as especificidades da sua relação com os dois papéis analisando-se os resultados dos estudos diferenciais efectuados para todas as variáveis investigadas, em função do número de filhos e da percepção apoio conjugal. Os resultados da análise de conteúdo dos comentários e observações dos participantes encontram-se descritos na última parte do Capítulo V onde, para além de se poder encontrar uma caracterização geral dos principais enfoques dos comentários, se tem acesso a informação relativa à frequência de unidades de expressão classificadas em cada categoria e subcategoria discriminada por Geração, Género e Padrão de Investimento. Embora estes resultados apenas surjam no final do capítulo, constituem talvez a expressão mais genuína dos participantes relativamente aos temas que o preenchimento dos questionários trouxe à tona da sua consciência, sendo porventura aí que se encontram elementos decisivos ao enriquecimento dos significados que só superficialmente se podem extrair da análise estatística de padrões de resposta condicionados por uma estrutura (os questionários) externa e estranha ao modo de representar e narrar subjectivamente a sua relação com o trabalho e com a parentalidade. De qualquer forma, é mesmo por isso que estes resultados constituem uma das mais valias desta investigação, um complemento singelo mas indispensável a uma leitura mais real e mais humanizada do grande volume de informação estatística que constitui o corpo principal deste capítulo.

Finalmente, porque também esta investigação assume a dimensão de um projecto, também ela é história e futuro. O trabalho que aqui se apresenta é fruto de um caminho que foi percorrido seguindo os trilhos desbravados pelo saber que outros antes construíram mas é, igualmente, uma tentativa de, no limite dos possíveis (e às vezes, dos impossíveis) do quantificável, abrir novos atalhos que possam levar mais longe os conhecimentos já alcançados sobre os processos da transmissão intergeracional. Cada um dos capítulos atrás referidos é prova testemunhal desse esforço. O último capítulo, o **Capítulo V** terá a missão de elaborar e organizar esses vários testemunhos reflectindo sobre os momentos desta história, avaliando os objectivos alcançados e atribuindo-lhes significado. Dada a complexidade do plano de análise, optou-se por traçar primeiramente um perfil compreensivo dos resultados obtidos relativamente às principais variáveis envolvidas no estudo, procurando caracterizar a posição por elas assumidas tendo como referência os valores médios registados pelos participantes relativamente a cada uma delas. Embora os principais resultados sejam relatados no Capítulo II, recorreu-se, neste caso, à representação gráfica para facilitar a localização das diferenças significativas que foram encontradas nos três tipos de comparação efectuadas: (1) Geração 1 (G1) *versus* Geração 2 (G2); (2) Homens/Mulheres da G1 *versus* Homens/Mulheres da G2; e, (3) Homens *versus* Mulheres da G1 e da G2. Pretende-se, também que este capítulo final tome a forma de um legado, isto é, que ressalte dimensões e questões que outros investigadores possam querer manter vivas nos projectos que venham a construir. Desta forma, procurar-se-á mostrar quanto se avançou nesse percurso, quanto ficou para trás e quais as evoluções que esse percurso

poderá vir a ter, acreditando que alguém, no futuro, tenha a possibilidade e a vontade de fazer-se dele autor e reescrever esta história.

Resta acrescentar que este é também um projecto subjectivamente vivido, carregado de feitos, efeitos e sonhos desfeitos, que ficam indelevelmente gravados no “ser” que o investiu. Essa parte da história, privada e íntima, não seria possível (nem suposto), um texto com preocupações científicas, conseguir narrar. Os momentos de entusiasmo, de curiosidade, de inquietação, de dúvida, de angústia, de ansiedade, de cansaço... esses ficam (por enquanto) guardados na memória do autor.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL



DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO
INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPEIS:
UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL
Inês Nascimento, FPCEUP-2007

1. A Transmissão Intergeracional e o Processo de Herança

De geração em geração, como a lente concentra a luz do sol para dar origem ao fogo, também no momento da sucessão – quando ela existe – esta concentra, em cada família, os raios do amor dado e recebido. Por vezes muito ou por vezes demasiado pouco. (Bernard Prieur, 1999, p.10)

No prefácio à edição portuguesa da obra “Heranças familiares”, Bernard Prieur expõe de uma forma particularmente feliz, através desta metáfora, a “máxima” que inspira a presente investigação: o modo de vida de cada indivíduo funda-se e constrói-se na coexistência e na sucessão de gerações e em muitos (senão em todos os) casos, pela transmissão dos bens não tangíveis que constituem o património psicológico (*i.e.*, afectivo e emocional) de uma família. Trata-se de um processo que, implicando o acto de partilhar, pode tornar-se problemático se não existir nas famílias uma sabedoria (principalmente, de ordem afectiva e emocional) que permita aos seus membros compreender que “...bem partilhar não significa forçosamente tudo dar.” (Prieur, 1999, p.10).

Mas o processo de transmissão depende, também, em larga medida, de como se comporta aquele que recebe, do grau no qual aceita ou recusa a herança (conforme se identifique mais ou menos com o dador e o que a herança dele revela), e do modo como a torna sua na perspectiva de um dia mais tarde a transmitir a outro: “Aceitar uma herança é ocupar o seu próprio lugar na linhagem, reconhecer a sua posição de donatário.” (Camdessus, 1999, p. 14). Percebe-se, portanto, que o processo de transmissão se enraiza fortemente na própria interacção entre os seus intervenientes – aquele que dá ou transmite, e aquele que herda ou recebe. Ele funda-se nos processos emocionais e afectivos que tem lugar na família e revela a verdadeira natureza das relações estabelecidas na infância. É nesses processos que têm tanto de subjectivos como de não igualitários, que se define o que se dá e o que se recebe.

Esta é, aliás, a grande diferença entre o modo como o Direito e a Psicologia perspectivam a questão da transmissão. Se o Direito impõe uma distribuição objectiva e igualitária dos bens, se é possível o herdeiro reclamar ou renunciar a um determinado objecto, a partilha do património afectivo pressupõe outros princípios, outros critérios e possibilidades. “Nunca um pai ou uma mãe se permitem dizer que se sentem mais próximos de um dos seus filhos. É aí que reside toda a diferença entre a igualdade imposta pelo direito, e a equidade sugerida pela vida.” (p. 10). De resto grande parte da herança escapa às leis e à justiça porque se transmite espontaneamente, e muitas vezes também inconscientemente (Camdessus, 1999). Transmite-se por via genética mas também por via de uma espécie de consanguinidade psicológica, produzida na orgânica da convivência familiar. É por esta última que passam os bens mais fundamentais, aqueles que servem de suporte às relações de afecto e que se desenvolverão na coexistência e na sucessão das gerações e que deixam rastro na memória familiar.

1.1. Transmissão e Memória Familiar

Sorte d'antichambre de l'alterité, s'y construit le rapport de chacun à sa propre histoire, mais aussi aux autres de cette histoire là. Au-delà de l'individu s'y inscrivent les mouvements de continuité et les mouvements de rupture dans l'histoire des familles, dans les liens familiaux, dans les formes de transmission et dans les contenus de l'héritage. Tel un courant continu de redéfinition et de recomposition, a partir de logiques collectives et de vécus singuliers, elle anime la succession des générations et participe aussi, souterrainement, mais activement à l'histoire renouvelée de la société. (Muxel, 1996, p.10)

A questão da herança remete, incontornavelmente, para o processo de desenvolvimento da própria memória familiar. Produzida na interacção entre a subjectividade do indivíduo e as normas colectivas do sistema familiar, esta memória resulta de uma composição de registos de experiências, de discursos e de significados (Muxel, 1996): *"La memoire familiale prend son sens à partir de la façon dont leur impératifs et leurs significations propres son négociés par le sujet"*. (p. 39). É a subjectividade que permite a transformação das normas familiares colectivas porque é o indivíduo que decide a utilidade dessas normas para si.

A subjectividade não só está em primeiro lugar na decisão quanto à utilização que é feita das recordações como é, ela própria, condição da emergência (selectiva) dessas recordações. Todavia, a recordação só é possível na medida em que o indivíduo se consiga distanciar de tempos anteriores da sua existência e dos outros que fizeram parte desse passado. É pela interiorização subjectiva do "nós" que a memória lhe permite afirmar a sua singularidade. Trata-se de uma memória que inscreve o indivíduo numa realidade própria e, por essa razão, se torna emancipatória. Mas ao mesmo tempo, a consciência da sua separação e diferença é o que lhe permite religar-se a esses outros que fizeram parte desse passado.

...Cette construction personnalisée révelè des différentes formes de l'attachement familiale. La mémoire familiale serait-elle aujourd'hui autre chose que la conscience d'un attachment ? Donc autre chose que le conscience de la séparation ?" (Muxel, 1996, p. 203)

Os conteúdos dessa memória revestem-se de diferentes funções que correspondem aos diferentes modos através dos quais os indivíduos estabelecem e mantêm uma ligação específica ao seu passado familiar (Muxel, 1996): (1) a função de transmissão; (2) a função de revivescência; e, (3) a função reflexiva. Cada uma destas funções representa variações no modo narrativo da história familiar (centrado no "nós", no "mim" ou no "Eu", respectivamente) bem como no tipo de discurso que lhe está associado (normativo, subjectivo ou objectivador, respectivamente). A memória familiar constrói-se a partir da forma como o indivíduo interioriza as possibilidades oferecidas por cada uma destas funções e as utiliza na interpretação do seu passado: como necessidade de transmitir algo que possibilite a perpetuação de uma memória colectiva (função de transmissão); como desejo de reviver intimamente acontecimentos da sua

vivência familiar (função de revivescência); como procura de objectivação de um passado que carece de reorganização. Constrói-se também através do esquecimento que é o factor que permite que cada função da memória familiar tenha condições para operar de forma mais eficaz.

A função de *transmissão* inscreve-se na continuidade da história familiar e aparece como a vontade de perpetuar as características e atributos particulares dessa história e de uma identidade colectiva partilhada. Através desta função, a memória familiar restitui aos indivíduos a sua própria história através de um conjunto de ligações genealógicas e simbólicas que o fazem sentir pertencer a um grupo familiar e unido aos outros membros que dele fazem parte. Neste contexto, a memória familiar transcende a história das existências singulares e exprime-se na cadeia de gerações, porque o objectivo é reproduzir, repetir. Este imperativo de transmissão é, mais do que um dever da memória, uma condição de identidade para os indivíduos. É ela que contribui para a elaboração da identidade social de cada elemento da família pois é no processo da sua elaboração que, ao mesmo tempo, se cria o sentimento de pertença e a necessidade de diferenciação dos seus membros "*On retrouve bien toujours à l'oeuvre la double négociation identitaire que sont l'appartenance et la différenciation.*" (Muxel, 1996, p.14).

Uma vez que perpetua o passado a partir do presente (ela é negociada e renegociada em função do presente), é através dos exemplos e modelos contidos nessa memória que a identidade do sujeito se constrói. Ela define um quadro de crenças, valores e comportamentos que permite aos indivíduos sentirem-se mais integrados e moverem-se com mais segurança no presente. Ainda que a memória seja consciência de um passado e a presença desse passado em si, ela só faz sentido quando olhada a partir do presente. Para poder sentir-se actor da sua própria história, é preciso que o indivíduo seja capaz de esquecer para agir, para se adaptar para mudar, para permanecer. Este é, aliás, o paradoxo da transmissão: é preciso transmitir para fazer perdurar mas para perdurar é preciso adaptar-se ao que é novo (Muxel, 1996). O esquecimento permite, justamente, a abertura ao novo: "*La transmission familiale n'est jamais une reproduction à l'identique. La transmission ne se départit pas de la part de création qui en fait toujours un acte fondateur. Pour transmettre, il faut être capable tout autant de se souvenir que d'oublier.*" (Muxel, 1996, p. 23). Desta forma, a memória familiar não é só uma memória arqueológica (a memória das origens que põe o sujeito em relação com a anterioridade) mas é também uma memória referencial que funciona como uma didáctica na aprendizagem dos papéis, dos estatutos que caracterizam a posição na história, do grupo familiar. É também uma memória ritualizada, emblemática, de natureza afectiva, que através da sacralização de momentos especiais da vida familiar, procura reforçar a coesão do grupo transmitindo os hábitos, os modos de expressão e de comunicação que caracterizam as interacções familiares quotidianas ou que são típicos de acontecimentos festivos. Como refere Muxel (1996): "*C'est para la répétition qu'opère la transmission, c'est para la sacralisation que se fait la reproduction.*" (p. 19).

A função de *revivescência* está ligada à experiência afectiva e ao vivido subjectivamente. Esta função da memória traz à consciência as recordações da infância e dos momentos vividos em família. Trata-se de uma dimensão interior da memória familiar, impressionista e emocional, que tem como base a experiência pessoal do passado e que é preenchida pelos afectos, sentimentos e relações que nela ficaram contidos desde os tempos mais remotos da infância até ao momento em que termina o período de cohabitação familiar. É uma memória quase mágica que ao projectar os indivíduos no passado lhes cria a ilusão de reviver esse passado mas que está constantemente ao serviço das necessidades do presente: "*Le souvenir revient alors garant d'éternité.*" (Muxel, 1996, p. 27). Neste sentido, esta é uma memória atemporal, isto é, que anula o tempo ao permitir que, através da recordação, o indivíduo seja propulsado do presente para o passado.

Através desta função a memória familiar define os contornos da identidade afectiva do indivíduo. É a memória de si numa rede de relações e de trocas afectivas em que se fundem imagens e emoções: "*Espace clos d'une intimité d'enfant, c'est une mémoire égocentrée, car animée par un besoin personnel et intime de réminiscence.*" (Muxel, 1996, p. 24). É, por isso, uma memória regressiva e visual na qual os indivíduos se refugiam cada vez que precisam de recuperar uma imagem agradável do passado que desejam viver de novo (memória de prazer) ou encontrar uma imagem desagradável para a qual pretendem encontrar um certo sentido (memória de desprazer). O esquecimento actua, neste caso, como um factor protector ao tornar impossível que surjam no plano da consciência recordações negativas do passado, ao impedir que reapareçam na memória as frustrações, as traições, os ressentimentos, os segredos da vida familiar. A existência pode tornar-se mais suportável se for apagado da memória o que causa sofrimento. De qualquer modo, este tipo de esquecimento, mesmo tornando o passado um pouco mais opaco, não desliga os indivíduos do seu passado: "*... en faisant écran, il empêche le sujet d'accéder à sa propre vérité, mais il n'en reste pas moins protecteur et par ce fait même libérateur en lui permettant d'exister. Car l'oubli fonde un savoir même si ce savoir est refoulé.*" (Muxel, 1996, p. 29).

A terceira função, de *reflexividade*, permite realizar uma avaliação crítica do próprio destino e torna possível uma leitura intelectualizada do passado. Trata-se de uma função que evoca o passado sob a forma de reflexão mas que está centrada na avaliação da trajectória pessoal e que, por isso, conjuga um esforço de avaliação retrospectiva e prospectiva do percurso realizado e a realizar. Esta função da memória familiar, permite aos indivíduos, essencialmente, apreciar os acontecimentos do passado de forma mais distanciada de modo a fazer um balanço provisório do vivido e a tirar lições para o futuro. A memória (memória-balanço, memória-censura, memória-explicativa) é instrumentalizada no sentido de definir um quadro de análise, de pensamento e de acção que permita ao sujeito situar-se na história familiar: "*Il s'agit non plus de vouloir transmettre ou de revivre, mais de se retourner sur son passé pour en signifier le sens en soi, mais aussi le sens pour soi.*" (Muxel, 1996, p. 30).

Uma vez que obedece a uma lógica racional, isto é, opera segundo processos mais cognitivos que emocionais, as recordações são selectivas. O indivíduo recupera selectivamente do passado os aspectos que lhe interessa recapitular, comparar, discernir de modo a neles encontrar uma forma de interpretar e compreender o momento presente: *"Si la mémoire est bien du temps incorporé, elle est aussi un présent signifié....S'y inscrivent l'effet des temporalités propres de la trajectoire individuelle ainsi que l'effet des rationalisations ou des justifications mises en place pour orienter les traces laissées en soi par ce passé..."* (Muxel, 1996, p. 199). Este processo pressupõe uma negociação entre a identidade pessoal construída e a experiência anterior, uma negociação existencial da qual depende o equilíbrio entre a imagem de si no passado (memória retroactiva) e a projecção dessa imagem no futuro (memória antecipatória). A existência de tensões entre essas duas vertentes da representação de si próprio pode implicar que a revisão do passado se acompanhe de uma reelaboração da memória: *"Il définit son affiliation à partir des ajustements personnels qu'il a ressenti la nécessité d'opérer, en fonction des dotations positives dont il s'est senti lesté, mais aussi des manques qu'il a dû combler..."* (Muxel, 1996, p. 32).

Em nome da preservação da individualidade própria essa negociação com a história familiar pode implicar a necessidade de se libertar dos excessos do passado, isto é, de se emancipar de uma afiliação sentida como sufocante ou constrangedora. Pode também exigir que o indivíduo lide com a consciência dolorosa das faltas do passado. Neste caso, o mais comum é que o indivíduo reclame do facto de não estar dotado de um capital de afectos e de confiança que lhe permitam enfrentar a sua própria vida e relacionar-se intimamente com os outros:

...memoire du regret de ne pouvoir réparer les relations nouées dans le temps de l'enfance, relations à jamais compromises et ratées...Um père qui ne vous jamais pris sur ses genoux, une mère à qui l'on ne pouvait pas confier...Le défaut de ne pouvoir se souvenir d'un geste de tendresse, d'une parole aimante. (Muxel, 1996, p. 34)

Face a um passado que nunca poderá ser completamente reparado, a memória negoceia um esquema que possa tornar mais suportável o estigma da privação e o sentimento de vazio. Por vezes, apresenta-se como uma memória reactiva que denuncia as características familiares das quais o indivíduo se quer demarcar. O trabalho de reflexividade visa, neste caso, evitar a repetição, a reprodução. A memória, rejeitante e condenatória, exprime aquilo que o indivíduo quer fazer diferente, que quer, sobretudo, *"Faire autrement que ses parents..."* (Muxel, 1996, p.35) – seja porque considera obsoletos certos valores ou comportamentos que os pais lhe deram como exemplo seja porque estes lhes tenham sido impostos. É uma memória idêntica à memória referencial que está presente na função de transmissão mas que é utilizada ao contrário. Neste caso, as referências são vistas como repulsivas e fazem aparecer a vontade de escolher outras vias.

Deste modo, a memória reactiva faz emergir uma oposição entre o indivíduo e o universo familiar. A dissonância que surge entre as normas atitudinais e comportamentais observadas na família e as escolhas e aspirações dos indivíduos pode mesmo desencadear uma fractura identitária, isto é, uma cisão entre quem o indivíduo era e o que pretende ser. Nestas circunstâncias, a única forma de evitar a ocorrência de uma ruptura total do indivíduo com o seu passado, reside na possibilidade de reconhecer as dívidas que tem para com os pais. Trata-se de recordar o papel que os pais tiveram no desenvolvimento do seu percurso pessoal o que conduz à aceitação de uma herança que não pode ser renegada sem gerar sentimentos de culpa ou de arrependimento. Através desta cedência ao princípio da afiliação original (*i.e.*, de que serão sempre os filhos dos seus pais) a memória reflexiva poder-se-á tornar reconciliadora e, assim, assegurar que os indivíduos se religuem ao passado e à história familiar através de um esforço de reapropriação.

A contribuição do esquecimento é, também aqui, fundamental. Sobretudo aquele esquecimento aparente que apaga apenas o que está à superfície pois as memórias continuam registadas numa zona um pouco mais profunda. Quando a memória reflexiva entra em acção em busca da verdade, são explorados todos os níveis da memória, incluindo o esquecimento que é também, de uma certa maneira, revelador da verdade existencial que o indivíduo procura: "*Oublier, c'est alors rendre le passé immuable.*" (Muxel, 1996, p. 38). A sua invisibilidade é mesmo a propriedade que garante que os acontecimentos esquecidos permanecerão intactos mesmo que sobre eles se venham a inscrever novas recordações.

Enquanto dimensão de síntese intergeracional, a memória familiar corresponde a um tipo de memória que evolui e se modifica segundo dois eixos (Rey, 1999). Um desses eixos (eixo vertical ou genealógico) descreve a relação da memória com o tempo; em torno deste eixo cada geração confronta-se com a necessidade de ajustar os padrões, papéis, estilos, costumes, segredos, crenças, saberes e valores, transmitidos através das gerações precedentes, à realidade de cada época⁸. O outro eixo (eixo horizontal ou transversal) descreve a relação dialéctica da memória familiar com a comunidade tendo subjacente a exigência de ajustamento da microcultura familiar ao ecossistema sociocultural: "É a memória familiar que vai seleccionar os saberes, privilegiar algumas recordações que defendem os valores autorizados, dinamizar umas crenças e ocultar outras, manter ou abolir tradições e rituais graças aos que exercem a função de transmissores de memória." (Rey, 1999, p. 123).

⁸ De acordo com Figueiredo (1985), na sociedade contemporânea, em consequência do prolongamento da formação escolar, da mundialização dos meios de comunicação social e da criação de culturas juvenis, a herança geracional tende a ser mais importante no plano social do que no plano familiar. Tal, no entanto, ao invés de diminuir o interesse pela análise das dinâmicas da transmissão familiar, acentua a necessidade de atender permanentemente às interações pais-filhos-sociedade. Num cenário de rápida evolução tecnológica, a importância social que os jovens vão assumindo na liderança do processo de mudança ideológica, leva Figueiredo (1985) a antecipar um agravamento do conflito de gerações: "As necessárias adaptações a nível dos valores ideológicos tornaram-se ainda mais pertinentes quando o dificultar o acesso à herança aos jovens se transformou num dos processos protegendo as gerações instaladas do impacto insegurizante da mudança.... As camadas jovens revelam uma grande apetência para aceitarem ou proporcionarem modificações a nível da ideologia e que irão produzir-se, muito provavelmente, nas áreas que têm a ver com os interesses dos próprios jovens, proporcionando-lhes o acesso à herança." (pp. 24-25).

Uma vez que a transformação da memória familiar se faz por um processo de reconstrução, o esquecimento e a nostalgia, são os dois elementos responsáveis pela selecção e reciclagem das recordações que cada geração recebe e transmite ou, como refere o autor, os dois principais obreiros da estética familiar. O esquecimento opera ao nível da depuração e da reparação da memória familiar, permitindo que esta se liberte das recordações indesejáveis e que cada geração não sofra o incómodo das suas consequências. A nostalgia constitui o marcador emocional que actua a nível da reconstituição da memória familiar, acrescentando-lhe elementos afectivos que favorecem a remodelação das recordações passadas e a defendem do esquecimento permitindo a construção de um futuro melhor (Rey, 1999). Na sua função teleonómica (*i.e.*, tendo como objectivo a transmissão da memória familiar de uma geração a outra) a, nostalgia, ou a emoção de um modo mais geral, apresenta-se, assim, como um factor capaz de fazer emergir recordações a partir do próprio esquecimento. No entanto, quando presente, por excesso ou por defeito, no processo de estética familiar pode também bloquear a capacidade evolutiva do sistema familiar e projectar-se no futuro:

As famílias em sofrimento falam-nos dos efeitos de um meio em perpétua evolução, já não sabem utilizar o que aprenderam com os seus antepassados, já não sabem o que é pertinente transmitir aos seus descendentes para uma boa gestão do futuro: a memória magoa, o esquecimento torna-se negação, a nostalgia é grande ou não existe... (Rey, 1999, p. 131)

É nesses casos que o imaginário pode ter um papel importante, ao permitir inventar a continuação e criar um futuro, permitindo que as heranças sejam também oportunidades de mudança e de inovação. Inevitavelmente há duas questões que se colocam: Que estruturas e processos determinam o que será conservado e transmitido de uma geração a outra? E, por outro lado, que estruturas e processos promovem a mudança intergeracional?

Segundo Schonpflug (2001), o processo de transmissão cultural não conduz a uma replicação constante da cultura em gerações sucessivas mas fica entre a transmissão exacta da cultura (com quase nenhuma diferença entre pais e filhos) e a falha completa de transmissão (com quase nenhuma semelhança entre gerações). Os traços culturais podem ser perdidos, quer porque não sejam adoptados quer porque são activamente transformados por traços novos entretanto introduzidos. Em termos funcionais, parece óbvio que qualquer um destes extremos seria problemático para o futuro e a viabilidade de qualquer sociedade: a transmissão exacta não permitiria a ocorrência de novidade ou mudança e, portanto a capacidade de responder a novas situações, ao passo que falhas na transmissão não permitiria a acção coordenada entre as gerações (Boyd & Richerson, 1985). Na ausência de uma memória colectiva, co-construída pelas gerações, a estruturação do sentido de projecto de uma sociedade ficaria seriamente comprometida (Attias-Donfut, 1988).

2. O Processo de Diferenciação Geracional: A Perspectiva Sócio-Psicológica de Attias-Donfut (1988)

Cada geração define-se socialmente no espaço de intersecção entre a memória colectiva e os acontecimentos da história contemporânea. É a memória colectiva que dá coerência à história ao reter do passado os elementos que são capazes de permanecer vivos na consciência de um grupo. É ela que contribui para a estruturação contínua do tempo social, isto é, para a definição do presente, do passado e do futuro incarnado pelas diferentes gerações. É graças a essa distorção ou reconstrução que ela opera sobre o passado, para lhe dar sentido e justificação (*i.e.*, para adaptar os factos antigos às crenças e necessidades do presente) que há uma corrente contínua de pensamento a atravessar as várias gerações. Deste modo, uma geração define-se, essencialmente, pelo modo como autonomamente contribui para a elaboração da memória colectiva dos acontecimentos únicos que marcam a história no momento da sua existência, pelo grau no qual é capaz de manter viva essa memória colectiva.

Enquanto depositária da memória de uma época que é suposto testemunhar junto daqueles que não a viveram, a missão de uma geração é também a de assumir do passado apenas as facetas ou dimensões nas quais o presente, as novas gerações, desejam e podem reconhecer-se. Desta forma, apesar de partilhar com a história uma função testemunhal, a função da memória colectiva é primordialmente mitológica, interessando pouco qual o grau de objectividade presente nos mitos que ela veicula. Assim, as memórias e os testemunhos atribuídos a uma geração não podem ser compreendidos senão em relação às outras gerações, senão como uma memória multigeracional, feita das sequências de uma história coerentemente reconstruída que as engloba a todas numa continuidade temporal dotada de significado e orientada para o futuro: "*C'est en quelque sorte le récit de vie de la collectivité en même temps que son projet de vie.*" (Attias-Donfut, 1988, p. 184). Deste ponto de vista, o único ponto de inflexão que é possível identificar na abertura e na orientação de cada geração para o futuro corresponde ao momento em que as novas gerações se apropriam do seu próprio futuro e fazem a geração anterior voltar-se para o passado de modo a elas próprias possam perspectivar-se a partir dele.

As gerações não se definem pelas próprias memórias mas são marcos do processo de construção do tempo social, que dão a medida do presente, do passado e do futuro na continuidade da memória colectiva. As referências sociais e históricas de uma geração são, essencialmente, auto-produzidas. Elas correspondem às representações que se estruturam nas redes sociais da sociedade e que constituem reinterpretações dos fenómenos vividos colectivamente. Essas referências são suas na medida em que pertencem a uma memória que é partilhada por mais gerações mas não são inteiramente suas e, por conseguinte, a geração não tem uma existência social autónoma apesar de possuir consciência de si enquanto geração, enquanto consciência de uma época.

Na medida em que cada geração é fundamentalmente heterónima (*i.e.*, produto de outras gerações), nenhuma geração se define em si mesma, mas é em referência a outra que toma consciência de si. Os acontecimentos significativos para essa tomada de consciência são, em todo o caso, os que ocorrem a nível da interacção entre representantes de gerações sucessivas (pais-filhos, professor-aluno, reformados-activos, velhos-novos) durante um ciclo educativo ou generativo. A consciência de pertencer a uma geração corresponde, de acordo com o autor, a uma aquisição de natureza sócio-temporal ou sócio-cognitiva que se desenvolve na interface entre o tempo do existir individual e o tempo do existir social: o tempo da construção de uma geração é o tempo de uma vida inteira.

A sua génese situa-se, de modo particular, no período da adolescência e procede da diferenciação geracional, ou seja, da redefinição da relação do jovem com os adultos e da tomada de consciência do tempo social e histórico que lhe é inerente e que é também sua condição. Combinam-se, assim, no mesmo processo duas dimensões do desenvolvimento psicológico do adolescente: a “separação” psicológica e a percepção da individualidade própria e a aquisição da capacidade de descentração que permite ao adolescente aperceber-se da sua duração (ou temporalidade) por comparação à de outros. Enquanto está imerso no mundo dos pais, a criança não tem noção da sua temporalidade própria que só é adquirida quando se diferencia dos progenitores e percebe que o seu tempo não é o deles.

A negociação das questões da “separação” psicológica, que tem lugar na adolescência, torna inevitável a ocorrência, na interacção pais-filhos, de conflitos cognitivo-emocionais, isto é, de divergências entre os pontos de vista de ambos. Sendo este um período crucial na definição de direcções futuras, estas divergências observam-se, sobretudo, no confronto entre o projecto parental e o projecto do adolescente. Ao porem em evidência as discrepâncias entre as expectativas e posições parentais e as aspirações e visões dos filhos, estes conflitos estimulam a descentração temporal e actuam como um factor fundamental na estruturação do esquema temporal de pais e de filhos:

Derrière les projets eux-mêmes, se profilent des visions de l'avenir divergentes: celle que les parents (ou adultes) offrent (ou projecttent) est empreinte de leur propre vécu et les jeunes ne peuvent s'y reconnaître.... La nécessité de s'approprier sa temporalité propre s'impose alors aux jeunes comme aux adultes dans une prise de conscience réciproque de leurs différences de générations. (ibidem, p. 192)

Tomar consciência da pertença a uma geração implica necessariamente tomar consciência da existência de outras gerações. A diferenciação intergeracional pressupõe, assim, uma relação de reciprocidade da qual emerge uma consciência específica. Através da descentração temporal, a duração do indivíduo é relativizada tendo como referência as gerações anteriores contemporâneas e é situada numa escala temporal que deixa de ser a da vida humana, cuja temporalidade é finita, e passa a ser a da sucessão de gerações. Assim se

compreende a importância dos conflitos intergeracionais. Eles são essenciais à consciência de geração porque são essenciais à percepção pelos indivíduos da sua própria temporalidade, entendida como historicidade, ou seja, à percepção de si mesmos como parte de uma sociedade cujo futuro os ultrapassa mas no qual podem envolver-se e participar. A consciência de si como geração medeia, por isso, a consciência da sua própria historicidade. A experiência psicológica do tempo (passado, presente e futuro), na sua continuidade ou descontinuidade, só é possível no quadro de uma relação de reciprocidade entre as gerações em que a existência de cada uma se liga, respectivamente, ao passado ou ao futuro (tempo histórico e social) da outra.

Ao longo da existência essa consciência é objecto de elaborações permanentes numa dinâmica constante referência-oposição entre gerações através de interacções contínuas que materializam quer o desenvolvimento do tempo pessoal quer o do tempo social⁹. Cada geração produz-se, assim, sem se conhecer até ao ponto em que a emergência de uma nova geração lhe confere contornos e conteúdos sociais particulares. As definições sociais que cristalizam uma geração no seu passado funcionam como a referência face à qual se produz a geração seguinte¹⁰. A geração anterior toma consciência da sua própria imagem através dos desafios que lhes são colocados pelas tentativas de afirmação das gerações mais jovens. É aí que percebe o seu envelhecimento e a sua ligação ou pertença ao passado.

Para além de reflectir o clima socioemocional que caracteriza o contexto relacional próximo, a qualidade dessas interacções intergeracionais depende, igualmente, das condições demográficas, económicas, sociais e culturais que caracterizam a organização do sistema social no momento em que ocorre a diferenciação das gerações. Na sociedade contemporânea tais condições, nomeadamente as que se prendem com a modificação da pirâmide etária, correspondem a um período histórico novo cujas características justificam a conceptualização de uma transição ou fase suplementar no ciclo de vida, designada pelo autor como *maturescência*. Ainda que possa ser tipificada em função de parâmetros de desenvolvimento psicológico ou de critérios que definem a relação dos indivíduos com o tempo e com a morte, enquanto fase de vida, a *maturescência* é também um produto histórico e, sobretudo, o resultado de uma situação crise em praticamente todos os sectores (produtivo, educativo, demográfico...) da organização social, sem precedente na história.

A *maturescência* faz, assim, aparecer uma geração de charneira entre as gerações mais velhas e as gerações mais novas a quem cabe definir a sua posição por comparação a duas outras gerações contemporâneas: as anteriores e as posteriores. Corresponde, por conseguinte, ao período da vida no qual se situam os adultos que se distanciam ou já ultrapassaram a fase da juventude e transitam para uma nova etapa do seu desenvolvimento

⁹ Esta referência à oposição entre gerações sucessivas enquanto mecanismo responsável pelo progresso social remete, de algum modo, para um dos fundamentos do pensamento freudiano e as suas primeiras concepções (mais culturais do que psico-afectiva) do conflito de gerações enquanto base do desenvolvimento civilizacional (Figueiredo, 1995).

¹⁰ Esta ideia encontra paralelo na teoria de Marcia (1980) quando afirma que a construção da identidade é mais um processo de negação do que de afirmação, o que vem reforçar o pressuposto de Attias-Donfut (1988) quanto à existência de uma relação estreita entre o desenvolvimento pessoal e a evolução da consciência de si como geração, que os faz confundirem-se.

que não é ainda a da velhice. De acordo com Attias-Donfut (1988) tanto os indivíduos na maturescência como os que se encontram na adolescência têm um papel crítico no processo da diferenciação intergeracional dado que são os protagonistas do momento alto da confrontação pais-adolescentes.

Cada etapa de vida configura, assim, um certo estado da relação entre gerações. É em momentos de crise ou de ruptura dessa relação, nomeadamente no contexto familiar, por altura da emancipação dos filhos, ou no contexto de trabalho, por altura da reforma, que a percepção do tempo se reorganiza e que as próprias coordenadas do tempo interior se modificam no eixo temporal definido pelo conjunto das gerações. Na sequência dessas rupturas, os contornos que demarcam as idades tornam-se mais nítidos e as expectativas e representações acerca dessas idades também se alteram modificando os padrões de relação entre gerações que, assim, vão sendo sucessivamente remodelados em função do contexto sócio-histórico. A consciência, a formação e a definição de uma geração é, por conseguinte, inseparável do processo de desenvolvimento que conduz cada indivíduo a definir-se como pessoa ao longo do adolecer, do “maturescer” e do envelhecer e das fases do processo de desenvolvimento que conduz uma sociedade multigeracional ao progresso e à inovação social¹¹.

A história de uma geração assemelha-se, por isso, à história de uma vida no sentido em que envolve mecanismos idênticos aos microprocessos sociais e psicológicos que estão na base da formação da identidade humana: as experiências que resultam de cada nova interacção do indivíduo com o meio não são meramente justapostas à estrutura pré-existente mas a sua integração pressupõe a reestruturação do modo de organização daquela garantindo-lhe um sentido de unidade e de continuidade com o passado. O mesmo se passa com as gerações: a transmissão não consiste no depositar de um saber acabado e inerte de uma geração na outra mas constitui oportunidade de renovação, negação e esquecimento.

É através da herança, mas também através das suas próprias criações, que uma geração se inscreve na continuidade da história. Embora a sua realidade histórica se funde na continuidade de outras gerações, entre o que recebe das anteriores e o que virá a transmitir às seguintes, há marcas específicas, que se materializam em obras ou que ficam gravadas no interior das pessoas (nas suas maneiras de pensar e de agir). Essas marcas que a distinguem na sua experiência única e na sua duração concreta são a sua impressão no tempo, impressão que se produz através da interacção com o ambiente e da percepção da realidade externa. Cada geração fica representada na história pelo seu envolvimento em acontecimentos mas também por representações sociais, imagens, ideias, símbolos, valores colectivos ou objectos produzidos pela sociedade.

¹¹ De acordo com Figueiredo (1985) o processo de maturação interactiva de pais e de filhos é a chave de compreensão psicológica do conflito de gerações no que nele existe de universal e invariante: “Na família como sistema, vivendo o conflito de gerações, teremos, para o clarificar, que pôr em evidência os mecanismos básicos de tensão provocados pelos processos de desenvolvimento juvenil no seu impacto com os processos de desenvolvimento dos progenitores e os processos de interacção que provocam.” (Figueiredo, 1985, p. 27). É nessas invariâncias psicológicas universais que se alicerçam os conteúdos culturais, ideológicos e comportamentais do conflito de gerações.

Um dos processos subjacentes à possibilidade de cada geração deixar uma marca personalizada na história refere-se à elaboração cognitiva das experiências que pontuam essa história. Tais experiências são interiorizadas pelos membros de uma sociedade sendo convertidas em esquemas simbólicos de pensamento organizados a partir do modo como os indivíduos pensam sobre elas e usam a linguagem para as descrever, interpretar e lhes atribuir significado.

A carga afectiva das experiências vividas, da mesma forma que é decisiva à auto-organização do sujeito psicológico, é também um factor determinante da simbolização, da profundidade e da durabilidade das experiências de cada geração nesses esquemas. Quanto mais forte for a ligação entre o modo com os indivíduos as processam cognitivamente um acontecimento e o experiência emocionalmente, mais profundo será o traço que ele deixará na memória colectiva e mais provável será os indivíduos retirarem dele uma lição que o faça figurar no esquema comum de pensamento.

À medida que a realidade sociocultural se reconfigura, a apreensão cognitiva dos novos acontecimentos e tendências requer uma acomodação dos esquemas anteriores; surgem outros códigos linguísticos, outros discursos dominantes e os significados antigos são substituídos ou modificados. Por outro lado, não sendo esperado que a experiência que é emocionalmente significativa para os membros da geração que a viveu também o seja para os membros da geração a quem é transmitida, esta componente do ressoar afectivo das experiências sinaliza outra das oportunidades que se abre as novas gerações em termos da reconstrução do sistema de heranças que recebe. Os esquemas funcionam, assim, como um sistema aberto, no qual cada nova geração pode integrar novos elementos e novas experiências e que, de cada vez, se reorganiza numa dinâmica de contínuo enriquecimento e transformação.

O objecto de transmissão intergeracional mais não é do que o conjunto das experiências simbolizadas herdado da geração anterior a que se acrescentam as experiências próprias integradas pela nova geração no esquema social de pensamento. Neste movimento de transmissão há, no entanto, um fundo comum que resiste ao efeito da passagem do tempo e dos condicionamentos sociais e que é transferido de uma geração a outra de forma inalterada. Para explicar a inércia de certos elementos, o autor apela ao mecanismo de ancoragem descrito na teoria da dissonância cognitiva (isto é, ao processo de integração cognitiva de um novo objecto no sistema de pensamento pré-existente) e aos dois fenómenos que lhe estão associados: a modificação das representações antigas que se encontram em contradição com o objecto (mudança); e o enquadramento do objecto nas categorias de pensamento antigas e a inserção do novo na classe dos já conhecidos (a resistência ou familiarização do estranho). Através desses processos as representações sociais resistem ao tempo e às novas experiências; são eles que estão na origem da sua persistência, da sua destruição ou da sua transformação no confronto com a novidade.

O outro processo que permite a uma geração inscrever-se de forma singular na história diz respeito ao modo através do qual ao longo da existência cada indivíduo incorpora na estrutura do seu funcionamento pessoal os produtos sociais de uma época, ligando dessa forma, a sua temporalidade própria a uma temporalidade comum: *"Il se produit une véritable métabolisation du matériau social incorporé dans un processus actif par les sujets qui s'en nourrissent et se construisent eux-mêmes en y puisant leur propre substance."* (*ibidem*, p. 225). Deste ponto de vista, a vida (e o desenvolvimento) de cada indivíduo funciona como uma espécie de caixa de ressonância dos discursos, das representações e das ideologias que caracterizam a vida social de uma geração.

A realidade histórico-cultural, tal como é criada e se exprime no discurso social dominante, torna-se, assim, o referencial que os indivíduos usam no processo de atribuição de significado à sua experiência subjectiva. Sendo assim, ainda que a coerência da biografia de um indivíduo possa ter origem na sua própria forma de organização psicológica (*i.e.*, nos seus esquemas idiossincráticos de pensamento), ela é também profundamente determinada pelo curso do tempo histórico e social, uma vez que os indivíduos interpretam as suas experiências e organizam a sua acção apropriando-se dos esquemas de pensamento de uma geração. É isso que explica que os mesmos acontecimentos possam ser significados de maneiras muito diferentes conforme a época e o contexto em que são (ou voltam a ser) objecto de apreciação. Tal mais não é do que o resultado da acção de mecanismos profundos e inconscientes que actuam na construção da identidade colectiva como na individual e que afectam a maneira de ser e de pensar de uma pessoa como a de uma geração.

Com efeito, a formação de uma geração ao longo do seu itinerário encontra paralelo e pode ser problematizada à luz da mesma lógica que caracteriza o desenvolvimento do modo de pensar de um indivíduo ao longo da sua trajectória de vida, ou seja, através do encadeamento das experiências vividas e a reestruturação consecutiva dos esquemas de interpretação nos quais as novas experiências vão sendo assimiladas e integradas.

Tal significa que o que define uma geração não é apenas o grau de receptividade ou de sensibilidade a um acontecimento mas sim a existência de uma base interpretativa comum que resulta de um conjunto de referenciais (mais do que de experiências) partilhados. Esse fundo comum, ao mesmo tempo que permite estabelecer correspondências entre tempo privado (*i.e.*, tempo ou duração individual) e tempo público (*i.e.*, tempo ou duração colectivos), favorece também a relação e a comunicação entre gerações contemporâneas, ou seja, entre as pessoas em diferentes fases da vida que constituem uma geração:

Les différents générations qui composent l'ensemble des contemporains se distinguent entre elles par leur rattachement à des durées socialement et historiquement différenciées mais néanmoins continues.... Du vieillir au vieillir ensemble, à la croisée d'une durée de vie et d'une séquence d'histoire, se délimite un espace dont le caractère commun est essentiellement d'ordre symbolique, l'espace d'une génération. (*ibidem*, p. 235)

3. Cenários de Diferenciação Geracional

Num curto período de tempo, Portugal conheceu um processo de profundas transformações. O país, o povo, a sua política e os seus costumes libertaram-se ou romperam com algumas características permanentes ou antigas da sua história... Portugal conheceu ritmos de mudança excepcionalmente acelerados. E a profundidade dessas mudanças foi igualmente extraordinária. É certo que tanto estes como aqueles têm origem no facto de Portugal se encontrar muito atrasado e partir, com técnicas e meios mais modernos, de uma base inferior. Mas essa certeza não altera a realidade. (Barreto, 2000, p. 39)

Quando o que se procura obter é uma visão contextualizada da forma como as mudanças sociais interferem na vida dos indivíduos e como se reflectem ao nível do processo de transmissão intergeracional, torna-se indispensável percorrer uma série de planos de análise que permitam a exploração dos factores proximais mas também das influências (macro)contextuais mais distais. As questões estruturantes do presente projecto, comprometem-no, por isso, com uma abordagem ecológica que não se contenta com o estudo do pessoal desligando-o do extrapessoal, inter ou transpessoal (Campos, 1992). O modelo ecológico adoptado, o de Bronfenbrenner (1986), identifica diferentes níveis de influência potencial que vão do microsistema que é constituído pelas relações face a face até ao exosistema que se refere aos contextos que não incluem o jovem mas que o podem influenciar indirectamente (através do comportamento dos pais) e o macrosistema que inclui os sistemas de crenças culturais (Bronfenbrenner, 1986).

O presente estudo apoia-se numa lógica ecológica do desenvolvimento humano considerando como factores participantes da continuidade ou descontinuidade intergeracional dos padrões de investimento dos indivíduos: (1) a qualidade das relações familiares (microsistema); (2) a interacção entre o papel parental e papéis desempenhados noutros contextos de vida, exteriores à família, nomeadamente o de trabalhador/profissional (exosistema); (3) as crenças dos indivíduos acerca do que é ser mãe, pai e trabalhador/profissional que, supostamente, exprimem determinados condicionamentos sócio-culturais (macrosistema); e, (4) as diferenças geracionais (independentemente, portanto, da hierarquia geracional intrafamiliar), enquanto produto de momentos/épocas e características sócio-históricas distintas da sociedade portuguesa (cronosistema).

A atenção a estas últimas cumprirá uma importante função hermenêutica na compreensão dos processos de transmissão intergeracional tanto mais que, embora não se proceda a uma análise longitudinal, não é de todo possível ignorar os efeitos da passagem do tempo a nível das experiências de cada grupo geracional. Por essa razão, e tendo em conta a tónica colocada por Attias-Donfut (1988) na importância da relação entre o tempo sócio-histórico e o tempo individual na diferenciação geracional, torna-se incontornável proceder à exploração das principais alterações que, ao longo das últimas décadas, se têm operado na sociedade portuguesa, quer ao nível das características estruturais e funcionais das suas

instituições quer ao nível da sua paisagem humana quer ao nível das próprias condições de desenvolvimento dos seus cidadãos. Desta forma, procurar-se-á abordar os acontecimentos e dinâmicas sociais que projectam no tempo a história da sociedade portuguesa, através de duas gerações sucessivas, sendo dada igual atenção à análise do processo de desenvolvimento psicológico que conduz cada pessoa a tornar-se “indivíduo” nos contextos histórico, social e cultural em que se enraiza a sua vida.

Em primeiro lugar, será focado um período específico da história do Portugal contemporâneo – o processo de transição para a democracia – num esforço para ressaltar as novas condições e dinâmicas sociais e culturais que dele resultaram e as suas repercussões nas experiências, representações e nos valores das duas gerações mais expostas aos acontecimentos de Abril.

Em segundo lugar, prodecer-se-á a uma breve análise dos desafios que as mudanças ocorridas na organização familiar e no funcionamento do mercado de trabalho tendem a comportar para o desenvolvimento dos indivíduos em duas fases do seu ciclo de vida – durante o processo do “adolescer” e “maturescer” – e para a qualidade da própria relação entre gerações. Procurar-se-á discutir em que medida os padrões relacionais emergentes das novas condições de vida familiar e profissional servem, ou podem servir, de pano de fundo aos processos de transmissão intergeracional.

3.1. A História do Portugal Contemporâneo: Duas Gerações num Percurso Colectivo

Em última análise, o permanente, num povo ou numa nação, é a memória e a história que a faz, mesmo quando os factos a que se referem já não existem. Ou, em alternativa, o permanente não é mais do que um prazo relativamente longo, umas dezenas de anos, uma ou duas gerações. (Barreto, 2000, p. 38)

Desde a viragem para o século XX até à institucionalização da democracia em 1974, Portugal esteve sujeito a um prolongado processo de mudança política e social. Tendo conhecido, por influência do sistema político republicano, uma significativa pressão democratizadora no arranque desse mesmo século, a I República instituída em 1910 sobreviveu à curta ditadura de Sidónio Pais, mas não resistiu às consequências do pós-guerra. As tensões entre o exército e o governo que precederam a I Guerra Mundial já haviam fragilizado o liberalismo republicano, mas é, no rescaldo da participação portuguesa nesse conflito bélico, que a decisão de incorporação política de uma grande proporção de oficiais temporários se mostra fatal para o regime republicano, derrubado por intervenção das forças armadas em 28 de Maio de 1926.

Sucedia-se uma ditadura militar transitória, ideologicamente situada à direita do espectro político nacional, mas que, marcada por divisões partidárias e por uma forte instabilidade, teve dificuldade em afirmar-se, dando, assim, espaço à organização de um

movimento de extrema-direita encabeçado por Oliveira Salazar (ministro das Finanças do governo da Ditadura militar) e apoiado por uma elite intelectual, eclesiástica e militar, que consolida a sua posição no cenário político. Nos anos 30, esse movimento estabelece, formalmente, um novo regime sustentado no tradicionalismo antiliberal e no integrismo católico, que suprime por regulamentação governamental os direitos e as liberdades dos cidadãos e reforça os aparelhos repressivos já anteriormente constituídos (censura, polícia política, controlo judicial, controlo militar...).

Inicia-se na história do Portugal contemporâneo, um longo período autoritário, protagonizado com mão férrea por Salazar que, ao contrário dos vaticínios das correntes oposicionistas e ao arrepio do processo europeu de democratizações que se segue ao pós-guerra¹², viria a prolongar-se por 48 anos de ordem ditatorial. O perfil das instituições políticas e sociais do Estado Novo reflecte a marca de um governo que não logrou uma mobilização totalitária das massas populares (massas essas junto das quais procurou, antes, promover a apatia e a anestesia cívica sob várias formas de opressão, como o comprova, por exemplo, a censura, o receio da alfabetização e do acesso a cultura por parte das classes operárias¹³, a marginalização e o exílio de intelectuais, cientistas e outras figuras da cultura) mas que acautelou os seus interesses hegemónicos através da constituição de um aparelho de Estado organizado de acordo com princípios e rituais repressivos e temendo o contra-poder do livre pensamento¹⁴. Configurou-se, assim, um modelo social de orientação orgânico-corporativa em que imperaram traços inconfundíveis de despotismo tais como: a negação da democracia e dos partidos; a perseguição política; a censura selectiva a manifestações progressistas; a apologia do corporativismo; a rejeição da modernização e do desenvolvimento; a defesa do nacionalismo colonialista/imperialista; a aposta na propaganda ao regime; a criação de um dispositivo cultural e de socialização ultra-conservador, promotor de obediência e militância (sobretudo pela via da “catolicização” das estruturas sociais, nomeadamente as de natureza educativa, e da criação oficial de grupos como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa); a ênfase na autoridade e nos valores ultraconservadores – Deus, Pátria e Família, – tão bem expressa na frase que, em 1932, foi introduzida em todos os manuais de leitura, por ordem do Ministério da Educação: «Na família o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; na igreja, o chefe é o padre; na Nação, o chefe é o governo.» (cf. Decreto n.º 21014, de 19 de Março de 1932).

O forte investimento do regime salazarista no projecto e no desenvolvimento da política colonial (da qual dependia, inicialmente, a sustentação económica do país, e após 1945, a sobrevivência do próprio regime), ao mesmo tempo que se constituiu como uma potencialidade e uma trave mestra da ideologia do Estado Novo, constituiu-se também como

¹² Barreto (2000) comenta que no momento em que todas as potências coloniais liquidam os seus impérios, Portugal inicia as guerras de preservação do seu.

¹³ Paiva Couceiro (*cit. in* Dacosta, 2006) acusava Salazar de seguir uma política na qual “velava a polícia e o lápis da censura que pôs a Pátria portuguesa em estado de catalepsia colectiva.” (p. 283). Tal crítica valeu ao herói das campanhas de África a expulsão do país.

¹⁴ Como assinala Dacosta (2006) a propósito das heranças do Salazarismo, “...ironicamente, parte do melhor que o Estado Novo nos deu foi parte do que de melhor se lhe opôs.” (p. 31).

um dos principais focos de tensão e vulnerabilidade interna e externa do governo de Salazar. Durante os anos da II Guerra Mundial, a protecção do território colonial apresenta-se como uma das motivações para a posição assumida no conflito pelo governo Português¹⁵. No intuito de salvaguardar os interesses nacionais e defender a soberania portuguesa nas colónias (pondo-as a salvo de eventuais tentativas de ocupação), Portugal adopta uma estratégia de pseudoneutralidade procurando negociar duplamente, de forma mais ou menos discreta, com as partes em conflito. Apesar do esforço da máquina propagandista para projectar a imagem de um líder clarividente que salva da guerra os homens da nação, do ponto de vista social, as consequências internas desta opção estratégica são gravosas para a população. Para além das práticas repressivas correntes, os cidadãos vêem-se sujeitos a um sistema de racionamento para o acesso a bens de consumo básicos (consequência da canalização de géneros alimentícios e outros, para a frente alemã) enquanto os cofres do erário público acumulam (em ouro) os rendimentos dessa opção do Estado¹⁶. Gera-se uma onda de descontentamento social que, paralelamente, à maior unidade e expressão que progressivamente as elites anti-regime vão tomando, se afiguram, no período pós-guerra, como um pólo importante de ameaça à Ditadura.

A impopularidade do regime e o crescimento da oposição política, militar e até religiosa (maioritariamente clandestina) acentuam-se mais ainda durante os tempos da Guerra Colonial em África (entre 1961 e 1974), longo combate de guerrilha em três frentes (Angola, Guiné e Moçambique), que se torna um enorme sorvedouro de homens¹⁷ (militares e civis, este últimos pertencentes às comunidades brancas locais) e de fundos públicos¹⁸. Indiferente ao direito dos povos à independência e à auto-determinação (tema dominante da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas por essa ocasião), e indisponível para negociar soluções políticas para a questão colonial (limitando-se a pôr em prática medidas jurídico-legais de natureza administrativa de pouco significado para os movimentos de libertação, enquanto legítimos representantes dos interesses dos nativos coloniais), o regime procurou, intransigentemente e em contracorrente com as tendências internacionais gerais, preservar o último reduto (mito?) da sua cultura política: o ideal colonialista e o propósito de civilização das

¹⁵ Na base dessa decisão existiam, obviamente, outras motivações como o imperativo de afastar a Espanha Franquista das potências do Eixo (o que implicaria a entrada de Portugal na Guerra ao lado dos aliados) levando-a, igualmente, a assumir neutralidade (um objectivo importante para o equilíbrio geopolítico português tendo em conta o perigo iberista e a ameaça que este poderia constituir para a independência nacional) e a impreparação e reduzida eficácia das Forças Armadas portuguesas (Teixeira, 2005).

¹⁶ Com os recursos financeiros e a reputação proporcionados pela II Guerra Mundial, o país tinha condições de progresso asseguradas. Todavia, embora sem querer travar esse progresso, o governo Salazarista esforçou-se por contê-lo, por mantê-lo dentro de limites que vieram a mostrar-se demasiado estritos para produzir desenvolvimento: "Salazar não queria parar no tempo nem congelar a história. Mas queria ser ele o único responsável pela mudança. Queria prever e conduzir. Controlar e corrigir.... Mas o plano falhou. A sociedade foi mais forte." (Barreto, 2000, p. 39).

¹⁷ É nesta altura que o regime apadrinha a formação de uma organização de mulheres – o Movimento Nacional Feminino – destinada, entre outras finalidades, a apoiar os soldados na frente de guerra.

¹⁸ Apesar do volume de despesas militares, estas tiveram, contudo, um efeito multiplicador, já que a guerra em África permitiu obter ganhos económicos consideráveis (Franco, 1994). Ao mesmo tempo, a guerra colonial promoveu a literacia e a especialização profissional dos militares, o pluralismo (soldados e oficiais de todas as proveniências sociais e regionais combatendo juntos pela mesma causa) e imprimiu uma nova dinâmica à distribuição territorial da população seja por ter favorecido casamentos entre portugueses de diferentes regiões (uniões entre militares e colonos) seja por ter reforçado a tendência de urbanização e terciarização (no regresso das comissões em África muitos ex-soldados instalaram-se nas áreas metropolitanas) (Barreto, 2000).

populações indígenas. Resiste à descolonização, tenta forçar a paz no “ultramar”, recusa a liberalização/internacionalização das trocas comerciais, enfrenta a hostilidade internacional e afasta a nação portuguesa da Europa e do mundo: “[Salazar] Foi suspeito do investimento estrangeiro e hostil à Europa e aos Estados Unidos porque queria furtar-se à pressão do mundo para que Portugal aceitasse ser século XX.” (Sottomayor Cardia, *cit. in* Dacosta, 2006, p. 49). É também sensivelmente por esta altura que o bom entendimento que, em diversos campos da vida social, caracterizou a aliança Igreja-Estado acusa os primeiros sinais de perturbação: primeiro com o insurgimento do Bispo do Porto contra a situação social e política do país e, depois, com as dissidências surgidas no seio da comunidade católica em relação à questão colonial, com alguns grupos a exercerem internamente pressões anticolonialistas e a desafiarem a hierarquia religiosa e o regime.

Em Abril de 1974, na sequência de uma sublevação militar organizada pelo Movimento das Forças Armadas e com uma forte adesão popular, o regime (já sob governação de Marcelo Caetano que assumira o poder em 1968) é deposto e inicia-se a transição para a democracia. Apesar das dificuldades iniciais¹⁹, abre-se uma nova fase política que conduzirá à instauração de um sistema democrático e plural e permitirá a reposição e reforço jurídico e político das normas legais de garantia dos direitos cívicos e políticos fundamentais (incluindo os de voto, reunião, associação, manifestação e expressão pública de opinião). Até à aprovação da nova constituição e à eleição do primeiro governo constitucional, o país atravessa um processo revolucionário (1974-1976) durante o qual se clarificam as opções e orientações estratégicas do país em política interna e externa. Assiste-se ao fim do império colonial numa sucessão de independências proclamadas durante o ano de 1975, e, embora na fase dos governos provisórios se esboce uma tendência no sentido do desenvolvimento de relações privilegiadas com os países do “terceiro-mundo” saídos da descolonização portuguesa, opera-se, durante o período constitucional, uma viragem gradual (encetada em 1977 com a apresentação da candidatura portuguesa à Comunidade Económica Europeia) no sentido da maior valorização de uma perspectiva europeísta e da aproximação ao processo de construção europeia²⁰. Tal opção, cujo corolário corresponde à integração de Portugal na comunidade das democracias Europeias em 1985, mostrar-se-ia decisiva para o futuro do país quer no que se refere à consolidação do projecto democrático quer em termos de modernização e desenvolvimento económico²¹:

¹⁹ Barreto (2000) descreve brevemente o contexto português nos dez primeiros anos que se seguiram à revolução de Abril (período de consolidação democrática) como tempos de dificuldade: “... viveu-se em forte instabilidade política, o crescimento económico foi negativo em certos anos, a inflação atingiu 30% ao ano, as taxas de juro ultrapassaram os 40% e foram profundos os choques devidos às recessões económicas europeia e internacional.” (p. 41).

²⁰ Importa sublinhar que, apesar da integração europeia se ter tornado uma prioridade nacional, em termos internacionais, a diplomacia portuguesa passou a afirmar-se e a desenvolver-se multilateralmente no quadro de relações privilegiadas com a generalidade dos países representados nas organizações em que, para além da União Europeia (EU), Portugal também participa como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O dispositivo geopolítico português salvaguarda, desta forma, as três áreas tradicionais de interesse estratégico nacional: a Europa, o Atlântico e as relações pós-coloniais (Teixeira, 2005).

²¹ Apesar da tónica, tantas vezes colocada no atraso de Portugal comparativamente aos países europeus, há quem defenda a tese segundo a qual a dificuldade do país em acompanhar o ritmo de desenvolvimento europeu se explica pelas suas especificidades sociais e culturais e pelo facto de, apesar de se encontrar mais disponível, a informação ser absorvida à medida das estruturas pré-existentes de retenção selectiva: “Seria inadequado diagnosticar para o país um

“Começa então, o «segundo impulso» europeu da economia e da sociedade portuguesa depois do primeiro, o da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e da emigração dos anos 60.” (Barreto, 2005, p. 141).

A adesão de Portugal à EFTA, como membro fundador em 1959, e a diminuição do proteccionismo tornaram-se factores determinantes na redução do atraso económico e social de Portugal face a países mais desenvolvidos. Depois de um longo período de auto-suficiência e de afastamento dos circuitos de comércio internacionais, a abertura ao exterior e a expansão do mercado português, nomeadamente através do aumento das exportações para o espaço europeu, traduziu-se no fomento do investimento externo e num importante surto de industrialização. A implantação no país de empresas de capital estrangeiro criou condições favoráveis à modernização das estruturas produtivas ao nível das qualificações, dos salários, dos métodos de trabalho, das tecnologias e da orientação da produção para o mercado externo. O ingresso no sector industrial e dos serviços passa a representar uma alternativa de emprego apetecível para o campesinato, o que explica a intensificação dos fluxos migratórios internos (êxodo rural) e o fenómeno da urbanização.

Sob impulso destas mudanças nas relações externas de Portugal e do seu novo posicionamento no mundo, modificam-se, igualmente, as relações da população nacional com o território, alterações com grande expressão nos movimentos de migração transfronteiriça, sobretudo com destino à Europa. A emigração constituiu, assim, a primeira via de integração (humana) europeia com profundas implicações demográficas, económicas e sociais na vida nacional, aparecendo, directa ou indirectamente, associada a efeitos duráveis: o envelhecimento da população (o saldo migratório anual ultrapassa largamente o saldo natural), a baixa fecundidade, a redução da dimensão da família; a reorganização do mundo rural (a crise da produção agrícola, o despovoamento, a desertificação, a reconversão da paisagem rural através do abandono de terras de cultivo e da renovação do parque habitacional da província, a criação de emprego no sector da construção e dos serviços); a alteração da dinâmica do mercado de trabalho (falta de mão-de-obra, subida dos salários, introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo, recurso ao trabalho feminino...); melhoria do nível de vida das famílias e da balança de pagamentos (graças às remessas dos emigrantes que

mero atraso na perseguição à distância que moveria a outros países europeus para com eles completamente se identificar um dia.... Não admira que se notem influências a «paroquializar-se» em Portugal. É claro que as repercussões se podem revestir de formas múltiplas e até opostas: há elementos e processos que se incorporam sem transformações significativas; há recepções, por assim dizer, condicionais, que modificam mais ou menos o que se importa; há, finalmente, rejeições drásticas com eventual segregação de anticorpos. Mas a nossa imunidade será tanto menor quanto mais se vai densificando a informação com capacidade para atravessar fronteiras, quanto mais se vai materializando em várias dimensões o processo de integração europeia.” (Almeida, 1990, p. 4). De acordo com Barreto é essa “consciência do atraso que ajuda a alimentar a mitologia de uma identidade nacional muito especial” (2000, p. 75), por parte de um povo que, tendo acesso a informação que circula à escala global, tem as mesmas expectativas, aspirações e ambições que os outros povos mais desenvolvidos e ricos da Europa, mas que não dispõe da mesma capacidade para as satisfazer (Barreto, 2005).

representavam, para o Estado, uma significativa fonte de divisas); a flexibilização das mentalidades pela via do contacto com outras realidades²² (Barreto, 2000).

Com efeito, ao longo das décadas que se seguiram à revolução de 1974, Portugal assistiu a um novo ciclo de crescimento e de profunda mudança. Embora essa revolução seja frequentemente vista como o eixo central da transformação social do país, apesar de fortemente influenciado pela fundação do Estado democrático e pelo liberalismo económico, esse novo ciclo encontra igualmente algumas das suas origens sociais e culturais nos acontecimentos que estão na base da prosperidade da década de 60 entre os quais: o intenso ritmo do crescimento económico; a abertura ao exterior e as primeiras incursões do comércio externo; o desenvolvimento das classes médias (e a paralela despromoção social e política das autoridades eclesiásticas e das forças militares); o contacto com as modas culturais e políticas do mundo ocidental (por via da emigração, do turismo, da televisão... o que contribuiu para aumentar internamente as pressões e aspirações liberais); a apetência por novos padrões de consumo (de bens e de cultura) e a insatisfação crescente da população com o regime.

Ao criar na sociedade portuguesa bolsas de atracção pelos padrões internacionais de civilização e de vida pública, a gradual abertura do país ao exterior (pela via da emigração, do turismo, do comércio externo, do investimento estrangeiro...) terá sido um factor determinante da rapidez das mudanças e do próprio ritmo e flexibilidade com que a sociedade portuguesa se adaptou às novas condições plurais da modernidade²³. Em certa medida, a experiência de abertura da economia portuguesa à Europa, alcançada por via da integração na EFTA, veio revelar-se fundamental quando, em consequência da descolonização, se tornou necessário reorientar a política e a estratégia comercial às regras de concorrência e de competição de mercados económicos não protegidos. Não obstante ter contribuído para evidenciar as fragilidades e o esgotamento do modelo corporativista e proteccionista de organização económica (Franco, 1994)²⁴, o primeiro ensaio da economia aberta da década 60 terá facilitado

²² A mudança de hábitos e costumes é também favorecida pela forte afluência a Portugal (em especial às regiões do litoral) do turismo de massas, sobretudo de cidadãos de origem europeia. Para além de se constituir como uma oportunidade de intercâmbio cultural facilitadora da abertura da sociedade a novas ideias, correntes de pensamento e formas de expressão cultural, o turismo contribuiu, paralelamente à emigração, para equilibrar a balança de pagamentos, estimular o crescimento de sectores produtivos com ele relacionados (construção, hotelaria, restauração, ...), criar emprego e melhorar a condição económica das famílias residentes nos locais turisticamente mais atractivos. Ainda no domínio da mudança de costumes destaca-se o papel da televisão que ao longo dos anos 60 transmite programas a que a população de todo o país assiste, principalmente em locais públicos. Apesar de controlada pelo regime e de usada como um instrumento de unificação cultural, a televisão constitui um dos primeiros meios de acesso à cultura, à informação das massas pouco escolarizadas (Barreto 2000). Acrescente-se, ainda, a contribuição da população "retornada" cujo regresso após o 25 de Abril, ao possibilitar a difusão de novos valores e estilos de vida, reforçou as dinâmicas de mudança cultural que a revolução já tinha desbloqueado (Almeida, Costa & Machado, 1994).

²³ Como refere Barreto (2000), "Em certas situações as sociedades não têm dentro de si, forças e dinâmicas suficientes para gerar mudança social acelerada. Sobretudo nos casos de sociedades pequenas, fechadas ao exterior, politicamente autoritárias e culturalmente viradas para si próprias. Como foi o caso de Portugal. Gradualmente exposto ao mundo exterior, mesmo contra a vontade dos dirigentes políticos, o país encetou processos de mudança não programados. A abertura ao exterior terá sido a mais importante causa e consequência das transformações ocorridas." (p. 75).

²⁴ De acordo com Franco (1994), a conjuntura económica do país no período pré-revolução (em particular durante a década de 60 e o início dos anos 70) apresenta traços de ambivalência no que se refere aos principais indicadores de desenvolvimento. Apesar dos sinais de efectivo desenvolvimento económico (a vaga de industrialização, o desenvolvimento do sistema financeiro nas componentes bancária, creditícia e bolsista, o incremento das relações económicas no âmbito da EFTA, o progresso económico das "províncias ultramarinas", melhoria da balança de pagamentos graças às remessas) a debilidade e a crise da economia mostram-se, igualmente, indistigáveis, e manifestam-se no aumento da dependência externa, no agravamento do défice comercial, na estagnação da agricultura

a capacidade do país para reagir às circunstâncias impostas pelo fim do império colonial, permitindo uma mais rápida reconversão dos planos económicos e comerciais. Do mesmo modo, a tradição emigrante do país (que não só por motivos económicos e sociais, mas também políticos e militares, atinge valores inéditos nos anos 60) pode ter contribuído para o desfecho positivo do processo de assimilação dos milhares de cidadãos, ex-colonos mas também africanos, que, findo o ciclo colonial, imigram para Portugal²⁵. Por tudo isto, não há como desmentir que “Em quarenta anos, mesmo em vinte, os portugueses conheceram alegrias e dramas, paz e conflitos, como poucas vezes na história uma só geração tem a oportunidade de viver.” (Barreto, 2000, p. 39).

3.2. Processos Sociais de Mudança na Transição Democrática

A liberdade social adquirida com o fim da ditadura, com o 25 de Abril, é também liberdade individual. A consciência dos direitos sociais, humanos e civis mais gerais desdobra e aprofunda a consciência dos direitos pessoais. Poder falar, perguntar, questionar, procurar e resolver transpõe-se do social ao individual... As novas aquisições e aprendizagens modificam comportamentos, atitudes e consciências, que promovem novas mudanças. (Diniz, 1994, p. 498)

Colocada ao serviço da mediação das relações entre o regime e a população, civil, a Igreja e os organismos católicos tornaram-se um dos principais e mais seguros instrumentos de socialização do salazarismo: o regime deu abertura e cobertura à influência social da Igreja. Como instituição com a qual o poder político manteve grande cumplicidade e a que o Estado conferiu amplos poderes em termos da regulação ético-normativa dos padrões de comportamento (sobretudo, em meio rural), a Igreja Católica exerceu, através da implantação da sua hierarquia por todo o território nacional, uma influência marcante nas esferas da vida pública e privada. A ortodoxia católica impunha a moralização dos costumes, função grata a um regime que progressivamente acentuou os seus traços de conservadorismo²⁶. A impregnação

e no acentuar dos desequilíbrios regionais, nas desigualdades na repartição do rendimento, no desequilíbrio estrutural do mercado de emprego (fruto da emigração e da mobilização de homens para o serviço militar obrigatório), no aumento das tensões sociais e dos conflitos laborais, na ameaça à estabilidade financeira (fruto da despesa militar). Segundo o autor, “A revolução herdou o penúltimo império europeu à beira do fim, num país em crise estrutural e conjuntural, tanto económica como social ... e que era um dos mais atrasados da Europa Ocidental (em capitalização do produto, analfabetismo, indicadores de bem-estar social). ... Mas com tudo isto vinha uma sólida situação patrimonial, financeira e cambial, dotada de crédito, ouro e divisas e praticamente sem dívidas, um Estado sério e em processo de modernização capitalista, uma dinâmica nova dos grupos económicos, industriais e financeiros, boas remessas de emigrantes e receitas do turismo, os frutos de uma industrialização como nunca ocorrera e, nos terrenos Africanos, sólidas posições, salvo na Guiné.” (Franco, 1994, p. 175).

²⁵ Segundo Almeida, Costa e Machado (1994), a rápida e bem sucedida (re)integração dos portugueses provenientes das ex-colónias, para além de estar relacionada com a composição social da população retornada (em média mais jovem, com maior proporção de activos e mais escolarizada) poderá ser explicada pelo facto de a maioria desses portugueses ter mantido activas redes familiares e sociais de acolhimento e inserção. Para além disso, “a estrutura da sociedade portuguesa de então, ainda fortemente ligada à agricultura e às dimensões simbólicas que se lhe associam – nomeadamente no plano dos valores de solidariedade familiar – terá sido igualmente responsável por essa facilidade relativa de acolhimento.” (p. 311).

²⁶ Assumindo a devida distância em relação ao que, na expressão, possa constituir uma ironia cáustica de depreciação do regime não deixa de ser interessante expor o comentário de Avelino Soares (*cit. in* Dacosta, 2006, p. 46), a propósito da cumplicidade entre Igreja e Estado: “Salazar funciona como o pai, Cerejeira como a mãe. São imagens

social da doutrina Católica e o seu papel no “inculcar” de valores socio-políticos e morais marcou decisivamente os processos sociais subjacentes à organização de práticas e modos de vida da população, nomeadamente na área da educação²⁷ (o regime de Salazar tornou o ensino religioso obrigatório nas escolas) e da vida familiar.

O ponto alto do compromisso entre Igreja e Estado corresponde mesmo à assinatura, em 1940, da Concordata, documento que, para além de regulamentar a colaboração informal já em curso, extingue a possibilidade de divórcio no caso de casamentos religiosos, prevista na anterior legislação republicana. Numa altura em que, um pouco por toda a Europa, os padrões familiares se começavam a alterar, com a proibição da dissolução do matrimónio, o regime procurou defender a família das ameaças de degradação e crise, reforçando o seu modelo de família ideal: uma estrutura estática dominada pelo poder e autoridade incontestável do pai (Mónica, 1996). Com efeito, uma boa parte destes chefes de família reproduziam nas suas relações afectivas e familiares a atitude ditatorial que observavam nos homens social, política e ideologicamente mais activos e poderosos com quem se identificavam (Diniz, 1994).

Numa estrutura familiar de tipo patriarcal, o estatuto da mulher era o de dependente do marido estando à mercê das suas decisões e comandos. Até final da década de 60, a possibilidade de obter um passaporte, de criar uma empresa, de sair do país, de alugar casa ou de ser titular de uma conta bancária requeria a autorização do marido, único a quem também era exclusivamente reconhecido, na sua condição de chefe de família, o direito de voto²⁸. Uma vez mais, Igreja e Estado alinham numa concepção das mulheres como seres subalternos que deverão subordinar-se ao homem (o chefe de família) e permanecer no lar: “Poder e religião, masculinos e paternalistas, que no seu exercício se reproduziam e reafirmavam, excluindo, reprimindo e negando às mulheres os direitos humanos e civis, matérias da sua competência e privilégio.” (Diniz, 1994, p. 496). Colocam-se, assim, uma série de restrições e interdições, mais ou menos oficiosas, à sua vida pública e social em todos os outros domínios da vida quotidiana, não sendo as mulheres bem vindas (nem bem vistas) em recintos públicos de natureza cultural (*e.g.*, cinema), recreativa (*e.g.*, cafés ou associações) ou desportiva:

Os papéis sociais estavam definidos à partida. O homem sustentava o agregado familiar, dedicava-se à profissão e aos lazeres, também sexuais, fora de casa. A mulher cuidava da casa, do homem e dos filhos, trabalhasse ou não fora de casa, tivesse uma carreira ou não, contribuísse para a economia doméstica ou não. ... A casa e os filhos eram «coisas» de mulher; o mundo do trabalho e do lazer eram «coisas» do homem. (*ibidem*, p. 496)

muito fortes no nosso imaginário: o pai austero, celibatário e casto; a Igreja (Cerejeira) sua serva fiel, como a mulher nas antigas sociedades rurais patriarcais.”

²⁷ Em termos de educação, a Igreja e a opção pela formação religiosa constitui-se para muitos jovens do sexo masculino, a única oportunidade de ascensão social pela via da escolarização. Nos meios rurais, o pároco era mesmo, frequentemente, o único indivíduo alfabetizado: “Hoje poucos se recordarão de como era a sociedade portuguesa há quarenta anos, quando, para se viver no topo tinha de se ter nascido no topo. A única alternativa para se fugir a este determinismo era através da Igreja Católica, uma instituição que, com as suas organizações, tentava captar o talento.” (Mónica, 1996, p. 229).

²⁸ Entre as mulheres, apenas dispunham do direito de voto as que usassem a prerrogativa de chefes de família ou as que possuíssem cursos médios ou superiores (Mónica, 1996).

A campanha para a domesticação do papel da mulher teve no argumento da maternidade uma das suas principais bandeiras: "... as mulheres tinham uma função única: ser mães...A mulher deveria satisfazer-se com a procriação." (Mónica, 1996, p. 220). A participação social da mulher mantinha-se, assim, circunscrita ao espaço doméstico e as suas funções eram, também aí, de retaguarda. A possibilidade de emancipação do jugo masculino e a passagem para uma primeira linha de exercício cívico dá-se, justamente através do trabalho, com a necessidade, criada pela guerra colonial e pela emigração, de integração das mulheres na população activa e de envolvimento directo no mercado de emprego²⁹. Encarado como um excesso do capitalismo e uma manifestação de indisciplina dos costumes, o trabalho feminino é, no entanto, temido pelo Estado que sobrevaloriza os perigos da concorrência marido-esposa para a estabilidade da família. Considerado inaceitável, o regime mobiliza-se contra o que o que Salazar entendia como um crime, exortando o patronato, sobretudo o do sector industrial, a abdicar da mão-de-obra das mulheres.

A migração (de pais e maridos) para as cidades (para trabalhar na construção civil e obras públicas), a partida dos homens para o estrangeiro ou a sua mobilização para comissões de serviço em África confluem, contudo, inelutavelmente, para um crescimento abrupto da taxa de actividade feminina ao longo da década de 60 (cresce o número de assalariadas do trabalho rural, da indústria e dos serviços, inclusivamente na administração pública³⁰), bem como para uma subida paralela do nível de formação escolar das mulheres. Ainda assim, prevalecia a convicção na sua menoridade intelectual e emocional e, por conseguinte, um descrédito na sua capacidade para emitir opinião ou usufruir de autonomia. Por essa razão ao alcance das mulheres estavam apenas as profissões tidas como ajustadas ao "sexo fraco" (professora, enfermeira, costureira...) sendo-lhes impossível o acesso a todos os cargos e carreira administrativa local, militar, policial, judicial, diplomática e da magistratura, domínios que permaneceram legalmente reservados aos homens até 1976: "Ignorada ou escamoteada a essência humana das mulheres, logo a semelhança essencial homem-mulher, as diferenças femininas dos modelos masculinos – pai, dono, deus – foram o pretexto da discriminação e da desigualdade social." (Diniz, 1994, p. 496).

²⁹ Como esclarece Barreto (2000), antes mesmo dessa fase, as mulheres ocupavam uma posição significativa na estrutura produtiva, ainda que no quadro da economia familiar ou do mercado de trabalho informal: "Com as suas actividades domésticas de mãe e de dona de casa, com o trabalho permanente na terra e na exploração agrícola, com os múltiplos bens artesanais que produziam e com os diversos serviços que prestavam, a maioria das mulheres, no campo e na cidade, estavam activas e ocupadas o dia inteiro." (p. 59). Almeida *et al.* (1994) também salientam o volume de trabalho realizado pelas mulheres com o estatuto de domésticas: "...em modos de vida tradicionais, sobretudo os ligados à pequena agricultura familiar mas igualmente em pequenas actividades comerciais ou artesanais, o grupo doméstico constituía-se também, frequentemente, em unidade de produção, desempenhando aí as mulheres um conjunto de tarefas directamente relativas à produção económica mais ou menos fortemente interligadas com o trabalho doméstico." (p. 317).

³⁰ Um dos sectores da administração pública em que as mulheres mais marcam presença é o da educação. A abundância do número de "mestras" mereceu apertada vigilância e controle por parte das autoridades educativas ao seu decore e conduta moral que, inclusivamente, faziam depender o casamento das professoras de autorização ministerial: "Para o Estado Novo, a mestra não devia emitir ideias, evidenciar encantos físicos ou perder a virgindade." (Mónica, 1996, p.220).

No seguimento da revolução de Abril, e, sobretudo depois da aprovação da Constituição de 1976, com o estabelecimento do princípio da igualdade entre homens e mulheres (que é instituído no Código Civil sob a forma de Lei em 1978), o estatuto social e jurídico das mulheres altera-se substancialmente e modifica-se a sua presença na sociedade e no espaço público³¹:

Foi então o tempo da presença da mulher nas comissões de trabalhadores, nos sindicatos, nos comícios políticos. Uma participação a exigir um grave sacrifício da sua vida pessoal e familiar. Foi esse um tempo em que muitas ligações foram postas à prova e reformuladas ou terminadas, porque tudo tinha então que ser repensado e reconstruído. O tempo da liberdade trouxe também o direito à felicidade, a arrastar consigo muita perturbação. ...O importante, porém, é que as mulheres, mesmo as menos informadas, começaram a consciencializar-se dos seus direitos e das suas necessidades e a reivindicá-los. (Sousa, 1994, pp. 505-506)

A profissionalização das mulheres tornou-se uma realidade indiscutível a ponto de o crescimento da taxa de actividade feminina³² ser considerado o factor responsável pela elevação sistemática da taxa de actividade nacional (Almeida *et al.*, 1994)³³. Deste ponto de vista, depois de uma época em que a profissão e a família se distinguiam, essencialmente, através da distribuição dos papéis sociais correspondentes a cada um desses domínios de actividade por homens e por mulheres (os homens encarregados do trabalho profissional, e as mulheres do trabalho doméstico), com a inserção em larga escala das mulheres no domínio profissional, a sociedade portuguesa aproximou-se, em termos estruturais, do padrão típico das sociedades industrializadas, no que se refere à constituição de uma esfera profissional claramente diferenciada da esfera doméstica/familiar, independentemente do género dos protagonistas. Abstracção feita de motivações de natureza eminentemente intrínseca (como a procura de independência e realização profissional pelas mulheres), os constrangimentos económicos e sociais (simbólicos) vividos por uma boa parte das famílias portuguesas terão

³¹ Remonta a 1970 a criação de um Grupo de trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social, o qual foi seguido em 1973 pela criação da Comissão para a Política Social relativa à Mulher. Tinha um carácter consultivo e o seu principal trabalho consistiu no levantamento das discriminações legais contra as mulheres e elaboração das primeiras propostas de alteração no direito da família e legislação de trabalho. Após a Revolução de 1974 a Comissão permaneceu, até que em Janeiro 1975 foi substituída pela Comissão da Condição Feminina, uma iniciativa de Maria de Lourdes Pintasilgo. A Comissão da Condição Feminina, em regime de instalação desde 1975, é institucionalizada em Novembro de 1977 pelo Decreto-Lei nº 485/77 de 17 de Novembro, o diploma orgânico da Comissão, que estabelece os seus objectivos, bem como as suas atribuições e competências. O grande objectivo é formulado em termos próprios do momento que se vivia, isto é, "apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição". Um dos subobjectivos consistia em alcançar a co-responsabilidade efectiva das mulheres e dos homens em todos os níveis da vida social portuguesa.

³² Globalmente, na década de 80, as mulheres correspondiam a praticamente metade da população activa empregada (eram maioritárias nos sectores primário e terciário e minoritárias no sector secundário) depois de, nos anos 60, terem representado entre 13% a 19% do total (não contando com as mulheres que trabalhavam mas não tinham uma participação directa no mercado de emprego; se estas fossem adicionadas, a taxa de actividade feminina não ultrapassaria ainda assim um valor aproximado de 20% em 1960) (Almeida *et al.*, 1994; Barreto, 2000; 2005).

³³ A taxa de actividade passou de cerca de 38% no princípio da década de 60 para quase 50% no início da década de 90, totalizando hoje mais ou menos metade da população residente (Barreto, 1996; 2005). Tal como referem Almeida *et al.*, (1994), "... a entrada das mulheres na esfera profissional cresceu a ritmo de tal como acentuado que sobrecompensou largamente fenómenos semelhantes de envelhecimento na estrutura etária, aumento da escolarização e diminuição de inserções precoces no mundo do trabalho, também verificados na população feminina. Além disso, o crescimento da taxa de actividade feminina foi suficiente para se sobrepor à diminuição da taxa de actividade masculina." (p. 317).

contribuído amplamente, ainda que de modos distintos, para esta androgeneização dos papéis sociais:

...as de menores recursos agirão por razões de simples sobrevivência, outras, menos carenciadas, procuram acompanhar novos padrões de referência quanto a patamares de consumo e esforços de escolarização dos filhos, ou esperam dotar-se de condições para eleger novos estilos de vida. Em todos os casos, o trabalho feminino é recurso essencial a mobilizar. (Almeida *et al.*, 1994, p. 325).

O novo papel desempenhado pela mulher na sociedade³⁴ teve profundas consequências não só na sua vida social mas também na própria dimensão e estrutura das famílias. O contexto familiar reorganiza-se, em termos estruturais e funcionais, para se acomodar às novas formas de participação social da mulher³⁵ e a sua estrutura sofre um processo de remodelação que é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma série de fenómenos demográficos e sociais (Torres, Almeida, Guerreiro, Lobo & Wall, 1998). Com a progressiva deslocação de certos segmentos da população para os centros urbanos, metropolitanos ou “provincianos”, assiste-se a uma redução no número de gerações que coabitam, tornando-se excepção os agregados familiares de dimensões superiores a cinco ou seis pessoas. Alargam-se consideravelmente os casos de famílias constituídas, no máximo, por duas gerações, numa boa parte das quais pai e mãe trabalham: “Uma população, então, com numerosas famílias alargadas a várias gerações e com elevado número de crianças, é hoje, sobretudo formada por famílias nucleares, pais e filhos, sendo que o número destes é reduzido, entre um e dois.” (Barreto, 2000, p. 40).

De acordo com Cunha (2005a), no domínio da fecundidade, encontra-se hoje uma grande homogeneidade ao nível das representações e aspirações quanto ao número ideal abstracto de filhos o que leva a concluir que “...há uma normatividade cultural forte que configura um modelo de descendência alicerçado em dois ou três filhos.” (p. 457) sendo poucas as que perspectivam, ao contrário do que acontecia no passado, uma família com mais de três filhos. A autora assinala que, desde cedo no processo de desenvolvimento destas jovens, há um processo de ajustamento da «descendência-modelo» à «descendência-possível» feito de cedências, isto é, “... de transformação de ideais abstractos de dois ou três filhos em ideais iniciais de um ou dois filhos.” (p. 457). A diversidade está presente sobretudo ao nível das práticas procriativas observando-se discrepâncias (por excesso ou por defeito) entre as metas iniciais e o número actual de filhos. Os factores apontados para os casos de contenção remetem para razões económicas, mau relacionamento conjugal ou parental, a idade avançada, a falta de saúde e a falta de disponibilidade. Por outro lado, a constituição da descendência parece processar-se em duas etapas: a primeira, mais activa, parece ter na base o desejo de

³⁴ Barreira (1994) salienta o facto de a mulher se ter transformado num *ser bipolar*, encontrando-se, por força do seu envolvimento na vida profissional, permanentemente dividida entre, por um lado, o emprego e, por outro lado, a casa, os filhos e as lides domésticas.

³⁵ Para dar cumprimento à educação das crianças pequenas, as famílias passam a recorrer, de forma crescente, a estabelecimentos educativos especializados.

realizar o projecto de parentalidade (procura-se ter um ou mais filhos); a outra, mais passiva, parece decorrer do surgimento imprevisto da gravidez e é a que se associa a descendências mais numerosas (Cunha, 2005a).

Com efeito, os perfis de fecundidade distinguem-se marcadamente consoante o tempo social e histórico que se considere. Em apenas algumas décadas, avançou-se para uma fecundidade “moderna e domesticada, isto é, definida, contida, planeada, concentrada e tardia” (Cunha, 2005a) que em nada se assemelha à fecundidade da coorte de mulheres que tiveram o primeiro filho no início dos anos 70 caracterizada, principalmente, pelos nascimentos não planeados, por carreiras procriativas precoces e longas e por descendências numerosas (três e mais filhos). O que distingue a experiência da gravidez e da maternidade da mulher pós-moderna ocidental e de classe média é a possibilidade de opção (Canavarro, 2001).

É preciso, obviamente, não esquecer que, num contexto em que as práticas contraceptivas eram profundamente limitadas e em que a maioria das famílias viviam no limiar da pobreza, as descendências numerosas do passado não só eram inevitáveis como os filhos representavam recursos produtivos indispensáveis ao equilíbrio da vida familiar e doméstica. Numa perspectiva de microeconomia familiar, a procriação constituía, antes de mais, uma fonte não desprezível de rendimento para a família (Cunha, 2005b). Teciam-se (e tecem-se, ainda hoje, em família com dificuldades económicas e baixos níveis de escolaridade) importantes solidariedades intergeracionais em torno da contribuição dos filhos (pelo trabalho ou pela comparticipação monetária) para a economia familiar (Cunha, 2005b; Saraceno, 1997; Torres *et al.*, 1998) embora tenha hoje menor expressão do que no passado³⁶.

Para a reconfiguração das famílias também contribuiu largamente, a crise da moral tradicional e o conseqüente afrouxamento das prescrições comportamentais civil ou religiosamente impostas à população durante o Estado Novo. Com efeito, com a degradação das relações Igreja-Estado e a perda de favorecimento da doutrina Católica pelo poder político, assiste-se a um relativo enfraquecimento da autoridade social das estruturas eclesásticas e com ele a relativização dos valores e dos comportamentos endoutrinados. É então, que de argumento retórico e imagem propagandista, a tese dos “brandos costumes” sofre um processo de radicalização que atinge todos os planos do comportamento (social, cultural, político, sexual,...). É, também, no contexto desta vaga de liberdade individual e social, que o modelo tradicional de família se transforma³⁷.

³⁶ De acordo com os resultados obtidos por Pinto (1998) num estudo que envolveu famílias de cinco aldeias do Concelho de Vila Real, em algumas destas famílias, economicamente mais desfavorecidas, o envolvimento dos filhos no trabalho do campo constituía ainda um elemento-chave das estratégias de socialização e de difusão de saberes e competências.

³⁷ É claro que ao longo de todo este texto são referidos fenómenos e mudanças que não são exclusivos da sociedade portuguesa e que se confundem com transformações à escala mais global, nomeadamente as associadas à transição para a modernidade de todas as sociedades ocidentais. Contudo, importa salientar o facto de, em Portugal, estas mudanças terem tido alguns determinantes específicos e terem surgido mais tardiamente que nalguns dos demais países europeus.

Com a alteração, em 1975, do artigo XXIV da Concordata e a resultante revogação da lei de indissolubilidade dos casamentos civis, o número de divórcios não mais parou de aumentar: “O espectro do divórcio impregna toda e qualquer união, pairando em jeito de desafio junto dos casais...” (Barreira, 1994, p. 494). Desenrola-se, a partir de então, uma progressiva laicização dos costumes que é paralela a todo um processo de questionamento social dos conceitos de divino, eterno e infinito. A taxa de nupcialidade passou a diminuir de forma crescente, e tendo deixado de ser obrigatória a formalização do casamento (a sacralização religiosa do casamento torna-se uma opção individual e particular)³⁸, as separações e as uniões de facto tornaram-se, socialmente mais aceites e o seu número mais expressivo. Com efeito, o estabelecimento de laços conjugais passa encarado de forma mais reversível, menos imutável o que, de algum modo, reflecte uma maior exigência no que se refere à realização pessoal e à gratificação recíproca a obter do casamento (Almeida, 1990). A família mantém-se um domínio fortemente valorizado na vida dos indivíduos mas, face à laicização do casamento e esvanecendo-se a sua dimensão sacramental e institucional, passam a sobressair os aspectos intrínsecos da relação conjugal, isto é, o modo como, em casal, se relacionam (Torres *et al.*, 1998).

Trata-se, contudo, de tendências que têm de ser enquadradas no novo contexto sócio-histórico já que “parecem acompanhar tanto os processos de urbanização, escolarização e recomposição socioprofissional, como, no plano cultural, o fortalecimento de uma propensão genérica para posturas morais menos rígidas, ou talvez melhor, para uma relação mais tolerante e flexível face a prescrições normativas específicas. (Almeida, 1990, p.101).

A partir de 1976, a função social da maternidade adquire também maior reconhecimento político com o alargamento da licença de maternidade para 90 dias, a atribuição de abono de família aos funcionários públicos e a criação das consultas de planeamento familiar. Ao favorecer o controle da natalidade, esta última medida não só opera formal e socialmente a dissociação entre procriação e sexualidade como “reforça a igualdade de direito do exercício da própria sexualidade da mulher e do homem, e, simultaneamente, elimina a sujeição física da mulher e as armadilhas da paternidade aos homens.” (Diniz, 1994, p. 499).

Com as alterações introduzidas, nessa altura, no Código Civil³⁹, o direito de família consagra à mulher um estatuto de igualdade (e não de dependência) do homem; a figura do “chefe de família” e o poder marital são suprimidos; o governo doméstico deixa de pertencer por direito à mulher e a residência do casal passa a poder ser escolhida por ambos os cônjuges; é concedida a cada um dos elementos do casal a possibilidade de adoptar até dois nomes do outro; a mulher deixa de ter necessidade do consentimento do marido para desenvolver actividades comerciais e exercer uma profissão, passando, igualmente, a dispor de liberdade de

³⁸ De acordo com Almeida (1990), esta rejeição do casamento formal (a par da opção crescente pela co-habitação) indica que é o casamento como instituição e não a ideia de casamento que é posta em causa.

³⁹ Embora tivesse continuado (e continue, ainda hoje) em vigor o Código Civil de 1966, o seu terceiro livro – Direito da Família (que trata da constituição e funcionamento das relações familiares) –, foi substancialmente alterado em 1977, na sequência da Revolução do 25 de Abril.

circulação. Destaca-se, ainda, a este nível a regulamentação do exercício parental que estabelece a partilha do poder paternal:

A lei da maternidade e paternidade formula, simultaneamente, a igualdade de deveres e direitos dos pais, libertando as mulheres da responsabilização quase exclusiva e da sujeição absurda na criação dos filhos e permitindo ao homem a proximidade da criança, o que, ao torná-lo mais responsável, permite a maturação afectiva e social que poderá libertá-lo da conhecida dependência de cuidados da mulher, diríamos maternos, até à morte. (Diniz, 1994, p. 499)

Apesar disso (ou por isso mesmo), depois de, no início dos anos 60, Portugal ocupar o primeiro lugar na Europa em termos de natalidade (24%) e de fecundidade (3,4 filhos por mulher em idade fértil), a percentagem de nascimentos veio progressivamente a sofrer um declínio permanente, sendo a única excepção a essa tendência decrescente o pequeno *baby boom* registado entre 1975 e 1977, aparentemente, em resultado do optimismo face ao futuro projectado pelo 25 de Abril⁴⁰. A partir desta altura, o saldo natural⁴¹ começa a colocar problemas sérios em termos de crescimento populacional, pondo em causa o limiar convencionado para a reprodução demográfica já que sendo necessário que, em média, cada mulher tenha pelo menos 2,1 filhos para que cada mãe de hoje possa ser substituída por uma mãe na geração seguinte, o facto desse valor não ser alcançado pode significar a impossibilidade de assegurar a substituição de gerações (Pinto, 1994).⁴²

Se, do ponto de vista demográfico, a queda da fecundidade parece pôr em risco a renovação geracional, do ponto de vista social destaca-se, essencialmente, o efeito das práticas de controlo dos nascimentos, no que se refere não só à forma de encarar o casamento⁴³ mas também o lugar dos filhos na família. Na sociedade contemporânea os filhos parecem ter-se tornado, antes de mais, objecto afectivo da família conjugal, isto é, fonte de gratificação

⁴⁰ "Em 1970 com uma descendência média de 3,0 de fecundidade, Portugal situava-se entre os três ou quatro países europeus de mais elevada fecundidade. ... Entre 70-71 e 80-81 a fecundidade registou, em termos nacionais, um declínio de 27% ... O declínio da fecundidade nacional entre 80-81 e 90-91 foi igual ao da década anterior – 27%, colocando Portugal como um dos países do mundo de menor fecundidade – 1,6 filhos por mulher. Está neste processo acompanhado pelos países da Europa do Sul pertencentes à Comunidade Europeia." (Pinto, 1994, p. 303-304). Barreto (2000) explora os factores na origem da baixa da taxa de fecundidade, enumerando entre, as causas possíveis, os novos costumes e mentalidades, a generalização da contracepção, a gradual secularização da sociedade, o emprego das mulheres, a urbanização, a emigração, o desenvolvimento da educação, a alteração dos padrões da economia doméstica e outras.

⁴¹ Na estimativa, não estão, portanto, incluídos os possíveis movimentos migratórios.

⁴² Assim se compreende que a distribuição populacional evidencie, sobretudo a partir dos anos 70, uma modificação estrutural traduzida num duplo envelhecimento, isto é, envelhecimento no topo e na base da pirâmide etária. Tal fenómeno surge associado, ao longo das décadas de 60 e 70, a uma diminuição percentual da população entre os 15 e os 65 anos, por efeito da emigração (o que fez sobressair a proporção dos idosos) e, na década de 80, encontra-se relacionado quer com uma redução acentuada da fecundidade quer com o aumento da esperança média de vida (Pinto, 1994).

⁴³ Mesmo se uma proporção elevada de portugueses considera que "ter filhos" é muito importante para a felicidade do casamento (Almeida & Guerreiro, 1993). De uma fase em que os filhos constituíam um factor de legitimação do casal (a existência do casal só fazia sentido como contexto para a procriação) e a maternidade a principal fonte do estatuto social da mulher, com o surgimento de outras possibilidades como seja a de divórcio e de exercício profissional pela mulher, os filhos passaram simbolicamente a constituir uma expressão do amor dos pais e, por conseguinte, um factor de coesão conjugal: "trata-se de concretizar através da vinda de uma criança, o sentimento amoroso que enlaça os cônjuges." (Cunha, 2005b, p. 467)⁴³. Contudo, viver em casal deixou de implicar forçosamente ter filhos (Torres *et al.*, 1998).

peçoal para os pais (Cunha, 2005b). “ A criança ocupa um lugar privilegiado e mais protegido, com investimentos elevados no plano dos afectos, do bem-estar material que as gerações anteriores não tiveram, de percursos escolares longos tendo em vista a inserção e a promoção socioprofissional.” (Torres *et al.*, 1998, p. 75).

Ao operar uma cisão entre a esfera produtiva e a doméstica, a industrialização (em Portugal como, de resto, em todo o mundo ocidental), não só fez decair a função económica e assistencial dos filhos como produziu alterações na função de linhagem. A expectativa “que comprometia os filhos na continuação do tronco familiar e na conservação de heranças várias (culturais, patrimoniais, simbólicas, perdeu-se na densidade e no anonimatos urbanos...tornando mais ambivalente a própria identidade social da criança.” (Cunha, 2005b, p. 467).

Embora esta função de linhagem continue a figurar nas concepções das mães acerca da importância dos filhos nas suas vidas (87,3% das inquiridas referem-se a essa função), é interessante perceber que a importância da criança passou, de algum modo, a estar mais centrada no presente do que no futuro familiar. Os filhos são vistos por 92,3% das inquiridas como difusores de alegria pela família alargada, contribuindo, através dos afectos e da atenção de que se tornam objecto por parte de todos os membros da família, para a reafirmação dos laços familiares e do próprio sentido de família (Cunha, 2005b)⁴⁴. Mais interessante ainda, é verificar que na análise da forma como todas as funções avaliadas se combinam entre si, a autora constata que as representações quanto ao lugar dos filhos apresentam contornos claramente tradicionais, em que se manifestam valores típicos da vida familiar no passado. Mais concretamente, a dimensão que emerge dessas análises congrega funções como a *afectiva alargada* (a importância sentimental da criança para outros parentes), a de *linhagem* (de continuidade do nome, do património, da história e dos costumes familiares), a de *aquisição da autoridade* (os filhos como uma oportunidade de exercício de poder e influência), a de *mobilidade social* (de obtenção de realização pessoal através dos filhos) e as de *solidariedade* intergeracional (emocional, material e produtiva). De resto, o facto de tratar-se de funções que registam uma adesão de 55% das inquiridas (Cunha, 2005b)⁴⁵, leva a autora a concluir que os

⁴⁴ Igual destaque merece, a este nível, a valorização da dimensão expressiva do lugar dos filhos na família, nomeadamente no que se refere à socialização dos pais (96,8% das inquiridas reconhecem que podem fazer aprendizagens com os filhos que assim se assumem como agentes importantes no processo de socialização familiar). Finalmente, no plano das funções estatutárias é de salientar que para 78% das participantes os filhos representam a possibilidade de se projectarem na estrutura social na medida em que através deles se abrem possibilidades de mobilidade social ascendente e a oportunidade de, por delegação nos filhos, realizarem sonhos e ambições que, elas próprias, não conseguiram alcançar.

⁴⁵ A análise de diferenças no grau de adesão a esta representação tradicional do lugar dos filhos em função do nível de escolaridade e do nível profissional, revela que são as mulheres com menos habilitações escolares (as que possuem o Primeiro Ciclo do Ensino Básico) as que aderem mais fortemente a esta representação e o grupo das empresárias e profissionais intelectuais o que menciona menos frequentemente essas funções. Para além da função identitária, as funções socializadora e de sociabilidade são as que melhor caracterizam as representações das mulheres mais escolarizadas ao passo que entre as inquiridas com menos recursos escolares (as que no máximo completaram o Segundo Ciclo do Ensino Básico) a função de mobilidade é a que mais está presente no universo das suas expectativas (observando-se, também, uma forte presença da solidariedade emocional). Quanto ao nível profissional a dimensão expressiva marca as perspectivas das mulheres mais qualificadas (a função de papel entre as profissionais de nível intermédio, a sociabilidade lúdica entre as empresárias e as profissionais intelectuais, e a função socializadora em

valores nelas implícitos, apesar de associados a um contexto temporal recuado, constituem “o substrato comum que está na base da construção do lugar dos filhos na família contemporânea.” (p. 480).

A ilustrar, uma vez mais, como os ideais do 25 de Abril penetraram na vida familiar e também influenciaram as concepções acerca do lugar e da função dos filhos na família, o mesmo estudo revela que as mulheres que entraram na maternidade antes de 1974 apresentam um perfil mais tradicional do que as que foram mães depois do 25 de Abril (embora 42% das inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90 aderiram fortemente a esse perfil). Importa, contudo, ressaltar dois aspectos: por um lado, o contexto temporal da maternidade parece não influenciar a escolha das inquiridas quanto às duas funções mais importantes dos filhos o que, aparentemente revela que, independentemente do momento histórico, os afectos têm precedência sobre qualquer outro critério (Cunha, 2005b); por outro lado, as três funções que mais têm vindo a perder importância ao longo do tempo pertencem à configuração tradicional das funções dos filhos (função produtiva, de solidariedade material e de mobilidade social) sendo que, no caso da função de mobilidade social, apesar da tendência para um claro decréscimo, cerca de 7 em cada 10 mulheres que foram mães mais recentemente (o que corresponde uma proporção não desprezível) continuam a referenciá-la.

Por fim, destaca-se o facto de ser no grupo das mulheres mais escolarizadas (com estudos superiores) que mais sobressai a função identitária dos filhos, isto é, a visão dos filhos e da maternidade como oportunidade de reconstrução da identidade da mulher, o que demonstra a importância que a maternidade tem para a construção pessoal destas mulheres mesmo no contexto de uma vida profissional activa (Cunha, 2005b; Lalande, 2005).

Todavia, a possibilidade de experimentar simultaneamente os custos e ganhos relativos da maternidade e do trabalho e de avaliar se tais domínios “se complementam mais do que se contrapõem” (Cunha, 2005b, p. 489) ainda tardou a chegar, pelo menos para as que foram mães no início da década de 70. A igualdade de acesso e tratamento no trabalho e no emprego só é consignada por Decreto-Lei em 1979, ano em que também é criado um departamento governamental, sob tutela do Ministério de Trabalho, para zelar pela sua aplicação e cumprimento (a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego- CITE)⁴⁶ e em que uma mulher, Maria de Lurdes Pintassilgo, ascende ao cargo de Primeiro-Ministro.

Não obstante a vontade do legislador, os efeitos sociais das mudanças ocorridas nos dispositivos legais demorarão a manifestar-se. Apesar do esforço político para reduzir as formas mais flagrantes de discriminação sexual, aparentemente, a prática social continuará a ignorar por mais alguns anos o princípio da igualdade de género. Embora a generalização do trabalho feminino tenha contribuído para transformar a imagem social da mulher (hoje, certamente

ambas) ao passo que nas camadas camponesas e operárias mostra-se significativa a solidariedade material (Cunha, 2005b).

⁴⁶ São atribuições da CITE promover, no sector privado e público, a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional, a protecção da maternidade e da paternidade e a conciliação da actividade profissional com a vida familiar.

menos espalhada que antes em concepções tradicionais dos papéis de género) na verdade, no domínio privado da vida familiar prevalece um modelo de traços ainda visivelmente conservadores e tradicionalistas (Amâncio, 2004).

Apesar de, no plano das representações, se esboçar a tendência para uma maior adesão a um modelo mais igualitário de distribuição dos papéis e de divisão de tarefas no sistema conjugal ⁴⁷(Almeida, 1990), no seio da família, a presença de uma repartição ainda largamente assimétrica das responsabilidades parentais e domésticas por homens e mulheres acusa, todavia, a persistência de um padrão de desigualdade que deixou de ser socialmente tão marcado e generalizado mas que está ainda bem presente no modo como homens e mulheres se comportam e se relacionam no domínio público e privado da vida social. Ainda que, no plano profissional, a realidade das mulheres se tenha tornado mais comparável à dos homens, permanece por reconhecer a centralidade do seu papel social e, de modo mais específico, a importância do trabalho feminino (aquele que é desenvolvido fora mas também o que é realizado dentro de casa) para a sobrevivência da estrutura familiar. Com efeito, a entrada das mulheres no mundo do trabalho não parece ter sido suficiente para produzir mudanças assinaláveis nas expectativas, nas representações e nos significados atribuídos ao género no que respeita à divisão do trabalho profissional e doméstico (Amâncio, 1994; Poeschl, 2000; Wall & Guerreiro, 2005).

Claramente, a discrepância entre normas ideais e práticas é menos flagrante no âmbito do trabalho profissional do que no das tarefas domésticas onde a maioria das mulheres (cerca de 88%) tem um ideal igualitarista que as práticas de divisão das tarefas domésticas prevaletentes na sua família não corroboram (Wall & Guerreiro, 2005)⁴⁸. Com efeito, embora os projectos profissionais das mulheres sejam valorizados pelos jovens (homens) como uma forma de realização pessoal e afirmação social a que as mulheres têm direito, a maioria defende

⁴⁷ A propósito de representações num estudo realizado entre 1987 e 1989 junto de uma amostra representativa da população activa residente em centros urbanos, verificou-se uma clara predominância do modelo simétrico de distribuição de papéis (baseado na ideia de que na família o ideal é que tanto o homem como a mulher tenham uma actividade profissional e que ambos cuidem dos filhos e partilhem as tarefas domésticas) face à posição relativamente mais modesta do modelo simétrico atenuado (que corresponde à concepção segundo a qual o ideal é que a mulher tenha uma actividade profissional menos absorvente do que o homem de modo a que possa assegurar uma grande parte dos cuidados com os filhos e o essencial das tarefas domésticas) e à quase residual pontuação obtida pelo modelo tradicional (traduz o ideal de que só o homem exerça actividade profissional e a mulher se ocupe da casa e dos filhos). A preferência pelo modelo simétrico mostrou-se mais elevada entre as mulheres, os mais jovens, as classes médias assalariadas (tanto nas fracções mais qualificadas como nas menos qualificadas em termos profissionais), os indivíduos com mais habilitações escolares e os residentes na área metropolitana do Porto. Optam mais pelo modelo tradicional os homens, as classes operárias, os analfabetos e os residentes no Norte Litoral verificando-se que a preferência por este tipo de modelo (mas também pelo modelo simétrico atenuado) aumenta com a idade. (Almeida & Costa, *cit. in* Almeida, 1990).

⁴⁸ De acordo com Wall e Guerreiro (2005) o facto deste desfasamento entre as normas e as práticas igualitárias ser menor no domínio do trabalho profissional poder-se-á explicar pelo facto das iniciativas públicas em Portugal terem incidido mais na questão da integração das mulheres no mercado de trabalho do que na valorização do trabalho não pago. Destaque-se ainda a chamada de atenção das autoras para o facto das normas ideais estarem "mais marcadas pela lógica das grandes normas culturais difundidas na sociedade" e as práticas serem "mais influenciadas por uma série de variáveis microsociais e familiares: pelos recursos materiais, pelo nível de escolaridade, pela coresidência com outros familiares, pelos domínios de gratificação da mulher, pela religião, pela situação familiar – número de filhos, por exemplo – ou ainda pela coorte de entrada na conjugalidade ou pelo tipo de conjugalidade" (pp. 306-307).

inequivocamente o papel materno como aquele a que as mulheres devem dar prioridade na sua vida em detrimento da realização profissional (Vasconcelos, 1998)⁴⁹.

Com efeito, o género continua a ser visto como um critério culturalmente legítimo e aceitável para a determinação dos direitos, das obrigações e, por conseguinte, da distribuição do poder associado ao exercício dos papéis profissionais e familiares (Bielby & Bielby, 1989; Major, 1993; Poeschl, 2000). Num estudo em que explorou as representações dos indivíduos acerca da divisão do trabalho nas famílias portuguesas, Poeschl (2000) documentou bastante bem a existência de uma acentuada disparidade no modo como os indivíduos representam os contextos públicos e privados de poder associados a homens e a mulheres. Emergiram dos resultados representações que remetem para uma visão bastante tradicional dos papéis de cada um dos cônjuges: o homem visto como o responsável e representante da família no exterior (o seu poder é superior ao das mulheres no que respeita à participação em actividades de lazer, à gestão do orçamento familiar); a mulher aparecendo como responsável por tudo o que se passa no interior da família tendo um poder superior ao dos homens nas actividades ligadas aos filhos e ao lar (Poeschl & Serôdio, 1998; Poeschl & Silva, 2001) apesar da imagem da mulher doméstica aparecer bastante desvalorizada (Poeschl, 2000).

Especificamente no domínio do trabalho não pago também Wall e Guerreiro (2005) verificaram que, embora seja a mulher quem predominantemente realiza as tarefas domésticas, a divisão segmentada das tarefas entre os cônjuges corresponde a uma modalidade razoavelmente representada nas famílias portuguesas.

De qualquer forma a participação do homem na vida doméstica faz-se separadamente e não em conjunto com a mulher, enunciando esferas distintas para cada membro do casal e uma certa separação entre o feminino e o masculino, entre o carácter mais privado associado às tarefas femininas (limpar, lavar, cozinhar) e o carácter público realizado pelo cônjuge – as tarefas administrativas que organizam a família face a obrigações exteriores, as idas às compras que implicam o sair de portas.” (p. 331)

Daqui se conclui que o alcance pela mulher de um estatuto na vida pública que lhe permitiu passar a contribuir para o sustento económico da família não encontrou paralelo numa maior disponibilidade dos homens para assumirem uma responsabilidade efectiva e significativa pelo trabalho doméstico e pelo acompanhamento dos filhos (Perista, 2002; Torres, 2004; Wall, Vasconcelos, Aboim & Cunha, 2001). Para além disso, ainda que tenha contribuído para um reajustamento dessas representações sexuais, o acesso das mulheres à vida profissional veio revestir-se de consequências especialmente penalizantes para estas, ao colocá-las perante os

⁴⁹ É interessante comparar os resultados deste estudo de Vasconcelos (1998) e os obtidos nos primeiros estudos acerca das famílias de duplo-emprego nos quais as mulheres se manifestavam satisfeitas com o facto dos maridos lhes permitirem ter um emprego ou uma carreira e consideravam descabido que os maridos pudessem colaborar no trabalho doméstico (Risman & Johnson-Sumerford, 1998). Embora os estudos digam respeito a contextos culturais diferentes, quase se é tentado a questionar se, neste processo de acomodação conjugal, as mulheres não terão, de algum modo contribuído para que o processo de divisão das responsabilidades familiares e domésticas tivesse sido mais lento.

custos psicológicos da “dupla-jornada de trabalho” (Torres, 2004), ou do “segundo turno” como alguns autores preferem chamar (Milkie & Peltola, 1999), isto é, obrigando-as a fazer face a uma situação em que ao tempo de trabalho no emprego se sucede, em cada dia, o tempo de trabalho familiar e doméstico que inclui, entre outras coisas o cuidar dos filhos⁵⁰.

Na ausência de uma distribuição mais paritária das responsabilidades familiares pelos dois elementos do casal, a adição à sua estrutura de vida do papel profissional acarretou, assim, para as mulheres, um desafio suplementar: o de dar resposta às exigências cumulativas decorrentes da necessidade de satisfazer adequadamente os compromissos assumidos na família e, agora também, no emprego. Pode mesmo afirmar-se que é graças ao esforço das mulheres que, de um ponto de vista económico, o modelo português de sociedade (caracterizado pela participação a tempo inteiro de ambos os cônjuges na vida activa) se tem conseguido manter viável. Dito de outro modo, não obstante as gratificações trazidas pela oportunidade de uma vida profissional activa (mais poder, mais protagonismo, mais reconhecimento social, maior rendimento, mais realização pessoal...), o facto de, no lar, continuarem a ter a seu cargo as mesmas actividades de antes, representa para as mulheres uma situação de “sobretabalho” (Torres, 2004) ou de sobrecarga (Almeida, Wethington & Chandler, 1999). O retrato da sociedade portuguesa, aquele que marca a sua especificidade em relação à realidade europeia, é o de um país que regista uma das mais elevadas taxas de actividade feminina a tempo inteiro de mães com filhos pequenos e em que as mulheres têm de forma praticamente exclusiva a seu cargo o trabalho doméstico e o cuidado das crianças (Torres, 1996).

Ainda assim, a evolução da sociedade fez-se e continua a fazer-se rumo a uma distribuição de poder que é, já hoje, um pouco menos sexista. Ademais, no contexto do casal contemporâneo e ao nível das representações relativas ao quotidiano conjugal parece mesmo intolerável admitir a segregação de género uma vez que “a representação de um homem completamente alheado do mundo das tarefas domésticas não se coaduna hoje com os ideais de casal, mais fusionais e companheiristas...” (Wall & Guerreiro, 2005, p. 311). Isso mesmo se confirma junto das gerações mais novas, nas quais os homens revelam-se mais dispostos a ajudar as mulheres, sobretudo quando estão empregadas e têm filhos.” Claro que esta ajuda é eventualmente superficial face aos muitos afazeres de uma casa. Mas a atitude muda, se tomarmos em consideração a posição tradicionalista do homem que se demite de qualquer tarefa minimamente referente ao lar.” (Barreira, 1994, p. 494)⁵¹.

⁵⁰ Pleck (1985) concluiu que a fonte de insatisfação para as mulheres não é a sobrecarga ou a exaustão mas é a desigualdade uma conclusão que é reafirmada por Kessler e McRae (1982) quando propõem que o que é mais importante para as mulheres é o significado simbólico da disponibilidade dos companheiros para partilhar o trabalho familiar. Rosen (1987) verificou que a colaboração dos homens nas tarefas familiares era entendida pelas companheiras como expressão de amor e preocupação.

⁵¹ Perista (2002) apoiando-se nos dados do Inquérito Nacional do uso do Tempo realizado em 1999, confirma que o trabalho doméstico permanece largamente feminizado (em particular no que se refere às actividades mais rotineiras da vida familiar e doméstica) sendo realizadas pelos homens tarefas mais breves, mais pontuais e esporádicas (como o acompanhamento dos filhos em actividades recreativas) e, muitas vezes, em situação de participação conjunta com as mães (quando se reportam ao seu comportamento face ao trabalho doméstico, indicam mesmo que “ajudam” as companheiras assumindo que lhes prestam uma assistência secundária), uma situação de assimetria que é apresentada

De resto, na actualidade, a julgar pela crescente proporção de mulheres na população estudantil universitária, é sobre as mulheres que recai a expectativa de que se venham a tornar membros ainda mais activos na condução do destino da sociedade, ao antever-se uma mais elevada ocupação feminina dos quadros dirigentes do país. Esta efeminização do ensino superior constitui, entre, outras coisas, um sinal do igualitarismo que se instalou na sociedade portuguesa alguns anos após a revolução de Abril e que se exprime na democratização da educação, encarada como um direito (e não um dever) ao alcance de todos independentemente do seu estatuto ou condição: “A reverência e a subserviência, que, por atavismo ou medo, estiveram tão presentes durante mais de metade do século XX, deram lentamente lugar a uma sociedade, não necessariamente de igualdade de oportunidades, mas de condições iguais.” (Barreto, 2005, p. 158).

Adquirida uma nova compreensão do papel da educação na socialização dos cidadãos (que, em termos políticos, se traduz, primariamente, num esforço de desideologização do ensino no que se refere aos valores do anterior regime⁵²), alargam-se as responsabilidades do Estado na garantia universal desse direito social, bem como a consciência dos cidadãos (especialmente os de alguns estratos sociais) quanto à importância da formação escolar enquanto factor de valorização profissional e social⁵³. O investimento do, então, Estado-Providência no desenvolvimento do sistema público de ensino (sobretudo na sua modernização e na diversificação da oferta formativa) e a expansão territorial da rede escolar permitiram recuperar uma parte (embora pequena) do enorme atraso na alfabetização da população.

A “explosão demográfica nas escolas” (Barreto, 2000) é a primeira manifestação de um processo de escolarização que arranca em força, que rapidamente extingue o analfabetismo juvenil, e que, paulatinamente, atinge níveis inéditos entre os adultos⁵⁴. Embora se verifique uma massificação do acesso a todos os graus de ensino, é especialmente visível, apesar de largamente minoritário, o aumento da frequência do ensino secundário e do ensino superior⁵⁵. Quando se analisam as estatísticas do ensino em 1960 (ano em que a esmagadora maioria da população não tinha ultrapassado o nível mais básico do sistema de ensino, menos de 5 %

como precipitadora de sentimentos de sobrecarga pelas mulheres (Amâncio, 2004; Guerreiro & Abrantes, 2004; Perista, 2002). Num tom caricatural Hartmann (1981) afirma que os homens contribuem mais para a necessidade do trabalho doméstico do que propriamente para a sua realização. Saliente-se, no entanto, que apesar deste fraco envolvimento dos homens na vida familiar, para eles a família é tão ou mais valorizada do que a profissão (Torres, 2004). Também Wall e Guerreiro (2005) verificaram que, embora seja a mulher quem predominantemente realiza as tarefas domésticas, a divisão segmentada das tarefas entre os cônjuges corresponde a uma modalidade razoavelmente representada nas famílias portuguesas. “De qualquer forma a participação do homem na vida doméstica faz-se separadamente e não em conjunto com a mulher, enunciando esferas distintas para cada membro do casal e uma certa separação entre o feminino e o masculino, entre o carácter mais privado associado às tarefas femininas (limpar, lavar, cozinhar) e o carácter público realizado pelo cônjuge – as tarefas administrativas que organizam a família face a obrigações exteriores, as idas às compras que implicam o sair de portas.” (p. 331).

⁵² No período compreendido entre 1974 e 1976, foram retirados dos *currícula* e dos programas escolares as matérias e os conteúdos mais marcadamente associados ao regime deposto (Grilo, 1994).

⁵³ Durante a governação do Estado Novo, a escolaridade obrigatória aplicava-se a menos de metade da população em idade escolar, tendo Portugal sido o último país europeu a concretizar integralmente a escolaridade obrigatória, sucessivamente prolongada de quatro, para seis e nove anos (Barreto, 2000).

⁵⁴ O analfabetismo na população total desceu dos 40% registados em 1960, para 15 % em 1991 e para taxas próximas de 8% em 2000 (Barreto, 2000; 2005).

⁵⁵ A evolução da frequência do ensino secundário e superior está bem patente nos números apresentados por Barreto (2000): 8360 alunos em 1960 e mais de 300 000 em meados dos anos 90 em estabelecimentos de ensino público secundário; 24 000 em 1960 e 350 000 em 1997, no conjunto dos sistemas de ensino superior público e privado.

tinha atingido o ensino secundário e menos de 1% o ensino médio ou o ensino superior) não deixa de ser impressionante a duplicação que se observa nas percentagens de indivíduos inscritos em todos os graus de ensino, mas salienta-se, principalmente, o ensino médio/superior, onde o crescimento em cada década foi mesmo para mais do dobro da anterior. (Almeida *et al.*, 1994) Esta procura e ingresso galopante de estudantes em todos os níveis de ensino do sistema educativo é mesmo a razão pela qual alguns autores consideram estar-se perante a evolução mais notável da educação em Portugal a seguir ao restabelecimento da democracia. (Grilo, 1994). É ainda de salientar que a maior procura destes níveis de ensino, ao mesmo tempo que traduz o sentido e o ritmo da evolução económica, fomentou de modo evidente processos e trajectos de mobilidade social ascendente sendo óbvio que, na escalada pela estrutura social, ficam em vantagem aqueles que dispõem de mais elevadas credenciais escolares⁵⁶.

As próprias mudanças ocorridas na estrutura produtiva (a população portuguesa deixou de ser maioritariamente agrícola e o sector dos serviços passou directamente do último para o primeiro lugar na ocupação da mão-de-obra e nos índices de empregabilidade⁵⁷) contribuem para modificar o peso relativo das actividades profissionais e, com ele, as representações da população face às diferentes oportunidades do mundo da educação e do trabalho. Produzem-se, assim, novas lógicas e dinâmicas sociais que se manifestam em expectativas, aspirações e projectos formativos e profissionais (dos jovens e das suas famílias) cada vez mais ambiciosos⁵⁸. O conjunto das profissões intelectuais, científicas e técnicas que, em 1970, agregavam uma fracção muito diminuta da população activa portuguesa (4,0%) regista, a partir de então, um movimento de quase duplicação em cada década numa subida, que, em 1992 atinge os 17,1%⁵⁹. Em claro contraste, observa-se uma queda acentuadíssima da força de trabalho ligada à agricultura e à pesca (43,6% em 1960 e 8,5% em 1992)⁶⁰.

⁵⁶ A intensidade e os sentidos dominantes de mobilidade social (ascendente, descendente ou estacionário) "...variam na razão directa dos processos de mudança que afectam as sociedades e indiciam alterações nas possibilidades e nos destinos sociais dos indivíduos e das famílias." (Almeida *et al.*, 1994, p. 328).

⁵⁷ O facto de, em Portugal, ao contrário de outros países da Europa, a transição entre sectores económicos não ter implicado uma fase de mobilização de um segmento maioritário da população activa no sector da indústria (ao longo do tempo, a força de trabalho industrial apenas estabilizou) explica-se, de acordo com Barreto (2000), pelo carácter tardio e incipiente da industrialização portuguesa até às décadas de 40 e 50 e pelo desenvolvimento concorrente do sector dos serviços na década de 60, altura em que o sector secundário se aprontava para a consolidação mas já o seu crescimento requeria pouco investimento em mão-de-obra.

⁵⁸ A matriz intergeracional das distâncias sociais percorridas pelas gerações mais novas durante as décadas 70 e 80 indica a origem no operariado de uma proporção significativa (23,4%) de empresários e dirigentes bem como de 50% de profissionais técnicos provenientes de classes com menos recursos (operários, empregados executantes e trabalhadores independentes) e a existência entre o operariado de 55% de casos de imobilidade/reprodução intergeracional (correspondentes a padrões institucionalizados de desigualdade de oportunidades) (Almeida *et al.*, 1994). A análise destes dados não deve fazer perder de vista que existe uma relação positiva entre o tipo de credenciais escolares que os indivíduos possuem e o campo de oportunidades profissionais disponíveis. Tal significa que o nível de escolaridade influencia não só os empregos a que os indivíduos aspiram mas também aqueles a que, efectivamente, têm acesso, no mercado de trabalho primário (o dos bons empregos) ou secundário (o dos empregos mal pagos e precários) (Alves, 1998).

⁵⁹ Quando, na análise do processo de diferenciação da estrutura socioprofissional, apreciam a relação entre o grupo profissional e o nível de escolaridade, Almeida *et al.* (1994) salientam o contraste que se observa nos perfis de escolaridade dos profissionais intelectuais e científicos (possuidores de diploma de diplomas de ensino superior) e os directores e quadros dirigentes (maioritariamente sem estudos para além do ensino básico, isto é, são analfabetos ou possuem o 1.º ciclo do Ensino Básico). Esta disparidade indicia, segundo os autores, a existência de "...duas lógicas sociais muito distintas na constituição dos grupos sociais que usufruem em geral de mais recursos na vida pessoal e que dispõem de mais poderes para influenciar o curso da vida colectiva." (p. 324). Essas são de, acordo com os

Por efeito deste processo de reconfiguração socioprofissional, assiste-se, na sociedade portuguesa, a uma diversificação dos próprios estatutos sociais no contexto da qual a representatividade da classe média⁶¹ se exponencia (Barreto, 2000; 2005)⁶²: “É nesta classe social que se verifica, designadamente, terem vindo a ocorrer as mudanças mais significativas nos quadros de valores culturais, em boa parte segundo uma lógica associável aos comparativamente elevados níveis de escolarização que a caracterizam.” (Almeida *et al.*, 1994, p. 326). Aliás, na estrutura social, são as classes médias as que, em geral, se apresentam como o sector mais dinâmico e inovador de uma sociedade.

O rápido aumento dos níveis de escolaridade ao longo da década de 70 e 80 revela-se, assim, um traço marcante da evolução da sociedade portuguesa que é indissociável das dinâmicas de mobilidade social então geradas. A amplitude desses movimentos pode ser avaliada tendo como critério a posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social em diferentes momentos das trajectórias sociais no tempo de uma ou duas gerações (comparando, por exemplo, a escolaridade ou o estatuto socioprofissional de pais e de filhos). A este respeito é interessante assinalar que a comparação de pais, de mães e de filhos na década de noventa revelou que, embora a maior parte dos jovens obtivessem níveis de formação escolar superiores aos dos progenitores, o título escolar da mãe apresentava um efeito tendencialmente mais positivo sobre o perfil de qualificação escolar dos descendentes do que o do pai, sobretudo no que se refere ao prosseguimento de estudos superiores (Alves, 1998). Trata-se de resultados que parecem evidenciar uma influência superior da figura materna (comparativamente à figura paterna) nas escolhas escolares dos filhos, hipótese que convida a reposicionar o papel da mãe na construção dos projectos escolares dos descendentes. (Alves, 1998).

Factores como a autonomização e afirmação de culturas juvenis em ruptura com a tradição, a assunção de novos papéis sociais pelos jovens, o enfraquecimento das expressões de autoritarismo (também) na família, a reorganização da vida familiar (e a maior autonomia que daí resultou para os jovens), a valorização da função educativa da escola (vista como um contexto substituto da família na socialização das gerações mais novas), o mais elevado capital

autores, as duas categorias socioprofissionais que ocupam os lugares dominantes da estrutura social, o que põe em evidência as duas vias sociais pelas quais os fluxos de mobilidade ascendente se tornam possíveis: a actividade empresarial e os estudos universitários.

⁶⁰Almeida *et al.* (1994) referem observar-se poucas mudanças nas tipologias dos contratos de trabalho, permanecendo destacada a categoria dos assalariados ou trabalhadores por conta de outrem maioritariamente nos sectores secundário e terciário (seja em empresas privadas ou em organismos públicos).

⁶¹Barreto (2000) define a classe média como um grupo razoavelmente heterogéneo, de base urbana que, em geral, exerce actividade profissional no sector dos serviços, auferindo rendimentos médios, e que possui uma formação cultural e profissional média ou elevada e dispõe de um relativa ou superior independência ou autonomia negocial. “A característica mais evidente ainda é a sua posição intermédia entre os que possuem capital e propriedade, por um lado, e os que vendem o seu trabalho, sendo que há áreas de confusão e de indefinição.” (p.65).

⁶²Ao mesmo tempo, atenuam-se os dualismos territoriais já que durante o período ditatorial, uma grande parte do país vivia a ritmos diferentes dos da capital e dos das principais áreas urbanas. A dualidade entre o litoral e o interior foi, inclusivamente, durante a vigência do Estado Novo, responsável pela reprodução de desigualdades acentuadas em vários domínios, como o envelhecimento da população, o acesso à formação escolar e profissional, a percentagem de população activa na agricultura, o grau de modernização industrial e de terciarização, a qualidade e os estilos de vida (Almeida *et al.*, 1994). Segundo Barreto (2005), embora vários factores tenham contribuído para a homogeneização ou integração do espaço nacional (administrativa, territorial e social) e para tornar a sociedade portuguesa mais unitária, o elemento mais importante terá sido a integração profissional na população activa das mulheres.

cultural dos jovens, o prolongamento do processo de formação e o adiamento da entrada na vida profissional, constituem, (como se verá mais à frente) alguns dos factores que conduziram à alteração das próprias relações intergeracionais.

Para além das mulheres, das classes médias, do Estado-Providência, confirma-se, também assim, o importante papel dos jovens nos processos de mudança social desencadeados pela transição democrática. Com efeito, o estabelecimento, pela Constituição de 1976, do direito ao voto e da possibilidade de candidatura a cargos políticos (excepto o de Presidente da República) a pessoas maiores de 18 anos, juntamente com a evolução económica do país e a expansão paralela do sistema de ensino (de modo particular, a elevação progressiva dos níveis de escolaridade obrigatória) fizeram emergir a “juventude” como uma nova categoria etária socialmente destacada. Com aspirações, oportunidades, estilos de vida, padrões de comportamento e de expressão cultural diferenciados dos das gerações mais velhas, as jovens gerações passam a constituir um segmento de mercado e de exercício da cidadania bastante activo e, por isso, altamente apetecível. Eleitores e consumidores de elevado potencial, os jovens tornam-se um público atractivo para os partidos políticos, para as juventudes partidárias, para o comércio e publicidade, para os espaços culturais e de lazer e alimentam o frenesim nocturno das cidades (Barreto, 2005).

O fervor ideológico militante e as motivações idealistas e/ou filantrópicas que, no período peri-Abril, levam os indivíduos, sobretudo os mais jovens, a alinhar em diferentes frentes político-partidárias e a agregarem-se em torno de causas⁶³ vão-se diluindo ao longo da década de 80, à medida que os indivíduos conhecem o prazer da vida mundana e que o Estado universaliza os cuidados de saúde e de protecção social, antes dependentes da generosidade, solidariedade e caridade dos cidadãos. Paralelamente, “a «cultura de massas» arrefeceu o ânimo associativo de muitas pessoas.” (Barreto, 2005, p.160). O acesso generalizado à cultura (à televisão, ao cinema, à música, à escola, à imprensa, etc.), o crescimento dos aglomerados suburbanos, a separação e o afastamento dos locais de trabalho e de residência e a expansão da televisão são alguns dos factores responsáveis pela retracção de certas formas de associativismo, sobretudo as de tradição local (nas agremiações culturais, de entreajuda e desportivas, etc.)⁶⁴ (Barreto, 2005). Em seu lugar, emerge, progressivamente, uma cultura hedonista fortemente marcada pelo apelo do consumo e do lazer⁶⁵:

⁶³ Tal como refere Barreto (2000; 2005), o novo clima democrático estabelecido depois de 1974, juntamente com o aumento dos níveis de instrução e o crescimento dos esforços colectivos de solidariedade e de defesa de interesses (associações, sindicatos, etc.) favoreceu uma reconfiguração do próprio exercício da cidadania uma vez que despertou a consciência dos direitos, promoveu hábitos de participação política, social e cívica e levou as pessoas a procurar formas legais de afirmação e protecção/defesa dos seus direitos: “A partir dos anos 70, sobretudo depois de instaurada a democracia, tornou-se visível o crescimento das acções, dos mecanismos e das instituições de defesa de direitos e de representação: sindicalismo, defesa do consumidor, protecção dos utentes, defesa de interesses específicos, etc. Os conflitos e as divergências de interesses resolvem-se cada vez mais com recurso às instituições judiciais e de arbitragem. As relações entre pessoas e grupos processam-se muito mais no quadro de regras legais do que informalmente. É grande o contraste com o que se passava apenas quarenta anos antes.” (p. 67). A partir de finais dos anos 80, alguns desses movimentos de defesa dos cidadãos (sobretudo os sindicais) registaram um acentuado declínio ao contrário das situações de litigância que continuaram a aumentar.

⁶⁴ O autor assinala, no entanto, que os progressos do associativismo são actualmente visíveis sob outras formas de participação cívica e social como o voluntariado, a ajuda internacional, a defesa da ecologia e ambiente, a defesa do

A euforia revolucionária criou a expectativa do companheirismo, da mão solidária e sempre presente. Mas a sociedade civil foi adquirindo noções de individualismo, de personalização, e, como tal, as pessoas fecharam-se no seu universo concêntrico de questionamentos afectivos e profissionais. A comunidade, enquanto vivência colectiva e colectivista, deixou de ter sentido face a outras prioridades de apelo egocêntrico.... (Barreira, 1994, p.494)

No cenário cultural e nos mapas simbólico-ideológicos da sociedade portuguesa passam a figurar e a cruzar-se orientações de valor tão diversas quanto a experiência histórica dos actores sociais em contracena. Enquanto as gerações mais velhas se apoiam em valores que radicam num ideário de colectivismo societal, as novas gerações adoptam valores mais fluídos assentes num individualismo societal. No primeiro caso, as causas colectivas prevalecem sobre aspirações individuais; no segundo caso, os objectivos e as preferências individuais parecem sobreporem-se aos interesses comuns (Pais, 1998). Apesar disso, parece que as descontinuidades intergeracionais não estão a produzir grandes conflitos ou rupturas ao nível dos valores dada a existência de uma cultura pré-figurativa dominante (Mead, 1971), ou seja, a geração mais nova adquiriu algum poder de socialização e a geração mais velha parece sensível à sua influência. As duas gerações parecem partilhar os mesmos valores mas atribuem diferentes significados e vivem de forma diferente esse conjunto de valores. A centralidade de valores como o individualismo e solidariedade é comum na vida das duas gerações embora no primeiro caso a orientação seja mais expressiva ou materialista e, no segundo caso, mais moral ou interactiva consoante se tenha em conta a posição das gerações mais velhas e mais novas, respectivamente (Pais, 1998). Conclui-se, portanto, que esta é uma coexistência pacífica que, antes de mais, tem vindo a possibilitar o desenvolvimento gradual de uma estrutura de valores razoavelmente convergente e plástica seja em que geração for.

consumidor e do utente, entre outras (Barreto, 2005). De qualquer forma, os níveis dessa participação persistem relativamente baixos.

⁶⁵ Para reforçar ainda mais a ideia de que se trata de uma tendência observável em todas as sociedades contemporâneas, nada melhor do que evocar as reflexões de Lipovetsky (2005) acerca das características que colocam as sociedades democráticas e capitalistas na era "pós-moderna". De acordo com o autor, este novo quadro social, distingue-se como um novo estágio histórico do individualismo em que a despadroneização e a sedução sucederam-se à lógica da uniformização e ao primado da convicção. A euforia pela inspiração materialista substituiu as causas mobilizadoras que há uns anos atrás galvanizaram muitos dos hoje ocupam hoje o poder. A indiferença e a desmotivação de massa, deram lugar à progressão do vazio existencial. O indivíduo absorve-se na dimensão do particular, recusa-se a submeter-se às regras ancestrais exteriores à sua vontade íntima e reconhece como lei fundamental apenas a sua sobrevivência e seu interesse próprio. As relações humanas esvaziadas pelo hedonismo e individualismo, pela ausência espiritual, pela apatia política e pela alienação social extrema evidenciam, segundo o autor, que o humano se despersonalizou em favor da personalização dos objectos, deixando a sensação de se que se vive na era do vazio: "A sociedade, cujo valor cardinal passou a ser a felicidade e massa, é inexoravelmente arrastada a produzir e a consumir em grande escala os signos adaptados a esse novo *éthos*, ou seja, mensagens alegres, felizes, aptas a proporcionar a todo momento, em sua maioria, um prémio de satisfação directa." (p. 130).

3.3. Dimensões Culturais e Simbólico-Vivenciais do Portugal Moderno

Na sociedade portuguesa como, de resto, em toda a Europa, o advento da democracia e a tolerância face a novos e individualizados estilos de vida por ele tornada possível, inaugura uma nova vaga no que se refere ao modo e ao conteúdo do pensar social com expressão na orientação dos indivíduos para um conjunto de valores mais consonantes com a própria experiência democrática e com uma tendência global desnormativizante e personalizadora. Neste contexto, a busca de *realização pessoal* torna-se, progressivamente, um critério primário no modo como os indivíduos passam a relacionar-se com os diferentes domínios da sua vida. Ainda que se trate de um valor, geralmente, conotado com tendências individualistas e com traços estritos de auto-centração, na realidade, as diferentes formas de que se veio revestindo a sua satisfação no plano individual e os diferentes contextos sociais em que a realização pessoal foi sendo procurada (na família, por exemplo) mostram que, em Portugal, o seu entendimento e a sua vivência pelos indivíduos não só estão longe de ser unívocos como, inclusivamente, não são incompatíveis com a exibição de comportamentos sócio-centrados.

A julgar pela variedade dos meios usados pelos portugueses para alcançar esse sentimento de realização pessoal e pela facilidade com que esse valor se conjuga com outros (como o da autonomia, do pluralismo, da tolerância, da flexibilidade...), poderá concluir-se que a procura de realização pessoal, mais do que um factor que actua na promoção do isolamento social, parece antes afirmar-se como um factor graças ao qual os processos de escolha individual têm podido evoluir no sentido de se tornarem mais conscientes e subjectivos, isto é, menos sobredeterminados, menos invariantes e mais à medida da preferência de cada um (Almeida, 1990). Ao contrário do que este maior subjectivismo poderia fazer supor, os grandes princípios éticos, políticos e religiosos reguladores dos relacionamentos e da ordem social, ainda que relativizados, não ficaram postos em causa pela emergência desse valor; apenas deixaram de representar soluções prontas e universais para passarem a constituir pontos de partida para a exploração de alternativas com as quais os indivíduos possam sentir-se mais realizados:

... a crise dos modelos finalistas de sociedade não vai ao ponto de banir objectivos e investimentos, antes parece contribuir para reconverter e intensificar o essencial das opções e esforços dos autores O que as pessoas e os grupos aparentemente reivindicam e praticam cada vez mais é o dotarem-se de objectivos processuais e relacionais, é, igualmente, a sua própria autonomia a convocar, a combinar e a gerir elementos disponíveis nessas grandes referências. Por isso se esbatem as antigas pré-determinações, os antigos afunilamentos que tornavam uniformes e previsíveis os caminhos que iam das opções ideológicas globalizantes até aos comportamentos. (Almeida, 1990, p.131)

Nesta ordem de ideias, a grande importância atribuída pelos indivíduos a aspectos da vida privada, como a família e a vida afectiva, a actividade profissional e o consumo/bem-estar económico (em contraposição à participação social e política), embora assinala a presença de valores pós-materialistas na sociedade portuguesa (em particular entre as gerações mais novas⁶⁶) faz, igualmente, sobressair a existência de continuidades de fundo nas prioridades dos portugueses. Tais continuidades, confirmadas pelo aparente desinvestimento que, paralelamente, se observa noutros aspectos emblemáticos da pós-modernidade, como a fruição dos tempos livres e do lazer, por exemplo (Almeida, 1990), reflectem, elas próprias, o sentido das mudanças observadas no plano mais amplo da vida social, pondo em evidência "... enraizamentos culturais sobrepostos, reportáveis nalguns aspectos a relações sociais tradicionais e, noutros, às que se foram estabelecendo, no quadro da modernidade, com a industrialização e, mais recentemente com o consumo de massas." (Almeida, 1990, p. 111).

Face à existência deste duplo eixo de estruturação do sistema de valores, não é surpreendente que, na análise da orientação pessoal dos indivíduos para um certo modo de posicionamento perante a vida em sociedade, se verifique que nenhum modelo de existência reúna especial preferência ou seja expressivamente rejeitado⁶⁷. Na medida em que a configuração das estruturas culturais confere legitimidade social a todas as opções e filosofias de vida, os valores para os quais os indivíduos se orientam passam a depender, em larga medida, de critérios subjectivos e da adopção de uma posição pessoal face aos valores que são prevaletentes nos grupos e contextos sociais mais imediatos.

Daqui resulta que, embora a diversidade de tendências sócio-culturais veicule significados que influenciam e podem ajudar a compreender as orientações e as prioridades pessoais definidas pelos indivíduos, a coexistência de referências culturais com diferentes raízes históricas parece indicar que, no plano individual, os significados atribuídos à família e ao

⁶⁶ Os resultados de um estudo de Eurico Figueiredo (1988) indicaram que os jovens universitários portugueses apresentavam um índice de pós-materialismo (21,6%) maior do que o dos respectivos progenitores (9,5%), variando em sentido contrário o índice de materialismo (25,4% e 42,3%, respectivamente). De acordo com a tese de Inglehart (1977), a inflexão cultural de prioridades centradas nos interesses materiais imediatos para as que põem a tónica na qualidade de vida reflecte um efeito geracional com origem no contexto de socialização dos jovens do pós-guerra, no qual as necessidades básicas de segurança e bem-estar económico (valores materialistas) passaram a estar genericamente asseguradas, o que permitiu que outros valores e temas como o da participação cívica, da defesa dos direitos, da protecção do ambiente, do culto das ideias e das relações interpessoais (valores pós-materialistas) entrassem em cena. Sem anular os efeitos dos percursos de vida pessoais e da sucessão de conjunturas, as novas prioridades instaladas durante o período do pós-guerra tenderiam a manifestar-se nas atitudes e comportamentos das gerações que cresceram nesse contexto de socialização e que, no final da década de 80, constituiriam o segmento mais dinâmico da população adulta.

⁶⁷ De entre um conjunto de modelos ideal-típicos de existência que vão desde a orientação narcísica (auto-centrada e de valorização da experiência imediata do quotidiano), à orientação activista (sócio-centrada e voltada para o futuro), passando pela orientação acumulativa (assente na ideia de projecto de futuro auto-centrado) e pela orientação convivial (enfatizando a vivência quotidiana das relações), todos registaram a adesão dos indivíduos quando solicitados a definir o que estaria mais de acordo com a sua forma de estar na vida. Observaram-se, contudo diferenças em função do género (as mulheres escolheram mais do que os homens o modelo da orientação convivial), do nível de escolaridade (o modelo da orientação acumulativa decresceu regularmente com o aumento do nível de escolaridade, passando-se o inverso com o modelo da orientação activista; a orientação narcísica prevaleceu entre os que tinham a escolaridade básica comparativamente aos que tinham formação média ou superior, que foram os que mais optaram pela orientação convivial) e do nível profissional (empresários, quadros dirigentes e profissionais liberais apresentaram mais orientações de valor acumulativas, modelo que registou a sua menor frequência entre os profissionais intelectuais e científicos e quadros intermédios, os que mais escolheram orientações activistas; foi no operariado que esta última orientação se revelou menos expressiva em contraste com o modelo narcista que aí atingiu o seu máximo) (Almeida, 1990).

trabalho, poderão ser tão diversos quanto os referenciais a partir dos quais são construídos: as tradicionais (como as concepções quanto aos modelos de família, a moral sexual e a ética individualizada de trabalho), as pós-modernas (a expectativa de realização pessoal, de autonomia e/ou reciprocidade) ou qualquer combinação possível entre estas duas, ou seja, entre "... o recentramento individualista ou o cosmopolitismo universalizante, o reforço das pertenças apriorísticas ou a valorização dos laços sociais electivos." (Almeida, 1990, p. 115). Acresce o facto de as prioridades, orientações ou identificações dos indivíduos com os vários domínios de vida, não terem "... sede institucional que as delimite e que sobre elas produza directamente preceitos normativos codificados e relativamente inequívocos. Representam, desse modo, problemas valorativos caracterizados por um aparentemente reduzido constrangimento social na adopção de uma posição pessoal face a eles." (Almeida, 1990, p. 120).

Num cenário de indeterminação cultural, compete a cada um definir uma motivação que lhe permita orientar-se num universo de possibilidades onde não há lugar à imposição universalista. Tal, porém, não significa que as posições assumidas pelos indivíduos possam ser vistas como independentes das grandes prioridades sociais e do próprio investimento individual nos valores que caracterizam os padrões culturais da sociedade. As convergências que se observam entre as prioridades individuais, bem como a existência de opções de investimento relativamente padronizadas, não permitem negar a importância dos condicionamentos sociais no julgamento que os indivíduos produzem acerca dos domínios a privilegiar na sua vida. Assim, por exemplo, o facto de a família e profissão surgirem como prioridades em detrimento do lazer ou da participação na vida pública, pode ser interpretado como um sinal de que os indivíduos têm noção de que certos aspectos da vida social se impõem à sua vida pessoal sob a forma de imperativos quotidianos em relação aos quais não podem ficar alheios nem desinvestidos ao passo que outros, ainda que possam ser valorizados, toleram uma maior desatenção. Dito de outro modo, os indivíduos avaliam "...que os constrangimentos que estruturam a existência imediata têm graus de premência diferenciados." (*ibidem*, 1990, p. 114).

Numa revisão da evidência empírica disponível acerca dos valores dos jovens⁶⁸ relacionados com a família, o autor verificou que, não obstante a família permanecer uma referência central nas configurações culturais da década de 80⁶⁹, os significados investidos

⁶⁸ Os resultados em questão reportam-se a estudos realizados junto de sectores jovens da população, sendo a selecção desse público-alvo explicado pelo objectivo de, presumindo a existência de contrastes entre esses jovens e as pessoas que se fizeram adultas no ambiente social do regime salazarista, "...surpreender tão cedo quanto possível, eventuais transformações, inovações, mudanças de que as gerações jovens podem ser portadoras iniciais." (p. 5). A faixa etária dos jovens envolvidos nesses estudos (entre os 15 e os 29 anos de idade) e a década em que os mesmos foram realizados (final da década de 80) torna as suas conclusões relevantes para a compreensão do perfil de valores dos sujeitos que, na presente investigação, pertencem à Geração 2.

⁶⁹ A vida familiar apareceu como um dos três aspectos do futuro a que os jovens atribuíam mais importância, logo depois da realização profissional (1.º lugar) e do dinheiro e segurança material (2.º lugar); no plano da identidade social, o mais forte sentimento de pertença declarado por jovens universitários recaiu sobre a família; a família foi, igualmente, considerada, por estes estudantes, como uma das mais importantes esferas de realização pessoal, logo depois da profissão (a segunda mais importante) e da vida afectiva (a primeira mais importante); no equacionamento

nessa esfera de vida revelavam alguma variabilidade histórica. Com efeito, para além da diversificação dos modelos de família (bem como do menor grau de determinação directa desses modelos, por aspectos das circunstâncias sociais de existência que condicionavam a electividade e revocabilidade conjugais, por exemplo) observou-se que esta centralidade da família tendia a organizar-se em torno dos valores da realização pessoal, do respeito, da tolerância pela diversidade de preferências relacionais, da flexibilidade na aplicação (circunstancial) das prescrições morais e da reciprocidade de gratificações nas relações conjugais e na relação entre pais e filhos. Tais dimensões de valores reflectem, essencialmente, processos de mudança social mais gerais de que são exemplo a laicização e informalização no estabelecimento de laços afectivos, a valorização de uma maior igualdade ou simetria estatutária entre os sexos (nomeadamente nos planos profissional, doméstico e do relacionamento sexual), um grau acrescido de tolerância no domínio sexual e a acentuação do contratualismo nos modelos relacionais familiares (*ibidem*, 1990).

Na resposta a esses processos de mudança a família reorganiza-se dada a enorme plasticidade e capacidade de adaptação que tem revelado no decurso da evolução histórica:

Inscrita na sociedade, organizada por rede de relações, informada por padrões de valores, desdobrada em sistemas de práticas, condicionada pela sociedade em que se insere e dela por sua vez condicionante, estabelecendo relações especificadas com o mercado de trabalho, com o Estado e com as configurações culturais, a família não perdeu o carácter de instituição social, sujeita como qualquer outra a dinâmicas de continuidade e transformação. (*ibidem*, 1990, p.107)

De acordo com Almeida (1990) no processo de evolução da sociedade portuguesa, as grandes referências ideológicas subjacentes aos modelos familiares e afectivos permaneceram relativamente estáveis. Por essa razão, não obstante a presença de sinais de mudança no quadro familiar, não é surpreendente a inexistência de transformações profundas a nível das práticas e da estrutura das relações familiares (como a inexistência de uma distribuição claramente mais simétrica dos papéis conjugais ou de relações pais-filhos nitidamente mais igualitárias, por exemplo)⁷⁰. Apesar disso, o facto de, a respeito da família, se observarem desfasamentos "... entre valores inscritos nas práticas de relacionamento social familiar e valores operatórios nas declarações verbais acerca dessas práticas e das convicções normativas

de projectos pessoais de vida, os mesmos estudantes declararam tomar em consideração, em primeiro lugar, os interesses da família, seguindo-se referências específicas aos interesses do/a companheiro/a e dos filhos (apesar de estes estudantes ainda não terem filhos). Na hierarquização de cinco domínios sociais segundo a importância pessoal de cada um, a vida afectiva e familiar reuniu a preferência maioritária dos respondentes (pessoas na vida activa residentes em centros urbanos entre 1987 e 1989). As actividades profissionais surgiram mais valorizadas pelas mulheres, pelas classes sociais de maiores recursos e pelos sujeitos com mais escolaridade; o consumo e o bem-estar económico foram mais valorizados pelos homens, pelas classes sociais menos favorecidas e pelos que possuíam níveis inferiores de escolaridade; a valorização dos tempos livres e do lazer e da participação social e política mostrou-se mais elevada no caso dos que tinham níveis de formação mais elevados (Almeida, 1990).

⁷⁰ Todavia, segundo o autor, dada a complexidade do sistema familiar e das constelações simbólico-ideológicas envolvidas nas relações familiares, qualquer avaliação acerca da mudança do sistema familiar deve ser prudente: "... a diversidade de situações não se deixa reduzir a modelos únicos; as relações familiares têm espessura multidimensional, desdobram-se em vários níveis de estruturação; os processos sociais combinam continuidades e transformações, neles sempre se sobrepõem dinâmicas com diferentes ritmos e diversos horizontes temporais." (Almeida, 1990, p. 95).

que a elas presidem” (Almeida, 1990, p. 96) não deixam de poder ser vistos como parte e sintoma de processos de mudança que se encontram em curso no modo de encarar a família.

De resto, confirma-se que, em Portugal, existe uma relativa homogeneidade representacional relativamente à família e às mudanças que nela se têm produzido, sendo que essas representações, expressões da presença de uma maior democraticidade nas relações familiares, têm vindo a evoluir num sentido mais anti-tradicionalista, relativizante, democrático e relacional: “ O que mudou nos últimos 30 anos foram as relações entre as pessoas, quer materialmente quer simbolicamente. E as mudanças foram ... do institucionalismo normativo para o relacionismo negociado, da assimetria estatutária para a paridade igualitária, do rígido para o flexível.” (Vasconcelos, 1998, p. 386).

Não obstante esta unanimidade representacional, é possível identificar dois modelos diferenciados em torno dos quais as representações dos indivíduos acerca da família tendem a polarizar-se – o modelo tradicionalista e o modelo modernista – e que permitem demarcar dois grupos geracionais específicos: a geração da Grande Guerra (constituída por indivíduos com mais de 54 anos) e a geração de Abril (que compreende indivíduos entre os 15 e os 34 anos), respectivamente (Vasconcelos, 1998). Enquanto o modelo modernista se apresenta vincadamente relacional, liberal experimentalista e igualitário⁷¹, o modelo tradicionalista distingue-se pelo seu carácter fortemente institucional, conformista, prescritivo e assimétrico⁷². Entre estes dois pólos e conjugando características de relacionismo modernista com características de institucionalismo tradicional, situa-se o modelo intermédio ou híbrido que

⁷¹ Os resultados apresentados por Vasconcelos (1998) mostraram que o modelo modernista (o que corresponde à Geração de Abril) se caracterizava por uma visão do casamento como um projecto de partilha e de felicidade e pela recusa da rotinização da vida amorosa. Os indivíduos admitiam a cohabitação como uma forma aceitável de ensaio e/ou vivência efectiva da conjugalidade e o divórcio como uma forma natural e legítima de pôr cobro a projectos conjugais disfuncionais e/ou desinteressantes sendo avessos a padrões fixos e institucionais de casamento. Apenas os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos de idade (no limiar etário superior, portanto) admitiam a estabilização da relação conjugal (*i.e.*, a formalização do casamento) em nome da realização do projecto parental. É de realçar que, para este grupo geracional, casar pelos filhos significava mais proporcionar a estes um quadro de qualidade afectiva do que um quadro institucional estabilizado sendo os filhos também vistos como gratificação afectiva para um relacionamento amoroso desejado. Do ponto de vista da diferenciação de género, os indivíduos desta geração opunham-se à exclusividade masculina na tomada de decisões, discordavam da especialização doméstica e maternal das mulheres e defendiam o direito feminino à realização profissional. No que se refere à parentalidade recebida os indivíduos da Geração de Abril apontaram formas de punição principalmente não físicas ocasionadas por infracções de ordem relacional (desobediência, falta de respeito, incumprimento de regras) ou problemas académicos (falta de assiduidade, falta de aproveitamento). Declararam preferir eles próprios abordagens mais simétricas e negociadas no relacionamento entre pais e filhos. Os indivíduos mais modernistas mostraram-se defensores mais convictos das solidariedades intergeracionais, posição na linha da qual consideravam importante a abolição da assimetria estatutária existente entre pais e filhos (e que se manifestou na sua discordância em relação ao uso da punição física nas práticas educativas).

⁷² Os indivíduos da geração associada ao modelo tradicionalista salientaram o carácter vitalício do casamento apontando como razões para o matrimónio (para além de aspectos afectivos) a vontade da família e o estar na idade de casar. A ênfase na ideia de compromisso e de fidelidade mostraram-se em consonância com o assumir de uma posição desfavorável à cohabitação (vista como imoral e irresponsável) e ao divórcio. A defesa da autoridade masculina e da domesticidade feminina surgiram como traços de um modelo que apoiava a diferenciação conjugal em função de critérios de género sendo os papéis sociais femininos desvalorizados. No quadro de relações de poder assimétricas, o princípio de subordinação dos filhos aos pais, conduzia a uma visão da violência física como o meio privilegiado de comunicação e imposição da disciplina. Como motivos para a prática de castigos, os indivíduos da Geração da Grande Guerra indicaram aspectos que remetiam para a repressão de comportamentos de exploração/experimentação (andar a namorar, apanhar uma bebedeira) ou de afirmação de autonomia (não querer trabalhar). Importa realçar que um denominador comum a esta geração era a dificuldade em pronunciar-se em relação a todas os itens avaliados (registou-se uma taxa elevada de não-respostas) o que, de acordo com Vasconcelos (1998) poderia ter origem na própria “...dificuldade discursiva e cognitiva em responder num sentido tradicionalista (que é o seu) face a uma ideologia dominante (pós-1974) consideravelmente modernista.” (p. 393).

tipifica as representações da chamada geração de transição (grupo do qual fazem parte indivíduos entre os 35 e os 54 anos). A coexistência de representações conservadoras e vanguardistas entre os indivíduos desta geração sugere que se está diante de um grupo que, do ponto de vista cultural, apresenta afinidades significativas quer com a geração a montante (Geração da Grande Guerra) quer com a geração a jusante (Geração de Abril) donde resulta uma ética de vida familiar e conjugal relativamente menos diferenciada. Mais ainda: a existência de um modelo (e de uma geração) de transição, ao evidenciar que diferentes representações e práticas podem combinar-se num mesmo tempo histórico, permite compreender que os processos de transformação e mudança social, ainda que progridam rumo a posicionamentos pós-materialistas, se fazem de forma gradual e não generalizada.

Deste ponto de vista, faz sentido considerar-se que em resultado do processo de mudança na organização dos sistemas político, económico e cultural, o que acabará por se extinguir não é a família mas um certo modelo (tradicional) de família. À medida que as transformações sociais vão sendo assimiladas, a família assimétrica, pautada por laços conjugais de conveniência e indissolúveis mesmo quando há insatisfação, e autoritária em relação aos filhos, dá progressivamente lugar a novas formas familiares sustentadas numa maior diversidade de valores e mais capazes de permitir aos indivíduos lidar reflexiva e adaptativamente com as dificuldades do tempo presente. Tendo vindo a deslocar-se de um nível de representação institucional e normativa para um nível em que a tónica é claramente interpessoal e auto-referenciada (a procura da qualidade relacional e afectiva no âmbito conjugal e nas relações pais-filhos), é natural que os próprios modelos representacionais de família tendam a aproximar-se crescentemente das preocupações da vida quotidiana e a tornarem-se cada vez mais produtos da construção, escolha e negociação reflexiva do *self* (Giddens, 1991). O esperado será, por isso, que ao alterarem-se as características dos cenários sociais em que cada geração é protagonista, se modifiquem e se tornem também mais plurais, mais individualizadas e também mais subjectivas (no sentido fenomenológico do termo) as suas posturas relativamente à realidade familiar.

Convém, no entanto, salientar que apesar do predomínio de valores de cariz pós-materialista (relativistas, pluralistas e individualistas⁷³) na construção simbólica (pessoal e social) dos novos modelos de família, tal não significa que não sejam igualmente valorizadas dimensões de natureza material e mesmo utilitarista. A falta de estabilidade e segurança económica da vida em sociedade (problemas de emprego, baixos salários, falta de soluções para guarda de crianças e prestação de cuidados aos idosos...), ao constituir um obstáculo à

⁷³ As representações dos participantes no estudo de Vasconcelos (1998) em relação às solidariedades intergeracionais descendentes (*i.e.*, de pais para filhos) e ascendentes (*i.e.*, de filhos para pais) conferem uma matiz mais familialista ao panorama tendencialmente individualista da sociedade portuguesa. Com efeito, a maioria dos participantes, mostrou valorizar fortemente a ajuda intergeracional perspectivando-a menos como dever moral e mais como expressão do significado afectivo das relações intra-familiares. Contudo, eram impostos limites a essa ajuda para salvaguardar a individualidade e a independência de cada membro da família, recusando que fosse a lógica *a priori* da família como um todo a estruturar os relacionamentos entre os membros da família e as suas possibilidades de acção.

concretização dos projectos pessoais de família, pode tornar mais salientes essas dimensões⁷⁴. Como refere Vasconcelos (1998) “é mais como se o pós-materialismo se pragmatizasse em função dos contextos específicos nos quais se movem os actores sociais.” (p.398)⁷⁵. O estudo comparativo de pais e filhos estudantes universitários, realizado por Figueiredo (2001) parece apontar nesse mesmo sentido ao evidenciar que, não obstante ser transmitida de pais para filhos uma atitude de valorização de um modelo de família com filhos, a geração mais nova tende a atribuir menor importância e a manifestar atitudes menos positivas em relação à parentalidade. Com efeito, tal resultado parece poder ser interpretado à luz das dificuldades (embora também das diferentes prioridades e opções de vida) que, mais recentemente, os indivíduos encontram em vários planos da sua vida social e que representam óbices ao seu (futuro) investimento no papel parental. Sob um outro ponto de vista, poderá considerar-se que, distanciando-se dos pais, no que se refere ao maior volume de capitais culturais e cognitivos adquiridos pela via da escolarização, os filhos consigam desprender-se mais facilmente das prescrições sociais e familiares e pensem mais criticamente acerca das suas intenções e das possibilidades que a realidade lhes oferece. Este exercício de reflexividade pessoal talvez os torne mais capazes de responder de forma mais adaptativa e funcional a essa mesma realidade, encontrando outros significados para o sentido tradicional de família. Todavia, ao contrário do que se poderia supor, esta vantagem intelectual das novas gerações, apesar de as colocar no centro dos processos de mudança e inovação cultural, não constitui forçosamente um factor de acrescida descontinuidade intergeracional. Com efeito, com a maior formação escolar das novas gerações altera-se a natureza das relações intergeracionais (de carácter autoritário e reprodutivo) e com elas as bases tradicionais da autoridade familiar⁷⁶, permitindo que, numa lógica de relacionamento mais flexível e democrática, o atenuar dos conflitos de poder tenha como consequência a diminuição dos conflitos de valor que, em regra,

⁷⁴ A título ilustrativo e, voltando à temática da solidariedade intergeracional, vale a pena sublinhar que, embora a interajuda familiar tenha uma fundamentação essencialmente afectiva, ela surge também como um recurso com o qual pais e filhos contam para fazer face a necessidades instrumentais de vida. No contexto das relações pais-filhos esta microsolidariedade ou “altruismo familiar” (Pais, 1998) parece, assim, apresentar-se como uma estratégia de superação dos entraves que a realidade social coloca ao primado da realização pessoal: “... como resolver as carências que funcionam como «empecilho», objectiva e subjectivamente, à concretização dos projectos abertos de realização pessoal? Pela congregação de esforços estratégicos entre aqueles que se sentem unidos por fortes laços afectivos e familiares – eis a resposta dos portugueses.” (Vasconcelos, 1998, p. 379). A presença de trocas materiais (e não apenas afectivas) bem como a existência de uma espécie de sistema de dívidas no seio da família é mesmo apontada (a par de um mecanismo cultural de natureza pré-figurativa e/ou de transmissão ascendente), como uma explicação possível para o facto de as situações de conflito (de valores) entre pais e filhos serem pontuais, facilmente ultrapassáveis e/ou tacitamente geridas (Pais, 1998).

⁷⁵ O autor considera que esse pós-materialismo pragmático constitui uma das explicações para o hiato existente entre representações e práticas. No caso das novas gerações, a presença, na realidade social, de obstáculos à realização dos modelos de família desejados (*e.g.*, a dependência económica e residencial em relação à família de origem; as dificuldades de colocação no mercado de emprego; o baixo nível remuneratório no início da vida activa...) leva os indivíduos a optarem por posições pragmáticas que integram preocupações materialistas e se afastam dos valores que, muitas vezes, aprendem e defendem.

⁷⁶ Se, tradicionalmente, a família constituía uma unidade produtiva em que os estatutos ocupacionais das novas gerações eram sobredeterminados pela posição social dos pais (num processo de transmissão largamente reprodutivo), o ingresso na escola veio permitir ao jovem fazer trajectórias sociais mais descomprometidas com as condições da sua socialização na família de origem e adquirir uma maior “autoridade intelectual” junto dos seus progenitores. Trata-se de aspectos que tiveram uma influência decisiva na alteração das dinâmicas autoritárias que caracterizavam a estrutura hierárquica das famílias tradicionais: “... de um modo geral, os jovens de hoje não estão (ou não pensam estar) tão dependentes de hierarquias sociais herdadas como o estiveram os seus pais, por isso mesmo tendo (ou julgando ter) um maior grau de liberdade para construir as suas próprias identidades.” (Pais, 1998, p. 35).

aqueles [padrões relacionais assimétricos] eram mais susceptíveis de desencadear nas relações intrafamiliares (Pais, 1998)⁷⁷.

Também os valores e as orientações individuais relativamente ao trabalho acusam as transformações ocorridas na sociedade portuguesa. Embora tais transformações coloquem o desemprego e a precariedade profissional no centro das preocupações dos indivíduos, seria precipitado considerar-se que estas dificuldades face ao emprego teriam forçosamente implicado o retorno a valores de tipo materialista. De acordo com Almeida (1990) estas dificuldades surgem num contexto que, do ponto de vista económico, tecnológico, organizacional, institucional, educativo, sócio-profissional e cultural, é bem diferente do que antecedeu o período de expansão das décadas de 50 e 60 sendo que é especialmente saliente, no novo cenário sócio-cultural, a valorização de dimensões pós-materialistas. Não seria assim possível admitir-se a ocorrência de uma simples inflexão em direcção a valores predominantemente materialistas como o comprovam os estudos cujos resultados apontam para a coexistência de valores intrínsecos e extrínsecos em sistemas de representações sobre o trabalho em que os primeiros prevalecem⁷⁸. Trata-se, afinal, de representações alicerçadas em diferentes eixos da evolução histórica que são susceptíveis de produzir efeitos diferenciados na atitude dos indivíduos face ao trabalho e que, segundo o autor, correspondem a três vagas de mudança, a saber: (1) a passagem da condição camponesa tradicional para estilos de vida de carácter urbano e industrial (modificando o uso do tempo e das formas de sociabilidade, nomeadamente as que se organizam em torno do estatuto de assalariados); (2) a crescente escolarização, a cultura de massas, a expansão das classes médias, a afirmação do Estado-Providência e os desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais rumo à «sociedade da informação» (promovendo a valorização de aspectos ligados à realização pessoal, à qualidade de vida e à fruição das recompensas extrínsecas do trabalho); e, (3) a progressiva instabilização do emprego associada quer à crise económica da década de 70 quer à inovação tecnológica e a mudanças nas estratégias e políticas organizacionais e do Estado (aumentando a preocupação com dimensões como a segurança e o rendimento).

⁷⁷ Vale a pena assinalar a posição de Tedesco (2001) segundo a qual num contexto em que as relações familiares deixam de se apoiar no princípio da autoridade e passam a funcionar numa lógica democrática (que tem como regra a relativização das opiniões), não há como evitar que a família se transforme num conjunto de indivíduos que, estando em condições de igualdade e sendo solidários entre si, tornam a família um espaço de intercâmbio mais do que de transmissão.

⁷⁸ Almeida (1990) fez a revisão de um conjunto estudos que exploraram os valores dos jovens face ao trabalho e que indicaram que os dois tipos de valores tendiam a combinar-se embora os valores intrínsecos se mostrassem preponderantes. Assim, quando reflectiam sobre a eventualidade de uma situação de desemprego, a falta de dinheiro era a consequência sentida como mais inquietante pelos jovens respondentes seguindo-se a inactividade, o embaraço perante os outros e a humilhação decorrente do sentimento de inutilidade. O gosto pelo trabalho (1.º lugar), o desenvolvimento de capacidades pessoais (2.º lugar), o rendimento (3.º lugar), a perspectiva de carreira (4.º lugar), o convívio com os outros e, (5.º lugar), foram os aspectos que os jovens mostraram mais valorizar no trabalho. A realização pessoal, ser competente, ser útil aos outros e usar as próprias capacidades foram os factores que reuniram a maioria das respostas dos jovens quando inquiridos quanto às características por si consideradas mais importantes numa situação de trabalho.

De igual modo, apesar de dimensões como o consumo, o lazer e/ou a sociabilidade terem adquirido maior importância do que no anterior período histórico tal não significa que o trabalho tenha perdido centralidade ou tenha sido despromovido enquanto meio de realização pessoal e fonte de sentido de vida⁷⁹. Ainda assim pode ser defendida a posição segundo a qual:

... os padrões de consumo e os estilos de vida que foram tendendo a generalizar-se no período de expansão económica do pós-guerra, bem como os movimentos sociais contra as características opressivas e alienantes de muitas situações de trabalho, contribuíram para que, de condição inelutável a dever apriorístico, o trabalho se tornasse, cada vez mais, objecto de avaliação crítica e investimento calculado. (Almeida, 1990, p. 87)

No entanto, na sociedade portuguesa enraízam-se três possíveis orientações de valor que configuram tendências sobrepostas no modo de encarar o trabalho – o *trabalho-dever* (ou trabalho-condição de vida), o *trabalho-instrumento* (entendido como meio de sobrevivência, de sucesso, de enriquecimento, de ascensão social, de consumo, de lazer, de qualidade de vida, etc.) e o *trabalho-realização*. Os autores auguram que a tendência que assume contornos mais nítidos em relação às próximas décadas é a que aponta para a substituição progressiva de combinações do par trabalho-dever e trabalho-instrumento por novas configurações que conjuguem valores do tipo trabalho-instrumento e do tipo trabalho-realização de forma dominante. (Almeida, 1990).

Esta evolução far-se-á, previsivelmente, em continuidade com duas linhas históricas que, apesar de parecerem paradoxais, contribuem para reforçar a centralidade e o investimento no trabalho. Por um lado, as possibilidades que o trabalho oferece ao desenvolvimento pessoal (o que está relacionado com o aumento dos níveis de escolaridade, com a maior circulação de informação, com a constante incorporação de novos saberes no processo produtivo ou, simplesmente, com as exigências do novo estilo de vida em que a qualidade de vida e a realização pessoal têm prioridade). Por outro lado, as dificuldades colocadas pelo trabalho, nomeadamente as que se prendem com a manutenção de uma certa estabilidade (associada à preocupação com o desemprego, às dificuldades de acesso ao primeiro emprego, à desactualização das competências, à precarização das relações salariais, à desregulamentação das relações laborais e à própria desinstitucionalização de desnormatização do trabalho)⁸⁰.

⁷⁹ Importa salientar que a existência de uma ética de consumo desenfreado não é irreconciliável com a ética de trabalho. Como refere Pais (1998), num tom provocatório, "o sistema necessita, ao mesmo tempo, de indivíduos puritanos, austeros e sacrificados (à hora de produzir) e hedonistas (à hora de consumir)." (p. 43). Aliás, embora em contexto internacional, alguns estudos recentes mostram que o trabalho, enquanto instrumento de realização pessoal, autonomia e de integração psicossocial, suplanta a convivência com os amigos e o fruir de cultura e lazer. Só o domínio familiar prevalece sobre o domínio profissional (Laville, 1999; Schnapper, 1998).

⁸⁰ A este respeito Almeida (1990) salienta a existência de uma vertente de imediatismo pragmático nas disposições dos jovens perante o emprego que se manifesta na disponibilidade para aceitarem qualquer oportunidade de trabalho mesmo que pouco satisfatória. Tal imediatismo não anula dimensões de valor mais profundas como a busca de realização pessoal mas combina-se com elas segundo escalas de prioridade que variam em função de diferentes factores como as fases do ciclo de vida ou mudanças nos contextos de inserção social.

Na confluência destes dois factores, desenha-se a expectativa de que as novas gerações se venham a tornar, simultaneamente, mais exigentes com a sua vida profissional no plano da realização pessoal, e mais sensíveis às ameaças à segurança de emprego, em particular no que elas implicam de risco de privação de rendimentos. Ainda que as dificuldades de emprego (a sua ausência ou instabilidade) se tornem motivo de preocupação para os jovens tal não implica que a inexistência dessas dificuldades se traduza em níveis elevados de satisfação e motivação em relação ao trabalho. Ao que parece, tanto a possibilidade dos indivíduos fazerem investimentos mais elevados no trabalho como a de atingirem níveis de desempenho profissional qualitativamente superiores tenderão a depender crescentemente de aspectos intrínsecos da profissão que constituam garantia de realização pessoal. (Almeida, 1990).

Essa mesma tese é confirmada por resultados de estudos que demonstraram que embora as novas gerações vejam o trabalho como uma fonte de subsistência e sucesso financeiro (aspecto mais destacado pelas gerações mais velhas)⁸¹ tendem a valorizar mais as oportunidades de realização e desenvolvimento pessoal que aquele oferece. Aparentemente, a comparação intergeracional aponta para a presença de diferentes éticas de trabalho: ao passo que a geração da Grande Guerra se mostra profundamente orientada para o trabalho enquanto dever a cumprir, a postura da geração de Abril revela, essencialmente, uma atitude de valorização da satisfação e do prazer que o trabalho e as experiências profissionais (mesmo as de mudança de emprego) proporcionam⁸². Se os indivíduos da geração mais velha põem a tónica na entrega total ao trabalho (vendo-o como um motivo de orgulho pessoal qualquer que seja a sua natureza), os da geração mais jovem não estão convictos da necessidade dessa consagração (para eles o bom emprego é mesmo aquele em que se faz o menos possível) e, embora não ponham em causa a importância do trabalho, consideram que a sua vida não se esgota nele e que o trabalho deve harmonizar-se com outros domínios (Borges & Pires, 1998)⁸³.

Em todo o caso, é de realçar o facto de as condições específicas do cenário social em que ocorreu o processo de socialização de cada geração se poderem constituir com um factor de relevo na explicação do contraste geracional que se observa na atitude face ao trabalho:

⁸¹ Os resultados apresentados por Borges e Pires (1998) mostraram que, para os mais novos, a questão monetária surgia mais frequentemente como uma preocupação individual (por oposição à preocupação com a economia familiar que emergia entre os mais velhos) em que a vontade de ganhar dinheiro traduzia um desejo de independência financeira: "A uma geração mais velha em que cada elemento da família deveria contribuir para o bem-estar comum, parece opôr-se agora uma geração mais nova, mais individualista, e que espera ser a família a prover às suas necessidades até que os próprios o desejem." (p. 251).

⁸² A geração de transição aparece muito diluída no que se refere às representações face ao trabalho. Apresenta semelhanças com a geração de Abril no que toca à visão do trabalho como um direito e da geração da Grande Guerra no que diz respeito às motivações para o trabalho (ganhar dinheiro para ajudar a família) (Borges & Pires, 1998).

⁸³ De algum modo, esta diferença de perspectiva quanto ao grau desejável de dedicação ao trabalho está relacionada com as atribuições que cada geração faz do (in) sucesso profissional. No caso da geração mais velha (menos instruída e economicamente favorecida), essa atribuição é interna (o sucesso depende das capacidades e da atitude de cada um e, portanto, do seu empenho máximo); a geração mais nova (mais instruída e melhor posicionada economicamente) atribui mais importância às condições estruturais do meio envolvente do que às capacidades pessoais (Alves, 1998; Borges & Pires, 1998). Esta maior sensibilidade às condições do ambiente social, surge como uma das possíveis razões pelas quais os indivíduos da geração de Abril não encaram o trabalho como um dever das pessoas para com a sociedade mas sim como um direito que a sociedade lhes deveria garantir. De qualquer forma, esta geração parece orientar-se mais em função dos interesses e sentimentos próprios do que em função de uma realidade exterior (social e/ou moral) à qual se subordinam (Pais, 1998).

...o apelo à poupança, à disciplina e ao esforço individual são valores que se hoje não se encontram muito difundidos, constituíram o pano de fundo da juventude daqueles que hoje têm mais de 45 anos. Para os jovens de hoje, pelo contrário, o quotidiano é marcado pelo apelo ao consumo, o enaltecimento do prazer rápido e a transitoriedade das situações. (Borges & Pires, 1998, p. 285)

Essa é, aliás, uma possibilidade que aparece bem documentada no estudo de Figueiredo (2001). Ao passo que os pais enfatizaram a realização pessoal obtida através do trabalho, apresentando atitudes positivas relativamente ao desempenho do papel profissional, para os filhos o trabalho constituía, antes de mais, um meio para o acesso a rendimentos vistos como indispensáveis à vida adulta, encarando-o de modo menos favorável do que os seus pais⁸⁴. Tal significa que embora os pais possam ter “veiculado” mensagens positivas acerca do trabalho e da realização pessoal que aquele é susceptível de proporcionar, os constrangimentos sociais que os jovens antecipam encontrar na concretização dos seus projectos profissionais tornam-nos especialmente sensíveis a outras dimensões do trabalho. Apesar de distintas daquelas que os seus pais valorizam primariamente, essas dimensões mostram-se, todavia, mais ajustadas às contingências sociais a que estão expostos na nova época histórica em que vivem e/ou à nova realidade profissional em que, por efeitos do processo de mobilidade social ascendente, eles próprios vivenciam (Pais, 1998; 2003). Pode, desta forma, concluir-se que, ainda que a perspectiva inicial dos jovens face ao trabalho seja influenciada pelas condições e posições sociais herdadas na família de origem (Shapiro & Crowley, 1982)⁸⁵, a experiência adquirida (nomeadamente, pela via da obtenção de níveis de formação superiores aos dos pais) poderá fazer as novas gerações distanciarem-se dos pais no processo de construção das suas atitudes pessoais em relação ao trabalho (Pais, 1991; Pais, 1998; Pais & Cabral, 1998).

Com efeito, importa sublinhar que a presença de trajectórias de mobilidade ascendente é uma marca indelével da evolução da sociedade portuguesa no tempo de uma geração sendo bem visível no salto operado em termos dos níveis de instrução alcançados pelos filhos comparativamente aos pais após a transição democrática.

⁸⁴ Gonçalves (2006) verificou, contudo, que pais e mães apresentavam representações menos positivas e mais negativas do trabalho do que os filhos. Constatou, ainda, que pais e filhos (adolescentes) valorizavam de igual modo a realização pessoal e a dimensão económica do trabalho. De acordo com o autor, o primeiro resultado talvez se explique pelo facto dos pais, pela sua experiência no mundo do trabalho, terem representações menos idealizadas das relações profissionais (mais competitivas do que cooperativas) e acusarem o desgaste emocional dos vários anos passados a trabalhar. De qualquer modo, Gonçalves (2006) confirmou que o tema “trabalho” se encontrava bem presente nos diálogos familiares sendo visível a preocupação dos pais quanto ao futuro profissional dos filhos bem como a crença (que o autor salienta poder “funcionar como uma miragem” - p. 277) de que a estratégia para lidar com a incerteza e as dificuldades de emprego é o acesso a cursos com maiores saídas profissionais.

⁸⁵ De acordo com os autores, apesar de, num quadro de reprodução social, existir uma relativa harmonia entre as posições sociais herdadas na família e as posições projectadas (os destinos prováveis) ou adquiridas (uma vez que as posições originais também determinam a posição actual), nas sociedades de mobilidade social mais intensa, as imagens herdadas e as imagens projectadas podem entrar em conflito e os projectos de vida podem não proceder linearmente dos modelos herdados ou adquiridos.

4. “Tempos Individuais” e Trajectórias de Vida

4.1. A Adolescência (In)terminável

Quando se traça o retrato social e cultural da sociedade contemporânea, o primeiro aspecto que se evidencia é o que se prende com a desnormativização dos percursos de vida e o consequente deslizamento das fronteiras etárias que, tradicionalmente, delimitavam os diferentes ciclos da existência. A dificuldade em determinar qual o ponto em que termina a adolescência ou, por outras palavras, a maior extensão desse período de vida (Arnett & Taber, 1994; Arnett, 2000; Furstenberg, 2000) constitui um bom exemplo de como certos factores culturais podem impor a reconceptualização da escala ontogénica do desenvolvimento.

Historicamente determinada, esta derrapagem temporal da adolescência, cujo resultado mais visível é o adiamento das responsabilidades e investimentos da vida adulta, inspirou a proposta de um novo período de desenvolvimento – a “adulter emergente”⁸⁶ – correspondente, em termos etários, ao intervalo compreendido entre os 18 e os 25 anos:

For most people, the late teens through the midtwenties are the most volitional years of life. However cultural influences structure and sometimes limit the extent to which emerging adults are able to use their late teens and twenties in this way, and not all young in this age period are able to use these years for independent exploration. Like adolescence, emerging adulthood is a period of the life course that is culturally constructed, not universal and immutable. (Arnett, 2000, p. 470)

Embora possa questionar-se a validade e originalidade desta proposta comparativamente, por exemplo, aos estádios de desenvolvimento psicossocial enunciados na abordagem eriksoniana (que, como mais adiante se verá, se considera claramente mais interessante no contexto desta investigação), ela constitui, no entanto, uma espécie de sublinhado em relação à ideia de que o ciclo de vida é extraordinariamente sensível à influência de factores de natureza histórica e social e às implicações destes no processo de socialização (primária e secundária) das novas gerações⁸⁷. A perspectiva segundo a qual o período da adulter emergente se encontra mais demarcado na cultura ocidental no seu actual estado de desenvolvimento (mas também nas sociedades ditas altamente industrializados ou pós-industriais) reflecte, sobretudo, a ideia de que o ritmo da transição para a vida adulta é, em

⁸⁶ De acordo com o autor trata-se de um período de vida distinto dos que caracterizam as tarefas de desenvolvimento do adolescente e do jovem-adulto na medida em que é marcado por uma exploração mais intensa e também mais livre (porque já não está condicionada pelas figuras parentais e ainda não está limitada pelas responsabilidades inerentes aos papéis da vida adulta) das possibilidades de escolha no domínio do amor, do trabalho e das visões do mundo (Arnett, 2000).

⁸⁷ Talvez valha a pena salientar que há autores que manifestam discordância em relação ao ponto de vista segundo o qual o fim da adolescência seria instituído exclusivamente pela cultura. De acordo com esta outra perspectiva, a maturação biológica (pubertária) apresenta-se como um factor mais importante do que as características culturais e sociais nas modificações psicológicas que caracterizam esse período de desenvolvimento. Dito de outro modo, “Por redução ao absurdo, uma sociedade que não permitisse a muitos dos seus jovens reproduzi-la biológica e culturalmente, torná-los-ia eternamente adolescentes independentemente da maturidade afectiva e cognitiva atingida.” (Figueiredo, 1985, p. 67).

larga medida, sobredeterminado pelas escolhas que as economias mais complexas “oferecem” aos indivíduos, ou seja, uma maior diversidade de profissões possíveis mas que, pela sua natureza, requerem percursos de formação que sendo mais longos retardam a transição para a vida profissional, conjugal e parental. (Arnett & Taber, 1994, p. 531).⁸⁸

Esta ideia parece, aliás, em convergência com o processo descrito por Mannheim (1990) relativamente à transformação de “gerações potenciais” em “gerações efectivas”. Fundamentadas, por natureza, nos ritmos biológicos da existência, só por efeito de certas circunstâncias históricas particulares, nomeadamente as que favorecem o acesso à cultura, é que as “gerações potenciais” se podem tornar “gerações efectivas”, isto é, grupos de adultos dotados de poder para intervirem enquanto agentes de mudança social.

Com efeito, o prolongamento da fase da adolescência, a que desde há algum tempo se assiste, mais não é que um produto de um conjunto de fenómenos sociais e culturais recentes, que, em Portugal, se iniciam, sobretudo, após a revolução do 25 de Abril e cuja expressão mais evidente é a massificação do acesso ao ensino e a crescente escolarização da população juvenil. A dilatação do tempo de formação escolar mas também as dificuldades de funcionamento do mercado do primeiro emprego e, nalguns casos, a precariedade das condições de trabalho, explicam a maior probabilidade com que, actualmente, sobretudo na Europa do Sul, um número crescente de jovens permanece até fases mais tardias do seu desenvolvimento em casa dos seus pais (Cordon, 1997; Rossi, 1997; Tang, 1997).

Se nos anos 70 os jovens ambicionavam ter a sua própria casa para crescerem e serem autónomos da autoridade parental, agora o caminho trilha-se ao contrário. Crescer é envelhecer: ter mais de 25 anos é o medo de qualquer jovem púbere. A casa é um bem inestimável, mas a casa dos pais – entretanto cada vez mais permissivos e tolerantes em relação aos filhos – prolonga-se por mais tempo, nela se abrigando os jovens até mais tarde. (Barreira, 1994, p.495)⁸⁹

⁸⁸ Do ponto de vista dos autores, o facto das práticas de socialização da cultura ocidental promoverem os valores da independência, do individualismo e da auto-expressão (em detrimento dos valores da obediência e do conformismo enfatizados por outras culturas), torna o alcance do estatuto adulto um acontecimento interno ou transição subjectiva que depende, essencialmente, da avaliação que o indivíduo faz de si no plano cognitivo (ter adquirido a capacidade de antecipar as consequências das suas acções, de planejar o futuro e de tomar decisões, independentemente dos pais, ou seja, com base nas próprias crenças e valores), emocional (ter-se tornado capaz de regular as suas próprias emoções de forma autónoma) e comportamental (ser capaz de controlar os seus impulsos e assumir a responsabilidade pelas consequências dos seus actos): “...the entrance to adulthood is defined and marked individually. Consequently, it is likely to be based on the achievement of residential and financial independence as well as on the attainment of cognitive self-sufficiency, emotional self-reliance, and behavioral self-control. Thus in the contemporary West the passage from adolescence to young adulthood is a process that is gradual and may take many years.” (Arnett & Taber, 1994, p. 1). O facto dos marcadores da transição para a vida adulta serem mais psicológicos mais do que sociais (o começar a trabalhar, o casar, o ser pai/mãe) estaria assim, na base da maior variabilidade interindividual que se observa neste ponto da trajectória de desenvolvimento.

⁸⁹ Numa sondagem realizada em 1977, tendo em vista a caracterização do perfil dos adolescentes do pós-25 de Abril, os jovens queixavam-se, no plano da relação pais-filhos, do excessivo autoritarismo da entidade parental (Barreira, 1994) o casamento e a saída de casa representaria para estes jovens um meio para se emanciparem do controlo parental e alcançarem a independência em relação à família.

Face à instabilidade que actualmente caracteriza a vida profissional e conjugal, esta dependência material e emocional em relação à família de origem pode, inclusivamente, estender-se para além da separação residencial, do final do processo de formação ou até do casamento. Em todo o caso, trata-se de situações que conduzem a um alargamento do período de dependência em relação à família de origem ou, pelo menos, a uma experiência de semi ou pseudoautonomia (trata-se de “semi-adultos”, como refere Reitzle, 2006), que não estará isenta de consequências no que se refere às condições e à forma como os jovens atingem a autonomia e projectam o futuro. Talvez por isso, Cavalli (1997) fale em “segundo nascimento” ou “nascimento social” para caracterizar os desafios que o exercício efectivo dos papéis sociais da vida adulta coloca à formação da identidade pessoal e social do jovem adulto.

A permanência em regime de coabitação não implica só níveis de dependência instrumental de natureza residencial e económica (Arnett, 1998; Rossi, 1997; Tang, 1997). Mais preocupantes são as consequências para o desenvolvimento psicossocial do jovem-adulto de uma dependência afectiva mais prolongada em relação à família de origem (Chisholm, 1997; Tang, 1997). Ao produzirem um arrastamento do processo de separação psicológica em relação aos pais tais situações afectam, naturalmente, as condições da moratória profissional e familiar dos jovens não só em termos de duração (mais longa) como de qualidade. Por conseguinte, embora uma moratória mais prolongada possa favorecer a exploração e a experimentação livre de papéis (Erikson, 1968), a dependência da família pode, num contexto de crise económica, produzir um efeito contrário ao que Arnett e Taber (1994) descrevem como característico das sociedades mais desenvolvidas:

... adolescents and young adults in the complex affluent economy of the West are less likely to be financially dependent on their parents, and so are less obligated to accede to their parents' wishes regarding the timing of their role transitions to adulthood, more likely to be free to decide for themselves. (p. 532)

De qualquer forma, tanto os pais como os filhos parecem sentir-se confortáveis numa situação que, apesar de implicar alguns constrangimentos, acaba por, de alguma forma, beneficiar a uns e a outros. Alguns estudos realizados em contexto europeu indicam que os jovens que permanecem em coabitação com os pais tendem a mostrar-se mais satisfeitos com a sua situação de vida do que aqueles que já deixaram a casa da família de origem e que embora (os primeiros) gozem de um nível considerável de autonomia continuam a encontrar nos pais uma fonte de apoio e conforto (Chisholm & Hurrelmann, 1995). Os jovens tendem, por conseguinte, a encarar esta dependência de forma ambivalente pois se a manutenção de relações de manifesta proximidade é susceptível de funcionar como obstáculo à aquisição da autonomia adulta (podendo retardar a sua vida social e o seu desenvolvimento adulto)⁹⁰, a

⁹⁰ Este dado também deve ser interpretado com prudência pois sendo verdade que a coabitação com os pais pode comprometer o alcance da autonomia (o que não acontece em todos os casos - Cavalli, 1997) e, nessa medida, ser

possibilidade de encontrar na família um recurso fundamental para lidar com as questões instrumentais e emocionais que surgem no início da vida adulta é encarada com agrado (Cavalli, 1997; Wyn & White, 2000; Rossi, 1997; Tang, 1997)⁹¹. De resto, é importante salientar que os jovens portugueses, apesar de verem a família como uma fonte de apoio instrumental (principalmente económico) e de apoio emocional ressaltam o facto da família não intervir de forma restritiva nas suas escolhas pessoais, educacionais e profissionais ainda que, eles próprios, procurem ter em conta a posição da família nas suas opções (Pappámikail, 2004).

Para alguns jovens ainda, a dependência residencial em relação à família de origem mais do que uma necessidade é uma decisão voluntária e utilitarista que representa a possibilidade de garantir qualidade de vida sem encargos económicos e podendo investir os seus próprios rendimentos (muitas vezes, mesadas oferecidas pelos pais) no consumo e no acesso a bens mais diferenciados como o lazer e as tecnologias⁹². Neste caso a preocupação com o bem-estar supera a necessidade de autonomia (Cavalli, 1997)⁹³. O lado perverso desta opção poderá ser o adiamento sucessivo dos projectos académicos, profissionais (e familiares) devido à oportunidade que têm de, com o patrocínio financeiro dos pais, explorar e investir de forma tentativa em diferentes percursos de formação (Arnett, 2000). De igual forma, um efeito não menos perverso é o que se prende com o reforço da autoridade parental. Com efeito, ao dependerem do apoio financeiro dos pais, ao quererem corresponder às expectativas e/ou compensar os sacrifícios que os pais fazem por si, alguns destes jovens podem sentir-se mais “obrigados” a respeitar as recomendações e directrizes parentais (Tanner, 2006) o que aumenta a possibilidade dos pais interferirem e condicionarem as suas decisões e, por conseguinte, a probabilidade de outorgação parental de escolhas (Arnett & Taber, 1994). Sendo esta uma razão, publicamente inconfessável (e que, certamente, não descreve a generalidade dos casos), na verdade, o prolongamento desta dependência por parte dos filhos é encarada positivamente pelos pais que sentem poder contribuir mais amplamente para a inserção social daqueles seja apoiando na procura de oportunidades de emprego seja garantindo o suporte instrumental e afectivo ao investimento dos filhos no seu papel profissional até que alcancem a independência económica e possam ter uma vida autónoma (Wyn & White, 2000; Tang, 1997).

uma faceta que desagrada os jovens, oferece-lhes, por outro lado, (pelo menos a alguns) a oportunidade de viver todo um conjunto de experiências de exploração (afectivas, recreativas, vocacionais...) fora do controlo das normas sociais a que estariam obrigados caso o seu estatuto fosse o de adultos (Arnett, 2000).

⁹¹ Esta parece, apesar de tudo, ser uma originalidade de apenas certos contextos culturais já que esta proximidade psicológica que tende a acompanhar o convívio residencial não se observa na realidade norte-americana em que alguns estudos apontam para uma fraca relação entre os níveis de proximidade física e os níveis de proximidade psicológica aos pais (Dubas & Petersen, 1996).

⁹² Não deixa de ser curioso verificar que entre os jovens que deixam a casa da família de origem mais tardiamente (entre os 25 e os 30 anos), o factor “idade” seja a justificação preponderante, ultrapassando, até, as referências ao “desejo de ser independente” ou ao “desejo de constituir família.” (Tang, 1997).

⁹³ Referindo-se ao caso de jovens adultos já integrados na vida profissional, Cavalli (1997) refere que na presença de uma maior autonomia instrumental, tende a acentuar-se a dependência emocional em relação à família uma vez que os jovens estão mais disponíveis para valorizar a importância do apoio dos pais em momentos críticos da sua vida afectiva ou profissional. Talvez por isso, os estudos apontem para níveis elevados de proximidade afectiva na relação dos jovens adultos com os seus pais (Leondari & Kiosseoglou, 2000; Lee & Hughey, 2001) que podem, inclusivamente, dar lugar a situações de interdependência emocional (Pappámikail, 2004).

Conclui-se, portanto, que a família (de resto, tal como a sociedade) parece não criar condições que encorajem os jovens a enfrentar a vida de adulto pelos seus próprios meios.

Num mundo em que o alcance dos marcadores tradicionais do estatuto adulto se tornou mais difícil (Furstenberg, 2000), em que o estabelecimento de objectivos e investimentos a longo-prazo se torna, por vezes, problemático e no qual as dimensões da identidade associadas ao desempenho de papéis da vida adulta podem não poder configurar-se antes dos 25 ou 30 anos⁹⁴, compreende-se que os pais continuem a ser influências proeminentes no que diz respeito às expectativas e opções dos filhos quanto aos papéis da vida adulta e que as experiências vividas na família de origem se tornem ainda mais importantes na construção de significado pessoal para esses papéis.

Way e Rossman (1996) concluíram que o apoio familiar desempenha uma função crucial na facilitação de uma transição mais suave dos jovens para o mundo do trabalho. Philipps *et al.* (2001) também verificaram que na transição da escola para o trabalho, os pais figuravam de forma proeminente no conjunto dos “outros” significativos que constituíam a *pool* de apoios interpessoais a que os jovens adultos recorriam no processo de tomada de decisão. Estes resultados sugerem que as relações familiares podem ter um forte impacto no modo e na qualidade das decisões vocacionais dos jovens e nos seus projectos de futuro.

Com efeito, actualmente, a condição de adulto parece depender menos do alcance desses marcadores (*i.e.*, a transição para a parentalidade e para o trabalho⁹⁵) e mais do desenvolvimento de competências pessoais (*e.g.*, ser capaz de tomar decisões, ser responsável pelos seus próprios actos, saber tomar conta de si próprio, estabelecer uma relação igualitária com os pais...) que expandam os níveis de maturidade e adaptabilidade psicológica dos jovens e lhes permitam lidar com sucesso com os desafios, previsíveis e imprevisíveis da vida adulta, na sua relação com a família (a de origem e a de orientação) e/ou com o trabalho (Arnett, 1998; Greene & Whealey, 1992; Pais, 1996; Pappámikail, 2004; Super, Savickas & Super, 1996; Savickas, 1997). Certamente, que os pais têm um papel crucial neste processo contribuindo activamente (emocional e instrumentalmente) para que os filhos estejam o melhor preparados possível para o confronto com os desafios da vida adulta, aproveitando o tempo extra de contacto e interacção que lhes é concedido pelos novos ritos e ritmos sócio-culturais. Como refere Tedesco (2001), “... *cada vez más los adultos consideran que no deben transmitir a sus hijos una determinada visión del mundo sino la capacidad para elegir y formar autónomamente su propia concepción.*” (p.4). Os métodos que os pais adoptam na realização desse objectivo parecem, contudo, diferenciarem-se em cada unidade familiar. De acordo com Rossi (1997) em

⁹⁴ Guerreiro e Abrantes (2004) revelaram que a estabilidade, a responsabilidade e os compromissos constituíam metas que, no horizonte dos jovens portugueses, se situavam para lá dos 30 anos de idade, depois de esgotado um período de vivências pautadas pela experimentação (“transições experimentais”), o prazer e a liberdade. De um modo geral, todos os jovens querem aproveitar ao máximo esses “anos voláteis” das suas vidas (Arnett, 2000; 2006).

⁹⁵ A propósito da importância ou actualidade desses marcadores alguns estudos sobre as representações da vida adulta revelam que a obtenção de um emprego estável não é considerado um critério relevante para se ser adulto (Arnett, 1998) mas os jovens consideram que constituir família e ser pai ou mãe, na medida em que requer o assumir de responsabilidade por si e por outro, é um factor determinante da adultez (Arnett, 1998; Greene & Whealey, 1992; Facio & Micocci, 2003).

situação de coabitação entre pais e filhos-adultos, estes últimos permanecem sujeitos à influência de certos modelos educativo-relacionais que, embora funcionem numa lógica de reciprocidade, confirmam importância das figuras parentais no processo de construção social dos modelos e dos projectos de vida dos filhos seja através de mecanismos participativos, demonstrativos ou fusionais⁹⁶.

Assim, o que importa reter é, por um lado, a extensão do período de socialização familiar, que não só precede ou é contemporâneo da fase de desenvolvimento adolescente mas se prolonga para além dela (com a família de origem a abrigar algumas das experiências da transição para a idade adulta, como o início da vida profissional) e, por outro lado, a possibilidade das atitudes formadas no contexto da família poderem persistir ao longo do ciclo de vida (Paikoff & Brooks-Gunn, 1991) com pais e filhos (adultos) a apresentarem visões comuns do mundo (Acock & Bengtson, 1980; Dalhouse & Frideres, 1996; Gecas & Seff, 1990; Jennings & Niemi, 1991; Miller & Glass, 1989).

Vollebergh, Iedema e Raaijmakers (2001) identificam na literatura as duas perspectivas que tendem a ser adoptadas na explicação da transmissão intergeracional de atitudes e pais para filhos: a transmissão do estatuto e da posição social e a transmissão directa de orientações culturais através dos processos de comunicação que têm lugar na família. Cada uma destas perspectivas associa-se a um dos quatro processos de transmissão que os autores enumeram: (1) a socialização societal (que remete para um efeito directo da posição social dos pais nas suas próprias orientações culturais); (2) a herança estatutária (que corresponde ao efeito das orientações culturais dos pais nas orientações culturais dos filhos através do nível de escolaridade que proporcionam a estes últimos); (3) a influência recíproca na família (que admite a influência bidireccional das orientações dos pais nas orientações dos filhos e vice-versa); e, (4) a formação de representações internas (que diz respeito ao processo de internalização das orientações culturais transmitidas). De acordo com os autores as atitudes são organizadas em torno de dimensões ideológicas bipolares que vão desde o conservadorismo cultural a orientações culturais progressistas englobando tópicos como a liberdade individual de escolha, a tolerância a estilos de vida alternativos, a adesão a normas reguladoras de relações mais igualitárias entre os géneros e as gerações, etc. Os resultados revelaram que na transmissão intergeracional das atitudes a herança estatutária e as atitudes dos pais assumiram especial relevo embora a influência das orientações dos pais nas orientações dos filhos se tenha destacado como o principal factor das semelhanças encontradas (a influência das orientações dos filhos nas orientações dos pais assumiu valores negligenciáveis)⁹⁷.

⁹⁶ O modelo *participativo* aponta para o recurso frequente ao diálogo pais-filhos e para a valorização da aprendizagem mútua; o modelo *demonstrativo* enfatiza a importância para pais e filhos da coerência de comportamentos e de valores constituindo os pais exemplo dos padrões de conduta nos quais os filhos se poderão inspirar; o modelo *fusional* caracteriza-se pela possibilidade de supressão das fronteiras entre os papéis de pais e de filhos sendo a interdependência afectiva a principal marca do relacionamento familiar entre pais e filhos.

⁹⁷ Tendo comparado vários grupos etários os autores não encontraram variações no efeito de factores como o nível de escolaridade (um dos principais determinantes das orientações culturais que identificaram) ou os dos recursos

Com efeito, a comparação dos valores e atitudes de gerações de pais e de filhos (adolescentes e adultos) demonstra a presença de mais semelhanças do que diferenças entre ambas (Acock, 1984; Barnett, Kibria & Baruch, 1991; Glass, Bengtson & Dunham, 1986; Gecas & Seff, 1990). A influência parental parece mesmo ser mais forte em áreas como os planos de futuro (Gecas & Seff, 1990), pelo que também é de esperar que se faça sentir na forma como os filhos investem nos seus papéis de adulto, quando esse futuro se converte no seu presente e os papéis já não são só um objectivo a alcançar mas uma realidade ao nível da acção⁹⁸.

Talvez, por isso, seja importante fazer um sobrevoos sobre algumas das investigações que incidem no modo como os jovens projectam o seu futuro e traçam planos relativamente à sua vida familiar e profissional antecipando ou formulando expectativas e intenções quanto a possíveis formas de conciliação dos papéis associados a esses dois domínios. De resto, ao permitirem aos jovens fazer uma avaliação prospectiva dos objectivos a alcançar em cada um dos papéis, tais planos encorajam-nos a reflectir acerca da importância de cada um deles para si e a determinar, antecipadamente, os diferentes níveis de envolvimento desejado e desejável com esses papéis na perspectiva da sua conciliação futura (Edwards & Rothbard, 2000). Neste contexto, vale desde logo a pena ressaltar que, de um modo geral, os planos dos jovens manifestam o desejo de um envolvimento activo tanto no papel profissional como no papel familiar (Guerreiro & Abrantes, 2004; Kerpelman & Scvaneveldt, 1999; Kulik, 1998; Baber & Monaghan, 1988; Peake & Harris, 2002; Torres, 1996; Vasconcelos, 1998) e que predominam atitudes positivas em relação à família sendo essa, aparentemente, a única dimensão atitudinal invariante em função do género (Andrade, 2006).

No caso português, a exemplo de outros países europeus, o papel profissional surge amplamente valorizado pelos jovens como uma via de aquisição de autonomia e como fonte de realização pessoal (Arnett, 2000; Baber & Monaghan, 1988; Cavalli, 1997; Elejabeitia, 1997; Vasconcelos, 1988). As raparigas apresentam, no entanto, atitudes mais negativas do que os rapazes em relação ao trabalho e à carreira (Andrade, 2006). Evidenciam-se, igualmente, atitudes favoráveis em relação à constituição da própria família, preferencialmente com filhos, sendo o projecto parental perspectivado pelos jovens a longo prazo dado implicar um conjunto de condições de estabilidade e segurança económico-financeira indispensáveis ao bem-estar e à integração positiva do novo elemento na família bem como a uma vida familiar desafogada (Brannen & Smitson, 1998; Chase-Landsdale, Brooks-Gun & Paikoff, 1991; Cook, 1999; Guerreiro & Abrantes, 2004; Macri & Mullet, 2003; Vasconcelos, 1998). Tendo em conta os

económicos e culturais da família entre os vários grupos: *"These determinants thus constitute a relatively stable and structural socialization context, within which the internalization and formations of orientations in adolescence and young adulthood can take place."* (Vollebergh *et al.* 2001, p. 1196).

⁹⁸ Uma das conclusões do estudo de Andrade (2006) foi que o exercício do papel profissional e a etapa da transição para a adultez modificavam a forma como os jovens antecipam os outros papéis e a sua conciliação sendo especialmente notória a diferença encontrada relativamente à estratégia de conciliação mais valorizada por jovens trabalhadores comparativamente a jovens estudantes: "...parece que num primeiro momento do ciclo de vida, há um modelo de conciliação que se aproxima dos modelos observados caracterizado pela identidade vicariante e pela valorização da estratégia de conciliação-concessão...num segundo momento, que corresponde aos trabalhadores, surge um modelo de conciliação que integra alguns aspectos observados nos modelos sociais vigentes mas que integra também alguma modernidade, especificamente na valorização da estratégia de conciliação-negociação." (p. 270).

constrangimentos de ordem social enfrentados pelos jovens (custo da habitação, dificuldade na obtenção e estabilização de emprego...) talvez isso explique o facto do adiamento da paternidade/maternidade e a redução do número de filhos reportado pelos dados demográficos das estatísticas da natalidade⁹⁹. Com efeito o início da vida profissional, exigindo investimentos mais significativos no estabelecimento de uma posição segura no contexto da organização, poderá interferir na disponibilidade dos jovens para investir no papel parental (Rossi, 1997; Vasconcelos, 1998; Torres, 1996). Guerreiro e Abrantes (2004) consideram, inclusivamente, que a antecipação do investimento nos papéis familiar e profissional privilegia uma lógica sequencial (“a dois tempos”) em que o investimento no trabalho precede (e é condição) do investimento na família.

Como refere Golden (2001), para muitos indivíduos o direito de fazer escolhas com base nas necessidades e objectivos pessoais tem vindo a ser insistentemente apresentado como um valor cultural, no entanto, para muitos indivíduos...

...the availability of choice is a double-edged sword. When everything is all right, then nothing seems really right; no choice the individual makes has the weight of moral certitude. To mitigate the anxiety engendered by this situation, perhaps what is called for is not the elimination of choice, but the overt acknowledgement that the price of freedom of choice is loss of certainty. (pp. 261-262)¹⁰⁰

Nesta circunstância parece mais compreensível a hesitação que os jovens parecem manifestar em relação ao desempenho do papel parental (Fontaine & Matias, 2003; Vasconcelos, 1998), sobretudo tendo em conta que se revelam mais conscientes dos riscos e responsabilidades que a parentalidade envolve (Brannen & Smithson, 1998; Guerreiro & Abrantes, 2004). Poucas jovens, antes da entrada na maternidade traçam um projecto de vida à margem dos filhos. Pretendem, isso sim, que a parentalidade seja programada quer quanto ao seu *timing* (considerando a qualidade das condições gerais de vida e do próprio ambiente familiar) quer quanto ao número de filhos (Vasconcelos, 1998). Desta forma, a contracepção

⁹⁹ A propósito desta tendência demográfica, há autores que enfatizam a possibilidade dos jovens se encontrarem perante uma “meia-opção” em que face aos impedimentos sociais que bloqueiam a possibilidade de assumirem mais cedo a independência económica, a única alternativa que se lhes coloca é prolongarem a liberdade e viver os novos estilos de vida juvenis pelos quais se sentem atraídos (Cavalli, 1997). Nesta circunstância parece notar-se alguma hesitação por parte dos jovens no que se refere ao desempenho do papel parental (Fontaine & Matias, 2003; Vasconcelos, 1998) até porque também se revelam mais conscientes dos riscos e responsabilidades que a parentalidade envolve (Brannen & Smithson, 1998; Guerreiro & Abrantes, 2004). Pretendem assim que a parentalidade seja programada quer quanto ao seu *timing* (considerando a qualidade das condições gerais de vida e do próprio ambiente familiar) quer quanto ao número de filhos (Vasconcelos, 1998).

¹⁰⁰ Outros autores consideram que o problema mas não está na possibilidade ou impossibilidade de escolher mas no tipo de escolhas que, numa cultura de narcisismo, os indivíduos são estimulados a realizar. As exigências de sucesso levam as pessoas a imporem-se metas idealizadas e a empreenderem esforços para ultrapassar a qualquer custo as suas limitações. Nestas circunstâncias estão criadas condições para a vivência de um conflito entre o “eu-ideal” e o “eu-real” cuja resolução leva, frequentemente, as pessoas a desenvolverem a crença de que o seu valor depende mais do que têm ou aparentam ser do que daquilo que realmente são. (Lasch, 1984). A propósito desta visão de Lasch, Pais (1998), mostra-se preocupado com a possibilidade dos jovens terem perdido o sentido da continuidade histórica e viverem o presente apenas em função do presente e interroga-se: “Será que os jovens experimentam uma erosão do sentimento de pertença a uma sucessão de gerações enraizadas no passado e se prolonga no futuro uma erosão de sentimento que...é uma característica das sociedades narcisísticas?” (p. 46).

moderna apenas tem interferido na programação da fecundidade, isto é, nas opções quanto à dimensão da progénie e à gestão da «agenda» reprodutiva e não tanto na recusa da procriação. (Cunha, 2005a).

Como é evidente, o género surge uma vez mais como factor de diferenciação no que se refere à natureza desses planos. O estudo realizado por Kassner (1981), junto de uma amostra universitária é bem exemplificativo da influência exercida pelo género. O autor verificou que, entre os rapazes, a preferência por actividades profissionais requerendo um maior envolvimento na tarefa¹⁰¹ aparecia relacionada com a preferência por casamentos tradicionais (em que o homem trabalha e a mulher permanece em casa) e a preferência por actividades profissionais de menor envolvimento se encontrava associada à preferência por casamentos mais igualitários (ambos os cônjuges trabalham)¹⁰². Para as raparigas, emergiu o padrão oposto, ou seja, o desejo de casamentos mais igualitários acompanhava a preferência por tarefas profissionais de maior envolvimento e vice-versa. Em termos de envolvimento familiar antecipado, as raparigas que manifestavam desejo de maior envolvimento nas tarefas familiares preferiam um casamento tradicional e as que preferiam um menor envolvimento nas tarefas familiares mostravam-se mais interessadas num casamento igualitário. Entre os rapazes, os que manifestavam o desejo de envolver-se mais amplamente nas tarefas familiares preferiam casamentos igualitários e os que tinham menos vontade de se envolver nessas tarefas, descreviam uma maior preferência por casamentos de tipo tradicional. Contudo, no que se refere ao envolvimento social com a família, os rapazes que se apresentavam interessados em envolver-se mais e as raparigas que antecipavam um menor envolvimento a esse nível preferiam casamentos tradicionais.

Tal como Kassner (1981) concluiu, homens e mulheres aparentemente estão convencidos que o tipo de casamento que preferem lhes traga vantagens específicas: os homens esperam que casamentos tradicionais sejam mais facilitadores do alcance dos seus objectivos de carreira ao passo que as mulheres tendem a ver esse mesmo tipo de casamento como um potencial obstáculo ao seu desenvolvimento profissional. As aspirações profissionais não são, contudo, o único determinante dessas preferências como o comprovou o facto do desejo de maior envolvimento social na família ter aparecido associado a rapazes com preferências tradicionais e raparigas com preferências igualitárias:

¹⁰¹ Kassner (1981) distinguiu e avaliou duas dimensões do envolvimento profissional/familiar desejado: o envolvimento com as tarefas associadas à profissão em si mesma ou à gestão da vida familiar e doméstica e o envolvimento social, isto é, o grau de relação ou de interacção com as outras pessoas no contexto de trabalho ou familiar. Na perspectiva da autora, o envolvimento profissional/familiar desejado é um preditor potencialmente importante da preferência por um tipo de casamento tradicional ou igualitário na medida em que a escolha do tipo de casamento reflecte a representação dos indivíduos quanto ao sistema conjugal que se revela mais facilitador do envolvimento familiar ou profissional desejado.

¹⁰² Sekaran (1982), numa análise dos preditores da saliência da carreira (definida como a percepção de que a carreira é uma componente essencial e satisfatória da vida pessoal), também verificou que para as mulheres (mas não para os homens), a extensão na qual tinha sido planeado, antes do casamento, um estilo de vida no qual teria cabimento a pertença a uma família de dupla-carreira, era um preditor da saliência da carreira.

...marriage type cannot be regarded simply as a vehicle to enhance one's career aspirations. Rather a marriage type is evidently preferred for the emotional involvement and support it offers, as well as for a structure with particular norms that facilitates the degree of job involvement desired. (Kassner, 1981, pp. 352-353)

A autora salientou ainda a disparidade nas preferências de rapazes e de raparigas quanto ao tipo ideal de casamento como um aspecto a valorizar, porquanto sinalizava a necessidade de, quer no plano imediato quer no futuro, os indivíduos terem de lidar com possíveis fricções interpessoais, resultantes desta incongruência nas atitudes de cada representante de género. Mais recentemente, Andrade (2006), Macri e Mullet (2003) e Gordon, Holland, Lahelma e Thompson (2005) encontraram resultados que apontaram para a presença de um maior tradicionalismo masculino nas atitudes em relação aos papéis de género. Os resultados dos dois últimos estudos convergiram para a constatação de que, ao passo que as raparigas rejeitavam ver-se exclusivamente como “donas de casa” e preferiam imaginar-se com responsabilidades no sustento do lar (acumulando o emprego com as funções que lhes estão atribuídas na família e que avaliam como fundamentais) os rapazes antecipavam uma configuração familiar em que a sua principal função era garantir o sustento económico da família. Os resultados que encontrou relativamente às atitudes de rapazes e raparigas em relação aos papéis de género (respectivamente mais tradicionalistas ou mais igualitárias), levou Andrade (2006) a considerar que as raparigas “provavelmente devido ao facto de construírem a sua identidade com base num sentido de competência nos dois domínios (profissional e familiar) estão mais dispostas a questionar os tradicionais papéis de género” (p. 261) do que os rapazes para quem o envolvimento com o trabalho, estando socialmente sancionado, não justifica o questionamento.

A demonstrar esta maior predisposição feminina para o questionamento dos papéis tradicionais de género, é interessante reparar na disparidade de resultados encontrados por diferentes estudos. Enquanto uns indicam que jovens mulheres que planeiam envolver-se activamente em ambos os papéis, manifestam a intenção de ter menos filhos (Baber & Mongham, 1988), tendem a ter atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género e têm a expectativa de poder partilhar as actividades domésticas com o companheiro (Hallet & Gilbert, 1997), outros apontam, justamente, no sentido inverso, isto é, apresentam sinais de uma orientação preferencial para o papel familiar visíveis (1) na dificuldade em antecipar o envolvimento com o papel profissional (Novack & Novack, 1996); (2) em atitudes mais negativas em relação ao trabalho e à carreira (Andrade, 2006); (3) na expectativa de um padrão de participação descontínua no mercado de trabalho em virtude dos filhos (Galejs & King, 1983; Greenglass & Devins, 1982; Goldscheider & Goldscheider, 1992; Lewis, Smithson, & Guerreiro, 2001; Schroeder, Blood & Maluso, 1992); (4) na rejeição de empregos cujas condições introduzam constrangimentos ao exercício da função parental (Kulik, 2000); (5) nos níveis mais elevados de antecipação de conflito trabalho-família e família-trabalho (Cinamon,

2006); (6) na maior frequência com que antecipam a necessidade de fazer renúncias (ao nível pessoal, familiar e profissional) enquanto estratégia de conciliação trabalho-família (Andrade, 2006); e, (7) na maior frequência com que tomam decisões que vão no sentido dessas concessões (adiar a maternidade ou restringir o investimento profissional para acomodar o papel familiar) comparativamente aos pares do sexo masculino (Friedman & Weissbrod, 2005).

Em Portugal, a análise das trajetórias de trabalho profissional parece dar razão às antecipações destas jovens. Com efeito, enquanto nos homens essa é uma trajetória contínua e linear, as mulheres com filhos apresentam trajetórias plurais, por vezes, contínuas (44%), por vezes, pautadas pela alternância entre emprego e não-emprego (35,9%) e, nalguns casos, também caracterizadas pela permanente ausência do mercado de trabalho (12,3%). Trata-se de um sinal claro das tentativas das mulheres para resolverem a tarefa da sua inserção no mercado de trabalho integrando as consequências do seu afastamento relativamente ao modelo de mulher doméstica que nunca trabalha, ao mesmo tempo que revela a multiplicidade de constrangimentos que atingem a trajetória feminina e que parecem não afectar a trajetória dos homens, continuamente ligados ao perfil do provedor que trabalha sempre, mais horas e a tempo inteiro. São dados que retratam bem a dificuldade sentida pelas mulheres na articulação entre trabalho e vida familiar mas que, ao mesmo tempo, apontam para a sua maior capacidade de encontrar formas variadas de gerir a relação entre esses dois domínios de vida, que não estão presentes quando se observa as trajetórias masculinas. (Wall & Guerreiro, 2005).

No caso das práticas procriativas, os resultados da análise da fecundidade à luz da trajetória da condição da mulher perante o trabalho apontaram para a existência de descendências mais contidas e reguladas por parte de mulheres mais inseridas no mercado de trabalho. Eram estas mulheres as que tinham maior dificuldade em atingir as aspirações ou ideais iniciais no que se refere ao número de filhos o que, a julgar pelo facto da falta de disponibilidade ser a razão apontada para optarem pelo filho único, estará associado aos problemas que enfrentam de conciliação entre a vida profissional e familiar que enfrentam (Cunha, 2005a)¹⁰³. No entanto, o que de mais importante ressaltou do estudo de Cunha (2005a) foi a existência de lógicas distintas no espaço social actual, relativamente às questões da fecundidade com o percurso escolar das mulheres a mostrar-se um factor de diferenciação

¹⁰³ Surpreendentemente, as mulheres que nunca trabalharam e que, por isso, se mantiveram livres das exigências diárias de um emprego apresentavam-se menos vigilantes e mais flexíveis em relação à fecundidade mesmo no caso das mais escolarizadas (Cunha, 2005a). Um pouco na linha da regulação activa da fecundidade, também as mulheres mais escolarizadas (portadoras de graus de ensino médio ou superior) eram as que entravam mais tarde na maternidade, as que apresentavam carreiras procriativas mais curtas (a vinda dos filhos ocorria relativamente tarde na vida de casal) e menos pontuadas por gravidezes acidentais ou inesperadas. Todavia, no plano das aspirações, embora não recusassem à partida a maternidade, mostravam-se mais indecisas, antes do nascimento do primeiro filho, quanto à dimensão da progénie ainda que os seus ideais fossem, nesse ponto, muito ambiciosos (Cunha, 2005a). Quanto às mulheres sem estudos, embora idealizassem descendências de dois filhos, o número de filhos que alcançavam era elevado sendo comuns as progenies de três e mais filhos. O planeamento era descuidado e a duração da carreira procriativa longa, sendo que a vinda do primeiro filho ocorria num momento muito inicial da vida pessoal e conjugal (Cunha, 2005a).

incontornável¹⁰⁴ tanto ao nível dos planos como das práticas que permitem dimensionar o projecto parental¹⁰⁵.

Estas diferentes lógicas, são também, em larga medida, indissociáveis das “revoluções” sociais, iniciadas um pouco por todo o mundo na década de 60 e reforçadas em Portugal pelos acontecimentos de Abril, e das transformações ocorridas no contexto familiar e na própria condição social das mulheres reflectindo, de forma particular, as que se fizeram sentir a nível das habilitações escolares e do estatuto da mulher face ao trabalho (Cunha, 2005a). Desta forma, a coexistência de diferentes perfis de fecundidade parece ser uma das faces visíveis de um processo de mudança social mais profundo que, na sua trajectória histórica, terá feito coincidir ou divergir os projectos de vida das sucessivas gerações em áreas de que a fecundidade será apenas um exemplo.

De resto, a literatura é pródiga na ilustração dessas convergências tanto no domínio da família como no do trabalho, sendo inúmeros os estudos cujos resultados apoiam a hipótese da transmissão intergeracional das atitudes de pais e de filhos em relação aos papéis familiar e profissional (Aquilino, 1997; Baruch & Barnett, 1983; Barnett *et al.*, 1991; Kerpelman & Schvanevelt, 1999; Robinson & Post, 1995; Schroeder *et al.*, 1992; Smith & Self, 1980; Starrels, 1992; Vollebergh *et al.*, 2001).

De resto, há estudos que demonstram que a transmissão intergeracional ocorre mais frequentemente por via das atitudes do que por influência das experiências e dos comportamentos dos modelos (Thornton, Alwin & Camburn, 1983). Para além disso, a investigação sobre a transmissão de atitudes de pais para filhos revela que elas devem visíveis, concretas, e realmente salientes para os pais, para que possam ser apreendidas pelos filhos. A congruência atitudinal entre pais e filhos é mais elevada relativamente a comportamentos que sejam altamente visíveis e salientes durante longos períodos de tempo e menor no que se refere a atitudes abstractas ou difusas e afirmações de valor gerais (*e.g.*, Glass *et al.* 1986; Smith, 1983). Assim, quando o que se pretende é perceber a existência de continuidades e descontinuidades nos significados que pais e filhos atribuem ao trabalho e à família nada melhor que considerar o papel parental e o papel de trabalhador/profissional como referentes explícitos da transmissão intergeracional. A saliência desses papéis poderá ser estimada a partir do próprio grau de investimento dos indivíduos em cada um deles, inferido das atitudes e dos comportamentos observáveis.

A hipótese da similaridade intergeracional sugere que à medida que os jovens assumem o desempenho de papéis da vida adulta, os seus papéis e as suas experiências se tornam

¹⁰⁴ Não obstante a detecção de efeitos de coorte estatisticamente significativos, os efeitos dos capitais escolares mostraram-se mais salientes do que até os da condição perante o trabalho (Cunha, 2005a).

¹⁰⁵ Distinguiu-se, assim, “Um primeiro perfil – pouco ambicioso nos ideais, «domesticado» (descendência planeada e concentrada) e muito contido nas descendências – ...associa-se às inquiridas com qualificações escolares intermédias. Um segundo perfil – contido no ideal inicial, ambicioso no abstracto, «contingente» («acidentes» e carreira produtiva longa) e profícuo nas descendências – prende-se às inquiridas com níveis escolares baixos.... Um terceiro perfil – ambicioso nos ideais, muito «domesticado» e «normativo» nas descendências («norma» dos dois filhos) – associa-se às inquiridas escolarizadas.” (Cunha, 2005a, pp.462-463).

similares aos papéis e experiências dos seus pais (Bengtson & Black, 1973 *cit. in* Aquilino, 1997). Os processos de modelagem parecem assumir aqui um papel de destaque. As atitudes e os investimentos dos pais em relação a domínios que surgem como mais ou menos centrais e gratificantes nas suas vidas influenciam a visão e a orientação que os filhos adoptam face a esses mesmos domínios. Compreender os antecedentes familiares do investimento na parentalidade e no trabalho torna-se fundamental à compreensão da forma através da qual a escolha de certos domínios preferenciais de realização pessoal repete ou modifica os padrões de investimento experimentados de forma vicariante na família de origem.

Barnett *et al.* (1991), por exemplo, observaram que, embora não fosse perceptível nas primeiras etapas da transição para a vida adulta a semelhança entre os valores de pais e de filhos, à medida que os jovens universitários evoluíam nessa transição tendiam a regressar aos valores em que foram educados. No caso do papel familiar, os jovens não só exprimem o desejo de ser parecidos com os pais na forma de exercer esse papel (Smith & Seff, 1980; Starrels, 1992; Kerpelman & Schvanevelt, 1999) como no momento em que assumem efectivamente o papel familiar, as semelhanças com os pais são detectáveis no próprio modo como o desempenham (Aquilino, 1997; Baruch & Barnett, 1983; Vollebergh *et al.*, 2001)¹⁰⁶. As suas atitudes em relação aos papéis familiar e profissional tendem a tornar-se idênticas às dos pais. Em Portugal, um estudo recente (Andrade, 2006) aponta, contudo, para atitudes mais positivas em relação à família/parentalidade na geração dos filhos comparativamente à geração dos pais.

No caso das semelhanças que são encontradas a nível do papel profissional, a sua explicação parece remeter quer para mecanismos de modelagem quer para a natureza das práticas educativas adoptadas. Assim, enquanto Robinson e Post (1995) mostraram que a presença de atitudes positivas e a priorização do papel profissional comparativamente ao papel familiar por parte dos progenitores se reflectia num posicionamento do mesmo género por parte dos filhos, Barnett *et al.* (1991) salientaram que a transmissão das atitudes em relação ao trabalho ocorria directamente através do processo educativo pelo inculcar de valores e do reforço de comportamentos/competências nos filhos que eram vistas como decisivas à integração e ao futuro sucesso profissional. Neste caso, o estatuto sócio-económico da família de origem actuava como um factor de diferenciação no processo de transmissão intergeracional no que se refere à natureza das características (*e.g.*, iniciativa e autonomia versus obediência) cujo desenvolvimento nos filhos era visto pelos pais como desejável. Novamente, os resultados do estudo de Andrade (2006) introduzem dissonância na constatação de semelhanças intergeracionais, ao revelarem que os filhos apresentam atitudes mais positivas e mais negativas do que os pais em relação ao trabalho e à carreira profissional.

¹⁰⁶ Este é um resultado especialmente interessante pois admitindo-se a presença de uma certa idealização dos papéis de vida quando se trata da sua antecipação e considerando-se que, por ausência de referências na sua própria experiência, os jovens se identifiquem mais facilmente aos pais nesta ocasião, na verdade há já uma experiência residual, de natureza vicariante, das implicações que o modo de desempenho desses papéis tem para a vida familiar e para todos os membros da família, incluindo para eles próprios, filhos.

Nesta ordem de ideias, torna-se, de algum modo, possível prever as atitudes do futuro adulto em relação aos seus papéis familiares e profissional avaliando as características que elas tomam na família de origem e observando o modo como os seus pais, modelos imediatos das novas gerações, as convertem em comportamento. Goodnow e Collins (1990) argumentam de forma convincente relativamente à ideia de que as intenções e expectativas dos pais, mesmo que não traduzidas em ações relevantes, podem desempenhar um papel importante na moldagem do comportamento dos seus filhos. Greenberger e Goldsberg (1989) verificaram, por exemplo, que as crenças dos pais acerca da sua centralidade e responsabilidade na vida dos filhos constituía um preditor de exigências de maturidade mais importante que investimento elevados no trabalho no caso dos homens e do que investimentos parentais elevados no caso das mulheres. Os autores avançaram com a explicação de que talvez quanto mais os pais sentirem que têm um lugar importante na vida dos filhos mais sentirão que têm a responsabilidade de assegurar que os filhos adquirem as competências comportamentais que poderão otimizar o seu funcionamento ao longo da vida. Vollebergh *et al.*, (2001) documentaram que quando as mães conciliavam um determinado modelo que avaliavam como eficaz e satisfatório na conciliação de papéis, as filhas apresentavam expectativas semelhantes no que respeita às formas de conciliação futura do trabalho e da família, semelhanças que também se observaram relativamente à valorização da família. Pode, portanto, acontecer que a experiência dos indivíduos quanto às consequências dos investimentos nos dois papéis e as crenças que delas retiram quanto à importância que a parentalidade e o trabalho têm/tiveram na sua vida, os façam procurar influenciar os valores e a direcção dos investimentos dos filhos no sentido que considerarem melhor para eles.

A questão que aqui, no entanto, se pode colocar é se as condições de vida dos pais que se encontram na fase da maturidade – o tal período no qual Attias-Donfut (1988) considera que o adulto se encontra numa posição crítica no que se refere à facilitação do processo de diferenciação geracional (e individual) – favorecem ou dificultam a sua capacidade para garantir na família um clima socioemocional propício quer à realização destas aprendizagens sobre os papéis quer à superação dos desafios colocados pelo adolecer dos filhos, nomeadamente no que toca à disponibilidade para aceitar a diferença dos seus pontos de vista e à compreensão das suas necessidades de autonomia.

4.2. As Circunstâncias do “Maturecer”

Face aos condicionamentos que as mudanças sociais registadas na relação adulto-trabalho e adulto-família vieram introduzir no próprio processo de “maturecer”¹⁰⁷ talvez haja razão para admitir que aquela se tenha tornado, para os pais, uma tarefa mais complexa e

¹⁰⁷ Recorde-se que, de acordo com a abordagem de Attias-Donfut (1988), a maturidade corresponde ao período da vida no qual se situam os adultos que se distanciam ou já ultrapassaram a fase da juventude e transitam para uma nova etapa do seu desenvolvimento em que têm uma responsabilidade importante na educação e orientação das novas gerações.

problemática. As transformações sociais do trabalho (quer as que, na sequência da II Grande Guerra, resultam da sua deslocalização do meio familiar quer, mais recentemente, as que se prendem com a sua desnortativização, desinstitucionalização e a própria desregulamentação das relações laborais) são, sem dúvida, um dos factores de dificuldade. Com efeito, a revolução industrial e o crescimento da economia de mercado inaugurou uma tendência social de segmentação das actividades associadas à produção de riqueza e às actividades de protecção e cuidado da família. Antes do advento da indústria, uma parte importante da produção era assegurada pelas famílias para seu próprio consumo. À medida que o sector secundário se foi expandindo, os postos de trabalho foram sendo cada vez mais criados fora de casa, e outras organizações que não as familiares assumiram a responsabilidade pela produção da maior parte dos bens de consumo. Com a aceleração do processo de industrialização, o termo trabalho tornou-se sinónimo de emprego, e, em termos globais, as actividades familiares e profissionais passaram a ser realizadas em diferentes espaços, em diferentes momentos, com diferentes grupos de pessoas e com diferentes normas de comportamento e de expressão emocional (Clark, 2000).

A estas mudanças sociais seguem-se outras, em períodos históricos mais recentes, como o influxo das mulheres no mercado de trabalho e o aumento das situações familiares de duplo emprego, que trouxeram diversidade às estruturas familiares e de trabalho repercutindo-se quer em alterações substantivas nos papéis profissionais e familiares quer numa progressiva erosão das tradicionais concepções sociais de género. Progressivamente as mulheres rejeitam a exclusividade da sua condição de domésticas e, embora continuando a assumir a maior parte das responsabilidades enquadradas por esse estatuto, investem em actividades profissionais remuneradas. Alguns argumentos apontam para a raiz feminista desta opção associando-a a motivações de carácter emancipatório através das quais as mulheres procurariam assegurar, simultaneamente, uma maior realização pessoal e uma maior independência económica¹⁰⁸. Na procura de explicações para o fenómeno, tem-se contudo insistido mais na ideia de que este movimento de deslocação da força de trabalho feminino da casa para o mercado de emprego tem na base motivações de natureza financeira relacionadas com o aumento do custo de vida e com a necessidade sentida pela maior parte das famílias de duplicar as suas fontes de rendimento. De acordo com fontes do Eurostat, no caso Português, o elevado número de mulheres na vida activa parece reflectir a maior pressão sentida pelas famílias portuguesas para maximizar os rendimentos familiares, uma preocupação que em tempo de crise económica, de

¹⁰⁸ O estudo de Torres (2004) indicou, contudo, que independentemente das necessidades económicas, as mulheres jovens querem investir numa actividade profissional que lhes permita aumentar a sua autonomia e o seu poder de decisão no contexto conjugal. O ingresso feminino no mercado de trabalho é, também por vezes, explicado com base nos níveis mais elevados de formação atingidos pelas mulheres que teriam passado a tornar muito elevado o preço do tempo de permanência em casa (*e.g.*, Bergmann, 1986). De igual modo, é referida a queda dos salários masculinos e com ela o medo das famílias de classe média de serem afectadas por um processo de mobilidade descendente na escala social (*e.g.*, Oppenheimer, 1982). Há ainda autores que apontam os ímpetus consumistas das décadas de 70 e 80 como factor que teria dado origem à crença das famílias de que necessitariam de dobrar as suas fontes de rendimento (*e.g.*, England & Browne, 1992; Schor, 1998).

degradação do sistema de emprego e de elevada insegurança profissional parece corresponder a uma tentativa para assegurar à família e aos filhos um nível de vida minimamente satisfatório. De resto, o salário feminino é um reforço importante da economia familiar no caso das famílias de menos recursos (nas quais constitui um factor crítico da manutenção de um nível mínimo de qualidade de vida) mas que, no caso das famílias socialmente mais favorecidas, pode também fazer a diferença entre um padrão de vida médio ou mais desafogado, em termos do seu poder de compra. Há, no entanto, quem também defenda que numa conjuntura de incerteza económica, algumas mulheres se têm servido do argumento da “necessidade” como uma espécie de “*smoke screen*” que lhes permitiria defenderem-se da crítica e do estigma social associado ao facto de não se dedicarem exclusivamente à maternidade (Bergman, 1986). No entanto, a instabilidade da conjuntura económica associada a outros factores como a descida dos salários e a própria instabilidade conjugal parecem mostrar que as percepções das mulheres quanto à necessidade de exercerem uma actividade remunerada podem ser vistas como razoáveis e substantivamente justificadas:

The dramatic deceleration in the economy might have given real impetus and legitimacy to the acceleration of young mothers’ employment. If so, then, there was a reasonable, collective economic rationale behind the rise of early maternal employment and the consequent exacerbation of the work-family dilemma. (Edwards, 2001, p.185)¹⁰⁹

Se, no contexto das famílias, o objectivo de defesa de um certo equilíbrio nas condições económicas de vida parece ser um dos que mais favorece o forte envolvimento dos indivíduos com o trabalho, ao nível das organizações, são também os objectivos de permanência no mercado face às ameaças da concorrência que levam os empregadores a absorverem até à exaustão a capacidade de trabalho dos indivíduos. Com efeito, tal como actualmente se encontram os padrões de produção e organização do trabalho, compreende-se que as empresas só ofereçam garantias de segurança profissional aos que forem capazes de se identificarem completamente com as regras e políticas de gestão empresarial, utilizando em pleno as suas valias pessoais, e abdicando das suas vidas privadas em prol da melhoria contínua do processo produtivo. As organizações exigem trabalhadores cada vez mais disponíveis, podendo essa exigência tornar-se um foco de tensão a nível das relações familiares. Nos casos em que a protecção da qualidade de vida familiar constitua uma prioridade para o trabalhador, a manutenção da situação de emprego pode estar ameaçada, tornando problemático para as organizações o alcance desses objectivos. De igual forma, face à

¹⁰⁹ De acordo com o autor, entre as mulheres que, nas décadas de 70 e 80, resolveram abraçar a vida profissional não se encontravam apenas mães de crianças pequenas mas também mulheres mais velhas confrontadas com a instabilidade e estagnação do nível salarial dos maridos e com crises conjugais que muitas vezes conduziam ao divórcio. Face a circunstâncias económicas e sociais desfavoráveis, a preocupação em assegurar a posição social na classe média teria constituído uma das principais razões da entrada destas mulheres na vida activa.

necessidade de dar resposta aos seus compromissos financeiros, muitas famílias são forçadas a garantir uma dupla fonte de rendimento.

E esta é a outra face das dificuldades que acompanham o amadurecer. Quando o fenómeno do duplo-emprego se generaliza a ponto de se tornar a categoria mais representativa da situação dos agregados familiares portugueses, certamente que essa é uma circunstância capaz de por si só modificar o modo como os indivíduos passam a encarar a família e a assumir as suas responsabilidades parentais. Nesta divisão profissional do trabalho destaca-se, obviamente, a decadência do modelo exclusivo do “ganha-pão” masculino mas a modalidade da “dona de casa” mantém-se presente em praticamente em todos os grupos sociais, ao mesmo tempo que, na divisão das tarefas domésticas, a participação masculina permanece bastante aquém do que as normas actuais de reciprocidade e igualdade no casal poderia fazer esperar (Wall & Guerreiro, 2005)¹¹⁰. A primeira consequência óbvia é a inexistência, nestas famílias, de um adulto que permaneça em casa a tempo inteiro o que interfere de sobremaneira nos aspectos da vida familiar tradicionalmente atribuídos ao elemento feminino, como o cuidado e o acompanhamento dos filhos, o cuidado de outros dependentes como os pais, o apoio ao companheiro, a organização doméstica, etc. Acrescentam-se a estes, problemas ainda mais complexos do ponto de vista do exercício da parentalidade. A transferência de uma parte da tarefa educativa dos filhos para outras figuras ou contextos pode constituir-se como uma fonte acrescida de dificuldade para muitos casais.

Em primeiro lugar, porque representa uma despesa adicional no orçamento, por vezes limitado, da família. Na caracterização da vivência familiar e dos modos de conciliação de papéis actuais nas famílias portuguesas, Wall *et al.* (2001) destacam o facto de entre as famílias de duplo-emprego (ou de dupla-carreira, no caso de famílias com formações de nível superior), em que ambos os elementos do agregado familiar desempenham uma actividade profissional (maioritariamente a tempo inteiro), aquelas que dispõem de maior poder económico terem a possibilidade de minimizar os efeitos desta acumulação de papéis delegando algumas dos aspectos da vida familiar como as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Nos cuidados a prestar aos filhos, a mobilização de apoios faz-se junto das redes familiares (principalmente, pelo envolvimento dos avós) ou de instituições exteriores à família (através das redes de equipamentos privados ou públicos apoiados pelo Estado (onde se incluem as creches, as amas, infantários, jardins de infância, prolongamentos de escolas, colégios ou centros de ocupação de tempos livres) implicando, frequentemente, neste caso, um esforço financeiro das famílias que não têm outras soluções ao seu dispor (Torres, 2004). Assinale-se que, quando se fala de famílias caracterizadas por uma elevada taxa de actividade feminina e com filhos pequenos, os

¹¹⁰ Existem, contudo, situações nas famílias em que a mulher é doméstica ou trabalha a meio tempo, em que o homem partilha as tarefas domésticas com a companheira ou com esta e com os filhos, apesar do padrão predominante ser o da concentração dessas tarefas na mulher, o que significa que “... as normas de maior igualdade e de fusão conjugal conduzem, actualmente, nalguns casais, à cooperação masculina nas tarefas domésticas mesmo quando a mulher é dona de casa ou trabalha a tempo parcial.” (Wall & Guerreiro, 2005, p. 359).

custos são também psicológicos (a fadiga física e o sentimento de culpa decorrente das dificuldades em conciliar os dois papéis) (Torres, 2004).

Seja como for, entre as famílias mais favorecidas a possibilidade de mobilizar elementos da família nuclear, a empregada doméstica e até ascendentes co-residentes parece ter constituído um factor de amortecimento do impacto do duplo emprego para muitos casais e de atenuação da sobrecarga para o elemento feminino do casal indicando que, em Portugal, a expansão do padrão de duplo emprego ao longo das últimas décadas, tem sido possível não só graças ao esforço feminino no que se refere à manutenção do sistema da dupla-jornada mas também através do envolvimento de uma pluralidade de outros intervenientes (Wall & Guerreiro, 2005).

Em segundo lugar, a delegação a terceiros de uma área tão sensível quanto o cuidado dos filhos é susceptível de suscitar preocupação aos pais, quer porque nem sempre estão disponíveis estruturas sociais de qualidade às quais os pais sintam que podem confiar os seus filhos, quer porque às rotinas da família se acrescenta, pelo menos, mais duas deslocações que se torna mais uma responsabilidade a distribuir na casal.

De acordo com os resultados do estudo de Wall e Guerreiro (2005) as tarefas em torno dos filhos estão bem repartidas pelos dois membros do casal. No caso do cuidado do bebé a mãe assume um papel principal (o deitar do bebé e o levantar-se de noite para são as duas tarefas mais conjugalizadas) mas, no caso de crianças em idade escolar existe, realmente, uma partilha conjugal: a mulher só realiza metade de todas as tarefas e o homem, sozinho ou em casal, apoia os filhos nos trabalhos escolares, assegura o seu transporte para a escola, ou faz-lhes companhia na hora de deitar (sendo esta, aliás, a tarefa mais realizada conjuntamente pelo pai e pela mãe). Embora este equilíbrio entre a maternalização e conjugualização dos cuidados dos filhos aponte para uma boa organização doméstica destas tarefas, é provável que a sua repetição quotidiana contribua para que o casal possa descuidar a própria conjugalidade não investindo na criação de momentos de intimidade na sua relação conjugal. Problemas no subsistema conjugal, ao afectarem o clima psicossocial da família, constituiriam, certamente, um factor de vulnerabilização dos pais na realização da tarefa educativa.

Em terceiro lugar, no caso em que se verifica o recurso a essas estruturas (creches, infantários, centros de ocupação de tempos livres...) passam a participar da vida familiar outros sistemas com um modo próprio de funcionamento que podem requerer um esforço suplementar de acomodação. Finalmente, os pais podem sentir-se limitados na realização do seu projecto parental quer materialmente (aumentar o número de filhos pode corresponder a um encargo incomportável para o rendimento familiar) quer do ponto de vista do que representa para os pais a colaboração nesse projecto de figuras cujos valores e ideais face ao processo educativo podem ser discrepantes dos seus.

A participação na vida activa dos dois elementos do casal requer, sem dúvida, um esforço suplementar na gestão das questões familiares e profissionais configurando o que Edwards (2001) designa como "dilema trabalho-família". No que diz respeito ao papel de

trabalhadores, pais e mães enfrentam o desafio da máxima produtividade. A dedicação incondicional que as empresas pedem aos trabalhadores, em termos de tempo de trabalho, de mobilidade, de aprofundamento e desenvolvimento contínuo de conhecimentos técnicos e competências pessoais, praticamente deixa os indivíduos desprovidos da “autonomia existencial” (Tedesco, 1999) que lhes permitiria empenharem-se maximamente na educação e acompanhamento dos filhos. Assistindo ao desespero dos que vivem sem trabalho, os que ainda trabalham sacrificam-se para o conservar, investem nele todas as energias, deixam que ele tome conta das suas vidas, tornam-se dependentes dele, mesmo quando não sentem prazer naquilo que fazem (De Masi, 2000). Está-se, assim, perante uma situação em que a necessidade de manter, no mercado de trabalho, um lugar que assegure a estabilidade material do agregado compete e pode bloquear o objectivo de preservação do equilíbrio afectivo emocional indispensável à qualidade da vida familiar de pais e de mães integrados no mercado de emprego. É desta forma que o trabalho pode precipitar a corrupção do carácter: quando as exigências de lealdade e compromisso que caracterizam o actual mundo do trabalho fazem os indivíduos negligenciar os seus vínculos familiares (Sennet, 2001).

Ainda que num cenário deste tipo pudesse esperar-se um maior envolvimento do elemento masculino nas questões relativas à gestão/manutenção da vida familiar, o que se observa é que, apesar da retórica da partilha de tarefas no casal, a tendência prevaiente é da acumulação pela mulher das obrigações familiares e domésticas e das responsabilidades profissionais (Amâncio, 1994). Ao mesmo tempo e, paradoxalmente, as elevadas taxas de desemprego, parecem criar condições favoráveis ao questionamento das normas e expectativas sociais quanto aos papéis que homens e mulheres devem assumir no contexto da família. Este movimento inverso das taxas de actividade feminina (em crescimento) e masculina (em decréscimo) (Cabral-Cardoso, 2003), não sendo acompanhados da consolidação do modelo simétrico de conciliação de papéis poderá mesmo tornar-se um foco de tensão na vivência do casal e incrementar os níveis de conflito interpapel e de insatisfação conjugal das mulheres com formação superior (Guerreiro & Abrantes, 2004). No caso do desemprego masculino, a impossibilidade de continuar a cumprir uma função meramente ou predominantemente instrumental, pode, no entanto, permitir perspectivar a questão de forma mais optimista na medida em que tal situação poderá vir a dar azo à exploração e reconstrução pelos homens do seu papel de género e, conseqüentemente, suscitar o investimento masculino em novas responsabilidades na família (Coltrane, 1994; Brod, 1994; Wilkie, 1993; Zuo, 1997). Alude-se aqui à interacção entre os cônjuges enquanto processo primário na (re)construção social dos papéis de género no quadro das transformações da família e do trabalho associadas à modernidade (Ferree, 1990; Golden, 2001; West & Zimmerman, 1987). Mesmo que os homens possam sentir-se em desvantagem comparativamente às mulheres no que se refere à sua posição no mercado de trabalho (Gerson, 1993; Hochschild, 1989), poderá, à partida, ser mais custoso assegurar uma posição mais favorável do aquelas do que perspectivar outras possibilidades e soluções (Gerson, 1993; Hochschild, 1989). Com efeito, nesta circunstância, há

um conjunto de normas sociais que validam e reforçam a sua função instrumental na família e que uma vez violadas deixam um vazio quanto às expectativas de papel que deve cumprir. Neste contexto, considerar que o emprego das mulheres pode libertá-los da responsabilidade primária pelo sustento económico da família, pode protegê-los de um mercado de trabalho inseguro e, como tal, oferecer-lhes a oportunidade de escolher entre o trabalho e a família poderá amenizar o sentimento de não estar a cumprir a esperada função instrumental na família. Perante esta realidade, é provável que as crenças tradicionais acerca da masculinidade entrem lentamente em decadência e o cuidado dos filhos se mostre, aos homens, uma alternativa gratificante (Gerson, 1993). Assim se compreende que mudanças na estrutura social, como o aumento do investimento feminino no trabalho, o aumento do poder económico destas últimas e a própria diminuição da taxa de actividade masculina, ao terem como consequência o declínio do estatuto exclusivo de “ganha-pão” por parte dos homens, desencadeiem novos processos relacionais entre os géneros que parecem contribuir para que, ideologicamente, os homens evoluam da tradicional dicotomia masculino-feminino para atitudes de maior igualitarismo (Brod, 1994; Coltrane, 1994; Gerson, 1993;1994; Goode, 1994; Wilkie, 1993; Zuo, 1997). Como refere Zuo (1997):

... If the conventional gender ideology was socially constructed and conditioned by the gendered marital structure, newly emerged economic relations between the spouses in a heterosexual relationship, resulted from a changing gender structure of paid labor force, will facilitate the reconstruction or deconstruction of men's conventional beliefs about gender. (p.814)

A julgar por estudos que demonstraram que os comportamentos dos pais (homens que participam mais activamente no papel familiar) modelam atitudes mais igualitárias relação aos papéis de género no trabalho e na família¹¹¹ (Cunningham, 2001), será de esperar, que juntamente com a entrada das mães na vida activa, se possa assistir a um ajustamento progressivo da definição dos papéis de género pela via da transmissão intergeracional. De alguma forma, tudo parece apontar para o facto das mudanças sociais que, há décadas, estão em curso no campo da família e do trabalho estarem a contribuir para a flexibilização das configurações mais tradicionais dos papéis de género sem, contudo, porem em causa, a sua reprodução de geração em geração (Kulik, 2000). A diferença é que, comparativamente ao que sucedia no passado (em que prevalecia a socialização numa estrutura normativa de diferenciação de papéis), o que é transmitido de uma geração a outra admite tanta diversidade quanto a que caracteriza os modelos familiares de repartição de papéis (mais partilhados e

¹¹¹ Vários estudos apontam, aliás, para a importância das atitudes e dos comportamentos parentais em relação aos papéis de género na modelagem das atitudes e comportamentos dos próprios filhos, confirmando, de uma forma geral, a existência, nesse domínio, de fenómenos de transmissão intergeracional (e.g., Deutsch, 1999; Kulik, 2000; Tenenbaum & Lepaer, 2002). Sabatinni e Lepaer (2004) descreveram, inclusivamente, a presença de dois mecanismos de transmissão dos progenitores para os descendentes: a transmissão directa de atitudes igualitárias e a transmissão indirecta dessas atitudes através da sua tradução em comportamentos observáveis. O exercício dos papéis de género adquire, assim, um lugar de destaque no processo de transmissão intergeracional.

igualitários ou menos partilhados e mais assimétricos) a que os filhos estão expostos (Sabattini & Leaper, 2004).

Mas se, no que respeita à socialização dos papéis de género, algumas das transformações ocorridas na sociedade têm vindo a permitir que, em resultado de um consenso co-construído pelas diferentes gerações, coexistam diferentes significados em torno do feminino e do masculino, outras mudanças têm ocasionado situações de desequilíbrio nas relações intergeracionais. São exemplo disso o problema do sub-emprego, do desemprego juvenil, do desemprego de longa-duração, da precariedade de emprego, da alternância entre períodos de emprego e desemprego (Arnett, 2000; 2006¹¹²), das reformas precoces ou do retardamento da idade da reforma. Trata-se de aspectos críticos da actual conjuntura social que têm amplificado a competição e a desigualdade entre as gerações seja porque afectam directamente a lógica de funcionamento do mercado de trabalho seja porque tornam mais complexa a questão da distribuição dos recursos públicos. Por um lado, e por imperativo de sustentação dos cofres da segurança social, a manutenção dos mais velhos no circuito de produção dificulta cada vez mais a integração dos mais novos na vida activa. Por outro lado, num cenário de crise contributiva os recursos que ficam disponíveis para assegurar às gerações mais velhas ou mais novas um mínimo vital são limitados. Nesta circunstância é sobre as famílias, e de forma mais concreta nos indivíduos em plena maturação, que volta a recair a responsabilidade pelo suporte material e emocional de ambas.

O fenómeno da dependência tende assim a tornar-se um factor de ligação (mais do que de conflito¹¹³) entre as gerações: seja pensando nas necessidades dos que se reformam e têm de recorrer à família em busca apoio social e instrumental, seja pensando nos jovens que encontrando-se ainda a estudar, tendo terminado os estudos e estando sem emprego têm necessidade de procurar estabilidade financeira junto dos pais, ou que encontrando-se em plena vida activa têm experiências afectivas mal sucedidas que os faz regressar a casa dos pais ou que tendo filhos têm necessidade de delegar nos pais o seu cuidado e acompanhamento (Ikkinck, Tilburg, & Knipsheer, 1999; Riley & Glass, 2002).

No plano da evolução social, esta solidariedade intergeracional, que hoje se exprime, em larga medida, pela “coabitação entre gerações” (Rossi, 1997), comporta, apesar de tudo, uma virtude inegável: a de permitir que a família volte a constituir-se como cenário de reencontro (não forçosamente apenas residencial) e de troca afectiva entre gerações directas

¹¹² Arnett (2006) salienta que estes percursos profissionais intermitentes dos jovens também são explicáveis pelas suas tentativas de encontrar empregos mais compatíveis com a sua formação de base e que lhes proporcionem maior realização possível, uma prática que só é possível contanto com a rectaguarda económica da família.

¹¹³ De acordo com Cavalli (1997) as mudanças ocorridas no contexto familiar, nas práticas de socialização e, em particular na relação pais-filhos, têm reduzido os conflitos entre gerações tornando possível a sua convivência num espaço comum sem compromisso da autonomia recíproca. O autor exemplifica com o caso de jovens de famílias modestas com níveis de instrução superiores aos dos pais que negociam as condições da sua coabitação salvaguardando o direito à sua independência na família. Paradoxalmente, quanto mais autonomia os jovens têm em relação à sua família mais dependentes aceitam tornar-se dela (Cavalli, 1997). Tal constatação está na mesma linha da opinião de Pais (1998) para quem a possibilidade de um relacionamento pacífico entre pais e filhos se explica pela existência de padrões relacionais caracterizados por uma maior simetria e possibilidade de negociação do que há uns anos atrás.

(pais e filhos) e/ou alternadas (avós e netos). Não será, contudo, como já se percebeu uma solidariedade gratuita. Perspectivada sob o ângulo do que esperam os pais dos seus filhos, é curioso constatar que a maioria deles considera mais importante o apoio emocional dos filhos (sobretudo a longo prazo) do que a contribuição material ou instrumental de que estes poderão ser fonte. Os resultados do estudo de Cunha (2005b) acerca das representações de mães, pertencentes a diferentes coortes, acerca das funções dos filhos apontam para maiores expectativas de retorno em companhia e apoio moral do que em ajuda prática. Tal resultado é, em todo o caso, revelador de que, pelo menos, existe “...recusa da ideia de que os filhos devem retribuir, na mesma moeda, os cuidados prestados e o investimento económico que os pais fizeram na sua criação e educação.” (Cunha, 2005b, p.473).

5. Transmissão Intergeracional e Desenvolvimento da Identidade

O interesse pelo tema da transmissão intergeracional comporta, inevitavelmente, a preocupação com a continuidade (com a reprodução, com as repetições, com os encadeamentos) mas também com as descontinuidades (com as falhas, com as reinvenções, com as reconstruções) dessa transmissão, quer do ponto de vista dos conteúdos transmitidos (os objectos da transmissão) quer do ponto de vista dos processos psicológicos que estão subjacentes a ambas as dimensões. Há, por conseguinte, um conjunto de questões que é necessário o indivíduo articular para que possa, efectivamente, experimentar-se como elo de uma continuidade simbólica, simultaneamente intra e intersubjectiva: O que é que herdei dos meus pais? De que parte dessa herança me apropriei e reconheci como minha? Que aspectos dela me parecem inúteis ou até prejudiciais? De que tipo de aspectos quero desfazer-me e quais desejo conservar e deixar aos meus próprios filhos?

Embora possa parecer que está aqui implícita a possibilidade de escolha, importa ter em conta que, em muitos casos, a própria herança recebida condiciona a capacidade de receber e a de dar, isto é, tendo recebido algo inesperado ou de uma forma errada o indivíduo pode não saber como dar. Como refere Prieur (1999),

... o donatário pode ter o sentimento de que a dádiva não corresponde ao que ele esperava; dito de outro modo, é incapaz de reconhecer o que recebeu como dádiva Com efeito, não se devolve necessariamente àqueles a quem se deve – aos pais, por exemplo. Dá-se essencialmente a outras pessoas: ao cônjuge, aos filhos ou aos netos, pois é óbvio que o acto de dar e a capacidade de poder dar se inicia no sentimento de ter recebido, aliado ou não ao de ter falhado. (p. 22)¹¹⁴

¹¹⁴ De algum modo, estão aqui presentes as noções de “carta de legados familiar” e de “cadeia deslocada de retribuições”: a ideia de que em cada família existe um conjunto multigeracional de obrigações e dívidas que se acumulam de geração em geração e que são herdadas sob a forma de injustiças que, num dado momento, alguém terá de reparar (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973).

O ideal é que dador e donatário se reconheçam simultaneamente semelhantes e diferentes e que o donatário se sinta aceite como sujeito nesse “algo de si próprio”¹¹⁵ que o dador transfere com a dádiva de modo a que isso o estimule também a posicionar-se como dador. Se assim acontecer, a relação entre o dador e o donatário sairá reforçada. De acordo com Prieur (1999), a dádiva é sempre confundida com a relação intersubjectiva que lhe serve de pano de fundo. Tal significa que quando o processo de transmissão não funciona como é desejável (quando como, por exemplo os pais, não estão disponíveis ou não sabem incluir na dádiva as dimensões de si próprios que correspondem às necessidades dos filhos), torna-se necessário ajudar os donatários a separar a dádiva do vínculo de modo a que ao reinterpretá-la a partir de um ponto de vista externo possam torná-la simbólica, aceitá-la e transformá-la¹¹⁶.

É precisamente neste cruzamento entre a esfera intrapsíquica e a esfera interpessoal que se situa a dimensão transgeracional (Corigliano, 1999). A ênfase no interpessoal permite, sob um ponto de vista psicanalítico, valorizar quer o passado dos indivíduos (a história dos seus pais e dos seus antepassados), quer o seu presente, isto é, o que actualmente caracteriza as suas relações familiares tanto em termos de conteúdo como de formas de comunicação. Para além destes dois vectores temporais, faz ainda parte do domínio interpessoal um terceiro elemento que representa a própria unidade relacional: a interacção em que as pessoas se envolvem produz entre elas um vínculo que sendo independente de cada uma é capaz de influenciar a vida interior de todas. Definem-se, desta forma, dois espaços possíveis de transmissão: um espaço transpsíquico no qual a transmissão ocorre sem necessidade de troca interpessoal directa (a que pertencem os fenómenos da indução, da sugestão, do contágio); e, o espaço intersubjectivo no qual a transmissão ocorre de forma directa entre as pessoas pertencentes, primariamente, a um grupo familiar (Käes, 1993).

Tanto num caso como noutro, é esperado que, sobre o conteúdo transmitido, ocorra um certo grau transformação pessoal. A extensão dessa transformação depende de um jogo de forças entre, por um lado, a capacidade de absorção e elaboração do Eu e, por outro lado, a

¹¹⁵ Na perspectiva de Prieur (1999) no processo de transmissão “Dar é, por um lado, separarmo-nos, mostrar que nos diferenciamos do mundo dos objectos que se dão, e ao mesmo tempo, transmitir no que se dá algo de nós próprios.” (p. 11).

¹¹⁶ No contexto do modelo de intervenção psicanalítico, esta possibilidade de reinterpretação da herança, ao mesmo tempo que pode constituir uma oportunidade em termos da revelação de aspectos inscritos na memória que permaneciam por descobrir pode, em consequência do trabalho de análise, resultar na delapidação da própria herança (Fedida, 1999). Considera-se, neste caso, que a renúncia à herança pode produzir algumas complicações em termos do bem-estar psíquico do sujeito e que a função dos sintomas emergentes pode ser a de conservar a sua memória inconsciente das gerações anteriores, mantê-lo ligado a elas. É dessa forma que se revela a patologia da herança: “... como se muitas pessoas – dobando o novelo da herança com a ajuda das palavras – não pudessem inconscientemente suportar a realidade da herança enquanto conscientemente a valorizam enormemente e a desejam.” (Fedida, 1999, p. 66). Também Corigliano (1999) alerta para o facto da elaboração das identificações com elementos de outras gerações no decurso do processo analítico poder implicar alguns riscos, entre eles “... a renúncia a aspectos vitais e uma perda de identidade que obrigaria a um duplo luto: o luto de partes do eu e o luto de partes de um dos pais, de um antepassado ou da família, com os quais, a persistência dos problemas age como um laço poderoso.” (p. 86). Em todo o caso, uma boa parte da carga emocional e dinâmica destes problemas aparecem sob a forma de conflito internalizado; os pais de que os indivíduos falam não são os pais reais mas sim os pais idealizados ou os imagos que restam da sua desidealização, o que torna especialmente difícil o estudo psico-afectivo da problemática do conflito de gerações (Santos, 1985 *cit. in* Figueiredo, 1985).

qualidade da presença do Outro e a intensidade com que penetra no Eu (Corigliano, 1999)¹¹⁷. Distingue-se, a este nível, a implantação e a intrusão enquanto processos, através dos quais, a transmissão acrescenta ao sujeito algo que está em falta na sua “metabolização” psíquica ou introduz na sua vida psíquica um elemento estranho que o parasita do interior.

Deste ponto de vista, a identificação com os pais, com os antepassados ou com um objecto transgeracional funciona como um tipo específico de ligação intrapsíquica entre as gerações que tanto pode ser fruto de uma implantação (*i.e.*, sendo inscrita no tecido psicológico de um sujeito cujo inconsciente ainda não se diferenciou ficando aí a aguardar que este se aproprie dela e a integre) como de uma intrusão podendo traduzir-se em problemas sérios de identidade:

O problema reveste-se de alguma importância quando a necessidade de adquirir um estado de autonomia e de separação composta de um processo de desidentificação ou de transformação criativa das identificações precedentes. Este processo pressupõe uma selecção, uma transformação, talvez um abandono das heranças fantasmáticas precedentes que recebemos dos outros e sobretudo dos nossos pais. (Corigliano, 1999, p. 86)

Este é, por excelência, o desafio maior da resolução da crise da identidade: a necessidade de operar uma síntese das identificações anteriores num processo de selecção e reconstrução das soluções encontradas em crises mais antigas que possa conduzir progressivamente o indivíduo à aquisição de um sentido subjectivo de si e a tornar-se capaz de decidir e definir por si mesmo, através dos seus próprios projectos e investimentos, o lugar que quer ocupar na sociedade (Erikson, 1968). Embora a construção do Eu seja um processo que se desenrola, em larga medida, no interior da estrutura psicológica¹¹⁸ (em que o eu interage consigo próprio e com as outras instâncias da vida psíquica) é altamente influenciado, sobretudo no período de moratória psicossocial que caracteriza a fase adolescente, pelas estruturas sociais e pelas experiências de socialização que elas proporcionam. Com efeito, o realismo é um requisito fundamental da construção da identidade na medida em que permite aos indivíduos adaptarem-se à sociedade onde estão inseridos e às (constantes) mudanças que nela têm lugar (Costa, 1991).

É num contexto de moratória institucionalizada que tem lugar a experimentação de papéis e a exploração de valores, de ideias e de ideais sem os quais o jovem não poderia encontrar um sentido socialmente relevante para a sua identidade, não poderia actualizar as

¹¹⁷ No caso da elaboração do traumatismo, a autora refere serem duas as vias que se abrem aos indivíduos em termos da resolução da angústia que aquele motiva: a compulsão para a repetição (que tem como efeito o bloqueio da evolução geracional) e a solução ou as reparações criativas (Corigliano, 1999).

¹¹⁸ Mesmo quando esta estrutura psicológica ganha maturidade e o Eu se torna mais autónomo, os processos identificatórios aos pais enquanto objectos de investimentos e desinvestimentos podem subsistir: “As identificações dominantes e fundamentais da adolescência com o seu pai, que representa o homem adulto, estendem-se normalmente à posição de esposo e pai e por vezes determinam a escolha da profissão. Certamente, esta escolha é frequentemente influenciada pelas ambições do pai, pelos seus modelos de sucesso e de identificações narcísicas com o filho. Tal comportamento traduz, por vezes, a repugnância dos pais em abandonar a relação simbiótica com o filho.” (Jackobson, 1975 *cit. in* Figueiredo, 1985).

suas potencialidades, nem preparar-se adequadamente para os papéis do mundo adulto (Erikson, 1980). É na interacção com a comunidade, com as suas instituições e com os adultos que as representam, que o jovem pode encontrar as referências (os princípios e os modelos) de que necessita para, situando-se num espaço e numa continuidade histórica, isto é, conhecendo as suas origens, tendo noção das oportunidades do momento presente e estando consciente das restrições culturais do seu meio, possa definir-se a si próprio pelo que pode e quer ser. Esta é a essência do mais significativo encontro intergeracional da existência humana: o encontro entre o jovem, que, investido no processo vicariante de construção da sua identidade, necessita de modelos que possa adoptar ou contestar, e o adulto, cujo investimento identitário no prolongamento social do *self*, necessita de realizar o seu projecto generativo junto dos que preparam os seus investimentos futuros¹¹⁹.

No processo de desenvolvimento do Eu, os adultos, e, mais concretamente, os pais são a principal fonte dos elementos de uma identidade vicariante que, na infância, o indivíduo incorpora e dos quais se vai tornando cada vez mais consciente e crítico. É através dos pais que a criança contacta pela primeira vez com as convenções e outras produções da cultura, traduzidas nas práticas educativas e nas demais modalidades do comportamento parental, que, ao longo da infância, lhe permitem apreender um conjunto de normas e desenvolver a consciência de que há limites externos aos seus desejos e à sua acção. A identificação com as figuras significativas, a vontade de querer ser como o pai ou como a mãe, permitem-lhe observar, compreender e experimentar, recriando, os papéis sociais que aqueles desempenham¹²⁰. É desta forma que começa a realizar aprendizagens úteis sobre os papéis e a construir uma imagem acerca do *self* (dos seus atributos, potencialidades e limitações), que, posteriormente, lhe permitirão avaliar-se como capaz de participar no mundo dos adultos e concretizar objectivos de vida pessoalmente significativos (Erikson, 1968). A este respeito, é interessante salientar os resultados de estudos que demonstram que estudantes universitários em moratória de identidade antecipam e exploram quer aspectos positivos quer aspectos negativos relativamente aos seus futuros compromissos com o trabalho, com a conjugalidade e com a parentalidade (Danielsen, Lorem & Kroger, 2000). Sublinhe-se, no entanto, que uma vez que a realização académica e as opções profissionais estão no centro das preocupações dos adolescentes e jovens ao mesmo tempo que a conquista da autonomia em relação aos pais, é possível que fiquem para eles menos salientes os aspectos positivos associados à família (Arnett, 2000; Rossi, 1997).

¹¹⁹ Como refere Canavarro (2001) para além da continuidade da espécie (traduzida na valorização da dimensão biológica do acto reprodutivo) e do sentido de continuidade associado à sucessão de gerações no quadro de um grupo familiar, numa vertente mais individual, ter filhos pode também significar continuidade: " projecção e reparação pessoal no futuro; a possibilidade de transcender a dimensão temporal e enganar a morte encarada como fim." (p. 35).

¹²⁰ Uma vez que a qualidade e a variedade de papéis que a criança terá a oportunidade de explorar dependem das características do seu ambiente social, a pertença a grupos que ocupam posições específicas na hierarquia social é identificada por Erikson (1968), juntamente com as experiências de socialização e as influências históricas, como um factor importante na definição dos contornos da crise de identidade (o seu aparecimento, a sua gravidade, a sua duração e os seus resultados).

No período da adolescência esses elementos primitivos de auto-definição (os valores introjectados, as identificações...) são reavaliados à luz das alternativas que, entretanto, o adolescente explore podendo ser negados ou afirmados e investidos. Essa reavaliação permite ao jovem integrar, de forma personalizada, as polaridades que no período de moratória tenham emergido em relação ao trabalho e à família; permite-lhe, ao mesmo tempo, integrar o passado e o presente e projectar-se no futuro pensando o que deseja para si e traçando objectivos para cada uma dessas componentes da vida adulta (Costa, 1991; Côté & Schwartz, 2002). É deste modo que o processo de construção da identidade cumpre uma função social: ao proporcionar condições ao jovem para, no quadro da compreensão da sua individualidade, delinear projectos relativos ao desempenho dos papéis da vida adulta, de forma consistente com o sentido subjectivo de si (Costa, 1991).

O alargamento do raio de exploração do adolescente para além do círculo familiar permite-lhe ter contacto com novas realidades: conhecer outras normas, outras expectativas, outros valores, outros estilos de vida. É, também, neste período que, do ponto de vista do seu desenvolvimento psicológico, o jovem tem, finalmente, condições para tomar decisões, fazer escolhas e investimentos que o colocam no centro do processo de construção da sua identidade. Jovens com um estatuto de identidade realizada preocupam-se em planear o seu futuro profissional e familiar¹²¹ fazendo-o de uma forma equilibrada, isto é, tendo noção do que para si é prioritário e sem menosprezar as dificuldades e exigências que a gestão do duplo papel acarreta, nomeadamente, as negociações e os compromissos que implicará no plano individual, familiar e profissional. São capazes de efectuar escolhas em função do que consideram prioritário e de antecipar estratégias para lidar como o conflito antecipado entre o papel familiar e profissional (Andrade, 2006).

Com efeito, sem as identificações prévias com os pais e/ou com os valores da sociedade, sem o cadastro de influências afectivas e sociais da infância, tornar-se-ia impossível realizar essa tarefa (que é vitalícia) de auto-construção ou síntese do Eu (Marcia, 1980; Marcia, 1986). O efeito dessas influências e identificações irá estar presente durante a adolescência quer porque o adolescente se mantém directamente exposto à mesma família e sociedade que serviram de palco ao seu desenvolvimento anterior (e que, em larga medida, continuam a balizar o seu campo de exploração e de investimento) quer porque, internamente, as identificações iniciais se infundiram na constituição base da estrutura de identidade que se está a construir. É importante, contudo, não esquecer que "... pode existir uma identidade e, no entanto, não ter sido construída... A construção da identidade só tem início quando o indivíduo é capaz de tomar decisões acerca do que quer ser, ... em que acredita, que valores definir, que direcção profissional seguir." (Costa, 1991, p.63).

¹²¹ Apesar de se mostrarem preocupados apresentam-se simultaneamente bastante optimistas mantendo expectativas e atitudes positivas tanto em relação ao trabalho como em relação à família (*e.g.*, Andrade, 2006; Arnett, 2000; Nilsen, 1998).

Neste contexto, poderá ser interessante reflectir nas implicações para o processo de transmissão intergeracional de uma identidade vicariante, tendo, portanto, como referência o jovem que investe nos projectos outorgados pelos outros para si, sem se envolver no questionar crítico daqueles ou no trabalho de construção de projectos pessoais (Costa, 1991). Com efeito, dir-se-ia que, do ponto de vista da definição de uma direcção para os seus investimentos, essa seria a situação em que a continuidade intergeracional se mostraria mais plausível pois que esse investimento constitui, em geral, um prolongamento da ideologia social dominante e/ou uma réplica aos projectos de figuras significativas (de identificação e/ou de autoridade) em relação aos quais os indivíduos revelam uma atitude de absoluto seguidismo¹²².

Na presença de uma forte adesão às expectativas, objectivos e valores parentais e na falta de qualquer tipo de comportamento exploratório, poderá ser difícil a estes indivíduos demarcarem-se das prescrições que a sociedade e a família lhes impõem e porem em causa os modelos sociais/familiares dominantes e as mensagens por eles veiculadas quanto às “melhores” escolhas e orientações no que se refere ao trabalho, à família e/ou aos papéis de género. Podendo, questionar-se se, em indivíduos com identidade vicariante, estará assegurada a função psicológica do processo de formação identitária (o poder definir-se na sua individualidade), talvez do ponto de vista da sua função social, haja razão para admitir que, no que se refere à relação com o trabalho e à família, este tipo de identidade coloque o indivíduo numa posição de vantagem. Ao encontrar segurança em padrões implantados culturalmente quanto aos investimentos apropriados para homens e mulheres (a expectativa da orientação feminina primariamente para a família e da orientação masculina para o trabalho), a conformidade dos seus investimentos a esses modelos ou obrigações sociais valorizadas deixa-los socialmente menos expostos a sanções pois é mínima a probabilidade de violação ou incumprimento das normas sociais estabelecidas¹²³. Neste caso, o indivíduo não se confronta

¹²² Josselson (1987) verificou que as mulheres com identidade vicariante permaneciam até à idade adulta muito ligadas às mães e com uma forte ligação ao super-ego parental. As mulheres com estatuto moratória consideravam as suas mães superprotectoras manifestando rejeição em relação às progenitoras e idealização dos pais com quem mantinham uma relação de ambivalência. O estatuto difusão aparecia associado a percepções do pai como pouco encorajador da independência e as mulheres com identidade realizada associavam aos pais comportamentos de estímulo moderado à autonomia e à independência. Também Jordan (1971, *cit. in* Costa, 1991) verificou que os indivíduos em *foreclosure* percepcionavam a relação com os pais como muito carinhosa, centrada nos filhos e encorajadora da adopção dos valores parentais não promovendo a independência e o encorajamento para comportamentos de exploração e definição dos próprios investimentos. Os *Diffusion* descreviam os pais como rejeitantes e distantes (sobretudo os do mesmo género); os de moratória referiam-se aos pais como, simultaneamente, encorajadores e controladores e os que se apresentavam um estatuto de *identity achievement* percepcionavam os pais como facilitadores quer da diferenciação quer da aproximação.

¹²³ Não obstante serem acusados de um viés masculino (pelo facto da maioria das análises empíricas incidirem sobre amostras do sexo masculino), os resultados do estudo que conduziu à conceptualização dos estatutos de identidade por Marcia (1986), reforçaram um pouco esta ideia ao mostrarem que a identidade de tipo vicariante não só era mais frequente nas raparigas como parecia constituir uma forma de identidade adaptativa tendo em conta o género. As raparigas classificadas nesta categoria, tendiam a reproduzir os valores familiares na construção da sua identidade, tanto em termos ideológicos, como em termos de planos de futuro pondo esses valores menos em causa que os rapazes. Em relação à antecipação dos papéis familiares e profissionais Archer (1989) confirmou as diferenças de género ao revelar que o estatuto de identidade-difusão se apresentava especialmente representado entre os rapazes e o estatuto identidade-vicariante ou moratória entre as raparigas. Parece haver razões para supor que, no caso das raparigas, o estatuto de identidade-moratória constitua um indicador das tentativas de adaptação das jovens às mudanças do seu próprio papel social e reflecta a preocupação com a necessidade de dar resposta às exigências de acumulação dos papéis familiares e profissional. Andrade (2006) verificou que o estatuto de identidade vicariante apenas constituía um preditor positivo da antecipação de estratégias de conciliação-concessão na amostra feminina (e

com o dilema de ser fiel aos seus próprios investimentos (*i.e.*, o que subjectivamente é mais importante ou saliente para si) e corresponder às prioridades culturalmente definidas (Marks, 1977). Por isso, deste ponto de vista, não fosse o elevado grau de rigidez que caracteriza este estatuto de identidade (e que é um factor de vulnerabilidade no que se refere à necessidade de negociação e ajustamento situacional do padrão de investimento) quase poderia-se dizer que este é também um estatuto de identidade “funcionalmente adaptativo”¹²⁴. Nada impede, porém, que num dado momento do ciclo de vida, estes indivíduos venham a deparar-se com acontecimentos e experiências susceptíveis de produzir uma crise de identidade e fazê-los evoluir para níveis de menor conformismo que lhes permitam individualizar os seus projectos e personalizar os seus investimentos.

Contudo, ainda que as sucessivas oportunidades de exploração que os indivíduos (de qualquer estatuto de identidade) venham a encontrar pela vida fora nos vários contextos em que se envolvam (também na família e no trabalho), contribuam para que a sua identidade continue a (re)estruturar-se e a diferenciar-se, é nas várias identificações sintetizadas desde a infância que, em última instância, encontram condições favoráveis ao desenvolvimento e reforço de uma identidade autoconstruída:

Individuals idealize and identify with many people. They take bits and pieces from several heroes and heroines as they construct themselves.... One's collection of role-models is a collection of possible selves. At first, this collection of selves is not integrated or coherent. As individuals mature and deal with the identity crisis, they fashion the highly selective images into a clear and stable personal identity. (Savickas, 1997, pp. 18-19)

No fundo, é a identificação com essas figuras que modela a sua auto-organização, seja por apropriação, por projecção no futuro ou por delegação. Figueiredo (1985) designa de *Identificação por Apropriação* o processo através do qual o *Próprio*¹²⁵ se estrutura com características que decorrem do objecto positiva e/ou negativamente investido. Este tipo de identificação tanto pode resultar da constatação de semelhança como da constatação de diferença. Dito de outro modo, da mesma forma que os processos cognitivo-afectivos que levam o identificando a reconhecer-se no outro como igual a si (como possuindo características ou competências análogas ao identificado) são fundamentais na organização do *Próprio*, também o são os processos que levam o indivíduo a perceber a presença de diferenças ou dissemelhanças: “... algo que se não é ou se não tem ou se pode perder, mas que se deseja

não na amostra masculina) de estudantes universitárias. No caso dos jovens trabalhadores, esta variável apresentou-se como um preditor negativo da preferência por esse tipo de estratégia.

¹²⁴ De acordo com alguns autores, numa sociedade caracterizada por elevada fluidez de referências, de instabilidade e de incerteza face ao futuro, os estatutos de identidade-difusão e identidade-moratória apresentariam características potencialmente adaptativas a um mundo em transformação. (*e.g.*, Coimbra, 2005; Côté, 1996; Côté & Schwartz, 2002; Côté, 2006).

¹²⁵ Na linha de Freud (1923/1989), Figueiredo (1985) refere-se ao *Próprio* como uma das funções do Eu. Desta forma, o *Próprio* diz respeito aos aspectos afectivos, perceptivos e conceptuais que permitem ao indivíduo reconhecer-se e avaliar-se ao passo que o *Eu* compreende os mecanismos activos de pensamento, memória, percepção da realidade, etc.

e se pretende conservar...” (Figueiredo, 1985, p.105)¹²⁶. Neste último caso, os indivíduos procuram “compensar algo vivido como faltando” o que cria a necessidade de reorganização psicológica e, conseqüentemente, introduz a possibilidade de reparação interna¹²⁷.

Os processos que estão na base destas identificações produzem efeito na identidade por apropriação, isto é, levando os indivíduos a retomar para si características, comportamentos ou expressões simbólicas dos objectos investidos no passado (sejam os iguais, os pais ou outros adultos). Outros mecanismos, porém, levam os indivíduos a adiar para mais tarde a satisfação do que ao longo do seu crescimento sentem como frustrações e perdas. Face ao reconhecimento cognitivo da discrepância de capacidades ou de poderes (bem como ao medo de punição), as diferenças encontradas entre si e as figuras de identificação convertem-se em modelos internos psicologicamente assumidos que colocam em perspectiva a possibilidade de se igualar a elas em termos de características e/ou de formas de acção. Neste caso, as identificações que emergem da acção deste último mecanismo estão orientadas para o futuro, para a formulação de expectativas, metas e objectivos quanto ao projecto adulto, quanto ao que mais tarde os indivíduos desejam ser. Uma das suas funções é permitirem construir expectativas diferidas e estruturar o aparelho psíquico com elementos psicológicos conotados com esperança, promessa, previsão e guia. Estas *identificações prospectivas*, que se estribam fortemente na imagem dos pais, na admiração pela perfeição que neles a criança encontra¹²⁸, e nas expectativas que os progenitores exprimem em relação a si, são fundamentais na constituição do Ideal do Eu e à sua projecção no futuro. Com efeito, um aspecto importante destas identificações é o facto de “... não se organizarem com base nos progenitores reais, mas nos progenitores idealizados, grandiosos, admirados, como são vistos pelos olhos das crianças.” (Figueiredo, 1985, p. 119).

¹²⁶ Importa ter presente que para Freud (1923/1989) a Identificação corresponde ao que cada um gostaria de ser distinguindo-se, por isso, da Escolha de Objecto (o que cada um gostaria de ter). A identificação com os pais é apresentada por Freud como directa, imediata e mais primitiva que o investimento do objecto.

¹²⁷ Através deste processo, e face a uma situação que é de compensação de algum tipo de perda ou frustração (dor, fome, ausência do objecto), a própria relação de Objecto afectuosa e valorizada ou agressiva e frustrante pode converter-se em realidade psíquica, isto é, em Super-Eu. A apropriação de elementos negativos, agressivamente investidos e conotados é justificada com base num mecanismo que pode ser activado após a formação do Super-Eu: “... a agressividade com que ataca o objecto provoca-lhe tais danos que, para reparar o objecto que ama, para não o destruir e perder, tem que interiorizar, assumir como pertencendo ao Próprio, as partes ofendidas, lesadas, do Objecto. Assim, o objecto externo ficaria protegido, mantendo-se idealizado, enquanto que as partes atacadas seriam assumidas pelo Próprio que seria, por sua vez, porque desvalorizado e desprezível, alvo dos ataques do Super-Eu.” (Figueiredo, 1985, p. 116).

¹²⁸ De acordo com Figueiredo (1985), o Ideal do Eu pode também ser constituído a partir das identificações prospectivas com figuras objectais agressivamente investidas. Neste caso, os indivíduos identificam-se com os progenitores mas perspectivam dirigir no futuro para eles essa agressividade (sentida pelo jovem sob a forma de injustiça, frustrações desnecessárias, abuso da sua ingenuidade, ignorância e/ou negligência, ...). A função deste processo é a reparação taliónica do Amor-próprio, ou seja, a expectativa de aquisição de poderes que permitam ao indivíduo superar os que lhe aparecem como mais fortes e mais temíveis. Contudo, a identificação com o Objecto que pune ou priva a criança das suas primeiras satisfações instintivas pode também ocorrer por apropriação. Quando através da identificação, a autoridade inatacável é incorporada pelo indivíduo ela transforma-se em Super-Eu: “Os impulsos agressivos dirigidos contra o Objecto amado, por medo da punição, mesmo que este seja o medo da perda de amor, eventualmente ampliado pelas fantasias da criança, conduzem a um processo identificatório que pode ser entendido da seguinte maneira: a agressividade taliónica do Objecto é vivida pelo próprio como merecida, de molde que o objecto interiorizado castiga o Próprio desvalorizado.” (Figueiredo, 1985, p. 116). Este mecanismo de identificação ao objecto externo punitivo seria assim o processo psicodinâmico subjacente à melancolia e a sentimentos de culpa, tristeza, remorso e depressão.

Embora não participem na estruturação do aparelho psíquico, também as *identificações por delegação* se revestem destas mesmas funcionalidades (*i.e.*, a satisfação do amor próprio e a conservação das relações de vinculação significativas). Este terceiro tipo de identificação apresentado por Figueiredo (1985) caracteriza-se pela existência da identificação e ligação a figuras (delegados ou procuradores) que se mostram capazes de empreender acções ou assumir comportamentos que embora desejados pelo próprio, este não consegue realizar. É como se o Objecto servisse de extensão do Eu e permitisse concretizar a partir do exterior uma aspiração inatingida do Ideal do Eu. Estas identificações têm um papel importante na desconfitualização das relações familiares ao permitirem a cada indivíduo usufruir e experimentar satisfação através dos feitos de outrem com o qual mantém laços emocionais. Graças a este tipo de identificação, o sentimento de pertença (a uma família, a um clube, um partido político ou uma Nação) sobrepor-se-ia aos sentimentos competitivos de inveja ou ciúme.

A adolescência constitui, por excelência, o momento de investir na realização do Ideal do Eu, convertendo as identificações prospectivas em identificações aquisitivas (transformadoras do Próprio) e em identificações por delegação (protectoras da relação de objecto)¹²⁹. As novas capacidades adquiridas no curso do seu desenvolvimento, permitem ao adolescente e ao jovem adulto orientar-se para as metas e aspirações que vinham tomando forma desde a infância. A sua progressiva capacidade de afirmação e de oposição permitem-lhe ganhar segurança e concretizar o desejo de emancipação da autoridade dos pais. É neste momento que, finalmente, do ponto de vista da sua contribuição social, ele pode começar a afirmar-se como um cidadão com valor uma vez que as suas escolhas e o seu envolvimento em actividades de socialização específicas não só o preparam para a reprodução biopsicológica e social como o capacitam para as tarefas de organização familiar e para o exercício do trabalho produtivo (Figueiredo, 1985).

Se, por um lado, o exercício destes novos poderes constitui um percursor importante da capacidade de exercer o poder e a autoridade nas suas funções familiares e sociais futuras, por outro lado, é ele que favorece a conflitualização da relação pais-filhos à medida que os pais, por experiência e por amor aos filhos, desafiam os projectos ideais investidos pelos filhos e estes últimos acreditam que o que foi impossível para os pais não o será para eles¹³⁰. A não correspondência entre os pais interiorizados (idealizados) e os pais reais (decepcionantes) “surge como uma ameaça de luto interno de aspirações que o adolescente não pode nem quer

¹²⁹ A realização dos ideais da infância não fica completa nesta fase. Alguns são realizados e outros são adiados para o futuro assumindo contornos mais definidos à medida que o indivíduo for socializando (e adquirindo novas capacidades, novas competências e novas esperanças) nos grupos de que venha a fazer parte no decurso da sua vida: “O Ideal do Eu mantém-se, contudo, como instrumento psicológico individual sempre imprescindível, dado que há aspirações individuais e grupais que é necessário diferir.” (Figueiredo, 1985, p. 197).

¹³⁰ Face à tendência das gerações mais velhas (mais conscientes dos riscos e tendo noção de que a luta por certos objectivos nem sempre valeu a pena) para adoptar uma perspectiva de vida menos ambiciosa, a confiança das novas gerações na sua força e na sua coragem para ir mais além do que as gerações anteriores é vista como “um motor permanente do processo de mudança na sociedade humana.” (Figueiredo, 1985, p. 197).

efectuar”(Figueiredo, 1985, p.197) e contra a qual se move na defesa de investimentos sociais e afectivos (extra-familiares) que lhes permitam obter um lugar próprio na sociedade¹³¹.

Na estrutura familiar, o “conflito” de gerações decorre, justamente, desta luta dos filhos para fazerem valer os seus próprios investimentos e da luta dos pais para não porem em causa o Amor Próprio que conquistaram ao longo da vida, ante a imagem de si que lhes é reflectida pelos filhos (desiludidos). A superação do conflito idealização-desidealização pelos filhos implica o reconhecimento dos filhos nos pais, seja através dos laços afectivos previamente construídos seja pelo reconhecimento de que as suas estruturas psíquicas e o Ideal do Eu têm origem nos progenitores. Da parte dos pais a resolução desse conflito poderá operar-se com sucesso se estes forem capazes de aceitar que as aspirações e projectos do Ideal do Eu transitem para os filhos através de um processo de identificação por delegação que permita o sentimento do “Nós”:

Durante o processo de crescimento dos filhos, a família humana obtém parte do seu equilíbrio na capacidade dos filhos se identificarem com as realizações dos pais e delas receberem satisfação. O conflito de gerações encontra a pedra de toque da sua superação na capacidade dos pais regressarem e aceitarem projectar o Ideal do Eu nos próprios filhos: haverá como que uma aceitação de que muitos dos seus projectos se efectuarão através dos filhos. (*ibidem*, 1985, p. 222)

Esta capacidade dos pais de, apesar das diferenças, se reconhecerem nos próprios filhos (e não simplesmente reproduzirem-se nos filhos) não pode deixar de ser vista como uma manifestação generativa do processo de continuidade intergeracional intra e extra-familiar: “É óbvio que o conflito de gerações não diz apenas respeito à estrutura familiar. Apenas aí, todavia, podemos encontrar os elementos que nos possibilitem detectar os processos invariantes universais” (*ibidem*, 1985, p. 201) do conflito de gerações de qualquer sociedade humana. De igual forma, reforça-se a tese (também defendida por Attias-Donfut, 1988) segundo a qual o conflito de gerações, por muito que possa variar na sua roupagem, de família para família e de sociedade para sociedade, é “obrigatoriamente estruturante do devir humano.” (*ibidem*, 1985, p. 198).

Em todo o caso, o que mais ressalta desta abordagem é a visão dialéctica do conflito de gerações explicado como resultado das diferentes maneiras de viver a separação do adolescente pelos subsistemas parental e filial e temperado pela qualidade da relação pais-adolescente. Os investimentos afectivos de cada geração na outra e a admiração recíproca das pessoas que integram cada um dos subsistemas constituem mesmo factores de amortecimento das implicações psicológicas do conflito de gerações (Figueiredo, 1985). São esses laços

¹³¹ Desencadeia-se, desta forma, o processo de desidealização dos pais: “Os Objectos que estiveram na base da formação das Identificações Prospectivas são decepcionantes, quando se comparam os Objectos interiorizados cuja interiorização foi feita com o olhar idealizante da criança e os Objectos reais julgados pela apreciação dos adolescentes.” (Figueiredo, 1985, p. 196).

afectivos que reequilibram o processo pelo qual o conflito que eclode entre as gerações conduz à diferenciação intergeracional. Aliás, o percurso desenvolvimental do adolescente (com os processos de vinculação, identificação, separação e reaproximação que nele confluem) dá uma noção clara de como, apesar do conflito, o alcance de um novo equilíbrio se torna possível pelo facto de pais e filhos persistirem ligados pela necessidade de manter e de superar a sua própria ligação (Santos, 1985 *cit. in* Figueiredo, 1985).

Deste modo, não é só o jovem mas também o elemento adulto que está psicologicamente implicado no processo de separação psicológica do adolescente. Essa separação constitui para ambos uma experiência desenvolvimental importante e exigente. Contudo, o grau de desafio que lhe está associado está intimamente ligado ao perfil psicológico da fase do ciclo de vida em que cada um se encontra. Assim, no caso dos filhos, o processo de desinvestimento dos sentimentos infantis que os ligam aos pais faz-se com a expectativa de maior satisfação afectiva e o processo de luto é facilitado pela perspectiva de reinvestimentos afectivos extra-familiares. No caso dos progenitores, uma vez que os filhos constituem para o adulto a oportunidade de se realizarem através da orientação da geração seguinte, a chegada dos filhos à adolescência representa a necessidade de se orientarem para objectos de realização substitutos o que os coloca na senda da integridade (Figueiredo, 1985)¹³².

Se esta transição for bem realizada pelos pais (*i.e.*, se estes aceitarem perder autoridade e a satisfação de se sentirem profundamente admirados pelos filhos) será de esperar que a relação pais-filhos se torne mais simétrica e igualitária. Caso os pais não consigam operar novos investimentos, o relacionamento com os filhos poderá assumir dinâmicas transaccionais de acorrentamento (a interacção pais-filhos orienta-se para a manutenção da dependência, seja pela gratificação emocional da mesma seja pela indução de culpa ou insegurança face às tentativas de autonomização), expulsão (ocorre um movimento centrífugo dos filhos por desatenção dos pais) ou delegação (a separação é autorizada desde que o filho corresponda aos desejos parentais) (Figueiredo, 1985). Tudo isto acentua a importância de pais e de filhos lidarem de tal forma com a situação de conflito que se tornem capazes de operar, a partir dela, uma nova regulação da sua relação afectiva. Só assim estarão criadas condições para que a individuação do adolescente se processe de forma positiva no sistema familiar¹³³.

¹³² Figueiredo (1985) destaca o facto da reformulação do padrão de ligação afectiva aos filhos ser especialmente difícil para os pais (comparativamente aos descendentes). Esses custos acrescidos enfrentados pelos progenitores prendem-se, de acordo com o autor, com a necessidade do adulto procurar a satisfação afectiva no casal num período em que, por vezes, este se encontra em crise e com os problemas de auto-estima que, geralmente, acompanham a transição para a meia-idade. Refere ainda o facto dos progenitores se encontrarem numa época da vida caracterizada por algum desencantamento, em que estes começam a renunciar a muitas das suas antigas aspirações e o seu Ideal do Eu, entretanto remodelado, lhes oferece menos estímulo a novos projectos e investimentos do que no caso dos filhos-jovens. Contudo, ainda que o processo de separação dos filhos, os possa fazer passar por uma experiência de perda, têm aí também uma oportunidade para ganhar "um maior sentimento de integridade, tornando-se capazes de formularem, para eles próprios, novos objectivos" (p. 93).

¹³³ De acordo com alguns estudos o processo de separação e individuação não é independente do género do adolescente. Globalmente, os resultados destes estudos descrevem a tendência para as raparigas preservarem mais a proximidade relacional com os pais do que os rapazes (Allen & Stoltenberg, 1995; McDermott, Robillard, Charr, Hsu, Tseng & Aston, 1983) sobretudo no que se refere à mãe (*e.g.*, Lopez, Campbell & Watkins, 1989). Tais resultados

Com efeito, é através do processo de individuação, de afirmação da individualidade própria no quadro da relação com figuras às quais o sujeito se encontra emocionalmente ligado, que o adolescente adquire a autonomia psicológica que lhe permite resolver mais positivamente a crise da identidade (Josselson, 1980). Esse processo de individuação, que “envolve a capacidade individual de se tornar distinto do seu contexto relacional” (Costa, 1991, p. 192), depende, essencialmente, do modo como a distância interpessoal é regulada no sistema familiar, do equilíbrio que nele consiga alcançar entre a individualidade e a ligação afectiva, ou seja, do grau de separação/auto-afirmação (*i.e.*, da capacidade de expressão da perspectiva pessoal mesmo em desacordo com a de outros) e de mutualidade/permeabilidade (*i.e.*, de sensibilidade e abertura a outros pontos de vista) que caracteriza a dinâmica relacional e comunicacional da família¹³⁴. O nível de diferenciação do sistema familiar, isto é, o modo como cada família opera o balanço ligação/individualidade, é, de resto, um aspecto crítico do processo de individuação. O padrão de regulação da distância interpessoal na família influencia o processo de desenvolvimento do indivíduo no sistema e afecta o modo como o sistema responde às necessidades desenvolvimentais dos seus membros. Instala-se, desta forma, um mecanismo de interdependência entre o nível de diferenciação da família e a capacidade de individuação do sujeito em que o primeiro cria condições mais ou menos favoráveis à auto-afirmação dos seus membros e o desenvolvimento destes últimos retroage sobre o sistema familiar reforçando ou alterando o seu próprio nível de diferenciação (Cooper, Grotevant & Condon, 1983; Grotevant & Cooper, 1983; 1985).¹³⁵

Quando não existe um processo de diferenciação estruturado e espontâneo na vida do indivíduo, a emancipação é, por vezes, tentada sob a forma de um corte emocional, ou seja, de um afastamento (interno ou externo) em relação aos pais que deixa por resolver o problema da diferenciação fazendo-o permanecer na cadeia de transmissão intergeracional¹³⁶. A capacidade

parecem, contudo, demonstrar que o que varia não é o grau de autonomia alcançado por rapazes e raparigas mas as diferentes abordagens ou sensibilidades que caracterizam o processo de separação psicológica de uns e de outros (Dias, 1996).

¹³⁴ Freud (1907) refere mesmo que libertar-se da autoridade dos pais é um dos mais dolorosos resultados do curso de desenvolvimento mas uma tarefa primordial para o alcance da normalidade psicológica. Falhar nessa tarefa pode conduzir a dificuldades psíquicas como a neurose.

¹³⁵ Esta tensão entre autonomia e partilha é também salientada por Selman (1991; 1989) como um processo dialéctico fundamental do desenvolvimento psicológico interpessoal, nomeadamente no contexto da relação pais-filhos. “Autonomia e intimidade ...não representam algo que se alcance e fique realizado mas tarefas que se vão resolvendo ao longo de todo o ciclo vital. ...Dir-se-ia, por isso que estas duas dimensões se vão equilibrando dialecticamente ao longo da vida. Postas em termos de diferenciação e integração, a autonomia corresponde à diferenciação eu-outro e a intimidade à integração eu-outro.” (Coimbra, 1991).

¹³⁶ Tomando de empréstimo a proposta de Hoffman (1984) quanto às dimensões da separação psicológica das figuras parentais, no contexto desta investigação destaca-se a dimensão da autonomia ideológica (*i.e.*, o grau de diferenciação alcançado pelo jovem no que se refere ao domínio dos valores, das crenças e das atitudes), da autonomia emocional (*i.e.*, o grau de independência do jovem relativamente à aprovação dos pais ou à necessidade excessiva de proximidade e apoio afectivo) e da autonomia conflitual (aquela que tem por base a existência de sentimentos negativos em relação ao pai e à mãe). Pensando nas três dimensões e na relação que mantêm com os objectivos deste estudo, poderá hipotetizar-se que a autonomia emocional e a autonomia conflitual estejam associadas de forma positiva à autonomia ideológica e que a probabilidade de continuidade intergeracional nos padrões de investimento parental e no trabalho seja maior no segundo caso, em que o problema da diferenciação pode não chegar a ser resolvido, do que no primeiro caso. Os sentimentos de segurança resultantes do alcance da autonomia emocional, ao garantirem condições afectivo-emocionais para a afirmação da individualidade própria poderão encorajar a exploração e a adopção de padrões de investimento diferenciados dos da família de origem. Já a autonomia de base conflitual tenderá a aparecer associada a sentimentos de ansiedade e de insegurança, criando dificuldades de adaptação psicossocial (Hoffman, 1984; Lopez, Campbell & Watkins, 1988; 1989) às quais os jovens podem responder repetindo os padrões de investimento parentais.

de poder sentir, reflectir, pensar por si próprio, corresponde, de acordo com Bowen (1971/1972) à principal característica de um indivíduo com um Eu diferenciado, isto é, um indivíduo que, no processo de transmissão, não perde a noção de quem é, daquilo que quer e em que acredita graças ao baixo nível de fusão emocional com os pais. Em situações de elevada fusão emocional o problema que se coloca é o da expansão do *pseudo-self*, com o Eu do indivíduo a definir-se em função de valores e princípios que pertencem à família mais do que a ele próprio. Só um Eu sólido (*i.e.*, distinto da massa indiferenciada do ego familiar) permite aos indivíduos manterem-se razoavelmente impermeáveis às imposições da cultura familiar e comportarem-se de acordo com as suas próprias exigências e opções. A capacidade, possuída por um *self* mais diferenciado, de adoptar um registo de funcionamento mais emocional (agir por impulsos emocionais, como a procura de amor e afecto) ou intelectual (decidir e escolher mais racionalmente uma orientação) conforme as situações encontradas constitui mesmo, para Bowen um dos pré-requisitos mais importantes da adaptação individual mas cuja actualização pode ser bloqueada quando a indiferenciação parental, vivida na sua própria família de origem, se projecta nas gerações seguintes¹³⁷: “...pais e filhos revivem a sua própria infância intervindo com as suas projecções no processo evolutivo que projectam na família e na sociedade.” (Santos, 1985 *cit. in* Figueiredo, 1985, p. 14).

A questão da (in)diferenciação põe em evidência a contribuição da interacção familiar e do estilo de socialização adoptado pelos pais no que se refere à definição da margem de poder de que as novas gerações dispõem para definir um *self* único (diferente do dos outros) e assim conduzir o seu destino à sua própria imagem¹³⁸. A relação com a família actua, assim, como um factor chave no que se refere ao sucesso do processo de separação psicológica que permitirá ao adolescente sentir-se seguro para explorar activamente o Eu e o mundo pelos seus próprios meios e configurar uma identidade diferenciada, isto é, sem ceder nem aderir acriticamente a padrões heterodefinidos (Grotevant & Cooper, 1985; Andrade & Fontaine, 2005; Robinson, 2000). À medida que, no curso da adolescência, a relação pais-filhos se torne mais igualitária será mais provável que a influência das orientações parentais vá diminuindo, do mesmo modo que é esperado que o impacto das orientações dos filhos nas orientações dos pais se vá acentuando (Vollebergh *et al.*, 2001)¹³⁹. Na sequência do processo de formação da identidade e

Andrade (2006) observou que as raparigas registam níveis de independência emocional superiores aos rapazes tendo encontrado a tendência de género oposta no caso da autonomia conflitual.

¹³⁷ Do mecanismo de projecção familiar resulta a probabilidade de níveis de diferenciação cada vez mais baixos em cada geração sucessiva, uma vez que o que ocorre não é mais do que a transmissão dos níveis de indiferenciação de pais para filhos.

¹³⁸ Sendo a percepção de auto-suficiência (psicológica e instrumental) um descritor importante do ser adulto (Arnett, 1998; Greene & Wheatley, 1992) é praticamente incontornável mencionar neste contexto o estudo de Mayseless e Scharf (2003) cujos resultados reforçam a ideia de que o modo como se desenrola o processo de diferenciação em relação aos pais é, em larga medida, responsável pela aquisição da capacidade de se ser auto-suficiente. Embora realizado em território Israelita, o estudo revela que (juntamente com a capacidade de decidir sobre as próprias crenças e assumir responsabilidade sobre os próprios actos) o ser capaz de reconstruir o padrão relacional pais-filhos no sentido de uma relação mais igualitária é um factor decisivo do processo de tornar-se adulto.

¹³⁹ Embora os autores tenham encontrado evidência de algum grau de reciprocidade no processo de transmissão de orientações culturais entre pais e filhos, os resultados do estudo realizado mostraram que, na adolescência, essa transmissão continua a ser largamente assimétrica com os pais a exercerem uma influência mais marcada nos filhos do

de desenvolvimento das estruturas de pensamento (abstracto, reflexivo e crítico), a adolescência tardia mostra-se mesmo como a melhor “fase formativa” no que se refere à internalização das orientações culturais transmitidas pela família e, conseqüentemente, como o momento do ciclo de vida que, em virtude da preocupação do jovem com a exploração de um modelo ideal de vida social, é mais propício à constituição de uma geração (Vollebergh *et al.*, 2001).

Sublinha-se, a este nível, a possibilidade de certas dinâmicas do ambiente familiar, poderem interferir negativamente no processo de construção da identidade ao dificultarem a moratória do jovem, seja porque lhe outorgam uma identidade seja porque não lhe oferecem nada (Marcia, 1986). A interação que proporciona segurança permite ao adolescente arriscar na exploração da identidade (Costa, 1991) e investir em *selves* possíveis para além daqueles que servem de âncora às suas primeiras identificações. A segurança familiar parece, efectivamente, estar mais ligada à experiência de autonomia do que à de carinho na medida em que este cria condições de dependência e não de autonomia (Kamptner, 1988), factor indispensável à auto-construção de um Eu sólido. Famílias que funcionam de modo fusional (demasiado coesas) ou desligado (caracterizadas por atitudes de indiferença e rejeição), nas quais a individualidade ou a ligação emocional são mal toleradas e onde predominam comportamentos de supercontrolo ou de rejeição serão aquelas nas quais o desenvolvimento das novas gerações estará mais subordinado à lógica e condições de funcionamento da estrutura familiar e a repetição geracional de padrões comportamentais, provavelmente, mais tenderá a acontecer. Para estas gerações a herança familiar será uma herança impossível:

A herança impossível é aquela que não permite evoluir, transformar-se. É aquela que não se pode utilizar, com a qual nada se pode fazer. Ela não permite ligar o futuro, o presente e o passado. Ou então, organiza tão rigidamente a relação entre esses três tempos, que o indivíduo nunca pode ser o actor deste processo. (Poisson, 1999, p. 73)

6. Os Investimentos dos Pais no Trabalho e na Parentalidade: Uma Referência Exemplar?

É indiscutível que as opções dos indivíduos em relação ao papel parental e ao papel profissional se inscrevem no processo de construção de um projecto de vida que não só é paralelo ao curso do próprio desenvolvimento pessoal como é sensível às condições sociais que o contextualizam. Da interacção entre ambos (sistema pessoal e extra-pessoal) surge a oportunidade ou necessidade de rever e reconfigurar esses investimentos e modificar o padrão comportamental que lhes corresponde. O reconhecimento da importância de perspectivar a

que o inverso. Apesar da susceptibilidade dos adolescentes à influência dos pais ter diminuído à medida que os filhos se tornavam jovens-adultos, os autores não observaram, nos pais, mudanças no sentido inverso (Vollebergh *et al.*, 2001).

temática do investimento no quadro de uma temporalidade e espacialidade alargada, não é, no entanto, incompatível com a problemática central desta investigação. Ao situar no espaço familiar os antecedentes biográficos percursos dos padrões de investimento actuais dos indivíduos, o tema do presente estudo representa um subsector de um campo de investigação mais alargado que tem por objecto a influência da família de origem nos projectos das gerações mais novas. Em que medida os investimentos dos pais no trabalho e na família constituem exemplo para essas gerações?

A primeira reflexão suscitada por esta questão remete para os processos a partir dos quais a experiência dos pais é susceptível de se converter numa referência significativa para os filhos. De um ponto de vista meramente teórico, trata-se de identificar, em primeiro lugar, os factores e as condições que, no contexto da família de origem, se revelam especialmente favoráveis ao desenvolvimento, pelas gerações mais novas, de concepções pessoais acerca da importância e/ou centralidade a atribuir ao trabalho e à parentalidade enquanto domínios de vida que são fortemente competitivos em termos de investimento. No plano das hipóteses de elaboração conceptual, são particularmente úteis as contribuições do interaccionismo simbólico, da teoria da vinculação e da aprendizagem social, porquanto apoiam e propõem modos de compreensão do pressuposto da origem vicariante dessas concepções.

De acordo com o interaccionismo simbólico, os significados que os indivíduos atribuem à realidade resultam do processo de interacção sendo criados a partir de processos interpretativos que se aplicam à forma como todos os outros com quem o indivíduo interage, encaram e actuam em relação a essa mesma realidade (Blumer, 1982; Charon, 1998; Mead, 1934). Partindo desta proposta conceptual, considera-se, em primeiro lugar, que a exposição continuada dos jovens ao investimento dos pais nos papéis parental e profissional é, provavelmente, um dos primeiros meios que os jovens têm ao seu dispor para obterem informação e pistas que lhes permitem formar uma opinião acerca da extensão na qual o envolvimento com cada um desses papéis se tornará gratificante para eles próprios. Assume-se, por conseguinte, que o modo como, ao longo do seu crescimento, os pais investiram e geriram os dois papéis, é uma fonte relevante de indicações para o jovem quanto ao papel que na vida dos pais assumiu prioridade e quanto às exigências e consequências das opções das figuras parentais no que se refere à conjugação dos dois papéis. Para todos os efeitos, as escolhas dos pais no que se refere à combinação trabalho-parentalidade definem uma alternativa possível quanto ao modo de integração dos dois domínios. O modo como os filhos interpretam as indicações presentes no exemplo que vem dos pais, em termos da importância relativa dos papéis na vida adulta, será, no entanto, o que lhes permitirá constituir a sua própria perspectiva (auto-indicações) quanto ao grau de investimento apropriado e quanto à prioridade a conferir na sua vida ao trabalho e à parentalidade.

Na linha da teoria da vinculação, assume-se que ao interferir, directa ou indirectamente, na disponibilidade emocional, na acessibilidade e na responsividade dos pais às necessidades de segurança e conforto dos jovens, o padrão de investimento dos pais é,

susceptível de influenciar o processo pelo qual os filhos se apropriam do exemplo dos pais. As memórias dos jovens quanto à qualidade desta relação podem levá-los a investir no trabalho e na parentalidade de modo convergente ou divergente do testemunhado pelos pais na família de origem, consoante o sentido que com os pais aprendam a dar aos seus próprios investimentos. As expectativas construídas pelos filhos quanto às gratificações e exigências associadas a cada papel, bem como as suas representações quanto às consequências que resultaram para si dos padrões de investimento dos pais, são vistas como um factor de peso ao nível da construção de significados pessoais para o trabalho e para a parentalidade na vida adulta e da sua orientação para esses domínios.

Segundo o modelo da aprendizagem social é a antecipação de consequências positivas ou negativas que determina os aspectos dos comportamentos modelados que os indivíduos retêm ou ignoram. A observação das consequências vicariantes (isto é, daquelas que ocorrem contingentemente à acção do modelo), pode ter uma função informativa (permite perceber que tipo de acções se acompanham de efeitos positivos e negativos) e uma função valorativa. Através de processos simbólicos, os indivíduos derivam das consequências percebidas do comportamento modelado certas crenças e expectativas acerca do valor, eficácia ou relevância desse comportamento que funcionam como motivadores ou inibidores da produção de padrões comportamentais similares (Bandura, 1977; 1986). Na presente investigação, considera-se que para além de observarem as consequências que resultam para os pais de um certo tipo de investimentos, os jovens experimentam eles próprios algumas consequências afectivas contingentes ao padrão de investimento parental. Não só cada um dos papéis, subtrai aos pais uma quantidade substancial de recursos pessoais finitos como energia e atenção como também a acumulação de ambos os papéis produz efeitos (positivos e negativos) a nível disposicional que se reflectem numa maior ou menor capacidade dos pais para estabelecer com os filhos uma relação positiva.

6.1. A Perspectiva do Interaccionismo Simbólico

O interaccionismo simbólico parte dos conceitos de significado e de interacção para descrever o comportamento dos indivíduos postulando que o ser humano se orienta em função do que as “coisas”, os objectos da realidade, significam para si. A natureza desses objectos, sejam eles sociais ou abstractos, não é definida a partir dos elementos da sua estrutura objectiva mas do significado subjectivo de que eles se revestem para cada indivíduo. O significado da realidade para um indivíduo imana, fundamentalmente, do modo como essa realidade foi definida pelas pessoas com quem se relaciona e, por isso, o significado aprende-se e transmite-se a partir de um processo de definição e interpretação que tem lugar no contexto de interacções significativas (Blumer, 1982; Charon, 1998; Hewitt, 1991).

A sociedade e a cultura moldam e constroem os significados subjacentes ao comportamento humano mas são eles próprios (sociedade e cultura) produto da conduta e das opções de cada um. Com efeito, o significado emerge e é transformado através da forma como as pessoas o definem quando lidam com as situações de vida, não sendo um produto da cultura que os indivíduos simplesmente tomam para si (Hewitt, 2001). As pessoas apropriam-se e transformam a realidade do seu mundo à medida que interpretando as indicações dos outros, lhes conferem significados pessoais. Assim, cada indivíduo, ao mesmo tempo que interpreta as indicações que recebe dos outros, define também ele próprio o que o outro deve fazer. Através deste processo os indivíduos não só estruturam a sua conduta individual como garantem a adaptação recíproca e a consentaneidade das linhas de acção individuais (Blumer, 1982; Charon, 1998; Hewitt, 1991).

O significado é, assim, entendido como um produto ou criação social que confere sentido à acção individual e que é modificado e revisto à medida que o indivíduo se confronta com outros pontos de vista acerca da realidade. Reconhece-se, portanto, a possibilidade dos significados serem individuais ou partilhados "*meanings – the object of our actions – are personal as well as social, for human beings rather easily learn to pursue goals that are inimical to the goals pursued by others.*" (Hewitt, 1991, p. 25). Deste modo, na maioria das situações, os indivíduos dispõem previamente de um profundo conhecimento acerca do modo como se devem comportar e acerca de como se comportariam os outros numa situação similar. Partilham os significados comuns e pré-estabelecidos relativamente ao que se espera de si numa determinada situação e, conseqüentemente, cada um é capaz de orientar a sua acção em função destes significados comuns. Apesar destes elementos partilhados os indivíduos têm que orientar os seus comportamentos individuais através da formação e utilização de significados pessoais para os objectos do mundo em que vivem. Tais significados são desenvolvidos e transformados na interacção com outras pessoas pelo que embora a definição/designação e a interpretação sejam sempre os processos gerais de produção de acção, a diferenciação torna-se possível dada a pertença dos indivíduos a diferentes grupos que lhes oferecem diferentes oportunidades de interacção.

A pertença a esses grupos está intimamente relacionada com a possibilidade dos próprios indivíduos se converterem em objecto (Mead, 1934) e do seu *self* poder ser constituído por tantas partes (identidades) quantos os significados que os indivíduos atribuem a si próprios enquanto objecto em cada situação social em que participem e/ou papel que desempenham. O *self* é, assim, composto por uma colecção de identidades, cada uma das quais está estruturada por relações de papel. Inicialmente essas identidades de papel variam situacionalmente. Todavia, ao longo do tempo, essas identidades internas ligam-se a papéis externos permitindo que o *self* se ancore a categorias sociais e que as identidades se organizem hierarquias em cujo topo se situam as identidades de papel mais centrais, proeminentes e salientes, isto é, aquelas identidades que influenciam todas as interacções sociais (por exemplo, a identidade de género)

e que ajudam a organizar as identidades que ocupam posições inferiores na hierarquia (Burke & Reitzes, 1991; Stryker & Serpe, 1994).

De acordo com Burker e Tully (1977), o papel é a componente externa da identidade e a identidade a componente interna do papel. Nenhum papel (ou identidade) existe isoladamente mas pressupõe e relaciona-se com um contra-papel (ou uma contra-identidade). Assim, por exemplo, a definição do papel de pai pressupõe a definição do papel de filho, o papel de homem o de mulher e assim sucessivamente. Por esta razão apenas é possível avaliar o significado de um papel enquanto objecto do *self* na relação que esse papel mantém com um papel complementar ou contra-papel¹⁴⁰. Esses significados do *self* tornam-se conhecidos e compreendidos através da interacção com outros em situações de *role-taking* em que esses outros produzem uma resposta ao indivíduo quando este desempenha um dado papel (Burke & Reitzes, 1981; 1991). Ou seja, os significados do *self* são aprendidos pelos indivíduos através do modo como as respostas dos outros confirmam que ele possui uma identidade apropriada ao desempenho de um determinado papel: *"These responses provide clues and cues to appropriate role-performance and, by implication, appropriate role-identities for one who performs in appropriate ways."* (Burker & Tully, 2001, p. 883). As expectativas e as respostas dos outros mostram-se, assim, críticas não só na aprendizagem do comportamento a exhibir no papel mas também na definição da identidade do próprio *self*. Esses outros funcionam como fonte de pressão ou encorajamento para o investimento num papel/identidade particular e para a sua expressão num determinada linha de conduta, favorecendo a internalização pelo indivíduo tanto dos investimentos como dos comportamentos associados (Burke & Reitzes, 1981; 1991).

Desta forma, os significados das acções dos indivíduos têm origem no modo como os outros reagem a essas acções sendo que, progressivamente, os indivíduos passam a fazer suas, as mesmas respostas que os outros produzem (Mead, 1934). Os significados são desta forma definidos pelas acções que antecipadamente os objectos evocam. O significado corresponde à reacção que um objecto é capaz de induzir no indivíduo. Só quando o indivíduo conseguir integrar um conjunto de reacções indicadas por outros em relação a um dado objecto, é que sentirá que o significado do objecto lhe pertence (Mead, 1934).

¹⁴⁰ Embora este princípio de que os papéis são experienciados no contexto de uma rede de relações onde o indivíduo se confronta com contra-papéis, seja consistente com a tradição do interaccionismo simbólico, é importante ter em conta que, na perspectiva de Mead (1934) o sentido de *self* também pode resultar da combinação ou junção dos significados associados a diferentes papéis sendo esse um processo que confere ao Eu-actor a capacidade de tomar a perspectiva do Outro generalizado e que não só lhe permite a aquisição de um sentido de unidade do *self* como favorece a atribuição, por comparação a essa referência, um significado particular, às suas próprias particularidades. *"One cannot compare self to other without adopting the perspective of the generalized other, a point consistent with Mead's interpretation of the generalized other as being a necessary part of self-assessment."* (Callero, 1992, p.490). O Outro generalizado resulta, assim, da abstracção dos papéis e das atitudes concretas de outros significativos específicos. Tal permite ao indivíduo identificar-se não só com figuras concretas mas com a generalidade dos outros que compõem a sociedade o que garante estabilidade e continuidade à sua identidade pessoal (Mead, 1934). *"He now has not only an identity vis-à-vis this or that significant other, but an identity in general which is subjectively apprehended as remaining the same no matters what others, significant or not, are encountered. This newly coherent identity incorporates within itself all the various roles and attitudes."* (Berger & Luckman, 1967, p. 133).

Assim sendo, nas decisões acerca dos comportamentos a produzir o indivíduo tem em conta o que os outros (os parceiros de papel) fizeram ou fariam na mesma situação pelo que quando lida com a realidade o indivíduo integra no seu comportamento os aspectos definidos pelos outros. O comportamento dos outros intervém, assim, como um factor positivo na forma como os indivíduos se orientam para a acção. Todavia, a conduta humana também é auto-referenciada (Mead, 1934; Hewitt, 1991). Tal significa que o indivíduo é capaz de estabelecer relação consigo próprio dando-se indicações e respondendo a elas. Para isso terá, no entanto, de se colocar no lugar do outro e observar-se ou actuar em relação consigo a partir dessa nova perspectiva. A possibilidade de assumir o papel do outro leva a considerar que cada indivíduo possa ver-se a si próprio segundo a forma como os outros o vêem ou definem (Blumer, 1982; Coimbra, 1991; Mead, 1934; Hewitt, 1991; Selman, 1980). Esta capacidade dos seres humanos se manterem coordenados socialmente é o que lhes permite avaliar os seus próprios actos do ponto de vista do grupo social como um todo e imaginar as consequências que podem resultar desses actos para cada uma das pessoas com quem interagem de forma particular. No entanto, pode acontecer os indivíduos ficarem absorvidos em si mesmos e colocar os seus interesses acima dos interesses dos outros (Hewitt, 1991). O processo de orientação dos investimentos para o trabalho e/ou para a parentalidade tanto poderá manifestar a sensibilidade dos indivíduos às necessidades dos outros (do cônjuge ou dos filhos, por exemplo) como pode revestir-se de características mais individualísticas e colocar-se exclusivamente ao serviço da realização pessoal mais do que ao serviço da sintonização dos interesses próprios com os dos outros. De um certo modo, são estes indivíduos, os que estão demasiado centrados sobre si mesmos para poderem pensar no futuro ou nas gerações seguintes os mais predispostos a delapidar as heranças (Camdessus, 1999). Acrescentar-se-ia que, na perspectiva de Erikson (1968), são esses indivíduos os que estagnam, os que apresentam patologias de generatividade cujos sintomas aparecerão nas gerações seguintes (Costa, 1991).

Assim, a produção de um dado comportamento implica, em primeiro lugar, uma consideração geral das diversas dimensões que o indivíduo percebe numa dada situação e, em segundo lugar, a elaboração de pautas de conduta baseadas na interpretação e no significado atribuído aos dados percebidos. Entre os aspectos que o indivíduo deve considerar no momento de planear uma linha de acção, contam-se os seus desejos e necessidades, as suas motivações, os objectivos que tem em vista e os meios disponíveis para os alcançar, os comportamentos dos outros (tanto os que já ocorreram como os previstos), a própria imagem, as exigências dos papéis desempenhados, as expectativas ou normas sociais e o resultado provável de determinada linha de acção (Blumer, 1982; Charon, 1998). Este conjunto de parâmetros inclui elementos que facilmente se identificam como factores-chave do grau relativo de investimento dos indivíduos nos vários domínios da sua vida e, de forma especial, no trabalho e na parentalidade que são os que, no âmbito do presente projecto, mais interessam.

A perspectiva do interaccionismo simbólico defende, assim, a ideia que a socialização envolve definição, isto é, o fornecimento de indicações aos indivíduos acerca do modo como devem comportar-se (Blumer, 1982; Mead, 1934). Enquanto agentes primários de socialização, as figuras parentais também participam desse processo de definição podendo influenciar as escolhas e a identidade dos filhos de várias formas seja enquanto intérpretes da realidade seja como agentes activos que se envolvem nessa mesma realidade:

Parents' interpretations of reality as expressed through their beliefs and perceptions about their child and the value of certain activities may be communicated in subtle and overt ways....Parents' may translate their values and beliefs into actions and thereby transfer them to their children simply by engaging in different activities. (Jodl, Michael, Malanchuk, Eccles & Summertoff, 2001, p. 1248)¹⁴¹

Através das suas mensagens implícitas ou das suas atitudes e comportamentos, os pais definem uma série de expectativas relativamente a parcelas da realidade (também em relação ao trabalho e à parentalidade) sendo que as várias percepções e internalizações dessas expectativas pelos filhos funcionarão como guias orientadores do comportamento destes últimos relativamente aos significantes da realidade para os quais aprendem, na interacção com os pais, a construir significado.

6.1.1. Interaccionismo Simbólico e Transmissão Intergeracional dos Investimentos

A perspectiva do interaccionismo simbólico parece indicar que o investimento relativo dos pais no trabalho e na parentalidade pode resultar em definições quanto aos comportamentos que, para cada um dos domínios, são mais apropriados. Será, no entanto, a interpretação que os filhos fazem das indicações veiculadas pelas figuras parentais, relativamente ao papel parental e ao papel de trabalhador/profissional, que poderá dar lugar à adopção de padrões similares de investimento.

A investigação revela que as experiências infantis dos indivíduos, assim como as percepções e as expectativas que derivam dessas experiências, influenciam, posteriormente, o seu comportamento parental (*e.g.*, Belsky, 1984). Van Ijzendoorn, (1992) também salientou que as experiências infantis se exprimem, indirectamente, através das interpretações subjectivas dos acontecimentos da infância e do significado que lhes é atribuído. Num estudo da influência dos pais nas aspirações e realizações académicas dos filhos Cohen (1987), verificou mesmo que os efeitos de definição eram, geralmente, mais fortes que os de modelagem. Os resultados de Starrels e Holm (2000), indicaram que, no que se refere aos planos de adolescentes quanto à constituição de família, as definições produzidas na família não

¹⁴¹ Num estudo em que procurou avaliar o papel dos pais na formação de aspirações vocacionais dos filhos (jovens adolescentes) o autor verificou que a influência dos pais se mostrava mais poderosa na sua condição de intérpretes da realidade.

só eram mais fortes do que a modelagem para rapazes e para raparigas, como eram, inclusivamente, mais pregnantes do que as que resultavam da interacção com grupos externos à família embora a influência dos pares tivesse um impacto consistente nos planos dos rapazes. De acordo com Starrels (1992), as influências familiares nas intenções de formação de família mostraram-se as mais fortes e as mais robustas.

Através de um estudo qualitativo desenvolvido junto de uma amostra de pais e mães primíparas Golden (2001), procurou identificar quais os elementos que se mostravam mais determinantes no processo pelo qual, no contexto da modernidade, os indivíduos redefiniam a sua identidade de papel enquanto trabalhadores na transição para a parentalidade. O modelo teórico proposto pelo autor apontava para a possibilidade da integração dos dois papéis se efectuar em função de um conjunto de expectativas sobre a articulação dos dois papéis derivadas de fontes públicas (as normas sociais, os meios de comunicação social, os especialistas, etc.) e privadas (as expectativas transmitidas pela família de origem, por exemplo). A definição do modo de articulação do duplo papel seria ainda negociada com o cônjuge na medida em que ele ou ela exerceria uma influência directa na forma como esses dois papéis poderiam vir a integrarem-se. O autor enfatizou, desta forma, o processo de interacção simbólica entre o indivíduo e outros significativos (entre os quais que se destacam os pais e o companheiro/a) embora tivesse incluído no modelo factores estruturais (especificamente associados ao contexto de trabalho (profissão e tempo de trabalho praticado, por exemplo) que seriam, igualmente, susceptíveis de facilitar ou dificultar a manifestação efectiva da identidade de papel definida e desejada. Relativamente às expectativas de papel (ou seja às fontes externas ao casamento que exercem influência nas ideias dos indivíduos acerca da definição de papel apropriada) embora fossem identificáveis no mundo social dos participantes vários modelos de papel, no caso da definição dos papéis ligados à vida familiar, a família de origem surgiu como a fonte mais poderosa de expectativas, “... *even when the individual responded to it by consciously rejecting as na adult the patterns of behavior with which he or she grew up.*” (Golden, 2001, p. 245). Claramente os participantes mostraram desejar repetir as qualidades presentes nas definições do papel parental dos seus próprios pais.

Parece, então, poder hipotetizar-se que, ao longo do crescimento dos filhos, os investimentos dos pais no papel parental e no papel de trabalhador/profissional, possam dar origem a interpretações quanto à importância relativa de cada um desses papéis na vida adulta e criar nos filhos diferentes expectativas quanto ao grau no qual o investimento em cada um desses papéis será um comportamento compensador para si e, colocando-se na perspectiva dos seus próprios filhos, potencialmente satisfatórios também para eles. A investigação demonstra que a saliência de um determinado papel está relacionada com o grau de realização pessoal que os indivíduos derivam desses papéis. Simon (1997) refere que os indivíduos atribuem significado às suas identidades de papel em termos das gratificações que obtêm do envolvimento com um dado papel e em termos das dificuldades que experienciam relativamente ao domínio em que se situa o papel. Se é possível conceptualizar os significados

dos papéis em termos de custos e benefícios então é também razoável aceitar-se que tais significados possam ser desenvolvimentalmente construídos a partir da experiência que os indivíduos têm do grau no qual os seus pais se envolveram nesses papéis. Trata-se de uma suposição que remete para a importância que o comportamento dos pais na família de origem poderá assumir na definição do futuro investimento dos filhos em cada um dos papéis e na definição da forma como os vários papéis devem estar integrados (Marks & MacDermid, 1996).

Deste modo, através da interacção com os pais, os indivíduos podem tornar-se mais sensíveis a certos valores e podem começar a construir significados que lhes permitirão dar sentido aos seus futuros papéis de pai/mãe e trabalhador/profissional. Afinal, os significados são uma componente importante do processo de auto-organização através do qual os indivíduos estabelecem objectivos e relações social e pessoalmente desejáveis (Campos & Menezes, 1996). A cultura e as relações familiares podem tornar-se o ponto de partida donde poderão definir "*the particular roles they deem worthy of vigorous performance.*" (Marks & MacDermid, 1996, p.419) e traçar objectivos quanto à relação que no futuro desejam manter com o trabalho e com a família.

Em consonância com o ponto de vista do interaccionismo simbólico (Mead, 1934; Blumer, 1982; Charon, 1998), considera-se que o modo como os indivíduos articulam os papéis parentais e de trabalhador/profissional e os aspectos que têm em conta quando investem na sua relação com o trabalho e com os filhos depende, em larga medida, dos significados que terão desenvolvido a partir da sua interacção com as respectivas figuras parentais. Supõe-se, desta forma, que a tendência do indivíduo para revelar padrões de investimento no papel parental e profissional similares ou divergentes a que esteve exposto ao longo do seu crescimento depende do modo como percebe, organiza (interpretando) e integra no seu sistema pessoal as indicações que lhe são transmitidas a partir do próprio investimento dos pais nesses papéis, isto é, depende do significado que aprende, na família de origem, a associar a cada um dos papéis por influência das definições parentais.

Tal hipótese mostra-se consistente com a posição de Berger e Luckman (1967) de que enquanto contexto de socialização primária para o mundo social em que o indivíduo habita, enquanto lugar no qual o indivíduo desenvolve as suas primeiras impressões acerca dos papéis e do significado do comportamento social, a família exerce uma influência duradoura na gama de possíveis *selves* disponíveis para o indivíduo, incluindo os *selves* parentais e profissionais. Sendo essa socialização realizada em circunstâncias altamente carregadas do ponto de vista emocional "*...the child does not internalize the world of his significant others as one of many possible worlds. He internalizes it as the world, the only existent and conceivable world, the world tout court.*" (Berger & Luckman, 1967, p.134).

O significado pessoal construído relativamente ao efeito na relação consigo, do investimento relativo dos pais nesses papéis poderá também influenciar os seus próprios investimentos. Pondo-se a si próprio no lugar do outro que é o filho, tais significados poderão

funcionar como auto-indicações relativamente à prioridade a conferir na sua vida ao trabalho ou à parentalidade.

A definição e a interpretação constituem-se, possivelmente, como processos fulcrais na socialização antecipatória dos filhos para os papéis parental e de trabalhador/profissional. Ao vincarem a importância da interacção na simbolização dos critérios de acção dos indivíduos, permitem que seja sublinhada, com estes processos, a natureza recíproca das influências pais-filhos. Interagindo e interpretando o comportamento dos pais relativamente ao trabalho e à parentalidade, os filhos participam na co-construção desses papéis e podem criar ou recriar os padrões de género e de investimento que lhes estão associados. Tomando de empréstimo a afirmação de Milkie (1997): "*Children's perceptions and evaluations of parental roles may profoundly color parental identities and interactions with their offspring and may be more influential than other actors' views.*" (p. 234), ou, citando Barnard e Martell (1995) a propósito do papel de mãe "*Mothering is learned in the process of interaction with the individual mothered.*" (p. 22).

Apesar de tudo, não é de descartar a hipótese da descontinuidade, sobretudo tendo em conta a existência de marcadas diferenças entre as experiências vividas pelos pais no seu antigo e "único" modo de vida possível (Giddens, 1991) e o desafio da multiplicidade que os filhos enfrentam na nova realidade. Com efeito, as fontes tradicionais de definição de papel, de que se destaca a família de origem, parecem não estar capazes de proporcionar aos jovens modelos ajustados às condições de vida contemporânea. Mais do que originarem um desencontro de gerações, essas diferenças parecem colocar os filhos num dilema diante do qual têm de escolher entre as definições de papel dos pais (que para alguns se mostram atraentes) ou seguir uma outra direcção – uma entre as muitas que a realidade lhes apresenta como possíveis – mesmo arriscando desapontar a(s) pessoa(s) com quem mais se identificam (Golden, 2001). Neste jogo de forças, a relação com os pais ou, mais propriamente, as memórias de como foi ser filho/a daqueles pais, poderá ser um factor decisivo no momento de optar.

Uma aplicação dos conceitos do interacccionismo simbólico requer como é óbvio que se avalie as percepções dos filhos quanto à forma como os seus pais lidaram, ao longo do seu crescimento, com o duplo papel de pai/mãe e trabalhador/profissional, quanto às expectativas que os pais terão criado relativamente ao lugar que esses papéis deveriam assumir na suas vidas e quanto aos significados que as experiências de exploração dos investimentos dos pais na família de origem lhes terão permitido construir para ambos os papéis. Requer, igualmente, que também sejam recolhidos dados junto dos pais relativamente aos investimentos nos dois papéis e quanto ao valor e significado de cada papel enquanto fonte das expectativas construídas pelos filhos quanto à importância que o trabalho e a maternidade/paternidade deveriam assumir nos seus planos de vida.

Na presente investigação, a opção pela utilização de uma dupla fonte de dados (pais e filhos) e a avaliação dos investimentos dos pais e da percepção dos filhos quanto a esses investimentos mostra-se consistente com o racional do interaccionismo simbólico ao focar a vertente da definição e da interpretação dos significados para os papéis de trabalhador/profissional e parental que operam nesse processo de transmissão geracional. Por outro lado, e tendo em conta uma perspectiva desenvolvimental, importa não esquecer que os pais são certamente fonte de definição para os filhos não só ao longo do crescimento destes mas também noutras fases do seu ciclo de vida pelo que mudanças na relação pais-filhos podem propiciar alterações nos significados que pais e filhos atribuem aos seus papéis. Ao longo do tempo, por razões de natureza desenvolvimental ou por acção de acontecimentos de vida, os próprios papéis de trabalhador/profissional e parental podem alternar-se na sua saliência e prioridade para o *self* pelo que os padrões de investimento dos pais e/ou dos filhos também se modificam. Mães e pais interpretam as mensagens familiares, sociais e culturais acerca da parentalidade e do trabalho, e modificam os seus investimentos de acordo com a evolução das crenças e dos significados que associam a cada um dos papéis.

6.2. A Teoria da Vinculação

... children tend unwittingly to identify with parents and therefore adopt, when they become parents, the same patterns of behaviour that they themselves have experienced during their own childhood Thus the inheritance of mental health and mental ill health through the medium of family microculture is certainly no less important, and may well be far more important, than is their inheritance through the medium of genes. (John Bowlby, 1973, p. 323)

O paradigma da vinculação tem contribuído para a compreensão dos processos de transmissão intergeracional da parentalidade ao ressaltar a importância do mecanismo da representação interna das relações de vinculação na vida adulta. As experiências precoces na família de origem são vistas como susceptíveis de afectar o comportamento parental futuro na medida em que propiciam o desenvolvimento de certos padrões gerais de interacção que passam a manifestar-se na generalidade das situações de natureza interpessoal futuras.

A teoria da vinculação postula que as relações precoces com as figuras de vinculação primárias (os pais, embora mais frequentemente a mãe) estão na base da construção de modelos internos de funcionamento ("*internal working models*") ou representações da vinculação, que o indivíduo utiliza ao longo do seu desenvolvimento para orientar o seu comportamento face a novas relações (Bowlby, 1969/91; 1982). Os acontecimentos e interacções interpessoais passadas, nomeadamente no contexto da relação com as figuras parentais, organizam-se em representações generalizadas dos acontecimentos vividos estão na base da formação de estruturas cognitivas e emocionais cuja função é codificar as interacções posteriores de uma forma que facilite ao indivíduo a antecipação de como os outros

significativos se comportarão em relação a si e de como o *self* se poderá sentir, pensar e agir em resposta ao comportamento do outro (Bowlby, 1969/91; 1982; Main *et al.*, 1985).

A partir das suas experiências de relação com a figura de vinculação ao longo das fases iniciais do desenvolvimento infantil, o indivíduo desenvolve um padrão de vinculação específico que Bowlby descreve como seguro ou inseguro. A criança com um padrão de vinculação seguro sente-se confiante para explorar o ambiente na medida em que acredita que a figura de vinculação estará disponível caso precise. A criança insegura não pode confiar na disponibilidade física e emocional da figura de vinculação e por isso, não dispõe dos recursos emocionais necessários à exploração do seu ambiente. A qualidade da vinculação irá depender da qualidade dos cuidados que o indivíduo irá receber da figura de vinculação e do grau no qual o indivíduo tenha aprendido a ver a figura de vinculação como fonte de segurança e conforto (Bowlby, 1969/91; 1982).

Por altura da adolescência consolida-se uma representação geral das várias figuras de vinculação com quem, até esse momento, o indivíduo conseguiu estabelecer relações afectivas privilegiadas, representação essa que se reflecte na forma como o indivíduo concebe as questões relativas à vinculação. Da infância para a adolescência, complexificam-se os processos cognitivos e emocionais que influenciam o modo como os acontecimentos e as relações são activamente representadas e avaliadas pelos indivíduos, consciente e inconscientemente. O modelo compreensivo é integrado na estrutura da personalidade do adolescente e constitui-se como base para a organização emocional subsequente do indivíduo na idade adulta (Bowlby, 1969/91; 1982).

Ao longo do ciclo de vida e, portanto, também na idade adulta, o objectivo das relações de vinculação permanece inalterado: manter a proximidade a um significativo que seja percebido como capaz de dar protecção e conforto (Bowlby, 1969/91; 1982). Bowlby identifica duas dimensões chave das representações internas da vinculação: (1) se a figura de vinculação é vista como um tipo de pessoa que geralmente responde a pedidos de apoio e protecção; (2) se o *self* é visto como o tipo de pessoa em relação a quem qualquer outra pessoa, e a figura de vinculação em particular, tenderá a responder de um modo desejável. A primeira dimensão diz respeito à imagem que a criança tem dos outros; a segunda refere-se à imagem que a criança tem de si própria. Bartholomew e Horovitz (1991) aprofundam esta forma de caracterização dos modelos internos de funcionamento de Bowlby e propõem quatro categorias de vinculação que resultam da combinação lógica dos tipos dicotómicos que compõem as representações dos outros (positivas e negativas) e as representações do *self* (positivo e negativo). Identificam, assim, quatro protótipos de vinculação adulta: o padrão de vinculação seguro (modelo positivo do *self* e modelo positivo do outro); o padrão de vinculação preocupado (modelo negativo do *self* e modelo positivo do outro); o padrão de vinculação evitante (modelo positivo do *self* e modelo negativo do outro); o padrão de vinculação amedrontado (modelo negativo do *self* e modelo negativo do outro). O indivíduo cujo *self* se desenvolve a partir de identificações com figuras de vinculação que são apoiantes e

encorajadoras da autonomia, estarão em condições de, mais tarde, desempenharem o papel parental sem inibições ou tensões (Steele & Steele, 1994).

Uma vez formalizadas em estruturas as representações da vinculação adquirem o atributo da persistência ou da estabilidade que são propriedades correlativas de uma outra característica dos modelos representacionais: a resistência à mudança. A possibilidade de auto-alimentação do sistema de vinculação (uma espécie de efeito transaccional pelo qual a manifestação da dimensão comportamental do modelo representacional induz as figuras de vinculação a respostas reforçadoras das representações internas) e o processo de exclusão defensiva de informação (um efeito de natureza selectiva resultante da tendência para rejeitar experiências que possam ameaçar o sentimento de segurança garantido pelos padrões de vinculação estabelecidos) são apresentadas por Bowlby (1988) como justificações para a continuidade temporal dos modelos representacionais.

Mas Bowlby (1980) vai ainda mais longe quando pressupõe o funcionamento automático dos processos cognitivos e emocionais associados à manutenção dos modelos internos. Considera, assim, que as experiências relacionais vividas no primeiro ano de vida e de uma forma regular e recorrente ao longo de toda a infância e adolescência, permitem que a organização cognitiva e emocional das aprendizagens efectuadas nesse contexto afectivo ganhe uma tal consistência e robustez que os modelos representacionais das figuras de vinculação podem operar mesmo sem apelar ao exercício da consciência. Contudo, quando se torna necessário uma mudança mais radical nestes modelos internos (por alguma mudança que ocorra no ambiente e os torne inadaptados), a acção da consciência pode mostrar-se fundamental para permitir ao indivíduo focar-se nas componentes (cognitivas e emocionais) automatizadas e sujeitá-las a avaliação e mudança (Bowlby, 1969/91). De alguma maneira poder-se-á considerar que esta independência dos modelos em relação ao nível consciente do funcionamento psicológico constitua um entrave, ou pelo menos, comporte alguma dificuldade relativamente à sua reorganização em situações que requeiram um esforço consciente de adaptação ao meio ou face a um desejo voluntário de mudança dos padrões afectivos e comportamentais que deles decorrem.

Ao nível intergeracional, esta questão pode assumir contornos bastante expressivos se admitirmos que os pais possam ter vontade de estabelecer com os seus filhos relações diferentes das que pautaram o relacionamento pais-filhos na família de origem quando, na avaliação dessa relação, os aspectos negativos sejam para si mais salientes. Trata-se aqui de tentar perceber em que medida a aspiração dos indivíduos à não replicação do padrão relacional vivido é ou não compatível com uma concepção dos modelos internos como susceptíveis de mudança e acessíveis à consciência.

6.2.1. Continuidades na Transmissão Intergeracional dos Padrões de Vinculação

Muitos estudos têm confirmado o pressuposto de estabilidade nos padrões relacionais ao longo do ciclo de vida demonstrando que os padrões de vinculação podem ser transmitidos socialmente de pais para filhos, de geração em geração. Um padrão de vinculação segura aos pais levará o indivíduo ao desenvolvimento de um modelo mais positivo da vinculação que virá a manifestar-se noutras relações antes da assunção do papel parental (Collins, 1997; Lieberman, Doyle & Markiewicz, 1999) e que poderá, posteriormente, ser generalizado ao papel parental (Chen & Kaplan, 2001). Vários estudos comprovaram a influência que os modelos internos do *self* e dos pais desenvolvidos na infância têm na transmissão intergeracional da (in)segurança da vinculação (McCormick & Kennedy, 1994; Crandell, 1995; Diamond & Doane, 1995; Eiden, Teti & Corns, 1996; Ferenz-Gilles, 1996; Maglio, 1995; Matos, 2002; Miller, Kramer, Warner, & Wickramaratne, 1997; Putallaz, Costanzo, Grimes, & Sherman, 1998; Slade & Cohen, 1996; Soares & Silva, 2000; Vellet, 1999; Zuravin, McMillen, DePanfilis, & Risley-Curtiss, 1996).

Como no caso dos adultos são diferentes as circunstâncias que podem levar à activação do sistema de vinculação, torna-se mais fácil avaliar as suas manifestações a partir da representação cognitiva das figuras de vinculação sendo que é suposto que tais representações medeiam a relação entre as experiências de vinculação precoces e o comportamento parental actual: *"there is not necessarily a direct association between childhood events and the mature individual's cognitive representation of these experiences since the quality of adult attachment is an outcome of the individual's current mental model of attachment issues."* (Koren-Karie, 2000, p.179). A representação das experiências de vinculação mais que do que acontecimentos específicos da infância dos pais, têm uma importância fundamental na transmissão intergeracional da vinculação (van Ijzendoorn, Bakermans, & Marian, 1997). A literatura é pródiga em estudos que confirmam a existência de concordâncias intergeracionais nos padrões de vinculação quando se compara empiricamente os padrões de vinculação de pais e de filhos. Os padrões de vinculação dos pais revelam-se preditores dos padrões de investimento nos filhos mesmo antes do nascimento da criança cuja vinculação se procura predizer (*e.g.*, Fonagy, Steele, & Steele, 1991; Slade & Cohen, 1996; Steele, Steele, & Fonagy, 1996).

Com efeito, os especialistas da vinculação confirmam o efeito directo e indirecto da vinculação na forma como os pais se comportam em relação aos filhos. Um número considerável de investigações tem vindo a dar razão à convicção de que os modelos internos formados a partir das relações de vinculação precoces estão associados à qualidade das relações de vinculação que os pais estabelecem com os seus próprios filhos durante a infância (*e.g.*, Biringen, 1990; Cohn, Cowan, & Pearson, 1992; Fonagy *et al.*, 1991; Grossman, Fremmer-Bombik, Rudolph, & Grossman, 1988; Main & Goldwin, 1984; Main, Kaplan, & Cassidy, 1985). Pais que recordam as suas figuras parentais como aceitantes e responsivas às suas necessidades ou que são capazes de descrever de uma forma objectiva e coerente as suas

experiências de vinculação com eles tendem a ter filhos que desenvolvem vinculações seguras em relação a si (van Ijzendoorn, 1992). Já filhos de pais rejeitantes são apresentados como susceptíveis de desenvolverem modelos internos de funcionamento envolvendo visões pessimistas de si e do seu ambiente social (Bowlby, 1980; Bretherton, 1985). Bretherton (1985) refere que indivíduos que tiveram pais não responsivos ou rejeitantes podem desenvolver modelos afectivos e cognitivos negativos geradores de sentimentos de depressão e de uma visão cínica dos outros. Pais deprimidos são, por sua vez, vistos como mais predispostos a sentirem-se insatisfeitos com todas as relações sociais, incluindo a sua relação com os filhos (Simons, Beaman, Conger, & Chao, 1993).

A semelhança entre a história de vinculação dos pais e a vinculação dos filhos é, na maioria dos casos, apresentada sob mediação dos comportamentos dos pais em relação aos filhos (Aux, 2000; Crandell, Fitzgerald, & Whipple, 1997; Diamond & Doane, 1995; Eiden *et al.*, 1996; Grabill, 1998; Levy, 1999). As memórias dos pais acerca das suas vinculações precoces com os seus próprios pais, assim como os sentimentos e expectativas que eles derivam dessas relações, influenciam a qualidade do seu desempenho parental que, por sua vez, influencia o desenvolvimento dos filhos. Biringen (1990) verificou que mães que recordam níveis de aceitação mais elevados por parte das suas figuras parentais durante a sua infância mostram maior sensibilidade e menor evitamento físico nas interações com os filhos. Contreras (2000) confirma associações entre as percepções de pais quanto às suas relações de vinculação precoces, o comportamento parental e o funcionamento socio-emocional dos filhos na infância. Pais e mães que descrevem maior aceitação parental na infância descrevem também um maior sentimento de serem amados enquanto adultos. Embora no caso das figuras paternas não se verifique nenhuma relação entre as recordações e o sentimento de ser amado e o funcionamento psicossocial dos filhos, já mães que recordam maior aceitação parental na infância têm filhos que se percebem como mais aceites pelos pares e que interagem de forma mais competente. O autor salienta a probabilidade das mães poderem modelar para os seus filhos interpretações mais positivas acerca do significado do comportamento social dos outros.

Contribuindo para a discussão acerca dos factores que explicam a concordância nos padrões de vinculação de pais e de filhos, Main *et al.* (1985), avançaram a hipótese segundo a qual os indivíduos utilizariam o mesmo tipo de estratégias de *coping* quer quando lidam com as questões da vinculação que se reportam às suas memórias infantis quer quando se vêem perante a necessidade de dar resposta os comportamentos de vinculação dos seus filhos. Os recursos pessoais associados ao padrão de vinculação estruturado ao longo do seu desenvolvimento, tornar-se-iam instrumentais na relação que estabelecem com os filhos garantindo-lhes maior ou menor sensibilidade e responsividade às necessidades dos filhos consoante os potenciais e o espectro de comportamentos típicos desse mesmo padrão de vinculação.

Na mesma linha de Main *et al.*, (1985), Steele e Steele (1994) propuseram um modelo dos mecanismos de transmissão intergeracional que coloca a tónica nos processos cognitivos e

emocionais que estão subjacentes às representações mentais das experiências de vinculação e que, segundo os autores, constituem os principais agentes de continuidade geracional. Na perspectiva dos autores, os modelos internos dos pais tornam-se a principal fonte das suas expectativas em contextos de vinculação relevantes como a relação pais-filhos. Pela via das expectativas, o substrato cognitivo-emocional das representações dos pais condicionariam os comportamentos parentais por eles produzidos contribuindo para o desenvolvimento de certas assunções por parte dos filhos quanto à sua capacidade de ser amados e quanto à disponibilidade das figuras parentais. Se, na medida em que estruturam os modelos internos dos filhos, são estas assunções que explicam as congruências que se verificam entre pais e filhos a nível dos padrões de vinculação, a segurança percebida pelos filhos será um dos factores de diferenciação interindividual e intergeracional e, porventura, um dos mais determinantes do sucesso que, eventualmente, os filhos poderão vir a ter no estabelecimento e manutenção de relações satisfatórias com os outros fora da sua família de origem (Steele & Steele, 1994). A partir de uma revisão da literatura os autores identificaram os quatro padrões de vinculação intergeracionais mais frequentemente observados: pais seguros e filhos seguros; pais rejeitantes e filhos evitantes; pais com trauma não resolvido e filhos desorganizados; pais preocupados e filhos resistentes.

Koren-Karie (2000) descreveu, de um modo bem elucidativo, a relação esperada entre as representações actuais da vinculação dos indivíduos (indivíduos evitantes, preocupados, amedrontados e seguros) e os padrões de comportamento parental. A título de exemplo, ilustra-se com o caso de pais com padrões de vinculação preocupados e com casos de pais com vinculação segura, dado que, de todos os que o autor descreve, é entre estes dois tipos que o contraste se torna mais exemplar dos mecanismos pelos quais as representações da vinculação dos adultos se podem traduzir em comportamentos parentais específicos e manifestar-se na qualidade da relação com os filhos.

De acordo com Koren-Karie (2000), angústia e ambivalência sentida por pais com padrões de vinculação preocupados estariam na base de marcadas dificuldades em compreender objectivamente e lidar com as necessidades de dependência do filho sem sentimentos de inadequação. Ao precisarem de uma confirmação constante de que a sua presença é indispensável ao filho, a interacção com este revestiria formas susceptíveis de levar o filho a aprender que, para obter a atenção do pai tem que mostrar repetidamente que precisa dele e intensificar a produção dos comportamentos de vinculação. Pais seguros, pelo contrário, seriam capazes de exprimir e reconhecer nos filhos uma grande diversidade de emoções monitorizando e respondendo de forma eficaz às suas necessidades quer de proximidade e conforto quer de autonomia dado que embora apreciem a importância da intimidade na relação pais-filhos são capazes de ver o filho como separado de si e de o aceitar tal como ele é (Koren-Karie, 2000).

Este paralelo entre os dois estilos de vinculação e os correspondentes comportamentos parentais é bem eloquente das repercussões que a qualidade da relação com os pais poderá ter

na actuação do adulto relativamente aos seus filhos. Parece, no entanto, que a transmissão intergeracional não pode ser apenas descrita como um processo linear e fatalista através do qual os pais transfeririam para os filhos o seu património afectivo e relacional e as experiências sócio-afectivas dos filhos se limitariam a reflectir essa herança. A investigação mostra que a transmissão intergeracional da vinculação tem muito a ver com a recriação das relações objectais passadas via fantasia e via repetição dos acontecimentos afectivamente significativos (Slade & Cohen, 1996). Tal como refere Sullivan (1953) a propósito da forma como a figura materna simboliza o filho mas, porventura, também extensível ao que caracterizará o outro elemento da díade parental, no processo de personificação do filho, a representação da mãe não é a do filho real mas a de uma "organização em crescimento" que incorpora factores só remotamente pertencentes ou relacionados com aquela criança particular. Entre tais factores remotos contam-se, certamente, os desejos e as fantasias parentais relativamente à personalidade, à vida e ao futuro do seu filho bem como uma série de outras abstracções que, muito provavelmente, radicarão nas vivências que compõem o arquivo de memórias ligadas à história da sua própria condição de filho(a): "A sua própria mãe é, para cada mulher o primeiro e principal modelo de comportamentos e afectos maternos. Sendo do mesmo género, através da forma como vive a sua vida e cuida da sua filha, comunica-lhe verbal e não verbalmente, o que é ser mãe e como é que uma mãe sente e se comporta." (Canavaro, 2001, p.26).

Talvez valha a pena pensar as questões da transmissão intergeracional, sem perder de vista que as estruturas, as fantasias e os afectos podem interagir de formas complexas e modelar o processo de repetição do passado impondo-lhe, algumas vezes desejavelmente, descontinuidades.

6.2.2. Descontinuidades na Transmissão Intergeracional dos Padrões de Vinculação

Durante a infância as mudanças que se registam nos modelos internos são ligeiras e graduais processando-se ao ritmo das progressivas alterações que se verificam na relação com os pais (Bowlby, 1980). Na adolescência e à medida que o desenvolvimento do pensamento formal e da tomada de perspectiva social, ampliam as possibilidades de reflexão e elaboração interna das informações da vinculação aos pais e da relação com os pares, aumenta a probabilidade de avaliação e actualização dos modelos internos (Main *et al.*, 1985). Quando os filhos alcançam uma compreensão mais madura e perdoam os pais pelas suas fraquezas (um aspecto cuja concretização se torna mais possível quando os filhos adquirem a capacidade de se colocar no lugar do outro e/ou quando experimentam os mesmos papéis dos pais) ou quando alcançam níveis mais elevados de autonomia na relação com os pais, podem superar a influência dos modelos de vinculação precoce (Main *et al.*, 1985).

As mudanças mais drásticas nas relações de vinculação dão-se, segundo Bowlby (1969/91), na sequência de certas tarefas ou acontecimentos positivos ou negativos do desenvolvimento adulto de que uma promoção profissional ou a perda de uma figura

significativa são exemplo. Na idade adulta, os autores ressaltam o papel de certos atributos do equipamento psicológico individual como a capacidade metacognitiva, atribuindo-lhe uma função importante na forma como as emoções e as cognições associadas à relação com as figuras de vinculação são integradas nas representações do *self* e do outro (Fonagy *et al.*, 1995). A replicação na geração seguinte de experiências negativas é abortada quando indivíduos expostos a interações negativas ou situações traumáticas reflectem acerca da sua própria representação mental desses acontecimentos (Crandell, 1995; Fonagy, 1996).

Esta capacidade de elaboração cognitiva das experiências internalizadas pode ser vista como um recurso pessoal ao serviço da revisão dos modelos representacionais mas não só não estará acessível a todos os indivíduos como a estar, poderá não ser suficiente para que mudanças de fundo se produzam. A extensão na qual o indivíduo é capaz de trazer à consciência e reflectir sobre os aspectos cognitivos e emocionais relevantes dos seus modelos internos parece estar relacionada com a possibilidade do indivíduo adquirir uma outra perspectiva sobre as experiências problemáticas do passado (Main *et al.*, 1985). A integração dessas experiências poderá, assim, permitir-lhe interromper a cadeia intergeracional de vinculações inseguras e proteger a geração seguinte de padrões afectivos adversos, habilitando-o ao estabelecimento de relações qualitativamente diferentes com os próprios filhos (Crandell, 1995; Fonagy *et al.*, 1995).

A noção de modelo interno prevê, assim, a possibilidade de uma resolução posterior das experiências negativas e da sua integração numa representação do *self* como resiliente e capaz de estabelecer relações íntimas com os outros apesar das experiências passadas negativas. Para que o processo de transformação das representações da vinculação possa desencadear-se é, contudo, necessário que na vida do indivíduo surjam circunstâncias propícias à correcção ou reparação dos modelos internos formados a partir das relações primárias através de acontecimentos ou experiências que se constituam como oportunidades de reflexão consciente, de reavaliação das vinculações precoces e de modificação das características dos modelos internos originais: *"there is room for subsequent intrapersonal reworking of these models-in light of new experiences and/or new ways of thinking about past experiences – to accommodate more favourable interactions with others than those endured in the past."* (Steele & Steele, 1994, p. 95).

Ricks (1985) identificou três tipos de experiências relacionais com potencial correctivo: (1) mudanças diacrónicas nas relações com as figuras de vinculação primárias; (2) vivências emocionais repetidas noutros contextos relacionais que desconfirmem os modelos de vinculação precoce; e, (3) experiências elevada intensidade emocional vividas numa só relação que desconfirmem os postulados do modelo de vinculação inicial. Transições de vida significativas que implicam a adopção de novos papéis sociais (como casar ou ter filhos) são, talvez por proporcionarem experiências do género das descritas por Ricks, consideradas momentos propícios para a avaliação e reorganização das representações da vinculação (Bowlby, 1969/91; Caspi & Elder, 1988, *cit. in* Bartholomew & Horowitz, 1991; Feeney & Noller, 1990).

No caso específico da maternidade, a reavaliação da relação passada¹⁴² com os próprios pais aparece mesmo descrita como uma das tarefas desenvolvimentais implicadas no processo gravítico (Canavarro, 2001):

Numa altura em que se perspectiva a assunção do papel materno...a representação que a mulher tem dos seus próprios pais é muito importante: pelas expectativas que tem do seu comportamento no papel de avós; pela necessidade de reavaliar a relação que estabeleceu com eles nas suas facetas mais gratificantes e mais dolorosas; para se acomodar ao papel materno incorporando e mimetizando o que considera positivo e assumindo a diferença, no que considera mais negativo ou não adequado a si. (p. 40)

Trata-se, afinal, de integrar as experiências positivas e negativas que a mulher vivenciou enquanto filha, aceitando os aspectos dos comportamentos dos pais que considera terem sido bons e reconhecendo que as falhas e os fracassos dos pais são o resultado de histórias de vida que os podem ter limitado no seu desempenho parental. Esta avaliação permite que, por um lado, a mulher possa personalizar a sua maternidade e construir uma identidade materna própria (podendo apropriar-se dos comportamentos da progenitora que considere adequados e recriar/substituir outros que considere disfuncionais ou pouco adaptados às circunstâncias da sua época e ao seu contexto pessoal de vida específico) e que, por outro lado, consiga, futuramente, aceitar e lidar melhor com as suas próprias falhas enquanto mãe¹⁴³.

De resto, vários trabalhos no campo da transmissão intergeracional do abuso dão conta de alguns dos factores relacionados com a ruptura do ciclo de abuso. A vivência de uma relação afectiva significativa subsequente à relação pais-filhos, o envolvimento num processo de psicoterapia e a capacidade de integrar as experiências infantis de abuso são alguns das condições identificadas como estando na origem da transformação intergeracional da qualidade do relacionamento pais-filhos (Powell, Cheng & Egeland, 1997, para uma revisão). A formação de relações de vinculação de qualidade diferente das relações de vinculação primárias (Bretherton, 1985) que invalidem as assunções e expectativas anteriores podem facilitar a revisão dos modelos internos. As virtualidades da psicoterapia residem justamente no facto da relação terapêutica poder assumir esse estatuto de "relação não-concordante", de base experimental ou exploratória, ao abrigo da qual os indivíduos se confrontam com as suas memórias afectivas, questionam as suas representações, e reciclam os seus padrões de vinculação adquirindo uma nova filosofia de vida, principalmente ao nível da sua perspectiva do

¹⁴² Esta reavaliação deve também ser realizada em relação ao estado actual da relação com os pais pois tornar-se-á importante que essa relação se reestruture no sentido de uma nova forma de equilíbrio entre o apoio e a autonomia sobretudo tendo em conta que "o nascimento de um bebé assume muitas vezes o significado de continuidade geracional, constituindo-se como um meio unificador de gerações" (Canavarro, 2001, p. 41) podendo haver alguma diluição da fronteira entre os papéis a desempenhar por cada geração (*i.e.*, avós e pais).

¹⁴³ Quando esta tarefa não é resolvida e ultrapassada, corre-se o risco da mulher se fixar em posicionamentos extremos, em geral pouco adaptativos, de repetição ou oposição dos bons e maus comportamentos das figuras maternas sobretudo quando a relação actual se caracteriza por sentimentos de rejeição ou aceitação idealizada. A gravidez tanto pode contribuir para resolver como para agravar conflitos relacionais e desenvolvimentais passados (Canavarro, 2001).

self e da sua relação com o mundo. O contexto psicoterapêutico “favorece um ambiente seguro não só para a expressão emocional e a exploração do «self» como ainda para a elaboração de projectos de desenvolvimento de novos investimentos” (Campos, 1991) entre os quais o projecto da parentalidade e de relação com os filhos.

Investigações sobre a repetição intergeracional de padrões relacionais disfuncionais, mostram que o modo como as histórias de infância são mentalmente organizadas e integradas na idade adulta tem uma influência profunda nos padrões de relação pais-filhos na geração seguinte chegando a resultados que indicam, quanto à reorganização das representações da vinculação, que mães que experimentaram relações pais-filhos inseguras ou desprovidas de afecto na infância mas que apresentavam representações de vinculação seguras na idade adulta, tinham tido uma figura alternativa de vinculação na infância ou na adolescência. (Crandell, 1995). Como referem Steele e Steele (1994):

Where security has been achieved despite past adversity, it has been routinely assisted by the presence at some point of a stable and supporting caregiving figure. This fruitful process of change, the outcome of which is sometimes called 'earned security', involves sustained hard work at integrating into awareness representations of painful aspects of the individual's childhood relationships so that new and more flexible ways of thinking about relationships is possible.
(pp. 115-116)

A propósito deste processo de revisão dos modelos que pode, em parte, ser entendido como um mecanismo de reabilitação e potenciação da qualidade de funcionamento interpessoal dos indivíduos e, portanto, também de promoção da qualidade da sua relação com os próprios filhos, há estudos que demonstram que indivíduos que recuperam, num certo ponto do ciclo de vida, a segurança no seu padrão de vinculação (“*earned secured*”) exibem formas resilientes de parentalidade mesmo em condições de elevado stresse, revelando, no desempenho do papel parental, qualidades equivalentes a adultos cujos modelos de vinculação foram sempre seguros (Phelps, Belsky, & Crnic, 1998).

Resta saber em que medida, as experiências posteriores dos indivíduos se traduzem numa reestruturação efectiva dos seus modelos internos ou se limitam a pôr a descoberto uma forma específica mas latente de organização das representações da figura de vinculação. Para se defender/evitar os sentimentos negativos vividos na relação com a figura de vinculação, o indivíduo pode manter uma representação consciente, idealizada da figura de vinculação como figura de segurança embora a um nível tácito exista um modelo realista da relação problemática com a figura de vinculação (representação que reflecte as experiências afectivas negativas associadas à figura de vinculação). No caso de múltiplos modelos da figura de vinculação, as experiências de vida ao invés de produzirem mudança parecem criar uma certa alternância no modelo que organiza o comportamento do sujeito de tal forma que é em função do grau de exigência emocional das situações, que um dos dois modelos da figura de

vinculação (um modelo positivo preferido e idealizado ou um modelo realista mas menos consciente das dificuldades relacionais com as figuras parentais) se torna mais aparente. Fonagy *et al.* (1991), num estudo com mães grávidas verificaram que mães classificadas como seguras na *Adult Attachment Interview* e cujos filhos revelavam um padrão de vinculação insegura na situação estranha, idealizavam mais os seus pais comparativamente a mães seguras que percepcionavam de forma mais realista as figuras parentais e cujos filhos foram classificados como seguros. Os autores denominaram de “segurança frágil” este padrão subtil de vinculação e especularam que durante a gravidez talvez estas mães não estivessem preparadas para a transição para a maternidade devido aos vários modelos que possuíam das suas experiências infantis explicando:

In non stressful interpersonal contexts these women's internal working models were likely to serve them well enough, but stressful events (like the birth of a first child), may see the unsettling breakthrough into awareness of these women's ordinarily latent representations of painful past experiences. (Steele & Steele, 1994, p. 113)

As conclusões dos autores remetem de facto para uma visão da transição para a parentalidade como um acontecimento de vida susceptível de interferir na visibilidade mais do que na mudança do padrão de vinculação.

Nos casos em que, em vez de um modelo singular da figura de vinculação, se apresentam múltiplos modelos, a capacidade de revisão dos modelos pode ficar seriamente comprometida pela tendência a excluir da consciência não só a informação do passado que cria desconforto (a do modelo realista) mas também informação actual que não esteja em consonância com a representação idealizada da figura de vinculação. Só experiências suficientemente carregadas em termos emocionais, que possam desorganizar transitoriamente os modelos internos e desafiar a coerência interna do *self* (Epstein, 1980; Sroufe & Fleeson, 1986) poderão favorecer a aprendizagem de novos padrões relacionais e reverter a qualidade das representações do *self* e das (outras) figuras de vinculação.

As descontinuidades intergeracionais poderão ser configuradas neste processo de transformação dos padrões de vinculação, graças ao qual os adultos aprendem a lidar melhor com as suas emoções, adquirem maior sensibilidade aos afectos dos seus filhos e criam expectativas relacionais positivas que os predispõem a construir com os filhos relações diferenciadas das que experimentaram na sua infância. Perspectivar os modelos internos como sujeitos a esta dinâmica, em nada contraria o pressuposto de Bowlby (1980) segundo o qual os modelos internos são resistentes à mudança porquanto é o próprio Bowlby que, apesar de sublinhar a estabilidade dos padrões de vinculação precoce e as suas implicações na natureza das relações ao longo da vida., reconhece que face à necessidade de adaptação ao meio e face à mudança nas relações que estabelece, o sistema de vinculação para se manter funcional tem que estar aberto a reestruturações e a ajustamentos (Bowlby, 1980; 1988). Tal como Bowlby

sugere relativamente a situações de perda, quando o sentimento de segurança e conforto é posto em causa por certos acontecimentos e situações de vida, a sua recuperação pode implicar a procura de uma nova figura de vinculação e/ou a remodelação das representações internas.

Esta ideia de Bowlby, faz evocar uma diversidade de situações de perda não real mas simbólica das figuras de vinculação, ao nível da família de origem, podendo especular-se acerca do impacto que certas circunstâncias do estilo de vida dos pais, susceptíveis de afectar o grau de segurança e conforto experimentado ao longo do crescimento, e em especial na fase da adolescência, pelos filhos poderão ter ao nível das representações de vinculação dos filhos. A relação que as figuras parentais terão mantido com o trabalho, por exemplo, é um factor susceptível de influenciar a disponibilidade dos pais e a qualidade das relações familiares (em especial, a relação pais-filhos) podendo, por isso, participar do processo de estruturação dos modelos internos. Parece, por conseguinte, fazer todo o sentido, o desenvolvimento de esforços de investigação que permitam expandir o paradigma da vinculação tradicional de modo a incluir dados relativos a outros factores que possam ter um papel mediador relativamente à formação e reorganização dos modelos internos da vinculação.

6.2.3. Vinculação e Investimento no Trabalho e na Parentalidade

A existência de uma associação entre a forma como os pais organizam emocionalmente as questões da vinculação e os padrões de vinculação dos filhos parece, assim, um dado evidente. Como ficou patente, a investigação tem mesmo dedicado alguma atenção à identificação de possíveis explicações relativamente à transmissão dos modelos ou representações internas da vinculação de pais para filhos. De algum modo, torna-se mais compreensível, e também mais plausível, a ideia de que os pais podem repetir, muitas vezes inconscientemente, os padrões de comportamento parental que experimentaram na infância. Trata-se, todavia, de um conjunto de proposições teóricas que procuram legitimar algumas hipóteses quanto à transmissão intergeracional dos próprios padrões de vinculação. Bem mais raros são os estudos que investigaram o impacto das representações da vinculação ou da parentalidade recebida na transmissão intergeracional de outras dimensões do comportamento (*e.g.*, Herman, 1995) e que exploraram os efeitos das representações das relações pais-filhos no grau de envolvimento dos indivíduos no papel parental.

O estudo de Rholes, Simpson, Blakely, Lanigan e Allen (1997) é talvez um dos que mais se aproxima deste último objectivo. Numa investigação junto de uma amostra de estudantes do ensino secundário entre os 18 e os 23 anos, Rholes *et al.* (1997) avaliaram o desejo dos sujeitos de ter filhos, o estilo de vinculação actual, as suas crenças e expectativas em relação a si próprios enquanto pais e as características esperadas nos filhos. Os resultados mostraram que sujeitos com modelos de vinculação adulta de tipo evitante e ansioso-ambivalente possuíam modelos mais negativos da parentalidade e das relações pais-filhos. Estes sujeitos

esperavam ser facilmente incomodados pelos filhos, incorrer em práticas disciplinares rígidas e mostravam-se menos confiantes na sua capacidade para se relacionarem com os filhos comparativamente a sujeitos com vinculações seguras. No seu conjunto estes resultados indicam que certos modelos internos da parentalidade e das relações pais-filhos parecem formar-se antes do casamento e da transição para a parentalidade e encontrarem-se associados ao estilo de vinculação adulta. Sugerem, também, que os modelos de parentalidade e das relações pais-filhos podem estar na origem de vinculações inseguras entre os pais e os filhos. Em aberto continua, porém, a estar a compreensão dos mecanismos pelos quais o investimento relativo dos pais e na parentalidade, ao longo do crescimento dos filhos, poderá influenciar formação dos modelos da parentalidade e os padrões de vinculação dos indivíduos bem como a compreensão do grau no qual a vinculação poderá contribuir para continuidades geracionais a nível de outros aspectos do papel parental, como seja os próprios investimentos nesse papel em comparação com o investimento noutros papéis de vida, como o de trabalhador. A julgar por dados recentes da investigação acerca das implicações que o sobreinvestimento no trabalho comporta para a vida familiar e para a interacção pais-filhos (Bonebright, Clay, & Ankenmann, 2000; Robinson, 1996; 2000; Robinson & Post, 1995; Seybold & Salomone, 1994), esta é uma questão que parece ser bastante pertinente.

Mesmo que os pais tenham, quer pela história das suas experiências de vinculação precoces, quer pelas qualidades e competências pessoais que puderam desenvolver na família de origem, um excelente potencial afectivo; e mesmo que possam e desejem tornar-se pais virtualmente perfeitos, importa ter em conta que eles não funcionam na vida dos filhos como “vácuos ecológicos” (Koren-Karie, 2000). Nalguns casos, as exigências que lhes são colocadas por outros papéis de vida podem obstar à construção de relações positivas com os filhos, seja porque lhes limitem as oportunidades de interacção seja porque lhes esgotem a disponibilidade psicológica para tal. As circunstâncias de vida podem constranger as boas intenções dos pais relativamente à actuação parental que consideram mais desejável e dificultar assim a expressão ou actualização do seu potencial afectivo. O trabalho, com o que quer que ele signifique para os indivíduos, sendo uma actividade altamente consumidora de tempo, de energia e até de investimentos afectivos pode ser, neste contexto, uma das principais condicionantes da qualidade da relação pais-filhos. O desempenho do papel de trabalhador, embora possa resultar na duplicação das fontes de gratificação e reflectir-se numa maior qualidade de vida familiar pode também, face à impossibilidade do indivíduo gerir racionalmente a sua relação com os papéis familiares, implicar alguma perturbação no contexto da família.

Vários estudos têm, recentemente, usado o conceito de transmissão emocional para descrever algumas das ligações entre a dinâmica das relações familiares e contextos externos à família como o de trabalho. Globalmente, os resultados dessas investigações demonstram que o stresse profissional pode produzir uma redução no grau de responsividade emocional dos pais em relação aos filhos podendo ter um efeito disruptivo ao nível dos padrões de interacção pais-filhos (*e.g.*, Almeida, Wethington & Chandler, 1999; Larson & Almeida, 1999).

Parece claro que as características associadas ao papel de trabalhador dos pais podem trazer diferentes desafios e flutuações emocionais diárias ao funcionamento familiar e afectar a qualidade da relação pais-filhos. Admitindo-se a possibilidade de o investimento no trabalho interferir negativamente na qualidade dessa relação, há, por conseguinte, razão para se considerar que, nos casos em que o investimento no trabalho seja percebido pelos filhos como fonte de prejuízo na relação dos pais consigo, seja provável o desenvolvimento de uma representação negativa do papel de trabalhador e de uma representação negativa da própria parentalidade. Por outro lado, as consequências emocionais que os filhos podem experimentar em função dos investimentos relativos dos pais no trabalho e na parentalidade podem estimular a construção de certos esquemas simbólicos a partir dos quais virão a avaliar o seu futuro envolvimento com o papel de trabalhador e com o papel parental como mais vantajoso ou desvantajoso para si e para os seus próprios filhos. A vinculação aos pais aparece, assim, quer como variável dependente dos investimentos parentais em cada um dos papéis quer como variável moderadora da transmissão intergeracional dos padrões de investimento.

Como é evidente, alude-se aqui à influência que a família de origem e, em particular, a vinculação aos pais poderá ter na identidade parental dos indivíduos mas também num aspecto concreto do desenvolvimento vocacional dos adultos que é a sua relação com o trabalho. No entanto, talvez valha a pena destacar a perspectiva de autores que, numa outra linha de análise, enfatizam as potencialidades da relação com o trabalho no que diz respeito à reparação de problemas emocionais vividos na família. Na perspectiva de Savickas (1997), por exemplo, o trabalho reveste qualidades reparadoras e actualizadoras relativamente ao património sócio-afectivo acumulado pelos indivíduos ao longo do seu desenvolvimento dado que é na relação com o trabalho que os indivíduos podem resolver activamente os seus tormentos do passado e implementar planos de vida específicos revertendo as suas preocupações nas suas ocupações e as suas motivações nos seus projectos.

6.2.4. Vinculação e Transmissão Intergeracional dos Investimentos

Embora não haja grande evidência quanto às consequências que a exposição dos indivíduos à relação dos pais com o trabalho poderá ter na relação pais-filhos e na forma como, a longo prazo, os filhos encaram e vivem esse e outros domínios de realização pessoal (como o parental, por exemplo)¹⁴⁴, há boas razões para se considerar que a vinculação seja uma variável com forte poder preditivo no que diz respeito às continuidades e descontinuidades intergeracionais dos padrões de investimento no trabalho e na parentalidade.

¹⁴⁴ A excepção diz respeito ao estudo de Sumer e knight (2001), que constitui o primeiro esforço de investigação sistemática do papel das dimensões da vinculação adulta na interacção trabalho-família através do qual procuraram explorar a relação entre a vinculação (partindo do modelo bi-dimensional da vinculação de Bartholomew, 1990) e os mecanismos de segmentação e de *spillover* nas suas diferentes variantes. Uma vez que se trata de um estudo focado na compreensão da relação trabalho-família, apenas será abordado em detalhe no Capítulo II.

Desde logo, as teorias da transmissão cultural reforçam a expectativa de que a vinculação seja uma variável chave das continuidades e descontinuidades potencialmente observáveis nos padrões de investimento quando referem que ao nível intergeracional a transmissão é facilitada pela existência de laços afectivos entre o modelo cultural e o receptor (Euler, Hoier & Rohde, 2001). Sempre que exista competição entre as dimensões a serem adoptadas pela nova geração, o significado de certas relações afectivas emergirá como um factor de selectividade que influenciará a aceitação ou não de um dado modelo¹⁴⁵. A natureza da ligação afectiva que exista entre pais e filhos pode, assim, influenciar o grau no qual os conteúdos da experiência dos pais se tornam significativos para a geração seguinte: "...*certain affective dimensions of the parent-child relationship might modify the messages that parents transmit to their children, children's receptivity to these messages or both.*" (Jodl *et al.*, 2001, p. 1249).

Alguns trabalhos de investigação mais recentes acerca da relação entre a vinculação e o desenvolvimento vocacional também têm vindo a descrever as contribuições directas e indirectas da vinculação nas transições desenvolvimentais de natureza vocacional. Tais trabalhos patenteiam a pertinência empírica e conceptual da vinculação a nível do desenvolvimento da identidade, dos comportamentos exploratórios relativos às tarefas vocacionais de pré -implementação e do comportamento vocacional adulto (*e.g.*, Blustein *et al.*, 1989; Blustein, Walbridge, Friedlander, & Paladino, 1991; Blustein, Prezioso & Schultheiss, 1995; Hazan & Shaver, 1990). Outros estudos colocam em evidência o papel que as relações de vinculação assumem no que se refere aos investimentos dos indivíduos no processo de escolha vocacional (Blustein *et al.*, 1991) e que sublinham a importância da vinculação na exploração e/ou ajustamento a novos papéis e/ou contextos de vida (Blustein *et al.*, 1995). Também O'Brien (1993) verificou que a vinculação e a similaridade atitudinal em relação à mãe eram moderadamente preditivas da orientação e de escolhas vocacionais incongruentes.

Num estudo desenvolvido por Nascimento *et al.* (2005) foi analisada a influência nas memórias da ligação afectiva pais-filhos de variáveis como o nível profissional dos pais, as percepções da interferência do trabalho na acessibilidade física dos progenitores e a percepção de prejuízos para a relação pais-filhos da dedicação dos pais ao trabalho. Os resultados indicaram que os pais (homens) que exerciam profissões de nível superior eram descritos pelos filhos (jovens adultos) como mais carinhosos e menos superprotectores do que pais com actividades profissionais de nível inferior sendo essa uma tendência não observada no caso das mães.

Os resultados relativos à superprotecção são explicados pela maior dificuldade dos pais, envolvidos em actividades profissionais mais complexas e absorventes e tradicionalmente

¹⁴⁵ Na linha da teoria da vinculação, importa salientar que a qualidade das relações familiares não determina apenas a aceitação ou adopção dos modelos parentais. Ao contribuírem para a organização de certas estruturas cognitivo-emocionais que permitem aos indivíduos situarem-se e orientar o seu comportamento noutros contextos relacionais (Bowlby, 1969/91; 1982; Main *et al.*, 1985), essas relações influenciam igualmente a escolha de modelos fora da família.

menos activos no cuidado dos filhos, acompanharem as rotinas diárias destes últimos e poderem, tal como as mães, monitorizarem de forma mais regular o comportamento dos filhos. Por outro lado, o facto de serem vistos pelos como mais carinhosos, leva a pensar que esse afastamento dos filhos a que as profissões os obrigam, estimule os pais a mostrarem-se mais carinhosos nos momentos em que estão disponíveis e se envolvem na interacção pai-filhos. Uma outra explicação prende-se com a possibilidade dessas manifestações de carinho resultarem de um efeito de *spillover* ou generalização de afecto positivo resultante de vivências profissionais gratificantes. No caso das mães, a impressão deixada por estes resultados é que o facto de estarem habituadas a lidar com múltiplos papéis, lhes permite manifestar carinho independentemente das características específicas das suas profissões.

Os filhos identificaram, igualmente a figura paterna como fisicamente menos disponível do que a figura materna sendo que, relativamente às mães, as que profissionalmente desenvolviam actividades de nível superior eram percebidas como fisicamente mais acessíveis do que mães pertencentes a categorias profissionais de nível inferior. Avaliada a influência da acessibilidade física percebida nas memórias da ligação pais-filhos os resultados evidenciaram um padrão de resultados curioso: quando os participantes percepcionavam os pais e as mães como fisicamente menos acessíveis, tanto a figura parental focal como a não focal eram descritas como mais carinhosas. De algum modo, estes resultados sugerem que, no que se refere à necessidade de proporcionar segurança emocional aos filhos, os dois elementos da díade parental parecem procurar complementar-se: cada um dos progenitores aparece, por um lado, como alguém que procura compensar com carinho a sua própria inacessibilidade e, por outro lado, como alguém que procura satisfazer as necessidades de carinho dos filhos quando a outra figura parental não se encontra fisicamente tão presente¹⁴⁶.

Relativamente à percepção de prejuízos para a relação pais-filhos da dedicação dos pais ao trabalho, os participantes avaliaram o envolvimento do pai no trabalho como mais negativo do que o envolvimento da mãe para a qualidade do relacionamento pais-filhos. Aparentemente, o trabalho é percepcionado pelos jovens como um domínio que compete e que interfere mais na parentalidade quando se trata dos pais do que quando se trata das mães o que significa que têm consciência da existência de diferenças de investimento no papel parental e no papel profissional entre o pai e a mãe e que isso lhes permite ter noção de que cada um desses papéis é diferencialmente saliente para homens e mulheres. Partindo do ponto de vista destes jovens, é como se as mães, mesmo valorizando o trabalho, fossem mais capazes do que os pais de proteger a qualidade da sua relação com os filhos, ou seja, "...*they probably don't let work threat the core of their mother identity, that is, the mother-child relationship.*" (p. 148).

¹⁴⁶ Os autores assinalam que esta constatação merece uma atenção especial no que diz respeito à possível influência do apoio conjugal percebido no grau de dedicação dos pais ao trabalho e à parentalidade e, mais concretamente, no modo como os filhos interpretam os investimentos do pai e da mãe: "*the existence of mother-child or father-child intergenerational consistencies in the patterns of commitment to work and parenting may be strongly influenced by the level of agreement, support and consistency there is in the marital dyad with respect to the work and parental roles.*" (p. 148). Com efeito, não pode perder-se de vista que a transmissão intergeracional de atitudes é mais forte quando existe homogeneidade nos modelos a que os indivíduos estão expostos (Cavalli-Sforza & Feldman, 1981).

Independentemente da figura parental, a percepção de prejuízos apresentou-se negativamente correlacionada com as memórias de carinho e positivamente relacionada com as memórias de superprotecção, ou seja, quanto mais os participantes consideraram que a relação foi prejudicada pela dedicação dos pais ao trabalho menos os recordaram como carinhosos e mais os descreveram como superprotectores. Importa acrescentar que os jovens apenas manifestaram o desejo se tornarem parecidos com os seus pais (pai e mãe) na dedicação ao trabalho quando consideraram que o investimento dos pais no trabalho não tinha produzido disrupções na relação pais-filhos. Para além disso, foi possível verificar que independentemente do género, quando os jovens revelavam querer tornar-se parecidos com os pais na relação com os filhos também manifestavam vontade de se tornarem como os pais (pai e mãe) na relação com o trabalho¹⁴⁷. Trata-se, efectivamente, de resultados bastante estimulantes no que se refere à hipótese do papel mediador da qualidade da relação pais-filhos na transmissão intergeracional do investimento no trabalho e na parentalidade.

O estudo de Hazan e Shaver (1990) é, no entanto, um dos que apoia mais directamente a premissa de que a orientação dos pais em relação ao trabalho pode estar relacionada com a importância que as relações têm na sua vida, podendo especular-se que a saliência relativa que o trabalho e a parentalidade tenham para os pais também possa influenciar o tipo de vinculação dos filhos. Os resultados da investigação dos autores indicaram que as relações entre o tipo de vinculação adulta e a orientação para o trabalho eram similares às dinâmicas de vinculação/exploração na infância, sugerindo que tais dinâmicas pudessem manter-se estáveis ao longo do ciclo de vida. Revelaram, mais especificamente, que indivíduos com vinculações seguras valorizavam o trabalho mas tendiam a valorizar mais as relações e não permitiam que o trabalho interferisse nessas relações.

Com efeito, parece supor que o grau de investimento dos adultos no papel parental ou de trabalhador possa variar consoante o grau de esforço dos seus pais para preservar a qualidade da relação com os seus filhos. Da natureza deste esforço, que ao fim e ao cabo corresponde a um certo padrão de investimento dos pais em cada um dos papéis, dependerá a natureza dos modelos internos dos filhos. A experiência dos filhos quanto aos recursos afectivos que os pais disponibilizaram para si talvez possa ser vista como susceptível de enquadrar as suas intenções quanto ao lugar que eles querem que o trabalho e a relação com os filhos ocupem na sua vida. Indivíduos que representam como segura a relação com os pais, são indivíduos que possivelmente registam deles memórias de disponibilidade, aceitação, apoio e envolvimento suficientemente activas para os estimular à repetição dos padrões de investimento parentais. As experiências vividas na família de origem e “corporalizadas” nas representações da vinculação podem, desta forma, influenciar o processo de transmissão intergeracional dos padrões de investimento no trabalho e na parentalidade.

¹⁴⁷ De alguma forma, parece existir, neste caso, uma relação entre o modo como os participantes percebem os investimentos dos pais em cada um dos domínios podendo especular-se que estes sejam os casos em que os pais são capazes de alcançar um equilíbrio entre os dois papéis e o investimento dos pais no papel profissional/de trabalhador não é percebido pelos participantes como ocorrendo à custa do investimento na parentalidade (Nascimento *et al*, 2005).

Partindo-se da evidência quanto à transmissão intergeracional dos modelos representacionais internos, encontram-se argumentos legitimadores do uso do constructo da vinculação como matriz teórica útil na exploração das continuidades e descontinuidades geracionais dos padrões de investimento no trabalho e na parentalidade. Considera-se não só que o grau de investimento dos pais em cada um dos papéis pode ter impacto na constituição dos modelos internos de funcionamento dos filhos mas também que a natureza da vinculação aos pais estará relacionada com a tendência dos filhos para darem continuidade ou para se demarcarem dos padrões de investimento das figuras paternas. Esta suposição está de acordo com o princípio segundo o qual os modelos internos podem ser concebidos como um conjunto de regras para a organização de informação relativa às experiências, sentimentos e ideias relativas à vinculação (Main *et al.*, 1985). Neste caso, as regras aplicar-se-iam à forma como os indivíduos das gerações mais novas representam, experimentam e investem o seu papel parental e de trabalhador/profissional. Corresponde também à visão dos modelos da vinculação primária como protótipos para relações sociais futuras, que afectam as cognições podendo provocar certos tipos de viéses na percepção, no processamento da informação e no comportamento interpessoal dos adultos e dar lugar a experiências consistentes com os esquemas cognitivo emocionais em que assentam (Garbarino, 1998).

A vivência familiar e, em especial, a interacção pais-filhos, parece ser especialmente fecunda em oportunidades para a definição de significados e para a configuração de intenções e motivações relativamente ao futuro papel parental e de trabalhador. Os investimentos relativos dos pais no trabalho e na parentalidade influenciam certamente o tipo de experiência emocional e a natureza das cognições que dão substância aos modelos internos. Ainda que tendo uma existência fora da consciência, presume-se que as memórias relacionais associadas a estes modelos juntamente com o grau de identificação com os pais, tenham alguma participação na forma como, na idade adulta, os filhos dirigem os seus investimentos para esses papéis. Assume-se que na cronologia das relações pais-filhos, assim como na história de vida dos filhos, possam surgir pontos de descontinuidade caracterizados pela emergência de modelos internos alternativos aos padrões de vinculação precoce.

O próprio momento de transição para o papel parental pode acarretar a reorganização das representações internas e estar na origem de discrepâncias nos padrões de investimento de pais e de filhos na medida em que constitui uma oportunidade e um incentivo para o desenvolvimento de novas dimensões do *self*. Afinal, esse é o primeiro momento em que os indivíduos se envolvem activamente na (re) construção da sua identidade reavaliando a relação que ela mantém com o trabalho e a família, num processo em que a progressiva apropriação do papel parental implica, inevitavelmente, a sua integração nos papéis pré-existentes, nomeadamente o de trabalhador (Golden, 2001).

Talvez seja nessas ocasiões, quando são chamados a avaliar a experiência concreta de desempenho dos papéis, que os indivíduos se tornem mais capazes de interpretar e dar um significado pessoal ao comportamento dos pais na relação com o trabalho e com os próprios filhos, e que definam, para si, orientações congruentes ou divergentes das figuras parentais. Neste sentido, também o contacto com o mundo do trabalho, quer ele ocorra durante ou após a conclusão de um nível de estudos, mas, principalmente, quando o jovem-adulto ainda se mantém próximo da família de origem¹⁴⁸, parece reforçar a importância do papel dos pais na significação desses e de outros papéis:

From this perspective, the role of parents in influencing the timing, selection and interpretation of the child's work experiences, and the resulting feed-back effect of such experience on the family's treatment of the child, may have considerable significance for the child's subsequent development in the adult roles of worker, spouse, parent and citizen. (Bronfenbrenner, 1986, p. 735)

Certamente, é preciso de conhecer um pouco mais acerca de como os investimentos relativos dos pais no papel parental e de trabalhador ao longo do crescimento dos filhos podem ter influenciado o tipo de vinculação dos filhos e de que forma o estilo de vinculação está associado à transmissão intergeracional dos padrões de investimento naqueles dois papéis. A investigação acerca da relação entre os investimentos na parentalidade e no trabalho de pais e de filhos poderá ajudar a compreender melhor em que medida “*family is a metaphor for the world.*” (Chusid & Cochran, 1989, p.34). Talvez possa, também, contribuir para uma melhor compreensão dos processos intergeracionais que geram continuidade e mudança na esfera do trabalho e da família numa altura em que não é claro o que é ou deve ser transmitido de pais para filhos. Finalmente, sob o ângulo da vinculação, é possível que se venha a perceber melhor de que forma os significados construídos na família de origem para o papel de trabalhador e para o papel parental influenciam a vida dos indivíduos quer no que se refere à relação com os filhos quer no que se refere à sua relação com o mundo do trabalho.

6.3. O Modelo da Aprendizagem Social

A teoria da aprendizagem social de Bandura (1963; 1969; 1977a; 1977b; 1986) defende a ideia de que através de mecanismos de observação, modelagem e reforço os indivíduos se tornam capazes de reter na memória imagens das experiências significativas que vivem ao longo do seu crescimento. Para que resulte aprendizagem, tais experiências deverão

¹⁴⁸ De acordo com os resultados obtidos por Andrade (2006), num estudo em que a autora comparou as atitudes em relação ao trabalho e à profissão de jovens trabalhadores e estudantes universitários, estes últimos foram os que apresentaram as atitudes mais positivas. A autora avançou várias explicações para esta diferença das quais sobressai a ideia de que na ausência de experiências reais de trabalho e de confronto com aspectos negativos do processo de integração no mercado de trabalho e/ou com dimensões mais desagradáveis do próprio exercício profissional os estudantes manteriam uma visão idealizada e irrealista do trabalho.

conter estímulos que estejam facilmente disponíveis, sejam distintos, sejam pessoalmente atractivos ou apresentem valor funcional. A probabilidade dos indivíduos adquirirem o comportamento observado nos modelos depende do grau no qual ele possa trazer recompensas externas, do grau no qual seja intrínseca e positivamente valorizado e seja percebido como proporcionando gratificações ao modelo.

Segundo o modelo da aprendizagem social é justamente a antecipação de consequências positivas ou negativas que determina os aspectos dos comportamentos modelados que os indivíduos retêm ou ignoram. A observação das consequências vicariantes, (isto é, aquelas que observadas contingentemente à acção do modelo) podem ter uma função informativa (permitem perceber que tipo de acções se acompanham de efeitos positivos e negativos) e uma função valorativa (os valores e os padrões internos de comportamento podem ser alterados a partir da observação da forma como o modelo reage quando o comportamento que exhibe está em consonância com os seus padrões pessoais) (Nelson-Jones, 1995). Através de processos simbólicos, os indivíduos derivam das consequências percebidas do comportamento modelado certas crenças e expectativas acerca do valor, eficácia ou relevância desse comportamento que funcionam como motivadores ou inibidores da produção de padrões comportamentais similares (Bandura, 1977a; 1986). A transmissão de ideologias, de orientações e/ou de comportamentos, pode acontecer quer através da modelagem quer através de exortações verbais. Assim os pais tanto podem actuar enquanto figuras-modelo como enquanto persuasores verbais (Bandura, 1982)¹⁴⁹.

Dado que a modelagem pode ocorrer de um modo automático os indivíduos têm pouca consciência do comportamento modelado depois que ele se rotiniza o que não significa que tal comportamento não se torne saliente no repertório individual. Embora a tomada de consciência seja necessária para que a aprendizagem tenha lugar, logo que os padrões de comportamento estejam bem estabelecidos, eles podem ser produzidos com pouca participação do consciente (Bandura, 1977a; 1977b; Bandura & Adams, 1977; Bandura 1986). Isto mesmo parece também aplicar-se às questões da parentalidade sendo que a experiência clínica revela não serem raros os casos de pais que reprovam o comportamento das suas figuras parentais sem se aperceberem que os reproduzem na relação com os próprios filhos. É que ao ocorrerem de um modo automático a tomada de consciência activa em relação às aprendizagens realizadas pode não ser muito evidente para o indivíduo.

No curso do seu desenvolvimento, a criança está sujeita a inúmeras repetições dos padrões de comportamento parentais pelo que a parentalidade que os adultos experimentam quando crianças, pode ter um efeito directo na qualidade do seu desempenho parental na idade adulta:

¹⁴⁹ Fica por saber se os indivíduos respondem aos que os pais dizem ou ao que os pais fazem, especialmente quando os dois tipos de mensagem (verbal e comportamental) são contraditórias (Moen, Erickson, & Dempster-McClain, 1997). Em todo o caso, num estudo realizado sobre a transmissão mãe-filha das atitudes face ao género, Moen *et al.* (1997) verificaram que a persuasão verbal se mostrava mais eficaz do que a modelagem.

Children might be expected to possess only a superficial understanding of the routine parenting practices used in families other than their own. Hence the behavior modelled by parents is apt to be accepted as a model of normal or typical parenting behavior. Later, when individual achieves adulthood, he or she is likely to employ these parenting scripts in a reflexive, rather than unthinking fashion when parenting his or her own children. (Simons et al., 1993, p. 96)

Importa, contudo, realçar que a adopção de atitudes e comportamentos que se assemelham aos observados nos modelos parentais, é tanto mais provável quanto mais os filhos valorizarem e se identificarem com os pais de forma significativa (Bandura, 1977a; 1977b; Bandura 1986; Bandura & Adams, 1977). Poder-se-á, assim, supor que, sendo condição da identificação com a figura parental, a qualidade da relação afectiva pais-filhos assuma um papel fundamental na determinação dos resultados do processo de transmissão intergeracional¹⁵⁰: a reprodução (modelagem) ou a reconstrução (compensação) do comportamento modelado (Floyd & Morman, 2000).

6.3.1. Modelagem ou Compensação?

A parentalidade é um preditor reconhecidamente importante do comportamento infantil e adulto dos filhos. Depois de um extenso período no qual as atenções estiveram voltadas para as consequências da parentalidade no desenvolvimento das gerações mais novas, a partir da década de 80 começou a observar-se um interesse crescente pela compreensão dos antecedentes da parentalidade com vários factores a serem identificados e testados empiricamente (*e.g.*, Chen & Kaplan, 2001). A história desenvolvimental precoce dos indivíduos, isto é, a sua exposição às práticas parentais dos seus ascendentes, figura entre alguns dos factores estudados juntamente com outras variáveis como a personalidade, a satisfação conjugal, a rede social de apoio, as crenças parentais, a percepção do filho, só para nomear alguns (Belsky, 1984; Erel & Burman, 1995; Simons *et al.*, 1993).

Alguns estudos comprovaram mesmo a existência de uma certa continuidade intergeracional da parentalidade ao terem demonstrado que, no desempenho do papel parental, os indivíduos fazem uso de estratégias e práticas semelhantes aquelas de que tinham sido objecto ao longo do seu crescimento (van Ijzendoorn, 1992, para uma revisão). Parte destes trabalhos beneficiaram dos dados descritos pela literatura relativamente às situações de continuidade intergeracional conhecidas no caso de práticas parentais disfuncionais: “...one avenue of intergenerational transmission of parenting practices involves a chain of paths from history of inept parenting to diminished psychological well-being, with this negative emotional

¹⁵⁰ Nascimento *et al.*, (2005) verificaram que jovens cujas identificações com a figura paterna na dimensão da parentalidade eram elevadas tendiam a descrever o pai como mais carinhoso e menos superprotector do que jovens que se identificavam pouco com o progenitor. De resto, na dimensão da parentalidade os jovens identificaram-se significativamente mais com a mãe do que com o pai e as filhas identificaram-se mais do que os filhos com as mães na dimensão do trabalho. É de referir que não emergiram diferenças significativas relativamente à dimensão trabalho em função do género do progenitor.

state, in turn, fostering dissatisfaction with the child and reduced quality of parenting." (Simons *et al.*, 1993, p. 95). Há autores que, inclusivamente, defendem a legitimidade de se generalizar o conhecimento dos processos de transmissão intergeracional observados em casos extremos de famílias abusivas para a população em geral (Belsky, 1984; Chen & Kaplan, 2001). Simons, Whitbeck, Conger e Wu (1991), identificaram diversos processos de aprendizagem, responsáveis pela transmissão de práticas parentais repressivas entre gerações, tais como a aprendizagem directa por modelagem, a formação de uma filosofia favorável à disciplina, e o desenvolvimento de uma personalidade hostil que conduzia a condutas agressivas em relação aos outros incluindo os próprios filhos.

Os estudos parecem, efectivamente, trazer evidência de continuidades entre os comportamentos parentais tal como são vividos na família de origem e as características reveladas pelos indivíduos no desempenho do seu papel parental¹⁵¹. O processo de aprendizagem social parece apresentar-se como um mecanismo primário na transmissão intergeracional via modelagem (Putallaz *et al.*, 1998, para uma revisão) e talvez seja o que melhor explica a semelhança que se observa entre o comportamento de pais mães e filhos. Menos compreensíveis parecem ser os processos e os factores que actuam nos casos em que os adultos não dão continuidade na relação com os filhos aos padrões a que estiveram sujeitos na família de origem. Para se compreender melhor os mecanismos que estão subjacentes a estas situações de descontinuidade, poderá ser útil prestar atenção aos resultados de alguns estudos que sugerem ser preferível uma conceptualização integrada das hipóteses de modelagem e de compensação.

Floyd e Morman (2000), por exemplo, identificaram na literatura duas orientações opostas presentes quanto à explicação dos processos que enquadram a influência do comportamento dos pais no comportamento dos filhos. Uma das perspectivas enfatiza a hipótese de modelagem, descrevendo a tendência dos indivíduos para replicarem os estilos parentais de que foram objecto na sua família de origem através, por exemplo, da reprodução do grau de envolvimento afectivo que teriam experienciado na relação com os seus pais ao longo do seu crescimento. Nos antípodas deste ponto de vista, os autores encontram-se as abordagens que advogam a hipótese de compensação, isto é, a existência de tentativas por parte dos indivíduos para construírem relações mais positivas com os seus próprios filhos de modo a compensar os padrões relacionais negativos a que teriam estado expostos na família de origem. A modelagem tenderia, assim, a aparecer como o processo que opera no contexto de experiências relacionais (pais-filhos) mais positivas apresentando-se como um dos mecanismos

¹⁵¹ Numa outra perspectiva, há autores que descrevem uma variante particular do processo de modelagem na qual as aprendizagens realizadas no contexto dos modelos de parentalidade se generalizam para a vivência do papel profissional. Chusid e Cochran (1989), por exemplo, perspectivam as questões do ajustamento ao trabalho à luz das vivências familiares passadas dos indivíduos. Segundo os autores, no trabalho os indivíduos desempenham um papel dramático aprendido na família de origem. Afirmam, assim, que o significado do papel profissional está impregnado dos cenários e dos dramas vividos na família de origem, os quais formam uma base tácita para as opções e comportamentos vocacionais futuros. Tudo acontece como se o indivíduo aprendesse na família de origem dramas protótipo que podem ser adaptados para dar sentido à sua vivência noutros contextos, como o de trabalho, moldando o modo como o indivíduo constrói significados e actua nesses mesmos contextos (Zimmerman & Cochran, 1993).

que explica, essencialmente, as semelhanças entre pais e filhos; a compensação apareceria mais associada a situações de insatisfação com o comportamento parental na família de origem. Os resultados de alguns estudos acerca do exercício da paternidade por jovens-adultos e adultos mostraram-se encorajadores na exploração desta segunda hipótese ao revelarem que a maioria dos homens não só não percepcionava os seus próprios pais como modelos positivos como expressa o desejo de se tornarem melhores pais do que os seus próprios pais haviam sido para si (Daly, 1995; Ehrensaft, 1987; Gadsden & Hall, 1996).

Supostamente, tal posicionamento decorreria de uma avaliação negativa do modelo parental transmitido pelo pai esboçando-se uma tendência no sentido da compensação dos padrões relacionais ou das experiências negativas que teriam caracterizado a vivência familiar desses jovens. Com efeito, tais investigações revelaram que padrões de comunicação parental caracterizados por uma certa distância emocional não estão destinados à repetição na geração seguinte na medida em que são, pelo menos no que se refere à dimensão afectiva, largamente compensados pelos indivíduos (Floyd & Morman, 2000). Estes indivíduos, procuram criar relações mais fortes e positivas com os seus filhos do que as que tiveram com os seus pais sendo pela via de mudanças no seu enquadramento relacional que padrões de comunicação negativos deixam de se reproduzir. De resto, a qualidade da relação pais-filhos é considerada um elemento essencial do processo de transmissão intergeracional das atitudes face à parentalidade, assunção que a investigação tem vindo a documentar de modo consistente (Daly, 1995; Ehrensaft, 1987; Floyd & Morman, 2000; Gadsden & Hall, 1996; O'Brien, 1993; Rholes *et al.* 1997).

Os defensores desta perspectiva (Chen & Kaplan, 2001; Fine, Voydanoff & Donnelly, 1993; Floyd & Morman, 2000; Zuckerman, 1981) admitem que as atitudes dos pais, no desempenho dos papéis familiar e profissional, nem sempre apresentem características susceptíveis de tornar os pais modelos de referência atractivos para os filhos. A compensação permitiria aos jovens a reconstrução dos modelos de parentalidade herdados, no sentido da reversão das qualidades afectivas anteriormente assumidas pela relação pais-filhos¹⁵². Embora datados (*i.e.*, realizados na segunda metade da década de 70 e o início dos anos 80), alguns estudos desenvolvidos pela equipa de Mortimer (*cit. in* Bronfenbrenner, 1986) demonstram, relativamente ao domínio profissional, uma forte tendência dos filhos para escolherem uma profissão similar à dos seus pais em dimensões como o grau de autonomia e a natureza da actividade. Como relata Bronfenbrenner (1986), "*The most effective transmission of occupational value and choice occurred under a combination of a prestigious parental role model and a close father-son relationship.*"(p. 728). No entanto, outros estudos documentam que a tensão associada ao desempenho do papel ao aumentar os níveis de conflitualidade familiar contribui para representações negativas do trabalho por parte dos filhos (Almeida *et al.*, 1999; Larson & Almeida, 1999). Cohen (1993), por exemplo, constatou que um número significativo de homens

¹⁵² Como parece evidente, a ocorrência de compensação contribui para impedir a transmissão intergeracional linear de atitudes ou de orientações em relação a determinados papéis.

referia não quererem ser parecidos com os seus pais que passavam demasiado tempo a trabalhar e insuficiente tempo em família. Na mesma linha, Repetti e Wood (1997) também observaram que os filhos manifestavam o desejo de não virem a assumir o mesmo tipo de compromissos profissionais que os pais por considerarem que a dedicação dos pais ao papel profissional constituiu um obstáculo à sua disponibilidade para a vida familiar.

Num estudo da comunicação afectiva pais-filhos, Floyd e Morman (2000), apresentaram, contudo, evidência que contraria esta visão polarizada dos mecanismos de transmissão intergeracional já que encontraram uma relação entre o afecto recebido pelos sujeitos e o afecto transmitido por estes aos seus próprios filhos que, ao invés de ser linear e directa, poderia ser melhor representada através de uma curva em U, forma que foi interpretada pelos autores como reveladora da possibilidade das hipótese de modelagem e de compensação se combinarem entre si. Os pais eram mais afectuosos com os seus filhos quer quando as suas figuras paternas tinham sido altamente afectuosas quer quando tinham sido altamente distantes em relação a si. Quer isto dizer que nas situações em que o afecto recebido era percebido como insuficiente, os jovens-adultos estabeleciam para si metas de expressão afectiva mais exigentes relativamente aos seus filhos. O que, segundo os autores, explica este dado é a avaliação mais ou menos favorável que os filhos fazem da relação: padrões de relacionamento experienciados como positivos são modelados e padrões de relacionamento negativos são compensados pelos indivíduos no modo como se relacionam com os seus próprios filhos. Isto é, as gerações mais novas tornar-se-iam selectivas em relação aos aspectos dos comportamentos parentais avaliados como mais positivos, nomeadamente através da exposição a outros modelos (parentais ou não¹⁵³), havendo um esforço de reconversão dos aspectos tidos como menos positivos (Floyd & Morman, 2000). Deste modo, a modelagem tenderia a surgir como o processo primário de transmissão em contextos relacionais positivos (contextos favoráveis à reprodução desses mesmos padrões relacionais) e a compensação tenderia a associar-se a situações de insatisfação com as atitudes e comportamentos parentais na família de origem sendo esses comportamentos negativos “reparados” posteriormente no relacionamento estabelecido com os próprios filhos (Floyd & Morman, 2000; Phalet & Schonpflug, 2001; Zuckerman, 1981)

Os estudos das relações pais-filhos parecem ser, portanto, a fonte principal dos *insights* que estão na base da investigação da transmissão intergeracional de estilos parentais positivos. Biller e Solomon (1987, *cit. in* Floyd & Morman, 2000), avançaram a ideia de que quando a figura paterna exhibe na relação com o filho comportamentos caracterizados por maior

¹⁵³ Cabe aqui uma nota de reflexão quanto ao facto de, na formação de atitudes e na construção de significados para o papel parental (ou mesmo profissional) não ser negligenciável a influência de factores externos ao ambiente familiar, em particular, aqueles a que os indivíduos estão expostos noutros contextos de vida onde existem modelos significativos (os pares, os professores...) e cuja contribuição relativa para a socialização é mais difícil de avaliar empiricamente (Acocck & Demo, 1984). Aliás, de acordo com a teoria da interacção comunitária (Law, 1991) a possibilidade dos indivíduos contactarem com condutas e realidades distintas das que lhes são familiares permite expandir e diversificar as suas representações e os seus planos de futuro: “...*narrow networks of the community encounter – that is to say “ghettos”- have the effect of narrowing and impoverishing conceptions of self in futures.... The converse implication is that contact beyond the ghetto widens conceptions.*” (p.159).

expressividade, aumenta a probabilidade de identificação do filho com o pai enquanto exemplo positivo do papel parental masculino. Simons *et al.*, (1993) confirmaram a existência de continuidade intergeracional de práticas parentais apoiantes num estudo que recorreu a dados evocados pelos respondentes relativamente a fases precoces do seu desenvolvimento juntamente com dados de observação naturalista e dados recolhidos junto dos seus filhos adolescentes quanto ao comportamento parental.

Os resultados encontrados por Chen e Kaplan (2001), num dos raros estudos longitudinais realizados acerca da transmissão intergeracional da parentalidade, confirmaram a existência de uma modesta continuidade intergeracional nos estilos parentais construtivos e suportam as hipóteses de um efeito indirecto das relações interpessoais e da participação social, na continuidade parental entre as gerações bem como a hipótese de um efeito directo da modelagem. Segundo os autores, relações positivas com os pais podem predispor os indivíduos para o desenvolvimento de estilos interpessoais facilitadores que, maximizando a probabilidade de maior envolvimento na vida social, se traduzem em mais oportunidades de aprendizagem informal acerca da experiência e perspectiva de outras pessoas quanto ao que constituiu um comportamento parental aceitável. O estudo iluminou, sobretudo, a importância da vinculação e da modelagem mas destacou, igualmente, a contribuição dos processos de aprendizagem social que têm lugar fora da família (pela participação social e pelo envolvimento noutras relações interpessoais) na transmissão intergeracional de estilos parentais construtivos.

Os resultados do estudo de Floyd e Morman (2000), ao apontarem para a uma conceptualização integrada da ideia de modelagem e de compensação, sugerem que padrões de comunicação parental caracterizados por uma certa distância emocional não estão destinados à repetição na geração seguinte, mas são, pelo menos no que se refere à dimensão afectiva, largamente compensados pelos indivíduos, na medida em que procuram criar relações mais fortes e positivas com os seus filhos do que as que tiveram com os seus pais. A qualidade da relação pais-filhos parece desempenhar aqui um papel moderador, com relações mais positivas a promoverem identificações mais fortes com a figura paterna, e a estarem associadas à modelagem do comportamento afectivo paterno e relações menos positivas a potenciarem a compensação dos padrões de comunicação afectiva exibidos pela figura paterna.

Esta é, aliás, a mesma lógica que, no presente estudo, se supõe estar subjacente ao processo de transmissão intergeracional dos padrões de investimento no papel parental e de trabalhador/profissional. Obviamente, que neste caso, será fundamental pontuar a questão com a ideia de que os indivíduos participam e transitam entre vários contextos e, por conseguinte, os modelos parentais estão sujeitos a constrangimentos sociais (nomeadamente os que decorrem das exigências do papel profissional) que podem dificultar ou inibir a exibição dos comportamentos desejados ou idealizados. Pressupondo-se a interacção recíproca do papel parental com o papel de trabalhador/profissional, admite-se que o grau de investimento num dos papéis esteja correlacionado com o grau de investimento no outro. Admite-se também que o grau de investimento num dos papéis possa ser igual, superior ou inferior ao grau de

investimento no outro. As variações relativas dos graus de investimento dos sujeitos em cada um dos dois papéis é o que permitirá circunscrever quatro padrões de investimento distintos: investimento parental elevado/investimento no trabalho elevado; investimento parental baixo/investimento no trabalho baixo; investimento parental elevado/investimento no trabalho baixo; investimento parental baixo/investimento no trabalho elevado. Nos casos em que na comparação dos padrões de investimento de pais e filhos o grau de investimento dos filhos no papel parental exceder ou ficar aquém de forma significativa do investimento no papel de trabalhador/profissional diferenciando-se do padrão da figura parental, avaliar-se-á em que medida a qualidade da relação com os pais influencia o grau de consistência intergeracional das diferenças de investimento e alinha com processos de modelagem ou de compensação.

A exposição dos indivíduos à forma como, ao longo do seu crescimento, os seus pais geriram os dois papéis, poderá influenciar a sua perspectiva quanto ao trabalho e à parentalidade e, por conseguinte, a sua orientação face a esses papéis. A similaridade intergeracional explicar-se-ia, neste caso, por processos de modelagem, sendo que a continuidade geracional resultaria da herança social e da reprodução do padrão de investimentos dos pais na circunstância em que a qualidade da relação pais-filhos favorecesse a identificação com o modelo¹⁵⁴. Todavia, é também possível que os filhos estejam conscientes de certos aspectos dos investimentos dos seus pais e não queiram que eles se repitam na sua vida. Afinal, o processo de transmissão também envolve a selecção dos conteúdos transmitidos (Schonpflug, 2001). Provavelmente estes filhos irão procurar adoptar formas de comportamento distintas das exibidas pelos seus pais de modo a proporcionarem aos seus descendentes experiências diferentes das vividas por si na família de origem. As descontinuidades intergeracionais seriam explicadas, segundo a teoria da aprendizagem social, por um menor grau de identificação dos indivíduos com o modelo. Se o factor identificação não estiver presente, isto é, se os indivíduos avaliarem negativamente a sua relação com o modelo parece mais provável a compensação do que a sua repetição do comportamento do outro a que teriam estado expostos. (Nascimento & Coimbra, 2001/2002). Procurar-se-á, por isso, verificar se a qualidade da relação apresenta maior poder preditivo nas situações de continuidade que são fruto de modelagem ou nas situações de descontinuidade que traduzem compensação.

¹⁵⁴ Os adolescentes tenderão a internalizar com maior facilidade as crenças e valores parentais se experimentarem carinho, apoio e proximidade afectiva na relação com os pais e se virem os pais como modelos de papel positivos (Jodl *et al.*, 2001; Mortimer, Lorence & Kunka, 1986). Apesar de alguns estudos confirmarem esta suposição (Jackson & Meara, 1977; Lunneborg, 1982; Mortimer & Kunka, 1982; Ridgeway, 1978), o estudo de Jodl *et al.*, (2001) não logrou o mesmo resultado já que as crenças e valores dos pais e das mães acerca do desporto se mostraram preditores directos das crenças e valores dos filhos acerca desse tema sem que a identificação com os pais tivesse actuado como variável moderadora. De acordo com os autores esse resultado pode reflectir o facto "*...that early adolescents are close to the peak of differentiated themselves from parents rather than identify with them. Over time the degree to which children positively identify with parents may modify the likelihood of internalising parent achievement-related values and beliefs.*" (p. 1259).

6.3.2. Modelagem e Compensação: Continuidade e Descontinuidade Intergeracional dos Investimentos

A teoria da aprendizagem social refere que a valorização de uma actividade é em parte determinada pela extensão na qual o indivíduo que revela o comportamento transmite a impressão de que ele é agradável, isto é, os indivíduos tendem a investir o seu tempo e a sua energia em actividades que considerem conduzir a resultados valorizados (Bandura, 1977a; 1977b; Bandura, 1986). Outro dos pressupostos diz respeito à identificação com o modelo. De acordo com Bandura (Bandura, 1977a; 1977b; Bandura 1986) os processos de modelagem são activados em função do grau no qual os indivíduos se identificam, ou avaliam positivamente a fonte do comportamento, neste caso a figura parental. Quando o modelo é avaliado favoravelmente, o indivíduo vê vantagens em repetir o seu comportamento; se o factor identificação não estiver presente, parece mais provável que o indivíduo considere mais vantajosa a compensação do comportamento do outro do que a sua imitação. Sendo a identificação com a figura parental, um factor que se encontra estreitamente associado à qualidade da ligação afectiva pais-filhos, é de esperar que também no caso da transmissão dos padrões de investimento parental e no trabalho, a qualidade da relação pai/mãe-filho não seja independente do investimento percebido dos pais (potenciais figuras de identificação) em cada um dos papéis nem do investimento pessoal actual nesses papéis.

De algum modo este postulado assinala a possibilidade de o investimento dos indivíduos no papel de pai/mãe e de trabalhador/profissional resultar de diferenças na forma como decorrem as suas experiências de socialização no contexto da família de origem. Assim, pais que se envolvem e são apoiantes na interacção com os seus filhos comunicam a mensagem de que a parentalidade é uma actividade gratificante e aprazível (Simons *et al.*, 1993); logo, pais que fazem investimentos elevados no papel parental também podem comunicar aos filhos a mensagem de que vale a pena investir nesse papel. Tal mensagem pode aumentar a probabilidade de os filhos anteciparem as gratificações do papel parental e fazerem maiores investimentos nesse papel, eventualmente até em detrimento dos investimentos no papel de trabalhador/profissional¹⁵⁵.

O investimento dos pais no papel parental, pode, por outro lado, sobretudo no caso de relações pais-filhos positivas, acompanhar-se de elevados investimentos dos filhos no papel de trabalhador/profissional, por ter contribuído para desenvolver nos filhos a auto-confiança e os recursos pessoais necessários à realização de investimentos profissionais. As percepções dos

¹⁵⁵ Os resultados de estudo conduzido por Matsui, Tsuzuki e Onglatco (1999) acerca da orientação para a vida doméstica ou para a carreira, numa amostra de estudantes universitários japoneses, revelaram isso mesmo quando mostraram que a orientação para vida doméstica estava relacionada com a percepção de maiores gratificações e menos custos associados ao trabalho doméstico e que a orientação para o trabalho era explicada não só pela percepção de custos e gratificações mas também pela percepção de maiores custos associados à vida doméstica. O emprego materno mostrou-se um preditor significativo destas percepções. Mais especificamente, entre as raparigas cujas mães se encontravam integradas no mercado de trabalho, as percepções das gratificações associadas ao trabalho mediavam a relação positiva entre as percepções da satisfação materna e a orientação pessoal para o trabalho. Entre as filhas de mães domésticas, as percepções da satisfação materna estavam relacionadas com as percepções quanto às gratificações da vida doméstica e estas, por sua vez, prediziam a orientação pessoal para a vida doméstica.

filhos quanto à eficácia dos pais no desempenho do seu papel de pai, pode estar relacionada com a sua própria percepção de auto-eficácia podendo estimular fortes investimentos no papel parental e no papel de trabalhador/profissional mesmo se a figura parental investia pouco no último¹⁵⁶. Este é, no entanto, um raciocínio que nos remete sobretudo para o campo da vinculação já que é a qualidade da relação dos filhos com os pais que permitirá ajuizar acerca das oportunidades proporcionadas na família de origem pelas figuras parentais (ou na relação conjugal pelo parceiro) para o desenvolvimento de modelos positivos do *self* e do outro que se traduzam em padrões saudáveis de exploração e investimento quer na relação com os filhos quer na relação com o trabalho. Nascimento *et al.* (2005) observaram a presença de uma associação positiva entre as memórias de carinho parental e um índice destinado à avaliação do grau no qual a família de origem proporcionou a exploração do significado do trabalho¹⁵⁷. Os participantes com índices de exploração mais elevados descreveram ambas as figuras parentais como mais carinhosas do que participantes com índices de exploração mais reduzidos, sendo estes últimos, que comparativamente aos primeiros recordaram a mãe como mais superprotectora. Pais carinhosos podem ter facilitado a exploração das experiências reais de vida dos jovens no próprio contexto da família, nomeadamente tomando como referência a relação dos pais com o trabalho. Inversamente, a superprotecção materna pode ter inibido o grau de exploração que seria desejável para que os filhos pudessem delinear algumas ideias iniciais acerca da importância do trabalho na vida das pessoas.¹⁵⁸ Foram, igualmente, observados índices de exploração superiores entre as participantes de sexo feminino comparativamente aos pares do sexo masculino resultados que parecem sugerir que as raparigas obtêm mais ganhos da exposição às experiências de trabalho dos pais do que os rapazes. Como esclarecem os autores:

It may be that for girls, that appear in this study, significantly identified with mother in the work domain, the family of origin might constitute a context where they have learned the challenges and gratifications that mothering and working at the same time may carry for their lives. (p. 149)

¹⁵⁶ Alguns autores (*e.g.*, Andrade, 2006; Dias & Fontaine, 1996; Guerreiro & Abrantes, 2004; Vasconcelos, 1998) chamam a atenção para o facto das práticas de socialização de género poderem levar as raparigas a sentirem-se mais competentes a cuidar dos outros e a lidar com as questões familiares. A valorização e o treino dessas competências na família de origem, onde surgem como forma de preparação para o papel materno e para a vida doméstica, poderão, contribuir para que as jovens desenvolvam sentimentos de auto-eficácia superiores nesses domínios comparativamente aos rapazes, podendo daí resultar a maior predisposição das mulheres para realizarem investimentos mais elevados na família/parentalidade do que os homens.

¹⁵⁷ Trata-se de um índice resultante do somatório das respostas dos participantes a cinco itens ($\alpha = 0,73$) que remetem para a percepção do trabalho dos pais como um meio de exploração da importância do trabalho para as pessoas em geral (*e.g.*, "Ter os dois pais a trabalhar permitiu-me compreender melhor a importância do trabalho na vida das pessoas"; "Ter os dois pais a trabalhar ajudou-me a decidir o lugar que o trabalho deve ocupar na minha vida"; "Ter os dois pais a trabalhar permitiu-me aprender mais sobre as profissões e o mundo do trabalho"). Não foram encontradas diferenças significativas nos *scores* de exploração em função nem do género nem do nível profissional da figura parental.

¹⁵⁸ Este resultado reforça a evidência empírica de que a exploração é favorecida por relações positivas pais-filhos (*e.g.*, Blustein *et al.*, 1995; Grotevant & Cooper, 1988).

Investimentos dos pais percebidos pelos filhos como elevados só no papel parental, só no papel de trabalhador/profissional ou em ambos os papéis, quando associados a vinculações seguras, podem levar a investimentos similares dos filhos pela percepção do seu impacto positivo no seu desenvolvimento e pela crença de um impacto também positivo que poderão ter no desenvolvimento dos seus próprios filhos. Pressupõe-se aqui uma relação que, pelo menos teoricamente, parece sustentável entre vinculações seguras e níveis mais elevados de auto-eficácia (*e.g.*, Blustein *et al.*, 1995; Wolfe & Betz, 2004).

Sob um outro prisma, pais que se envolvem moderada, mas activamente, no papel profissional e que o manifestam na sua relação com os filhos apresentam-se como modelos que valorizam esse papel independentemente de outros, o que permite que os filhos formem uma representação positiva do papel, e que, por reprodução de um modelo considerado positivo, acabem, futuramente, por adoptá-lo. Dito de outro modo, pais que, paralelamente a elevados investimentos parentais, investem de uma forma significativa na relação com o trabalho e que não apresentam níveis elevados de tensão nem na relação com os filhos nem na relação com o parceiro poderão, com a sua própria experiência, encorajar os filhos a realizar investimentos nesse papel tão ou mais elevados que os que poderão vir a fazer no papel parental.

Os casos problemáticos em termos de continuidade intergeracional serão, porventura, aqueles em que (1) se está perante um fraco investimento dos pais na parentalidade ou (2) o investimento no trabalho se mostra superior ao investimento parental ou, pelo menos, interfere nas condições em que este último se exprime comportamentalmente. No primeiro caso, o investimento reduzido dos pais no papel parental pode constituir para os filhos como uma fonte de *feed-back* negativo quer quanto ao prazer que, em geral, esse papel proporciona aos progenitores quer quanto às gratificações que a relação com os filhos lhes permite obter. Um investimento deste tipo na parentalidade é susceptível de influenciar o negativamente o investimento futuro dos filhos nesse papel quer porque dê origem a uma visão desfavorável do papel parental quer porque o distanciamento parental afecte a auto-estima do filho e a sua percepção quanto à sua capacidade para influenciar acontecimentos quotidianos significativos (do mesmo modo que na história do seu desenvolvimento não terá conseguido influenciar a disponibilidade física e/ou emocional da figura parental poderá, actualmente, considerar-se inábil na gestão do duplo papel de pai/mãe e trabalhador/profissional, por exemplo).

No segundo caso, sendo lógico que o padrão específico de sub e sobreinvestimento apresentado pela figura parental possa produzir um efeito idêntico ao anteriormente descrito (*i.e.*, conduzir à reprodução do padrão de subinvestimento na parentalidade e, quiçá, noutros papéis de vida) procurar-se-á atender às circunstâncias nas quais a presença de um elevado investimento no papel profissional ou a existência de uma forte interferência desse papel na parentalidade sejam susceptíveis de influenciar as condições de desenvolvimento dos filhos, instalar um sentimento de desamparo ou “abandono” e, por conseguinte, levar à compensação do modelo pela via do sobreinvestimento parental ou ao desinvestimento nos dois papéis. Aliás, alguns estudos realizados com estudantes universitários demonstram que a antecipação de um

potencial conflito de papéis gera expectativas negativas em relação a ambos os papéis, diminuindo a sua motivação tanto para investir em cada um como nos dois em simultâneo (Cinamon & Rich, 2002b; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Cinamon, 2006).

Revêem-se, por isso, de seguida, algumas investigações que atestam o impacto (positivo e negativo) do trabalho dos pais no desenvolvimento dos filhos¹⁵⁹, na relação pais-filhos e nas atitudes dos filhos face à família e que permitirão ajudar a compreender tanto os factores de modelagem como os possíveis antecedentes da compensação. A trave mestra desta revisão é a ideia de que o que os pais fazem no trabalho, o significado que lhe atribuem e o modo como o experienciam pode ser consequente para a vida dos filhos¹⁶⁰:

...parental employment may influence children's lives, for example, by altering men's and women's investment in parenting, by changing parent's expectations for their children's behaviour, by modifying parental styles or strategies of discipline and control, or by affecting parents' perceptions and evaluations of their children. (Greenberger et al., 1994, p. 22)

De resto, essa proposição norteou a selecção dos estudos a serem mais detalhadamente apresentados, e que são aqueles, nos quais estas vertentes (da natureza do trabalho, do investimento, das expectativas e estratégias educativas e das experiências subjectivas) – algumas das quais são objecto do presente projecto de investigação – estão mais amplamente tratadas.

6.3.2.1. A Influência do Trabalho na Parentalidade: Dados da Investigação

Os estudos de Melvin Kohn acerca dos fenómenos de transmissão e de reprodução da classe social da família de pertença constituíram a rampa de lançamento da investigação sobre a influência das vivências sociais dos indivíduos nos valores educativos e no estilo de comportamento parental. De acordo com Kohn (1983), as diferenças observadas entre classes a nível dos valores e comportamentos parentais resultam, em larga medida, das experiências vividas pelos próprios pais e, de forma particular, daquelas que têm origem no contexto de trabalho. Kohn (1983) refere que diferenças nos valores e nos comportamentos dos pais, reflectem a destilação das experiências por eles vividas. Estas experiências moldam as concepções dos pais quanto aos atributos que os filhos precisam de adquirir, influenciam os

¹⁵⁹ Bronfenbrenner (1986) chamou a atenção para o facto da maior parte dos estudos acerca do desenvolvimento humano se terem focado na forma como o ambiente familiar afecta as crianças, considerando em menor grau as influências extrafamiliares que afectam a capacidade dos pais para promover o desenvolvimento dos filhos. Ora, esta advertência de Bronfenbrenner remete para a importância de se atender ao modo como mudanças nas circunstâncias e/ou experiências profissionais dos pais podem, ao longo do tempo, fazer variar a capacidade do sistema parental para proporcionar ambientes familiares óptimos (Menaghan & Parcel, 1995).

¹⁶⁰ Numa investigação acerca do efeito mediador dos afectos relacionados com o trabalho na relação entre as experiências de trabalho dos pais (homens), os comportamentos dos pais e os comportamentos dos filhos, Stewart e Barling (1996) constataram que a existência de uma reduzida latitude de decisão, de elevadas exigências profissionais, de baixa segurança de emprego e de elevado conflito interpapéis eram factores preditores de afectos mais negativos em relação ao trabalho que, por sua vez, produziam um aumento nas atitudes de punição e rejeição dos filhos da parte da figura paterna, comportamentos, por sua vez, associados a manifestações de *acting-out* dos filhos na escola.

comportamentos parentais e, em última instância, afectam os próprios valores e comportamentos dos filhos. A natureza do trabalho desenvolvido pelos pais bem como as competências requeridas para o satisfatório desempenho das suas actividades profissionais, tornam-se, deste modo, os antecedentes primários das concepções dos indivíduos acerca do tipo de atitudes que os filhos devem desenvolver para sobreviver no mundo do trabalho. Estas crenças acerca dos atributos pessoais mais desejáveis tornam-se determinantes importantes dos comportamentos parentais adoptados afectando os próprios valores e comportamentos dos filhos. Kohn e Schooler (1982), por exemplo, verificaram que, comparativamente a homens com profissões mais complexas em termos substantivos, homens cujas actividades profissionais se mostrassem mais rotineiras e implicassem um maior nível de supervisão, tendiam a valorizar mais na educação dos filhos o conformismo sobre a auto-direcção e exibiam mais assiduamente comportamentos parentais coercivos. Em reforço da hipótese de Kohn quanto à importância das características da actividade profissional das figuras parentais nos valores e comportamentos que privilegiam na educação dos filhos Luster, Rhoades e Haas (1989), verificaram que quando valores como o conformismo eram altamente valorizados pelos pais, mais a disciplina e o controle eram enfatizados nas práticas educativas. Estes mesmos pais tinham as consequências negativas para os filhos de manifestações de afecto o que tornava as expressões de carinho e envolvimento mais raras sendo, em contrapartida, mais frequente a imposição de limites à exploração dos filhos e a exibição de comportamentos agressivos.

Uma vez demonstrada a relação entre a experiência profissional e os valores parentais, nas últimas décadas têm sido vários os estudos realizados com o objectivo de verificar o impacto das condições de trabalho dos pais no desenvolvimento dos filhos e nos próprios comportamentos parentais, especialmente no que se refere à sua capacidade para proporcionar aos filhos um ambiente familiar de qualidade.

Em 1977, Kanter (*cit. in* Bronfenbrenner, 1986) introduziu o conceito de “absorção no trabalho” para descrever a extensão na qual o trabalho exigia a mobilização pelos indivíduos de energia física e psicológica. Um estudo realizado no mesmo ano (Heath, 1977 *cit. In* Bronfenbrenner, 1986) indicou, como efeitos desse fenómeno de absorção, a diminuição do envolvimento dos homens em actividades extra-profissionais, incluindo um decréscimo no tempo passado com os filhos e um aumento dos sentimentos de culpa, irritabilidade e impaciência na interacção com estes. Bohen e Viveros-Long (1981) numa investigação sobre o impacto da flexibilidade de horário do trabalho dos homens na vida familiar encontraram um resultado surpreendente ao terem verificado que um horário com essas características apenas favorecia famílias sem filhos (as que apresentaram níveis de conflito mais reduzido e nas quais os homens participavam mais nas tarefas domésticas). As explicações avançadas remetem, por um lado, para a incapacidade do horário flexível responder aos complexos problemas de gestão de rotinas experienciados pelos pais e, por outro lado, para a possibilidade do tempo livre ser canalizado pelos homens para actividades não relacionadas com os filhos.

As maiores contribuições neste domínio estão, contudo, associadas aos estudos acerca dos efeitos intergeracionais do trabalho materno. Tais investigações têm não só permitido identificar quais as condições de trabalho mais directamente envolvidas na produção de efeitos de *spillover* significativos como têm demonstrado que a complexidade substantiva da actividade profissional das mães se encontra positivamente relacionada com diversas áreas do desenvolvimento cognitivo e psicossocial dos filhos. Destacam-se em particular as evidências da influência positiva do nível de complexidade profissional materno a nível da inteligência verbal (Parcel & Menaghan, 1990), do raciocínio numérico (Parcel & Menaghan, 1994), do desempenho académico (Piotrkowski & Katz, 1982), do comportamento social (Parcel & Menaghan, 1993) e do bem-estar emocional dos filhos (Rogers, Parcel & Menaghan, 1991).

Os resultados das análises efectuadas pelos autores não só atestaram o efeito directo da complexidade profissional materna na qualidade do ambiente familiar mas também o efeito mediador desta última variável a nível das competências verbais e comportamentais dos filhos (Menaghan & Parcel, 1991;1995; Parcel & Menaghan, 1990;1993;1994). Tais constatações justificam que entre os argumentos avançados na interpretação desta relação repetidamente encontrada entre as condições de trabalho materno e os resultados observados a nível familiar, se encontre a alusão à maior tendência das mulheres que trabalham em actividades de reduzida complexidade substantiva¹⁶¹ (geralmente as que estão associadas a níveis salariais mais baixos) para experimentarem níveis superiores de mal-estar psicológico e apresentarem uma auto-estima mais fraca. Estas condições psicológicas torná-las-iam menos aptas a proporcionarem um ambiente cognitiva, afectiva e fisicamente tão estimulante para os filhos como mulheres, ligadas a profissões substantivamente mais complexas conseguiriam proporcionar.

Num estudo publicado em 1991, Menaghan e Parcel descreveram a complexidade ocupacional da figura materna bem como o nível salarial como factores que se apresentavam positivamente relacionados com a qualidade do ambiente familiar mesmo quando controlado o efeito de outras variáveis consideradas influentes na obtenção de um emprego mais interessante e estimulante (a idade, o nível de escolaridade, os recursos intelectuais e a percepção de controle pessoal)¹⁶². Os resultados apresentados revelaram ainda que o efeito positivo da auto-estima na qualidade do ambiente familiar se mostrava mais acentuado no caso das mães que trabalhavam maior número de horas. Neste estudo os autores também incluíram a avaliação de variáveis ligadas à família de origem das mães participantes. Considerando que os modelos de parentalidade bem como as atitudes em relação ao *self* e à sociedade que teriam

¹⁶¹ Nos estudos de Menaghan e Parcel, a complexidade substantiva foi medida através de um conjunto de itens desenvolvidos a partir de uma versão ajustada do *Dictionary of Occupational Titles* que permitem avaliar, de uma forma objectiva, dimensões específicas do desempenho profissional, tais como (1) a direcção, o controle e planeamento; (2) a influência interpessoal; (3) a complexidade do trabalho com dados e com pessoas; (4) as aptidões verbais e numéricas requeridas; e, (5) o grau de repetição e duração do processo de trabalho.

¹⁶² Os autores enfatizaram este resultado, considerando que o facto dos efeitos da complexidade profissional da actividade profissional da mãe no ambiente familiar seria de valorizar ainda mais tendo em conta que a gama de profissões representadas na amostra era relativamente reduzida.

sido modeladas na família de origem de origem dos participantes seriam susceptíveis de continuar a influenciar o modo como as mães constroem o ambiente familiar para os filhos, os autores contemplam a análise do efeito da composição familiar (família intacta ou não intacta aos 14 anos das actuais mães), do grau de escolaridade das respectivas figuras maternas (actuais avós). Para além destes indicadores do *background* familiar, foram também avaliados os recursos psicológicos (auto-estima e *locus* de controlo interno) das mães participantes. Embora enquadrados na categoria dos atributos individuais, os autores fundamentaram a presença destas variáveis no plano de análise referindo-se às condições precoces do seu desenvolvimento e, mais concretamente, ao papel da família de origem na modelagem dos sentimentos de valor próprio e no desenvolvimento da confiança nas capacidades próprias trazida para a idade adulta. Os resultados confirmaram que mulheres provenientes de famílias intactas e cujas mães tinham mais anos de estudos, proporcionavam um ambiente familiar de melhor qualidade aos seus filhos. Este efeito deixava de se mostrar significativo quando o nível de escolaridade das actuais mães e os seus recursos psicológicos (auto-estima e *locus* de controlo interno) eram introduzidos na equação de regressão, evidenciando, no caso do efeito dos recursos psicológicos, a maior capacidade das mães com *locus* de controlo interno e com auto-estima mais positiva, para criarem ambientes familiares mais ricos para os seus filhos.

Num estudo longitudinal conduzido a um intervalo de dois anos, Parcel e Menaghan (1993;1994) verificaram que o nível de complexidade da profissão paterna bem como o número de horas de trabalho (mais horas) e os níveis salariais (mais altos) maternos actuavam no sentido de diminuir a ocorrência de problemas de comportamento dos filhos (entre os 3 e os 6 anos de idade). Tais problemas mostraram-se menos agravados no caso de crianças cujas mães, que desempenhavam no primeiro momento de recolha de dados actividades de reduzida complexidade envolvendo trabalho em horas extraordinárias, deixavam de trabalhar durante o período acompanhado pelos investigadores. Neste mesmo estudo, o número de horas de trabalho da figura materna mostrou ser um factor benéfico a nível das competências dos filhos na área da matemática. Foi ainda encontrado um efeito de interacção significativo entre a complexidade da actividade profissional da mãe e o nascimento de mais filhos relativamente às competências de leitura dos filhos. A exploração desta interacção permitiu verificar que mudanças profissionais que, ou comportassem um aumento da complexidade da actividade profissional da mãe ou se traduzissem num aumento do número de horas de trabalho, se constituíam como factores cujo efeito se mostrava negativo nos casos em que novos filhos se tivessem nessa mesma fase acrescentado à família. Paralelamente os autores encontraram evidência de que os efeitos de mudanças nas condições de trabalho de uma das figuras parentais variavam consoante as condições de trabalho da outra, com a combinação de horários de trabalho prolongados de ambos os pais a aparecer como um factor de

exponenciação dos problemas de comportamento dos filhos¹⁶³. Assinale-se, ainda, os resultados que, neste estudo longitudinal, evidenciaram o papel moderador das experiências profissionais da figura materna a nível dos efeitos do divórcio parental quer no aparecimento de problemas de comportamento dos filhos (Parcel & Menaghan, 1994) quer na qualidade do ambiente familiar¹⁶⁴ proporcionado aos filhos (Menaghan & Parcel, 1995). Com efeito, nos resultados publicados em 1994, o tipo de emprego da figura materna foi destacado como um factor de amortecimento das consequências da situação de divórcio parental, com os efeitos mais benignos a aparecerem associados a mães cujas ocupações profissionais possuíam um nível superior de complexidade, e os efeitos mais adversos a surgirem nas situações em que o trabalho das mães apresentava um baixo nível de complexidade.

Na investigação sobre o impacto de mudanças nas condições profissionais e familiares na qualidade do ambiente familiar (Menaghan & Parcel, 1995), os autores não encontraram evidência de efeitos principais de mudanças nas condições de trabalho das mães participantes naquela variável¹⁶⁵ mas constataram a presença de variações em função de alterações na situação de emprego materno bem como associadas ao nascimento de mais filhos. Comparativamente a mães integradas no mercado de trabalho nos dois momentos da recolha de dados, tanto as mães que deixavam de trabalhar nesse intervalo, como as que entretanto começavam a trabalhar, como as que permaneciam desempregadas, apareciam associadas a declínios na qualidade do ambiente familiar proporcionado aos filhos. Relativamente às mães desempregadas que ingressavam na vida activa durante esse período, os autores constataram uma degradação mais acentuada na qualidade do ambiente familiar no caso daquelas que obtinham empregos de menor complexidade, efeito que não foi observado relativamente às que iniciavam actividades profissionais de elevada complexidade.

Ao investigarem possíveis interacções entre mudanças profissionais e mudanças no estatuto conjugal, os autores verificaram que entre as que permaneciam em situação de monoparentalidade, as quebras na qualidade do ambiente familiar eram mais pronunciadas no caso de mulheres que, no segundo momento da avaliação, recebiam salários mais reduzidos não se registando declínios significativos quando as mulheres auferiam vencimentos elevados¹⁶⁶. De acordo com os resultados deste estudo, os padrões mais desfavoráveis à

¹⁶³ No estudo de 1991 os autores haviam já descrito variações significativas na qualidade do ambiente familiar proporcionado às crianças em função do nível salarial da figura parental não respondente (Menaghan & Parcel, 1991).

¹⁶⁴ A medida da qualidade do ambiente familiar incidiu na avaliação das seguintes dimensões: (1) grau de estimulação cognitiva e da linguagem e o encorajamento à realização; (2) grau de responsividade, carinho, apoio e encorajamento da maturidade; e, (3) qualidade dos estímulos sensoriais e organização do ambiente físico. Cada uma das dimensões (cognitiva, social e física) incluiu uma componente de auto-relato pelas mães participantes e uma componente a ser usada por um observador.

¹⁶⁵ Os autores explicaram a ausência de efeitos principais das condições de trabalho (complexidade da profissão exercida, número de horas de trabalho e nível salarial) como estando relacionada com a reduzida frequência de mudanças profissionais registadas no intervalo de tempo compreendido entre as duas observações.

¹⁶⁶ Menaghan e Parcel (1995) põem em evidência o dilema que mães em situação de monoparentalidade e com filhos em idade pré-escolar e escolar enfrentam tendo que decidir se permanecem fora do mercado de trabalho (mantendo-se desprovidas de recursos económicos e interpessoais e correndo o risco de deteriorar com isso a qualidade do ambiente familiar durante um período crítico do desenvolvimento dos filhos) ou se a ele regressam (continuando a dispor de escassos recursos económicos e tendo menos tempo para lidar com responsabilidades familiares e domésticas que são as mesmas que tinham antes da entrada na vida activa).

qualidade de vida familiar pareciam ser os que combinavam a monoparentalidade com o desemprego ou com o ingresso em empregos de reduzida complexidade substantiva e salários baixos (mantendo constantes variáveis sócio-demográficas), sendo esta última combinação especialmente adversa.

Numa investigação realizada ao longo de três meses, que visava testar a relação entre a presença de flutuações diárias nas fontes de stresse profissional experimentado por controladores de tráfego aéreo e a presença de flutuações na qualidade das interações dos participantes (exclusivamente homens) com os filhos, Repetti (1989; 1992; 1994) verificou que quanto mais os pais sentiam dificuldades no seu dia de trabalho (dias muito ocupados e condições de trabalho difíceis) mais evitavam a interação com os filhos (registo de menos interações de elevado envolvimento como as que implicam a prestação de auxílio nos trabalhos escolares) e menos comportamentos disciplinares tendiam a produzir. A autora encontrou ainda uma relação negativa entre medidas objectivas das dificuldades profissionais (problemas de visibilidade, intensidade do tráfego) e os sentimentos (mais desfavoráveis) dos pais acerca da interação com os filhos. Num outro estudo com mulheres exercendo diversas actividades profissionais, Repetti (1991), confirmou a existência de menores níveis de envolvimento e de disponibilidade afectiva (ou seja, maior evitamento/distanciamento da interação) após dias de trabalho descritos pelas mães como especialmente difíceis. Estes resultados levaram a autora a interpretar a falta de envolvimento comportamental e emocional dos pais com os filhos como respostas adaptativas que permitiriam aos pais mais sujeitos a experiências profissionais desgastantes, repor o seu nível normal de funcionamento fisiológico e emocional. Embora as flutuações nas condições de stresse tenham aparecido associadas a comportamentos de evitamento/distanciamento da interação, Repetti admitiu a possibilidade de experiências cumulativas de stresse e de insatisfação com o trabalho, conduzirem a situações familiares mais graves caracterizadas pela presença de interações pais-filhos hostis ou punitivas.

Utilizando procedimentos de análise correlacional e de regressão, Galambos, Sears, Almeida e Kolaric (1995) testaram o que designaram por modelo em três estádios numa amostra de famílias de duplo-emprego. No primeiro estádio, o modelo dos autores avaliava a ligação entre o stresse profissional do pai e da mãe (operacionalizado sob a forma de tempo de trabalho e sentimentos de sobrecarga) e sintomas generalizados de stresse reportados pelas figuras parentais (determinados através de um índice que incluía uma medida de depressão, ansiedade e humor negativo). No segundo estádio, era verificada a associação entre os sintomas generalizados de stresse dos pais e a qualidade da relação pais-adolescente (uma variável com duas dimensões: aceitação parental e conflito pais-adolescente). Por fim, os autores examinaram a ligação entre a relação pais-adolescentes e a manifestação de problemas no comportamento dos filhos. Os resultados do estudo evidenciaram, sobretudo, a presença de diferenças significativas em função do género da figura parental. No caso das mães, a sobrecarga laboral traduziu-se em sintomas mais marcados de stresse que, por sua vez,

predisseram níveis mais reduzidos de aceitação parental; esta menor aceitação materna encontrava-se associada a uma maior quantidade de problemas de comportamento nos filhos. No caso dos pais (homens), ao contrário das mães, o conflito pais-adolescentes evidenciou-se como a dimensão da relação pais-filhos que mediava a associação entre o stresse parental e os problemas comportamentais dos adolescentes. A interacção entre o stresse laboral do pai e da mãe não se mostrou significativa na predição dos comportamentos dos filhos, ao contrário do que se verificou com os sintomas generalizados de stresse de ambas as figuras: quando o pai se apresentava mais stressado, o nível de conflito pais-adolescentes era mais acentuado se também a mãe se mostrasse mais stressada.

A expectativa de que o trabalho dos pais exerce um efeito no funcionamento psicológico dos adolescentes pela via da sua influência na experiência afectiva dos pais e na relação pais-filhos foi também posta à prova por Crouter, Bumpus, Maguire e McHale (1999): *"Day by day, work strains and negative workplace interactions make their mark on employees' subsequent interactions at home just as the quality of their family interactions reverberates in interactions on the job."* (p. 1453). Os autores procuraram, desta forma, avaliar em que medida os sentimentos de sobrecarga resultantes das pressões vividas pelos pais no trabalho influenciavam os níveis de bem-estar psicológico dos filhos (*i.e.*, nível de auto-estima global e sintomas depressivos):

Experiencing high levels of role overload was expected to make the parent more vulnerable to engaging in conflict with his or her adolescent offspring. Irritating encounters between parents and their offspring may be more psychologically arousing and it may be difficult for parents to take their adolescent children's perspectives, when parents are experiencing pressure on the job.
(p. 1455)

Tratou-se de um estudo que apresenta duas particularidades importantes no que se refere à possibilidade de alcançar uma compreensão desenvolvimental-ecológica dos efeitos do *spillover* trabalho-parentalidade. Em primeiro lugar, os autores investigaram o impacto que o stresse laboral de um dos pais produzia não só sobre os seus próprios níveis de stresse mas também sobre os da outra figura parental. Em segundo lugar, focaram-se na experiência não só de um dos filhos mas de dois irmãos da mesma família – o primogénito (um filho na fase média da adolescência) e o segundo filho (um adolescente numa fase mais precoce) – possibilitando a realização de comparações intrafamiliares.

Os resultados indicaram que níveis mais elevados de pressão no trabalho estavam associados a sentimentos de sobrecarga mais agravados (tanto no caso da mãe como no do pai) que, por sua vez, estavam na base de níveis mais elevados de conflito pais-adolescente. Na continuidade da cadeia de relações, níveis mais elevados de conflito apareciam, subsequentemente, ligados a níveis mais reduzidos de bem-estar nos adolescentes sendo este

o padrão observado relativamente a ambos os grupos de adolescentes (os mais velhos e os mais novos).

O modelo testado não evidenciou diferenças de relevo em função do género dos pais neste processo de *spillover*, excepto no que se refere à presença de um efeito cruzado entre a pressão experimentada no trabalho pelo pai e os sentimentos de sobrecarga materna (quanto maior a pressão a que o pai estava sujeito no trabalho, mais intensos os sentimentos de sobrecarga da companheira), efeito esse que se verificou qualquer que fosse o número de horas de trabalho e o nível profissional da figura paterna. Num esforço para explicar esta maior susceptibilidade das mulheres do que dos homens ao stresse laboral dos respectivos companheiros, os autores referiram (1) a representação do trabalho desenvolvido pelos homens como mais importante e mais visível na família do que o das mulheres; (2) a existência, nos homens, de uma predisposição biológica (a nível do sistema nervoso autónomo) que lhes permitiria emitir respostas ao stresse mas rápidas mas recuperações mais lentas, sendo este retardamento responsável pelo transporte de stresse para o contexto familiar (e consequente exposição das companheiras a ele); e, (3) a possibilidade do envolvimento das mulheres nas lides domésticas facilitar a sua descentração das pressões e tensões vividas ao longo do dia de trabalho.

Embora tenham sublinhado a contribuição destes resultados para a demonstração de que a qualidade do trabalho no qual os pais estão envolvidos se reflecte, quer na qualidade das relações familiares de que desfrutam quer no modo como os filhos se sentem acerca de si próprios, os autores ressaltaram a possibilidade dos efeitos detectados também poderem assumir a direcção inversa, ou seja, que o facto de se ter um filho que não se sente bem consigo próprio possa levar os pais a sentirem-se mais impotentes ou aumentar a frequência do conflito pais-adolescente.

Os resultados do estudo de Perry-Jenkins e Gillman (2000) acerca da relação entre o emprego dos pais e o bem-estar dos filhos vieram trazer suporte adicional à importância da composição de género das díades pais-filhos na compreensão desta relação. Realizado junto de uma amostra de pais pertencentes a categorias profissionais de nível inferior (*i.e.*, profissões que envolvem tarefas rotinizadas, reduzida autonomia e elevada supervisão), os autores procuraram determinar a presença de variações na relação entre as avaliações subjectivas do ambiente de trabalho dos pais¹⁶⁷ e o bem-estar reportado pelos filhos¹⁶⁸ (entre os 8 e os 12

¹⁶⁷ Ao contrário do que aconteceu nos estudos de Parcel e Menaghan em que as condições de trabalho foram classificadas pelos investigadores a partir de códigos profissionais formais, neste estudo foi privilegiada a medida das percepções subjectivas dos participantes quanto às características da sua actividade profissional. O ambiente de trabalho dos pais foi, por isso, avaliado através de um questionário de auto-relato baseado na conceptualização de Moos constituído por três sub-escalas: (1) relações de trabalho (coesão entre pares, apoio dos supervisores e envolvimento com o trabalho); (2) crescimento pessoal (autonomia, orientação para a tarefa e pressão de tempo); e, (3) manutenção do sistema (clareza das expectativas, grau de controle, inovação, condições físicas do ambiente de trabalho). Nas análises os autores utilizaram um *score* global resultante da soma dos valores obtidos em cada uma das subescalas.

¹⁶⁸ O bem-estar dos filhos foi avaliado através de um questionário de auto-relato que incluía a avaliação de quatro dimensões: depressão, bem-estar reduzido, supressão da agressão e controle de impulsos. As duas primeiras dimensões foram combinadas num índice de mal-estar psicológico e as duas últimas deram origem a um *score* de

anos) em função de três variáveis moderadoras: o tipo de família (de duplo-emprego ou monoparental/mono-emprego), o género dos pais e o género dos filhos. Foi ainda analisado o efeito do bem-estar dos pais (auto-estima, depressão e sobrecarga de papéis) enquanto variável mediadora da relação entre o trabalho dos pais e o bem-estar dos filhos. Os autores verificaram que, nas famílias de duplo-emprego, as mulheres descreviam maior grau de sobrecarga e de depressão do que os homens não sendo significativas as diferenças a nível de bem-estar nem na avaliação do ambiente de trabalho entre as mulheres dos dois tipos de famílias. Ainda nestas famílias, observaram que quanto mais os pais (homens) avaliavam positivamente as suas experiências profissionais menos dificuldades e maior bem-estar as filhas (mas não os filhos) descreviam, um resultado que foi explicado quer pela presumível maior sensibilidade das raparigas (comparativamente aos rapazes) a variações no ambiente familiar quer pela maior facilidade com que os pais prescindiriam do envolvimento com as filhas quando confrontados com experiências profissionais negativas (resultando daí, aparentemente, menores danos para o bem-estar daquelas).

Relativamente às mães, a existência de avaliações positivas do ambiente de trabalho apareceram associadas a avaliações mais negativas do bem-estar por parte das filhas, um resultado que levou os autores a considerarem a possibilidade destas mães estarem mais investidas no trabalho e, conseqüentemente, dedicarem menos atenção às filhas ou, investirem mais no trabalho como forma de lidar com filhas problemáticas. Nas famílias monoparentais, as avaliações positivas do ambiente de trabalho das mães relacionavam-se positivamente com as percepções de maior controlo dos filhos (rapazes) mas não das filhas. Os autores explicaram esta relação recorrendo à evidência de maiores problemas comportamentais entre os rapazes e argumentando de modo consistente com a hipótese da socialização (as experiências profissionais das mães proporcionar-lhes-iam competências que se transfeririam para o desempenho do papel parental), ainda que admitindo a ordem causal inversa, isto é, que a experiência de trabalho pudesse ser percebida mais positivamente em resultado de evoluções no próprio comportamento dos filhos.

A hipótese da mediação (*i.e.*, de uma relação entre as experiências de trabalho dos pais e o bem-estar dos filhos mediada pelo bem-estar dos pais) não obteve apoio, nas famílias intactas, no que se refere à díade mãe-filhos e apenas foi validada parcialmente no caso da figura paterna já que só se confirmou a existência de uma associação entre a percepção positiva do ambiente de trabalho e o bem-estar dos pais (homens). Nas famílias monoparentais, foi encontrada uma associação negativa entre a percepção positiva do ambiente de trabalho e os níveis de depressão materna. Os autores salientaram a possibilidade da actividade profissional se tornar vital e mais saliente para estas mulheres levando-as a deprimirem mais quando as experiências profissionais eram sentidas como negativas, pelo facto de não terem opção.

controlo (*i.e.*, capacidade de controlar comportamentos agressivos ou impulsivos). Foi ainda avaliada, através de um questionário, a extensão na qual os filhos experienciavam dificuldades em certas áreas da sua vida.

Importa sublinhar que os autores consideraram que o facto de não terem obtido resultados mais expressivos relativamente ao modelo de mediação poder-se-ia dever à ausência de mediadores críticos como os estilos parentais (que não foram avaliados no estudo). Globalmente, os resultados mostraram a relevância da adopção de uma perspectiva ecológica que permita enquadrar a análise da relação entre a qualidade das experiências de trabalho parentais e o bem-estar de pais e de filhos e tornando possível compreender como essa relação varia em função do contexto e das características das pessoas que nele se desenvolvem.

Num estudo que teve, como foco primário o significado atribuído pelas mulheres ao seu trabalho, Perry-Jenkins, Seery e Crouter (1992) analisaram as implicações da atitude das mulheres face ao papel de “ganha-pão”¹⁶⁹ a nível do seu bem-estar psicológico (tendo como indicadores a presença de sintomas depressivos e de sentimentos de sobrecarga), da partilha de tarefas domésticas (tempo gasto por cada um dos cônjuges em tarefas regulares de manutenção do lar), da qualidade da conjugalidade (avaliada através de medidas de afecto em relação ao cônjuge, conflito conjugal e negatividade, satisfação com a relação conjugal) e da relação mãe-filhos (avaliada através de medidas do grau de agressão e hostilidade materna e das dificuldades familiares dos filhos).

Tomando de empréstimo a West e Zimmerman (1987) a perspectiva de que o género é uma construção social criada nas interações quotidianas entre homem e mulher, tratando-se de uma dimensão que funciona como uma “identidade-mestra” transversal a todos os papéis de vida, os autores explicam:

Our contention is that when attempting to understand roles within the families, the notion of gender permeates all levels of establishment of roles. Consequently, women's notions about gender help to define and give meaning to their role as provider. Ultimately, this symbolic construction of the provider role has implications for women's well-being and their family life.
(p. 313)

Desta forma, admitindo que crenças mais positivas acerca do valor do seu emprego seriam susceptíveis de contribuir para o *empowerment* das mulheres na família, foram testadas pelos autores quatro hipóteses específicas: (1) que as mulheres que se definissem como importantes no sustento familiar, apresentariam níveis superiores de bem-estar psicológico do que as mulheres dos outros grupos; (2) que fossem elas as que exigiriam e descreveriam uma repartição mais igualitária do trabalho doméstico e que as que veriam o seu emprego como

¹⁶⁹ Apoiando-se na tipologia proposta por Hood (1986, *cit. in* Perry-Jenkins, Seery & Crouter, 1992), os autores classificaram as mulheres em três grupos que representavam variações no grau de responsabilidade psicológica associado à definição de si próprias como “ganha-pão”: o grupo das *coproviders* (as que se viam com uma responsabilidade idêntica à do companheiro no sustento da família); o grupo das *main secondary-providers* (as que encaravam a sua contribuição como suplementar, e, portanto, como menos importante do que a do companheiro); e o grupo das *ambivalent coproviders* (as que descreviam o seu papel de “ganha-pão” de forma contraditória, isto é, admitindo a importância da sua contribuição para o sustento familiar, mas sentindo-se desconfortáveis com essa responsabilidade por acreditarem que deveria caber principalmente ao companheiro). Foi ainda incluído na comparação um grupo de mulheres domésticas representando os casos de responsabilidade nula pelo sustento familiar.

secundário na provisão de rendimento as que assumissem a maior parte das tarefas domésticas; (3) que essas crenças estivessem relacionadas com o modo como as mulheres avaliavam a sua relação conjugal (antecipando maior insatisfação por parte das que encarassem de forma ambivalente a sua contribuição para a família); e, (4) que os filhos de mulheres ambivalentes ou que considerassem secundária a sua comparticipação no rendimento familiar avaliassem o comportamento materno mais negativamente do que os filhos das que se representassem como “*coproviders*”.

Através de procedimentos de análise da função discriminante, os autores procuraram identificar, em primeiro lugar, de que modo os quatro grupos de mulheres se distinguiam em função de cada uma das quatro dimensões avaliadas, e, em segundo lugar, a dimensão que mais contribuía para explicar a pertença das participantes a cada um dos grupos (incluindo certas dimensões de natureza demográfica: rendimento familiar, dimensão da família, escolaridade). Quanto à primeira análise, e relativamente ao bem-estar psicológico, as diferenças entre os quatro grupos não se mostraram significativas. Evidenciaram, contudo, algumas tendências importantes, nomeadamente que os níveis mais reduzidos de depressão se associavam às *coproviders* e que as mulheres domésticas descreviam menos sentimentos de sobrecarga do que as que se viam como provisoras secundárias e as que manifestavam crenças ambivalentes. Estas últimas foram as que se apresentaram significativamente mais insatisfeitas com a relação conjugal. Os filhos das que se assumiam como provisoras secundárias descreveram a mãe como mais agressiva e hostil do que os de mulheres domésticas¹⁷⁰. É também relativamente a esses dois grupos que os autores observaram uma divisão mais desproporcional do trabalho doméstico (os companheiros gastavam nas tarefas domésticas cerca de metade do tempo gasto pelos companheiros das mulheres dos outros dois grupos) sendo, no caso das mulheres, as domésticas as que gastavam mais tempo do que as dos outros grupos nesse tipo de tarefas.

Os níveis de bem-estar e de sobrecarga foram os que se revelaram mais importantes na discriminação dos grupos, especialmente no das *coproviders* que registaram menos depressão do que qualquer outro grupo e menos sobrecarga, especialmente em comparação com as ambivalentes e as que se percebiam como provisoras secundárias. A relação mãe-filhos mostrou-se uma dimensão central também nesse mesmo grupo: os filhos de mulheres que se definiam como *coproviders* foram os que descreveram menos agressão e menos dificuldades familiares do que os de qualquer uma das outras. A dimensão conjugal salientou-se, sobretudo, no grupo das mulheres ambivalentes, as mais insatisfeitas e as que descreveram a relação conjugal como mais negativa, distinguindo-se, principalmente, das provisoras secundárias. No

¹⁷⁰ Estando aqui em comparação dois grupos que têm uma experiência próxima em termos da quantidade de tempo dedicada à actividade doméstica (foi observado que as mulheres que se viam como provisoras secundárias assumiam uma responsabilidade quase total pela vida doméstica) este resultado levou os autores a considerarem que talvez tal pudesse significar que os filhos fossem mais sensíveis ao que as mães sentem relativamente aos papéis que desempenham: “...these data suggest that future research that examines mothers’ work attitudes in relation to children’s perceptions of the mother-child relationship may be more informative than the more popular approach of simply linking maternal work hours to parent-child relations.” (p. 326).

grupo destas últimas, a divisão do trabalho doméstico revelou-se o factor mais distintivo sendo este o grupo das mulheres cujos companheiros menos se envolviam nas lides domésticas.

Apesar de se terem centrado exclusivamente na investigação das crenças subjectivas das mulheres face a um dos seus papéis de vida, os autores ressaltaram a importância de valorizar o contexto relacional em que certos padrões de comportamento se organizam, na tentativa compreender de que forma homens e mulheres constroem o género e as consequentes especializações de papel no processo de se tornarem casal e família:

These early patterns may set the course for how couples maintain gender differences and specialization in their families, patterns that in turn have important implications for the quality of family life and the context in which children are socialized to think about work and family roles.
(p. 327)

Deste ponto de vista, e embora a direcção causal proposta pelos autores seja outra, torna-se igualmente plausível que a qualidade das relações familiares e o nível de bem-estar psicológico dos indivíduos possa influenciar as suas crenças, bem como as daqueles com quem vivem e se relacionam, acerca da saliência dos vários papéis que desempenham. Sumariamente, poderá considerar-se que os resultados do estudo de Perry-Jenkins *et al.* (1992) sugerem que as actuais características da vida familiar podem estar associadas a mudanças no que se refere à divisão do trabalho doméstico, devido à abertura das mulheres a trajetórias profissionais e orientações identitárias menos clássicas e uniformes do que no passado.

O estudo de Wall e Guerreiro (2005), realizado com famílias portuguesas, complementa a investigação desses autores ao mostrar que os domínios de gratificação/identificação das mulheres participantes condicionavam de forma significativa a divisão das tarefas domésticas. Da análise realizada emergiram três tendências. As mulheres que encontravam nas tarefas domésticas o seu principal domínio de gratificação apareciam sobrerrepresentadas na categoria dos casais em que apenas as mulheres asseguravam as tarefas domésticas. As mulheres para quem a profissão (ou o convívio), os filhos e a conjugalidade eram domínios valorizados, enquadravam-se no grupo das que delegavam na empregada doméstica ou optavam por um sistema de divisão familiar podendo também estar representadas no grupo da (bastante) partilha conjugal embora se inclinassem mais para essa modalidade as mulheres que identificavam como domínios de gratificação as tarefas domésticas, os filhos e as relações de parentesco. Ao longo do percurso familiar, a passagem de uma partilha mais igualitária para a centração no trabalho feminino associava-se, principalmente a mulheres que, do ponto de vista identitário, se orientavam para domínios de gratificação afastados da vida profissional e mais centrados nas tarefas domésticas e na vida familiar. A mudança oposta (*i.e.*, de uma modalidade de trabalho doméstico feminino para bastante partilha conjugal) surgiu no grupo de mulheres que valorizavam, mais do que as anteriores, a profissão e a vida conjugal. Por último, a partilha igualitária do trabalho doméstico não se alterava ao longo do tempo para aquelas que

têm orientações identitárias mais indeterminadas mas também surgiu associada às que não se identificavam fortemente com a vida profissional.

Apesar da influência desta variável individual (*i.e.*, a identificação ou orientação para um domínio), as autoras esclareceram que, no contexto de desigualdades socioprofissionais e de género, as práticas da divisão do trabalho, seja ele profissional ou doméstico, não dependiam unicamente de opções ou escolhas pessoais das mulheres mas seriam influenciadas por factores microsociais entre os quais se destacava o nível de escolaridade, o nível profissional e o nível sócio-económico. Assim, tendo identificado quatro modelos normativos ideais – o modelo igualitário (dupla profissão, dupla responsabilidade doméstica), o modelo do compromisso (dupla profissão, responsabilidade doméstica feminina dominante), o modelo ganha-pão masculino modificado (profissão mais masculina, responsabilidade doméstica mais feminina) e o modelo ganha-pão masculino (profissão masculina, homem semi-participativo na responsabilidade doméstica) – procuraram mostrar como da articulação de factores microsociais emergiam perfis diferenciados de divisão do trabalho profissional e doméstico.

Um dos perfis desenhava-se à volta das mulheres com baixo nível de escolaridade que embora se sentissem gratificadas com as tarefas domésticas tendiam a aderir a um modelo de compromisso ou ganha-pão modificado. Dada a escassez de recursos económicos e a falta de tempo, a única forma destas mulheres aliviarem a sobrecarga era a mobilização dos recursos não pagos disponíveis na própria estrutura familiar (familiares descendentes ou ascendentes, cônjuge) ou a decisão por um trabalho a tempo parcial. Outro dos perfis referia-se a famílias cujos cônjuges tinham formações de nível intermédio e correspondia ao cenário mais flexível de divisão de trabalho em que se mostrava viável o recurso a um gama alargada de práticas (o recurso à empregada doméstica, a partilha de tarefas no interior do casal e dentro da família nuclear). A falta desta flexibilidade constituía, precisamente, a maior vulnerabilidade de famílias em que ambos os elementos do casal possuíam qualificações de nível superior (empresários e dirigentes e profissionais das profissões intelectuais e científicas). Ainda que economicamente se abrissem diversas alternativas facilitadoras da divisão de papéis (o recurso à empregada doméstica, o trabalho a tempo parcial complementado com ajuda de pessoal doméstico, ou a externalização de serviços), nestas famílias "...parece existir um menor espaço de negociação e de disponibilidade de tempo para caminhar no sentido de uma participação masculina mais intensa e diversificada." (Wall & Guerreiro, 2005, p. 362).

Greenberger e Goldberg (1989) investigaram a relação entre o investimento de homens e de mulheres no trabalho e na parentalidade e procuraram determinar se variações no grau desses investimentos apareciam associadas a comportamentos parentais consequentes para o desenvolvimento dos filhos¹⁷¹. Com esse objectivo estudaram a influência do investimento

¹⁷¹ Os autores usaram duas medidas de investimento no trabalho (número de horas de trabalho e centralidade/saliência do papel profissional) e de investimento na parentalidade (crenças na capacidade própria para satisfazer as necessidades do filho e centralidade/saliência do papel parental). Privilegiaram, assim, a medida de dimensões propriamente psicológicas da relação dos indivíduos com o trabalho e com a parentalidade, não se cingindo à avaliação de indicadores mais externos do investimento nos dois domínios (*e.g.*, o dispêndio de tempo) que não só são mais

parental nas práticas de socialização e nas percepções quanto ao comportamento dos filhos¹⁷² junto de uma amostra de pais e mães de crianças entre os 3 e os 4 anos. A relação entre o investimento no trabalho e o exercício da parentalidade foi avaliada através de um conjunto de análises correlacionais através das quais os autores constataram que homens com elevado investimento no trabalho e mais horas de trabalho recorriam menos a práticas disciplinares austeras e faziam mais exigências de maturidade a nível do auto-controlo e do comportamento prossocial dos filhos. O número de horas de trabalho dos pais (homens) apresentava ainda uma relação negativa com o controlo negligente. No caso das mães, o investimento no trabalho mostrava-se negativamente associado com o controlo negligente e positivamente relacionado com o controlo firme/responsivo. O investimento no trabalho apresentava uma relação nula com o investimento na parentalidade na amostra masculina e uma relação inversa na amostra feminina (maior investimento no trabalho associa-se a menor investimento na parentalidade).

Os resultados da análise de diferenças nas exigências de maturidade em função do padrão de investimento dos pais indicaram que independentemente do grau de investimento na parentalidade, um elevado investimento dos pais (homens) no trabalho se encontrava associado a maiores exigências de comportamento prossocial. Observou-se a tendência inversa no caso das mulheres: as que investiam menos no trabalho e mais na parentalidade mostravam-se mais exigentes com os filhos no que se refere àquela dimensão. Independentemente do investimento no trabalho, as mães que investiam mais na parentalidade exigiam mais a exibição de comportamentos prossociais pelos filhos estando as expectativas mais baixas associadas a investimentos reduzidos em ambos os domínios. Os autores interpretam estes resultados admitindo que as exigências maternas de maturidade sejam motivadas pela sua preocupação em promover o desenvolvimento dos filhos e que as exigências paternas correspondam à tradução das suas próprias necessidades enquanto trabalhadores.

Das quatro medidas de investimento usadas, apenas as crenças na capacidade exclusiva para cuidar dos filhos predisseram as exigências de maturidade (nas três dimensões avaliadas: exigências de comportamento prossocial, exigências de auto-controlo, exigências de independência) dos pais, a que se acrescentava, no caso das mães, o investimento parental (preditor significativo apenas a nível das exigências de comportamento prossocial). Os autores encararam este resultado como uma prova de que o investimento na parentalidade seria um preditor mais importante do que o investimento de homens e de mulheres no trabalho: *"Perhaps the more parents feel they have a uniquely important place in their children's lives, the*

susceptíveis à interferência de múltiplas variáveis situacionais e de contexto, como são menos fiéis à experiência subjectiva do envolvimento.

¹⁷² As práticas de socialização são operacionalizadas através de variáveis como o tipo de controlo parental (controlo negligente, austero e firme/responsivo), as exigências de maturidade (exigências de comportamento prossocial, exigências de auto-controlo, exigências de independência) e o estilo parental (autoritário, autoritativo e permissivo). As percepções do comportamento dos filhos são avaliadas a partir de uma *check-list* de comportamentos positivos (cooperação e empatia, independência e contentamento) e comportamentos problemáticos (agressivos, impulsivos/hiperactivos e depressivos/isolamento) tendo como referência temporal os últimos três meses.

more they feel they must take the responsibility for ensuring that their children acquire behavioral attributes that will optimize their functioning over the long run." (Greenberger & Goldberg, 1989, p. 32).

O padrão de investimento apenas apareceu associado a variações significativas no estilo parental no caso das mães. O estilo parental autoritativo mostrou-se mais comum entre as mães altamente investidas no trabalho e na parentalidade comparativamente a qualquer outro padrão de investimento. Os autores não confirmaram as duas hipóteses definidas inicialmente quanto a esta relação: (1) que os pais cujo investimento se enquadrasse nos dois padrões caracterizados por elevado investimento na parentalidade, seriam os que mais adoptariam um estilo parental autoritativo; (2) que os pais que investissem de forma elevada no trabalho mas não na parentalidade, tenderiam a adoptar, mais do que pais altamente investidos¹⁷³ nos dois domínios, estilos parentais autoritários e/ou negligentes. Na perspectiva dos autores, o estilo autoritativo seria incompatível com o padrão a que apareceu associado (elevado investimento em ambos os domínios): *"Authoritative parenting requires attentiveness to the child change capabilities, efforts to promote understanding rather than unthinking obedience, and persistence in gaining the child's compliance with expectations for mature behavior."* (Greenberger & Goldberg, 1989, p. 23).

Os autores também encontraram diferenças significativas nas percepções acerca dos filhos apenas em função do padrão de investimento materno: mães altamente investidas no trabalho e na parentalidade descreviam mais positivamente os comportamentos dos filhos. No caso dos pais (homens) apenas o investimento na parentalidade (saliência) se mostrou um preditor positivo das percepções quanto aos comportamentos positivos dos filhos e um preditor negativo das percepções de problemas de comportamento. O mesmo se verificou no caso das percepções maternas embora no caso das mães as crenças na capacidade exclusiva para cuidar dos filhos e o investimento no trabalho também contribuíssem significativamente para as percepções de comportamentos positivos dos filhos.

Greenberger e Goldberg (1989) concluíram que o investimento dos pais na parentalidade influenciava mais decisivamente a socialização das crianças do que o investimento no trabalho, dado estar associado a diferenças nas práticas parentais e no modo como pais e mães percepcionavam os filhos. Consideraram, ainda, terem reunido evidência de que o investimento das figuras parentais no trabalho não ocorria à custa do investimento na parentalidade, mesmo tendo em conta a correlação negativa detectada entre essas duas variáveis relativamente às mães.

¹⁷³ Esta expressão ("investidos") que, recorrentemente, aparecerá ao longo da dissertação, nalguns casos mostrar-se-á relativamente desajustada da intenção do seu uso uma vez que remete para a ideia de pais-objecto e não pais-sujeitos de investimento como, neste contexto, se pretende significar. Embora fosse mais adequado o emprego do termo "investidores" o facto de, no léxico corrente da psicologia, se ter generalizado a utilização da primeira expressão explica que também aqui ela seja preferencialmente adoptada.

Num estudo realizado com uma amostra de pais e de mães (com predomínio destas últimas) de diversas categorias profissionais, Greenberger, O'Neil e Nagel (1994) procuraram analisar de que forma certas características particulares da actividade profissional das figuras parentais (complexidade do trabalho com pessoas; desafio; e pressão de tempo) prediziam a qualidade da parentalidade exercida pelos pais (controle firme mas flexível; controle negligente; controle austero; responsividade e carinho; e qualidade das explicações facultadas aos filhos¹⁷⁴). Os autores constataram que pais com profissões mais complexas e desafiantes revelavam *scores* mais elevados relativamente a dimensões como disciplina firme mas flexível, carinho e responsividade e qualidade das explicações facultadas aos filhos e *scores* reduzidos relativamente ao controle negligente e austero, um padrão conotado pelos autores com "parentalidade positiva". Tendo analisado o impacto de três características profissionais distintas (complexidade, desafio e pressão de tempo), os autores observaram que o grau no qual a profissão envolvia interacções com os outros e proporcionava desafio e variedade eram consideravelmente mais relevantes nas variações das medidas relativas à parentalidade do que o grau de urgência associado à realização das actividades profissionais. Este último factor apenas contribuiu significativamente para os estilos de controlo firme mas flexível e controle austero: pais que enfrentavam maiores pressões temporais na realização do seu trabalho apresentavam *scores* mais reduzidos relativamente à primeira dimensão e mais elevados na segunda. Os resultados do estudo apenas apoiaram parcialmente o modelo de mediação testado a partir da hipótese de *spillover* do humor (de acordo com este modelo a associação entre as condições de trabalho dos pais e o exercício da parentalidade seria mediada pelos efeitos das primeiras no estado do humor dos pais). O efeito de mediação foi unicamente confirmado pelos autores no que se refere (1) à relação entre o nível de complexidade da actividade profissional (influencia positivamente o humor dos pais) e a utilização de estratégias disciplinares firmes mas flexíveis; (2) à relação entre o grau de desafio associado à profissão dos pais e práticas disciplinares austeras (por intermédio do aumento do humor depressivo); e, (3) à relação entre o grau de desafio profissional das actividades dos pais e a qualidade das explicações apresentadas às crianças (por intermédio da diminuição do humor depressivo).

A presença de efeitos directos de socialização foi apoiada por um conjunto de interacções significativas encontradas pelos autores, face às quais manifestaram dificuldade em interpretar em função de outras referências conceptuais. Com efeito, uma dessas interacções apontou para o facto de actividades profissionais que envolviam relações interpessoais mais complexas estarem relacionadas com uma maior tendência dos pais para disciplinar os filhos e não as filhas de uma maneira firme mas flexível. Tratou-se de um resultado que, de acordo com a perspectiva da socialização, levou os autores a pressupor que as competências adquiridas profissionalmente não se generalizassem uniformemente a todas as relações na família mas se transferissem em função do género, uma explicação que talvez também se

¹⁷⁴ Os três estilos de controlo foram avaliados através de questionários de auto-relato e as restantes dimensões através de métodos observacionais.

mostrasse adequada à interação observada entre o gênero dos filhos e o grau de desafio associado à profissão dos pais no que se refere à utilização de disciplina firme mas flexível (associação mais positiva quando se tratava das filhas mas que não se revelou significativa no caso dos filhos). Foram, ainda, encontradas associações positivas entre a complexidade do trabalho com pessoas, o carinho e a responsividade dos pais e a qualidade das explicações dadas aos filhos no caso de pares pais-filhos heterogêneos quanto ao gênero (*i.e.*, díades pai-filha e mãe-filho), um resultado que os autores consideraram explicável pela maior facilidade em compreender, empatizar e comunicar com os filhos do sexo oposto por parte de pais que profissionalmente têm a possibilidade de treinar as suas competências de persuasão, de ensino e tutoria.

6.3.2.2. A Influência do Trabalho na Parentalidade: Síntese Geral

Do ponto de vista do seu enquadramento teórico, estas investigações adoptam a perspectiva da socialização e/ou a perspectiva da generalização do stresse. As que privilegiam a primeira abordagem apoiam-se na convicção de que as atitudes, os valores, os modos de pensar e as competências que são adquiridas, praticadas e reforçadas no contexto de trabalho se generalizam e transferem para o domínio familiar sob a forma de comportamentos parentais e expectativas quanto ao desenvolvimento dos filhos. Desta forma, o funcionamento cognitivo dos pais, as suas atitudes e os valores por si privilegiados nas práticas educativas dos filhos são vistos como estando relacionados com as condições de trabalho e, em particular, com o grau de complexidade das suas actividades profissionais, ou seja, com a extensão na qual essas actividades são fonte de desafio cognitivo e interpessoal para os pais (Menaghan & Parcel, 1990; 1991). Trata-se de um conjunto de investigações que apoiam a hipótese da modelagem e da continuidade intergeracional ao apontarem para a adopção pelos pais de práticas educativas que socializam os filhos para atitudes e comportamentos idênticos aos que são exigidos, valorizados e reforçados nos seus próprios ambientes de trabalho seja pela exibição, em meio familiar, desses mesmos comportamentos e atitudes (pela via de mecanismos de *Spillover*) aos quais, naturalmente, os filhos ficam expostos¹⁷⁵.

As investigações que se desenvolvem a partir do segundo ponto de vista, enfatizam as consequências emocionais resultantes do desempenho de certas actividades profissionais cujas características, interferindo na auto-estima e no controle pessoal dos indivíduos, são vistas como responsáveis pela exacerbação do seu mal-estar psicológico. Considera-se que na base da experiência de stresse estão discrepâncias entre as exigências da situação profissional e as

¹⁷⁵ Outra perspectiva é a de que os pais não transmitem crenças ou valores específicos mas ocupam uma posição na estrutura social que lhes dá acesso a certos recursos culturais, sociais e económicos. A congruência entre as atitudes de pais e de filhos reflectiria, neste caso, o facto de ocuparem lugares semelhantes na estrutura social de oportunidades, isto é, possuírem o mesmo "*social address*" (Bronfenbrenner, 1995). De acordo com esta abordagem, a socialização ocorre indirectamente, através da provisão de recursos e de oportunidades durante a e após a infância: "...*parents and children who occupy the same roles or positions within society will be more alike in attitudes and values and emotionally closer than those in different structural positions.*" (Moen, Erickson, & Dempster-McClain, 1997, p. 282).

capacidades e/ou recursos individuais que podem dar lugar a situações de sobre ou sub estimulação (Menaghan & Parcel, 1990; 1991). Integram-se, nesta segunda abordagem os estudos sobre o efeito da transferência de tensões associadas à vida profissional para o quotidiano familiar (Almeida *et al.*, 1999; Carson & Parke, 1996; Inman-Amos, 1993; Larson & Almeida, 1999; Rollins & White, 1982) cujos resultados (evidenciando o aumento do stresse, dos níveis de conflitualidade, de flutuações de humor e de evitamento da interacção) sugerem a possibilidade de desenvolvimento pelos jovens de atitudes e representações negativas em relação ao trabalho (Cohen, Burt & Bjorck, 1987; Cohen, Coyen & Duvall, 1996; Larson & Almeida, 1999; Repetti & Wood, 1997), tanto nas situações em que, para os pais, o trabalho corresponde a uma necessidade instrumental¹⁷⁶ como naquelas em que para os progenitores o trabalho é uma dimensão psicologicamente central.

Neste último caso, a investigação mostra que níveis elevados de *workaholism* estão associados a menor eficácia na resolução de problemas, comunicação mais pobre, papéis familiares menos definidos, menor variedade de respostas afectivas e menor envolvimento afectivo (Robinson & Post, 1995). Tais consequências parecem ser, inclusivamente, identificadas pelos filhos que se ressentem, em termos de desenvolvimento, do distanciamento emocional dos pais:

Psychologically unavailable to their offspring, workaholics generally do not take an active role in their children's development. When they do, it is often to make sure that their children are mastering their perfectionist standards. The standards are often out of reach for children of workaholics, who internalize their failure as self-inadequacy. (Robinson, 2000, p. 36)¹⁷⁷

Oates (1971, *cit. in* Robinson, 2001) apresentou quatro aspectos presentes na descrição que filhos de *workaholics* fazem dos pais: (1) preocupação (ter sempre outra coisa qualquer na cabeça); (2) urgência (andar sempre apressado); (3) irritabilidade (envolver-se de tal forma no trabalho que parecem sempre contrariados e instáveis); e, (4) depressão (levar o trabalho demasiado a sério e não serem bem dispostos). A partir da sua prática clínica e do atendimento a 100 indivíduos assumidamente *workaholics*, Robinson (1989) concluiu que a compulsão para o trabalho excessivo estava associado um padrão – frequentemente ligado a disfunções na família de origem e transportado para a idade adulta – que tomava a forma de

¹⁷⁶ Barling, Dupre e Hepburn (1998) investigaram a relação entre o stresse profissional dos pais e as crenças e atitudes dos filhos em relação ao trabalho. Os autores observam que o número de despedimentos do pai e as percepções de insegurança de emprego de ambos os pais influenciam as percepções dos filhos acerca da insegurança de emprego do pai e da mãe. Todavia apenas as percepções da insegurança do emprego do pai (e não da mãe), se mostra um preditor significativo das crenças e atitudes dos filhos em relação ao trabalho.

¹⁷⁷ O desenvolvimento de um *locus* de controlo externo, a dependência da aprovação dos outros e a constante necessidade de corresponder às suas expectativas, são o legado que pais *workaholics* tendem a deixar aos filhos (Robinson, 2000). Robinson e Kelley (1998), no primeiro estudo realizado com jovens-adultos filhos de *workaholics*, confirmaram que as disfunções familiares associadas a esses comportamentos parentais tendiam a ser transmitidas aos filhos sob a forma de depressão, ansiedade e *locus* de controlo externo mas apenas quando se tratava da figura paterna. Os autores explicaram que, estando tradicionalmente atribuída ao homem a responsabilidade pelo sustento familiar, seria natural que estes tivessem sido condicionados a serem mais agressivos e orientados para o desempenho profissional. As mães, em contraste, talvez fossem mais capazes de permanecerem como figuras carinhosas, atitude que seria susceptível de mitigar os efeitos negativos de uma parentalidade *workaholic*.

comportamentos desadaptativos no plano conjugal e em todas as outras relações sociais: “ *The overabundance of work takes precedence over everyone and everything else in the lives of the work addicted. Excessive work prevents them from forming and maintaining intimate relationships and close friendships.*” (p. 42).

A forma como os filhos percebem os comportamentos dos pais no caso de um superinvestimento no trabalho, certamente que não é favorável a uma visão nem do papel parental nem do papel de trabalhador/profissional como fontes de gratificações. Não só a dedicação ao trabalho parece fazer-se à custa do investimento no papel parental (e da relação pais-filhos) como também aparece associada a uma série de comportamentos negativos que os filhos avaliam como penalizadoras para os próprios pais, negativos para o bem-estar subjectivo da família, razão pela qual faria sentido esperar, nesta situação, não a reprodução do modelo parental mas a compensação do mesmo¹⁷⁸. Em reforço desta ideia poderá aludir-se, ainda que sob um outro ponto de vista, aos resultados de estudos que revelam que o maior investimento das filhas na educação e na formação reflecte uma espécie de reacção compensatória à sua exposição a um modelo familiar de dependência (económica e social) da mãe com traços de dominação masculina face ao qual as jovens se sentem motivadas a apostar em estratégias de mobilidade ascendente que as distancie dos baixos níveis de instrução e qualificação da figura materna (Botkin, Weeks & Morris, 2000; Wilkie, 1993; Torres, 2004).

De qualquer forma, praticamente todas as investigações abordam os efeitos da situação profissional a partir de um ou combinando os dois tipos de perspectivas. Todas elas procuram avaliar a extensão dos efeitos cognitivos, atitudinais e emocionais da experiência de trabalho dos pais em termos das suas implicações intergeracionais (Greenberger *et al.*, 1994; Menaghan & Parcel, 1991; 1995; Parcel & Menaghan, 1990; 1993; Rogers *et al.*, 1991; Piotrkowski & Katz, 1982). As repercussões intergeracionais são explicadas pelos autores com base no raciocínio de que as condições de trabalho dos pais afectam a sua capacidade para educarem os filhos, estimularem o seu desenvolvimento e agirem com eles de modo apropriado e responsivo nas interacções familiares. Ao actuar através da sua influência no ambiente familiar, a complexidade das profissões dos pais influenciaria, por seu turno, as oportunidades dos filhos para desenvolverem recursos pessoais essenciais ao alcance dos seus próprios objectivos profissionais (Menaghan & Parcel, 1991).

¹⁷⁸ Embora esta hipótese faça algum sentido, é preciso não perder de vista que a perspectiva dominante no domínio do *workaholism* (bem como de outras adicções) é que este tipo de comportamento adicto, é transmitido de geração em geração, em larga medida por influência das dinâmicas familiares, isto é, das regras, crenças e padrões relacionais que sustentam o ciclo de transmissão intergeracional: “ *work addiction is viewed as a learned additive response to a family of origin system...*” (Robinson & Kelley, 2000, p. 225). A adicção ao trabalho dos pais pode ser vista como um sintoma da doença do sistema familiar que é transmitido aos filhos. Ou seja, subjacentes ao *workaholism* estão sentimentos de inferioridade e o medo de falhar. Ao mostrarem-se mais exigentes com os filhos em termos de realização e perfeccionismo, estes pais encaram os filhos como extensões do seu próprio ego. Nesta dinâmica, os filhos aprendem que o amor parental tem como condição a exibição de um desempenho perfeito, padrão de perfeição que eles próprios passam a valorizar e a tentar alcançar. (Pietropinto, 1986).

A respeito da relação entre as condições de trabalho e a vida familiar, vale a pena acrescentar que a evidência sugere que tanto o género como a idade da criança podem ser variáveis críticas na mediação do impacto do trabalho dos pais, mais especificamente, *"...conditions of employment may be more consequential, both positively and negatively, for younger children, although the full effect may not be observable until the children are older, and the outcome may be rather different for daughters and sons"*. (Bronfenbrenner, 1986, p. 735).

6.3.2.3. Transmissão Intergeracional de Atitudes e Estratégias de Conciliação da Vida Familiar e Profissional: Um estudo Exploratório

Andrade (2006) procurou explorar, numa amostra constituída por 101 tríades familiares portuguesas, a influência dos modelos parentais (pai e mãe) nas atitudes dos descendentes (filhos e filhas) em relação ao trabalho/carreira, à família/parentalidade aos papéis de género, ao conflito interpapéis e às estratégias de conciliação dos papéis familiares e profissionais.

Relativamente aos papéis de género, os resultados mostraram que os pais eram mais tradicionalistas e menos igualitários do que os filhos. No grupo dos filhos, observou-se a presença de atitudes mais igualitárias entre as raparigas¹⁷⁹ e mais tradicionalistas no grupo dos participantes do sexo masculino. Quando comparados com os pais, os filhos também apresentaram atitudes simultaneamente mais positivas e mais negativas relativamente à família e à parentalidade¹⁸⁰ tendência que também se observou relativamente às atitudes negativas em relação ao trabalho e à carreira¹⁸¹. Ainda relativamente a este último domínio (trabalho/carreira), a autora verificou que os filhos tinham atitudes mais positivas do que os pais e que, na segunda geração, os rapazes eram quem registava as atitudes mais positivas (registam valores nesta variável superiores aos das raparigas e aos dos pais). Salientou-se ainda, no que se refere ao trabalho/carreira a presença de diferenças significativas entre pais e mães sendo mais negativas as atitudes dos homens.

Quanto às estratégias de conciliação dos papéis familiares e profissionais emergiram diferenças significativas entre pais e filhos que indicaram uma tendência superior entre estes últimos para optarem quer pela concessão (ao nível pessoal, familiar e profissional) quer pela negociação ou partilha para fazerem face à necessidade de conciliação de papéis¹⁸². Em termos

¹⁷⁹ O resultado que apontou para valores mais baixos nas filhas do que os filhos e os pais na atitude tradicionalista face papéis de género, não obstante ser explicável por vários factores, segundo a autora estaria, especialmente, relacionado com o facto de serem as mulheres da nova geração as que mais sentem os efeitos negativos dessas atitudes e as que mais são penalizadas por elas (Andrade, 2006).

¹⁸⁰ Esta atitude mais positiva em relação à família por parte dos filhos por comparação aos pais poderá reflectir, de acordo com a autora, a preocupação dos jovens com o futuro projecto parental e a idealização das condições que consideram facilitadoras de um bom desempenho a esse nível.

¹⁸¹ Andrade (2006) considerou este resultado revelador da capacidade das gerações mais novas para percepcionarem tanto os aspectos positivos como os aspectos negativos do trabalho e da família sendo que neste último caso, apresentaram atitudes mais extremadas do que os pais.

¹⁸² Parece plausível à autora que os jovens avaliem a conciliação como algo que irá exigir ao mesmo tempo a capacidade de fazer cedências e a capacidade de partilhar. A diferença geracional radicaria nos diferentes pontos de partida para a reflexão da questão: a vivência (dos pais) e a antecipação (dos filhos).

da experiência de conflito interpapéis, destacou-se o facto da figura paterna apresentar os valores mais reduzidos para esta variável (comparativamente às mães, filhos e filhas) quando avaliada na direcção trabalho-família como na direcção família-trabalho¹⁸³. As atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e as atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira emergiram como as duas variáveis mais capazes de diferenciar as duas gerações (o grupo dos filhos apresentou os valores mais elevados em ambas).

A autora testou ainda um modelo teórico de relação entre as variáveis separadamente para mães, pais, filhos e filhas tendo observado que em todos os grupos, as atitudes igualitárias face aos papéis de género e as atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira se mostravam preditores significativos das estratégias de conciliação (de negociação e de concessão, respectivamente). No modelo relativo à figura materna destacou-se a influência das atitudes tradicionais de género na adopção de estratégias de conciliação-concessão e a influência de atitudes igualitárias em relação aos papéis de género na adopção de estratégias de conciliação-negociação. Na amostra das filhas é de ressaltar o facto da estratégia conciliação-concessão ser, tal como no caso das mães, determinada pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira e pelas atitudes tradicionais em relação aos papéis de género¹⁸⁴ com as atitudes igualitárias a favorecerem a preferência por estratégias de conciliação-negociação. No grupo dos filhos, esta última estratégia apareceu influenciada pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e pelas atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira ao passo que as atitudes positivas e negativas em relação a este domínio determinavam a opção por estratégias de conciliação-concessão. Tal resultado leva a crer que a valorização do trabalho (nos seus aspectos negativos e positivos) é o factor que predispõe os filhos a fazerem ajustamentos na sua vida pessoal e familiar ou a negociarem a distribuição de responsabilidades na família de modo a conciliar os papéis de vida (Andrade, 2006).

Deste ponto de vista, os resultados obtidos a partir do modelo dos filhos contrastaram com os observados no modelo dos pais. Aparentemente, estes últimos encontravam na valorização da família a motivação para fazerem concessões no sentido da conciliação e até a disponibilidade para negociarem a divisão de tarefas familiares quando as experiências profissionais eram avaliadas negativamente. Com efeito, no modelo relativo à figura paterna, sobressaiu o papel das atitudes positivas em relação à família/parentalidade na adesão a estratégias de conciliação-concessão e a influência de variáveis como as atitudes igualitárias em

¹⁸³ Importa salientar que relativamente às análises efectuadas em função do género: (1) na geração dos pais, não foram encontradas diferenças significativas para nenhuma das variáveis à excepção da atitude negativa em relação ao trabalho/carreira e ao conflito interpapéis; (2) em nenhuma das Gerações, foram detectadas diferenças significativas relativamente às atitudes positivas e negativas em relação à família/parentalidade, à estratégia de conciliação-concessão e à estratégia conciliação-negociação; (3) na geração dos filhos não foram encontradas diferenças significativas em relação às atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira; e, (4) não foram encontradas para nenhuma das variáveis diferenças de género intergeracionais.

¹⁸⁴ Segundo Andrade (2006) a tendência das mulheres para optarem pelas estratégias de concessão sempre que existe um quadro tradicionalista quanto aos papéis de género, parece indicar que, em cenários desse tipo, é sobre as mulheres que recai a responsabilidade pela conciliação.

relação aos papéis de género e as atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira na determinação de estratégias de conciliação-negociação.

Por fim, foi testado um outro modelo em que foram envolvidos dois tipos de tríades familiares (pai-mãe-filha e pai-mãe-filho) e através do qual a autora procurou avaliar as possíveis influências das atitudes e das estratégias de conciliação dos pais nas atitudes dos filhos. Uma das primeiras observações realizadas pela autora foi a de que nenhuma variável relativa à figura paterna se encontrava relacionada com qualquer variável das filhas (apesar do papel do pai se mostrar especialmente relevante no caso dos filhos). Em contrapartida, todas as outras variáveis maternas produziam efeito nas atitudes das filhas à excepção das atitudes igualitárias face aos papéis de género¹⁸⁵ uma verificação que, de acordo com Andrade (2006), põe em causa o tradicional papel paternal de socialização para o trabalho e reforça a centralidade da figura materna na transmissão de atitudes em relação a qualquer uma das variáveis em análise.

Assim, foi verificado que as atitudes negativas da mãe em relação ao trabalho/carreira influenciavam as atitudes negativas das filhas nesse domínio que, por sua vez, e em conjunto com as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género, determinavam as estratégias de conciliação-concessão das filhas¹⁸⁶. Estas, todavia, acusavam, igualmente, um efeito directo das estratégias de conciliação-concessão das mães o que é interpretado pela autora como um indicador de “heranças socializadoras” (visíveis relativamente a outras variáveis como as atitudes tradicionais de género). As atitudes tradicionais em relação aos papéis de género das filhas sofriam a influência das atitudes tradicionais e igualitárias da mãe em relação ao papel de género bem como das atitudes positivas da figura materna em relação à família/parentalidade¹⁸⁷. As estratégias de conciliação-negociação das filhas apenas eram determinadas pelas atitudes igualitárias das filhas quanto aos papéis de género, variável sobre a qual nenhum dos factores associados à figura materna exercia influência.

De resto, também a testagem do modelo nas tríades pai-mãe-filho, deu conta desta ausência de influência quer da figura paterna quer da figura materna nas atitudes igualitárias quanto ao género dos filhos, embora esta variável contribuisse, juntamente com as atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira e com as estratégias paternas de conciliação-concessão paternas, para estratégias de conciliação-negociação. As estratégias de conciliação-concessão maternas mostraram influenciar directamente a preferência dos filhos por estratégias de conciliação-concessão, um resultado, à primeira vista, explicável pelo processo de modelagem. Por seu turno, as estratégias de conciliação-concessão do pai mostraram-se

¹⁸⁵ Tendo-se apresentado como o único preditor das estratégias de conciliação-negociação, a autora considerou que atitudes igualitárias face aos papéis de género das mulheres mais jovens talvez reflectissem uma nova visão das relações de casal.

¹⁸⁶ Andrade (2006) argumentou que esta influência das atitudes negativas da mãe em relação ao trabalho nas estratégias de conciliação-concessão das filhas resultaria do facto das filhas terem consciência que as exigências profissionais virão a implicar que abdicuem que certos aspectos da sua vida pessoal e familiar.

¹⁸⁷ De acordo com Andrade (2006) o modelo positivo de família transmitido pelas mães parece ser interpretado pelas filhas como um modelo tradicional do papel da mulher na família, que do modelo materno reteriam a importância, pessoal e social, da maternidade e das lides domésticas.

preditores relevantes das estratégias de conciliação-negociação dos filhos¹⁸⁸. Aliás, uma das particularidades deste modelo foi a existência de influências nas atitudes e estratégias dos filhos das atitudes mas também das estratégias parentais, o que não acontecia no modelo testado na tríade anterior. Quanto às atitudes maternas, atitudes negativas face ao trabalho/carreira determinavam atitudes do mesmo tipo nos filhos¹⁸⁹ evidenciando semelhanças assentes em processos de transmissão intergeracional. Por seu lado, atitudes positivas em relação à família/parentalidade e atitudes igualitárias quanto aos papéis de género transmitidas pela mãe e pelo pai contribuíam para atitudes positivas dos filhos quanto ao trabalho/carreira contrariando a expectativa de que os filhos recebem a influência de uma ou de outra figura parental em função dos domínios para os quais são socializados. O facto dos filhos sofrerem influências de ambos os progenitores é visto por Andrade (2006) como um possível indicador de que aqueles constroem, a partir das atitudes do pai e da mãe, um “modelo relativo” que lhes possa ser mais útil na adaptação às circunstâncias do contexto social actual.

7. Transmissão Intergeracional e Género

De acordo com a teoria da aprendizagem social e com a abordagem da socialização familiar, no estudo da transmissão intergeracional é fundamental ter em conta, para além do conteúdo transmitido, as características específicas do modelo transmissor o que remete para a possibilidade de atributos como o género virem a interferir no processo de transmissão (Glass *et al.*, 1986; Greenberger & Goldberg, 1989; Moen, Erickson, & Dempster-McClain, 1997; Smith & Seff, 1980). Nesta ordem de ideias, em igualdade de circunstâncias, a modelagem entre indivíduos do mesmo género parece ser mais comum do que a modelagem entre indivíduos de géneros diferentes (Blair, 1992; Curtis, 1991). Ora, tendo em conta a distribuição dos papéis de género na vida familiar poder-se-ia supor que a figura paterna aparecesse como modelo privilegiado ao nível dos investimentos no trabalho dos rapazes e a figura materna pudesse adquirir destaque no que toca aos investimentos na parentalidade das raparigas. Com efeito, no quadro das relações de género não só estão atribuídas à figura materna tarefas (como o cuidado da família e dos filhos) que a colocam no centro do processo de socialização familiar como são vários os estudos que dão conta da capacidade acrescida das mães para transmitir aspectos ligados ao papel familiar e, no caso de exercer uma actividade profissional, aspectos relacionados com a conciliação de ambos (Baruch & Barnett, 1983; Booth & Amato, 1994;

¹⁸⁸ Embora, neste caso, não se possa falar na existência de transmissão, as estratégias dos pais parecem constituir para os filhos uma referência quanto ao tipo de estratégias que já não se adequam à realidade actual (Andrade, 2006) ou que, simplesmente, não quer para si. Apesar da autora, não o referir, talvez se esteja perante um mecanismo de compensação.

¹⁸⁹ Andrade (2006) chamou a atenção para o facto dos aspectos negativos do trabalho transmitidos pela mãe serem, os que se associaram a estratégias de conciliação-concessão. Do ponto de vista da autora tal poderá estar relacionado com o processo de transmissão de valores e atitudes relevantes ao exercício profissional através do qual as mães facilitariam aos filhos a aprendizagem de que, no actual mundo de trabalho, a valorização da profissão pressupõe a capacidade de concessão. Os aspectos positivos do trabalho transmitidos pela mãe associaram-se a estratégias de conciliação-negociação parecendo que, desta forma, seria veiculada a ideia de que existe uma alternativa de conciliação que, quando possível, pode ser posta em prática no casal.

Debats, 1999; Franco, Sabatinni & Crosby, 2004; Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997). Assim se justifica que, pela maior proximidade aos filhos e pelo maior protagonismo assumido no projecto educativo, a mãe seja identificada por alguns autores como a figura que, no contexto familiar mais influência exerce sobre várias dimensões do desenvolvimento de filhos e filhas (Knaub, 1986; Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997).

No entanto, o considerável número de mães que, paralelamente ao papel parental desenvolve uma actividade profissional convida a reequacionar a questão sob o ângulo dos efeitos da acumulação dos dois papéis no tipo de comportamentos modelados nos filhos. Deste ponto de vista, vale a pena prestar atenção às tendências identificadas por Bronfenbrenner e Crouter (1982) numa incursão histórica sobre as investigações acerca da influência do trabalho da mãe nos filhos. Os autores verificaram que, nos anos 80, o padrão de resultados encontrados evidenciava que o trabalho das mães fora de casa tinha um efeito positivo para as raparigas e um efeito negativo para os rapazes. Assim, por exemplo, filhas pertencentes a famílias com mães inseridas no mercado de trabalho manifestavam maior admiração pela figura materna, uma concepção mais positiva do papel feminino e tendiam a ser mais independentes, aspectos que, nessas mesmas famílias, não se evidenciavam no caso dos descendentes do sexo masculino. Estudos mais recentes apontam também, segundo os autores, para o facto do emprego das mães estar associado a níveis inferiores de realização académica dos filhos (rapazes) em famílias da “classe” média mas não em famílias mais desfavorecidas do ponto de vista socioeconómico. Curiosamente, tal como os autores assinalam, esta influência negativa do emprego da mãe no desenvolvimento dos filhos rapazes era já documentada em investigações desenvolvidas nos anos 30 (Bronfenbrenner & Crouter, 1982).

Com efeito, e em coerência com as observações de Bronfenbrenner e Crouter (1982), uma parte dos estudos evidencia implicações especialmente ao nível das atitudes face ao género, indicando que, nestes casos, as opções de vida da figura materna de desempenho do duplo papel estão associadas a atitudes mais igualitárias (por parte de filhos e filhas) em relação à distribuição dos papéis de género tanto na família como no trabalho (Aquilino, 1991; Willetts-Bloom & Nock, 1994; Tuck, Rolfe & Adair, 1994). O nível sócio-económico e cultural da família surge como um factor que introduz variações nesta tendência geral, já que, na situação em que as mães têm uma ocupação profissional, se verifica que jovens provenientes de famílias de classe “baixa” se mostram mais tradicionalistas em relação aos papéis de género do que os que pertencem a famílias de classe “média” (Menaghan & Parcel, 1995). Tendo verificado que os ganhos a retirar de uma situação profissional desfavorável dependem das oportunidades de mobilidade ascendente de que, entretanto, as mulheres possam vir a dispor no novo emprego, Menaghan e Parcel (1995) assinalam as implicações intergeracionais deste resultado, no que se refere às aprendizagens que o envolvimento das mães com o trabalho é susceptível de proporcionar aos filhos, independentemente da natureza do trabalho que desenvolvem:

...even where subsequent upward mobility over time is limited, it is possible that over the long run, having a working parent as a role model, even one in a poor-quality job, will prove helpful to children and adolescents as they make choices regarding their schooling, work activities, and social lives – choices that form important foundations for future adult status and economic well-being. (Menaghan & Parcel, 1995, p. 82)

Especialmente favorável, parece ser contudo, a situação em que os jovens pertencem a famílias em que ambos os pais têm níveis de formação elevados e a mãe tem uma profissão de nível superior (Pryor, 1990). A atitude cooperativa (menos tradicionalista) a que, nestas famílias, o elemento masculino (pai) se presta, configura um modelo de família mais flexível e simétrico (caracterizado pelo envolvimento de ambos nas tarefas domésticas e na sustentação económica do agregado) que permite aos descendentes desenvolver atitudes mais igualitárias quanto aos papéis de género. Aliás, em famílias deste tipo, em que os papéis familiares e profissional estão mais equilibradamente repartidos por ambos os cônjuges, a flexibilidade e a cooperação são valores transmitidos aos filhos seja qual for o género destes e o dos progenitores (Bailey, 1994; Crouter & Manke, 1997; Dancer & Gilbert, 1993; Deutsch, Lussier & Servis, 1993; Pryor, 1990; Tang, 1997; Zuo, 1997).

A expectativa comum de que no processo de socialização familiar, os pais se “especializem” nas questões relativas ao investimento académico dos filhos enquanto condição primária do sucesso profissional daqueles, apenas é parcialmente confirmada pela investigação. Para além de demonstrarem que os pais se sentem mais responsáveis pela socialização dos filhos que das filhas, numa espécie de partilha do mundo masculino (Gilbert & Brownson, 1998; Nydegger & Mitteness, 1991), os estudos dão conta de preocupações educativas diferentes conforme o género do descendente. Assim, verifica-se que os pais se envolvem mais no reforço da masculinidade dos filhos procurando transmitir atitudes e comportamentos típicos do seu papel de género (com ênfase particular na valorização do papel de “ganha-pão”), ao passo que no caso das filhas, assumem atitudes de protecção, de valorização da realização académica e de estímulo ao investimento no papel profissional¹⁹⁰ (Eccles, 1994; Gadsden & Hall, 1996; Gilbert & Brownson, 1998; Larson & Almeida, 1999; Zuo, 1997). Este último resultado mostra-se especialmente interessante no que respeita à constatação de que a orientação para o projecto profissional corresponde a uma actividade típica da socialização pai-filha (Leaper & Vallin, 1996). De acordo com Zuo (1997) tal dado leva a concluir que, no caso de famílias de duplo-emprego, tanto o pai como a mãe sejam importantes agentes de socialização das filhas para o domínio profissional e que a diferença esteja apenas no grau de envolvimento do pai no papel familiar, sendo essa uma diferença que parece mostrar-se

¹⁹⁰ Fitzpatrick e Silverman (1989), num estudo sobre as variáveis envolvidas na selecção de profissões tradicionais ou não tradicionais pelas mulheres, verificaram que, comparativamente às que escolhiam formações tradicionalmente femininas (na área das humanidades e das ciências), as que escolhiam cursos na área das ciências ou engenharias, tendiam a referir que a profissão dos pais (homens) era a mesma que as delas. Contudo, o apoio dos pais e das mães à escolha vocacional era mais elevado no caso das que escolhiam cursos não tradicionais.

importante no que respeita à socialização dos filhos. É que a estes é transmitido o modelo de chefe-de-família o que, à partida, os torna menos capazes de flexibilizar a sua atitude em relação aos papéis familiares (dispondo-se a participar mais activamente na vida familiar) ainda que possam defender atitudes igualitárias no que à esfera profissional diz respeito (aceitar que as mulheres tal como os homens possam exercer uma profissão). De resto, a probabilidade destes modelos igualitários serem transmitidos pelos pais (homens) aos filhos e filhas é superior em famílias em que o pai investe mais no papel parental e em que a divisão dos papéis de género por pais e mães é mais simétrica (Bailey, 1994; Deutsch *et al.*, 1993; Nydegger & Mitteness, 1991; Tang, 1997).

O que importa reter é que, de um modo geral, os estudos têm constatado que os jovens, sobretudo os que possuem formação universitária, se mostram mais igualitários em relação aos papéis de género do que a geração anterior (Andrade, 2006; Slevin & Wingrove, 1983; Loo & Thorpe, 1998) e se mostram mais disponíveis para uma partilha mais activa no casal das responsabilidades familiares e profissionais (Kerpelman & Schvaneveldt, 1999) embora identifiquem outras estratégias para lidar com o duplo papel que incluem a introdução de mudanças nas condições de exercício do papel profissional (alteração de horário, por exemplo) ou mesmo a reestruturação do estilo de vida através da priorização da vida familiar (Guerreiro & Abrantes, 2004; Greenglass & Devins, 1982; Schroeder *et al.*, 1992).

Mas há uma outra dimensão que emerge destes resultados e que importa fazer ressaltar: não só as práticas de socialização dos pais diferem consoante o género dos filhos, como a própria transmissão intergeracional envolve dinâmicas intra e inter género particulares (*e.g.*, Andrade, 2006; Bronfenbrenner, Alvarez & Henderson, 1984).

Num estudo qualitativo em que avaliaram a percepção de pais e de mães em relação aos seus filhos de 3 anos de idade, Bronfenbrenner *et al.* (1984) verificaram que na apreciação das filhas, as mães que trabalhavam a tempo inteiro, sobretudo as que possuíam habilitações escolares de nível superior, referiam-se aquelas muito positivamente mas era o grupo que descrevia os filhos da forma mais desfavorável. Já as mães com um emprego a tempo parcial descreviam os seus filhos (rapazes) de forma mais positiva do que as primeiras. Os autores explicam este perfil de resultados (encontrado também fortemente diferenciado em função do género do descendente no grupo dos pais mas, de algum modo, menos acentuado) com base nas características desenvolvimentais precoces de rapazes e raparigas, salientando que o facto das mães trabalharem a tempo inteiro poderia limitar as oportunidades de controlo e monitorização dos filhos, em geral fisicamente mais activos e necessitando de maior supervisão do que as filhas. Contudo, comentam os resultados também segundo uma outra perspectiva de acordo com a qual o padrão encontrado *"brings to mind the picture of an aspiring professional woman who already sees her three-year-old-daughter as an interesting and competent person potentially capable of following her mother's footsteps."* (p. 1366).

Estudos sobre as estratégias usadas nas interações pais-filhos mostram que pais e mães assumem posturas diferentes na socialização de gênero de filhos e filhas. Assim, junto das filhas os pais tendem a utilizar formas de comunicação facilitadoras de intimidade e proximidade (estimulando, desta forma, o desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal) e, junto dos filhos, estratégias que promovam a independência e a autonomia. De igual forma, enquanto o comportamento das mães se caracteriza pela procura activa de proximidade para a abordagem de assuntos relacionados com a família, os pais tendem a tomar para si a abordagem de assuntos externos à vida familiar destacando-se a sua influência nas opções escolares e profissionais dos filhos e filhas (Barling, Kelloway & Bremermann, 1991; Barling *et al.*, 1998; Eccles, 1994; Gadsden & Hall, 1996; Leaper, Hauser, & Kremer, 1989; Moen *et al.*, 1997).

Dito de outro modo, se as atitudes assumidas pelos filhos resultam da adopção gradual de comportamentos apropriados ao gênero para os quais são socializados, ao longo do seu desenvolvimento (Cook, 1999; Cunningham, 2005) então, também o gênero dos progenitores, socializados eles próprios de forma consistente com a sua condição de homens ou de mulheres, tem um papel de relevo quando se trata de compreender o tipo de influência familiar a que as novas gerações estão sujeitas (Eggbeen, Snyder & Manning, 1996; Erel & Brurman, 1995; Greenberger & Goldberg, 1989; Moen *et al.*, 1997).

A revisão da literatura permite constatar que são abundantes os estudos que incidem na análise intragénero, particularmente das atitudes em relação aos papéis de gênero (Barak *et al.*, 1991; Baruch & Barnett, 1986; Dancer & Gilbert, 1993; Gadsen & Hall, 1996; Leaper *et al.*, 1989; Moen *et al.*, 1997; Smith & Self, 1980; Thorn & Gilbert, 1998). Trata-se de estudos que, unanimemente, confirmam a existência de semelhanças e consistências na atitude dos pares mães-filhas e pais-filhos em relação a qualquer um dos papéis. Assim, por exemplo, no caso do domínio profissional verifica-se que as filhas manifestam atitudes positivas em relação ao papel profissional quando as mães têm o mesmo tipo de atitude e mostram-se menos tradicionais quando as mães trabalham fora de casa (Barak, Feldman & Noy, 1991; Moen *et al.*, 1997). Relativamente ao papel parental, evidenciam-se semelhanças entre mães e filhas na opinião quanto à idade “ideal” para o casamento bem como a influência da experiência materna de conciliação de papéis, na receptividade das filhas a esse tipo de opção (Dancer & Gilbert, 1993). Dennehy e Mortimer (1993) num estudo acerca da intenção de adolescentes em ter filhos verificaram que raparigas que frequentavam o ensino secundário, filhas de mães empregadas planeavam mais ter filhos que raparigas noutras circunstâncias. As explicações avançadas pelos autores remetem quer para a maior independência que as adolescentes adquirem mais cedo na família origem quer para as maiores expectativas de sucesso destas raparigas nas suas próprias vidas que poderão ter resultado da sua exposição ao sucesso profissional das suas mães. Talvez, no entanto, os resultados encontrados pudessem ter sido outros se o grau de tensão experienciado pelas mães relativamente ao duplo papel de mãe e trabalhadora/profissional tivesse sido avaliado. Sublinhe-se ainda o estudo de Baruch e Barnett

(1986) cujos resultados apontaram para semelhanças quanto aos estereótipos de género, mais acentuadas em famílias de classe média e entre pais e filhos que descreviam ter um bom relacionamento familiar.

Mais escassos são os trabalhos de investigação que privilegiam análises intergénero. Assim, Starrels e Holm (2000), num estudo acerca da influência dos pais nos planos de formação de família de adolescentes, verificaram que a congruência mãe-filho e mãe-filha era elevada, embora a similaridade mãe-filha fosse superior referindo-se não só à idade do casamento mas também ao *timing* da parentalidade (no caso dos rapazes apenas se verificava consistência relativamente à primeira variável). Apesar da expectativa criada por estes dados quanto a uma maior consistência intergeracional em díades homogéneas quanto ao género (pai-filho; mãe-filha), alguns estudos parecem pô-la em causa dificultando qualquer predição quanto às condições de género associadas a níveis de consistência intergeracional superiores. Cohen (1987), por exemplo, verificou que as filhas são mais influenciadas pelos *role-models* parentais (paternos e maternos) do que os filhos, o que, no caso do presente estudo, levaria a esperar maior continuidade intergeracional nos padrões de investimento nas díades pai-filha e mãe-filha. Por outro lado, Simons, Beaman, Conger e Chao (1992) constataram que adolescentes de ambos os sexos internalizavam diferentes aspectos dos comportamentos modelados pelas figuras parentais, com os comportamentos de tipo “nutritivo” a terem maior impacto na socialização dos adolescentes do sexo feminino e as práticas disciplinares a terem mais efeito na socialização dos adolescentes do sexo masculino.

Kassner (1981), num estudo realizado junto de uma amostra universitária, encontrou um resultado interessante relativamente a influência diferencial dos pais (homens e mulheres) nas atitudes dos filhos e filhas face aos papéis familiares e profissional. O resultado em causa apontou, justamente, para a interacção entre o género dos participantes e a modelagem parental de papel sugerindo que os indivíduos são, potencialmente, influenciados nas suas preferências conjugais pelas suas percepções do envolvimento familiar e profissional de ambos os pais. Assim, os rapazes que percebiam os pais (homens) como mais envolvidos nas tarefas profissionais manifestavam preferência por casamentos igualitários ao passo que filhos de homens menos envolvidos no trabalho (dimensão do envolvimento nas tarefas) mostravam preferir casamentos tradicionais. No caso das raparigas foi encontrado um padrão de resultados inverso (*i.e.*, preferência por casamentos igualitários no caso de percepções de fraco envolvimento paterno no trabalho e de casamentos tradicionais no caso de percepções de elevado envolvimento paterno). As percepções do envolvimento da mãe nas tarefas familiares apenas se revelaram um preditor significativo da preferência das raparigas (e não dos homens) quanto ao tipo de casamento. Filhas de mulheres com um forte envolvimento familiar, preferiam casamentos tradicionais enquanto aquelas cujas mães eram percebidas como pouco envolvidas com a família, preferiam casamentos igualitários. Por outro lado, as percepções do envolvimento familiar dos pais (homens) mostraram influenciar significativamente os projectos de casamento de rapazes e raparigas tendo-se observado, mais concretamente, a preferência

por casamentos igualitários e tradicionais em caso de percepções de elevado envolvimento familiar do pai, respectivamente no primeiro e no segundo caso.

Helms-Erickson, Tanner, Crouter e McHale (2000) procuraram verificar se as atitudes das mulheres em relação a si próprias enquanto figuras centrais ou secundárias no sustento dos membros familiares, faria delas modelos diferenciados para os seus filhos e filhas adolescentes no que se refere à forma como as características da sua experiência de trabalho (em especial, os indicadores de estatuto como o nível salarial e de prestígio¹⁹¹) influenciavam o desenvolvimento de representações mais ou menos tradicionais relativamente aos papéis a assumir pelas mulheres pelos filhos e pelas filhas¹⁹². Os resultados indicaram que as filhas de mulheres que se definiam como *coproviders* apresentavam atitudes menos tradicionais face aos papéis de género quando as mães tinham profissões de maior prestígio, associação que não se verificava quando as mães não viam o seu papel de “ganha-pão” como importante para a família ou manifestavam ambivalência quanto à centralidade desse papel. Os resultados da análise de regressão foram, novamente, mais clarificadores ao revelarem que a atitude face a esse papel apenas moderava a relação entre o prestígio profissional e as atitudes das filhas e não as dos filhos: filhas de mulheres *coproviders* (mas não das “*main-secondary providers*”) revelavam atitudes menos tradicionais quando as mães tinham profissões de maior prestígio. Para os autores tal dever-se-ia ao facto da importância atribuída pelas mães ao papel de “ganha-pão” torná-lo mais perceptível para as filhas levando a que as atitudes das filhas face ao género reflectissem um dos indicadores mais visíveis do trabalho desenvolvido pela mãe. No caso dos rapazes, a ausência de relação entre as suas atitudes de género e as características do trabalho materno, explicar-se-ia, de acordo com os autores, pelo menor nível de identificação dos rapazes com a mãe comparativamente às raparigas.

O estudo de Cunninham (2001) demonstrou que os comportamentos dos pais exibidos na infância dos filhos relativamente às tarefas domésticas, produziam efeitos de longo prazo no modo como, em adultos (30 anos depois), os filhos se envolviam nessas mesmas tarefas. O autor verificou que essa influência era especialmente visível quando se comparavam pais (homens) e filhos já que estes participavam mais nas actividades domésticas quando, no passado haviam assistido à realização pelos pais de algumas tarefas tipicamente femininas¹⁹³. A integração das mães na vida profissional mostrou-se, também, um preditor importante da

¹⁹¹ Das três dimensões da experiência de trabalho das mães, os autores apenas efectuaram a análise do impacto destas duas nas atitudes dos filhos face ao género, por considerarem que eram mais visíveis do que o investimento emocional da mãe no trabalho [“...an internalized work quality not as readily apparent as indicators of status are...” (p. 661)], razão pela qual os autores esperam que sejam essas as únicas dimensões influentes nas atitudes dos filhos.

¹⁹² Os autores também exploraram a existência de diferenças nas concepções de género das participantes e dos respectivos cônjuges em função da orientação das mulheres face ao papel de ganha-pão. Os resultados das comparações indicaram que os companheiros das *coproviders* e das *main-secondary providers* revelavam, respectivamente, as atitudes menos e mais tradicionais. A discrepância nas concepções de género dos cônjuges mostrou-se menor no grupo das *main-secondary providers*, grupo no qual os dois parceiros apresentavam visões similares quanto aos papéis que cabiam às mulheres.

¹⁹³ Uma vez que o estudo não confirmou que os pais influenciavam o gosto dos filhos por estas actividades, o autor colocou a hipótese dos pais terem permitido aos filhos desenvolver competências para o desempenho dessas tarefas por lhes terem atribuído tarefas idênticas na infância ou, em alternativa, a hipótese dos pais terem ajudado os filhos a formar uma percepção acerca do tipo de tarefas domésticas mais apropriadas a homens e a mulheres.

dedicação das filhas ao trabalho doméstico (menor quando se tratava de filhas de mães que trabalhavam mais horas fora de casa). Na explicação destes resultados o autor salientou que *"the same-sex early involvement in nonstereotypical pursuits, whether in the home or in the workforce, influenced the children's latter allocation of stereotypical female housework."* (p. 198). Os resultados apontaram, igualmente, para efeitos duradouros das atitudes das mães quanto aos papéis de género na fase média da adolescência dos filhos (especialmente rapazes), no desempenho por estes, aos 31 anos, de tarefas domésticas. De acordo com o autor, na adolescência os filhos serão mais sensíveis às atitudes do que ao comportamento dos pais. *"Although the long-term effects of parent's behaviors seems to dominate in early childhood, as children age they become increasingly responsive to ideas as opposed to actions."* (p. 198). Trata-se de um estudo que evidencia a importância das experiências precoces vividas e das interações de género que tem lugar no contexto familiar para a compreensão pelos filhos do significado simbólico de certos comportamentos. Na medida em que tiveram a oportunidade de se aperceber do *"what it means to 'do gender' in a particular context"* (p. 199), essa aprendizagem permitir-lhes-á, mais tarde, identificar e desempenhar certos papéis de acordo com as concepções pessoais de género, então desenvolvidas.

Sendo o "feminino" e o "masculino" construções sociais e não apenas o produto de dinâmicas de influência intrafamiliar, importa situar a questão das diferenças de género no contexto mais amplo das diferenças de época e das diferenças de gerações. Tendo sido já explorados os factores extra-representacionais responsáveis pelas mudanças socioculturais que servirem de pano de fundo ao desenvolvimento das orientações valorativas das duas gerações em análise, à partida as diferenças que venham a ser encontradas na comparação intergeracional dos homens e das mulheres estão, já em parte justificadas pelos principais acontecimentos desse processo histórico. Assim, por exemplo, embora o aparecimento de mães trabalhadoras possa não ter sido suficientemente marcante para suscitar uma alteração instantânea dos estereótipos de género na geração de adultos da época, é de esperar que os indivíduos da segunda geração, expostos a modelos mais igualitários dos papéis de género, acusem na sua atitude e comportamento, os efeitos (de curto ou médio prazo) dessas mudanças sociais. Talvez por isso, os resultados da investigação comprovem, que os filhos (rapazes e raparigas) têm atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género do que as mães, quer estas exerçam ou não uma actividade profissional (Corder & Stephan, 1994; Kiecolt & Acock, 1988). Deste ponto de vista, será de esperar, que os homens e mulheres desta geração se distinguiam da anterior pelo seu maior investimento na parentalidade (os homens) e no trabalho/profissão (as mulheres).

Apesar da tendência para um maior investimento parental por parte dos homens, será expectável que os homens da segunda geração apresentem investimentos mais reduzidos nessa dimensão do que as mulheres e que a grande novidade seja o grau de investimento destas últimas no trabalho. Aliás, os estudos demonstram que, em qualquer geração, as mulheres se mostram sempre tendencialmente menos tradicionais em relação ao género do que os homens

(Chow & Berheide, 1988; Etaugh & Moss, 2001; Famwork Project; 2002; 2004; Scott, Alwin & Braun, 1996).

Claro que, além disso, os homens e as mulheres desta nova geração, estão eles próprios sujeitos a exigências e oportunidades que, sendo específicas desta época histórica, certamente se traduzem em modelos e estilos de vida, porventura, não comparáveis aos da geração anterior, ou que, sendo comparáveis, podem não mostrar-se viáveis face às novas condições (Figueiredo, 2001)¹⁹⁴. Com efeito, é provável que o maior envolvimento das mulheres nos papéis ligados à família (ou nalguns casos, no papel de trabalhador/profissional) possa estar associado a uma maior dificuldade das mães em conjugar os papéis familiares e de trabalhador/profissional, o que, a ser verdade, poderia explicar que, mesmo que estejam, tal como as mães ou os pais respectivos, mais investidas num dado papel, se sintam obrigadas a realizar investimentos superiores no outro.

A mobilidade social que se observa na comparação das duas gerações é outro dos factores que pode explicar diferenças de género, sobretudo tendo em conta que as trajectórias de maior mobilidade ascendente foram protagonizadas por mulheres e que níveis educacionais mais elevados estão associados a ideologias mais igualitárias quanto aos papéis de género (Leaper & Vallin, 1996; West & Zimmerman, 1987). Aliás, observa-se um crescimento contínuo da adesão das mulheres ao modelo igualitário de divisão do trabalho profissional e doméstico quando se comparam as mulheres que entraram na vida conjugal nos anos 70 (grupo no qual é clara a preferência pelos modelos de ganha-pão ou do ganha pão-modificado) e as que casaram nas décadas de 80 e 90 (claramente adeptas do modelo igualitário e do modelo de compromisso) (Wall & Guerreiro, 2005)¹⁹⁵.

Obviamente, que o predomínio das mulheres no contexto universitário terá efeitos directos no sistema profissional e, no que diz respeito aos grupos profissionais mais qualificados, contribui para a elevada taxa de actividade feminina (Almeida *et al.*, 1994). A vir a traduzir-se em níveis superiores de independência e autonomia das mulheres, esta elevação certamente que terá reflexos nas suas opções quanto ao trabalho, à vida profissional e à vida familiar (Cabral-Cardoso, 2003).

Para além disso, os maiores recursos financeiros possuídos por estas famílias (com um estatuto económico superior) permitem às mulheres delegar uma parte substancial das responsabilidades associadas ao papel familiar (como as tarefas domésticas, a educação dos

¹⁹⁴ Recorde-se os resultados do estudo de Figueiredo (2001) que, ao evidenciarem diferenças entre pais e filhos nos valores associados ao trabalho (o trabalho como fonte de realização pessoal ou de obtenção de rendimento, respectivamente), não podem deixar de ser vistos como um sinal de que os jovens, estando hoje mais conscientes das dificuldades de integração no mercado de emprego, se revelam pouco optimistas em relação a essa área de vida. De facto, apesar de existir uma grande pressão social para a obtenção de emprego (Arnett, 2000; Elejabeitia, 1997) os obstáculos que encontram à sua inserção na vida activa colocam os jovens perante situações de desemprego, precariedade e instabilidade que podem reduzir as suas expectativas em relação ao trabalho e ao exercício profissional (Arnett, 2000; Cavalli, 1997; Elejabeitia, 1997).

¹⁹⁵ É ainda de salientar o facto de, em agregados familiares caracterizados pelo duplo-emprego, ser nas famílias com níveis educacionais superiores que se observa a defesa de um modelo simétrico de conjugação dos papéis ao passo que nos grupos familiares mais desfavorecidos (económica e educacionalmente), a apologia do modelo assimétrico se mostrar prevalecente (Torres, 2004).

filhos) financiando o trabalho de terceiros ou o serviço de instituições, prática absolutamente incomum entre as mulheres da anterior geração e rara entre as famílias desfavorecidas da geração actual. Recorde-se que em famílias deste tipo, nas quais homens e mulheres desempenham actividades profissionais exigentes e absorventes, existe uma maior predisposição do companheiro para colaborar nas actividades familiares¹⁹⁶ (Pryor, 1990) o que constitui um apoio não disponível para as mulheres da primeira geração e, por conseguinte, um factor facilitador da gestão de investimentos dos dois domínios (o que até pode implicar uma maior liberdade de escolha relativamente ao domínio a investir preferencialmente).

Atendendo a estes dados e à tendência para a alteração na orientação de homens e mulheres relativamente à família e ao trabalho que tem vindo a esboçar-se, parece preferível explorar diferenças de género quer quanto aos padrões de investimento quer quanto à sua transmissão intergeracional sem definir mais especificamente o sentido dessas diferenças.

Por fim, ainda que alguns estudos demonstrem que, independentemente do género, os filhos são menos tradicionais do que os seus pais (McBroom, 1987; Scott *et al.*, 1996; Slevin & Wingrove, 1983; Loo & Thorpe, 1998; Zuo, 1997), não pode escamotear-se a possibilidade dessa diferença ser explicada não apenas por factores extra-pessoais mas pela acção intencional exercida pelos próprios pais sobre os filhos no processo de socialização. Tendo feito aprendizagens e acumulado experiências que lhes permitem ser mais críticos em relação às suas atitudes e avaliar de forma mais complexa a (nova) realidade, estes pais parecem sentir-se motivados a socializar os filhos para comportamentos divergentes dos seus (Acock & Demo, 1984). Tudo leva a crer que se poderá estar na presença de uma prática educativa tutorial de natureza compensatória.

¹⁹⁶ Beutell e Greenhaus (1982) verificaram que os níveis de conflito interpapel eram menos intensos quando as mulheres atribuíam ao trabalho uma importância idêntica à atribuída pelos maridos (mesmo quando ambos se apresentavam altamente orientados para o trabalho) e mais intensos quando a importância desse papel diferia da importância que ele possuía para os maridos. Os autores explicam este resultado com o argumento de que a maior compreensão mútua relativamente às aspirações, preocupações e valores de cada um poderá facilitar a criação pelo casal de um sistema de acomodação mútua: “*We are certainly not suggesting that a person should base a marital decision on a potential spouse’s level of work-role salience. However, it may be useful for spouses to discuss the possible effect of similar/dissimilar career orientations on their work and family roles.*” (Beutell & Greenhaus, p. 108). Nos casos em que os maridos estivessem altamente orientados para o trabalho, o número de filhos aparecia positivamente relacionado com o número de conflitos descritos pelas mulheres. Yogev e Brett (1985) desenvolveram uma tipologia de casais baseada em múltiplas combinações do grau de envolvimento na família e no trabalho de cada um dos cônjuges e tendo em conta a existência de padrões de envolvimento simétrico (graus semelhantes de envolvimento com os dois papéis) e assimétrico (diferenças no grau de envolvimento com cada papel). O resultado mais curioso encontrado pelos autores o que apontou para a existência de padrões cruzados no caso de famílias de duplo-emprego (existe uma relação simétrica entre o envolvimento dos cônjuges nos papéis) mas não no caso de famílias de mono-emprego (onde não foi encontrada uma relação sistemática entre o envolvimento de um e de outro cônjuge na família e no trabalho, o que explicam em termos da maior pressão sentida pelos casais de duplo-emprego no que se refere à coordenação das exigências de ambos os domínios).

8. A Polissemia da Noção de Geração

Sendo a “Geração” a unidade de análise central da presente investigação, e tendo em conta que a noção de geração pode revestir-se de diferentes significações, importa clarificar o entendimento que dela deve ser feito partindo da exploração dos diferentes sentidos que pode tomar. A dificuldade do conceito está, com efeito, intimamente relacionada, com as diversas interpretações e utilizações a que se presta bastando consultar um dicionário para imediatamente se perceber que são, pelo menos, duas as acepções que lhe estão associadas: geração enquanto categoria social que permite agrupar os indivíduos de acordo com critérios etários (os indivíduos da mesma idade) ou genealógicos (os indivíduos de uma mesma família em diferentes graus de filiação); ou geração, enquanto medida temporal que permite intervalar cronologicamente uma sucessão de momentos de históricos. Para Mannheim (1990) a noção de geração remete para a localização do homem na história. O problema está na coexistência de várias gerações num mesmo momento histórico o que não impede que os membros de cada geração possam encontrar diferentes significações para os acontecimentos colectivos que vivam:

La perception de l'ici et maintenant de telle société à tel moment du siècle n'est pas la même pour les anciennes et pour les nouvelles génération qui sont ensemble les témoins des mêmes événements, mais qui les vivent et les interprète différemment....Bref, c'est par l'appartenance à sa génération que l'homme entre dans la vie, en tant que «la vie» est Histoire – c'est-à-dire société qui change et qui est lieu de ma vie, de mon activité. La génération définit cet ancrage. (Lapassade, 1997, p. 137)

De acordo com Attias-Donfut (1988) as utilizações da noção de geração no campo das ciências sociais podem ser enquadradas numa de três perspectivas. No quadro de uma abordagem demográfica ou estatística, diz respeito ao conjunto de indivíduos que nasceram numa determinada sociedade na mesma data ou num mesmo intervalo de tempo (o termo *cohorte* é, neste contexto, preferido ao de geração). De um ponto de vista etnológico, a expressão geração é usada com uma finalidade classificatória e o seu sentido restringe-se ao de filiação ou linhagem, situando os indivíduos em função da sua relação com os progenitores ou com os descendentes no quadro de um modelo biológico ou não biológico. No âmbito da perspectiva sociológica, o seu uso remete para dimensões que são de natureza menos quantificável ou codificável e mais espiritual como a partilha comum de experiências, ideias, mentalidades, visões do mundo e da sociedade; refere-se, por isso, a um momento da história social e aos modos de pensamento que o caracterizam.

Embora não se refira a um uso específico do conceito no domínio da Psicologia, o autor salienta a maturação (que aqui se prefere assimilar à noção de desenvolvimento) ou a sucessão de idades da vida (ou estádios do ciclo de vida) como uma dimensão indissociável de qualquer

conceptualização em torno da noção de geração, posição que justifica com base na ideia de que o espaço intergeracional simboliza o encontro de pessoas de todas as idades: os que se encontram no início, no meio e no fim da vida. Deste ponto de vista, a idade dos indivíduos apresenta-se, segundo o autor, como um factor que deve ser apreciado na sua interacção com os efeitos de geração e com os efeitos de período histórico no estudo de qualquer fenómeno. Se é no quadro das interacções entre as gerações (da existência de conflito ou de cooperação entre gerações sucessivas) que são postos em marcha os processos de desenvolvimento pessoal em torno dos quais se organizam as etapas da vida, também as transições que caracterizam a passagem de um estágio de vida a outro comportam mudanças nas atitudes, nos valores e nos comportamentos que participam da relação entre as gerações.

Vouloir isoler ces trois effets [d'âge, cohorte et époque] équivaut à décomposer la temporalité de l'existence en trois dimensions qui seraient susceptibles d'être isolées l'une de l'autre : différencier l'âge de la cohorte revient à ôter le passé aux données du présent. Faire abstraction des conditions sociales du moment, c'est abstraire le contexte dans le cadre duquel peuvent s'élaborer les visions du futur. ...Le vieillissement, qui est la continuité de l'existence dans le temps, se construit à mesure du temps, à travers la transformation réciproque de la détermination antérieure (qui représente sa génération) et la détermination extérieure (qui représente le moment)... (Attias-Donfut, 1988, pp. 154-156)

O conceito de geração que é adoptado na análise da experiência dos participantes deste estudo distancia-se, claramente, da aceção demográfica. Sendo verdade que os indivíduos pertencentes a cada uma das gerações investigadas têm em comum o facto de terem nascido num período histórico idêntico e relativamente bem demarcado, tal não implica que análise dessas gerações se faça estritamente segundo uma abordagem de *coorte*. Como refere Lapassade (1997), embora o facto de se pertencer ao mesmo grupo etário possa implicar a possibilidade de participar numa experiência (histórica) comum, essa possibilidade biológica (que corresponde à sucessão das idades da vida) apenas se actualiza na medida em que o contexto histórico possibilite ou imponha que os indivíduos se constituam como uma unidade (ou comunidade) que partilha a mesma situação ou o mesmo destino. O compromisso teórico assumido com a ideia de espaço geracional obriga a atender à unidade simbólica que cada uma das gerações constitui e, por conseguinte, a encará-las, não tanto como categorias da realidade, mas como células de metabolização do tempo histórico, nas quais as vivências compartilhadas vão sendo condensadas subjectiva e socialmente em torno de referenciais que unem os seus membros numa mesma filiação ideológica ou identitária permitindo que se singularizem enquanto geração. É de acordo com esta visão socio-psicológica de geração que se procede à comparação de dois grupos geracionais cujos referenciais reflectem os contrastes da sociedade portuguesa no período pré e pós revolução de Abril.

A noção de geração é também aqui tomada no seu sentido genealógico. Deste ponto de vista, a ideia de geração funda-se na existência de uma filiação biológica ou afectiva entre indivíduos situados em diferentes patamares de parentesco durante um ciclo educativo ou generativo. A análise do processo de transmissão intrafamiliar, isto é, de pais para filhos, enquadra-se nesta última perspectiva. As alterações verificadas neste final de século a nível da estrutura familiar assim como as mudanças registadas ao nível dos próprios valores sociais e familiares reflectiram-se num descrédito em relação à instituição família que se tem traduzido numa diminuição das expectativas que sobre ela recaem. Compreender os fenómenos que ocorrem diacronicamente no interior da célula familiar a partir dos ciclos de sucessão geracional, poderá contribuir para clarificar os potenciais do sistema familiar em termos da adaptação à mudança social, sobretudo quando a transmissão social vertical que tem lugar de pais para filhos tende a ser caracterizada como menos responsiva à variabilidade ambiental que a transmissão de cultura no plano horizontal (Laland, 1993 *cit. in* Schonpflug, 2001). É preciso sobretudo não esquecer que o desenvolvimento da capacidade de actualização do sistema familiar não é um empreendimento reservado exclusivamente às gerações mais novas mas depende da forma como as gerações anteriores criaram condições para que o sentido pessoal e social de família não perigue face à descontinuidade geracional mas sobreviva numa continuidade dialéctica.

Daqui se depreende que na investigação de possíveis efeitos geracionais na intensidade do investimento no trabalho e na parentalidade, se atende a duas possíveis fontes de diferenciação: o processo de socialização primária e a trajectória societal¹⁹⁷. No primeiro caso, considera-se que é através da socialização primária, e no tempo histórico em que esta tem lugar, que são adquiridas orientações susceptíveis de "...perdurar como matrizes de apreciação simbólica e de concretização prática do e no mundo social." (Vasconcelos, 1998, p. 398). Será, portanto, de esperar que os indivíduos das gerações mais velhas tenham sido depositários de processos de socialização de cariz mais conservador e tenham estado expostos a modelos de vida social mais institucionalistas (os que tendo sido foram dominantes na sua juventude terão enformado os seus comportamentos). No segundo caso, tem-se em conta o processo de mudança da própria sociedade partindo do princípio de que, se mudam as posturas e os discursos dominantes, é natural que as novas semânticas sejam integradas pelos actores sociais em função dos seus próprios recursos/capitais de desenvolvimento (Vasconcelos, 1998)¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Vasconcelos (1998) refere-se a esta trajectória social também no seu sentido mais restrito, isto é, como o processo de ressocialização que tem lugar pela via do percurso social que os próprios indivíduos fazem à medida que se vão movimentando por contextos sociais específicos. Embora não ignorando que, ao longo da vida, os indivíduos estão continuamente sujeitos a este efeito ressocializador da sua própria trajectória, a noção de trajectória social apenas será abordada no seu sentido mais amplo, isto é, como a trajectória (entenda-se evolução) da sociedade em que vive o indivíduo (e não a trajectória que o indivíduo faz na sociedade). De qualquer modo, os dados que dizem respeito à mobilidade social ascendente observada na comparação de cada uma das gerações não deixam de ilustrar uma dimensão dessa trajectória (desde a origem social até ao estatuto alcançado).

¹⁹⁸ A este nível o autor salienta um efeito global paralelo ao efeito geracional na explicação das diferenças de valores dos indivíduos que é o efeito de classe social: "...os capitais, nomeadamente cognitivos e culturais, que permitem a incorporação adaptativa das e às mudanças sociais, estão desigualmente distribuídos pela população. Daí que os mais novos e os dotados de maiores volumes de capitais (particularmente escolares) sejam menos resistentes à mudança em

Emerge, por isso, a expectativa de que as práticas de socialização das quais os indivíduos das gerações mais velhas são protagonistas possam acusar a reconstrução dos modelos passados em função das tendências ideológicas do momento presente e das experiências nele vividas. Neste processo, não pode, por conseguinte, ser ignorado o papel assumido pelas gerações mais novas, produtoras, elas próprias, de valores a que as gerações mais velhas se mostram permeáveis: “É como se os processos de socialização tivessem sofrido uma inversão de sentido: já não são apenas os filhos a serem socializados pelos pais; estes acabam por anuir, com entusiasmo ou resignação, a alguns dos chamados valores juvenis.” (Pais, 1998, p.39-40).

Embora a transmissão intergeracional não seja necessariamente assimétrica ou unidireccional, (isto é, dirigida das gerações mais velhas para as gerações mais novas) e existam fluxos recíprocos de socialização entre gerações coetâneas (Jansen, 1977 *cit. in* Pais, 1998) a presente investigação, interessada que está em explorar a influência dos pais nos investimentos dos filhos (mais do que o inverso), considerará de forma prioritária a direcção pais-filhos mesmo admitindo a impossibilidade de validar de forma absoluta essa direcção, dada a natureza transversal dos dados. Para além disso, o facto de os representantes de cada uma das gerações estudadas se encontrarem em fases distintas do ciclo de vida¹⁹⁹ permite, igualmente, valorizar a dimensão do tempo individual²⁰⁰ e apreciar a relação intergeracional sob o ângulo do desenvolvimento psicossocial e da resolução das crises associadas ao estágio da identidade, da intimidade e da generatividade (Erikson, 1968). Como refere Canavarro (2001),

Ser pai/mãe é ser agente de uma continuidade entre as gerações mas é, também, ser simultaneamente capaz de assegurar a descontinuidade, os limites e as diferenças entre essas mesmas gerações. Ter filhos é transmitir heranças diversas, desde a genética, às de costumes, valores e significados mas é, igualmente, num contexto de intimidade, aceitar a diferença da individualidade. (p. 17)

si e mesmo protagonistas dessa mudança e dos seus sentidos valorativos, do que os mais idosos e os mais destituídos de capitais.... De facto é sabido como a socialização escolar tende, estocasticamente, a aumentar as aptidões cognitivas explicitáveis dos sujeitos sociais, agindo estas como facilitadoras de níveis mais elevados (e complexos) de reflexividade pessoal e consequentemente de níveis mais elevados de monitorização reflexiva da acção.” (Vasconcelos, 1998, p. 399). Abordar-se-á este efeito usando como indicador o nível profissional dos participantes que, em geral, se apresenta altamente correlacionado com o nível de escolaridade pressupondo, ao mesmo tempo, que, em função da sua complexidade, a própria actividade profissional possa requerer (e/ou constituir uma fonte de desenvolvimento e aprofundamento) das ditas competências reflexivas.

¹⁹⁹ De acordo com Almeida (1990) uma dificuldade que se perfila, quando se encontra algum grau de contraste entre novas e velhas gerações, é a de saber se as diferenças em causa são atribuíveis a um mero efeito de idade e tendem a dissipar-se à medida que se processa o envelhecimento biológico e o correlativo desenvolvimento psicossocial ou se, pelo contrário, correspondem a posições cristalizadas que perduram e se tornam pregnantas e dominantes no tecido social: “É inequívoco que nos valores específicos que as juventudes revelem haverá quer elementos de mudanças geracionais duradouras quer de oscilações transitórias induzidas pela fase do ciclo de vida, isto é, pelo facto de que ser jovem é sempre diferente de ser adulto ou idoso. Mas é importante lembrar, por outro lado, que o envelhecimento biológico não se traduz linearmente numa forma única de envelhecimento social, ou seja, o avançar na idade não uniformiza as maneiras de pensar e de agir das classes e dos grupos sociais.” (Almeida, 1990, p. 5-6)

²⁰⁰ Embora a idade cronológica possa ser considerada um marcador do tempo individual, o conhecimento da pertença desses indivíduos a diferentes classes ou escalões etários apenas se justifica no quadro de formalidades estatísticas de caracterização do público-alvo da investigação, não havendo qualquer pretensão quanto à utilização do critério “idade” no que se refere à análise das variáveis psicológicas avaliadas. Como se entende, numa acepção histórico-social do processo de desenvolvimento psicológico, à idade não é atribuível a qualidade de variável psicológica *strictu sensu*.

Os modelos que conceptualizam o desenvolvimento humano em estádios (*e.g.*, Erikson, 1968; 1980) postulam que os jovens adultos, por imperativo do processo de diferenciação, estão primariamente preocupados consigo mesmos procurando estabelecer a sua identidade pessoal, desenvolver relações de intimidade e alcançar um sentimento de mestria no campo profissional. Segundo Erikson, ao longo do desenvolvimento, é de esperar uma evolução gradual de valores/significados pessoais auto-centrados para valores/significados pessoais que revelam uma preocupação com os outros embora a mudança definitiva de foco não seja esperada antes do estágio da generatividade. Embora a amostra da presente investigação não inclua directamente população adolescente²⁰¹, a fase da adolescência e da juventude constituem, no entanto, a referência temporal focal de que pais e filhos se vão servir na evocação das experiências de trabalho, parentais e relacionais avaliadas. Sendo durante essas duas fases, que as teorias pessoais dos filhos ganham maior consistência e se diferenciam mais nitidamente das que lhes foram incutidas pelas figuras parentais, é de esperar que seja sensivelmente por esta altura, que o indivíduo, dando um sentido pessoal às experiências de relação com os pais comece a definir os mapas de significado que nortearão as suas opções a partir do momento em que tenha de fazer as suas próprias escolhas quanto ao lugar que o trabalho e os filhos deverão ter na sua própria vida.

O pressuposto aqui enunciado é o de que da forma como um indivíduo percebe, organiza e integra no seu sistema pessoal os *inputs* da relação com os pais, ou seja, do significado que constrói para as características e comportamentos dos *role-models* parentais em relação a si e ao trabalho, dependerá a maior ou menor tendência a reproduzir o padrão de investimento a que esteve sujeito na família de origem ou adoptar orientações divergentes das que caracterizaram as opções de cada um dos elementos do sistema parental. Ao pretender explorar o tipo de relação que existe entre a maneira como os indivíduos representam, aos vários níveis, as suas experiências filiais e a atenção que facultam aos seus próprios filhos, a investigação em causa poderá permitir aceder à compreensão do modo e das condições nas quais os indivíduos desenvolvem representações em relação aos papéis parental e profissional e à forma como tais sistemas de crenças participam na definição das intencionalidades (mais ou menos reparadoras) que enquadram a sua actuação enquanto pais e profissionais em referência aos seus saberes experienciais de filho.

Conhecer as facetas da relação pais-filhos que resistem às fendas de transmissão geracional e são conservadas como parte da cultura familiar e as que se perdem ou transformam em cada lanço filial, em função da forma como as gerações subsequentes censuram os modelos parentais revela-se de um interesse indiscutível em termos da identificação dos mecanismos psicológicos que, em interacção com variáveis de natureza sócio-histórica, operam transgeracionalmente no sentido da preservação ou modificação dos valores e das dinâmicas do funcionamento familiar.

²⁰¹ A fase da adolescência e da juventude constituem, no entanto, a referência temporal focal de que pais e filhos se vão servir na evocação das experiências de trabalho, parentais e relacionais avaliadas.

Na linha de Lalanda (2005), encara-se a família como um grupo social que constitui uma unidade estruturada e dinâmica que evolui, ao longo do tempo, de acordo com as relações que os seus elementos estabelecem entre si. O percurso familiar resulta, assim, de um processo de construção relacional durante o qual sempre que se alteram as circunstâncias da vida familiar, na vivência desses acontecimentos, as relações entre os seus membros modificam-se e, ao mesmo tempo, transforma-se o significado da família para cada um.

Como já se deve ter depreendido, adopta-se aqui um conceito de família (designado pela sociologia moderna como “grupo doméstico”) que está muito próximo das opções teóricas e metodológicas mais recentes da sociologia da família portuguesa, isto é, como “um lugar de produção, reconversão ou conservação de estratégias ...” (Torres *et. al.*, 1998, p. 58). Procura-se, por isso, interpretar a sua natureza e mudança de uma forma que contemple...

...a posição (ocupada ou herdada) no espaço social do grupo doméstico, a sua trajectória transportada do passado para o presente, inserindo-o num certo sistema de relações de produção e de divisão do trabalho – concedendo, portanto, uma atenção particular ao contexto material, concreto e local, em que a família se enraíza, bem como à relação de cumplicidade entre ambos. (Torres *et. al.*, 1998, pp. 58-59)

9. Considerações Finais

We humans are born into already existing societies and culture, and we are quickly swept into its flow. We are surrounded by others who define reality for us, showing us the objects of their world and in some ways requiring us to make them our own....Yet human beings do not have to reproduce the society and culture we inherit, and sometimes we do not.... Culture is not an invariant set of lessons of the past, but the environment in which we all live, an environment composed of objects whose persistence depends upon our continuity to take them into account, even as our survival depends on coming to terms with them. (Hewitt, 1991, p. 28)

O final do século XX foi palco de mudanças estruturais importantes na sociedade portuguesa. Assistiu-se a alterações drásticas nos cenários demográfico, político, económico e cultural; no plano social, o país acusou os efeitos reverberantes dessas transformações que não só afectaram o funcionamento das instituições como conduziram a um reescalonamento dos estatutos sociais na sequência da rápida subida do nível de instrução e do aparecimento de novas categorias profissionais. Na densidade dos acontecimentos que pontuaram esse processo de mudança, a revolução política de 1974 assume-se, na história recente do país, como um ponto decisivo de viragem rumo a uma sociedade aberta e plural depois de um longo período de autoritarismo, repressão e obscurantismo: “*Em menos de quarenta anos, sendo embora o mesmo país, passou a viver-se numa sociedade muito diferente.*” (Barreto, 2005, p.137). Com

este processo de reorganização social, e com as novas condições e dinâmicas que dele resultaram, alteraram-se igualmente as representações e os valores de que cada grupo social se tornou portador e produtor²⁰². Gerou-se, na memória colectiva, um fundo ideológico comum que, profundamente ligado à experiência dos protagonistas do novo momento histórico, a prazo não podia deixar de influenciar as disposições, orientações, práticas e comportamentos das gerações que esses mesmos actores ajudaram a formar.

Mesmo que essas novas gerações não tenham participado directamente na revolução de Abril, mesmo que não tenham estado activamente envolvidas no processo de transição democrática, mesmo que possuam um nível de consciência ou de conhecimento reflexivo diminuto acerca do que se passou nesse momento, estiveram, pelo menos, expostas às implicações desse acontecimento e foram afectadas por elas no quadro global de vida do contexto sociocultural em que ocorreu a sua socialização. Seria, por isso, inverosímil admitir "... que o aberto contraste entre as formas de vivência democrática então reinauguradas e a experiência das gerações que cresceram no autoritarismo do regime anterior pudesse deixar de se traduzir em distinções importantes no plano dos valores como no dos comportamentos." (Almeida, 1990, p. 6). Importa assim, contextualizar o tema da transmissão intergeracional situando-o na conjuntura de mudanças sociais que atingiram de forma marcante dois sectores fundamentais da realização humana como o trabalho e a família/parentalidade.

Na análise das preferências, do estilo de vida, do modo de pensar e de agir das gerações pré e pós-Abril torna-se incontornável a sistematização das diferenças que são detectáveis nos referenciais de carácter interpretativo, comunicacional e/ou operativo em função dos quais, em períodos decisivos do seu desenvolvimento, os indivíduos de cada uma dessas gerações estruturaram ideias, atribuíram sentidos, definiram prioridades ou preferências e modelaram o seu comportamento nos mais diversos domínios da vida pública e privada, incluindo o trabalho e a família. Foi com esse intuito que se procedeu a uma breve caracterização dos principais aspectos do contexto histórico e social em que estiveram mergulhados, durante o período da adolescência e da juventude, os indivíduos pertencentes a cada uma das gerações envolvidas neste estudo: os que experimentaram os condicionamentos e os constrangimentos da ditadura quando atravessaram a fase de moratória institucional do seu processo de desenvolvimento, e os que foram os primeiros herdeiros e beneficiários das conquistas de Abril.

Tendo em conta a média etária dos participantes pertencentes à Geração 1 ($M=65,6$ anos), verifica-se que terão nascido por volta de 1937, tendo vivido a adolescência e juventude entre as décadas de 50 e 60, em pleno período de ditadura. Refira-se, a propósito, que apesar da dificuldade em distinguir efeitos geracionais duradouros de outros aspectos "...mais sedimentados ou mais efémeros, ligados às biografias pessoais e às dinâmicas sociais, não

²⁰² Segundo Almeida (1990) os sistemas simbólicos de uma sociedade são fortemente condicionados pela evolução dessa mesma sociedade no plano extra-representacional, isto é, por factores macrosociais que transcendem o nível dos valores e das representações sociais, mas que influenciam as características e as dinâmicas destes últimos.

parece descabido colocar a hipótese de que alguns dos eixos estruturantes do panorama cultural...” (Almeida, 1990, p. 83) terem origem na formação do sistema de valores e de representações da população que atravessa o período de adolescência e juventude. Por outro lado, com uma idade média 38,6 anos (tendo, portanto, nascido, na década de 60), os participantes da Geração 2 teriam em 1974 aproximadamente 10 anos de idade. A sua adolescência e juventude desenrolaram-se, paralelamente, ao processo de consolidação democrática (décadas de 70 e 80). Não há, por isso, como ignorar o peso destas influências macrossistémicas na análise das dimensões psicológicas abordadas neste estudo, tanto mais que as relações de investimento dos indivíduos de cada uma das gerações estudadas na família e no trabalho não podem ser compreendidas à margem das formas de vivência social e dos sistemas culturais típicos de cada uma das épocas históricas em análise.

Por outro lado, em tempos de mudança social em larga escala, em que as gerações mais novas parecem ver-se forçadas a divergir dos mais velhos nas crenças, nos valores e nos comportamentos para se poderem adaptar com alguma flexibilidade aos desafios que lhes são impostos pelas actuais condições de vida²⁰³, a noção de transmissão intergeracional torna-se problemática (Moen *et al.*, 1997). As mudanças a que se assiste ao nível das estruturas e das formas tradicionais de organização social tem vindo a debilitar muitas das referências e a modificar os processos de construção da identidade dos indivíduos traduzindo-se, segundo alguns autores, numa perda da capacidade socializadora das instituições e numa crise da função de transmissão (Tedesco, 2001). Os estilos de vida implantados na sociedade contemporânea não são mais compatíveis com o antigo modelo da família como um nicho protector no qual os indivíduos desenvolviam os seus *selves* através de uma espécie de filtro, que os valores para os quais os pais tentavam orientá-los, parecia constituir. Os filhos eram depositários da herança familiar, até no que se referia à direcção que a história da família definia para as suas aspirações futuras. Tratava-se de um tempo no qual a família assumia, de forma protagonizada, o mandato social da transmissão cultural e da educação dos mais novos. Com o enfraquecimento dos costumes, o indivíduo contemporâneo mergulha na era do consumo de massa, e emerge, naturalmente, um modo de socialização e de individualização inédito, numa ruptura com o que foi instituído a partir dos séculos XVII e XVIII (Lipovetsky, 2005).

Actualmente, as novas gerações vivem numa ordem pós-tradicional na qual a tradição e o hábito deixaram de funcionar como elementos securizantes na vida dos indivíduos. A globalização e a “destraditionalização” vieram traduzir-se na decadência dos rituais e dos saberes sociais instituídos e, sob a hegemonia da dúvida e da imprevisibilidade, o espaço social

²⁰³ Neste contexto, parece fazer especial sentido a tese de Mannheim (1990) segundo a qual a possibilidade que é dada a cada geração de criar novos princípios e motivações colectivos é determinada pelo ritmo da mudança social. Se esse ritmo é acelerado, a rapidez da mudança de atitudes torna-se incompatível com a adaptação contínua e progressiva dos modelos tradicionais de pensamento e de comportamento. Nesta circunstância as novas gerações tanto podem produzir inconscientemente a mudança (ao perceberem-se intuitivamente como um grupo) como podem tomar consciência da situação em que se encontram assumir-se explicitamente como um grupo orientado para a promoção da mudança tendo como referência movimentos e correntes ideológicos, literários ou políticos.

tornou-se um espaço de risco e contingência no qual cabe ao indivíduo posicionar-se perante uma infinidade de potenciais cursos de acção e escolher, por si, um entre múltiplos “mundos possíveis” (Giddens, 1991). A sociedade vê-se obrigada a um processo constante de reflexividade para integração do caos produzido pela mudança e os indivíduos vêem alterar-se as condições de construção da sua identidade e da sua segurança ontológica ao terem que fazer escolhas e fazer planos de vida provisórios que têm a incerteza, agora mais presente que nunca no seu quotidiano, como única garantia: *“Doubt, a pervasive feature of modern critical reason, permeates into everyday life as well as philosophical consciousness, and forms a general existential dimension of the contemporary social world.”* (Giddens, 1991, p. 3). De acordo com Giddens revela-se especialmente importante o modo como este contexto afecta as experiências dos indivíduos no que ele designa como *“fateful moments”*, ou seja, nos pontos da sua biografia em que são chamados a tomar decisões que são particularmente consequentes para o seu destino e para o seu futuro. Enquadrar-se-iam nessa categoria de momentos, as opções relativas ao trabalho/profissão e à parentalidade. Trata-se de escolhas que, de tão pessoais, não beneficiam dos conhecimentos de especialistas, e que se tornam difíceis se não puderem ter como referência algum critério moral ou existencial. *“At fateful moments it is difficult to think purely in terms of risk scenarios or to confine assessments of potential courses of action to technical parameters.”* (Giddens, 1991, p. 203).

Sendo verdade que na sociedade (pós-) moderna, os jovens estão mais expostos a um “caleidoscópio” de significados e de referências sociais (Berger, Berger & Kellner, 1973) que lhes dá a liberdade de organizar o seu futuro sem estarem sujeitos ao espartilhamento dos antigos *scripts* de vida (Coser, 1991), o confronto com esta maior diversidade pode forçá-los a reconhecer que a sua opção é uma entre muitas possíveis (Giddens, 1991), deixá-los duvidosos quanto a se estarão ou não a fazer a(s) escolha(s) certa(s) e dificultar a definição dos seus papéis. A multiplicidade de perspectivas que emergem dos discursos sociais acerca da forma mais apropriada de combinação do papel familiar e do papel profissional, tende a reforçar a crença de que, virtualmente, qualquer combinação é válida, aceitável e vantajosa (Golden, 2001)²⁰⁴. Todavia, por mais que possam estar difundidos estilos de vida alternativos e modalidades variadas de integração do papel parental e laboral (representações ficcionais ou não ficcionais da vida familiar e laboral), o retorno às referências e à segurança das relações familiares parece, ainda assim, poder constituir-se como a melhor forma dos jovens lidarem com a incerteza e a ansiedade que provêm da exposição a modelos e mensagens sociais plurais, amiúde díspares e contraditórios. Basta ter presente a ideia de que, graças à carga afectiva que caracteriza a transmissão de conteúdos na família de origem, o mundo internalizado na socialização primária se fixa na consciência com muita mais firmeza do que os

²⁰⁴ Tal como refere Golden (2001) *“...every point of view on the proper configuration of the family and appropriate roles for mothers and fathers is now represented by some organized group- from feminists to family values proponents, as well as one or more popular magazines..., television shows..., celebrity authors... and web sites.”* (p. 250). Talvez a exposição a toda esta diversidade seja uma das razões pelas quais os jovens que antecipam como desejável a integração dos papéis familiares e profissionais tenham dificuldade em especificar o modo como pretendem alcançá-la (Greenhaus & Parasuraman, 1999; Weitzman, 1994).

mundos internalizados por via dos processos de socialização secundária (Berger & Luckman, 1967):

The world of childhood, in its luminous reality, is thus conducive to confidence not only in the persons of significant others but in their definitions of the situation... the world of childhood is so constituted as to instil in the individual a gnomonic structure in which he may have confidence that "everything is all right"....the world of childhood is likely to retain its particular reality in retrospection. It remains the "home world", however far one may be from it in later life. (Berger e Luckman, 1967, p. 136)

Assim sendo, mesmo que o estatuto dos pais enquanto modelos de papel esteja fragilizado e o recurso dos filhos a esses modelos possa parecer improvável e até problemático (por tratar-se de modelos desajustados da realidade actual), os estudos revistos dão razões para acreditar que, mesmo num contexto de modernidade, os pais continuam a ser figuras de proa no processo de definição dos papéis da vida adulta: *"as significant adults in the adolescent's world, parents may be particularly salient during this period of time as youth start to explore different conceptions of who they are and who they want to be."* (Jodl et al., 2001, p. 1248).

Das experiências vividas na família de origem, os indivíduos saberão tirar as lições que se mostrarem mais profícuas em termos da sua realização pessoal mas também as que se mostrem mais promissoras em termos da satisfação das necessidades de desenvolvimento dos filhos que têm e que, um dia, também já foram. O desafio que se coloca aos pais é o de prosseguir o seu projecto de vida e, generativamente, assegurar o sucesso psicológico e a viabilidade social dos projectos de vida da geração. Em todo este processo é fundamental ter presente que os novos ambientes de trabalho e familiares em que os filhos estão inseridos nem sempre serão favoráveis à reprodução dos valores que tendo sido aprendidos com os pais, e sendo até subjectivamente muito investidos, nem sempre são os adaptativamente mais úteis ou socialmente mais valorizados (Nascimento & Coimbra, 2001/2002).

Lapassade (1997) é muito claro quando refere que o que mudou na família, enquanto contexto de aprendizagem da sociabilidade, não foi a sua função afectiva mas a sua função institucional afirmando que a família continua, até prova em contrário, a ser insubstituível no processo de socialização dos mais novos. É nela que ocorre a primeira forma de integração social dos jovens que é indispensável para assegurar o seu acesso às estruturas fundamentais da existência social e que é fundadora de formas de inserção mais diferenciadas. É nela que se situam os canais de comunicação que asseguram a transmissão de mensagens sociais aos jovens sobre a forma de entrar na vida adulta²⁰⁵.

²⁰⁵ Por vezes ocorrem disfunções nestes canais de comunicação (e, consequentemente, problemas de socialização) que tanto podem ter origem em dificuldades da vida familiar como em certas características negativas do meio de vida que perturbam a recepção dos sinais pelos jovens (Lapassade, 1997)

Mais do que nunca, é importante reflectir sobre as reais possibilidades e capacidades do sistema familiar para combinar tradição e inovação e é fundamental perceber se, apesar do relativismo que domina uma parte significativa da vida social, os processos de transmissão intergeracional que ocorrem em certos nichos (entenda-se, relações diádicas) da célula familiar continuam a reforçar o desejável sentido de identidade e pertença das gerações mais novas, de modo pessoalmente satisfatório e adaptativo e socialmente útil.

A questão lançada por Torres *et al.* (1998), ainda que exprima uma preocupação sociológica, contribui de sobremaneira para enfatizar a importância de um ponto de vista psicológico na análise destas inquietações ao identificar, como parte do problema, variáveis²⁰⁶ que estão, claramente, ao alcance do estudo das ciências psicológicas.

Como são interpretáveis...os factores que no discurso mediático a propósito da família - numas alturas mais, noutras menos, num tom ora acentuador de sentido de negatividade ora dos aspectos positivos - são apontados como reveladores da crise da família, da sua perda de funções, da incapacidade de contribuir para a integração social dos seus membros, ou, então, como sintoma de que a família actual liberta de constrangimentos decorrentes dos laços de parentesco, favorece relações afectivas mais genuínas, constitui um espaço onde se manifestam os "verdadeiros" sentimentos individuais, confere a todos os seus membros uma efectiva autonomia? (p. 45)

Na problematização destas questões, impõe-se, naturalmente, a distinção entre o objecto da transmissão e os processos da transmissão. Trata-se de uma distinção que, antes de mais, serve para enfatizar o primado da qualidade das relações entre gerações (entre pais e filhos) como factor de validação da forma como os indivíduos definem os seus papéis mesmo quando, face a novas circunstâncias e oportunidades, o conteúdo dessas definições (o objecto da transmissão) se diferencia do conteúdo herdado ou transmitido pelos pais²⁰⁷. Como facilmente se depreende, opõem-se aqui duas conceptualizações distintas dos processos psicológicos de transmissão que concorrem na explicação das continuidades e das continuidades intergeracionais: por um lado, o processo de aprendizagem vicariante (observacional e funcional) de comportamentos em torno do trabalho e da parentalidade e, por outro lado, o processo de formação de modelos internos dinâmicos das relações construídas com as figuras de vinculação.

A excessiva centração da primeira proposta, na dimensão do conteúdo parece constituir a sua maior vulnerabilidade sendo a validade do processo de modelagem posta em causa pelo fosso que, aparentemente, as mudanças sociais entretanto ocorridas vieram criar entre as experiências e as práticas comportamentais de pais e de filhos. No mundo em que os filhos das

²⁰⁶ Tais variáveis foram sublinhadas na citação dos autores embora não estejam assim assinaladas na versão original.

²⁰⁷ A partir de um ponto de vista evolucionista, Euler *et al.* (2001) comentam que embora a transmissão ou a adopção de cultura envolva processos de aprendizagem observacional o que está em causa é um processo altamente selectivo pelo que seria surpreendente "if this selectivity in the choice of models and traits was not influenced by the quality of the relationship between recipient and model." (p. 148).

novas gerações estão a crescer, pouco resta (política, económica, social e culturalmente) do mundo dos pais na sua infância: "... *very few enjoy seamless continuity between the worlds of childhood and adulthood, families of origin and procreation, the role expectations created by primary socialization, and the realities of adult life.*" (Golden, 2001, p. 247). Mas não é só a evolução social que, sublinhando os problemas de aplicabilidade das experiências passadas a novas situações, põe a nu a incapacidade desta proposta para explicar as descontinuidades entre gerações.

Essa sua limitação é, igualmente, posta em evidência pela literatura quando aponta para a existência de um processo concorrente ao de modelagem, que seria responsável pelas diferenças observadas entre pais e filhos. A caracterização deste outro processo – de compensação – conduz ao reconhecimento de que o fenómeno da transmissão não pode ser investigado sem que se tenha em conta seus os antecedentes afectivos e emocionais:

...primary socialization involves more than purely cognitive learning. It takes place under circumstances that are highly charged emotionally. Indeed there is good reason to believe that without such emotional attachment to the significant others the learning process would be difficult if not impossible. The child identifies with the significant others in a variety of emotional ways. Whatever they may be internalisation occurs only as identification occurs. The child takes on the significant others roles and attitudes, that is internalises them and makes them his own.
(Berger & Luckman, 1967, pp. 131-132)

É como se o processo de transmissão estivesse ancorado a uma estrutura relacional, energética, da qual não pode ser separado. Os seus resultados, isto é, a extensão na qual o conteúdo transmitido assemelha ou diferencia duas gerações, dependem da qualidade das experiências afectivas e dos laços emocionais que ligam o receptor (o aprendente) ao emissor (ao modelo). As aprendizagens realizadas neste contexto afectivo, uma vez organizadas cognitivamente e emocionalmente, actuam como forças internas que impulsionam os indivíduos à repetição ou reconstrução (mais inconsciente que consciente) dos modelos parentais. As representações dessas experiências relacionais, que podem ser reelaboradas cognitivamente por estímulo de acontecimentos de vida emocionalmente significativos (como a transição para a parentalidade, por exemplo), funcionam como filtros que retêm selectivamente os conteúdos do comportamento parental a emular ou a reparar. Poder-se-ia mesmo dizer que os afectos estão para a herança de significados estruturantes da subjectividade tal como o sangue está para a herança genética. Está aqui implícita uma concepção dos afectos como um canal de consaguinidade psicológica que atravessa a evolução da humanidade e dá suporte à individualidade e às relações e interacções que se desenvolvem na coexistência e na sucessão das gerações. A teoria da vinculação torna-se, por conseguinte, uma grelha de leitura indispensável na compreensão do processo de transmissão intergeracional.

Por seu lado, a perspectiva do interaccionismo simbólico assume-se, neste contexto, como um modelo de charneira. Apresenta afinidades conceptuais com a perspectiva da aprendizagem social sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento do papel dos outros nas aprendizagens que os indivíduos realizam e aos processos simbólicos e/ou interpretativos que lhes permitem desenvolver certas crenças sobre a relevância ou valor de um dado papel ou comportamento. Distancia-se, no entanto desse modelo, ao entender a aprendizagem interpessoal como um processo de construção de conhecimento activo e transformador, em que o aprendido não é dado e acabado e o aprender não resulta de repetição ou reprodução de pautas de acção previamente adquiridas a objectos semelhantes mas corresponde a uma experiência que os indivíduos dotam de sentido pessoal porque não se limitam a ser objectos passivos (pensando e agindo segundo as indicações que recebem dos outros) mas assumem-se como sujeitos activos nesse processo (definindo também eles o que os outros e eles próprios devem fazer):

The self is a reflected identity, reflecting that attitudes first taken by significant others toward it; the individual becomes what he is addressed as by his significant others. This is not a one-sided mechanistic process. It entails a dialectic between identification by others and self-identification, between objectively assigned and subjectively appropriated identity. (Berger & Luckman, 1967, p. 132)

Este modo auto-reflexivo de construir conhecimento reveste-se, por isso, de uma importante função reguladora das interacções entre o indivíduo e o meio social pois permite ao indivíduo usar as experiências passadas (as suas e as dos outros) e a capacidade de coordenar a sua perspectiva com a de outros quando colocado diante de novos problemas (Mead, 1934). A possibilidade de diferenciar o eu-actor (*I*) e o eu-observador (*Me*)²⁰⁸, ou dito de outro modo, esta capacidade de se perceber e avaliar como pai/mãe e trabalhador e de, ao mesmo tempo, se colocar no papel do outro que é o filho pode ser visto como o principal ponto de interface do interaccionismo simbólico com a teoria da vinculação. O pensamento reflexivo e o *role-taking* oferece a oportunidade aos indivíduos de controlar as suas acções a partir da inferência de possíveis reacções dos outros e de reagir ao comportamento dos outros a partir de um ponto de vista próprio. Está-se perante uma competência susceptível de influenciar amplamente o padrão de interacção pessoal pais-filhos e, por conseguinte, a qualidade das experiências afectivas vividas na família de origem, não podendo perder-se de vista que essas memórias relacionais (essas representações da disponibilidade, da sensibilidade, do carinho, da protecção, da responsividade... das figuras parentais) constituem a matéria-prima que está na base da formação das estruturas cognitivas e emocionais que codificam o vivido e influenciam as dinâmicas interpessoais futuras, isto é, o modo como o self se comportará na relação com os

²⁰⁸ Segundo Mead (1934) o indivíduo é constituído por várias partes: umas são o produto das suas relações com os outros (essas partes dizem respeito ao *Me*); outras representam a concepção que ele tem de si próprio e que definem dimensões intrinsecamente pessoais (o *I*).

outros e como antecipa o comportamento dos outros em relação a si (Bowlby, 1969/91; 1982; Main *et al.*, 1985).

As conexões entre estas abordagens mostram-se ainda mais relevantes, quando na exploração dos processos sociológicos de transmissão intergeracional, se constata que estes são apresentados como subsidiários de processos psicológicos específicos, associados à resolução de tarefas de desenvolvimento que pressupõem a negociação e actualização do padrão relacional entre pessoas que se encontram em fases diferentes do processo identitário e que, fruto desses desfazamentos maturacionais, se confrontam com tensões na sua interacção.

As questões da representatividade, da viabilidade ou da generalização histórica de certos padrões de investimento ou comportamento, não podem deixar a presente investigação indiferente aos conteúdos que são objecto de transmissão intergeracional. Todavia, é das afinidades e dos contrastes entre as diferentes propostas de conceptualização dos processos de transmissão, que advém o estímulo para esse empreendimento maior de pôr à prova a validade preditiva de cada um desses modelos no que se refere à transmissão, de pais para filhos, dos significados do trabalho e da parentalidade.

As insuficiências do modelo da aprendizagem social na explicação das situações de descontinuidade, juntamente com o reconhecimento da centralidade de dimensões afectivas e semânticas nos casos em ocorre compensação, explica que *a priori* se considere a perspectiva do interaccionismo simbólico e a da vinculação como mais relevantes e úteis na compreensão das continuidades e descontinuidades geracionais dos padrões de investimento. Com efeito, embora a hipótese da similaridade intergeracional, assente na ideia de modelagem, tenha recebido algum suporte empírico (Aquilino, 1997), é importante salientar que ela foi testada com base na avaliação do desempenho do papel (o acto de ser pai ou de trabalhar) mais do que na avaliação do investimento. Esta dimensão afectiva da identidade parental e de trabalhador/profissional, consubstanciada na noção de investimento, tem estado mais arredada da investigação, facto que não deixa de ser surpreendente dado serem bastante óbvias as diferenças entre a reprodução dos comportamentos tipicamente associados a um papel e a atribuição de algum valor cognitivo e emocional intrínseco a esse papel. Tal como Ferree (1990), assinala é o significado que o indivíduo atribui a um dado comportamento de papel que tem consequências para o funcionamento individual e familiar. Sendo motivadores primários da acção dos pais e exprimindo-se também nos seus próprios padrões de investimento, estes significados determinam, provavelmente, o que e de que modo uma geração transmite à outra as suas ideias e os seus valores relativamente a cada um dos papéis que desempenha (Nascimento & Coimbra, 2001/2002).

CAPÍTULO II

INVESTIMENTO E RELAÇÕES INTERPAPÉIS



DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO
INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPÉIS:
UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL
Inês Nascimento, FPCEUP-2007

1. O “Dilema Família-Trabalho”

Pedra de toque das reflexões teóricas em torno dos factores do sucesso do desenvolvimento humano, a qualidade do contexto familiar aparece como um tópico praticamente incontornável destacando-se, especificamente, o papel dos pais quer enquanto figuras primárias de identificação quer enquanto base segura para a exploração e realização de aprendizagens relevantes sobre o mundo. O sistema parental constitui, afinal, a unidade social com que cada indivíduo contacta mais precocemente e aquela com a qual estabelece uma ligação mais duradoura ainda que as características que tipificam a natureza dessa ligação variem, desejavelmente, à medida que cada um dos sujeitos em relação se desenvolve e os próprios ecossistemas a que pertencem se modificam (Bronfenbrenner, 1979; Grotevant & Cooper, 1988; Vondracek *et al.*, 1986). Pela parentalidade os indivíduos fazem-se portadores de um mandato social que os leva a conjugar a preocupação com o bem-estar e o ajustamento do novo membro da família com objectivos ligados à preservação das normas e tradições que sustentam a cultura familiar e a própria ordem social.

Contudo, a realização pessoal que pode advir do desempenho do papel parental certamente não se esgota no cumprimento de uma missão tida como socialmente relevante mas estará, sobretudo, relacionada com o grau no qual os pais encarem a parentalidade como um projecto pessoalmente significativo e nele invistam em termos psicológicos. Deste ponto de vista, a qualidade da relação pais-filhos poderá ser vista como um indicador útil quer da eficácia dos pais no que se refere à sua função de agentes de socialização e educação (os sentimentos de proximidade afectiva parecem mostrar-se um factor fundamental na activação dos processos de influência interpessoal que têm lugar na dinâmica familiar), quer no que diz respeito ao tipo de investimento que os pais realizam na parentalidade e aos ganhos pessoais que, reciprocamente, pais e filhos podem obter do papel familiar que lhes corresponde.

Todavia, a existência na vida dos pais de outros papéis sociais que são fonte paralela de exigências e experiências às da parentalidade e que são interdependentes do ponto de vista do consumo dos recursos pessoais disponíveis, constituem-se, desde logo, como circunstâncias susceptíveis de interferir na realização do projecto parental e na qualidade emocional da relação com os filhos. Como se viu no capítulo anterior, o trabalho é, neste contexto, um dos domínios que mais marcadamente concorre com o exercício da parentalidade quer no que se refere ao consumo de tempo e de energia quer no que diz respeito à sua centralidade psicológica. Pode, inclusivamente, considerar-se que o trabalho tem uma influência mais poderosa sobre a vida familiar do que o inverso dado que, apesar de se constituir como um constrangimento ao envolvimento na vida familiar, opera, ao mesmo tempo, como uma fonte essencial de sustento económico e pessoal (Duxbury & Higgins, 1991)²⁰⁹.

²⁰⁹ Os resultados do estudo longitudinal de Hackett, Bycio e Gion (1989) mostraram bem esta onipresença do trabalho na vida familiar. Os autores observaram, num estudo de *design* longitudinal, que o conflito trabalho-família era um

Situações de instabilidade ou precariedade de emprego podem desviar a atenção dos pais dos filhos para questões básicas de sustentação do próprio agregado (Menaghan, 1991). A necessidade dos pais de manterem, no mercado de trabalho, um lugar que assegure a estabilidade material do agregado possa, num certo sentido, ameaçar e/ou comprometer o objectivo de preservação do equilíbrio afectivo emocional indispensável à qualidade da vida familiar, seja porque condicione a disponibilidade física e/ou psicológica dos pais seja porque obrigue à transferência de uma parte da tarefa educativa dos filhos para outras figuras cuja actuação pode mostrar-se, a esse nível, incongruente com os valores praticados pelos próprios pais.

Mesmo mudanças profissionais aparentemente positivas e bem-vindas são susceptíveis de colocar desafios adaptativos importantes aos indivíduos já que podem absorver-lhes tempo e energia que de outra forma poderiam ser devotados à satisfação de necessidades familiares, podendo traduzir-se na sobrecarga de outros membros da família e acarretar custos para o ambiente familiar (Menaghan & Parcel, 1995). Com efeito, as tensões vividas no contexto profissional, ao mesmo tempo que podem reduzir a capacidade do indivíduo para interagir de forma positiva com os restantes membros da família, podem esgotar os próprios recursos do sistema familiar ao terem de ser mobilizados no apoio a dar ao elemento fragilizado na gestão da experiência de stress. Pode acontecer que o trabalho do indivíduo seja tão pouco estimulante e desafiante, que o regime de baixo consumo de energia em que funciona no contexto profissional se expanda para o domínio da família, dando origem a inércia e apatia face às tarefas da vida familiar. Do mesmo modo, se elevados padrões de auto-controlo forem exigidos ao indivíduo no desempenho das suas funções profissionais, a generalização desta forma de funcionamento para a esfera familiar pode diminuir a disponibilidade do trabalhador para a expressão de afectos e para actividades lúdicas no contexto da família (Zedeck, 1992).

No contexto das teorias do papel social, estes modelos de compreensão exosistémica da relação trabalho-família (Bronfenbrenner, 1979; 1986), levam a considerar a existência, na vida dos indivíduos, de um tipo especial de transições, a acrescentar-se às concepções de transição mais tradicionais, e que poderiam ser designadas como *transições ecológicas*, ou seja, transições associadas à pendularidade quotidiana dos indivíduos entre os vários contextos sociais em que participam (*e.g.*, da casa para o trabalho; do trabalho para casa...) que implicam trocas de cenários e/ou de papel no seu ambiente ecológico sendo que esses movimentos envolvem processos de transmissão interpapel (Ashforth, Kreiner e Fugate, 2000; Clark, 2000).

As investigações no domínio do contágio emocional têm demonstrado que as características associadas ao papel de trabalhador/profissional dos pais podem trazer diferentes desafios e flutuações emocionais diárias ao funcionamento familiar e afectar a qualidade da relação pais-filhos (*e.g.*, Almeida, Wethington & Chandler, 1999; Larson & Almeida, 1999).

preditor importante do desejo das participantes (enfermeiras) de faltarem ao trabalho mas não um preditor consistente de efectivo absentismo.

Globalmente, os resultados dessas investigações indicam que o stress profissional pode produzir uma redução no grau de responsividade emocional dos pais em relação aos filhos podendo ter um efeito disruptivo ao nível dos padrões de interacção pais-filhos. Nas palavras de Repetti e Wood (1997): *"Although social withdrawal may be an adaptive, short-term coping response [to occupational stress] for both the individual and the family, over time, repeated instances of withdrawal may corrode feelings of closeness and lead to feelings of resentment and negative interactions."* (p. 106).

No seu conjunto, estas considerações reforçam a convicção segundo a qual o desempenho simultâneo dos dois papéis (parental e profissional) acrescenta às demandas provenientes de cada um, uma exigência adicional: a de organização de um esquema de distribuição dos recursos pessoais que, objectivamente, facilite a conciliação dos papéis. De um ponto de vista psicológico, a relevância desta questão prende-se, sobretudo, com o interesse em compreender as escolhas implicadas nesta canalização selectiva de recursos sob o ângulo da identificação pessoal, do significado, saliência ou importância subjectiva atribuída a cada um dos papéis.

1.1. A Atribuição de Significado aos Papéis de Vida e a Identidade de Papel: A Função do Investimento

Com o seu constructo dos papéis de vida, Super (1980; 1990) foi o primeiro a chamar a atenção para a multiplicidade e para a interrelação dos papéis e dos cenários do desenvolvimento vocacional. Super reconceptualiza a noção de carreira que deixa de ser entendida como a progressão vertical do indivíduo no interior de um domínio profissional ou sucessão de posições profissionais ocupadas ao longo da vida para passar a designar a sequência de posições ocupadas por um indivíduo ao longo da sua vida, incluindo o desempenho de papéis relacionados com o trabalho juntamente com outros papéis como o familiar e o cívico. Na mesma linha de Bronfenbrenner (1979) que define "papéis" como o conjunto de actividades e relações que se esperam de uma pessoa que ocupa uma determinada posição na sociedade e, por outro lado, aquilo que se espera dos outros em relação a ela, um papel é, para Super, o produto de uma síntese entre as expectativas de terceiros e das concepções pessoais do indivíduo quanto à posição ocupada num determinado cenário. Na perspectiva de Super, ao longo do ciclo de vida os diversos papéis desempenhados pelos indivíduos assumem graus diferentes de importância sendo que a saliência que cada papel assume se exprime nas atitudes, conhecimentos e comportamentos que o indivíduo revela. Para se compreender a estrutura e o significado de vida de um indivíduo seria necessário considerar o seu envolvimento numa variedade de papéis que incluem o papel profissional mas que não se cingem a ele.

Vários trabalhos têm vindo a ser desenvolvidos em torno dos principais pressupostos da visão de carreira de Super. Destaca-se em particular, o modelo triangular da importância dos papéis (Nevill & Super, 1986; Super, 1995) segundo o qual a importância de cada um desses papéis para os indivíduos pode ser determinada com base em três critérios: o investimento (que descreve a ligação afectiva e a vinculação emocional ao papel; a participação (a quantidade de tempo e energia gastos no desempenho do papel); e o conhecimento, (isto é, os saberes e informações adquiridos através da experiência directa ou vicariante acerca das características de um dado papel (Nevill & Super, 1986; Super, 1995). Cada uma destas dimensões concorre para variações no grau de importância relativa de cada um dos papéis que o indivíduo desempenha. A combinação de cada uma define os factores do nível intermédio do modelo (envolvimento, interesses e compromisso) que são os que confluem mais directamente para a importância assumida por cada papel e que melhor permitem avaliar a sua saliência (Super, 1995). De acordo com Super (1990) as pessoas têm a oportunidade de escolher o grau de envolvimento com cada papel tendo como ponto de partida as suas avaliações de mudanças na situação socioeconómica e na estrutura social em que vivem. Do mesmo modo, as preferências dos indivíduos são, de acordo com Super (1990) influenciadas por um conjunto de factores externos, incluindo as tradições sociais tais como as convenções de género²¹⁰.

Vindas de fora do domínio vocacional aparecem também algumas propostas interessantes quanto à compreensão do que motiva o envolvimento diferenciado dos indivíduos com os vários papéis. As perspectivas do interaccionismo simbólico, especialmente as que decorrem da teoria da identidade de papel, dominam a literatura nesta área (Fox & Bruce, 2001; Golden, 2001; Marsiglio, 1993; Minton & Pasley, 1996) enunciando a existência de uma relação estreita entre papéis sociais e identidades pessoais, em que as segundas emergem, em larga medida, da construção social, interactiva, de significado para os primeiros.

In this perspective, identity is seen as both social (social category membership) and personal (characteristics unique to the individual) and social roles are seen as the medium through which, both personal and social identity, are achieved. The self emerges from social interaction (which has both a situational and a cultural context), and is both shaped by and shapes these interactions and contexts. One successfully claims an identity when it is validated by others. (Golden, 2001, p. 243)

²¹⁰ Alguns apoiantes desta perspectiva holística da carreira proposta por Super, procuram, no entanto, destacar a saliência do trabalho independentemente da sua ligação a um papel específico. Tais autores defendem a necessidade de repensar o conceito de trabalho desvinculando-o das situações estritas de participação dos indivíduos no mercado de emprego (trabalho equivalente a profissão) e apresentam-no, em alternativa, como uma actividade humana transversal a todos os contextos que, como tal, está implicada na generalidade dos papéis de vida (Richardson, 1993). Sem que se queira contrariar a ideia do trabalho como actividade infusa em todos os papéis desempenhados pelos indivíduos, importa ressaltar que, quando no presente projecto, se alude ao papel de trabalhador se tem especificamente em conta as experiências pessoais que decorrem da relação formal dos indivíduos com o trabalho no quadro de uma situação de emprego e da integração numa organização com o estatuto de assalariado daí a utilização da expressão “papel de trabalhador/profissional”. O papel parental e o papel de trabalhador/profissional têm que ser vistos como papéis diferenciados se, como acontece no presente estudo, interessa analisar as relações que mantêm entre si.

A teoria da identidade de papel apresenta o investimento como algo que liga um indivíduo a uma identidade, ou seja, a um conjunto estável de significados que organizam o *self*, sendo estes significados que permitem aos indivíduos produzir linhas consistentes de acção, sentir-se ligado a certas pessoas e/ou a certos grupos: "*Commitment highlights one of the ways in which individuals infuse roles and social structure with self-motivated behaviors, thereby linking the self to the social structure.*" (Burke & Reitzes, 1991, p. 239). O investimento aparece como o meio que permite aos indivíduos infundir nos seus papéis de vida, os significados subjectivos que definem as diversas dimensões do *self* (*i.e.*, as suas identidades de papel) (Stryker, 1980). Ao mesmo tempo, o investimento refere-se à intensidade da relação que os indivíduos estabelecem com todos os outros com quem interagem no desempenho de um dado papel, pelo que tem como indicador os custos que a opção por cursos de acção alternativos produzem nessas relações significativas com os outros (Stryker, 1968). Tal significa que o investimento é susceptível de ser avaliado em duas dimensões, isto é, em termos de extensão (o número de relações nas quais o indivíduo participa pelo facto de possuir uma dada identidade de papel) e de intensidade (a profundidade das relações abrigadas nessa identidade de papel) (Stryker, 1968; 1980).

Conceptualizar o investimento segundo os pressupostos da interacção simbólica permite fazer ressaltar a relação dinâmica e recíproca entre a estrutura social e os processos psicológicos de definição do *self*. O processo de investimento permite aos indivíduos participar no estabelecimento e manutenção das suas identidades que mais não são do que os significados sociais partilhados que as pessoas atribuem a si próprias no desempenho de um papel. Estas identidades podem ser caracterizadas como produtos sociais uma vez que são formadas, mantidas e confirmadas através de processos que envolvem: (1) a nomeação ou localização dos indivíduos numa dada categoria social; (2) a interacção com outros no interior dessas categorias; e, (3) a apresentação do *self* e o contracenar com outros como forma de negociar e validar os significados e explorar as implicações comportamentais da pertença a essas categorias. Outra das suas características é que dotam o *self* de significados que são aprendidos em situações particulares e que resultam da comparação, isto é, da percepção de semelhanças e de diferenças de um papel quando em relação com um papel complementar. Trata-se, ainda, de identidades simbólicas que evocam no indivíduo as mesmas respostas que evocam nas outras pessoas. São também identidades reflexivas, o que quer dizer que os indivíduos podem usar essas identidades como pontos de referência para avaliar as implicações do seu próprio comportamento e o dos outros, o que pressupõe o processo de *reflected-appraisals*. Por fim, essas identidades são fonte de motivação para pôr em prática acções, especialmente as que permitam confirmar socialmente essa identidade (Burke & Reitzes, 1991). Usando uma metáfora cibernética, os autores explicam da forma que se segue o processo de construção das identidades de papel:

An identity allows a person to compare an input (the identity meanings implied in social interactions, which we will call reflected-appraisals) with its setting (the identity) and produces outputs (meaning behaviour) that change interaction until the meanings of the input match the meanings of the identity (setting). Thus, individuals use their identities as a thermostat that assesses the identity implications of interactions and to initiate behaviours that maintain or restore congruency between the identity and the reflected-appraisals. (Burke & Reitzes, 1991, p. 242)

Em todo este processo o investimento (entendido como conjunto de forças, pressões ou impulsos internos) actua como o principal factor que permite aos indivíduos manter essa congruência entre, por um lado, a identidade padrão auto-definida e, por outro lado, a informação recebida do contexto social sob a forma de *reflected-appraisals*. Se o investimento for fraco, o indivíduo, apenas excepcionalmente, procurará alterar os *reflected-appraisals* no sentido da maximização da congruência, o que só acontece: (1) pontualmente; (2) quando a incongruência for extrema; (3) quando for necessário despende pouco esforço; (4) num grau limitado; (5) em certas situações; e, (6) se os custos não forem demasiado altos. Quando o investimento é elevado, é mais provável que os *reflected-appraisals* contenham mais significados partilhados que sejam mais consistentes e reforcem uma dada identidade e que os indivíduos se esforcem mais para manter essa consistência nas situações em que possa ser posta em causa. Investimentos mais elevados conduzirão a um envolvimento mais visível com pessoas, actividades, ou organizações que reforcem a identidade do indivíduo. Todavia, uma vez que o processo que conduz à congruência é complexo, stressante e difícil de aprender, *"the individual has an interest in avoid the demands and stresses of renegotiating shared meanings for self, others and interactions."* (p. 243).

Uma vez que estes *reflected-appraisals* dependem dos comportamentos que os indivíduos produzem, é de esperar que o significado desses comportamentos estejam mais ou menos em relação com os significados dessa identidade conforme o próprio indivíduo nela esteja mais ou menos investido. Os determinantes desse investimento podem ser de natureza cognitiva ou socioemocional. Os investimentos de base cognitiva partem da antecipação dos significados e de reforços positivos bem como da avaliação que os indivíduos fazem do equilíbrio custo-benefício implicado na manutenção de uma identidade (o investimento será superior quando a identidade é avaliada positivamente e pode constituir fonte de recompensas). O segundo tipo de determinantes refere-se aos laços afectivos que emergem da interacção com os outros que fazem parte do contexto de uma determinada identidade, sendo que essa ligação emocional se revela um sustentáculo importante dessa identidade: *"Belonging to a social network and being related to other role partners provides a basis of commitment."* (Burke & Reitzes, 1991, p. 244).

Visto que é através dos seus investimentos que os indivíduos podem preservar a congruência entre a sua identidade e as implicações para a identidade das interacções com os

outros, o investimento assume-se como um moderador importante entre a identidade de papel e o desempenho de papel. Tal significa que, enquanto agentes activos no processo de formação das suas identidades, os indivíduos podem optar por mudar o seu comportamento (desempenho no papel) de modo a aumentar as recompensas associadas a uma determinada identidade ou podem aproveitar a relação com os outros como meio de obter o *feed-back* de que necessitam para completar o ciclo de consolidação da identidade (Burke & Reitzes, 1991). Em todo o caso, e em síntese, "*Commitment can be understood more clearly as a tie to one's identity in terms of maintaining particular inputs to the identity process – that is, particular perceptions of the meaning of the self (those congruent with one's role identity)*." (p. 248). Fica desta forma também mais claro, o modo como o processo de investimento influencia não só a estruturação do estilo de vida (Super, 1980; 1990) mas a construção do próprio *self*.

Curiosamente, os autores divergem no modo como caracterizam a "*geografia do self*" (Fox & Bruce, 2001), ou seja, na forma como procuram representar espacialmente a colocação relativa de cada papel na estrutura do *self*. Super (1980; 1990) propõe um arco-íris constituído por nove bandas de cores diferentes respeitantes a cada um dos papéis. A espessura das bandas indica a importância temporal de cada papel e a tonalidade da cor de cada uma, o grau de envolvimento emocional do indivíduo com o respectivo papel. Stryker (1968; 1980; 1987) descreve o *self* como uma estrutura composta por uma multiplicidade de identidades hierarquicamente organizadas numa coluna vertical na qual a identidade mais saliente é a que se encontra no topo (quanto mais elevada a posição de uma identidade de papel na hierarquia mais ela é evocada numa variedade de situações). Outros autores representam o *self* como uma série de círculos concêntricos na qual o círculo mais interior corresponde à identidade mais central da estrutura do *self* do indivíduo (McCall & Simmons, 1978; Stryker & Serpe, 1994). Outros ainda (Pasley, Kerpelman, Goodman & Futris, 1998) descrevem o *self* como um círculo composto por diversos arcos cuja amplitude varia de acordo com a identidade de papel que assume mais importância em cada momento (o arco maior representaria a identidade de papel dominante).

A saliência das identidades, e a priorização de certas identidades de papel em situações complexas que poderiam evocar identidades de papel alternativas, constituem a questão fulcral destas perspectivas. De um modo geral, os seus proponentes assumem que o *self* é constituído por uma multiplicidade de identidades, estruturadas por relações de papel, tal como a relação pai/mãe-filho, e organizado numa hierarquia de saliência na qual certas identidades são mais centrais ou salientes para o sentido interno de *self* (Burke & Reitzes, 1991; LaRossa & Reitzes, 1993; Stryker & Serpe, 1994). O investimento está positivamente relacionado com uma ordenação hierárquica dessas identidades assim como com a frequência de desempenho do papel (Stryker, 1980). A localização de uma identidade ou mais identidades num certo nível dessa hierarquia depende da proeminência da identidade (*i.e.*, da ligação afectiva do indivíduo a essa identidade), da sua necessidade de reforço, da necessidade ou desejo do indivíduo em obter gratificações intrínsecas ou extrínsecas através do desempenho do papel que lhe está

associado e pela percepção de que é possível tirar proveito dessa identidade em circunstâncias imediatas (Stryker & Serpe, 1994). A ordenação hierárquica das várias identidades é importante na medida em que, quando os indivíduos estão colocados perante exigências competitivas o seu comportamento será consistente com as expectativas de papel associadas às identidades mais salientes. De igual modo, a saliência de cada identidade irá determinar a quantidade de tempo que será dedicado ao desempenho de um dado papel (Stryker & Serpe, 1982).

A saliência relativa de uma identidade é, por seu turno, uma função do investimento dos indivíduos nos papéis aos quais essas identidades estão vinculadas. O investimento é definido pelos custos sociais e pessoais envolvidos no não desempenho do papel ligado a uma dada identidade (Stryker, 1980). Estes custos são estimados em função da intensidade dos laços que os indivíduos estabelecem com os outros na sua rede social de relações e com quem se relacionam em virtude de desempenharem um papel ou terem uma dada identidade. Os autores das teorias da identidade de papel sugerem que as identidades de papel se tornam mais salientes quando requerem maior investimento, quando assumem a forma de um investimento prioritário numa gama de investimentos possíveis, quando reúnem consenso acerca dos requisitos para o desempenho do papel e quando são altamente salientes para os outros significativos da rede de relações dos indivíduos (Stryker, 1968). Na sequência destas premissas, o investimento dos indivíduos nos seus papéis de vida é conceptualizado como uma função da saliência do papel para o seu sentido de *self*, da satisfação que o desempenho do papel acarreta para si e da percepção que o indivíduo tem da forma como esse desempenho é avaliado por outros significativos (Burke & Reitzes, 1981; 1991). Na circunstância em que estas condições se revelem positivas, será de esperar um nível elevado de investimento e, consequentemente, uma *performance* igualmente elevada, observável nos comportamentos produzidos na relação com os filhos ou no contexto de trabalho (Fox & Bruce, 2001)²¹¹.

Alguns autores referem que o investimento e a satisfação constituem indicadores distintos da centralidade de um dado papel ou domínio sugerindo que sejam usados conjuntamente na sua avaliação deste constructo (Kelly & Kelly, 1994; Kelly & Snyder, 1991; Mottaz, 1987). Outros apelam para a importância de distinguir “saliência” e “centralidade psicológica” uma vez que tanto os argumentos teóricos como os dados empíricos evidenciam que tais conceitos não são inteiramente redundantes e que o seu grau de independência relativa pode variar consoante o papel em causa (Stryker & Serpe, 1994). Assim, a saliência de uma identidade teria como atributo fundamental a proeminência da sua implantação na estrutura do *self*, atributo que estaria na base da predisposição do indivíduo para evocar essa identidade e agir em função dela sempre que chamado a seleccionar um comportamento em

²¹¹ Fox e Bruce (2001) verificaram que a saliência do papel parental para os homens se revelou um preditor significativo de três medidas do comportamento paterno (a responsividade, a austeridade e o envolvimento em actividades com os filhos) ao mesmo tempo que os *reflected-appraisals* (*i.e.*, avaliado através da descrição dos participantes acerca das avaliações que outros significativos fizeram da qualidade do seu desempenho paterno ponderada em função do grau de importância que os pais atribuíam a essas opiniões) influenciaram significativamente o envolvimento comportamental (*i.e.*, a interacção com os filhos em actividades) e o envolvimento afectivo (*i.e.*, o grau no qual os filhos eram amados e desejados) pelos pais.

situações nas quais há alternativas disponíveis: *"Illustratively the paradigmatic question is 'Why does one father take his child to the zoo on a free Saturday afternoon while another opts to play golf with buddies?'"* (Stryker & Serpe, 1994, p.18). A posição assumida nessa estrutura confere-lhe precedência e dota-a de representatividade permitindo que as suas manifestações sejam transsituacionais, ou seja, a identidade saliente influencia a resposta dos indivíduos em qualquer contexto e/ou situação em que se estes se encontrem²¹². O conceito de centralidade psicológica, para além de não remeter para essa base estrutural que faz da saliência da identidade um esquema interno organizador de significados, pressupõe, ao contrário desta, um nível de auto-consciência que não é visto como necessário para que as pessoas possam interpretar a experiência e estruturar a sua acção em função daqueles significados. Na sua concepção mais corrente, a centralidade psicológica diz respeito à importância maior ou menor que os indivíduos atribuem a um determinado papel/identidade baseando-se numa avaliação pessoal do valor que as actividades que representam esse papel/identidade têm para si. Dessa avaliação resulta uma certa percepção quanto ao carácter primário ou secundário desse papel/actividade na sua vida²¹³. (Stryker & Serpe, 1994)

Comum à maioria destas perspectivas parece ser a ideia de que, no plano individual, os vários papéis relacionam-se e articulam-se entre si de formas específicas. Nalguns casos admite-se que essa interacção não modifica em nenhuma circunstância a importância relativa dos vários papéis para o *self* nem despromove aquele que se mostra mais saliente (Burke & Reitzes, 1981; LaRossa & Reitzes, 1993; Stryker, 1987 *cit. in* Fox & Bruce, 2001). Noutros casos, considera-se que a importância de cada papel sofre mudanças em função de exigências situacionais específicas (Marks & McDermid, 1996; Pasley *et al.*, 1998; Super, 1980;1990).

Marks e McDermid (1996) avançaram mesmo com o conceito de *role-balance* para exprimir a tese segundo a qual podem ser várias as identidades salientes do sistema de papéis dos indivíduos na medida em que os indivíduos se podem envolver mais intensamente nuns ou noutros papéis consoante as circunstâncias. Estes últimos autores falam, essencialmente, na

²¹² Ainda que as situações possam requerer interpretações e definições que requeiram a priorização de outra identidade, não são as situações por si mesmas que determinam as identidades que nelas vão ser evocadas o que significa que o comportamento associado à identidade saliente é independente de exigências situacionais específicas (Stryker & Serpe, 1994).

²¹³ Quer as pessoas tenham ou não consciência da saliência das suas identidades, os autores defendem que as *"Identities that are viewed positively or negatively and are considered to be of great or little importance by the persons holding them can be equal powerful as cognitive schemas and are potentially invocable in equal degree in or across situations."*(p. 19). Deste modo, a escolha comportamental deve manifestar a centralidade relativa das identidades alternativas da mesma forma que essa centralidade relativa deve reflectir possíveis variações de investimento. Os resultados de uma investigação em que procuraram explorar as relações entre (1) o investimento em cinco papéis e a centralidade e a saliência e, (2) a saliência e a centralidade e o tempo dedicado a cada um dos cinco papéis levou os autores a verificarem que relativamente a alguns papéis a saliência de identidade e a centralidade psicológica se mostravam independentes mas noutros papéis se confundiam. Quando independentes, tinham como preditores o investimento e o tempo alocado ao papel (preditores que, apesar de tudo, se destacavam no caso da saliência). Quando se sobrepunham, praticamente não se distinguiam do ponto de vista da variância explicada de tempo no papel. Ainda que a saliência tivesse apresentado uma relação mais positiva com o investimento e a alocação de tempo, a alocação de tempo ao papel destacou-se como preditor da saliência (Stryker & Serpe, 1994). De acordo com os autores, dado que a centralidade psicológica é um factor relevante no que se refere à selecção de comportamentos, as teorias da identidade de papel deveriam incorporá-la como uma componente hierárquica da estrutura do *self* (Stryker & Serpe, 1994)

tendência do indivíduo para se envolver completamente na totalidade de papéis do seu sistema de papéis. O balanço de papel corresponde a uma orientação geral ou a uma certa predisposição interpapéis. O sistema de papéis é, assim uma estrutura cognitivo-afectiva ou *working-model* interno que implica compreensão e sentimentos acerca do lugar de uma actividade ou *self* particular no sistema de *selves* como um todo. Este conhecimento e estes sentimentos podem ser articulados explicitamente em momentos que implicam a gestão dos recursos pessoais disponíveis e/ou durante episódios de planeamento difíceis, mas também podem permanecer implícitos, associando o *self* a certas actividades como por hábito (Marks & McDermid, 1996). O *role-balance* implica também um processo conjunto de *role-identity balance*, ou seja, o *role-balance* é um padrão comportamental que actua transversalmente e atravessa todos os papéis de uma certa maneira e ao qual corresponde um certo padrão afectivo-cognitivo de organização da vida interna dos múltiplos *selves* dos indivíduos. Ao argumento da constância da identidade dominante opõe-se, na perspectiva destes autores, a ideia de alternância na identidade que se torna saliente.

1.1.1. Valores e Investimento nos Papéis de Vida

A literatura acerca da relação família-trabalho aponta para a existência de *spillover* nos valores que os indivíduos procuram alcançar em cada um desses contextos. Na determinação de explicações para a semelhança que se verifica nos valores que aparecem ligados ao trabalho e à família, os autores tanto se inclinam para a hipótese de uma relação indirecta entre cada uma dessas categorias de valores, mediada pelas orientações gerais dos indivíduos face à vida, como para a hipótese de uma relação directa na qual os valores internalizados num domínio afectariam os valores que o indivíduo procura realizar no outro (Edwards & Rothbard, 2000). Em qualquer dos casos a relação entre os valores familiares e os valores ligados ao trabalho parece poder resultar quer de processos de transmissão não intencional que ocorrem entre as estruturas de valores pertencentes a cada um dos domínios (Lord & Maher, 1991) quer de esforços deliberados do indivíduo para garantir a consistência de valores nos dois contextos de vida, especialmente no caso de indivíduos que desejam maximizar a congruência do seu auto-conceito (Cialdini, Trost & Newsom, 1995).

Talvez, no entanto, os fenómenos de *spillover* trabalho-família ao nível dos valores não devam ser abusivamente tomados como prova da inexistência de diferenças nos valores que os indivíduos vinculam aos papéis familiares e ao papel de trabalhador/profissional. Lofquist e Davis (1991) referem que a saliência dos diferentes ambientes nos quais os indivíduos se encontram inseridos determina qual deles adquire precedência na sua vida. Na perspectiva dos autores a saliência de um ambiente ou papel é determinada pelas qualidades potencialmente reforçadoras desse ambiente ou papel comparativamente a outros.

Adoptando, do ponto de vista teórico, o modelo de ajustamento pessoa-ambiente (*“person-environment fit”*) Edwards e Rothbard (1999) propõem que a experiência de stresse é

uma função do grau no qual os valores dos indivíduos relacionados com o trabalho e a família (autonomia, relações, segurança e segmentação) encontram condições de realização no seu ambiente. Os resultados do estudo indicam que o bem-estar aumenta à medida que aumentam no ambiente as oportunidades de satisfazer valores como a autonomia, relações e segurança continuando a aumentar mesmo quando as oportunidades excedem o grau de valorização desses aspectos pelos indivíduos. No caso da autonomia e da segurança, o efeito positivo do excesso de oportunidades só se observa até um certo ponto, a partir do qual o excesso de autonomia e de relações podem ser prejudiciais para o bem-estar. No caso da segmentação o excesso de oportunidades, isto é, a existência de uma separação entre o trabalho e a família superior ao desejado pelos indivíduos, resulta em perdas para o bem-estar. Os níveis de bem-estar tendem a mostrar-se superiores quando tanto as oportunidades como o grau de valorização de cada um dos valores são elevados do que quando ambos são reduzidos, o que significa que a natureza do ajustamento é um factor importante em termos de bem-estar. Os autores ainda verificaram que o efeito de “*fit*” se mostrava mais forte relativamente a medidas de bem-estar específicas de um domínio do que em relação a medidas de bem-estar geral. O ajustamento autonomia-trabalho apresentava-se mais fortemente relacionado com a satisfação com o trabalho do que com a satisfação familiar ou com a ansiedade e a depressão (medidas de bem-estar geral). Foi ainda encontrado apoio para o efeito moderador da centralidade da família na relação entre o “ajustamento” (“*Fit*”) e o bem-estar (quanto maior a centralidade do domínio familiar para os participantes mais forte esta relação).

Como é óbvio, cada papel está conotado com exigências particulares e proporciona gratificações específicas que ao conferirem diferentes potenciais de reforço aos vários papéis podem conduzir a diferenças de investimento. Alguns estudos comprovam mesmo que a diferentes papéis podem corresponder diferentes valores. Chusmir e Parker (1991) num estudo dos valores de uma amostra de gestores de ambos os sexos verificaram que, tanto os homens como as mulheres, classificavam de forma significativamente diferente os valores terminais e finais do inventário de valores de Rockeach (1973) consoante se reportavam às suas vivências no contexto de trabalho ou à sua vida pessoal extra-profissional.

Battista e Almond (1973) consideram que quando os indivíduos têm a percepção de que a sua vida é significativa, essa consciência implica (a) que invistam em algum conceito ou valor relativo ao significado da vida, (b) que esse conceito ou valor lhes proporcione um quadro ou esquema de objectivos a partir dos quais possam ter uma certa visão da sua vida, (c) que percebam a sua vida como relacionada com esse conceito ou como susceptível de satisfazer esse valor e que, (d) esta experiência de realização resulte num sentimento de significância. Segundo esta perspectiva, todos papéis de vida são fontes potenciais de significado para o indivíduo diferenciando-se apenas em função do grau no qual o indivíduo derive de cada um deles a satisfação dos valores que integram o seu sistema primário de significados de vida. Num estudo do significado de vida de jovens adultos, e a partir da resposta dos sujeitos a duas questões (“Indique três das coisas mais importantes que dão significado à sua vida no

momento actual”; “Indique em que medida investe no que elas significam para si”), Debats (1999) verificou serem quatro as fontes de significado mais referidas pelos sujeitos: as relações (investimento nas relações familiares e na relação com os amigos), o trabalho (significado obtido a partir do envolvimento no emprego, formação, ou profissão), bem estar pessoal (orientação individualista com ênfase no gosto pela vida, procura hedónica do prazer, e manutenção da saúde física e/ou mental) e auto-actualização (orientação para a realização de objectivos tangíveis ou intangíveis e para o desenvolvimento de capacidades psicológicas).

As relações e o trabalho apareciam como categorias de topo nas fontes de significados pessoais mais importantes na vida dos jovens adultos, um resultado que é expressivo do significado que os papéis familiares e o papel de trabalhador/profissional podem alcançar na vida destes indivíduos. Mas mais do que o conteúdo específico dos significados de vida, Debats (1999) constatou que o factor crítico do significado de vida parecia ser a extensão do investimento dos indivíduos nos significados pessoais que assinalavam, um resultado que antes de mais apoiou a expectativa de que os investimentos dos indivíduos nesses papéis se diferenciavam conforme os valores que permitiam satisfazer e os significados que lhes estavam associados.

Os indivíduos parecem, assim, diferenciar os valores que atribuem aos seus diferentes papéis e valorizar diferencialmente os seus papéis em função do grau no qual eles lhes permitam satisfazer os valores de vida que priorizam. Dito de outro modo, a saliência de um papel para o indivíduo é, determinada pela expectativa de que o envolvimento nesse papel conduza à satisfação dos valores pessoais de maior importância para si (Brown & Crace, 1996). Da extensão do investimento dos indivíduos nos significados associados a cada um desses domínios, depende o grau de importância que o trabalho e a família assumem para esse indivíduo enquanto valores em si mesmos. A saliência dos diversos papéis desempenhados pelos indivíduos parece, assim, depender: (1) do núcleo de valores priorizados pelos indivíduos; (2) da percepção do indivíduo quanto à medida na qual a fidelidade a esses valores poderá conduzir a certos estados finais desejados quando o indivíduo se implica no papel em causa; e, (3) da extensão na qual os valores mais importantes para o indivíduo estão a ser satisfeitos também através do seu envolvimento com outros papéis (Brown & Crace, 1996).

A relevância dos valores ao nível dos papéis de vida justifica-se, por um lado, pela sua contribuição no que refere à definição dos comportamentos que são desejáveis e apropriados no contexto de cada papel e, por outro lado, pelo facto de serem os principais parâmetros da avaliação que o indivíduo faz do grau no qual o envolvimento com o papel acarreta resultados positivos ou negativos para si. Claro está que a existência de conflitos entre os vários papéis poderá levar o indivíduo a optar por investir no papel que seja mais integrador dos valores mais significativos para o seu próprio projecto de vida (Brown & Crace, 1996).

De acordo com a teoria da estrutura universal dos valores de Schwartz e Bilsky (1987) apesar da universalidade de alguns valores (os que correspondem a representações cognitivas de requisitos humanos universais como as necessidades biológicas, as necessidades de

interacção social e as exigências institucionais) os indivíduos fazem, mediante um processo de socialização, a aprendizagem dos valores dominantes na sua cultura. Alguns desses valores são por si adoptados e, progressivamente, organizados em hierarquias pessoais de acordo com a importância que lhes atribuem. Neste processo de selecção há a interferência de variáveis culturais, sociais e pessoais pelo que é também de esperar que as experiências vividas na família de origem e, nomeadamente aquelas que se prendem com os investimentos dos pais no trabalho e na parentalidade, possam influenciar a natureza dos valores que são incorporados na hierarquia. Para Schwartz (1992) "*...the primary content aspect of a value is the type of goal or motivational concern that it expresses.*" (p.2). A estrutura dinâmica das relações entre os tipos motivacionais parte justamente da distinção entre interesses individuais (expressos em valores que servem o self, o bem estar, eficácia e independência dos indivíduos) e interesses colectivos (expressos em valores que servem o grupo de pertença, subordinando os objectivos pessoais à preservação da sua integridade, interdependência e estabilidade) que os autores consideram estar na base de incompatibilidades e conflitos de valores. Dois dos conflitos esperados entre os tipos motivacionais apontados pelos autores mostram-se especialmente relevantes no âmbito deste projecto. São eles o conflito Estimulação/Auto-direccionamento *versus* Tradição/Conformidade/Segurança e Hedonismo *versus* Conformidade/Tradição.

A julgar pela perspectiva de Rossi (1986) acerca da tendência hedónica dos indivíduos que actualmente desempenham o papel de pais, parece que no contexto de um estudo que pretende analisar, segundo o ângulo da transmissão intergeracional intrafamiliar, os padrões de investimento dos indivíduos no trabalho e na parentalidade, este aspecto específico do modelo de Schwartz e Bilsky (1987) se revela particularmente interessante quer na vertente da comparação da saliência dos papéis parental e de trabalhador/profissional quer na vertente da comparação pais-filhos. A estrutura de valores de uma amostra de adultos portugueses (Menezes, 1991; Menezes & Campos, 1997) mostra que a associação entre o hedonismo e a estimulação mantém uma relação com a aglutinação da segurança e do conformismo. Este resultado é explicado por Menezes (1991) da seguinte forma:

As responsabilidades familiares e profissionais dos adultos implicam a manutenção da integridade desses sistemas o que equivale, muitas vezes à necessidade de um certo conformismo, ao *status quo*. Esta situação vivencial exige, frequentemente, a subalternização de desejos e interesses pessoais à esfera do interpessoal-familiar ou da carreira, donde o prazer pessoal pode adquirir um significado de "corte" com o estabelecido implicando, portanto, uma certa audácia. (p. 254)

Sendo os valores aspectos centrais do auto-conceito dos indivíduos e elementos indispensáveis na avaliação subjectiva que os indivíduos fazem da realidade (Feather, 1988), pode conceber-se o processo de valores como um processo de construção de significados (Menezes & Campos, 1997) e admitir-se que os valores que tornam saliente um dado papel

constituem um indicador precioso do significado que tem ou poderá ter na vida do indivíduo esse mesmo papel.

Segundo Savickas (1997) "*Values denote the objects or gratifications in the world that people seek to satisfy their needs. Values are general goals which confirm who we are and what we wish to become. They signal a commitment to a way of life.*"(p. 4). É, portanto, de esperar que os indivíduos invistam mais intensamente nos papéis que têm mais significado para si que serão, porventura, aqueles que lhes afigurem como os mais compensadores ao nível da satisfação dos seus valores dominantes. Diferentes padrões de investimento, alicerçando-se em diferentes configurações de valores, poderão, consequentemente, reflectir diferentes opções quanto ao estilo de vida que o indivíduo considera mais desejável para si. Na ponderação do que desejam para si, a parentalidade e a relação com os filhos podem surgir, para muitos indivíduos, como um objectivo importante mas nem sempre será o primeiro ou o único. Segundo Rossi (1986), os ocidentais encontram-se a passar de uma preocupação com o futuro dos filhos para uma auto-orientação que dá prioridade aos desejos individuais. Na medida em que "*...intergenerational cultural transmission is the appropriate concept when adults intentionally teach the younger generation or when the younger generation imitates adults.*" (Schonpflug, 2001, p.174) será importante perceber se os padrões de investimento em cada um dos papéis constitui de *per se* um canal de transmissão dos valores fundamentais que os pais desejam que venham a influenciar o sentido das escolhas da geração seguinte ou se são independentes das intenções dos pais quanto à orientação dos filhos embora possam ser tomados por estes como referência.

2. Algumas Clarificações Conceptuais

2.1. Compromisso com uma Conceptualização de Investimento

Importa, desde já, clarificar a noção de investimento que se adopta no presente estudo. Parte-se aqui do conceito de *investimento* para designar o processo afectivo-motivacional através do qual os indivíduos mobilizam certas dimensões do *self* na relação com o mundo fazendo-as operar na acção que exercem sobre a realidade e nas opções subjacentes à condução da sua própria vida. Na linha da conceptualização proposta por Marcia no seu modelo dos estatutos de identidade (1966) considera-se que é o investimento que permite aos indivíduos manterem uma determinada direcção face à presença de alternativas podendo essa direcção ser definida por si, em função da consciência que possuem quanto às suas próprias ideias, crenças, interesses, objectivos e preferências, ou de acordo com os valores, ideais e planos de terceiros a quem possa recorrer enquanto fontes externas de avaliação de si próprio (Marcia, 1980). O investimento envolve, por isso, não só a formulação de intenções ou escolhas em relação ao futuro mas também a sua tradução em comportamentos consequentes em

termos da sua realização. Desta forma, ainda que investir seja aderir a um conjunto preferencial de valores e atitudes socialmente apropriadas é necessário que tais orientações se manifestem no projecto de vida do indivíduo. Pressupõe-se, desta forma, que uma vez investidos emocionalmente, os valores e objectivos que identificam nuclearmente o *self*, se traduzam comportamentalmente levando o indivíduo a orientar-se de modo preferencial e selectivo para diferentes classes de estímulos, objectos, actividades e experiências que lhe são proporcionadas pelos ambientes em que se integram. Considera-se, igualmente, que a duração e o conteúdo desse investimento dependem das necessidades dos indivíduos (elas próprias variáveis desenvolvimental, situacional e contextualmente) bem como das oportunidades socialmente disponíveis e do significado que estas revestem para si (Marcia, 1966; Waterman, 1984; 1988).

Embora a centralidade dos aspectos emocionais do processo de investimento não seja explícita no modelo de Marcia, o conceito de “investimento expressivo” proposto por Waterman (1988), faz sobressair a carga afectiva e energética que está presente no processo de “investir” tal como é aqui entendido, mostrando a importância de diferenciar qualitativamente o tipo de investimento em função da natureza dos seus determinantes psicológicos (de natureza cognitiva e racional: investimento instrumental; de natureza afectiva: investimento expressivo)²¹⁴. Está-se na presença de um investimento expressivo quando existe: (1) um envolvimento intenso com uma determinada actividade; (2) o sentimento de estar ligado e integrado numa actividade particular mais do que noutras; (3) o sentimento de satisfação e realização associado ao desempenho dessa actividade; e, (4) a percepção de que a realização da actividade em causa tem um significado especial e dá sentido à identidade pessoal. A estabilidade mostrar-se-ia uma propriedade relevante do investimento expressivo. Por seu lado, uma vez que se reveste de uma função instrumental, o investimento pragmático apresenta-se como tendencialmente menos duradouro, sendo esperado que se extinga uma vez cumprida a função que lhe dá origem (Waterman, 1988).

Esta distinção mostra-se especialmente útil no que se refere à compreensão dos critérios que os indivíduos podem privilegiar quando está em causa a resolução daquela que é

²¹⁴ Kanter (1968; 1972, *cit. in* Burke & Reitz, 1991) ao conceptualizar o investimento como a vinculação recíproca dos indivíduos a uma comunidade e a, conseqüente predisposição pessoal para nela depositarem inteiramente a sua energia e lealdade, distinguiu três dimensões de investimento: o investimento instrumental (referindo-se ao providenciando de bens materiais à comunidade dos quais beneficiavam todos os que lhe pertencessem), o investimento afectivo (dizendo respeito aos sentimentos positivos que criavam laços entre os membros da comunidade e tornavam o seu envolvimento mútuo uma fonte de gratificação) e o investimento moral (dimensão que envolve a adesão às orientações de valor da comunidade, em que confiam e de que se orgulham e que proporcionava a cada membro um sentido de valor próprio e auto-estima). De acordo com o autor cada tipo de investimento era determinado por diferentes mecanismos que, invariavelmente, teriam em vista a fidelização dos indivíduos à comunidade e a perpetuação desta: O investimento instrumental por mecanismos de sacrifício (que ao tornarem a pertença mais onerosa tornavam o membro mais importante) e de entrega (o que favorecia a integração do membro na comunidade); o investimento afectivo por mecanismos de renúncia (o que requeria que os indivíduos abdicassem de investimentos competitivos) e de comunhão (o que reforçava o sentimento de pertença à colectividade); e o investimento moral por mecanismos de mortificação (que implicavam a submissão dos direitos e deveres dos indivíduos ao controlo da comunidade) e de concessão (que aumentavam o grau de identificação do indivíduo com o grupo). Embora, a partir desta abordagem, não seja possível compreender os factores que introduzem diferenças nos investimentos individuais que as pessoas fazem na comunidade, alguns dos mecanismos identificados parecem poder ser extrapolados para o plano dos investimentos pessoais no trabalho e na família já que parecem poder caracterizar alguns dos critérios e dinâmicas que estão na base do comportamento dos indivíduos quando se trata de escolher a forma de orientação desses investimentos.

considerada por alguns autores (Juhasz, 1991) a principal tarefa desenvolvimental da vida adulta, ou seja, a orientação ou canalização dos seus recursos face a papéis competitivos. Por um lado, o investimento expressivo aponta para a importância de critérios de natureza *semântica*, sendo valorizado a este nível de decisão o significado psicológico do papel, isto é, a maior ou menor relevância desse papel enquanto fonte de realização ou satisfação pessoal e as suas contribuições ao nível da definição da própria estrutura da identidade pessoal. Por outro lado, o investimento instrumental remete, essencialmente, para critérios de natureza *pragmática*, que levariam o indivíduo a atender, primariamente, aos requisitos objectivamente associados ao papel e às características específicas do contexto do desempenho de papel, nomeadamente as que dizem respeito às condições e recompensas tangíveis da sua participação nesses contextos²¹⁵. Nas palavras de Super (1990) poder-se-ia, mais simplificada, aludir a estes critérios como o conjunto de determinantes pessoais e situacionais que afectam as escolhas, preferências e investimentos do indivíduo relativamente a esse papel. No primeiro caso, a motivação para investir é de natureza pessoal e remete para o grau de identificação com o papel, critério valorizado pelas perspectivas da identidade social; no segundo caso, o factor psicológico associado a variações no grau de investimento num dado papel parece ser a percepção dos custos e benefícios associados à dedicação (ou não dedicação) a esse papel, o que traduz uma concepção utilitária do investimento (Lobel, 1991).

No contexto desta investigação, o investimento é justamente usado como um indicador do significado que o indivíduo atribui ao papel parental e ao papel profissional. Este significado é inferido a partir do grau no qual os indivíduos valorizam cada um desses domínios da sua identidade investindo(-se) neles. Em coerência com os princípios do interaccionismo simbólico, tem-se presente que esse significado envolve, ao mesmo tempo, intenção, relação e acção e que, portanto, tanto pode existir apenas para si próprio como pode tornar-se visível aos outros no momento em que se manifesta comportamentalmente "*Meaning is found in conduct, both in conduct that is overt and therefore visible to others and in plans and purposes that are formulated and verbalized only silently and are thus not accessible to others...*" (Hewitt, 1991, p.25). É esse significado que, em todo o caso, permite às pessoas agir, isto é, dirigir intencionalmente a sua acção para determinada categoria de objectos (o trabalho ou a parentalidade) de acordo com determinados planos e propósitos pessoais. Reconhece-se, todavia, que nem sempre é possível atingir esses propósitos partindo simplesmente da convicção interior de que eles irão ser alcançados. Com efeito, nem sempre as pessoas estão conscientes de quais são esses propósitos e, por vezes, também não estão certos da melhor forma de os concretizar. Por outro lado, estando a todo o momento sujeitas ao confronto com obstáculos ou ao encontro com objectos que se mostrem pessoalmente mais atraentes ou

²¹⁵ A este respeito, vale a pena mencionar as conclusões de um estudo que apontou para o facto da saliência do papel parental se mostrar um preditor relevante dos investimentos dos homens na paternidade mesmo depois de controlado o efeito de variáveis que os autores supunham poder influenciar fortemente o investimento tais como a idade, o nível educacional, o salário e o historial de coresidência com os pais: "*The evaluations and assessments men make of their father role affects their performance in that role, even after taking into account the impact of sociodemographic factors.*" (Fox & Bruce, 2001, p.402).

apelativos, as pessoas podem desviarem-se das suas intenções iniciais e terem necessidade de inflectir ou reorientar a direcção que a sua conduta vinha tomando (Hewitt, 1991). Dito de outro modo, os significados não são, nem podem ser, finais ou fixos mas renovam-se cada vez que os indivíduos enfrentam novas situações ou obstáculos que os fazem explorar objectivos ou métodos alternativos para alcançar os seus objectivos, isto é, que apelam à sua capacidade de encontrar novas formas de agir renomeando a realidade, criando para ela novos significados²¹⁶.

Daqui se depreende que os significados do trabalho e da parentalidade bem como as definições quanto ao modo como estes dois domínios devem ser integrados que são aprendidos na interacção com os pais podem modificar-se quer por processos de miscigenação social (*i.e.*, através do contacto com outras pessoas que, pelo seu comportamento, veiculem definições e significados diferenciados ou que, sejam fonte de *inputs – reflected-appraisals* – que provoquem incongruências na identidade de papel definida) bem como através de experiências pessoais e circunstâncias especiais que pontuem a relação do indivíduo com esses e outros papéis ao longo do seu percurso de vida promovendo a reconstrução dos significados e até a “invenção” de novas estratégias de acção relativamente à articulação do duplo papel. Seja como for, do que se aprende com os pais, o que se perde e o que perdura, revela talvez a força das relações estabelecidas na infância, na adolescência (e pela vida fora) com cada um deles.

Os significados subjectivamente associados ao trabalho e à parentalidade, tal como se reflectem nos padrões de investimento dos pais, são aqui concebidos como conteúdos de um processo de transmissão intergeracional no qual a relação pais-filhos funciona como o principal canal ou “*transmission belt*”, segundo a expressão de Schonpflug (1991). Presume-se, por isso, que os processos que permitem que as definições da identidade parental e da identidade laboral dos pais sejam aprendidas pelos filhos sejam, essencialmente, de natureza afectivo-emocional. A identidade parental e laboral dos pais ter-se-á mantido coerente no quadro dos laços estabelecidos com os filhos, ao permitir-lhes porem-se no lugar deles e avaliarem-se sobre esse outro ponto de vista. De igual modo, os filhos tomarão para si aspectos significativos das identidades de papel parentais avaliando as recompensas e/ou os custos afectivos que resultaram para si do modo como os investimentos parentais se traduziram comportamentalmente na relação pais-filhos. A presença (ou ausência) de carinho, de apoio e de interacções de qualidade proporcionados pelos pais aos filhos poderão ter servido para tornar mais poderosas as forças (os investimentos) que permitiriam aos filhos envolver-se em comportamentos reforçadores dos significados transmitidos em torno de uma ou de outra identidade de papel.

²¹⁶ Crosby e Jaskar (1993) observaram que quando homens e mulheres se comparavam aos seus pais em termos da saliência do seu papel familiar, produziam auto-avaliações muito diferenciadas mesmo os investimentos no papel eram similares.

2.2. Compromisso com um Conceito de “Trabalho”

Nos últimos anos tem sido aceso o debate em torno do âmbito da expressão “trabalho” prevalecendo duas posições distintas relativamente à latitude do conceito. No essencial, a questão que está subjacente à adopção de uma aceção mais restrita ou mais ampla de “trabalho”, é a da existência ou não de contrapartidas financeiras associadas às tarefas que um indivíduo desenvolve num determinado contexto. Desta forma, tomado num sentido mais estrito, “trabalhar” pressupõe o desempenho remunerado de um conjunto de funções de natureza profissional no quadro de uma situação formal de emprego e da pertença a um mercado ou organização (Burke & Greenglass, 1987; Kabanoff, 1980), ao passo que num sentido mais lato, inclui o envolvimento em todo o género de actividades (de natureza profissional ou extra-profissional) mas sem a expectativa de obtenção de qualquer tipo de rendimento ou ganho económico (Kabanoff, 1980). Obviamente, que não estando em causa o facto do objectivo primário do trabalho, enquanto actividade instrumental destinada a proporcionar meios básicos de suporte de vida (Piotrkowski, Rapoport & Rapoport, 1987), ser a obtenção de recompensas tangíveis (Locke & Latham, 1990), esta segunda aceção reflecte uma maior valorização das gratificações intrínsecas que, a partir dele, igualmente, se pode obter (Deci & Ryan, 1985).

No presente estudo, o compromisso com uma ou outra perspectiva não se revela pacífico. Se, por um lado, o seu objecto – a interface trabalho-parentalidade – justifica a atenção a variáveis relacionadas com as condições específicas de trabalho assalariado (nomeadamente, as que se prendem com a deslocalização da força de trabalho para um contexto externo à família) por outro lado, não pode negligenciar-se o facto de, do ponto de vista da sua focagem temporal, o estudo abranger um momento histórico-social caracterizado pela retenção de uma boa parte da capacidade produtiva feminina em espaço doméstico. Nesta ordem de ideias, restringir a definição de trabalho implicaria subrepresentar a realidade familiar e laboral da primeira geração de participantes no que se refere à distribuição dos papéis de género, para além de corresponder a uma desvalorização da contribuição efectiva destas mulheres para a economia familiar, e, por conseguinte, das mais valias da sua “especialização” doméstica para a economia de mercado nacional²¹⁷. Aliás, de acordo com as perspectivas do feminismo “revolucionário”²¹⁸, para terem uma intervenção decisiva na vida pública basta às mulheres assumirem todas as características da sua condição feminina nas quais se inclui uma maternidade plena e empenhada (Matlár, 2002). Nesta perspectiva, só injustamente, se

²¹⁷ Zaretsky (1976, *cit. in* Chow & Berheide, 1988) mostra-se crítico em relação às análises que colocam as mulheres domésticas fora da economia de mercado apenas reconhecendo a sua contribuição para a família. O autor argumenta que a família da qual essas mulheres são zeladoras é um sector fundamental da economia dado que é a família que reproduz e socializa as crianças que se tornarão os futuros trabalhadores, é a família que apoia e mantém os trabalhadores no activo e é ela a justificação que torna possível que o trabalho dessas mulheres não seja remunerado.

²¹⁸ O feminismo dito “revolucionário” opõe-se ao “feminismo clássico”, na medida em rompe com todos os padrões impostos pelo movimento feminista dos anos 70 e propõe um modelo de feminismo em que as mulheres já não precisam de imitar os homens para alcançarem os seus objectivos (Matlár, 2002). Segundo esta perspectiva a igualdade alcança-se no respeito pelas especificidades de homens e de mulheres.

poderia negar o reconhecimento do trabalho implicado na maternidade. Paralelamente, as exigências objectivamente associadas ao desempenho do papel de “domésticas” mostram que o conteúdo do trabalho realizado em casa podendo não ser inteiramente equiparado ao conteúdo do que é desenvolvido num emprego (Schooler, Miller, Miller & Ritchand, 1984), não deixa de lhe ser comparável sob várias dimensões (Zedeck, 1992).

Partindo do pressuposto que mulheres domésticas e não domésticas se distinguiriam essencialmente em termos da autonomia e da igualdade face ao companheiro, Aboim (2005) avaliou o perfil de respostas de mulheres nessas duas categorias, no início da vida conjugal, quanto aos motivos da sua orientação para a conjugalidade. De um modo geral, as dimensões que distinguiram as mulheres domésticas foram a instrumentalidade de sobrevivência (*e.g., ter alguém para enfrentar as dificuldades económicas da vida*), a conformidade à pressão familiar (*e.g., sentir que a família de origem ficava contente*) e, sobretudo, social (*e.g., fazer como as outras mulheres*), a aquisição de independência face à família de origem ou a aquisição de um estatuto (*e.g., ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém*) ou papel social (*e.g., tomar conta de uma família*). Não foram detectadas diferenças significativas entre mulheres domésticas e não domésticas na dimensão reprodutiva (*e.g., ter filhos*), na dimensão cooperação/reciprocidade (*e.g., partilhar projectos profissionais*) e na dimensão afectiva (*e.g., segurança afectiva*) ou em aspectos instrumentais como *alcançar um bom nível financeiro* ou *ter um lar e uma casa a seu gosto*. A autora conclui:

Estar ausente do mundo profissional, um espaço alternativo ao universo doméstico, acentua este conjunto de finalidades [a aquisição de uma mais-valia identitária através do casamento, sentir-se alguém e corresponder às expectativas dos outros] muito provavelmente porque nestas mulheres, a realização pessoal efectuada através da conjugalidade e da família se assume como mais importante. (Aboim, 2005, p. 182)

Tendo em conta todas estas implicações, considerou-se preferível partir de uma concepção mais alargada de trabalho, que, para além de contemplar as situações de exercício de uma actividade profissional monetariamente recompensada, pudesse englobar, relativamente à primeira geração de participantes, o desempenho de actividades no contexto de papéis não profissionais, focando-se, especificamente, o papel doméstico²¹⁹. Numa época cultural e socialmente marcada por crenças profundamente estereotipadas quanto aos papéis de género e demograficamente dominada por agregados familiares com elevado número de dependentes, é inevitável admitir que o investimento das mulheres dessa geração nesse seu “trabalho”, possa ter influenciado, positiva ou negativamente, a qualidade da sua maternidade.

²¹⁹ Tratando-se esse de um papel que, em larga medida, está afecto ao domínio familiar e que, na sua definição mais global, abrange componentes próximas de dimensões expressivas críticas do papel parental (nomeadamente, a prestação de cuidados), importa aqui ressaltar que apenas cabe na noção de trabalho doméstico adoptada a vertente da execução de tarefas de administração e manutenção do lar bem como a generalidade dos actos e procedimentos que se prendam com a assistência aos vários membros do agregado familiar embora unicamente no plano instrumental.

Mostra-se, desde logo, discutível a presunção quanto à imunidade destas mulheres no que se refere à experiência de conflito interpapeis. A indiferenciação dos espaços reservados ao trabalho doméstico e ao cuidado da família e, por conseguinte, a enorme permeabilidade da fronteira entre os dois domínios, pode, também neste caso, actuar como um factor adverso exigindo destas mulheres negociações e escolhas quanto ao domínio a que deveriam dedicar-se prioritariamente. Paralelamente, presume-se que para algumas destas mulheres a condição de domésticas mais do que uma opção baseada em critérios de preferência pessoal traduzisse uma atitude de conformismo em relação às prescrições sociais quanto ao comportamento de género apropriado, suposição que não só permite esperar variações em termos do próprio grau de investimento no trabalho (doméstico) como, ao sugerir a possibilidade de uma reduzida percepção de controlo pessoal sobre a sua situação de vida, leva a admitir a hipótese de uma maior vulnerabilidade destas mulheres ao impacto da sua situação de trabalho no seu bem-estar psicológico. De resto, a investigação confirma que mulheres que possuem emprego se apresentam mais satisfeitas com a vida, possuem uma auto-estima mais elevada e registam índices de depressão inferiores a mulheres que não estão empregadas (*e.g.*, Menaghan & Parcel, 1990; Spitze, 1988) e que o ingresso na vida activa a tempo integral de mulheres domésticas ou com empregos a tempo reduzido (entre 10 a 19 horas por semana) se traduz numa diminuição significativa dos sintomas de mal-estar emocional (Wethington & Kessler, 1989).

Assumem-se, por isso, as semelhanças entre o conceito de “família” e o de “trabalho” no que se refere ao pressuposto da pertença a uma organização social para a qual o indivíduo contribui (Zedeck, 1992), mas, mais importante ainda, tendo em conta que “*The question to be raised is whether a person reacts to the form of an activity or to the significance or meaning of the activity and whether similar activities have different or similar significances and meanings for people within and between environments*” (Zedeck, 1992, pág. 21), dá-se prioridade à dimensão do significado do trabalho, qualquer que seja a forma que, nessa época, pudesse ter assumido e o contexto em que tivesse tido lugar. Com efeito, sem que se ignore as diferenças de conteúdo e/ou se desatenda às particularidades dos cenários onde o trabalho é desenvolvido, procura-se abordar o conceito contemplando, igualmente, um ponto de vista fenomenológico. Uma vez que se confunde com a expressão de afectos e está intimamente ligado às relações familiares, o trabalho familiar/doméstico tem significados complexos e até contraditórios para as mulheres (Berhaide, 1984; De Vault, 1987; Ferree, 1987). Muitas mulheres consideram-no um trabalho pouco aliciante e desafiante intelectualmente mas essencial para as pessoas que amam; outras gostam de administrar o lar e satisfazer as necessidades daqueles de quem gostam mesmo quando não consideram as actividades intrinsecamente agradáveis e satisfatórias (Berhaide, 1984; Ferree, 1987). Por outro lado, as condições de realização desse trabalho são, simultaneamente, boas e más (Berhaide, 1984; De Vault, 1987; Ferree, 1987): as mulheres não são supervisionadas e raramente são criticadas, têm a possibilidade de planear e controlar o seu próprio trabalho, e têm de satisfazer os seus

próprios padrões de exigência. Ao mesmo tempo o trabalho familiar é stressante, fatigante, repetitivo, isolado, infindável, inevitável e, frequentemente, depreciado. A sua invisibilidade contribui, em larga medida para o facto de não ser reconhecido. Trata-se, afinal, de um tipo de trabalho “*private, unpaid, commonplace, done by women and mingled with love and leisure.*” (Daniels, 1987, p.404).

3. Investimento e Relação Interpapéis: A Onnipresença do Género

Uma vez que o tema do género atravessa todas as dimensões que estão sob estudo nesta investigação, vale a pena atentar na forma como homens e mulheres tendem a comportar-se face à parentalidade e ao trabalho. Por essa, razão, embora as diferenças de género tenham já vindo a ser largamente abordadas a propósito de questões exploradas no capítulo anterior, considerou-se relevante fazer um apontamento mais específico relativamente à vivência feminina e masculina desses dois domínios de vida. No entanto, sendo objectivo do presente capítulo a compreensão das motivações, dos processos e das consequências psicológicas associadas à relação trabalho-família, a questão do género manter-se-á, naturalmente, em foco também ao longo das páginas seguintes.

Parte-se, portanto, do princípio de que o género influencia quer a natureza das prioridades e das percepções em relação a esses dois papéis quer o modo como são combinados na vida adulta. Por um lado, reconhece-se que o desempenho desses dois papéis por homens e mulheres se encontra, em larga medida, condicionado por mandatos sociais que prescrevem comportamentos em função do que é considerado tipicamente masculino e feminino ou do que é presumido como central para as suas identidades. Aproveitando o facto biológico da diferença, o processo de desenvolvimento produz diferentes formas de ser homem e mulher mas os modelos culturais contribuem, em larga medida, para a uniformização das crenças, das atitudes e dos padrões de comportamento:

Masculinidade e feminilidade é uma convicção – mais precisamente uma densa massa de convicções, uma soma algébrica de se, mas e e – não um facto incontroverso. Além do fundamento biológico, a pessoa obtém estas convicções a partir das atitudes dos pais, especialmente na infância, sendo essas atitudes mais ou menos semelhantes àquelas mantidas pela sociedade como um todo, filtradas pela personalidade idiossincrática dos pais.” (Stoller, 1993, p. 23)

Numa sociedade com uma estrutura de normas e oportunidades ainda fortemente sexuada, nascer homem ou mulher é tornar-se depositário de um testamento relativamente restritivo onde estão inscritas as condições nas quais cada um deve governar as suas vidas e os seus investimentos ao longo da existência. Como refere De Masi (2000): “...tudo o que é masculino diz respeito à produção, tudo o que diz respeito à produção é celebrado nos locais de

trabalho...tudo o que é emotivo é feminino, tudo o que é feminino diz respeito à reprodução, tudo o que diz respeito à reprodução consoma-se no universo doméstico.” (p. 124). Mesmo em famílias de dupla-carreira, nas quais seria de esperar uma maior paridade nas responsabilidades de cada elemento do casal, os homens continuam a entender a sua participação na vida familiar como “ajudas” e as mulheres a encararem esses deveres como oportunidades de realizar investimentos que para elas são essenciais. Mais problemáticas, do ponto de vista da exposição à crítica (reprovação?) social, serão certamente as situações em que a configuração dos papéis salientes é discrepante do padrão esperado relativamente ao género, como quando uma mulher decide não ser mãe para investir de forma exclusiva no seu projecto profissional ou quando um homem resolve abraçar a vida doméstica.

Por outro lado, considera-se igualmente pertinente a perspectiva que conceptualiza o género em termos interaccionais como um produto social construído relacionalmente (West & Zimmerman, 1987). Deste ponto de vista, *“rather than an individual property or role, gender is something evoked, created and sustained day-by-day through interaction among family members. Women and men participate together to construct the meaning of gender and distinguish themselves from each other as women or as man.”* (Thompson & Walker, 1989, p.865). Através da interacção, homens e mulheres constroem para a parentalidade, para o trabalho familiar e para o trabalho profissional estruturas particulares de género que codificam atribuições e funções masculinas e femininas com sede própria no contexto particular de cada relação.

De maneiras diferentes, cada uma das abordagens permite compreender que a centralidade tradicional dos papéis maternal e conjugal para as mulheres e do papel de trabalhador/profissional para os homens estando amplamente documentada na literatura (*e.g.*, Bielby & Bielby, 1989; Ferree, 1990; Reitzes & Mutran, 1994; Wiley, 1991) ainda não possa ser apresentada como um dado do “antigamente” mas como uma realidade que resiste e persiste ao arrepio das ideologias da igualdade do género actualmente em voga.

Thompson e Walker (1989) descreveram os ideais e os padrões exigidos a homens e a mulheres enquanto pais e mães:

Women identity is tenuous and trivial without motherhood. A women enjoys and intuitively knows what to do for her child...Mother is a constant and exclusive responsibility...Within the “magic circle” of mother and child, the mother devotes herself to her child’s needs and holds their child fate in her hands...a father is a breadwinner who does not have the ability or the desire to nurture his child day-by-day, so he funds the family but keeps is distance. (p. 860)

De acordo com os autores, tais expectativas veiculam imagens e visões mitificadas da paternidade e da maternidade que, ao coexistirem com novas representações, mais realistas e centradas na partilha e na divisão das tarefas parentais, contribuem para deixar os homens e as mulheres confusos quanto às definições e aos significados de papel que devem fazer seus.

Como refere Canavarro (2001) acerca das escolhas envolvidas na maternidade "...o contexto sócio-cultural, a sua própria história de desenvolvimento....podem ter contribuído para a construção de crenças básicas não adaptativas sobre o que é que uma mulher deve ser, fazer e sentir (no fundo sobre a assunção do que é uma mulher "normal") que não lhe permitem utilizar plenamente o seu potencial de liberdade." (p.25). Por essa razão a experiência da maternidade, embora sendo infinitamente variável, depende em grande medida do significado que lhe é atribuído em função de uma ampla conjugação de factores (Canavarro, 2001). Algumas mulheres destacam o sentimento de realização e o sentido que os filhos vieram dar à sua vida²²⁰. Tendem a depositar as suas esperanças, sonhos e ambições nos filhos e esforçam-se por lhes dar aquilo de que sentiram falta quando, elas próprias, foram crianças. Além disso, e talvez mais importante, o significado maior da maternidade repousa, para certas mulheres, no sentimento de serem insubstituíveis e indispensáveis aos seus filhos (Canavarro, 2001; Thompson & Walker, 1989). Nesse caso a maternidade representa a oportunidade de viver uma relação simbiótica e fusional, uma relação sobre a qual têm um controlo praticamente absoluto – "*It is important to mothers' sense of personal worth that children want and depend upon them in particular.*" (Thompson & Walker, 1989, p. 862). Outras mulheres associam a maternidade à perda de liberdade. Com efeito, o critério mais exigente da definição de uma mãe perfeita parece ser o da sua capacidade pessoal de abdicar do seu conforto e sacrificar as suas próprias necessidades – de privacidade, de espaço, de tempo, de consumo – em favor das necessidades do seu filho (Tobin & Aria, 1998). É nesse sentido que a maternidade adquire, muitas vezes, o significado de um desafio à capacidade de se dar e de se descentrar de si própria (Canavarro, 2001). Se para algumas mulheres este desafio é entendido como uma forma de realização pessoal para outras é conotado negativamente sendo encarado como a obrigação de estar inteiramente ao dispor de alguém que está dependente de si (Canavarro, 2001)²²¹. Os homens, por sua vez, tendem a proteger os filhos mas parecem sentir mais prazer em brincar com eles do que a prestar-lhes cuidados. Embora invistam no acompanhamento dos filhos e derivem identidade do papel de pais alguns sentem-se inadequados no desempenho desse papel (Thompson & Walker, 1989). Os que se envolvem mais com os filhos são os que se sentem mais competentes (Baruch & Barnett, 1986). Cohen (1987) verificou que muitos

²²⁰ A satisfação das mulheres com a maternidade aparece positivamente associada ao respeito, admiração e orgulho que os companheiros revelam por si enquanto mães e pelo reconhecimento que manifestam em relação às dificuldades da maternidade (Backett, 1987; Boulton, 1983). Este reconhecimento das pressões a que cada um está sujeito na sua vida pode fazer parecer a divisão do trabalho familiar e profissional mais justa mesmo que essas responsabilidades não estejam a ser igualmente repartidas (Backett, 1987; La Rossa & La Rossa, 1981; McKee, 1982). As companheiras parecem cooperar para manter a crença de que os pais estão intimamente envolvidos com os filhos e partilham as responsabilidades pelo cuidado destes mesmo quando são as mães quem assume diariamente a maior parte dessas responsabilidades (Backett, 1987; La Rossa & La Rossa, 1981).

²²¹ Canavarro (2001) alerta e ilustra as implicações de certas representações da maternidade na qualidade de vida psicológica de mães e de filhos. Assim, por exemplo, a absolutização da crença de que a maternidade é dádiva e entrega pessoal pode conduzir à escravização das mães aos seus filhos. Por outro lado, mulheres que vêem na maternidade uma forma de continuidade (pessoal, conjugal ou familiar) podem ter dificuldade em perceber que elas e os filhos são entidades separadas, criando relações emaranhadas que comprometem a autonomia de ambos e se tornam pouco satisfatórias. As que percebem os primeiros tempos da maternidade como uma experiência especial e única de intimidade podem não conseguir lidar adaptativamente com o crescimento dos filhos e com a sua crescente autonomia sendo provável que deprimam ou sintam necessidade de engravidar novamente.

homens se encontravam investidos emocionalmente na parentalidade mesmo quando os seus comportamentos não o demonstravam e La Rossa (1988) constatou que os homens se sentem alternadamente bons ou maus pais: sentem-se orgulhosos do tipo de pais que são quando comparam a sua paternidade com a paternidade recebida e sentem-se culpados quando comparam a sua paternidade ao modelo de pai emergente, isto é, o pai que se envolve activamente no quotidiano dos filhos e que reparte com a companheira as responsabilidades parentais e o cuidado dos filhos.

De resto, como já se viu, a investigação dá conta de maiores variações nos planos de futuro e no comportamento actual de homens e mulheres quanto ao seu envolvimento nesses dois domínios. Se alguns homens continuam a derivar o seu sentido de identidade das suas carreiras (Archer, 1989) outros valorizam de sobremaneira os seus papéis familiares mostrando-se mesmo mais tradicionalistas que as mulheres relativamente às expectativas que possuem quanto aos futuros papéis conjugal, parental e de trabalhadores/profissionais (Beutel & Marini, 1995; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Stevens, Puchtell, Ryu & Mortimer, 1992; Tuck, Rolfe & Adair, 1994). As mulheres, por seu turno, parecem inclinar-se para a priorização quer da família quer do trabalho (Archer, 1989) embora o investimento no trabalho possa aparecer negativamente associado ao investimento na parentalidade (Greenberger & Goldberg, 1989). Os projectos vocacionais das jovens do sexo feminino parecem distinguir-se cada vez menos dos homens sem que isso, no entanto, reflecta a desvalorização de outros objectivos como casar e ser mãe (Novack & Novack, 1996).

Apesar destas tendências, a evidência tende a mostrar que a participação dos indivíduos nas actividades familiares e profissionais revela ainda reminiscências de um passado em que o lugar de cada um na família e no trabalho é ainda, em larga medida, determinado pela sua pertença de género, fazendo aparecer um panorama bastante complexo relativamente à importância que os papéis familiares e de trabalhador/profissional assumem na vida dos homens e das mulheres. Com efeito, *"there is likely to be more variability today in how individuals see roles in that adults are increasingly likely to see commitment to a variety of life roles as requiring concerted efforts to share and balance responsibilities irrespective of gender."* (Cook, 1994, p. 88).

Os maiores investimentos femininos no trabalho contrapõem-se à imagem tradicional da "mulher de família", "fada do lar" ou "anjo doméstico", cuja maior virtude é a capacidade de desistir de si própria, numa abnegação quase sem limites que a colocava ao serviço do marido, dos filhos e da vida doméstica. O investimento que, desde cedo, crianças e adolescentes, rapazes e raparigas, são chamados a fazer num projecto de educação e profissionalização e, mais tarde no exercício de uma profissão faz com que actualmente a profissão ocupe também uma posição central na vida das mulheres (Canavarro, 2001). O trabalho fora de casa, além de se ter tornado valioso para a economia familiar, tornou-se também mais apetecível para as mulheres do ponto de vista da sua própria realização pessoal (Nascimento & Coimbra, 2001/2002). A feminilidade e a maternidade, antes tratadas de forma sinónima, diferenciam-se

e adquirem um novo significado afirmando-se como fontes independentes de identidade e de experiência (Arrendel, 2000; Leal, 2001). Ainda que a necessidade de conciliar e fazer uma gestão equilibrada das responsabilidades profissionais e domésticas possa comportar dificuldades acrescidas para as mulheres que acumulam os papéis familiares e o papel profissional, nem sempre as maiores exigências parecem fazê-las esmorecer nas suas aspirações. Tal, porém, não significa que as mulheres não se questionem acerca do lugar a conferir a cada papel da sua vida. Com efeito, especialmente quando se tornam mães, a necessidade de integrar na sua identidade o papel e o significado de ser mãe, ao pressupor a avaliação das perdas e dos ganhos que a maternidade trará à sua vida, gera por vezes inseguranças, dúvidas e ambivalências. As que investiram mais na vida profissional podem rezear ser “apanhadas nas teias dos papéis femininos tradicionais” (p. 44) ao passo que outras, mesmo sentindo-se confortáveis no estatuto de mães a tempo inteiro, percebem essa opção como socialmente pouco aceitável (Canavarro, 2001).

Com efeito, o papel profissional parece influenciar as representações da maternidade de duas formas principais (Canavarro, 2001). A primeira diz respeito à percepção dos maiores constrangimentos que se impõem no plano da organização prática da vida: maternidade e profissão podem ser avaliadas como difíceis de compatibilizar em termos das exigências de tempo e de investimento pessoal que requerem. A segunda, especialmente presente entre as mulheres mais escolarizadas, prende-se com os efeitos das percepções de si próprias, uma vez que podem comportar “a valorização de dimensões intelectuais e, de responsabilidade e utilidade comunitárias que poderá ter de ser articuladas ...com a valorização de dimensões mais fisiológicas (estar grávida; dar à luz e amamentar), de responsabilidade e utilidade mais restritas.” (Canavarro, 2001, p. 30).

Bielby e Bielby (1989) encontraram diferenças de género significativas na identificação com o papel parental e profissional. As mulheres identificavam-se mais com os papéis familiares do que os homens razão pela qual tendiam a dar prioridade à família e a ajustar a sua identidade de papel profissional de modo a acomodar a identidade familiar mais do que o inverso. Prestando atenção ao contexto social das famílias em Portugal e, em particular, ao enquadramento do papel feminino e às opções das mulheres na encruzilhada trabalho-família, por exemplo, a exploração do universo das suas pertenças subjectivas dá conta de que se encontram objectivamente divididas entre o trabalho e a família. Ainda que as principais fontes de gratificação feminina sejam as relações familiares (com os filhos, com o companheiro, com parentes próximos) e o desempenho das actividades domésticas “...as linhas de contraste formadas a partir da escolaridade feminina...mostram a partição entre os universos da casa e do parentesco, por um lado, e os da profissão e dos convívios amicais, por outro.” (Aboim, Cunha, Vasconcelos, 2005)²²². No caso das mulheres, sendo verdade que a sociedade permite (e até

²²² De acordo com os resultados deste estudo, mulheres menos escolarizadas encontravam as suas gratificações tendencialmente no universo doméstico e da família ao passo que as mulheres academicamente mais qualificadas procuravam combinar a vida familiar (conjugalidade e parentalidade) com a vida profissional ou com as relações de

requer) que as mulheres se co-responsabilizem pelo sustento familiar, por outro lado, espera que se assumam como cuidadoras primárias dos filhos. As próprias mães consideram-se as principais prestadoras de cuidados aos filhos, razão pela qual quando exercem uma actividade profissional a tempo inteiro experimentam com frequência conflito entre os seus papéis familiares e profissional (Almeida *et al.*, 1999; Ingersoll-Dayron, Neal & Hammer, 2001). Pensando, especificamente, nos investimentos femininos no trabalho e na parentalidade, importa salientar que tanto a teoria da socialização como a teoria do capital humano assumem que *"woman trade-offs are rational and desirable acts and thus should not be a source of discontent."* (Carr, 2002, p.103). De acordo com a primeira perspectiva as mulheres são socializadas para dar prioridade às responsabilidades familiares em detrimento das responsabilidades profissionais o que explica que, quando confrontadas com exigências competitivas, estejam dispostas a pôr em causa o emprego. A segunda perspectiva defende que as mulheres não se importam de aceitar empregos que lhes ofereçam condições salariais e de progressão mais limitadas desde que esteja garantida a compatibilidade com os seus deveres de mãe. (Carr, 2002).

No que diz respeito aos homens, o ingresso das companheiras no mercado de emprego, juntamente com a maior atenção que eles próprios parecem dispostos a devotar à relação conjugal e à parentalidade, põem em causa a exclusividade do seu estatuto clássico de "ganha-pão". Através de uma série de entrevistas realizadas a homens na meia idade bem sucedidos profissionalmente, Weiss (1985; 1987) constatou que, para a maioria destes homens, as mulheres trabalhavam para o seu próprio benefício e não como uma forma de contribuir para a família, o salário era visto como menos importante para as companheiras do que a oportunidade de se sentirem realizadas, a maioria dos homens sentia-se orgulhoso das conquistas profissionais das companheiras mas sentiam que o tempo passado por estas a trabalhar implicava que dedicassem menos atenção ao cuidado dos filhos e à gestão do lar. Estes homens consideravam que o emprego das mulheres correspondia a algo que os maridos faziam por elas mais do que a algo que elas faziam pela família. Por outro lado, os entrevistados encaravam os seus próprios empregos como uma responsabilidade familiar. Ainda que o emprego fosse considerado uma fonte de desafio e realização pessoal, para estes homens, a família e o sustento do lar é que tornava o emprego significativo para si²²³.

A investigação, agora mais atenta do que antes à experiência da paternidade, tem-se encarregado de encontrar provas da importância do papel parental para os homens. Se, outrora, as obrigações inerentes ao estatuto de "ganha-pão" serviam como justificação para o seu sobreinvestimento no trabalho e constituía a única expressão da participação masculina na vida familiar, hoje não só não é um exclusivo masculino como talvez não baste nem para o

amizade orientando-se, em qualquer dos casos, para actividades externas ao espaço familiar e doméstico (Aboim *et al.*, 2005). Sublinhe-se, no entanto, que o nascimento dos filhos tomava o primeiro lugar na lista dos momentos de vida mais marcantes com o início ou outro momento da vida profissional a ocupar a sexta posição nessa mesma lista.

²²³ De acordo com Ferree (1984) enquanto o trabalho remunerado for visto como um privilégio das mulheres mais do que uma necessidade das famílias, os homens não se envolverão de forma significativa no trabalho familiar.

bem-estar psicológico nem para o sentimento de realização pessoal dos homens (Barnett, Marshall & Pleck, 1992; Coltrane, 1995; 2000; 2004; Fox & Bruce, 2001; Nascimento & Coimbra, 2001/2002). Os estudos demonstram que os papéis familiares e o papel de trabalhador/profissional têm efeitos similares na saúde psicológica dos homens com o envolvimento emocional com os filhos a apresentar-se mesmo como um amortecedor dos efeitos negativos associados trabalho (Barnett *et al.*, 1992). Todavia, pelo menos, para alguns indivíduos ser um bom pai é ser um bom provedor de bens (Cohen, 1993; Cook, 1994; Gerson, 1994; Messner, 1993; Nock & Kingston, 1989; Schor, 1991; Wiley, 1991)²²⁴. Virtualmente, todos os homens acreditam que ser um bom pai é, principalmente e acima de tudo, patrocinar boas condições de vida aos seus filhos. De acordo com este modelo tradicional da paternidade, *"Men demonstrate their commitment to the family by being responsible workers and bringing home an acceptably high income. To the extent that men view their family role as being the provider, fatherhood should lead to greater commitment to the worker role."* (Kaufman & Uhlenberg, 2000). Outra perspectiva é de que os homens tendem a segmentar o trabalho e a família. Bielby e Bielby (1989) verificaram que para os homens, a identidade de papel profissional e a identidade de papel familiar se mostravam relativamente independentes, ou seja, os dois papéis não eram percebidos como competitivos e, por conseguinte, o investimento na parentalidade não acarretava redução no seu investimento no trabalho nem vice-versa. Alguns estudos demonstram, contudo, uma outra realidade – a de que o envolvimento dos homens no papel parental, ao promover sentimentos de bem-estar subjectivo, se acompanha de um certo desinvestimento no papel profissional (Coltrane, 1995; 2000; 2004; Radin & Russell, 1983 *cit. in* Eggebeen & Knoester, 2001) – apesar de, frequentemente, se assumir que quando os homens estão mais envolvidos na vida familiar, provavelmente isso corresponde a um mecanismo de compensação de experiências profissionais insatisfatórias (Lambert, 1990). Com efeito, o facto de uma proporção significativa de homens vir a manifestar nos últimos anos atitudes mais igualitárias em relação à comparticipação no orçamento da família, tem contribuído a emergência de um novo modelo da paternidade que põe em causa esta visão tradicional dos homens como único ou principais responsáveis pelo sustento da família e que enfatiza o envolvimento directo dos homens no trabalho familiar: *"When fathers view their family roles as demanding significant involvement in the care and nurturing of their children, they are likely to see work and family identities as competing."* (Kaufman & Uhlenberg, 2000).

Num estudo em que avaliaram o efeito da parentalidade no esforço de trabalho de homens e de mulheres, os resultados encontrados por Kaufman e Uhlenberg (2000) apoiaram, relativamente às opções masculinas, quer o modelo do "bom provedor", quer o modelo do "pai-envolvido" indicando que o modo como os homens encaravam o seu papel paterno tendia

²²⁴ Inclusive foi demonstrado que pais de crianças pequenas fazem mais frequentemente horas extraordinárias e aceitam trabalhar em horários irregulares, enquanto que com as mães se verifica o inverso (Messner, 1993; Nock & Kingston, 1989; Schor, 1991).

a afectar a sua relação com o trabalho (o número de horas que trabalham, por exemplo) quando se tornam pais²²⁵. Como explicam os autores:

If men are increasingly involved in nurturing and rearing their children, they should experience challenges similar to those of mothers in balancing the demands of paid work and parenthood. A reasonable response to these competing demands on men's time, especially when their wives are sharing more in the economic support of families, would be a reduction in fathers' commitment to work." (p. 932)

Com efeito, face à actual realidade, torna-se complicado apreender a complexidade dos significados associados pelos homens à paternidade sendo que a compreensão da forma como esses significados se manifestam no desempenho e nos investimentos parentais dos homens constitui mesmo, segundo alguns autores (Coltrane, 1995; 2000; 2004; Fox & Bruce, 2001), um novo problema (teórico e metodológico) para as ciências sociais e humanas.

Fox e Bruce (2001), por exemplo, questionam-se acerca da constância do modo como os homens encaram a sua ligação aos filhos bem como da estabilidade nas suas auto-definições de pais considerando que as escolhas e as acções dos homens podem variar situacional e contextualmente no sentido da intensificação, redução ou extinção dos investimentos no papel paterno. Para sublinhar a ideia de que a probabilidade dos homens expressarem e agirem em conformidade com os seus investimentos pode variar consoante as circunstâncias e a extensão desses mesmos investimentos, os autores introduziram o conceito de "paternidade condicional": *"...men's commitment to their children is contingent, not unconditional, with the corollary presumption that the father role identity is one of varying salience, dependent on choice and circumstances."* (p.396). Assim, ao tornarem-se pais, alguns indivíduos podem tomar a parentalidade como um aspecto saliente da identidade, como um estatuto central que passa a ter prioridade sobre os outros e a ser evocado nas interacções, decisões, pensamentos e comportamentos em todos os seus contextos de vida, inclusive na relação com o trabalho:

When such men have jobs that allow choice and autonomy, they can base work decisions on how their work experiences enhances or diminishes their ability to be the kind of father they strive to be; men with a broad orientation to fatherhood but without much autonomy in their work roles may be much more limited in their ability to enact their fathering commitments. (p. 394)

²²⁵ Os resultados do estudo demonstraram a persistência de diferenças tradicionais de género na relação dos sujeitos com o trabalho. Comparativamente às mulheres sem filhos as que eram mães tendiam a trabalhar menos fora de casa e, quando empregadas, a trabalhar menos horas do que as primeiras. Quanto aos homens, os pais que se encontravam empregados trabalhavam mais horas do que os que não tinham filhos. Os homens que aderiam a visões tradicionais da parentalidade trabalhavam em média mais 11 horas por semana quando se tornavam pais. Entre os que revelavam uma perspectiva mais igualitária, a paternidade aparecia associada a uma redução de nove horas no tempo de trabalho semanal. De acordo com os autores: *"It is no longer obvious that being a committed father means increasing work effort outside the family in order to meet the family's economic needs. Rather, it is possible to see the committed father as ones who sacrifices work time outside the home in order to contribute more time to family work in the home."* (Kaufman & Uhlenberg, 2000, p.944).

Para outros, no entanto, o âmbito do papel paternal pode ser bastante reduzido e estar meramente confinado a um segmento ou sequência das suas vidas correspondendo mais a uma obrigação do que a um verdadeiro investimento. Nestes casos, é possível que o papel de pai se mostre secundário ou até residual na estrutura da sua identidade e no conjunto de outros papéis de vida que sobre ele têm precedência. Estes homens tenderão a usar o trabalho ou a falta de recursos materiais como justificação para a ausência de um envolvimento mais extenso com os filhos²²⁶ e os que têm abundância de recursos poderão usá-los como meios de compensação das falhas nos seus investimentos.

Revistos os vários posicionamentos, fica a sensação de que, nos dias de hoje, a única regra que parece válida é a que autoriza homens e mulheres a tornarem-se os pais/mães e os trabalhadores que desejem ou consigam ser, na certeza de cada um irá investir e relacionar-se com os filhos e com o trabalho de diferentes maneiras, à sua maneira.

4. Conceptualização e Investigação das Dinâmicas da Relação Trabalho-Família

Independentemente do modo como se organizam na estrutura do *self*, a simples existência de múltiplos papéis gera grandes divergências no que se refere à identificação dos seus efeitos recíprocos e ao seu impacto na qualidade de vida psicológica dos indivíduos. Super (1990) propôs que os papéis de vida interagem de tal forma que o tempo dedicado a um papel se subtrai à quantidade de tempo disponível para os restantes papéis. Os termos apoio, compensação, neutralidade e conflitualidade foram usados por Super para descrever as interações entre os papéis. Brown e Crace (1996) consideram que as interações entre os papéis são contínuas e podem resultar em sinergia (promoção da satisfação com a vida para além do que seria esperado se os papéis fossem considerados independentemente), em homeostase (a satisfação com a vida ultrapassa o que seria esperado se se considerasse um papel singular) ou conduzir a entropia crescente (maior insatisfação com a vida do que normalmente seria de esperar se se atendesse a apenas um papel).

A investigação que tem vindo a ser desenvolvida acerca desta temática tem, essencialmente, procurado descrever a dinâmica trabalho-família quer do ponto de vista da clarificação da sua natureza (testando expectativas quanto à ausência, presença e/ou qualidade da relação entre as variáveis associadas a cada um dos domínios) quer da caracterização da direcionalidade (unívoca ou recíproca) dos efeitos associados à participação dos indivíduos em cada um dos contextos.

²²⁶ As desculpas e as justificações para um menor envolvimento com os filhos também manifestam especificidades de género. Assim se é aceitável um homem apelar ao trabalho, ao cansaço, à inexperiência ou à sua inabilidade como razões para não se envolver com os filhos essas desculpas não são admissíveis numa mulher que, as aceita e entende ou então se recusa a tê-las em conta. (LaRossa & LaRossa, 1981; McKee, 1982).

Trata-se, contudo, de trabalhos controversos e aos quais são apontadas inúmeras limitações já que, globalmente, não se encontram sustentados em paradigmas teóricos bem estabelecidos e padecem quer de robustez conceptual quer de escassa utilidade prática dado que não fornecem explicações ou predições sólidas capazes de ajudar a resolver os problemas encontrados pelos indivíduos na articulação do duplo-papel. A demonstrar a falta neste domínio de uma matriz teórica mais consistente encontra-se, mesmo, o vasto número de trabalhos de revisão que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos a propósito do tema trabalho-família. E demonstram-no duplamente: (1) quando na descrição dos estudos que reveêm, o encadeamento «resultados anteriores-novas hipóteses» aparece como a lógica dominante do processo de investigação (sem que as predições a testar decorram de pressupostos teóricos específicos que através delas possam ser validados); e, (2) demonstram-no, igualmente, pela sua quantidade já que a abundância deste tipo de revisões (*e.g.*, Allen, Herst, Bruck & Sutton, 2000; Barnett, 1998; Eby, Casper, Lockwood, Bordeaux & Brinley, 2005; Edwards & Rothbard, 2000; Frone, 2003; Greenhaus & Beutell, 1985; Greenhaus & Parasuraman, 1999; Lambert, 1990; Zedeck, 1992; Zedeck & Mosier, 1990) parece, ela própria, um sinal da necessidade de reunir, organizar e integrar os conhecimentos empíricos disponíveis, se não num modelo ou corpo teórico específico, pelo menos em sínteses que assinalem variáveis relevantes, padrões de resultados ou temas recorrentes e possam constituir-se como ponto de ancoragem dos esforços de investigação futura.

De resto, são vários os autores que a propósito das lacunas conceptuais existentes neste domínio, convergem para a constatação de que apesar de ter sido possível expandir o conhecimento acerca da interrelação entre o trabalho e a família, as descobertas realizadas terão contribuído para gerar mais questões do que respostas tornando este domínio de intervenção ateórico (Lambert, 1990) ou demasiadamente *light* no plano teórico (Zedeck, 1992) e excessivamente fraccionado (Allen *et al.*, 2000). Actualmente, e a avaliar pelo recente estado da arte, parecem persistir essas mesmas insuficiências, já que não há evidência de que tenham ocorrido progressos substanciais na superação dos problemas que, ao longo de mais de duas décadas, os investigadores foram identificando (Eby *et al.*, 2005).

Numa primeira abordagem às tendências dominantes na literatura, verifica-se que, em geral, as propostas conceptuais variam consoante se integram em modelos causais ou não causais (Morf, 1989). Para os que adoptam uma abordagem causal, o pressuposto básico é o da existência de uma relação de causa-efeito entre o domínio profissional e o domínio profissional. Desta forma, a ordem com que os termos do binómio aparecem enunciados não é arbitrária: a sua posição (anterior ou posterior) traduz a direcção do efeito de um papel sobre o outro (influência trabalho-família *versus* influência família-trabalho). Para além dos dois *locus* naturais de influência, não está excluída a hipótese dos efeitos observados serem atribuíveis a uma terceira variável (um traço de personalidade, factores genéticos, padrões de comportamento e normas sociais ou culturais...) que actua como causa comum de co-variância (Edwards & Rothbard, 2000; Frone, Russell & Cooper, 1994). Esse terceiro factor é visto como gerador de

congruência entre os dois domínios, dado que é ele que determina que os indivíduos produzam respostas idênticas nos dois (diferentes) ambientes (Morf, 1989). Neste último caso, a direcionalidade não se mostra um critério relevante na análise da relação trabalho-família uma vez que a fonte dos efeitos é externa a qualquer um dos domínios e afecta ambos de igual modo. Esta perspectiva (o modelo da congruência) enquadra-se, por isso, no grupo dos modelos não causais.

Os proponentes dos modelos não causais defendem ou a completa separação entre os dois domínios de desempenho de papéis ou a interdependência entre ambos. Reconhece-se, neste último caso, que os dois domínios se influenciam reciprocamente e aceita-se que os seus efeitos tanto podem ser independentes como podem interagir e afectar, directa e indirectamente, o estado psicológico e as condições sociais de vida dos indivíduos (Barnett, 1998; Chow & Berheide, 1988; Greenhaus, 1988; Greenhaus & Beutell, 1985; Frone, Russell & Cooper, 1992; Frone, Yardley & Markel, 1997; Lambert, 1990). A interacção sobressai, neste caso, como um analisador da relação trabalho-família mais importante do que a direcionalidade.

Alguns autores vão mais longe e, em contraponto a abordagens que enfatizam a passividade (*e.g. spillover*) e/ou a mera reactividade (*e.g. compensação*) dos indivíduos nesta relação, fazem a apologia de uma conceptualização transaccional, valorizando a forma como a interacção dos indivíduos com os seus contextos influencia a interacção dos dois contextos entre si (Barnett, 1998; Clark, 2000; Zedeck, 1992):

... it is clear that experiences in work and family roles interact in such a way that one needs to know the quality of employees' relations in both work and family roles before one can predict the effect of experiences in any one role on outcomes.... Clearly people have multiple roles; they do not have multiple separate selves. (Barnett, 1998, p. 154)

De acordo com esta perspectiva a relação das pessoas com um dado ambiente implica que a independência das suas identidades se perca em favor de uma nova condição ou estado conjunto. Tal significa que a mesma pessoa pode funcionar de modo diferente em dois ambientes diferentes em resultado quer das características do ambiente particular quer do modo como a pessoa o afecta, razão pela qual se torna impossível compreender a relação *entre* dois ambientes sem que antes se procure compreender a relação dos indivíduos com *cada um* desses ambientes. Dito de outro modo, em vez de estar preocupado com o modo como um domínio afecta o outro, o investigador deverá focar-se na compreensão de como a situação como um todo (a posição ocupada, simultaneamente, pelo indivíduo na família e no trabalho) afecta variáveis como o desempenho, as decisões e os comportamentos. Num nível de abstracção ainda mais elevado, a investigação poderia tentar analisar de que forma essa relação transaccional é afectada por mudanças em cada um desses contextos (Zedeck, 1992).

Deste ponto de vista, os dois domínios não constituem ambientes à parte mas formam juntos uma unidade com um novo significado relacional. Consequentemente, segundo o autor, apenas faz sentido o estudo do trabalhador que é pai/mãe, no emprego e do pai/mãe que trabalha, na família. A própria relação ou transacção entre os dois domínios seria, por conseguinte, a unidade de análise a privilegiar pela investigação propondo o autor que seja dada prioridade à identificação, definição e análise das dimensões – objectivas (requisitos, conteúdos e oportunidades associadas) e subjectivas (o significado atribuído) – do trabalho, no contexto da família e do emprego. A sugestão do autor é que cada um dos contextos seja avaliado relativamente a dimensões similares sendo este o ponto de partida que permitiria compreender quais as oportunidades e os significados que os indivíduos podem derivar de cada um. Quando for possível identificar os significados, os valores e as competências que estão implicados nos múltiplos domínios, talvez se chegue à conclusão de que a melhor de que forma dos indivíduos tirarem partido das dimensões partilhadas é concentrar-se naquelas que, em cada domínio, sejam mais centrais para a sua identidade e articulá-las de modo a que se tornem mutuamente reforçadoras (Thompson & Bunderson, 2001): *“From a meaning-based approach, if the work and non work domains share intrinsic motivations, then temporal conflicts need not to destroy one’s sense of balance.”* (p. 35)²²⁷. Também Kelly e Kelly (1994) são apologistas desta perspectiva. Os autores defendem que uma condição para que as relações entre o trabalho, a família e o lazer se tornem harmoniosas é o desenvolvimento de significados partilhados entre os domínios, de tal forma que os indivíduos não tenham que dividir as suas vidas em sectores distintos mas possam garantir que as dimensões de cada domínio permanecem completamente interdependentes²²⁸:

Dividing life into separate domains may not be the way that most employed adults view their lives. Rather, a more integrated view in which roles and orientations from one carry over into others in a complementary rather than conflicting mode may characterize adult life. (Kelly & Kelly, 1994, p. 252)

²²⁷ Beutell e Brenner (1986) num estudo acerca das diferenças de género nos valores associados ao trabalho verificaram que mesmo quando comparando homens e mulheres com o mesmo tipo de orientação (para a família ou para a carreira), as diferenças nos valores persistiam.

²²⁸ Os resultados da investigação de Kelly e Kelly (1994) apontaram para a prevalência de um modelo de vida social no qual a integridade de cada um dos domínios de vida aparecia resguardada mas que não permitia associar funções exclusivas a cada um desses domínios: *“Life in each domain may be viewed as multidimensional rather than mono-thematic.”* (p. 273). Dimensões como a produtividade, a aprendizagem, o desafio, a experiência, as relações sociais e o desafio ao desenvolvimento mostraram-se presentes em todos os domínios ainda que em diferentes graus. A vida familiar e comunitária apresentou-se como o domínio mais central e satisfatório para os participantes e o trabalho como o menos central dos três domínios avaliados (que incluíam o lazer). Nesse mesmo estudo, Kelly e Kelly (1994) verificaram que: (1) as condições de trabalho, avaliadas através de um indicador da categoria profissional, influenciavam o investimento e a satisfação com o trabalho; (2) a parentalidade aparecia relacionada com uma orientação instrumental dos indivíduos para o trabalho; (3) os homens se descreviam mais satisfeitos com a família e se envolviam mais no lazer e as mulheres atribuíam maior importância às relações de trabalho; (4) apenas a família e o lazer apresentavam uma relação de complementariedade assente na dimensão relacional; e, (5) as fontes de satisfação com os domínios situavam-se no interior dos próprios domínios.

Esta questão das diferenças, das semelhanças e das complementaridades entre o trabalho e a família foi abordada empiricamente pela primeira vez, por Clark e Farmer (1998) num estudo cujo principal objectivo foi apresentado como sendo o da identificação e testagem de um método eficiente na determinação dos aspectos comuns e dos aspectos singulares de cada um dos domínios. Na investigação em causa, os autores procuraram, essencialmente, verificar quais as dimensões culturais que caracterizavam ambos os domínios (foram avaliadas a este nível cinco dimensões: auto-determinação; colectivismo; intimidade; orientação para o outro; troca monetária como base da relação²²⁹) bem como quais os valores que os diferenciam²³⁰. Paralelamente, a autora avaliou: (1) variáveis instrumentais na articulação trabalho-família tais como a comunicação com a família acerca do trabalho e a comunicação no trabalho acerca da família; (2) factores descritores das fronteiras entre o trabalho e a família tais como a permeabilidade da fronteira do trabalho e da família; a extensão da sobreposição entre as responsabilidades familiares e profissionais, a flexibilidade do local e horário de trabalho e a flexibilidade da residência e dos horários familiares; e, (3) um conjunto extenso de variáveis dependentes como o valor percebido das actividades familiares e profissionais, a motivação intrínseca no trabalho e na família, a coesão familiar, as relações familiares, o conflito/tensão interpapel ("tensão de papel"), a satisfação profissional e os comportamentos de cidadania organizacional do trabalhador.

Ainda que preliminares, os resultados descritos conferiram apoio a uma boa parte das proposições da teoria da fronteira trabalho-família descrita mais adiante, destacando-se, de modo particular, a observação de que as fronteiras entre trabalho e família eram mais fortes (ou seja, apresentavam-se menos permeáveis e menos flexíveis e registava-se uma menor sobreposição entre as responsabilidades profissionais e familiares) quando as diferenças

²²⁹ A auto-determinação foi medida através de seis itens relativos ao grau no qual os indivíduos assumiam a responsabilidade pelas suas actividades, podiam decidir como orientar o seu tempo e energia, tinham a oportunidade de opinar acerca do processo ou resultados das suas actividades, estavam subordinados a terceiros no que se refere à gestão do tempo e das actividades, e podiam escolher o que fazer. O colectivismo foi avaliado através de cinco itens medindo o grau no qual os indivíduos sentiam que outros contribuíam para as suas próprias realizações, achavam que era importante para todas as pessoas envolvidas numa dada actividade trabalharem em conjunto, preferiam desenvolver as actividades com outras pessoas do que sozinhos, preferiam trabalhar sozinhos e valorizavam a cooperação. A intimidade tinha como indicadores a extensão na qual os indivíduos consideravam que as relações estabelecidas no trabalho e na família eram relações de intimidade, sentiam a falta de outros quando ausentes, sentiam que as relações eram a melhor parte da vida profissional/familiar, confiavam assuntos pessoais a outros, sentiam-se muito chegados a outras pessoas no trabalho/família. O grau de orientação para os outros foi estimado a partir da resposta a um conjunto de itens focados na existência de responsabilidades e/ou actividades profissionais envolvendo a ajuda ou a assistência aos outros, na concentração nos outros mais do que em si próprio, na valorização do ensino aos outros como actividade importante, na quantidade de tempo gasta na ajuda aos outros, no desempenho de actividades maioritariamente caracterizadas pelo serviço aos outros. Quanto à troca monetária os participantes eram questionados se estavam empregados ou eram membros de uma família por necessidade financeira, se estavam ligados à família/trabalho por dinheiro, se se sentiam infelizes quando não obtinham a parte do dinheiro que lhes correspondia, se as questões financeiras constituíam uma fonte de conflito, se o dinheiro era usado para punir ou recompensar e em que medida as recompensas monetárias determinavam a sua vinculação à família/trabalho.

²³⁰ Foram seleccionados da escala de valores de Rokeach (1973) dez valores terminais e instrumentais apresentados na literatura como especialmente relevantes no domínio do trabalho (sentido de realização, autonomia, crescimento pessoal, sabedoria, reconhecimento, bem-estar; justiça, honestidade capacidade e eficiência) e da família (felicidade, segurança económica, ajuda ao outro, relações interpessoais próximas, paz; democracia, cooperação, generosidade, amor e auto-controlo). Os participantes foram solicitados a proceder à sua ordenação segundo critérios de prioridade relativa.

culturais associadas a esses dois domínios eram mais marcadas²³¹. Os resultados deixaram, no entanto, em aberto qual ou quais os mecanismos causais subjacentes a este fenómeno: "...a) *strong cultural differences necessitate the creation of strong borders to preserve the integrity of each domain; and/or b) strong borders prevent work and family from developing cultural similarities.*" (Clark & Farmer, 1998, p. 16). Era também quando as diferenças culturais se mostravam mais acentuadas que se verificava uma menor tendência dos participantes para abordarem no trabalho o tema família, um resultado que complementado pela análise correlacional efectuada pela autora (e que revelou menor conflito associado a comunicação transversal ou cruzada mais frequente), mostrou que, na ausência de comunicação, as diferenças culturais entre os dois domínios podiam agravar as crises e tensões interpapel e dificultar o alcance de compromissos equilibradores dos dois domínios. Tal como a autora assinalou, não pode, também aqui, excluir-se a hipótese de ordem causal inversa, ou seja, das diferenças culturais entre o trabalho e a família serem exacerbadas pelo facto da comunicação ser pobre e pouco regular.

As diferenças culturais apareceram, igualmente, associadas a uma menor probabilidade de investimento pessoal no trabalho embora promovessem uma maior valorização e uma melhor funcionalidade do sistema familiar (maior coesão familiar e relações familiares mais saudáveis). Com efeito, nos casos em que o contraste cultural entre trabalho e família se revelou mais vincado, verificou-se uma menor probabilidade dos indivíduos se encontrarem intrinsecamente motivados e satisfeitos com o trabalho e encontrarem valor nas suas actividades profissionais. Trata-se de um resultado ao qual não será alheia a observação de que, comparativamente ao domínio familiar, o domínio de trabalho era descrito pelos participantes como menos colectivista, menos orientado para o outro, menos encorajador da auto-determinação, como um contexto de menor intimidade e no qual a troca monetária aparecia como base da relação empregado-empregador. As clivagens culturais não se reflectiram de modo significativo na experiência de conflito o que, alegadamente, se deve à existência de fronteiras robustas entre os dois domínios que os permitem manter separados²³².

²³¹ A título de curiosidade refira-se o registo de médias significativamente superiores no domínio familiar em todas as dimensões culturais avaliadas à excepção da dimensão *orientação para o outro* (em que não foram encontradas diferenças significativas entre os dois domínios) e da dimensão *troca monetária como base da relação* (média superior relativamente ao domínio do trabalho). Quanto aos valores destacou-se a superioridade da posição na lista ordenada de valores de natureza relacional no domínio do trabalho (primeiro valor terminal: *amor*; primeiro valor instrumental: *relações próximas*) e do *bem-estar* (primeiro valor terminal) e da *eficiência* (primeiro valor instrumental) no caso do domínio familiar sendo ainda de salientar, relativamente a este último domínio, o segundo e o terceiro lugar dos valores *auto-controlo* e *capacidade* na categoria dos valores instrumentais. Valores como a *honestidade*, *justiça*, a *democracia*, a *autonomia* e a *ajuda ao outro* (e mesmo o auto-controlo) emergiram em posições semelhantes nos dois domínios. É ainda interessante assinalar que as diferenças culturais apenas se mostraram significativamente correlacionadas com os valores instrumentais, o que parecia indicar que a cultura de cada um dos domínios estaria menos relacionada com o tipo de objectivos do que com a forma como esses objectivos seriam alcançados.

²³² Não foram encontradas por Clark e Farmer (1998) correlações significativas entre as diferenças nos valores terminais e instrumentais com nenhuma das outras categorias de variáveis avaliadas (de caracterização da fronteira, da comunicação ou dependentes) o que levou a autora a concluir que as diferenças de valor tenderiam a ser menos críticas do que as diferenças de cultura na compreensão do modo como os indivíduos equilibram trabalho e família.

4.1. Um Sobrevôo sobre as Diferentes Abordagens e Constructos

Apesar do conceito sistémico de *interdependência* ter entrado com alguma facilidade no meio científico, demorou bastante até que fosse verdadeiramente incorporado no estudo da relação trabalho-família, dois domínios que durante muito tempo foram vistos como sistemas isolados caracterizados por normas e funções bem distintas (Chow & Berheide, 1988). Uma revisão dos trabalhos de investigação sobre a relação trabalho-família, revela que a maioria dos estudos realizados, no passado mais remoto desta tradição de investigação, procuram analisar o impacto de factores ligados ao trabalho em variáveis do contexto familiar, estando, essencialmente, preocupados, em avaliar e precisar o grau e/ou as formas através das quais certos aspectos estruturais ou dinâmicos da vida profissional interferem nos comportamentos e atitudes manifestados pelos indivíduos na família e, por conseguinte, na qualidade da vida familiar.

Historicamente, esta preocupação da investigação com os efeitos do trabalho na esfera familiar remonta, de forma particular, à década de 70 correspondendo, em termos dos estádios de problematização da relação trabalho-família descritos por Gilbert (1993) à fase do foco nas questões da *Acomodação individual*. Trata-se de um momento histórico pontuado pela entrada de uma proporção significativa de mulheres no mercado de trabalho e pela curiosidade da investigação quer em relação ao modo como a participação feminina na força de trabalho afectaria as suas responsabilidades familiares clássicas (com a tónica a aparecer colocada nos efeitos adversos do emprego feminino para a vida familiar) quer quanto à forma como homens e mulheres fariam, individualmente, a acomodação das mudanças inerentes à ruptura das tradicionais convenções de género²³³. Se, por um lado, se temia a degradação do ambiente familiar e a crise da instituição família, por outro lado, a nível do contexto de trabalho, os empregadores mostravam-se preocupados com as repercussões que as responsabilidades familiares deste novo contingente de trabalhadores e a reacção dos indivíduos em geral a estas mudanças nos papéis de género comportariam para a qualidade da sua vida profissional (Chow & Berheide, 1988).

Embora durante longos anos a investigação se tivesse fixado, na análise dos efeitos unidireccionais, potencialmente negativos, do trabalho na família explorando em menor grau quer a direcção inversa de influência quer a possibilidade da interferência positiva do trabalho na família (Barling, 1990²³⁴; Crouter, 1984; Voydanoff, 1988), o aparecimento destas duas linhas de investigação traduziu-se em mudanças importantes a nível dos modelos teóricos de

²³³ Na sua síntese histórica da investigação sobre o tema trabalho-família, Barling (1990) identificou a década de 70 como o período em que o reconhecimento da interpenetração dos papéis profissional e familiar se terá tornado indiscutível e consensual. No entanto, de acordo com o autor, a perspectiva de que trabalho e família se afectariam mutuamente terá emergido nos anos 30 e ter-se-á expandido ao longo dos anos 50 ainda que, ao longo desta última fase, se tivesse registado o aparecimento de pontos de vista divergentes.

²³⁴ De acordo com Barling (1990), esta centração da investigação nos efeitos unidireccionais do trabalho na vida familiar, ao ter restringido o modo como a relação trabalho-família foi conceptualizada e estudada, terá entravado seriamente o desenvolvimento teórico neste domínio.

conceptualização da relação trabalho-família contribuindo, desde logo, para desafiar o postulado da segmentação entre os dois domínios.

4.1.1. A Abordagem da Segmentação

A teoria da segmentação assenta, originalmente, na convicção de que a diferenciação dos dois domínios em termos de tempo, espaço, função e protagonistas (homens ou mulheres) tornaria possível e desejável a sua compartimentação da vida dos indivíduos. Desta forma, esta separação era vista, inicialmente, como um processo natural cuja função seria a de assegurar o isolamento de cada um relativamente às experiências que ocorrem no outro de modo a travar o(s) efeito(s) que pudessem exercer sobre ele (Edwards & Rothbard, 2000; Lambert, 1990; Zedeck, 1992). Em nome da estabilidade social, trabalho e família deveriam permanecer separados de modo a que funcionassem adequadamente e a divisão do trabalho por género deveria ser mantida de forma a evitar qualquer tipo de conflitualidade (Chow & Berheide, 1988)²³⁵. Por impulso das mudanças sociais e demográficas em curso, e demonstrada a falibilidade do pressuposto da independência e inviolabilidade dos dois domínios²³⁶, a teoria da segmentação sofreu uma reconceptualização e a delimitação entre os dois domínios passou a ser encarada como um método activo de *coping* com o stresse produzido nalgum dos dois domínios ou como uma forma de manter um grau óptimo ou preferencial de ligação entre ambos (Lambert, 1990).

A erosão do mito separação e a rejeição da hipótese de relação nula entre os dois domínios, apenas se tornou definitiva no momento em que o modelo da segmentação deixou de ser viável na explicação do que se passava nas famílias de duplo-emprego ocorrendo a transição para abordagens causais mais inclusivas e complexas. Foi nesta altura que as hipóteses de compensação e de *spillover*, passaram a orientar a maior parte dos trabalhos empíricos e se tornaram os racionais de investigação preferenciais (Zedeck, 1992).

4.1.2. A Abordagem da Compensação

Elaborada, inicialmente, como hipótese explicativa para as reacções dos indivíduos a profissões pouco estimulantes e para situações de um envolvimento familiar superior ao socialmente ao esperado por parte dos homens (Lambert, 1990), a teoria da compensação refere-se à presença de investimento diferencial dos indivíduos em cada um dos domínios (Champoux, 1978). Considera-se que esse padrão de investimento desigual nos dois domínios

²³⁵ Recorde-se, o que foi referido no Capítulo II acerca da forma como o trabalho feminino era desaprovado pelo regime salazarista por serem temidos os perigos que daí poderiam resultar para a estabilidade da família.

²³⁶ Chow e Berheide (1988) apontam, a partir de um ponto de vista feminista, algumas das limitações da ideologia separatista do modelo da segmentação: (1) reduzir as possibilidades das mulheres contribuírem para o bem-estar da sociedade e a dos homens contribuírem para o bem-estar da família; (2) reforçar a exploração das mulheres ao perpetuar a tendência da dominância masculina e da subordinação feminina; e, (3) desviar a atenção dos investigadores do estudo das relações entre as duas instituições sociais para o estudo das instituições em si mesmas.

resulta da procura de fontes de gratificação alternativas sempre que os indivíduos se encontrem expostos a condições insatisfatórias num domínio particular²³⁷.

Distinguem-se na literatura duas versões relativamente à forma como os indivíduos podem compensar a experiência de insatisfação (Edwards & Rothbard, 2000). Uma das versões aponta para a redução do nível de envolvimento com o domínio insatisfatório e para um envolvimento superior num outro domínio susceptível de proporcionar um maior grau de satisfação. Tratar-se-ia, portanto, de um processo de revisão da importância psicológica mas também da quantidade de atenção e tempo atribuídos a cada um dos domínios e da redistribuição subsequente dessas variáveis por ambos segundo critérios de proporcionalidade ao grau de satisfação antecipada. De acordo com a outra versão, a resposta do indivíduo à insatisfação sentida num domínio é a procura activa de gratificações num domínio alternativo, seja no sentido de obter compensações suplementares quando as que dispõe no primeiro domínio não são suficientes (compensação suplementar) seja como forma de lidar com o excesso de experiências negativas a que nele está sujeito (compensação reactiva)²³⁸.

4.1.3. A Abordagem da Acomodação

Embora convincente enquanto explicação para o padrão de investimento dos homens (por tradição mais orientados para o trabalho e, por conseguinte, mais susceptíveis de ter de lidar compensatoriamente com situações de insatisfação profissional), no momento em que surgiu a necessidade de compreender a especificidade da experiência das mulheres a nível do envolvimento com cada domínio (nomeadamente, o seu menor investimento no trabalho comparativamente ao realizado na família), a hipótese da compensação deixou de se mostrar ajustada e as suas insuficiências conduziram à conceptualização de um novo processo – a acomodação (Lambert, 1990).

Apesar de semelhante ao processo de compensação no que se refere aos resultados, a acomodação caracteriza-se pela inversão da ordem causal que define o primeiro: é o elevado envolvimento do indivíduo num domínio que conduz a um menor envolvimento no outro, e não o contrário (ou seja, o fraco envolvimento num domínio como causa de um envolvimento superior no outro)²³⁹. Não obstante os estados finais serem idênticos (isto é, a confluência para

²³⁷ O mecanismo da compensação pode ser ilustrado a partir da imagem do profissional, que saturado do formalismo das relações de negócio, não dispensa um passeio vespertino de bicicleta ou da mulher que, após um fim-de-semana de intensa actividade doméstica, encara o regresso ao trabalho como um acontecimento libertador.

²³⁸ Edwards e Rothbard (2000) constataram a existência de semelhanças entre ambas as formas de compensação que decorrem de implicações lógicas dos dois conceitos para que cada uma delas remete – “envolvimento” e “recompensa”. Desta forma, assinalaram a irrelevância da distinção argumentando que do mesmo modo que a procura de gratificações pressupõe o redireccionamento de tempo e atenção para o domínio alternativo, a alteração do padrão de envolvimento com um domínio só conduzirá ao incremento dos níveis de satisfação caso ele proporcione as recompensas que faltam ao indivíduo no outro.

²³⁹ Apesar de na génese da conceptualização deste processo ter estado a tentativa para caracterizar a tendência das mulheres para se implicarem menos no trabalho de forma a melhor acomodar as suas obrigações familiares, a acomodação é um processo andrógeno que, esclarece Lambert, também explica, a razão pela qual independentemente do género, alguns trabalhadores fazem investimentos superiores no trabalho comparativamente à família, sobretudo em situações profissionais em que o acesso às oportunidades de progressão e às contrapartidas financeiras requer um

um padrão de desequilíbrio a nível do envolvimento com cada um dos domínios), as diferenças existentes a nível dos meios através dos quais são alcançados, fazem com que as implicações de cada um para a qualidade de vida pessoal e familiar não sejam da mesma natureza:

"Whether or not workers compensating or accommodating find similar pleasures at work or home, the different processes by which they maintain this lopsided balance may have different effects on their mental and physical health and on their family's well-being as well." (Lambert, 1990, p. 247)

Num esforço relativamente recente de síntese histórica, Gilbert (1993) descreveu em, torno do conceito de acomodação, três dos estádios que melhor parecem caracterizar os desenvolvimentos conceptuais neste domínio, isto é, as evoluções a que se assistiu na forma de problematizar e conceptualizar as relações trabalho-família. Um primeiro estágio situa-se nos anos 70, e é socialmente pontuado pela entrada de uma proporção significativa de mulheres no mercado de trabalho. A ruptura com a tradicional distribuição de papéis de género, traduz-se numa maior preocupação da investigação com o modo como a participação feminina na força de trabalho afectaria as suas responsabilidades familiares clássicas (com a tónica a aparecer colocada nos efeitos adversos do emprego feminino para a vida familiar) e com o modo como homens e mulheres fariam, individualmente, a acomodação destas mudanças de papel. Neste período histórico o enfoque da investigação recai sobre as questões da "acomodação individual".

O segundo estágio, iniciando-se por volta de 1980, aparece marcado pelo número crescente dos casos de famílias de duplo-emprego, e pelo maior relevo conferido pela investigação à dinâmica de articulação e conciliação dos papéis no interior da família. As práticas de equidade de género, na família e no trabalho, torna-se uma temática largamente explorada. A díade conjugal emerge como unidade preferencial de análise e as questões da partilha de papéis são enfatizadas tendo em vista a caracterização das formas de "acomodação conjugal" das solicitações profissionais e familiares dos dois elementos: *"The prevailing image of marriage career woman changed from superwomen who did it all to egalitarian wives who shared roles with enlightened spouses."* (Gilbert, 1993, p.83).

Contemporaneamente, e num cenário social, demográfico e económico ainda mais complexo, no qual os problemas atrás enunciados não perderam nem relevância nem actualidade, mas no qual aparecem problemas novos (de que se destaca o aumento da taxa de divórcio e a proliferação das famílias monoparentais/ uniprofissionais), a investigação tende a focar-se no modo como as políticas e práticas adoptadas no contexto do trabalho podem favorecer a integração dos papéis familiares e profissional pelos trabalhadores. Está aqui em causa o perspectivizar da acomodação sob um outro ângulo, o da cultura organizacional: a

elevado grau de envolvimento pessoal no trabalho. Nestas circunstâncias, a acomodação das exigências profissionais faz-se à custa da consagração de mais tempo e atenção à família.

questão que se coloca é a de como e em que extensão as organizações podem acomodar homens e mulheres que têm uma família (o estágio da “acomodação organizacional”)²⁴⁰ (Gilbert, 1993).

4.1.4. A Abordagem do *Spillover*²⁴¹

Tendo emergido numa conjuntura económica e social de maior valorização do trabalho assalariado sobre a actividade familiar e doméstica, o modelo de *spillover* foi, inicialmente, contaminado pela visão de que os papéis profissional e familiar seriam diferencialmente prioritários para homens e para as mulheres, razão pela qual a investigação se centrou, durante algum tempo, no estudo das consequências negativas para a família do desemprego dos homens²⁴² e do emprego das mulheres (Bronfenbrenner & Crouter, 1982; Chow & Berheide, 1988)²⁴³. Só posteriormente, quando a investigação procurou explicar o sucesso das mães trabalhadoras na conjugação dos papéis familiar e profissional, esta abordagem assimétrica e pessimista dos efeitos de *spillover*, foi posta em causa dando lugar (1) ao reconhecimento de que a experiência familiar dos indivíduos também poderia afectar o grau de energia, o tipo de emoções, as motivações e a orientação dos indivíduos face ao trabalho (*e.g.*, Crouter, 1984); e, (2) à tomada de consciência das consequências positivas e negativas que o emprego feminino poderia comportar para a vida familiar dependendo das próprias condições de trabalho e familiares, de variáveis individuais (*e.g.*, reacções subjectivas ao trabalho, estratégias de *coping*), da disponibilidade de apoio, entre outros factores (Acock, Barker & Bengston, 1982; Kessler & McRae, 1982; Trimberger & MacLean, 1982).

²⁴⁰ É importante salientar que este último estágio, encontrando-se numa fase incipiente de desenvolvimento, sinaliza mais uma prioridade da investigação do que um estado final desejado pelas organizações. No entanto, espera-se, justamente, que iluminando os mecanismos de ligação trabalho-família a investigação consiga pôr em evidência as possibilidades que se abrem às empresas no que toca à implementação de medidas pró-familiares (ditas “*family friendly*”) eficazes (Nascimento *et al.*, 2004).

²⁴¹ Embora pudesse optar-se por traduzir o termo *spillover*, e até fosse possível encontrar na língua portuguesa expressões disponíveis para o efeito tais como “contaminação”, “transferência” ou “transposição”, preferiu manter-se a expressão original considerando que o sentido literal que toma na versão anglo-saxónica - “*transbordar*” - se presta melhor à compreensão da seu significado técnico. Tanto mais que, como se verá, trata-se de um conceito cujo entendimento tem gerado alguma controvérsia.

²⁴² O impacto familiar do desemprego paterno na sequência da Grande Depressão (finais dos anos 30) foi objecto da atenção dos investigadores que concluíram que a experiência de estar desempregado resultava numa perda de estatuto do homem no seio da família, num aumento acentuado dos níveis de conflito e tensão familiar, num decréscimo do envolvimento na vida social extra-familiar e em alterações significativas de humor dos pais (emocionalmente mais instáveis, deprimidos e irritáveis). Não foram, contudo, analisados os efeitos destes processos nos filhos. (Bronfenbrenner, 1986). Em 1977, Kanter (*cit. in* Bronfenbrenner, 1986) introduziu o conceito de “absorção no trabalho para descrever a extensão na qual o trabalho exigia a mobilização pelos indivíduos de energia física e psicológica e um estudo realizado no mesmo ano (Heath, 1977 *cit. in* Bronfenbrenner, 1986) indicou como efeitos desse fenómeno a diminuição do envolvimento dos homens em actividades extra-profissionais, incluindo um decréscimo no tempo passado com os filhos e um aumento dos sentimentos de culpa, irritabilidade e impaciência na interacção com estes.

²⁴³ A exemplo das críticas que apontaram ao modelo da segmentação, Chow e Berheide (1988) enumeram, igualmente, algumas das limitações do modelo de *spillover*: (1) não ter contemplado adequadamente a reciprocidade da interligação trabalho-família ao centrar-se quase exclusivamente na influência do trabalho nos trabalhadores e na vida familiar e menosprezando os efeitos inversos; (2) não ter conseguido definir as condições específicas da vida profissional que influenciam a vida familiar nem as dinâmicas familiares que afectam a experiência de trabalho; (3) ter encarado o stress associado ao conflito trabalho-família como disfuncional ou mesmo patológico; e, (4) ter desviado a atenção dos investigadores dos efeitos de uma instituição na outra para os efeitos dos membros familiares uns nos outros, ignorando as condições políticas e sociais do macro-contexto onde a família e o trabalho se situam.

A esta elaboração do conceito de *spillover* também não terão sido indiferentes os postulados apresentados por Payton-Miyazaki e Brayfield (1976 *cit. in* Zedeck & Mosier, 1990) acerca das propriedades aditivas, das consequências alienantes e das potencialidades socializadoras do trabalho. Tais postulados traduzem, em primeiro lugar, o reconhecimento de que os sentimentos face ao trabalho são uma componente dos sentimentos em relação à vida em geral, o que significa que, conforme se revistam de carga emocional positiva ou negativa, tanto podem aumentar a satisfação com a vida como podem afectá-la negativamente e tornar-se nocivos no que se refere à própria avaliação que os indivíduos fazem de si e dos outros²⁴⁴. Em segundo lugar, enfatizam os benefícios que a experiência de trabalho pode comportar para os indivíduos ao proporcionar-lhes a aquisição de um conjunto de habilidades cognitivas e comportamentais, susceptíveis de serem transportadas e usadas nas interacções familiares²⁴⁵.

Posteriormente, o estudo qualitativo desenvolvido por Piotrkowski (1978) junto de uma pequena amostra de famílias (n=13) viria a abrir definitivamente caminho para a diferenciação das duas variantes do processo de *spillover* – o *spillover positivo* e o *spillover negativo* – ao obter evidência de que o envolvimento dos indivíduos com o trabalho e a família poderia comportar quer custos quer benefícios tanto para as famílias como para as organizações. As conclusões desse estudo revelaram, mais concretamente, que a energia e as emoções positivas que os indivíduos retiravam de um trabalho satisfatório, se reflectiam na manifestação de mais energia e disponibilidade emocional quando estavam em família e na existência de interacções mais positivas com os membros familiares (padrão de *spillover* positivo). Pelo contrário, situações de trabalho stressantes originavam maiores tensões no contexto familiar: a hostilidade, irritação e stresse sentidos pelo indivíduo em relação ao seu trabalho eram deslocados para a família implicando que a energia dos outros membros da família, em vez de ser investida no desenvolvimento de interacções positivas, fosse gasta a assistir o indivíduo na gestão das suas tensões pessoais e na restauração do seu estado emocional (padrão de *spillover* negativo). De acordo com Piotrkowski, nesta situação cabia à família ajudar o indivíduo a recuperar o fôlego que lhe permitiria regressar novamente ao trabalho. O terceiro padrão identificado pelo autor corresponde ao do défice de energia presente em casos nos quais o trabalho, sendo fisicamente exigente, emocionalmente desgastante ou monótono, esgotava a energia dos indivíduos fazendo-os distanciarem-se da vida familiar²⁴⁶.

²⁴⁴ Embora no estudo de Korman, Wittig-Berman e Lang (1981) acerca dos custos pessoais do sucesso profissional, os autores não tivessem recorrido explicitamente ao conceito de *spillover*, os resultados que alcançaram constituem uma referência importante no que se refere à dedução das consequências alienantes do trabalho. Os autores constataram que entre os profissionais de sucesso (possivelmente aqueles que investiam mais extensamente no trabalho à custa de um investimento comparável noutros domínios de vida) se observava uma certa incapacidade em valorizar e satisfazer as suas necessidades próprias bem como perdas significativas a nível dos níveis de satisfação interpessoal.

²⁴⁵ Na tentativa de sistematizar os processos envolvidos na ligação trabalho-família, Repetti (1987) viria, posteriormente, a identificar o processo de socialização como um dos processos envolvidos na ligação trabalho-família, descrevendo-o como a aplicação das competências e valores aprendidos num domínio no qual são adaptativas e funcionais num outro domínio onde não seria garantida a sua funcionalidade. O autor acrescentava ao processo de socialização, o mecanismo de conflito e o processo de generalização dos efeitos dos stressores profissionais, com a tónica a aparecer colocada nas consequências negativas mais do que nas positivas.

²⁴⁶ Na sequência das ideias trazidas por esta investigação, Piotrkowski e Crits-Cristoph (1982) analisaram a relação entre diversos aspectos da actividade profissional de um grupo de mulheres e a qualidade do seu ajustamento familiar

O *spillover* reflecte, assim, dois conjuntos relativamente distintos de conceitos. Um dos conjuntos representa o *spillover* negativo entre o trabalho e a família e é, na maior parte das vezes caracterizado por diversos tipos de conflito ou interferência trabalho-família (Greenhaus & Beutell, 1985; Small & Riley, 1990). A co-ocorrência de acontecimentos negativos no mesmo dia em múltiplos domínios (Bolger, DeLongis, Kessler & Wethington, 1989) assim como a transmissão de atitudes ou de humores de um domínio para outro (Bolger *et al.*, 1989; Repetti, 1994; Repetti & Wood, 1997; Williams & Alliger, 1994) ou de uma pessoa para outra (Almeida *et al.*, 1999; Repetti, 1989) têm sido vistas como formas de *spillover* negativo. A outra vertente, conceptualizada mais recentemente, representa o *spillover* positivo entre a família e o trabalho e inclui constructos como o incremento de recursos (*e.g.* Kirchmeyer, 1992) e o sucesso ou equilíbrio trabalho-família (*e.g.*, Milkie & Peltola, 1999; Moen & Yu, 1999). O critério que permite distinguir estas duas formas de *spillover* é, justamente, o da qualidade dos resultados que lhe estão associados, ou seja, as consequências positivas ou negativas que advêm do efeito que as características de um domínio produzem sobre dimensões (emocionais, cognitivas e comportamentais) relevantes de outro.

A investigação indica que, apesar de diferenciadas, essas duas formas de *spillover* se encontram relacionadas entre si (*e.g.*, Grzywacz & Marks, 2000). Considera-se, deste modo, que a participação dos indivíduos em cada um dos domínios dará lugar a consequências de um ou outro tipo consoante lhes permita reforçar valores, experimentar emoções, adquirir competências ou desenvolver comportamentos que potenciem e favoreçam (*spillover* positivo) ou, pelo contrário, prejudiquem e degradem (*spillover* negativo) o seu envolvimento e desempenho no(s) domínio(s) alternativo(s) (Lambert, 1990; Zedeck & Mosier, 1990).

4.1.4.1. Ambiguidades em torno do Conceito de *Spillover*

Mau grado corresponder a uma evolução significativa na conceptualização do processo de *spillover*, a distinção entre *spillover* positivo e negativo é, igualmente, responsável por algumas ambiguidades na investigação sobre o modo como esse mecanismo opera visto que a valência dos resultados decorrentes do processo de *spillover* (a beneficiação ou deterioriação do domínio receptor) é, frequentemente, confundida com o sinal da relação (isto é, o descritor estatístico da natureza da covariação das dimensões envolvidas no *spillover*). O que parece fazer sentido esperar relativamente ao processo de *spillover* é uma associação positiva entre duas dimensões distintas pertencentes a cada um dos domínios de tal forma que variações

tendo como referência temporal um período de dois dias. Relativamente a uma das dimensões avaliadas – o humor positivo associado ao emprego – os autores verificaram que no grupo das mulheres com actividades profissionais de nível inferior (n=40) essa dimensão aparecia significativamente associadas aos três indicadores de ajustamento usados, ou seja, a satisfação conjugal, a satisfação global com as relações familiar e o humor positivo em casa. No grupo das que possuíam actividades profissionais de nível superior (n=59) o humor positivo no emprego apenas se mostrou positivamente associado com o humor positivo em casa mas negativamente associado com a satisfação global com as relações familiares.

numa delas afectam e produzem variações na outra, independentemente do grau no qual favoreçam ou prejudiquem o desempenho do indivíduo em contexto (Edwards & Rothbard, 2000; Lambert, 1990).

Assim, embora expressões como generalização, isomorfismo, continuação, extensão e familiaridade sejam frequentemente usadas para caracterizar os resultados do *spillover* (Staines, 1980; Zedeck, 1992), importa ressaltar o que ocorre não é simplesmente um prolongamento transversal das experiências de um domínio para outro (*e.g.* o indivíduo demonstra em contexto familiar o cansaço originado pelo seu dia de trabalho) já que, ao contrário do que parecem sugerir alguns autores (Eckenrode & Gore, 1990; Near, 1984; Repetti, 1987), estas não se transferem intactas mas, tendo origem num domínio, induzem modificações nas características de funcionamento do (indivíduo no) outro (fadiga profissional e menor colaboração nas actividades domésticas, por exemplo).

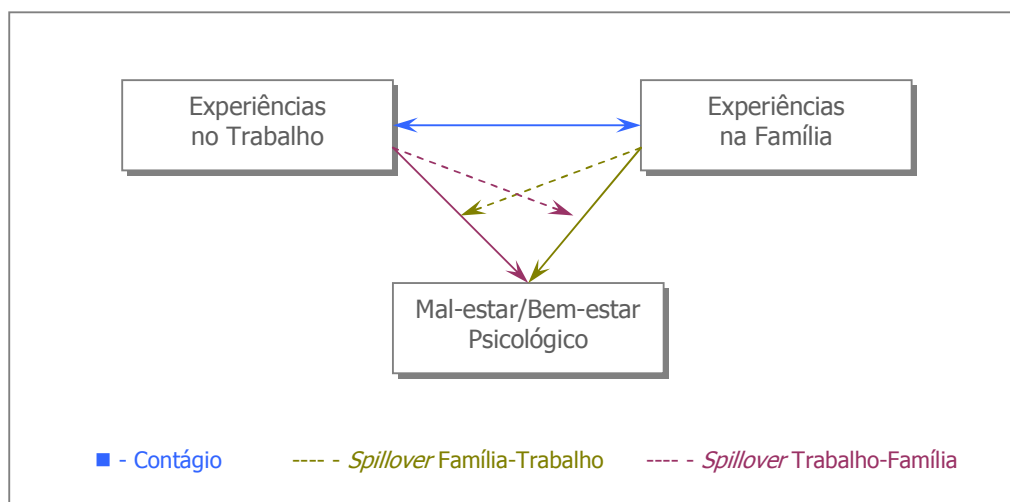
Por essa razão, alguns autores preferem fazer a distinção entre *contágio* e *spillover* (*e.g.*, Barnett, 1994; 1998; Bolger *et al.*, 1989) (*cf.* Figura 1). Neste caso, o termo *contágio* aplica-se ao processo pelo qual as experiências subjectivas associadas a um dos domínios despoletam sentimentos que são transferidos para outro domínio afectando a rotina, o ritmo e a qualidade de vida nesse outro domínio (*e.g.*, Menaghan & Parcel, 1991; 1995; Parcel & Menaghan, 1990; 1993). Admite-se, assim, que os stresses e as satisfações vividas diariamente no emprego ou na família modelam o estado emocional dos indivíduos, isto é, o seu humor no final ou no início de um dia de trabalho e que, uma vez transportado para um contexto diferente daquele em que tem origem, esse estado psicológico tem o potencial de influenciar os padrões de actividade (familiar ou profissional), as interacções e a qualidade das relações na família ou no trabalho (*e.g.*, Crouter; 1984; Crouter, Perry-Jenkins, Huston & Crawford, 1989). Neste caso, o estado psicológico dos indivíduos faz a mediação da relação entre as experiências num contexto (trabalho ou família) e as experiências no outro (família ou trabalho). Contudo, o “contágio” pode ainda ser usado para designar o processo que se desenrola no interior de unidades relacionais, isto é, a transmissão de estados emocionais entre parceiros de papel pela via de contacto interpessoal contínuo e directo (Almeida *et al.*, 1999; Barnett, Raudenbush, Brennan, Pleck & Marshall, 1995; Bolger *et al.*, 1989; White, 1999)²⁴⁷.

O *spillover*, por sua vez, diz respeito ao processo através do qual as experiências dos indivíduos num dado domínio moderam a relação entre as experiências num segundo domínio e certos efeitos a nível do bem-estar psicológico (Barnett, 1998). Um dos moderadores que tem sido investigado a este nível é a qualidade das experiências interpessoais em cada um dos

²⁴⁷ Bolger *et al.* 1989), referem-se ao *spillover* como uma forma específica de contágio das experiências de stress entre trabalho e família, identificando uma segunda forma de contágio denominada *crossover*: “Two forms of contagion are hypothesized in the literature: stress spillover, whereby a stress in either the work or home domain results in stress in other domain for the same individual (*e.g.*, an individual has an argument with his or her spouse one evening and, for that reason, has a bad day at work the following day); and stress crossover, whereby a stress experienced by an individual's spouse in the workplace leads to stress being experienced by the individual at home (*e.g.*, an individual's spouse has a bad day at work and argues with that individual later that day)” (p. 175).

contextos. A investigação mostra, por exemplo, que quando existe uma relação conjugal de qualidade, experiências profissionais negativas (caracterizadas por mais dificuldades do que gratificações) têm um menor impacto no bem-estar psicológico das mulheres (humor menos negativo e menos ansiedade) do que quando a relação conjugal é pobre. Do mesmo modo, quando o exercício do papel parental é avaliado como gratificante, experiências profissionais negativas produzem um efeito menos negativo no bem-estar de homens e de mulheres do que quando a relação pais-filhos é descrita como preocupante ou problemática (Barnett *et al.*, 1992; Barnett, 1994). As experiências vividas num dos domínios, quando positivas, actuam como factores de protecção dos indivíduos relativamente ao que, no outro, constitua para si fonte de stresse e mal-estar psicológico: “... *the picture that emerges is that of workers whose resilience or vulnerability to distress depends on the joint effects of the quality of their experiences in their work and non-work roles*”. (Barnett, 1998, p. 154).

Figura 1. Diferença entre Contágio e Spillover (adaptado de Barnett, 1998, p.150)



Neste ponto e no que toca à problematização da trajectória causal que está subjacente ao processo de *spillover*, Lambert (1990) recuperou a distinção entre as componentes objectiva *versus* subjectiva do trabalho e do não trabalho feita por Rice, Near e Hunt (1979; 1980), para diferenciar processos directos e indirectos de *spillover*. De acordo com esta especificação, o *spillover directo* ocorre quando as condições objectivas do contexto de trabalho ou familiar (o nível salarial, a natureza das funções, as condições físicas de trabalho, a dimensão da família, as condições habitacionais, etc....) afectam a vida familiar ou profissional independentemente do modo como os indivíduos experienciam subjectivamente essas condições²⁴⁸. Por sua vez, o

²⁴⁸ Lambert (1990) descreveu algumas situações em que estão bem patentes as formas de manifestação do *spillover* directo: “... *jobs requiring frequent travel may make it difficult for workers to spend time and enjoy their families. Similarly, no matter how workers feel about their families and behave at home, their household responsibilities may directly interfere with their job involvement and satisfaction. For example, even if workers derive great pleasure from family life, the day-to-day responsibilities of maintaining a home and caring for children may limit the amount of energy and time they can devote to work.*” (Lambert, 1990, p. 244).

spillover indirecto ocorre quando os efeitos produzidos num domínio (trabalho ou família) são mediados pelas reacções subjectivas dos indivíduos às condições objectivas de um outro. Lambert exemplificou, desta forma, a diferença entre os dois tipos de *spillover*:

It may be that employer supported child-care operates according to the process of spillover by directly enabling workers to better perform family responsibilities, e.g., take care of their children, and/or its effects may spill over into family life indirectly through workers's added satisfaction with a workplace which is responsible to their personal needs. (Lambert, 1990, p. 255)

Com os argumentos e exemplos lógicos que opôs ao pressuposto da mediação emocional, atitudinal e comportamental dos efeitos de *spillover* em que assentava uma boa parte dos estudos acerca deste processo, Lambert pretendeu enfatizar o interesse da testagem de modelos da relação trabalho-família que pudessem incorporar a avaliação dos dois tipos de efeitos admitindo que, embora certas características profissionais ou familiares pudessem ser mais propensas a gerar efeitos directos, outras apenas poderiam interferir na relação trabalho-família através do seu efeito nas atitudes e nos comportamentos enquanto outras poderiam, ainda, aparecer associadas aos dois tipos de efeitos. A identificação e diferenciação das trajectórias directas e indirectas do processo de *spillover* é, em todo o caso, vista como meio de aceder a pistas contextuais úteis no planeamento de intervenções que promovam a qualidade da integração dos dois domínios: "*Whether spillover is viewed as occurring directly or indirectly has important implications for defining problems with balancing work and family responsibilities, which in turn, largely determines the kinds of solutions sought.*" (Lambert, 1990, p. 246).

Na mesma linha, mas no quadro de um trabalho de reconceptualização e reespecificação teórica das relações causais existentes entre os constructos ligados ao trabalho e à família, Edwards e Rothbard (2000), propuseram um conjunto de hipóteses acerca da estrutura causal subjacente ao *spillover do humor, dos valores, das competências e dos comportamentos* que ilustram a possibilidade do mecanismo operar quer na presença quer na ausência de algum tipo de mediação. Estas dimensões focadas pelos autores (os valores, as disposições emocionais, as competências e os padrões de comportamento), correspondem, de resto, às dimensões envolvidas no processo de *spillover* que têm sido mais frequentemente estudadas (Belsky, Perry-Jenkins, & Crouter, 1985; Crouter, 1984; Crouter *et al.*, 1989; Eckenrode & Gore, 1990; Kelly & Voydanoff, 1985; Lambert, 1990; Near, 1984; Repetti, 1987; Staines, 1980; Zedeck, 1992).

No caso do *spillover* emocional, os autores definiram uma sequência causal que relaciona o estado de humor (positivo e/ou negativo) emergente num domínio com a qualidade do desempenho (melhor desempenho/pior desempenho) e das recompensas obtidas no domínio alternativo, admitindo, igualmente, a possibilidade desse processo ser mediado pelo

estado de humor geral. O *spillover* dos valores pode acontecer por via directa ou indirecta, o que significa que são dois os tipos de estruturas causais que estão em jogo: num caso a transferência dos valores ocorre por mediação dos valores gerais de vida (os que se cristalizam na sequência dos processos de socialização que se desenrolam na família e/ou no trabalho) e, no outro caso, os valores que são reforçados num domínio afectam os que os indivíduos priorizam no outro. Do ponto de vista da estrutura causal, o *spillover* de competências apresenta duas possíveis trajectórias em tudo idênticas às anteriormente descritas. Embora assinalem como mais provável a situação em que as competências se transferem entre os domínios a partir de estruturas ou esquemas gerais de acção transversais aos domínios de vida (eles próprios formados por abstracção a partir de aprendizagens realizadas em cada domínio particular), admitem igualmente a possibilidade de exportação directa das competências de um domínio para outro. O fluxo causal associado à transferência dos comportamentos segue uma lógica do mesmo tipo das anteriormente expostas para os valores e para as competências sendo possível que os comportamentos típicos de um domínio influenciem os produzidos no outro directamente (mais provável quando existem semelhanças entre os dois domínios a nível dos determinantes situacionais) ou por intermédio de hábitos ou *scripts* progressivamente internalizados.

4.1.4.2. A Experiência de *Spillover*: Dados da Investigação

Num estudo piloto acerca do *spillover* trabalho-família, mais concretamente, acerca do processo de transporte para a vida familiar de estados emocionais induzidos pela situação de trabalho, Crouter *et al.*, (1989) exploram a relação entre quatro estados psicológicos experienciados por um grupo de homens casados (n=29) no final do dia de trabalho (o stresse, a fadiga, a excitação e a depressão) e os padrões de comportamento familiar exibidos nas 24 horas subsequentes (a participação em tarefas domésticas, actividades de lazer e em interacções conjugais negativas)²⁴⁹. Comparando os participantes com valores elevados ou reduzidos relativamente a cada estado psicológico, os autores verificaram que os que apresentavam *scores* mais elevados de fadiga, de stresse e de excitação desempenhavam menos tarefas domésticas do que os que faziam parte do outro grupo de comparação. Em termos do envolvimento em actividades de lazer, os autores observaram que

²⁴⁹ Uma vez que os estados psicológicos foram avaliados quando o indivíduo já se encontrava em casa, para verificar em que medida teriam realmente origem na relação dos indivíduos com o trabalho, os autores correlacionaram os quatro estados emocionais com duas variáveis: a satisfação com o emprego e o afecto em relação à companheira – “*If we are taping work induced psychological states the states should be related to respondent's views of their jobs, but not necessarily to their global views of marriage.*” (p. 288). As análises correlacionais indicaram que os estados de humor se encontravam significativamente relacionados, em ambos os dias em que foram avaliados e na direcção esperada, com a primeira variável (*i.e.*, relação negativa com o stresse, a fadiga e a depressão e positiva com a excitação) mas não com a segunda. Através desta opção os autores procuram chamar a atenção para a importância de, nos estudos acerca do *spillover*, serem controladas certas circunstâncias que podem intervir e alterar o humor dos indivíduos antes destes entrarem em casa seja as que ocorram durante o percurso (*e.g.*, o tráfego intenso, a paragem num café) seja a simples forma como o indivíduo antecipa (positiva ou negativamente) o regresso a casa, bem como de avaliar outras variáveis que possam ou impedir a ocorrência de *spillover* (*e.g.*, o estilo de *coping* e o uso de estratégias de segmentação) ou minimizar os seus efeitos (*e.g.*, a qualidade das relações familiares).

os homens com elevados *scores* de stresse e de depressão e baixos *scores* de excitação implicavam-se menos em actividades de lazer do que os que chegavam a casa do trabalho menos stressados, menos deprimidos e mais excitados. Quanto à qualidade da interacção conjugal, as companheiras dos participantes reportaram mais interacções negativas na situação em que os participantes revelaram valores mais elevados de stresse. Os resultados evidenciaram ainda a presença de interacções conjugais mais negativas no caso de participantes mais fatigados, mais deprimidos e menos excitados embora as diferenças não se tivessem mostrado estatisticamente significativas.

Uma vez que os resultados encontrados não replicaram nos dois dias em que o estado psicológico dos participantes foi avaliado (não sendo, por isso, conclusivos quando à existência efectiva de uma relação entre o estado de humor suscitado pelo trabalho e o comportamento manifestado em casa), os autores procederam a análises de predição não paramétricas (análise da distribuição dos participantes por grupos definidos em função da intensidade do estado emocional e do grau de envolvimento comportamental avaliados). Esta estratégia de análise dos dados permitiu aos autores identificar um padrão de resultados mais claro. Desta forma, foi detectada a existência (1) de uma associação negativa entre os níveis de stresse e fadiga (mais elevados) e o envolvimento nas tarefas domésticas (mais reduzido) bem como (2) entre os níveis de stresse (mais baixos) e os de excitação (mais altos) e o envolvimento em actividades de lazer (superior) e, ainda, (3) uma relação positiva entre os níveis de stresse e o registo de interacções conjugais negativas.

Num estudo sobre o contágio de stresse, Bolger *et al.*, (1989), recolheram, ao longo de seis semanas, dados diários sobre os níveis de sobrecarga e a quantidade de problemas interpessoais (discussões com o cônjuge, com os filhos, e com pessoas do contexto de trabalho) vividos pelo elemento feminino e pelo elemento masculino de casais de duplo-emprego tendo em vista a análise da prevalência do contágio em termos de direcção (explorando a prioridade causal entre o stresse laboral e o stresse familiar) bem como a testagem de diferenças de género a nível da permeabilidade de cada domínio.

Para além de terem verificado que a sobrecarga correspondia ao tipo de stresse mais representativo da experiência de homens e de mulheres no trabalho e na família, os autores ainda observaram que, no caso dos homens, a sobrecarga aparecia mais associada ao trabalho do que ao domínio familiar ao passo que, no grupo das mulheres, a sua frequência se mostrava idêntica nos dois contextos. As diferenças de género emergiram, portanto, a nível da sobrecarga familiar que se mostrou prevalente no grupo das mulheres.

Quanto à direcção do contágio, ao contrário dos padrões geralmente descritos, o *spillover* família-trabalho revelou-se significativamente mais elevado no grupo dos homens do que no das mulheres. Em todas as subamostras analisadas (definidas em função do nível profissional e do número de horas de trabalho doméstico e não doméstico, por exemplo) as mulheres mostraram-se persistentemente mais capazes de escapar ao efeito de contágio do que os homens (apesar de terem a seu cargo uma parte desproporcionalmente maior do

trabalho doméstico), um resultado que, de acordo com os autores, não será indiferente à socialização diferencial de homens e de mulheres e, por conseguinte, à menor preparação dos homens para dominar o stress que está associado à vida familiar.

É ainda de assinalar o facto dos efeitos de *spillover* família-trabalho se terem mostrado bastante específicos, ou seja, a sobrecarga familiar conduziu a sobrecarga no trabalho, as discussões conjugais a discussões laborais e as discussões com os filhos a sobrecarga e discussões no trabalho. O contágio da sobrecarga seria explicável pelo elevado consumo de tempo e de energia no contexto familiar que tornaria deficitários os recursos necessários à satisfação das exigências laborais. Já a generalização das discussões teria na base factores de natureza psicológica: *"it could be due to arousal creating a predisposition to subsequent interpersonal conflict at work or to the recent experience of interpersonal conflict in another domain creating disinhibition and cognitive priming effects."* (p. 179).

O contágio de stress na direcção trabalho-família, ocorria em ambos os grupos de género mas os resultados mostraram-se menos consistentes do que na direcção contrária relativamente aos homens. Os tipos de contágio que se mostraram mais evidentes envolviam uma maior probabilidade de discussão conjugal em dias marcados por alguma discussão no trabalho bem como uma relação, de magnitude praticamente igual à primeira, entre a ocorrência de uma discussão no trabalho por parte do elemento feminino do casal e a referência a uma discussão com a companheira por parte do elemento masculino desse mesmo casal. Esta segunda forma de contágio ("*crossover*") não se verifica na situação de género inversa, o que os autores explicam pela existência de possíveis viéses nas percepções selectivamente manifestadas por cada parceiro (as mulheres poderiam estar a negar a existência de discussões conjugais e os homens a tentar induzir a ideia de que a companheira seria implicativa).

O terceiro padrão de contágio trabalho-família encontrado caracterizou-se pela presença de uma associação negativa entre a frequência de sentimentos de sobrecarga laboral e o stress familiar experimentado subsequentemente. O processo de compensação foi apontado pelos autores como uma pista para a compreensão deste resultado: os indivíduos procurariam controlar a sua exposição ao stress no contexto familiar (reduzindo o seu envolvimento em situações familiares potencialmente stressantes, isto é, adiando ou delegando nos outros o cumprimento das responsabilidades deste domínio, por exemplo) como forma de compensar o stress que teriam experienciado no trabalho. Tendo detectado uma relação positiva entre a sobrecarga do cônjuge no trabalho e a sobrecarga familiar do respondente mais forte no grupo das mulheres do que no dos homens, a leitura que os autores fizeram deste resultado foi a de que seria mais provável as mulheres intensificarem o seu trabalho em casa para compensarem a diminuição do esforço do companheiro quando estes últimos tinham dias de maior azáfama no emprego. Os autores concluíram que, na investigação das formas de *coping* com o contágio da sobrecarga do trabalho para a família, a díade conjugal se mostraria a unidade de análise mais apropriada, dado terem constatado que os elementos femininos do casal tendem a

funcionar como “...*buffers for their husbands, protecting them from the excessive accumulation of role demands.*” (p. 181). Este comportamento das mulheres foi encarado como a expressão de um mecanismo de compensação que seria uma das vertentes do processo mais geral de dar e receber apoio observável no casal.

Grzywacz, Almeida e McDonald (2002) examinaram a distribuição do *spillover* positivo e do *spillover* negativo trabalho-família e família-trabalho em duas amostras representativas da população de trabalhadores americanos privilegiando na análise da experiência dos sujeitos, critérios de natureza temporal (*i.e.*, o seu nível de desenvolvimento ontogénico) e contextual (a posição assumida pelos sujeitos na estrutura social). Simultaneamente, exploraram a existência de diferenças em função de um conjunto de características sociodemográficas susceptíveis de condicionar a dinâmica trabalho-família como o tipo de actividade profissional, o número de horas semanais de trabalho, o estado civil e o estatuto parental (presença de filhos e respectivas idades) dos participantes.

Independentemente das características da estrutura familiar e da ocupação profissional, os autores verificaram que indivíduos com idade mais avançada experienciavam mais *spillover* positivo na direcção trabalho-família, observando ainda que a relação entre a idade e o *spillover* negativo apresentava uma forma curvilínea em ambas as direcções de *spillover*. Embora a experiência de *spillover* permanecesse relativamente estável no período da juventude e da meia-idade, o *spillover* negativo tendia a sofrer um declínio ao longo da meia-idade e durante a adultez tardia: na direcção trabalho-família, o nível de *spillover* mostra-se, em média, mais reduzido entre os 65 e os 74 anos do que em qualquer um dos outros grupos etários (excepto no grupo entre os 55 e os 64); na direcção inversa, indivíduos entre os 55 e os 74 registavam menos *spillover* negativo do que indivíduos entre os 25 e os 44 anos.

Os níveis mais elevados de *spillover* positivo associados a indivíduos com mais idade foram vistos pelos autores como estando em consonância a ideia de que o acumular de experiências e de saberes no mundo do trabalho melhoraria a qualidade do ajustamento trabalho-família²⁵⁰ numa dinâmica que, de acordo com outras investigações, se aperfeiçoaria ao longo do tempo em resultado das decisões que os indivíduos tomam juntamente com os membros da sua família para maximizar a integração dos dois domínios (Han & Moen, 1999). Estes mesmos argumentos foram usados para explicar que a trajectória desenvolvimental do *spillover* negativo se mostrasse estável e só começasse a decrescer a partir da meia-idade. A ausência de diferenças na experiência de *spillover* negativo entre os adultos mais jovens e os que se encontram na meia-idade surgiu, aos autores, como uma evidência de que a presença na família de filhos pequenos não seria um factor suficiente na determinação dos níveis de *spillover* negativo. Ainda que o estudo não tivesse deixado dúvidas quanto ao facto de cada

²⁵⁰ Para além de poder reflectir a ocorrência de mudanças de desenvolvimento que se mostram favoráveis a uma integração mais eficiente dos dois domínios, os autores não excluíram a possibilidade deste resultado traduzir um efeito de sobrevivência na sequência do qual os adultos que experimentaríamos maiores dificuldades na gestão das exigências familiares e laborais se auto-excluíam do mercado de trabalho (o que também poderia explicar o menor *spillover* negativo registado por pessoas com mais idade).

geração de trabalhadores se confrontar com circunstâncias específicas que podiam dificultar o ajustamento trabalho-família, os seus resultados devem, contudo, ser apreciados com prudência dado que, na ausência de uma análise longitudinal, não pode ser descartada a possibilidade das associações encontradas entre a idade e o *spillover* negativo trabalho-família ficar a dever-se a efeitos de corte ou de época mais do que a efeitos de idade (Grzywacz, Almeida & McDonald, 2002).

Relativamente ao lugar ocupado pelos participantes na estrutura social, os autores apenas encontraram apoio parcial para a hipótese de que as mulheres, os negros, os indivíduos menos escolarizados e com menores salários registariam os níveis mais elevados de *spillover* negativo (nas duas direcções), a maior prevalência de situações de co-ocorrência de stressores no trabalho e na família (avaliado numa base diária) e os níveis mais baixos de *spillover* (nas duas direcções). Assim, por exemplo, as mulheres apresentaram níveis de *spillover* negativo superiores aos dos homens em ambas as direcções mas, ao contrário do esperado, não foram detectadas diferenças de género em termos da co-ocorrência de stress nos dois domínios nem níveis de *spillover* positivo trabalho-família superiores no caso dos homens (é no grupo das mulheres que eles se mostram superiores). Também os indivíduos com menos habilitações escolares foram os que apresentaram níveis de *spillover* negativo mais reduzidos (e não os que possuem mais escolaridade). Aqueles que se situavam no terceiro quartil salarial revelaram níveis de *spillover* positivo trabalho-família inferiores aos dos participantes que auferiam os salários mais elevados, resultado que se mostrou um pouco mais de acordo com a hipótese inicial do que os anteriores. Apesar da hipótese inicial não ter sido inteiramente confirmada os resultados obtidos reforçaram, segundo os autores, a convicção de que o contexto social contribui para os significados que os indivíduos atribuem às suas experiências no trabalho e na família bem como às suas percepções de *spillover*.

Quanto ao estatuto parental, os autores verificaram que participantes com filhos menores de seis anos e entre os seis e os 18 anos registam níveis de *spillover* negativo na direcção família-trabalho superiores aos de participantes sem filhos, que revelaram, por outro lado, menos *spillover* positivo família-trabalho do que os que tinham filhos com idades no intervalo 6-18 anos. Os participantes divorciados apresentaram mais *spillover* negativo família-trabalho do que os casados mas eram estes últimos quem, comparativamente aos que presentemente se encontravam sem companheiro/a (solteiros, separados, divorciados, viúvos), os que reportavam mais *spillover* positivo nessa mesma direcção.

Os que possuíam actividades profissionais de nível superior (gerentes e profissões intelectuais) registaram níveis mais elevados de *spillover* negativo trabalho-família do que aqueles que trabalhavam no sector dos serviços. Estes registaram mais *spillover* positivo trabalho-família do que os que trabalhavam em áreas administrativas e os que eram operários mas menos *spillover* positivo nessa direcção do que os que tinham actividades profissionais no domínio das pescas, agricultura e floresta.

Os autores consideraram ainda interessante que a população sobre a qual a maior parte da investigação e dos programas de intervenção até então incidiam (*i.e.*, indivíduos com elevada escolaridade, com filhos e com profissões de nível superior) fosse a que, no estudo, revelou os níveis mais negativos de *spillover* trabalho-família apesar de não ter sido a que, simultaneamente, registou a maior prevalência de stresse familiar e laboral. Os autores avançaram uma interpretação curiosa que aponta para uma das limitações da maior parte dos trabalhos (de investigação e de intervenção) desenvolvidos no domínio da interface trabalho-família, ou seja, a excessiva ênfase no *spillover* negativo e a desatenção ao *spillover* positivo:

Perhaps the attention given to work-family issues over the past several years has created a social and cultural context that encourages certain workers to be more critical of and sensitive to their own abilities and the environmental pressures when attaching meaning to work and family experiences. (p. 34)

4.1.5. O Conflito Trabalho-Família

Uma vez que a noção de conflito remete para a existência de efeitos adversos resultantes da participação ou envolvimento num dado papel a nível da participação ou envolvimento num outro, o conflito trabalho-família é, por vezes, visto como uma forma particular de *spillover* negativo (*e.g.*, Grywacz, Almeida, McDonald, 2002; Edwards & Rothbard, 2000). Na base do interesse pela exploração do conflito trabalho-família encontra-se a perspectiva de que o trabalho absorve aos indivíduos uma quantidade substancial de recursos físicos, intelectuais e emocionais que, como tal, ficam indisponíveis para a satisfação das obrigações familiares, predispondo os indivíduos à experiência de tensão ou conflito interpapéis (Greenhaus & Beutell, 1985).

A popularidade desta perspectiva reside, justamente, na hipótese da escassez de recursos, isto é, na ideia de que os indivíduos dispõem de uma quantidade limitada, finita, de tempo e de energia para investir nos vários papéis em que participam. Trata-se de uma hipótese à qual alguns autores contrapõem uma visão expansionista perspectivando a importância subjectivamente atribuída aos papéis enquanto factor aditivo, isto é, enquanto factor responsável pela exponenciação da quantidade e/ou disponibilidade desses recursos (*e.g.*, Marks, 1977; 1979) e, por conseguinte, enquanto variável moderadora da relação entre a experiência de conflito e o bem-estar ou a qualidade de vida dos indivíduos (*e.g.*, Frone, Russell & Cooper, 1995; Greenhaus, Collins & Shaw, 2003; Greenhaus, Parasuraman & Collins 2001; Noor, 2004).

4.1.5.1. A Temporalidade do Conflito

Em termos da sua expressão temporal, o conflito ou *spillover* negativo é visto por alguns autores como um fenómeno episódico que ocorre em situações ou ocasiões específicas, como aquelas nas quais os indivíduos têm de tomar uma decisão imediata quanto ao domínio ao qual dar prioridade. Uma das contribuições para esta perspectiva situacional do conflito enquanto fenómeno diário e contingente é a de MacEwen e Barling (1994) para quem a variabilidade é uma propriedade que descreve melhor a experiência de conflito do que a estabilidade. De acordo com estes autores, o conflito interpapel, bem como as consequências que produz, devem ser avaliados tendo como referência unidades temporais de curta extensão (preferencialmente diárias), pelo facto de poderem flutuar em reflexo de variações quotidianas na experiência imediata dos indivíduos em cada um dos domínios de vida. MacEwen e Barling (1994) ilustram como diariamente se podem alterar os cenários de incompatibilidade entre as exigências de cada papel:

For example, a sick child may interfere with a parent's business meeting on one day but on the next day, when the child is better and it is weekend, there may be no competition between work and family demands. The need to work overtime may interfere with a planned family activity one night but the following night, when there is no overtime, the parent may experience no interference between work and family plans. (p. 245)

Todavia, a forma de conflito mais frequentemente estudada e descrita é aquela em que corresponde a uma percepção generalizada de incompatibilidade entre dois ou mais domínios de vida, percepção essa cuja estabilidade os autores consideram advir da proeminência que cada um dos domínios assume como objecto de investimento ou âncora da identidade individual (*e.g.*, Cinamon & Rich, 2002b; Marks, 1977; 1979; Thompson & Bunderson, 2001). Marks (1977; 1979), por exemplo, embora admita que certas situações de crise severa possam desencadear sobre-investimentos súbitos num dado domínio, salienta o papel que certos factores estruturais do contexto social e cultural de pertença dos indivíduos assumem no reforço e consolidação do modo de organização do sistema individual de investimentos que condiciona a experiência de conflito. As percepções de conflito dependem, de acordo com este ponto de vista, da frequência com que o indivíduo se veja confrontado com essa incompatibilidade e da importância psicológica do domínio que foi negativamente afectado pela interferência de outro (Cinamon & Rich, 2002b).

Esta concepção do conflito enquanto vivência psicológica durável é exposta com grande clareza por Thompson e Bunderson (2001) quando descrevem o processo de generalização da percepção de conflito. Para os autores, embora a experiência de conflito possa estar episodicamente relacionada com certas situações de vida, ainda que esporádica, a vivência sucessiva de experiências de conflito é susceptível de produzir uma percepção generalizada de conflito:

Priorization of work and nonwork identities most certainly shifts on a day-to-day basis as individuals navigate the episodic pressures of their multiple roles. However...over the long run, and perhaps more important, over the range of instances wherein the two identities bump into one another, one will emerge as more central. (Thompson & Bunderson, 2001, p. 28)

Não sendo irreconciliáveis, estas duas visões acerca da temporalidade do conflito têm claras implicações em termos da abordagem empírica do constructo, nomeadamente no que se refere à sua operacionalização e avaliação. Os *designs* de investigação variam, deste ponto de vista, entre a resposta a questionários de auto-relato (*e.g.*, Small & Riley, 1990) e a recolha de dados através de medidas diárias ou de curto-prazo (*e.g.*, MacEwen & Barling, 1994; Bolger *et al.*, 1989). Uma vez que o intervalo de tempo decorrido entre o experienciar de um acontecimento e o seu relato é mais curto na segunda opção, ela é encarada por alguns autores como preferível por permitir o acesso a informação mais válida e fidedigna sobre os stressores e as estratégias pessoais de *coping* mobilizadas (Tennen, Affleck, Armeli & Carney, 2000) e por reduzir as fontes de erro de medida (Allen *et al.*, 2000). Num estudo em que utilizaram os dois tipos de metodologias, Grzywacz, Almeida e McDonald (2002), verificaram que o *spillover* negativo entre o trabalho e a família (avaliado através da resposta a um conjunto de itens) produzia, um ano mais tarde, efeitos pequenos mas significativos na incidência do stresse trabalho-família (avaliados através de entrevista semi-estruturada incidindo nas últimas 24 horas). Tal resultado pôs em evidência a validade criterial das escalas de *spillover* negativo. A modesta magnitude das associações sugeriu, de acordo com os autores, que cada uma das medidas (questionário de *spillover* e registos diários de stresse) permitia captar diferentes fenómenos: "*Perhaps the self-reported items tap the overall quality of fit between work and family, whereas the work-family stresses tap specific episodes or processes that give rise to individual's evaluations of the quality of fit.*" (p. 34). Tratava-se, afinal, de dois níveis distintos de análise das dinâmicas de comunicação e transação entre os dois domínios: uma mais centrada na microestrutura da relação trabalho-família e outra na sua estrutura mais global. O modelo inclusivo de Barnett (1998), apresentado mais adiante, é uma referência importante na compreensão de como os episódios críticos que ocorrem na vida quotidiana dos indivíduos em termos da articulação trabalho-família podem ser integrados nas percepções de *spillover* dos indivíduos.

4.1.5.2. As Formas de Conflito

Para além de aparecer descrito e analisado na literatura sob a forma de interferência, alguns autores abordam ainda o conflito trabalho-família tomando a experiência de *sobrecarga*²⁵¹ como outro dos seus indicadores (*e.g.*, Duxbury, Higgins, Lee, 1994; Higgins & Duxbury, 1994; Voydanoff & Kelly, 1984;1985). Os sentimentos de sobrecarga correspondem à percepção interna de impotência ou incapacidade de dar resposta à multiplicidade ou complexidade das exigências dos papéis em que estão envolvidos bem como à sensação de falta de tempo para investir em si próprios.

A sobrecarga caracterizaria, desta forma, as situações em que as exigências totais de tempo e energia objectivamente associadas aos vários papéis que os indivíduos acumulam, são grandes demais para que aqueles consigam desempenhar os papéis em causa de acordo com o esperado²⁵². Partindo do pressuposto que os múltiplos papéis desempenhados por pais trabalhadores são interdependentes (em termos de tempo, energia e investimento), Voydanoff e Kelly (1984; 1985) admitem a possibilidade de assincronias ou tensões entre esses papéis e referem-se explicitamente à interferência e à sobrecarga enquanto variantes do conflito trabalho-família que diferenciaram da seguinte forma:

Overload occurs when the total prescribed activities of one or more roles are greater than an individual can handle adequately or comfortably. Interference exists when responsibilities conflict - that is, the expectations are contradictory or an individual is required to do two things at the same time. (Voydanoff & Kelly, 1984, p. 881)

A caracterização de diferentes formas conflito trabalho-família da autoria de Greenhaus e Beutell (1985) foi, no entanto, a primeira a dar o tom à investigação neste domínio. A partir de uma revisão da investigação realizada entre 1958 e 1983 acerca do conflito trabalho-família e de um trabalho de sistematização das suas possíveis fontes, Greenhaus e Beutell (1985) propuseram uma tipologia com três categorias: o conflito temporal ("*time-based conflict*"); o conflito emocional ("*strain-based conflict*"); e o conflito comportamental ("*behavior-based conflict*").

O primeiro tipo de conflito identificado pelos autores ("*time-based conflict*") ocorre quando a dedicação de tempo a um papel consome tempo que seria necessário para dar resposta às exigências do outro. Este tipo de conflito pode assumir duas formas: as pressões de

²⁵¹ Ao contrário do que foi decidido relativamente ao termo "*spillover*" neste caso, como se trata de uma expressão para a qual se encontram na língua portuguesa um sinónimo com uma correspondência semântica mais inequívoca opta-se por traduzir-se a expressão "*overload*" por *sobrecarga*.

²⁵² De acordo com Gutek *et al.*, (1991) a experiência de sobrecarga precede a de interferência, podendo ou não evoluir para esta segunda forma de conflito consoante os recursos pessoais sejam canalizados pelos indivíduos para cada um dos papéis em conformidade com as expectativas de género: "*Although people may put in many hours in the workforce and in unpaid work at home so that they suffer role overload (if number of hours is considered a measure of overload), that does not necessarily translate into the experience of role-conflict, especially if the hours are expended in 'sex-appropriate' domains.*" (p.568).

tempo associadas à pertença a um contexto podem tornar fisicamente impossível o cumprimento das expectativas associadas ao outro papel; ou as pressões sentidas podem produzir uma preocupação mental com o papel mesmo quando o indivíduo está fisicamente envolvido com o outro e a tentar satisfazer as exigências que esse outro papel lhe coloca (Greenhaus & Beutell, 1985).

O conflito emocional ("*strain-based conflict*") verifica-se quando o desgaste psicológico resultante da participação num papel (*e.g.*, insatisfação, tensão, fadiga, ansiedade, irritabilidade...) afecta o desempenho do indivíduo no outro.

Por fim, o conflito comportamental ("*behavior-based conflict*") tem lugar quando o padrão comportamental especificamente associado a um papel se mostra incompatível com as expectativas quanto ao comportamento que é desejável no outro e o indivíduo não é capaz de ajustar o seu comportamento cada vez que transita de contexto, exibindo-o na sua forma primária. Desta forma, qualquer característica de um papel que afecte o envolvimento temporal, a tensão psicológica e/ou o comportamento que está associado a um outro, é susceptível de produzir conflito já que a participação num se torna difícil em virtude das exigências associadas à participação simultânea no outro (Greenhaus & Beutell, 1985). Dito de outro modo, sempre que as exigências dos papéis associados a cada um dos domínios se mostrem mutuamente incompatíveis e impeçam o indivíduo de dar uma resposta satisfatória e adequada aos requisitos de ambos, o conflito é a consequência resultante.

Na perspectiva de estimular a investigação acerca deste tópico, Greenhaus e Beutell (1985) formularam e expuseram, igualmente, um conjunto de proposições que sinalizam questões gerais acerca dos factores preditores de conflito empiricamente menos explorados. Desta forma, apresentaram as seguintes hipóteses conceptuais:

1. Para que ocorra conflito, é indispensável a presença de pressões antagónicas imanadas simultaneamente dos papéis profissionais e familiares. É necessário que essas pressões, sejam elas decorrentes das exigências dos parceiros de papel ou das expectativas pessoais do próprio indivíduo face ao desempenho do papel, se tornem intensas e concorrentes, para que o conflito seja experienciado. Tal significa que não basta admitir a interferência de um papel no outro; a emergência de conflito requer uma condição adicional que é a da existência de exigências paralelas no outro domínio. Deste modo o conflito resulta de um efeito interactivo.

2. As percepções subjectivas dos indivíduos acerca dos requisitos do papel são uma das fontes significativas das exigências ou pressões sentidas relativamente a esse papel. Tal explica-se: (1) pelo facto das crenças e valores focais dos indivíduos bem como as suas características pessoais terem um papel importante na modelação do seu comportamento de papel e, ainda, (2) pela possibilidade de existirem discrepâncias e contradições entre essas auto-percepções e as expectativas dos parceiros de papel susceptíveis de produzirem algum grau de tensão

psicológica. Neste último caso, na origem de conflito estaria a falta de consenso quanto aos requisitos de desempenho do papel.

3. As pressões de papel, e por conseguinte, o conflito trabalho-família são intensificadas quando ambos os papéis são salientes ou centrais para o auto-conceito dos indivíduos, donde se deduzem duas implicações: (1) o grau de saliência de um papel encontra-se positivamente relacionado com o nível de conflito experimentado; e, (2) a relação entre as pressões ambientais externas e o conflito interpapéis é moderada pelo grau de saliência de cada papel. A primeira dedução apoia-se na expectativa de que a centralidade psicológica do papel influencie a natureza das auto-percepções associadas a esse papel e, consequentemente, a motivação e a natureza do envolvimento pessoal (comportamental e emocional) do indivíduo nas actividades que nele se enquadram. A segunda predição pressupõe que a maior importância da obtenção de sucesso e recompensas por parte de indivíduos para quem um papel seja altamente saliente, funcione como factor predisponente a uma maior responsividade às exigências objectivas do ambiente e logo a um maior investimento de tempo nesse papel e uma maior sensibilidade emocional aos acontecimentos que nele ocorram²⁵³. Tal como Greenhaus e Beutell (1985) sintetizam: "*All other things equal, persons from whom work and family are both highly salient would be particularly susceptible to work-family conflict.*" (p. 83)²⁵⁴.

4. O conflito trabalho-família é mais intenso nas situações em que existam sanções especialmente negativas associadas ao incumprimento das exigências de papel e essas sanções agravem o impacto das pressões de papel. A emissão destas sanções pode resultar da violação de expectativas sociais quanto aos investimentos mais apropriados num ou ambos os papéis (o que explicaria as diferenças de género a nível da experiência de conflito) mas também podem ter origem interna apresentando-se, neste caso, sob a forma de reacções emocionais negativas (*e.g.*, culpa).

5. A direcionalidade do conflito trabalho-família apenas pode ser inferida a partir da resposta dos indivíduos à situação de incompatibilidade mútua das exigências dos dois papéis.

²⁵³ Parecendo intimamente ligados a esta segunda implicação, mas expostos pelos autores de modo independente desta proposição, estão dois outros pressupostos que têm em comum a referência a questões vocacionais específicas. O primeiro remete para um acréscimo dos níveis de pressão (e, por conseguinte, de conflito) associado a situações de maior ambição em termos de sucesso profissional (seja ele decorrente de exigências externas em termos de uma maior dedicação de tempo ao trabalho seja fruto de rigidez a nível da adesão a certas normas comportamentais auto ou hetero definidas). O segundo relaciona a intensidade da experiência de conflito com o estágio de desenvolvimento vocacional em que os indivíduos se encontrem, destacando as tarefas de cada estágio como fonte de variações a nível das exigências com que aqueles se deparam ao longo do ciclo de vida na gestão do duplo papel (*e.g.* a socialização profissional e a preocupação inicial com o trabalho nos primeiros estádios e a importância do não-trabalho nos estádios finais). Consistente com a suposição dos autores acerca da função moderadora da saliência psicológica do papel, ambos os factores (a procura de sucesso profissional ou a resposta à exigências desenvolvimentais) parecem, efectivamente, poder ser perspectivados seguindo a mesma lógica referida para a relação entre o conflito e as pressões externas, ou seja, a expectativa de que o seu impacto no grau de conflito pode ser exponenciado ou atenuado em função da centralidade que cada papel assume para o indivíduo.

²⁵⁴ Esta proposição de Greenhaus e Beutell mostra-se consistente com a posição assumida por Marks (1977) embora seja mais moderada do que a de este autor. Referindo-se ao caso de indivíduos altamente orientados para o trabalho, Marks sugeriu que a percepção de maiores exigências relativamente à família resultava da menor importância que o papel familiar teria para esses indivíduos comparativamente ao papel profissional.

Na avaliação da direcção do conflito deve ter-se em consideração que a percepção dos indivíduos quanto à interferência de um papel no outro depende do tipo de comportamento que os indivíduos adoptem na resolução da situação de conflito e, mais concretamente, do papel que, nesse processo, seja priorizado ou sacrificado. Greenhaus e Beutell (1985) exemplificam:

A person who responds to simultaneous role pressures by devoting more time to work at the expense of family is likely to perceive that work interfered with the family. Had the response to the conflict been different (e.g., attending a family picnic rather a Saturday morning working meeting), the person would be more likely to attribute the conflict to the family domain. (p. 84)

Uma vez que a atribuição do conflito a uma das fontes é determinada pelo próprio modo como os indivíduos gerem o processo de resposta às exigências conflituais, torna-se razoável esperar que a experiência de conflito produza diferentes consequências em função da estratégia privilegiada pelos indivíduos. Paralelamente, e uma vez que por exigência da conformidade a expectativas sociais, homens e mulheres tenderão a lidar de diferentes formas com as pressões do duplo-papel, a direcção do conflito poderá igualmente variar em função do género.

6. A questão da atribuição causal do conflito leva ainda os autores a avançarem com uma proposição complementar da anterior. A nova predição refere a possibilidade de existirem percepções de causalidade diferenciadas consoante o sujeito que as produz seja a própria pessoa que experiencia o conflito ou alguém pertencente a qualquer um dos domínios envolvidos no conflito interpapel. Face à impossibilidade de, tal como o primeiro, se aperceberem das variáveis situacionais que desencadeiam o conflito, estas últimas figuras tenderão a atribuir o comportamento do indivíduo a disposições internas e a situá-lo especificamente no domínio em que têm oportunidade de o observar.

7. Assim, e uma vez que as tentativas dos indivíduos para explicar desempenhos pobres num domínio (trabalho/família) em função de variáveis externas a esse domínio (família/trabalho) poderão ser encaradas com algum grau de cepticismo, facilmente se antecipa que este se torne um factor de agudização do conflito trabalho-família, sobretudo tendo em conta a importância de que se reveste o apoio de outros significativos. Este apoio é fundamental tanto no amortecimento das consequências da experiência de conflito a nível do bem-estar psicológico (a disponibilidade de apoio modera a relação entre o grau de conflito e os sintomas de stress) como na facilitação de meios que favoreçam a compatibilização dos dois papéis (as figuras significativas podem agir no sentido de aliviar as pressões associadas a um papel, seja diminuindo as exigências temporais ou outros tipos de exigência que sejam fonte de desgaste emocional, seja revelando expectativas mais flexíveis quanto ao comportamento de papel). É em torno desta questão do apoio – “*Who gives what, to whom regarding which*

problems?” (House, 1981 *cit. in* Grennhaus & Beutell, 1985) – que se consubstancia a última das proposições apresentadas pelos autores.

4.1.5.3. Críticas ao Modelo de Conflito de Greenhaus e Beutell (1985)

Apesar das limitações que actualmente lhe são reconhecidas, face à inexistência de um quadro conceptual mais robusto, o modelo de Greenhaus e Beutell (1985), assumiu-se como um esquema compreensivo precursor de uma boa parte dos trabalhos de investigação subsequentemente realizados acerca deste tema (*e.g.* Kinnunen & Mauno, 1998; Loerch, Russell & Rush; 1989; Parasuraman & Simmers, 2001; Wallace, 1999). Não obstante representar um valioso esforço de conceptualização do constructo conflito, a proposta destes autores foi discutida por Edwards e Rothbard (2000) que, detectando problemas de especificação na descrição dos tipos de conflito, procuraram demonstrar a sua redundância em relação a outros mecanismos de ligação trabalho-família descritos na literatura. É partindo dessas sobreposições que os autores apresentaram uma proposta de remodelação conceptual da teoria do conflito de Greenhaus e Beutell (1985).

Relativamente ao conflito de tempo (“*time-based conflict*”), Edwards e Rothbard (2000), consideram que o seu âmbito se confunde com o de canalização de recursos já que, tal como este último, pressupõe um processo de deslocação de tempo ou atenção. Deste processo de (re) alocação de recursos pessoais resultam benefícios para o desempenho do indivíduo no papel receptor mas prejuízos a nível do desempenho no papel ao qual os recursos são subtraídos. Deste ponto de vista, conflito parece poder ser pensado menos como um processo e mais como um resultado ou, mais propriamente, como o sintoma de problemas a nível do sistema de canalização de recursos pessoais (Edwards & Rothbard, 2000)²⁵⁵: desequilíbrios na gestão destes recursos que provoquem discrepâncias entre o padrão da sua distribuição contingente pelos papéis e o requerido pelas normas próprias de desempenho de papel criam condições favoráveis ao surgimento de conflito.

No caso, do conflito emocional (“*strain-based conflict*”) Edwards e Rothbard (2000) comentam que, na falta de uma explicação mais clara para a existência de incompatibilidade, a descrição deste tipo de conflito sugere a operação de um processo de *spillover* através do qual a tensão psicológica originada num dos domínios interfere no outro directamente (a tensão vivida num domínio afecta directamente as capacidades indispensáveis à satisfação das exigências do outro) ou através do seu efeito no bem-estar global (a existência de disrupções a nível do desempenho do indivíduo num domínio seria, desta forma, causada pela exaustão ou redução de recursos decorrente da sua participação num outro).

²⁵⁵ A canalização de recursos refere-se ao mecanismo de deslocação ou transferência discricionária de recursos pessoais finitos tal como tempo, atenção e energia de um domínio para o outro. Embora semelhante ao mecanismo de compensação quando este envolve a permuta de tempo ou atenção entre domínios, distingue-se dele no que se refere ao motivo de base (não terá de haver insatisfação com um domínio) bem como à natureza dos recursos que são movimentados (não estão incluídas no processo variáveis psicológicas como a importância atribuída ao domínio, por exemplo) (Edwards & Rothbard, 2000).

Quanto ao conflito comportamental ("*behavior-based conflict*"), Edwards e Rothbard (2000) referem, que o processo que o caracteriza se aproxima, igualmente, de uma forma particular de *spillover* (ou seja, a transferência de um comportamento típico de um domínio para o outro) na qual o comportamento transferido produz um efeito inibidor a nível do desempenho do segundo papel²⁵⁶.

4.1.5.4. A Direccionalidade do Conflito

Conceptualizado, inicialmente, como um constructo unidimensional (*e.g.*, Cooke & Rosseau, 1984; Kopelman, Greenhaus & Connolly, 1983), durante os anos 90 a maior parte dos trabalhos de investigação sobre o conflito trabalho-família reconhece a existência de duas facetas distintas do constructo mais geral – conflito trabalho-família e conflito família-trabalho – que traduzem o pressuposto da sua bidireccionalidade (Duxbury, Higgins & Lee, 1994; Frone, Russell & Cooper, 1992a; Frone, Russell & Cooper, 1992b; Kelloway, Gottlieb & Barham, 1999; Williams & Alliger, 1994): "...because work-family conflict reflects the goodness of fit between work and family life, it may function as a critical intervening pathway through which conditions at work affect the quality of family life and vice-versa." (Frone *et al.*, 1992a, p.65). O primeiro tipo de conflito (família-trabalho) ocorre quando as responsabilidades inerentes aos papéis familiares perturbam o desempenho dos indivíduos no trabalho; o segundo tipo de conflito (trabalho-família) verifica-se quando as actividades profissionais dos indivíduos impedem ou dificultam o adequado cumprimento das obrigações familiares (Duxbury *et al.*, 1994; Gutek, Searle & Klepa, 1991; Kinnunen & Mauno, 1998; MacEwen & Barling, 1994). De um modo geral, a investigação confirma que apesar de fortemente correlacionadas, estas duas dimensões de conflito correspondem a constructos conceptual e empiricamente diferenciados (*e.g.*, Duxbury *et al.*, 1994; Frone *et al.*, 1992).

A este nível merece destaque a noção de *permeabilidade assimétrica* introduzida por Pleck (1977). Apesar de ter surgido numa fase muito inicial do desenvolvimento de estudos nesta área, são inúmeros os investigadores que, ainda hoje, analisam ou interpretam a experiência de conflito recorrendo à hipótese de permeabilidade assimétrica (*e.g.*, Aryee, Srinivas & Tan, 2005; Cinamon & Rich, 2002b; Duxbury & Higgins, 1991; Frone *et al.*, 1992a; Gutek *et al.*, 1991; Parasuraman & Simmers, 2001). Trata-se da expressão escolhida pelo autor para designar a propriedade das fronteiras de cada um dos dois domínios, que explicaria a

²⁵⁶ Como veremos mais adiante, a propósito do modelo da fenomenologia do tempo, também Thompson e Bunderson (2001) teorizaram acerca do conflito entre trabalho e o não trabalho considerando o *spillover* e a compensação como duas formas específicas de conflito que podem ser descritas tendo em conta o domínio no qual os indivíduos fazem a ancoragem da sua identidade pessoal bem como a extensão na qual o modo como ocupam o tempo em cada um dos domínios promove a afirmação *versus* discrepância da sua identidade. Do mesmo modo, Cinamon e Rich (2002b) referiram-se ao *spillover* positivo entre o trabalho e a família como um resultado das soluções criativas que os indivíduos engendram para as situações de conflito. Kossek *et al.*, (1999) descreveram o *spillover* como o processo que provoca o conflito trabalho-família ao tornar as exigências dos papéis competitivas e incompatíveis: "*Work and family roles are generally seen as in contention with each other – if one allocates more to enacting the family role, s/he should give less to the work role; otherwise role conflict due to spillover from heightened and different role pressures occurs.*" (p. 105).

maior prevalência de um tipo de conflito comparativamente a outro, ou seja, que estaria na origem de diferenças na probabilidade de ocorrência de interferência do trabalho na família ou da família no trabalho. Com efeito, na base da ideia de permeabilidade assimétrica está a perspectiva segundo a qual a intrusão das exigências relativas a um dos domínios no outro ocorre com uma frequência desigual em cada um dos domínios sendo a permeabilidade avaliada relativamente à fronteira do domínio que sofre a intrusão.

Adicionalmente, Pleck (1977) propôs a presença de diferenças no padrão de assimetria consistentes com a tradicional distribuição dos papéis de género, tendo formulado duas hipóteses quanto à permeabilidade relativa do trabalho e da família que enunciam uma maior permeabilidade da fronteira profissional no caso das mulheres (as responsabilidades familiares afectariam mais o papel profissional do que o inverso) e da fronteira familiar no caso dos homens (as responsabilidades profissionais invadiriam mais o espaço familiar do que o contrário não só dado o maior envolvimento dos homens com o trabalho mas também tendo em conta a maior probabilidade de usarem o tempo em família para recuperarem do stress associado à vida profissional).

4.1.5.5. Conflito e Permeabilidade Assimétrica: Dados da Investigação

Apresenta-se de seguida, seguindo uma ordem cronológica, um conjunto de trabalhos de investigação cujo objecto de estudo é o conflito trabalho-família. Trata-se de estudos que exploram empiricamente o processo de conflito de uma forma que permite extrair pistas relevantes relativamente ao comportamento das variáveis contempladas na presente investigação uma vez que estão centrados na análise dos seus factores antecedentes e consequentes, proximais e distais (incluindo a avaliação de aspectos relativos ao investimento e indicadores de bem-estar individual e familiar), à sua direcionalidade e sua relação com o género.

Small e Riley (1990) procuraram clarificar três dos processos através dos quais o trabalho poderia afectar outros domínios de vida dos indivíduos e, ao mesmo tempo, avaliar a probabilidade com que quatro contextos de desempenho de papel particulares (a relação pais-filhos, a relação conjugal, o envolvimento no lazer e a satisfação das responsabilidades domésticas) poderiam ser afectados por esse fenómeno de conflito²⁵⁷. Adicionalmente, procuraram determinar em que medida o conflito afectaria selectiva e diferencialmente cada um desses contextos ou actuaria de forma difusa atingindo, de igual modo, todos eles.

Com esse intuito, os autores desenvolveram uma medida multidimensional destinada a avaliar o conflito trabalho não-trabalho focada nos três processos específicos de ligação do trabalho aos quatro contextos específicos da vida pessoal e familiar dos indivíduos. O primeiro processo explorado pelos autores envolvia a quantidade de tempo que o indivíduo passava a

²⁵⁷ Os autores optaram pelo uso da expressão “*spillover*” mas os processos de *spillover* que identificam são em tudo idênticos aos tipos de conflito descritos por Greenhaus e Beutell (1985).

trabalhar (e, portanto, se encontrava distante de casa), enquanto processo que operaria no sentido de reduzir o tempo disponível para outros papéis (conflito de tempo). A absorção psicológica ou a preocupação mental do indivíduo com o trabalho mesmo quando não se encontrava a trabalhar correspondia à outra forma de conflito (conflito psicológico). O terceiro processo dizia respeito ao efeito de fadiga associado aos desafios físicos e psicológicos que o trabalho colocava ao indivíduo e que poderia deixá-lo desprovido da energia necessária à prossecução de outras actividades (conflito de energia).

Os dados foram recolhidos junto de uma amostra de executivos bancários e das respectivas companheiras. Os primeiros avaliaram o grau de stresse e de conflito associado ao trabalho (através de uma medida contendo uma subescala para cada papel e três subescalas correspondentes aos três tipos de processos) e as companheiras descreveram o nível de conflito do cônjuge, a satisfação própria com a relação conjugal, a qualidade da relação dos executivos com os filhos e a satisfação com a participação do cônjuge nas tarefas domésticas.

Os resultados encontrados apontaram quer para a validade discriminante das subescalas usadas na medida dos três processos de conflito (e, portanto, para a efectiva diferenciação dessas três formas de conflito) quer para o facto do conflito afectar os quatro contextos analisados de forma idêntica e uniforme (trazendo, por conseguinte, evidência de que se tratava de um mecanismo que, em termos contextuais, actuaria de forma mais difusa que selectiva). As correlações obtidas pelos autores mostraram, ainda, a existência de associações significativas entre as várias subescalas e diversos indicadores psicológicos e familiares que, assim, atestaram a respectiva validade de constructo. Foram disso exemplo, os valores registados na correlação entre o modo como as companheiras descreveram a relação pai-filhos e os níveis de conflito na relação pais-filhos auto-relatados ($r = -0,33$) e percebidos pelas companheiras ($r = -0,68$) bem como os valores da correlação entre os níveis auto-relatados de interferência psicológica do trabalho noutros domínios de vida e os sintomas de ansiedade ($r = 0,63$).

Numa investigação em que propuseram e confrontaram duas explicações distintas para a ocorrência de conflito trabalho-família – a perspectiva racional e a perspectiva dos papéis de género – Gutek *et al.*, (1991) encontraram mais apoio para a primeira em qualquer uma das duas amostras de profissionais estudadas embora os resultados tivessem confirmado a existência de diferenças de género. De acordo com a perspectiva racional, a quantidade de conflito percebida por um indivíduo (bem como a direcção de interferência) varia em proporção directa com a quantidade de tempo que esse mesmo indivíduo dispense em actividades relacionadas com o trabalho e/ou com a família, pressupondo-se que os níveis de conflito descritos por dois indivíduos diferentes possam ser equivalentes na circunstância em que as condições objectivas de vida de ambos sejam idênticas. De igual modo, o tempo total dedicado à família e ao trabalho estará naturalmente associado a níveis superiores de sobrecarga. Desta forma, e dado que a maior parte das pessoas dedica uma quantidade mais substancial de tempo ao trabalho do que à família, os autores anteciparam que homens e mulheres

apresentariam níveis mais elevados de Conflito Trabalho-Família (CTF) do que de Conflito Família-Trabalho (CFT)²⁵⁸. Assinalaram, ainda, que quanto mais horas os indivíduos gastassem com a actividade profissional mais tenderiam a experimentar CTF e quantas mais horas as actividades familiares lhes consumissem, mais tenderiam a experimentar CFT.

A perspectiva dos papéis de género aponta, em alternativa, para a possibilidade das percepções de conflito bem como a relação entre as condições objectivas desses domínios (número de horas gastas) e o conflito percebido serem influenciadas pelo género, atendendo à existência de expectativas de papel e prescrições específicas relativamente à ênfase que homens e mulheres devem dar à família e ao trabalho. *"More specifically, gender role expectations may distort the rational view; that is, men's and women's reports of role conflict may depart from predictions made from the rational view in a manner consistent with gender role expectations."* (p. 561). Com efeito, esta perspectiva sugere que o tempo dedicado ao cumprimento de exigências de papel que não são consistentes com as normas e expectativas tradicionais de género, se encontra associado a níveis mais intensos de conflito do que o tempo gasto a satisfazer exigências de papel consistentes com esses preceitos sociais. Por derivação lógica os autores admitiram que, mesmo na situação em que homens e mulheres dedicassem à família e/ou ao trabalho um número similar de horas, o dispêndio de mais horas num domínio que tradicionalmente estivesse definido como pertencendo ao sexo oposto fosse sentido como um impedimento à dedicação ao domínio primário de género e desse origem a percepções de conflito mais intensas do que o dispêndio de mais tempo num domínio apropriado ao próprio género²⁵⁹.

Os resultados obtidos por Gutek *et al.*, (1991) revelaram que homens e mulheres descreviam níveis superiores de CTF do que de CFT (resultado concordante com a perspectiva racional) com as mulheres a registarem níveis de CTF mais elevados do que os homens mesmo trabalhando o mesmo número de horas que estes últimos, um resultado que se mostrou consistente com a perspectiva dos papéis de género. Não foram encontradas diferenças de género significativas entre homens e mulheres relativamente ao CFT. As horas dedicadas à família e ao trabalho mostraram ser preditores significativos do CFT e do CTF, respectivamente dando suporte à perspectiva racional. No caso do CTF (mas não do CFT) o género produziu um efeito principal significativo (mesmo quando controlado o efeito do número de horas na família

²⁵⁸ Gutek *et al.* (1991) formularam uma hipótese corolária da acima mencionada que enunciava a expectativa de valores mais expressivos de CTF entre os homens (por gastarem mais tempo na actividade profissional do que as mulheres) e de CFT entre as mulheres (por dispenderem mais horas em actividades familiares).

²⁵⁹ Apresentam-se as três hipóteses geradas pelos autores a partir deste ponto de vista. 1.^a Hipótese: Quando homens e mulheres gastarem um número equivalente de horas no trabalho profissional, as mulheres apresentarão níveis superiores de CTF do que os homens. Quando homens e mulheres gastarem um número equivalente de horas no trabalho familiar, os homens apresentarão níveis superiores de CFT do que as mulheres. 2.^a Hipótese: No caso dos homens, o número de horas de trabalho profissional não estará relacionado com o CTF mas o número de horas gasto no trabalho familiar estará relacionado com o CFT. 3.^a Hipótese: No caso das mulheres, o número de horas de trabalho familiar não estará relacionado com o CFT mas o número de horas gasto no trabalho profissional estará relacionado com o CTF.

e no trabalho) e mostrou interagir significativamente com o número de horas de trabalho (a relação entre o número de horas e o CTF apenas se mostrou significativa no grupo das mulheres: mais horas no trabalho traduziam-se em níveis superiores de conflito). A correlação entre o CFT e o CTF mostrou-se um pouco mais elevada no grupo dos homens. A correlação entre as horas gastas num domínio e o conflito originado nesse domínio mostrou-se mais forte no grupo das mulheres. A correlação entre as horas dispendidas na família e o CTF bem como entre as horas passadas a trabalhar e o CTF mostraram-se, de um modo geral, fracas e não significativas.

Tal como esperado pelos autores no seguimento da perspectiva racional, foi encontrada evidência de uma correspondência elevada entre as horas gastas num domínio e o conflito experienciado sob influência desse domínio. Já a expectativa de que as mulheres seriam mais indiferentes às exigências decorrentes do papel familiar e os homens às exigências do papel profissional, não foi confirmada pois embora as mulheres passassem mais horas do que os homens em actividades familiares, os níveis de CFT não se diferenciaram significativamente em função do género.

Depois de terem verificado que a experiência de conflito trabalho-família era descrita quase três vezes mais frequentemente do que a experiência de conflito família-trabalho quer por homens quer por mulheres (Frone *et al.*, 1992a, Frone *et al.*, 1992b) desenvolveram um dos primeiros estudos acerca dos antecedentes e dos consequentes do conflito trabalho-família em que a dupla direcção do conflito foi explicitamente abordada e analisada sob o pressuposto da existência de uma relação recíproca entre os dois tipos de conflito:

The rationale for this relationship is based on the assumption that if one's work-related problems and responsibilities begin to interfere with the accomplishment of one's family-related obligations, these unfulfilled family obligations may begin to interfere with the one's day-to-day functioning at work. Conversely, if one's family-related problems and responsibilities begin to interfere with the accomplishment of one's work-related obligations, these unfulfilled work obligations may begin to interfere with the one's day-to-day functioning at home. (p. 66)

Tratou-se, com efeito, do primeiro modelo no qual foi adoptada uma conceptualização bidireccional do conflito trabalho-família e também um modelo pioneiro no que se refere à definição de antecedentes e consequentes únicos para cada tipo/direcção de conflito especificamente associados a cada um dos domínios.

No seu modelo da interface trabalho-família, os autores examinaram o efeito de quatro preditores específicos (stressse profissional, stressse familiar, envolvimento profissional e envolvimento familiar) antecipando que cada preditor se relacionasse com a frequência de apenas um dos tipos de conflito em função do domínio (trabalho ou família) de referência. Desta forma, anteciparam que os preditores relativos ao contexto de trabalho apareceriam directa e positivamente relacionados com o conflito trabalho-família e que os preditores

relativos ao contexto familiar se relacionariam exclusivamente com o conflito família-trabalho. Os consequentes de conflito avaliados incluíam as reacções emocionais negativas associadas ao trabalho (tendo como preditores directos o stress profissional, o envolvimento profissional e o CFT) e as reacções emocionais negativas associadas à família (hipoteticamente produzidas pelo stress familiar, pelo envolvimento familiar e pelo CTF). Na perspectiva dos autores, os indivíduos que se esforçassem para satisfazer as exigências de um papel apesar da interferência de outro tenderiam a experimentar níveis superiores de mal-estar psicológico nesse primeiro papel. Assim, quando a vida profissional não interferisse na vida familiar, seria esperado que indivíduos que experimentassem níveis elevados de CFT apresentassem níveis superiores de stress profissional uma vez que é mais provável que se sintam *"overwhelmed by the ensuing struggle to meet their responsibilities at work and therefore experience a reduction in the quality of their work life. A parallel explanation may be offered for the hypothesized relationship between work to family conflict and family distress."* (p. 67).

Os autores esperaram, assim, relações positivas entre o stress profissional e o stress familiar e a medida de mal-estar emocional relativa a cada domínio. No caso do envolvimento com o trabalho e com a família, a hipótese avançada foi a da presença de uma relação negativa entre essas variáveis e o nível de mal-estar emocional específico do domínio a que se refere o envolvimento²⁶⁰. O fundamento desta hipótese proveio dos resultados de um estudo de Sekaran (1989) que apontavam para a existência de uma relação positiva entre o envolvimento profissional e satisfação profissional mediada pelas percepções de mestria profissional. O modelo fica completo com a avaliação de um indicador de mal-estar psicológico geral (a depressão) que os autores consideraram, directa e positivamente, afectado pelo nível de mal-estar emocional associado a cada um dos domínios ainda que explorando, igualmente, o efeito directo de cada tipo de conflito na produção de sintomatologia depressiva.

Os resultados das análises (conduzidas com recurso a técnicas de modelagem de equações estruturais) confirmaram a existência de uma relação recíproca significativa entre os dois tipos de conflito bem como a hipótese de preditores únicos para cada tipo de conflito (apenas não se mostrou significativa a relação entre o envolvimento profissional e o conflito trabalho-família). Paralelamente, e de acordo com o esperado, observou-se uma relação positiva directa entre o conflito família-trabalho e o mal-estar emocional associado ao trabalho bem como uma relação negativa directa entre o grau de envolvimento profissional e familiar e as medidas de mal-estar emocional correspondentes a cada um dos domínios. Tal como antecipado estas medidas apresentaram-se significativa e positivamente associadas com os sintomas de depressão e o modelo mostrou-se melhor ajustado sem a especificação da relação directa entre o conflito e a depressão (embora tivessem observado que essa relação apenas se mostrava significativa no caso do conflito família-trabalho). Não foram encontradas diferenças significativas de género nos índices de ajustamento do modelo mas o estatuto profissional

²⁶⁰ O envolvimento foi avaliado através de uma medida da centralidade do trabalho/família para o auto-conceito e/ou sentido de identidade.

emergiu como um factor moderador importante ao nível da relação entre o envolvimento profissional e o conflito trabalho-família (relação positiva significativa unicamente no grupo dos participantes com actividades profissionais de nível superior- “*white-collar*”) bem como da relação entre o conflito trabalho-família e o mal-estar emocional associado à família (relação positiva significativa exclusivamente no grupo dos participantes com profissões de nível inferior – “*blue-collar*”)²⁶¹. Estes resultados foram entendidos pelos autores como um reflexo das características estruturais das actividades de cada grupo profissional, vistas como mais determinantes do que o grau de envolvimento psicológico com o trabalho, no caso dos participantes com profissões de nível inferior.

O padrão único de antecedentes e consequentes encontrados neste estudo relativamente a cada tipo de conflito foi interpretado pelos autores como uma prova não só da importância de distinguir as duas direcções de conflito mas também de que o constructo conflito assumiria um papel chave na mediação dos processos de generalização do stresse, com os resultados obtidos a tornarem mais claro que o efeito de *spillover* das condições de trabalho e familiares (stresse e envolvimento) para a qualidade de vida no outro domínio se faz mais pela via do conflito (sua frequência) do que directamente. Adicionalmente, o facto do conflito família-trabalho aparecer relacionado com a depressão, quer directa quer indirectamente (através do mal-estar associado ao trabalho), levou os autores a considerarem a hipótese dos dois tipos de conflito representarem não só uma fonte de pressão susceptível de reduzir a qualidade de vida dos indivíduos num dado domínio mas também uma ameaça ou impedimento relativamente ao acesso e envolvimento em actividades que lhes permitiriam construir e manter a sua própria identidade. Com efeito, alguns indivíduos poderiam mostrar-se relutantes em aceitar uma responsabilidade mais directa pelo que se passa no seu papel profissional como forma de garantir que esse papel não interferiria na vida familiar. Por outro lado, uma vez que existe a expectativa de que sejam capazes de gerir a sua vida familiar sem que esta interfira no seu trabalho, a experiência de conflito, quando frequente, poderia levar outros indivíduos a convencerem-se que a sua dificuldade em construir e manter uma imagem positiva de si próprios no trabalho, dever-se-ia à sua falta de habilidade para organizar adequadamente a sua vida familiar. O conflito família-trabalho é, desta forma, perspectivado pelos autores como uma eventual ameaça à construção pelo indivíduo de uma imagem mais favorável de si próprio no trabalho, com possíveis implicações directas a nível do seu sentimento de bem-estar geral. Os indivíduos cujo sentido de mestria ou auto-eficácia tenderia a ficar menos afectado pela experiência de conflito seriam aqueles que atribuem às organizações a responsabilidade pela ocorrência desse conflito.

²⁶¹ Ambos os tipos de conflito se mostraram positivamente relacionados com uma consequência específica relativa a um domínio: o conflito família-trabalho com o mal-estar emocional no trabalho e o conflito trabalho-família com o mal-estar emocional na família (ainda que este último resultado apenas tivesse sido encontrado na categoria de participantes com actividades profissionais de nível inferior). Trata-se de um resultado que, de acordo com Frone *et al.* (1992b), sugere que se as exigências e responsabilidades associadas a um domínio interferirem frequentemente com o desempenho de um segundo papel, a qualidade de vida associada a esse segundo papel pode perigar.

Higgins e Duxbury (1994) procuraram verificar em que medida variações nas exigências associadas ao papel parental e de trabalhador ao longo dos diferentes estádios do ciclo de vida (nomeadamente, as que resultam da chegada de filhos e da maior ou menor dependência destes) se repercutiam em três subcomponentes do conflito trabalho-família: a sobrecarga de papel, a interferência trabalho-família e a interferência família-trabalho. Apoiando-se em três modelos teóricos da relação entre o conflito e o género (a abordagem racional, a abordagem das expectativas de papel e a teoria da tensão de papel²⁶²), os autores analisaram, simultaneamente, o efeito desta última variável nas dimensões de conflito avaliadas, em cada uma das três fases do ciclo de vida especificadas em função da faixa etária dos filhos pertencentes ao agregado familiar dos participantes. Foram deste modo comparadas três grupos representativos de cada fase do ciclo de vida definida, a saber: famílias com crianças em idade pré-escolar (com menos de 6 anos); família com crianças em idade escolar (com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos); e famílias com adolescentes (filhos entre os 12 e os 19 anos de idade).

Os resultados obtidos, em particular os que se referem à ausência de diferenças de género no tempo dedicado ao acompanhamento dos filhos foram vistos pelos autores como expressão das mudanças que se começariam a esboçar no comportamento dos homens na família. O tempo dedicado pelas mulheres à vida doméstica e familiar manifestou, por seu lado, um decréscimo associado pelos autores à tendência global de diminuição do próprio número de filhos. Estas oscilações não chegaram, contudo, para corrigir a assimetria no tempo total gasto com o trabalho e a família: apesar do maior envolvimento familiar dos homens, em qualquer uma das fases do ciclo de vida, as mães despendiam, no conjunto dos dois domínios, mais tempo diário do que os pais.

Foram também elas que registaram os níveis mais elevados de sobrecarga (o que se mostrou consistente com a abordagem racional do conflito trabalho-família) inclusive no terceiro estágio explorado (famílias com filhos adolescentes), estágio no qual não se registaram diferenças de género significativas nas medidas de interferência. Nos dois primeiros estádios, as mulheres experienciaram mais interferência trabalho-família e família-trabalho do que os homens sendo que o grau de interferência se mostrou superior no caso de mães com filhos em idade pré-escolar e inferior quando os filhos atingiam a adolescência. No caso dos homens a interferência trabalho-família diminuía apenas ligeiramente de estágio para estágio.

Desta forma, se os resultados obtidos relativamente à interferência trabalho-família apoiaram a perspectiva das expectativas de papel, os resultados que diziam respeito à interferência família-trabalho não se mostraram de acordo com os pressupostos dessa abordagem. Se, por um lado, as mães experienciaram níveis superiores de interferência trabalho-família porque as expectativas socioculturais que determinam que as mulheres

²⁶² Proposta por Karasek (1979, *cit. in* Higgins & Duxbury, 1994) esta teoria enuncia que o nível de conflito percebido por um indivíduo depende da quantidade exigências que estão associadas aos papéis que desempenha e ao grau de controlo que o indivíduo tem sobre essas mesmas exigências. Desta forma, são esperados níveis superiores de conflito quando a maiores exigências se associa um baixo grau de controlo pessoal.

assumam a responsabilidade primária pelos filhos, de algum modo, colidem com as expectativas organizacionais de que as obrigações familiares fiquem em segundo plano, por outro lado, seria nesse caso esperado que, no sentido oposto, registassem menos interferência do que os homens. Contudo, aparentemente, a necessidade das mulheres se mostrarem bem sucedidas levá-las-á a preocuparem-se não só com o modo como são avaliadas enquanto (boas) mães mas também em termos da sua capacidade de trabalho. Paralelamente, uma vez que são as principais figuras responsáveis pelos filhos, é possível que, comparativamente aos homens, possuam um menor controlo sobre a distribuição do seu tempo residindo, também aí, segundo os autores, outra das fontes da interferência trabalho-família quando os filhos são mais pequenos e colocam exigências superiores e, por vezes, mais imprevistas²⁶³.

MacEwen e Barling (1994) definiram um modelo geral descritivo do impacto do conflito interpapel no comportamento dos indivíduos que engloba: (1) um conjunto de stressores (como por exemplo, o conflito interpapel); (2) um conjunto de mediadores constituídos por diferentes tipos de tensões resultantes dos stressores (nomeadamente, dificuldades cognitivas como problemas de atenção e de concentração e alterações de humor como ansiedade ou depressão) e que, supostamente, exercem efeitos específicos sobre (3) o modo como os indivíduos se comportam seja no contexto de trabalho seja em relação a membros da sua família como o cônjuge e os filhos. De acordo com os autores, uma das formas de resolver o conflito poderá ser o evitamento do envolvimento com o domínio que sofre a interferência:

... If work interferes with the family, then one would expect that the conflict would be resolved by withdrawing from the family so that the work demand could be fulfilled. On the other hand, if the perception is that the family interfered with work then the resolution of the conflict might be to withdraw from work. (p. 246)

Partindo do pressuposto da variabilidade diária da experiência de conflito interpapel e das respectivas consequências, os autores procuraram testar o modelo em termos da predição dos comportamentos conjugais diários de homens e de mulheres polícias. Nesta amostra MacEwen e Barling (1994) encontraram apoio para a hipótese de que, qualquer que fosse a direcção, o conflito actuava indirectamente sobre o comportamento dos indivíduos, tendo, igualmente, confirmado que esses comportamentos assumiam diferentes formas consoante o tipo de reacção ou resposta emocional dos indivíduos à situação de conflito. Assim, ao passo que respostas de ansiedade estavam na base de comportamentos de evitamento da interacção

²⁶³ Embora os autores tenham estudado o impacto do ciclo de vida contemplando apenas a análise das características do contexto familiar, não deixaram de comentar as implicações do adiamento da maternidade (enquanto estratégia para minimizar a ocorrência de conflito) no plano vocacional: "...this strategy may, in fact, stall the career progression of many professional women rather than advance it. The time period where these women will have dependent children at home (and hence the greatest difficulties in balancing work and family) will coincide with a period of maximum career visibility. They will have to interrupt their career at a point when they are being recognized as potential high achievers. The results presented here indicate that women may be better off having their children when they are younger, before starting their career. When children are older (i.e., 13 years of age), they can then focus on their careers with less interference." (Higgins & Duxbury, 1994, p.142).

com o cônjuge, as reacções depressivas apareceram associadas a interacções conjugais pautadas por manifestações de irritação e zanga. Cada tipo de conflito revelou o efeito esperado no que se refere ao afastamento dos indivíduos do domínio percebido como sujeito à interferência. Os autores observaram, contudo, diferenças entre homens e mulheres no padrão de resultados associado à relação entre os dois tipos de conflito e as respostas emocionais avaliadas. Na amostra feminina, tal relação revelou-se mais forte quando se tratava do conflito trabalho-família e, na amostra masculina, quando se tratava do conflito família-trabalho. Este resultado foi interpretado pelos autores como um indicador de que embora ambos os tipos de conflito possam produzir reacções emocionais adversas, o modo como se traduzem em respostas específicas depende em parte do género da pessoa que experimenta cada tipo de conflito e, por conseguinte, das normas de género associadas ao papel interferido (primário ou secundário em termos do investimento de homens e de mulheres).

Em extensão da investigação conduzida em 1992, Frone, Yardley e Markel desenvolveram, anos mais tarde (1997), um modelo ainda mais complexo da interface trabalho-família no qual procuraram tornar mais explícita a existência de relações recíprocas entre o trabalho e a vida familiar e através do qual examinaram os factores antecedentes do conflito trabalho-família introduzindo a distinção entre preditores proximais (*i.e.*, directos) e preditores distais (*i.e.*, indirectos).

Na categoria dos preditores proximais os autores incluíram o investimento de tempo (no trabalho e na família), a insatisfação com o papel (familiar e de trabalhador) e o sentimento de sobrecarga experienciado no trabalho e na família. Para além da sobrecarga influenciar de forma directa a experiência de conflito (elevados níveis de sobrecarga num papel podem gerar uma preocupação psicológica com as tarefas que o indivíduo não consegue realizar no outro porque está a tentar responder às exigências do primeiro tal como podem traduzir-se em níveis elevados de fadiga física que diminuem a sua capacidade ou motivação para satisfazer as obrigações de outro papel), os autores ainda associaram a esta última variável dois potenciais efeitos indirectos relacionados com a possibilidade de se assumir como um preditor de conflito de tempo (seria esperado que quanto mais o indivíduo experimentasse sobrecarga num papel mais tempo invistisse nesse papel) e de conflito emocional (neste caso esperar-se-ia que quanto maior a sobrecarga associada a um papel mais emoções negativas lhe estivessem associadas).

A nível dos preditores distais os autores identificaram um preditor intrapapel relativamente a cada domínio – o apoio instrumental dos supervisores e dos colegas de trabalho bem como do cônjuge ou de outras figuras familiares – pressupondo que qualquer uma desses preditores situacionais influenciase o nível de conflito indirectamente através da relação negativa que mantêm com a insatisfação, o investimento de tempo e a sobrecarga. Para além disso, cada uma das direcções de conflito foi incluída no plano de investigação como preditor das variações da outra. De acordo com os autores, a qualidade de vida associada a um papel (familiar, por exemplo) é prejudicada pela frequente inabilidade dos indivíduos para se dedicarem inteiramente a esse papel devido à interferência de outro. Assim, níveis elevados de

conflito família-trabalho reflectiriam a interferência das exigências familiares na capacidade que o indivíduo revelaria para realizar as tarefas profissionais o que teria como consequência a subida dos níveis de sobrecarga associada ao papel profissional (uma vez que aumentaria o número de tarefas a realizar por unidade de tempo).

Neste modelo, a insatisfação e a sobrecarga assumiram a condição de variáveis mediadoras. A avaliação da insatisfação é outro aspecto em relação ao qual os autores inovaram já que numa boa parte das investigações acerca do conflito trabalho-família (*e.g.*, Higgins, Duxbury & Irving, 1992; Frone *et al.*, 1992b; Rice, Frone & McFarling, 1992) a insatisfação dos indivíduos com cada um dos papéis de vida (ou o afecto negativo) era apresentada, em termos conceptuais, meramente como uma consequência e não como um preditor afectivo da própria experiência de conflito. O modelo antecipava que a insatisfação com o trabalho pudesse constituir um preditor de CTF, que a insatisfação familiar fosse uma consequência e que a insatisfação com a família constituísse um preditor de CFT do qual resultaria a insatisfação com o trabalho²⁶⁴.

No modelo anterior, Frone *et al.* (1992b) partiram da hipótese de uma relação recíproca directa entre os dois tipos de conflito que, na conceptualização dos autores, assumiam o estatuto de variáveis mediadoras entre os factores associados ao contexto de trabalho e os factores associados ao contexto familiar. No novo modelo, optaram por testar, em alternativa, a hipótese de uma relação recíproca mas indirecta, isto é, o CTF surge como uma dimensão que exerce um efeito indirecto no CFT pela via de níveis mais elevados de sobrecarga parental e de reacções emocionais negativas à experiência familiar, ocorrendo um processo paralelo no que se refere ao efeito do CFT sobre o outro tipo de conflito embora aqui, obviamente, pela via de níveis mais elevados de sobrecarga e de reacções emocionais negativas ligados à experiência de trabalho. Na perspectiva dos autores, elevados níveis de conflito trabalho-família, por exemplo, seriam susceptíveis de conduzir a percepções acrescidas de sobrecarga e a emoções mais negativas em relação à família uma vez que as exigências, as preocupações e o investimento de tempo feito pelos indivíduos no trabalho resultariam, provavelmente, numa redução da quantidade de tempo e de energia que ficaria disponível para satisfazer as exigências e dar resposta às responsabilidades familiares agravando, assim, o conflito na direcção inversa.

Uma outra novidade deste modelo em relação ao precedente diz respeito à integração, no plano das consequências do conflito trabalho-família, de uma componente comportamental, operacionalizada, no estudo dos autores, através de uma medida do desempenho na família e no trabalho, isto é, da avaliação do grau no qual os indivíduos satisfaziam as responsabilidades gerais associadas a sua actividade profissional e ao seu papel familiar. Esta variável tinha como antecedentes directos o apoio social (preditor positivo), a sobrecarga, a insatisfação e o conflito

²⁶⁴ Já agora, tratou-se de uma hipótese que foi parcialmente confirmada pelos autores (apenas não se mostrou significativa a relação entre o CTF e a insatisfação familiar).

(preditores negativos) cada um dos quais específico do domínio a que se referia o desempenho (no caso do conflito, o tipo de conflito no qual esse domínio é o que sofre a interferência).

Os resultados apontaram o apoio social como o principal preditor de sobrecarga e do tempo investido em cada papel. Apesar do apoio conjugal não se ter mostrado significativamente relacionado com a sobrecarga parental emergiu uma relação negativa significativa entre essa variável e o investimento de tempo na parentalidade. O segundo preditor mais importante identificado pelos autores foi o conflito trabalho-família tendo sido verificado que as variações na sobrecarga associada ao trabalho manifestavam directamente a influência do CFT e a sobrecarga parental acusava o efeito directo do CTF. Por sua vez, o sentimento de sobrecarga revelou-se o segundo factor mais influente no tempo investido em cada um dos domínios. De acordo com o esperado, quanto maior a sobrecarga associada a um papel maior o investimento de tempo realizado nesse mesmo papel. Todos os preditores directos dos dois tipos de conflito (insatisfação, sobrecarga e tempo investido) se mostraram significativa e positivamente relacionados com cada um. Quanto à insatisfação dos participantes os autores confirmaram tratar-se de uma variável negativamente relacionada com o apoio social e negativamente influenciada pela sobrecarga em qualquer um dos domínios apesar de apenas ser afectada pelo CFT (preditor positivo) no caso da insatisfação com o trabalho. Finalmente, em relação ao desempenho, os resultados evidenciaram a sobrecarga sentida no trabalho pelos participantes como um preditor negativo do desempenho daqueles no trabalho e, apesar da sobrecarga parental não se ter mostrado significativamente relacionada com a *performance* familiar o mesmo não se verificou com a insatisfação familiar que se revelou actuar negativamente sobre aquela.

Os resultados também apoiaram a hipótese de uma relação negativa entre o conflito e o desempenho, no sentido esperado pelos autores, isto é, entre o CFT e desempenho no trabalho e entre o CTF e o desempenho familiar atestando o impacto da interferência de um papel sobre um outro na qualidade do desempenho desse segundo papel. Trata-se, aliás, de um resultado que os autores consideraram consistente com a evidência obtida por MacEwen e Barling (1994) quanto à existência de uma relação positiva significativa entre o CFT e o afastamento dos indivíduos do trabalho e o CTF e o afastamento da família.

Esta investigação contribuiu, assim, para clarificar as trajectórias de mediação que se estabelecem entre certos preditores distais e a experiência de conflito reunindo evidência quanto à possibilidade de, nesse mesmo sistema de mediação, os próprios tipos de conflito assumirem o estatuto de preditores distais que se influenciam reciprocamente.

Observando a escassez e também a dificuldade de algumas investigações em encontrar evidência quanto à existência de diferenças de género no padrão de assimetria apresentado por Pleck (1977) relativamente à permeabilidade do trabalho e da família às intrusões do domínio concorrente, Eagle, Miles e Icenoble (1997), procuraram avaliar empiricamente a proposta original do referido autor. Num esforço para superar as limitações metodológicas presentes noutros trabalhos de investigação, os autores utilizaram três medidas distintas baseadas numa

conceptualização bidireccional do conflito e procuraram, junto de uma amostra de grande dimensão e representativa de um amplo espectro de domínios e níveis profissionais, verificar a hipótese da permeabilidade assimétrica, isto é, da prevalência do CTF sobre o CFT, comparando a esse respeito a experiência de homens e de mulheres.

Embora tendo encontrado apoio relativamente ao postulado da assimetria, os autores não confirmaram a presença de diferenças de género na permeabilidade assimétrica da fronteira de cada um dos domínios. A semelhança observada entre homens e mulheres na vivência da dupla direcção do conflito conduziu os autores ao reconhecimento de que, por efeito de mudanças nas concepções sociais de género, no exercício da parentalidade e na relação com o trabalho, ambas as formas de conflito se tenham tornado igualmente relevantes para ambos os géneros. Homens e mulheres penetrariam progressivamente em domínios que tradicionalmente não eram os seus; enfrentariam, por isso, exigências semelhantes que os deixariam equiparados em termos da exposição aos dois tipos de conflito. Ao mesmo tempo, uma vez que as experiências de homens e mulheres se tornaram mais próximas, seria também possível que, na sua convivência de casal, se instalasse uma empatia e cumplicidade mútua capaz ela própria de explicar que as duas formas de conflito estivessem presentes, de igual modo, na vida dos dois grupos de género: *"This empathy may have been created from a decrease in time as a resource for each spouse to spend in their respective, traditionally occupied domains in the interest of gaining monetary resources."* (p. 181).

Kinnunen e Mauno (1998) estudaram a prevalência, os antecedentes e os consequentes do conflito trabalho-família considerando as duas direcções de conflito e procurando avaliar a existência de diferenças de género relativamente a cada uma das direcções de interferência²⁶⁵. As variáveis incluídas na categoria dos factores antecedentes foram seleccionadas e organizadas pelos autores de acordo com a sua ligação específica a cada um dos domínios e em função do tipo de conflito (temporal ou emocional) a que poderiam estar associadas. Assim, e no que se refere ao domínio familiar, as autoras avaliaram o número de crianças em idade pré-escolar existentes na família e o regime de trabalho do cônjuge, variáveis que esperavam manifestar-se especialmente influentes a nível do CFT. No que diz respeito ao trabalho, o número semanal de horas de trabalho e o horário de trabalho foram investigados na qualidade de factores de conflito temporal tendo sido, igualmente, avaliado o efeito de três características da actividade profissional dos participantes (a insegurança do emprego, o apoio do supervisor e o grau de influência/poder no trabalho) enquanto factores potencialmente geradores de conflito emocional. As variáveis relacionadas com a experiência de trabalho dos participantes, foram vistas pelas autoras como estando especialmente relacionadas com o CTF. A nível dos factores consequentes, foram consideradas variáveis específicas de cada domínio (satisfação conjugal,

²⁶⁵ O estudo foi realizado numa amostra constituída por homens (n=145) e mulheres (n=356) de nacionalidade finlandesa pertencentes na sua maioria a famílias de duplo-emprego e empregados em organizações escolhidas de acordo com os três sectores de actividade económica (bancos, supermercados, fábricas e instituições ligadas ao apoio social e aos cuidados de saúde).

satisfação parental, ansiedade, depressão e exaustão face ao emprego) bem como uma medida de bem-estar geral (sintomatologia psicossomática).

Os resultados revelaram que o CTF era mais prevalente do que o CFT tanto para os homens como para as mulheres não tendo sido encontradas diferenças de género significativas em relação a nenhuma das direcções de conflito. Os autores verificaram ainda que variáveis ligadas ao contexto familiar, como o número de crianças em idade pré-escolar existente no agregado, explicavam melhor as variações do CFT relativamente a ambos os géneros. Observaram, igualmente, algumas particularidades a nível dos preditores mais significativos associados a cada um dos géneros. Assim, na amostra masculina o nível de escolaridade (superior) e o número de crianças na família (maior número de crianças) foram os factores que mais contribuíram para a explicação da variância dos valores de CTF²⁶⁶. As variáveis ligadas ao trabalho (em particular o trabalho a tempo inteiro e o fraco apoio do supervisor) foram as que melhor explicaram CTF na amostra feminina. O modelo de regressão testado pelas autoras mostrou-se, contudo, mais ajustado na explicação do CFT. O número de crianças em idade pré-escolar e a insegurança de emprego mostraram-se os factores antecedentes mais significativos deste tipo de conflito na amostra masculina, variáveis a que se acrescentava, na amostra feminina, o trabalho por turnos não diários²⁶⁷. A insegurança de emprego mostrou-se um preditor importante deste tipo de conflito tanto para os homens como para as mulheres, um resultado que levou as autoras a considerar que, em resposta à ameaça de desemprego os indivíduos, invistam mais esforço no trabalho, tornando mais prováveis as percepções de interferência família-trabalho. Já a relação negativa encontrada entre este mesmo factor antecedente e o conflito trabalho-família foi interpretada como o resultado da produção de uma resposta de distanciamento psicológico em relação ao trabalho.

Quanto às consequências do conflito, os resultados encontrados apontaram unicamente para a existência de efeitos principais (e não de interacção) significativos do género e do CTF no que respeita à satisfação conjugal e à satisfação parental e apenas do género relativamente às outras variáveis (ansiedade, depressão, exaustão e sintomas psicossomáticos). Assim, mostraram que a satisfação parental era superior nas mulheres do que nos homens e que os participantes se mostravam igualmente satisfeitos em termos conjugais. O CFT produziu efeitos em ambas as variáveis familiares: os participantes que experimentavam níveis superiores de conflito apresentavam os níveis mais baixos de satisfação (conjugal e parental). Os homens registavam níveis superiores de depressão do que as mulheres ao passo que as mulheres registavam maior exaustão profissional do que os homens. Foi ainda encontrado um

²⁶⁶ Na explicação deste resultado Kinnunen e Mauno (1998) apelaram à existência de sentimentos de culpa por parte destes homens que por causa do trabalho, negligenciariam as necessidades da família impedindo-os de manter uma auto-imagem positiva no que se relaciona com a sua forma de estar na família.

²⁶⁷ Após terem sido controlados os efeitos da idade e da educação dos participantes bem como os efeitos das variáveis ligadas ao trabalho, os antecedentes relacionados com o domínio familiar, mostraram ser os que mais contribuíam para a explicação do conflito família-trabalho: 9% da variância na amostra masculina e 22% na amostra feminina, um resultado que pareceu confirmar que as mulheres assumiam maior responsabilidade pelas questões familiares mesmo quando, tal como os homens, se encontravam integradas na vida activa.

efeito principal do conflito trabalho-família a nível da satisfação parental (menor no caso de níveis mais elevados de conflito) e dos indicadores de bem-estar específicos do domínio profissional e geral (maiores níveis de conflito associados a níveis superiores de ansiedade, exaustão e sintomatologia psicossomática). Ao contrário da hipótese avançada pelas autoras, verificou-se que o CFT afectava mais negativamente o bem-estar familiar (e não o bem-estar profissional) e que o CTF estava na origem de consequências negativas quer para o bem-estar familiar quer para o bem estar-profissional, sendo o seu efeito neste último domínio mais forte do que o esperado. Face a estes resultados, Kinnunen e Mauno (1998) chegaram à conclusão que seria mais provável que um indivíduo reportasse uma redução na qualidade da sua vida na família ou no trabalho quando esses fossem os domínios donde proviesse a interferência.

Contudo, tal como as autoras ressaltaram, tratando-se de um estudo transversal que não esclarece as relações causais existentes entre as variáveis, poderia, em alternativa, considerar-se que as variáveis conceptualizadas como consequentes actuassem como factores antecedentes: *"In that case, the process may be as follows: family stressors cause family distress which may lead to family-work conflict, and job stressors cause job distress which may lead to work-family conflict."* (p.174).

4.1.5.6. Regularidades da Investigação sobre o Conflito Trabalho-Família

Como se pode verificar a exploração dos antecedentes e das consequências do conflito trabalho-família, revela-se a preocupação central da maior parte destes estudos. Para além das investigações e dos resultados que foram mais detalhadamente apresentados, destacam-se ainda as conclusões dos trabalhos de Kossek e Ozeki (1998; 1999) ao apontarem para a existência de uma relação negativa consistente entre todas as formas de conflito trabalho-família e a satisfação profissional e com a vida (Kossek & Ozeki, 1998). De acordo com os autores, independentemente da direcção que assuma, o conflito revela-se um factor que actua no sentido do enfraquecimento do investimento dos indivíduos quer na organização quer na carreira. Globalmente, e no que se refere à questão da direcionalidade, os resultados obtidos por Kossek e Ozeki (1999) confirmaram que as atitudes face ao trabalho e o desempenho profissional eram variáveis que sofriam a influência do conflito quando este se fazia sentir no sentido família-trabalho mas não no sentido inverso. Igualmente, incontornável é a meta-análise realizada recentemente por Allen *et al.* (2000) na qual foi coligida evidência quanto aos efeitos da experiência de conflito. Na mesma linha de Kossek e colegas, os autores demonstraram a associação entre o conflito e variáveis individuais (*e.g.*, satisfação com a vida), indicadores de bem estar-psicológico (*e.g.*, "burnout") e variáveis do contexto de trabalho (*e.g.*, satisfação com o emprego).

Quando se atende aos resultados da investigação relativamente aos preditores de conflito que se revestem de maior interesse no quadro deste projecto, verifica-se que, no que se refere às variáveis relacionadas com o contexto de trabalho, os estudos demonstram que um

elevado envolvimento e investimento no trabalho são factores que promovem o conflito trabalho-família quer quando se considera o número de horas de trabalho quer a importância atribuída a esse domínio de vida (Carlson & Perrewé, 1999; Greenhaus, Bedeian & Mossholder, 1987; Grzywacz & Marks, 2000; Nielson, Carlson & Lankau, 2001; Parasuraman & Simmers, 2001; Shamir, 1983). Entre os preditores ligados ao contexto familiar, a presença de filhos no agregado (Behson, 2002; Carlson, 1999; Grzywacz & Marks, 2000), um elevado envolvimento com a família (Carlson & Perrewé, 1999; Parasuraman & Simmers, 2001; Williams & Alliger, 1994), a existência de algum tipo de tensão ou stresse familiar ou conjugal (Carlson & Perrewé, 1999; Grzywacz & Marks, 2000; Williams & Alliger, 1994) são os factores que se associam a níveis superiores de conflito trabalho-família.

Do ponto de vista das consequências do conflito, nesta investigação interessa, essencialmente, conhecer aquelas que são susceptíveis de afectar o bem-estar psicológico do indivíduo e a qualidade da sua vida familiar. Bedeian, Burke e Moffett (1988) encontraram efeitos negativos da experiência de conflito a nível da satisfação familiar de homens e de mulheres (maior conflito menor satisfação) embora Parasuraman, Ilgen e Hildreth (1992) apenas tivessem registado esse efeito relativamente às mulheres. Alguns estudos encontraram evidência de repercussões negativas do conflito a nível da satisfação com a vida (Bedeian *et al.*, 1988; Parasuraman, Greenhaus & Granrose, 1992; Perrewé, Hochwarter & Kiewitz, 1999; Rice, Frone & McFarlin, 1992) e da experiência de stresse (Kelloway *et al.*, 1999; Parasuraman & Simmers, 2001). Frone (2000) verificou que, tanto o CTF como o CFT, se encontravam positivamente relacionados com perturbações da ansiedade, do humor e com o abuso de substâncias, sendo a relação entre o segundo tipo de conflito e as perturbações da ansiedade superiores entre as mulheres.

A investigação também descreve os efeitos mediadores do conflito trabalho-família na relação entre certas variáveis ligadas ao trabalho e à família e certos resultados. Higgins *et al.* (1992), por exemplo, constataram que trabalhadores com maiores expectativas em relação ao trabalho, maior conflito no trabalho e maior envolvimento com a família e com o trabalho, apresentavam níveis superiores de conflito trabalho-família, variável que, por sua vez, se mostrava um preditor significativo de uma menor qualidade de vida familiar e profissional. Parasuraman, Purohit, Godshalk e Beutell (1996) verificaram que trabalhadores que despendiam mais tempo no trabalho, que apresentavam níveis superiores de sobrecarga, que descreviam menores exigências parentais e menor envolvimento familiar e que passavam menos tempo em actividades familiares, registavam níveis superiores de CTF. Trabalhadores com elevado envolvimento no trabalho, com menor autonomia profissional e menos apoio emocional registavam níveis superiores de CFT. Os dois tipos de conflito aparecem associados a níveis mais elevados de stresse face à vida e o segundo tipo (CFT) a menor satisfação com a carreira. Frone, Russel e Cooper (1997) verificaram que indivíduos que investiam mais tempo no trabalho, que se sentiam mais angustiados com o trabalho e que experimentavam maior sobrecarga profissional apresentavam níveis superiores de CTF. Do mesmo modo, indivíduos

que investiam mais tempo na família, que experimentavam níveis superiores de angústia e sobrecarga no contexto familiar, registavam níveis mais elevados de CFT. Os autores constataram que, tal como trabalhadores com elevados níveis de CTF, exibiam um desempenho familiar mais fraco também trabalhadores que experimentavam mais CFT exibiam um desempenho profissional mais pobre.

Como também se pode constatar, são diversas as formas através das quais o género pode influenciar a capacidade e o modo como os indivíduos procuram conciliar trabalho e família. Não só pode actuar como um preditor directo das fontes de conflito (*e.g.*, Duxbury & Higgins, 1991; Jick & Mitz, 1985) mas também pode funcionar como um factor moderador que afecta as percepções de conflito (*e.g.*, Gutek *et al.*, 1991), o tipo de competências de *coping* que são activadas (*e.g.*, Schnittger & Bird, 1990) e a própria forma como o conflito se manifesta (*e.g.*, Pleck, 1985).

As evidências quanto à existência de diferenças de género a nível da experiência de conflito não são inequívocas. Alguns estudos não permitem detectar diferenças de conflito significativas entre homens e mulheres (Blanchard-Fiedls, Chen & Herbert, 1997; Duxbury & Higgins, 1991; Eagle, Miles & Icenoble, 1997; Frone & Rice, 1987; Wallace, 1997) ao passo que outros estudos demonstram a superioridade das mulheres relativamente a algumas dimensões de conflito ou ao conflito globalmente considerado (Burley, 1994; Cinamon & Rich, 2002; Duxbury *et al.*, 1994; Frone *et al.*, 1992a; Gutek *et al.*, 1991; Kinnunen & Mauno, 1998; Loscoco, 1997; Rothbard, 2001).

São mais raros os que apontam para níveis de conflito mais elevados entre os homens (*e.g.*, Loscoco, 1997; Parasurman & Simmers, 2001). No entanto, os resultados de algumas investigações confirmam que a intrusão da família no trabalho se mostra mais prevalente entre os homens do que entre as mulheres resultados que, de um modo geral, são interpretados à luz de uma possível diferença de género em termos dos mecanismos de *coping* com múltiplos papéis. Alguns autores defendem, por exemplo, que os homens têm menos experiência do que as mulheres integradas na vida activa em lidar com os stressores familiares (*e.g.*, Bolger *et al.*, 1989; Kirchmeyer, 1992; Voydanoff, 1988). Contudo, trata-se de estudos nos quais, geralmente, os participantes pertencentes a cada grupo de género não têm situações comparáveis em termos de tempo de trabalho (todos homens trabalham a tempo inteiro mas as mulheres não) o que permite que essa diferença (e não a de género) possa explicar os resultados encontrados. Numa amostra de homens e mulheres empregados a tempo inteiro, Barnett (1994), por exemplo, não obteve evidência do papel moderador do género no processo de *spillover* família-trabalho. A magnitude desse efeito de *spillover* a nível do bem-estar psicológico dos participantes mostrou-se idêntica na amostra masculina e feminina: a qualidade (positiva) dos papéis conjugal e parental atenuava a relação entre experiências de trabalho

negativas e o mal-estar psicológico, de igual modo no caso de homens e de mulheres²⁶⁸. Esta semelhança de género foi vista pela autora como um indicador de que as variáveis situacionais seriam factores mais importantes do que o género na determinação das variações do mal-estar psicológico dos indivíduos.

De um modo geral, independentemente do género, as investigações atestam o pressuposto da permeabilidade assimétrica das fronteiras do trabalho e da família evidenciando a existência de diferenças significativas entre o CTF e o CFT comprovando a maior permeabilidade da fronteira familiar comparativamente à fronteira do trabalho (Burke & Greenglass, 1999; Cinamon & Rich, 2002; Eagle, Miles & Icenogle, 1997; Frone *et al.*, 1992a; Frone *et al.*, 1992b; Gutek *et al.*, 1991; Kinnunen & Mauno, 1998; Wiley, 1987).

A expectativa de diferenças de género na permeabilidade da fronteira, isto é, a suposição de que as mulheres têm mais dificuldade em impedir a intrusão da vida familiar na esfera profissional e de que o trabalho invade mais o domínio familiar no caso dos homens, não tem sido, contudo, invariavelmente confirmada. Os resultados dos estudos de Eagle *et al.* (1997) e Frone *et al.* (1992a)²⁶⁹ apontaram para a ausência de diferenças entre homens e mulheres na permeabilidade trabalho-família. Gutek *et al.*, (1991) verificaram que as mulheres experienciavam níveis superiores de CTF mas não encontraram diferenças em função do género no caso do CFT. Loscoco (1997) constatou que os homens registavam maior interferência do trabalho na família e que as mulheres apresentavam níveis mais elevados de ingerência da família no trabalho, especialmente quando tinham filhos pequenos. Importa, contudo, salientar que alguns autores apelam para a importância de incluir na investigação acerca do impacto do género no conflito trabalho-família a avaliação da identidade do papel de género porquanto a existência de traços de masculinidade/feminilidade pode condicionar o tipo de comportamentos que são exibidos por homens e por mulheres no trabalho e na família e, por conseguinte, o modo como homens e mulheres experienciam o conflito entre esses dois domínios (Duxbury & Higgins, 1991).

Quanto à existência de diferenças de género nos preditores de conflito, destacam-se os estudos de Loerch *et al.* (1989) e Wallace (1999), ambos apoiados na tipologia de conflito de Greenhaus e Beutell (1985) mas focados em factores antecedentes associados a diferentes domínios. Loerch *et al.* (1989) estudaram os antecedentes familiares do conflito trabalho-família

²⁶⁸ Uma vez que se tratou de uma amostra de díades conjugais de duplo emprego, tornou-se ainda possível constatar que o facto do cônjuge ter um emprego a tempo parcial não reduzia o risco de *spillover* família-trabalho, pelo menos entre os homens. Tal levou a autora a admitir que o *spillover* resultasse mais dos investimentos que cada cônjuge fazia no trabalho do que do investimento combinado do casal nesse domínio de vida. Ao mesmo tempo, a inexistência de diferenças de género constituiu para a autora um sinal de que, pelo menos, em casais de duplo-emprego, exista pouca separação entre família e trabalho sendo natural que o que acontece num domínio afecte o outro.

²⁶⁹ Embora Frone *et al.* (1992a) tenham verificado que as mulheres experienciam o conflito trabalho-família mais frequentemente do que os homens a magnitude deste efeito principal do género a nível da prevalência do conflito trabalho-família é irrisória (explica apenas 1% da variância daquela direcção de conflito). Já a magnitude do efeito principal do tipo de conflito a nível das diferenças de prevalência é de 38,2%, apontando claramente para a maior permeabilidade da fronteira familiar tanto no caso dos homens como no das mulheres. Apesar da taxa de prevalência do conflito trabalho-família (60%), uma proporção substancial de participantes no estudo manifestou experienciar conflito na direcção inversa o que leva os autores a sublinharem a natureza recíproca da relação trabalho-família e a relevância conceptual e empírica da diferenciação bi-dimensional do constructo *conflito*.

e verificaram que o conflito familiar se mostrava um preditor significativo de conflitos de tipo emocional e comportamental tanto para homens como para mulheres e o único preditor significativo do conflito de tipo temporal exclusivamente na amostra masculina. No caso das mulheres, este último tipo de conflito foi explicado pelas intrusões familiares e pelo envolvimento total com o papel familiar, com a primeira variável a surgir como o único preditor significativo do conflito emocional nos homens. Wallace (1999) privilegiou a análise de preditores ligados ao contexto de trabalho junto de uma amostra de advogados e verificou que as medidas de envolvimento no trabalho não se mostraram preditores significativos dos dois tipos de conflito avaliados ("*strain-based*" e "*time-based*"). Contudo, variáveis como a motivação para o trabalho (elevada) e as horas de trabalho (elevadas) apareceram associadas aos dois tipos de conflito nos homens. A sobrecarga profissional juntamente com a percepção do ambiente de trabalho como orientado para o lucro, mostraram ser preditores significativos do conflito temporal tanto no caso dos homens como no caso das mulheres. A última variável revelou-se relevante na explicação do conflito "*strain-based*" unicamente na amostra masculina e a sobrecarga profissional em ambos os géneros embora produzindo um efeito mais acentuado nesse tipo de conflito no grupo das mulheres.

4.2. O Estudo da Relação Trabalho-Família: Problemas Conceptuais e Metodológicos

Embora esta multiplicidade de pontos de vista possa criar a ilusão de que se trata de um domínio em franca expansão teórica, na verdade constitui um sinal do estado de difusão conceptual em que se encontra a investigação neste domínio, e do qual os trabalhos de Lambert (1990) e Edwards e Rothbard (2000), tão bem dão conta. Tanto num caso como no outro, e apesar dos dez anos que separam a publicação dos respectivos artigos, os autores acusam a presença de deficiências graves a nível das conceptualizações adoptadas na maioria dos estudos e assinalam a dificuldade da investigação em contribuir para o desenvolvimento de modelos causais nos quais os processos subjacentes à articulação trabalho-família apareçam rigorosamente especificados. Trata-se de revisões cujo denominador comum é a análise e a tomada de posição crítica relativamente às teorias mais correntemente usadas na explicação das ligações trabalho-família bem como a clarificação dos mecanismos que são habitualmente referidos como operando a nível dessa relação.

Nem Lambert (1990) nem Edwards e Rothbard (2000) põem em causa a validade facial das teorias e dos constructos que têm sido usados para descrever empiricamente esses processos embora tendam a reconhecer-lhes essa validade, essencialmente, quando assumem o estatuto de explicações *post-hoc* para os resultados de investigação (Lambert, 1990). Apontam, no entanto, problemas de rigor, clareza e inteligibilidade a nível de alguns dos conceitos, atribuindo essas inadequações e redundâncias conceptuais a duas tendências da investigação: (1) à opção por uma abordagem atomista no estudo dos mecanismos da relação trabalho-família, que não permitiria pôr verdadeiramente à prova a lógica e a adequação das

premissas associadas no confronto com os resultados da análise paralela de outros possíveis mecanismos; (2) a uma certa dispersão a nível do enfoque dos trabalhos de exploração do interface trabalho-família que seria responsável pelo aparecimento de novas definições e pela desmultiplicação dos termos utilizados para designar os (novos) mecanismos identificados, mesmo que conceptualmente as suas distinções não fossem relevantes.

Reconhecendo o mérito de ambos os trabalhos a nível da definição, clarificação e distinção dos principais mecanismos envolvidos na interface trabalho-família, torna-se incontornável proceder à exploração dos constructos com ele relacionados sem pontualmente recorrer às suas rectificações e ressalvas. De igual modo, e dado o valor das reflexões e das recomendações destes autores no que se refere ao lançar de bases para a estruturação de um corpo de conhecimentos mais compreensivo da relação trabalho-família, dar-se-á uma especial atenção às suas contribuições, tanto mais que, no conjunto das referências da literatura, os seus trabalhos parecem constituir as tentativas mais significativas de modelação teórica desta relação.

Adicionalmente, será abordada a teoria da fronteira trabalho/família da autoria de Sue Campbell Clark (2000). Trata-se de uma proposta que não só representa um passo em frente no esforço de integração dos vários processos de ligação interpapéis num quadro teórico compreensivo da interacção entre a vida familiar e profissional como - e, mais importante ainda, - corresponde a uma perspectiva que acentua a importância na compreensão do interface trabalho-família de dois dos factores mais críticos envolvidos no presente projecto: as relações interpessoais e os processos de construção de significado. A própria autora apresenta a sua teoria da seguinte forma:

... a new theory that encompasses the human interaction, individual meaning creation and complexity of work and home situations ... designed to remedy the criticisms and gaps of previous theories on work and family. It is a theory that explains how individuals manage and negotiate the work and family spheres and the borders between them in order to attain balance. (p. 750)

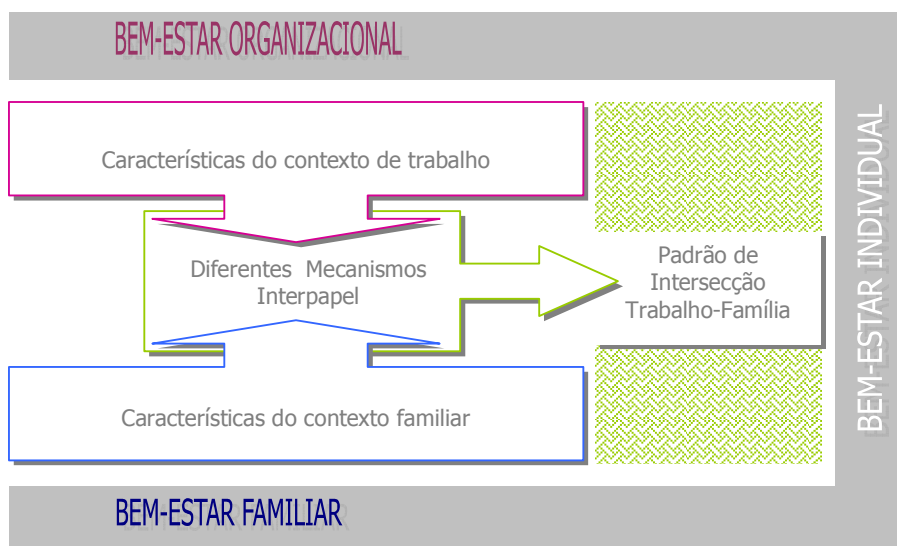
4.2.1. O Contributo de Lambert (1990)

Servindo-se da revisão de Staines (1980) na qual o autor procurou comparar as evidências de *spillover* versus as de compensação, Lambert questiona o relativo consenso em torno do pressuposto de independência dos processos de segmentação, compensação e *spillover* constatando que o risco de se privilegiar a avaliação de cada um desses processos separada e competitivamente, é o de não reconhecer, e por conseguinte, não valorizar a possibilidade de vários processos se manifestarem simultaneamente no modo como um mesmo indivíduo vivencia a relação trabalho-família. Na linha de Belsky *et al.* (1985) e de Chow e Berheide (1988), Lambert põe a tónica na premissa de mútua interdependência e na

importância de considerar quer os efeitos únicos quer os efeitos de interação que emergem das experiências vividas pelos indivíduos tanto na família como no trabalho (*cf.* Figura 2).

Nesta ordem de ideias, a melhor forma de alcançar uma compreensão mais completa da natureza da relação trabalho-família e dos processos que a definem é, segundo a autora, investigar quais as circunstâncias e as características do contexto de trabalho e familiar que exercem uma acção catalisadora ou bloqueadora dos diferentes processos interpapel e determinar em que medida cada um desses processos, e os diferentes padrões de intersecção trabalho-família que a partir deles se configuram (nomeadamente, um envolvimento proporcional ou desproporcional dos indivíduos com cada domínio²⁷⁰), se diferenciam no que respeita ao grau no qual debilitam ou promovem a satisfação (com ambos os domínios, com um ou dos domínios em particular ou com nenhum em especial) e o bem-estar individual, familiar e organizacional (*cf.* Figura 2).

Figura 2. Representação gráfica da abordagem de Lambert (1990)²⁷¹



Adicionalmente, Lambert chamou a atenção para as potencialidades de uma agenda de investigação deste género a nível do planeamento de estratégias que possam apoiar eficazmente os indivíduos na conciliação das suas responsabilidades familiares e profissionais. Com efeito, na perspectiva da autora, só quando for possível caracterizar esses processos e enunciar e validar um conjunto de pressupostos sobre os resultados que lhes estão associados

²⁷⁰ Vale a pena salientar os resultados obtidos por Greenberger e O'Neil (1993). Tendo apenas observado uma contribuição modesta do investimento nos papéis (parental, conjugal e profissional) a nível do bem-estar individual e não tendo encontrado evidência para a hipótese de que o investimento nos papéis de vida moderasse os efeitos de outras dimensões do papel (como a satisfação, a auto-avaliação de desempenho, o apoio...) no grau de bem-estar, os autores equacionaram a possibilidade do investimento nos papéis ser mais uma consequência dessas experiências (ou seja, desenvolver-se em resposta ao grau no qual os indivíduos se sentem satisfeitos, competentes e apoiados em cada um dos domínios de vida) do que um factor que condiciona os seus efeitos no bem-estar.

²⁷¹ Apesar da autora não explicitar pictograficamente a sua abordagem, considerou-se que a esquematização da mesma poderia revelar-se facilitadora no que se refere à identificação das principais dimensões e dinâmicas envolvidas.

em termos das suas repercussões no equilíbrio da vida familiar e profissional, se conseguirá avaliar a eficácia de algumas das estratégias já intuitivamente praticadas nas organizações e decidir a sua manutenção ou supressão em função da medida na qual estejam a promover processos interpapel desejáveis. De igual modo, só a atenção aos processos poderá pôr em evidência as novas possibilidades que se abrem às empresas no que toca à implementação de medidas pró-familiares ("family friendly") que não sejam sentidas pelos empregadores como uma ameaça aos níveis de produtividade dos trabalhadores e que, ao mesmo tempo, possam maximizar a importância de cada um dos papéis enquanto fonte de satisfação pessoal para os próprios indivíduos. Tal como refere Lambert (1990):

... it is not enough to look at the attitudinal and behavioral outcomes when evaluating the effectiveness of workplace interventions. It is also important to discern whether in producing the outcomes interventions strengthen or interfere with processes that may be more or less salubrious. (p. 247)

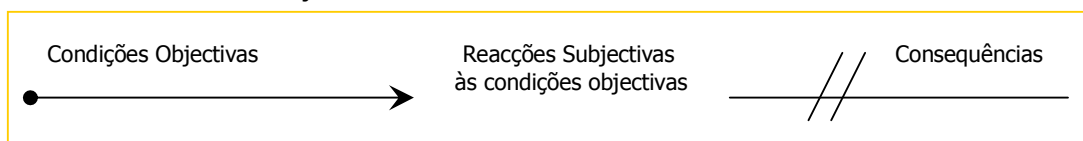
A autora ainda sinalizou e fez sugestões relativamente a duas outras limitações das investigações neste domínio, a saber: (1) imprecisões na descrição da trajetória causal dos processos de *spillover* e, (2) a desatenção à possibilidade da relação trabalho-família ser subsidiária de outros processos para além dos três mais frequentemente descritos (segmentação, compensação e *spillover*). A sua distinção entre processos directos e indirectos de *spillover*, abre uma nova oportunidade para as organizações, já que se torna possível alterar a relação entre certas características objectivas de um domínio e as consequências produzidas no outro, directamente ou indirectamente, através das reacções subjectivas dos trabalhadores às medidas que sejam concebidas para esse efeito. O modo como na diferenciação dos mecanismos de compensação e acomodação a autora se serviu da distinção meios-fins, põe em evidência que os efeitos produzidos no bem-estar individual, familiar e organizacional poderão ser de diferentes tipos em função da natureza específica do processo operante, mesmo nas circunstâncias em que através deles se torne mais fácil para os indivíduos combinar as suas responsabilidades profissionais e familiares.

As considerações de Lambert materializaram-se em cinco modelos formais distintos (*cf.* Figura 3), delineados pela autora para cada um dos cinco processos de ligação trabalho-família que abordou, e que foram apresentados como um referencial útil à investigação tanto das diferenças como das prováveis co-ocorrências dos processos interpapel. A exploração das características do contexto familiar e profissional propulsoras destes processos é apontada como a via privilegiada para a detecção de emparelhamentos particulares característica(s)-processo(s) bem como para a especificação da constelação de circunstâncias que determinam a precedência e/ou a predominância de certos processos comparativamente a outros. Assim o processo de segmentação aparece caracterizado pela independência das esferas familiar e profissional, podendo ser distinguido dos restantes através da identificação das características

associadas a cada um desses domínios, cujos efeitos se confinam a variáveis internas ao próprio domínio. O que define o *spillover* é a extensão e generalização dos efeitos (positivos ou negativos) associados às características de um dos domínios para o domínio alternativo, podendo acontecer directa ou indirectamente consoante envolva ou não a mediação de respostas subjectivas às características em causa. A compensação e a acomodação podem ser diferenciadas a partir da identificação da sequência causal que está na base das diferenças de envolvimento dos indivíduos com a família e o trabalho.

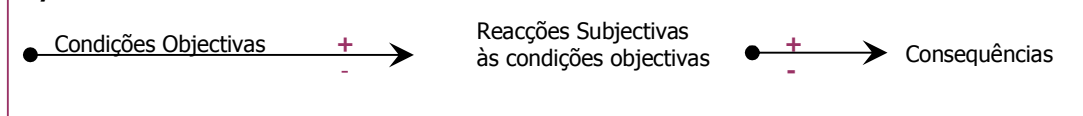
Figura 3. Processos de Ligação Trabalho/Família (adaptado de Lambert, 1990, p. 249)

Processo de SEGMENTAÇÃO

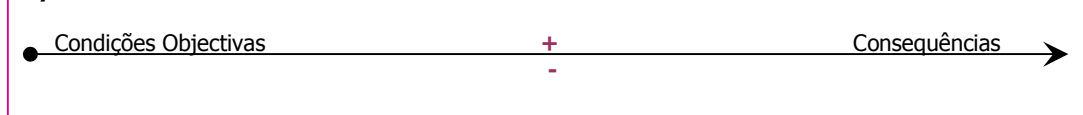


Processo de SPILLOVER

Spillover Indirecto

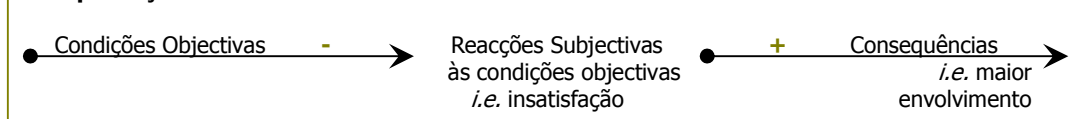


Spillover Directo

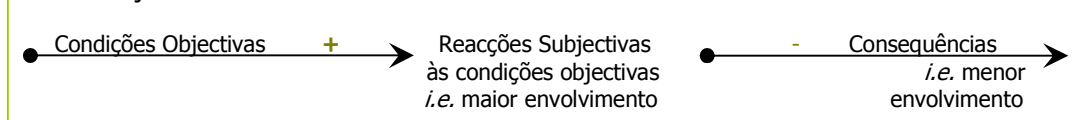


Processos de COMPENSAÇÃO e ACOMODAÇÃO

Compensação



Acomodação



Acompanham estas propostas conceptuais uma série de sugestões metodológicas para o desenvolvimento de trabalhos empíricos centrados na exploração desses processos e que incluem: (1) a realização de estudos longitudinais que permitam captar mais rigorosamente as relações causais hipotetizadas; (2) a utilização de medidas que avaliem mais completamente a intersecção trabalho-família, isto é, que permitam atender às duas possíveis direcções de

influência, que contemplem a exploração de mais do que um processo, que tenham em conta a componente objectiva e subjectiva de ambos os domínios e que facilitem a identificação de factores associados a diferentes modos de integração da vida familiar e profissional pelos indivíduos; (3) a incorporação de uma gama alargada de variáveis dependentes que permita determinar de que forma cada um dos processos e os padrões de intersecção trabalho-família deles resultantes afectam o bem-estar pessoal, individual e organizacional; (4) a avaliação simultânea da resposta de homens e de mulheres à exigência de combinação das responsabilidades familiares e profissionais que permita identificar semelhanças e diferenças de género relativamente aos efeitos produzidos por certas condições de trabalho e familiares; e, (5) a condução de análises estatísticas multivariadas que permitam especificar e testar as complexidades da relação trabalho-família e avaliar modelos causais dessa relação.

4.2.2. O Contributo de Edwards e Rothbard (2000)

Apesar de não ser intenção de Edwards e Rothbard (2000) o desenvolvimento de uma teoria acerca da interface trabalho-família, as proposições que elaboraram partindo do conhecimento empírico até então acumulado, proporcionam um conjunto de marcadores teóricos que podem ser considerados incontornáveis na fundação de um modelo conceptual capaz de impulsionar progressos na investigação dos processos que ocorrem nesse interface.

O principal contributo destes autores emerge, justamente, da tentativa que fizeram para resolver as ambiguidades detectadas na descrição dos mecanismos interpapel e que correspondem aos mais importantes constructos presentes na literatura. Edwards e Rothbard (2000) organizaram esses mecanismos em seis categorias gerais que analisaram criticamente de modo a encontrar pontos de convergência e/ou divergência a nível dos processos que envolvem e a consolidar uma terminologia em torno dos mecanismos que se referem a processos básicos similares.

A revisão destes mecanismos deu aos autores a oportunidade de detectar as imprecisões e problemas de especificação que evidenciam, e que dão o impulso para um trabalho de reconceptualização dos mesmos, operacionalizado sob a forma de conjecturas acerca das relações causais hipoteticamente existentes entre os constructos ligados ao trabalho e à família. Conceptualizadas à luz dos princípios da teoria de papel²⁷² (Kahn, Wolf, Quinn, Snoek, & Rosenthal, 1964; Katz & Kahn, 1978), tais relações assumem, na perspectiva dos

²⁷² Assumido o compromisso com esta abordagem Edwards e Rothbard (2000) explicitaram que o racional que serviria de referência à sua proposta parte do seguinte raciocínio: os papéis assumidos pelos indivíduos na família e no trabalho comportam determinadas exigências na resposta às quais ocorrem incrementos de *performance* e se tornam disponíveis recompensas extrínsecas (*e.g.*, pagamento, promoção, aprovação social...) e intrínsecas (*e.g.*, sentimento de realização pelo alcance dos objectivos e dos valores associados ao trabalho e à família). Do mesmo modo que a disponibilidade dessas recompensas ocasiona emoções positivas, a sua ausência acarreta emoções negativas. Estas emoções negativas estimulam esforços de *coping* que se destinam a promover o bem-estar profissional, familiar e global e que podem passar: (1) pela modificação de certas características do contexto familiar e/ou profissional (*e.g.*, renegociar as exigências de papel ou adquirir mais recursos pessoais para lidar com elas); (2) pela adaptação às condições do domínio familiar e/ou profissional (*e.g.*, desvalorizar ou ignorar os aspectos mais decepcionantes); ou, (3) o evitamento completo ou parcial de um dos domínios (*e.g.*, estar menos tempo no trabalho ou em família).

autores, diferentes propriedades em termos da sua natureza, do esquema causal associado e das condições nas quais emergem.

Edwards e Rothbard (2000) salientaram o facto dos termos “positivo” e “negativo” serem frequentemente usados para caracterizar a qualidade dos efeitos (debilitantes ou benéficos) de um domínio sobre o outro²⁷³, e chamaram a atenção para a importância de os usar antes como descritores estatísticos da natureza da associação entre os constructos pertencentes a cada um dos domínios. A correcta especificação da relação trabalho-família requer, assim, que seja indicada a medida na qual um domínio se relaciona positiva ou negativamente com o outro ou se essa se trata de uma relação nula e/ou não linear. De igual modo, na perspectiva dos autores, a ligação trabalho-família só pode ser, convenientemente, analisada e interpretada se, no seu estudo, for tida em conta a diversidade de estruturas causais que lhe podem estar subjacentes. Ao invés de se presumir que ela resulta de simples associações bivariadas entre as dimensões ligadas a cada um dos domínios, deve atender-se, na sua especificação, a existência de possíveis causas comuns de co-variância bem como equacionar-se a hipótese de cadeias causais alternativas, com um, vários ou nenhum efeitos de mediação. Finalmente, e no que se refere às condições que desencadeiam os diferentes mecanismos, os autores apontaram como fundamental a compreensão do papel que poderá ser aí assumido pela acção (voluntária ou involuntária) dos próprios indivíduos, ou seja, a contribuição que as pessoas podem ter na criação, modificação ou extinção de certas formas de ligação trabalho-família, sem menosprezo pela influência de outros factores (estrutura familiar, condições de trabalho, normas sociais e culturais)²⁷⁴.

Surge desta forma a possibilidade de enquadrar e interpretar teoricamente a relação trabalho-família partindo da combinação de três analisadores principais que permitem, quer caracterizar a forma da relação (o como), quer explicar a razão (o porquê) da mesma. São eles: (1) o sinal da relação; (2) a estrutura causal da relação; e, (3) a intenção dos indivíduos (*cf.* Quadro 1). Na matriz conceptual proposta por Edwards e Rothbard (2000) estes analisadores funcionam como critérios ou condições que (1) devem ser verificados empiricamente para que se possa provar de forma conclusiva que o mecanismo activo é o que

²⁷³ Neste ponto, os autores referiram-se aos diagramas de Lambert (1990) como exemplo do mau uso dos sinais “mais” e “menos”. Ao serem utilizados para qualificar os resultados (positivos e/ou negativos) produzidos pela relação, esses sinais impedem, segundo Edwards e Rothbard (2000), a tradução dos pressupostos de Lambert em modelos causais testáveis por lhe faltar a especificação da natureza da própria relação.

²⁷⁴ Uma vez que actua através de processos cognitivos e motivacionais, o *spillover* do humor ocorre, segundo os autores, de forma predominantemente involuntária. No entanto, a probabilidade deste processo ser regulado intencionalmente é superior nos casos em que a resposta a expectativas sociais quanto às emoções que devem ser exibidas em cada um dos domínios, requer que os indivíduos seleccionem as experiências emocionais internas que lhes interessa externalizar tendo em vista os objectivos a alcançar (*e.g.*, obtenção de mais recompensas). A semelhança observada nos valores tanto pode ser fruto de esforços deliberados dos indivíduos para garantirem a consistência do auto-conceito como pode ocorrer por transmissão automática dos valores mais nucleares entre os dois domínios. No que se refere ao *spillover* de competências, consideram também mais provável que a transferência ocorra de modo intencional dado que para corresponder às expectativas de papel e para alcançar um desempenho positivo o indivíduo terá que mobilizar deliberadamente certas competências (o que não significa que a sua transferência não possa ocorrer com pouco controlo consciente, sobretudo se as competências em causa se encontrarem profundamente integradas em esquemas operativos bem consolidados). O *spillover* de comportamentos é intencional quando os comportamentos em causa estão implicados nas expectativas de papel associadas a ambos os domínios sendo não intencional quando a transferência decorra de hábitos ou seja estimulada por factores situacionais similares aos dois domínios.

se pretendia testar e não outro; (2) dão pistas para a exploração de explicações alternativas para as relações trabalho-família observadas já que sinalizam afinidades (os mecanismos no interior de uma mesma célula); (3) permitem definir modelos mais completos da interface trabalho-família a partir da conjugação e integração dos diferentes mecanismos expostos (os representados nas várias células); e, (4) podem dar origem (por recombinação) à criação de hipóteses relativamente a outros mecanismos actuantes nessa interface e a novas categorias de relações entre os constructos ligados à família e ao trabalho, ainda não investigados (células vazias).

Quadro 1.

Analísadores dos mecanismos de Ligação Trabalho/Família – Sinal, Estrutura Causal e Intenção (Edwards & Rothbard, 2000)

Estrutura Causal		Sinal	
Relações Intencionais	Negativas	Nulas	Positivas
Efeito Directo	Compensação Canalização de Recursos "Time-based conflict"	Segmentação	Spillover
Efeito Indirecto		Segmentação	Spillover
Associação Espúria			Congruência
Relações não Intencionais	Negativas	Nulas	Positivas
Efeito Directo	Canalização de Recursos "Time-based conflict" "Strain-based conflict"		Spillover "Behavior-based conflict"
Efeito Indirecto	"Strain-based conflict"		Spillover "Behavior-based conflict"
Associação Espúria			Congruência

Embora a preocupação fundamental de Edwards e Rothbard (2000) tenha sido a de traduzir num modelo causal consistente a formulação tendencialmente metafórica das formas de relação trabalho-família descritas na literatura, trata-se de um contributo fundamental na direcção apontada por Lambert. Por um lado, porque os autores propõem, definem e esclarecem um conjunto de condições teóricas e de representações estruturais da relação entre os próprios mecanismos interpapel que devem orientar e ser verificadas de modo sistemático pela investigação permitindo desenvolver abordagens mais complexas, diferenciadas e elaboradas da interface trabalho-família. Por outro lado, porque para além de adiantarem uma explicação para a ocorrência de cada um dos mecanismos e admitirem, tal como Lambert (1990), a hipótese desses mecanismos actuarem em simultâneo, fazem sobressair a necessidade da investigação evoluir no sentido de especificar as condições que favorecem a ocorrência de uns e inibem a de outros. Com isto, os autores pretenderam sugerir a importância de avaliar a interferência de factores pessoais, contextuais e situacionais (sociais,

culturais, organizacionais...) no modo de activação selectiva destes mecanismos, apelando para a eventualidade das ligações trabalho-família assumirem diferentes formas consoante as características específicas da situação familiar e de trabalho dos indivíduos.

Na mesma linha de Lambert e da sua advertência quanto à necessidade de compreender quais e como mudar as características das estruturas familiares e de trabalho que não favoreçam a integração trabalho-família, também a posição assumida por Edwards e Rothbard (2000), aponta para a possibilidade de influenciar intencionalmente os mecanismos interpapel, intervindo e modificando nos contextos de vida dos indivíduos (de que se destaca a família e/ou o trabalho como os mais imediatos) as condições que os desencadeiam, não obstante reconhecer que a intenção dos indivíduos tenham um papel fundamental na determinação dessas relações.

4.2.3. O Modelo Inclusivo de Barnett (1998)

Tendo já sido anteriormente salientada a semelhança entre a teoria de Clark (2000) e a conceptualização de Edwards e Rothbard (2000) no que se refere ao reconhecimento do poder que o indivíduo pode assumir na gestão do duplo papel, vale a pena assinalar que ambas as abordagens confluem com a de Lambert (1990) no que diz respeito à necessidade de compreender as condições, circunstâncias e os factores que se conjugam e que concorrem para uma integração positiva dos dois domínios ou, dito de outro modo, quais os critérios de eficácia dos indivíduos nas manipulações de fronteira. Qualquer um dos autores está de acordo que investigadores, indivíduos e empregadores só poderão alcançar um maior domínio sobre o processo quando for possível adquirir um conhecimento mais profundo sobre: (1) o tipo de dimensões que devem ser transferidas, compensadas, acomodadas ou mantidas à parte; (2) os processos que podem co-ocorrer, os que são sequenciais e os que são incompatíveis ou mutuamente exclusivos; (3) as dimensões de cada domínio que actuam como estímulos de activação selectiva dos processos; (4) a margem de poder que, efectivamente, pertence aos indivíduos na estruturação da relação entre os dois domínios; (5) a existência de padrões ou estilos individuais a nível das estratégias de gestão da interface trabalho-família (associados a estruturas ou características internas de funcionamento psicológico); e, (6) a influência de variações desenvolvimentais e de factores de contexto (*e.g.*, diferenças interpessoais nas estratégias de gestão da interface) na natureza e/ou resultados dos processos activados²⁷⁵.

O modelo inclusivo da relação trabalho-família proposto por Barnett (1998) pode ser uma referência útil no mapeamento e na circunscrição das áreas de investigação que melhor podem enquadrar cada uma destas questões. Trata-se de uma proposta que sem negligenciar a importância de factores de natureza individual na explicação dos processos de ligação

²⁷⁵ Loscoco (1997) refere-se à ligação trabalho-família como um nexos fluído que se modifica ao longo do ciclo de vida de forma previsível à medida que os indivíduos adquirem experiência, respondem a alterações nas condições económicas e assumem ou desistem de certos papéis na sua vida pessoal.

trabalho-família, adopta uma perspectiva contextual mais ampla que permite abordar esses processos do ponto de vista das influências macro-sociais a que estão sujeitos. Um outro aspecto inovador desta abordagem diz respeito à incorporação no modelo da noção de “*Fit*”²⁷⁶, um conceito que faz a síntese das variáveis individuais e das variáveis contextuais implicadas na produção de efeitos a nível do bem-estar individual e/ou da vivência conjugal, parental, social, comunitária ou profissional dos indivíduos. O “ajustamento” designa assim a experiência vivida de combinação trabalho-família, dito de outro modo, a forma como o trabalho e a família se integram, realmente, na vida das pessoas em resultado da conjugação de um conjunto de factores:

Fit is a dynamic process of adjustment between work conditions and the characteristics of workers and their strategies to meet their own needs as well as the needs of the other people or entities in their social system and their interconnections. Accordingly fit reflects the degree to which workers can realize the various dimensions of their work/social system adaptive strategies, given the options available in the workplace. (Barnett, 1998, pp. 143-144)

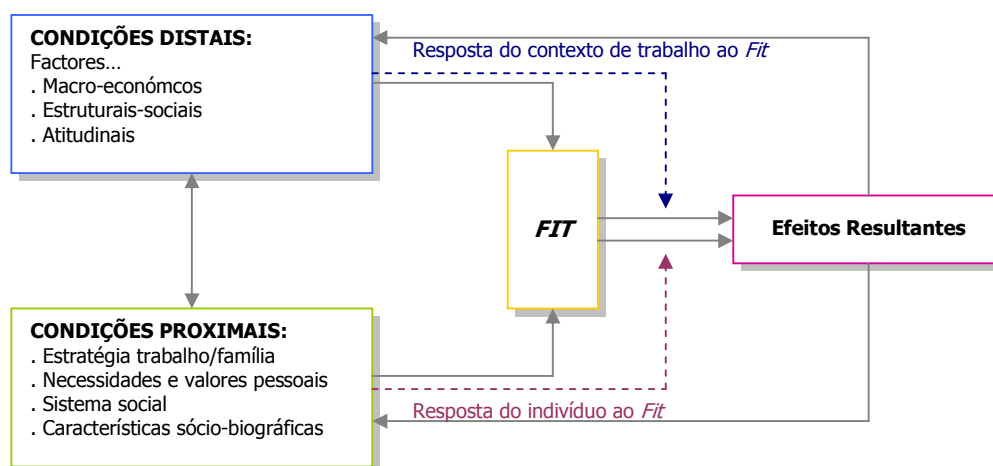
O “ajustamento” é apresentado como o factor que medeia a relação entre certas condições proximais e distais de vida dos indivíduos e os resultados que podem ser observados em si e nos contextos sociais em que estão inseridos. Refere-se, mais concretamente, à extensão na qual os trabalhadores conseguem concretizar as suas estratégias de conciliação trabalho-família, no quadro das condições distais vigentes e de acordo com as suas próprias características pessoais. No grupo das condições distais integram-se os factores da estrutura económica e social (*e.g.*, taxa de desemprego) bem como as normas culturais específicas (*e.g.*, comportamentos apropriados à idade e ao género) da sociedade e da época em os indivíduos vivem, as políticas e práticas organizacionais das instituições empregadoras (*e.g.*, cultura organizacional) e as características específicas da situação de trabalho (*e.g.*, competências requeridas). As condições proximais englobam quer dimensões interpessoais de todos os contextos nos quais os indivíduos participam quer dimensões do perfil pessoal dos próprios trabalhadores, incluindo a sua estratégia pessoal de gestão das várias áreas de vida. Importa salientar que a natureza inclusiva do modelo não se justifica apenas pela diversidade de dimensões que nele se encontram representadas mas sim pelo facto de não distinguir os aspectos relacionados com o trabalho e os aspectos relacionados com a família, ambos reunidos pela autora na categoria das influências proximais (*cf.* Figura 4).

Uma das implicações mais óbvias do conceito de “ajustamento” é que nenhum resultado ou efeito pode ser antecipado directamente a partir de uma dada variável contextual na medida em que a influência desta variável depende do modo como ela é estrategicamente articulada com dimensões dos outros ecossistemas a que simultaneamente o indivíduo

²⁷⁶ Traduzir-se-á o termo “*Fit*” como “ajustamento”, já que a definição do conceito apresentada pela autora remete para este significado.

pertence. Uma vez que esta concertação estratégica tem como finalidade tornar adaptativa a relação trabalho-família, cada condição é negociada, segundo uma lógica de custos-benefícios, em função das necessidades, das aspirações, das responsabilidades e das obrigações que têm para consigo e para com os outros em cada um desses contextos²⁷⁷. A defesa da saúde física e psicológica, a protecção da relação com os outros significativos, a resposta a compromissos financeiros constituem alguns exemplos dos factores que os indivíduos podem estar mais ou menos dispostos a negociar consoante as contrapartidas que ficam disponíveis.

Figura 4. Modelo inclusivo da Relação Trabalho/Família (Barnett, 1998)



O grau de "ajustamento" depende, por conseguinte, das opções que estejam ao dispor dos indivíduos para a realização da sua estratégia. Tal significa que o "ajustamento" pode ser alcançado relativamente a certas componentes da estratégia pessoal quando estas se mostram compatíveis com as opções existentes podendo não ser conseguido relativamente a outras componentes que estejam em conflito com as condições em vigor. Torna-se, por isso, possível o indivíduo experimentar, simultaneamente, compatibilidade e conflito. Tudo depende da importância relativa que atribui a cada uma das componentes e do modo como as integra na solução estratégica que adopta: *"Ideally, workers would be able to create a situation in which all their various commitments and needs could be met. Realistically, some needs will most likely be met better than others."* (Barnett, 1998, p. 167).

Assim se explica que, de acordo com este modelo, seja impossível afirmar-se *a priori* que uma dada característica contextual produz um resultado positivo ou negativo. Cada variável

²⁷⁷ Uma vez que os membros desses contextos são quem beneficia dos ganhos ou sofre as perdas a nível dos recursos de tempo, atenção e afectivos do indivíduo envolvidos na transacção Pittman (1994) considera que têm um papel importante na avaliação da qualidade dessa negociação. Também Thompson e Bunderson (2001) se referiram à importância de atender ao impacto que o método que os indivíduos usam na conjugação dos dois domínios tem junto das pessoas que lhe são mais próximas. Os autores salientaram a possibilidade destas figuras se ressentirem da estratégia que o indivíduo usa e se sentirem negligenciadas mesmo quando o próprio indivíduo subjectivamente não experiencia conflito: *"... a deep sense of identity affirmation at work could lead an individual to single-mindedly focus on work to the extent that he or she overlooks the demands of family and community and becomes 'unbalanced' without realizing it."* (p. 34).

pode estar associada tanto a um como a outro tipo de efeito dependendo das dimensões e dos investimentos que estão em jogo. Acresce a isto a possibilidade da relação entre o grau de “ajustamento” e os resultados serem moderadas pelas características dos trabalhadores e do contexto de trabalho, ou seja, da tolerância e dos recursos de *coping* que os indivíduos possuem para lidar com problemas de ajustamento bem como das alternativas que as organizações criem e ofereçam. Para além disso, a estratégia dos indivíduos pode e deve ser objecto de revisões, actualizações e afinações que permitam ao indivíduo acomodar e maximizar o equilíbrio das várias componentes dessa estratégia em resposta a mudanças nas condições distais e proximais que afectem o grau de “ajustamento” tornando-o desadaptativo e desencadeador de efeitos potencialmente adversos:

Fit refers to a dynamic process: worker's strategies change in response to changes in the workplace demands or opportunities as well as to changes in the needs or demands of the workers themselves, in other parts of their social system or in their own characteristics. (Barnett, 1998, p. 168)

No contexto deste modelo, os efeitos têm inclusivamente uma importante função retroactiva constituindo-se como fonte de *feed-back* em relação às condições proximais e distais susceptíveis de provocar reajustamentos a nível da sua configuração (*e.g.*, alteração da legislação; flexibilização dos horários de trabalho; alterações nos índices de produtividade; modificação do padrão de distribuição do tempo; alterações nos objectivos pessoais; alterações no estatuto conjugal...).

4.2.3.1. O Conceito de “*work-family role synthesis*” de Kossek, Noe e DeMar (1999)

Ao reflectir a natureza das escolhas que os indivíduos fazem na negociação dos seus papéis familiar e profissional, conceptualmente, a noção de “ajustamento” aproxima-se do conceito de “*work-family role synthesis*”²⁷⁸ proposto por Kossek, Noe e DeMar (1999):

Work-family role synthesis is defined as the strategies an individual uses to manage the joint enactment of work and family roles. In essence, it is one's general approach for structuring the merging of work and family roles, given one's personal and organizational circumstances. (p. 105)

Os autores identificaram duas componentes decisórias chave que se articulam na gestão conjunta ou na síntese dos papéis profissional e familiar²⁷⁹. A primeira dessas

²⁷⁸ Dada a complexidade nominal da expressão e a dificuldade em encontrar em Português uma expressão equivalente, opta-se por não traduzir até porque a versão original esclarece melhor o sentido que os autores pretendem atribuir-lhe.

²⁷⁹ Relativamente ao papel familiar os autores centram-se, especificamente, na dimensão da prestação de cuidados a pessoas dependentes (crianças e idosos), isto é, no papel de cuidador: “*While there are many nonwork roles an*

componentes, a gestão de fronteira ("*boundary management*"), refere-se às estratégias, princípios e práticas que os indivíduos usam para organizar e separar as exigências e expectativas provenientes desses dois domínios de vida. Embora possa envolver actividade mental, a gestão de fronteira é realizada através de actividades práticas e observáveis decorrentes de decisões acerca da demarcação de fronteira. Assim, num extremo do *continuum* encontram-se os indivíduos que adoptam a estratégia de segmentação total dos dois domínios e, no outro extremo, os que permitem que as exigências do trabalho e da família se interpenetrem, seja directamente seja de um ponto de vista meramente psicológico. A segunda componente – o *role embrassement* – diz respeito à intensidade ou zelo com que o indivíduo decide envolver-se com cada um dos papéis e que se reflecte na quantidade de energia e de tempo que uma pessoa escolhe dedicar ao conjunto dos papéis familiar e profissional. Kossek *et al.*, (1999) exemplificaram algumas possibilidades de escolha:

Working employees with dependents generally have a choice regarding how involved they wish to become in carrying out work and family roles. Some employees elect to devote most of their time and energy to their career, playing mainly a financial and/or custodial role in the family. Others choose to meet work expectations but become more intensely involved in the family role.
(p. 106)

Na perspectiva dos autores, as decisões pessoais quanto ao tipo de estratégia a utilizar na síntese dos papéis (gestão da fronteira ou modificação da intensidade do envolvimento) bem como as consequências que delas resultam são influenciadas por aspectos de natureza individual²⁸⁰ (como o género, as características de personalidade e o grau de identificação com cada papel), por factores do ambiente familiar²⁸¹ (como a quantidade e qualidade de recursos disponíveis, as características dos dependentes e a natureza da relação com estes, a proximidade aos dependentes e a magnitude das exigências do papel de cuidador/a) e pelas características formais (grau de autonomia e práticas organizacionais facilitadoras da integração dos dois papéis) e informais (clima organizacional e apoio social) do contexto de trabalho.

As consequências psicológicas (*e.g.*, percepção de conflito trabalho-família, satisfação, investimento na organização) e comportamentais (*e.g.*, absentismo, agressão e isolamento) associadas a esses factores dependem do grau de "ajustamento" entre as estratégias de síntese trabalho-família preferidas pelos indivíduos e as características do contexto organizacional em que o indivíduo esteja integrado e não são um resultado do conflito trabalho-família.

employee can fulfil, in this paper, our focus is on the blending of elder and child caregiving roles with the work role, since a majority of employees will juggle these roles at some point during their careers." (p. 105).

²⁸⁰ Para os autores, a escolha de uma estratégia de integração dos dois papéis é um aspecto que se enquadra na categoria das decisões vocacionais uma vez que requer que o indivíduo pondere as opções possíveis tendo em conta dimensões pessoais relevantes: "*Selecting a strategy for managing work and family roles can be viewed as just another type of career decision involving how to approach one's job in a way that fits with personal tendencies and values.*" (p. 111).

²⁸¹ Embora os autores tenham reconhecido que, no caso de indivíduos casados, a estratégia de gestão trabalho-família adoptada pelo cônjuge possa influenciar o modo como o indivíduo desempenha o papel de cuidador, optaram por apenas integrar no modelo variáveis relacionadas directamente com o desempenho desse papel.

We acknowledge that work and family roles sometimes may inherently be in conflict. However the literature has ignored the fact that individuals to some degree have a choice as to how manage work and family roles, taking into account the organizational and family contexts in which they operate. (p. 121).

Quadro 2.

Proposições do modelo de "work-family role synthesis" (Kossek, Noé & DeMar, 1999)

Proposição 1a:	Mulheres empregadas tenderão a utilizar estratégias de "role synthesis" caracterizadas por um elevado envolvimento com o papel de cuidador/a do que os homens.
Proposição 1b:	Mulheres empregadas tenderão a utilizar estratégias de "role synthesis" caracterizadas por uma menor separação trabalho-família do que os homens.
Proposição 2a:	A abertura à experiência estará positivamente relacionada com a utilização de estratégias de "role synthesis" caracterizadas por reduzida separação trabalho-família.
Proposição 2b:	Enquanto atributo de personalidade a consciência ("conscientiousness") estará positivamente relacionada com a intensidade do envolvimento nos papéis profissional e familiar. Ou seja, quanto maior a tendência dos indivíduos para serem conscientes, mais tenderão a utilizar estratégias de "role synthesis" caracterizadas por elevado envolvimento (elevado investimento de tempo e de energia) em ambos os papéis.
Proposição 3:	A acessibilidade de recursos familiares disponíveis para apoiar a tarefa cuidadora, estará positivamente relacionada com a utilização de estratégias de "role synthesis" caracterizadas por elevada separação trabalho-família e elevado envolvimento com o papel profissional.
Proposição 4:	A utilização de estratégias de "role synthesis" caracterizadas por uma elevada separação trabalho-família é mais provável quando se trata de dependentes idosos do que de dependentes crianças.
Proposição 5:	Quanto mais as condições residenciais proporcionarem proximidade geográfica com o dependente, mais provável tenderá a ser a utilização de estratégias de "role synthesis" caracterizadas por uma reduzida separação trabalho-família e um elevado envolvimento com o papel familiar.
Proposição 6:	Quanto maior o número de aspectos ou actividades diárias relativamente ao qual o indivíduo presta assistência ao dependente, mais provável tenderá a ser a utilização de estratégias de "role synthesis" caracterizadas por uma reduzida separação trabalho-família e um elevado envolvimento com o papel familiar.
Proposição 7a:	Independentemente das características pessoais do indivíduo ou do dependente, um grau reduzido de autonomia tenderá a estar associado à utilização de estratégias de "role synthesis" caracterizadas por uma elevada separação trabalho-família.
Proposição 7b:	Quanto maior o grau de autonomia relativamente a onde e quando o trabalho pode ser desenvolvido, maior a disponibilidade de políticas encorajadoras de uma reduzida separação trabalho-família e de elevado envolvimento familiar e maior a probabilidade de serem usadas por indivíduos que preferem estas estratégias (e.g., mulheres, pessoas com dependentes e pessoas com fracos apoios ao nível da prestação de cuidados)
Proposição 8:	Assumindo-se a presença de características individuais favoráveis ao uso dessas estratégias, utilização de políticas que encorajem uma reduzida separação trabalho-família e um elevado envolvimento com o papel familiar estará positivamente relacionada com o grau no qual os indivíduos se sentem socialmente apoiados no contexto de trabalho pelos supervisores e pelos pares.
Proposição 9:	Assumindo-se a presença de características individuais favoráveis ao uso dessas estratégias, utilização de estratégias de "role synthesis" caracterizadas por uma reduzida separação trabalho-família e por um elevado envolvimento com o papel familiar estará positivamente relacionada com o grau no qual essas estratégias são apoiadas e encorajadas pela cultura organizacional.
Proposição 10:	Quanto maior a congruência entre a estratégia de "role synthesis" utilizada pelo indivíduo e a sua adequação ao contexto organizacional específico, mais positivas tenderão a ser os resultados profissionais e familiares para os indivíduos.

A partir da revisão da literatura acerca do comportamento das variáveis individuais, familiares e organizacionais salientadas na interface trabalho-família, os autores estabeleceram um conjunto de proposições que configuram a sua proposta teórica e se consubstanciam num modelo das estratégias de auto-gestão dos papéis profissional e familiar (*cf.* Quadro 2).

5. A Vertente Fenomenológica da Relação Interpapéis: O Papel de Variáveis Pessoais

Apesar das divergências conceptuais, os autores parecem de acordo com um ponto fulcral: a concepção do conflito como um fenómeno cuja ocorrência, ainda que determinada por um conjunto de circunstâncias externas e internas que escapam ao controlo individual, não é inteiramente alheia a factores volitivos e motivacionais, podendo mesmo envolver, nalgumas das suas formas, e tal como acontece relativamente a outros mecanismos da ligação trabalho-família, uma forte componente subjectiva e proactiva.

Esta visão dos mecanismos interpapéis, como processos cuja activação e/ou gestão está ao alcance dos indivíduos: (1) é o que está na base da convicção de Zedeck (1992) quanto à possibilidade que os indivíduos têm de alterar as condições a que estão expostos, (re)significando-as; (2) é o que está implícito na noção de Marks (1977; 1994) de que os indivíduos têm o poder de suprimir o seu mal-estar psicológico realinhando os seus investimentos no sentido da expansão do tempo e da energia; (3) é o que justifica o optimismo de Thompson e Bunderson (2001) quanto à capacidade dos indivíduos alcançarem uma integração positiva dos seus domínios de vida seleccionando de cada um os valores mais centrais à afirmação da identidade; (4) é o que motiva Edwards e Rothbard (2000) a dar destaque à “intenção” enquanto analisador obrigatório da dinâmica psicológica que está na base da relação entre a experiência de trabalho e a experiência familiar dos indivíduos; e, finalmente, (5) é o argumento que leva Clark (2000) a qualificar as formas de ligação entre o trabalho e a família como primariamente “humanas”:

... the primary connection between work and family systems is not emotional, but human. People are borders-crossers who make daily transitions between the two worlds, mold the borders between them, and determine the border-crosser's relationship to that world and its members. Though people shape their environments, they are, in turn, shaped by them. It is this very contradiction of determining and being determined by our work and home environments that makes work/family balance one of the most challenging concepts in the study of work and the study of families. (p. 748)

5.1. A Conceptualização da Relação Trabalho-Família de Clark (2000)

Clark (2000) resumiu as ideias chave da sua teoria num conjunto de proposições com valor descritivo e prescritivo, ou seja, proposições que, segundo a autora, ao mesmo tempo que são susceptíveis de serem operacionalizadas pela investigação na exploração e compreensão da interface trabalho-família também são passíveis de instrumentalização pelas organizações ou pelos indivíduos uma vez que sugerem vias para a criação de estratégias conducentes a uma gestão mais equilibrada dos dois domínios (*cf.* Quadro 3).

Tomando de empréstimo a Kurt Lewin a noção de espaço de vida, Clark desenvolveu a sua teoria conceptualizando o trabalho e a família como domínios que, não obstante poderem interagir entre si, correspondem a territórios psicológicos autónomos e diferenciados, entre os quais os indivíduos transitam regularmente. Cada um desses domínios possui uma organização e uma cultura próprias. Em cada um deles são valorizados determinados objectivos e estipuladas regras preferenciais para o alcance desses objectivos que encorajam certos tipos de comportamentos e modos de pensar em detrimento de outros. Mesmo que esses padrões não sejam perceptíveis ou óbvios para os indivíduos eles influenciam, ainda assim, o modo como os indivíduos organizam e interpretam a sua experiência pois mostram-se especialmente poderosos na indução de expectativas e na moldagem de comportamentos.

Cada um dos domínios encontra-se delimitado do outro por uma fronteira que define o ponto no qual os comportamentos que são relevantes para o domínio deverão começar a ser ou deixar de ser produzidos. Neste caso, a demarcação dos limites do domínio pode ser feita a três níveis fronteiriços distintos: físico (onde os comportamentos devem ser exibidos), temporal (os tempos de focagem e desfocagem de um ou outro domínio) e psicológico (regras criadas pelos próprios indivíduos quanto à adequação de certos padrões emocionais, cognitivos e comportamentais a cada um dos domínios). Os dois primeiros níveis têm essencialmente uma função informativa, isto é, fornecem elementos ou pistas sobre o ambiente que os indivíduos organizam de um modo que faça sentido. Deste ponto de vista, a posição da fronteira psicológica é decidida pelos próprios indivíduos. Esta responsabilidade pela circunscrição de cada domínio, confere-lhes o poder de definir e redefinir o domínio em si mesmo.

As possibilidades de comunicação e transacção entre os dois domínios são determinadas pelo grau de permeabilidade e flexibilidade da fronteira. A permeabilidade refere-se à probabilidade com que elementos estranhos a um dado domínio (*e.g.*, pessoas que pertencem à rede de relações num domínio diferente; emoções ou atitudes associadas a outro domínio) atravessam a fronteira e nele penetram; a flexibilidade diz respeito à extensão na qual a fronteira pode contrair-se ou expandir-se, em função das exigências de um ou de outro domínio. Quando se verifica elevada permeabilidade e elevada flexibilidade, ocorre a “junção” (*“blending”*), ou seja, a área envolvente da fronteira deixa de ser exclusiva de um domínio ou de outro e torna-se um espaço comum a ambos. A resistência da fronteira pode ser avaliada a partir do grau de permeabilidade, flexibilidade e de junção que aquela tolera.

Quadro 3.*Proposições da Teoria da Fronteira Trabalho/Família (Clark, 2000)*

Proposição 1a:	Quando os domínios são similares, fronteiras fracas facilitarão o equilíbrio trabalho/família.
Proposição 1b:	Quando os domínios são diferentes, fronteiras fortes facilitarão o equilíbrio trabalho/família.
Proposição 2:	Quando a fronteira é forte relativamente a um domínio mas fraca relativamente a outro, os indivíduos experimentarão: a) Maior equilíbrio trabalho/família quando se identifiquem primariamente com o domínio que está mais protegido pela fronteira; b) Menor equilíbrio trabalho/família quando se identifiquem primariamente com o domínio que a fronteira deixa mais exposto.
Proposição 3:	Indivíduos que sejam participantes centrais (<i>i.e.</i> , que possuam influência e identificação) num domínio, terão mais controlo sobre as fronteiras desse domínio do que indivíduos que sejam participantes periféricos.
Proposição 4:	Indivíduos que sejam participantes centrais (<i>i.e.</i> , que possuam influência e identificação) nos dois domínios, experimentarão maior equilíbrio trabalho/família do que indivíduos que não sejam participantes centrais em ambos os domínios.
Proposição 5:	Quando, em cada um dos domínios, os indivíduos se relacionem com figuras chave que têm uma maior consciência do domínio concorrente, experimentarão maior equilíbrio trabalho/família do que indivíduos cujos parceiros de domínio tenham uma menor consciência a esse respeito.
Proposição 6:	Quando, em cada um dos domínios, os indivíduos se relacionem com figuras chave que se mostram altamente investidas neles, experimentarão maior equilíbrio trabalho/família do que indivíduos cujos parceiros de domínio se mostrem menos investidas neles.
Proposição 7:	Quando os domínios forem muito diferentes entre si, os indivíduos estabelecerão menos comunicação transversal do que quando os domínios forem mais similares.
Proposição 8:	A frequência da comunicação/apoio entre os guardiões de fronteira e os indivíduos acerca das actividades do domínio a que os primeiros não pertençam, moderarão os efeitos negativos de situações que, doutro modo, conduziriam a desequilíbrio.

Apesar das diferenças que os dois domínios apresentam entre si, existe também entre ambos uma margem potencial de intersecção cuja dimensão é variável consoante os indivíduos procurem separar completamente o que faz parte de um e de outro (extremo da “segmentação”) ou contrariem esta polarização (extremo da “integração”). Contudo, nenhum dos pontos entre os pólos de variação deste *continuum* corresponde ao estado óptimo de equilíbrio entre os dois domínios. De acordo com este modelo, cada domínio poderá satisfazer necessidades diferentes e, como tal, a proporção ideal de segmentação-integração poderá variar quer individual quer situacionalmente. Em qualquer caso, a gestão destas variações é feita através da introdução de alterações na permeabilidade e/ou flexibilidade da fronteira.

A eficácia dos indivíduos nessa tarefa (a de alterar os domínios e as fronteiras de acordo com as suas necessidades) depende de um trio de condições: (1) do estatuto do indivíduo no domínio (ter uma posição central ou marginal); (2) da atitude dos outros membros do domínio e da qualidade da sua relação com estes; e, (3) das características particulares dos domínios.

A capacidade de influência e a identificação com o domínio são os dois atributos que, segundo Clark, descrevem os indivíduos que se encontram em melhor posição para agir sobre o domínio e/ou sobre a fronteira. Os indivíduos influentes são os que pela sua competência, pela

sua ligação a figuras chave do domínio em causa e pela internalização dos valores e da cultura deste, detêm maior poder de negociação e de intervenção sobre as condições de participação nesse mesmo domínio. A motivação para actuarem nesse sentido, advém-lhes, por seu turno, do grau no qual a sua identidade pessoal esteja estreitamente ligada à sua pertença ao domínio em questão, isto é, depende do grau no qual os indivíduos encontram significado nesse domínio e consideram que as responsabilidades que lhe estão associadas dão suporte ao seu auto-conceito. Quando os indivíduos se identificam com os papéis e as actividades associadas a um determinado domínio, orientam para ele o seu investimento e procuram criar condições que lhes permitam alcançar níveis crescentes de sucesso. Na ausência desta identificação (com um ou ambos os domínios), o equilíbrio entre os dois poderá perigar: a participação no domínio menos significativo pode tornar-se fonte de sentimentos negativos e aumentar, por conseguinte, a probabilidade do indivíduo reduzir ou suspender o investimento nesse domínio em favor daquele que é mais significativo para si.

Embora estas dimensões individuais contribuam decisivamente para a equilibração dos dois domínios, tanto a criação como a gestão da linha de fronteira são vistos como um empreendimento intersubjectivo que implica o diálogo e a negociação com as outras figuras que coparticipam nas actividades específicas de cada um. Estes outros membros diferenciam-se entre si em termos do grau de poder que assumem sobre as decisões dos actores principais do processo no que se refere à regulação da fronteira entre os dois domínios. Os que têm maior capacidade de influenciar as características que os indivíduos conferem a essa fronteira assumem, na nomenclatura de Clark, a designação de guardiões da fronteira (*e.g.*, o cônjuge e/ou a chefia). As concepções destes guardiões quanto ao âmbito de cada um dos domínios podem não ser coincidentes com as concepções dos próprios indivíduos. Na medida em que as definições dos primeiros apenas têm em conta a sua própria experiência no domínio que é partilhado, o seu esforço far-se-á no sentido de salvaguardar a integridade desse domínio e de protegê-lo das intrusões ou agressões do domínio concorrente podendo surgir desacordo quanto ao grau de flexibilidade e de permeabilidade que deve caracterizar a fronteira. Esta atitude de vigilância e defesa territorial revelada pelos outros membros do domínio, pode deixar os indivíduos desprovidos de condições para gerir adequadamente as exigências provenientes de cada um e, por conseguinte, expô-los à experiência de conflito. De acordo com a autora, a ocorrência destes episódios de conflito é menos provável nas situações em que as figuras chave (1) possuam consciência quer do significado do outro domínio para o indivíduo quer das responsabilidades e dos desafios com que nele objectivamente se depara e, (2) possam prestar-lhe apoio no que se refere à acomodação das exigências relacionadas com o outro domínio a que pertencem:

...a key attribute of domain members is their commitment to the border-crosser. Commitment is manifested by caring about the border-crosser as a total person, not just in terms of how the border-crosser fills one's immediate needs. Commitment is manifested when domain members support the border-crosser's in their other domain responsibilities. (Clark, 2000, p.763)

A compreensão e a responsividade dos outros membros dos domínios às necessidades dos indivíduos requerem e são condição para a existência de uma comunicação fluida entre os dois domínios. No entanto, a qualidade desta comunicação depende igualmente das características específicas de cada um dos domínios e em particular do grau no qual se assemelhem ou diferenciem: *"When people are living in two very different worlds, they may find difficult to talk with people in one world about what is going on in the other."* (p. 764).

Apesar de ser explicitamente apresentada enquanto explicação para o conflito trabalho-família e, de alguns aspectos, ser bem evidente a influência do modelo de conflito interpapel de Greenhaus e Beutell (1985), a teoria de Clark (2000) consegue integrar, graças à versatilidade da sua estrutura conceptual, muitos dos outros descritores teóricos da relação interpapel. Não obstante ter sido desenvolvida pela autora em reacção à abordagem do *spillover* e da compensação e às correspondentes visões dos indivíduos como vulneráveis à corrente de emoções a que servem de canal ou a que procuram escapar na travessia dos dois domínios, até estes mecanismos acabam por estar representados na teoria de Clark. Estão implicitamente presentes na sua caracterização da fronteira como uma faixa separadora que não sendo hermética permite a passagem e a circulação de elementos (emoções, comportamentos, valores, ideias,...) e que, sendo amovível, pode ser deslocada consoante interesse ao indivíduo modificar os limites de cada um no sentido de ampliar e/ou restringir a área de um ou outro domínio em função daquele que, momento a momento, mais satisfaça as suas necessidades ou para dar resposta às variações contextuais e situacionais nas solicitações que lhe chegam de cada um.

5.2. A Teoria das Microtransições de Papel de Ashforth, Kreiner e Fugate (2000)

Na mesma linha de Clark (2000), Ashforth, Kreiner e Fugate (2000) focaram-se na natureza das transições entre papéis (também designadas pelos autores de microtransições dada a sua frequência e a curta durabilidade das mudanças que implicam) procurando caracterizar os movimentos (físicos e psicológicos) envolvidos na pendularidade quotidiana interpapel. Conceptualizando as transições de papel como um processo de vaivém entre os papéis que requer o atravessamento da fronteira que os separa, os autores elaboraram um modelo compreensivo deste processo, assumindo à partida quatro princípios básicos: (1) que os papéis têm fronteiras e conteúdos relativamente estáveis; (2) que os indivíduos variam quanto ao número de papéis que preferem desempenhar e têm alguma possibilidade de intervir na selecção dos papéis que desempenham; (3) que os indivíduos diferem no que se refere à

preferência pela segmentação *versus* integração dos papéis e têm alguma possibilidade de intervir na regulação do grau de segmentação ou integração dos papéis; e, (4) que, independentemente da tendência pessoal para segmentar ou integrar os seus papéis, os indivíduos procuram minimizar (a) a dificuldade da transição [*i.e.*, o esforço que é requerido para conseguir desligar-se psicológica e fisicamente de um papel e (re)ligar-se a um outro]; (b) a frequência de interrupções indesejáveis do papel com o qual se encontrem sintonizados num dado momento.

Ainda que um determinado domínio da realidade possa ser construído socialmente e até encontrar-se definido de modo mais ou menos institucionalizado, os autores consideraram que a criação e a manutenção da fronteira que o circunscreve é, em certa medida, um acto idiossincrático, isto é, exige da parte dos indivíduos um conjunto de esforços e diligências para erguer e para defender a fronteira bem como para instituir meios de regulação do acesso interpapéis. Através da possibilidade de delimitarem o perímetro dos vários domínios de forma pessoalmente significativa, os indivíduos têm a oportunidade de favorecer aquele que, num dado momento, for para si mais saliente. Contudo, a presença de uma fronteira é susceptível de tornar mais difícil a passagem de um domínio para outro dependendo do seu grau de flexibilidade (*i.e.*, da sua maleabilidade espacio-temporal) e de permeabilidade (*i.e.*, da extensão na qual permitia ao indivíduo estar fisicamente situado no domínio de um papel mas mental ou comportamentalmente envolvido noutro). Essas propriedades da fronteira permitem compreender até que ponto a existência de uma delimitação dos domínios é benéfica. Na ausência de fronteira, o indivíduo e os seus parceiros de papel ficariam confusos quanto aos limites do papel e à sua saliência podendo daí decorrer um exacerbamento do conflito interpapéis; a presença de fronteira contribui, por outro lado, para aliviar o conflito interpapéis pois permite ao indivíduo fazer uma transição de papel sempre que necessário.

A dificuldade da transição também varia em função do grau de contraste existente entre os papéis. Assim, e de acordo com os autores, quanto menor for a diferença entre o número de dimensões centrais e periféricas que definem o *self* relativamente a um dado papel e as que o definem no contexto de outro, menor tenderá a ser a magnitude da transição e, por conseguinte, a sua potencial dificuldade. A existência de um núcleo identitário comum ao par de papéis torna-se um garante de continuidade e contribui para que os processos de saída de um e de entrada no outro sejam menos exigentes para os indivíduos.

Atendendo ao largo espectro de variação de aspectos como a flexibilidade, a permeabilidade e o contraste e às múltiplas combinações que admitem, os autores consideram-nos fundamentais na determinação da posição que um dado par de papéis ocupa num *continuum* de segmentação *versus* integração. Assim, e relativamente à segmentação, os autores consideram estar relacionada com a existência de fronteiras inflexíveis e impermeáveis entre dois papéis bem como a diferenças relativamente marcadas no que se refere a identidade de cada papel. Neste caso, sendo menos provável a contaminação de uma identidade de papel por outras, e sendo em número mais reduzido os canais que permitiriam a infusão dos valores,

das crenças e de outros elementos associados a uma identidade de papel noutras maior é a probabilidade de, ao longo do tempo, essas identidades de papel se tornarem mais divergentes: *"Effectively sequestered, the identities may evolve independently, according to pressures from their respective contexts."* (p. 476). Quanto mais acentuados os contrastes entre um par de identidade de papel, mais a inflexibilidade e impermeabilidade das fronteiras se tenderá, com o tempo, a institucionalizar como forma de preservar a essência de cada uma das identidades.

A transição bi-diária entre a família e o trabalho foi enquadrada pelos autores, na categoria das transições que ocorrem entre papéis altamente segmentados, isto é, com pouca similaridade a nível dos contextos que os caracterizam, que possuem afinidades mínimas a nível de espaço e dos membros que os integram e que diferem acentuadamente a nível dos objectivos, valores, crenças, normas, estilos de interacção e horizontes temporais próprios de cada identidade de papel. Segundo os autores a maior vantagem da segmentação é que ela reduz a probabilidade de indiferenciação tornando mais clara para os indivíduos a natureza da transição²⁸². Todavia, o elevado contraste entre as identidades de papel, implica que a transição tenha de ocorrer a mais do que um nível fazendo com que se torne mais complicado para os indivíduos sair psicologicamente de um papel para entrar no outro. O maior desafio da transição entre papéis altamente segmentados – o atravessamento da fronteira – exige assim uma resposta processual mais complexa por parte dos indivíduos. A realização de rituais de separação, transição e incorporação mais ou menos personalizados e/ou institucionalizados é, por conseguinte, apresentada pelos autores como um meio que pode favorecer a transição nas situações em que devido à elevada segmentação dos papéis nela envolvidos a transição se mostre especialmente problemática:

Rites may include the presence and involvement of others, the manipulation of emotionally charged symbols (e.g., settings, props, and clothing) and more or less formulaic behaviour. The rites signal both to the individual and to members of the applicable role set(s), the change in roles and associated identities. Thus the rites are particularly effective at facilitating movement where one's role identity changes greatly as one crosses the relevant boundaries. (Ashforth et al., 2000, p. 478)

Os rituais de separação permitem aos indivíduos desligarem-se psicologicamente do papel facilitando o movimento de saída quer este seja precipitado por estímulos externos (*e.g.*, o horário de trabalho, conclusão de uma tarefa) ou internos (*e.g.*, exaustão, apelo das actividades associadas ao papel alternativo). Os rituais de transição têm como finalidade preparar o indivíduo para a entrada no outro papel o que implica uma espécie de calibração de recursos, isto é, a activação cognitiva dos parâmetros que orientam o desempenho nesse papel

²⁸² Os autores enumeraram as razões pelas quais a segmentação se reveste desta vantagem: (1) a existência em cada papel de marcadores simbólicos claros que assinalam a identidade apropriada a cada um e que sinalizam essa identidade a outras figuras do contexto; (2) a menor preocupação dos indivíduos em serem distraídos por interrupções causadas pelo outro papel; e, (3) a maior facilidade em compartimentar psicologicamente as identidades de papel como se em cada uma o *self* tivesse a sua própria *gestalt*.

(focalização da atenção no papel) bem como a regulação do grau e da natureza do estado afectivo em função dos ajustamentos emocionais que se mostre necessário efectuar para uma melhor adaptação ao papel. Os rituais de incorporação, tal como o nome indica, podem facilitar a entrada e o envolvimento psicológico e físico dos indivíduos no regresso a um papel. A evocação de aspectos relativos ao papel deixado em *stand-by* pode ser um factor de sucesso na finalização da transição mesmo estando já o indivíduo no contexto de outro papel: "*Ironically, the transition may be solidified by revisiting the prior role: recounting the day's activities may serve as a ritualistic means of summarizing and thereby attaining closure with the prior role.*" (Ahsforth *et al.*, 2000, p. 479).

Ao contrário da segmentação, a integração caracteriza-se, na sua forma menos extrema, pela existência de um fraco contraste entre os papéis que não só não aparecem associados a locais e tempos específicos (fronteira flexível) como possuem uma fronteira que, sendo permeável, não evita interrupções por parte de outro papel (*e.g.*, indivíduo que trabalha em casa ou numa empresa familiar). A principal vantagem de papéis altamente integrados é que a transição implica mudanças de menor magnitude e como tal o processo de atravessamento da fronteira fica simplificado bastando um ritual de passagem simples para que a saída e a entrada no papel se opere com êxito (processo este rápido e muitas vezes sem grande controlo consciente). Este processo será mais ou menos dificultado consoante a extensão da área de intersecção entre os papéis. A situação mais favorável será aquela em que ambos os papéis partilham entre si um conjunto substancial de características e a transição se processa unicamente a nível desse eixo comum e a menos favorável, aquela em que a área comum ou partilhada pelos dois papéis seja mínima e o processo de transição se assemelhe ao que tem lugar quando os papéis se encontram segmentados.

Apesar da magnitude das mudanças ser inferior no caso de papéis com um certo nível de integração, o maior grau de indiferenciação (reduzido contraste) constitui uma desvantagem na medida em que pode dar azo a confusões de papel e gerar ansiedade quanto à identidade de papel que deve ser privilegiada, uma vez que se torna mais difícil para os indivíduos desligarem-se psicologicamente de um papel em favor de outro. Para além disso, dada elevada flexibilidade e permeabilidade da fronteira, cada um dos papéis fica mais exposto a interrupções e intrusões que podem tornar-se disruptivas a nível da identidade de papel activa forçando uma viragem para a outra identidade de papel. Embora aumente a probabilidade de interrupções, a integração de papéis diminui o impacto afectivo dessas violações de fronteira ao facilitar a acomodação das mudanças envolvidas na transição. Quando as identidades de papel se encontram negativamente relacionadas, ou seja, quando existem incompatibilidades de tempo ou espaço, quando os significados associados a cada papel não são conciliáveis ou quando os indivíduos se encontram igualmente investidos em ambos (investimentos duplos), as consequências afectivas inerentes às interrupções agudizam-se. O maior desafio da transição entre papéis altamente integrados é, por conseguinte, de natureza estrutural. Dito de outro modo, requer da parte dos indivíduos um maior esforço a nível da construção, manutenção ou

modificação das fronteiras temporais, espaciais ou outras que demarcam os papéis, de modo a criarem e definirem os territórios do *self*.

Quadro 4.

Proposições da Teoria das Microtransições de Papel (Ashforth, Kreiner & Fugate, 2000)

Proposição 1:	O contraste interpapel tende a estar negativamente associado com a flexibilidade e a permeabilidade do papel.
Proposição 2:	Quanto maior a segmentação interpapel, menos difícil a criação e manutenção de fronteiras de papel e mais difícil o atravessamento da fronteira.
Proposição 3:	Quanto maior a segmentação interpapel, maior a probabilidade da transição entre papéis envolver rituais de passagem.
Proposição 4:	Quanto maior a integração interpapel, maior o potencial de confusão relativamente à identidade de papel a activar e maior a probabilidade de interrupções indesejáveis.
Proposição 5:	Quanto maior a integração interpapel, menor o impacto afectivo de violações (interrupções) da fronteira de papel.
Proposição 6:	Quanto maior a integração interpapel, maior a dificuldade em criar e manter as fronteiras de papel e menor a dificuldade de atravessamento das fronteiras.
Proposição 7:	Quanto maior a identificação com o papel maior a probabilidade de integração desse papel com os restantes, menor a dificuldade de entrada e maior a dificuldade de saída desse papel.
Proposição 8:	A força da situação ou contexto, modera a influência das diferenças individuais na criação, manutenção e atravessamento das fronteiras de papel. Mais especificamente, quanto mais forte a situação ou contexto mais fraca a influência das diferenças individuais.
Proposição 9:	Indivíduos de/em culturas colectivistas, feministas, de reduzido evitamento da incerteza e de reduzida aceitação das diferenças interpessoais de poder, tenderão a defender a integração dos papéis ao passo que indivíduos de/em culturas individualistas, machistas, de elevado evitamento da incerteza e de elevada aceitação das diferenças interpessoais de poder tenderão a segmentar os papéis.
Proposição 10:	Quanto mais uma transição de papel for repetida, mais automática e menos difícil a transição tende a tornar-se e maior a probabilidade de indicadores de papel específicos despoletarem automaticamente uma transição psicológica mesmo quando esta se revele inapropriada.
Proposição 11:	Quanto mais um dado papel for desempenhado, menor o impacto afectivo de violações (interrupções) das fronteiras de papel.

O modo como os indivíduos lidam com as microtransições bem como com interrupções, vai melhorando à medida que, ao longo do tempo, acumulam experiência directa ou vicariante, acerca das tarefas envolvidas no processo de transição (organizadas em *scripts*) e adquirem conhecimento, através do próprio desempenho do papel, acerca dos comportamentos típicos e/ou adequados a esse papel (organizadas em esquemas). A organização dessas rotinas e conhecimentos em *scripts* e esquemas permite aos indivíduos efectuarem as transições e reagirem às interrupções de modo automático e com pouco esforço da consciência, libertando a atenção para outros temas ou tarefas de interesse pessoal²⁸³. No caso das transições, esta suspensão de consciência ou ausência de reflexividade, não obstante a sua virtuosidade, pode

²⁸³ Grzywacz *et al.*, (2002) recomendam que na análise da conciliação dos papéis familiar e profissional seja valorizada, por um lado, a acumulação de experiências e competências e o próprio desenvolvimento ontogénico (factores que promovem, na maioria dos casos, opções de conciliação mais satisfatórias) e acontecimentos desenvolvimentais (tais como a crescente responsabilidade profissional, o crescimento dos filhos, o envelhecimento dos pais) que, ao precipitarem momentos de crise e sobrecarga específicos, requerem a adopção de formas particulares de conciliação de papéis.

mostrar-se disfuncional nas situações em que o confronto dos indivíduos com estímulos estranhos ao contexto espacial ou temporal do papel desencadeiam inesperadamente uma transição para o papel que os estímulos eliciam.

A identificação com o papel, as exigências situacionais e a cultura foram mencionados pelos autores como factores que influem na criação, manutenção e atravessamento da fronteira. Quanto mais um indivíduo se defina em função de um dado papel e da identidade que lhe está associada, maior será a probabilidade de procurar integrar esse papel com outros reduzindo o grau de contraste. Em torno do papel com o qual se identifica tenderão, igualmente, a ser criadas fronteiras flexíveis e permeáveis. Em caso de elevada identificação com um papel, o processo de transição será facilitado no que se refere à entrada e à imersão nesse papel (sendo esperado, do ponto de vista do estilo de transição, que os indivíduos façam primeiro a transição psicológica e só depois a física) mas tornar-se-á mais difícil no que se refere à saída (dada a relutância em abandonar o papel com o qual se identifica, a transição física precederá, neste caso, a transição psicológica). Nas situações em que os papéis em causa estão abrigados em domínios relativamente institucionalizados, nos quais exista um forte consenso quanto ao tipo de comportamentos que são apropriados e inapropriados, as características e regras desse contexto poderão sobrepor-se às preferências individuais no que se refere à definição das fronteiras do papel. Sociedades caracterizadas por valores culturais como o colectivismo ou o feminismo, nas quais o formalismo das regras não seja valorizado como forma de evitamento da incerteza e que não aceitam a desigualdade de poder entre as pessoas tenderão a encorajar níveis superiores de integração dos papéis (ver Síntese da Teoria das Microtransições de Papel no Quadro 4).

5.3. Estilos Pessoais de Gestão Trabalho-Família: O Papel das Variáveis Individuais

A originalidade das propostas de Clark (2000) e de Ashforth *et al.*, (2000) reside, no facto de, sem negarem nenhuma das evidências quanto à importância dos vários processos na explicação da relação trabalho-família, reconhecerem que enquanto figura de charneira entre dois mundos paralelos – o mundo do trabalho e o mundo da família – o lugar dos indivíduos é no centro desses processos, actuando proactivamente sobre eles ao invés de permitir que eles actuem em (sobre) si a salvo de qualquer iniciativa da sua parte. Um trabalhador que compreenda a fronteira entre os dois domínios como separador que permite trocas, poderá gerir o seu envolvimento com os papéis associados a um e outro domínio regulando o grau de permeabilidade dessa fronteira e monitorizando o tipo de elementos que circulam. Não sendo desejável que imponha a si próprio uma interdição permanente relativamente ao fluxo trabalho-família (em qualquer das direcções), a percepção de que existe uma fronteira pode servir para sinalizar a pertença a um outro domínio igualmente importante (Clark, 2000) e ser condição de uma gestão mais equilibrada das exigências de ambos os domínios de que é membro. Igualmente importante, será a capacidade do trabalhador para delimitar uma área de

intersecção entre o trabalho e a família. Não sendo um espaço exclusivo de nenhum dos domínios, esse território comum poderá abrigar os recursos do indivíduo que são susceptíveis de ser partilhados por ambos, quase como se fosse uma reserva especial das mais valias pessoais e das experiências positivas transferíveis entre os domínios (Nascimento et al., 2004).

Não admira pois que o desempenho simultâneo dos papéis familiar e profissional seja visto como o desafio mais importante da vida adulta e que a gestão das exigências competitivas provenientes de cada um bem como a antecipação e o planeamento da sua integração mútua e com outros papéis, sejam apresentadas como tarefas desenvolvimentais das quais depende primariamente, na adultez, a auto-actualização e a optimização das experiências dos indivíduos em contexto (Juhasz, 1991)²⁸⁴. De acordo com esta perspectiva desenvolvimental, o indivíduo adulto é o actor a quem cabe fazer a orquestração dos papéis em termos de tempo, atenção, prioridade e/ou complementariedade, canalizando e distribuindo a sua energia por cada um em função de directivas internas e externas, isto é, respondendo a exigências e necessidades pessoais e desenvolvimentais (o reforço da auto-estima, a promoção da satisfação consigo próprio, a necessidade de pertença...) e/ou reagindo a acontecimentos e a pressões ambientais, conforme o que se mostre pessoalmente mais premente ou situacionalmente mais conveniente. Reconhece-se, por conseguinte, a capacidade e a possibilidade que, ao longo do ciclo de vida, o indivíduo tem de negociar as contingências e de se orientar segundo uma hierarquia pessoal de valor, para uma selecção de papéis e de comportamentos que sejam vistos por si como promotores de satisfação e desenvolvimento pessoal:

For each individual, those roles, which make up his/her lifestyle at a specific point in time, will combine, in order of priority determined by the esteem needs, to form the parameters that Levinson (1986) calls a "life structure". Within this life structure the flexible nature of the triple helix²⁸⁵ allows the personal value hierarchy to direct each individual's energies toward the

²⁸⁴ Bronfenbrenner (1999) no seu modelo bioecológico de desenvolvimento também enfatizou as potencialidades desenvolvimentais do desempenho de vários papéis. O autor distinguiu duas componentes da definição de um papel - as expectativas de papel e os comportamentos de papel - para clarificar que os papéis não se limitam a ser expressões normativas do ambiente às quais o sujeito deve adaptar-se mas que comporta um conjunto de oportunidades ambientais para a mudança desenvolvimental: " ... *role expectations are viewed as determined, in the first instance, by the external world. Changes in role expectation, in turn, usually lead to corresponding changes in behavior (i.e., role-performance), which, if they persist over time, become changes in behaviour development. Thus role-expectations constitute dynamic features in the environment that, when altered, can have significant consequences for subsequent development.*" (p.15).

²⁸⁵ A hélice tripla é a forma gráfica identificativa do modelo proposto por Juhasz (1991) com a qual a autora procurou tipificar a ideia de entrelaçamento e de movimento servindo como metáfora para os mecanismos interpapéis que são activados quando os indivíduos tentam articular as suas vidas pessoais, familiares e profissionais. Cada um dos três eixos da hélice, representa, respectivamente, os papéis familiares, os papéis profissionais e os "individual-self roles". Os três eixos da hélice têm a possibilidade de se entrecruzar segundo padrões e formações variadas, interagindo e combinando-se em diferentes pontos no tempo e no espaço, funcionando separadamente ou influenciando-se reciprocamente. Ao passo que os dois primeiros eixos são definidos em função de dois contextos de vida específicos (a família e o trabalho), o terceiro eixo pressupõe o desdobramento do indivíduo em vários *selves* correspondentes a diversas categorias de desempenho de papéis extra-profissionais e extra-familiares. A autora explica querer ilustrar através deste terceiro eixo a possibilidade do indivíduo se envolver na exploração de actividades e interacções típicas de papéis mais periféricos à família e ao trabalho que, em determinado momento, desejasse ou tivesse necessidade de acomodar na sua vida. A designação escolhida para este terceiro eixo é, no entanto, pouco feliz e até perigosa. Por um lado, não diferencia adequadamente o eixo (os papéis familiares e profissionais também fazem parte do repertório individual de papéis de vida). Por outro lado, pode sugerir que o desenvolvimento dos indivíduos se processa à parte da sua relação com os contextos familiar e profissional e que outros papéis e experiências contribuem mais para a

"customized" role selection and behaviour which is seen as most effectively facilitating developmental progress. (Juhasz, 1991, p. 61)

É também esta tónica nas "escolhas" do *self* que permite compreender que apesar de datados historicamente e sendo marcos importantes da forma de pensar e problematizar a interface trabalho-família nos vários momentos históricos em que é possível escalonar o processo de mudança da própria sociedade, nenhum dos três modelos clássicos usados na conceptualização da ligação trabalho-família tenha perdido actualidade enquanto protótipo das soluções ainda hoje encontradas pelas pessoas para fazer face aos problemas e tirar a máxima vantagem da sua pertença a esses dois ecossistemas da actividade humana. Com efeito, e na medida em que qualquer um dos modelos (segmentação, compensação, *spillover* e, mais recentemente, acomodação) está, ainda hoje, à altura de representar (isolada ou combinadamente) os dilemas e as experiências pessoais dos indivíduos no que se refere à articulação dos papéis profissional e familiar, qualquer um deles pode ser visto como um esquema da relação trabalho-família que estando alicerçado num dado conjunto de crenças, expectativas e valores pessoalmente significativos, pode dar suporte às atitudes e decisões dos indivíduos relativamente a cada um dos papéis, quando se trata de *"definir o foco e a direcção a dar às suas vidas."* (Juhasz, 1991, p. 63).

Os resultados do estudo de Elizur (1991) apontaram, justamente, para a importância de diferenciar e analisar de forma sistemática os diferentes modos de resposta envolvidos na relação trabalho-família, demonstrando a existência de um padrão multivariado de relação entre os dois domínios (*i.e.*, diferentes padrões de ligação trabalho-família consoante o tipo de modalidades de comportamento em causa). Num estudo em que procurou analisar a estrutura das relações entre o trabalho e o não trabalho, Elizur (1991) começou por fazer um levantamento das áreas de conteúdo abrangidas nesta relação tendo distinguido duas facetas distintas nas formas habituais de conceptualização e de exploração desta interface. Uma das facetas identificadas referiu-se à natureza dos elementos privilegiados na observação de como os indivíduos se comportam nesse interface (as modalidades abertas ou cobertas de comportamento), incluindo a avaliação do modo como agem (modalidade instrumental: nível de actividade; uso de competências; investimento de esforço; empenho), dos sentimentos que experimentam (modalidade afectiva: satisfação; oportunidades de interacção; auto-estima;

definição do *self* do que as experiências que têm lugar nesses dois contextos em particular. Em termos substantivos, não é verdade que seja essa a perspectiva que a autora defende. No entanto, no modo como expõe a teoria nem sempre é claro se este terceiro eixo corresponde aos "outros" papéis ou às diversas dimensões do *self* (*self* físico, emocional, cognitivo, social, sexual...). De qualquer forma, parece seguro afirmar-se que ao representá-lo separadamente a autora pretendeu mostrar que apesar de centrais, trabalho e família não são contextos exclusivos desse desenvolvimento e que a sua importância pode variar conforme o grau no qual o indivíduo (se) invista em cada um. A este nível as dimensões do *self* talvez devam ser compreendidas como áreas relativamente às quais a auto-estima dos indivíduos (a força interna que impulsiona o indivíduo a dirigir a sua energia preferencialmente para certos papéis) se encontra especialmente debilitada.

obtenção de reconhecimento) e da percepção que têm quanto à diversidade, interesse e significado das actividades associadas ao trabalho e à família bem como ao grau de influência que têm sobre elas (modalidade cognitiva). A segunda faceta referiu-se ao tipo de ambiente social em que esses comportamentos se manifestam em virtude da participação dos indivíduos nas actividades que neles têm lugar, tendo o autor optado por especificar e abordar dois ambientes em concreto: o trabalho e a família. As duas facetas foram conjugadas numa proposição (a extensão do comportamento instrumental, afectivo e cognitivo do sujeito em cada um dos dois ambientes revela-se altamente positivo ou altamente negativo para a sua qualidade de vida) que foi submetido pelo autor a prova empírica.

Recorrendo a procedimentos de análise estrutural o autor procurou verificar (1) em que medida os dados recolhidos numa amostra de trabalhadores israelitas replicavam a estrutura interna da sua definição, isto é, reflectiam a existência de duas facetas independentes com modalidades de comportamento diferenciadas e, (2) o padrão de relação (segmentação, *spillover* ou compensação) que se estabelecia entre os vários aspectos de cada domínio. A representação gráfica dos resultados, permitiu constatar que a estrutura que representava a relação entre o trabalho e a família apresentava uma forma cónica na qual se distinguiam duas regiões bem demarcadas (o trabalho e a família) situando-se a família na parte inferior e o trabalho na metade superior do cone (ocupando por isso uma área de menor diâmetro do que a família)²⁸⁶. Os itens usados na medida das três vertentes comportamentais, ocupavam sectores diferenciados da área correspondente ao ambiente a que diziam respeito, tendo emergido uma configuração idêntica a nível da sua localização nos dois ambientes (*i.e.*, os itens relativos à dimensão instrumental, afectiva e cognitiva definiam sub-áreas distintas na grande área que representava um dado ambiente mas cada sub-área ocupava a mesma posição nos dois ambientes). Os dois itens usados pelo autor na avaliação da importância (valor) do trabalho e da família apareceram localizados na sub-área afectiva relativamente a ambos os ambientes mas mais próximos da sub-área cognitiva no caso da importância da família e mais próximos da sub-área instrumental no caso da importância do trabalho. Na representação gráfica da estrutura da relação entre os dois domínios, estes apareciam bastante distanciados entre si, confirmando um certo grau de segmentação. As correlações entre alguns dos itens relativos ao trabalho e à família, apresentaram-se positivas sugerindo a existência de *spillover*. Contudo, o autor observou um predomínio de coeficientes de correlação negativos, sobretudo entre a modalidade cognitiva do comportamento no trabalho e a modalidade instrumental do comportamento no ambiente familiar. Com efeito, as correlações mais elevadas apareceram associadas à relação entre o nível de actividade em casa e a satisfação com o trabalho, interesse pelo trabalho, variedade e significado do trabalho parecendo traduzir a existência de compensação (quando o trabalho é insatisfatório e desinteressante, os indivíduos tornam-se mais activos em casa).

²⁸⁶ O que dava forma à figura era a localização dos pontos correspondentes a cada item e a distância entre os pontos (baseada na estimativa dos coeficientes de correlação entre os itens).

Apesar de rarearem os estudos que procuram abordar a relação trabalho-família tendo em conta a influência de factores de natureza individual, Sumer e Knight (2001) demarcaram-se dessa tendência ao proporem e comprovarem que o estilo de vinculação é um factor crítico no modo como os indivíduos gerem e experienciam a relação entre esses dois domínios de vida, influenciando, especificamente, o tipo de estratégias que usam na articulação de ambos²⁸⁷: “*The main goal of this study was to shift the focus from “What is the relationship?” to “Do people experience the relationship in different ways?”*” (Sumer & knight, 2001, p. 659). Através dos resultados obtidos neste estudo os autores demonstraram que não existe um modelo da relação trabalho-família que seja melhor ou mais completo mas que existem diferentes modelos da relação trabalho-família para diferentes indivíduos.

A escolha do estilo de vinculação como variável criterial na investigação em questão, fundou-se, de acordo com os autores, nas próprias potencialidades da teoria da vinculação enquanto modelo compreensivo das bases relacionais do modo de funcionamento psicológico dos indivíduos e, por conseguinte, na oportunidade que oferece de, a partir de uma perspectiva desenvolvimental, enquadrar e explicar possíveis diferenças individuais na atitude ou orientação dos indivíduos em relação à família e ao trabalho, ao modo como experimentam cada domínio e permitem que os dois interajam, a partir do conhecimento dos atributos e motivações pessoais associados a um padrão de vinculação específico. A investigação de Sumer e Knight (2001) representa mesmo a primeira tentativa sistemática de compreensão do papel das dimensões da vinculação adulta na interacção trabalho-família. Apoiando-se em termos conceptuais no modelo bi-dimensional da vinculação de Bartholomew (1990) e socorrendo-se da informação obtida através da revisão da literatura teórica e empírica acerca dos estilos de vinculação, os autores formularam e testaram quatro hipóteses acerca da relação desta variável com os mecanismos de segmentação e de *spillover* nas suas diferentes variantes. Expõem-se de seguida as referidas hipóteses e o seu racional bem como os resultados da sua verificação e a interpretação respectiva.

Hipótese 1. Indivíduos com uma representação negativa do *self* (*i.e.*, com estilo de vinculação preocupado e amedrontado) tenderão a experienciar níveis superiores de *spillover* negativo na direcção família-trabalho do que indivíduos com uma representação positiva do *self* (*i.e.*, com estilo de vinculação segura ou desinvestido):

²⁸⁷ Para além do estilo de vinculação e dos descritores da relação trabalho-família (grau de segmentação e *spillover*) os autores ainda avaliaram a satisfação profissional, a satisfação com a vida familiar, a satisfação com as relações e a satisfação com a vida com o objectivo de testar a hipótese de *spillover* pela via mais convencional (a de uma correlação positiva entre a satisfação num domínio e a satisfação com os outros domínios de vida). As correlações entre as várias medidas de satisfação também se apresentaram positivas e significativas sendo de salientar a presença de valores *r* mais elevados no par satisfação com o trabalho/satisfação com a vida e mais baixos nos pares satisfação com o trabalho/satisfação com a família e satisfação com as relações, um resultado que, na perspectiva dos autores, dá suporte ao modelo de *spillover*. Os resultados da análise correlacional efectuada para o conjunto total destas variáveis indicaram que a satisfação se associa negativamente aos indicadores de *spillover* negativo e se correlaciona positivamente com o *spillover* positivo (sendo mais fortes as correlações na direcção família-trabalho) e com a segmentação.

It can be expected that negative events experienced in close or romantic relationships are very likely to be carried over into other domains by those individuals who have a negative image of self, who are more reactive to their social environment, and who have a disposition to focus on negative affect and subjective distress. (Sumer & Knight, 2001, p. 656)

Os resultados dos procedimentos de verificação desta hipótese validaram-na apenas parcialmente dado que embora as diferenças se tivessem mostrado significativas na comparação dos preocupados com os seguros e os desinvestidos, o mesmo não se observou quando comparados os amedrontados com estas duas últimas categorias de participantes. Um tal resultado veio reforçar a ideia inicial dos autores quanto ao facto da centração obsessiva de indivíduos preocupados nas suas relações e nas suas reacções emocionais negativas dificultar, juntamente com a baixa diferenciação do *self*, o bloqueamento do processo de *spillover*.

Because the boundaries among their few existing self-domains are so blurred these people seem to have a hard time discriminating between different aspects of self, such as self as a significant other to someone, self as an employee, or self as a coworker. The end result seems to be a constant spreading of negative affect from one self-domain to another... (*ibidem*, p. 659)

Paralelamente foi detectada uma diferença no limiar da significância entre indivíduos com padrão de vinculação de tipo preocupado e amedrontado, com a média de *spillover* negativo a mostrar-se superior no primeiro caso. De acordo com os autores, tratou-se de um resultado que, contrariamente ao enunciado nesta primeira hipótese, sugeriu que a existência de uma imagem negativa do *self* poderia não ser o único factor subjacente à experiência de *spillover* negativo família-trabalho; existia também a possibilidade, da visão negativa que os indivíduos (amedrontados) possuem dos outros influenciar este processo ao esbater os efeitos das vivências associadas a relações significativas noutros domínios de vida.

Hipótese 2. Indivíduos com estilo de vinculação do tipo preocupado tenderão, igualmente, a registar níveis mais elevados de *spillover* negativo na direcção trabalho-família do que indivíduos com estilo de vinculação seguro ou desinvestido uma vez que a sua dificuldade em manter limites nas suas relações os predisporá ao *spillover* das experiências negativas independentemente da direcção. Esta hipótese também obteve apenas apoio parcial: os autores confirmaram unicamente a presença de diferenças significativas entre os indivíduos preocupados e os seguros no sentido esperado. Na perspectiva dos autores, a leitura deste resultado só teria cabimento à luz da conceptualização do estilo de vinculação como um constructo que apela simultaneamente para uma dimensão relacional e para uma dimensão personológica constructo esse que, a julgar por este caso concreto, parecia mostrar-se mais funcional na interpretação do que se passava no contexto das relações de proximidade afectiva que pontuavam a vida familiar do que no contexto de trabalho.

Hipótese 3. Indivíduos com estilo de vinculação de tipo seguro tenderão a experienciar níveis de *spillover* positivo em ambas as direcções superiores aos registados por indivíduos detentores de qualquer um dos restantes padrões de vinculação. Esperava-se, assim, que as relações de indivíduos seguros estivessem mais a salvo dos problemas profissionais e, como tal, experienciassem menos *spillover* negativo trabalho-família. Em contrapartida, uma vez que valorizam a autonomia e relações de proximidade satisfatórias, seria de esperar que o *spillover* positivo se manifestasse em ambas as direcções.

Embora os resultados não tivessem evidenciado a presença de diferenças significativas entre os seguros e os preocupados relativamente à direcção trabalho-família, todas as outras comparações confirmaram os indivíduos seguros como a categoria de participantes que registou valores médios de *spillover* positivo mais elevados quer na direcção trabalho-família quer na direcção inversa. Entre as explicações apresentadas pelos autores para esta superioridade relativa conta-se a maior capacidade dos indivíduos seguros para travarem a expansão das experiências de afecto negativo, para fazerem uso de estratégias construtivas de *coping* com o stresse e percepcionarem maior disponibilidade de apoio social em resposta a situações de stresse. Tais factores permitir-lhes-iam assegurar que a fronteira trabalho-família fosse selectivamente permeável, ou seja, possibilitasse a existência de interacções positivas mas não de interferências indesejáveis.

Hipótese 4. Indivíduos com estilo de vinculação de tipo desinvestido serão, de entre os membros dos quatro grupos, os que farão mais uso de estratégias de segmentação. Uma vez que o seu sentido de valor próprio é garantido pela negação defensiva da importância que as relações têm para si e pela afirmação da si próprio como independente, essas características tornariam improvável a expressão das dificuldades pessoais vividas no trabalho em contexto familiar e vice-versa. Para além disso, e porque tendem a evitar as experiências de intimidade, trata-se de indivíduos que, de um modo geral, minimizam a consciência subjectiva de possíveis emoções negativas ou necessidades sociais. Os autores não encontraram evidência da relação hipotetizada mas foram surpreendidos pela constatação de que, dos quatro grupos, os indivíduos preocupados eram os que apresentavam valores médios de segmentação significativamente mais reduzidos o que foi explicado com base no conteúdo dos itens da medida de segmentação (itens que, de algum modo, eram sugestivos da ausência de uma relação negativa recíproca entre trabalho e família). Os autores supuseram que os valores mais elevados de segmentação obtidos pelos indivíduos desinvestidos e amedrontados estivessem, por sua vez, relacionados com a tendência de ambos os grupos para, por medo de rejeição (amedrontados) ou para protegerem a sua auto-imagem positiva, evitarem a exposição aos outros: *"...both dismissing and fearfuls may defensively segregate their work and family worlds, and because of their negative view and perhaps distrust of others, they avoid carrying over anything from one sphere into another."* (Sumer & knight, 2001, p. 660).

O que, no fundo, constitui o denominador comum a todas estas posições teóricas é o reconhecimento da importância de valorizar a vertente mais fenomenológica da relação trabalho-família, procurando entender as concepções e as teorias pessoais dos indivíduos acerca da importância e do lugar que esses domínios devem ocupar nas suas vidas e prestando atenção ao modo como subjectivamente se relacionam com cada um deles. Conforme o significado vinculado pelos indivíduos a esses domínios, não só recursos finitos como o tempo ou a energia poder-se-ão tornar mais elásticos como a relação entre os dois domínios adquirirá, com maior probabilidade, propriedades sinérgicas podendo favorecer uma integração positiva.

5.4. O Investimento nos Papéis de Vida como Manancial de Recursos: A Abordagem Sociológica-Humanista de Marks

À perspectiva naturalista e universal de que os recursos energéticos do ser humano são escassos e susceptíveis de esgotamento, e face à constatação de que só algumas pessoas experienciam sobrecarga quando acumulam múltiplos papéis, Marks (1977) contrapõe a ideia de que alguns papéis de vida podem ser desempenhados sem qualquer gasto de energia e até podem ser geradores da energia destinada a si próprios ou a outros papéis bastando para tal que as actividades que envolvem sejam significativas para os indivíduos.

De acordo com o autor, a energia não é uma propriedade intrínseca de cada indivíduo mas emerge como um produto da relação entre o *self* e o mundo, entre o que se passa dentro e fora da pessoa humana podendo ser produzida mediante o preenchimento do hiato que existe entre o interior e o exterior, ou seja, por estímulo da capacidade que as pessoas possuem de estarem selectivamente abertas ao ambiente a à experiência.

Whatever we open ourselves to is felt to energize us; whatever we close ourselves is felt to enervate or drain us.... What is implied here is a transpersonal view of the energised self rather than an undersocialized (psychologistic) or an oversocialized (sociologistic) view.... Clearly, the state of being open or closed, inspired or uninspired, is not exclusively a matter of personal idiosyncrasy but is highly shaped by cultural priorities. (Marks, 1979, pp. 37-38)

Marks faz, assim, a apologia de um ponto de vista sociológico-humanista segundo o qual a energia de que os indivíduos dispõem para o desenvolvimento das actividades associadas aos vários papéis é uma variável condicionada social e culturalmente, sendo a sua escassez um fenómeno típico de um padrão de sub e sobreinvestimentos. A proposta teórica do autor alicerça-se em torno de quatro pontos apresentados como estruturantes da sua tese e que especificam as condições socioculturais nas quais o potencial de energia de cada pessoa fica disponível ou indisponível para certas actividades:

1. A energia não flui mecanicamente em resposta às exigências até que se esgota. As pessoas *constroem* a sua resposta às exigências dos outros, o que significa que *decidem* como usar a sua energia e quais as exigências que (e se alguma) serão satisfeitas.

2. As pessoas podem interromper o fluxo de energia relativamente a um dado papel, permitindo que essa energia fique disponível para papéis cujo desempenho seja especialmente exigente ou mais fortemente sancionado, ou simplesmente para se envolverem naqueles que sejam cultural ou pessoalmente mais valorizados. Desta forma, um indivíduo com múltiplos papéis pode manipulá-los para que apenas alguns, usufruam da sua energia.

3. Quando uma actividade dá origem a uma sensação de perda de energia, essa situação acontece mais em função da atitude e postura ("*stance*") das pessoas em relação aos seus *clusters* de actividades e aos parceiros de papel nelas implicados do que representa a mera subtracção de uma parte de recursos biológicos, já de si escassos, por cada um dos papeis desempenhados.

4. As pessoas possuem uma ampla quantidade de energia para utilizar em todos os papéis, em toda a extensão de um dia, independentemente da energia que já tenha sido anteriormente gasta:

Abundant energy is "found" for anything to which we are highly committed, and we often feel more energetic after having done it; also, we tend to "find" little energy for anything to which we are uncommitted, and doing these things leaves us feeling spent, drained, or exhausted. (Marks, 1977, p. 927)

Marks chamou a atenção para a importância de atender às diferenças entre as três variáveis sobre as quais recaem as exigências conflituais dos papéis de vida – tempo, energia e investimento – sob pena de não se compreender completamente em que circunstâncias os múltiplos papéis criam problemas de sobrecarga e conflito e em que situações isso não acontece. Para Marks a experiência de conflito não é, de todo, explicada pelo volume de exigências objectivamente colocadas pelos papéis de vida mas sim pelo sistema de sobre ou subinvestimentos afectivos mantidos pelos indivíduos nesses mesmos de vida. Do conjunto das três variáveis, o investimento é, como atrás já foi mencionado, o factor que o autor considera influenciar mais decisivamente a emergência de conflito ou sobrecarga bem como a forma que essas experiências tomam:

I shall speak of a commitment when a person wants to carry out a more or less elastic cluster of performances over time, in light of his/her assessment of the importance of that cluster of performances. By more or less elastic cluster of performances I wish to emphasize the idea that most commitments point to a shifting number and range of rather ill-delineated potencial

performances, rather to a set of ironclad numerically constant behaviors having clearly defined parameters which everyone knows. (ibidem, p. 929)

Ao definir investimento desta forma, Marks faz sobressair a base subjectiva do conceito reflectida, essencialmente, na natureza das razões pelas quais um indivíduo deseja desempenhar selectivamente um certo papel e considera importante fazê-lo. Entre os motivadores pessoais de investimento identificados por Marks encontra-se (1) o gosto espontâneo por uma ou mais actividades específicas do *cluster* de *performances*, (2) a lealdade a um ou mais parceiros de papel que estejam interessados ou fiquem agradados com o desempenho dessa(s) actividade(s), (3) a antecipação de algum tipo de recompensa (como poder, simpatia, aprovação, promoção da auto-imagem, etc.) e, (4) o evitamento de algum tipo de punição (como estigmatização, desaprovação, perda de gratificações, etc.).

O investimento pode ser desencadeado por apenas um destes focos motivacionais mas eles podem também combinar-se entre si criando condições para uma expansão ilimitada do nível de investimento. Esta expansão depende, essencialmente, do aumento do valor atribuído pelo indivíduo a algum (s) destes focos bem como do aumento do número de *performances* (pertencentes a um dado *cluster*) que o indivíduo avalia como importantes²⁸⁸. No limite tal poderá implicar que cada indivíduo possa investir em tudo aquilo em que consiga pensar; “ *It simply means that there is no inherent limit on the expansion of our commitment levels within the scope of our ongoing activities and the role partners we encounter within them. (ibidem, p. 929).*

De acordo com Marks, sempre que se verifica uma expansão do nível de investimento, regista-se (1) um aumento do nível de energia subjectiva que o indivíduo experiencia durante e após as interacções que têm lugar no contexto da actividade investida, (2) um aumento da satisfação dos parceiros de papel com o desempenho do indivíduo, e, (3) uma utilização mais flexível do tempo que permite ao indivíduo acomodar as unidades adicionais de tempo alocadas a cada um dos seus parceiros de papel²⁸⁹. Este efeito desmultiplicador do tempo e da energia disponíveis produzido por investimentos mais elevados (por oposição, os desinvestimentos tendem a constanger a disponibilidade destes recursos) é a primeira explicação avançada por Marks para os casos em que os indivíduos não experienciam sobrecarga. Todavia é uma explicação que o autor considera insuficiente por não permitir compreender as situações nas quais, apesar dos investimentos elevados, o tempo e a energia se mostram recursos menos elásticos. A presença de limites à expansão desses recursos levou o autor a sublinhar a

²⁸⁸ Marks (1977) explicou como os quatro motivadores contribuem para variações nos investimentos: “*At times the four elements may overlap, but other times commitment may be maintained by virtue of only one of the elements being strongly present even when the values of the other three elements would, by themselves, make for non-commitment. When all four elements independently and strongly support a given cluster of performances, the commitment level will be extremely high...*” (p. 929).

²⁸⁹ Marks referiu que esta última acomodação é sempre possível graças às estratégias criativas que o ser humano é capaz de pôr em prática para produzir tempo, “*for example, compressing the time for certain activities through compactness or greater efficiency, doing two or more things at once, etc.*” (Marks, 1977, p. 930).

necessidade de conhecer o espectro total de investimentos dos indivíduos enquanto sistema, o que implica determinar de que modo os indivíduos avaliam o valor e a importância de um papel um *cluster* de actividades comparativamente a outros papéis e *clusters* de actividades. Idealmente, esse sistema de investimentos pode assumir uma de três formas: (1) um sistema de investimentos igualmente positivos em dois domínios diferentes em que praticamente tudo o que tipicamente o indivíduo realiza num é considerado tão bom ou importante quanto o que realiza no outro (Tipo I); (2) um sistema de investimentos igualmente negativos em dois domínios diferentes em que praticamente tudo o que tipicamente o indivíduo realiza num é considerado tão mau ou desinteressante quanto o que realiza no outro (Tipo II); e, (3) um sistema de sobre e subinvestimentos no qual uma ou mais das actividades típicas que o indivíduo desenvolve num domínio são vistas como melhores, mais importantes, mais merecedoras de esforço do que as que realiza no outro (Tipo III).

O sistema de investimentos de Tipo III é, justamente aquele que, na perspectiva do autor, mais favorece a ocorrência de conflito e sobrecarga pelo facto do sobreinvestimento dos indivíduos se tornar onipresente nas suas vidas limitando o tempo e a energia disponíveis para actividades menos investidas: ainda que o indivíduo valorize os interesses subinvestidos, o tempo e a energia que poderia dedicar-lhes serão sempre escassos uma vez que o indivíduo terá sempre coisas melhores ou mais importantes para fazer. No caso das actividades sobreinvestidas acontece exactamente o inverso, ou seja, assiste-se a um fenómeno no qual o envolvimento dos indivíduos nessas actividades conduz à expansão e renovação permanente do tempo e energia que estão disponíveis para elas. Mais tarde ou mais cedo, o indivíduo cria mesmo um certo grau de dependência em relação aos seus sobreinvestimentos que leva a que as actividades que constituem o seu objecto acabem por usurpar o tempo e a energia atribuídos a actividades de importância secundária²⁹⁰:

While the social production of energy and time for overcommitted activities may be enormous, it will never be enough. The same impulse that elevates one (or just a few) interests to a position of supreme importance will also refuse to assign limits to the pursuit of these interests.... Identity strength and self-esteem will rest disproportionately on "successful" performances in the overcommitted areas and the culture will mobilize its arsenal of punishments and rewards (especially wealth, power and prestige) on behalf of these performances, withholding support from those who "underachieve". Thus overcommitted people will tend to expand their mutual projects indefinitely as these projects simply have more "meaning" than other interests in their life. (Marks, 1979, p. 33)

²⁹⁰ Marks (1977) descreveu, igualmente, os inconvenientes relacionais do sobreinvestimento referindo-se, de modo particular, às dificuldades de acomodação que podem surgir na situação em que quer o indivíduo quer os seus parceiros de papel, se encontram sobreinvestidos no mesmo *cluster* de actividades: "Overcommitted role partners will tend to expand their projects indefinitely, and since identity strength is likely to hinge much more on the success of these performances than on any others, no one involved in them is apt to release his/her role partners from doing their share of the work." (Marks, 1977, p. 931).

Com o passar do tempo, a tendência será para que, por efeito do sobreinvestimento, o *cluster* de actividades para o qual os indivíduos estão mais orientados, sofra uma ampliação progressiva (seja através do aumento do número de *performances* específicas ou da complexificação do desempenho) e que, paralelamente, o envolvimento do indivíduo com as actividades nas quais subinveste decresça (através da diminuição do número de *performances* específicas, da simplificação do desempenho, ou delegação nos outros). Quanto maior a discrepância entre os sobre e os subinvestimentos mais acentuados serão os sentimentos de fadiga, de tensão e de esgotamento já que o investimento desproporcional do indivíduo nas áreas primárias de interesse torna-lo-á persistentemente ansioso e preocupado com a qualidade do seu desempenho nessas áreas²⁹¹.

Dado que nalguns casos, os subinvestimentos podem corresponder a obrigações sociais valorizadas, os indivíduos podem desejar ou ter necessidade de justificar um desempenho mais fraco ou mesmo omissos aos parceiros do papel nos quais se encontram subinvestidos, especialmente se esses parceiros de papel neles sobreinvestirem. Segundo Marks (1977), nessa circunstância, a escassez de tempo e de energia funciona como uma desculpa socialmente aceitável que permite aos indivíduos desresponsabilizarem-se e mitigar possíveis problemas resultantes de uma conduta pública mais questionável, cuja eficácia, no caso da energia, está ligada ao facto de se tratar de um elemento intangível, não observável nem mensurável. Como tal “... *even those role partners who can observe me full-time may have difficulty challenging my claim to a low level, so long as I am careful to refrain from any sign of vigor in my engagement in alternative activities*”. (p. 932).

Tais desculpas não são usadas aleatoriamente mas sim tendo em referência os padrões e as prioridades culturais estabelecidas relativamente ao desempenho de papel adequado; a sua honorabilidade depende do grau no qual o *cluster* de actividades a que se referem é culturalmente valorizado e socialmente recompensado:

When culturally-favored roles (such as work) are themselves differentiated into a hierarchy of presumed importance, those people holding the highest positions will have the least latitude of scarce time and energy excuses within those positions (nor would they want to appeal to them), but they will also have enormous power of appeal to these excuses outside of those positions.
(Marks, 1977, p.932)

Com efeito, apesar de considerar que os estilos de investimento podem ter raiz em idiossincrasias pessoais, Marks defendeu, igualmente, que os investimentos são culturalmente padronizados no contexto de uma sociedade e dos grupos sociais que nela se definem (grupo sexual, socioeconómico, etc.), ou seja, são governados por normas culturais específicas

²⁹¹ Marks (1979) assinalou o subdesenvolvimento de capacidades em áreas de interesse secundariamente investidas, como uma outra consequência psicológica do sobreinvestimento: “*Since overcommitments entail a narrowing down of interest in one’s environment, we should expect an atrophy of human capacities that answer to these interests.*” (p. 34).

transmitidas de pessoa para pessoa ao longo do processo de socialização e que prescrevem o modo como os investimentos dos indivíduos devem ser organizados uns em relação aos outros: *"...commitment patterns may be specified as cultural systems. Each of these cultural patterns offers its members a different kind of prescription for organizing their attitudes about their myriad activities and their partners within them."* (Marks, 1979, p. 31).

Desta forma, em sistemas culturais que promovem um sobreinvestimento na actividade profissional e um subinvestimento noutras áreas de vida (como acontece em sociedades historicamente enraizadas na ética protestante e na tradição religiosa do calvinismo, isto é, caracterizadas pela sacralização e glorificação do trabalho e pelo repúdio e condenação da participação dos indivíduos noutras actividades), o envolvimento com múltiplos papéis tenderá a ser percebido pelos indivíduos como superexigente e o tempo e a energia tornar-se-ão bens escassos não porque as supostas reservas naturais desses recursos sejam limitadas mas devido à dupla necessidade com que o indivíduo se confronta de ser fiel aos seus próprios investimentos (*i.e.*, o que subjectivamente é mais importante ou saliente para si) e corresponder às prioridades culturalmente definidas. Na perspectiva do autor, uma vez que os sobreinvestimentos estão na base de uma maior capacidade de produção de energia e tempo, nessas culturas, apenas quando o sistema pessoal de investimentos se caracterizar por uma quantidade elevada de interesses sobreinvestidos, a experiência de sobrecarga tenderá a ser minimizada: *"The more narrow the range of overcommitted interests, the more occasion there will be to feel drained or overcharged. As a phenomenon, the experience of energy and time scarce will occur principally in these invidious cultures."* (Marks, 1979, p. 33)²⁹².

De acordo com o autor, sistemas culturais deste tipo encorajam a abertura dos indivíduos relativamente às actividades culturalmente mais valorizadas (sobreinvestidas) ao mesmo tempo que incentivam o alheamento em relação às que são menos valorizadas (subinvestidas)²⁹³, fazendo-os sobrevalorizar dimensões para as quais não estejam intrinsecamente tão motivados

²⁹² Os dois outros tipos de sistemas culturais apresentados por Marks (1977; 1979) são o sistema de sacralização (*"sacralizing"*) e o sistema apático (*"apathetic"*). O primeiro caracteriza-se pela valorização de investimentos positivos elevados em todas as formas de actividade humana e pela ausência de uma hierarquia de importância no que se refere à diferenciação do valor de cada uma (uma dada actividade é considerada tão importante quanto outra qualquer). De acordo com o autor, trata-se do sistema mais saudável e o que mais favorece a auto-actualização na medida em que promove a abertura do *self* à experiência legitimando o seu envolvimento em experiências alternativas através das quais os indivíduos transcendem as suas rotinas e, ao mesmo tempo, recuperam energias susceptíveis de as revitalizar: *"As phenomena, time and energy will be both abundant; there is no need for urgency if what I am now doing is felt to be just as highly worthy of me as what I shall be doing latter, and concepts of "wasted time" or "wasted effort" will not tend to appear. Moreover since everything can be sacralized in this type of culture, there is no need to deny or repress any of one's inner tendencies, and one's energy can flow out toward myriad productive purposes."* (Marks, 1979, p. 32). O segundo sistema situa-se nos antipodas do anteriormente descrito já que, na sua forma mais extrema, caracteriza o padrão de culturas com uma visão nihilista da realidade em que não existem valores positivos e tudo o que os indivíduos fazem é considerado inútil e sem significado.

²⁹³ Também os sobreinvestimentos do próprio sistema pessoal de investimentos aparecem associados apenas a níveis parciais de abertura a outras actividades dado que a preocupação e a ansiedade experienciadas em relação às áreas mais investidas reduzem a probabilidade dos indivíduos se abrirem e *inspirarem* nas restantes. Marks utilizou o termo *inspiração* com um duplo sentido. No sentido metafórico refere-se à possibilidade do indivíduo encontrar no ambiente externo estímulos suficientemente fortes (*i.e.*, pessoalmente significativos) capazes de o colocarem em transacção com o meio e induzirem a produção de mais energia. No sentido literal, a expressão pretende caracterizar o modo pelo qual o mundo exterior se torna fisiologicamente acessível aos indivíduos sob a forma de energia (os indivíduos captam a partir do exterior o oxigénio que alimenta o processo metabólico de produção de energia) correspondendo, igualmente, à descrição do acto respiratório (inspirar) através do qual os indivíduos obtêm alívio da sensação de ansiedade ou de outras sensações desagradáveis.

e subestimar a importância daquelas que sejam pessoalmente mais centrais. Em cada sociedade prevalecem significados culturais que tipificam certas actividades como mais ou menos importantes, e em torno dos quais se desenvolvem convenções, criam expectativas e estruturam hábitos e rotinas. Tais significados configuram um legado cultural ao qual os indivíduos ficam expostos ao longo do seu crescimento e que, dada a sua crescente familiaridade com esse modo de vida, podem ter dificuldade em questionar e relativizar: *"Invidious cultures never break the cycle of over and undercommitments, though self-actualizers may manage to do so on the strength of their own, idiosyncratic personal power."* (Marks, 1979, p. 39)²⁹⁴.

Desta forma, para o autor, ainda que as diferenças observadas nos sistemas individuais de investimento possam ter subjacentes aspectos de natureza eminentemente idiossincrática, a sua organização é também, nalguma medida, socialmente estratificada segundo critérios que variam em função de factores estruturais bem como da ideologia dominante quanto à escala de valor em que cada tipo de actividade social figura.

5.5. Os Determinantes de Investimento: A Confluência da Perspectiva Utilitária e da Identidade Social

Em 1991, apelando para a necessidade de fazer convergir os esforços da investigação para a construção de um modelo integrador do investimento no trabalho e na família, Lobel fez uma síntese dos pressupostos da abordagem utilitária e da abordagem da identidade social procurando pôr em evidência as complementaridades de ambas as abordagens no que se refere à compreensão e potenciação dos processos conducentes à integração positiva dos dois domínios (*cf.* Quadro 5). O conceito de investimento é entendido pela autora como referindo-se à presença de um certo grau de devoção dos indivíduos ao trabalho ou à família, que se manifesta quer atitudinal (*e.g.*, elevadas expectativas de desempenho no papel, expressões de orgulho no papel e investimento de recursos pessoais no papel como forma de assegurar sucesso no seu desempenho ou o desenvolvimento do próprio papel) quer comportamentalmente (*e.g.*, grau de participação no papel e qualidade de desempenho do papel): *"In general, the more a person expresses attitudes and behaviors in support of a role, the greater that person's degree of role investment."* (p. 508).

Lobel contrastou as duas abordagens servindo-se de três analisadores: os determinantes de investimento, os determinantes da emergência de conflito trabalho-família, e os determinantes de equilíbrio trabalho-família. As recompensas e os custos associados a um papel (abordagem utilitária) e, por outro lado, o grau de identificação dos indivíduos com este (abordagem da identidade social) constituem as duas categorias de factores psicológicos

²⁹⁴ Marks (1979) descreve alguns dos mecanismos que estão na base da pressão que certos tipos de cultura exercem sobre os indivíduos para a manutenção de um sistema de investimentos socialmente útil: *"These cultures keep their average members fixated on a lower level of the hierarchy of needs, incessantly creating renewed deficiency-motivation in the form of material insecurities, safety insecurities, and other deficits that keep enlivening the overcommitment to get them filled."* (Marks, 1979, p. 39).

associados a variações do grau de investimento dos indivíduos nesse papel. Se, no primeiro caso, o investimento num papel depende do grau no qual ele proporcione recompensas valorizadas pelo indivíduo (e comporte o mínimo de custos para si), no segundo caso, por efeito do processo de identificação, até as características menos desejáveis do papel são reconceptualizadas positivamente (os custos são convertidos em benefícios), com o investimento a fazer-se de modo independente das gratificações antecipadas²⁹⁵: *"In other words, although a person's identification with a role is positively related to his or her investment in that role, identification does not necessarily depend on nor covary according to favourable net role rewards."* (Lobel, 1991, p. 511).

Tendo em conta a concepção utilitária quanto à motivação para investir, por derivação lógica, a ocorrência de conflito trabalho-família torna-se mais provável quando ambos os papéis se tornam fonte de recompensas igualmente valorizadas pelos indivíduos e estes se sentem motivados a investir nos dois papéis de igual modo, não obstante a impossibilidade de participarem de forma comparável em cada um deles. Nesta ordem de ideias o conflito trabalho-família também pode ser experienciado sempre que o indivíduo seja forçado pelas circunstâncias a investir mais num determinado papel tornando-se os investimentos em cada papel mais equivalentes. Neste caso, *"The competition between roles is inevitable, and one role will gain acceptance at the expense of the other."* (ibidem, p. 510). A existência de um padrão desigual de investimento, provável unicamente na circunstância de ausência de proporcionalidade nas recompensas associadas a cada papel, é a única condição que torna viável o alcance de equilíbrio trabalho-família.

De acordo com a teoria da identidade social, a probabilidade de ocorrer conflito trabalho-família é maior quando existe uma clivagem acentuada entre os valores associados ao papel familiar e ao papel de trabalhador, e a evocação das identidades de papel concorrentes (*i.e.*, incompatíveis em termos de valores) numa mesma situação, leva os indivíduos a experimentarem ambivalências relativamente à decisão ou comportamento a adoptar tendo em conta a dualidade presente a nível das suas orientações de valor. Face a esta elevada diferenciação dos valores associados a cada identidade de papel, os indivíduos apenas poderão alcançar o equilíbrio trabalho-família se forem capazes de garantir que as identidades em conflito se mantêm espacial, temporal e psicologicamente separadas (o que embora o deixe mais liberto da vivência de stresse mas não diminui o risco dos valores associados a cada uma das identidades entrarem em conflito e sabotarem a tentativa de segmentação) ou se conseguirem vinculá-las a um núcleo consistente de valores pessoais que mantenham a congruência entre essas identidades. Desta forma, o que torna possível o equilíbrio trabalho-família não é o sobreinvestimento num papel em detrimento do investimento no outro, mas o

²⁹⁵ A este respeito a autora evocou a tendência dos pais que trabalham fora de casa para mencionarem a qualidade da interacção com os filhos e a maior independência dos filhos como vantagens da menor quantidade de tempo que passam com eles. Trata-se de um dos exemplos de como *"...according to social identity theory, a favorable cost-benefit ratio is not a necessary condition for identification with a role; "... identification may even be enhanced more by costs than rewards"* (Lobel, 1991, p. 511).

investimento em ambos na condição de ambos se tornarem expressão da coerência do próprio *self*.

Quadro 5.

Comparação das proposições das abordagens Utilitária e da Identidade Social quanto ao investimento nos papéis profissional e familiar (Lobel, 1991)

Proposição 1a:	O investimento de um indivíduo num papel aumentará à medida que aumentem as suas percepções quanto as recompensas líquidas desse papel (recompensas menos custos).
Proposição 1b:	Os efeitos relativos das recompensas e dos custos de um papel no investimento nesse papel, serão moderados pelo valor que a obtenção das recompensas e o evitamento dos custos tenha para o indivíduo.
Proposição 1c:	O nível relativo de recompensas profissionais líquidas e de recompensas familiares líquidas determinarão o investimento relativo do indivíduo no trabalho e na família.
Proposição 2:	O conflito trabalho-família aumentará à medida que aumente a igualdade entre as recompensas profissionais e as recompensas familiares líquidas.
Proposição 3:	O equilíbrio trabalho-família aumentará à medida que os investimentos do indivíduo em cada papel, bem como as correspondentes recompensas líquidas de cada papel, se tornem desiguais.
Proposição 4:	O investimento de um indivíduo num papel aumentará à medida que aumente a sua identificação com esse papel.
Proposição 4b:	A correspondência entre a identificação do indivíduo com um papel e o seu investimento nesse papel não aumentará em função das recompensas percebidas nem diminuirá em função da percepção dos custos associados a esse papel.
Proposição 4c:	A saliência relativa das identidades familiar e profissional determinarão o nível de investimento relativo do indivíduo no trabalho e na família.
Proposição 5:	O conflito trabalho-família aumentará à medida que diminua a sobreposição entre os valores subjacentes a cada papel, independentemente dos níveis de investimento relativo.
Proposição 6:	O equilíbrio trabalho-família aumentará (1) à medida que os valores individuais expressos nas suas identidades de papel se tornem mais similares e (2) à medida que esses valores se tornem diferenciados desde que as identidades de papel em causa se mantenham separadas física, temporal e psicologicamente.

NOTA: Abordagem **Utilitária:** Proposições 1 a 3; Abordagem da **Identidade Social:** Proposições 4 a 6

Apesar das proposições de cada abordagem parecerem irreconciliáveis, Lobel admite que possam revelar-se úteis na explicação quer de diferentes dimensões do investimento (a teoria da identidade social, contribuindo para compreensão de predisposições individuais mais estáveis para o investimento e a perspectiva utilitária, para a compreensão de opções comportamentais mais específicas e de curto-prazo) quer do modo como certas variáveis como o género, o estágio do ciclo de vida e a cultura influenciam o processo de investimento:

The propositions associated with the utilitarian approach may best explain the role investment of men in general, men before they reach the mid-life, and possibly women after they reach mid-life; career - and family-primary individuals; and people from individualistic cultures. The social identity theory may best explain the role investment of women and individuals who have equally salient work and family identities. Work-family balance may be achieved differently in individualistic and collectivist cultures, namely, by unequal investments and identity separation in the former and value congruence in the latter. (ibidem, p. 516)

5.6. A Metáfora do Tempo como um “Contentor” de Significado

Embora admitindo que a distribuição do tempo é um elemento crítico nas tentativas que os indivíduos fazem para conciliar os seus diferentes papéis e investimentos, Thompson e Bunderson (2001) consideram que a conceptualização do tempo como um recurso que se esgota à medida que é repartido pelos vários domínios de vida, subrepresenta os processos psicológicos que participam do modo como os indivíduos dão sentido ao seu tempo e gerem as múltiplas áreas da sua existência. Sem negligenciar o facto das competências de gestão do tempo serem um requisito fundamental da eficácia pessoal, os autores referem que essas tentativas para alcançarem o equilíbrio na distribuição do seu tempo desviam a atenção dos indivíduos de questões psicologicamente mais úteis como, por exemplo, *“How adept am I at imbuing my time with significance that reflects my personal values and identity?”* (Thompson & Bunderson, 2001, p. 21).

De acordo com os autores, a métrica que os indivíduos usam na avaliação da importância das “coisas” na sua vida não é a do consumo de tempo mas a do significado intrínseco. A utilização de um critério como o da quantidade de tempo no estudo do conflito trabalho-família ignora que o tempo não é um valor neutro mas um valor socialmente construído, no qual se infundem significados e expressões de identidade. Desta forma, procuram enfatizar o papel da dimensão qualitativa (ou experiência subjectiva) do tempo na compreensão da relação entre o trabalho e o não trabalho pondo a tónica na natureza das actividades que ocupam o tempo dos indivíduos, incluindo o significado que essas actividades assumem para cada um²⁹⁶. O modelo da relação trabalho-não trabalho²⁹⁷ que apresentam, incorpora essa dimensão qualitativa do tempo e permite compreender de que forma o significado que os indivíduos atribuem ao tempo, propicia (ou não) a emergência de conflito nessa relação²⁹⁸: *“We argue that when people spend their time in identity affirming activities,*

²⁹⁶ Thompson e Bunderson (2001) inclusivamente sugeriram que a natureza das actividades e o seu significado pessoal podem influenciar a própria percepção dos indivíduos quanto à quantidade de tempo que lhes dedicam. Dito de outro modo, o significado da actividade poderá alterar a noção de tempo do indivíduo.

²⁹⁷ Embora os autores se tivessem referido a “não trabalho” enquanto categoria geral que agrupa todos os outros domínios de vida para além do trabalho, opta-se, sempre que possível, por especificar um domínio em particular – a família – de modo a melhor contextualizar a proposta teórica em causa no âmbito do presente projecto. Obviamente que, com isso, não se pretende negligenciar a possibilidade do envolvimento dos indivíduos com outros domínios poder dar um colorido diferente à própria relação trabalho-família. Tal decisão traduz, igualmente, o compromisso com o ponto de vista segundo o qual o trabalho é uma dimensão eminentemente presente em todas as formas de expressão humana.

²⁹⁸ Importa sublinhar que a validade teórica do modelo apresentado pelos autores se confina às circunstâncias em que as exigências associadas a um dos domínios de vida não adquiram uma proporção tal que bloqueiem a oportunidade dos indivíduos terem um vida revestida de significado noutros domínios: *“When time demands for either work or non-work are extreme no amount of meaningfulness contained within time is likely to mitigate one’s sense of work-non-work-conflict.”* (p. 25). De igual modo, o significado também só pode intervir na experiência de conflito quando as exigências de cada um dos domínios colidam entre si o que implica que os domínios em questão não sejam nem totalmente independentes nem totalmente interdependentes. Os autores especificaram, por isso, três pressupostos do modelo: (1) que os indivíduos distingam o domínio profissional dos domínios extra-profissionais; (2) que cada um desses domínios exija uma proporção substancial de tempo; e, (3) que haja alguma probabilidade de, ocasionalmente, essas exigências de tempo se tornarem mutuamente exclusivas. Uma implicação lógica destes pressupostos é que a experiência de conflito pode ser influenciada por factores individuais, sociais, organizacionais específicos (e.g. o tipo de actividade profissional).

be they at work or pursuing non-work interests, they will tend to perceive less conflict between life domains." (Thompson & Bunderson, 2001, p. 18).

A escolha da metáfora do *contentor de significado* proposta pelos autores, explica-se pela sua intenção em enfatizarem que o tipo de actividades (o seu significado) que os indivíduos introduzem no seu tempo pode ter tanto impacto na experiência de conflito como o tempo que dispõem com cada domínio de vida. Os limites espaciais do contentor representam os limites do próprio tempo, isto é, a sua natureza finita. Contudo, o que verdadeiramente distingue um contentor de outro não é a sua capacidade (as 24 horas de um dia são invariantes) mas o seu conteúdo, ou seja, o tipo de actividades que os indivíduos nele colocam. As escolhas que os indivíduos fazem quanto à forma de ocupar o tempo (as actividades com que o preenchem) determinam os significados que ficam contidos no contentor e que lhe dão conteúdo. Esses conteúdos podem ser de dois tipos: consistentes com a identidade (quando os indivíduos escolhem essas actividades em função de valores centrais para o *self*) ou discrepantes da identidade (quando os indivíduos decidem ocupar o tempo com actividades que não reflectem dimensões importantes da sua identidade ou tentam através delas serem alguém que não desejam ou que não podem tornar-se).

No contentor também não existem divisórias ou compartimentos; os conteúdos coexistem numa só unidade de espaço o que permite que entre eles se estabeleça todo o tipo de relação (os significados associados a uma actividade podem colidir, constranger ou intensificar os significados associados a outra actividade presente no contentor) mas implica, igualmente, que não seja possível alterar o tempo que cabe a uma actividade sem que isso afecte, positiva ou negativamente, o significado que se atribui ao tempo que diz respeito a outra. Esta última possibilidade mostra-se, segundo os autores, consistente com as evidências quanto à ocorrência de *spillover* emocional entre o trabalho e a família, em ambas as direcções e com efeitos não só negativos como positivos.

Basicamente, a posição defendida pelos autores é a de que os domínios de vida não têm forçosamente de ser vistos como competitivos mas podem interagir de modo complementar e sinérgico. O investimento de tempo num domínio não deve ser visto como fazendo perigar o envolvimento do indivíduo num outro; pode, inclusivamente, reforçá-lo desde que esse tempo seja dispendido em actividades cujo significado seja pessoalmente valorizado pelo indivíduo. Assim se compreende que o modelo proposto, embora corresponda a uma tentativa de conceptualização do tema conflito possua, igualmente, uma heurística positiva (estabelecer as condições favoráveis ao enriquecimento mútuo dos domínios). De resto, os próprios autores explicitam que um certo nível de conflito, usualmente visto como problemático e indesejável, possa constituir uma oportunidade favorável à criação de significado não só porque *"It is only when we are forced to make difficult choices that we have the opportunity to define ourselves and thus to develop an identity that can be affirmed."* (Thompson & Bunderson, 2001, p. 26), mas também porque é em situações de tensão que os indivíduos têm

a possibilidade de excluir e banir da sua vida responsabilidades que são estranhas à sua identidade desejada.

Quadro 6.

Modelo da Fenomenologia do tempo no Conflito Trabalho-Não Trabalho (Thompson & Bunderson, 2001)

Tempo no domínio secundário			
Tempo no domínio âncora	Afirmação da Identidade		Discrepância da Identidade
	Afirmação da Identidade	Enriquecimento mútuo	Compensação
	Discrepância da Identidade	<i>Spillover</i>	Enfraquecimento mútuo

Inspirando-se conceptualmente na teoria da identidade de papel e na teoria das discrepâncias do *self*, Thompson e Bunderson (2001) decompuseram, através de um conjunto de proposições (*cf.* Quadro 6), a ideia chave da sua própria teoria, ou seja, que as diferenças individuais na identidade e nos valores juntamente com as exigências de tempo objectivamente associadas aos domínios de vida predizem a extensão na qual os indivíduos experienciam conflito.

1. As percepções de conflito dos indivíduos serão menos acentuadas quando o tempo no trabalho ou na família envolver actividades consistentes com a identidade ideal. A percepção de inconsistências entre a identidade actual (isto é, o tipo de pessoa que o indivíduo pensa que é num dado papel) e a identidade ideal (isto é, com o tipo de pessoa que o indivíduo acha que deve ser num papel particular), influencia o modo como os indivíduos lidam com as exigências de tempo provenientes de cada um dos domínios. Se o tempo requerido por um deles envolve actividades relevantes para o sentido de identidade, o significado que lhe está associado actuará de forma a mitigar as percepções de conflito entre esse tempo e o tempo exigido pelo outro domínio. A satisfação pessoal experimentada durante esse tempo contribuirá para que os indivíduos sintam que possuem recursos emocionais e psicológicos para investir nos outros domínios de vida.

2. As percepções de conflito dos indivíduos serão mais acentuadas quando o tempo no trabalho ou na família envolver actividades discrepantes da identidade ideal. Se o tempo exigido por um dado domínio contém actividades que são irrelevantes ou antagónicas ao ideal de identidade, os indivíduos sentir-se-ão perturbados com a exigência e tenderão a encará-la como estando em conflito com outros domínios onde teriam mais condições para afirmar a sua

identidade. O tempo dispendido neste domínio contribuirá para desgastar os recursos psicológicos e emocionais que poderiam ser investidos noutros domínios.

3. Quando quer o tempo passado no trabalho quer o tempo passado na família, oferecem oportunidade para a afirmação da identidade, os dois domínios assumem uma relação de *spillover* positivo e reforçam-se reciprocamente. Os indivíduos até podem continuar a experimentar conflitos entre os dois domínios tendo em conta a quantidade de tempo que lhe exigem, mas a congruência dos valores que estão associados a ambos não permite que o tempo gasto com um seja percebido como uma ameaça (antes como um ganho) para o outro.

4. Quando os indivíduos experimentam discrepância de identidade no domínio que constitui a âncora da sua identidade, por efeito de *spillover* a frustração emergente nesse domínio transferir-se-á para o outro, aumentando as percepções de conflito entre os domínios. Os indivíduos tendem a ancorar a sua identidade ou no trabalho ou noutros domínios e papéis da existência. Quando o tempo gasto nesse domínio pessoalmente mais central ou saliente é preenchido com actividades contrárias aos valores nos quais os indivíduos pretendem alicerçar a sua identidade, a frustração sentida tenderá a transvazar para o domínio menos saliente. Dado que o indivíduo se identifica com este outro domínio apenas secundariamente, este domínio ficará totalmente exposto às consequências (negativas) da frustração associada ao domínio âncora pois não oferece condições para que o indivíduo possa compensar a discrepância de identidade.

5. Quando os indivíduos experimentam discrepância de identidade no domínio secundário, tenderão a orientar o seu tempo e energia para o domínio âncora de modo a compensar essa discrepância. Contudo, as percepções de conflito tornar-se-ão mais acentuadas. Confrontados com a impossibilidade de ocuparem o seu tempo no domínio secundário de uma forma relevante para o seu sentido de identidade, os indivíduos tenderão a procurar aliviar essa frustração ocupando o tempo de modo significativo para a sua identidade pessoal no domínio âncora. Embora eficaz episódica e pontualmente, do ponto de vista fenomenológico, esta relação de compensação comporta um risco: os indivíduos podem passar a encarar o tempo no domínio âncora como estando a ser comprometido pelo tempo no domínio secundário.

6. Quando quer o tempo dedicado ao trabalho quer o tempo dedicado à família, estão associados à experiência de discrepância de identidade, o conflito trabalho-família tenderá a ser mais grave e contribuirá para o enfraquecimento de ambos os domínios conduzindo a situações de alienação e anomia. Se nenhum dos domínios permitir aos indivíduos exprimir os seus valores e afirmar a sua identidade, os sentimentos de frustração resultantes não poderão ser compensados e actuarão no sentido de exacerbar o conflito entre os domínios e a perturbação

emocional do próprio indivíduo (que se sentirá incapaz de resolver a discrepância entre a identidade ideal e as condições actuais de vida).

6. Dados da Investigação

Procurar-se-á, de seguida, apresentar uma série de estudos que, partindo de uma ou de outra contribuição dos modelos conceptuais atrás expostos, permitem avaliar melhor o alcance e a validade das suas proposições. Com efeito, trata-se de trabalhos empíricos que ao incluírem nos seus planos de investigação variáveis que ajudam a contextualizar melhor o problema da relação trabalho-família na vida das pessoas, contribuem para uma compreensão mais completa das formas e efeitos dessa relação. Aparecerão agrupados em torno de tópicos de investigação que estão relacionados com os constructos e as teorizações anteriormente apresentados. Sem ter a pretensão de ser exaustiva, a revisão que se segue incide apenas sobre estudos cujos objectivos e resultados se centram em dimensões consideradas relevantes para a presente investigação, cingindo-se, praticamente, aos (poucos) que contemplam a avaliação de indicadores (directos e/ou indirectos) de investimento²⁹⁹. As escolhas reflectem, por isso, o interesse por investigações que, de algum modo, explorem o papel do investimento na relação trabalho-família.

6.1. Esgotamento *versus* Desmultiplicação de Recursos

Em contraponto a abordagens mais pessimistas centradas nos efeitos destrutivos ou nos sacrifícios envolvidos no desempenho simultâneo de diversos papéis, o estudo de Rothbard (2001) iluminou a vertente das potencialidades e das sinergias interpapel descritas por Thompson e Bunderson (2001). Partindo da prevalência de duas posições distintas quanto aos efeitos da acumulação de múltiplos papéis Rothbard (2001), examinou em que medida os argumentos do enfraquecimento e do enriquecimento mútuo dos papéis correspondiam e descreviam a realidade da experiência dos indivíduos no que se refere ao envolvimento³⁰⁰ com o papel profissional e com o papel familiar. Na perspectiva da autora as duas posições não são

²⁹⁹ Para uma revisão exaustiva da investigação mais recente (abrangendo o período compreendido entre 1980 e 2002) acerca da relação trabalho-família recomenda-se a monografia de Eby *et al.* (2005).

³⁰⁰ Definindo envolvimento ("*engagement*") como a presença psicológica ou a focagem do *self* nas actividades relativas a um papel, Rothbard (2001) distinguiu e avaliou duas componentes do conceito: a atenção (a intensidade com que o indivíduo se preocupa e foca mentalmente no papel) e a absorção (a motivação intrínseca associada ao papel; a intensidade com que o indivíduo se entrega e se "perde" quando o desempenha). Clarificou, ainda, a diferença entre o constructo *envolvimento* e outros constructos relacionados como *identificação* (a importância, centralidade ou saliência do papel para o auto-conceito do indivíduo) e *investimento* (a vinculação do indivíduo ao papel), esclarecendo que os dois últimos conceitos remetem para as razões pelas quais os indivíduos podem estar psicologicamente presentes ou focados num papel podendo ser vistos como factores preditores de envolvimento. Os resultados obtidos, ao mostrarem que as emoções afectaram diferentemente cada uma das componentes de envolvimento avaliadas (atenção e absorção) confirmaram a relevância da distinção entre ambas (e a possível multidimensionalidade do constructo) apontando, igualmente, para a hipótese de não assumirem o mesmo significado nos dois domínios (*e.g.*, a atenção na família pode estar mais focada nas pessoas e no trabalho incidir mais sobre as tarefas).

incompatíveis na medida em que é a resposta emocional dos indivíduos a cada um dos papéis que está na base do tipo de mecanismo que opera e, por conseguinte, das consequências que são produzidas pelo envolvimento no duplo-papel. No modelo proposto e testado pela autora foram avaliadas as duas vertentes implicadas no enriquecimento ou enfraquecimento mútuo dos papéis, mais propriamente, (1) a resposta emocional a um papel e, (2) o efeito dessa resposta emocional a nível do envolvimento no outro, com as emoções a aparecerem como a dimensão psicológica de integração dos processos de ligação trabalho-família. Foi considerada a possibilidade da resposta emocional dos indivíduos a um papel singular poder ser quer positiva quer negativa. De igual forma, foi contemplada e verificada a hipótese da resposta emocional associada a um dado papel afectar o envolvimento no outro quer positiva quer negativamente. A autora ainda investigou a existência de possíveis diferenças de género a nível destes processos admitindo, que no caso das mulheres, a relação entre a resposta emocional (positiva ou negativa) a um domínio e o envolvimento no outro fosse mais forte do que no caso dos homens dada a maior facilidade destes últimos em manter à parte a vida familiar e profissional.

Os resultados encontrados demonstraram que, tanto o enfraquecimento como o enriquecimento mútuo correspondiam a padrões que, efectivamente, emergiam na relação trabalho-família, e a cuja ocorrência não eram alheios factores como o género e a direcção da relação. Assim, e no que se refere às evidências de enfraquecimento, a autora observou que este padrão se encontrava unicamente associado à experiência das mulheres e exclusivamente no que se refere à direcção trabalho-família. No caso das mulheres, o afecto negativo associado ao trabalho diminuía a sua atenção à família ao passo que o afecto negativo associado à família se encontrava associado a um nível superior de absorção no trabalho, sugerindo este último resultado, a actuação de um mecanismo de compensação³⁰¹.

O facto do efeito de enfraquecimento se manifestar apenas na direcção trabalho-família e não na direcção inversa foi explicado pela autora pela existência de normas culturais que diminuiriam a probabilidade dos indivíduos se focarem e ruminarem nos problemas familiares quando a trabalhar bem como pela possível utilização de estratégias de *coping* mais eficazes para travar o efeito das emoções negativas associadas à família (supostamente mais intensas do que as vividas no trabalho), do que a compensação (que os resultados do estudo evidenciaram ser mais usada pelas mulheres) ou a segmentação (a estratégia, possivelmente, mais utilizada pelos homens, a julgar pela inexistência de relação entre emoções familiares negativas e o envolvimento no trabalho). O facto de apenas ter sido observado no grupo das mulheres foi interpretado à luz da tendência das mulheres para desenvolverem modelos mentais do papel familiar e profissional mais sinérgicos que as levaria a lidar com as emoções

³⁰¹ Embora de um ponto de vista meramente teórico, a absorção não seja conceptualizada por Rothbard (2001) como uma componente do envolvimento forçosamente associada a um estado emocional positivo, de acordo com os resultados do estudo trata-se de uma componente que aparece relacionada com a procura de actividades que suscitem emoções positivas e possam atenuar emoções negativas o que pressupõe que a motivação intrínseca que a define envolva a dimensão do interesse por certas actividades de papel.

negativas associadas ao trabalho de um modo que lhes permitisse manter a ligação entre os dois domínios (ruminar e focar-se nos problemas profissionais quando em família).

Também foi encontrada evidência da influência do género e da direcção da relação na experiência de enriquecimento mútuo, resultado que foi observado tanto no grupo dos homens como no das mulheres, embora relativamente a domínios diferentes. No caso das mulheres (mas não no dos homens), o afecto positivo associado à família promovia a sua absorção no trabalho; no caso dos homens (mas não no das mulheres) o afecto positivo associado ao trabalho relacionava-se positivamente com a atenção dada ao trabalho. Trata-se de um resultado que trouxe para primeiro plano a questão da permeabilidade da fronteira entre o trabalho e a família permitindo compreender as assimetrias encontradas a partir da influência das normas culturais e as expectativas sociais quanto aos comportamentos apropriados e aceitáveis em cada um dos domínios da parte dos representantes de cada grupo de género (é culturalmente menos tolerável que as experiências profissionais das mulheres afectem a família e que as experiências familiares dos homens perturbem a sua atitude face ao trabalho).

Far from confirming the fears that family engagement is achieved at the expense of work, these findings suggest that, for men, family does not negatively affect work engagement and that, for women, family enhances work engagement via both positive and negative family emotion. These findings also suggest that rather than trying to limit family commitments and participation in other roles, organizations may do well to encourage such activities, as people gain energy and sustenance from them. (Rothbard, 2001, p. 681)

6.2. Investimento Temporal, Investimento Emocional e Conflito Trabalho-Família

De acordo com algumas abordagens da relação trabalho-família, a repartição equitativa do tempo pelas tarefas de cada domínio e a disponibilização dos recursos adequados à satisfação das responsabilidades associadas a cada um seriam condições suficientes para o enfraquecimento da experiência de conflito. Em contrapartida alguns autores assinalam que a acomodação temporal dessas tarefas e responsabilidades embora necessária não constitui garantia de que os indivíduos organizem as suas vidas familiares e profissionais de forma satisfatória, devendo o problema ser analisado sob o ângulo da identificação com os papéis e enquadrado numa perspectiva desenvolvimentista: *"Identity, as it relates to work and parenting, is not static, but rather responds to developments in the family life cycle."* (Golden, 2001).

Os estudos que de seguida se descrevem, adoptam uma ou combinam ambas as perspectivas o que, de algum modo, permite obter uma visão mais ampla acerca da influência diferencial de variáveis como o investimento de tempo, o investimento afectivo ou expressivo, o grau de exigência do papel profissional e parental (maior ou menor conforme a fase do ciclo de vida familiar em causa) na experiência interpapéis.

Numa investigação acerca dos efeitos das experiências familiares e profissionais no bem-estar dos indivíduos, Greenberger e O'Neil (1993) procuraram analisar em que medida o próprio significado psicológico que os indivíduos atribuem aos vários papéis que desempenham simultaneamente contribui para a existência de variações no seu bem-estar³⁰². As experiências de pais e de mães (homens e mulheres empregados e com, pelo menos, um filho em idade pré-escolar) em três papéis de vida (conjugal, parental e profissional) foram analisadas em função de cinco grandes factores cuja importância relativa para o bem-estar³⁰³ dos indivíduos os autores se propuseram determinar: (1) o grau de investimento dos indivíduos em cada um dos papéis (a centralidade para o *self*, a saliência e as aspirações associadas ao papel parental, ao papel profissional e ao papel conjugal); (2) o nível de exigência associado aos papéis (*i.e.*, o grau de responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo acompanhamento dos filhos e o número de horas dedicadas ao trabalho); (3) a auto-avaliação do desempenho dos indivíduos relativamente aos três papéis; (4) o grau de satisfação com cada papel; e, (5) o grau de apoio recebido a nível do desempenho desses papéis (apoio conjugal, de vizinhos, de supervisores e de colegas de trabalho). No caso do primeiro factor (o grau de investimento) os autores procuraram avaliar quer os seus efeitos directos quer possíveis efeitos de moderação a nível do impacto dos restantes factores no bem-estar. A hipótese avançada foi a de que um elevado investimento num papel seria susceptível de acentuar os efeitos das experiências positivas e negativas associadas a esse papel no bem-estar ao passo que um menor investimento seria susceptível de reduzir esses efeitos. Maiores investimentos foram antecipados como tornando os indivíduos mais sensíveis às experiências (positivas e negativas) vividas no domínio mais investido (*e.g.*, a satisfação com um papel no qual o indivíduo está altamente investido teria um efeito diferente da satisfação experimentada em relação a um papel pessoalmente menos significativo).

Os resultados das comparações de género relativamente a cada uma das variáveis avaliadas indicaram que as mulheres ultrapassavam significativamente os homens no que se refere ao investimento na parentalidade tendo-se verificando a tendência de género inversa no caso do investimento no trabalho e do investimento conjugal. Homens e mulheres não se distinguiram no que se refere à auto-avaliação de desempenho parental ou profissional mas, relativamente ao papel conjugal, os homens descreveram-se de modo mais positivo do que as mulheres. Não foram encontradas diferenças de género de relevo em relação às medidas de satisfação tendo-se verificado o mesmo quanto às percepções de apoio (salvo no caso das percepções do apoio recebido de colegas de trabalho, dimensão na qual as mulheres registaram

³⁰² Os autores foram também mais longe conceptual e analiticamente já que procuraram explorar, simultaneamente, a relação entre o bem-estar individual e um conjunto amplo quer de papéis de vida quer de constructos relevantes, demarcando-se de opções de investigação que isolavam as variáveis relacionadas com papéis singulares para aferir o seu impacto no bem-estar dos indivíduos.

³⁰³ Foram usadas três medidas de bem-estar psicológico: o grau de tensão de papel; o grau de ansiedade; e sintomas de depressão. A medida de tensão de papel usada avalia a existência de tensão a nível das exigências intrapapel bem como as experiências de conflito interpapel e sobrecarga.

valores superiores aos dos homens). Neste estudo os homens também apresentaram níveis superiores de bem-estar psicológico do que as mulheres (estas manifestaram maior tensão de papéis, maior níveis de ansiedade e mais sintomas depressivos).

As análises de regressão conduzidas pelos autores separadamente para cada grupo de género e cada factor indicaram, no caso dos homens, a presença de uma contribuição significativa do conjunto de variáveis relativas ao investimento a nível das medidas de tensão de papel e de depressão, do bloco de variáveis relativas à auto-avaliação do desempenho e ao grau de satisfação a nível das medidas de tensão de papel e de ansiedade, e do agrupamento de variáveis referentes ao apoio social unicamente na medida de tensão de papel. Quando considerada a contribuição única das variáveis incluídas em cada um desses blocos a nível das variações na tensão de papel, verificou-se que, quanto mais os homens investiam na parentalidade, quanto mais positivamente avaliavam o seu desempenho parental, quanto mais satisfeitos se descreviam com o papel parental e com o papel conjugal e quanto mais apoio conjugal percepcionavam, menos tensão de papel tendiam a experimentar.

Relativamente às mulheres, os resultados apontaram para uma contribuição significativa mas modesta das variáveis relativas ao investimento nas variações dos níveis de tensão de papel e dos níveis de ansiedade bem como das exigências associadas aos papéis nas variações dos níveis tensão de papel. A auto-avaliação do desempenho, a satisfação com os papéis e o apoio social mostravam-se significativamente associadas a qualquer uma das três medidas de bem-estar. A experiência de tensão de papel revelou-se, assim, menos intensa nos casos em que as mulheres investiam mais no papel conjugal, avaliavam positivamente o seu desempenho nesse papel e no papel parental, dispendiam menos tempo no trabalho, sentiam-se mais satisfeitas com os três papéis avaliados e percepcionavam disponibilidade de apoio por parte do cônjuge, dos vizinhos e dos supervisores.

Quando os autores testaram a equação de regressão com o conjunto total de preditores (sem que as variáveis avaliadas fossem agrupadas por factor) verificaram que, os níveis de tensão e conflito, constituíam o indicador de bem-estar que o modelo se mostrava mais capaz de explicar (46% da variância na amostra masculina e 39% da variância na amostra feminina). A análise das contribuições únicas de cada preditor, permitiu aos autores traçarem perfis relativamente a cada uma das medidas de bem-estar usadas. Relativamente aos homens, os que investiam mais no trabalho³⁰⁴, que avaliavam mais negativamente o seu desempenho parental, que registavam menor satisfação com o trabalho e tinham percepções de apoio conjugal mais reduzidas, apresentavam níveis superiores de tensão de papel. O perfil relativo à ansiedade mostrou que quando os homens dedicavam mais tempo ao trabalho, quando se

³⁰⁴ Sendo inesperada para os autores esta associação negativa entre o grau de investimento no trabalho e os níveis de tensão de papel masculinos, foi explorada a possibilidade da medida de investimento no trabalho ter impedido a diferenciação de efeitos positivos e negativos do investimento no trabalho a nível do bem-estar dos homens. Testada e confirmada a existência de duas facetas diferentes do investimento na medida usada (saliência do papel profissional e absorção no trabalho), os autores comprovaram, através de uma nova análise de regressão, que a introdução da dimensão "absorção" resultou num considerável incremento do efeito do investimento nas variações de tensão de papel.

sentiam mais satisfeitos com o trabalho e com o papel de pai, quando auto-avaliavam positivamente o seu desempenho conjugal e encaravam os vizinhos como apoiantes, tendiam a registar menores níveis de ansiedade. Ao passo que o primeiro perfil sugeriu que o grau de investimento no trabalho poderia interferir com o investimento na família, este último foi visto pelos autores como especialmente adaptativo para os homens na medida em que se mostrava consistente com as expectativas de papel de género no que se referia à orientação para o trabalho mas que não parecia privá-los da oportunidade de disfrutarem das gratificações associadas a outros domínios de vida.

No caso das mulheres, os níveis de tensão de papel mostraram-se mais elevados entre as que dedicavam mais tempo ao trabalho, que se auto-avaliavam mais desfavoravelmente em relação ao desempenho conjugal, que se mostravam menos satisfeitas com o trabalho e se sentiam menos apoiadas pelo cônjuge e pelos vizinhos. O perfil de ansiedade feminino caracterizava-se por níveis reduzidos de satisfação em todos os domínios, por auto-avaliações de desempenho parental mais pobres e por percepções mais reduzidas quanto ao apoio prestado pelos vizinhos. Todos estes aspectos estavam, igualmente, presentes no perfil de depressão acrescentando-se-lhes o menor tempo dedicado ao trabalho, o maior investimento no papel parental, a depreciação do desempenho conjugal e a percepção dos colegas de trabalho como menos apoiantes.

Globalmente, os resultados revelaram que certas dimensões da experiência dos indivíduos nos papéis eram mais importantes para o seu bem-estar do que outras. No caso das mulheres destacou-se a satisfação com os papéis, em especial com o papel profissional (variável que manteve uma contribuição única significativa nas três medidas de bem-estar mesmo quando outras variáveis foram controladas). No caso dos homens o apoio conjugal ocupou um lugar proeminente sobretudo no que se refere à atenuação dos níveis de tensão de papel.

O'Neil e Greenberger (1994) são também os autores do primeiro estudo que teve por objectivo testar a hipótese de Marks quanto à existência de um padrão de óptimo de investimento, isto é, de uma combinação de graus de investimento (no trabalho e na parentalidade) susceptível de minimizar a ocorrência de tensão de papel ou conflito entre os papéis associados a esses dois domínios (o sistema de investimento de Tipo I proposto por Marks, isto é, de investimento igualmente elevado em diferentes papéis). Os autores adoptaram ainda uma perspectiva contextual da relação entre o investimento nos papéis parental e profissional e a experiência de conflito, explorando a hipótese de investimentos elevados no duplo-papel (correspondente ao sistema de investimentos de Tipo III proposto por Marks e apresentado por este como o que estaria associado a níveis superiores de conflito e tensão interpapel) produzir efeitos positivos no bem-estar apenas em condições favoráveis, nomeadamente na situação em que os indivíduos (1) desempenhavam actividades profissionais de nível superior (gozando de maior controlo pessoal sobre o seu horário de trabalho e de maiores recompensas extrínsecas e intrínsecas), (2) estavam satisfeitos com a qualidade das

suas experiências e do seu desempenho em cada um dos domínios e, (3) dispunham de um nível razoável de apoio instrumental e emocional (do cônjuge, do supervisor e dos colegas de trabalho) na gestão do duplo papel. Desta forma, os autores sujeitaram a teste uma versão modificada da teoria de Marks, assente na ideia de que a interrelação entre os níveis de investimento e de conflito pode ser melhor descrita, compreendendo o contexto no qual os papéis de vida são desempenhados.

Os resultados indicaram, no caso dos homens, que os que apresentavam um padrão de investimento caracterizado por reduzido investimento no trabalho e elevado investimento na parentalidade revelavam os níveis mais baixos de conflito embora apenas se diferenciasssem significativamente dos participantes que apresentavam o padrão oposto de investimento (investimento elevado no trabalho e reduzido na parentalidade)³⁰⁵. Não foram encontradas diferenças significativas na experiência de conflito das mulheres em função do seu padrão de investimento. Contudo, no grupo dos participantes de sexo feminino, os autores confirmaram a presença de uma interacção significativa entre o padrão de investimento e o nível profissional tendo verificado que no caso de mulheres com padrão de investimento igualmente elevado nos dois domínios, os níveis de conflito se mostravam mais reduzidos entre as que desempenhavam actividades profissionais de nível superior do que actividades de outros níveis, uma diferença também observada relativamente às mulheres que investiam mais no trabalho do que na parentalidade mas que não se mostrou significativa. Entre as mulheres com padrão de investimento igualmente reduzido nos dois domínios, o conflito apresentou-se menos intenso nas que possuíam profissões de nível mais baixo tendo-se verificado o mesmo em relação às que investiam menos no trabalho do que na parentalidade sem que a diferença tivesse, no entanto, aí alcançado significância estatística³⁰⁶. Embora os autores não tenham encontrado evidência de que a qualidade dos contextos de trabalho e familiar influenciasse significativamente a relação entre o padrão de investimentos dos homens e o conflito, no caso das mulheres, experiências positivas no papel parental apareciam significativamente associadas a menores níveis de conflito entre as que investiam de forma elevada no trabalho mas não na parentalidade³⁰⁷. Finalmente, os autores constataram que na presença de percepções de apoio

³⁰⁵ Este é um resultado que levou os autores a concluir que talvez os homens fossem mais capazes de satisfazer as exigências e apreciar as gratificações associadas à vida familiar quando a parentalidade, e não o trabalho, constituía um aspecto central da sua identidade. O investimento na parentalidade parece surgir, assim, como um factor importante do bem-estar psicológico dos homens.

³⁰⁶ A propósito destes resultados que apontaram para a influência do nível profissional na amostra feminina, os autores salientaram a possibilidade de serem interpretados de acordo com a teoria da identidade como se segue: *"When the work role is highly salient to one's identity, work of a kind that elicits higher esteem from others and affords more challenge may generate less stress; when the work role is less central to one's identity, however, work that is less scrutinized by others and less demanding may generate less strain."* (O'Neil & Greenberger, 1994, p.110). O facto de serem as mulheres de nível profissional superior aquelas que, no grupo das que se encontravam altamente investidas nos dois papéis, experienciavam menor conflito foi visto pelos autores como um resultado que apoiava a tese de Marks segundo a qual as exigências objectivas de uma dada actividade são menos críticas na experiência de conflito do que o grau de investimento. Os autores não encontraram nem um efeito principal do nível profissional na experiência de conflito das mulheres nem um efeito principal ou de interacção em função do nível ocupacional nas variações dos níveis de conflito reportados pelos homens.

³⁰⁷ Os autores encontraram um efeito principal da qualidade das experiências associadas aos papéis de trabalhador e parental no conflito experienciado pelas mulheres e da qualidade das experiências associadas ao papel parental no conflito experienciado pelos homens.

conjugal mais elevadas os níveis de conflito se mostravam mais reduzidos quando os homens apresentavam um padrão de investimento caracterizado por investimentos altos na parentalidade (e baixos ou igualmente elevados no trabalho) do que quando descreviam as companheiras como menos apoiantes. Relativamente às mulheres, e de modo particular no grupo das que investiam de modo igualmente reduzido no trabalho e na parentalidade, apenas foi observada a tendência para o registo de níveis de conflito mais baixos quando as participantes percepcionavam os colegas de trabalho como especialmente compreensivos e prestáveis³⁰⁸.

No essencial, os autores destacaram o facto dos resultados obtidos não terem confirmado a predição de Marks de que o tempo e a energia se expandem quando está em causa o desempenho de papéis nos quais os indivíduos se encontram positivamente investidos e que daí decorra uma menor probabilidade de conflito. Contudo, ainda que não tivessem comprovado que indivíduos altamente investidos no papel parental e no papel de trabalhador registassem níveis inferiores de conflito, os resultados também não indicaram que, de todos os padrões analisados, esse fosse o que mais consistentemente aparecesse associado a valores de conflito superiores. Com efeito, tratou-se de uma constatação que, à luz das hipóteses contextuais também exploradas, conduziu os autores à suposição de que as variações observadas na experiência de conflito não sejam exclusivamente atribuíveis a diferenças nos padrões de investimento dos indivíduos (nem, por conseguinte, à quantidade dos constrangimentos que se fazem sentir sobre os recursos de tempo e de energia) mas sejam determinadas (ou, pelo menos, condicionadas) por variáveis do contexto social de desempenho dos dois papéis especificamente focados³⁰⁹. De acordo com este ponto de vista, os benefícios de um investimento elevado nos papéis de vida para o bem-estar psicológico apenas se tornariam manifestos na presença de condições de contexto favoráveis: *"Strong commitment to both work and parenting roles, implying that performance in both roles is identity-relevant, may not offer special protection against role strain under certain conditions of work and family life."* (O'Neil & Greenberger, 1994, p.108).

Apesar destes resultados serem explicitamente apresentados como uma contribuição importante para o refinamento da teoria de Marks, este último autor reagiu criticamente ao estudo O'Neil e Greenberger (1994) apontando-lhe um conjunto de limitações e pondo em causa as interpretações que os autores avançaram para os resultados encontrados (Marks, 1994). Trata-se de críticas que foram objecto de contra-resposta por parte de O'Neil e Greenberger (1994) e que serão apresentadas de seguida de uma forma que torne claro o antagonismo das posições assumidas por cada um dos autores.

³⁰⁸ O apoio conjugal revelou-se um factor relevante a nível das experiências de conflito de homens e de mulheres produzindo, a esse nível, um efeito principal significativo e favorável.

³⁰⁹ Para além das variáveis que foram empiricamente avaliadas (nível profissional, qualidade das experiências de papel e grau de apoio percebido), os autores consideraram que os resultados obtidos poderiam ainda reflectir o efeito de variáveis naturais da situação familiar dos participantes como as características específicas e o estágio do ciclo de vida dos sistemas familiares (famílias de duplo-emprego e com crianças em idade pré-escolar).

Uma das acusações dirigidas por Marks (1994) ao estudo de O'Neil e Greenberger (1994) prende-se com a existência de uma grave deturpação conceptual a nível do pressuposto segundo o qual investimentos positivos nos papéis de vida seriam susceptíveis de gerar níveis superiores de energia e, por conseguinte, níveis inferiores de conflito. Na perspectiva de Marks, os autores não terão compreendido adequadamente essa proposição teórica no que se refere à necessidade de considerar na íntegra o sistema de investimento dos indivíduos na totalidade dos papéis de vida tendo incorrido num viés atomista que os terá levado a negligenciar uma abordagem sistémica do conjunto completo de investimentos: *"Put differently, there is no additive procedure through which one can move from the consideration of one role at a time to the pattern of commitments; one has to discover the pattern first."* (Marks, 1994, p.113).

A extracção e o isolamento de apenas dois papéis de vida na determinação do padrão de investimento, leva Marks a especular acerca da fiabilidade dos resultados obtidos, em particular no que se refere aos efeitos associados ao padrão caracterizado por investimentos igualmente elevados no trabalho e na parentalidade. Mais concretamente, Marks põe a hipótese do padrão destes indivíduos poder traduzir diferentes variantes de investimento. Ou seja, Marks alerta para a possibilidade de nuns casos os indivíduos poderem sobreinvestir estes dois papéis de vida subinvestindo nos outros papéis não avaliados pelos autores (uma situação que, tal como propusera, conduziria à experiência de níveis superiores e não inferiores de conflito) e, noutros casos, investirem de forma mais elevada num dos dois papéis (apesar de ambos se apresentarem altamente investidos) decorrendo daí uma maior dedicação ao papel mais saliente e a consequente redução do tempo disponível para o outro papel: *"... then again the analysis is confounded, since there is no way of identifying and then disentangling these different groups."* (*ibidem*, p. 113).

O'Neil e Greenberger (1994) justificam a opção pela análise exclusiva dos papéis parental e de trabalhador alegando, por um lado, a existência de antecedentes empíricos que evidenciam esses dois papéis como sendo especialmente críticos na construção do bem-estar psicológico adulto e salientando, por outro lado, o facto dessa ser uma opção fiel à própria teoria de Marks. Destacam a este nível a premissa relativa à expectativa de que, em pontos particulares do ciclo de vida, todos os papéis do sistema de investimentos dos indivíduos, assumam importância idêntica bem como o pressuposto implícito de que todos os papéis requerem uma quantidade semelhante de tempo e energia para serem desempenhados com sucesso e têm potenciais similares de interferência noutros papéis do sistema. De resto é com base nestes postulados que, não negando a importância de ter em conta a intersecção entre todos os papéis de vida na compreensão das variações de bem-estar psicológico, os autores argumentam não lhes ter parecido adequado avaliar o padrão de investimento num conjunto de papéis que não poderiam ser considerados equivalentes sob nenhum dos pontos de vista anteriormente expostos.

Directamente relacionado com esta questão, surge também o reparo metodológico feito por Marks acerca da incapacidade das medidas usadas por O'Neil e Greenberger (1994) para captarem o investimento dos indivíduos na globalidade dos seus *clusters* de actividade e servirem de forma aceitável o objectivo de determinação do padrão presente na estrutura total dos seus investimentos. Na perspectiva de Marks, o acesso a esse padrão requer que se questione os indivíduos relativamente à importância de cada um dos domínios da sua vida em relação a todos os outros, sem especificar *a priori* que domínios deverão ser esses: *"If we want to measure patterns of commitment across the entire role system through survey strategies, then we need instruments in which the items are geared to uncovering the pattern."* (Marks, 1994, p. 115).

Em reacção a esta crítica, e comentando a amostra de itens apontados como exemplo do conteúdo do instrumento que cumpriria idealmente essa função, O'Neil e Greenberger (1994) manifestam-se duvidosos quanto à eficácia da medida proposta pelo autor na aferição dos padrões de investimento. Assim, consideram que o método de medida proposto por Marks é inapropriado e de validade questionável quer no que se refere ao pressuposto de equivalência no número e nas exigências objectivas de tempo e energia dos papéis desempenhados pelos indivíduos (factores com implicações na própria experiência de conflito) quer pela sobreconfiança na capacidade dos indivíduos para interpretarem itens formulados vaga e genericamente de acordo com o esperado (isto é, diferenciando os papéis e as actividades de cada papel que são centrais ou marginais): *"We question Mark's notion that one can 'discover the pattern' of commitments to roles by asking people general questions of this kind."* (O'Neil & Greenberger, 1994, p. 117). A (sua) opção pela focagem num único papel claramente especificado, é vista por O'Neil e Greenberger (1994) como preferível dado revelar-se francamente mais facilitadora do acesso e da reflexão do indivíduo acerca dos seus sentimentos em relação a esse papel e às actividades que nele se inscrevem.

Relativamente à atribuição da dificuldade em comprovar as virtualidades do padrão de investimento elevado nos dois papéis a variáveis confundidoras, os autores consideram pertinente a observação de Marks no que se refere à probabilidade dos indivíduos enquadrados nesse grupo não possuírem um padrão puro, isto é, de estarem representados nesse grupo indivíduos cujos sobreinvestimentos no trabalho e na parentalidade se acompanham de investimentos reduzidos em papéis que não foram apreciados. Todavia, salientam os resultados encontrados relativamente à comparação desse padrão com os restantes (menos vulneráveis à crítica de ambiguidade) para pôr em evidência as limitações dessa crítica de Marks, e por extensão, um problema de validade da teoria deste autor. Os autores alegam que, mesmo que o grupo de comparação constituído por investimentos igualmente elevados nos dois domínios incluisse um certo número de falsos positivos, alguns dos padrões de investimento mostraram-se associados a níveis de tensão de papel mais reduzidos. Para além disso, *"...one of the contributions of our study is to suggest that under certain structural and social circumstances, unbalanced commitments may be consistent with higher levels of well-being."* (*ibidem*, p. 116).

Ademais, e ainda a propósito da questão da falta de clareza na definição do sistema de investimentos dos indivíduos que compõem o grupo com investimentos igualmente elevados nos dois papéis, os autores mostram-se cépticos quanto à relevância e o interesse prático da análise de um tal padrão tendo em conta que, na amostra do estudo, representam, em comparação com os indivíduos que apresentam padrões de investimento desigual, uma proporção claramente minoritária quando apenas dois papéis são examinados e questionam as características de uma tal minoria: *"Given the complexity of modern life, are these people 'for real'? Or are they presenting a defensive self-portrait?" (ibidem, p. 116).*

Ainda no plano conceptual, Marks giza duas outras críticas ao estudo em causa. Em primeiro lugar não aceita que a análise do papel de factores de contexto seja entendida como um aspecto inovador da investigação de O'Neil & Greenberger (1994) e, muito menos, que seja encarado como uma dimensão que se acrescenta ou modifica à sua teoria tendo em conta que as variáveis contextuais exploradas, nomeadamente a satisfação e a percepção de gratificações, estavam já contempladas na sua definição de investimento onde são apresentados como elementos e/ou critérios de avaliação da presença e grau de investimento.

A este respeito, O'Neil e Greenberger (1994) contestam a observação de Marks apelando para o facto de adoptarem uma conceptualização de investimento divergente da do autor (uma conceptualização que enfatiza a noção de centralidade e saliência de um papel bem como a vontade de investir tempo e energia nesse papel independentemente de outros factores). Para além disso, assinalam os inconvenientes de incorporar no conceito de investimento a dimensão da satisfação e das gratificações, pondo em relevo o perigo que existe de (1) se confundir a qualidade das experiências de papel com a presença de investimento na situação em que essas experiências não reflectam, efectivamente, um investimento e, de (2) se estar a medir diferentes constructos (o investimento no papel e o bem-estar psicológico) a partir de indicadores de conteúdo idêntico:

In our conceptualization of commitment, and nearly every other with which we are familiar, experiences in the role are viewed as independent of the values individuals place on that role. Role experiences, after all, frequently are outside one's control or "construction": Co-workers can be difficult to get along with, economic circumstances can lead to strains in the organizations, and children (who constitute the "partner" in our parental roles) can be temperamentally difficult or present other challenges at certain points in development, thus leading to experiences in roles that are less than enjoyable. Yet commitment to the role may be unflagging. (ibidem, p.116)

Os autores acentuam ainda a contribuição do seu estudo para a ampliação e modificação da teoria de Marks, referindo-se à oportunidade que a adopção de um conceito de investimento diferenciado abriu ao estudo da extensão na qual a qualidade das experiências de trabalho e parentais actua como variável moderadora na relação entre o padrão de investimento e o conflito interpapel.

Em segundo lugar, Marks comenta o reducionismo da abordagem dos autores relativamente ao enquadramento e avaliação dos padrões de investimento. Marks considera que, a esse nível, o enfoque é excessivamente intrapessoal e psicologizante sendo o estudo omissivo no que respeita ao reconhecimento das raízes sociais e culturais de toda e qualquer realidade pessoal e, por conseguinte, às construções e significações sociais de onde emergem os padrões de investimento. De acordo com Marks, é imprescindível estar-se alerta ao impacto das culturas e das subculturas nos significados que estão na base dos sistemas de investimento dos indivíduos uma vez que a organização desses padrões de investimento não é, puramente, pessoal ou idiossincrática.

For example, when parents instruct children to do their homework before they go out and play, they are reconstructing and underlying set of cultural meanings about the relationship between work and play and about the priority of one over the other. Notice, too, that the socialization here does not just concern the dispatching of one or another role; it also directly attends to the construction of a style of patterning of commitments. (Marks, 1994, p. 113)

Mais especificamente, Marks (1994) considera que os autores interpretam abusivamente os resultados atribuindo-lhes um significado que eles não possuem porquanto são explicáveis, sobretudo, pela existência na sociedade Americana de diferentes *scripts* culturais para homens e para mulheres. Marks, propõe assim uma reinterpretação lógica dos resultados à luz desta perspectiva conforme se segue: (1) de acordo com as tradicionais expectativas de género os homens sobreinvestem no trabalho e as mulheres na parentalidade; (2) o nível de conflito tenderá a ser reduzido, a menos que os indivíduos ponham em causa estas pressões culturais, substituindo o objecto de sobreinvestimento convencionado por outro; e, (3) quando os indivíduos investem em papéis que não são os culturalmente mais favorecidos para o seu género, o nível de conflito tenderá a ser menor porque não estarão tão sujeitos à exigência de desempenhos elevados, o que acontecerá ainda com maior expressão se os seus parceiros de papel apoiarem esta inversão das prioridades culturais.

O'Neil e Greenberger (1994) demarcam-se desta crítica revertendo-a a seu favor, isto é, considerando um ponto forte do seu estudo o facto de, na interpretação dos resultados, terem sido capazes de ultrapassar as explicações culturais abstractas e não mensuráveis propostas por Marks produzindo interpretações relevantes, plausíveis e, acima de tudo, fundamentadas nos aspectos sociais e estruturais dos contextos de desempenho dos papéis que foram por eles avaliados: *"This is not to say that we believe that culture is irrelevant to understanding role commitments and role strain. However in a study that does not empirically evaluate cultural differences in the sample, invoking culture as an explanation of our findings is not persuasive."* (O'Neil & Greenberger, 1994, p. 116).

Finalmente, merece ainda comentário a aparente contradição que se observa entre, por um lado, o modo como Marks conceptualiza o processo de produção de tempo e de energia (processo que está sob controlo do indivíduo e que lhe dá o poder de intervir sobre as situações de conflito mediante o nivelamento e a equiparação dos seus investimentos) e descreve a experiência subjectiva de conflito (uma construção psicológica do indivíduo que toma a forma de desculpas quanto à escassez de tempo e/ou de energia) e, por outro lado, o modo como recrimina O'Neil e Greenberger (1994) por sobreênfatizarem a dimensão psicológica do investimento.

Com efeito, de acordo com O'Neil e Greenberger (1994) Marks não só subestima o peso que a componente subjectiva assume na sua própria teoria como parece negligenciar a preocupação dos autores em contrabalançarem no seu estudo essa tónica nos factores internos com a exploração da vertente mais externa do conflito. Na verdade, segundo os autores, houve o cuidado de valorizar, na compreensão da experiência de tensão de papéis, a interacção entre factores intrapessoais (como o investimento), as exigências objectivas dos papéis (como os requisitos físicos da profissão) e os constrangimentos e recursos dos contextos em que os papéis em causa são desempenhados. (O'Neil & Greenberger, 1994).

Frone *et al.* (1995) analisaram em que medida a saliência ou importância psicológica do papel profissional se mostrava um moderador relevante da relação entre um conjunto de stressores profissionais (pressão profissional, falta de autonomia e ambiguidade de papel³¹⁰) e um conjunto de indicadores de bem-estar (depressão, saúde física e consumo excessivo de álcool). Apoiando-se na teoria da identidade social e, por conseguinte, no pressuposto da existência de diferenças individuais na saliência de um dado papel para o sentido de *self*, os autores procuraram verificar se o grau de envolvimento dos participantes com o trabalho representava um factor de maior vulnerabilidade ao stress profissional e se exponenciava os efeitos dos stressores profissionais nas condições de saúde física e psicológica dos participantes: "*To the extent that job stressors impede successful role performance, they should be more strongly related to employee well-being when the job role is important for self-identification.*" (p. 2).

Apenas três das nove interacções testadas pelos autores através de análises de regressão hierárquica se mostraram significativas. Observou-se, mais concretamente, que níveis mais elevados de envolvimento com o trabalho apareciam associados a efeitos mais negativos da ambiguidade de papel na saúde física dos participantes e no consumo de álcool bem como exacerbavam a relação entre a pressão profissional e o abuso do álcool. O padrão de resultados encontrado, e em particular o facto do envolvimento com o trabalho apenas moderar a relação

³¹⁰ A medida de pressão profissional usada pelos autores permitia aferir a frequência na qual os participantes percepcionavam as exigências da actividade profissional como elevadas devido ao excesso de trabalho ou à natureza das próprias responsabilidades profissionais. A falta de autonomia, reflectia a frequência com que os participantes percepcionavam a existência de constrangimentos à sua autonomia e à possibilidade de influenciar parâmetros profissionais importantes. A ambiguidade de papel permitia avaliar a frequência com que os participantes se sentiam confusos ou pouco esclarecidos acerca dos objectivos profissionais e das tarefas ou expectativas que, quotidianamente, recaíam sobre eles.

stressor-consequência quando esta envolvia factores como a ambiguidade de papel e a pressão profissional, levou os autores a considerar que a influência moderadora do envolvimento com o trabalho se restringia a stressores profissionais que eram mais susceptíveis de debilitar a dimensão do desempenho. Deste ponto de vista, os autores consideraram que variáveis como *“role ambiguity and work pressure may be more central to perceptions of effective role performance than lack of autonomy.... In contrast, lack of autonomy may be stressful because it results in unenriched jobs, rather than because it directly affects role performance.”* (pp. 7-8).

Um outro resultado a realçar prende-se com as variações observadas a nível do comportamento alcoólico e com o facto destas manifestarem a influência dos stressores profissionais unicamente por via indirecta, isto é, por efeito do envolvimento dos participantes com o trabalho. Trata-se de um resultado que faz sobressair o recurso ao álcool como forma de lidar com factores profissionais que, sendo fonte de stresse, prejudicam o desempenho e se tornam, por isso mesmo, ameaçadores para as auto-avaliações no papel profissional de indivíduos para quem esse papel constitui um eixo fundamental da definição de si próprios. Deste ponto de vista, o grau de envolvimento com o trabalho pode ser encarado como um factor de risco relativamente ao consumo abusivo de álcool na medida em que este pode ser usado, instrumentalmente, por indivíduos mais vulneráveis, para lidarem com stressores profissionais e, assim, escaparem à auto-consciência.

Adams, King e King (1996) desenvolveram e testaram empiricamente um modelo da relação trabalho-família num estudo através do qual procuraram avaliar a influência conjunta da experiência de conflito (na direcção trabalho-família e família-trabalho) e do apoio social (apoio instrumental e emocional obtido na família) no bem-estar psicológico (operacionalizado através de indicadores de satisfação com o trabalho, satisfação com a família e satisfação com a vida). Os autores contemplaram ainda a medida do envolvimento dos participantes no trabalho e na família enquanto factores antecedentes quer do nível de conflito quer do grau de apoio familiar disponível.

Os resultados indicaram a presença de uma relação positiva entre o envolvimento dos participantes com o trabalho e a satisfação com esse domínio bem como com o conflito trabalho-família. O envolvimento familiar mostrou-se positivamente associado ao conflito família-trabalho e ao apoio emocional (mas não instrumental) da família um resultado explicado pelos autores pela possível maior dificuldade dos membros da família em facultar aos participantes outro tipo de assistência que não emocional, dadas as condições estruturais existentes no ambiente familiar, nomeadamente as que podem ser contingentes as exigências associadas à vida profissional do cônjuge. Os autores chamaram, contudo, a atenção para a possibilidade do envolvimento com o trabalho e a família resultado do conflito mais do que um antecedente, isto é, poderem aumentar em resposta a níveis elevados de conflito no domínio alternativo. O conflito trabalho-família apresentou uma relação negativa tanto com a satisfação com o trabalho como com a satisfação com a vida (a este nível observou-se a presença de um efeito directo e indirecto – este último mediado pela satisfação profissional – de idêntica

magnitude). Os autores verificaram, igualmente, que o conflito trabalho-família se encontrava negativamente associado ao apoio familiar quer na dimensão emocional quer na dimensão instrumental, tendo avançado a hipótese dos familiares se mostrarem mais relutantes em dispensarem qualquer tipo de apoio aos participantes quando a actividade profissional destes últimos, impedindo-os de assumir mais cabalmente as suas responsabilidades familiares, se torna penalizadora para a família. Observaram ainda que o apoio emocional (mas não o instrumental) produzia um efeito positivo significativo na satisfação com a vida e que, tanto o apoio instrumental como o emocional, se relacionavam, negativamente, com o conflito família-trabalho. Os autores explicaram estes dois resultados de forma conjunta conjecturando acerca das dinâmicas subjacentes à relação que apresentariam entre si:

The effect of offsetting many work-family task conflicts may cause instrumental assistance from family to be negatively related to family interfering with work. The effect of providing the worker with advice and guidance regarding work demands may cause emotional sustenance to be positively related to life satisfaction. (Adams et al., 1996, p.417)

Por fim, a associação positiva encontrada entre a satisfação com a vida e a satisfação com o trabalho, levou os autores a considerar tratar-se de um resultado reforçador do pressuposto segundo o qual, para alguns trabalhadores, a qualidade das experiências de trabalho contribui de forma decisiva para o seu bem-estar psicológico.

Parasuraman, Purohit, Godshalk e Beutell (1996) examinaram os efeitos do género e de um conjunto de variáveis familiares (exigências parentais, apoio instrumental e emocional do cônjuge, e envolvimento familiar) e profissionais (autonomia, inflexibilidade de horário, sobrecarga profissional e envolvimento com o trabalho³¹¹) no bem-estar e no sucesso de uma amostra de homens e de mulheres empresários/as. Paralelamente, e no intuito de compreender quais os mecanismos actuates nessa ligação entre as variáveis de cada domínio (antecedentes) e as variações dos níveis de sucesso e de bem-estar (consequentes), os autores investigaram o possível efeito de factores mediadores como o investimento de tempo no trabalho e na família (variável mediadora de primeiro nível) e o conflito trabalho-família/família-trabalho (mediador de segundo nível). O investimento de tempo em cada papel foi, deste modo, avaliado quer como factor consequente ao conjunto de variáveis familiares e profissionais investigadas quer na qualidade de factor antecedente directo da experiência de conflito em ambas as direcções. A hipótese dos autores era a da existência de uma associação positiva entre a quantidade de tempo investida num papel (familiar ou profissional) e a percepção de interferência desse papel no outro (para o qual ficaria menos tempo disponível).

No que diz respeito às variáveis relacionadas com o contexto de trabalho, os autores anteciparam: (1) uma associação positiva entre a autonomia e o investimento de tempo no

³¹¹ Tanto o envolvimento com o trabalho como o envolvimento familiar foram avaliados como dimensões que reflectem a importância psicológica de cada um desses domínios de vida se reveste para os indivíduos.

trabalho e na família; (2) que a inflexibilidade de horário bem como a sobrecarga profissional se associassem a maior investimento de tempo no trabalho e menor investimento de tempo na família; e, (3) uma relação positiva entre o envolvimento com o trabalho e o investimento de tempo no trabalho e uma relação negativa entre essa fonte de pressão interna e o investimento de tempo na família. Relativamente aos factores ligados ao contexto familiar os autores consideraram mais provável encontrar: (1) uma relação positiva entre o nível de exigências parentais³¹² e o investimento de tempo na família e uma relação negativa entre a primeira variável e o investimento de tempo no trabalho; (2) uma associação negativa entre o apoio instrumental do cônjuge e o investimento de tempo na família e uma associação positiva entre a primeira variável e o investimento no trabalho bem como um decréscimo nas percepções de conflito trabalho-família; e, (3) uma relação positiva entre o envolvimento com a família e o investimento de tempo na família.

A satisfação pessoal dos participantes com diversos aspectos do progresso e sucesso da sua carreira (satisfação com a carreira) foi a variável seleccionada pelos autores como índice do sucesso de carreira; a satisfação familiar e o stresse de vida (o grau de distúrbio afectivo que reflectiria a resposta psicológica dos indivíduos às várias fontes de stresse da sua vida) foram os indicadores de bem-estar examinados. As hipóteses avançadas relativamente às variações destes três factores consequentes apontavam para a existência de uma relação negativa entre os dois tipos de conflito e a satisfação familiar e com a carreira e de uma relação positiva com o stresse de vida, com o conflito a assumir o estatuto de variável mediadora nas relações entre o investimento de tempo e os indicadores de sucesso e bem-estar.

Os resultados das análises correlacionais indicaram a presença de associações significativas entre a variável género e o envolvimento com o trabalho (os homens apresentaram-se mais envolvidos do que as mulheres), o apoio instrumental e emocional (os homens descreveram receber mais apoio do que as mulheres), o investimento de tempo no trabalho (valores mais elevados registados pelos homens) e o investimento de tempo na família (valores mais elevados registados pelas mulheres).

Os resultados das análises de regressão múltipla evidenciaram um investimento de tempo superior no trabalho e inferior na família no caso dos homens comparativamente às mulheres. A sobrecarga profissional e a inflexibilidade de horário emergiram como os preditores mais significativos do investimento de tempo no trabalho e as exigências parentais e o apoio instrumental como variáveis explicativas do investimento de tempo na família, um padrão que fez sobressair o facto das relações entre variáveis pertencentes ao mesmo domínio serem mais expressivas do que as relações entre variáveis de domínios diferentes. Sendo contrária ao esperado, a relação entre o apoio instrumental e o investimento de tempo na família foi entendida como uma consequência provável da reciprocidade existente na dinâmica conjugal de

³¹² O nível de exigências parentais foi estimado em função da presença ou ausência de filhos bem como do seu número e idade das crianças integradas no agregado e ainda da idade do filho mais novo.

prestação e usufruto de apoio (*i.e.*, cônjuges mais apoiantes tinham mais hipóteses de, em retorno, serem apoiados).

Relativamente aos factores influentes na experiência de conflito, os resultados revelaram a presença de uma relação positiva entre o investimento de tempo no trabalho e o CTF e de uma relação negativa entre o investimento de tempo na família e o envolvimento com a família e esse mesmo tipo de conflito. Conjugado com a evidência de diferenças de género a nível do investimento de tempo em cada um dos domínios de vida, este resultado sugeriu que talvez as mulheres tentassem reduzir o CTF diminuindo o tempo investido no trabalho e investindo mais tempo na família, o que pareceu manifestar o alinhamento com as tradicionais expectativas de género. Também a sobrecarga profissional e as exigências parentais apareceram positivamente relacionadas com o CTF.

No que diz respeito ao CFT apenas duas das variáveis estudadas se apresentaram como preditores significativos: o grau de autonomia (preditor negativo) e o envolvimento com o trabalho (preditor positivo). O facto das exigências parentais aparecerem associadas ao CTF mas não ao CFT (apesar de influenciarem positivamente o tempo investido na família) foi visto pelos autores como um reflexo de que a dedicação de mais tempo à família era encarada positivamente pelos participantes e não era percebida como um foco de interferência relativamente ao papel profissional. A existência de efeitos directos do envolvimento no trabalho e do envolvimento na família nos dois tipos de conflito (efeitos esses que são independentes do tempo investido em cada um dos domínios) e, principalmente, os efeitos cruzados observados (maior envolvimento com o trabalho e CFT mais intenso e maior envolvimento com a família e CTF menos intenso) confirmou o envolvimento psicológico com um papel como factor crítico nas percepções da direcção de interferência interpapel.

Em termos de sucesso e de bem-estar, os autores observaram que os participantes com mais autonomia, mais envolvidos com o trabalho e que experienciavam menos CFT se mostravam mais satisfeitos com a carreira. A inflexibilidade de horários e o investimento de tempo na família revelaram-se preditores significativos da satisfação com a família, variável com a qual se apresentaram, respectivamente, negativa e positivamente relacionados. Os níveis de stresse de vida mais elevados encontraram-se associados a valores mais elevados de conflito tanto na direcção trabalho-família como na direcção inversa.

Globalmente, os resultados demonstraram a importância do investimento de tempo no trabalho e na família e do conflito trabalho-família enquanto componentes centrais do mecanismo de mediação que verificaram operar no processo pelo qual certas variáveis do contexto de trabalho e familiar afectavam o sucesso, a satisfação e o bem-estar dos indivíduos. O investimento de tempo no trabalho mediou os efeitos do género, da sobrecarga profissional e da inflexibilidade de horário no CTF e o investimento de tempo na família os efeitos do género, das exigências parentais e do apoio instrumental no CTF e na satisfação familiar. Por seu lado, o CTF mediou os efeitos do investimento de tempo no trabalho e na família, da sobrecarga profissional, das exigências parentais e do envolvimento familiar no stresse de vida ao passo

que os efeitos do investimento de tempo na família, da autonomia e do apoio emocional na satisfação com a carreira e com o stress de vida foram parcialmente mediados pelo CFT. Sobressaíram apenas dois efeitos directos: o do envolvimento com o trabalho na satisfação com a carreira e o da inflexibilidade de horários na satisfação familiar.

Carlson e Kacmar (2000) estudaram o processo de conflito trabalho-família tendo em vista a testagem de um modelo no qual incluíram a avaliação dos antecedentes e consequentes de conflito considerando a sua ligação específica a cada um dos domínios (trabalho e família) e tendo em conta quer variáveis situacionais quer a dimensão do envolvimento pessoal com o domínio. Os autores assumiram a perspectiva segundo a qual os preditores relativos ao trabalho (ambiguidade do papel profissional, vivência de conflito/stresse no trabalho, exigências profissionais de tempo/sobrecarga profissional, e envolvimento com o emprego) influenciariam o CTF e que os preditores ligados à família (ambiguidade do papel familiar, vivência de conflito/stresse na família, exigências familiares de tempo/sobrecarga familiar e envolvimento familiar) influenciariam a experiência de conflito no sentido inverso (*i.e.*, família-trabalho). As duas dimensões de conflito figuraram no modelo como variáveis mediadoras da relação entre cada grupo de preditores e certos resultados observados em variáveis relativas ao trabalho (satisfação profissional) e à família (satisfação familiar) com os autores a esperarem um efeito cruzado, isto é, um efeito directo e negativo do CFT na satisfação profissional e do CTF na satisfação familiar³¹³. De igual modo, e consistente com a lógica aditiva de satisfação com a vida, esta variável (satisfação com a vida) foi representada no modelo tendo como preditores a satisfação com cada um dos domínios específicos.

Não tendo sido este, um modelo com uma estrutura e conteúdo propriamente inovadores, o estudo de Carlson e Kacmar (2000) acrescentou aos anteriores a dimensão dos valores subjacentes à relação dos indivíduos com o trabalho e a família. Com efeito, a contribuição mais relevante desta investigação (e aquela que mais interessa ao presente projecto) prende-se com a exploração do efeito moderador do valor atribuído pelos indivíduos aos seus papéis de vida no que se refere à experiência de conflito. De acordo com os autores: *"Life role values are the system of values an individual holds regarding the work and family domains based on what the individual believes to be important to, central to, or a priority in his or her life."* (p. 1032). Em ordem a determinar se as crenças dos indivíduos quanto aos valores a realizar na família e no trabalho tinham implicações e produziam diferenças a nível do modo como o conflito trabalho-família tinham experienciado, os autores compararam o ajustamento do modelo junto de grupos de indivíduos que se distinguiam entre si em função do grau no qual família e trabalho eram igualmente ou diferencialmente valorizadas³¹⁴. A centralidade, a

³¹³ Carlson e Kacmar (2000) também avaliaram o efeito directo dos preditores mencionados na satisfação profissional e familiar dos participantes. A este nível anteciparam a presença de um efeito negativo dos preditores situacionais relativos ao trabalho/família e um efeito positivo do envolvimento familiar/profissional na satisfação profissional e familiar, respectivamente.

³¹⁴ Uma vez que os autores avaliaram quer o envolvimento (factor antecedente) quer o valor atribuído à família e ao trabalho (variável moderadora) optaram por clarificar o ponto de vista que assumiram face aos dois constructos no seu estudo: *"Values are a desirable state of existence, not necessarily a reality. On the other hand, involvement reflects*

prioridade e a importância do trabalho e da família para os indivíduos foram as três dimensões teoricamente adoptadas pelos autores enquanto marcadores conceptuais do valor de cada um dos domínios para os participantes³¹⁵. Na impossibilidade de recorrerem a resultados prévios da investigação acerca da relação entre o valor atribuído a cada papel de vida e o conflito trabalho-família (pelo facto desta relação nunca antes ter sido sistematicamente estudada) os autores estabeleceram *a priori* um conjunto de predições exploratórias acerca do efeito moderador da primeira variável. Consideraram, assim, que indivíduos que valorizassem mais o trabalho do que a família experienciariam maior conflito família-trabalho e menor satisfação com a família, admitindo o padrão oposto relativamente a indivíduos que valorizassem mais a família do que o trabalho: *"As individuals value one domain more highly than the other they are more likely to perceive antecedents in the less valued domain as causing conflict, resulting in dissatisfaction."* (Carlson & Kacmar, 2000, p. 1037).

Os resultados da testagem do modelo para a amostra total (*i.e.*, independentemente da pertença aos sub-grupos de valorização trabalho/família) confirmaram o efeito exponenciador a nível do conflito trabalho-família de preditores como o conflito/stresse no trabalho, a sobrecarga profissional e o envolvimento com o trabalho (do grupo dos preditores relativos ao trabalho só não se mostra significativo o efeito da ambiguidade do papel) bem como a associação da generalidade dos preditores ligados à família (excepto a sobrecarga familiar) a níveis superiores de conflito família-trabalho. A satisfação profissional acusou a influência negativa directa de todos os preditores relativos ao trabalho excepto da sobrecarga profissional mas não se revelou significativo o efeito negativo esperado do conflito família-trabalho. Já o conflito trabalho-família emergiu como um preditor significativo da satisfação com a família (níveis superiores de conflito, maior insatisfação) que sofria a influência directa de apenas dois dos preditores associados ao contexto familiar. Confirmou-se, mais concretamente, o efeito redutor de satisfação de variáveis como a ambiguidade de papel e o conflito/stresse familiar mas não se mostrou significativo o efeito da sobrecarga familiar e do envolvimento familiar.

Quando o modelo de conflito foi testado para cada um dos subgrupos de centralidade do trabalho (os que atribuam elevada centralidade e os que atribuam reduzida centralidade a esse domínio) bem como para cada um dos subgrupos de importância (os que atribuam elevada importância a ambos os domínios *versus* os que atribuam elevada importância só ao

how immersed in the family or Job situation an individual actually is, not the value he or she places on that domain." (p. 1034).

³¹⁵ Para a medida da centralidade do trabalho/família na vida pessoal comparativamente a outros papéis de vida foi pedido aos participantes que distribuissem 100 pontos por cinco categorias (lazer, comunidade, trabalho, religião e família) representando a sua vida no momento actual. Os pontos atribuídos ao trabalho e à família foram usados como indicador da centralidade destes dois domínios. As prioridades dos participantes foram estimadas mediante a marcação da sua posição pessoal numa escala de 5 pontos correspondentes a diferentes configurações de prioridade (1= "primariamente a família"; 2="trabalho e família mas mais família"; 3="trabalho e família"; 4="trabalho e família mas mais trabalho"; e, 5="primariamente o trabalho"). A importância absoluta do trabalho/família foi avaliada através de duas questões [(1) em que medida o trabalho é importante e significativo na sua vida; (2) em que medida a família é importante e significativa na sua vida] às quais o participante respondia assinalando um dos cinco níveis de uma escala de tipo lickert com 5 pontos (5= mais importância). Nas análises efectuadas pelos autores ("*path analysis*" com recurso ao programa LISREL 8) cada uma destas medidas foi usada separadamente de modo a testar o efeito singular de cada indicador de valor (centralidade, prioridade e importância) a nível da moderação da experiência de conflito.

trabalho e entre os que atribuíam reduzida importância a ambos os domínios *versus* os que atribuíam elevada importância só à família) a comparação das trajetórias causais de cada par de grupos revelou diferenças significativas³¹⁶.

Entre os participantes pertencentes ao grupo de elevada centralidade do trabalho, o impacto da ambiguidade do papel familiar no CFT e na satisfação familiar e o impacto do stresse familiar na satisfação familiar apresentou-se superior ao que foi observado no outro grupo de participantes. De acordo com os autores, uma vez que o trabalho é uma dimensão central na vida destes indivíduos, a existência no contexto familiar de qualquer fonte de conflito poderia fazê-los gastar mais tempo e esforço numa área que não sendo saliente para si poderia, ao mesmo tempo, fazer diminuir a sua satisfação com esse domínio. No grupo dos que atribuíam reduzida centralidade ao trabalho, a influência do tempo/sobrecarga profissional e do envolvimento com o trabalho na satisfação profissional, assim como do envolvimento familiar na satisfação familiar, mostrou-se mais forte do que no primeiro grupo. Na síntese que fizeram dos resultados os autores concluíram que, nos casos em que a família era mais central para a identidade dos indivíduos do que o trabalho, a existência de uma dedicação de tempo ou de um envolvimento excessivo com o trabalho se reflectia, essencialmente, nos níveis de satisfação com o trabalho. Contudo, quando o trabalho correspondia ao domínio mais central para a identidade, as fontes de conflito revelavam implicações mais fortes nos resultados.

No grupo dos participantes que, do ponto de vista da atribuição de importância, privilegiavam o trabalho, o impacto do stresse familiar no CFT e da ambiguidade do papel profissional bem como o do envolvimento com esse mesmo papel na satisfação profissional era mais acentuado do que no grupo dos que consideravam ambos os domínios altamente importantes. Na perspectiva dos autores, sendo o papel profissional um papel saliente não seria de estranhar que a ocorrência de problemas no domínio profissional pudesse afectar negativamente a satisfação com o próprio domínio. No caso dos que atribuíam elevada importância a ambos os domínios, o stresse de trabalho influenciava mais marcadamente a satisfação profissional e esta variável, por seu turno, mostrava-se um preditor mais saliente da satisfação com a vida do que no grupo dos que valorizavam mais o trabalho do que a família. Os autores assinalaram que embora estes indivíduos encarassem ambos os domínios como altamente importantes, talvez pudessem considerar que o trabalho seria um determinante mais poderoso do seu sentimento geral em relação à vida, uma interpretação que podia ser conjugada com os resultados obtidos relativamente aos que consideraram a família mais importante do que o trabalho. É que comparado com o grupo dos que não valorizavam de modo especial nenhum dos dois domínios, naquele grupo verificou-se que a satisfação profissional era mais negativamente afectada por todos os preditores situacionais

³¹⁶ Carlson e Kacmar (2000) não encontraram evidência de diferenças significativas entre os dois subgrupos de centralidade da família (os que atribuíam elevada centralidade e os que atribuíam reduzida centralidade a esse domínio) nem entre os dois subgrupos que categorizaram as suas prioridades como primária ou predominantemente orientadas para o trabalho e para a família. Tais resultados levaram os autores a concluir que tanto a centralidade da família como os valores face aos papéis de vida que se exprimem sob a forma de prioridade teriam um papel irrelevante na moderação do processo de conflito trabalho-família.

(ambiguidade, stresse, sobrecarga) relativos ao contexto de trabalho no primeiro caso, sugerindo que a satisfação profissional de indivíduos para quem a família era importante seria mais susceptível ao efeito das fontes de stresse do contexto de trabalho. Do ponto de vista dos autores tal dever-se-ia, talvez, ao facto do trabalho ser para estes indivíduos uma situação incontornável que interferia no seu envolvimento com um domínio pessoalmente mais importante e que como tal os deixaria mais sensíveis ao efeito dos stressores do domínio secundário.

Globalmente, os resultados indicaram que as fontes, os níveis e as consequências do conflito trabalho-família variavam, qualquer que fosse a direcção do conflito, de acordo com as representações dos indivíduos quanto à centralidade e à importância de cada um dos domínios para si. Os autores apelaram à ideia de ambivalência, isto é, à possibilidade de um mesmo objecto induzir, simultaneamente, atitudes positivas e negativas para evidenciar a importância de atender ao papel dos valores (e não apenas a variáveis situacionais) na experiência de conflito:

An individual experiences conflict when two opposing demands split his or her attention towards valued alternatives. In the case of work-family conflict, individuals may experience conflict because they value both domains. Even though some might believe one role is more important than another or feel one role is more central to their lives, often individuals are ambivalent and cannot prioritize their roles. Further, the importance of the roles may fluctuate over time making the choices less clear. (Carlson & Kacmar, 2000, p. 1050)

Ao mesmo tempo, apresentaram a valorização dos papéis de vida como uma dimensão que poderá ter influenciado subliminarmente o resultado de outros estudos acerca do conflito trabalho-família e cuja ausência e/ou exclusão do plano de investigação constituiria uma explicação possível para as discrepâncias observadas a nível desses mesmos resultados.

Cinamon e Rich (2002a), partindo do princípio da interdependência dos papéis familiar e profissional e apoiando-se no modelo de Greenhaus e Beutell (1985), analisaram a relação entre os perfis de atribuição de importância a cada um dos papéis (parental, conjugal e de trabalhador) e o conflito trabalho-família. Ao mesmo tempo, os autores procuraram verificar em que medida os indivíduos enquadrados em cada um dos perfis diferiam entre si na experiência de conflito em função do grau de apoio (percepção de apoio da entidade patronal, horário flexível e apoio conjugal) e de factores promotores de stresse (número de horas de trabalho na profissão, número de horas de trabalho doméstico e presença de filhos menores na família). O essencial do pensamento dos autores resume-se à ideia de que os significados e as implicações que a importância atribuída a um dos papéis tem a nível da experiência de conflito são contingentes ao significado e à importância que os indivíduos atribuem a outro. A provar-se o raciocínio dos autores, mostrar-se-ia improvável que um indivíduo para quem o papel profissional fosse altamente importante e o papel familiar tivesse uma importância reduzida

experienciasse o conflito interpapéis com a mesma intensidade que um indivíduo para quem ambos os papéis se revestissem de elevada importância. Quando um dos papéis fosse menos importante que outro seria esperado que o investimento no papel mais importante não se acompanhassem do sentimento de que outra área de vida estivesse a ser negligenciada. No caso em que ambos os papéis fossem altamente valorizados pelos indivíduos poderia acontecer que o investimento de tempo e energia num dos papéis deixasse o indivíduo preocupado com a impossibilidade de se dedicar adequadamente ao outro papel igualmente importante para si.

Uma vez que os autores avaliaram o conflito na sua bidireccionalidade, anteciparam que indivíduos pertencentes ao perfil de importância dual (atribuição de elevada importância a ambos os papéis) registassem níveis elevados de conflito em ambas as direcções e que indivíduos com o perfil de baixa importância a ambos os papéis apresentassem os níveis mais reduzidos de conflito em qualquer das direcções. Quanto aos restantes perfis, os autores colocaram a hipótese de níveis de conflito mais elevados na direcção trabalho-família no que se referia a indivíduos para quem o trabalho fosse o domínio mais importante e na direcção inversa para aqueles que se mostrassem mais orientados para a família.

Através de análises de clusters os autores identificaram três perfis de atribuição de importância a cada um dos papéis³¹⁷. O primeiro perfil que emergiu (Perfil A) era constituído por indivíduos que atribuíam maior importância aos papéis familiares e menor importância ao papel de trabalhador (perfil família); no segundo perfil (Perfil B) estavam representados os indivíduos que atribuíam elevada importância ao trabalho e reduzida importância aos papéis familiares (perfil trabalho); o terceiro grupo identificado (Perfil C) correspondia aos casos de indivíduos que atribuíam elevada importância a ambos os papéis (perfil dual). A análise das diferenças entre os três perfis relativamente às restantes variáveis confirmou a sua diferenciação tendo permitido verificar que (1) os indivíduos pertencentes ao perfil família, eram os que despendiam menos horas no emprego e nas actividades domésticas e recebiam mais apoio conjugal; (2) os que pertenciam ao perfil trabalho eram os que investiam mais horas na actividade profissional e menos horas na vida doméstica e que recebiam menos apoio conjugal; e, (3) os que se integravam no perfil dual eram os que investiam mais tempo em ambos os papéis. Apesar das diferenças observadas entre as perfis de atribuição de importância aos papéis e as variações de factores como a alocação de tempo

³¹⁷ Embora os autores tenham identificado primeiramente quatro grupos, o quarto grupo mostrou-se pequeno (n=13) e não definia um perfil bem diferenciado. A distribuição dos participantes no estudo pelos três perfis de atribuição de importância, não se mostrou homogénea quando analisada em função da do grupo profissional de pertença dos participantes no estudo (técnicos de informática e advogados). Os técnicos de informática distribuíam-se mais ou menos uniformemente pelos três perfis, mas no que diz respeito aos advogados, mais de metade enquadravam-se no Perfil C e os restantes dividiam-se pelos Perfis A e B. Tal resultado levou os autores a equacionarem a possibilidade de indivíduos que atribuíam diferentes graus de importância ao trabalho e à família tenderem a procurar profissões ou tenderem a manter-se num dado ambiente de trabalho tendo em conta o grau no qual a profissão e o contexto de trabalho lhes permitissem combinar os papéis profissionais e familiares de modo compatível com as suas crenças acerca da importância de cada um dos domínios. Esta hipótese é apoiada pelos resultados encontrados por Honeycutt e Rosen (1997) e Thompson, Beauvais e Lyness (1999). O primeiro estudo revelou que trabalhadores orientados para a família faziam mais uso dos programas disponíveis nas organizações que facilitavam a combinação trabalho-família do que trabalhadores mais orientados para a carreira. A segunda investigação demonstrou, igualmente, a presença de diferenças individuais na utilização de certas facilidades oferecidas pelas organizações (*e.g.*, horário flexível) em função do grau no qual os trabalhadores investiam na família.

se mostrarem, globalmente, consistentes, os autores alertaram para a importância de ter em conta que os significados de cada papel podem manifestar-se comportamentalmente de modo não comparável na família e no trabalho:

Apparently, there are differences in the meanings of importance attributed to the work and family domains, and there are differences in the implications of those meanings for behavior. For example, high importance attributed to work will usually lead to extensive investment in work hours. However, attribution of high importance to family will not necessarily lead to many hours devoted directly to family. For example, it could also lead to greater emphasis on the breadwinner role and increased work hours to better provide financially for the family. (p. 218)

No que se refere à direcção do conflito os resultados demonstraram níveis superiores de CTF relativamente aos membros dos Perfis B e C comparativamente aos que fazem parte do Perfil A, mas não confirmaram a existência de diferenças significativas entre os três perfis no que se refere aos valores do CFT. Estas diferenças demonstraram que a hierarquia de importância atribuída aos papéis de vida era uma fonte importante de conflito interpapel.

Os resultados da análise de regressão hierárquica realizada pelos autores para testar o efeito das medidas de apoio e de stresse a nível da experiência de conflito, apenas apontaram para uma interacção significativa entre o Perfil C e o apoio conjugal (variáveis positivamente correlacionadas) no que se referia às variações do CTF indicando que o apoio conjugal parecia proteger os indivíduos que valorizavam a família da experiência de conflito quando estes faziam investimentos elevados no trabalho. O modelo de regressão evidenciou, para além disso, a contribuição da pertença ao Perfil A (quanto maior a importância da família para os indivíduos menos intenso o conflito) e do género (níveis de conflito mais elevados na amostra feminina) na explicação da variância deste tipo de conflito. A fraca capacidade explicativa do modelo (explicou apenas 14% da variância do CTF) levou os autores a concluir não ser suficiente a identificação dos perfis de saliência de papel tornando-se fundamental a apreciação das diferentes razões que indivíduos pertencentes a um mesmo perfil apontem como justificação para a importância que um dado papel se reveste para si. O acesso aos significados pessoais que os indivíduos procuram e/ou encontram nos seus papéis preferenciais é visto como uma condição indispensável à compreensão das diferenças individuais no modo de experienciar e lidar com o conflito interpapel:

For example, equally high importance attributed by two men to a particular role may stem from divergent motives and differentially affect their work-family conflicts. One father may view his work as very important because it enables him to best realize his preferred family role, interpreted by him as family breadwinner. In contrast, his male colleague also attributes greater importance to the worker role because it affords him power or prestige. (p. 218)

Os resultados deste estudo de Cinamon e Rich (2002a) são bastante conclusivos quanto às vantagens de ter em conta a dimensão dos significados e a importância subjectivamente atribuída aos papéis de vida quando se trata de investigar ou intervir no modo como os indivíduos distribuem os seus recursos psicológicos e se comportam em cada um deles. Sugerem, paralelamente, a maior permeabilidade do domínio familiar à interferência da experiência de trabalho entre indivíduos que atribuem maior importância ao trabalho do que entre os que atribuem maior importância aos papéis familiares embora o mesmo seja verdadeiro quando ambos os domínios de vida são altamente importantes para os indivíduos. Com efeito, é provável que os significados pessoais que os indivíduos atribuem a cada domínio/papel sejam divergentes e que, por essa razão, também a relação trabalho-família seja encarada e experimentada de modos diferenciados mesmo no interior do próprio grupo de género.

Na sequência de um primeiro estudo no qual os autores examinaram o impacto de um conjunto de factores familiares e profissionais bem como do conflito trabalho-família na intenção e no acto de abandono da profissão (Greenhaus, Collins, Singh & Parasuraman, 1997), Greenhaus *et al.*, (2001) conduziram uma segunda investigação na qual se propuseram ultrapassar duas das limitações mais importantes presentes no estudo anteriormente desenvolvido. Deste modo, (1) a utilização de uma medida unidimensional do conflito deu lugar à avaliação do constructo considerando a sua bidireccionalidade³¹⁸ (tendo em vista a determinação dos efeitos independentes de cada direcção a nível das intenções e comportamentos dos participantes) e, (2) foi incluída a avaliação de variáveis pessoais, mais concretamente o grau de envolvimento dos indivíduos com a família e com a carreira³¹⁹, como forma de estabelecer as condições nas quais o conflito aparecia associado à intenção e ao comportamento de abandono da profissão. Tratava-se, afinal, de variáveis não analisadas na investigação inicial e que os autores presumem poder ajudar a compreender a relação apenas modesta, então encontrada entre o conflito trabalho-família e os níveis de abandono profissional observados.

Para além de terem definido como mais provável a associação entre essas variáveis e o conflito na direcção trabalho-família (o afastamento do ambiente de trabalho representaria uma medida de supressão do conflito), inspirando-se na teoria da identidade social, os autores anteciparam que o impacto do conflito trabalho-família a nível do abandono da actividade profissional fosse mais acentuado entre os indivíduos mais investidos (do que menos investidos) na família e que fosse mais fraco entre os que se apresentassem mais altamente envolvidos com a profissão do que os que nela se encontrassem relativamente desinvestidos. Os autores explicaram a lógica destas hipóteses:

³¹⁸ A escala de conflito utilizada pelos autores integrava itens que avaliavam o conflito temporal e o conflito emocional tendo sido formulados de modo a representar quer a interferência do trabalho na família quer a interferência da família no trabalho.

³¹⁹ Quer o envolvimento com a carreira quer o envolvimento com a família foram avaliados através de itens que remetiam para a importância ou saliência absoluta de cada um dos domínios.

Extensive work-family conflict is likely to be an identity-threatening stressor for individuals who are highly involved in family life because work interferes with an aspect of their lives – the family. That is a central part of their self-identity. Family-involved professionals may respond to this identity threat by seeking to leave the profession that is the source of conflict. ...individuals relatively uninvolved in their careers, who experience extensive work-family conflict, may be inclined to leave the profession that has produced the conflict because their career is not sufficiently salient to their self-identity to justify its continual intrusion into their family life. (p. 93)

Embora os resultados tenham dado razão à expectativa de uma relação positiva entre o CTF e as intenções de despedimento (bem como à de ausência de relação entre essa variável e o conflito na direcção inversa), não confirmaram a influência do CTF no plano comportamental uma vez que o CTF não se mostrou significativamente relacionado com o indicador objectivo de abandono. A presença de uma interacção significativa entre o CTF e o envolvimento na carreira na predição quer das intenções quer dos níveis reais de abandono, reforçaram, todavia, a suposição dos autores relativamente ao papel moderador do grau de envolvimento. De facto, verificou-se que a relação entre o CTF e os dois indicadores de abandono se mostrou mais forte no caso dos indivíduos menos envolvidos com a carreira do que no caso dos mais envolvidos. Tendo verificado que o envolvimento com a carreira reduzia directamente a intenção de abandono profissional e enfraquecia o impacto do CTF no comportamento de abandono, os autores comentaram que, os indivíduos para quem o trabalho não era uma dimensão saliente da sua vida, aparentemente, pareciam menos afectados pelo CTF. No entanto, também indivíduos altamente envolvidos na actividade profissional não se mostravam significativamente perturbados pela interferência do trabalho na vida familiar e estavam dispostos a tolerar essa ingerência para o bem das suas carreiras. *“Perhaps they accept the work demands and the interference with family life as the price to be paid for the prestige and economic rewards that come with a career in public accounting.”* (p. 97).

Para além disso, e embora não tenha sido previsto pelos autores, foi ainda detectada uma interacção significativa entre o CTF e o envolvimento com a carreira relativamente à intenção de abandono: no caso de indivíduos pouco envolvidos com a carreira a relação entre o conflito e a intenção de abandono mostrou-se positiva tendo-se apresentado negativa entre os que estavam altamente envolvidos com a carreira. Tratou-se de um resultado que, de acordo com os autores, evidenciou que a direcção de interferência entre o papel familiar e profissional determinava o tipo de influência que a experiência de conflito produzia na atitude face a cada um dos papéis (abandono ou permanência).

Ao contrário do esperado pelos autores, não foi encontrada uma interacção significativa entre o CTF e o envolvimento familiar para nenhum dos indicadores de abandono profissional (intenção ou comportamento). A explicação dos autores remete para a questão do valor instrumental de que o trabalho se reveste para a vida familiar:

It is possible that employees who are highly involved with their families not only want to protect the time they have available for their families but are also motivated to maintain their families' financial security. In this event, high levels of work-to-family conflict, although upsetting, may also be seen as a necessary byproduct of the level of effort that is required to assure the material well-being of the family. (p. 97)

Por fim, o facto dos autores não terem encontrado uma relação significativa entre o CFT e os indicadores de abandono profissional levou-os a interessarem-se pelas formas de resposta a esse tipo de conflito. Questionaram-se, por isso, se seria mais provável os indivíduos que experienciassem elevados níveis de CFT e que não fossem capazes de aliviar as fontes de stresse familiar, optariam por evitar a interacção com os outros membros da família ou tentariam alterar o seu papel profissional procurando um ambiente de trabalho mais flexível e menos exigente e, por isso, menos susceptível às interferências provenientes do contexto familiar.

Com efeito, trata-se de um resultado que suscita alguma curiosidade em relação às formas através das quais as pessoas podem lidar com o stresse que resulta da interferência da família no trabalho. A questão central que se coloca é a de saber o que pode fazer um indivíduo para reduzir esse stresse se, ao contrário do que acontece relativamente à actividade profissional, o “abandono” da família (ou de papéis de desempenho irreversível como o parental) parece não ser uma solução tão fácil ou virtuosa.

Greenhaus, Collins e Shaw (2003) investigaram o envolvimento com a família e com o trabalho num estudo que teve por finalidade a especificação do conceito de “*work-family balance*” e a testagem de uma medida destinada à sua operacionalização. Tendo explorado a perspectiva de diversos autores relativamente a esse constructo e manifestando simpatizar de forma especial com a definição do conceito, proposta por Marks e MacDermid (1996), como um indicador da orientação ou tendência dos indivíduos para investirem de modo idêntico (*i.e.*, com a mesma intensidade) na generalidade dos seus papéis de vida, Greenhaus *et al.* (2003) identificaram a noção de “igualdade” como um denominador comum às abordagens exploradas e distinguiram duas componentes implícitas nessa noção: os *inputs* (recursos pessoais que são atribuídos a cada papel) e os resultados (a qualidade das experiências resultantes da aplicação dos recursos no papel). Do ponto de vista dos *inputs*, os autores caracterizaram, desta forma, o equilíbrio³²⁰ de papéis:

³²⁰ Tradução para o português da expressão original “*work-family balance*” cujo significado remete, conceptualmente, para a forma como o trabalho e a família se articulam na vida das pessoas. Usada pelos autores num sentido idêntico ao conceito de “*Fit*” de Barnett (1998) a utilização do termo “equilíbrio” na tradução portuguesa pode induzir a ideia de que descreve o estado mais positivo e desejável da relação trabalho-família. Importa, contudo, destacar que ao equilíbrio trabalho-família, no sentido aqui usado, podem estar associados resultados positivos (a facilitação) ou resultados negativos (conflito) dependendo do modo como os dois papéis estão integrados. O efeito de facilitação é conceptualizado de acordo com a perspectiva de Frone (2003), ou seja, como produto da influência positiva de um papel (das experiências, competências, etc. que nele são adquiridas ou desenvolvidas) sobre o outro, assemelhando-se, em certa medida, ao conceito de *spillover* positivo. O efeito de conflito é conceptualizado de acordo com a definição de Greenhaus e Beutell (1985), isto é, como incompatibilidade interpapel.

To be balanced is to approach each role – work-family – with an approximately equal level of attention, time, involvement, or commitment. Positive balance suggests an equally high level of attention, time, involvement, or commitment, whereas negative balance refers to an equally low level of attention, time, involvement, or commitment. These inputs reflect an individual's level of role engagement – in terms of time devoted to each role or psychological involvement in each role. It is difficult to imagine a balanced individual who is substantially more or less engaged in the work role than the family role. (p. 512)

Este pressuposto da distribuição uniforme dos *inputs* pelo trabalho e pela família surgiu aliado a um requisito correspondente na componente dos resultados, isto é, para que se pudesse afirmar que um dado indivíduo alcançou o equilíbrio dos papéis seria necessário que ele apresentasse um nível de satisfação (a dimensão que os autores identificaram como operacionalizando a componente dos resultados) com cada um igualmente elevado (equilíbrio positivo) ou igualmente baixo (equilíbrio negativo). O equilíbrio trabalho-família foi, deste modo, definido pelos autores como a extensão na qual um indivíduo se encontra igualmente implicado – e igualmente satisfeito – com o seu papel familiar e com o seu papel profissional, podendo ser avaliado em função de três dimensões-critério: (1) o equilíbrio no tempo (a devoção de uma quantidade igual de tempo a ambos os papéis); (2) o equilíbrio no envolvimento (a existência de um nível idêntico de envolvimento psicológico em ambos os papéis); e, (3) o equilíbrio na satisfação (o registo de níveis equivalentes de satisfação com os dois papéis). A presença de variações individuais na proporção de tempo, envolvimento e satisfação associados a cada papel, permitia distinguir diferentes tipos de equilíbrio (*equilíbrio negativo* ou *equilíbrio positivo*, consoante cada uma das três dimensões registe níveis igualmente baixos ou altos em ambos os papéis) bem como distinguir quando se tratava de uma situação de equilíbrio ou de desequilíbrio trabalho-família. Para os autores o grau de equilíbrio trabalho-família terá de ser apreciado de acordo com um *continuum* que se estende desde um extremo de elevado desequilíbrio em favor de um dado papel até um outro extremo de elevado desequilíbrio em favor do um outro papel. Importa ainda sublinhar que os autores conceptualizaram o equilíbrio interpapéis de forma independente dos desejos ou valores dos indivíduos³²¹: “*We believe that an individual who gives substantially more precedence to one role than the other is relatively imbalanced even if the distribution of commitment to family and work is highly consistent with what the individual wants or values.*” (p. 513).

Particularmente interessante é ainda a posição de Greenhaus *et. al.* (2003) acerca da relação entre o equilíbrio trabalho-família e a qualidade de vida, tópico que submeteram a investigação empírica no sentido de determinar em que medida a vivência pelos indivíduos de situações de equilíbrio positivo, equilíbrio negativo e desequilíbrio em termos de tempo,

³²¹ Ao salientarem esta questão, Greenhaus *et al.* (2003) pretenderam chamar a atenção para o facto da sua concepção de equilíbrio divergir da perspectiva de autores (*e.g.* Lambert, 1990) que fizeram uso do termo “*balance*” em referência a diferentes padrões de investimento (e não à igualdade de investimento nos dois papéis) enquanto expressões da estratégia usada pelos indivíduos para gerir os papéis familiar e profissional de acordo com a importância relativa de cada um.

investimento e satisfação com cada um dos papéis influenciavam de modo diferenciado a experiência de stresse e de conflito interpapéis. Sumariamente, as hipóteses avançadas pelos autores apontavam para efeitos mais positivos na qualidade de vida de situações de equilíbrio positivo do que de equilíbrio negativo, e de situações de equilíbrio do que de desequilíbrio, embora tivessem destacado a importância de ter em conta, nesta última comparação, o papel moderador dos níveis totais de tempo, investimento e satisfação que caracterizariam a combinação trabalho-família na vida de cada indivíduo particular. Dito de outro modo, os autores esperavam que emergissem diferenças na experiência de conflito (CFT e CTF) e de stresse entre indivíduos em situação de equilíbrio trabalho-família e indivíduos em situação de desequilíbrio trabalho-família, unicamente quando o investimento temporal e afectivo total em ambos os papéis (*i.e.*, estimado de modo conjunto) fossem elevados. Os autores expuseram da seguinte forma o racional desta hipótese de moderação:

When individuals invest substantial time or involvement in their combined roles, there is more time or involvement to distribute between work and family. In this situation, imbalance can reflect sizeable differences between work time and family time or between work involvement and family involvement, and therefore produce extensive work-family conflict and stress that detract from quality of life. However we expect little or no benefit of balance when individuals invest limited time or involvement in their combined roles. In this situation, because there is so little time or involvement to distribute, imbalance reflects small differences between work time and family time or between work involvement and family involvement, and arouses little or no work-family and stress that detract from quality of one's life³²². (p. 516)

Greenhaus *et. al.* (2003) testaram ainda a hipótese do efeito mediador do conflito interpapéis e/ou do stresse na relação entre o investimento de tempo, o envolvimento afectivo e a satisfação com os papéis familiar e profissional e a qualidade de vida.

Os resultados do estudo empírico indicaram que os participantes despendiam um maior número de horas por semana com o trabalho do que com a família embora se apresentassem psicologicamente mais envolvidos e satisfeitos com a família do que com a vida profissional. Os níveis totais de envolvimento e de satisfação apresentaram-se positivamente correlacionados com a medida de qualidade de vida, variável cuja relação com os seus potenciais preditores (CTF, CFT e stresse) se revelou negativa. A comparação de indivíduos em situação de equilíbrio e em situação de desequilíbrio trabalho-família, permitiu concluir que as experiências das duas categorias de participantes não diferiam significativamente do ponto de vista da qualidade de

³²² Os autores desenvolveram o mesmo raciocínio em relação à dimensão satisfação. Consideraram, por isso, que a relação entre o equilíbrio de satisfação e a qualidade de vida dependia do grau total de satisfação que o indivíduo experienciase conjuntamente nos papéis familiar e profissional. Nos casos em que o nível de satisfação total fosse elevado, haveria mais satisfação a distribuir-se por cada um dos papéis tornando-se mais provável uma distribuição não homogénea por ambos (desequilíbrio de satisfação) e, por conseguinte, o registo de níveis mais elevados de stresse e uma menor qualidade de vida. Os autores não relacionaram a satisfação e o conflito trabalho-família uma vez que presumiram que os desequilíbrios na satisfação tendessem a produzir conflito de modo menos assinalável do que os desequilíbrios de tempo e/ou de envolvimento.

vida, do mesmo modo que também não foi confirmada a hipótese de moderação (a relação entre o equilíbrio e a qualidade de vida não se apresentou significativamente diferente em função dos níveis totais de tempo, envolvimento ou satisfação)³²³.

Foram, contudo, encontradas interações lineares significativas entre o equilíbrio de tempo, envolvimento e satisfação e os valores totais assumidos pelos três elementos e a qualidade de vida. Assim, verificou-se que indivíduos que dedicavam, em termos globais, menos tempo aos dois papéis experienciavam uma maior qualidade de vida independentemente do modo como distribuíam o tempo por cada um dos papéis. Por sua vez, entre os indivíduos que dedicavam uma quantidade substancial de tempo ao trabalho e à família os que gastavam mais tempo neste último domínio experienciavam os níveis superiores de qualidade de vida, seguidos dos que passavam igual tempo em ambos e, por fim, dos que gastavam mais tempo com o trabalho. Analisado o efeito mediador do conflito e do stresse relativamente a estas interações lineares, apenas a relação entre o CTF e o stresse e a qualidade de vida emergiu como significativa tendo contribuído para explicar as interações inicialmente encontradas. Com efeito, em condições de elevado investimento total de tempo, os indivíduos em situação de desequilíbrio trabalho-família (os que haviam registado a menor qualidade de vida), apresentavam os níveis mais elevados de CTF e de stresse ao passo que indivíduos em situação de desequilíbrio de papéis (os que haviam registado os níveis mais elevados de qualidade de vida) experienciavam os níveis mais reduzidos de stresse e de conflito. Os indivíduos em situação de equilíbrio de tempo situavam-se, em termos da sua experiência de stresse e conflito entre os dois extremos.

Quanto ao equilíbrio no envolvimento trabalho-família, os autores observaram que para os indivíduos genericamente desinvestidos, a avaliação da qualidade de vida não variava de modo significativo em função do modo como o investimento se distribuía por cada um dos papéis. Já para os que se apresentavam globalmente bastante envolvidos com ambos os papéis, os valores da qualidade de vida mostravam-se superiores entre os que investiam mais na família do que no trabalho e inferiores para os que se envolviam mais com o trabalho do que com a família, encontrando-se os participantes com investimentos idênticos nos dois domínios, uma vez mais, no ponto intermédio. Adicionalmente, em condições de envolvimento total elevado, os indivíduos mais investidos no trabalho do que na família registavam os níveis mais altos de CTF e de stresse, em claro contraste com os participantes mais envolvidos na família do que no trabalho (os que registavam menores valores nessas duas variáveis) e diferenciando-

³²³ Cada tipo de equilíbrio (de tempo, envolvimento e satisfação) foi medido através de um coeficiente relativamente ao qual o valor de zero representava o nível mais elevado de equilíbrio e valores diferentes de zero correspondiam a desequilíbrio crescente favorável a um ou a outro papel. Atendendo a que o valor de equilíbrio mais elevado aparecia no centro do intervalo de variação, a relação entre o equilíbrio e a qualidade de vida tenderia a poder ser descrita sob a forma de uma relação quadrática (U invertido) entre as duas variáveis. Desta forma, os autores testaram as hipóteses através de análises de regressão quadráticas. Uma vez que os resultados das interações quadráticas analisadas (*e.g.*, equilíbrio de tempo x tempo total; equilíbrio de envolvimento x envolvimento total) não se mostraram significativos (não confirmando a relação entre os termos em interação e a qualidade de vida), deixou de fazer sentido a testagem das hipóteses de mediação.

-se, também, embora em menor grau, dos indivíduos igualmente investidos nos dois domínios que novamente ocuparam a posição intermédia do *continuum* de variação.

Finalmente, e atendendo ao equilíbrio na satisfação com o trabalho e com a família, foi verificado que entre os indivíduos altamente satisfeitos com a combinação de papéis, os que se mostravam mais satisfeitos com a família do que com o trabalho avaliavam mais positivamente a sua qualidade de vida, e que os mais satisfeitos com o trabalho a avaliavam de forma menos positiva, não tendo sido obtida evidência quanto ao efeito mediador do stresse nessa relação.

Não tendo logrado provar que o equilíbrio trabalho-família se relacionava com a qualidade de vida de acordo com o antecipado, isto é, como a circunstância mais favorável ou saudável de articulação do duplo papel (repare-se que os indivíduos que conjugam os dois papéis de modo equilibrado são os que invariavelmente apresentam os valores mais moderados), através dos resultados obtidos os autores contribuíram para a clarificação e especificação das condições nas quais essa relação adquire contornos mais ou menos preocupantes. A esse nível destaca-se, nomeadamente, a conclusão de que em condições mais substanciais de dedicação de tempo, de envolvimento e de satisfação aos/com os dois papéis, os indivíduos que privilegiam, do ponto de vista dos seus investimentos, o domínio familiar (ou que dele derivam mais satisfação), são os que mais dividendos retiram desses investimentos para a sua qualidade de vida ao passo que aqueles que investem superiormente no trabalho são os que tendem a ficar mais expostos aos efeitos mais perniciosos. O maior envolvimento psicológico destes últimos com o trabalho estaria na base da percepção de maiores pressões profissionais e, consequentemente, de níveis mais intensos de CTF do que no caso dos mais investidos na família. Como os autores referiram relativamente aos últimos participantes *"In a sense, these individuals may have made the decision not to let their work responsibilities interfere in their family life."*(p. 526).

Noor (2004), constatando a dificuldade da literatura em retratar consistentemente os efeitos para o bem-estar psicológico da importância atribuída aos papéis familiar e profissional³²⁴, analisou a influência directa e indirecta (efeito moderador) da saliência de papel na relação entre o conflito trabalho-família (nas duas direcções) e o bem-estar individual (avaliado sob a forma de satisfação profissional e sintomas somáticos ou psicológicos de mal-estar emocional), numa amostra exclusivamente constituída por mulheres empregadas e com filhos. A partir da revisão dos estudos disponíveis relacionando a saliência de papel com o conflito e com o bem-estar, o autor manifestou a expectativa de que as participantes experienciassem níveis superiores de CTF do que de CFT e que o CTF produzisse um impacto mais marcado no seu bem-estar. Antecipou ainda um efeito positivo da saliência de papel a nível dos dois indicadores de bem-estar. A hipótese alternativa enunciava a possibilidade de um

³²⁴ Os resultados obtidos por Noor (2004) neste estudo permitiram-lhe identificar duas possíveis razões para as contradições existentes entre os resultados de investigações anteriores, a saber: (1) o tipo de medidas de bem-estar utilizadas (poder-se-iam encontrar diferentes tipos de efeitos da saliência de papel – directos ou indirectos – consoante o indicador de bem-estar usado); e, (2) o facto de certas variáveis confundidoras como a negatividade afectiva, serem ou não controladas.

efeito mais negativo no bem-estar das participantes (1) do CTF, na circunstância em que o papel familiar fosse altamente saliente para a identidade das mulheres e, (2) do CFT no caso de mulheres para quem o papel profissional fosse psicologicamente saliente.

Contrariamente ao previsto, o autor encontrou evidência de um efeito positivo directo do CFT (e não da direcção inversa de conflito) nos sintomas de mal-estar emocional. Para o autor este resultado constitui a expressão de um dilema feminino já anteriormente assinalado por Frone *et al.* (1992), ou seja, entre o querer ser uma boa mãe e, ao mesmo tempo, desejar ser uma boa trabalhadora. Nesta ambivalência, aparentemente o CFT emergia como o tipo de conflito que se revelava mais nefasto para o bem-estar pessoal: *"This may be because the rewards from work are directly utilized for the well-being of the family. Although one may see the work role as a woman's "extra" role, in reality it is still psychologically important to her self-image as a good employee."* (p. 400).

Talvez resida aí a explicação para a interacção significativa que foi encontrada entre a saliência do papel profissional e o CTF a nível dos sintomas de mal-estar emocional (o único efeito moderador da saliência de papel identificado pelo autor). A exploração desse efeito de interacção apontou para a existência de uma associação entre o conflito (níveis mais elevados) e manifestações sintomáticas (mais negativas) apenas no grupo das mulheres que haviam descrito o papel profissional como mais saliente, resultado que, apesar de inesperado, foi atribuído pelo autor à presença de um padrão de investimento igualmente elevado no trabalho e na família. Ou seja, a cedência de uma parte do seu tempo e energia ao trabalho fazia-se acompanhar da expectativa de, em contrapartida, poderem dispor de tempo e energia para a família. Quando tal não se verificava, seria provável que reagissem negativamente a situações de intrusão das responsabilidades profissionais no domínio familiar: *"Therefore, stress may have negative impact on well-being when stress occurs between roles that are highly salient and in which there are some expectations of stress."* (p. 401).

Ambos os tipos de conflito mostraram-se significativa e negativamente relacionados com a satisfação profissional, com níveis mais elevados de conflito a aparecerem associados a valores inferiores de satisfação. Para além dos tipos de conflito, apenas a saliência do papel profissional se mostrou um preditor significativo da satisfação profissional³²⁵ (o único efeito directo da saliência de papel encontrado pelos autores). Este último resultado foi interpretado pelo autor como um sinal de que as mulheres se estariam a tornar crescentemente mais envolvidas e investidas no trabalho.

³²⁵ Nas análises de regressão hierárquica efectuadas, o autor controlou o efeito de variáveis presumivelmente confundidoras tais como o número de filhos, o número de horas de trabalho (factor, que tal como o número de filhos, geralmente, surge associado a níveis superiores de sobrecarga e de conflito), o nível profissional (factor que influencia o grau de acessibilidade a certos serviços e recursos que configuram apoios externos susceptíveis de diminuir a experiência de conflito), o estatuto conjugal (factor do qual poderia ser inferida a disponibilidade de apoio social) e traços de afectividade negativa (factor que influencia as percepções de conflito e de apoio social). Apenas o estatuto conjugal (mulheres solteiras, divorciadas e viúvas) e a negatividade afectiva (valores mais altos) se mostraram preditores significativos dos sintomas de mal-estar (mais marcados).

Interessados em contribuir para o debate acerca da extensão na qual o desempenho simultâneo dos papéis familiar e profissional comportava resultados benéficos ou adversos para qualidade de vida dos indivíduos no trabalho e na família (pela ênfase nos efeitos positivos), Aryee *et al.* (2005), desenvolveram uma investigação³²⁶ na qual estudaram os antecedentes e consequentes do equilíbrio trabalho-família³²⁷ contemplando a análise de duas dimensões: a direcção de influência de um papel sobre o outro (trabalho-família e família-trabalho) e o tipo de efeito associado à acumulação dos dois papéis (conflito ou facilitação). Apoiando-se conceptualmente nas perspectivas da escassez e da expansão de recursos, na categoria dos antecedentes os autores incluíram a análise da influência de características de personalidade (proactividade, neuroticismo e optimismo), da sobrecarga associado a cada um dos papéis, do envolvimento³²⁸ com o papel parental e com o papel profissional e do apoio social (instrumental e emocional obtido na família e no trabalho). A satisfação profissional e o investimento afectivo na organização foram os consequentes da dinâmica trabalho-família avaliados³²⁹. Os autores testaram ainda o efeito moderador da variável género na relação entre os indicadores da qualidade das experiências de papel (sobrecarga, envolvimento e apoio) e as quatro componentes do equilíbrio trabalho-família consideradas.

Os resultados obtidos permitiram verificar que o envolvimento com o trabalho e o envolvimento com a família se encontravam, respectivamente, relacionados de forma positiva e negativa com a facilitação trabalho-família. A influência facilitadora do envolvimento com o trabalho foi encarada pelos autores como um sinal de que enquanto fonte de motivação intrínseca, essa variável seria susceptível levar os indivíduos a investirem mais tempo e energia na actividade profissional o que, reflectindo-se num melhor desempenho profissional poderia gerar emoções positivas que se propagassem para o contexto familiar promovendo a *performance* dos indivíduos também nesse contexto. Tratava-se, aliás, de um resultado que os autores consideraram ter implicações para a criação de apoios pelas organizações para a articulação trabalho-família: "*In essence, these family-friendly initiatives may need to focus not only on reducing work-family conflict but also on increasing work-family balance by enhancing work-family facilitation.*" (p.143). A influência negativa do envolvimento familiar foi vista, pelos autores, como sugerindo que em virtude da representação da família enquanto domínio com

³²⁶ A investigação em causa foi realizada com uma amostra de pais empregados de nacionalidade Indiana, o que justifica a atenção à possível influência de variáveis de natureza sociocultural nos resultados encontrados. Os autores caracterizam o contexto Indiano como uma sociedade que se encontra em fase de transição no que se refere à aplicação do princípio da igualdade de género no mercado de trabalho e na divisão do trabalho doméstico, isto é, à coexistência de expectativas mais e menos tradicionais quanto aos papéis de género: "*Although emergence of new families may be a distant reality, the direction of the changes suggests that family relations in India are characterized by a coexistence of traditional and modern gender role expectations.*" (p. 133).

³²⁷ Tradução para o português da expressão original "*work-family balance*".

³²⁸ Os autores adoptaram a seguinte conceptualização de envolvimento: "*Role involvement describes ego or psychological involvement and entails a preoccupation with that domain, making one unavailable to perform the demands or responsibilities of the other domain.*" (Aryee *et al.*, 2005).

³²⁹ Os autores admitiram ter constituído uma limitação do seu estudo a opção pela utilização do mesmo conjunto de preditores e de variáveis dependentes (consequentes) na análise da facilitação trabalho-família e do conflito trabalho-família, tanto mais que os resultados encontrados sugeriram que subjacentes a essas duas dimensões podiam estar diferentes processos e, por conseguinte, características e resultados individuais, familiares e profissionais diferenciados.

precedência sobre o domínio profissional, os participantes tendessem a limitar o seu envolvimento no trabalho experimentando como menos fácil a gestão de ambos os papéis.

Observaram também que o apoio familiar se apresentava significativamente associado à facilitação família-trabalho, um resultado que foi explicado pelas maiores oportunidades que indivíduos com famílias apoiantes teriam de investir mais tempo no trabalho e/ou no seu desenvolvimento profissional. Foi encontrada uma relação significativa positiva entre a sobrecarga profissional e o neuroticismo e as duas direcções de conflito (um resultado que pareceu indicar que a experiência de conflito seria precipitada por estímulos emocionais negativos) bem como uma relação negativa entre o envolvimento com o trabalho e o CFT³³⁰. Ao nível dos consequentes, os resultados apontaram a facilitação trabalho-família e o envolvimento com o trabalho como preditores positivos significativos da satisfação profissional e do investimento afectivo na organização, indicando ainda a presença de uma relação positiva entre o apoio laboral e a satisfação profissional.

Quanto ao efeito moderador do género³³¹, os autores apenas recolheram evidência de relações mais fortes na amostra masculina entre as dimensões optimismo e envolvimento com o trabalho e a facilitação família-trabalho. Os autores referiram-se às possíveis vantagens do optimismo masculino enquanto mecanismo de *coping* com eventuais situações de conflito bem como à existência de um envolvimento mais discreto dos homens nas actividades familiares. Em contraste, o elevado envolvimento com o trabalho permitir-lhes-ia alcançar níveis superiores de desempenho e aceder a recompensas, que permitindo-lhes assegurar a segurança financeira da sua família, se mostrariam facilitadoras da resposta às exigências do seu papel enquanto “ganha-pão”. O facto do género ter revelado uma influência limitada foi visto pelos autores como um resultado consistente com a presença de expectativas de género menos tradicionais, reflectindo a existência de mais semelhanças do que diferenças entre homens e mulheres no impacto dos antecedentes analisados a nível do equilíbrio trabalho-família.

Day e Chamberlain (2006) estudaram o papel do investimento nos papéis de vida no conflito trabalho-família numa amostra de mulheres exercendo profissionalmente a actividade de enfermeiras e polícias³³² junto da qual procuraram testar em que medida o investimento se comportava como um factor que acentuava ou reduzia a experiência de conflito interpapel³³³,

³³⁰ A relação da sobrecarga parental e do apoio social (familiar e laboral) com o conflito não se mostrou significativa, resultado que, não sendo esperado pelos autores, foi atribuído a factores contextuais cuja natureza não chegaram a especificar.

³³¹ Os resultados das análises dos efeitos principais do género revelaram que as mulheres registavam valores mais elevados na facilitação trabalho-família e no envolvimento familiar e os homens níveis superiores de envolvimento com o trabalho.

³³² Os autores justificaram a especificidade da amostra em termos profissionais da seguinte forma: “*These occupations of policing and nursing were chosen for this study because both professions involve considerable potential job stressors and because they represent both traditional and non-traditional female occupations.*” (p. 120). A participação exclusiva de mulheres traduziu o reconhecimento da existência de diferenças de género nos antecedentes, consequentes e na própria experiência de conflito tendo os autores optado por focar apenas um grupo de género.

³³³ Na sequência da observação de Greenhaus e Beutell (1985) quanto à necessidade de clarificar empiricamente a relação entre o investimento e o conflito trabalho-família, a maioria dos investigadores que tiveram em conta esta recomendação encontraram evidência de uma associação positiva entre o investimento nos papéis de vida e a experiência de conflito (*e.g.*, Beutell & O’Hare, 1987; Carlson & Kacmar, 2000; Evans & Bartolome, 1984; Frone *et al.*, 1992; Hammer, Allen & Grigsby, 1997). Todavia, foram também obtidos resultados que apontam para o facto de

isto é, que acarretava prejuízos ou benefícios para o bem-estar dos indivíduos. Partindo da proposta de Kopelman, Greenhaus e Connolly (1983) quanto às razões pelas quais dois papéis se poderiam tornar incompatíveis (*i.e.*, a presença de exigências competitivas a nível da alocação de tempo e o efeito de stressores ligados a um papel na *performance* de outro), os autores avaliaram, igualmente, a influência das pressões de tempo e do stress profissional enquanto preditores hipotéticos de conflito³³⁴. Desta forma, o investimento³³⁵ em cada um de três papéis de vida seleccionados (conjugal, parental e trabalhador) foi investigado em termos (1) da sua influência directa no conflito trabalho-conjugalidade e trabalho-parentalidade; (2) da sua contribuição na explicação desses dois tipos de conflito quando controlado o efeito dos stressores profissionais e da quantidade de tempo dispendida em actividades profissionais, parentais e domésticas; e, (3) do seu potencial efeito moderador na relação entre os stressores profissionais e os dois tipos de conflito³³⁶.

Os resultados fizeram emergir diferentes padrões de relação entre o investimento em cada papel e a experiência de conflito. Assim, investimentos elevados no papel conjugal e de trabalhador mostraram-se associados a menores níveis de conflito trabalho-parentalidade ao passo que, no caso do papel parental, um maior investimento apareceu associado a níveis mais elevados de conflito nessa mesma direcção. Maior investimento conjugal (mas não parental ou profissional) também se mostrou significativamente relacionado com menor conflito trabalho-conjugalidade. Quando controlado o efeito dos preditores de conflito avaliados (tempo e stressores), as associações previamente encontradas entre o investimento conjugal e o conflito trabalho-conjugalidade bem como entre o investimento parental e o conflito trabalho-parentalidade mantiveram-se significativas, sugerindo que, apesar de se correlacionar com essas variáveis³³⁷, o investimento envolvia dimensões que eram independentes delas. A propósito das diferenças no modo como o investimento se repercutia na experiência de conflito, os autores recomendaram a utilização de medidas separadas do investimento dos indivíduos em cada um dos papéis, que permitissem avaliar não só a influência do grau de investimento mas,

investimentos elevados poderem conduzir a níveis inferiores de conflito (*e.g.*, Holahan & Gilbert, 1979). O tipo de papel parece ser um factor relevante nestas análises. Aryee (1992), por exemplo, verificou que o factor investimento tanto exercia efeitos positivos como efeitos negativos na experiência de conflito consoante os papéis que estivessem em causa. O investimento profissional e conjugal revelavam-se preditores importantes do conflito trabalho-conjugalidade e o investimento profissional e parental contribuíam para uma percentagem significativa da variância do conflito trabalho-parentalidade. Por seu lado, as análises correlacionais indicaram que o conflito trabalho-conjugalidade se associava a menor investimento conjugal, parental e no trabalho e que o conflito trabalho-parentalidade apenas se associava positivamente com o investimento no trabalho.

³³⁴ Os indicadores de stress profissional avaliados foram o grau de regularidade do horário de trabalho, o conflito intrapapel e o grau de controlo pessoal percebido sobre a actividade profissional.

³³⁵ A conceptualização de investimento que foi adoptada corresponde à noção de saliência ou importância percebida do papel envolvendo um investimento afectivo nesse mesmo papel.

³³⁶ Fox e Dwyer (1999) são autores de um dos poucos estudos nos quais o efeito moderador do envolvimento nos papéis de vida foi investigado. Os resultados obtidos confirmaram que a relação entre os stressores ligados à família e o conflito família-trabalho bem como entre os stressores ligados ao trabalho e o conflito trabalho-família eram moderadas quer pelo grau de envolvimento familiar quer pelo grau de envolvimento no trabalho (relação mais forte em caso de envolvimento mais elevado). O envolvimento com o trabalho também moderava a relação entre os stressores ligados à família e o conflito na direcção família-trabalho (conflito mais acentuado em caso de envolvimento superior com o trabalho).

³³⁷ As horas de trabalho mostraram-se positivamente correlacionadas com o investimento no trabalho, as horas dedicadas às actividades domésticas com o investimento conjugal e as horas dedicadas ao cuidado dos filhos com o investimento parental mas negativamente correlacionadas com o investimento conjugal e no trabalho.

principalmente, a influência da própria natureza do investimento: *"It may be possible that despite a similar level of commitment to each role, there are specific stressors or responsibilities associated with different types of commitment."* (Day & Chamberlain, 2006, p. 126).

Relativamente à apreciação dos efeitos moderadores do investimento, os autores verificaram que o investimento no trabalho moderava a relação entre os horários de trabalho e a percepção de controlo e os níveis de conflito trabalho-conjugalidade. Este tipo de conflito mostrou-se mais intenso entre indivíduos com horários de trabalho irregulares quando desinvestidos no trabalho bem como entre indivíduos com menor controlo mas com elevado investimento no trabalho, mas menos intenso entre indivíduos altamente investidos no trabalho e com um grau superior de controlo percebido. Assim, se, por um lado, a tendência de indivíduos mais investidos no trabalho para estarem mais absorvidos na sua actividade profissional mostrou-se susceptível de os tornar mais tolerantes à irregularidade dos horários de trabalho (entendendo-a não como um constrangimento ao seu envolvimento noutros papéis mas como uma contingência do próprio trabalho que realizavam), por outro lado, a maior necessidade de controlo que teriam relativamente ao seu trabalho poderia torná-los especialmente sensíveis à impossibilidade de exercerem esse controlo mais expressivamente.

No caso do conflito trabalho-parentalidade, os autores verificaram que a presença de um elevado investimento na parentalidade exponenciava a relação entre os horários de trabalho e esse tipo de conflito. Quando as situações de trabalho das participantes se caracterizavam pela prática de horários irregulares, os níveis de conflito mostravam-se mais acentuados no grupo das mulheres mais investidas na parentalidade, um resultado que os autores compreenderam como um reflexo da percepção das participantes quanto às limitações que a variabilidade do seu horário de trabalho poderia introduzir na organização temporal das actividades associadas ao papel parental.

6.3. Conflito, Investimento e Género

Apoiando-se teoricamente na abordagem dos papéis sociais, Voydanoff e Donnelly (1989) procuraram compreender em que medida o nível de mal-estar psicológico experienciado por homens e por mulheres poderia ser explicado a partir do seu padrão de envolvimento com três papéis de vida: o papel conjugal, o papel parental e o papel profissional. Os autores exploraram, especificamente, dois aspectos do envolvimento de papel: a configuração específica dos papéis que os indivíduos desempenhavam (*i.e.*, as combinações possíveis dos três papéis contemplados); as satisfações e as tensões associadas ao desempenho de cada papel. Uma vez que era esperado que homens e mulheres se distinguissem relativamente a esses dois aspectos (no tipo de papéis que desempenham e no modo como se envolvem com cada um), foi antecipado que essas diferenças pudessem reflectir-se em diferenças de género a nível de mal-estar psicológico apresentado por ambos:

Role configurations and demands differ for women and men such that women receive fewer social and economic resources and rewards and experience greater emotional demands, role overload and conflictual expectations than men. These lower gratifications and higher strains are associated with psychological distress. However, when women and men perform similar roles, sex differences in psychological distress should disappear. (p. 923)

Embora os resultados tenham confirmado (1) que as mulheres registavam níveis superiores de ansiedade e de depressão do que os homens e (2) que homens e mulheres diferiam entre si no que se refere às configurações de papéis que desempenhavam, e, (3) os dois géneros não se distinguiram nem no que se referia à satisfação com esses mesmos papéis nem às tensões que lhes estavam associadas. Contudo, as satisfações e as tensões apareceram mais fortemente relacionadas com o mal-estar psicológico do que as configurações de papéis. Para além disso, mesmo quando o efeito das configurações, das satisfações e das tensões foi controlado, o efeito do género continuou a mostrar-se significativo sugerindo que a relação entre o género e o mal-estar psicológico existia independentemente dos próprios papéis.

Os resultados obtidos e, mais concretamente, a falta de apoio para o pressuposto de que homens e mulheres reagem de modo similar a exigências de papel comparáveis remetem, de acordo com os autores, para a hipótese da vulnerabilidade diferencial, ou seja, para a possibilidade de reacções distintas potencialmente mais negativas no caso das mulheres. Apesar de terem procurado atender a esta outra versão da teoria dos papéis sociais, valorizando a experiência subjectiva dos papéis sobre o tipo de papéis ocupados enquanto critério de comparabilidade dos dois géneros, os autores admitiram a necessidade de usar indicadores da qualidade do papel mais precisos das gratificações e das exigências do que aqueles que utilizaram.

Duxbury e Higgins (1991) identificaram variações significativas em função do género nos antecedentes e consequentes de conflito trabalho-família numa amostra de profissionais de nível superior, casados e com filhos, quando compararam o ajustamento de um modelo já previamente explorado (Higgins, Duxbury & Irving, 1991) num grupo de homens e de mulheres. No modelo testado os autores especificaram as seguintes relações entre as variáveis: (1) o envolvimento com o trabalho e as expectativas face ao trabalho como preditores da vivência de conflito no trabalho e da experiência de conflito família-trabalho (unidimensional); (2) o envolvimento com a família e as expectativas face à família como preditores da vivência de conflito na família e da experiência de conflito trabalho-família; (3) a vivência de conflito no trabalho e na família como preditores de conflito trabalho-família; (4) a vivência de conflito no trabalho e o conflito trabalho-família como preditores da qualidade de vida no trabalho; (5) a vivência de conflito na família e o conflito trabalho-família como preditores da qualidade de vida na família; e, (6) a qualidade de vida no trabalho e na família como preditores de satisfação com a vida.

A testagem do modelo para cada grupo de género permitiu observar que o envolvimento com o trabalho se mostrava um preditor mais significativo de conflito trabalho-família para as mulheres e que o envolvimento com a família aparecia nessa condição para os homens³³⁸, um resultado que os autores consideraram estar relacionado, no caso das mulheres, com os maiores níveis de ansiedade e culpa experienciados face ao elevado envolvimento com um papel tradicionalmente não pertencente ao sexo feminino e, no caso dos homens, pelo receio de que colegas e superiores pudessem encarar o seu maior envolvimento na família como sinal de que investiam menos no trabalho. As expectativas face ao trabalho mostraram-se um preditor mais significativo de conflito trabalho-família nos homens do que nas mulheres (supostamente porque a conformidade às expectativas organizacionais de que o trabalho é mais importante do que a família torna mais difícil para os homens a conjugação do duplo-papel) mas a relação entre as expectativas face à família e o conflito trabalho-família não se apresentou significativamente diferente entre homens e mulheres. Este último resultado foi explicado com base na ideia de que, mesmo quando as expectativas de homens e de mulheres se assemelham (*i.e.*, são igualmente altas), o seu efeito tende a ser suplantado pelas normas sociais que prescrevem os comportamentos de papel mais adequados.

Os autores verificaram ainda que os níveis de conflito na família eram mais fortemente determinados pela experiência de conflito no trabalho no caso dos homens e que a experiência de conflito na família se mostrava um preditor importante do conflito trabalho-família no caso das mulheres, resultados que segundo os autores apoiavam quer a hipótese da permeabilidade assimétrica quer a hipótese do envolvimento simultâneo (o das mulheres) *versus* sequencial (o dos homens) com os dois papéis de vida. Este mesmos argumentos foram usados pelos autores para explicarem o facto de ter sido igualmente encontrada uma associação negativa mais marcada entre os níveis de conflito trabalho-família e a qualidade de vida no trabalho (maior conflito, menor qualidade de vida) caso das mulheres (comparativamente aos homens) bem como uma associação negativa entre o conflito trabalho-família e a qualidade de vida familiar mais forte nos homens do que nas mulheres³³⁹. Os autores apresentaram quatro hipóteses compreensivas para esta relação significativamente mais fraca entre o conflito trabalho-família e a qualidade de vida familiar no grupo das mulheres: (1) que a intensidade da associação tenha sido subestimada em virtude de não estarem representadas na amostra

³³⁸ Não tendo detectado diferenças significativas entre homens e mulheres a nível da relação entre o grau de envolvimento com cada um dos domínios e a experiência de conflito intra-domínio, os autores apresentaram quatro explicações possíveis: (1) que as expectativas sociais tivessem deixado de se mostrar tão marcantes quanto outrora; (2) que a experiência de homens e mulheres pertencentes à mesma categoria profissional seja idêntico dado o eventual abandono dessa actividade por parte das mulheres que, possivelmente, experimentaríamos níveis superiores de conflito trabalho-família; (3) que os homens estejam culturalmente ou socialmente mais preparados para se adaptar a condições de stresse no ambiente de trabalho e as mulheres para lidar com os stressores do contexto familiar; e, (4) que a disponibilidade de apoio externo a nível das actividades de manutenção doméstica e de cuidado dos filhos pudesse aliviar a vivência de conflito pelas mulheres mais altamente envolvidas no papel familiar aproximando os seus níveis de conflito aos dos homens.

³³⁹ É também relativamente aos homens que os autores observaram uma relação mais forte entre a vivência de conflito no trabalho e a qualidade de vida no trabalho. Esta diferença de género foi compreendida à luz dos processos de socialização na sequência dos quais os homens serão levados a interiorizar e a pensar no trabalho como a principal fonte de satisfação e de auto-estima.

mulheres que experienciam maiores níveis de conflito (as que, por esse motivo, talvez tenham deixado de trabalhar); (2) que as mulheres inseridas no mercado de trabalho tenham desenvolvido estratégias para reduzir o conflito familiar motivado pela presença de filhos (através do recurso a diversas formas de apoio externo ou mobilização do apoio conjugal, por exemplo); (3) que seja mais difícil para as mulheres do que para os homens admitirem a existência de conflito entre as suas responsabilidades familiares e profissionais seja para evitar a dissonância cognitiva seja porque temem que as outras pessoas possam encontrar nesse problema a evidência de que não deveriam trabalhar; e, (4) que o papel familiar, apesar de exigente em termos de tempo e energia, possa constituir uma fonte importante de gratificação e satisfação para as mulheres (neste caso, os efeitos positivos poderiam ter atenuado os níveis de conflito familiar descritos).

Esta última explicação foi, aparentemente, posta em causa pela verificação de que a relação entre a qualidade de vida familiar e a satisfação com a vida se mostrava mais intensa no grupo dos homens do que no das mulheres e que a associação entre a qualidade de vida profissional e a satisfação com a vida se mostrava mais forte no grupo das mulheres do que no dos homens. Contudo, os autores sublinharam a possibilidade da aspiração das mulheres que compunham a amostra (profissionais de nível superior) a uma posição profissional destacada, constituir, justamente, um indicador das suas expectativas quanto à oportunidade de alcançarem níveis elevados de satisfação no trabalho. A presença de uma relação mais intensa entre a qualidade de vida familiar e a satisfação com a vida entre os homens foi vista como um reflexo do tipo de actividades (de carácter essencialmente recreativo) em que os homens se envolvem na vida familiar e da natureza desse mesmo envolvimento (prestar ajuda mais do que assumir o primeiro plano da responsabilidade pelos filhos e pelas tarefas domésticas). O facto de serem as mulheres quem, cumulativamente à actividade profissional, assume a vertente mais exigente das responsabilidades familiares e domésticas, explicaria o seu menor nível de satisfação com a vida. Globalmente, os resultados do estudo revelaram que as mulheres tinham menos opções do que os homens no que se refere ao alcance de algum controlo sobre exigências de papel competitivas, sobretudo tratando-se de mulheres com uma posição profissional destacada de quem se espera um investimento no trabalho idêntico ao dos homens, ao mesmo tempo que, socialmente, lhes é exigido que dêem prioridade à sua vida familiar.

Com base nos resultados encontrados, os autores concluíram que as diferenças de género observadas nos antecedentes e consequentes do conflito, decorriam, essencialmente, das expectativas e normas sociais que estipulam os comportamentos a exibir por homens e mulheres na situação em que desempenham diversos papéis. Quer porque prescrevem uma especialização de género a nível das responsabilidades familiares e profissionais quer porque definem trabalho e família como domínios cuja centralidade diverge consoante se trata de homens ou de mulheres, tais normas e expectativas fariam com que, tanto a existência de estilos de vida menos conformes aos modelos mais tradicionais, como a existência de problemas no domínio normativamente representado como uma prioridade masculina ou

feminina, conferissem especificidades à vivência de conflito por parte de cada grupo de género. De acordo com os autores os resultados obtidos quanto às diferenças de género nos antecedentes e consequentes do conflito trabalho-família mostraram-se conclusivos quanto ao facto de se ter evoluído pouco na redistribuição dos papéis de género no contexto da família apesar de, com as mudanças societais e organizacionais, entretanto, registadas, as responsabilidades associadas a papéis desempenhados fora de casa se terem tornado crescentes: *"Our data suggest that the idea of a psychosocial lag between work and family is as valid today as when it was first identified."* (p. 71).

Seis anos depois, Loscoco (1997) chegou, exactamente, à mesma conclusão. No intuito de compreender as prioridades e atitudes em relação ao trabalho e à família, Loscoco (1997) explorou, recorrendo a uma metodologia qualitativa (entrevistas intensivas), as experiências de homens e de mulheres a trabalhar por conta própria relativamente à ligação trabalho-família. A opção por este tipo de amostra, explicou-se pelo objectivo da autora em verificar de que forma indivíduos que possuem um maior grau de controlo sobre a sua vida profissional (*i.e.*, que estão libertos das exigências e constrangimentos associados ao trabalho por conta de outrem) constroem e experienciam a relação trabalho-família bem como o papel assumido pelo género na gestão desta interface. A este último nível, a autora constatou que a situação de trabalho dos participantes não diminuía a influência das normas sociais relativas ao género no que se refere à assimetria da fronteira entre trabalho e vida familiar. Embora, independentemente do género, a maioria dos participantes tivesse descrito o recurso a estratégias de segmentação relativamente similares (afastar o local de trabalho e o de residência, recusar o atendimento de telefonemas em casa, estabelecer horas de trabalho específicas), tais estratégias não evitavam completamente a intrusão do trabalho na esfera familiar. Todavia, homens e mulheres manifestaram diferenças importantes ao nível do padrão de articulação trabalho-família seja no que se refere ao número de horas que dedicavam ao seu negócio, seja no que se refere à quantidade e percepção de *spillover* (unicamente as mulheres aludiram à maior interferência da família no trabalho ou a ambas as direcções de *spillover* ao passo que os homens apenas se referiram à maior interferência do trabalho na família; o *spillover* trabalho-família também foi percebido como problemático, sobretudo pelas mulheres), seja no que se refere ao significado atribuído à flexibilidade e à discrepância entre o grau da sua disponibilidade e o seu uso (as mulheres procuravam preservar e maximizar os níveis de flexibilidade e os homens preferiam estruturar o seu trabalho como de um emprego se tratasse):

More of the men seem to define it as a part of being one's own boss and use it sparingly, whereas two-thirds of the women talk about flexibility as a key resource in attempting to balance their work and family lives.... Setting and sticking to particular hour may be a way for men to establish themselves as serious workers – to the world, their families and themselves, it may also be a way to protect their business time from family intrusion. Yet women with flexibility may have a difficult time protecting their work no matter how seriously they take it. (p. 210)

Com efeito, apesar da maior facilidade em conciliar os dois domínios de vida, os resultados sugeriram que as mulheres, ao contrário dos homens, não conseguiam tirar o máximo partido dessa potencialidade do trabalho por conta própria, situação a que não era alheio, como os próprios resultados também indicaram, o seu envolvimento nas questões da parentalidade. Enquanto as mulheres sem filhos se entregavam sem grandes reservas ao trabalho, na vida das que eram mães (especialmente, as que tinham filhos pequenos) a parentalidade aparecia como um tema inseparável e que condicionava as decisões e acções relativas ao trabalho estando na base de opções de acomodação do trabalho à família. Nuns casos, a presença de filhos surgiu associada à vivência de conflito trabalho-família mas noutros casos (entre as mulheres que tinham feito recentemente a transição para a parentalidade ou antecipavam tornar-se mães futuramente) as exigências colocadas pelos filhos eram encaradas pelas mulheres como fonte de mudanças positivas (*e.g.*, aprender a colocar limites no trabalho e a definir prioridades)³⁴⁰. O conteúdo das entrevistas permitiu, no entanto, verificar que entre os factores que afectavam a ligação trabalho-família, mais importante do que ter ou não ter filhos, eram as atitudes em relação à parentalidade (a identidade parental) tanto entre homens e mulheres como apenas entre as mulheres. O grau de vinculação ao papel parental e as representações acerca da importância dos pais para os filhos, mostraram influenciar o grau no qual homens e mulheres sentiam necessidade de acomodar a família na sua vida profissional. Curiosamente, entre as mães que menos valorizavam o papel parental, a maioria eram provenientes de famílias pobres ou de nível sócio-económico inferior, uma constatação que levou as autoras a considerarem que a existência de um investimento elevado na parentalidade era mais um fenómeno de classe-média e a chamarem a atenção para o interesse de investigações que explorem o grau no qual a importância da parentalidade tem raiz na emulação ou rejeição dos comportamentos dos próprios pais ou correspondem a construções sociais no contexto de classe.

O grau de contribuição de homens e de mulheres para o rendimento familiar (*"provider status"*) surgiu como o tema mais dominante das entrevistas tendo ficado clara a sua influência no que se refere à negociação intra-familiar da natureza das acomodações (do trabalho na família e/ou da família no trabalho) a pôr em prática quando as prescrições de género eram desafiadas. A maioria dos homens manifestava a este respeito uma concepção de género tradicional: reclamavam para si o estatuto de "ganha-pão" e desvalorizavam a contribuição financeira das companheiras, sendo o trabalho por conta própria visto como um meio (ajustado ao papel masculino) que lhes permitia, ao mesmo tempo, apoiar (materialmente) a família e assegurar esse estatuto. Nenhuma das mulheres entrevistadas se assumiu como a principal

³⁴⁰ Os resultados encontrados por Loscoco (1997) mostraram como o equilíbrio trabalho-família sofre mudanças ao longo do ciclo de vida em função da necessidade que emerge em cada nova fase desse ciclo de sincronização dos papéis desempenhados pelos indivíduos. A transição para a parentalidade, mudanças a nível das relações afectivas (*e.g.*, divórcio, viuvez) e a transição para a reforma são exemplos de tarefas desenvolvimentais que exigem a (re)negociação desse equilíbrio.

contribuinte para o rendimento familiar (algumas mulheres apresentavam-se como contribuintes secundárias e outras como co-participantes nesse rendimento).

Os resultados deste estudo evidenciaram que as desigualdades de género que se observam na relação trabalho-família não desaparecem quando as opções profissionais de homens e de mulheres parecem colocá-los em igualdade de circunstâncias já que, aparentemente, é no contexto familiar que as normas sociais de género encontram condições favoráveis à sua perpetuação:

The potential for reducing gender inequality reflected in self-employment greater work control is limited by the lack of corresponding change in control at home. The gender consciousness, which affects the processes of negotiation and domination, create a vicious cycle for some women. They choose self-employment because it seems like a good way to balance work and family, but quickly find out that the demands of business and children often conflict. They cut back on their business, which cuts in their income, reinforcing their role as primary nurturer and secondary breadwinner. (p. 223)

Também Parasuraman e Simmers (2001), num estudo que explorou a vivência do conflito trabalho-família (seus antecedentes e consequentes) comparando trabalhadores por conta própria e trabalhadores por conta de outrem, concluíram ser enganosa a representação comum de que o auto-emprego, por favorecer a autonomia e a flexibilidade, comportaria vantagens acrescidas no que se refere à articulação da vida familiar e profissional e à redução do potencial conflito entre esses dois domínios: "...these benefits may not be realized or may be offset by the increased job involvement and time commitment to the work role demonstrated by self-employed persons, thus decreasing involvement in the family domain, exacerbating work-family conflict, and adversely affecting psychological well-being." (p. 553).

As autoras procuraram verificar a existência de diferenças a nível do padrão de relação entre um conjunto de variáveis antecedentes relacionadas com o contexto de trabalho (autonomia, flexibilidade de horário, envolvimento profissional e investimento de tempo no trabalho) e com o contexto familiar (exigências parentais, envolvimento familiar e investimento de tempo na família³⁴¹), a experiência de conflito trabalho-família³⁴² e um conjunto de indicadores de bem-estar (satisfação profissional, satisfação familiar, satisfação com a carreira e stresse de vida³⁴³) em função do género, do tipo de emprego e da interacção entre estas duas últimas variáveis.

³⁴¹ O envolvimento profissional bem como o envolvimento familiar foram conceptualizados pelo autor enquanto expressão da importância e do investimento emocional dos indivíduos em cada domínio de vida, sendo vistos como uma fonte de pressão interna ou auto-induzida para a dedicação de mais tempo e esforço ao domínio preferencial. O investimento de tempo foi tomado como um indicador objectivo da extensão das exigências associadas a cada domínio de vida. As exigências parentais foram apreciadas em função do número e da idade das crianças existentes na família e da idade do filho mais novo.

³⁴² O conflito trabalho-família foi avaliado a partir da estimativa de um *score* único resultante da combinação das medidas de dois tipos de conflito ("time-based" e "strain-based").

³⁴³ Do ponto de vista conceptual, a medida da satisfação com a carreira distinguiu-se da de satisfação profissional pelo facto de focar o grau de satisfação não com o conteúdo de trabalho mas com o progresso e sucesso profissional

Os resultados indicaram que os participantes que trabalhavam por conta própria descreviam, comparativamente a participantes integrados numa organização, níveis superiores de autonomia, de flexibilidade de horário, de envolvimento com o trabalho, de exigências parentais, de conflito trabalho-família e de satisfação profissional e níveis inferiores de satisfação familiar. As análises relativas ao género, mostraram que, comparativamente às mulheres, os homens registavam níveis mais elevados de autonomia, de envolvimento com o trabalho, de investimento de tempo no trabalho, de conflito trabalho-família e de satisfação profissional embora revelassem níveis mais reduzidos de flexibilidade de horário, envolvimento familiar, investimento de tempo na família e stresse de vida do que aquelas³⁴⁴.

Relativamente à análise dos preditores do contexto profissional, foi encontrada uma relação significativa entre o género e o envolvimento profissional entre os que trabalhavam por conta própria (apresentando-se os homens mais envolvidos com a actividade profissional do que as mulheres) e entre o género e o investimento de tempo no trabalho relativamente a ambos os tipos de emprego (maior investimento por parte dos homens). Quanto aos preditores ligados à família, os autores detectaram a presença de uma relação negativa entre o género e o investimento de tempo relativamente aos trabalhadores por conta própria e por conta de outrem (menor investimento por parte dos homens). As análises relativas ao tipo de emprego, evidenciaram o investimento de tempo no trabalho como o principal preditor de conflito trabalho-família, produzindo um efeito mais acentuado no grupo dos que criaram o seu próprio emprego do que no outro grupo. No caso destes últimos, o conflito trabalho-família aumentava por efeito do envolvimento profissional e diminuía por influência da autonomia e do envolvimento familiar. Entre os que trabalhavam por conta própria o conflito trabalho-família apresentou uma relação positiva com as exigências parentais e uma relação negativa com o investimento de tempo na família.

As variações observadas a nível dos indicadores de bem-estar evidenciaram, qualquer que fosse o tipo de emprego, a maior influência dos preditores do contexto profissional nos valores de satisfação profissional e com a carreira: a autonomia apareceu associada a níveis superiores de satisfação profissional e com a carreira em ambos os grupos e o envolvimento profissional associado a maior satisfação profissional em ambos os grupos e à satisfação com a carreira apenas no grupo dos que trabalhavam por conta própria. Uma destas variáveis (a satisfação com a carreira) acusou a influência de apenas um preditor do contexto familiar (o investimento de tempo na família) no grupo dos trabalhadores por conta própria (relação positiva). O conflito trabalho-família apresentou uma relação negativa com a satisfação profissional em ambos os grupos e com a satisfação com a carreira apenas no grupo de trabalhadores por conta de outrem. Neste último grupo observou-se ainda a presença de uma

incluindo o alcance de objectivos de obtenção de rendimento e o desenvolvimento de novas competências. O stresse de vida foi avaliado a partir da recolha de dados quanto à resposta emocional dos indivíduos a diversos aspectos da sua vida (sentir-se frustrado, tenso, etc.).

³⁴⁴ De acordo com as autoras este nível mais elevado de stress experimentado pelas mulheres poderá ser visto como o preço a pagar pelo esforço que fazem no sentido da conciliação trabalho-família (registaram menor conflito trabalho-família do que os homens).

relação positiva entre o investimento de tempo no trabalho e o envolvimento familiar com a satisfação familiar. O investimento de tempo na família mostrou-se associado a níveis superiores de satisfação familiar em ambos os grupos, nos quais também o conflito trabalho-família se associou ao stresse de vida.

As autoras constataram que a maior autonomia e flexibilidade de que dispunham os trabalhadores por conta própria não eram condições suficientes à resolução da aparente incompatibilidade que resultava da conjugação de factores como o seu elevado envolvimento com o trabalho e as maiores exigências parentais que reportavam³⁴⁵. Os resultados sugeriram que, mesmo quando do ponto de vista externo, os indivíduos estão favorecidos por atributos profissionais facilitadores da gestão trabalho-família, o conflito trabalho-família poderá ser acentuado por pressões internas auto-induzidas como o envolvimento com o trabalho³⁴⁶, o que mostra a importância do investimento emocional no papel a nível da experiência de conflito.

Cinamon e Rich (2002b) procederam à análise das diferenças de género na experiência de conflito usando os três tipos de perfis (Cinamon & Rich 2002a) para clarificar a relação entre essas duas variáveis. Quando examinaram a composição de género dos grupos definidos por cada um dos perfis, encontraram diferenças apenas a nível do Perfil A (mais mulheres do que homens) e do Perfil B (mais homens do que mulheres) mas não a nível do Perfil C e quando compararam a distribuição de homens e de mulheres pelos três perfis, constataram que os homens se encontravam equilibradamente distribuídos pelos três perfis ao passo que as mulheres apareciam, igualmente, representadas nos Perfis A e C mas subrepresentadas no Perfil B. Para além de terem interpretado este resultado como traduzindo a existência de um certo desvio na atitude de homens e de mulheres face aos papéis de vida em relação às tradicionais convenções de género (a família como um domínio importante para os homens e o trabalho como um domínio importante para as mulheres), a distribuição masculina, constituiu ainda, para os autores, um sinal importante de que o mero conhecimento do género não basta para elucidar acerca da importância atribuída aos papéis: *"...gender is a meaningful factor in determining perceptions of importance of life roles, but it is certainly not a sufficient explanatory factor"*. (p. 536).

Apesar de não terem sido obtidas diferenças de género significativas a nível das medidas de investimento, homens e mulheres mostraram diferir significativamente no que se refere ao valor atribuído ao papel laboral e ao papel parental, com as participantes do sexo

³⁴⁵ A propósito desta inesperada falta de imunidade à experiência de conflito dos trabalhadores por conta própria, as autoras consideraram plausível que a pertença a uma organização se possa tornar mais protectora para os indivíduos ao proporcionar-lhes estrutura ou algum outro tipo de suporte que promova a sua capacidade de equilibrar mais eficazmente trabalho e família.

³⁴⁶ Em complemento deste resultado, e porque as análises qualitativas enriquecem de sentidos a perspectiva de um problema, talvez valha a pena mencionar o caso específico de um dos entrevistados de Golden (2001) que embora sendo sócio numa firma de advogados e fosse esperado que estivesse aliviado do peso de factores estruturais da situação de trabalho, sentia possuir pouca margem para redefinir o seu papel de trabalhador quando foi pai pela primeira vez. Baseando-se no relato deste participante o autor refere que *"...he perceived that the value of his services would be diminished in his client's eyes if he presented a person that was in any substantial way different from the one he had established before the birth of his child He feels essential that his clients perceive him to be a person with the same set of values and commitments to his work role that he has always had."* (pp. 256-257).

feminino a registarem os valores mais altos em relação a ambos os papéis³⁴⁷. O facto dos níveis de investimento no trabalho não acompanharem a tendência observada ao nível da valorização do trabalho, foi justificado pelos autores com a necessidade das mulheres, mesmo as mais orientadas para a carreira, de assegurarem o cumprimento das obrigações parentais e domésticas. O investimento na parentalidade e na vida doméstica constituiria, assim, um entrave a um maior investimento no trabalho.

O género apareceu, igualmente, associado a diferenças significativas no que se refere às seis dimensões de conflito avaliadas pelos autores (nível, frequência, e importância dos conflitos trabalho-família e família-trabalho). As mulheres registaram valores superiores aos dos homens relativamente ao nível e frequência de CTF e à importância atribuída ao CFT. Contrários à hipótese avançada pelos autores (níveis e incidentes de CTF superiores e maior importância do CTF no grupo das mulheres), estes resultados foram entendidos (1) como um reflexo da elevada valorização do trabalho pelas mulheres da amostra (o que explicaria, sobretudo, a maior importância atribuída ao CTF), (2) como um sintoma da dificuldade das mulheres em realizarem completamente os valores ligados ao trabalho, dada a extensão das suas responsabilidades familiares paralelas (o que ajudaria a compreender o nível e a frequência superiores de CTF), (3) como um indicador da eventual resposta das mulheres às exigências de dedicação incondicional emanadas das organizações em que trabalham (possível interpretação para o maior nível e frequência de CTF), e, (4) como uma justificação pessoalmente construída para o facto de não conseguirem alcançar níveis de excelência no trabalho (hipótese compreensiva da maior importância atribuída ao CFT). O facto de não ter sido confirmada a hipótese quanto à prevalência de CFT levou os autores a admitirem que as representações das mulheres quanto ao que constitui um conflito pudessem variar consoante a importância do domínio em causa. Desta forma, e atendendo a que a família é um domínio altamente investido pela maioria das mulheres, a interferência da família no trabalho seria vista como natural e esperada mas a direcção inversa de interferência tenderia a ser encarada como menos tolerável sendo, provavelmente, percebida mais facilmente como conflito.

Os resultados deste estudo revelaram ainda que homens e mulheres pertencentes ao mesmo perfil, não apresentavam diferenças significativas na experiência de conflito relativamente a certas dimensões mas apresentavam divergências relativamente a outras. Ao mesmo tempo, mostraram que indivíduos do mesmo género, pertencentes a diferentes perfis, difeririam entre si na importância que atribuíam aos papéis profissional e familiar e em certos aspectos da experiência de conflito tal como acontecia entre homens e mulheres pertencentes ao mesmo perfil. Estes resultados vieram sugerir, por um lado, que outras variáveis (neste caso, a importância relativa dos papéis) eram mais centrais na explicação da experiência de

³⁴⁷ Os autores explicaram este resultado, tal como a elevada proporção de mulheres no perfil dual, referindo-se a características específicas da amostra, nomeadamente a representatividade de mulheres em actividades profissionais tradicionalmente não femininas e bastante exigentes: *"It may be that women with families who are employed in nontraditional and demanding occupations have especially high work values that enable them to compete with male colleagues despite typically bearing additional family obligations."* (Cinamon & Rich, 2002b, p. 538).

conflito do que simplesmente o género, mas indicaram, por outro lado, que a pertença a um determinado perfil de atribuição de importância não era um factor suficientemente robusto para diferenciar os indivíduos do mesmo género no que se refere à experiência de conflito.

6.4. O Ajustamento Trabalho-Família: Um Estudo de Comparação Intergeracional

Carr (2002) realizou um estudo com três grupos geracionais expostos a condições estruturais e normas comportamentais diferenciadas ao longo do século XX: a geração de adultos tardios nascidos entre 1931 e 1943 (Geração 1, "*pré-World War II cohort*"; a geração de adultos na meia-idade nascidos entre 1944 e 1959 (Geração 2, "*Baby Boomers*"; a geração de jovens-adultos nascidos entre 1960 e 1970 (Geração 3, "*Baby Bust*"). A autora verificou que as estratégias de acomodação da vida familiar utilizadas por homens e por mulheres (abandono do mercado de trabalho, redução do tempo de trabalho e manutenção da situação de trabalho inalterada) produziam diferentes consequências a nível do bem-estar psicológico dos indivíduos, avaliado através de dois indicadores: avaliação subjectiva das oportunidades e recompensas obtidas através do trabalho e a auto-estima/auto-avaliação³⁴⁸.

Os resultados indicaram, mais concretamente, que a adopção de estratégias mais conformes às normas geracionais e de género relativamente ao desempenho dos dois papéis se traduziam em maiores benefícios psicológicos do que opções que, de algum modo, violavam as expectativas de género vigentes na época histórica de cada grupo geracional relativamente aos comportamentos de papel apropriados. Assim, as mulheres da Geração 2 que optaram por alterar o seu grau de envolvimento com o trabalho avaliaram as suas oportunidades de trabalho pior do que as mulheres pertencentes à geração anterior e posterior que fizeram a mesma opção e do que os homens da mesma geração que se mantiveram a trabalhar continuamente. Também os homens da Geração 3 que fizeram ajustamentos na sua vida profissional em resposta às responsabilidades parentais, descreveram piores oportunidades de trabalho do que os pares que não fizeram qualquer modificação a esse nível. No caso feminino as avaliações das oportunidades profissionais apenas eram afectadas pela opção mais radical de saída do mercado de trabalho ao passo que, no caso masculino, essas avaliações se mostraram negativas mesmo perante a adopção de uma estratégia de gestão trabalho-família mais moderada como a redução do tempo de trabalho ou a escolha de uma actividade profissional mais flexível³⁴⁹.

³⁴⁸ Através deste estudo, Carr (2002) ofereceu uma perspectiva alternativa da interface trabalho-família. Trata-se de uma abordagem que não adopta uma visão linear da acumulação dos papéis familiar e profissional nem como danosa nem como promotora do bem-estar psicológico mas que introduz a ideia de que as diferentes formas que os indivíduos escolhem para a acomodação da família na sua vida profissional podem ter diferentes implicações no bem-estar psicológico: "...men and women who make workplace sacrifices in order to accommodate their family demands may perceive that they are failing to meet their potential in the labor market, or may feel unfairly penalized for the decisions they have made." (p. 121).

³⁴⁹ De referir que as apreciações negativas da vida profissional das mulheres da Geração 2 e dos homens da Geração 1 que fizeram ajustamentos profissionais apareciam, mesmo quando controlado o efeito das características objectivas de trabalho.

A nível da auto-estima a autora encontrou diferenças significativas entre os três grupos geracionais apenas em relação às mulheres que deixaram de trabalhar (nas mulheres da Geração 1 esta opção mostrou-se um preditor positivo de auto-aceitação enquanto nas duas outras gerações apareceu associada a níveis de auto-estima inferiores aos de mulheres do mesmo grupo que não modificaram a sua vida profissional) constatando, no caso dos homens, que a introdução de ajustamentos na situação profissional reduzia a auto-estima dos que pertenciam à Geração 1 mas incrementava a auto-estima dos que pertenciam à Geração 3. Trata-se de um resultado visto pela autora como demonstrativo de que a exibição de comportamentos consistentes com as normas e expectativas sociais prevalecentes pode favorecer a auto-avaliação dos indivíduos. Neste caso concreto, ao saírem do mercado de trabalho para se dedicarem aos filhos, as mulheres da Geração 1 agiram em conformidade com a prioridade socialmente estabelecida para as mulheres da sua época. Do mesmo modo ao aceitarem participar no acompanhamento dos filhos e partilhar as responsabilidades domésticas sem descurar o sustento económico da família, os homens da Geração 3 manifestaram-se à altura de cumprir o mandato social que está na base do modelo de bom pai ao qual é esperado que a sua geração adira. Já no caso dos homens da Geração 1, a alteração do seu comportamento face ao trabalho equivalia a pôr em causa as normas que definem o seu estatuto de “ganha-pão” na família e, no caso das mulheres das Gerações 2 e 3, a menor auto-estima estaria associada à frustração das suas expectativas pessoais quanto à possibilidade de se manterem no mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens (estariam, assim, menos preparadas do que as mulheres da Geração 1 para aceitar os prejuízos que resultam para a sua carreira de estratégias de acomodação da vida familiar).

O facto da introdução de mudanças no padrão de relação trabalho-família, ter aparecido associado a consequências psicológicas mais negativas nas mulheres da Geração 2 (“*Baby Boom*”) e nos homens da Geração 3 (“*Baby Bust*”) foi explicado pela autora pela posição particular destes dois subgrupos enquanto gerações de transição³⁵⁰ expostas ao desfazimento entre o ritmo de mudança das normas de comportamento (que os fariam antecipar uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas e uma maior igualdade de género no mercado de trabalho e os incentivariam a comportarem-se, simultaneamente, como o “trabalhador ideal” e “o pai/mãe ideal”) e a relativa inércia estrutural das instituições (que continuavam a premiar uma dedicação incondicional ao trabalho e a penalizar quem tente acomodar as suas

³⁵⁰ Além de apelar à posição histórica dos participantes, a autora não excluiu a possibilidade dessas consequências psicológicas serem atribuíveis a factores maturacionais e desenvolvimentais e, por conseguinte, a diferenças na forma como adultos em diferentes fases da vida perspectivam o passado, o presente e o futuro: “*One’s age or stage in the life course may influence both the relative importance of work and family roles and one’s perspective on those roles. While members of the older cohorts are evaluating their work and family lives retrospectively and may have come to terms with the realities of their accomplishments, younger persons currently may be struggling with the competing demands of work and family, and may not have the perspective of their elders.*” (Carr, 2002, p. 120). A menor experiência das gerações mais novas no que toca às implicações das estratégias de acomodação (nomeadamente económicas e de progressão na carreira) e as suas antevisões mais optimistas do futuro fariam com que as suas percepções das oportunidades de trabalho fossem menos afectadas do que as das mulheres da Geração 2 pela opção de interrupção da vida activa. No caso destas últimas, o facto de se encontrarem na meia-idade e estarem mais libertas das responsabilidades parentais poderia explicar que a vida profissional se apresentasse como uma fonte de auto-estima especialmente relevante.

responsabilidades familiares): *"The normative contexts...may have encouraged idealized expectations about how their work and family lives would mesh. Institutionalized customs in the workplace, however, perpetuate a structure that precludes the simultaneous attainment of work and family ideals."* (p. 119).

Para além de terem sido os primeiros a entrar na vida adulta num contexto em que as expectativas normativas e as oportunidades estruturais colidiriam entre si, os membros destas gerações ver-se-iam ainda confrontados com a necessidade de desempenharem o papel familiar e o papel profissional em condições de ambiguidade que requerem que sejam eles próprios a redefinir os parâmetros do que é ser "trabalhador" e "pai/mãe" não podendo sequer valer-se da experiência das figuras parentais dado que as prescrições comportamentais através delas aprendidas teriam perdido actualidade:

... Neither cohort had a road map to follow when negotiating the dual roles of worker and parent. The mothers' of Baby Boom women were the stay-at-home mothers of the 1950's, who typically worked for pay before they have children and after their children had left home. Similarly, the father of the Baby Bust men belonged to a generation who still left most family responsibilities to their wives. (p. 119)

Importa salientar que, na análise da evolução do tipo de estratégias adoptadas por homens e por mulheres nas três gerações a autora identificou duas tendências específicas, nomeadamente (1) um aumento na proporção dos homens que faziam negociações da sua vida profissional para integração das responsabilidades familiares (ainda que optassem por pôr em prática estratégias pouco intrusivas no domínio profissional) e, (2) um declínio substancial na proporção de mulheres que optava pela estratégia mais extrema de abandono da actividade profissional (com as mulheres das gerações mais recentes a adoptar estratégias trabalho-família menos intrusivas), dados que, de acordo com Carr, indicavam que, à medida que o tempo passa, as diferenças de género na negociação do trabalho e família se estariam, gradualmente, a esbater, com as estratégias de homens e de mulheres a tornarem-se progressivamente mais convergentes³⁵¹. Todavia, tal como a autora afirmou, talvez não se justifique um grande optimismo em relação a uma inteira convergência dos comportamentos de género na medida em que *"although younger cohorts of men are adjusting their working lives, they are doing so far less frequently than their female peers, and they are not making the more extreme adjustments that women continue to make."* (p. 119).

³⁵¹ De igual modo, os resultados do estudo evidenciaram, qualquer que fosse a geração considerada, que face à presença de filhos, as estratégias de modificação da vida profissional para acomodação da família pareciam ser mais frequentemente adoptadas por pessoas com maior capital humano (*i.e.*, com níveis mais elevados de escolaridade) e, por conseguinte, com melhores perspectivas de progressão profissional.

Na medida em que o desempenho de um papel produz efeitos mais intensos no bem-estar psicológico quando esse papel é um aspecto importante do auto-conceito (Gecas & Seff, 1990), uma das limitações do estudo de Carr é não avaliar directamente a saliência ou importância do papel familiar e do papel profissional para os participantes.

7. Considerações Finais

Ainda que o trabalho e a família se apresentem como duas áreas dominantes, quase omnipresentes, na existência da generalidade dos indivíduos, tal não significa que, psicologicamente, a sua centralidade seja um dado universal. Parece, de facto, ineludível a existência de variações subjectivas no envolvimento de homens e de mulheres com o trabalho e a parentalidade (Nascimento & Coimbra, 2001/2002) e são, justamente, essas diferenças que tornam relevante a exploração das condições pessoais e motivacionais que estão na base da saliência de um ou ambos desses papéis, bem como das circunstâncias que levam as pessoas a investi-los mais instrumentalmente, independentemente do valor intrínseco que tenham para si. No caso do papel profissional/de trabalhador é bem possível que as condições actuais do mercado de emprego e de funcionamento das organizações sejam mais determinantes dessas variações de investimento do que a natureza das actividades profissionais ou o próprio vínculo afectivo do indivíduo ao papel de trabalhador.

De resto, esta parece ser uma das explicações para a reduzida participação dos homens na vida familiar. Sendo considerados pelas entidades patronais como homens sem família e, portanto, com possibilidade de dedicação ilimitada ao trabalho, torna-se óbvio que nem sempre o seu fraco envolvimento na vida família decorre de uma opção voluntária à qual o argumento dos afazeres profissionais serve de desculpa ou pretexto (Torres, 2004). No caso dos homens, estas pressões organizacionais, ao apresentarem-se como um impedimento real, podem, realmente, ser encaradas como justificação para o seu menor envolvimento nas responsabilidades familiares. No caso das mulheres, essas exigências³⁵², ao invés de serem desculpabilizadoras, poderão mesmo agravar os sentimentos de culpa se tiverem como consequência um investimento (deficitário) na vida familiar sendo essa uma conduta inaceitável do ponto de vista das expectativas de género³⁵³. Daí que, muitas vezes, as mulheres

³⁵² Na maioria dos contextos de trabalho actuais, os horários e as exigências da situação de trabalho são idênticos para homens e mulheres (Cabral-Cardoso, 2003; Gianakos, 2000; Gutek *et al.*, 1991) não se compadecendo do facto do género ser um factor de diferenciação nas condições de disponibilidade relativa para o papel profissional.

³⁵³ Deste ponto de vista, e em conformidade com as tradicionais prescrições de género, seria mais de esperar que um padrão familiar de divisão de tarefas assimétrico condicionasse o investimento feminino na profissão. De resto, alguns estudos centrados na exploração das expectativas dos jovens quanto ao papel parental, confirmam a disponibilidade e motivação de estudantes universitárias e mulheres com profissões de nível superior para interromper a sua actividade profissional, aceitar empregos menos exigentes, deixar de ter tempo livre ou até deixar de trabalhar para se dedicarem mais integralmente aos filhos. Estas mulheres não só antecipam, assim, a ocorrência, relativamente persistente, de conflitos interpapel como admitem que as repercussões desses conflitos nas suas vidas requerem soluções mais radicais para alcançar o equilíbrio de papéis do que os pequenos ajustamentos que os homens julgam suficientes (para eles,

apresentem sentimentos contraditórios acerca da acumulação do papel parental e do papel profissional: embora considerem que o seu emprego será bom para a sua família, ao mesmo tempo, sentem-se culpadas por poderem estar a negligenciar as suas obrigações familiares (Feree, 1987; Zavella, 1987). De acordo com Kessler-Harris (1987) um outro problema das mulheres é o da segregação no acesso às oportunidades de trabalho: *"women are stuck: employers justify offering women bad jobs because they see women as unreliable workers who are committed first to their families and only secondarily to their jobs."* (cit. in Thompson & Walker, 1989, p. 851). Não só se demonstra como os efeitos de género actuam nos contextos profissionais, como se compreende melhor as razões pelas quais, o investimento no trabalho pode mesmo ser encarado de forma paradoxal pelos pais: por um lado, a dedicação ao trabalho é vantajosa para os filhos dado representar a oportunidade de obter recursos materiais para a família e promover a mobilidade dos filhos na estrutura social; por outro lado, a dedicação de quantidades substanciais de tempo, de energia e de atenção ao trabalho pode limitar o envolvimento directo do adulto nas tarefas da parentalidade (Greenberger & Goldberg, 1989).

Dadas as dificuldades em situar a parentalidade no quadro desta vivência ambivalente da relação com o trabalho, alguns autores consideram que uma definição de investimento parental relevante para a condição humana actual, é a que considera o modo como os pais, influenciados por vários constrangimentos e oportunidades ambientais (nomeadamente as profissionais), mobilizam os seus recursos para os seus filhos de modo a assegurar o seu acesso a meios (formação profissional, segurança económica) que lhes permitam suportar as suas próprias iniciativas de reprodução e de parentalidade (Lencaster, Altmann, Rossi & Sherrod, 1986). O uso do capital de recursos dos pais ficaria, desta forma, inteiramente subordinado à satisfação de condições que garantissem o sucesso psicológico e social dos filhos. Com efeito, não pode deixar de encontrar-se nesta posição traços da perspectiva evolucionista já que nela está de alguma forma patente a ideia que os filhos representam para os pais a possibilidade de dar continuidade à sua herança social e genética (Daly & Wilson, 1980)³⁵⁴.

ajustar os horários ou ajudar no cuidado dos filhos serão soluções satisfatórias para o conflito) (Greenglass & Devis, 1982; Guerreiro & Abrantes, 2004; Machung, 1989; Kulik, 2000; Schroeder, Blood & Maluso, 1992). E a realidade parece mesmo confirmar este dado da investigação ao apontar as mulheres como o grupo de género que, em nome dos filhos, mais frequentemente interrompe o seu percurso profissional (Torres, 1996; Vasconcelos, 1998). Aliás, estes resultados podem ser conjugados com os do estudo de Peake e Harris (2002) uma vez que salientam o facto de, entre os homens com formação superior, a intensificação do envolvimento com o papel profissional (ou seja, a acentuação da divisão dos papéis familiares) ser encarada como a melhor estratégia de conciliação de papéis quando nasce um novo filho ao passo que as mulheres pensam em reduzir a sua actividade profissional. Torna-se, assim, bem evidente, que a probabilidade do papel parental e do papel profissional se tornarem incompatíveis é maior no caso das mulheres do que no caso dos homens e que o tipo de renúncias parece condicionado pelas heranças de género (Andrade, 2006).

³⁵⁴ Baseada na perspectiva evolucionista, a teoria do investimento parental enuncia que as escolhas que os pais fazem no exercício da parentalidade têm por base um processo de tomada de decisão em que é calculada a possibilidade de maximizar a probabilidade de dar continuidade a essa herança (Daly & Wilson, 1980). Deste ponto de vista, o pai relaciona-se com os filhos com base em critérios instrumentais o que explica que, por um lado, deseje que a companheira se dedique exclusivamente aos filhos, e que ele próprio invista mais os seus recursos nos filhos que se mostram mais capazes de contribuir para essa continuidade: *"...it suggests that a father must not only decide how to allocate scarce resources among competing investments, including children, but also which children will be the likely recipients of his limited parental investments. Specifically, children who are more likely to enhance man's inclusive fitness are most likely to receive parental investments.... Parental investment theory leads to the expectation that all other factors being equal, a father's commitment to his children will be a function of his interest in maximizing his child*

Os dados de investigação apresentados ao longo destes dois primeiros capítulos deixam antever como o trabalho pode tornar-se um condicionamento importante do capital material e afectivo que fica disponível para a realização do projecto parental. Daí que a interacção do papel de trabalhador/profissional com o papel de pai/mãe seja um elemento incontornável quanto se trata de apreciar o modo como os pais distribuem os seus recursos pessoais pela parentalidade e pelo trabalho e se procura compreender de que forma as experiências dos pais relativamente à relação interpapéis, se repercutem nas opções dos filhos quando, ao terem a oportunidade de assumir esse duplo papel, se vêem confrontados com a necessidade de decidir o que é mais importante para si próprios e como devem ou desejam viver a sua vida (Nascimento & Coimbra, 2001/2002).

Não faria, assim, qualquer sentido deixar de se ter em conta a interdependência e a complementariedade existente entre cada um desses papéis admitindo que os seus efeitos tanto podem ser independentes como podem interagir de forma sistémica (Brown, 1996; Brown, & Crace, 1996; Chow & Berheide, 1988; Greenhaus, 1988; Juhasz, 1991; Lambert, 1990; Super, 1980; 1990). Se é certo que a combinação de exigências associadas a cada papel pode convergir para fenómenos de tensão e conflito interpapel também é verdade que as gratificações de que cada papel é fonte podem constituir um factor de desenvolvimento e de bem-estar psicológico. Entre os papéis alternativos algum(s) deles poderá amortecer ou compensar os efeitos negativos de outro(s) do mesmo modo que o(s) pode suplementar acrescentando à vida dos indivíduos motivos adicionais de satisfação. Dito de outro modo, o elevado investimento num dado papel não só não acarreta, forçosamente, perdas relativamente a um papel eventualmente menos investido (por esgotamento dos recursos pessoais por ele requeridos) como, inclusivamente, pode desencadear um processo de reenergização psicológica susceptível de exponenciar a qualidade das experiências vividas pelo indivíduo no papel supostamente menos gratificante (Marks, 1977; 1979). Explicar-se-ia, desta forma, as mais valias trazidas do papel profissional para o papel parental (*e.g.*, Kirchmeyer, 1992) e/ou a influência positiva do papel parental na qualidade das vivências profissionais (*e.g.*, Rothbard, 2001).

Desta forma, ainda que a participação simultânea em vários contextos sociais possa constituir uma fonte de stresse para os pais, ela constitui, ao mesmo, uma oportunidade. Dito de outro modo, embora a existência na vida dos indivíduos de uma multiplicidade de papéis possa deixá-los confrontados com a necessidade de se relacionarem, em locais diferentes, com pessoas cujos valores, atitudes e opções de vida são diferentes dos seus (Berger, Berger &

focused investments, the contingent nature of his commitment to children and his paternity certitude." (Fox & Bruce, 2001, p.396). No quadro desta abordagem evolucionista, há autores que consideram o investimento na prole e a proximidade emocional entre diádes geracionais são condições importantes da transmissão social (não genética) vertical. O investimento parental traduz, portanto, a ideia da disponibilidade incondicional de avós e pais para zelar pelo bem-estar emocional e físico dos descendentes ajudando-os, mesmo quando já adultos, no seu esforço parental uma vez que só dessa forma é possível garantir a continuação da linha genealógica. Quanto aos laços afectivos, os autores comentam que, uma vez que a qualidade das diversas relações de parentesco costumam ser, de um ponto de vista evolucionista, altamente diferenciadas "*This specificity of relationships contributes to the shaping of transmission pathways.*" (Euler, Hoier & Rohde, 2001, p. 148).

Kellner, 1973) e os obrigue a lidar com expectativas variadas, frequentemente incompatíveis, e até contraditórias, "... *these are not only burdensome. They also constitute social resources for role articulation in that they impose the need for reflection about priorities and about compromises.*" (Coser, 1991).

Como é óbvio, pelo menos teoricamente, o equilíbrio de papéis parece constituir o estado final desejado. Podendo ser alcançado sinergeticamente, isto é, pela via da confluência dos aspectos positivos de cada papel no quadro de um mecanismo de influência recíproca. Tal equilíbrio parece, no entanto, depender, essencialmente, de processos transaccionais no contexto dos quais a interacção dos indivíduos com cada papel assume prioridade sobre a interacção dos dois papéis entre si (Barnett, 1998; Clark, 2000; Lobel, 1991; Thompson & Bunderson, 2001; Zedeck, 1992). Deste ponto de vista, os indivíduos atingem o equilíbrio entre os papéis quando são capazes de identificar, extrair e combinar as oportunidades e gratificações que cada um dos papéis lhes oferece de um modo pessoalmente significativo. Assim, por muito desconfortáveis que os indivíduos possam sentir-se face a situações que possam constituir uma ameaça ao equilíbrio do seu estilo de vida:

It would not be correct to see contextual diversity as simply and inevitably promoting the fragmentation of the self, let alone its desintegration into multiple 'selves'. It can just as well, at least in many circumstances, promote an integration of self... A person may make use of diversity in order to create a distinctive self-identity, which positively incorporates elements from different settings into an integrated narrative. (Giddens, 1991, p.190)

Por derivação lógica, o que torna possível o equilíbrio entre os papéis é o investimento em ambos os papéis, mas, especificamente, em partes ou dimensões desses papéis que estejam em coerência com as necessidades do *self* (Lobel, 1991). Em alternativa a uma abordagem atomista que encara o investimento num papel (potencialmente mais saliente) como impeditivo do investimento noutros, nesta outra perspectiva, mais sistémica e dialética, a ênfase aparece colocada não na saliência do papel mas na saliência das múltiplas dimensões envolvidas em cada um dos papéis que os indivíduos desempenham: "*Dimensions of productivity, bonding, expression and learning may be parts of the meanings of work, family, leisure, and education in varying degrees rather than identifying only one meaning for each.*" (Kelly & Kelly, 1994, p. 252). A existência de um conjunto de dimensões ou significados partilhados preserva o equilíbrio interpapéis na medida em que esbate as dualidades que os opõem e o investimento do indivíduo nesse núcleo consistente de valores, minimiza a ocorrência de conflito.

O equilíbrio entre papéis é, por conseguinte, mais do que a ausência de conflito. É o resultado de um processo que opera de uma forma bem mais complexa do que a que está subjacente aos mecanismos de compensação ou de gestão da fronteira trabalho-família. Trata-se de um processo adaptativo e dinâmico feito dos ajustamentos operados num sistema mais

geral onde se integram os papéis profissional e familiar desempenhados pelos indivíduos (Grzywacz & Bass, 2003) e no qual os indivíduos estão activamente e pró-activamente envolvidos seja quando colocados perante exigências ambientais seja quando as suas monitorizações introspectivas os confrontam com incongruências no *self* (Golden, 2001):

Although individuals may be most actively involved in role construction when critical life circumstances intervene, adjustments to role redefinitions take place on an ongoing basis, and are simply most clearly revealed under critical life circumstances. Individuals continually self-check their comfort with their roles and make adjustments of greater significance (e.g., embarking on career changes, marriage, divorce, or parenthood) or lesser significance (e.g., reducing or increasing investments in certain friendships, taking up new leisure activities, changing diet or exercise patterns). (p. 260)

Relacionado com esta abordagem está, de algum modo, o conceito de *role-balance* (Marks & MacDermid, 1996) enquanto expressão da capacidade dos indivíduos, mesmo quando intensamente envolvidos num dado papel, para integrar todos os papéis de vida graças à comutação de um conjunto de recursos pessoais (resultantes de experiências e aprendizagens efectuadas em cada papel mas que são transferíveis) entre os vários papéis em função de exigências situacionais específicas colocadas por um ou por outro (Marks & MacDermid, 1996). O equilíbrio organiza-se, deste modo, em torno de dimensões (essencialmente, comportamentais) que podendo ser usadas transversalmente em todos os papéis de vida, permitem aos indivíduos responder eficazmente a mudanças nas condições objectivas do ambiente familiar e de trabalho sem prejuízo para a organização interna, subjectiva, dos seus investimentos.

Ao fazer a síntese das variáveis individuais e contextuais que determinam as condições gerais nas quais trabalho e família se integram na vida das pessoas, a noção de *Fit*, surge como elemento corolário na explicação da relação entre os papéis familiares e profissionais (Barnett, 1998). Trata-se de uma noção que remete para as diferentes formas de concertação estratégia de um conjunto de factores distais (*e.g.*, características da estruturas económica e social, normas culturais e proximais, políticas organizacionais...) e proximais (*e.g.*, a relação com os parceiros de papel, dimensões do perfil pessoal dos indivíduos...) que actuam na interface trabalho-família e que visam tornar mais adaptativa a relação trabalho-família a partir da negociação que os indivíduos fazem das várias dimensões desses factores. Não obstante o modelo inclusivo de Barnett (1998) ser um modelo de grande amplitude conceptual, parece embuído de traços da perspectiva utilitária na medida em que acentua bastante a ideia de que os indivíduos ponderam as suas opções face à coordenação trabalho-família segundo uma lógica de custo/benefício (Lobel, 1991). Embora o investimento nos papéis de vida não apareça directamente explicitado no modelo como uma das dimensões das condições proximais, ele acaba por estar presente na ideia de que quando negociam as variáveis que estão em jogo

numa situação de vida específica, os indivíduos têm em conta as suas necessidades e aspirações em cada um desses contextos e avaliam as contrapartidas que podem resultar de concessões e cedências nessas necessidades e motivações pessoais:

...to pay for their children's education, a worker may sacrifice her or his desire to spend more time at home and decide to work long hours. Workers may even decide to continue working in hazardous environments because the pay is good and they can thereby meet their children's educational needs. (Barnett, 1998, p. 165)

Como é evidente, a solução para os problemas de conjugação do duplo-papel, não passa apenas pela mera adaptação do indivíduo às condições objectivas do papel familiar e/ou profissional. De igual modo, não será suficiente a mudança dessas condições objectivas, no plano familiar ou organizacional, se não se atender à experiência subjectiva do próprio indivíduo, ao que ele valoriza e sente (Lambert, 1990). Esta hipótese da existência de uma relação entre as condições objectivas do trabalho (ou da família) e os comportamentos exibidos na família (ou no trabalho) mediada pela reacção subjectiva dos indivíduos às primeiras (hipótese na qual se substancia o conceito de *spillover* indirecto proposto por Lambert, 1991) leva a questionar os resultados encontrados por Milkie e Peltola (1999) que apontam a aceitação esporádica de trabalho extraordinário e a passagem a um regime de trabalho a tempo parcial como ajustamentos fundamentais na equilibração da vida familiar e profissional.

Mas o problema maior parece ainda ser outro. É que as condições da modernidade, nomeadamente a pluralização de alternativas e a prevalência de formas de experiência mediada (isto é, de contacto directo ou simbólico/vicariante dos indivíduos com realidades familiares ou laborais diferentes das suas) podem alterar as percepções subjectivas dos indivíduos em relação às condições estruturais dos dois contextos criando-lhes a expectativa de tudo poder ser possível: *"Thus, individuals are likely to be more insistent about creating alternative definitions of worker roles if none exist, and to be more frustrated if their desires to redefine their worker roles are blocked by structural barriers."* (Golden, 2001, p. 259).

Os resultados do estudo de Golden (2001) acerca da interferência de factores estruturais na redefinição do papel de trabalhadores de indivíduos que se tornavam pais e mães pela primeira vez constituem uma referência chave a este respeito. Para além de ter verificado que as normas e condições sociais da modernidade (um dos factores estruturais analisados) conduziam a expectativas irrealistas quanto às possibilidades de conciliação praticáveis, a outra das formas de interferência identificada pelo autor está relacionada com o modo como os indivíduos nessa situação afectam o funcionamento das organizações nas quais se encontram a trabalhar. Dos relatos dos indivíduos emergiram duas vias alternativas de acção: a adopção e reprodução das estratégias convencionais de conciliação trabalho-família ou a negociação de condições mais ajustadas à redefinição do papel de trabalhador. Foi observado pelo autor que a amplitude da negociação realizada dependia das características específicas das actividades

profissionais desempenhadas pelos participantes tendo sido detectados dois tipos de negociação: uma negociação mais individualizada e reivindicativa, situação na qual os indivíduos *"were actually creating, within their organizational context, new alternative role definitions, which might then serve as role models for others"* (p. 256) e uma negociação mais institucional e assente no princípio da acomodação, na qual *"individuals simply choose to enact an alternative role definition for which the organization have norms established"* (p.256) reforçando, com a adopção das mesmas, as alternativas existentes.

De acordo com o interaccionismo simbólico, ainda que os actos sociais praticados pelos indivíduos sejam mandatados socialmente, tais actos não se mantêm por si mesmos nem persistem senão através da interacção que se estabelece entre os indivíduos dessa sociedade. É, justamente, quando estão perante situações de vida novas ou problemáticas, quando se deparam com barreiras à sua acção e quando as definições dos outros relativamente a essas situações de nada lhes servem, que a necessidade de encontrar novas soluções (ou significados) leva os indivíduos a procurarem princípios gerais de acção recorrendo às suas competências individuais (muitas vezes generalizadas a partir de outros contextos) e ao conhecimento socialmente adquirido. É dessa forma que papéis que não podem ser desempenhados de acordo com as rotinas habituais têm de ser desempenhados de novas formas (Hewitt, 1991).

Estes últimos resultados são bem sugestivos da possibilidade que os indivíduos dispõem para modificar e reestruturar o contexto em que estão inseridos mostrando que a facilitação da relação trabalho-parentalidade não depende, exclusivamente, de iniciativas das organizações. Seja como for, importa salientar que embora esteja ao alcance dos indivíduos a mudança das condições institucionais a que estão expostos, há custos envolvidos nesta atitude de desafio às regras estabelecidas, tanto para os que a assumem como para os parceiros de papel cuja adesão às práticas correntes, certamente, não os deixa indiferentes à existência de alternativas mais desejáveis:

... the transformation of individually espoused practices into institutionally sanctioned norms is highly stressful for the individuals engaged in it. This is probably true not only for the people who seek the redefinitions but also for those who are being asked to accommodate them." (Golden, 2001, p. 256)

Tendo já ficado claro que as variações que ocorrem nas condições objectivas do ambiente familiar e profissional, exigem que os indivíduos ajustem continuamente o seu sistema de distribuição de recursos (regulando, pelo menos em termos comportamentais, o grau de energia ou o tempo da sua participação num ou outro papel), as teorias e os estudos revistos fazem sobressair a importância do investimento ou do significado atribuído aos papéis enquanto variável que participa e influi no modo como os indivíduos vivenciam a relação trabalho-família. A questão que, naturalmente, se impõe é esta: Afinal, o que é que, do ponto

de vista da conciliação de papéis e das opções (e reacções) individuais, acontece quando “as obrigações rivalizam com as motivações e as exigências externas reclamam preferência.” (Nascimento *et al.*, 2004). Dito de outro modo, até que ponto os indivíduos estão dispostos a negociarem ou até a abdicarem das suas convicções pessoais acerca da importância que a família e/ou o trabalho têm para si, quando expostos a condições ambientais que desencorajam os investimentos desejados? Como refere Cook (1994):

Both male and female styles of accommodation, corresponds to traditional expectations for gender roles, and do not necessarily indicate that the role being modified is not highly salient to the person. The person may simply think that this is the best, or only, solution to compelling demands. (p. 89)

Num contexto social onde predominam as famílias de duplo-emprego (Perista, 2002; Torres, 2004), a resposta a esta questão terá forçosamente de ressaltar a importância dos processos relacionais e comunicacionais que permitem a homens e mulheres enquadrar na conjugalidade os seus sistemas preferenciais de investimento (*e.g.*, Adams *et al.*, 1996; Ashforth, Kreiner & Fugate, 2000; Barnett, 1998; Bolger *et al.*, 1989; Cinamon & Rich, 2002a; Clark, 2000; Fox & Bruce, 2001; Golden, 2001; Greenberger & O’Neil, 1993; Greenhaus & Beutell, 1985; Marks, 1977; O’Neil & Greenberger, 1994; Pittman, 1994; Thompson & Bunderson, 2001). O alcance de um nível pessoalmente satisfatório de integração do papel parental e do papel profissional/de trabalhador será mais viável contando com o apoio e a colaboração do cônjuge nos momentos em que algum tipo de obstáculo ou constrangimento impeça o indivíduo de investir em cada um desses papéis tendo como critério os seus próprios interesses e prioridades pessoais. O estudo de Marks, Huston, Johnson e MacDermid (2001) apontou nesse mesmo sentido ao evidenciar que a partilha conjugal influenciava positivamente a percepção de equilíbrio entre os papéis familiar e profissional. Os autores verificaram que quanto maior o envolvimento de homens e de mulheres em actividades relacionadas com os filhos maior o equilíbrio de papeis percebido por ambos, sendo de destacar a contribuição da participação do cônjuge nessas actividades para o sentimento de equilíbrio das mulheres³⁵⁵. Outros estudos assinalam que muitas mulheres com actividades profissionais de nível inferior, percebem que os maridos derivam os seus sentimentos de orgulho, de autoridade e de masculinidade do papel de “ganha-pão” e estão dispostas a fazer de tudo para preservar a imagem dos companheiros como os principais responsáveis pelo sustento da família (*e.g.*, Rosen, 1987). Por seu lado, homens com profissões de nível técnico acreditam que os

³⁵⁵ Os resultados do estudo de Marks, Huston, Johnson e MacDermid (2001) ainda revelaram que a percepção de equilíbrio entre os papéis familiares dependia da ideologia dos indivíduos acerca dos papéis de género (foi encontrada uma relação positiva entre as percepções de equilíbrio das mulheres e a presença de concepções tradicionais quanto aos papéis de género e uma relação negativa entre o liberalismo dos homens e o equilíbrio de papéis) e que se era influenciada por factores económicos (o aumento de constrangimentos económicos traduzia-se num decréscimo das percepções de equilíbrio interpapéis). Os resultados deste estudo foram ainda conclusivos quanto ao facto da satisfação das mulheres com a forma de conciliação do papel maternal e do papel profissional ser determinante nas suas percepções de equilíbrio interpapéis.

seus investimentos no trabalho se devem à sua família e às suas companheiras (*e.g.*, Halle, 1987).

A julgar por estes e outros estudos e teorizações acerca da relação trabalho-família será mais fácil negociar e desenvolver estratégias de conciliação dos papéis familiares e profissionais no casal (*e.g.*, Perry-Jenkins, Seery & Crouter, 1992; Wall & Guerreiro, 2005) ou no contexto de outras relações que permitam a cada um dos parceiros de papel compatibilizarem de forma sensível os seus objectivos garantindo que ambos se aproximam dos seus ideais (em relação ao casamento, aos filhos, à família, ao trabalho, ao lazer ou a outros domínios) e que as experiências em qualquer um desses domínios se mantêm positivas. Afinal, é no contexto das interacções com outros significativos que o “eu” sente que desempenhou o seu papel e o “tu” o seu, na construção de um nós partilhado, de tal modo que ambos vivem uma realidade socialmente partilhada (o “eu” vive a realidade do “tu” e o “tu” a realidade do “eu”) (Shotter, 1996).

A este propósito, alguns estudos acerca das práticas de conciliação de papéis em famílias de duplo-emprego ou dupla-carreira com crianças pequenas relatam vivências conjugais cujas particularidades merecem ser assinaladas já que não só as estratégias adoptadas se enquadram num modelo dito de “pós-género” (*i.e.*, em que as orientações e as negociações efectuadas no seio do casal transcendem as desigualdades de género e se pautam pela equidade – Risman & Johnson-Sumerford, 1998) como as escolhas familiares prevalecem sobre as opções individuais. Um desses estudos, conduzido por Risman e Johnson-Sumerford (1998), revelou que para a maioria dos casais da amostra, o investimento no trabalho tinha como objectivo proporcionar bem-estar à família pelo que a qualidade do tempo a dedicado à família e à conjugalidade era o critério fundamental da negociação familiar quanto à distribuição dos papéis familiares e profissionais. Zimmerman, Haddock, Current e Ziemba (2003) observaram que, na tentativa para alcançar uma estratégia de conciliação bem sucedida, os casais estudados apresentavam a família como uma prioridade na sua vida e procuravam controlar a interferência do trabalho na vida familiar quer estabelecendo limites ao tempo dedicado ao trabalho quer restringindo o envolvimento em actividades de lazer que desviassem a atenção da família quer moderando os gastos económicos para não se verem obrigados a aumentar o investimento no trabalho para reforçar o rendimento quer ainda sendo selectivos em relação à escolha da actividade profissional de modo a minimizar situações de incompatibilidade entre esta e as responsabilidades familiares.

A importância destes trabalhos no contexto da presente investigação explica-se pelo facto de tratar-se de estudos cujos resultados enfatizam a importância do investimento preferencial num domínio no modo como os casais estudados definem linhas de orientação e se organizam face à relação trabalho-família. Ainda que a presente investigação não contemple a análise da díade conjugal (apenas a variável apoio conjugal é avaliada) e que o padrão de investimento reportado nos estudos anteriores seja mais de natureza conjugal do que individual (*i.e.*, são os casais que decidem consensualmente o seu objecto de investimento primário e

secundário), os resultados de qualquer um dos estudos podem ser extrapolados para o plano das opções individuais de investimento³⁵⁶: a instrumentalização do investimento no trabalho em favor da máxima fruição do espaço familiar (Risman & Johnson-Sumerford, 1998), o recurso a estratégias de acomodação do papel familiar cuja centralidade se traduz numa subordinação relativa dos restantes papéis de vida e a percepção do tempo como um bem precioso cujo planeamento e uso, quando revestido de significado, poderá trazer recompensas especiais³⁵⁷ (Zimmerman *et al.*, 2003).

Que ilações podem, então, ser tiradas destes resultados que sejam aplicáveis à presente investigação? Que pistas relevantes poderão aí ser encontradas? Em primeiro lugar, parece estar-se na presença de um padrão de desequilíbrio a nível do envolvimento dos cônjuges com cada um dos domínios, mas que resulta em equilíbrio para a vida pessoal, familiar e profissional e que, certamente, tem efeitos positivos tanto na sua saúde física e mental de cada um como na qualidade do ambiente familiar no qual os filhos crescem. Em segundo lugar, fica evidenciado como a clarificação de valores e a definição de prioridades permite aos indivíduos hierarquizar as exigências emanadas do trabalho e da família de uma forma que, ao organizá-los internamente, lhes permite produzir externamente respostas mais consentâneas com as necessidades pessoais. Em terceiro lugar, parece comprovar-se que o tempo é um recurso socialmente construído e que é o seu significado intrínseco que impede que, apesar de finito, se esgote. Dedicar tempo a um papel não indica, por si só que esse seja um papel investido. É que não basta dar um uso ao tempo; o mais importante é dar a esse uso um sentido que reflecta os valores pessoais de cada um, isto é, investindo-o de significado. É nesta experiência subjectiva do tempo, investido em actividades que exprimem a identidade pessoal e cujo significado é pessoalmente valorizado pelo indivíduo, que se alicerçam condições favoráveis à maximização das possibilidades dos papéis se reforçarem e enriquecerem mutuamente (Marks, 1977; Thompson & Bunderson, 2001; Rothbard, 2001) à redução da possibilidade de conflito. Por último, sobressai o papel da qualidade das experiências interpessoais vividas, neste caso, no contexto familiar (que nos estudos anteriores se apresenta sob a forma de boa uma parceria conjugal), na percepção de conflito interpapéis, na moderação dos efeitos recíprocos de um papel sobre o outro, no próprio bem-estar individual (Clark, 2000; Golden, 2001; Greenhaus & Beutell, 1985; Frone *et al.*, 1997) e na própria (re) construção dos papéis familiar e profissional. Golden (2001) refere-se à interdependência

³⁵⁶ Os resultados do estudo de Hill e Holzer (2006) acabam por legitimar esta extrapolação ao mostrarem que a clarificação de valores e a valorização pelas mulheres da família como uma prioridade, se tornou facilitadora da conciliação de papéis uma vez que as levou a dedicarem-se preferencialmente à vida familiar, optando, profissionalmente, pela alternativa do trabalho a tempo parcial.

³⁵⁷ Apesar da situação de trabalho dos casais estudados, na verdade não manifestavam qualquer culpa ou insatisfação por não passarem mais tempo ou desenvolverem interacções de maior qualidade com os filhos ou com o cônjuge na medida em que acreditavam que conseguiam alcançar equilíbrio na forma como distribuíam o seu tempo pelos filhos, pelas tarefas domésticas, pelo cônjuge e pelo trabalho. (Zimmerman *et al.*, 2003).

conjugal³⁵⁸ como uma propriedade da interacção entre os cônjuges que pode mostrar-se facilitadora ou obstaculizadora da realização das expectativas de papel do indivíduo:

The actual roles that individuals construct and enact are most strongly influenced, in both facilitating and constraining ways, by the individual's relationship partner. All roles manifest some degree of interdependency in the sense that roles can be said to have meaning only in social context; that is, they are enacted in relation to others.... With the advent of parenthood, the two parent's work-related activities become much more interdependent the choices that one parent makes directly impact the choices that are available to the other partner.... (pp. 251-252)

Para terminar estas considerações acerca do lugar dos investimentos na relação interpapel, nada melhor do que enumerar os aspectos do nexo trabalho-parentalidade que, de acordo com Golden (2001), têm sido menosprezados pela literatura neste domínio e relativamente aos quais a presente investigação faz uma tentativa de aproximação. De acordo com o autor os estudos: (1) ignoram ou pelo menos minimizam o aspecto da identidade na gestão do trabalho e da família *"an aspect of work and family that is made particularly problematic under conditions associated with modernity – conditions that heighten our awareness of social heterogeneity and undermine our sense of moral certainty."* (p.236); e (2) não avaliam os processos através dos quais os indivíduos redefinem as suas identidades de papel como trabalhadores quando se tornam pais nem o modo como esses processos privados sofrem a influência do ambiente sociohistórico no qual operam.

Sendo o trabalho e a família esferas primárias da actividade humana, o processo de definição e redefinição das suas identidades de papel corresponde a uma tarefa desenvolvimental central da fase adulta do ciclo de vida (Golden, 2001; Juhaz, 1991). A complexidade envolvida neste processo bem como nos diferentes modos de resposta, objectiva e/ou subjectiva, à coordenação de papéis, permite antever que, da qualidade das soluções encontradas, depende o bem-estar dos indivíduos, o funcionamento harmonioso das famílias, o sucesso das organizações e, em última instância, o desenvolvimento social (Diener & Suh, 1997; Golden, 2001). Está-se, por isso, perante um tema de enorme actualidade, de grande impacto social e, por isso, de inquestionável interesse público que, na sua incontornável ligação à questão do género, tem vindo a merecer destaque na agenda política e legislativa nacional e internacional.

A igualdade entre homens e mulheres aparece como um princípio fundamental do direito comunitário. Os objectivos da União Europeia (UE) em matéria de igualdade entre as

³⁵⁸ Os resultados do estudo qualitativo conduzido pelo autor (apresentado em maior detalhe no capítulo anterior) evidenciaram duas dimensões de interdependência na construção do papel parental-trabalhador: uma dimensão instrumental (o que os casais decidiram fazer) e uma dimensão cognitiva ou simbólica (os significados que os casais atribuíam ao que estavam a fazer). Na dimensão instrumental ou comportamental os casais mostraram-se capazes de superar as diferenciações de género coordenando-se na realização das tarefas parentais; na dimensão simbólica verificou-se que a satisfação do casal com as suas respectivas definições de papel resultava da congruência ou, pelo menos, da partilha de significados relativamente às respectivas definições de papel, com cada cônjuge a assumir uma função importante na validação da definição de papel do outro.

mulheres e os homens consistem em assegurar a igualdade de oportunidades e tratamento entre os dois sexos, por um lado, e em lutar contra toda a discriminação fundada no sexo, por outro. Em 5 de Julho de 2006 foi criada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu uma directiva relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à actividade profissional com o objectivo simplificar, modernizar e melhorar a legislação comunitária nesse domínio. O roteiro para a igualdade entre homens e mulheres (2006-2010) identifica seis áreas de intervenção prioritárias, a segunda das quais é a "Conciliação entre da vida privada e profissional". O ano 2007 foi instituído pelo Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades sendo o Género um dos domínios destacados. A nível nacional, o Estado português, na revisão constitucional de 1997, elegeu, entre as suas tarefas fundamentais, promover a igualdade entre mulheres e homens (art.º 9º da Constituição da República Portuguesa) e cabe à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), criada pelo Decreto-Lei 161/91, de 9 de Maio, e à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) a definição de estratégias e a execução de programas, tendo em vista a mudança social e de mentalidades, que permitam a igualdade de facto entre homens e mulheres. Actualmente, compete a estes dois organismos a implementação do Plano Nacional para a Igualdade nos quais a "actividade profissional e vida familiar" aparece como uma das principais áreas de intervenção.

Mau grado a vontade política e a prioridade que, nos últimos anos, estes temas têm assumido na acção governativa, homens e mulheres mantiveram-se, durante séculos, excluídos do mundo familiar ou do mundo do trabalho. Mudar essa circunstância histórica promovendo a diluição das assimetrias nas oportunidades, direitos e deveres requer tempo pois implica uma profunda remodelação do paradigma sociocultural que, em vários aspectos, continua a dificultar uma participação mais igualitária de homens e de mulheres em todas as esferas da vida social (familiar, económica, política...). Esse é, afinal, um indicador de progresso essencial à consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática. Nesse processo, sendo fundamental o papel do Estado e de todos os agentes sociais (empresas, organizações da sociedade civil, parceiros sociais...), é sobretudo a cada cidadão/ã que cabe a tarefa mais difícil de, no contexto das suas próprias vidas, adoptar uma postura mais aberta e flexível, comprometendo-se, pessoalmente, na construção de uma sociedade na qual homens e mulheres se sintam igualmente beneficiados.

CAPÍTULO III

OBJECTIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO



DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO
INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPEIS:
UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL
Inês Nascimento, FPCEUP-2007

1. Descrição do Plano de Investigação

A presente investigação compõe-se de diversos estudos transversais correspondentes a diferentes contextos e objectivos de análise das dimensões psicológicas avaliadas. Envolve, mais especificamente: (1) um estudo de comparação intergeracional realizado junto de uma amostra de 1148 adultos; (2) um estudo de caracterização intrageracional realizado, separadamente, em cada uma dessas amostras geracionais ($n=669$ e 479 indivíduos, respectivamente); (3) um estudo de comparação intrafamiliar com recurso a uma amostra de 359 díades homogéneas e heterogéneas quanto ao género; e, (4) um estudo de exploração dos investimentos e da experiência interpapéis das mulheres domésticas da G1.

Embora, em termos metodológicos, se privilegie uma abordagem quantitativa, a investigação integra ainda uma componente de análise qualitativa que incide sobre os comentários espontaneamente produzidos pelos participantes ($n=166$) acerca dos temas centrais em estudo.

2. Objectivos Gerais e Questões Específicas da Investigação

As páginas anteriores pretenderam contextualizar, teórica e empiricamente, as opções relativas aos principais eixos de análise que estruturam o presente projecto de investigação. Apesar de se ter procurado empreender um esforço que, no essencial, se revela de caracterização do objecto de estudo, não foram raras as ocasiões em que os dados da literatura foram colocados ao serviço da justificação da pertinência dos objectivos centrais desta investigação, da fundamentação da escolha das variáveis e até de decisões quanto a questões do *design* de investigação do projecto. Apesar das tentativas para garantir o máximo de coerência à exposição e à revisão teórico-empírica efectuada, certamente que ainda não estão satisfeitas todas as condições para uma compreensão mais aprofundada da generalidade das dimensões a contemplar no estudo e da metodologia de desenvolvimento do projecto.

Deste modo, sistematizam-se, de seguida, os objectivos e sub-objectivos da presente investigação e formulam-se um conjunto de questões de investigações específicas com eles relacionadas para as quais se pretende encontrar resposta.

2.1. Objectivos de Investigação

▪ **Objectivo 1.** Identificar continuidades e descontinuidades geracionais no investimento dos indivíduos no trabalho e na parentalidade, nas percepções de apoio conjugal e nas dinâmicas da relação interpapel tendo em conta as características do panorama social e ideológico da sociedade portuguesa em dois momentos históricos distintos.

▪ **Objectivo 2.** Analisar o papel do género, do número e idade dos filhos, do nível profissional³⁵⁹ e do grau de apoio conjugal enquanto dimensões sociais que, ao estabelecerem diferentes contextos e conferirem diferentes dinâmicas à relação dos indivíduos com o trabalho e com a parentalidade, são potenciais factores de heterogeneidade intrageracional a nível dos investimentos e da relação trabalho-parentalidade.

▪ **Objectivo 3.** Determinar as dimensões mais salientes da experiência psicológica dos sujeitos de cada geração no que se refere ao investimento e à relação trabalho-parentalidade, procurando contextualizar as diferenças intrassujeitos em função do género.

▪ **Objectivo 4.** Clarificar a influência da família de origem no modo como os indivíduos constroem e atribuem significados preferenciais ao papel parental e ao papel de trabalhador/profissional explorando se a exposição dos filhos aos investimentos e à experiência interpapéis das figuras parentais se repercute na qualidade da relação pais-filhos e se os pais se constituem como fonte de definições e expectativas relativamente à importância a atribuir ao papel de pai/mãe e de trabalhador/profissional na sua própria vida.

Sub-objectivo 4.1. Identificar concordâncias e discordâncias entre os investimentos de pais e de filhos

Sub-objectivo 4.2. Determinar a influência do padrão de investimento dos pais no trabalho e na parentalidade no investimento actual dos filhos nesses mesmos domínios.

Sub-objectivo 4.3. Avaliar a influência da percepção dos filhos relativamente aos investimentos parentais no trabalho e na parentalidade nos seus próprios investimentos.

Sub-objectivo 4.4. Explorar o efeito dos padrões de investimento parental no trabalho e na parentalidade na qualidade das relação pais-filhos.

Sub-objectivo 4.5. Clarificar a relação que poderá existir entre o modo como os indivíduos representam a qualidade das suas experiências relacionais com as figuras parentais e os seus investimentos pessoais no trabalho/profissão e na parentalidade.

Sub-objectivo 4.6. Investigar o processo de transmissão intergeracional do investimento nos papéis parental e de trabalhador/profissional analisando a extensão na qual a experiência de relação interpapéis e as memórias da qualidade afectiva da relação pais-filhos podem estar associadas a situações de emulação ou compensação dos investimentos parentais em díades pais-filhos homogéneas e heterogéneas quanto ao género.

³⁵⁹ De acordo com Bronfenbrenner (1986) uma tarefa essencial da investigação cujo objecto é a relação da família com outros contextos, "... is to penetrate behind the label of socioeconomic status to identify the specific elements of social structures and substance that shape the course and content of human development..." (p. 736) o que requer a decomposição das medidas típicas de classe social nas suas componentes mais comuns como o estatuto profissional, por exemplo. A este nível, será relevante compreender em que medida as características da actividade profissional dos pais em termos de autonomia e complexidade das tarefas (das quais o nível profissional é tomado como indicador) influenciam as suas próprias experiências e o contexto familiar nomeadamente no que diz respeito ao padrão de ligação afectiva pais-filhos. Aliás, o autor salienta a importância de estudar a influência desta variável nas várias transições a realizar pelos filhos mesmo a que se refere à transição para o trabalho. O objectivo seria compreender: "...whether and how parental experiences at work operates through the family to influence the selection, timing and psychological content of the child's successive transitions into, and experience in other settings such as school, peer group and, especially, the world of work". (p. 736).

▪ **Objectivo 5.** Explorar as representações das mulheres da G1 relativamente à actividade doméstica e caracterizar as suas experiências no que se refere ao trabalho, à parentalidade e à relação interpapéis em função do seu estatuto face ao trabalho.

2.2. Questões de Investigação

▪ **Questões de Investigação A** (*cf.* Objectivo 1):

Qual a importância relativa do papel parental e do papel de trabalhador/profissional para os indivíduos de cada geração? Quais as diferenças e as semelhanças entre os homens e as mulheres das duas gerações investigadas no que diz respeito ao investimento nestes dois domínios da identidade? Qual o papel da satisfação e do apoio conjugal percebido na configuração desses investimentos? Quais os padrões de investimento mais representativos da relação que cada uma das gerações estabelece com a parentalidade e com o trabalho?

▪ **Questões de Investigação B** (*cf.* Objectivo 1):

Como é que se caracteriza a experiência dos indivíduos de cada geração no que se refere à qualidade da relação entre o trabalho e a parentalidade? Haverá diferenças de género intergeracionais nos mecanismos que operam na interface trabalho-família?

▪ **Questões de Investigação C** (*cf.* Objectivos 2 e 3):

Em que medida os homens e as mulheres de cada geração investem diferencialmente no trabalho e na parentalidade? Serão o número de filhos, a idade dos filhos, o nível profissional, o grau de apoio conjugal percebido factores relevantes na diferenciação das experiências dos participantes no que se refere ao investimento na parentalidade e no trabalho? Qual o objecto de investimento preferencial de homens e de mulheres na Geração 1 e na Geração 2?

▪ **Questões de Investigação D** (*cf.* Objectivos 1 e 2):

Haverá diferenças de geração e de género na distribuição dos participantes por cada padrão de investimento? Qual o perfil que emerge da análise dos comentários dos participantes pertencentes a cada padrão?

▪ **Questões de Investigação E** (*cf.* Objectivos 2 e 3):

Em que medida os homens e as mulheres de cada geração experienciam de maneiras diferentes a relação interpapéis? Serão o número de filhos, a idade dos filhos, o nível profissional, o grau de apoio conjugal percebido factores relevantes na diferenciação das experiências dos participantes no que se refere à relação interpapéis? Que dimensão da relação interpapéis melhor caracteriza a experiência de homens e de mulheres relativamente ao *spillover* e ao conflito trabalho-parentalidade? Qual a relação entre o padrão de investimento dos participantes de cada geração e a experiência interpapéis?

▪ Questões de Investigação F (*cf.* Sub-objectivo 4.1.):

Em que medida se observa convergência/divergência entre os investimentos de pais, mães e filhos/as? Qual o grau de afinidade intergeracional entre os padrões de investimento das duas gerações?

▪ Questão de Investigação G (*cf.* Sub-objectivo 4.2.):

Em que medida os filhos investem na parentalidade e no trabalho e na parentalidade de modo consistente com o padrão de investimento reportado pelos pais?

▪ Questões de Investigação H (*cf.* Sub-objectivo 4.3.):

Em que medida a forma como os filhos representam os investimentos das figuras parentais no trabalho e na parentalidade (*i.e.*, a sua percepção dos investimentos parentais) está associado a diferenças significativas no seu próprio investimento no papel parental e profissional/de trabalhador?

▪ Questões de Investigação I (*cf.* Sub-objectivo 4.4.):

Em que medida as memórias de carinho e de superprotecção dos filhos são determinadas pelos investimentos dos pais e pelas percepções dos filhos acerca desses mesmos investimentos? Serão os investimentos auto-descritos pelos pais preditores mais poderosos das memórias da ligação pais-filhos do que as percepções destes acerca dos investimentos parentais?

▪ Questões de Investigação J (*cf.* Sub-objectivo 4.5.):

Estarão os padrões de ligação afectiva pais-filhos associados a variações no grau de investimento dos filhos no trabalho e na parentalidade e a diferenças nas percepções dos investimentos parentais? Em que medida as memórias de carinho e de superprotecção paternos e maternos dos filhos e das filhas são um factor relevante do processo de transmissão intergeracional dos investimentos no trabalho e na parentalidade? Será que o perfil de resultados obtido permite estabelecer comparações entre os padrões de ligação afectiva e os padrões de vinculação enquanto expressão do modo como os indivíduos organizam as suas memórias autobiográficas relativamente à relação com as figuras parentais na infância e se comportam prototipicamente em situações que requerem maior ou menor proximidade afectiva?

▪ Questões de Investigação K (*cf.* Sub-objectivo 4.6.):

Será a experiência de spillover (positivo e negativo) trabalho-parentalidade dos pais um preditor significativo das memórias da ligação afectiva pais-filhos? Em que medida a transmissão dos investimentos no trabalho e na parentalidade de pais para filhos ocorre de forma directa ou por mediação das qualidades afectivas da relação pais-filhos reportadas pelos filhos? Será que a transmissão intergeracional dos investimentos se diferencia em função de diferentes combinações familiares de género?

▪ Questões de Investigação L (cf. Sub-objectivo 5):

Até que ponto as características da actividade doméstica são percebidas como semelhantes ou dissemelhantes das que tipificam a experiência de trabalho no contexto de um emprego? Em que medida o investimento e a relação interpapéis destas mulheres se diferenciam em função da sua condição face ao trabalho? Quais as especificidades da experiência de mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho familiar e doméstico?

2.3. Hipóteses de Base do Projecto de Investigação

Terá já ficado evidente que a escassez de trabalhos sobre a transmissão intergeracional, conjuntamente com as parcas investigações que focam o constructo do investimento em papéis de vida e com a necessidade de recorrer a estudos em áreas científicas próximas mas não directamente relevantes para a abordagem do presente tema, resulta em grandes dificuldades na obtenção de pistas de investigação que não sejam marginais ou não sejam apenas produto de extrapolações pouco substantivas ou forçadas.

As lacunas da literatura a nível do enquadramento empírico do objecto de estudo deste projecto repercutem-se também na definição de um corpo sólido de hipóteses a sujeitar a teste. Tanto os objectivos como as questões centrais do projecto aparecem formulados de um modo que deixa perceber o carácter essencialmente exploratório do projecto. Tal facto não significa, porém, que não seja possível traçar algumas expectativas quanto aos resultados mais prováveis desta investigação. Embora não havendo condições para descrever essas expectativas com o máximo de rigor e operacionalidade, na verdade alguns dos objectivos e das questões de investigação (cf. objectivos 4) derivam de duas hipóteses amplas que mais do que definirem resultados esperados constituem proposições teóricas que são a trave mestra da tese principal em investigação. São elas a hipótese de modelagem ou emulação e a hipótese de compensação ou reparação.

A primeira exprime, essencialmente, a probabilidade de se verificar continuidade intergeracional nos padrões de investimento, decorrendo da expectativa segundo a qual os indivíduos poderão manifestar investimentos idênticos aos dos seus pais dado o efeito que a sua exposição à experiência dos pais no que se refere à saliência relativa do papel parental e do papel de trabalhador/profissional poderá ter a nível das suas expectativas e crenças face à combinação desses papéis na sua própria vida. Os indivíduos desenvolvem padrões de investimento que reproduzem as características dos padrões de investimento parental que avaliam como tendo tido consequências positivas na vida dos pais (de que os descritores da relação interpapéis constituem indicadores) e consequências positivas na relação dos pais consigo (tendo como indicador as memórias da ligação afectiva pais-filhos). O processo de modelagem não é, todavia, encarado como explicação suficiente para um resultado de similaridade nos padrões de investimento de pais e de filhos. A qualidade da relação pais-filhos,

considerada variável mediadora da transmissão intergeracional dos investimentos, inclui-se no plano de análise como um dos factores que pode ser integrado pelos indivíduos no processo de interpretação e de reconstrução dos significados aprendidos com os pais para cada um dos papéis e, portanto, enquanto factor que pode explicar a relação entre o investimento de pais e de filhos não só no caso de continuidade/modelagem como no caso de descontinuidade/compensação.

A segunda hipótese prevê, justamente, a possibilidade de descontinuidade intergeracional nos investimentos, esperando-se que se confirme nos casos em que os padrões de investimento dos pais apareçam associados a relações pais-filhos com determinadas qualidades (caracterizadas por carinho reduzido e superprotecção elevada, por exemplo) nas situações em que os investimentos dos pais em cada um dos papéis estiverem eles próprios relacionados com as memórias dessa relação. Os indivíduos procurarão adoptar padrões de investimento personalizados, que lhes permitam suprimir, da sua relação com os filhos, os aspectos dos investimentos dos seus pais que consideram críticos no modo como actualmente atribuem significado aos dois papéis. Considera-se que os filhos poderão adoptar um padrão de investimento oposto ou modificado, comparativamente ao dos pais, no intuito de alcançarem um equilíbrio diferente entre os dois papéis quer nas suas vidas quer na sua relação com os seus próprios filhos quer na forma como pretendem, com o seu exemplo, influenciar os filhos a encararem ambos os papéis de uma maneira distinta daquela que lhes foi “incutida” na sua família de origem.

Ainda que se privilegie a análise da díade pai/mãe-filho e se considere de forma particular a relação de uma das figuras parentais com um dos filhos, a escassez de dados de investigação neste domínio não contribui para o enriquecimento das reflexões que *a priori* se podem fazer acerca do que mais influi nos padrões de investimento dos filhos: será o investimento global dos pais no papel parental ou será o investimento dos pais na relação com um filho específico, de um determinado género, com um dado temperamento ou comportamento? Com efeito, é preciso não esquecer, que nos casos de famílias com mais do que um filho, o filho mais velho fica exposto, durante o seu crescimento, aos investimentos que o pai faz na identidade parental como um todo (sendo esta também possivelmente influenciada pela existência de outros filhos) embora seja a forma como essa identidade se traduz na relação com esse filho específico (que se avalia na perspectiva dos pais através do grau de satisfação experienciado relativamente a esse filho e, na perspectiva dos filhos, através da percepção dos investimentos parentais dos pais e da vinculação), que se crê poder influenciar os investimentos deste último.

Embora alguns autores alertem para a utilidade que a distinção entre o investimento na identidade parental como um todo e o investimento parental na relação com um filho particular poderá ter na especificação das variáveis que moderam o grau de envolvimento dos pais na actividade parental (Fox & Bruce, 2001), no âmbito deste estudo o investimento parental será avaliado na segunda vertente. Dado que se admite que a qualidade da relação da figura

parental participante com o filho focal possui um efeito selectivo ao nível das continuidades dos padrões de investimento, considera-se preferível a avaliação específica do investimento parental, isto é, relativamente ao filho focal. Paralelamente, para além da medida da vinculação introduz-se uma medida da satisfação parental geral e da satisfação parental com o filho que poderá ajudar a compreender melhor o grau de independência ou de correlação entre o investimento parental e a qualidade da relação pai/mãe-filho.

3. Processo de Amostragem

Tendo em conta a incidência intergeracional do projecto de investigação e a necessidade de contextualizar no mesmo sistema familiar os dois patamares geracionais envolvidos no estudo, houve uma preocupação fundamental em fazer representar na amostra sujeitos de duas gerações biologicamente relacionadas. Procurou-se, desta forma, obter o acesso a agregados familiares que, pela sua composição, pudessem estar representados na amostra por, pelo menos, um elemento adulto pertencente à categoria dos filhos (aqueles que na árvore familiar, pertencem à geração intermédia) e por ambos os progenitores (os que embora podendo ter pais vivos, integrariam a amostra na condição de representantes da primeira geração familiar). Para além da estratificação em função da geração de pertença, a intenção de analisar díades contrastantes ao nível da composição de género, levou a que também houvesse um cuidado especial na constituição de sub amostras geracionais relativamente equilibradas no que se refere à variável género. Tornava-se importante, para efeito de comparação estatística, garantir um efectivo aceitável em cada uma das células que viriam a corresponder às quatro combinações possíveis quando consideradas as semelhanças e diferenças de género do/a filho/a respondente e da figura parental participante, isto é, díades homogéneas, (masculinas e femininas) e díades heterógeneas.

Uma vez que o estabelecimento de contacto directo com cada célula familiar em espaço residencial se mostrava uma estratégia altamente intrusiva e pouco eficiente em termos da captação de uma proporção significativa de participantes num curto intervalo de tempo, optou-se por fazer a primeira aproximação aos sujeitos abordando-os quer no seu local de trabalho quer aproveitando a sua ligação, na qualidade de pais, a instituições de natureza educativa. Tratava-se de dois contextos, que permitiam otimizar o processo de recrutamento não só pela oportunidade que ofereciam de se aceder simultaneamente a representantes de diversas famílias mas também por permitirem maximizar a probabilidade de obter um maior número de casos elegíveis ao nível do desempenho de, pelo menos um, dos papéis em foco, o profissional e/ou o parental.

Foi desta forma encetado um conjunto de diligências em ordem a assegurar a colaboração de diversas organizações do sector público e privado da zona do Grande Porto no que se refere à facilitação do contacto com os trabalhadores dos seus quadros ou com os

encarregados de educação das crianças que as frequentavam. No que diz respeito aos contextos de trabalho, dado o interesse em incluir na amostra um lote de situações profissionais suficientemente diferenciado no que se refere ao grau de interferência da actividade laboral na esfera familiar, na escolha das organizações em causa, teve-se em atenção não só a dimensão destas (privilegiando-se as de maior dimensão) mas também o seu potencial em termos da variedade de níveis profissionais por elas abrangidos tendo-se, igualmente, procurado diversificar os sectores de actividade em que se sabia estarem inseridas. Quanto aos contextos educativos, o pedido de colaboração foi dirigido a estabelecimentos de ensino e a centros de ocupação de tempos livres abrangendo população de nível pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico³⁶⁰.

Iniciou-se a abordagem com a realização de contactos telefónicos com os responsáveis pelos departamentos de Recursos Humanos ou pelos órgãos directivos das organizações identificadas, tendo sido proposto o agendamento de uma reunião destinada à apresentação do estudo e à contratualização do pedido de colaboração. O primeiro encontro pessoal viria a ter lugar nas instalações das organizações que aquando da auscultação telefónica se mostraram dispostas a colaborar, mais concretamente, um hospital central, uma estrutura municipal (envolvendo as diferentes direcções de serviços: administrativos, contabilísticos e financeiros, cultura e turismo, habitação e desenvolvimento social, planeamento urbanístico e gestão da via pública, limpeza urbana, jardinagem, gestão de projectos, manutenção de equipamento e serviços gerais, bombeiros e polícia municipal...), uma escola secundária³⁶¹, dois colégios, um centro social³⁶², uma fábrica de componentes eléctricas, uma instituição ligada ao exército (nas diversas vertentes da actividade militar), uma empresa ligada à comercialização e reparação automóvel, uma empresa na área da prestação de serviços de vigilância/segurança, uma empresa ligada à beleza e estética. Nalguns casos, nomeadamente no que se refere à colaboração hospitalar, militar e autárquica, foi necessário desmultiplicar os contactos no sentido descendente da hierarquia organizacional, de modo a negociar as condições formais de colaboração com as primeiras figuras dos departamentos ou serviços que interessava contemplar. Algumas das organizações colaborantes, nomeadamente as ligadas à administração pública, solicitaram, adicionalmente, formalização escrita do pedido de colaboração, concretizado através do envio de carta (*cf.* Anexo 1a).

A agenda deste primeiro encontro incluía: (1) a divulgação dos objectivos do estudo e a explicitação da metodologia de recolha de dados, designadamente nos aspectos/fases do

³⁶⁰ Importa referir que no caso dos contactos que tiveram lugar em contexto educativo, foi possível chegar ao pai e à mãe das crianças inscritas (pelo menos nos casos de famílias intactas) o que permitiu que cada um dos encarregados de educação abrisse a possibilidade de acesso à sua própria família de origem.

³⁶¹ Com o recurso a este escola, e ao contrário do que aconteceu com os restantes estabelecimentos educativos, não se pretendia envolver os encarregados de educação dos alunos nela inscritos mas o acesso ao corpo docente de modo a representar na amostra a categoria profissional dos professores.

³⁶² Trata-se de uma instituição privada de solidariedade social que foi identificada como via para chegar a pais de crianças que frequentavam as valências de creche, infantário e actividades de ocupação de tempos livres (ATL). Foi solicitada a colaboração desta instituição no sentido de contrabalançar a amostra no que se refere ao estatuto sócio-económico das famílias nela representadas, considerando o envolvimento paralelo de dois estabelecimentos de ensino privado, tendencialmente mais procurados por famílias socialmente mais favorecidas.

processo que envolviam a necessidade de contactos presenciais com os trabalhadores/pais durante o expediente ou, no caso dos contextos educativos, em tempo extra-lectivo; (2) a discussão da melhor estratégia de chegar aos trabalhadores/pais causando o mínimo transtorno no que se refere à ausência do posto de trabalho ou à alteração de rotinas de vida; (3) a identificação de uma figura de ligação que funcionasse como interlocutor privilegiado no que se refere ao acompanhamento do processo de recrutamento de sujeitos e recolha de dados; (4) a obtenção de autorizações para o livre acesso e circulação pelas diversas áreas das organizações; (5) a calendarização das deslocações subsequentes; e, (6) a negociação de um espaço nas instalações de cada organização que pudesse ser disponibilizado para as actividades de investigação a decorrer no próprio local.

No caso dos contextos de trabalho, foi ainda solicitada, neste primeiro contacto, informação específica acerca da idade média dos funcionários de cada sector no sentido de melhor poder planejar a fase preliminar da recolha de dados. Partiu-se da hipótese segundo a qual trabalhadores com mais de 50 anos estariam em melhores condições para integrar o contingente de participantes da Geração 1 sendo mais provável que trabalhadores abaixo desse limite etário viessem a fazer parte do grupo de participantes da Geração 2³⁶³. Dado que cada trabalhador a contactar constituiria o primeiro elo de ligação do investigador a uma estrutura familiar de características desconhecidas, antevia-se, por conseguinte, a possibilidade de ambos assumirem um papel importante na mediação do acesso do investigador ao descendente (aos filhos, no caso dos sujeitos da Geração 1) e/ ao ascendente familiar imediato (aos pais, no caso dos sujeitos da Geração 2)³⁶⁴.

Embora o conhecimento das idades facultasse uma primeira visão acerca de quem seriam as figuras de primeira linha na abordagem ao sistema familiar, persistiam lacunas importantes em termos do conhecimento de outras variáveis de caracterização da família relevantes ao processo de selecção para a amostra. Tornou-se, deste modo, incontornável a definição de um conjunto prévio de parâmetros relativos à situação familiar e profissional dos potenciais participantes, que facilitassem a identificação de sujeitos em condições de se envolver no projecto de investigação. Pretendia-se, partindo destes parâmetros, realizar um primeiro *screening* do universo de sujeitos que estariam acessíveis ao contacto do investigador, de modo a verificar a compatibilidade entre as condições de elegibilidade estabelecidas a priori e a realidade pessoal de cada possível respondente. Neste sentido, foi preparada uma mini-ficha de pré-participação (*cf.* Quadro 7)³⁶⁵ que explicitava, sob a forma de questão directa, alguns requisitos de participação, sendo pedido aos sujeitos que procedessem ao seu

³⁶³ Embora este fosse o pressuposto na base do qual se partiu para a sinalização dos sujeitos nas organizações (nomeadamente, ao nível da entrega da ficha de pré-participação no formato que a eles especificamente se destinava), na realidade, foram identificados casos de sujeitos que com menos de 50 anos se encontravam em condições de se juntar ao grupo de participantes da Geração 1 e sujeitos com mais de 50 anos que, pela sua situação familiar, apenas puderam ser alistados no grupo relativo à Geração 2.

³⁶⁴ Na maioria dos casos o acesso à família fez-se pelo representante da Geração 2. Apenas 44 dos sujeitos directamente contactados pertenciam à Geração 1 e destes, só 26 concretizaram com sucesso a tarefa de mediação.

³⁶⁵ Esta ficha foi elaborada em duas versões consoante se destinasse a sujeitos com idade inferior ou superior a 50 anos.

preenchimento assinalando se a situação descrita correspondia ou não ao seu caso (através de um formato de resposta dicotómica - “sim” e “ não”).

Quadro 7.

CrITÉRIOS de amostragem: Condições iniciais de participação

GERAÇÃO 1 (> 50 anos)	GERAÇÃO 2 (< 50 anos)
☒ Ter, pelo menos, um/a filho/a adulto/a	☒ Ser filho/a único/a ou filho/a mais velho/a
☒ A relação com a mãe do/a filho/a mais velho/a ter durado até, pelo menos, aos 18 anos desse/a filho/a	☒ Os pais terem permanecido juntos até, pelo menos, aos seus 18 anos
☒ A mãe do/a filho/a mais velho/a, ainda se encontrar viva	☒ Ter pai e mãe vivos
☒ Ter contactos pessoais frequentes com o/a filho/a mais velho/a e a mãe desse filho/a	☒ Ter contactos pessoais frequentes com ambos os pais
☒ O/a filho/a mais velho/a, já ter constituído a sua própria família	☒ Já ter constituído a sua própria família
☒ O/a filho/a mais velho/a, ter um/a filho/a com, pelo menos, dois anos de idade	☒ Ter um/a filho/a com, pelo menos, dois anos de idade
☒ O/a filho/a mais velho/a, trabalhar há, pelo menos, 6 meses	☒ Trabalhar há, pelo menos, 6 meses
☒ Estar disposto a colaborar na investigação	

Para além de permitir o levantamento de informação para a caracterização sociobiográfica útil à escolha dos sujeitos, a referida ficha destinava-se, ainda, a auscultar a receptividade e a motivação dos respondentes para a participação no estudo. Deste modo, acrescentou-se aos conteúdos da ficha uma apresentação sumária dos temas da investigação e a especificação das formas concretas de participação, por se considerar que estes dados seriam os indispensáveis à tomada de decisão pessoal quanto à colaboração a prestar no estudo em causa. A ficha foi distribuída pelos trabalhadores numa segunda deslocação às organizações, tendo sido combinada uma data de regresso para a sua recolha. No caso dos contextos educativos, a distribuição das fichas esteve a cargo das secretarias ou educadoras, tendo sido anexadas a uma carta preparada em conjunto pelo investigador principal e os Directores das instituições em causa e assinada por estes últimos (*cf.* Anexo 1b). Foram entregues, nos meses de Julho e Setembro de 2002, 2200 cópias das fichas. Foram devolvidos, devidamente preenchidos, 1825 exemplares (aproximadamente 82%).

Uma vez que o elevado grau de exigência dos critérios de amostragem, fazia antecipar algumas dificuldades no que se refere à selecção de um número satisfatório de sujeitos, este procedimento serviu igualmente para, sem prejuízo para o cumprimento dos objectivos do

projecto, avaliar a necessidade de flexibilizar alguns desses critérios assegurando que os mais estruturantes seriam preservados. Deste modo, e após análise das informações constantes da ficha de pré-participação, foi concedida tolerância a critérios como os relativos à posição na fratria, à pertença a famílias intactas (G1) e à existência de ambos os pais vivos. Foram, por conseguinte, admitidos na amostra sujeitos primogénitos e não primogénitos e não foram excluídos os que reportaram a vivência de situações de separação/divórcio ou a pertença a famílias de origem monoparentais. De fora ficaram, obviamente, os respondentes que, apesar de terem preenchido e devolvido a ficha de pré-participação, manifestaram a sua indisponibilidade para se envolver no estudo (n=342) mesmo, quando do ponto de vista dos pré-requisitos, a sua participação pudesse ser considerada válida.

Feita a triagem final dos casos, verificou-se que apenas cerca de 42% sujeitos (n=769) satisfaziam a totalidade das condições que os habilitava a tornarem-se participantes no projecto de investigação. Foram elaboradas listas dos respondentes seleccionados em cada uma das organizações/direcções tendo sido atribuído um código a cada um dos participantes. Este código passou a constituir o único meio de identificação individual do participante e a principal referência no que se refere ao emparelhamento dos questionários respondidos por pessoas, participantes ou potenciais participantes³⁶⁶, de uma mesma família, tendo sido inscrito no cabeçalho de cada questionário.

As listas nominais (não codificadas) foram remetidas por correio ou fax para as organizações respectivas de modo a confirmar os participantes no estudo (*cf.* Anexo 1c), tendo sido acordado posteriormente um conjunto de datas para a realização de encontros colectivos com pequenos grupos de trabalhadores que, em cada um dos locais, foram organizados pela figura de ligação. Nalguns contextos, estes encontros foram realizados de forma individual junto de cada trabalhador. Tais situações (aproximadamente 100) verificaram-se em organizações nas quais os profissionais envolvidos, pela natureza das suas funções, ou não podiam abandonar o seu posto de trabalho (como enfermeiros, vigilantes, etc.), ou exerciam a sua actividade em contexto externo (como jardineiros, cantoneiros, fiscais, etc.) ou por não ser possível antecipar a sua disponibilidade nas instalações dado intervirem em situações de emergência (os bombeiros, por exemplo). Foram também contactados individualmente trabalhadores que, por situação de baixa médica, dispensa de serviço ou férias se encontravam ausentes do local de trabalho na data da sessão colectiva.

O procedimento foi ligeiramente diferente no que toca aos sujeitos recrutados em contexto educativo. Neste caso, foi elaborada uma circular (*cf.* Anexo 1d) na qual os encarregados de educação eram informados de que haviam sido seleccionados para o estudo e eram convidados a estar presentes, de acordo com a sua conveniência, numa de duas reuniões previamente calendarizadas onde se procederia a um breve conjunto de esclarecimentos acerca do que era esperado da sua participação. As cartas convite foram entregues em envelope

³⁶⁶ Os pais e os filhos que não foram directamente contactados pelo investigador principal apenas viriam a tornar-se participantes efectivos no momento em que aceitassem responder aos questionários.

fechado aos pais pela figura contacto do investigador nos locais aproveitando o momento em que aqueles se dirigissem aos estabelecimentos de ensino para irem buscar os filhos. A circular continha uma parte destacável onde era pedido aos pais para registarem a data da sua preferência ou, face à eventual impossibilidade de comparecer em qualquer uma das datas propostas, indicarem um número telefónico para posterior contacto. Os cupões destacáveis foram recuperados nos estabelecimentos de ensino pelo investigador principal e agrupados de acordo com as disponibilidades manifestadas de modo a melhor programar os aspectos logísticos das reuniões (número de questionários a providenciar, dimensão da sala a ocupar) em função das presenças aguardadas. Nas situações em que não houve lugar ao retorno do destacável, procedeu-se ao envio do pacote de questionários acompanhado de uma carta com as orientações de preenchimento essenciais, directamente para a morada da família que a instituição de ensino fez o favor de facultar (*cf.* Anexo 1e).

O pacote de instrumentos (*cf.* Anexo 3b e 3c) viria, na sua grande maioria, a ser entregue pessoalmente aos participantes, por altura dessas sessões individuais ou colectivas, realizadas entre Maio e Setembro de 2003, nas quais foram escurpulosamente cumpridos os passos do protocolo seguinte:

1. Agradecimento pela colaboração no estudo e pela comparência à sessão;
2. Explicação sucinta dos objectivos do estudo em curso;
3. Securitização dos participantes relativamente à revelação de dados pessoais, enfatizando-se a confidencialidade e a total independência do investigador principal face às chefias ou à entidade patronal (no caso dos participantes contactados no seu local de trabalho) bem como o facto de se tratar de participação voluntária;
4. Distribuição do pacote de questionários³⁶⁷ destinado a cada participante tendo em conta as indicações disponíveis quanto ao número e género dos familiares respondentes não presentes. A cada participante foram entregues entre 1 e três questionários: os participantes da G2, receberam um questionário a ser preenchido por si e foram portadores de mais um ou dois questionários destinados ao seu pai e/ou a sua mãe consoante os progenitores que tivessem vivos e considerassem aptos a participar; os participantes da G1, para além do seu próprio questionário receberam um outro que deveriam fazer chegar a um do/a(s) filho/a(s). Os questionários destinados a cada geração distinguíam-se essencialmente em termos de extensão (mais curtos os da G1) e das exigências de focagem temporal neles contidas (retrospectiva e centrada no momento actual no caso da G2 e apenas retrospectiva no caso da G1). No sentido

³⁶⁷ Por “pacote de questionários” entenda-se o conjunto total de questionários de que o participante foi portador. A expressão é usada para distinguir o lote de questionários destinados a uma família dos questionários que foram, em termos de formatação gráfica, reunidos num mesmo volume mas que se destinam a um único indivíduo. Estes últimos aparecerão referidos no singular (“questionário”) pois embora também agrupem um conjunto de instrumentos, em termos físicos, consistem num só documento.

de evitar o efeito distractor das especificações gráficas de comutação de género³⁶⁸, foram preparadas versões independentes para cada um dos géneros quer para os participantes da G1 (Pai e Mãe) quer para os participantes da G2 (Filho e Filha). No caso dos questionários relativos à G2, e particularmente dos instrumentos de avaliação das memórias relativas ao comportamento dos pais, alternou-se a ordem com que cada um dos progenitores aparecia mencionado por forma a controlar a influência das representações acerca de uma figura parental sobre as representações relativas à outra.

5. Leitura conjunta da primeira página do conjunto de questionários relativa às instruções e clarificação de algum ponto que suscitasse alguma dúvida ou dificuldade de compreensão;

6. Familiarização dos participantes com o pacote de questionários, através da apresentação e exploração orientada de cada uma das suas secções e da exemplificação do processo de resposta alertando para pormenores relativos ao preenchimento dos mesmos;

7. Elucidação quanto ao que concretamente era esperado de cada um enquanto intermediários do investigador principal junto dos restantes elementos da família a envolver no estudo. A este nível foi: a) salientada a importância de motivarem os progenitores ou os filhos a responderem aos questionários; b) avaliado o grau de sucesso antecipado face a esta tarefa de persuasão; c) frisada a necessidade de cada pessoa responder isoladamente ao seu questionário sem comentar as suas respostas com os restantes membros da família que também respondessem ao questionário³⁶⁹. Os participantes da G2 foram também sondados relativamente à aptidão dos progenitores quanto ao preenchimento dos questionários. Nas situações em que eram apontadas limitações ao nível do desempenho da tarefa (ligadas a problemas de literacia ou associados ao processo involutivo) e estas, não se revelando impeditiva, justificavam a prestação de assistência na resposta aos questionários, apelou-se para que apoiassem os progenitores nesse processo sem induzir ou influenciar as respostas a emitir por aqueles ("Que fossem os olhos e as mãos deles mas deixando que fossem eles a pensar.");

8. Concessão de alguns minutos para que folheassem os questionários e fizessem, por si mesmos, um ensaio de resposta relativamente aos itens de um questionário à sua escolha;

³⁶⁸ Uma vez que na redacção dos itens, as referências ao descendente apareciam com a adaptação relativa ao género (*e.g.*, filho/a), prendia-se evitar que a leitura do item fosse prejudicada pelo excesso de sinais gráficos que resultaria da introdução da variação de género relativa ao próprio sujeito respondente (*e.g.*, "Ser pai/mãe permite-me...").

³⁶⁹ Esta chamada de atenção abrangia quer as duplas pais-filhos quer as duplas cônjuge-cônjuge. Recorde-se que alguns dos contactos iniciados em contexto educativo, possibilitaram o envolvimento no estudo do pai e da mãe de cada criança inscrita. Tendo em conta a possibilidade dos questionários virem a ser preenchidos no mesmo momento pelos dois elementos do casal esta recomendação revestia-se de grande importância também nestes casos. Com ela pretendia-se evitar que durante a tarefa de preenchimento, a ocorrência de algum tipo de interacção conjugal pudesse levar os participantes a modificar a sua tendência de resposta em resultado do conhecimento da resposta do outro ou do "feed-back" que cada um, sob estímulo dos itens, pudesse produzir acerca do comportamento do cônjuge nas áreas em questão.

9. Divulgação do contacto telefónico do investigador principal e encorajamento dos participantes ao seu uso (1) sempre que confrontados com dúvidas ou dificuldades ao nível do preenchimento dos questionários e/ou (2) sempre que o processo de resposta aos questionários desencadeasse reacções de mal estar ou desconforto emocional num grau que tornasse necessário o recurso ao apoio psicológico do investigador;

10. Pedido para a devolução dos questionários integralmente respondidos no prazo máximo de 15 dias e combinação da forma de entrega e seu destinatário. Os participantes podiam optar entre fazer o envio dos questionários por correio postal (a cobrar no destino) directamente para o investigador principal, entregá-lo, em envelope fechado ao interlocutor do investigador na organização junto de quem também poderiam informar-se acerca da data prevista para o levantamento definitivo dos questionários no local pelo investigador caso preferissem entregar-lhos em mão ou desejassem abordar pessoalmente alguma questão/dúvida pendente.

As sessões que tiveram lugar no local de trabalho dos participantes realizaram-se durante o tempo de trabalho ou no período subsequente ao final do expediente conforme o que a organização em causa tivesse definido como mais viável, sendo que, no primeiro caso, os trabalhadores foram temporariamente retirados das suas funções. Nos contextos educativos, as sessões realizaram-se em horário pós-laboral. A sua duração variou, conforme os locais e a dimensão dos grupos, entre os 45 e os 60 minutos.

Dos 694 pacotes de questionários entregues apenas foi possível reaver 377 o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 54%. Cerca de metade dos pacotes obtidos de volta (51,2%) continham questionários respondidos por três elementos da mesma família (n=579 sujeitos). Em 25,7% dos casos, os questionários devolvidos diziam respeito a díades familiares (n=194 sujeitos), incluindo maioritariamente o filho/a e um dos progenitores. Os restantes 23,1% correspondem a situações em que só houve retorno de um dos questionários, respondido, na grande maioria dos casos, pelo participante da segunda geração (n=87 sujeitos)³⁷⁰. Com um efectivo total de 860 participantes (485 da G1 e 375 da G2) a amostra poderia, globalmente, ser considerada satisfatória não fosse o elevado número de mães sem experiência profissional (aproximadamente 100) que nela estavam presentes e que introduziam uma limitação quer relativamente à representatividade, na G1, do grupo de mulheres (mães) não domésticas quer, consequentemente, no que se refere ao número de díades e de tríades

³⁷⁰ Para além das razões que se prendem com o sistema de mediação adoptado (que só por si, fazia anteciper um decréscimo no número de participantes potenciais que se tornariam efectivos), há ainda a considerar o interregno de cerca de meio ano, que se verificou entre a recolha das fichas de pré-participação e a distribuição dos questionários. Trata-se de um factor que terá concorrido de forma indirecta para esta mortalidade, visto ter coincidido com uma fase em que se intensificou, no país, a crise económica e que foi marcado por mudanças políticas com reflexos importantes ao nível das iniciativas de empregadores (nomeadamente, as que se prendem com a adopção de medidas de rescisão de contratos) e/ou de trabalhadores (que, num número significativo, optaram pela reforma). Juntam-se a estas circunstâncias macro-sociais alguns incidentes de carácter mais particular como situações de deslocalização profissional, doença prolongada e conflito familiar, que constituem exemplos representativos das razões que se concluiu serem explicativas da menor participação registada.

que poderiam ser usadas como unidade de análise na comparação intergeracional das variáveis relacionadas com o papel profissional.

Desta forma, e em ordem a reforçar a amostra, tornou-se necessário o desenvolvimento de um conjunto de acções destinadas ao envolvimento de um número adicional de famílias de duplo-emprego. Com este fim, foi dirigida uma proposta a um grupo de estudantes da Licenciatura em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para que, em regime de voluntariado, colaborassem ao nível da identificação e da administração presencial dos questionários do estudo a díades e tríades familiares. A primeira abordagem, destinada à mobilização dos estudantes, teve lugar através de sessões breves realizadas em contexto de aula (cerca de sete sessões com a duração aproximada de 10 minutos), nas quais aqueles foram informados acerca dos objectivos do estudo e dos resultados esperados da sua colaboração (*cf.* Anexo 2a). Neste momento, foi pedido aos estudantes que reflectissem acerca do seu interesse em colaborar bem como acerca da facilidade que teriam em encontrar na sua rede de relações sociais, famílias nas condições desejadas. Os que acederam ao convite para colaborar, tiveram a oportunidade de se inteirar acerca de questões mais específicas relativamente à administração dos questionários, de forma individual, no momento em que confirmaram a sua disponibilidade e procederam ao levantamento dos pacotes de questionários. Para além das indicações que lhes foram facultadas oralmente, foi-lhes fornecido um guião escrito com a explicitação de todos os procedimentos e cuidados a observar (*cf.* Anexo 2b). Com a colaboração desta equipa de trabalho, foi possível acrescentar à amostra 111 famílias (37 díades e 74 tríades).

3.1. Caracterização da(s) Amostra(s)

Atendendo às características do plano de investigação, designadamente no que toca à intenção de proceder à análise das díades familiares envolvidas no estudo, tornou-se imperativo adoptar modalidades diferenciadas de organização dos dados que fossem facilitadoras dos procedimentos de tratamento estatístico mais adequados a cada objectivo de análise. Deste modo, durante o processo de informatização das respostas dos participantes aos questionários houve necessidade de criar duas matrizes de dados que se distinguem entre si quer estruturalmente, isto é, no modo como os dados aparecem dispostos pelas linhas e colunas da grelha de introdução de dados, quer quantitativa e qualitativamente, uma vez que não só a natureza das variáveis nela inseridas como o tipo e o número de participantes varia em cada uma delas. É, justamente, esta variabilidade ao nível dos participantes que estão representados em cada matriz que, objectivamente, obriga a considerar a existência de duas amostras

distintas e, por conseguinte, compromete esta secção com a caracterização de cada uma dessas amostras³⁷¹.

O facto de, no essencial, este se ter tratado de um processo de transferência em massa de grupos de respondentes explica a semelhança que se observa entre as duas amostras, no que se refere às categorias que, em termos da distribuição percentual dos participantes, assumem maior representatividade. Assim, e na medida em que os dados mais salientes de caracterização da população amostral não se mostram especialmente divergentes de amostra para amostra, opta-se por descrever discursivamente apenas as características da amostra contida na matriz que reúne o maior número de casos (matriz/amostra principal), fazendo-se o mesmo no caso da outra amostra (amostra de díades) mas só relativamente a variáveis que não tenham sido contempladas na descrição da amostra principal. As restantes informações relevantes são expostas em quadros³⁷².

3.1.1. Amostra Principal

Esta amostra (n=1148) foi usada para finalidades de observação das propriedades psicométricas dos instrumentos utilizados no estudo, bem como para a realização das análises diferenciais intrageracionais e das análises de comparação geracional com amostras independentes³⁷³. A sua caracterização apresenta-se descrita em detalhe nos Quadros 8, 9 e 10.

Dela fazem parte todos os participantes que tenham respondido ao “seu” questionário, independentemente de ter ou não ter sido obtida a participação de outros membros da sua família. Tal significa que estão incluídos nesta amostra quer os respondentes que participaram no estudo conjuntamente com um (31%; n=261) ou dois familiares (69,55%; n=798) quer os que participaram no estudo a título individual (7,7%; n=89).

Deste modo, a amostra principal é constituída por um total de 1148 participantes, 58,3% dos quais pertencentes à G1 e 41,7% à G2. Em ambas as subamostras geracionais verifica-se um predomínio dos participantes de sexo feminino, cuja proporção excede, tanto em G1 como em G2, em cerca de 8% a de participantes do sexo masculino (*cf.* Figura 5).

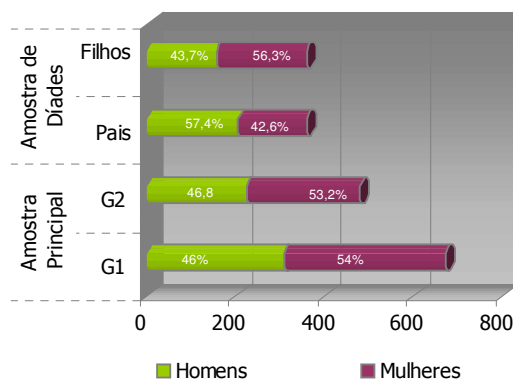
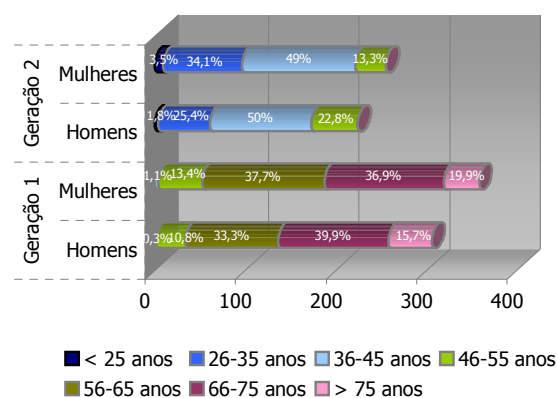
³⁷¹ Convém assinalar que para além das matrizes de dados referidas, foi criada uma primeira matriz que funcionou como estrutura matricial a partir da qual, e através de critérios de inclusão ou exclusão de participantes e de variáveis, foram selectivamente constituídas as restantes.

³⁷² Os dados relativos à caracterização da amostra de díades encontram-se disponíveis em anexo (*cf.* Anexo 4, Quadros A1 e A2).

³⁷³ Na matriz de dados, as duas gerações aparecem dispostas verticalmente, isto é, os respondentes aparecem representados em linha e, apesar da relação de consanguinidade que possam manter entre si, são considerados de forma independente. Interessa apenas a pertença do participante à G1 ou à G2, pelo que foi criada uma variável que permitisse codificar a condição do participante em termos geracionais. Constam desta matriz todas as variáveis que foram avaliadas em ambas as Gerações. A excepção diz respeito a variáveis como a *qualidade da ligação-afectiva Pais-filhos* e a *percepção dos investimentos parentais* que, apesar de só terem sido avaliadas junto da G2, foram acrescentadas à matriz na perspectiva de tirar partido das respostas do número adicional de participantes individuais em termos da análise factorial das medidas respectivas.

Quadro 8.*Caracterização das subamostras Geracionais e de Género em função de variáveis individuais*

		Geração 1 (n=669/58,3%)				Geração 2 (n=479/41,7%)			
		Homens (n=308/46%)		Mulheres (n=361/54%)		Homens (n=224/46,8%)		Mulheres (n=255/53,2%)	
Variáveis individuais		%	N	%	N	%	N	%	N
Idade dos participantes									
	≤ 25 anos	0	0	0	0	1,8	4	3,5	9
	26-35	0	0	0	0	25,4	57	34,1	87
	36-45	0,3	1	1,1	4	50	112	49	125
	46-55	10,8	33	13,4	48	22,8	51	13,3	34
	56-65	33,3	102	37,7	135	0	0	0	0
	66-75	39,9	122	36,9	132	0	0	0	0
	≥ 76	15,7	48	19,9	39	0	0	0	0
		M=66,5 DP=8,75		M=64,8 DP=8,79		M=39,8 DP=6,68		M=37,5 DP=6,68	
	Total	M=65,6	DP= 8,80	Moda=65 (6,5%)		M=38,6	DP=6,78	Moda=36 (7,9%)	
Escolaridade									
	Analfabeto	2,9	9	11,4	41	0	0	0	0
	Básico	76,3	235	64,3	232	49,6	111	29,8	76
	Secundário	4,9	15	6,6	24	21,9	49	20	51
	Superior	15,9	49	17,7	64	28,6	64	50,2	128
Religião									
	Nenhuma em especial	20,2	60	9,6	34	28,7	64	20,1	51
	Católica	79,5	236	89,5	316	68,2	152	79,5	202
	Outras confissões	0,3	1	0,8	3	3,1	7	0,4	1

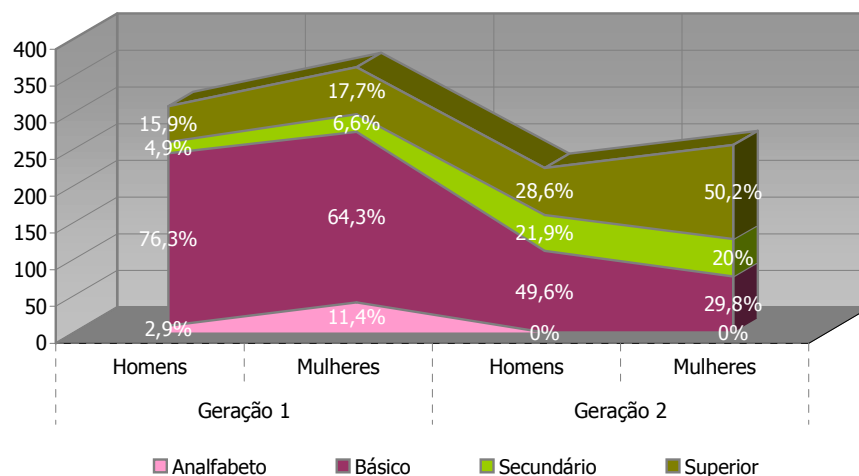
Figura 5. Género dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 na amostra principal e na amostra de díades**Figura 6.** Idade dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 em função do Género na amostra principal

A maioria dos participantes da G1 situa-se, em termos etários, no intervalo compreendido entre os 55 e os 75 anos (*cf.* Figura 6). A idade média do grupo geracional é de 65,6 anos (*DP*=8,80), sendo a média etária das mulheres (*M*= 64,8; *DP*=8,79) ligeiramente inferior à dos homens (G1: *M*=66,5; *DP*=8,75). Esta diferença de género também se observa entre os participantes

pertencentes à G2, com a amostra feminina a registar também, neste caso, uma idade média ($M=37,5$; $DP=6,68$) inferior à da amostra masculina ($M=39,8$; $DP=6,68$). A maior parte dos participantes desta geração, apresentam idades que variam entre os 25 e os 45 anos de idade, situando-se o valor médio geracional em 38,6 anos ($DP=6,78$).

As características da amostra no que se refere ao grau de escolaridade dos participantes, evidenciam um importante salto geracional nos níveis de literacia, que está bem patente na repartição desigual dos participantes de cada uma das gerações pelas várias categorias que descrevem esta variável (*cf.* Figura 7). Especialmente, eloquente é a proporção superior de participantes que, na G2 alcançou o patamar da formação de nível superior (40,1%), comparativamente aos participantes da G1 que se situam nessa categoria (16,9%), sendo ainda a categoria mais representativa do nível de escolaridade dos participantes pertencentes à segunda geração. O número de participantes apenas com a escolaridade básica é o mais elevado na G1 onde atinge os 69,8%, sendo contudo bastante expressivo também na G2 (39%). Todavia, na G1, a maioria dos que integram esta categoria não foram além dos 4 anos de estudo (55,3%), enquanto os participantes da G2 se distribuem em maior número pelo segundo (15,7%) e terceiro (13,4%) ciclos do ensino básico (*cf.* Figura 7).

Figura 7. *Escolaridade dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 em função do Género na amostra principal*

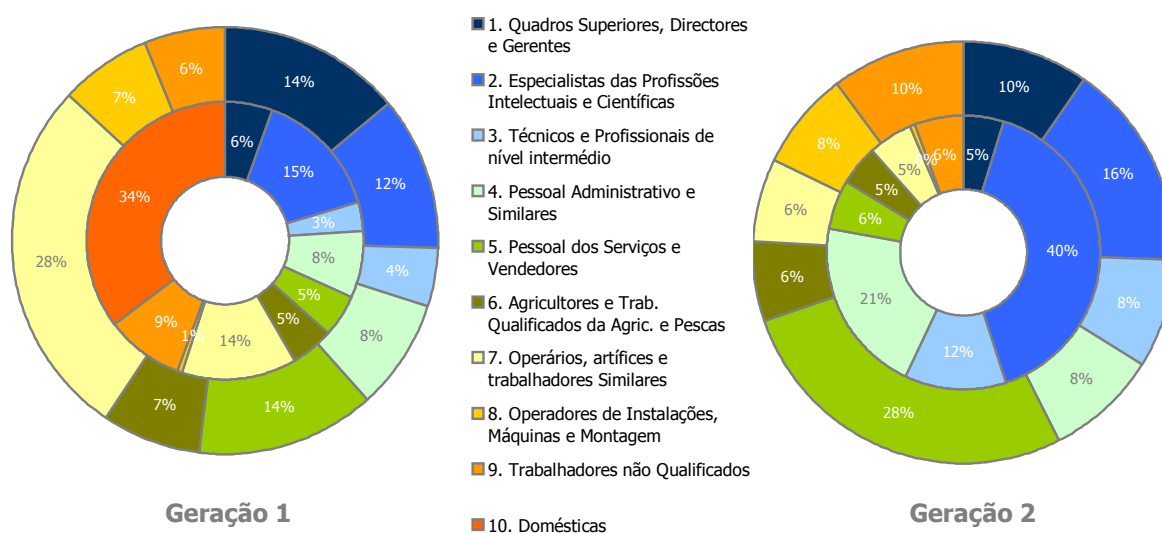


As diferenças geracionais presentes na amostra relativamente às habilitações escolares têm, nos níveis profissionais dos participantes (*cf.* Figura 8), particularmente dos participantes da G2, o seu principal correlato. A análise da distribuição dos participantes pelos diferentes níveis ocupacionais³⁷⁴ é reveladora de uma mudança no sentido de uma mobilidade ascendente

³⁷⁴ A variável "Nível Profissional" (quer o do participante quer o do cônjuge quer o dos progenitores) aqui descrita resultou do agrupamento dos 9 (+1, relativo às participantes domésticas) níveis profissionais da Classificação Nacional das Profissões (CNP-94) usados na codificação das profissões dos participantes, em apenas 4 categorias

que se manifesta sobretudo no predomínio de profissionais de nível superior entre os participantes da G2 (35,9%), comparativamente ao predomínio de participantes exercendo actividades de nível inferior no caso da G1 (37,4%). Refira-se, além disso, o facto de a percentagem de participantes da G1 que se enquadram em categorias profissionais de nível superior não ter uma relação linear com os níveis de escolaridade mas antes reflectir a sua situação de trabalho, estando associada às características do estatuto de “empresários/comerciantes” com o qual 9,1% dos participantes (n=39) se identificam em termos profissionais, e que é uma categoria meramente residual quando se atenta à situação de trabalho dos participantes da G2 (2,5%; n=12).

Figura 8. Níveis Profissionais dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 de acordo com a CNP-94 em função do Género, na amostra principal (Homens: anel exterior)



(para informação detalhada acerca da distribuição dos participantes pelas categorias originais consultar Anexo 12, cf. Quadro H). Com esta recodificação procurou enquadrar-se as actividades dos participantes em categorias definidas num intervalo menos estrito quanto ao grau de complexidade e competência exigido profissionalmente, ainda que tendo em conta a semelhança existente entre as várias categorias discretas iniciais. Desta forma as categorias 1 e 2 fundiram-se na categoria “Nível Profissional Superior”, as categorias 3, 4 e 5 foram reunidas na categoria “Nível Profissional Intermédio”; as categorias 6, 7, 8 e 9 deram origem à categoria “Nível Profissional Inferior” e a categoria 10 foi conservada na sua primeira versão “Sem categoria profissional”. Convém salientar que a escolha da CNP deve ser entendida à luz da preocupação em utilizar um sistema de classificação suficientemente amplo e aberto que pudesse mostrar-se sensível às diferenças geracionais que eram esperadas relativamente ao nível de qualificação dos participantes. A noção de que dificilmente se encontraria uma correspondência satisfatória entre a actividade profissional exercida e as qualificações possuídas pelos participantes, especialmente na G1, desaconselhou a opção por propostas de classificação profissional mais actuais pois embora mais parcimoniosas, apoiam-se, de um modo geral, no conceito de qualificação.

Quadro 9.

Caracterização das subamostras Geracionais e de Género em função de variáveis associadas ao Contexto de Trabalho na amostra principal

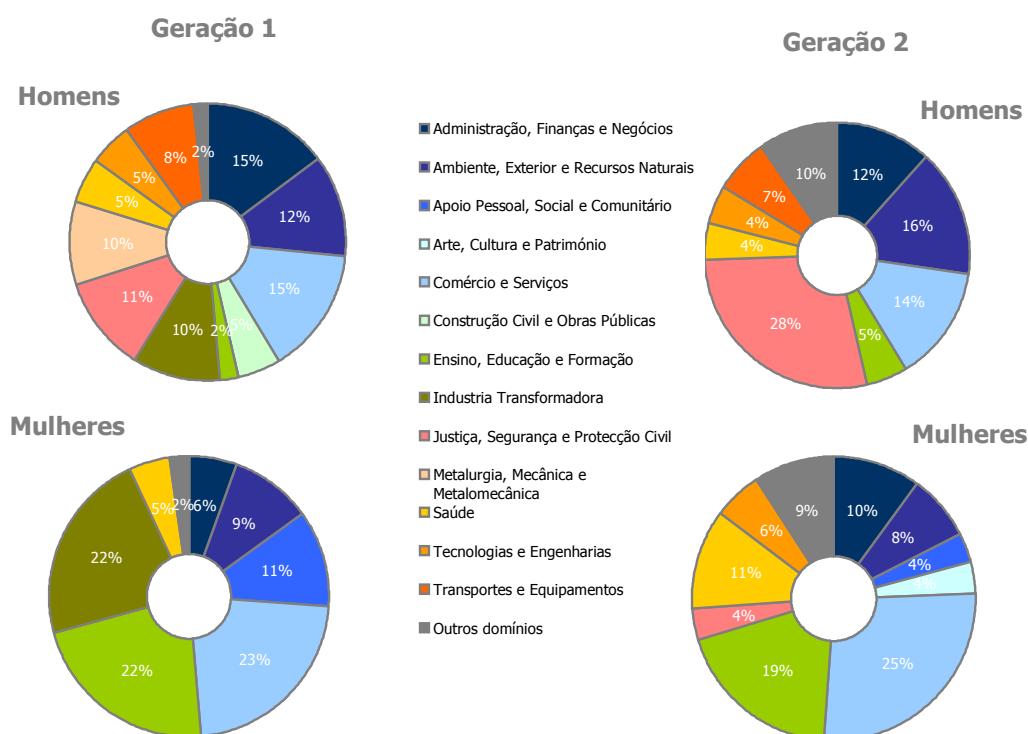
		Geração 1 (n=669)				Geração 2 (n=479)			
		Homens (n=308)		Mulheres (n=361)		Homens (n=224)		Mulheres (n=255)	
Variáveis do contexto laboral		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Idade de Ingresso na vida activa		14,85	5,21	16,74	6,86	18,13	4,46	20,18	4,10
		<i>M</i> =14,8 <i>DP</i> = 5,21 <i>Moda</i> =14 (10,7%)				<i>M</i> =20,2 <i>DP</i> = 4,10 <i>Moda</i> =18 (10,5%)			
		<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>
Nível Profissional									
	<i>Superior</i>	25,6	79	20,5	74	25,4	57	45,1	115
	<i>Intermédio</i>	26,3	81	16,1	58	44,2	99	38,4	98
	<i>Inferior</i>	48,1	148	28,3	102	30,4	68	16,5	42
	<i>Sem categoria</i>	0	0	35,2	127	0	0	0	0
Nível Profissional Cônjuge									
	<i>Superior</i>	19,5	60	27,5	98	27,1	58	43,2	102
	<i>Intermédio</i>	16,6	51	25,3	90	26,6	57	33,5	79
	<i>Inferior</i>	25,4	78	46,9	167	22,4	48	23,3	55
	<i>Sem categoria</i>	38,4	118	0,3	1	23,8	51	0	0
Estatuto face ao trabalho*									
	<i>Empresário/comerciante</i>	10,7	33	3,8	16	4,5	10	0,2	2
	<i>Trabalhador Independente</i>	9,7	30	8,3	30	4,9	11	4,7	12
	<i>Trabalhador conta de outrem</i>	79,5	245	52,1	188	90,6	203	241	241
	<i>Sem ocupação profissional</i>	0	0	35,2	127	0	0	0	0
Tempo de trabalho*									
	<i>Parcial</i>	3,9	12	21,9	51	6,3	14	9,4	24
	<i>Inteiro</i>	96,1	296	78,1	182	93,8	210	90,6	231
Regime Horário*									
	<i>Turnos</i>	5,5	17	6,4	15	7,6	17	10,2	26
	<i>Nocturno</i>	6,5	20	0,9	2	7,6	17	2,4	6
	<i>Turnos + Nocturno</i>	10,1	31	4,3	10	14,8	33	3,5	9
	<i>Diurno</i>	77,9	240	88,4	206	70	156	83,9	214
Ocupações profissionais paralelas*									
	<i>Sím</i>	23,1	71	19,7	46	21,9	49	12,2	31
	<i>Não</i>	76,9	237	80,3	188	78,1	175	87,8	224
Estatuto profissional dos cônjuges									
	1	12,7	39	13,8	49	18,4	41	28,3	72
	2	5,9	18	5,9	21	16,1	36	15,7	40
	3	11,7	36	14	50	6,7	15	9,1	23
	4	17,3	53	17,1	61	17	38	16,9	43
	5	14	43	13,5	48	14,8	33	22,8	58
	6	38,4	118	35,7	127	26,9	60	7,1	18

Nota: * Mulheres Domésticas excluídas (G1). **1.** Ambos em actividades de nível superior; **2.** Ambos em actividades de nível intermédio; **3.** Ambos em actividades de nível inferior/não qualificadas; **4.** Posição mais favorável do Homem; **5.** Posição mais favorável da Mulher; **6.** Só um dos cônjuges trabalha.

O perfil dos participantes da amostra, em termos da sua situação de trabalho, é o do trabalhador que exerce a sua actividade profissional a tempo inteiro (G1:88,4%; G2: 92,1%), em regime diurno (G1: 82,4%; G2: 77,4%) e no quadro do vínculo contratual com um empregador (G1: 79,9; G2: 92,7%). Embora estes sejam aspectos da experiência dos participantes comuns a ambas as gerações, deixam atrás de si o registo de inícios diferenciados

no que se refere ao *timing* de ingresso na vida activa. Enquanto os participantes da G2 se encontram a trabalhar, em média, desde os 20 anos de idade ($DP=4,10$), o arranque dos participantes da G1 em termos laborais, ocorreu, em média, por volta dos 15 anos ($M=14,8$; $DP=5,21$). É ainda de frisar a existência de uma franja de participantes que acumulam outras actividades profissionais com o emprego dominante, sendo interessante constatar que na G1 a percentagem dos que assumem recorrer a fontes de rendimento paralelas é superior (21,6%) aos que descrevem fazê-lo na G2 (16,7%).

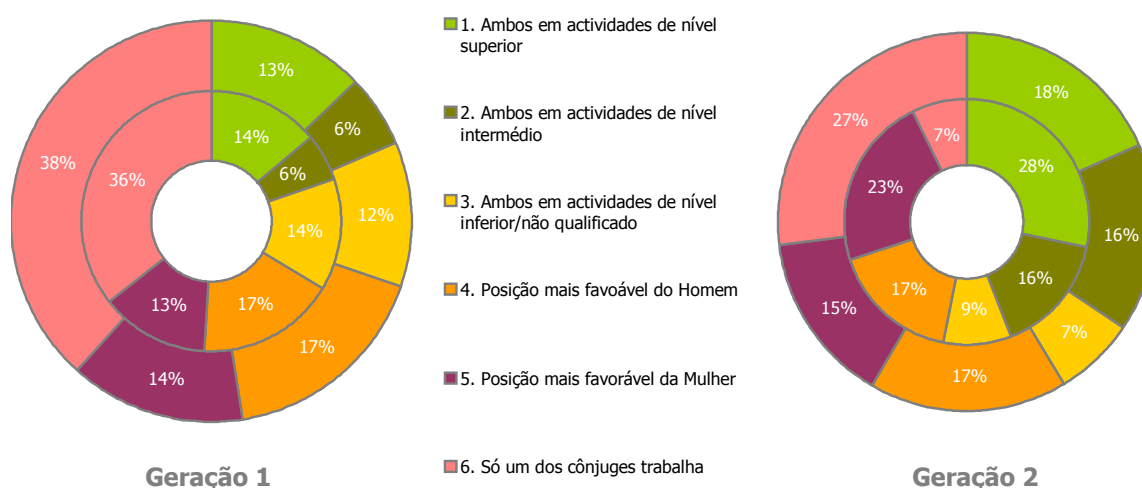
Figura 9. Domínios Profissionais dos participantes de cada Geração em função do Género



Em termos do domínio onde é exercida a actividade profissional, não obstante ser possível identificar algumas diferenças entre as gerações (como as que se prendem com a inversão da posição das categorias relativas ao sector industrial e ao sector do comércio e serviços da G1 para a G2), as mais evidentes são as que observam em função do género. Veja-se, por exemplo, a disparidade na percentagem de homens e de mulheres que trabalham em domínios como o do “ensino, educação e formação”, “justiça, segurança e protecção civil” e “transportes e equipamentos” na G1 e na G2. Apesar destas diferenças geracionais ou de género, em termos globais, a amostra apresenta-se bastante diversificada tanto no que se refere aos domínios como aos níveis ocupacionais da generalidade dos participantes, como se pode ver em maior detalhe na Figura 9 e no Anexo 12 (*cf.* Quadro H).

Cada uma das subamostras geracionais, apresenta ainda uma particularidade relevante no que se refere ao nível profissional quando se atende à composição de género. Assim, e no caso da G1, destaca-se o elevado número de mulheres que não exercem qualquer actividade profissional e que representam a categoria das “Domésticas” (35,2; n=127), condição na qual também se encontram 43% (n=193) dos participantes da G2 quando considerada a situação face ao trabalho da respectiva figura materna. No caso da G2, é de ressaltar a supremacia da amostra feminina (45,1%) comparativamente à masculina (25,4%) no que diz respeito ao exercício de actividades profissionais de nível superior.

Figura 10. Estatuto Profissional dos Cônjuges dos participantes da Geração 1 e da Geração 2 de em função do Género na amostra principal (Homens: anel exterior)



Em complemento deste retrato das subamostras geracionais, vale a pena acrescentar os dados respeitantes ao estatuto profissional dos cônjuges³⁷⁵ em cada uma das gerações. Tais dados dão conta da presença na amostra de participantes predominantemente provenientes de casais onde se verifica uma hegemonia (36,8%; n=244) ou superioridade (17,2%; n=114) profissional do elemento masculino na G1 e, no caso da G2, do número significativo de participantes integrados em casais onde ambos exercem actividades de nível superior (23,7%; n=113) ou em que é a mulher que, profissionalmente, ocupa uma posição mais favorável (22,8%; n=58). Refira-se, a propósito, o facto de a amostra ser maioritariamente constituída

³⁷⁵ Esta variável possui originalmente seis categorias nas quais a situação específica de cada diáde conjugal relativamente à combinação dos níveis ocupacionais de cada um dos cônjuges aparece discriminada com maior detalhe (estes dados podem ser encontrados na Figura 10). Inicialmente foi criada tendo unicamente em vista a especificação das características da população amostral, mas considerou-se que através da agregação de algumas das suas categorias se poderia obter um indicador contextual interessante relativamente ao sistema conjugal. O número inicial de categorias e a distribuição desigual dos participantes por cada uma delas constituía uma limitação à sua utilização nas análises diferenciais pelo que se procedeu à sua transformação numa variável com apenas três categorias.

por participantes que, do ponto de vista conjugal, se encontram casados ou vivem em regime de união de facto (G1:85,5%; G2:93,3%), não obstante a presença de um número assinalável de situações de viuvez na G1 (11,7%; n=78) e de alguns casos de separação ou divórcio na G2 (5,8%; n=28).

Figura 11. Número bruto de filhos dos participantes da Geração 1 (anel exterior) e da Geração 2 (anel interior) na amostra principal

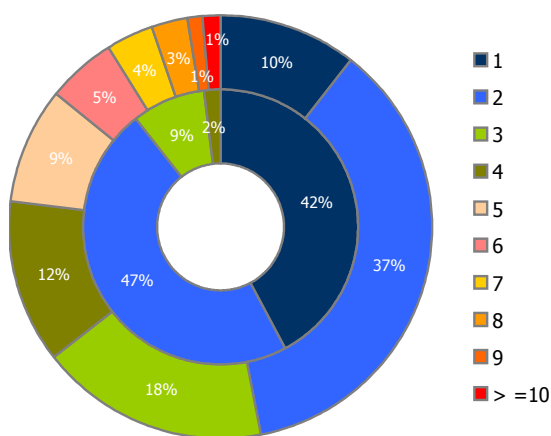
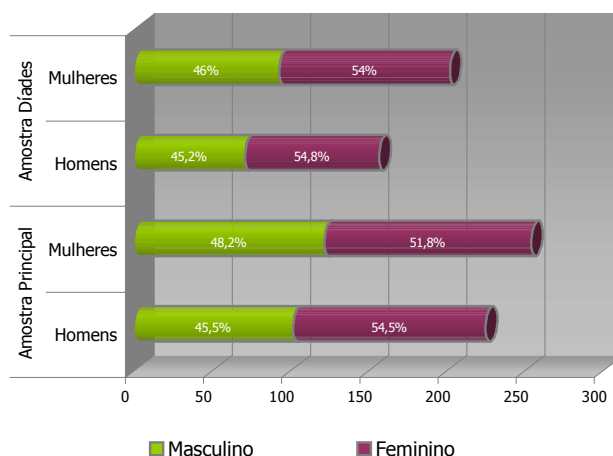


Figura 12. Género do Filho Focal dos participantes da Geração 2 na amostra principal e de díades em função do Género dos respondentes



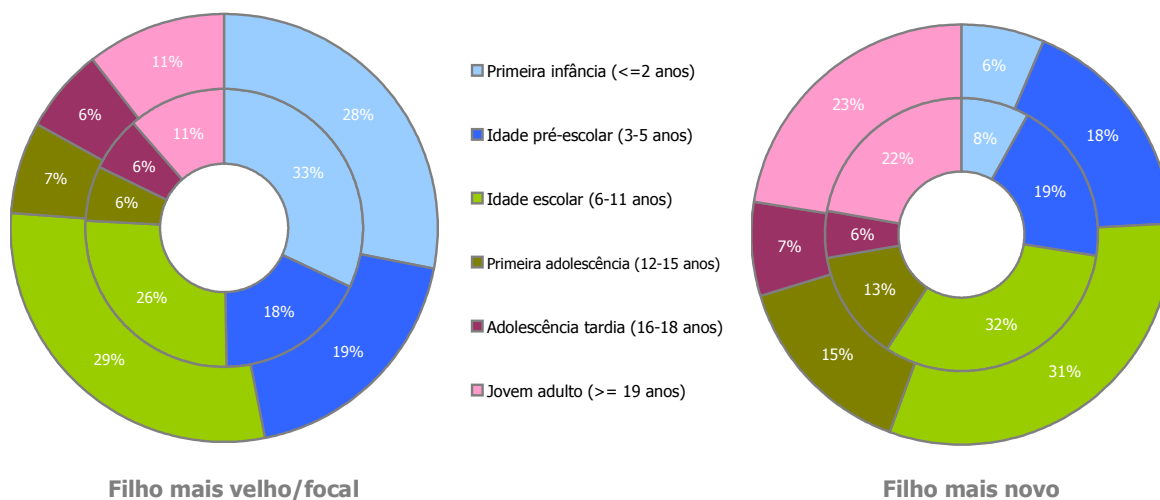
A dimensão da progénie³⁷⁶ é outra das variáveis que, na amostra, evidencia, marcadas diferenças geracionais sobretudo no que diz respeito à amplitude do intervalo entre o número mínimo e o número máximo de filhos dos participantes de cada geração (cf. Figura 11). Na G1 incluem-se participantes que têm entre um e 13 filhos, sendo que no agregado familiar de 52,9% dos participantes, se contam três (a categoria com maior frequência) ou mais filhos. Na G2, 62,1% dos participantes têm dois filhos (o valor modal nesta geração) ou mais, no entanto o limite máximo do intervalo de variação não ultrapassa os quatro filhos.

No caso específico da G2, a idade média dos descendentes varia entre 11,6 anos e 8,5 anos quando se considera, respectivamente, o filho primogénito e o filho mais novo. A maior parte dos participantes tem a seu cargo filhos dependentes. O filho mais velho de mais de metade dos participantes (aquele no qual foram instruídos a focalizar a sua atenção durante a resposta aos questionários) encontra-se em idade pré-escolar e escolar (55,5%; n=299),

³⁷⁶ Para efeitos de comparação estatística, a variável contínua que continha informação quanto ao número bruto de filhos dos participantes foi recodificada e transformada em variável categorial usando como critério a média de filhos para cada uma das gerações. Esta média foi arredondada para a unidade que garantisse uma repartição mais equilibrada dos participantes pelos dois grupos pelo que se valorizou a aproximação ao valor da mediana geracional. Trata-se, por isso, de uma variável dicotómica que permite dividir os participantes em dois grupos consoante tenham um número de filhos inferior ou igual/superior a esse valor critério.

categorias etárias que também se destacam quando se tem em conta a idade do filho mais novo dos participantes (71%; n=245), embora o número de participantes que são pais de crianças com menos de três anos de idade, assuma aqui uma maior representatividade (19,8%; n=95) do que no primeiro caso (6,5%; n=31)³⁷⁷. Os participantes distribuem-se de modo relativamente equilibrado no que diz respeito ao género do descendente focal, não obstante a presença na amostra de uma percentagem ligeiramente superior de participantes cujo filho primogénito é do sexo feminino (53%; n=254 contra 47%;n=225), o que explica o número superior de casos correspondentes a díades Pai-Filha (54,5%;n=122) e Mãe-Filha (51,8%;n=132) (cf. Figura 12).

Figura 13. *Categorias etárias dos filhos dos participantes da Geração 2 na amostra principal (anel exterior) e na amostra de díades (anel interior)*



³⁷⁷ As variáveis relativas à idade dos filhos do participante G2 resultam da categorização dos valores etários indicados pelos participantes relativamente aos filhos em escala contínua, e que foram agrupados em seis categorias. No caso concreto do filho mais velho, e uma vez que se trata do filho focal, optou-se, para efeitos de análise diferencial, por reduzir para quatro o número de categorias. Teve-se como referência as grandes fases do desenvolvimento humano nas duas primeiras décadas do ciclo de vida considerando as implicações de cada uma dessas etapas no que respeita ao exercício da parentalidade. Procurou ter-se em conta quer as características desenvolvimentais específicas descritas para cada um dos intervalos etários adoptados (como as que se prendem com o binómio dependência/autonomia) quer as exigências de acomodação da vida familiar ao alargamento das redes de relação/comunicação do sistema familiar com outros contextos de desenvolvimento (nomeadamente, com a escola).

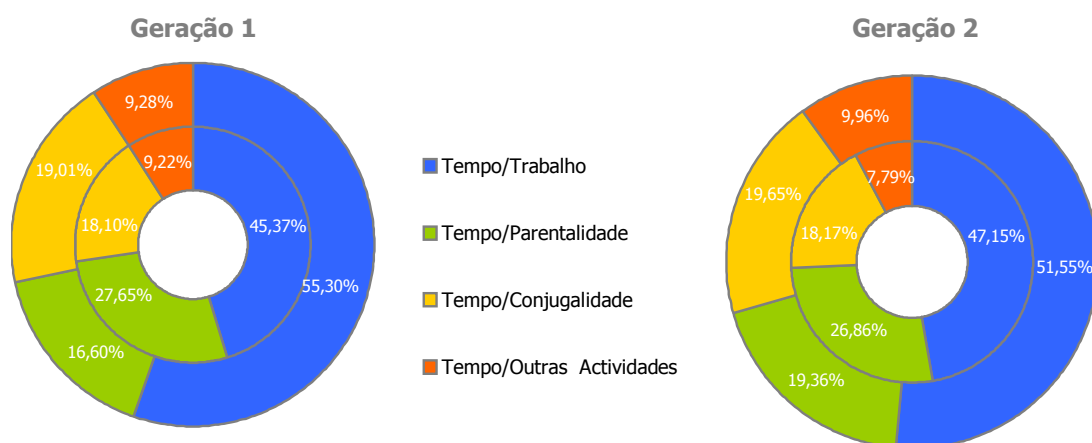
Quadro 10.

Caracterização das subamostras Geracionais e de Género em função de variáveis associadas ao contexto familiar na Amostra Principal

Variáveis do contexto familiar	Geração 1 (n=669)				Geração 2 (n=479)			
	Homens (n=308)		Mulheres (n=361)		Homens (n=224)		Mulheres (n=255)	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Idade de Independência dos pais	22,25	5,36	21,48	4,52	23,63	4,58	23,50	3,50
	M=21,8	DP= 4,94	Moda=24 (9,9%)		M=23,6	DP= 4,03	Moda=25 (13,8%)	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Situação Conjugal								
<i>Casado/união de facto</i>	93,2	287	78,9	285	95,5	214	91,4	233
<i>Separado/divorciado</i>	1,9	6	3	11	4,5	10	7,1	18
<i>Viúvo</i>	4,9	15	17,5	63	0	0	1,2	3
<i>Solteiro</i>	0	0	0,6	2	0	0	0,4	1
Idade aquando da 1.ª transição Parental								
<i>≤ 25 anos</i>	33,8	103	65,7	234	33	74	38	97
<i>26-35</i>	64,9	198	34	121	63,4	142	58,8	150
<i>36-45</i>	1,3	14	0,3	1	3,6	8	3,1	8
		M=26,9 DP=3,63		M=24,3 DP=3,67		M=27,4 DP=4,10		M=26,7 DP=4,31
Número de filhos								
<i>1 ou 2 (G1) / 1 (G2)</i>	47,1	145	46,7	168	37,9	85	45,9	117
<i>≥ 3 (G1) / ≥ 2 (G2)</i>	52,9	163	53,3	192	62,1	139	54,1	138
		M=3,34 DP=2,06		M=3,36 DP=2,04		M=1,75 DP=0,69		M=1,65 DP=0,71
	3,35	DP= 2,05	Mediana=3		M=1,70	DP= 0,70	Mediana=2	
Idade do filho mais velho/focal								
			<i>Idade Pré-escolar (≤ 5)</i>	20,1	45	27,8	71	
			<i>Idade Escolar (6-11)</i>	31,3	70	31,4	80	
			<i>Adolescência (12-18)</i>	22,8	51	21,2	54	
			<i>Jovem adulto (≥ 19)</i>	25,9	58	19,6	50	
					M=12,5 DP=7,35		M=10,8 DP=6,77	
			Total		M=11,60	DP= 7,09	Moda=8 (6,7%)	
Género do filho focal								
			<i>Masculino</i>	45,5	102	48,2	123	
			<i>Feminino</i>	54,5	122	51,8	132	
Idade do filho mais novo								
			<i>Primeira infância (≤ 2)</i>	19,2	43	20,4	52	
			<i>Idade Pré-escolar (3-5)</i>	17,9	40	24,3	62	
			<i>Idade Escolar (6-11)</i>	32,6	73	27,5	70	
			<i>Primeira Adolescência (12-15)</i>	12,1	27	12,2	31	
			<i>Adolescência Tardia (16-18)</i>	8,0	18	5,9	15	
			<i>Jovem adulto (≥ 19)</i>	10,3	23	9,8	25	
					M=9,00 DP=6,53		M=8,09 DP=6,06	
			Total		M=8,51	DP= 6,29	Moda=2 (11,9%)	
Estatuto da mãe face ao Trabalho								
			<i>Doméstica</i>	44,6	100	36,5	93	
			<i>Não doméstica</i>	55,4	124	63,5	162	

Finalmente, parece interessante caracterizar a amostra principal no que se refere ao modo como os participantes de cada geração distribuem o seu tempo semanal por domínios como o trabalho, a parentalidade, a conjugalidade e outras actividades³⁷⁸. Embora a observação da Figura 14 permita detectar algumas diferenças na comparação geracional e de género, apresenta-se, igualmente, um quadro síntese dos resultados obtidos na sequência de procedimentos estatísticos através dos quais se procurou alcançar uma melhor compreensão da natureza das diferenças inter e intrageracionais na Alocação de tempo a esses domínios³⁷⁹ (*cf.* Quadro 11).

Figura 14. Percentagem média semanal de Tempo Alocado aos domínios de vida pelos participantes da Geração 1 e da Geração 2 em função do Género (Homens: anel exterior)



³⁷⁸ Os participantes foram solicitados a indicar a percentagem de tempo semanal que por semana dedicavam às actividades que faziam parte de cada um desses domínios (*cf.* Anexo 3, b e c).

³⁷⁹ Poderá ser encontrada informação estatística mais detalhada acerca destes resultados no Anexo 5, no qual se encontram disponíveis Quadros com as médias e desvios-padrão da percentagem média de tempo dedicado semanalmente pelos participantes da G1 e G2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas. Foi ainda realizada, relativamente a ambos os grupos geracionais, uma análise descritiva da variável Alocação de Tempo em função do Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges (*cf.* Anexo 19, Quadros O8 e O9).

Quadro 11.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças inter e intrageracionais na Alocação de Tempo aos quatro domínios de vida avaliados

G1 versus G2			
▪ Os participantes da G2 dedicam mais tempo à parentalidade do que os participantes da G1 ▪ Os homens da G1 dedicam mais tempo ao trabalho do que os homens da G2 ▪ Os homens da G2 dedicam mais tempo à parentalidade do que os homens da G1 ▪ As mulheres da G1 dedicam mais tempo a outras actividades do que as mulheres da G2			
Tempo dedicado à Parentalidade			
G1	Dedicam Mais Tempo		Dedicam Menos Tempo
	▪ os participantes com profissões de nível superior		▪ os participantes com profissões de nível inferior
Tempo dedicado à Conjugalidade			
G2	Dedicam Mais Tempo		Dedicam Menos Tempo
	▪ os homens ▪ participantes com menos filhos ▪ os participantes com filhos adolescentes		▪ as mulheres ▪ os participantes com mais filhos ▪ os participantes com filhos em idade escolar
	Tempo dedicado às Outras Actividades		
G2	Dedicam Mais Tempo		Dedicam Menos Tempo
	▪ os homens ▪ participantes com menos filhos		▪ as mulheres ▪ participantes com mais filhos
G1 & G2	Tempo dedicado ao Trabalho		Tempo dedicado à Parentalidade
	Dedicam Mais Tempo	Dedicam Menos Tempo	Dedicam Mais Tempo
	▪ os homens	▪ as mulheres	▪ as mulheres
			Dedicam Menos Tempo
			▪ os homens

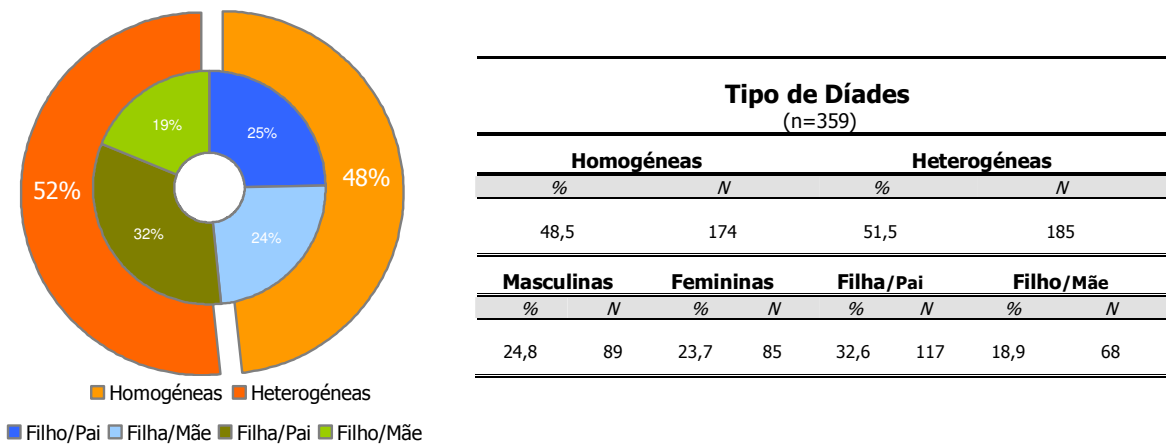
3.1.2. Amostra de Díades

Esta amostra (n=359) foi utilizada para a análise correlacional das respostas de pais e de filho/a(s), para a análise de diferenças intergeracionais em contexto intra-familiar e para a testagem dos modelos estruturais de transmissão intergeracional mediada considerando a díade como unidade de análise (*cf.* Quadros 12 e 13). Trata-se de uma amostra que foi constituída através do agrupamento de todos os casos de participação conjunta de duas gerações provenientes da mesma família³⁸⁰, incluindo, igualmente, duplas pai/mãe-filho/a resultantes do desdobramento das tríades familiares participantes (n=658 díades)³⁸¹. A Figura 15 apresenta os dados da distribuição final dos participantes desta amostra em função do tipo de díade.

³⁸⁰ As respostas dos participantes foram introduzidas na matriz de dados tendo em conta a existência de afinidade familiar entre os participantes, pelo que os dados de cada par foram colocados na mesma linha tendo sido criada uma variável que permitia a diferenciação da díade em função da sua composição de género.

³⁸¹ Uma vez que o processo de segmentação das tríades familiares implicava a duplicação na amostra dos dados relativos ao filho/a, para evitar que esse facto afectasse os resultados das análises, optou-se por excluir um dos pares

Figura 15. Distribuição dos participantes em função do tipo de díade quanto ao Género



Foram avaliadas nesta amostra um conjunto de variáveis cuja análise apenas se mostra pertinente ao nível da contextualização da comparação intra-familiar, como é o caso da *identificação com a figura parental* ou outras variáveis de carácter exploratório, como as que se prendem com a *satisfação actual com a relação com a figura parental* (filhos) ou com *satisfação com a relação actual com o filho respondente* (pais), a *similaridade profissional* Pais-filhos e a verificação de viéses ao nível do processo de focagem e evocação dos pais.

Figura 16. Número de Irmãos dos participantes G2 da amostra de díades em função do Género (Homens: anel exterior)

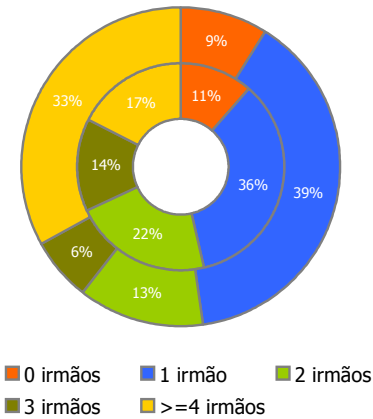
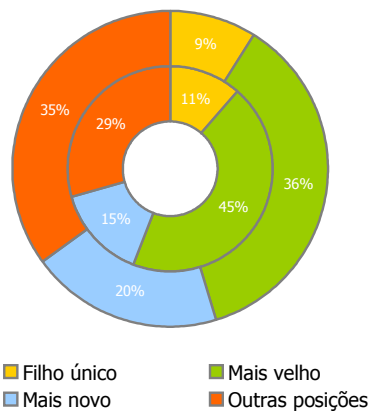


Figura 17. Posição na Fratria dos participantes G2 da amostra de díades em função do Género (Homens: anel exterior)



pai/mãe-filho/a obtidos por derivação dos trios. Deu-se prioridade à eliminação de díades constituídas por mães domésticas cujos filhos já aparecessem na amostra associados às respectivas figuras paternas. Relativamente aos restantes casos, procedeu-se a uma eliminação aleatória depois de agrupadas as díades em função do seu tipo (homogéneas e heterogéneas quanto ao género dos elementos do par que a constituíam) de modo a manter a representatividade de ambas as categorias na amostra final. Conservaram-se as díades naturais, isto é, aquelas que não foram constituídas a partir das tríades familiares mas resultaram única e exclusivamente da colaboração no estudo de apenas dois membros de cada família participante, tendo sido, todavia, retiradas da amostra as que integrassem mães respondentes domésticas para garantir uma maior homogeneidade da amostra ao nível da experiência de trabalho dos respondentes.

Quadro 12.

Caracterização da amostra de díades em função de variáveis associadas ao contexto familiar dos filhos

FILHOS				
	Homens (n=157)		Mulheres (n=202)	
	%	N	%	N
Dimensão da Fratria ³⁸²	47,8	75	46,3	93
<i>0 ou 1 irmão</i>	52,2	82	53,7	108
<i>2 ou mais irmãos</i>		<i>M=2,70</i> <i>DP=2,43</i>		<i>M=2,17</i> <i>DP=1,88</i>
		<i>M=2,41</i>	<i>DP=2,15</i>	<i>Mediana=2</i>
Posição na Fratria ³⁸³				
<i>Primeiro filho</i>	45,2	71	55,4	112
<i>Outras posições</i>	54,8	86	44,1	89

Tal como se pode verificar no Quadro 13, pais e filhos manifestam-se reciprocamente bastante satisfeitos com a relação que mantinham no momento de resposta aos questionários, encontrando-se o valor médio de satisfação acima de cinco qualquer que seja a figura parental em causa. Com efeito, tal dado pode ser tomado como um indicador de confiança relativamente ao facto das respostas aos questionários estarem a salvo da influência de acontecimentos críticos recentes que ao terem afectado negativamente a relação pais-filhos pudessem ter produzido um efeito de distorção nas memórias de ambos acerca das suas experiências relacionais anteriores. No caso da satisfação com a figura parental, não se verificam diferenças significativas nem em função do género do filho $F(1,353)=0,992, p=0,320$) nem da figura parental respondente $F(1,353)=1,540, p=0,215$). Também não se registam variações significativas entre pais e mães no que toca à satisfação com a relação actual com os filhos $F(1,357)=0,894, p=0,345$).

³⁸² A variável "Dimensão da Fratria" resultou da dicotomização da variável contínua relativa ao número bruto de irmãos do participante tendo como critério a posição desse número comparativamente à média amostral arredondado por aproximação à mediana para garantir a formação de grupos mais homogéneos em termos do seu efectivo. Foram assim definidas duas categorias: "Um ou nenhum irmão" (N=168) e "Dois ou mais irmãos" (N=190) (cf. Figura 16).

³⁸³ A variável "Posição na Fratria" foi originalmente criada tendo por base a preocupação de que as suas categorias fossem representativas do conjunto de situações presentes na amostra. Dado o número desigual de participantes em cada uma delas (Filho Único, N=37; Filho mais velho, N=146; Filho mais Novo, N=61; Outras posições, N=114) considerou-se preferível, para efeitos dos estudos diferenciais, constituir apenas duas categorias colapsando as duas primeiras e as duas últimas. Embora este procedimento impossibilitasse uma cabal exploração das diferenças associadas a cada um dos níveis que, na realidade das famílias, descrevem esta variável, considerou-se que o problema da distribuição dos participantes dificultaria, igualmente, este propósito. O facto desta variável ser usada meramente com intuíto exploratório reforçou esta decisão. Importa ainda recordar que os dados relativos a estas variáveis apenas estiveram disponíveis nas situações em que se registou a participação no estudo de, pelo menos, uma das figuras parentais por família, já que algumas das questões que permitiam a recolha de informação de caracterização do núcleo familiar apenas constavam dos questionários destinados aos pais (e.g., o modo como os pais eram solicitados a enumerar ordenadamente o número de filhos era a fonte dos dados relativos ao número de irmãos e à posição na fratria dos participantes da geração 2) (cf. Figura 17).

Quadro 13.

Caracterização da amostra de díades em função de um conjunto de variáveis exploratórias avaliadas junto de pais e de filhos

PAIS						
Variáveis Exploratórias	Pai (n=206)		Mãe (n=153)		Total	
	%	N	%	N	%	N
Frequência de decisões profissionais motivadas pelas responsabilidades parentais						
Nunca/Quase nunca	78,5	139	72,8	99	76	238
Poucas vezes/ Algumas vezes	16,9	30	19,9	27	18,2	57
Frequentemente/Bastantes vezes	4,5	8	7,4	10	5,7	18
Foco da evocação						
Fases particulares do período de referência						
Sim	27,2	56	32	49	29,2	105
Não	72,8	150	68	104	70,8	254
Outras fases do crescimento do/a filho focal						
Sim	24,8	51	36,6	56	29,8	107
Não	75,2	155	63,4	97	70,2	252
Outros filhos para além do focal						
Sim	38,2	73	34,8	48	36,8	121
Não	61,8	118	65,2	90	63,2	208
Satisfação actual com o filho respondente						
Nada/Pouco Satisfeito	2	4	1,3	2	1,7	6
Minimamente Satisfeito	2,9	6	1,3	2	2,2	8
Moderadamente Satisfeito	7,3	15	7,8	12	7,5	27
Bastante Satisfeito	25,2	52	23,5	36	24,5	88
Totalmente Satisfeito	62,6	129	66	101	64,1	230
	M=5,43 DP=0,94		M=5,52 DP=0,80		M=5,47 DP=0,88	
FILHOS						
Variáveis Exploratórias	Homens (n=157)		Mulheres (n=202)		Total	
	%	N	%	N	%	N
1.ª Figura cuidadora						
Pai	30,3	46	16,7	32	22,7	78
Mãe	62,5	95	71,9	138	67,7	233
Avós	5,3	8	4,7	9	4,9	17
Irmãos	0	0	3,1	6	1,7	6
Tios	0,7	1	1	2	0,9	3
Outras pessoas	1,4	2	2,6	5	2	7
Satisfação actual com a figura parental						
Nada/Pouco Satisfeito	0,6	1	3	6	1,9	7
Minimamente Satisfeito (3)	2,5	4	4,5	9	3,6	13
Moderadamente Satisfeito (4)	12,7	20	11	22	11,8	42
Bastante Satisfeito	27,4	43	26,5	53	26,9	96
Totalmente Satisfeito	56,7	89	55	110	55,7	199
	M=5,37 DP=0,85		M=5,25 DP=1,08		M=5,30 DP=0,98	
Similaridade profissional à figura parental						
Mesma profissão	7,0	11	8,9	18	11,2	29
Mesmo domínio e nível	8,9	14	5,4	11	9,6	25
Diferente domínio e nível	52,2	82	55	11	35,9	93
Diferente domínio e mesmo nível	29,9	47	27,2	55	39,5	102
Mesmo domínio e diferente nível	1,9	3	3,5	7	3,8	10

Não obstante o predomínio de situações em que as actividades profissionais dos filhos se distinguem, quer quanto ao nível quer quanto ao domínio, das exercidas pelas figuras parentais (35,9%), no contexto desta amostra, é de sublinhar a presença de indicadores de continuidade, destacando-se os 11,2% de casos em que os filhos têm exactamente a mesma profissão dos pais bem como a semelhança pais-filhos no que se refere ao nível em que se situa a actividade profissional de ambos (39,5 %).

Constata-se, igualmente, que cerca de 70% das figuras parentais respondentes revelam ter conseguido observar rigorosamente a instrução relativa ao período de referência (dos 12 anos dos filhos até à idade da sua independência) durante o preenchimento dos questionários, com 30% dos participantes a admitirem ter valorizado alguma fase mais específica do desenvolvimento dos filhos dentro ou fora desse grande intervalo de evocação. De igual modo, cerca de 63% dos pais, confirma ter sido capaz de responder aos questionários tendo presente o filho focal, com os restantes a assumirem o facto de se terem focado igualmente noutros filhos para além do participante. Não obstante ser considerável a proporção de pais que se envolveram no processo de preenchimento dos questionários em conformidade com os critérios de resposta estabelecidos, não se poderá negligenciar a dificuldade que uma parte dos respondentes terá sentido em responder a questões que faziam apelo à sua experiência parental, circunscrevendo a sua reflexão exclusivamente a um objecto, (um só filho) ou a um único marco temporal ainda que alargado. Naturalmente, que para estes pais terá feito mais sentido, pronunciarem-se globalmente sobre a sua vivência da parentalidade em toda a sua extensão histórica e contextual.

4. Dimensões Psicológicas e Instrumentos usados nos Estudos Diferenciais e Intergeracionais

O investimento no trabalho, o investimento na parentalidade, o *spillover* interpapéis, o conflito interpapéis e a percepção de sobrecarga, constituem as variáveis psicológicas que foram avaliadas junto dos participantes das duas gerações. Em cada geração, porém, as instruções facultadas aos participantes quanto ao foco temporal de referência a considerar foram distintas: os participantes da G1 foram solicitados a ter conta a sua experiência na fase desde os 12 anos do filho focal até à idade em que terminou o período da sua co-habitação com a família de origem; os participantes da G2, foram convidados a reportarem-se à sua experiência actual. Integram ainda o conjunto das dimensões psicológicas centrais da investigação, a qualidade da ligação afectiva pais-filhos e a percepção dos investimentos parentais no trabalho e na parentalidade, variáveis que foram avaliadas unicamente junto dos participantes da segunda geração tendo-se mantido o foco retrospectivo indicado aos progenitores respondentes.

Adicionalmente, procurou atender-se e explorar-se outros factores que, embora assumindo uma importância secundária no contexto dos objectivos de investigação, se considerou útil apreciar na perspectiva de um maior enriquecimento do conhecimento disponível acerca da vivência familiar e profissional participantes no estudo. É o caso de variáveis como a percepção de apoio conjugal, da satisfação (com) e da alocação de tempo aos vários domínios de vida³⁸⁴. Foram recolhidos dados relativamente a estas variáveis em ambos os grupos geracionais, mantendo-se diferenciado o critério temporal na resposta aos questionários usados na sua medida.

Segue-se a apresentação dos instrumentos usados na medida de todas estas variáveis bem como a caracterização das suas propriedades psicométricas partindo dos resultados dos estudos de validação factorial e de consistência interna realizados.

4.1. Resultados dos Estudos de Validação Factorial e de Consistência Interna dos Instrumentos

Em ordem a pôr à prova a estrutura interna e verificar a validade factorial das medidas usadas, todos os instrumentos utilizados no estudo foram submetidos a análise factorial exploratória (AFE) de componentes principais, com rotação ortogonal (*varimax*), utilizando o programa SPSS 14.0 para *Windows*. A preferência pela análise factorial exploratória, explica-se pelo facto de se ter privilegiado a observação de variações emergentes a partir da estrutura dos próprios dados tendo-se optado, face ao escasso historial dos instrumentos em estudos do mesmo género, por confiar nos seus pressupostos teóricos valorizando a testagem do seu potencial no quadro das especificidades da amostra usada.

Relativamente aos instrumentos usados, e no sentido de melhor contextualizar certos aspectos relativos ao seu modo de utilização, convém, desde já, adiantar algumas considerações que se justificam, principalmente, pelo facto de a maior parte dos instrumentos adoptados serem questionários de auto-relato produzidos em contexto internacional e, conseqüentemente, terem sido objecto de um trabalho de adaptação às necessidades da presente investigação.

Para além das modificações que resultaram da tentativa para garantir uma maior inteligibilidade dos itens na sua tradução para a língua portuguesa³⁸⁵, as restantes alterações

³⁸⁴ A satisfação com os vários domínios de vida foi avaliada através da resposta a quatro itens (cada um dos quais correspondente a um domínio específico - filhos, trabalho, cônjuge e outras actividades) que os participantes respondiam usando uma escala tipo *lickert* de seis pontos (1= Nada satisfeito/a; 6= Totalmente satisfeito/a). A alocação de tempo aos vários domínios (os mesmos em relação aos quais se avaliou a satisfação) foi medida questionando os participantes acerca da percentagem semanal de tempo que por semana dedicavam/dedicam a cada um, o que pressupunha a distribuição relativa de 100% do tempo útil de uma semana pelas quatro áreas de vida.

³⁸⁵ A este respeito importa salientar que, durante o processo de tradução, foi permanentemente mantido contacto com os seus autores, no sentido de obter apoio a nível da descodificação de expressões idiomáticas cujo significado se revelou de mais difícil apreensão (e. g., "My spouse is not much of an asset to me when it comes to the social aspects of my job"). Itens cuja tradução se revelou mais complexa, foram após, uma primeira tentativa de redacção em língua portuguesa, retrovertidos para língua inglesa e enviados para os autores de modo a validar a sua nova formulação. As versões traduzidas foram ainda revistas por um conjunto de especialistas no domínio das questões da investigação, que produziram comentários e sugestões no sentido de potenciar a sua interpretabilidade.

efectuadas nalguns dos questionários prenderam-se, por um lado, com a necessidade de criar uma versão destinada a uma utilização retrospectiva (o que implicou, a adaptação dos tempos verbais de alguns itens³⁸⁶ através da adopção do pretérito imperfeito), e, por outro lado, com o interesse em proceder ao ajustamento das escalas de resposta. Neste último caso, esteve em causa, em primeiro lugar, a intenção de tornar a sequência de níveis de resposta mais consoante com o respectivo conteúdo uma vez que se considerou que o processo de resposta poderia ser dificultado (em especial, no caso dos respondentes da G1) pela existência de uma ordem numérica (crescente) inversa à ordem de concordância (decrecente). Com efeito, com a modificação, efectuada numa boa parte dos instrumentos, da escala de resposta, procurou-se que a variação quantitativa, isto é, os valores possíveis de resposta, pudessem apresentar uma correspondência mais lógica com a qualidade da resposta, isto é, o pressuposto associado a cada um. Em segundo lugar, e uma vez mais na perspectiva de facilitar a tarefa dos respondentes e minimizar erros no processo de preenchimento, decidiu-se adoptar uma escala de resposta com o mesmo formato para todos os instrumentos. Deste modo, e para obstar à ocorrência de casos de tendência de resposta central, optou-se pela utilização de uma escala de tipo *lickert* de seis pontos³⁸⁷. Adicionalmente, e uma vez que o conteúdo dos itens não colidia com a possibilidade de posicionamento em termos de acordo e desacordo por parte dos respondentes, este foi o critério de resposta eleito (1= Discordo totalmente; 6= Concordo totalmente). Finalmente, há ainda a destacar uma última alteração que se prende com o facto de uma boa parte dos instrumentos adoptados consistirem em medidas tipicamente usadas na investigação do interface trabalho-família, e por conseguinte, comportarem itens que referenciam os dois domínios em causa de um modo relativamente genérico. Tendo em conta que no presente estudo interessava captar de um modo mais particular um dos micro-papel do repertório familiar dos indivíduos (isto é, o papel parental), tornou-se fundamental proceder à especificação do conteúdo dos itens de modo a que, em vez de uma alusão global ao contexto de desempenho do papel (a casa ou a família), aparecesse uma referência mais concreta e explícita (directa ou indirecta³⁸⁸) ao papel de pai/mãe.

Na apresentação dos resultados dos estudos de validação factorial das medidas usadas, adopta-se um esquema segundo o qual se procede, em primeiro lugar, à caracterização dos instrumentos utilizados, descrevendo as suas versões originais quer em termos do seu conteúdo

³⁸⁶ Foram objecto deste ajustamento temporal das formas verbais todos os questionários destinados aos participantes da G1 já que no caso da G2, como se pretendia que se referissem à sua experiência actual, os tempos verbais foram mantidos no presente do indicativo. Nesta última Geração, apenas os instrumentos que focavam as suas experiências na família de origem requeriam uma focagem retrospectiva durante o processo de resposta. Todavia, um desses questionários (Questionário de Ligação Afetiva aos Pais) já pressupunha na sua forma original esse tipo de centração no passado e os outros (Questionários de Percepção dos Investimentos Parentais) foram construídos partindo dessa mesma necessidade.

³⁸⁷ Teve-se, sobretudo em consideração, as vantagens de uma escala com um maior número de opções de resposta tanto na perspectiva dos sujeitos (oferece-lhes a oportunidade de diferenciar melhor a sua posição face ao item, o que no caso da avaliação diferencial das figuras parentais permite uma maior discriminação das respostas), como na perspectiva do investigador (na medida em que é uma estratégia que pode minimizar os problemas de não-normalidade dos dados aumentando a variância ao nível do item).

³⁸⁸ As situações referência indirecta correspondem aquelas em que na formulação do item não está especificado o papel que identifica a figura parental (pai/mãe) mas aparece mencionado o/a filho/a.

quer em termos das suas propriedades psicométricas, ao que se seguirá, a exploração das soluções factoriais obtidas no presente estudo ou em estudos piloto realizados previamente bem como à exposição dos respectivos indicadores de consistência interna. Dado que dois dos instrumentos usados foram propositadamente construídos para a presente investigação, serão detalhados alguns dos procedimentos que foram implementados ao longo do processo do seu desenvolvimento até à obtenção da versão final.

A dimensão da amostra (quer a da amostra total quer a das subamostras geracionais) ofereceu bastante “conforto” no que se refere ao *ratio* número de sujeitos/número de variáveis, um critério valorizado por alguns autores no que se refere à fiabilidade dos factores a extrair das análises. Tendo como ponto de partida o número de itens do instrumento de maior extensão (G1: Percepção de Apoio Conjugal, 22 itens; G2: Percepção do Investimento da figura parental no Trabalho, 25 itens) essa proporção fixou-se em 24,6 na G1 e em 19,1 na G2.

Na fase inicial deste processo, foi dada especial atenção à matriz de correlações tendo em vista a avaliação da adequação dos dados aos procedimentos de análise factorial. Os valores da estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin* (desejavelmente próximos de 1) e do teste de esfericidade de *Bartlett* (desejavelmente elevados e com baixo nível de significância) constituíram as principais referências a este nível, pelo que deles se dará conta relativamente a cada instrumento.

No intuito de testar a invariância estrutural das medidas, isto é, de avaliar a existência de eventuais diferenças estruturais no modo de organização dos itens relativamente a cada geração/figura parental as análises factoriais foram efectuadas em **duas condições** distintas:

1. **AFE independente para um grupo**³⁸⁹, testando o comportamento dos itens relativamente a um dos grupos geracionais ou a uma das figuras parentais de referência separadamente;
2. **AFE independente para o outro grupo de comparação**, testando o comportamento dos itens relativamente ao grupo geracional ou à figura parental alternativos, isto é, não incluídos na condição 2.

³⁸⁹ Nas análises realizadas junto dos participantes da Geração 1, as mulheres pertencentes à categoria “Domésticas” (n=127) foram excluídas sempre que foram explorados itens que, na sua formulação, implicassem a dimensão trabalho, por se ter considerado que estas participantes se encontravam numa condição diferente da de mulheres profissionalmente activas no que refere à resposta a dar aos questionários que continham esses itens (apenas o Questionário de Investimento na Parentalidade e o Questionário de Apoio conjugal Percebido na dimensão parentalidade constituem excepção). Participantes da Geração 2 filhos/as de mães domésticas (n=193) também não foram incluídos na análise factorial da medida da percepção do investimento materno no trabalho por se considerar que, objectivamente, as suas percepções quanto ao investimento da mãe no trabalho, mesmo equiparando-se a trabalho as actividades domésticas, não seriam comparáveis às de participantes com mães formalmente envolvidas numa actividade profissional. Estas opções não afectaram, em todo o caso, o *ratio* número de sujeitos/número de variáveis que na pior situação foi de 11,4 participantes por item (concretamente ao nível da percepção do investimento da mãe no trabalho).

Genericamente, os resultados das análises exploratórias realizadas nas duas condições, mostram um grau de acordo satisfatório no que se refere à distribuição dimensional dos itens já que as estruturas factoriais iniciais replicam em ambas as gerações e também relativamente a ambos os progenitores. No entanto, na perspectiva da aproximação a estruturas factoriais mais aceitáveis quer do ponto de vista da sua parcimónia, quer do ponto de vista da maximização da variância total explicada, quer ainda do ponto de vista da necessidade de homogeneizar as medidas para responder à necessidade de comparabilidade dos grupos em análise (comparações intergeracionais e interparentais) foram assumidos à partida, e observados no seguimento do processo de análise, os seguintes critérios de exclusão/conservação dos itens:

▪ *Discriminação de factor superior a 0,10*

Tendo em conta a existência de itens factorialmente ambíguos, isto é, itens que se apresentam simultaneamente correlacionados com dois factores, foram apenas conservados itens cujo intervalo do valor de correlação com dois ou mais factores, fosse superior a 0,10. Bastava que o valor de discriminação de factor se mostrasse inferior a esse limite numa das condições para que o item fosse excluído da composição factorial da medida.

▪ *Saturações dos itens nos factores superiores a 0,40*

Foram excluídos itens que apresentaram valores de saturação no factor inferiores a 0,40 embora tivessem sido contempladas algumas situações de excepção. Assim, itens que apresentaram saturações com magnitude superior a 0,40 em pelo menos uma das condições (2 ou 3), foram conservados mesmo quando a sua saturação na outra condição se situou entre 0,30 e 0,40. De igual forma, itens que apresentaram saturações inferiores a 0,30 em apenas uma das condições, foram também excluídos da solução factorial mesmo que a sua saturação noutra condição se situasse no intervalo de tolerância (entre 0,30 e 0,40).

▪ *Interpretabilidade teórica*

Itens cuja pertença ao factor se tivesse mostrado dissonante dos pressupostos de natureza teórica subjacentes aos instrumentos ou cuja relação com os restantes itens não se tivesse revelado, em termos do seu conteúdo, teoricamente compreensível ou defensável, foram também excluídos das medidas.

▪ *Consistência interna*

No sentido de avaliar a fiabilidade das estruturas factoriais obtidas procedeu-se à estimativa do valor de *alpha* de *Cronbach* que foi usado como indicador da consistência interna dos instrumentos. Tendo em conta que o coeficiente *alpha* é um índice do grau de convergência dos itens no que se refere à sua capacidade para medir um dado constructo, itens cuja exclusão do factor resultasse num incremento do valor de *alpha* em, pelo menos, uma das duas condições da análise factorial exploratória, e cuja exclusão da solução factorial da condição alternativa não resultasse em reduções significativas nesse valor (isto é, reduções superiores ao valor do incremento), não foram conservados na medida.

Pode, desde já, avançar-se que os valores do *alpha* de *Cronbach* obtidos para a totalidade das medidas se revelaram, em geral, bastante satisfatórios, legitimando a utilização dessas medidas nos estudos de comparação entre grupos³⁹⁰.

4.1.1. Questionário de Investimento no Trabalho³⁹¹

O “*Work Commitment Questionnaire*” (Greenberger, Payne & Goldberg, 1988 *cit. in* Greenberger, 1988) foi adoptado como medida do grau de Investimento no Trabalho (IT), tendo sido especificamente, usada a versão destinada a pais casados. A escala em causa é constituída por 17 itens (quatro de cotação inversa: itens 4, 5, 11 e 13), face aos quais os respondentes são solicitados a manifestar o seu grau de acordo/desacordo (1=Discordo totalmente; 6=Concordo totalmente). O questionário foi desenvolvido tendo por base a conceptualização de Safilios-Rothchild (1971), e operacionaliza três parâmetros específicos: a centralidade do trabalho para o self, a saliência psicológica do trabalho comparativamente a outras actividades, e o nível de aspirações relativamente ao percurso profissional. Os valores do coeficiente *alpha* obtidos pelos autores em função do género dos sujeitos, apontam para 0,78 e 0,83 para homens e mulheres, respectivamente. Os estudos correlacionais de verificação da validade de constructo da escala evidenciam a existência de correlações significativas com o nível profissional (H: 0,44, $p < 0.001$; M: 0,27, $p < 0,001$), com a preferência por um regime de trabalho a tempo integral em detrimento de um regime de trabalho a meio tempo (H: 0,36, $p < 0.001$; M: 0,41, $p < 0,001$), com o número total de horas semanais dispendidas no emprego e em actividades relacionadas com o trabalho (H: 0,31, $p < 0,001$; M: 0,21, $p < 0,01$).

Tanto a estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin* como o teste de *Bartlett* confirmam o ajustamento das matrizes de dados à análise factorial deste questionário em ambas as gerações. O teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* apresenta um valor de 0,794 para ambas as Gerações e o teste de esfericidade de *Bartlett* um valor de 2033,269 ($p = 0,000$) na G1 e de 1780,226 ($p = 0,000$) na G2.

A AFE realizada com os 17 itens do questionário original permitiu validar a solução unidimensional desta medida para ambas as gerações (*cf.* Quadro 14). A estrutura factorial inicialmente obtida explicava 24,32% da variância total na G1 e 24,30% na G2. De acordo com os critérios estabelecidos, foram excluídos da medida final quatro itens (itens 4, 5, 11 e 13), cujas saturações no factor único se mostraram inferiores a 0,40. Importa referir que a maioria destes itens também apresentava comunalidades demasiado baixas (inferiores a 0,20). Todos eles correspondem a itens que os autores da escala original identificam como sendo de cotação inversa, particularidade que se ressalta tendo em conta a dificuldade revelada pelos

³⁹⁰ Poderá ser encontrada em anexo informação descritiva das médias e desvios-padrão relativos aos itens que foram conservados em relação a cada instrumento (que compõem, portanto, as medidas usadas) bem como indicação do grau de significância da diferença de médias em função da Geração e do Género (*cf.* Anexo 13, Quadros I1 a I12).

³⁹¹ Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de F (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função da geração e do género, consultar Anexo 13 (*cf.* Quadros I1 e I2).

respondentes a este tipo de formulações. Acresce a isto o facto de dois destes itens fazerem referência à vida profissional do cônjuge (itens 4 e 5), e um deles aludir a saídas para diversão nocturna (item 13), o que poderá, de alguma maneira, ter tornado o seu conteúdo pouco aplicável à situação de vida dos participantes. Apesar dos itens 1 e 7 registarem valores de saturação inferiores a 0,40 decidiu-se pela sua manutenção na estrutura factorial uma vez que, tal como os critérios anteriormente enumerados enunciam, saturam no factor acima de 0,40 quando considerada a Geração 1.

Quadro 14.

Estrutura Factorial do Questionário de Investimento no Trabalho para ambas as Gerações

Itens (n=13)	G1*	G2
17. Muitas vezes, trabalho mais do que o necessário: ou porque continuo a trabalhar para além do meu horário normal ou porque decido fazer umas coisas extra por conta própria.	,667	,681
2. Muitas vezes dou comigo a pensar em certos aspectos do meu trabalho, mesmo fora do horário de serviço.	,637	,641
3. Quero progredir no meu trabalho, mesmo que isso tenha alguns custos noutras áreas da minha vida.	,623	,682
14. O que faço no meu trabalho, é central para o modo como me sinto comigo próprio(a).	,622	,613
16. Ponho de parte alguns prazeres pessoais, tais como dormir um pouco mais ou divertir-me, para estar a trabalhar.	,616	,684
8. À medida que o tempo passa, quero ter cada vez mais autoridade e responsabilidade no meu trabalho.	,599	,516
10. Muitas vezes, passo o "tempo livre" a trabalhar.	,590	,659
9. O trabalho que faço é extremamente interessante para mim.	,558	,531
6. Não consigo imaginar uma vida inteiramente satisfatória sem o trabalho.	,490	,457
7. Continuaria a trabalhar mesmo que não tivesse necessidade do salário.	,489	,372
15. Quando tenho algum tempo a sós com a minha companheira(o), gosto de falar do meu trabalho.	,462	,497
12. Ponho as minhas responsabilidades profissionais acima das minhas responsabilidades familiares.	,458	,418
1. Quando conheço novas pessoas, uma das primeiras coisas que digo sobre mim é o tipo de trabalho que faço.	,413	,381
Variância total explicada (%)	31,5	31,4

Nota: * Mulheres domésticas excluídas da análise. Os itens aparecem enumerados por ordem decrescente dos valores de saturação, tendo como referência os que foram obtidos na G1. A **negrito** encontram-se assinalados os valores de correlação item/factor relativos ao limiar mínimo e máximo alcançados pelas saturações em cada um dos grupos geracionais.

Feita a subtracção dos quatro itens a estrutura factorial final passou a integrar um total de 13 itens e a explicar 31,5% da variância total na G1 e 31,4% na G2. As saturações dos itens no factor único variam, na G1, entre 0,41 e 0,67 e, na G2, entre 0,37 e 0,68. Os índices de consistência interna mostram-se bastante satisfatórios, registando um valor *alpha* de 0,81 em ambas as gerações, embora na G2 surjam mais elevados na amostra feminina, comparativamente à masculina, indiciando, assim, uma maior consistência nas respostas destas participantes (cf. Quadro 21).

4.1.2. Questionário de Investimento na Parentalidade³⁹²

O Investimento na Parentalidade (IP) foi avaliado com recurso a uma versão traduzida e adaptada do "*Parental Commitment Questionnaire*" de Greenberger, Payne e Goldberg (1988, cit. in Greenberger, 1988). Trata-se de uma escala unidimensional composta por 17 itens (8 dos quais de cotação inversa: itens 2, 3, 6, 9, 10, 13, 15 e 16), de conteúdo análogo ao "*Work Commitment Questionnaire*", isto é, focados na centralidade da parentalidade para o *Eu*, na saliência psicológica da parentalidade comparativamente a outras actividades e no nível de aspirações em relação ao desempenho parental. A escala de resposta original é constituída por 6 pontos que correspondem a variações do grau de concordância com o conteúdo dos itens (1=Concordo totalmente; 6=Discordo totalmente). Os valores de consistência interna reportados pelos autores situam-se em 0,71, tanto para homens como para mulheres. A validade convergente e divergente deste questionário foi testada pelos autores com recurso a análises correlacionais entre o *score* global do IP e variáveis como a crença na capacidade própria para satisfazer as necessidades dos filhos ("*Exclusive Parental Care*"³⁹³) (H: 0,20, $p < 0,05$; M: 0,25, $p < 0,05$) e o investimento no trabalho (H: -0,22, $p < 0,001$; M: -0,29, $p < 0,01$).

Os testes de *Kaiser-Meyer-Olkin* e de *Bartlett* atestam, uma vez mais, a adequação dos dados à AFE em ambas as gerações, registando o primeiro um valor de 0,797 e 0,785, e o segundo um valor de 2188,449 ($p = 0,000$) e de 1425,943 ($p = 0,000$) na G1 e na G2, respectivamente.

Os resultados da AFE apontam uma vez mais para uma solução unidimensional explicando 22,31% na G1 e 21,15% na G2 na extracção inicial (cf. Quadro 15). Nove dos 17 itens originais foram excluídos da estrutura factorial em conformidade com os critérios já referidos: sete por apresentarem saturações abaixo de 0,40 no factor único em ambas as gerações (itens 1, 5, 7, 8, 11, 12 e 17) e dois (item 4, 14) por saturarem em apenas 0,26 e 0,27 na G2 apesar de apresentarem um valor de saturação aceitável na G1 (0,51 e -0,43)³⁹⁴.

³⁹² Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de *F* (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função da geração e do género, consultar Anexo 13 (cf. Quadros I3 e I4).

³⁹³ Versão adaptada de uma escala de 5 itens que mede as crenças na importância do cuidado materno exclusivo (Hock, Gnezda & McBride, 1984). Exemplo de item da versão utilizada por Greenberger e Goldberg (1989): "*More than any adult, I can meet my child's needs best*".

³⁹⁴ O item 15 foi conservado ao abrigo do critério relativo ao intervalo de tolerância do valor de saturação. Embora sature em 0,38 na Geração 1 apresenta um valor de saturação superior a 0,60 na Geração 2.

Verificou-se, novamente, que a maioria destes itens apresentava comunalidades bastante baixas (inferiores a 0,20). Uma vez mais trata-se também de itens assinalados pelos autores do questionário como sendo de cotação inversa e que se confirma saturarem negativamente também nesta solução factorial (à excepção do item 12 que não apresenta valores de saturação negativos).

Quadro 15.

Estrutura Factorial do Questionário de Investimento na Parentalidade para ambas as Gerações

Itens (n=8)	G1	G2
9. Procuro saber do meu filho/a muitos pormenores acerca do que ele/ela fez durante o dia.	,697	,628
10. Ser pai/mãe permite-me mostrar algumas das características e valores de que mais me orgulho em mim.	,672	,700
2. Muitas vezes, dou comigo a pensar no meu filho/a durante o tempo de trabalho.	,663	,656
13. Ponho de parte alguns prazeres pessoais, tais como dormir mais um pouco ou conviver com amigos, para estar com o meu filho/a.	,624	,512
16. Não sou capaz de me concentrar no meu trabalho se o meu filho/a estiver doente.	,620	,663
3. Provavelmente, falo demasiado do meu filho/a.	,593	,562
6. Quando conheço novas pessoas, uma das primeiras coisas de que falo é do meu filho/a.	,571	,615
15. Não consigo imaginar uma vida satisfatória sem filhos.	,380	,624
Variância total explicada (%)	37,2	38,8

Nota: Os itens aparecem enumerados por ordem decrescente dos valores de saturação, tendo como referência os que foram obtidos na G1. A **negrito** encontram-se assinalados os valores de correlação item/factor relativos ao limiar mínimo e máximo alcançados pelas saturações em cada um dos grupos geracionais.

Após a sua exclusão, a estrutura factorial final passou a explicar entre 37% e 39% da variância total em ambas as Gerações. As saturações oscilam entre 0,38 e 0,70 na G1 e entre 0,51 e 0,70 na G2. O valor de *alpha* para o conjunto final de 8 itens fixou-se em 0,74 na G1 e 0,76 na G2 sendo que neste último caso se verifica uma vez mais a tendência para uma menor consistência nas respostas dos homens uma vez que a amostra feminina apresenta, em termos comparativos, valores de *alpha* superiores nesta medida (*cf.* Quadro 21).

4.1.3. Questionário de Apoio Conjugal Percebido³⁹⁵

Na medida da Percepção de Apoio Conjugal (PAC) foi usada uma versão adaptada do “*Spousal Support for Work and Parenting Questionnaire*” de Greenberger, Goldberg e Hamill (1989, *cit. in* Greenberger, 1989) uma escala cuja principal vantagem, no contexto deste estudo, se prende com a possibilidade que oferece aos sujeitos de se pronunciarem acerca do grau no qual o/a companheiro/a é fonte de apoio relativamente ao exercício dos dois papéis de vida focados nesta investigação. Os itens incidem explicitamente sobre a percepção de apoio emocional e instrumental proporcionado pelo cônjuge dos respondentes no que se refere às actividades parentais (12 itens) e profissionais (15 itens), sendo esses os parâmetros que estiveram na base da construção da escala. Os autores apontam para a possibilidade de utilização de cada um dos referidos agrupamentos de itens na qualidade de subescalas para as quais são descritos valores de consistência interna acima de 0,85 qualquer que seja o género do respondente (Subescala de Apoio na dimensão Trabalho: 0,88 para homens e mulheres; Subescala de Apoio na dimensão Parentalidade: 0,87 para os homens; 0,89 para as mulheres). Nos estudos de validade convergente e divergente da escala global, os autores identificaram correlações significativas moderadas a elevadas (H: 0,64, $p < 0,001$; M: 0,72, $p < 0,001$) com os níveis de qualidade conjugal avaliada pela “*Dyadic Adjustment Scale*” (Spanier, 1976) bem como com uma medida de satisfação com a divisão de tarefas (H: 0,47, $p < 0,001$; M: 0,68, $p < 0,001$) e correlações negativas com uma medida de “*role-strain*”³⁹⁶ (Greenberger, 1989) (H: -0,52, $p < 0,001$; M: -0,40, $p < 0,001$). Atendendo à extensão da escala original (27 itens), não foram utilizados itens que, do ponto de vista do seu conteúdo se mostrassem redundantes em comparação com outros enunciados previamente na sequência de itens do questionário tendo sido excluídos sete itens³⁹⁷ e incluídos três novos itens que pretenderam contextualizar de modo mais específico os dois temas centrais do projecto de investigação³⁹⁸.

³⁹⁵ Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de F (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função da geração e do género, consultar Anexo 13 (*cf.* Quadros I5 e I6).

³⁹⁶ Medida constituída por 32 itens que avalia o grau de tensão ou sobrecarga intrapapel e o grau de conflito ou *spillover* negativo entre os papéis, incluindo o papel parental, conjugal e de trabalhador.

³⁹⁷ Assim se explica que na versão modificada estejam ausentes os itens 9 (“*I do not discuss work decisions that I have to make with my spouse*”), 13 (“*I don’t talk about work with my spouse*”), 14 (“*My spouse is not much of an asset to me when it comes to the social aspects of my job*”), 25 (“*My spouse helps me when there are problems with the children*”) e 27 (“*My spouse takes an equal part in disciplining the children so I don’t have to do it all*”).

³⁹⁸ Trata-se dos itens que na versão modificada surgem em 11.º (“Não compreende quando o trabalho me impede de estar mais próximo/a do/a filho/a” - item de cotação inversa), 21.º e 22.º posição do questionário e cuja redacção traduz a preocupação em dirigir a atenção dos respondentes de modo mais concreto para os dois papéis de vida focados no estudo sendo que, no primeiro caso, traduz igualmente, a tentativa para contornar, uma vez mais, o problema da redundância (neste caso dos itens 8 e 10 : “*My spouse tries to make it easier for me to combine work and family life*” e “*My spouse feels that my work interferes with my family responsibilities*”).

Quadro 16.*Estrutura Factorial do Questionário de Apoio Conjugal Percebido para ambas as Gerações*

Itens (n=13)	G1*	G2
13. Ajuda-me a ser um melhor pai/mãe.	,826	,768
5. É alguém em quem posso confiar para me dar bons conselhos quando as coisas não correm bem no trabalho.	,813	,758
15. Aconselha-me quando eu tenho problemas com o filho/a.	,773	,738
1. Ouve-me atentamente quando lhe falo de problemas de trabalho.	,759	,737
12. Ouve cuidadosamente as minhas preocupações em relação ao filho/a.	,747	,749
4. Elogia-me pelo que eu faço no trabalho.	,738	,732
7. É uma pessoa que me apoia se eu quiser mudar alguma coisa na minha vida profissional.	,734	,715
3. Não se importa de assumir certas tarefas que são da minha responsabilidade, se eu tiver coisas ligadas ao trabalho para fazer.	,703	,653
17. Elogia-me pelo modo como eu lido com o filho/a.	,702	,678
2. É compreensiva(o) quando eu tenho de fazer horas extraordinárias.	,664	,599
20. Sente-se orgulhosa(o) com o meu comportamento enquanto pai/mãe.	,644	,678
21. Procura desculpar perante o filho/a, as minhas ausências ou faltas de atenção.	,633	,472
18. Assume certas tarefas que são da minha responsabilidade, para que eu possa passar mais tempo com o filho/a.	,585	,632
Variancia total explicada (%)	51,9	47,6

Nota: * Mulheres domésticas excluídas da análise. Os itens aparecem enumerados por ordem decrescente dos valores de saturação, tendo como referência os que foram obtidos na G1. A **negrito** encontram-se assinalados os valores de correlação item/factor relativos ao limiar mínimo e máximo alcançados pelas saturações em cada um dos grupos geracionais.

Este questionário foi sujeito a duas análises exploratórias diferentes para cada geração. Foi testada, em primeiro lugar, a solução de dois factores de modo a verificar a emergência das duas dimensões (subescalas) descritas pelos autores. Tanto na G1 como na G2, a distribuição dos itens pelos dois factores não replicou a estrutura factorial original uma vez que itens cujo conteúdo remetia para o apoio conjugal à dimensão da parentalidade saturavam no factor que representaria a dimensão do apoio ao trabalho e vice-versa. Uma observação atenta da matriz de saturações após a rotação *varimax* permitiu concluir que os itens se polarizavam factorialmente segundo uma lógica que se verificou ser a da sua formulação positiva ou negativa, sugerindo, de algum modo, a eventual existência de um único factor. A análise foi, então, repetida de modo a testar a solução unidimensional para o conjunto total de itens.

Na sequência desta segunda análise³⁹⁹, confirmou-se o padrão anterior, com os itens de cotação inversa a aparecerem saturados negativamente (excepto o item 8), mas a apresentarem valores de saturação abaixo do critério definido. As elevadas saturações dos restantes itens, o facto dos valores de variância total explicada serem aceitáveis ($G1=34\%$; $G2=32\%$) e o interesse em dispor de uma medida global de apoio conjugal percebido, levou a que se tivesse tentado melhorar esta solução unidimensional. Foram excluídos os itens com saturações inferiores a 0,40 (itens 6, 9, 11, 14, 16, 19, 22) ou a 0,30 em, pelo menos, uma das gerações (item 8).

Depois de retirados estes oito itens, a estrutura factorial final (*cf.* Quadro 16) passou a explicar 51,9% da variância total na G1 e 47,6% na G2. Os valores de saturação dos itens remanescentes variam entre 0,58 e 0,83 na G1, e entre 0,47 e 0,77 na G2. Os índices de consistência interna fixaram-se em 0,92 (G1) e 0,90 (G2) após a exclusão do item 10⁴⁰⁰ (*cf.* Quadro 21).

4.1.4. Questionário de *Spillover* Interpapéis⁴⁰¹

O *spillover* trabalho-parentalidade foi avaliado com recurso a um conjunto de 16 itens adaptados a partir da proposta de 14 itens de Grzywacz e Marks (2000) relativamente à exploração da interface trabalho-família. De acordo com a estrutura factorial encontrada pelos autores, os itens distribuem-se por quatro factores correspondentes a dimensões distintas da experiência de *spillover* e que diferenciam, de modo mais concreto, a direcção do *spillover* (isto é, o sentido da influência de um domínio sobre o outro) e a valência do *spillover* (isto é, a qualidade dos efeitos que as vivências associadas a um domínio produzem sobre as que têm lugar no domínio alternativo). Desta forma, a cada agrupamento de itens, corresponde uma das quatro dimensões de *spillover*. A saber: *spillover* negativo, direcção trabalho-família (4 itens; $\alpha=0,82$); *spillover* positivo, direcção trabalho família (3 itens; $\alpha=0,73$); *spillover* negativo, direcção família-trabalho (4 itens; $\alpha=0,80$); *spillover* positivo, família-trabalho (3 itens; $\alpha=0,70$). Os autores adoptam um sistema de resposta com base na classificação dos itens segundo critérios de frequência (em que 1=Nunca; 2= Raramente; 3= Algumas vezes; 4= A maior parte das vezes; e, 5= Sempre).

Ao conjunto original de itens foram adicionados dois itens que, tendo sido acrescentados na perspectiva de complementar os indicadores de *spillover* positivo⁴⁰², vieram uniformizar a composição das subescalas em termos do número de itens.

³⁹⁹ Os testes de *Kaiser-Meyer-Olkin* ($G1=0,915$; $G2:0,895$) e de *Bartlett* ($G1=4656,825, p=0,000$; $G2=3822,074, p=0,000$) continuaram a apresentar valores favoráveis à prossecução da AFE.

⁴⁰⁰ Consistência interna da medida com item 10 em G1: $\alpha=0,915$; Consistência interna da medida com item 1 em G2: $\alpha=0,896$.

⁴⁰¹ Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de F (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função da geração e do género, consultar Anexo 13 (*cf.* Quadros I7 e I8).

⁴⁰² Com o item que foi acrescentado à subescala de *spillover* positivo trabalho-família – “O facto de trabalhar ajuda-me a apreciar melhor o tempo que passo com o/a meu/minha filho/a” – e cujo conteúdo remete de forma específica para aspectos ligados à disposição emocional pretendeu-se contrabalançar a predominância de referências ao *spillover* de

O teste KMO apresenta valores de 0,792 e de 0,810, respectivamente para a G1 e para a G2. Os valores do teste de *Bartlett* indicam que a matriz de dados, também neste caso, é susceptível de ser explorada através de análise factorial (G1=3394,865, $p=0,000$); G2=2753,102, $p=0,000$).

A primeira análise realizada com conjunto original de 16 itens (sem especificação do número de factores) fez imediatamente emergir uma solução de quatro factores em ambas as gerações, explicando uma variância total de 64,5% na G1 e de 63,4% na G2. Os resultados replicaram desta forma as quatro dimensões presentes na versão do instrumento original.

Inicialmente composto por cinco itens (itens 9, 16, 17, 18 e 19) o Factor 1 explicava 17,6% da variância total na G1 e 17,4% na G2. O conteúdo da maioria dos itens constituintes do Factor 1 remetia de forma clara para a dimensão de *spillover* positivo parentalidade-trabalho. Apenas um dos itens (item 9) se mostrava desfasado desta tendência tendo sido excluído por não satisfazer o critério relativo à interpretabilidade. Apesar de apresentar saturações elevadas neste factor (G1=0,61; G2=0,51), trata-se de um item cuja formulação original parte do pressuposto de *spillover* positivo mas na direcção inversa, isto é, trabalho-parentalidade.

Após a exclusão deste item, o factor manteve os mesmos itens na sua constituição mas passou a aparecer em terceiro lugar (Factor 3) na estrutura factorial final da G1 (explicando 16,7% da variância total) e em segundo lugar (Factor 2) no caso da G2 (com uma variância total explicada de 16,9%). As saturações dos itens que o integram variam entre 0,65 e 0,87 na G1 e entre 0,66 e 0,85 na G2. O coeficiente *alpha* estimado para o conjunto final de quatro itens é de 0,78 na G1 e de 0,79 na G2. Na G1, os valores de consistência interna são superiores na amostra masculina comparativamente à amostra feminina.

Com um total de quatro itens (itens 1, 2, 3 e 4), o Factor 2 replica a sub escala de *spillover* negativo trabalho-parentalidade da versão original do instrumento quer na G1, onde explicava inicialmente 16,1% da variância total, quer na G2, onde contribuía em 16,5% para a explicação dessa variância. Na estrutura factorial final este factor assumiu a primeira posição (Factor 1) passando a explicar 17,2% e 17,5% da variância total na G1 e na G2, respectivamente. Os valores de saturação dos itens são dos mais elevados da escala global com um intervalo de variação entre 0,64 e 0,85 na G1 e entre 0,72 e 0,85 na G2. O bom nível de consistência interna dos itens desta dimensão está bem patenteado nos valores de *alpha* acima de 0,80 obtidos em ambas as gerações (0,81 na G1 e de 0,82 na G2), sendo que quando se analisam os valores separadamente por género se verifica que os homens apresentam níveis de consistência interna nesta dimensão mais reduzidos do que as mulheres.

competências que está implícita no conteúdo dos restantes itens desta dimensão. Com a adição de um novo item à dimensão de *spillover* positivo, direcção parentalidade-trabalho – “O facto de ter filhos motiva-me mais para o meu trabalho” – procurou enfatizar-se a função mais instrumental do trabalho considerando a existência de filhos como um factor motivacional suplementar de investimento no trabalho.

O terceiro factor inicialmente extraído, reúne o conjunto de quatro itens que na escala original define a dimensão *spillover* negativo parentalidade-trabalho (itens 11,12,13, e 14). Trata-se de um factor que, em termos de variância total explicada, contribuía, inicialmente, no caso da G1, com 15,9% e, no caso da G2, com 15%. Na estrutura factorial final da G1 este conjunto de itens ascendeu ao segundo lugar (Factor 2) explicando 16,9% da variância total. As suas saturações variam, nesta geração, entre 0,74 e 0,80. No caso da G2, os quatro itens permanecem, na estrutura factorial final, associados ao terceiro factor embora contribuindo em 16% para a explicação da variância total. Os valores de saturação dos itens variam, na G2, entre 0,72 e 0,78. Os valores de consistência interna situam-se, nesta dimensão, entre 0,77 (G2) e 0,79 (G1).

O último factor (Factor 4) agrupa os três itens que originalmente compõem a subescala de *spillover* positivo trabalho-parentalidade (itens 6, 7 e 8). O item que foi adicionado a posteriori, mostrou um valor de saturação de 0,61 no Factor 1 (item 9) apresentando uma correlação de apenas 0,22 com este factor e foi, como já se referiu, eliminado. Inicialmente, o Factor 4 explicava 14,9% da variância total na G1 e 14,5% na G2, tendo passado a explicar, na estrutura factorial final, 15,8% e 15,4% respectivamente em cada uma das gerações. O valor de saturação dos itens oscila entre 0,84 e 0,89 na G1 onde o coeficiente *alpha* assume um valor de 0,85. Na G2, as correlações dos itens com o factor variam entre 0,80 e 0,89 apresentando entre si uma correlação de 0,84 (valor de *alpha*) (cf. Quadro 21).

A variância total explicada pela estrutura factorial final de quatro factores registou um incremento após a retirada do item 9, situando-se em 67% na G1 e em 66% na G2. As fracas correlações da maioria dos itens que constituem um factor com os restantes factores evidencia a contribuição específica de cada item para a explicação da variância do factor a que pertence (cf. Quadros 17 e 18).

Quadro 17.*Estrutura Factorial do Questionário de Spillover Interpapéis para a Geração 1**

Dimensões/itens	Factores			
<i>Spillover</i> Negativo Trabalho-Parentalidade (n=4)	F1	F2	F3	F4
3. O meu trabalho deixa-me demasiado cansado(a) para dar ao meu filho/a a atenção que ele/a requer.	,847	,159		
1. O meu trabalho diminui a energia que eu poderia dedicar a certas actividades com o meu filho/a.	,809			
2. O stresse que sinto no meu trabalho, torna-me mais irritável com o meu filho/a.	,801	,196		
4. As preocupações e os problemas relacionados com o meu trabalho, acompanham-me mesmo quando estou com o meu filho/a.	,640	,275	-,160	
<i>Spillover</i> Negativo Parentalidade-Trabalho (n=4)	F1	F2	F3	F4
14. O stresse que os assuntos relacionados com o meu filho/a me provocam, torna-me irritável quando estou a trabalhar.	,240	,798		
12. As preocupações e os problemas relacionados com o meu filho/a, distraem-me quando estou no trabalho.		,765		
11. As minhas responsabilidades enquanto pai/mãe, reduzem a energia que eu poderia dedicar ao meu trabalho.	,195	,745		
13. As coisas que, enquanto pai/mãe, tenho de fazer, impedem-me de descansar o tempo necessário para ter um bom desempenho no trabalho.	,191	,743	,154	
<i>Spillover</i> Positivo Parentalidade-Trabalho (n=4)	F1	F2	F3	F4
18. Conviver com o meu filho/a, ajuda-me a relaxar e a preparar-me para um novo dia de trabalho.			,868	
17. O amor e o respeito que o meu filho/a me tem, faz-me ter mais confiança em mim quando trabalho.			,861	
19. O facto de ter filhos motiva-me mais para o meu trabalho.			,663	
16. Estar e falar com o meu filho/a, ajuda-me a lidar melhor com os problemas de trabalho.		,195	,659	,246
<i>Spillover</i> Positivo Trabalho-Parentalidade (n=3)	F1	F2	F3	F4
7. O tipo de coisas que eu faço no meu trabalho, tornam-me um pai/mãe mais interessante para o meu filho/a.			,168	,886
8. As competências que eu desenvolvo no meu trabalho, são úteis à minha relação com o meu filho/a.			,167	,867
6. As coisas que faço no meu trabalho, ajudam-me a lidar melhor com certas questões práticas relacionadas com o meu filho/a.				,840
Variância total explicada (% por factor)	17,2	16,9	16,9	15,8
Variância total explicada (%)	66,6			

Nota: * Mulheres domésticas excluídas da análise. Os valores omissos correspondem a correlações inferiores a 0,15

Quadro 18.*Estrutura Factorial do Questionário de Spillover Interpapéis para a Geração 2*

Dimensões/itens	Factores			
Spillover Negativo Trabalho-Parentalidade (n=4)	F1	F2	F3	F4
3. O meu trabalho deixa-me demasiado cansado(a) para dar ao meu filho/a a atenção que ele/a requer.	,851		,177	
2. O stresse que sinto no meu trabalho, torna-me mais irritável com o meu filho/a.	,834			
1. O meu trabalho diminui a energia que eu poderia dedicar a certas actividades com o meu filho/a.	,756			
4. As preocupações e os problemas relacionados com o meu trabalho, acompanham-me mesmo quando estou com o meu filho/a.	,724			
Spillover Positivo Parentalidade-Trabalho (n=4)	F1	F2	F3	F4
18. Conviver com o meu filho/a, ajuda-me a relaxar e a preparar-me para um novo dia de trabalho.		,852		
17. O amor e o respeito que o meu filho/a me tem, faz-me ter mais confiança em mim quando trabalho.		,826		,157
16. Estar e falar com o meu filho/a, ajuda-me a lidar melhor com os problemas de trabalho.		,752		,192
19. O facto de ter filhos motiva-me mais para o meu trabalho.		,655		,218
Spillover Negativo Parentalidade-Trabalho (n=4)	F1	F2	F3	F4
12. As preocupações e os problemas relacionados com o meu filho/a, distraem-me quando estou no trabalho.			,783	
13. As coisas que, enquanto pai/mãe, tenho de fazer, impedem-me de descansar o tempo necessário para ter um bom desempenho no trabalho.	,154		,772	
11. As minhas responsabilidades enquanto pai/mãe, reduzem a energia que eu poderia dedicar ao meu trabalho.			,751	
14. O stresse que os assuntos relacionados com o meu filho/a me provocam, torna-me irritável quando estou a trabalhar.	,242		,720	
Spillover Positivo Trabalho-Parentalidade (n=3)	F1	F2	F3	F4
8. As competências que eu desenvolvo no meu trabalho, são úteis à minha relação com o meu filho/a.		,151		,886
7. O tipo de coisas que eu faço no meu trabalho, tornam-me um pai/mãe mais interessante para o meu filho/a.		,194		,860
6. As coisas que faço no meu trabalho, ajudam-me a lidar melhor com certas questões práticas relacionadas com o meu filho/a.		,168		,798
Variância total explicada (% por factor)	17,5	16,9	16	15,4
Variância total explicada (%)	65,9			

Nota: Os valores omissos correspondem a correlações inferiores a 0,15

4.1.5. Questionário de Conflito Interpapeis⁴⁰³

Para a medida do conflito trabalho-parentalidade foram usados dois instrumentos inspirados nas versões da “*Work-Family Conflict scale*” (WFC) e “*Family-Work Conflict scale*” (FWC) de Netemeyer, Boles e McMurrian (1996), duas escalas constituídas por cinco itens cada, e validadas pelos autores com recurso a estudos com três amostras distintas⁴⁰⁴. No processo de desenvolvimento destas escalas, os autores partem da organização dos itens numa estrutura bi-dimensional (isto é, da hipótese de dois factores de primeira ordem correlacionados) que, tendo sido submetida a análise factorial confirmatória (LISREL VII) revelou, em todas as amostras, um bom ajustamento (GFI: 0,90 a 0,93; AGFI: 0,84 a 0,88). Os autores descrevem igualmente, valores de consistência interna bastante satisfatórios para ambas as escalas (WFC: entre 0,88 e 0,89; FWC: entre 0,82 e 0,87) bem como variâncias médias acima de 0,50. Também os testes de validade discriminante, realizados a partir da obtenção das correlações estandardizadas entre o WFC e o FWC (situados entre 0,33 e 0,48) e da comparação do modelo de dois factores com o modelo unifactorial (melhor ajustamento do primeiro comparativamente ao segundo), apoiam o pressuposto da diferenciação dos dois constructos. A validade das escalas foi testada através da estimativa de correlações com variáveis relevantes associadas ao contexto profissional ou exteriores a ele (satisfação profissional, satisfação com a vida, satisfação com as relações, número de horas de trabalho, intenção de deixar a organização, auto-eficácia, etc.) e da comparação da diferença de médias entre o WFC e o FWC (superiores no caso do WFC) tendo os autores encontrado apoio para as predições avançadas com base na revisão da literatura.

No presente estudo, partiu-se da versão utilizada por Boles, Howard e Donofrio (2001), que difere ligeiramente da versão original, no que se refere à redacção de alguns dos itens. Tendo em vista um melhor ajustamento das escalas aos objectivos de investigação, foram introduzidas em ambas algumas modificações no sentido do apuramento do conteúdo dos respectivos itens. No caso da medida do Conflito Trabalho-Parentalidade (CTP), apenas dois dos itens foram adoptados na sua formulação original tendo sido acrescentados dois novos itens (itens 23 e 24) com os quais se pretendeu focalizar a atenção dos respondentes em aspectos mais particulares da sua experiência no que se refere às dificuldades de compatibilização das exigências do papel profissional com as do papel parental. A escala do Conflito Parentalidade-Trabalho (CPT) reteve quatro dos cinco itens da escala original FWC⁴⁰⁵.

⁴⁰³ Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de F (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função da geração e do género, consultar Anexo 13 (cf. Quadros I9 e I10).

⁴⁰⁴ Estudo 1: amostra constituída por 182 professores do ensino secundário e gestores (128 mulheres) com idade média de 43,2 anos 93 dos quais com filhos dependentes. Estudo 2: 162 empresários (96 homens) com idade média de 45 anos, 130 dos quais casados e 65 com filhos dependentes. Estudo 3: 186 participantes exercendo profissionalmente a actividade de vendedores - “*real estate salespeople*” - (142 mulheres) com idade média de 48 anos, dos quais 148 casados e 60 com filhos dependentes.

⁴⁰⁵ Indica-se de seguida os itens da escala usada por Boles, Howard e Donofrio (2001) que não foram integrados na nova medida usada. WFC: “*The demands of my work interfere with my home and family life*”; “*Things I want to do at home do not get done because of my job*”; “*There is a conflict between my job and the commitments and*

Tanto a estatística KMO como o teste de *Bartlett* indicam que as matrizes de dados são passíveis de ser submetidas à análise factorial em ambas as gerações e para ambas as escalas. O teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* apresenta um valor superior a 0,700 em ambas as gerações à excepção do valor KMO encontrado na G2 relativamente à escala de Conflito Parentalidade-Trabalho que é um pouco mais reduzido (CTP: 0,781 na G1 e 0,792 na G2; CPT: 0,708 na G1 e 0,630 na G2). O teste de esfericidade de *Bartlett*, regista um valor de 623,622 ($p=0,000$) na G1 e 536,155 ($p=0,000$) na G2 quando se trata da escala CTP e de 354,584 ($p=0,000$) e 387,186 ($p=0,000$) na análise relativa à medida de CPT na G1 e na G2, respectivamente.

Quadro 19.

Estrutura Factorial do Questionário de Conflito Interpapéis para a Geração 1 e para a Geração 2

Escalas/itens	Geração	
	G1*	G2
Conflito Trabalho-Parentalidade (n=4)		
24. O trabalho faz-me perder alguns dos melhores momentos do crescimento do meu filho/a.	,833	,796
22. Por causa do trabalho, por vezes tenho de faltar a actividades importantes relacionadas com o meu filho/a.	,808	,796
21. Por causa do trabalho, não posso envolver-me como gostaria na relação com o meu filho/a.	,787	,782
23. O meu filho/a queixa-se do tempo que eu passo a trabalhar.	,703	,770
Variância total explicada (%)	61,6	61,8
Conflito Parentalidade-Trabalho (n=4)		
27. Resolver aspectos ligados ao meu filho/a, por vezes impede-me de dar resposta a certas exigências profissionais	,797	,833
26. Por vezes tenho de faltar ao trabalho para cumprir com as minhas responsabilidades de pai/mãe.	,725	,658
29. As minhas responsabilidades de pai/mãe, interferem com a minha capacidade para alcançar os meus objectivos no trabalho.	,687	,715
28. Os meus colegas de trabalho reclamam por eu estar sempre preocupado(a) com o meu filho/a.	,667	,661
Variância total explicada (%)	51,9	51,9

Nota: * Mulheres domésticas excluídas da análise.

responsibilities I have to my family or spouse/partner". FWC: "Things I want to do at work don't get done because of the demands of my family or spouse/partner".

Foi testada quer a solução de dois factores (com os 8 itens introduzidos conjuntamente) quer a solução unifactorial (cada escala testada isoladamente). Apesar de ambas se mostrarem ajustadas, considerou-se a estrutura de factor único como sendo a mais adequada na organização factorial dos itens⁴⁰⁶, tendo a análise apontado para uma contribuição de cerca de 62% na explicação da variância total em ambas as gerações quando se trata da escala de CTP (G1=61,6%; G2=61,8%) e de perto de 52% no caso da escala de CPT (*cf.* Quadro 19).

Os valores do coeficiente *alpha* em cada uma das gerações apontam para níveis de consistência interna um pouco mais satisfatórios na escala CTP (G1 e G2= 0,79) do que na escala CPT (G1 e G2=0,68). Esta última é, de entre todas as medidas analisadas, a que regista o valor de *alpha* mais reduzido, evidenciando uma menor consistência interna que os restantes. Esta situação agrava-se quando se considera os valores do *alpha* em função do género de pertença, designadamente na amostra feminina da G1 (*alpha*=0,63) e na amostra masculina da G2 (*alpha*=0,65). Esta mesma análise permite verificar, relativamente à escala CTP, que o valor de consistência interna é superior no grupo das mulheres, comparativamente ao obtido junto dos participantes homens (*cf.* Quadro 21).

4.1.6. Questionário de Sobrecarga⁴⁰⁷

O instrumento usado para avaliar a experiência dos participantes quanto ao grau de tensão resultante da acumulação dos papéis parental e de trabalhador ou produzida internamente em cada papel, foi construído tendo por base a selecção de itens realizada por Marks e McDermid (1996) a partir da escala de *sobrecarga* de Reilly (1982)⁴⁰⁸ tendo essa opção sido apoiada pelos bons indicadores de consistência interna descritos pelos primeiros autores para a sua versão da escala e obtidos junto de duas amostras: uma amostra de mulheres com filhos de idade inferior a 18 anos exercendo uma actividade profissional e uma amostra obtida em contexto universitário constituída por sujeitos de ambos os géneros, a maioria dos quais paralelamente à actividade estudantil, trabalhavam (56%), estavam envolvidos em relações românticas (59%) e tinham uma vida social activa (68%) (*alpha*=0,89 em ambas as amostras). Em ambas as amostras os autores encontram correlações significativas entre a sobrecarga e o "role-balance"⁴⁰⁹ ($r=0,34$, $p<0,01$; $r=0,36$, $p<0,001$).

⁴⁰⁶ Na estrutura de dois factores, a percentagem de variância explicada por cada factor revelou-se inferior à da estrutura unifactorial em ambas as gerações (G1: Factor 1, CTP: 31,2%; Factor 2, CPT: 26,7%; variância total: 56,9%; G2: Factor 1, CTP: 31%; Factor 2, CPT: 26,1%; variância total: 57,1%). As saturações dos itens pertencentes ao factor 1 (CTP) variam entre 0,64 e 0,82 na G1 e entre 0,76 e 0,79 na G2, e as dos itens pertencentes ao factor 2 (CPT) oscilam entre 0,62 e 0,80 na G1 e entre 0,65 e 0,84 na G2. Os valores reduzidos da correlação dos itens de cada factor com o factor alternativo, ao mostrarem que os itens que fazem parte de cada factor contribuem predominantemente para a sua variância, reforçaram a adopção da solução unifactorial.

⁴⁰⁷ Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de F (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função da geração e do género, consultar Anexo 13 (*cf.* Quadros I11 e I12).

⁴⁰⁸ Os autores usaram os oito itens com saturações mais elevadas da medida de Reilly (1982).

⁴⁰⁹ Constructo definido pelos autores como uma predisposição cognitiva e afectiva que permite aos indivíduos orientarem-se para a multiplicidade de papéis que desempenham em simultâneo, de modo a equilibrarem a satisfação, a atenção, a importância, o esforço que lhes estão associados. Na primeira amostra o "role-balance" foi operacionalizado sob a forma de um item singular: "Nowadays, I seem to enjoy every part of my life equally well" e na

Quadro 20.*Estrutura Factorial do Questionário de Sobrecarga para ambas as Gerações*

Itens (n=10)	Factor	G1*	G2
32. A minha vida profissional é tão intensa que me sinto sempre afundado(a) em trabalho.		,735	,724
15. Parece que tenho de me desdobrar para acabar todas as coisas que tenho de fazer.		,716	,731
20. Sinto que tenho demasiado que fazer e que não tenho energia suficiente para tudo.		,734	,685
31. Aflige-me não dispor de mais tempo para o meu filho/a.		,702	,659
5. Preciso que o dia tenha mais horas para conseguir fazer tudo o que é esperado que eu faça.		,633	,653
10. Parece que nunca tenho tempo nenhum para mim próprio(a).		,635	,615
34. Tentar ser um bom/boa pai/mãe é algo que, por vezes, me esgota.		,670	,543
30. É difícil lidar com todas as exigências que eu sinto no meu trabalho.		,622	,610
33. Sinto-me sobrecarregado(a) com a quantidade de exigências que o meu filho/a coloca à minha vida.		,594	,524
25. Invejo as pessoas que têm menos compromissos do que eu.		,518	,602
Variância total explicada (%)		43,4	40,7

Nota: * Mulheres domésticas excluídas da análise. Os itens aparecem enumerados por ordem decrescente dos valores de saturação, tendo como referência os que foram obtidos na G1. A **negrito** encontram-se assinalados os valores de correlação item/factor relativos ao limiar mínimo e máximo alcançados pelas saturações em cada um dos grupos geracionais.

No entanto, no contexto da presente investigação, apenas foram usados cinco dos itens propostos pelos autores, tendo a escolha recaído sobre aqueles que se considerou remeterem, de forma simultaneamente mais parcimoniosa (dada a sua formulação breve) e eloquente (prestando-se mais facilmente à conversão em expressões da língua portuguesa), para manifestações psicológicas de *sobrecarga*⁴¹⁰. Ao conjunto de cinco itens foram adicionados seis novos itens, quatro dos quais foram redigidos, tendo, como referência, a escala de tensão de papel ("role-strain") de Greenberger (1989, *cit. in* Greenberger, 1989)⁴¹¹, tendo sido incluídos mais dois itens na intenção de reforçar a representatividade na escala de dimensões

segunda amostra a partir do desenvolvimento de uma escala de oito itens com valor *alpha* de 0,68 (*e.g.*, "I try to put a lot of myself into everything I do").

⁴¹⁰ Não foram, por isso, usados os seguintes itens da escala de Marks e McDermid (1996): "There are too many demands on my time"; "I can't ever seem to get caught up"; "I feel I have to do things hastily and may be less carefully in order to be able to finish everything done".

⁴¹¹ A escala de tensão de papel de Greenberg (1989) é composta por 32 itens que avaliam simultaneamente a tensão ou sobrecarga intra-papel e o conflito ou *spillover* negativo interpapéis. Apesar de se ter optado pela utilização de medidas que operacionalizassem de modo mais específico os mecanismos de *spillover* e a experiência de conflito, alguns dos itens da escala de tensão de papel de Greenberg (1989) mostraram-se especialmente interessantes e foram tidos em conta na criação dos novos itens. Foi o caso do item "I envy people who have fewer commitments than I do" (que foi incluído na presente medida com a redacção: "Invejo as pessoas que têm menos afazeres do que eu"); dos itens "When I look back in years to come, I think I will regret not having spent more time with my child" e "I don't have the time to do as much as I would like to do with my child" que, por estarem especificamente focados no papel parental, deram origem a um dos novos itens ("Aflige-me não dispor de mais tempo para o meu filho") e do item "Too much is expected of me with respect to the care of our child", que foi reformulado dando lugar ao item "Sinto-me sobrecarregada com a quantidade de exigências que o meu filho coloca à minha vida". Também um dos itens relativo à tensão associada ao desempenho do papel de trabalho ("Responsibilities at work are putting me under strain") serviu de pista para a inclusão de um outro item ("É difícil lidar com todas as exigências que eu sinto no meu trabalho").

psicológicas especificamente associadas a cada um dos papéis enquanto fonte de exigências particulares (itens 32 e 34). Quer na proposta de Marks e McDermid (1996) quer na de Greenberger (1989) os itens são classificados pelos sujeitos em função de critérios de discordância/concordância usando escalas de resposta de cinco e quatro pontos, respectivamente.

A adequação dos dados à AFE dos itens que compõem este instrumento, foi uma vez mais confirmada pelos valores dos testes de KMO e de *Bartlett*. Na G1 e na G2, a estatística de KMO regista um valor de 0,889 e de 0,867, respectivamente. O teste de esfericidade de *Bartlett* apresenta na G1 um valor de 1722,401 ($p=0,000$) e na G2 um valor de 1355,594 ($p=0,000$).

Os resultados da AFE realizada para testagem da solução de factor único mostram que estrutura unifactorial explica 43,3% da variância total na G1 e 40,7% na G2 (*cf.* Quadro 20). A matriz de correlações evidencia valores de saturação acima de 0,40 para a generalidade dos dez itens que integram o factor. Os valores de saturação mínimos e máximos são de, respectivamente, em 0,52 e 0,73 em ambas as gerações. Os indicadores de consistência interna reforçam a conservação do conjunto total de 10 itens, tendo-se obtido um valor de *alpha* de 0,85 na G1 e 0,84 na G2. Os resultados da estimativa dos valores do *alpha* em função do género permitem verificar, no caso concreto da G1, a existência de um nível de consistência interna superior na amostra feminina (*cf.* Quadro 21).

Quadro 21.

Alphas de Cronbach obtidos nas várias medidas usadas em função da Geração e do Género

		Geração 1			Geração 2			N.º itens
		H	M	Total	H	M	Total	
Investimento	IT*	0,81	0,80	0,81	0,77	0,84	0,81	13
	IP	0,73	0,70	0,74	0,70	0,77	0,76	8
Percepção de Apoio Conjugal	PAC*	0,88	0,93	0,92	0,90	0,90	0,90	13
Spillover Interpapéis	SPPT*	0,81	0,74	0,78	0,79	0,80	0,79	4
	SNTP*	0,83	0,79	0,81	0,83	0,80	0,82	4
	SNPT*	0,77	0,78	0,79	0,77	0,76	0,77	4
	SPTP*	0,86	0,83	0,85	0,82	0,86	0,84	3
Conflito Interpapéis	CTP*	0,77	0,81	0,79	0,77	0,81	0,79	4
	CPT*	0,68	0,63	0,68	0,65	0,68	0,68	4
Sobrecarga	SBCG*	0,83	0,87	0,85	0,84	0,83	0,84	10

Nota: * Mulheres domésticas (G1) excluídas da análise. Todos os valores apresentados são altamente significativos ($p=0,000$). **IT:** Investimento no Trabalho; **IP:** Investimento na Parentalidade; **PAC:** Percepção de Apoio Conjugal (medida Global); **SPPT:** *Spillover* Positivo Parentalidade-Trabalho; **SNTP:** *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade; **SNPT:** *Spillover* Negativo Parentalidade-Trabalho; **SPTP:** *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade; **CTP:** Conflito Trabalho-Parentalidade; **CPT:** Conflito Parentalidade-Trabalho; **SBCG:** Sobrecarga.

4.1.7. Questionário de Satisfação

A satisfação global dos participantes com quatro domínios de vida (Trabalho, Parentalidade, Conjugalidade e Outras Actividades) foi avaliada com recurso a quatro itens únicos. Os participantes foram solicitados a indicar, numa escala tipo *lickert* de 6 pontos, o grau no qual se sentiam satisfeitos com cada um desses domínios. Para facilitar o entendimento do tipo de aspectos que deveriam ter conta relativamente a cada domínio, foram explicitados alguns dos conteúdos por eles abrangidos (*cf.* Quadro 22).

Quadro 22.

Enumeração das dimensões a considerar pelos participantes na avaliação da Satisfação pessoal com os domínios de vida

Satisfação com o Trabalho (ST)	Incluindo actividades profissionais desenvolvidas no local de trabalho ou realizadas em casa depois do horário de expediente e aos fins-de-semana, viagens de trabalho, deslocações para o local de trabalho e de regresso a casa, etc.
Satisfação com a Parentalidade (SP)	Incluindo actividades em que os filhos estejam presentes ou sejam o assunto/motivo principal: actividades de apoio às tarefas escolares, de convívio, de acompanhamento a certos locais/eventos, de participação em reuniões na escola ou na paróquia, conversas com amigos ou conhecidos sobre eles, etc.
Satisfação com a Conjugalidade (SC)	Incluindo todos os momentos de diálogo, de relacionamento íntimo, de realização conjunta das tarefas domésticas, de lazer... e todas as outras coisas vividas na relação com o companheiro/a
Satisfação com as Outras Actividades (SO)	Incluindo actividades religiosas, de lazer, voluntariado, políticas, desportivas, culturais, cívicas, de formação, etc.

4.1.8. Questionário de Ligação Afectiva Pais-Filhos⁴¹²

O “*Parental Bonding Instrument*” (Parker, Tupling & Brown, 1979) foi o instrumento usado como medida da qualidade da relação afectiva pais-filhos. Trata-se de um questionário de auto-relato que avalia retrospectivamente as percepções dos filhos (que podem ser adultos) quanto às características do relacionamento com os pais. Os respondentes são solicitados a responder a um conjunto de 25 itens de acordo com as suas memórias relativamente à qualidade das experiências vividas ao longo dos 16 primeiros anos de vida na relação com cada uma das figuras parentais. A existência de duas versões paralelas da medida (uma para cada figura parental) permite que os sujeitos diferenciem as suas respostas em relação ao pai e à mãe. Através de uma escala de resposta de tipo *likert* de 4 pontos, os respondentes são instruídos a avaliarem em que medida o conteúdo de cada um dos itens se revela em consonância (1=“*Very like*”; 4=“*Very unlike*”) com as atitudes e comportamentos dos pais em relação a si tal como delas se recorda. Os itens encontram-se organizados em duas subescalas

⁴¹² Poderá ser encontrada em anexo informação descritiva das médias e desvios-padrão relativos aos itens que foram conservados em relação a este instrumento bem como indicação do grau de significância da diferença de médias em função do Género. (*cf.* Anexo 14, Quadros J1 e J2).

que correspondem a duas dimensões consideradas fundamentais no desenvolvimento da ligação pais-filhos: o Carinho ("*Care*"), dimensão relativa aos níveis nos quais os pais manifestam carinho, afecto, compreensão e empatia (com o extremo oposto a corresponder a comportamentos de indiferença ou rejeição) e a dimensão Superprotecção ("*Overprotection*") que contrasta os níveis de controle, infantilização e de intrusão parental *versus* os níveis de encorajamento da autonomia e da independência. As subescalas tanto podem ser usadas separadamente como integradas numa medida única da ligação pais-filhos. Podem ainda ser combinadas de modo a produzir quatro estilos parentais, a saber: Controlo com Afecto (carinho e protecção elevados); Ligação óptima (carinho elevado e baixa protecção); Ligação fraca ou ausente (carinho e protecção reduzidos); Controlo sem afecto (carinho reduzido e protecção elevada). Os autores recorreram ao método "*split-half*" para a estimativa dos valores de consistência interna que se verificou serem de 0,88 para a primeira dimensão e de 0,74 para a segunda. O questionário foi também submetido pelos autores ao procedimento de teste-reteste (três semanas de intervalo) numa amostra de 117 participantes tendo-se confirmado a sua fidelidade (registaram-se valores de 0,76 e 0,63 para cada uma das dimensões, respectivamente).

Este instrumento encontrava-se disponível na versão em língua portuguesa tendo sido já testadas as suas propriedades psicométricas junto de duas amostras nacionais: uma amostra de 529 adultos (com idade média de 30,93 anos) (Baptista & Lory, 1997) e uma amostra de 410 adolescentes (com idade média de 15,04) (Baptista, Negrão, Lory & Carvalho, 1997). No primeiro estudo, a estrutura originalmente descrita mostrou replicar tendo apenas sido excluídos da solução factorial 9 itens que apresentaram valores de saturação inferiores a 0,40 com os factores a que teoricamente deveriam pertencer (itens 2, 3, 7, 14, 15, 16, 21, 22 e 25). O factor "carinho" (9 itens; α -Pai= 0,83 e α -Mãe=0,81) explicou 27% da variância do modelo para ambas as figuras parentais e o segundo factor (7 itens; α -Pai= 0,80 e α -Mãe=0,81) mostrou contribuir para 19% (pai) e 18% (mãe) da variância do modelo. Os valores das correlações teste-reteste apresentaram uma variação entre 0,80 e 0,95. No segundo estudo, as análises efectuadas demonstraram que o instrumento apresentava uma estrutura diferente da escala original embora seja importante referir que o objectivo era a adaptação do instrumento para a avaliação prospectiva da relação com os pais o que levou a que os adolescentes tivessem respondido considerando as condições actuais dessa relação. Com efeito, a solução de três factores (carinho, autonomia e protecção) revelou-se mais ajustada e igualmente interpretável do ponto de vista teórico tendo sido excluídos, no processo de análise exploratória e pela mesma razão referida para o primeiro estudo, dois itens originalmente integrados na subescala de superprotecção (item 8 e item 25). O factor "carinho" (12 itens; α -pai=0,93; α -Mãe=0,91) explicou entre 33% (mãe) a 36% (pais) da variância do modelo, o factor "autonomia" (5 itens; α -Pai=0,83; α -Mãe=0,74) 14% (pai) e 13% (mãe) e o factor "protecção" (6 itens; α -Pai=0,77; α -Mãe=0,76) explicou uma variância de 6% e 7% respectivamente para o pai e para a mãe. Os coeficientes de teste-reteste

(a quatro semanas) variaram entre 0,74 e 0,82 e as correlações das dimensões do questionário com escalas semelhantes (nomeadamente, o Questionário de Memórias das Experiências Educativas -forma adolescente de Gerlsma, Arrindell, van der Veen & Emmelkamp, 1991) revelaram-se positivas e estatisticamente significativas atestando a estabilidade e a validade de constructo do instrumento.

4.1.8.1. Estudo Preliminar

Atendendo ao histórico do instrumento no que diz respeito à sua adaptação à população portuguesa (nomeadamente, tendo em conta a discrepância verificada em termos da composição da sua estrutura que não se mostrou invariante nas duas amostras estudadas), e uma vez que a modificação pretendida da escala de resposta se mostrava neste instrumento mais sensível do que noutros casos (tratava-se de substituir o sistema de classificação dos itens em função de critérios de semelhança ou familiaridade por uma escala de concordância com mais alternativas de resposta que no primeiro caso), em complemento dos trabalhos anteriores de validação do instrumento, optou-se por efectuar um estudo prévio das suas propriedades psicométricas junto de uma amostra de 515 sujeitos com idade média de 22,5 anos⁴¹³ (cf. Anexo 6, Quadro C). Foi usado o conjunto original de 25 itens, preservando-se globalmente a redacção resultante da tradução de Baptista e Lory (1997) que apenas foi pontualmente revista⁴¹⁴. A instrução dada aos sujeitos foi também alterada no que diz respeito ao intervalo temporal de evocação: em vez do limiar máximo dos 16 anos, o critério etário a considerar pelos respondentes foi fixado em 18 anos (um marco etário avaliado como mais ajustado tendo em conta as normas sociais relativas à maioridade).

A análise factorial dos 25 itens (realizada segundo o método de componentes principais com rotação *varimax*) foi realizada separadamente para o pai⁴¹⁵ e para a mãe⁴¹⁶ tendo sido observado um considerável acordo entre a estrutura obtida para cada uma das figuras parentais, resultado que veio confirmar o facto das duas dimensões avaliadas pelo instrumento serem independentes do género da figura parental. Tanto a solução de dois como a de três factores se mostraram ajustadas, quer na versão-Pai quer na versão-Mãe, com a última a

⁴¹³ Procurou-se obter a participação de indivíduos que, em termos etários, pudessem situar-se no intervalo dos valores médios de idade das amostras anteriores de modo a verificar o comportamento do instrumento em termos da sua organização factorial numa amostra considerada intermédia em termos das tarefas de desenvolvimento.

⁴¹⁴ As alterações na tradução aparecem sublinhadas: Item 6: "*Was affectionate to me*" (Parker, Tupling & Brown, 1979); "Era muito afectuoso para mim" (Baptista & Lory, 1997); "Era muito afectuoso comigo". Item 12: "*Frequently smiled at me*" (Parker, Tupling & Brown, 1979); "Sorria-se para mim com frequência" (Baptista & Lory, 1997); "Sorria para mim com frequência". Item 13: "*Tended to baby me*" (Parker, Tupling & Brown, 1979); "Costumava tratar-me como a um bebé" (Baptista & Lory, 1997); "Costumava tratar-me como se eu fosse um bebé". Item 17: "*Could make me feel better when I was upset*" (Parker, Tupling & Brown, 1979); "Conseguia fazer-me sentir melhor quando estava perturbado" (Baptista & Lory, 1997); "Conseguia fazer-me sentir melhor quando eu estava 'em baixo'". Item 18: "*Did not talk with me very much*" (Parker, Tupling & Brown, 1979); "Não conversava muito comigo" (Baptista & Lory, 1997); "Não falava muito comigo". Item 20: "*Felt I could not look after myself unless she /he was around*" (Parker, Tupling & Brown, 1979); "Pensava que eu não era capaz de tomar conta de mim próprio se ele/ela não estivesse ao pé" (Baptista & Lory, 1997); "Sentia que eu não conseguia tomar conta de mim se ele/ela não estivesse por perto".

⁴¹⁵ KMO=0,915; Teste de esfericidade de Bartlett: $\chi^2(253) = 5251,973, p=0,000$.

⁴¹⁶ KMO=0,901; Teste de esfericidade de Bartlett: $\chi^2(253) = 4504,182, p=0,000$.

mostrar-se interpretável de acordo com a estrutura tri-dimensional (carinho, autonomia e protecção) encontrada por Baptista, Negrão, Lory e Carvalho (1997). Contudo, optou-se pela solução bi-dimensional, que para além de se revelar mais próxima do modelo de Parker *et al.* (1979) e ser, por isso, mais coerente do ponto de vista teórico, também se apresentou como a mais robusta em termos psicométricos, explicando (a solução final) uma variância total de 46,4% na versão- Pai e 42,5% na versão- Mãe (*cf.* Anexo 7, Quadro D1).

O conteúdo dos 12 itens do primeiro factor extraído (versão-Pai: $\alpha=0,91$; versão-Mãe: $\alpha=0,85$), puseram em evidência a dimensão Carinho descrita por Parker *et al.* (1979), apresentando saturações no factor compreendidas entre 0,83 e -0,53 na versão-Pai e 0,82 e -0,41 na versão-Mãe e explicando cerca de 30% da variância total do modelo (versão-Pai: 32,2%; versão-Mãe: 29,7%). O segundo factor, contribuindo entre 12,8% (versão-Mãe) e 14,2% (versão-Pai) para a explicação da variância dos resultados, agrupou 11 itens (versão-Pai: $\alpha=0,83$; versão-Mãe: $\alpha=0,84$) cujos valores de saturação variaram entre 0,69 e -0,46 e 0,72 e 0,42 respectivamente na versão-Pai e na versão-Mãe, tendo sido possível identificá-lo como o factor Superprotecção. Os valores médios das respostas dos participantes em cada uma das subescalas apresentaram-se significativamente correlacionados (Pai: $r = -0,35$, $p < 0,01$; Mãe: $r = -0,39$, $p < 0,01$), sugerindo que, na amostra estudada, as duas dimensões não são independentes⁴¹⁷.

Os resultados desta análise tiveram implicações na composição do instrumento e, por conseguinte, na versão que foi usada no estudo principal. Dela não constam dois itens que foram excluídos da solução factorial final obtida neste estudo preliminar, por se terem revelado problemáticos quer em termos dos valores de saturação registados nas estruturas factoriais de ambas as figuras parentais (inferiores a 0,40) quer por apresentarem limitações no que se refere à discriminação de factor (itens 3 e 25⁴¹⁸).

Neste estudo preliminar, foram ainda estimadas as correlações entre as duas dimensões do instrumento e a identificação dos participantes com o pai e com a mãe tanto na dedicação

⁴¹⁷ A este respeito vale mesmo a pena atentar na matriz de saturações obtidas (*cf.* Anexo 7, Quadro D1), na qual pode observar-se que não obstante o critério de discriminação de factor estabelecido ($>0,10$) não ter sido ultrapassado, os itens 7 ("Gostava que eu tomasse as minhas próprias decisões"), 14 ("Parecia não compreender o que eu precisava ou queria") e 15 ("Deixava-me decidir as coisas por mim mesmo/a") apresentam valores de saturação acima de 0,30 em factores a que originalmente não estariam tão ligados (item 7 no factor 1, só na versão mãe; item 14 no factor 2, na versão- Pai e mãe; item 15 no factor 1, na versão- Pai e Mãe). Tendo os respondentes sido instruídos a focarem-se numa fase do seu desenvolvimento caracterizada por tentativas de conquista e afirmação de autonomia, poderá talvez compreender-se a elevada saturação do item 7 e do item 15 (itens pertencentes à dimensão "superprotecção") no factor "carinho" como um indicador de que os jovens encaram o respeito pela sua individualidade como uma manifestação da compreensão e empatia das figuras parentais face às suas necessidades. O que se passa com o item 14 (item integrado na dimensão "carinho" mas com saturações de 0,35 e 0,41 no factor "Superprotecção", para o pai e para a mãe, respectivamente) parece apoiar, ainda que inversamente, esta hipótese. Com efeito, parece, uma vez mais, que o que está em causa é a falta de empatia dos pais relativamente ao desejo de independência dos filhos.

⁴¹⁸ O item 3 saturou, no caso da estrutura factorial paterna e materna, no factor "carinho" (pai=0,393; mãe=0,357) e no factor "Superprotecção" (pai=0,399; mãe=-0,335) quando na escala original fazia parte o conjunto de itens do factor "Superprotecção". O fraco poder de discriminação de factor do item 25 foi observado na versão- Mãe onde registou valores de saturação idênticos em ambos os factores (factor "carinho"=0,301; factor "Superprotecção" = -0,293). Refira-se que ambos os itens tinham já sido excluídos da solução factorial por Baptista e Lory (1997) e, no caso do item 25, também por Baptista, Negrão, Lory e Carvalho (1997). A exclusão do item 12 da solução relativa à mãe, parecia, igualmente, justificar-se tendo em conta que nesse caso o valor α registaria um incremento (passando de 0,85 para 0,87). Contudo, o valor de saturação desse item na versão relativa à figura paterna (solução na qual o item aparece como o mais saturado) levou a que se optasse pela sua conservação.

aos filhos como na dedicação ao trabalho⁴¹⁹ bem como com uma medida da percepção dos prejuízos para a relação pais-filhos do investimento dos pais no trabalho⁴²⁰. Verificou-se que as memórias de carinho se encontravam positivamente correlacionadas com o grau de identificação com os pais na dedicação aos filhos (versão-Pai: $r = 0,695$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = 0,537$, $p = 0,000$) tendo sido obtidas correlações negativas entre esta última variável e a dimensão superprotecção (versão-Pai: $r = -0,245$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,237$, $p = 0,000$). A mesma tendência foi observada no caso da associação entre as duas dimensões e a identificação com a figura parental na dedicação ao trabalho (Carinho: versão-Pai: $r = 0,357$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = 0,290$, $p = 0,000$), apesar de no caso das memórias de superprotecção, essa correlação se mostrar significativa apenas no que se refere à identificação das raparigas (e não dos rapazes) tanto com o pai ($r = -0,149$, $p = 0,009$) como com a mãe ($r = -0,112$, $p = 0,05$).

Quanto à percepção de prejuízos para a relação pais-filhos resultantes do investimento parental no trabalho, registaram-se correlações negativas significativas entre esta variável e as memórias de carinho e correlações positivas com a dimensão superprotecção, quer para o pai (Carinho: $r = -0,513$, $p = 0,000$; Superprotecção: $r = 0,119$, $p = 0,007$) quer para a mãe (Carinho: $r = -0,468$, $p = 0,000$; Superprotecção: $r = 0,150$, $p = 0,001$), embora no caso das memórias de superprotecção paterna apenas se tivessem registado correlações significativas na amostra feminina ($r = 0,149$, $p = 0,008$).

4.1.8.2. Estudo Principal

O teste de KMO apresenta um valor de 0,899 para os dados do pai e de 0,891 para os dados relativos à figura materna confirmando o bom ajustamento das matrizes à AFE. Para o pai, o valor do teste de esfericidade de *Bartlett* é de 5051,614 ($p = 0,000$). O valor para os dados da mãe é aproximadamente da mesma grandeza (4470,088, $p = 0,000$) reforçando a legitimidade dos procedimentos de análise factorial.

Para ambos os progenitores obteve-se, após rotação *varimax*, uma primeira solução de dois factores que explicava, no caso da figura paterna, 45,2% da variância total e, no caso da figura materna, 42,7% da variância. Uma análise do conteúdo dos itens distribuídos por cada um dos factores, comprovou a semelhança entre a estrutura factorial obtida e as duas dimensões da escala original. O Factor 1 incluía, quer para o pai quer para a mãe, 13 itens que traduziam especificamente a dimensão Carinho e o Factor 2, 10 itens que correspondiam à dimensão Superprotecção.

⁴¹⁹ A identificação com as figuras parentais foi avaliada através de duas questões-fechadas: "Tendo em conta o modo como recorda a dedicação do seu pai e da sua mãe ao trabalho e aos filhos, procure indicar em que medida gostaria de se parecer com cada um deles nessas duas áreas". Os participantes deveriam assinalar uma de seis alternativas de resposta (1= "Nada parecido"; 6= "O mais parecido possível").

⁴²⁰ A percepção dos prejuízos para a relação pais-filhos decorrentes do investimento dos pais no trabalho, foi medida através da resposta a um item formulado separadamente para o pai e para a mãe – "A dedicação do meu pai/mãe ao trabalho prejudicou a sua relação comigo"- que os participantes foram instruídos a classificar a partir de uma escala de resposta com 6 pontos (1= "Discordo totalmente"; 6= "Concordo Totalmente").

Quadro 23.*Estrutura Factorial do Questionário de Ligação Afectiva (versão-Pai)*

Dimensões/itens	Factores	
	F1	F2
Carinho-Pai (n= 12)		
5. Era muito afectuoso comigo.	,846	
10. Gostava de conversar comigo.	,830	
11. Sorria para mim com frequência.	,820	
4. Parecia compreender os meus problemas e preocupações.	,787	
16. Consegua fazer-me sentir melhor quando eu estava "em baixo".	,754	
1. Falava comigo com voz calma e amiga.	,745	
17. Não falava muito comigo.	-,614	,237
3. Parecia emocionalmente frio em relação a mim.	-,597	,238
13. Parecia não compreender o que eu precisava ou queria.	-,515	,404
23. Não me elogiava.	-,463	,242
2. Não me ajudava tanto quanto eu precisava.	-,452	,290
15. Fazia-me sentir que eu não era desejado(a).	-,418	,308
Superprotecção-Pai (n=10)	F1	F2
8. Tentava controlar tudo o que eu fazia.		,755
19. Sentia que eu não conseguia tomar conta de mim se ele não estivesse por perto.		,733
9. Invadia a minha privacidade.	-,205	,709
22. Protegia-me excessivamente.	,229	,656
18. Tentava fazer-me dependente dele.	-,140	,650
7. Não queria que eu me tornasse adulto(a).	-,146	,618
12. Costumava tratar-me como se eu fosse um bebé.		,611
14. Deixava-me decidir as coisas por mim mesmo(a).	,340	-,409
20. Dava-me toda a liberdade que eu queria.	,268	-,394
21. Deixava-me sair as vezes que eu queria.	,268	-,377
Variância total explicada (% por factor)	26,4	19,2
Variância total explicada (%)		45,6

Nota: Os valores omissos correspondem a correlações inferiores a 0,15

Quadro 24.*Estrutura Factorial do Questionário de Ligação Afectiva (versão-Mãe)*

Dimensões/itens	Factores	
	F1	F2
Carinho-Mãe (n= 12)		
5. Era muito afectuosa comigo.	,807	
11. Sorria para mim com frequência.	,785	
10. Gostava de conversar comigo.	,773	
1. Falava comigo com voz calma e amiga.	,741	
4. Parecia compreender os meus problemas e preocupações.	,739	
16. Consequia fazer-me sentir melhor quando eu estava "em baixo".	,705	
17. Não falava muito comigo.	-,578	,209
3. Parecia emocionalmente fria em relação a mim.	-,546	,239
13. Parecia não compreender o que eu precisava ou queria.	-,544	,395
15. Fazia-me sentir que eu não era desejado(a).	-,499	,235
23. Não me elogiava.	-,471	,183
2. Não me ajudava tanto quanto eu precisava.	-,385	,155
Superprotecção-Mãe (n=10)	F1	F2
8. Tentava controlar tudo o que eu fazia.	-,152	,740
19. Sentia que eu não conseguia tomar conta de mim se ele não estivesse por perto.		,733
9. Invadia a minha privacidade.	-,309	,696
18. Tentava fazer-me dependente dela.		,660
22. Protegia-me excessivamente.	,215	,657
12. Costumava tratar-me como se eu fosse um bebé.		,627
7. Não queria que eu me tornasse adulto(a).	-,236	,579
14. Deixava-me decidir as coisas por mim mesmo(a).	,273	-,491
20. Dava-me toda a liberdade que eu queria.	,182	-,440
21. Deixava-me sair as vezes que eu queria.		-,420
Variância total explicada (% por factor)	24,4	18,8
Variância total explicada (%)		43,2

Nota: Os valores omissos correspondem a correlações inferiores a 0,15

Apenas um dos itens (item 6) se revelou problemático já que saturava positivamente no Factor 1 para o pai (com valor de saturação igual a 0,53), embora correlacionando-se, no caso da mãe, simultaneamente com o Factor 1 (0,42) e com o Factor 2 (-0,44). Para além de, no caso da mãe, violar o critério estabelecido relativamente à distância entre os valores de correlação em diferentes factores (que é, neste caso, menor que 0,10), trata-se de um item que originalmente pertence à subescala Superprotecção⁴²¹. Cumulativamente, ambos os aspectos motivaram a sua exclusão da medida pelo que na estrutura factorial final, são apenas 12 os itens constituintes do Factor 1⁴²².

O Factor 2 conservou o número de itens que inicialmente lhe apareciam associados (n=10) pois apesar de dois dos itens (itens 20 e 21) apresentarem uma saturação inferior a 0,40 no caso do pai (-0,39 e -0,37), o valor de saturação no caso da mãe, situava-se na tangente desse valor (-0,44 e - 0,42). A solução factorial final encontrada (após a exclusão do item 6) mantém as duas componentes principais, que no seu conjunto explicam 45,6% da variância total para o pai e 43,2% para a mãe (cf. Quadros 23 e 24).

No que diz respeito à ligação ao pai, o Factor 1 da estrutura factorial final explica 26,4% (explicava inicialmente 26,5%) e o Factor 2, 19,2% (explicava inicialmente 18,7%). Os valores da saturação no factor Carinho-pai (Factor 1) situam-se entre 0,42 e 0,85 e no factor Superprotecção-pai (Factor 2) ente 0,38 e 0,76.

O Factor 1 da medida de ligação afectiva à mãe, explica, na estrutura factorial final, 24,4% da variância total (explicava inicialmente 24%) e o Factor 2 18,8% (explicava inicialmente 18,7%). No factor Carinho-mãe (Factor 1) os itens registam um mínimo de 0,38 e um máximo de 0,81 nos valores de saturação, intervalo cujos extremos passam a 0,42 e 0,74 no factor Superprotecção-mãe.

Os itens 2, 3, 13, 15, 17 e 23 saturam negativamente no Factor 1 acontecendo o mesmo com os itens 14, 20 e 21 no Factor 2. Os valores de consistência interna situam-se acima de 0,80 nos dois factores relativamente a ambos os progenitores (perto de 0,90 no caso do Factor 1) sendo mais elevados na amostra feminina do que na amostra masculina em ambos ainda que a diferença de consistência em termos de género seja mais pronunciada no que diz respeito à dimensão Carinho (cf. Quadro 29).

⁴²¹ No caso da Ligação ao pai o item em causa - "Gostava que tomasse as minhas próprias decisões" - apresentava uma correlação de - 0,347 com o factor 2. Trata-se de um item ao qual os respondentes poderão ter atribuído significações diferentes. O modo como aparece formulado presta-se, de facto, a duas interpretações: a atitude descrita no item tanto pode ser entendida como de encorajamento à independência (na lógica inversa à superprotecção), como pode ser tomada como exemplo de preocupação e responsividade do pai relativamente aos desejos, necessidades e pontos de vista pessoais. O respeito pela individualidade do filho/a, talvez percebido como pouco habitual entre as figuras paternas, pode ter sido encarado por alguns respondentes como uma manifestação de atenção e carinho.

⁴²² O item 2 apresentava igualmente uma correlação abaixo de 0,40 com o factor 1 na medida da ligação afectiva à mãe (-0,38) mas saturava acima de 0,40 na medida da ligação afectiva ao pai (-0,44) pelo que foi conservado.

4.1.9. Questionários da Percepção dos Investimentos Parentais⁴²³

Uma vez que, através da revisão da literatura, se constatou a inexistência de medidas especificamente orientadas para a avaliação das percepções dos indivíduos quanto aos investimentos das figuras parentais no trabalho e na parentalidade, foi propositadamente desenvolvido um instrumento com esse fim. Pretendia-se, mais especificamente, criar uma escala que permitisse captar o modo, como ao longo do seu desenvolvimento, os filhos foram subjectivamente representando a importância que o papel de trabalhador e o papel parental assumiam para os seus pais bem como as suas representações quanto às consequências que o investimento relativo dos pais nesses dois papéis teriam produzido na vida dos progenitores. Embora todas as medidas até então identificadas, sobretudo as que foram integradas no plano de investigação, tivessem sido encaradas como uma fonte importante no que se refere à produção da *pool* inicial de itens, considerou-se vantajosa a recolha de algumas pistas directamente junto de um grupo de indivíduos que, na sua condição de filhos, pudessem testemunhar a sua experiência no que se refere à dedicação dos pais aos dois papéis em causa. Desta forma, foi solicitada a colaboração de um grupo de estudantes do 4.º ano da licenciatura em Psicologia⁴²⁴ (n=47; 38 raparigas e 9 rapazes; idade média=20,4)⁴²⁵, que foram convidados a responder anonimamente a um pequeno questionário no qual lhes era pedido que sintetizassem entre uma a quatro frases as suas impressões relativamente ao comportamento dos pais em relação ao trabalho e em relação aos filhos (*cf.* Anexo 8). O conteúdo das respostas obtidas foi analisado, tendo sido aproveitadas frases ou ideias-chave que por descreverem comportamentos não representados nos itens já reunidos ou por se mostrarem especialmente expressivas na sua formulação, se considerou representarem uma mais valia para o questionário em desenvolvimento. Os itens foram criados ou seleccionados em função de três parâmetros que se constituíram como critérios para a sua inclusão no questionário: a vivência de algum tipo de tensão inter-papel na vida pelas figuras parentais (quer sob a forma de conflito quer sobre a forma de *spillover* negativo) por oposição à presença de comportamentos sugestivos da existência de esforços da parte pais no sentido da protecção de algum dos dois papéis (32 itens); comportamentos indicadores de investimento (positivo e

⁴²³ Poderá ser encontrada em anexo informação descritiva das médias e desvios-padrão relativos aos itens que foram conservados em relação a este instrumento bem como indicação do grau de significância da diferença de médias em função do Género. (*cf.* Anexo 14, Quadros J3 e J4).

⁴²⁴ Importa destacar que apesar desta poder ser considerada uma amostra de conveniência, houve o cuidado de escolher jovens que, na altura se encontravam a frequentar a disciplina de Psicologia e Orientação Vocacional por se ter considerado que os conhecimentos específicos até então adquiridos no contexto da disciplina relativamente aos conceitos de “espaço de vida” e “estilo de vida” pudesse constituir-se como uma matriz útil ao enquadramento das suas próprias vivências. Esperava-se que o maior domínio das questões do desenvolvimento vocacional funcionasse como um factor susceptível de favorecer a sua capacidade de apreensão e análise relativamente ao que caracterizava o comportamento das suas figuras parentais no que toca ao investimento no trabalho e na parentalidade.

⁴²⁵ Apresentam-se, de seguida, as três categorias mais representativas da actividade profissional dos pais dos respondentes. Pai: 26,8% - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; 24,4% - Quadros Superiores, Directores e Gerentes; 24,4% Técnicos e Profissionais de nível Intermédio. Mãe: 29,6% - Técnicos e Profissionais de nível Intermédio; 22,7%- Domésticas; 15,9%- Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.

negativo) no trabalho (29 itens); comportamentos indicadores de investimento (positivo e negativo) na parentalidade (31 itens) (cf. Anexo 9, Quadro E).

A versão de 92 itens foi, posteriormente, administrada a uma amostra de 515 indivíduos (38% do sexo masculino e 61,2% do sexo feminino) de idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos de idade, a maioria dos quais filhos primogénitos (58%) com pelo menos um irmão (58,6%) e pertencentes a famílias intactas (95,3%). Relativamente à caracterização da situação profissional das figuras parentais, eram predominantes os casos de trabalho por conta de outrem (Pai: 72,6%; Mãe: 77,3%) e a tempo inteiro (Pai: 87,6%; Mãe: 89,3%) havendo uma maior representatividade das categoriais ocupacionais de nível intermédio e superior. Os respondentes foram instruídos a recuarem ao período da sua adolescência (entre os 14 e os 18 anos⁴²⁶) e a assinalarem numa escala de seis pontos a resposta que melhor correspondesse às suas recordações do comportamento das figuras parentais em relação ao trabalho, aos filhos e/ou a ambos, manifestando acordo ou desacordo com o conteúdo de cada item, e diferenciando a sua resposta para o pai e para a mãe⁴²⁷.

4.1.9.1. Estudo Preliminar

De modo a testar a estrutura factorial do instrumento, as respostas foram submetidas a análise exploratória em componentes principais separadamente para o pai e para a mãe. Em ambos os casos, a análise dos *Eigenvalues* apontou para a existência de uma estrutura em quatro componentes. O modelo de quatro factores foi seguidamente testado tendo-se verificado que explicava 43,9% da variância das respostas na versão-Pai e 37% na versão-Mãe⁴²⁸. A partir da matriz obtida após a rotação *varimax*, verificou-se que os itens se encontravam agrupados consistentemente em cada um dos factores, da seguinte forma: observava-se no primeiro factor (versão-Pai e versão-Mãe) a presença de itens que remetiam para a dedicação ao papel parental e ao envolvimento com os filhos (designou-se este factor por "Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade" - PIPP); a composição do segundo factor da versão-Pai e do terceiro factor da versão-Mãe apontava para uma dimensão de entrega e investimento pessoais no trabalho (foi-lhe atribuída, por isso, a denominação "Percepção de Investimento Positivo no Trabalho" - PIPT); o terceiro (versão-Pai) e o segundo (versão-Mãe) factores reuniam itens que davam expressão a atitudes de demissão ou indiferença relativamente ao

⁴²⁶ Considerou-se, a este nível, que a circunscrição de um intervalo de evocação mais reduzido poderia contribuir para que os respondentes se sentissem mais confortáveis e seguros na resposta ao poderem reportar-se às suas experiências relacionais com as figuras paternas num período não só mais recente mas que, na cronologia da relação pais-filhos, se esperava também relativamente mais homogéneo no que toca à qualidade dessas experiências.

⁴²⁷ Importa salientar que, após a resposta aos questionários, os participantes foram solicitados a indicar se as suas respostas teriam ou não sido diferentes (categorias de resposta: "Sim" ou "Não") caso lhes tivesse sido pedido que recordassem outras fases do seu crescimento ("Sim"=28%; "Não"=72%) ou que se posicionassem face ao comportamento dos pais especificamente em relação a eles e não a possíveis outros filhos ("Sim"=18,9%; "Não"=81,1%).

⁴²⁸ Versão-Pai: KMO=0,948; Teste de esfericidade de Bartlett: χ^2 (4186) =24601,149, p=0,000. Versão-Mãe: KMO=0,926; Teste de esfericidade de Bartlett: χ^2 (4186) =19693,808, p=0,000.

papel parental (foi intitulado “Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade” - PINP); e o quarto factor mostrava ser equivalente ao terceiro (ou segundo, no caso da versão-Mãe) do ponto de vista da valência dos itens (negativa), embora sugerindo, desta feita, desinteresse e desinvestimento no trabalho (foi denominado “Percepção de Investimento Negativo no Trabalho” - PINT).

Uma vez que se tratava do primeiro estudo de validação factorial do instrumento e que este se mostrava demasiado longo para que se considerasse conveniente a sua utilização conjunta com outros questionários, foi estabelecido um critério mais exigente relativamente à conservação dos itens no factor pelo que foram excluídos todos os itens que apresentassem valores de saturação inferiores a 0,50. Todavia, e uma vez que se pretendia chegar a uma estrutura equivalente para o pai e para a mãe, no processo de depuração do instrumento, todas as decisões foram tomadas tendo presentes os resultados da análise factorial realizada para cada uma das versões tendo-se observado um conjunto de orientações de base que, na sua aplicação, abrangeram ambas as soluções por igual. Assim, foi estabelecido que, nesta fase, seriam conservados: (1) os cinco itens mais saturados em cada um dos factores emergentes da análise exploratória conduzida separadamente para o pai e para a mãe independentemente do seu valor de saturação na versão paralela desde que não inferior a 0,40; (2) os itens comuns a factores homólogos da versão-Pai e da versão-Mãe (com exclusão dos que saturassem em diferentes factores de cada versão); (3) os itens cuja diferença interparental dos respectivos valores de saturação não fosse superior a 0,10; (4) os itens que, do ponto de vista do seu conteúdo substantivo se mostrassem satisfatoriamente integrados em cada factor (*cf.* Anexo 10, Quadro F).

Após terem sido retirados os itens que não satisfaziam os pressupostos definidos, e de modo a verificar as qualidades do instrumento neste formato mais reduzido, foi efectuada uma nova AFE⁴²⁹ tendo-se uma vez mais confirmado a adequação da solução de quatro factores, a qual passou a explicar 57,7% da variância total da versão-Pai e 48,9% do modelo relativo à figura materna. A organização factorial dos itens não sofreu qualquer alteração⁴³⁰, tendo ocorrido uma uniformização da sequência dos factores extraídos nas duas versões que replicou a solução inicialmente encontrada para a figura paterna, ou seja, o primeiro factor a emergir foi o correspondente à PIPP (variância explicada: Pai=32,5%; Mãe=25,6%), o segundo à PINP (variância explicada: Pai=12,3%; Mãe=10,4%), o terceiro à PIPT (variância explicada: Pai=7,8%; Mãe=7,2%) e o quarto factor à PINT (variância explicada: Pai=5,1%; Mãe=5,6%).

⁴²⁹ Versão-Pai: KMO=0,943; Teste de esfericidade de *Bartlett*: χ^2 (630) = 10389,537, $p=0,000$. Versão-Mãe: KMO=0,915; Teste de esfericidade de *Bartlett*: χ^2 (630) = 7329,690, $p=0,000$.

⁴³⁰ Ainda que os valores de saturação registados relativamente a alguns itens nesta segunda análise (itens 77 e 92 na versão-pai; item 41 na versão-Mãe) tivesse justificado a sua exclusão de cada uma das estruturas factoriais, optou-se por mantê-los no questionário não só considerando o seu diferente comportamento na solução relativa a cada uma das figuras parentais (repare-se que as limitações dos itens 77 e 92 a nível da discriminação de factor não são críticas na solução materna e que o item 41 apresenta um valor de saturação superior a 0,70 na solução paterna ainda que pareça não discriminar adequadamente o factor 1 e 2 na estrutura materna) mas sobretudo na perspectiva de submetê-los novamente a teste a partir dos resultados obtidos na amostra principal. Acresce a constatação de que, em nenhum dos casos, a exclusão dos itens em causa promoveria significativamente a consistência interna da escala respectiva.

Os valores de consistência interna mostraram-se bastante satisfatórios na maioria dos factores, tendo-se situado, no Factor 1 entre 0,88 (versão-Mãe) e 0,93 (versão-Pai), no Factor 2 entre 0,87 (versão-Mãe) e 0,91 (versão-Pai), no Factor 3 entre 0,88 (versão-Mãe) e 0,90 (versão-Pai) e no Factor 4 entre 0,67 (versão-Pai) e 0,70 (versão-Mãe)⁴³¹.

Poderá ser interessante reflectir acerca das razões pelas quais a percentagem de variância explicada e mesmo os valores de saturação e de consistência interna são inferiores no caso da solução factorial materna. A primeira razão que parece surgir prende-se com a eventual maior consistência de comportamentos do homens no que se refere à relação com cada um dos papéis abordados e que poderá ter conduzido a um padrão de respostas também ele relativamente mais invariante no caso da focagem dos filhos na figura paterna. Obviamente que a hipótese contrastante seria a de uma maior variabilidade na percepção dos comportamentos das mães, quicá ela própria correlativa de uma menor homogeneidade intraclasses no que se refere ao investimento das mulheres no duplo papel. Repare-se que não obstante os valores de saturação dos itens serem superiores na estrutura factorial paterna para a generalidade dos factores emergentes, é no factor relativo à percepção de investimento positivo na parentalidade que essa diferença se mostra mais acentuada. Pensando no envolvimento masculino e feminino, no trabalho e na parentalidade, em função das expectativas associadas ao género, este facto reforça, de algum modo, a suposição de que as percepções dos filhos relativamente à figura paterna serão mais sólidas na medida em que o seu referente comportamental será também ele mais invariante. O facto dos respondentes terem sido solicitados a posicionarem-se face a cada item fazendo o paralelismo do comportamento do pai com o da mãe, pode também ter contribuído para agravar esta tendência. No processo de diferenciação das respostas relativas a cada uma das figuras parentais, é possível que os participantes se tenham servido da percepção quanto ao comportamento de um como termo de comparação na classificação do item relativamente ao comportamento do outro, o que juntamente com a hipótese da maior consistência nas atitudes dos homens face aos dois papéis, poderá ter tornado os itens indicadores mais robustos das representações dos filhos relativamente ao pai do que relativamente à mãe⁴³².

⁴³¹ Na sequência da aplicação dos critérios definidos, registou-se uma redução considerável do número de itens que compunham o quarto factor. Para além de se ter tornado desequilibrado na sua constituição comparativamente aos restantes, os valores de consistência interna obtidos são também os mais baixos dos registados para todos os factores. Tal implicou que se tivesse procurado reforçar as suas qualidades métricas suplementando os itens remanescentes com um novo conjunto de itens formulados de acordo com a sua representatividade tendo em conta a lógica subjacente ao factor (*i.e.*, itens que operacionalizassem a vertente do investimento negativo no trabalho), cuja pertinência e contribuição para o factor viria a ser testada no estudo principal.

⁴³² Pode ter havido aqui a interferência de um problema de método já que em todos os questionários, as alternativas de resposta relativas à figura paterna apareciam à esquerda e as alternativas de resposta relativas à figura materna apareciam à direita. Não sendo forçoso que todos os participantes tenham respondido da esquerda para a direita é provável que, na maioria dos casos, assim tenha acontecido (afinal, é a lógica natural do processo de leitura e escrita) o que pode ter influenciado o processo de resposta relativamente à figura materna. Para obstar a este problema, procedeu-se, na amostra principal, à administração de questionários nos quais se alternou o posicionamento das alternativas de resposta correspondentes a cada uma das figuras parentais.

Também os valores das correlações obtidas entre os quatro factores e as dimensões Carinho e Superprotecção (medidas pelo Questionário de ligação afectiva aos pais) parecem apoiar a validade convergente/divergente do instrumento embora de forma mais robusta no que se refere à dimensão da Percepção dos Investimentos dos Pais na Parentalidade (*cf.* Anexo 11, Quadro G1). Com efeito, registaram-se correlações positivas entre a PIPP e a dimensão Carinho (versão-Pai: $r = 0,835$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = 0,763$, $p = 0,000$) e correlações negativas moderadas mas significativas entre essa mesma dimensão e a PINP (versão-Pai: $r = -0,594$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,384$, $p = 0,000$), a PIPT (versão-Pai: $r = -0,358$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,341$, $p = 0,000$) e a PINT (versão-Pai: $r = -0,283$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,223$, $p = 0,000$). A dimensão Superprotecção apresentou-se positivamente correlacionada com todos os factores (correlação que só não é significativa no par Superprotecção-PIPT no quando se trata da figura paterna e no caso do par Superprotecção-PINT quando se trata de ambas as figuras avaliadas por respondentes do sexo masculino), excepto com o factor PIPP (versão-Pai: $r = -0,272$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,253$, $p = 0,000$).

Se, por um lado, era esperado que as memórias de carinho estivessem positivamente associadas com a percepção de investimentos positivos e inversamente correlacionados com as percepções de investimentos negativos na parentalidade e positivos no trabalho, também se esperaria que, de algum modo, pais com investimentos negativos no trabalho pudessem ser recordados pelos filhos como mais carinhosos, o que não se verifica. Para além deste dado poder estar relacionado com a maior fragilidade da medida das percepções de investimentos negativos no trabalho, pode também estar aqui em causa um padrão de generalização que levaria os participantes a estender as representações positivas da atitude dos pais na relação consigo a outros planos do comportamento parental. Obviamente que também é possível que os pais desloquem os seus investimentos do trabalho para outras áreas de vida que não a parentalidade, mas esta hipótese parece não ser confirmada pela observação de que jovens que percebem o pai e a mãe como mais negativamente investidos no trabalho os recordam como mais superprotectores. Ainda que os problemas de fidelidade da escala de PINT nos aconselhem alguma prudência na interpretação deste último resultado, ele parece sugerir, justamente, a existência de um mecanismo de compensação segundo o qual os pais se concentrariam nos filhos e nas suas actividades como forma de lidar com a insatisfação resultante do desempenho de um papel negativamente investido. Importa, no entanto, ter presente que este resultado apenas é significativo quando consideradas as respostas dos participantes de sexo masculino. Tendo em conta que as raparigas da amostra recordam os pais (homens) como significativamente mais superprotectores do que os rapazes (acontecendo o inverso no caso das mães embora as diferenças não se mostrem significativas)⁴³³, talvez isso signifique que, porventura menos tolerantes a entraves à sua autonomia ou mais convictos da

⁴³³ Superprotecção-pai: Raparigas ($M = 2,67$; $DP = 0,90$) > Rapazes ($M = 2,49$; $DP = 0,79$) $F(1,503) = 5,163$, $p = 0,027$). Superprotecção-mãe: Rapazes ($M = 2,77$; $DP = 0,90$) > Raparigas ($M = 2,72$; $DP = 0,89$) $F(1,502) = 0,317$, $p = 0,574$.

sua auto-suficiência, os rapazes sobrevalorizam o efeito de investimentos negativos no trabalho a nível dessa dimensão da relação pais-filhos⁴³⁴.

Não sendo inesperado o sinal das correlações encontradas entre as percepções dos investimentos parentais na parentalidade e a dimensão Superprotecção (pois, tal como já foi referido, é natural que para os jovens os estímulos dos pais à autonomia sejam vistos como um sinal da sensibilidade e responsividade daqueles às suas necessidades e, por conseguinte, um indicador positivo do seu investimento na parentalidade – o que explicaria as correlações negativas com a PIPP e as correlações positivas com a PINP), não deixa de ser surpreendente o sentido da relação observada entre as percepções dos investimentos da mãe no trabalho e as memórias de superprotecção materna. Do ponto de vista dos participantes, quanto mais as mães investem (positivamente) no trabalho mais superprotectoras estas se revelam. Não encontrando paralelo no caso das percepções relativas à figura paterna, este resultado pode estar relacionado com as responsabilidades acrescidas das mulheres no que toca ao acompanhamento dos filhos e, por conseguinte, com o facto de um maior envolvimento destas com o trabalho se reflectir numa agudização das suas preocupações com a monitorização das actividades e experiências vividas pelos filhos na sua ausência, traduzindo-se numa percepção superior de controle ou intrusão por parte destes.

Foram igualmente encontradas correlações de sinal positivo entre o grau de identificação com a figura parental na dedicação aos filhos e a PIPP (versão-Pai: $r = 0,717$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = 0,533$, $p = 0,000$), apontando os dados para a existência de uma correlação negativa entre a primeira variável e a PINP (versão-Pai: $r = -0,472$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,335$, $p = 0,000$). Também negativas são as correlações encontradas entre a PIPT (versão-Pai: $r = -0,256$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,191$, $p = 0,000$) e a PINT (neste caso só na versão-Pai e, mais especificamente, quando consideradas as respostas das filhas, $r = -0,306$) a identificação com os pais na dedicação aos filhos, sendo especialmente de valorizar o facto dos filhos que percebem os pais como menos positivamente investidos no trabalho, se identificarem mais com aqueles na sua dedicação aos filhos. No caso da percepção dos investimentos parentais no trabalho, apenas se mostrou significativa a associação entre a identificação com a figura parental na dedicação ao trabalho e a PINT (versão-Pai: $r = -0,359$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,335$, $p = 0,000$), variáveis que se apresentaram negativamente correlacionadas. É, ainda, de destacar que embora no caso da figura paterna se observe a existência de uma correlação negativa significativa entre a PINP e a identificação com

⁴³⁴ Veja-se como os rapazes tendem, igualmente, a recordar ambas as figuras parentais como menos carinhosas (Carinho-pai: $M = 4,38$; $DP = 1,02$; Carinho-mãe: $M = 4,83$; $DP = 0,84$) do que as raparigas (Carinho-pai: $M = 4,59$; $DP = 1,05$; Carinho-mãe: $M = 5,00$; $DP = 0,86$) (Carinho-pai: $F(1,503) = 4,941$, $p = 0,027$; Carinho-mãe: $F(1,502) = 5,133$, $p = 0,024$). Este é um resultado que, na linha da argumentação anterior, parece apoiar a ideia de uma sobrevalorização dos comportamentos de superprotecção parentais com base no pressuposto da auto-suficiência. É que, ao mesmo tempo que os níveis inferiores de carinho recordados pelos rapazes podem ser tomados como evidência indirecta de uma maior expressividade dos pais na relação com as filhas do que com os filhos, podem também ser vistos como uma manifestação directa dessa prática educativa por via da qual os rapazes se tornariam mais resistentes ao reconhecimento das suas próprias necessidades de afecto e, portanto, mais orientados e mais ciosos da afirmação da sua autonomia.

os pais na dedicação ao trabalho independentemente do género do filho respondente (rapazes: $r = -0,192$, $p = 0,007$; raparigas: $r = 0,414$, $p = 0,000$), no caso da figura materna apenas as participantes de sexo feminino se identificam significativamente mais com as mães na dedicação ao trabalho quando percebem as progenitoras como menos negativamente investidas na parentalidade ($r = -0,236$, $p = 0,000$) (cf. Anexo 11, Quadro G2). Estes últimos resultados levam a supor que as raparigas sejam mais sensíveis às possíveis intrusões da dedicação dos pais ao trabalho no que se refere ao investimento na parentalidade (veja-se que a magnitude da correlação obtida no caso da figura paterna é também consideravelmente superior quando se atende as respostas das raparigas), sendo provável que no processo de antecipação do seu futuro envolvimento no duplo papel, a identificação com a figura do mesmo sexo ganhe especial relevo.

Também as percepções dos participantes quanto aos prejuízos relacionais consequentes ao investimento das figuras parentais no trabalho, se apresentaram correlacionadas com os quatro factores da medida das percepções dos investimentos dos pais (sobretudo com três deles) no sentido esperado. Assim, quanto mais os jovens percebem os pais como menos positivamente investidos na parentalidade (versão-Pai: $r = -0,555$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = -0,510$, $p = 0,000$) e mais positivamente investidos no trabalho (versão-Pai: $r = 0,655$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = 0,503$, $p = 0,000$) mais avaliam como prejudicial para o relacionamento pais-filhos a dedicação dos pais ao trabalho⁴³⁵. A percepção de investimentos negativos na parentalidade acompanha-se de uma percepção acrescida quanto aos prejuízos (versão-Pai: $r = 0,479$, $p = 0,000$; versão-Mãe: $r = 0,539$, $p = 0,000$). A percepção de investimentos parentais negativos no trabalho aparecem positivamente associados à percepção de prejuízos relacionais mas apenas na amostra feminina e especialmente no que se refere à figura materna (versão-Pai: $r = 0,111$, $p = 0,048$; versão-Mãe: $r = 0,223$, $p = 0,000$) (cf. Anexo 11, Quadros G2, G3 e G4). Juntamente com os valores da correlação registados nesta mesma amostra relativamente à PIPT, este resultado pode significar que, apesar de terem consciência dos inconvenientes que uma elevada dedicação da mãe ao trabalho pode acarretar para a relação mãe-filha, as raparigas admitem que essa situação possa igualmente trazer-lhes certos benefícios.

4.1.9.2. Estudo Principal

Atendendo a que a análise factorial exploratória do questionário da percepção dos investimentos parentais previamente realizada se mostrou relativamente conclusiva no que diz respeito à capacidade do instrumento para diferenciar duas dimensões específicas da percepção

⁴³⁵ Refira-se a propósito a presença de correlações de sinal negativo entre a percepção de prejuízos e o grau de identificação com as figuras parentais quer no que se refere à dedicação aos filhos quer no que se refere à dedicação ao trabalho (cf. Anexo 11, Quadros G3 e G4). Este resultado parece apoiar a ideia segundo a qual a percepção dos efeitos que o envolvimento relativo dos pais no duplo papel produz na qualidade da relação afectiva pais-filhos, poderá, efectivamente, influenciar o grau no qual os pais se tornam modelos significativos no que se refere à futura orientação dos investimentos em cada um dos papéis por parte destes jovens.

dos investimentos dos pais, os estudos de validação subsequentes foram efectuados partindo da hipótese da existência não de uma estrutura de quatro factores mas sim de duas estruturas bidimensionais distintas. Desta forma, foi testada a solução de dois factores para cada um dos conjuntos de itens que no estudo preliminar revelaram afinidades em torno de um dos papéis considerados. Para o efeito, recorreu-se, em primeiro lugar à análise exploratória em componentes principais na sequência da qual se procurou avaliar o ajustamento do modelo através de procedimentos de análise confirmatória⁴³⁶.

4.1.9.2.1. Percepção dos Investimentos Parentais na Parentalidade⁴³⁷

No que se refere à medida de percepção do investimento dos progenitores na parentalidade, o teste KMO apresenta valores de 0,930 e de 0,916, respectivamente para o pai e para a mãe, valores que se mantêm bastante aceitáveis no caso dos dados disponíveis relativamente à percepção dos investimentos parentais no trabalho (Pai=0,879; Mãe=0,858). Os valores do teste de *Bartlett* são igualmente favoráveis à realização da análise factorial exploratória ao não confirmarem a esfericidade dos dados nem na matriz de correlações relativa à percepção dos investimentos na parentalidade (Pai=4412,168, $p=0,000$; Mãe=3443,199, $p=0,000$) nem quando se trata da matriz relativa à percepção dos investimentos no trabalho (Pai=4049,957, $p=0,000$; Mãe=2297,194, $p=0,000$).

Os resultados da análise factorial exploratória confirmam a adequação da solução de dois factores pelos quais se distribuem os 20 itens originais da escala e que explica 60,5% da variância total no caso da percepção dos investimentos paternos e 53,6% no caso da percepção dos investimentos maternos. O Factor 1 ($n=12$) reúne itens com saturações que oscilam entre 0,54 e 0,86 na versão-Pai e entre 0,50 e 0,84 na versão-Mãe, explicando no primeiro caso (pai) 37% da variância total e, no segundo caso (mãe), 32,7% da variabilidade total dos dados.

O Factor 2 ($n=8$) é composto por itens que contribuem para explicar 23,4% da variância total na versão-Pai e 20,8% na versão-Mãe e cujas saturações se situam entre 0,59 e 0,83 e entre 0,54 e 0,82, respectivamente em cada uma das versões.

Em ambos os factores e nas duas estruturas, todos os itens saturam positivamente. O conteúdo dos itens não suscita qualquer problema na interpretação dos factores. Essencialmente, o que contrasta os factores é, tal como no estudo preliminar, a valência positiva ou negativa das percepções, com os itens do Factor 1 a traduzirem a representação de investimentos positivos na parentalidade e os itens do Factor 2 a exprimirem comportamentos de desinvestimento das figuras parentais no papel parental. Este contraste está bem marcado

⁴³⁶ Esteve aqui, essencialmente, presente a preocupação em verificar se o facto de na estrutura obtida os ocorrer uma polarização de itens de valência positiva (factor 1) e valência negativa (factor 2) seria meramente ocasionada por efeito do método (isto é, as características verbais dos próprios itens como geradoras de semelhança) ou se, pelo contrário, a variância comum explicada poderia ser legitimamente atribuível à existência de um factor latente.

⁴³⁷ Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de F (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função do género do participante e do progenitor na Geração 2, consultar Anexo 14 (cf. Quadro J4).

na matriz de saturações, com os itens de cada um dos factores a apresentarem correlações de sinal contrário com o factor alternativo (*cf.* Quadros 25 e 26).

Quadro 25.

Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental na Parentalidade (versão-Pai)

Dimensões/itens	Factores	
Percepção de Investimento Positivo (n=9)	F1	F2
14. Vivia intensamente os problemas quotidianos dos filhos.	,859	
13. Todos os dias, arranjava tempo para falar com os filhos.	,848	
6. Planeava a sua vida de forma a poder trabalhar e estar disponível para os filhos.	,814	
18. Nem sempre o seu trabalho lhe permitia estar com os filhos mas quando estava com eles dava-lhes o máximo de atenção.	,808	-,199
12. Ocupava o tempo livre com coisas que lhe permitissem estar mais próximo dos filhos.	,792	
5. Dava muito valor às actividades dos filhos e sabia a importância que tinham para eles	,775	-,207
1. Esforçava-se por ser um pai cada vez melhor	,773	-,285
9. Passava bastante tempo com os filhos.	,767	
15. Quando o trabalho não lhe permitia estar disponível para os filhos, preocupava-se em garantir que alguém os apoiasse.	,761	-,166
19. Gostava muito de falar sobre os filhos *.	,754	-,187
2. Falava muitas vezes das coisas boas que os filhos vieram trazer à sua vida.	,749	
17. Preocupava-se em dar aos filhos a melhor educação possível	,536	-,339
Percepção de Investimento Negativo (n=6)	F1	F2
7. Via os filhos como uma prisão e um estorvo.	-,182	,829
8. Dizia não ter nascido para ser pai.		,816
10. Achava que a sua vida seria melhor sem filhos.		,788
11. Via os filhos como um assunto que não lhe dizia respeito.	-,168	,770
16. Via os filhos como uma fonte de problemas e aborrecimentos	-,192	,737
20. Sempre que podia fugia às suas responsabilidades de pai	-,261	,649
4. Para si o facto de ter filhos não tinha um significado especial.		,634
3. Não era capaz de fazer sacrifícios pelos filhos.	-,181	,589
Variância total explicada (% por factor)	37	23,4
Variância total explicada (%)	60,5	

Nota: Os valores omissos correspondem a correlações inferiores a 0,15.

* Na versão da medida usada no estudo preliminar este item aparecia formulado como "O seu tema de conversa favorito eram os filhos". Atendendo a que o espectro de interesses da figura parental poderá abranger outros assuntos, para além dos que se prendem com a temática "filhos", que possam igualmente fazer parte da categoria "favoritos", esta nova redacção resultou da preocupação em tornar o item mais plausível e realista.

Quadro 26.

Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental na Parentalidade (versão-Mãe)

Dimensões/itens	Factores	
	F1	F2
Percepção de Investimento Positivo (n=9)		
14. Vivia intensamente os problemas quotidianos dos filhos.	,842	-,121
13. Todos os dias, arranjava tempo para falar com os filhos.	,821	-,164
6. Planeava a sua vida de forma a poder trabalhar e estar disponível para os filhos.	,780	-,164
1. Esforçava-se por ser uma mãe cada vez melhor	,751	-,233
12. Ocupava o tempo livre com coisas que lhe permitissem estar mais próximo dos filhos.	,744	-,146
19. Gostava muito de falar sobre os filhos.	,743	-,160
5. Dava muito valor às actividades dos filhos e sabia a importância que tinham para eles.	,729	-,166
9. Passava bastante tempo com os filhos.	,710	
18. Nem sempre o seu trabalho lhe permitia estar com os filhos mas quando estava com eles dava-lhes o máximo de atenção.	,690	-,147
15. Quando o trabalho não lhe permitia estar disponível para os filhos preocupava-se em garantir que alguém os apoiasse.	,685	
2. Falava muitas vezes das coisas boas que os filhos vieram trazer à sua vida.	,673	
17. Preocupava-se em dar aos filhos a melhor educação possível.	,501	-,290
Percepção de Investimento Negativo (n=6)	F1	F2
8. Dizia não ter nascido para ser mãe.		,820
7. Via os filhos como uma prisão e um estorvo.	-,202	,766
11. Via os filhos como um assunto que não lhe dizia respeito.		,756
10. Achava que a sua vida seria melhor sem filhos.	-,166	,717
20. Sempre que podia fugia às suas responsabilidades de mãe.	-,164	,689
16. Via os filhos como uma fonte de problemas e aborrecimentos.	-,252	,635
4. Para si o facto de ter filhos não tinha um significado especial.		,567
2. Não era capaz de fazer sacrifícios pelos filhos.	-,165	,538
Variância total explicada (% por factor)	32,7	20,8
Variância total explicada (%)	53,6	

Nota: Os valores omissos correspondem a correlações inferiores a 0,15

Os valores de consistência interna são elevados em ambas as versões da medida. Situam-se acima de 0,90 no Factor 1 e são superiores a 0,80 no Factor 2. No Factor 1 os valores do *alpha* são bastante idênticos nas duas amostras de género relativamente a ambas as figuras parentais, verificando-se, relativamente ao Factor 2, valores de consistência interna mais reduzidos na amostra feminina, em especial no que se refere à percepção dos investimentos (negativos) da figura materna.

Na sequência da análise confirmatória efectuada para testar o modelo de dois factores correlacionados (*cf.* Anexo 14, Figura 3), mostrou-se conveniente a exclusão de dois itens da versão-Pai da medida (itens 8 e 17⁴³⁸). Tratava-se de itens que, a partir dos índices de modificação, se verificou regredirem no factor alternativo àquele em que apresentaram valores de saturação mais elevados na AFE anteriormente realizada, e que tendo-se revelado pouco capazes de diferenciar as duas dimensões de investimento (positivo e negativo), foram abolidos do modelo. Após a sua exclusão o modelo mostrou um melhor ajustamento [χ^2 (128, N=474)=297,33, $p=0,000$; $\chi^2/\text{gl}= 2,32$; GFI=0,93; AGFI=0,91; NFI= 0,95; CFI=0,97; RMSEA=0,05⁴³⁹]. Embora na análise realizada relativamente à versão-Mãe (*cf.* Anexo 14, Figura 4), esses itens não se tivessem mostrado problemáticos, uma vez que estava em causa a comparação das percepções dos participantes em função do género da figura parental e que, por isso, interessava dispor de medidas equivalentes, os quatro itens foram também retirados do modelo relativo à figura materna tendo-se registado, uma vez mais, uma melhoria do ajustamento do modelo⁴⁴⁰.

Deste modo, a composição definitiva da medida passou a ser a seguinte: Factor 1, PIPP: itens 1, 2, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 18 e 19 (n=11; *alpha*: versão-Pai=0,95; versão-Mãe=0,92); Factor 2, PINP: itens 3, 4, 7, 10, 11, 16 e 20 (n=7; *alpha*: versão-Pai=0,85; versão-Mãe=0,80).

4.1.9.2.2. Percepção dos Investimentos Parentais no Trabalho⁴⁴¹

A AFE realizada confirmou, igualmente, a solução de dois factores, explicando, inicialmente 39,8% de variância total no que se refere à percepção dos investimentos do pai e 37,7% no que se refere aos investimentos da mãe.

O Factor 1 agrupa itens nos quais se encontra referência a indicadores comportamentais que remetem para investimentos positivos da figura parental no trabalho, ao passo que o Factor 2 inclui itens em cuja formulação está representada a imagem de uma figura parental negativamente investida no trabalho.

A existência de problemas ao nível da saturação de alguns itens em ambos os factores impediu que esta solução inicial fosse imediatamente adoptada. Verificou-se, de modo mais concreto, que dois dos itens que apareciam associados ao Factor 1 (itens 22 e 37) não satisfaziam dois dos critérios anteriormente expostos: o item 22 para além de saturar abaixo de 0,20 na versão-Pai e na versão-Mãe da medida acumulava, no caso da percepção dos

⁴³⁸ Os índices de modificação assinalavam a existência de regressões conforme se segue: item 8 (PINP) < PIPP (só versão-Pai); item 17 (PIPP) < PINP (só versão-Pai).

⁴³⁹ Ajustamento do modelo paterno antes da exclusão dos itens: χ^2 (163, N=474)=426,13, $p=0,000$; GFI=0,91; AGFI=0,89; NFI=0,93; CFI=0,96; RMSEA=0,06.

⁴⁴⁰ Ajustamento do modelo materno antes da exclusão dos itens: χ^2 (164, N=286)=278,93, $p=0,000$; GFI=0,91; AGFI=0,89; NFI=0,91; CFI=0,96; RMSEA=0,05. Ajustamento do modelo maternos após a exclusão dos itens: χ^2 (129, N=286)=220,36, $p=0,000$; $\chi^2/\text{gl}= 1,71$; GFI=0,92; AGFI=0,90; NFI=0,92; CFI=0,96; RMSEA=0,05

⁴⁴¹ Para informação sobre as médias, desvios-padrão e valores de F (e respectiva significância) relativamente a cada um dos itens em função do género do participante e do progenitor na Geração 2, consultar Anexo 14 (*cf.* Quadros J3).

investimentos paternos, a presença de um intervalo de correlação com os dois factores inferior a 0,10 (Factor 1=-0,113; Factor 2=-0,119). O outro item para além de apresentar uma saturação inferior a 0,40 na versão-Pai, apresentava, na versão-Mãe, valores de saturação mais elevados no factor alternativo (Factor 1=0,24; Factor 2=-0,37). Também ao nível do Factor 2 se verificaram dois casos de violação do critério relativo ao valor mínimo de saturação (itens 21 e 23). Estas quatro situações acarretaram a exclusão dos itens problemáticos.

A estrutura factorial final de ambas as versões é, assim, constituída por 21 itens distribuídos em cerca de metade pelos dois factores já referidos, e explicando 45,2% da variância total no caso da percepção dos investimentos do pai, e 43% quando se trata dos investimentos maternos (*cf.* Quadros 27 e 28).

Dez dos itens organizam-se em torno do Factor 1 que explica aproximadamente 25% da variância total em ambas as versões (Pai: 25,8%; Mãe: 24,8%). As suas saturações, globalmente positivas, variam num intervalo compreendido entre 0,61 e 0,82 na versão-Pai e entre 0,53 e 0,81 na versão-Mãe.

O Factor 2 engloba os restantes itens (n=11) que no seu conjunto explicam 19,4% da variância total na versão-Pai e 18,2% na versão-Mãe. Todos os itens saturam positivamente em ambos os factores e nas duas versões da medida. Os valores de saturação oscilam entre 0,50 e 0,71 na medida do investimento paterno percebido e entre 0,44 e 0,70 no caso da percepção do investimento da mãe no trabalho.

Em ambas as versões, os valores das correlações dos itens constituintes de cada factor com o factor alternativo indicam que os itens contribuem mais decisivamente para a variância do factor a que pertencem do que para a variância do outro, uma vez que a magnitude dessas correlações é, em geral, bastante baixa. No caso da versão-Mãe este diferencial de correlação é um pouco menos acentuado, sobretudo no que se refere a alguns dos itens que constituem o Factor 2.

De um modo geral, os valores de *alpha* podem ser considerados bons em ambos os factores, qualquer que seja a versão (Pai ou Mãe) considerada. No caso do Factor 2 (percepção de investimento negativo no trabalho), e no que se refere à versão-Pai, os valores do *alpha* evidenciam, no entanto, uma maior consistência interna no grupo dos homens comparativamente ao grupo das mulheres, observando-se a inversão desta tendência quando se considera a percepção do investimento (negativo) da mãe com a amostra feminina a registar um índice de consistência interna superior ao da amostra masculina (*cf.* Quadro 29).

Quadro 27.

Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental no Trabalho (versão-Pai)

Dimensões/itens	Factores	
Percepção de Investimento Positivo (n=10)	F1	F2
28. Andava sempre preocupado com o trabalho.	,821	
27. A sua dedicação ao trabalho deixava-lhe pouco tempo livre.	,806	
31. Só via o trabalho à sua frente.	,778	
30. Muitas vezes passava o tempo livre a trabalhar.	,753	
24. Estava quase sempre a trabalhar.	,738	
43. Tinha sempre coisas do trabalho na cabeça.	,728	
33. Punha de parte alguns prazeres pessoais para estar a trabalhar.	,711	
29. As responsabilidades que tinha no trabalho impediram-no de estar mais disponível para os filhos.	,695	
35. A sua relação com os filhos poderia ter sido melhor se ele não estivesse tão envolvido com o seu trabalho.	,641	,187
41. Vivia os problemas do trabalho com muita intensidade.	,608	
Percepção de Investimento Negativo (n=11)	F1	F2
42. A maior parte das vezes não lhe apetecia trabalhar.		,710
34. Trabalhava o mínimo possível.		,683
36. Queixava-se do trabalho e dizia que se pudesse escolher deixava de trabalhar.		,666
38. Não percebia como certas pessoas podiam gostar de trabalhar.		,640
44. O trabalho não era importante para si.		,636
32. Falava com desagrado do seu trabalho.		,598
26. Não se esforçava para ser um profissional cada vez melhor.		,562
40. Sempre que podia faltava ao trabalho.		,543
39. Preferia fazer outras coisas em vez de trabalhar.		,535
45. Ficava satisfeito quando não ia trabalhar.		,523
25. Trabalhava por pura obrigação.		,505
Variância total explicada (% por factor)	25,8	19,4
Variância total explicada (%)		45,2

Nota: Os valores omissos correspondem a correlações inferiores a 0,15

Quadro 28.

*Estrutura Factorial do Questionário de Percepção do Investimento da Figura Parental no Trabalho (versão-Mãe)**

Dimensões/itens	Factores	
Percepção de Investimento Positivo (n=10)	F1	F2
28. Andava sempre preocupada com o trabalho.	,811	
27. A sua dedicação ao trabalho deixava-lhe pouco tempo livre.	,797	
30. Muitas vezes passava o tempo livre a trabalhar.	,761	
33. Punha de parte alguns prazeres pessoais para estar a trabalhar.	,732	
24. Estava quase sempre a trabalhar.	,717	
31. Só via o trabalho à sua frente.	,709	
35. A sua relação com os filhos poderia ter sido melhor se ela não estivesse tão envolvida com o seu trabalho.	,676	,270
29. As responsabilidades que tinha no trabalho impediram-na de estar mais disponível para os filhos.	,664	
43. Tinha sempre coisas do trabalho na cabeça.	,656	
41. Vivía os problemas do trabalho com muita intensidade.	,535	
Percepção de Investimento Negativo (n=11)	F1	F2
36. Queixava-se do trabalho e dizia que se pudesse escolher deixava de trabalhar.	,163	,702
42. A maior parte das vezes não lhe apetecia trabalhar.		,691
44. O trabalho não era importante para si.		,640
32. Falava com desagrado do seu trabalho.	,208	,625
34. Trabalhava o mínimo possível.		,595
26. Não se esforçava para ser um profissional cada vez melhor.		,575
39. Preferia fazer outras coisas em vez de trabalhar.		,574
45. Ficava satisfeita quando não ia trabalhar.		,514
38. Não percebia como certas pessoas podiam gostar de trabalhar.		,497
40. Sempre que podia faltava ao trabalho.		,478
25. Trabalhava por pura obrigação.	,229	,440
Variância total explicada (% por factor)	24,8	18,2
Variância total explicada (%)	43	

Nota: * Filhos de mulheres domésticas excluídos da análise

Quadro 29.

Alphas de Cronbach obtidos nas medidas usadas exclusivamente na Geração 2 em função do Género dos participantes e da figura parental

		(Ao/do) Pai			(À/da) Mãe			N.º itens
		H	M	Total	H	M	Total	
Qualidade da Ligação Afectiva	Car.	0,87	0,91	0,89	0,85	0,88	0,87	12
	Sppr.	0,81	0,84	0,83	0,82	0,84	0,83	10
Percepção do Investimento na Parentalidade	PIP	0,94	0,95	0,94	0,91	0,93	0,92	12
	PIN	0,88	0,85	0,87	0,86	0,77	0,83	8
Percepção do Investimento no Trabalho	PIP	0,90	0,90	0,90	0,88*	0,90*	0,89*	10
	PIN	0,84	0,78	0,81	0,78*	0,81*	0,80*	11

Nota: * Filhos de mulheres domésticas excluídos da análise. Todos os valores apresentados são altamente significativos ($p=0,000$). **Car.:** Carinho; **Sppr.:** Superprotecção; **PIP:** Percepção de Investimento Positivo; **PIN:** Percepção de Investimento Negativo.

Em ordem a testar a estrutura factorial final, foi, seguidamente, especificado e submetido a análise confirmatória um modelo de dois factores latentes correlacionados (*cf.* Anexo 14, Figuras 1 e 2). Os resultados apontaram, desde logo, para um melhor ajustamento do modelo no caso da versão-Pai do que no caso da versão-Mãe⁴⁴². Para além disso, constatou-se que, em cada um dos modelos (pai e mãe), os mesmos dois itens regrediam num factor diferente daquele em que haviam saturado na AFE (itens 32 e 25), verificando-se o mesmo relativamente a um terceiro item, que variou em função do modelo em análise (versão-Pai: item 41; versão-Mãe: item 43)⁴⁴³. Uma vez que estes itens não se mostravam indicadores inequívocos do factor a que era esperado pertencerem, foram excluídos dos modelos. Em ambas as versões, a sua exclusão resultou num incremento dos índices de ajustamento [versão-Pai: χ^2 (109, N=474)=246,90, $p=0,000$; $\chi^2/\text{gl}=2,26$; GFI=0,94; AGFI=0,92; NFI= 0,92; CFI=0,95; RMSEA=0,05; versão-Mãe: χ^2 (111, N=286)=169,14, $p=0,000$; $\chi^2/\text{gl}= 1,52$; GFI=0,94; AGFI=0,91; NFI= 0,90; CFI=0,96; RMSEA=0,04]⁴⁴⁴.

⁴⁴² Ajustamento do modelo paterno antes da exclusão dos itens: χ^2 (175, N=474)= 387,90, $p=0,000$; GFI=0,93; AGFI=0,91; NFI=0,90; CFI=0,94; RMSEA=0,05. Ajustamento do modelo materno antes da exclusão dos itens: χ^2 (180, N=286)= 345,03, $p=0,000$; GFI=0,90; AGFI=0,87; NFI=0,84; CFI=0,92; RMSEA=0,06.

⁴⁴³ Os índices de modificação assinalavam a existência de regressões conforme se segue: item 25 (PIPT) < PIPT; item 35 (PIPT) < PINT; item 41 (PIPT) < PINT (só na versão-Pai); item 43 (PIPT) < PINT (só na versão-Mãe).

⁴⁴⁴ Apesar dos itens 41 e 43 se terem mostrado problemáticos em versões diferentes da medida, optou-se por excluí-los de ambas, na perspectiva de manter homogêneo o seu conteúdo. Apresentam-se os índices de ajustamento antes e depois da exclusão desses itens em cada uma das versões da medida: Ajustamento do modelo paterno antes da exclusão do item 43: χ^2 (124, N=474)= 272,86, $p=0,000$; GFI=0,942; AGFI=0,920; NFI=0,916; CFI=0,952; RMSEA=0,05. Ajustamento do modelo paterno após a exclusão do item 43: χ^2 (109, N=474)= 246,91, $p=0,000$; GFI=0,945; AGFI=0,923; NFI=0,916; CFI=0,951; RMSEA=0,052. Ajustamento do modelo materno antes da exclusão do item 41: χ^2 (126, N=286)= 181,24, $p=0,001$; GFI=0,935; AGFI=0,911; NFI=0,893; CFI=0,964; RMSEA=0,039. Ajustamento do modelo materno após a exclusão do item 41: χ^2 (111, N=286)= 169,14, $p=0,000$; GFI=0,936; AGFI=0,911; NFI=0,896; CFI=0,961; RMSEA=0,043.

Deste modo, a composição definitiva da medida passou a ser a seguinte: Factor 1, PIPT: itens 24, 27, 28, 29, 30, 31 e 33 ($n=7$; α : versão-Pai=0,89; versão-Mãe=0,88); Factor 2, PINT: itens 26, 32, 34, 36, 38, 39, 40, 42, 44 e 45 ($n=10$; α : versão-Pai=0,81; versão-Mãe=0,79).

5. Dimensões Psicológicas e Procedimentos usados no Estudo Qualitativo

Tendo em conta o interesse em obter, de uma forma narrativa, alguns dados quanto aos sentimentos, representações e vivências dos participantes relativamente aos tópicos do envolvimento com o trabalho e a parentalidade e da coordenação dos dois papéis de vida, procurou fazer-se uma aproximação à sua experiência subjectiva dos pela via do convite ao registo espontâneo de comentários ou observações sobre os temas centrais do estudo num espaço dos questionários disponível para o efeito.

Este espaço foi intencionalmente colocado na última página do pacote de questionários de modo a que os participantes pudessem beneficiar do contacto prévio com os itens enquanto estímulos capazes de activar processos de recordação, reflexão e expressão emocional. Com efeito, admitia-se que a exposição a tais itens pudesse predispor os participantes à auto-revelação facilitando-lhe a tarefa quer no que se refere ao balizar dos aspectos a expor subjectivamente, quer no despoletar de atenção selectiva para alguma(s) da (s) dimensão(ões) neles referenciadas pela sua especial relevância na vida de cada participante, quer na especificação de dimensões significativas da experiência subjectiva dos participantes neles não representadas.

5.1. Caracterização da Amostra

De todos os participantes na investigação ($N=1148$), 166 (14,4%; G1: $n=87$; G2: $n=79$) colaboraram nesta componente do estudo através da redacção de depoimentos breves que deram expressão, na primeira pessoa, à sua experiência pessoal no que toca à relação com a família, com o trabalho e/ou com a parentalidade e outros temas. As características da amostra de participantes que produziram comentários e observações encontram-se descritas no Quadro 30.

Quadro 30.

Caracterização da subamostra de participantes na componente qualitativa do estudo em função de variáveis individuais sociobiográficas e psicológicas

Variáveis	Geração 1 (n=87 / 52,4%)				Geração 2 (n=79 / 47,6%)			
	Homens (n=29 / 33,4%)		Mulheres (n=58 / 66,6%)		Homens (n=29 / 36,7%)		Mulheres (n=50 / 63,3%)	
Variáveis sociobiográficas	%	N	%	N	%	N	%	N
Idade dos participantes								
≤ 25 anos	0	0	0	0	0	0	4,1	2
26-35	0	0	0	0	13,8	4	26,5	13
36-45	0	0	1,7	1	58,6	17	49,0	24
46-55	10,3	3	11,9	7	24,2	7	20,4	10
56-65	27,6	8	37,3	22	3,4	1	0	0
66-75	44,8	13	32,2	19	0	0	0	0
≥ 76	17,3	5	16,9	10	0	0	0	0
Escolaridade								
Analfabeto	0	0	7,3	4	0	0	0	0
Básico	78,6	22	54,5	30	48,3	14	31,0	13
Secundário	3,6	1	9,1	5	20,7	6	21,4	9
Superior	17,8	5	29,1	16	31,0	9	47,6	20
Número de filhos								
Menos filhos [1 ou 2 (G1) / 1 (G2)]	31,0	9	38,9	21	41,4	12	26,2	11
Mais filhos [≥ 3 (G1) / ≥ 2 (G2)]	69,0	20	61,1	33	58,6	17	73,8	31
Nível Profissional								
Superior	24,1	7	30,8	16	30,0	9	40,5	17
Intermédio	51,8	15	17,3	9	36,7	11	42,9	18
Inferior	24,1	7	26,9	14	33,3	10	16,6	7
Sem categoria	0	0	25,0	13	0	0	0	0
Estatuto face ao Trabalho								
Empresário/comerciante	6,7	2	5,2	3	3,4	1	2,3	1
Trabalhador Independente	6,7	2	10,3	6	3,4	1	4,7	2
Trabalhador conta de outrem	86,6	26	56,9	33	93,2	27	90,7	39
Desempregado	0	0	0	0	0	0	2,3	1
Sem ocupação profissional	0	0	27,6	16	0	0	0	0
Tempo de trabalho								
Parcial	0	0	24,4	10	3,4	1	7,1	3
Inteiro	100	29	75,6	31	96,6	28	92,9	39
Variáveis Psicológicas	%	N	%	N	%	N	%	N
Investimento na Parentalidade								
Abaixo da média	39,3	11	50,9	27	34,5	10	55,1	27
Acima da média	60,7	17	49,1	26	65,5	19	44,9	22
Investimento no Trabalho								
Abaixo da média	46,4	13	51,0	25	44,8	13	46,8	22
Acima da média	53,6	15	49,0	24	55,2	16	53,2	25
Padrão de Investimento								
Padrão I (IPb / IPb)	21,4	6	20,8	10	24,1	7	29,8	14
Padrão II (IPa / ITb)	25,0	7	31,3	15	20,7	6	17,0	8
Padrão III (IPb / ITa)	17,9	5	31,3	15	10,3	3	25,5	12
Padrão IV (IPa / ITa)	35,7	10	16,6	8	44,9	13	27,7	13

5.2. Procedimentos e Fases da Análise Qualitativa

Os procedimentos de análise qualitativa foram desenvolvidos em duas fases. Em primeiro lugar, procurou classificar-se cada depoimento na íntegra em termos da sua relação com uma de quatro categorias que foram definidas de modo a representar o enfoque global do comentário, isto é, o tema que mais se evidenciava na resposta redigida pelo participante (*cf.* Quadro 31). Nesta classificação foram especificamente valorizados (de forma independente ou cumulativamente) dois critérios de evidência: (1) tratar-se de um tema descrito mais extensamente (em mais do que uma unidade de análise); e, (2) ser narrado/adjectivado num tom (positivo ou negativo) especialmente expressivo e enfático (mais carregado emocionalmente).

Em segundo lugar, procedeu-se a uma categorização num nível microscópico dos comentários, tendo-se classificado cada uma das unidades de expressão (UE) nas quais cada um deles foi decomposto (isolando em parágrafos os segmentos que se reportavam à expressão diferenciada de ideias ou dimensões de experiência específicas) de acordo com uma matriz composta por oito categorias⁴⁴⁵ (*cf.* Quadro 31), por sua vez subdivididas num número variável de subcategorias de especificação (*cf.* Anexo 27a).

Neste processo de classificação do conteúdo das respostas, foi obtida a colaboração de um segundo codificador a quem foi dada formação específica no que respeita à utilização do *software* de análise qualitativa NUD.Ist 6.0 quer quanto ao sistema de categorias definido para a análise em causa. Pretendeu-se, desta forma, potenciar a fiabilidade e a fidelidade da codificação dos dados tirando partido de uma das funcionalidades do programa informático que diz respeito ao acordo intercodificadores. No seguimento da comparação intercodificadores, ocorreram diversas reuniões no sentido da discussão e resolução das situações de desacordo identificadas⁴⁴⁶ (*cf.* Anexo 27, Quadros X1 a X4) das quais resultaram, nalguns casos, o apuramento do sistema de categorias e/ou a especificação das suas definições operacionais.

⁴⁴⁵ Quer as categorias de classificação do *Enfoque do Comentário* quer as de classificação das *Unidades de Expressão* foram estabelecidas *a priori* tendo em conta (1) os grandes temas estruturantes do projecto de investigação (Parentalidade, Trabalho, Relação Interpapéis e Aprendizagem Intergeracional) e, (2) a revisão da literatura realizada acerca do objecto de estudo. Algumas das categorias emergiram ao longo do processo de análise das respostas, de modo a melhor permitir enquadrar as especificidades dos comentários dos participantes (*e.g.*, Apoio Indisponível/reclamado).

⁴⁴⁶ Registou-se um número praticamente residual de desacordos, mais concretamente 4,8% no caso da classificação do Enfoque do Comentário e 3,7% no caso da classificação das unidades de análise dos comentários. Uma das possíveis explicações para a elevada percentagem de acordos (95,2% e 96,3%, respectivamente) é a reduzida extensão dos comentários produzidos pelos participantes. O facto de tratar-se de depoimentos curtos (contendo entre seis e 136 palavras) tornou de, algum modo, mais fácil a referência do seu conteúdo a cada uma das categorias.

Quadro 31.

Categorias gerais usadas na análise de conteúdo dos comentários dos participantes e respectiva definição

CATEGORIAS	DEFINIÇÃO
Classificação do Enfoque do comentário	
Parentalidade/Família	Quando o tema de destaque é a experiência parental (a sua própria ou a das pessoas em geral) ou a vivência familiar (na família actual e/ou na família de origem).
Profissão/Trabalho	Quando o tema de destaque é a experiência profissional/de trabalho (a sua própria ou a das pessoas em geral). Inclui os casos nos quais o/a participante faça referência à actividade doméstica equiparando-a a "trabalho" nalguma das suas dimensões.
Relação Interpapéis	Quando o tema que se destaca é o da gestão e articulação dos dois papéis focados no estudo, tendo em conta a sua própria experiência ou a das pessoas em geral. Os participantes poderão: (1) referir-se às implicações e efeitos recíprocos, positivos e negativos, emocionais e instrumentais, de um papel sobre o outro; (2) mencionar as consequências resultantes da acumulação de ambos; (3) salientar a interferência (positiva ou negativa) de um deles na sua qualidade de vida (tempo livre, bem estar psicológico, saúde,...); (4) aludir à presença ou ausência de apoio conjugal nessa gestão; e, (5) descrever estratégias/meios de compatibilização dos papéis.
Indiferenciado/Marginal	Quando nenhum dos três tópicos (trabalho, parentalidade ou relação interpapéis), se destaca de forma particular no comentário dos participantes. Ainda que nele possam aparecer total (os três) ou parcialmente (dois deles) verifica-se uma situação de aparente "empate" quanto ao grau de ênfase. Incluem-se também os casos em que os participantes fazem comentários ou observações que se desviam completamente de qualquer um dos temas propostos.
Classificação das Unidades de Expressão (UE)	
Parentalidade: Evidência de... (8 subcategorias/5 ramificadas)	Referências explícitas do/a participante a qualquer dimensão significativa da experiência parental.
Trabalho: Evidência de... (7 subcategorias/4 ramificadas)	Referências explícitas do/a participante a qualquer dimensão significativa da experiência de trabalho/profissional.
Relação Interpapéis: Evidência de... (8 subcategorias/4 ramificadas)	Referências do/a participante dos quais seja possível tirar ilações quanto ao tipo de dinâmicas trabalho-parentalidade que caracterizam a sua vivência do duplo-papel.
Apoio Social: Evidência da sua presença ou necessidade (2 subcategorias/ambas ramificadas)	Referência do/a participante a possíveis necessidades de apoio social ao nível da gestão instrumental e emocional do trabalho e da parentalidade e ao grau de disponibilidade percebida desse apoio.
Constrangimentos e condicionalismos: Ligados a... (4 subcategorias)	Referência do/a participante à natureza dos factores que podem ter limitado ou condicionado (ou poderão limitar e condicionar) os investimentos na parentalidade e/ou no trabalho e a articulação dos dois papéis, pelo próprio indivíduo, pelas respectivas figuras parentais ou pelas pessoas em geral. Trata-se de referências que exprimem, explícita ou implicitamente, a perspectiva dos participantes no que se refere à atribuição causal dos custos, dificuldades e problemas sentidos. Incluem-se os casos de comentários nos quais os participantes aludem a esses factores quando se pronunciam sobre outros temas, nomeadamente para caracterizar ou contextualizar as condições do exercício dos dois papéis.
Factores Facilitadores: Ligados a... (4 subcategorias)	Referência do/a participante à natureza dos factores que podem ter facilitado e melhorado (ou poderiam/poderão facilitar e melhorar) as condições dos investimentos na parentalidade e/ou no trabalho e da articulação dos dois papéis pelo próprio indivíduo, pelas respectivas figuras parentais ou pelas pessoas em geral. Trata-se de referências que exprimem, explícita ou implicitamente, a perspectiva dos participantes no que se refere à atribuição causal das facilidades sentidas. Incluem-se os casos de comentários nos quais os participantes aludem a esses factores quando se pronunciam sobre outros temas, nomeadamente para caracterizar ou contextualizar as condições de exercício dos dois papéis.
Vida Doméstica: Evidência de... (2 subcategorias)	Referência do/a participante a aspectos relevantes da caracterização da actividade doméstica enquanto parte fundamental da organização da vida familiar
Papéis de Género (2 subcategorias)	Referência do/a participante ao género enquanto variável critério da posição e papéis assumidos pelo homem e da mulher no contexto da família, do mercado de trabalho e da sociedade. Pode tratar-se de referências na 1. ^a ou na 3. ^a pessoa.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO



DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO
INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPEIS:
UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL
Inês Nascimento, FPCEUP-2007

1. Resultados dos Estudos Correlacionais

Tendo em conta a multiplicidade de variáveis envolvidas no estudo, considerou-se de interesse proceder a uma primeira exploração da natureza das suas associações, que permitisse caracterizar a rede de relações que mantêm entre si a partir da obtenção de indicadores quanto à intensidade, direcção (positiva ou negativa) e nível de significância das correlações bivariadas existentes entre os vários constructos em estudo, bem como entre as dimensões de uma mesma medida.

No que respeita a medidas que foram exclusivamente usadas na G2, designadamente a qualidade da ligação afectiva pais-filhos e a percepção dos investimentos dos pais na parentalidade e no trabalho, foram avaliadas as correlações existentes entre as dimensões das medidas respectivas, quer no interior da mesma versão quer entre as versões Pai e Mãe, para a mesma medida. No caso dos dois questionários de avaliação da percepção dos investimentos das figuras parentais, estimaram-se igualmente as correlações entre as dimensões relativas a cada um dos domínios de investimento dos progenitores (as duas dimensões do investimento percebido no trabalho e as duas dimensões do investimento percebido na parentalidade) tendo-se avaliado os valores de r relativamente a cada uma das versões e entre as versões. Foi ainda apreciado o grau de associação entre as dimensões de cada uma destas medidas de percepção e as dimensões do questionário de ligação afectiva aos pais relativamente à versão respeitante a cada um dos progenitores.

Complementarmente, e no contexto das análises intrafamiliares, foram ainda avaliadas: (1) a correlação entre o grau médio de investimento, *spillover*, conflito e sobrecarga dos pais e as memórias da ligação afectiva pais-filhos; (2) a correlação entre os valores médios da percepção dos investimentos parentais dos filhos e o investimento auto-descrito pelos próprios pais em cada um dos domínios; e, (3) a correlação entre os níveis médios de investimento auto-avaliados por pais e por filhos.

Desta forma, procedeu-se à estimativa do coeficiente r de *Pearson*, relativamente a todos os pares possíveis de variáveis, que foi realizada separadamente para cada grupo geracional e de género. Os valores das correlações bivariadas obtidos encontram-se representados nos Quadros 32 e 33 sendo analisados e descritos em função de cada um dos constructos. Serão apenas destacadas as variáveis cuja correlação, sendo significativa, apresente magnitude igual ou superior a 0.30.

Quadro 32.

Matriz de correlações bivariadas (Pearson) entre as principais variáveis do estudo para a Geração 1 em função do Género

	IT	IP	PAC	SPPT	SNTP	SNPT	SPTP	CTP	CPT	SBCG
IT	1	T: 0,07	T: 0,17**	T: 0,14**	T: 0,16**	T: 0,02	T: 0,17**	T: 0,29**	T: -0,04	T: 0,24**
IP	H: 0,10 M: 0,19**	1	T: 0,20**	T: 0,48**	T: -0,12**	T: 0,16**	T: 0,17**	T: 0,01	T: 0,26**	T: 0,16**
PAC	H: 0,11* M: 0,12	H: 0,49** M: 0,17**	1	T: 0,27**	T: -0,18**	T: -0,19**	T: 0,12**	T: -0,03	T: -0,11*	T: -0,16**
SPPT	H: 0,11 M: 0,20**	H: 0,56** M: 0,38**	H: 0,39** M: 0,24**	1	T: -0,11**	T: 0,08	T: 0,28**	T: 0,03	T: 0,15**	T: 0,04
SNTP	H: 0,19** M: 0,13	H: -0,18** M: -0,02	H: -0,22** M: -0,19**	H: -0,21** M: 0,05	1	T: 0,41**	T: -0,09*	T: 0,52**	T: 0,19**	T: 0,54**
SNPT	H: 0,01 M: 0,15**	H: 0,03 M: 0,17**	H: -0,08 M: -0,13*	H: 0,06 M: 0,08	H: 0,40** M: 0,48**	1	T: 0,01	T: 0,40**	T: 0,53**	T: 0,65**
SPTP	H: 0,08 M: 0,33**	H: 0,21** M: 0,08	H: 0,18** M: 0,15*	H: 0,37** M: 0,15*	H: -0,12* M: -0,04	H: 0,06* M: -0,03	1	T: -0,06	T: 0,16**	T: -0,04
CTP	H: 0,32** M: 0,20**	H: 0,05 M: 0,08	H: -0,05 M: -0,14*	H: -0,02 M: 0,13*	H: 0,46** M: 0,59**	H: 0,42** M: 0,51**	H: -0,05 M: -0,04	1	T: 0,32**	T: 0,63**
CPT	H: -0,05 M: 0,11	H: 0,21** M: 0,16*	H: 0,01 M: 0,01	H: 0,12* M: 0,17*	H: 0,12* M: 0,32**	H: 0,54** M: 0,44**	H: 0,15** M: 0,13	H: 0,30** M: 0,52**	1	T: 0,49**
SBCG	H: 0,30** M: 0,27**	H: 0,05 M: 0,18**	H: -0,07 M: -0,14*	H: -0,01 M: 0,09	H: 0,56** M: 0,56**	H: 0,56** M: 0,70**	H: -0,08 M: -0,04	H: 0,70** M: 0,68**	H: 0,44** M: 0,49**	1
ST	H: 0,09 M: 0,25**	H: 0,13* M: 0,19**	H: 0,10 M: 0,10	H: 0,16** M: 0,08	H: -0,17** M: -0,20**	H: -0,17** M: -0,11	H: 0,11* M: 0,25**	H: -0,10 M: -0,21**	H: -0,20** M: -0,16*	H: -0,20** M: -0,10
SP	H: 0,02 M: 0,01	H: 0,16** M: 0,04	H: 0,17** M: 0,09	H: 0,18** M: 0,01	H: -0,22** M: -0,21**	H: -0,10 M: -0,18**	H: 0,13* M: 0,16	H: -0,21** M: -0,38**	H: -0,03 M: -0,18**	H: -0,15** M: -0,24**
SC	H: 0,02 M: 0,01	H: 0,18** M: 0,02	H: 0,34** M: 0,45**	H: 0,23** M: 0,02	H: -0,19** M: -0,23**	H: -0,12* M: -0,24**	H: 0,10 M: 0,05	H: -0,18** M: -0,36**	H: -0,04 M: -0,18**	H: -0,14* M: -0,28**
SO	H: 0,03 M: 0,10	H: 0,08 M: 0,04	H: 0,19** M: 0,13	H: 0,12* M: 0,02	H: -0,08 M: -0,14*	H: -0,08 M: -0,12	H: -0,03 M: 0,12	H: -0,12* M: -0,27**	H: -0,10 M: -0,10	H: -0,10 M: -0,18**
TT	H: 0,07 M: -0,04	H: -0,21** M: 0,04	H: -0,08 M: -0,16*	H: -0,21** M: -0,02	H: 0,13* M: 0,25**	H: -0,05 M: 0,12	H: -0,17** M: -0,13	H: 0,11 M: 0,36**	H: 0,00 M: 0,09	H: 0,07 M: 0,24**
TP	H: -0,10 M: -0,07	H: 0,12* M: 0,01	H: 0,04 M: 0,02	H: 0,10 M: -0,05	H: -0,08 M: -0,34**	H: 0,00 M: -0,12	H: 0,11 M: -0,02	H: -0,12* M: -0,31**	H: -0,02 M: -0,16*	H: -0,08 M: -0,26**
TC	H: -0,01 M: 0,08	H: 0,16** M: -0,11	H: 0,18** M: 0,18**	H: 0,18** M: 0,05	H: -0,09 M: -0,06	H: 0,05 M: -0,09	H: 0,12* M: 0,08	H: -0,05 M: -0,22**	H: -0,01 M: -0,06	H: -0,04 M: -0,13*
TO	H: -0,08 M: 0,06	H: 0,02 M: -0,01	H: -0,02 M: 0,05	H: 0,01 M: 0,06	H: -0,02 M: 0,07	H: 0,05 M: 0,11	H: 0,05 M: 0,12	H: -0,05 M: -0,02	H: -0,02 M: 0,11	H: -0,02 M: 0,08

Nota: Valores de r relativos à amostra total representados acima da diagonal; Valores de r para Homens e Mulheres representados abaixo da diagonal. ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

Quadro 32.

Matriz de correlações bivariadas (Pearson) entre as principais variáveis do estudo para a Geração 1 em função do Género (continuação)

GERAÇÃO 1								
	ST	SP	SC	SO	TT	TP	TC	TO
IT	T: 0,18**	T: -0,01	T: 0,04	T: 0,07	T: 0,09*	T: -0,18**	T: 0,04	T: -0,02
IP	T: 0,12**	T: 0,13**	T: 0,07	T: 0,05	T: -0,19**	T: 0,20**	T: 0,04	T: 0,00
PAC	T: 0,13**	T: 0,08	T: 0,41**	T: 0,16**	T: 0,00	T: -0,15**	T: 0,18**	T: 0,02
SPPT	T: 0,12**	T: 0,11**	T: 0,13**	T: 0,07	T: -0,15**	T: 0,06	T: 0,13**	T: 0,03
SNTP	T: -0,18**	T: -0,22**	T: -0,20**	T: -0,10*	T: 0,18**	T: -0,19**	T: -0,07	T: 0,01
SNPT	T: -0,16**	T: -0,10*	T: -0,20**	T: -0,10*	T: -0,06	T: 0,09	T: -0,03	T: 0,08
SPTP	T: 0,16**	T: 0,15**	T: 0,06	T: 0,03	T: -0,17**	T: 0,09*	T: 0,10*	T: 0,08
CTP	T: -0,13**	T: -0,30**	T: -0,24**	T: -0,18**	T: 0,25**	T: -0,26**	T: -0,11*	T: 0,02
CPT	T: -0,21**	T: -0,06	T: -0,14**	T: -0,11*	T: -0,07	T: 0,09*	T: -0,05	T: 0,06
SBCG	T: -0,17**	T: -0,16**	T: -0,23**	T: -0,14**	T: 0,07	T: -0,04	T: -0,09*	T: 0,02
ST	1	T: 0,36**	T: 0,29**	T: 0,32**	T: 0,02	T: -0,20**	T: -0,08	T: -0,07
SP	H: 0,38** M: 0,38**	1	T: 0,53**	T: 0,38**	T: 0,00	T: 0,22**	T: -0,00	T: 0,00
SC	H: 0,35** M: 0,20**	H: 0,60** M: 0,50**	1	T: 0,39**	T: -0,00	T: 0,12**	T: 0,21**	T: 0,03
SO	H: 0,30** M: 0,34**	H: 0,34** M: 0,45**	H: 0,33** M: 0,45**	1	T: -0,11*	T: -0,09*	T: 0,09*	T: 0,09*
TT	H: -0,02 M: -0,03	H: -0,14* M: -0,22**	H: -0,06 M: -0,22**	H: -0,02 M: -0,17**	1	T: -0,71**	T: -0,64**	T: -0,26**
TP	H: 0,07 M: 0,09	H: 0,19** M: 0,20**	H: 0,05 M: 0,10	H: -0,07 M: 0,13	H: -0,69** M: -0,68**	1	T: 0,19**	T: -0,17**
TC	H: -0,01 M: -0,01	H: 0,13* M: 0,12	H: 0,19** M: 0,22**	H: -0,03 M: 0,11	H: -0,75** M: -0,63**	H: 0,38** M: 0,13*	1	T: -0,02
TO	H: -0,10 M: -0,12	H: -0,09 M: -0,10	H: -0,13* M: -0,04	H: 0,16** M: -0,01	H: -0,32** M: -0,21**	H: -0,15** M: -0,25**	H: -0,01 M: -0,02	1

Nota: Valores de r relativos à amostra total representados acima da diagonal; Valores de r para Homens e Mulheres representados abaixo da diagonal. ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

Quadro 33.

Matriz de correlações bivariadas (Pearson) entre as principais variáveis do estudo para a amostra da Geração 2 em função do Género

	IT	IP	PAC	SPPT	SNTP	SNPT	SPTP	CTP	CPT	SBCG
IT	1	T: 0,10*	T: 0,09*	T: 0,24**	T: 0,26**	T: 0,14**	T: 0,34**	T: 0,27**	T: 0,02	T: 0,22**
IP	H: 0,33** M: 0,01	1	T: 0,32**	T: 0,50**	T: 0,09*	T: 0,25**	T: 0,07	T: 0,16**	T: 0,30**	T: 0,21**
PAC	H: 0,24** M: -0,03	H: 0,46** M: 0,27**	1	T: 0,35**	T: -0,07	T: -0,03	T: 0,16**	T: 0,03	T: 0,01	T: -0,06
SPPT	H: 0,25** M: 0,24**	H: 0,58** M: 0,48**	H: 0,48** M: 0,24**	1	T: 0,01	T: 0,13**	T: 0,36**	T: 0,08	T: 0,09*	T: 0,02
SNTP	H: 0,33** M: 0,25**	H: 0,06 M: 0,04	H: 0,03 M: -0,15*	H: -0,02 M: 0,02	1	T: 0,33**	T: -0,03	T: 0,47**	T: 0,26**	T: 0,62**
SNPT	H: 0,17** M: 0,17**	H: 0,17* M: 0,24**	H: -0,04 M: -0,00	H: 0,16** M: 0,11	H: 0,40** M: 0,25**	1	T: 0,16**	T: 0,35**	T: 0,53**	T: 0,53**
SPTP	H: 0,25** M: 0,41**	H: 0,20** M: -0,01	H: 0,27** M: 0,07	H: 0,42** M: 0,33**	H: -0,01 M: -0,04	H: 0,23** M: 0,11	1	T: -0,03	T: 0,00	T: -0,01
CTP	H: 0,33** M: 0,23**	H: 0,19** M: 0,15*	H: 0,13 M: -0,04	H: 0,13 M: 0,05	H: 0,40** M: 0,54**	H: 0,32** M: 0,39**	H: 0,11 M: -0,14	1	T: 0,32**	T: 0,61**
CPT	H: 0,13 M: 0,01	H: 0,22** M: 0,25**	H: 0,03 M: 0,03	H: 0,10 M: 0,08	H: 0,23** M: 0,24**	H: 0,54** M: 0,44**	H: 0,08 M: -0,05	H: 0,22** M: 0,41**	1	T: 0,46**
SBCG	H: 0,32** M: 0,21**	H: 0,17** M: 0,13*	H: 0,06 M: -0,15*	H: 0,01 M: 0,02	H: 0,60** M: 0,62**	H: 0,55** M: 0,48**	H: -0,07 M: -0,06	H: 0,58** M: 0,66**	H: 0,38** M: 0,48**	1
ST	H: 0,14* M: 0,17**	H: -0,08 M: 0,03	H: 0,13 M: 0,11	H: 0,07 M: 0,17**	H: -0,02 M: -0,14*	H: -0,02 M: -0,10	H: 0,28** M: 0,19**	H: -0,06 M: -0,16**	H: -0,06 M: 0,14**	H: -0,15* M: -0,20**
SP	H: 0,08 M: -0,03	H: 0,02 M: 0,14*	H: 0,08 M: 0,10	H: 0,04 M: 0,10	H: -0,13* M: -0,20**	H: 0,02 M: -0,04	H: 0,15* M: 0,10	H: -0,11 M: -0,21**	H: 0,04 M: -0,09	H: -0,14* M: -0,22**
SC	H: 0,09 M: -0,04	H: 0,06 M: 0,14*	H: 0,21** M: 0,26**	H: 0,06 M: 0,07	H: -0,21** M: -0,20**	H: -0,05 M: -0,10	H: 0,10 M: -0,01	H: -0,10 M: -0,18**	H: -0,02 M: -0,07	H: -0,16* M: -0,19**
SO	H: 0,11 M: 0,05	H: 0,02 M: 0,07	H: 0,06 M: 0,10	H: 0,02 M: 0,09	H: -0,08 M: -0,24**	H: -0,02 M: -0,09	H: 0,08 M: 0,12*	H: -0,07 M: -0,27**	H: 0,05 M: -0,18**	H: -0,05 M: -0,22**
TT	H: 0,07 M: 0,08	H: -0,20** M: -0,13*	H: -0,15* M: 0,00	H: -0,14* M: -0,18**	H: 0,12 M: 0,16*	H: -0,03 M: -0,04	H: -0,08 M: -0,10	H: 0,05 M: 0,05	H: -0,11 M: -0,00	H: 0,06 M: 0,10
TP	H: 0,07 M: -0,08	H: 0,14* M: 0,15*	H: 0,11 M: 0,10	H: 0,08 M: 0,12	H: 0,00 M: -0,10	H: 0,08 M: 0,08	H: 0,06 M: 0,03	H: 0,05 M: -0,03	H: 0,21** M: -0,00	H: 0,06 M: -0,05
TC	H: -0,04 M: -0,18**	H: 0,08 M: 0,04	H: 0,18** M: 0,04	H: 0,08 M: 0,08	H: -0,15* M: -0,15*	H: -0,04 M: -0,05	H: -0,01 M: -0,02	H: -0,08 M: -0,14*	H: 0,03 M: 0,05	H: -0,08 M: -0,14*
TO	H: 0,08 M: 0,05	H: 0,08 M: 0,03	H: -0,04 M: -0,15*	H: 0,04 M: 0,10	H: -0,07 M: -0,01	H: 0,01 M: 0,02	H: 0,07 M: 0,11	H: -0,06 M: 0,06	H: -0,05 M: 0,12	H: -0,07 M: -0,02

Nota: Valores de r relativos à amostra total representados acima da diagonal; Valores de r para Homens e Mulheres representados abaixo da diagonal. ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

Quadro 33.

Matriz de correlações bivariadas (Pearson) entre as principais variáveis do estudo para a amostra da Geração 2 em função do Género (continuação)

GERAÇÃO 2								
	ST	SP	SC	SO	TT	TP	TC	TO
IT	T: 0,16**	T: 0,02	T: 0,03	T: 0,09	T: 0,03	T: -0,07	T: -0,10*	T: 0,08
IP	T: -0,02	T: 0,08	T: 0,05	T: 0,01	T: -0,20**	T: 0,26**	T: 0,03	T: 0,00
PAC	T: 0,12*	T: 0,09	T: 0,24**	T: 0,08	T: -0,06	T: 0,07	T: 0,11*	T: -0,09
SPPT	T: 0,13**	T: 0,07	T: 0,06	T: 0,06	T: -0,16**	T: 0,10*	T: 0,08	T: 0,06
SNTP	T: -0,08	T: -0,17**	T: -0,22**	T: -0,17**	T: 0,11*	T: 0,01	T: -0,16**	T: -0,06
SNPT	T: -0,06	T: -0,01	T: -0,10*	T: -0,08	T: -0,06	T: 0,15**	T: -0,06	T: -0,01
SPTP	T: 0,23**	T: 0,12**	T: 0,04	T: 0,10*	T: -0,09	T: 0,04	T: -0,01	T: 0,09*
CTP	T: -0,12*	T: -0,17**	T: -0,14**	T: -0,18**	T: 0,05	T: 0,00	T: -0,10*	T: 0,00
CPT	T: -0,10*	T: -0,03	T: -0,08	T: -0,10*	T: -0,08	T: 0,18**	T: 0,02	T: -0,00
SBCG	T: -0,17**	T: -0,18**	T: -0,20**	T: -0,15**	T: 0,04	T: 0,09	T: -0,13**	T: -0,08
ST	1	T: 0,34**	T: 0,32**	T: 0,26**	T: -0,05	T: 0,02	T: 0,01	T: 0,04
SP	H: 0,30** M: 0,38**	1	T: 0,69**	T: 0,43**	T: -0,19**	T: 0,13**	T: 0,13	T: 0,00
SC	H: 0,29** M: 0,34**	H: 0,70** M: 0,70**	1	T: 0,47**	T: -0,12**	T: -0,02	T: 0,22**	T: 0,12*
SO	H: 0,22** M: 0,31**	H: 0,38** M: 0,48**	H: 0,44** M: 0,48**	1	T: -0,12**	T: -0,01	T: 0,05	T: 0,22*
TT	H: 0,01 M: -0,10	H: -0,24** M: -0,14*	H: -0,23** M: -0,08	H: -0,11 M: -0,17**	1	T: -0,61**	T: -0,60**	T: -0,36**
TP	H: -0,02 M: 0,06	H: 0,11 M: 0,16*	H: 0,07 M: 0,02	H: 0,01 M: 0,05	H: -0,58** M: -0,63**	1	T: 0,08	T: -0,09
TC	H: -0,04 M: 0,06	H: 0,19** M: 0,07	H: 0,23** M: 0,19**	H: 0,06 M: 0,02	H: -0,71** M: -0,54**	H: 0,19** M: 0,08	1	T: 0,01
TO	H: 0,04 M: 0,04	H: 0,07 M: -0,06	H: 0,18** M: 0,01	H: 0,20** M: 0,22**	H: -0,45** M: -0,32**	H: 0,00 M: -0,05**	H: 0,04 M: -0,05	1

Nota: Valores de r relativos à amostra total representados acima da diagonal; Valores de r para Homens e Mulheres representados abaixo da diagonal. ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

1.1. Correlações entre o grau médio de Investimento e as demais Variáveis

1.1.1. Investimento no Trabalho

De um modo geral, esta variável apresenta correlações positivas significativas com a generalidade das restantes variáveis. A comparação dos valores de r aponta para a existência de correlações de magnitude relativamente fraca em ambas as gerações situando-se o valor mais alto, na G1, na correlação IT/CTP ($r = 0,29, p < 0,01$) e, na G2, na correlação IT/SPTP ($r = 0,34, p < 0,01$). Na G2, e relativamente ao par IT/IP, o valor de r situa-se em 0,33 ($p < 0,01$) no grupo dos homens. Tanto na G1 como na G2, mas desta vez no grupo das mulheres, destaca-se o par IT/SPTP com valores de $r = 0,33$ ($p < 0,01$) e 0,41 ($p < 0,01$), respectivamente.

1.1.2. Investimento na Parentalidade

Os coeficientes de r respeitantes à relação entre esta variável e as restantes variáveis do estudo, apresentam valores predominantemente positivos (a excepção refere-se à correlação IP/SNTP mas apenas na G1) e que assinalam a existência de correlações de intensidade baixa a moderada. Em ambas as Gerações, a correlação IP/SPPT é que apresenta o valor r mais elevado (G1: $r = 0,48, p < 0,01$; G2: $r = 0,50, p < 0,01$). É de referir a existência de uma correlação de 0,32 ($p < 0,01$) entre o IP e a PAC na G2, geração na qual também o par IP/CTP apresenta uma correlação na ordem dos 0,30 ($p < 0,01$).

1.2. Correlações entre o grau médio de Apoio Conjugal Percebido e as demais Variáveis

Quando analisadas as correlações entre a PAC é de destacar a correlação positiva que apresenta, na G2 com o SPPT ($r = 0,35, p < 0,01$) e na G1 com a SC (G1: $r = 0,41, p < 0,01$). Nestes dois últimos casos (PAC/SC e PAC/TC).

Refira-se ainda os valores de r obtidos na amostra masculina da Geração 1 e 2 relativamente ao par PAC/SPTP (G1: $r = 0,39, p < 0,01$; G2: H: $r = 0,48, p < 0,01$).

1.3. Correlações entre os Descritores da Relação Interpapéis

Uma vez que variáveis como o *spillover*, o conflito e o sobrecarga correspondem a diferentes mecanismos e/ou resultados do processo de relação interpapéis, os valores das correlações que apresentam entre si podem contribuir para uma abordagem mais compreensiva da dinâmica subjacente ao modo como a acumulação do papel parental e profissional se reflecte na vida dos participantes de cada amostra geracional e de género.

1.3.1. *Spillover*: Análise dos Valores de r em função da Geração e do Género

Quando se atende às correlações entre os quatro factores de *spillover*, identificam-se valores de correlação baixos a moderados em ambas as gerações e de sinal predominantemente positivo. Prestando-se atenção aos valores considerados moderados, destaca-se em especial a existência de uma correlação de 0,41 ($p < 0,01$) entre as duas dimensões de *spillover* negativo na G1 e de uma correlação de 0,36 ($p < 0,01$) entre as duas dimensões de *spillover* positivo na G2, sendo estas as correlações de maior magnitude que foi possível identificar em ambos os casos. Estes valores confirmam a semelhança entre os factores no que se refere ao facto de avaliarem um aspecto relacionado do mecanismo de *spillover* que é o da qualidade dos efeitos que produz.

O sentido e a amplitude das correlações atrás descritas repetem-se na análise em função do género, com valores de 0,40 e 0,48 (G1, $p < 0,01$) entre as dimensões de *spillover* negativo na amostra masculina e feminina, respectivamente. De realçar os valores de correlação entre as dimensões de *spillover* positivo que, no caso da amostra masculina da G1 atingem, em termos de magnitude, valores na ordem dos 0,37 ($p < 0,01$). Assiste-se a uma tendência idêntica entre os participantes da G2, mas, desta vez, relativamente à correlação entre as dimensões de *spillover* negativo, com os homens a registarem um valor de $r = 0,40$ ($p < 0,01$). Atendendo a que estes valores se mostram superiores aos registados na amostra feminina em ambas as gerações, estas diferenças poderão, de algum modo, ser compreendidas à luz da importância do contexto de género no que se refere à direcção dos efeitos associados ao mecanismo de *spillover* em cada uma das épocas em estudo.

1.3.2. Conflito: Análise dos Valores de r em função da Geração e do Género

Os valores encontrados ao nível da correlação entre as duas dimensões de conflito são da mesma grandeza nas duas gerações onde se observam correlações positivas na ordem de 0,32. A magnitude desta associação revela, de alguma forma, que se justifica a avaliação da experiência de conflito considerando as duas direcções de interferência de um domínio sobre o outro. Os valores da correlação são bastante mais elevados na amostra feminina do que na amostra masculina em ambas as gerações (G1: H: $r = 0,30$, $p < 0,01$; M: $r = 0,52$, $p < 0,01$; G2: H: $r = 0,41$, $p < 0,01$; M: $r = 0,22$, $p < 0,01$).

1.3.3. *Spillover*, Conflito e Sobrecarga

1.3.3.1. Análise dos valores de r em função da Geração

A matriz de correlações bivariadas mostra que as correlações mais elevadas (entre 0,45 e 0,65) são as que implicam a associação entre, por um lado, a experiência de sobrecarga e o *spillover* negativo e, por outro lado, a experiência de sobrecarga e as duas dimensões de

conflito interpapéis. Os valores mais elevados encontram-se no cruzamento da sobrecarga com qualquer um dos factores referidos mas observam-se diferenças geracionais dignas de nota. No caso da G2 observam-se os valores mais elevados de correlação quando o que está em causa na dinâmica da relação interpapéis é a direcção de influência trabalho-parentalidade, quer em termos de *spillover* ($r=0,62$) quer em termos de conflito ($r=0,61$). Na G1, acontece o mesmo relativamente ao conflito ($r=0,63$) mas a correlação mais elevada ($r=0,65$) é a que descreve a associação entre o sobrecarga e o *spillover* negativo na direcção de influência inversa à observada na G2, isto é, parentalidade-trabalho.

1.3.3.2. Análise dos Valores de r em função do Género

A análise dos valores das correlações obtidos para cada grupo de género fornece pistas adicionais à compreensão destas diferenças. Desde logo, os valores de correlação associados à sobrecarga, quando analisados em função do género, revela-se bem mais elevados na G1 (onde no caso dos homens variam entre 0,44 e 0,70 e, no caso das mulheres, variam entre 0,49 e 0,70) do que na G2 (variando entre 0,38 e 0,60 na amostra masculina e entre 0,48 e 0,66 na amostra feminina). Para além disso, ao passo que na G1 as matrizes de correlações evidenciam a existência de correlações elevadas (da mesma magnitude) entre a sobrecarga e o conflito trabalho-parentalidade na amostra masculina e entre a sobrecarga e o *spillover* negativo parentalidade-trabalho na amostra feminina ($r=0,70$), na G2 observa-se que as mulheres registam valores de correlação entre o sobrecarga e o conflito trabalho-parentalidade ($r=0,66$) superiores aos dos homens ($r=0,58$), apresentando correlações mais baixas do que estes no que se refere à associação entre a sobrecarga e o *spillover* negativo parentalidade-trabalho (H: $r=0,55$; M: $r=0,48$).

1.4. Correlações entre as Dimensões da Memória da Ligação Afectiva Pais-Filhos

As correlações obtidas relativamente às duas dimensões da medida de Ligação Afectiva Pais-Filhos apresentam valores negativos e moderados no sentido esperado, situando-se em $-0,34$ quer para o pai quer para a mãe. Como se pode verificar pela leitura do Quadro 32., embora conservando o sinal, estes valores são mais elevados quando se considera a correlação relativa à mesma dimensão avaliada relativamente ao pai e à mãe, e mais baixos quando se atende à correlação entre as duas dimensões cruzando simultaneamente o género do progenitor. A avaliação da correlação entre factores semelhantes em cada uma das versões Pai e Mãe, evidencia a existência de uma variância comum superior na dimensão Superprotecção ($r=0,74$) do que na dimensão Carinho ($r=0,60$). A análise da associação entre dimensões em função do género dos filhos revela valores tendencialmente mais elevados quando se considera a amostra masculina, excepto quando se trata da correlação entre as dimensões Superprotecção-pai e Superprotecção-mãe.

Quadro 34.

Correlações bivariadas entre as dimensões do Questionário de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe para a amostra da Geração 2 em função do Género

		Pai		Mãe	
		Carinho	Superprotecção	Carinho	Superprotecção
Pai	Carinho	1	T : - 0,34**	T: 0,60**	T: - 0,26**
	Superprotecção	H : - 0,40** M: - 0,31**	1	T : - 0,27**	T : 0,74**
Mãe	Carinho	H: 0,67** M: 0,55**	H : - 0,34** M : - 0,24**	1	T : - 0,34**
	Superprotecção	H: - 0,32** M: - 0,23**	H : - 0,70** M : - 0,78**	H : - 0,37** M : - 0,32**	1

Nota: Valores de r relativos à mostra (G2) total representados acima da diagonal: **T:** amostra total (G2); Valores de r em função do género representados abaixo da diagonal: **H:** Amostra masculina; **M:** Amostra feminina. Todas as correlações são significativas a $p < 0,01$ (**).

1.5. Correlações entre as Dimensões da Percepção dos Investimentos dos Pais na Parentalidade e no Trabalho

A análise do valor assumido pela correlação entre as duas dimensões do investimento percebido dos pais na parentalidade indica a existência de uma associação negativa, de magnitude moderada, entre a percepção de investimento positivo e a percepção de investimento negativo tanto na Versão-Pai ($r = -0,40$) como na Versão-Mãe ($r = -0,39$). Esta correlação apresenta uma magnitude superior na amostra feminina quer quando se trata do investimento percebido relativamente à figura paterna ($r = -0,52$) quer quando os valores se referem à percepção do investimento parental da figura materna ($r = -0,29$).

Verifica-se, igualmente, a existência de correlações moderadas a altas (entre 0,56 a 0,80) entre as percepções relativas a cada um dos progenitores para os mesmos factores, com a dimensão do investimento negativo na parentalidade a registar a correlação mais elevada e a dimensão do investimento positivo no trabalho a correlação de menor magnitude. Os valores de r neste conjunto de correlações aparecem mais elevados na amostra masculina comparativamente à amostra feminina, sendo esta diferença especialmente notória quando se trata da percepção de investimentos negativos, seja no domínio da parentalidade (PINPpai/mãe: H: $r=0,93$; M: $r=0,66$) ou no domínio do trabalho (PINTpai/mãe: H: $r= 0,30$; M: $r= 0,22$). Quando considerado o cruzamento dos diferentes factores entre a Versão-Pai e a Versão-Mãe, observam-se correlações cujo valor, quer quanto à intensidade quer quanto à direcção, se assemelha ao encontrado quando analisada a sua associação no interior de cada versão.

A análise dos valores relativos às correlações entre os factores das diferentes medidas permitem identificar, na Versão-Pai e na Versão-Mãe, essencialmente, a existência de correlações positivas e moderadas entre as dimensões de investimento negativo (Pai: PINP/PINT: $r=0,42$; Mãe: PINP/PINT: $r=0,43$).

No caso da correlação entre as dimensões de investimento negativo, os participantes da amostra masculina apresentam correlações consideravelmente mais elevadas do que as participantes mulheres (Pai: H: $r=0,54$; M: $r=0,30$; Mãe: H: $r=0,52$; M: $r=0,36$). No que diz respeito às correlações entre as dimensões de investimento positivo, os valores apenas as correlações observadas na amostra feminina relativamente à Versão-Mãe se mostram dignos de nota ($r=-0,31$).

Quadro 35.

Correlações bivariadas entre as dimensões do Questionário de Percepção do Investimento do Pai e da Mãe no Trabalho e na Parentalidade para a amostra da Geração 2 em função do Género

		Pai				Mãe			
		PIPP	PINP	PIPT	PINT	PIPP	PINP	PIPT ₁	PINT ₁
Pai	PIPP	1	T: -0,40**	T: -0,14**	T: -0,12**	T: 0,64**	T: -0,23**	T: -0,15*	T: ns
	PINP	H: -0,27** M: -0,52**	1	T: 0,19**	T: 0,42**	T: -0,25**	T: 0,80**	T: 0,20**	T: 0,33**
	PIPT	H: ns M: -0,20**	H: 0,25** M: 0,14**	1	T: ns	T: -0,14**	T: 0,23**	T: 0,56**	T: 0,25**
	PINT	H: ns M: -0,16*	H: 0,54** M: 0,30**	H: ns M: ns	1	T: -0,13**	T: 0,42**	T: 0,23**	T: 0,59**
Mãe	PIPP	H: 0,72** M: 0,58**	H: -0,28** M: -0,22**	H: ns M: 0,19**	H: -0,16* M: ns	1	T: -0,39**	T: -0,20**	T: -0,16**
	PINP	H: -0,19** M: -0,29**	H: 0,93** M: 0,66**	H: 0,26** M: 0,19**	H: 0,54** M: 0,30**	H: -0,31** M: -0,49**	1	T: 0,25**	T: 0,43**
	PIPT ₁	H: ns M: -0,29**	H: 0,26** M: 0,17*	H: 0,63** M: 0,50**	H: 0,21* M: 0,23**	H: ns M: -0,31**	H: 0,28** M: 0,23**	1	T: ns
	PINT ₁	H: ns M: ns	H: 0,51** M: 0,20*	H: 0,30** M: 0,22**	H: 0,78** M: 0,41**	H: ns M: -0,20**	H: 0,52** M: 0,36**	H: ns M: ns	1

Nota: Valores de r relativos à amostra total representados acima da diagonal: **T:** amostra total (G2); Valores de r em função do género representados abaixo da diagonal: **H:** Amostra masculina; **M:** Amostra feminina. Apenas se apresentam os valores significativos: ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: correlações baixas e não significativas. 1) Participantes com mães domésticas excluídos da análise.

1.6. Correlações entre os Investimentos Parentais Percebidos e as Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos

Com esta análise correlacional, pretende obter-se alguns indicadores adicionais relativamente à qualidade da medida da percepção dos investimentos das figuras parentais, nomeadamente em termos da sua validade de constructo, tomando as dimensões Carinho e Superprotecção como variáveis critério na exploração da validade preditiva do instrumento elaborado.

Na linha dos pressupostos que estiveram na base da sua construção, esperam-se correlações moderadas a elevadas entre as memórias de Carinho dos participantes e a percepção de investimentos positivos das figuras parentais na parentalidade (prevê-se que essas correlações possam ser de magnitude superior no que se refere à figura materna) e correlações mais baixas e negativas entre esse factor e as percepções de investimento negativo na parentalidade (esperando-se, neste caso, que as correlações atinjam valores mais elevados relativamente ao pai). Na mesma ordem de ideias, e considerando que pais mais investidos na parentalidade tenham tendência a dirigir mais a sua atenção para os filhos espera-se, ainda, que as memórias de Superprotecção apareçam positivamente associadas a percepções de investimentos positivos na parentalidade e negativamente associadas à percepção de investimentos negativos na parentalidade.

Uma vez que investimentos elevados no trabalho tenderão a reduzir a disponibilidade física e/ou emocional da figura parental, são também esperadas correlações negativas entre a percepção de investimentos positivos dos pais no trabalho e as memórias de Carinho recebido dos pais, sendo provável o registo de valores de correlação mais elevados relativamente à figura paterna. Ao desfavorecer um acompanhamento mais constante ou próximo dos filhos, o investimento pessoal dos pais no trabalho poderá estar associado a uma necessidade acrescida de, paralelamente, reforçar a vigilância e o controlo sobre os comportamentos e actividades destes, tendência que, provavelmente, se traduzirá na existência de correlações positivas entre a percepção de investimento positivo no trabalho e a dimensão Superprotecção, mais elevadas no caso da figura materna. A magnitude destas correlações será, no entanto, baixa a moderada tendo em conta que a importância do trabalho para os pais tenderá a competir com a dedicação de uma atenção permanente aos filhos. No pressuposto de que pais negativamente investidos no trabalho terão maior oportunidade de orientar os seus recursos atencionais para outras áreas de vida, esperam-se correlações positivas entre as memórias de Superprotecção e a percepção de investimentos negativos no trabalho.

De um modo geral, as correlações obtidas corroboram as hipóteses inicialmente colocadas excepto no que se refere à expectativa de valores mais claramente diferenciados relativamente a cada uma das figuras parentais e à hipótese relativa ao sinal da correlação entre a Superprotecção e a percepção de investimento na parentalidade (correlação positiva com a percepção de investimento positivo e correlação negativa com a percepção de

investimento negativo). De acordo com o esperado, registam-se correlações positivas e elevadas entre a percepção de investimento positivo na parentalidade e as memórias de Carinho recebido do pai ($r = 0,78$) e da mãe ($r = 0,74$) com as participantes da amostra feminina a apresentarem valores ligeiramente mais elevados do que os participantes da amostra masculina (PIPP/Carinho: Pai: H: $r = 0,70$; M: $0,84$; Mãe: H: $r = 0,68$; M: $r = 0,78$).

Quadro 36.

Correlações bivariadas entre as dimensões dos Questionários de Percepção do Investimento dos Pais e as dimensões do Questionário de Ligação Afetiva Pais-Filhos para a amostra da Geração 2 em função do Género

		Pai		Mãe	
		Carinho	Superprotecção	Carinho	Superprotecção
Pai	PIPP	T: 0,78** H: 0,70** M: 0,84**	T: -0,14** H: -0,17* M: ns	T: 0,48** H: 0,48** M: 0,50**	T: -0,15** H: -0,17** M: -0,13*
	PINP	T: -0,51** H: -0,47** M: -0,54**	T: 0,28** H: 0,35** M: 0,23**	T: -0,40** H: -0,50** M: -0,31**	T: 0,24** H: 0,28** M: 0,20**
	PIPT	T: -0,24** H: -0,24** M: -0,23**	T: 0,23** H: 0,23** M: 0,25**	T: -0,20* H: -0,16* M: -0,23**	T: 0,22** H: 0,25** M: 0,20**
	PINT	T: -0,22** H: -0,26** M: -0,19**	T: 0,15** H: 0,25** M: ns	T: -0,19** H: -0,30** M: ns	T: 0,17** H: 0,24** M: ns
	PIPP	T: 0,50** H: 0,55** M: 0,47**	T: -0,15** H: -0,15* M: -0,16*	T: 0,74** H: 0,68* M: 0,78**	T: -0,17** H: -0,18** M: -0,17**
Mãe	PINP	T: -0,38** H: -0,40** M: -0,38**	T: 0,30** H: 0,32** M: 0,33**	T: -0,53** H: -0,55** M: -0,53**	T: 0,26** H: 0,27** M: 0,27**
	PIPT ₁	T: -0,21** H: ns M: -0,26**	T: 0,17** H: 0,27** M: ns	T: -0,23** H: ns M: -0,31**	T: 0,20** H: 0,24** M: 0,17*
	PINT ₁	T: -0,19** H: -0,32** M: ns	T: 0,13* H: 0,23** M: ns	T: -0,26** H: -0,33** M: -0,21**	T: 0,18** H: 0,27** M: ns

Nota: Apenas se apresentam os valores significativos: ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$; ns: correlações baixas e não significativas. T: valor de r para a amostra total (G2); H: valor de r na amostra masculina; M: valor de r na amostra feminina. 1) Participantes com mães domésticas excluídos da análise relativa à percepção dos investimentos maternos.

Entre o investimento negativo na parentalidade e o *Carinho* parental foram encontradas correlações no sentido esperado (Carinho: Pai: $r = -0,51$; Mãe: $r = -0,53$). A magnitude dos valores das correlações em função do género, mostra-se mais idêntica entre homens e mulheres quando se considera a dimensão do Carinho materno do que a do Carinho paterno, na qual as participantes da amostra feminina apresentam valores mais elevados ($r = -0,54$) do que os da amostra masculina ($r = -0,47$).

Ao contrário do esperado, os resultados evidenciam a existência de uma associação positiva e moderada entre a percepção de investimento negativo na parentalidade e a Superprotecção, ligeiramente superior no caso da Superprotecção paterna e, sobretudo, na amostra masculina (H: $r = 0,35$; M: $r = 0,23$). Também contrariando as expectativas, as percepções de investimento positivo aparecem negativamente associadas às memórias de Superprotecção, correlação que é baixa relativamente a ambos os pais e que não se revela significativa quando se considera a amostra feminina e a dimensão Superprotecção paterna. Atendendo a que as representações da ligação pais-filhos em causa se referem a um período de desenvolvimento fortemente marcado pelo desejo de autonomização e emancipação dos filhos, é provável que as tentativas de controle dos pais sejam subjectivamente encaradas pelos filhos como um sinal da insensibilidade ou falta de esforço dos pais para estarem em sintonia com as suas necessidades. Talvez isso explique o facto de as memórias de Superprotecção aparecerem negativamente associadas a percepções de investimentos positivos na parentalidade e positivamente associadas à percepção de investimentos negativos na parentalidade.

Os resultados confirmam a existência de uma correlação negativa baixa (de magnitude inferior a 0,30) entre a percepção de investimentos positivos do pai e da mãe no trabalho e o factor Carinho que, no que se refere à figura materna, apresenta valores moderados na amostra feminina ($r = -0,31$).

Quando considerada a relação entre a qualidade afectiva da ligação com um progenitor e a percepção dos investimentos do outro, as correlações obtidas mostram-se, de um modo geral, consistentes com os valores de r que foram encontrados quando analisada essa mesma relação relativamente a cada uma das figuras parentais isoladamente. Considerando a magnitude de r apenas se destacam os valores das correlações relativos à dimensão Carinho e à percepção de investimentos na parentalidade (PIPPpai/Carinho-mãe: $r = 0,48$; PIPPmãe/Carinho-pai: $r = 0,50$; PINPpai/Carinho-mãe: $r = -0,40$; PINPmãe/Carinho-pai: $r = -0,38$).

1.7. Correlações entre o Investimento e os Descritores da Relação Interpapéis (parental) e as Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos

No sentido de obter dados úteis a uma caracterização preliminar da natureza da relação entre os níveis de *spillover*, conflito e sobrecarga reportados pelas figuras parentais e as memórias dos filhos quanto à qualidade da relação afectiva, foram estimados e analisados os valores da correlação (r de *Pearson*) entre cada par desse conjunto de variáveis. No pressuposto de que o género é um factor significativo na contextualização da experiência dos participantes tanto no que se refere ao desempenho do duplo-papel (pelas figuras parentais) como no que se refere à vivência do relacionamento pais-filhos (por pais e por filhos), a análise foi efectuada separadamente para cada tipo de díade.

A análise dos valores de r que, na matriz de correlações, se apresentam significativos e com magnitude superior a 0,30 permite verificar que a maior parte das correlações significativas encontradas aparecem associadas à dimensão Carinho, apesar de ser possível identificar algumas particularidades a nível da comparação das díades.

1.7.1. Memórias da Ligação Afectiva e Investimento dos Pais

No que se refere à relação entre as memórias da ligação afectiva e o investimento das figuras parentais, observa-se que:

a) Apenas se regista a existência de uma correlação significativa entre as memórias de Carinho dos filhos e o Investimento no Trabalho das figuras parentais no caso das díades homogéneas masculinas, onde o valor de r se apresenta negativo e com uma intensidade moderada ($r = -0,31, p < 0,01$).

b) O investimento na parentalidade se correlaciona positivamente de forma moderada com as memórias de Carinho dos filhos nas díades Pai-Filha e Mãe-Filha.

1.7.2. Memórias da Ligação Afectiva e Relação Interpapéis dos Pais

No que se refere à correlação entre as memórias de Carinho e de Superprotecção dos filhos e os valores associados aos descritores da relação interpapéis avaliados relativamente aos pais, verifica-se que:

a) A experiência de *spillover* positivo dos pais se encontra positivamente correlacionada especialmente com as memórias de Carinho dos filhos quando se considera a direcção parentalidade-trabalho, na díade Pai-Filho ($r = 0,33, p < 0,01$);

b) Os valores de r obtidos relativamente à relação do SNTP se apresentam negativamente correlacionados com as memórias de Carinho, sendo especialmente elevados no caso das díades Mãe-Filho ($r = -0,47, p < 0,01$). É também essa a única díade na qual se registam valores de r significativos a nível da relação entre as memórias de Carinho e os níveis médios de SNPT da mãe onde se apresentam negativos ($r = -0,30, p < 0,05$);

c) Apenas se registam valores de r significativos entre o conflito interpapéis experimentado pelos pais e as memórias da qualidade afectiva da relação pais-filhos, na direcção trabalho-parentalidade. O CTP aparece negativamente correlacionado com a dimensão Carinho nas díades heterogéneas quanto ao género, em especial nas díades Pai-Filha ($r = -0,30, p < 0,01$);

d) Os níveis médios de sobrecarga reportados pelos pais apresentam uma correlação negativa significativa com as memórias de Carinho dos filhos, em particular nas díades Mãe-Filho ($r = -0,31$, $p < 0,05$). Nas díades Mãe-Filha, sublinha-se o valor de r (positivo) entre a sobrecarga e as memórias de Superprotecção ($r = 0,30$, $p < 0,01$).

Globalmente, os resultados da análise correlacional indicam que, quanto mais os pais tenham vivido algum tipo de tensão ou stresse na coordenação dos papéis parental e profissional, menos os filhos os recordam como carinhosos, uma tendência que é mais clara no caso das díades heterogéneas quanto ao género. Embora o valor de r seja apenas modestamente moderado na maioria dos pares analisados, as correlações significativas mais intensas aparecem localizadas nas díades Mãe-Filho. São também estas as díades que registam o maior número de correlações significativas no que se refere à dimensão Superprotecção.

Quadro 37.

Correlações bivariadas entre as Memórias da Ligação Afectiva à figura parental dos participantes da Geração 2 e os níveis médios de Investimento, Spillover, Conflito e Sobrecarga registados pelas figuras parentais obtidas para cada tipo de díade

		IT	IP	SPPT	SNTP	SNPT	SPTP	CTP	CPT	SBCG
D1 Pai-Filho	Car.	-0,31**	0,28**	0,33 **	-0,11	-0,07	0,14	-0,13	0,10	-0,25*
	Sppr.	0,18	-0,01	0,00	0,05	0,16	0,05	0,11	0,08	0,16
D2 Pai-Filha	Car.	-0,12	0,34**	0,26**	-0,21*	-0,06	0,17	-0,30**	0,13	-0,20*
	Sppr.	0,06	-0,11	-0,10	0,10	0,18	0,02	0,19*	0,04	0,08
D3 Mãe-Filha	Car.	-0,18	0,36**	0,28**	-0,23*	0,06	0,27*	-0,11	0,10	-0,15
	Sppr.	0,11	0,13	-0,02	0,16	0,12	-0,13	0,25*	0,17	0,30**
D4 Mãe-Filho	Car.	-0,16	0,15	0,26**	-0,47**	-0,30*	0,03	-0,29*	-0,05	-0,31*
	Sppr.	0,21	0,01	-0,03	0,29*	0,28*	0,00	0,21	0,06	0,26*

** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. **Car.:** Carinho; **Sppr.:** Superprotecção

Este é um resultado interessante tendo em conta o facto de que apesar de dizer respeito a variáveis (*spillover* negativo e sobrecarga) que indicam a existência de problemas e/ou dificuldades na gestão dos dois papéis, a correlação apresenta sinal positivo. Os filhos-homens parecem, assim, mais sensíveis às consequências negativas da acumulação dos dois papéis por parte da figura materna no que se refere ao grau de Carinho que as mães-trabalhadoras lhes proporcionam, mesmo que, simultaneamente, as descrevam como mais superprotectoras. Um resultado similar foi encontrado relativamente ao conflito (na direcção trabalho-parentalidade) e à sobrecarga nas díades Mãe-Filha e apenas para o CTP nas díades Pai-Filha.

No seu conjunto estes resultados parecem sugerir que os efeitos resultantes da conjugação do duplo papel pelos pais poderão ter, efectivamente, afectado a qualidade do seu relacionamento com os filhos. Adicionalmente, e a julgar pelas correlações relativas à dimensão Superprotecção, estes resultados parecem também indicar que as mães se destacam como o elemento do sistema parental que, provavelmente terá desenvolvido mais esforços no sentido de proteger a qualidade dessa relação, embora essas tentativas sejam, aparentemente, recordadas pelos filhos como tendo condicionado, pelo menos num certo grau, a sua autonomia. Uma vez que se trata de correlações e que não é possível determinar uma ordem causal entre os factores em relação, poderá também encontrar-se apoio para a hipótese das dificuldades sentidas pelas figuras maternas no que se refere à conciliação do duplo papel (e que encontram expressão nos níveis de *spillover*, conflito e sobrecarga auto-relatados), poderem ter origem numa maior tendência das mães para, face à canalização de uma considerável proporção de tempo e atenção para a actividade profissional, exercerem, na vivência do seu papel parental, um maior controlo sobre os filhos.

1.8. Correlações entre os Investimentos Descritos pelos Pais e os Investimentos Parentais Percebidos pelos Filhos⁴⁴⁷

Quando se analisa a relação entre os investimentos auto-relatados pelos pais e as percepções dos filhos relativamente a esses mesmos investimentos, verifica-se que tanto o género da figura parental como o do filho participante aparecem associados a correlações diferenciadas. Assim, e no que se refere ao Investimento no Trabalho, constata-se que os valores de r , se mostram-se moderados no caso da figura paterna quando se atende à relação entre o IT e a PIPT ($r = 0,37$, $p < 0,01$). Neste caso, a correlação atinge uma magnitude ainda superior quando se trata da percepção das filhas ($r = 0,44$, $p < 0,01$). É também exclusivamente em relação ao pai que se regista a presença de uma correlação de $0,35$ ($p < 0,01$) relativamente ao par IPPai/PIPP, com as filhas a serem quem, novamente, apresenta valores de correlação ligeiramente mais elevados em comparação com os filhos (H: $r = 0,32$; M: $r = 0,37$).

No caso da figura materna, apenas se salienta a correlação obtida entre o Investimento no Trabalho e a percepção dos filhos quanto ao investimento positivo da mãe no trabalho ($r = 0,38$, $p < 0,01$) e a correlação negativa encontrada entre a primeira variável (ITmãe) e a percepção de investimento negativo da mãe no trabalho, das filhas ($r = -0,31$, $p < 0,01$). É, contudo, no grupo das filhas que a correlação entre o investimento na parentalidade da mãe e a percepção das filhas quanto à existência de um investimento positivo nesse domínio regista um valor razoável ($r = 0,32$, $p < 0,01$).

⁴⁴⁷ Estas correlações foram estimadas a partir da amostra de díades.

Quadro 38.

Correlações bivariadas entre o Investimento dos pais no Trabalho e na Parentalidade e as dimensões dos Questionários de Percepção do Investimento dos Pais em função do Género

Pai ou Mãe	Pai		Mãe	
	IT	IP	IT	IP
PIPP	T: -0,15* H: ns M: ns	T: 0,35** H: 0,32** M: 0,37**	T: ns H: ns M: ns	T: 0,28** H: ns M: 0,32**
PINP	T: ns H: 0,23* M: ns	T: -0,18** H: ns M: -0,27**	T: ns H: ns M: ns	T: ns H: ns M: -0,22*
PIPT	T: 0,37** H: 0,28** M: 0,44**	T: ns H: ns M: ns	T: 0,18* H: 0,38** M: ns	T: ns H: 0,26* M: ns
PINT	T: -0,20** H: ns M: -0,20*	T: ns H: ns M: ns	T: -0,24** H: ns M: -0,31**	T: ns H: na M: ns

Nota: Apenas se apresentam os valores significativos: ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$; ns: correlações baixas e não significativas. **T:** valor de r para a amostra total (G2); **H:** valor de r na amostra masculina; **M:** valor de r na amostra feminina.

1.9. Correlações entre os Investimentos Auto-Avaliados de Pais e de Filhos

Embora, de um modo geral, as correlações entre o investimento de pais e de filhos sejam baixas ou relativamente modestas, é no caso das díades heterogéneas que se encontram os valores de r de maior magnitude, um resultado interessante tendo em conta que, no caso do Investimento no Trabalho, se trata das díades Pai-filha ($r = 0,31$, $p < 0,01$) e, no caso do investimento na parentalidade, se trata das díades Mãe-Filho ($r = 0,45$, $p < 0,001$).

Efectivamente, é um resultado que parece bastante eloquente no que diz respeito à função assumida por cada um dos elementos do sistema parental a nível da socialização dos filhos para o papel parental e para o papel profissional e que parece revelar que a identificação com a figura parental do sexo oposto pode ser um factor importante no que se refere à orientação dos investimentos para cada um dos domínios. Nas díades Mãe-Filho, observa-se ainda a presença de uma correlação moderada significativa ($r = 0,38$, $p < 0,01$) entre o Investimento no Trabalho da figura parental e o investimento na parentalidade dos filhos. Tal associação poderá sugerir que os participantes do sexo masculino se mostram mais capazes de relativizar as expectativas tradicionalmente associadas aos papéis de género na família, nas situações em que os investimentos da mãe, pela sua natureza, desafiavam essas expectativas no que toca à relação trabalho-género. Observa-se ainda uma correlação de magnitude razoável entre o investimento de pais (homens) e de filhos na parentalidade ($r = 0,34$, $p < 0,01$).

Quadro 39.

Correlações dos valores médios relativos ao Investimento no Trabalho e na Parentalidade de pais e de filhos para cada tipo de díade

Investimento no Trabalho e Investimento na Parentalidade				
	D1 Pai-Filho	D2 Pai-Filha	D3 Mãe-Filha	D4 Mãe-Filho
ITfp & IT Filho	$r = 0,29^{**}$	$r = 0,31^{**}$	$r = 0,21_{ns}$	$r = 0,27^*$
IPfp & IP Filho	$r = 0,34^{**}$	$r = 0,19^*$	$r = 0,28^*$	$r = 0,45^{***}$
ITfp & IP Filho	$r = 0,01_{ns}$	$r = -0,01_{ns}$	$r = -0,18_{ns}$	$r = 0,38^{**}$
IPfp & IT Filho	$r = 0,08_{ns}$	$r = -0,09_{ns}$	$r = -0,06_{ns}$	$r = 0,23_{ns}$

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$; ns- não significativa; **fp**: Figura parental.

2. Resultados dos Estudos Diferenciais

Atendendo à importância destes estudos diferenciais no que se refere aos objectivos de investigação definidos procurou avaliar-se a relação das diferentes dimensões teóricas em estudo com um conjunto de variáveis criteriosais-chave em função das quais se esperava encontrar diferenças significativas. Assim se justifica a opção por variáveis como o Género, o Número de Filhos, a Idade do Filho Focal (só para a G2)⁴⁴⁸, e o Nível Profissional do participante.

Algumas variáveis foram analisadas apenas com um intuito exploratório na perspectiva de recolher dados de potencial interesse para discussão posterior⁴⁴⁹. Na categoria das variáveis dependentes é disso exemplo a Satisfação com os diversos domínios de vida. No grupo das variáveis independentes, foi explorado com esse fim o efeito da variável que congrega o nível profissional dos dois elementos da díade conjugal, o Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges embora apenas se apresentem os resultados das análises em que foi usada como critério para a verificação de diferenças na Percepção de Apoio Conjugal⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ Importa salientar que sempre que foram realizadas comparações intersujeitos em função desta variável, se optou por excluir os participantes com filhos jovens-adultos. Atendendo aos contrastes desenvolvimentais (e respectivas implicações para a vida dos pais) esperados entre filhos nesta faixa etária e filhos em idades mais precoces, considerou-se que a manutenção nas análises comparativas desta categoria de participantes seria susceptível de "mascarar" (isto é, dificultar a detecção de) diferenças significativas entre as outras categorias entre si. Apesar de os participantes nesta condição terem sido instruídos a responderem aos questionários procurando ter presente o que se passou, de um modo geral, ao longo do período de crescimento dos filhos até ao alcance da maioridade, considerou-se prudente admitir que pudessem ter tido dificuldades em observar este critério. De qualquer modo, apresentam-se em nota de rodapé os resultados das análises diferenciais realizadas com os quatro grupos (participantes com filhos jovens-adultos incluídos) sempre que tiverem alcançado significância estatística.

⁴⁴⁹ Também nestas análises houve o cuidado de fazer uso das covariantes que haviam sido previamente identificadas.

⁴⁵⁰ As análises realizadas em relação às outras variáveis dependentes encontram-se descritas em anexo (cf. Anexo 16). Ainda em relação ao Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges, uma vez que as categorias desta variável não contextualizam do ponto de vista do género a situação profissional específica do agregado familiar do

No caso particular das duas dimensões retrospectivas avaliadas exclusivamente na G2 (Ligação Afetiva Pais-Filhos e Percepção de Investimentos Parentais), foi considerado o seguinte conjunto de indicadores sociobiográficos: o Género do participante, o Género do(s) progenitor(es), o Nível Profissional do(s) progenitor(es), a Dimensão da Fratria e a Posição na Fratria. Tendo em conta as características estruturais e de conteúdo das matrizes de dados construídas (e, consequentemente, a presença ou ausência de informação descritiva relevante acerca dos participantes nalguns dos ficheiros de dados comparativamente a outros), a análise diferencial relativa a estes dois constructos foi realizada (para o segundo grupo de variáveis sociobiográficas especificadas) junto dos participantes (filhos/as) que integram a amostra de díades (N= 359).

De modo a caracterizar, do ponto de vista do estudo das diferenças interindividuais, os principais constructos do projecto de investigação, recorreu-se a análises de variância univariada e multivariada (Manova, traço de *Pillai*⁴⁵¹) usando o programa SPSS 14.0 para *Windows*. Com variáveis independentes categoriais não dicotómicas (com mais de duas categorias), foi usado o teste *Sidak*⁴⁵² no “*follow-up*” da diferença de médias, quando a estatística de *Pillai* se mostrou significativa.

A distribuição dos *scores* médios de cada variável dependente foi previamente analisada. Para além da estimativa dos valores de assimetria e de curtose, foi igualmente dada atenção à significância estatística dos resultados obtidos relativamente à estatística de *Kolmorov-Smirnov* no intuito de testar a hipótese nula da distribuição normal das variáveis⁴⁵³. Este último teste foi realizado separadamente para cada geração e, dentro de cada grupo geracional, para cada uma das dimensões de género. Pretendia-se, desta forma, não só complementar os resultados da análise descritiva das variáveis mas também obter indicadores de referência relativamente a uma propriedade (a normalidade da sua distribuição) que é

participante, considerou-se conveniente proceder à análise de possíveis interações desta variável com o género sendo apresentados os resultados relativos aos efeitos principais quando a interação com o género não se mostrou significativa. Importa ainda assinalar que, tendo em conta a disparidade existente entre o efectivo masculino e feminino do grupo dos participantes da G1 pertencentes a agregados familiares em que apenas um dos cônjuges trabalha (H: n=118; M: n=1), sempre que foi encontrado um efeito de interação significativo, no caso da amostra feminina, essa categoria não foi contemplada na análise. Nestas análises, o efeito do Nível Profissional não foi controlado visto que descreve um tipo de informação categorial que o Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges, tratando-se de uma variável compósita já integrada em si própria.

⁴⁵¹ Cabe uma breve referência às razões destas escolhas. No que se refere à MANOVA, teve-se em conta o potencial da análise multivariada no que diz respeito ao controle dos erros de Tipo I e Tipo II em situações em que se utiliza mais do que uma variável dependente dada a capacidade da análise para atender às correlações entre as diferentes variáveis dependentes. Nas análises multivariadas efectuadas, foram introduzidas em simultâneo variáveis dependentes que constituíssem dimensões de um mesmo constructo geral (*e.g.*, investimento; conflito; satisfação;...). Quanto à estatística de *Pillai*, a escolha prende-se essencialmente com a sua robustez em face de eventuais violações de condições gerais de utilização deste tipo de análises como a de homocedasticidade. Apesar de apenas se terem verificado situações esporádicas de violação do pressuposto de homogeneidade de variância, a possibilidade de não ser assumido em casos pontuais, explica a preferência pela sua utilização.

⁴⁵² Teste de comparação múltipla de pares que se baseia no *t-de student* e que ajusta o nível de significância a comparações múltiplas sendo o teste mais exigente disponível no SPSS 13.0 relativamente à análise de variância multivariada quando são usadas covariantes.

⁴⁵³ A este nível, o procedimento de verificação da normalidade da distribuição das variáveis dependentes teve o intuito de complementar os dados da análise descritiva e de fornecer indicadores de referência relativamente a uma propriedade da variável (a qualidade da sua distribuição) que é susceptível de interferir nos resultados da análise de variância. Os Quadros com informação relativa a estas análises bem como a descrição dos resultados assim obtidos na amostra principal encontram-se disponíveis no Anexo 15.

susceptível de interferir nos resultados dos estudos diferenciais nomeadamente ao nível da análise de variância.

As análises foram conduzidas, num primeiro momento, para a amostra global (*cf.* matriz de dados do ficheiro vertical) procurando-se explorar o efeito principal da variável geração para cada conjunto de variáveis dependentes⁴⁵⁴. Em complemento dos testes de diferenças entre gerações, e quando se observaram diferenças significativas, foram ainda realizadas análises comparativas dos valores médios das variáveis registados nas amostras masculinas e femininas de cada uma das gerações, com as quais se pretendeu verificar a existência de variações intergeracionais em função do Género⁴⁵⁵. Face à prevalência de diferenças significativas em função da geração para a maioria das variáveis dependentes em foco, considerou-se preferível tomar os dois grupos geracionais como subamostras independentes pelo que, num segundo momento, as análises foram efectuadas separadamente para cada uma das gerações⁴⁵⁶.

Em todas as análises diferenciais efectuadas dentro de cada grupo geracional o efeito confundidor⁴⁵⁷ de terceiras variáveis foi controlado através da utilização de covariantes. Adoptou-se um procedimento sistemático para todas as análises segundo o qual todas as variáveis de natureza sociobiográfica que se revelassem relevantes na diferenciação dos resultados das variáveis dependentes numa primeira análise de variância com o conjunto total de variáveis independentes introduzido em bloco, passavam a ser introduzidas nas análises subsequentes como covariantes de modo a controlar a sua potencial influência a nível dos efeitos intersujeitos a testar posteriormente⁴⁵⁸. Assim, o número de covariantes usado em cada análise variou em função da capacidade de cada variável independente para produzir diferenças significativas em cada uma das variáveis dependentes consideradas. Importa ainda acrescentar que, nesta primeira análise de variância, foi dada especial atenção à existência de possíveis efeitos de interacção entre as variáveis independentes, sendo aqui apresentados os que se mostraram significativos e que foram objecto de exploração em toda a sua extensão.

⁴⁵⁴ As mulheres pertencentes à categoria "Domésticas" foram excluídas das análises diferenciais relativas à G1, tendo sido objecto de um estudo exploratório independente cujos resultados serão apresentados mais adiante.

⁴⁵⁵ Embora se pudesse ter optado por testar a presença de efeitos de interacção Geração x Género, considerou-se preferível proceder ao isolamento e à comparação das amostras de género entre as duas gerações uma vez que havia a intenção de explorar o efeito da variável género no interior de cada geração, verificando aí a sua interacção com as outras variáveis sociobiográficas contempladas.

⁴⁵⁶ Mesmo quando estas diferenças não se revelaram significativas, optou-se por fazer separadamente a análise para cada grupo geracional de modo a uniformizar a estratégia de exploração dos dados. Importa, igualmente, ter em atenção que, apesar da inexistência de diferenças ao nível dos resultados, os participantes de cada geração foram solicitados a observar durante o preenchimento dos questionários critérios de focagem temporal diferenciados (a experiência passada no caso dos participantes da G1 e a experiência actual no caso dos participantes da G2) pelo que, em termos absolutos, pode considerar-se que se está a lidar com medidas distintas da mesma variável. Esta mesma razão justifica uma nota de ressalva em relação ao tempo verbal que é usado na apresentação dos resultados relativos à G1: É que embora, se opte pela utilização das formas verbais no presente do indicativo na realidade, os dados que são descritos no caso dos participantes da G1 reportam-se à sua situação passada no período focal de referência.

⁴⁵⁷ Denomina-se de "confundidor" o efeito de uma variável independente que, não sendo controlada na comparação, e podendo estar associada a diferenças significativas na variável dependente em análise, é susceptível de tornar espúria ou levar a sobrestimar a relação entre a variável independente e a variável dependente em avaliação.

⁴⁵⁸ Adquiriram o estatuto de covariantes quer as que, nestas primeiras análises, demonstraram produzir efeitos principais quer as que apareceram associadas a efeitos de interacção significativos (a nível dos testes multivariados e/ou univariados). Neste último caso, foram introduzidas como covariantes todas as variáveis envolvidas na interacção. O Anexo 18 (*cf.* Quadros N1 e N2) contém os valores de *F* (e respectiva significância) que foram obtidos na primeira análise de variância conjunta e que permitiram sinalizar os efeitos principais ou de interacção a controlar nas análises subsequentes.

Nos casos em que a mesma variável foi avaliada relativamente à mãe e ao pai, as análises de variância multivariada foram realizadas para cada uma das figuras parentais separadamente de modo a melhor poder caracterizar as representações dos participantes acerca de cada um dos progenitores.

De modo a complementar os resultados das análises de comparação intersujeitos, considerou-se, ainda, pertinente efectuar uma análise das variações intrassujeitos das principais variáveis analisadas. Procurou-se, mais especificamente, verificar a existência de diferenças significativas entre as dimensões dos seguintes factores intrassujeito:

1. Investimento, partindo da comparação do grau médio de investimento em cada um dos domínios de desempenho de papel;
2. *Spillover*, comparando as quatro dimensões que compõem esta medida entre si;
3. Conflito interpapéis, comparando os valores médios registados nas duas direcções avaliadas;
4. Satisfação, comparando entre si os níveis médios de satisfação com cada um dos domínios de vida explorados.

Desta forma, realizaram-se, separadamente para cada geração, análises de variância com medidas repetidas (GLM, "*Repeated-Measures*") tendo sido utilizado um procedimento de análise de tipo misto ("*mixed between-within subjects analysis*")^{459;460}. O Género foi introduzido na condição de factor intersujeitos tendo sido estimado o efeito principal do factor intrassujeito e os efeitos de interacção entre este e cada uma das categorias de género (factor intrassujeitos x factor intersujeito).

Para além do Género foram também testados outros factores intersujeitos, nomeadamente o Número de Filhos, o Nível Profissional e, no caso da G2, a Idade do Filho Focal. Contudo, uma vez que estes resultados podem ser considerados secundários relativamente aos objectivos centrais do estudo, e por razões de economia discursiva, apenas serão apresentados no corpo de texto deste capítulo os resultados obtidos relativamente ao factor intersujeitos género (ou resultados que evidenciem a interacção entre este e outro factor intersujeitos) remetendo-se para anexo os restantes resultados (*cf.* Anexo 17, Quadros M1 a M4). O mesmo se aplica a um conjunto de análises intrassujeitos que foram efectuadas exclusivamente na G2. Neste caso, recorreu-se a procedimentos de análise de variância com medidas repetidas para, por um lado, testar a significância das diferenças nas memórias e nas percepções dos participantes em função do género dos pais e, por outro lado, para comparar as

⁴⁵⁹ Embora a utilização clássica deste tipo de análise se destine à estimativa de diferenças em estudos com delineamentos de natureza longitudinal, o seu uso na testagem de diferenças intra-sujeito não se mostra descabido em planos de investigação de tipo transversal quando o que está em causa é a comparação de dimensões ou características teoricamente relacionadas que são avaliadas num único momento mas relativamente ao mesmo sujeito.

⁴⁶⁰ O teste de *Huynh-Feldt* foi usado na correcção do valor de significância do efeito intrassujeitos (pelo ajustamento dos graus de liberdade), sempre que o resultado do teste de *Mauchly* apontou para a violação do pressuposto de esfericidade.

dimensões da medida de ligação afectiva e da percepção dos investimentos parentais entre si relativamente à mesma figura parental. Estas últimas análises foram conduzidas contextualizando a comparação das dimensões dos factores intrassujeitos, em função de variáveis como o Género do participante, o Número de Irmãos, a Posição na Fratria, o Género e o Nível Profissional da figura parental (os factores interssujeitos seleccionados). Uma vez que apenas servem um propósito de exploração da relação entre as variáveis, também se optou por apresentar estes resultados em anexo (*cf.* Anexo 17, Quadros M5 a M8).

Refira-se, por último, que dado o grande volume de informação de suporte estatístico resultante destas análises, se optou por incluir no corpo de texto apenas os indicadores estatísticos essenciais (valor de F e respectiva significância)⁴⁶¹. Todas as outras medidas relevantes, nomeadamente, médias e desvios-padrão, figuram em quadros que se restringem a variáveis que registem diferenças significativas⁴⁶².

2.1. Investimento nos Papéis de Vida

2.1.1. Diferenças Intergeracionais de Investimento

Quer relativamente ao Investimento no Trabalho quer ao Investimento na Parentalidade, os resultados das análises indicam diferenças significativas em função da geração [$F(2,1006)=9,143, p=0,000$]. Constata-se, mais concretamente, que a G1 regista valores médios de Investimento no Trabalho superiores ao da G2 [$F(1,1007)=6,523, p=0,011$] verificando-se a situação inversa relativamente à parentalidade com a G2 a apresentar investimentos significativamente mais elevados do que os da G1 [$F(1,1007)=10,280, p=0,001$]. A comparação geracional dos grupos de género indica a presença de níveis médios de Investimento no Trabalho significativamente superiores entre os homens da G1 comparativamente aos homens da G2 [$F(1,529)=6,476, p=0,011$] e de níveis médios de investimento na parentalidade mais elevados na amostra feminina da G2 do que na amostra feminina da G1 [$F(1,476)=4,046, p=0,045$]⁴⁶³.

⁴⁶¹ Informação acerca do valor das médias e dos desvios-padrão será directamente incorporada no texto nas três situações seguintes: (1) sempre que se exponham resultados relativos a efeitos de interacção, de modo a torná-los mais prontamente disponíveis; (2) quando se refiram a variáveis independentes que tenham sido analisadas com uma finalidade meramente exploratória (caso do nível profissional do cônjuge e do estatuto profissional do casal); e, (3) sempre que os dados a expor não justifiquem, pela sua simplicidade, a construção de quadros.

⁴⁶² No caso das análises diferenciais tendo por objecto variáveis dependentes bi ou multidimensionais, apenas se faz referência às dimensões relativamente às quais se tenham encontrado diferenças significativas. Em anexo podem encontrar-se quadros com as médias e os desvios-padrão relativos às variáveis sociobiográficas que não se tenham mostrado associadas a diferenças significativas (*cf.* Anexo 19).

⁴⁶³ Tendo-se observado que as diferenças intergeracionais de IT e IP se encontravam associadas à pertença de género dos participantes, a análise foi repetida introduzindo a variável género como covariante. Os resultados corroboram, no entanto, a presença de diferenças intergeracionais significativas, independentes do género, relativamente às duas variáveis (IT: $F(1, 1006)=4,232, p=0,040$; Médias ajustadas: G1=3,62; G2=3,51. IP: $F(1,1006)=5,877, p=0,016$; Médias ajustadas: G1=4,36; G2=4,48).

Quadro 40.

Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos ao Investimento no Trabalho e na Parentalidade em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional

		Geração 1		Geração 2		Sig.
		M	DP	M	DP	
IT	H	3,80	0,86	3,61	0,76	HG1>HG2*
	M	3,41	0,90	3,39	0,87	G1 > G2*
	Total	3,63	0,90	3,49	0,82	
IP	H	4,13	0,84	4,24	0,77	MG2>MG1*
	M	4,61	0,79	4,76	0,77	G2 > G1**
	Total	4,33	0,85	4,51	0,82	

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; ns: diferenças não significativas. **IT**: Investimento no Trabalho; **IP**: Investimento na Parentalidade.

Quadro 41.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intergeracionais de Investimento

G1 versus G2
▪ Os participantes da G1 investem mais no trabalho do que os participantes da G2 ▪ Os participantes da G2 investem mais na parentalidade do que os participantes da G1 ▪ Os homens da G1 investem mais no trabalho do que os homens da G2 ▪ As mulheres da G2 investem mais na parentalidade do que as mulheres da G1

2.1.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente ao Investimento

2.1.2.1. Geração 1

2.1.2.1.1. Variações Interssujeitos

Investimento no Trabalho

Os resultados das análises indicam um efeito principal do Género quer relativamente ao Investimento no Trabalho [$F(1,534)=26,845$, $p=0,000$] quer relativamente ao Investimento na Parentalidade [$F(1,534)=45,957$, $p=0,000$] bem como uma interacção significativa entre o Nível Profissional dos participantes e o seu Número de Filhos mas neste caso apenas no que se refere ao Investimento no Trabalho [$F(2,531) = 5,580$, $p=0,004$]. Para além de se ter observado que o investimento dos homens é significativamente mais elevado do que o das mulheres, a exploração desta interacção permitiu verificar que entre os participantes com profissões de nível inferior, os que têm mais filhos ($n \geq 3$) investem significativamente mais no trabalho ($M=3,76$; $DP=0,92$) do que os que têm uma menor progénie ($M=3,32$; $DP=0,88$) [$F(1,244) = 12,745$, $p=0,000$]. A exploração desta interacção, em função da dimensão da

progénie, permitiu constatar que entre os participantes com um menor número de filhos [$F(2,262) = 14,867$, $p=0,000$], os que são profissionais de nível superior investem no trabalho, em média, significativamente mais ($M=3,96$; $DP=0,81$) do que os que possuem actividades de nível intermédio ($M=3,42$; $DP=0,89$; $p=0,000$) e inferior ($M=3,32$; $DP=0,88$, $p=0,000$).

Investimento na Parentalidade

As análises de comparação dos valores médios de Investimento na Parentalidade evidenciam a existência de diferenças significativas apenas em função do Género [$F(1,534)=45,957$, $p=0,000$] com as mulheres a revelarem-se significativamente mais investidas na parentalidade do que os homens. Nem o número de filhos [$F(1,534)=1,183$, $p=0,277$] nem o nível profissional [$F(2,533)=2,930$, $p=0,054$] se mostram relevantes na diferenciação dos resultados do investimento na parentalidade dos participantes.

2.1.2.1.2. Variações Intrassujeitos

Os resultados das análises evidenciam graus de investimento significativamente diferentes no trabalho e na parentalidade em função do género [$F(1,534)=84,315$, $p=0,000$]. No grupo das mulheres [$F(1,228)=7,867$, $p=0,005$], os valores médios de investimento na parentalidade são significativamente superiores aos de Investimento no Trabalho, diferença que não é significativa quando considerada a amostra masculina [$F(1,304)=2,534$, $p=0,112$]⁴⁶⁴.

2.1.2.2. Geração 2

2.1.2.2.1. Variações Interssujeitos

Investimento no Trabalho

Os resultados das análises relativas à comparação dos valores médios de Investimento no Trabalho em função do Género, indicam a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres para esta variável [$F(1,466)=10,411$, $p=0,001$] com os primeiros a revelarem-se significativamente mais investidos no trabalho do que as participantes do sexo feminino.

O Nível Profissional dos participantes também surge, nos resultados da análise univariada, como um factor influente no grau médio de Investimento no Trabalho [$F(2,465)=8,368$, $p=0,000$]. As diferenças situam-se, de modo mais concreto, entre os participantes com profissões de nível intermédio e os participantes com actividades profissionais

⁴⁶⁴ Apesar dos testes de comparação intrassujeitos não assinalarem a presença de diferenças significativas de investimento relativamente aos homens [$F(1,304)=2,534$, $p=0,112$], os testes *post-hoc* confirmam a significância das diferenças de médias entre as duas dimensões de investimento na amostra masculina. Apresentam-se, por isso, de seguida, as diferenças de médias e respectiva significância em função do Género: H: $ADM=0,337^{***}$; M: $ADM=1,198^{***}$.

de nível superior, com valores médios de investimento significativamente mais elevados no caso destes últimos ($p=0,000$).

O Número de Filhos não se mostrou saliente na explicação de variações significativas a nível desta variável [$F(1,465)=0,004$, $p=0,948$], verificando-se o mesmo relativamente à Idade do Filho Focal [$F(2,361)=0,015$, $p=0,985$]⁴⁶⁵.

Quadro 42.

Médias e desvios-padrão dos valores médios de Investimento no Trabalho e Investimento na Parentalidade da Geração 1 e da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

		Investimento								
		Geração 1				Geração 2				
		IT		IP		IT		IP		
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	Sig.
Gênero	H	3,80	0,86	4,13	0,84	3,61	0,76	4,24	0,77	G1: IT H>M***
	M	3,41	0,90	4,61	0,79	3,39	0,87	4,76	0,77	G2: IT H>M** G1: IP M>H***
N.º de Filhos	(-)	3,53	0,91	4,38	0,85	3,44	0,78	4,62	0,82	
	(+)	3,73	0,88	4,29	0,85	3,53	0,86	4,43	0,81	G1: IT (-) > (+)**
Nível Profissional	Sup.	3,87	0,80	4,23	0,84	3,64	0,78	4,38	0,82	G1: IT Sup > Int. ***
	Int.	3,49	0,90	4,39	0,78	3,34	0,78	4,55	0,79	Sup > Inf.***
	Inf.	3,56	0,93	4,38	0,89	3,54	0,91	4,63	0,84	G2: IT Sup > Int. ***
Idade do Filho Focal (a)	≤5 (1)	-	-	-	-	3,42	0,71	4,66	0,89	
	6-11 (2)	-	-	-	-	3,46	0,84	4,51	0,76	IP
	12-18(3)	-	-	-	-	3,44	0,85	4,37	0,72	(1) > (3)**
	≥19(4)					3,69	0,87	4,47	0,88	
TOTAL		3,63	0,90	4,34	0,85	3,49	0,82	4,51	0,82	
Variações Intrassujeitos		Homens: ns		Mulheres : IP>IT**		Homens: ns		Mulheres : IP>IT**		

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. (-): menos filhos (G1: < 3; G2: =1); (+): mais filhos (G1: ≥ 3; G2: ≤2).IT: Investimento no Trabalho; IP: Investimento na Parentalidade. (a) Participantes pertencentes à última categoria (≥19) não incluídos na análise.

⁴⁶⁵ Embora a Idade do Filho Focal tivesse aparecido associado a diferenças significativas no investimento dos participantes no trabalho aquando da primeira análise efectuada para a identificação de co-variantes, a sua influência não se comprova significativa quando controlado o efeito das duas outras co-variantes (Género e Nível Profissional).

Investimento na Parentalidade.

Os resultados das análises acusam um efeito principal do Género [$F(1,466)=65,322$, $p=0,001$], da Idade do Filho Focal [$F(2,361)=5,554$, $p=0,004$]⁴⁶⁶ e do Nível Profissional dos participantes [$F(2,465)=12,136$, $p=0,000$] não tendo sido encontradas diferenças significativas em função do Número de Filhos [$F(1,465)=0,679$, $p=0,410$].

A exploração destas diferenças permite constatar que pertencem ao grupo dos mais investidos na parentalidade as mulheres, os participantes com filhos em idade pré-escolar comparativamente aos que têm filhos adolescentes ($p=0,003$)⁴⁶⁷, e os que trabalham em actividades de nível inferior ou intermédio comparativamente aos que são profissionais de nível superior ($p=0,000$ e $p=0,002$).

2.1.2.2.2. Variações Intrassujeitos

Também nesta geração o Género [$F(1,467)=79,900$, $p=0,000$] mostra ser um factor significativo na apreciação das diferenças de investimento dos participantes em cada um dos domínios. Os resultados das análises são reveladores da mesma tendência encontrada para a G1 no que diz respeito ao género dos participantes. Não sendo significativas entre os homens [$F(1,222)=2,397$, $p=0,123$] as diferenças de investimento evidenciam-se significativamente no caso das mulheres [$F(1,244)=9,505$, $p=0,002$], grupo no qual a média de Investimento na Parentalidade supera largamente a de Investimento no Trabalho⁴⁶⁸.

Quadro 43.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças entre os dois tipos de Investimento na Geração 1 e na Geração 2

IT – IP	
G1 & G2	▪ O investimento dos homens em cada um dos domínios não se diferencia significativamente ▪ As mulheres investem mais na parentalidade do que no trabalho

⁴⁶⁶ No caso do Investimento na Parentalidade observou-se o fenómeno inverso ao descrito para o Investimento no Trabalho no que se refere ao efeito da variável Idade do Filho Focal. É que apesar de não se ter encontrado evidência da sua influência no momento em que se realizou a primeira análise de variância para a detecção de covariantes, quando controladas as duas outras covariantes (Género e Nível Profissional) emergem efeitos significativos.

⁴⁶⁷ Apresentam-se, igualmente, os resultados das análises quando consideradas as quatro categorias etárias do filho focal: [$F(3,464)=3,476$, $p=0,016$]- Pré-escolar ($M=4,66$; $DP=0,89$) > Adolescentes ($M=4,37$; $DP=0,72$), $p=0,008$.

⁴⁶⁸ Também na amostra da G2, apesar dos testes de comparação intrassujeitos não assinalarem a presença de diferenças significativas de investimento relativamente aos homens [$F(1,222)=2,397$, $p=0,123$], os testes *post-hoc* confirmam a significância das diferenças de médias entre as duas dimensões de investimento na amostra masculina. Apresentam-se, por isso, de seguida, as diferenças de médias (e respectiva significância) em função do Género dos participantes. H: $ADM=0,623^{***}$; M: $ADM=1,371^{***}$.

Quadro 44.*Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais de Investimento*

Investimento no Trabalho			
Investem mais		Investem menos	
G1	- os profissionais de nível inferior com mais filhos - os participantes com menos filhos que são profissionais de nível superior	- os profissionais de nível inferior com menos filhos - os participantes com menos filhos que são profissionais de nível intermédio e inferior	
Investimento no Trabalho			
Investem mais		Investem menos	
G2	os profissionais de nível superior	os profissionais de nível intermédio	
Investimento na Parentalidade			
Investem mais		Investem menos	
	- os participantes com filhos em idade pré-escolar - os profissionais de nível inferior e de nível intermédio	- os participantes com filhos adolescentes - os profissionais de nível superior	
Investimento no Trabalho Investimento na Parentalidade			
Investem mais		Investem mais	
Investem menos		Investem menos	
G1 & G2	os homens	as mulheres	- as mulheres - os homens

2.1.3. Convergência/Divergência entre o Investimento de Pais e de Filhos no Trabalho e na Parentalidade

Tendo em vista a verificação da existência de diferenças significativas a nível do grau de investimento de pais e de filhos no trabalho e na parentalidade, efectuou-se a comparação dos investimentos médios auto-descritos pelos participantes das duas gerações. Uma vez que havia interesse em considerar a pertença dos participantes ao mesmo grupo familiar, optou-se pelo procedimento de análise de variância com medidas repetidas, introduzindo o Tipo de Díade como factor interssujeitos. Foram primeiramente efectuadas, (separadamente para pais e filhos) análises univariadas em relação a cada uma das variáveis constituintes do factor intrassujeitos (IP e IT) para identificar os factores interssujeitos⁴⁶⁹ que se mostravam influentes nas suas variações de modo a que os seus efeitos pudessem ser controlados nas análises

⁴⁶⁹ Foram testados os seguintes factores interssujeitos: Número de Filhos (pais e filhos), Nível Profissional (pais e filhos) e Idade do Filho Focal (só no caso dos filhos). O efeito do Género (dos filhos e da figura parental) apesar de significativo não foi controlado dado que havendo interesse em apreciar a interacção entre cada factor intrassujeito e o tipo de díade quanto ao género, não faria sentido controlar o efeito desta variável.

subsequentes⁴⁷⁰. As análises de medidas repetidas foram realizadas separadamente para cada um dos factores intrassujeitos (Investimento no Trabalho e investimento na parentalidade) e o *follow-up* das diferenças interssujeitos no interior de cada díade foi efectuado com recurso ao teste *sidak*. O grau de convergência/divergência entre o investimento de pais e de filhos foi ainda analisado a partir da comparação das diferenças observadas entre pais e filhos relativamente à mesma medida de investimento tendo sido para o efeito criada uma nova variável (o diferencial de investimento, resultante da operação de subtracção do *score* médio de investimento dos filhos ao *score* médio de investimento das figuras parentais) que foi submetida a procedimentos de análise de variância em função do Tipo de Díade⁴⁷¹.

Quadro 45.

Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos ao Investimento no Trabalho e na Parentalidade de pais e de filhos para cada tipo de díade

Investimento no Trabalho e Investimento na Parentalidade										
		D1 Pai-Filho		D2 Pai-Filha		D3 Mãe-Filha		D4 Mãe-Filho		Sig.
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
IT	Filho	3,68	0,73	3,34	0,78	3,43	0,95	3,62	0,76	D2 ITfp > IT filho ***
	FP	3,81	0,81	3,84	0,86	3,48	0,81	3,45	0,84	
IP	Filho	4,29	0,84	4,80	0,76	4,79	0,79	4,21	0,71	D2 IP filha > IP fp *** D4 IPfp > IP filho**
	FP	4,12	0,83	4,14	0,79	4,63	0,76	4,49	0,83	

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05. IT: Investimento no Trabalho; IP: Investimento na Parentalidade; FP/fp: Figura parental.

Os resultados da análise multivariada apontam para a existência de diferenças significativas a nível do grau médio de investimento de pais e de filhos no trabalho [$F(1,343)=14,343$, $p=0,000$] e na parentalidade [$F(1,355)=8,880$, $p=0,003$]⁴⁷² tendo-se confirmado a relevância da comparação em função do Tipo de Díade (IT: $F(3,343)=7,619$, $p=0,006$; IP: [$F(3,353)=15,586$, $p=0,000$]. No caso do factor intrassujeitos IT, os testes "*post-hoc*" mostram que apesar de, em todas as díades, as figuras parentais se apresentarem mais investidas no trabalho do que os filhos essas diferenças só alcançam significância estatística no caso das díades heterogéneas pai-filha (D2: $p=0,000$)⁴⁷³.

⁴⁷⁰ Na análise relativa ao factor intrassujeitos IT foi usada como covariante a variável Nível Profissional da figura parental [$F(2,341)=5,486$, $p=0,005$]. Na análise relativa ao factor intrassujeitos IP foram usadas como covariantes as variáveis Idade do Filho Focal [$F(3,312)=3,318$, $p=0,020$] e Nível Profissional dos filhos [$F(2,312)=5,150$, $p=0,006$].

⁴⁷¹ No caso do diferencial de investimento na parentalidade foi usada como covariante a variável Nível Profissional do filho [$F(1,348)=4,738$, $p=0,030$]. Não se justificou o uso de covariantes na análise do diferencial de Investimento no Trabalho.

⁴⁷² Valores de F obtidos quando também foi controlado o efeito do Tipo de Díade.

⁴⁷³ Apresentam-se, de seguida, os valores da amplitude das diferenças de médias de Investimento no Trabalho de pais e de filhos em função do Tipo de Díade: D1: ADM=0,131; D2: ADM=0,506***; D3: ADM=0,045; D4: ADM=0,174.

As diferenças entre pais e filhos no que toca ao investimento na parentalidade apresentam-se significativas apenas no caso das díades heterogéneas, evidenciando que são as mulheres (quer as que responderam na condição de mães quer as que responderam na condição de filhas) as que apresentam níveis superiores de investimento na parentalidade (D2: $p=0,000$; D4: $p=0,006$) embora as diferenças de maior magnitude apareçam associadas à comparação Pai-filha⁴⁷⁴.

Quadro 46.

Médias e desvios-padrão do diferencial médio de Investimento de pais e filhos no Trabalho e na Parentalidade para cada tipo de díade

Diferencial de Investimento											
	D1		D2		D3		D4		Total		Sig.
	Pai-Filho		Pai-Filha		Mãe-Filha		Mãe-Filho				
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
IT	0,145	0,93	0,507	0,98	0,045	1,11	-0,174	0,96	0,178	1,02	D2> D3** D2> D4***
IP	-0,136	0,91	-0,649	1,00	-0,098	0,94	0,281	0,82	-0,213	0,98	D1 > D4* D2 > D1*** D2 > D3** D2 > D4***

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$. **IT**: Investimento no Trabalho; **IP**: Investimento na Parentalidade.

Os resultados da análise de variância realizada para a estimativa de diferenças a nível do diferencial de investimento, revela a presença de variações significativas no diferencial de investimento em função do Tipo de Díade tanto no que diz respeito ao trabalho [$F(3,344)=7,430$, $p=0,000$] como no que se refere à parentalidade [$F(3,354)=16,395$, $p=0,000$]. Os testes de *follow-up* evidenciam maiores divergências pais-filhos a nível do investimento na parentalidade no caso das díades heterogéneas, com as díades de composição Pai-Filha (D2) a registarem um diferencial médio significativamente mais elevado do que qualquer outro tipo de díade (D1: $p=0,000$; D3: $p=0,002$; D4: $p=0,000$). O diferencial de investimento na parentalidade observado entre pais e filhos é também superior nas díades homogéneas masculinas quando comparadas com as díades Mãe-Filho ($p=0,023$). Quando se considera a dimensão trabalho, pais e filhos diferem no grau médio de investimento em especial quando se comparam as díades pai-filha com as díades Mãe-Filha (D3) e Mãe-Filho (D4), com as primeiras a apresentarem um diferencial médio superior ($p=0,010$ e $p=0,000$, respectivamente).

⁴⁷⁴ Apresentam-se, de seguida, os valores da amplitude das diferenças de médias de investimento na parentalidade de pais e de filhos em função do Tipo de Díade: D1: ADM=0,170; D2: ADM=0,658***; D3: ADM=0,157; D4: ADM=0,281**.

Quadro 47.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrafamiliares (i.e., entre pais e filhos) de Investimento

Pais versus Filhos	
Investimento no Trabalho	Investimento na Parentalidade
Os pais (homens) investem mais no trabalho do que as filhas	- As mães investem mais na parentalidade do que os filhos - Os pais (homens) investem menos do que as filhas
Diferencial de Investimento	
- Investimento no Trabalho mais divergente nas díades Pai-Filha do que na comparação dos filhos (homens e mulheres) com a mãe - Investimento na parentalidade mais divergente nas díades Pai-Filha do que em qualquer outro tipo de díade	

2.2. Percepção de Apoio Conjugal**2.2.1. Diferenças Intergeracionais na Percepção de Apoio Conjugal**

Quando comparados os participantes relativamente à Percepção de Apoio Conjugal, as análises apontam para a existência de um efeito principal da variável Geração [$F(1,995)=14,432, p=0,000$] que é favorável aos participantes da G2 visto serem os que registam percepções de apoio conjugal mais elevadas. Os resultados da comparação das amostras de género de cada geração indicam que as percepções de apoio conjugal das mulheres da G2 são significativamente superiores às da G1 [$F(1,468)=36,902, p=0,000$], diferença que não se revela significativa quando se considera os homens de cada grupo geracional⁴⁷⁵.

Quadro 48.

Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à Percepção de Apoio Conjugal, em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional

		Geração 1		Geração 2		Sig.
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
PAC	H	4,71	0,82	4,69	0,84	MG2>MG1***
	M	4,02	1,17	4,60	0,91	
	Total	4,41	1,04	4,64	0,88	G2 > G1***

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **PAC**: Percepção de Apoio Conjugal.

⁴⁷⁵ Apresenta-se o valor de F (e respectiva significância) quando controlado o efeito do Género: [$F(1,994)=20,174, p=0,000$].

2.2.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à Percepção de Apoio Conjugal

2.2.2.1. Geração 1

2.2.2.1.1. Variações Intersujeitos

Os resultados da comparação de homens e mulheres no que se refere aos valores médios de apoio conjugal percebido apontam para diferenças significativas quando se atende ao Género [$F(1,538)=65,575$, $p=0,000$] revelando a existência de valores médios superiores entre os homens.

Também se verificam variações significativas em função do Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges quer entre os homens [$F(5,301)=4,032$, $p=0,001$] quer entre as mulheres [$F(4,222)=2,962$, $p=0,021$]⁴⁷⁶. Na amostra masculina, a percepção de apoio conjugal apresenta-se, em média, significativamente mais elevada entre os pertencentes a agregados em que ambos os cônjuges estão profissionalmente ao mesmo nível (superior ou intermédio) ou apenas um deles trabalha, comparativamente a participantes integrados em famílias caracterizadas pela superioridade da posição profissional da companheira⁴⁷⁷. Na amostra feminina a análise apenas revela a presença de diferenças no que toca à percepção de apoio das mulheres que pertencem a agregados em que dois cônjuges possuem actividades de nível intermédio comparativamente às que, desse ponto de vista, estão em vantagem face ao companheiro. Com efeito, as primeiras percebem o companheiro como significativamente mais apoiante ($M=4,56$; $DP=0,72$) do que as aquelas que fazem parte do segundo tipo de famílias ($M=3,63$; $DP=1,26$; $p=0,017$).

Apenas não se observam diferenças de género significativas no grupo dos participantes que tal como o cônjuge desempenham actividades profissionais de nível intermédio [$F(1,37)=3,943$, $p=0,055$]. Nas restantes categorias da variável, manifesta-se a tendência de género descrita para a amostra total, ou seja, valores médios de apoio conjugal significativamente mais elevados nos homens do que nas mulheres⁴⁷⁸.

O Número de Filhos e o Nível Profissional próprio não aparecem associados a diferenças significativas na percepção global de apoio dos participantes⁴⁷⁹.

⁴⁷⁶ Apresenta-se o valor de F (e respectiva significância) que comprova a existência de um efeito de interacção significativo entre esta variável e o Género [$F(5,523)=2,599$, $p=0,025$].

⁴⁷⁷ Apresentam-se, de seguida, os valores médios de PAC em função da variável Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges bem como o valor de p relativo à significância das diferenças de médias acima descritas. "Ambos em actividades de nível superior": $M=4,92$; $DP=0,77$; $p=0,008$. "Ambos em actividades de nível intermédio": $M=5,06$; $DP=0,83$; $p=0,013$. "Só um dos cônjuges trabalha": $M=4,80$; $DP=0,70$; $p=0,007$. "Posição mais favorável da mulher": $M=4,30$; $DP=1,03$.

⁴⁷⁸ Apresentam-se, de seguida, os valores de F (e respectiva significância) em função do género para cada uma das categorias da variável Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges "Ambos em actividades de nível superior": [$F(1,86)=20,896$, $p=0,000$]; "Ambos em actividades de nível inferior": $F(1,84)=4,286$, $p=0,041$; "Posição favorável do Homem": [$F(1,110)=8,277$, $p=0,005$]; "Posição favorável da Mulher": [$F(1,89)=7,601$, $p=0,007$].

⁴⁷⁹ Apresentam-se, de seguida, os valores de F (e respectiva significância) obtidos relativamente às variáveis Número de Filhos e Nível Profissional dos participantes. NF: $F(1,536)=2,364$, $p=0,125$; NP: [$F(2,536)=0,068$, $p=0,934$].

Quadro 49.

Médias e desvios-padrão dos valores médios de Percepção de Apoio Conjugal obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

		Geração 1			Geração 2		
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Sig.</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Sig.</i>
Género (GN)	H	4,71	0,82	H > M***	4,69	0,84	
	M	4,02	1,17		4,60	0,91	
Nível Profissional (NP)	Sup.	4,37	0,97	ns	4,59	0,82	GN x NP **
	Int.	4,45	1,03		4,67	0,90	
	Inf.	4,42	1,10		4,69	0,94	
TOTAL		4,41	1,04		4,64	0,88	

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; ns: diferenças não significativas.

2.2.2.2. Geração 2**2.2.2.2.1. Variações Intersujeitos**

Os resultados das análises apontam unicamente para a presença de um efeito de interacção significativo entre o Género e o Nível Profissional dos participantes [$F(2,451)=6,764$, $p=0,001$]⁴⁸⁰. A exploração desta interacção permitiu verificar que entre os participantes de nível profissional inferior [$F(1,106)=9,570$, $p=0,003$] os homens revelam, globalmente, percepções de apoio conjugal superiores ($M=4,89$; $DP=0,84$) às das mulheres ($M=4,34$; $DP=1,00$). No grupo dos homens observam-se, contudo, diferenças significativas [$F(2,216)=3,251$, $p=0,041$] entre os que desenvolvem actividades profissionais de nível intermédio ($M=4,56$; $DP=0,90$) e os que possuem profissões de nível inferior, com estes últimos a registarem valores médios de apoio percebido superiores ($M=4,90$; $DP=0,84$; $p=0,034$). Esta tendência inverte-se quando se considera o grupo das mulheres já que, no interior desta categoria de género, as participantes que profissionalmente assumem responsabilidades de nível intermédio percebem significativamente mais apoio por parte dos cônjuges ($M=4,78$; $DP=0,88$) do que as que ocupam profissões de nível inferior ($M=4,34$; $DP=1,00$; $p=0,028$).

Tendo sido encontrada uma interacção significativa Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges x Género [$F(5,443)=2,603$, $p=0,025$], veio a verificar-se, posteriormente, que os efeitos do Tipo de Família quanto ao Estatuto Profissional dos Cônjuges se mostram significativos nas percepções dos participantes unicamente na amostra feminina

⁴⁸⁰ Apresentam-se, de seguida, os valores de F (e respectiva significância) obtidos relativamente às variáveis Número de Filhos e Idade do Filho Focal dos participantes. NF: [$F(1,453)=1,036$, $p=0,309$]; IFF: [$F(2,349)=0,073$, $p=0,930$].

[H: $F(5,212)=0,869$, $p=0,503$; M: $F(4,229)=2,978$, $p=0,020$]⁴⁸¹. Os resultados dos testes *post-hoc* não clarificam, todavia, junto de que categorias da variável emergem diferenças significativas.

Quadro 50.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças inter e intrageracionais na Percepção de Apoio Conjugal

G1 versus G2	
- Os participantes da G2 percebem o cônjuge como mais apoiante do que os participantes da G1 - As percepções de apoio conjugal dos homens da G1 não se distinguem significativamente das percepções dos homens da G2 - As mulheres da G2 percebem o companheiro como mais apoiante do que as mulheres da G1	
Percepção de Apoio Conjugal	
	Percepcionam Mais Apoio
G1	- os homens - os homens integrados em famílias em que ambos os cônjuges têm actividades profissionais do mesmo nível (superior ou intermédio) ou apenas um deles trabalha - as mulheres pertencentes a agregados familiares em que ambos os cônjuges são profissionais de nível intermédio
	Percepcionam Menos Apoio
	- as mulheres - os homens pertencentes a famílias em que o elemento feminino do casal possui uma posição profissional mais favorável - as mulheres com actividades profissionais de nível superior às do companheiro
G2	- os participantes com actividades de nível inferior, do sexo masculino - os homens com profissões de nível inferior - as mulheres com profissões de nível intermédio
	- os participantes com actividades de nível inferior, do sexo feminino - os homens que são profissionais de nível intermédio - as mulheres com actividades profissionais de nível inferior

2.3. *Spillover* Interpapéis (SPPT; SNTP; SPTP; SNPT)

2.3.1. Diferenças Intergeracionais na experiência de *Spillover*

A análise multivariada usada na comparação dos participantes no que se refere ao *spillover* interpapéis, indica diferenças significativas associadas à Geração dos participantes [$F(4, 1014)=8,554$, $p=0,000$] que se manifestam significativamente em duas das dimensões desta medida: o *spillover* negativo parentalidade-trabalho [$F(1,1017)=7,957$, $p=0,005$] e o *spillover* positivo trabalho-parentalidade [$F(1, 1017)=11,927$, $p=0,001$]⁴⁸². Os resultados

⁴⁸¹ Não foram consideradas na análise as participantes pertencentes à categoria “Só um dos cônjuges trabalha”, já que excluídos os casos de *missing values* associados a situações de divórcio a frequência desta categoria ficava reduzida a três mulheres.

⁴⁸² Uma vez que se constatou que ambas as dimensões apresentavam variações significativas quando comparados os grupos de género pertencentes a cada geração a análise foi repetida introduzindo a variável Género como covariante. Os resultados confirmaram, no entanto, a presença de diferenças intergeracionais significativas relativamente a ambas SNPT: [$F(1, 1016)=13,204$, $p=0,000$]; SPTP: [$F(1, 1016)=10,822$, $p=0,001$].

apontam para valores médios de *spillover* negativo parentalidade-trabalho superiores na G1 comparativamente à G2 embora dêem conta de diferenças no sentido inverso no que se refere ao *spillover* positivo trabalho-parentalidade dimensão na qual a G2 apresenta os valores médios mais elevados.

Quadro 51.

Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à experiência de Spillover em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional

		Geração 1		Geração 2		Sig.
		M	DP	M	DP	
SPPT	H	4,45	1,11	4,50	1,02	ns
	M	4,56	1,02	4,54	1,08	
	Total	4,50	1,07	4,52	1,05	ns
SNTP	H	3,31	1,31	3,26	1,29	MG2>MG1**
	M	3,22	1,28	3,57	1,20	
	Total	3,27	1,30	3,42	1,25	ns
SNPT	H	2,39	1,08	2,25	1,02	MG1>MG2***
	M	3,02	1,25	2,64	1,09	
	Total	2,66	1,20	2,46	1,07	G1 > G2**
SPTP	H	3,14	1,46	3,60	1,28	HG2>HG1***
	M	3,42	1,50	3,55	1,42	
	Total	3,26	1,48	3,57	1,36	G2 > G1**

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; ns: diferenças não significativas. **SPPT**: *Spillover* Positivo Parentalidade-Trabalho; **SNTP**: *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade; **SNPT**: *Spillover* Negativo Parentalidade-Trabalho; **SPTP**: *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade.

A exploração intergeracional de possíveis diferenças geracionais entre os grupos de género revela a existência de variações significativas nos valores médios de *spillover* negativo trabalho-parentalidade e parentalidade-trabalho entre as mulheres (mas não entre os homens) pertencentes a cada uma das gerações. As mulheres G2 registam *scores* significativamente mais elevados que as da G1 relativamente à primeira dimensão (SNTP: [$F(1,485)=9,773$), $p=0,002$] e as mulheres da G1 apresentam valores médios de *spillover* superiores aos das mulheres da segunda geração no caso da segunda dimensão (SNPT: [$F(1,485)=12,968$), $p=0,000$]. Também os níveis médios de *spillover* positivo trabalho-parentalidade acusam diferenças significativas quando se comparam os homens de cada geração. Observa-se, mais concretamente, que os valores médios de SPTP são significativamente mais elevados na amostra masculina da G2 do que na amostra masculina da G1 [$F(1,530)=13,669$), $p=0,000$].

Quadro 52.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intergeracionais na experiência de Spillover Interpapéis

G1 versus G2

- Os participantes da G1 experienciam mais SNPT do que os participantes da G2
 - Os participantes da G2 experienciam mais SPTP do que os participantes da G1
 - Os homens da G2 registam mais SPTP do que os homens da G1
 - As mulheres da G2 registam mais SNTP e menos SNPT do que as mulheres da G1
-

2.3.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à experiência de *Spillover*

2.3.2.1. Geração 1

2.3.2.1.1. Variações Intersujeitos

Os resultados das análises de variância multivariada realizadas na comparação diferencial dos participantes relativamente à experiência de *spillover*, apontam para diferenças significativas em função do Género dos participantes [$F(4,532)=16,038$, $p=0,000$]. Mostram, nomeadamente, que homens e mulheres se distinguem significativamente na dimensão *spillover* negativo parentalidade-trabalho com as participantes femininas a registarem valores médios superiores aos dos participantes masculinos [$F(1,535)=48,436$, $p=0,000$]. Foi ainda encontrada uma interacção significativa Género x Número de Filhos relativamente à dimensão *spillover* negativo trabalho-parentalidade [$F(1,534)=6,492$, $p=0,011$] cuja exploração revela que na amostra feminina, as participantes com mais filhos registam valores médios de *spillover* ($M=3,52$; $DP=1,25$) significativamente superiores aos das participantes com menor número de filhos ($M=2,92$; $DP=1,25$) [$F(1,228)=14,175$, $p=0,000$]. No seguimento do *follow-up* desta interacção em função do número de filhos, verifica-se que uma vez isolados os participantes com uma progénie de menor dimensão, os níveis médios de *spillover* mostram-se mais elevados entre os homens ($M=3,27$; $DP=1,34$) do que entre as mulheres ($M=2,92$; $DP=1,22$) [$F(1,263)=4,695$, $p=0,031$].

As análises realizadas em função do Nível Profissional revelam que esta é, também, uma variável significativa no que se refere às variações da experiência de *spillover* que interage de forma significativa com o género na dimensão *spillover* positivo trabalho-parentalidade [$F(2,532)=4,603$, $p=0,010$] e com o número de filhos nas dimensões *spillover* negativo trabalho-parentalidade [$F(2,532)=5,073$, $p=0,007$] e *spillover* negativo parentalidade-trabalho [$F(2,532)=5,955$, $p=0,003$]. A exploração destas interacções permitiu constatar que entre os participantes que ocupam profissões de nível superior são as mulheres ($M=4,08$; $DP=1,41$) que comparativamente aos homens ($M=3,32$; $DP=1,38$) apresentam valores médios de *spillover*

positivo trabalho-parentalidade mais elevados [$F(1,150)=11,325$, $p=0,001$]. As análises de *follow-up* realizadas separadamente para cada grupo de género mostram tanto para homens como para mulheres diferenças significativas nos valores médios de *spillover* positivo trabalho-parentalidade em função do Nível Profissional [$F(2,304)=6,000$, $p=0,003$] e [$F(2,227)=12,260$, $p=0,000$], respectivamente). Entre os homens, os que possuem profissões de nível intermédio descrevem significativamente mais *spillover* positivo trabalho-parentalidade ($M=3,49$; $DP=1,58$) do que os homens que exercem actividades profissionais de nível inferior ($M=2,86$; $DP=1,39$; $p=0,005$). Entre as mulheres, as que profissionalmente estão envolvidas em actividades de nível superior apresentam valores médios de *spillover* positivo significativamente superiores ($M=4,08$; $DP=1,41$) aos das mulheres em qualquer uma das outras categorias profissionais (Intermédia: $M=3,23$; $DP=1,43$; $p=0,003$; Inferior: $M=3,02$; $DP=1,43$; $p=0,000$).

Quadro 53.

Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 1 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Spillover Interpapéis										
		SPPT		SNTP		SNPT		SPTP		Sig.
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Género (GN)	H	4,45	1,11	3,31	1,31	2,39	1,08	3,14	1,46	SNPT M > H***
	M	4,56	1,02	3,22	1,28	3,02	1,25	3,42	1,50	
N.º de Filhos (NF)	(-)	4,48	1,10	3,11	1,30	2,63	1,18	3,26	1,49	SNTP GN x NF*
	(+)	4,51	1,04	3,42	1,27	2,69	1,22	3,26	1,47	SPTP GN x NP**
	Sup.	4,48	1,05	3,08	1,33	2,38	1,05	3,69	1,44	SNTP NF x NP **
	Int.	4,50	1,11	2,98	1,29	2,42	1,22	3,39	1,52	SNPT NF x NP **
Nível Profissional (NP)	Inf.	4,50	1,06	3,54	1,23	2,96	1,21	2,94	1,42	
TOTAL		4,50	1,07	3,27	1,30	2,66	1,20	3,26	1,48	
Variações intrassujeitos		Homens: SPPT > SNTP***; SNPT***;SPTP*** SNTP>SNPT*** SPTP>SNPT*** Mulheres : SPPT > SNTP***; SNPT***;SPTP*** SPTP >SNPT***								

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **(-)**: menos filhos ($G1: <3$); **(+)**: mais filhos ($G1:\geq 3$). **SPPT**: *Spillover* Positivo Parentalidade-Trabalho; **SNTP**: *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade; **SNPT**: *Spillover* Negativo Parentalidade-Trabalho; **SPTP**: *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade.

Quanto à interacção com o Número de Filhos, as análises realizadas conduziram à verificação que no grupo de participantes que possuem profissões de nível intermédio, os que têm mais filhos ($n\geq 3$) são os que apresentam níveis médios superiores de *spillover* negativo em

qualquer uma das direcções⁴⁸³. Quando conduzidas separadamente para participantes com maior e menor número de filhos, os resultados evidenciam diferenças significativas em função do Nível Profissional em ambas as categorias. Assim, verifica-se que entre os participantes com menos filhos, os que desempenham actividades profissionais de nível intermédio apresentam valores médios de *spillover* negativo trabalho-parentalidade [$F(2,262)=8,261$, $p=0,000$] significativamente mais baixos ($M=2,66$; $DP=1,18$) do que os de participantes com profissões profissionais de superior ($M=3,18$; $DP=1,38$; $p=0,023$) e inferior ($M=3,12$; $DP=1,20$; $p=0,000$).

Quadro 54.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais na experiência de Spillover Interpapéis na Geração 1

Spillover Negativo Trabalho-Parentalidade (G1)	
Experienciam Mais SNTP	Experienciam Menos SNTP
- as mulheres com mais filhos - os participantes com menos filhos, do sexo masculino - os profissionais de nível intermédio com mais filhos - os participantes com menos filhos que são profissionais de nível superior e inferior - os participantes com mais filhos que são profissionais de nível inferior	- as mulheres com menos filhos - os participantes com menos filhos, do sexo feminino - os profissionais de nível intermédio com menos filhos - os participantes com menos filhos que são profissionais de nível intermédio - os participantes com mais filhos que são profissionais de nível superior
Spillover Negativo Parentalidade-Trabalho (G1)	
Experienciam Mais SNPT	Experienciam Menos SNPT
- as mulheres - os profissionais de nível intermédio com mais filhos - os participantes com menos filhos e com profissões de nível superior e inferior - os participantes com mais filhos e com profissões de nível inferior	- os homens - os profissionais de nível intermédio com menos filhos - os participantes com menos filhos e com profissões de nível intermédio - os participantes com mais filhos e com profissões de nível superior
Spillover Positivo Trabalho-Parentalidade (G1)	
Experienciam Mais SPTP	Experienciam Menos SPTP
- os profissionais de nível superior de sexo feminino - os homens com profissões de nível intermédio - as mulheres com actividades profissionais de nível superior	- os profissionais de nível superior de sexo masculino - os homens com profissões de nível inferior - as mulheres com actividades profissionais de nível intermédio e inferior

Estes últimos registam, por sua vez, valores médios de *spillover* negativo parentalidade-trabalho [$F(2,262)=19,899$, $p=0,000$] significativamente mais elevados ($M=3,11$; $DP=1,20$) do que participantes pertencentes a categorias profissionais de nível superior ($M=2,41$; $DP=1,03$; $p=0,000$). Relativamente ao grupo de participantes com três ou mais filhos, os resultados indicam diferenças significativas para ambas as dimensões (SNTP: [$F(2,269)=7,811$, $p=0,001$]; SNPT: [$F(2,269)=6,783$, $p=0,001$] entre os participantes com profissões de nível superior (SNTP: $M=2,99$; $DP=1,27$; SNPT: $M=2,36$; $DP=1,07$) comparativamente aos participantes com

⁴⁸³ Apresentam-se, de seguida, os valores de F (e respectiva significância), as médias e os desvios-padrão obtidos relativamente ao SNTP e SNPT em função da variável Número de Filhos no grupo dos participantes que são profissionais de nível intermédio. SNTP: [$F(1,135)=12,488$, $p=0,001$]; < 3 filhos: $M=2,66$; $DP=1,18$; ≥ 3 filhos: $M=3,42$; $DP=1,31$. SNPT: $F(1,135)=8,320$, $p=0,005$; < 3 filhos: $M=2,17$; $DP=1,04$; ≥ 3 filhos: $M=2,76$; $DP=1,38$.

actividades profissionais de nível inferior (SNTP: $M=3,66$; $DP=1,20$; SNPT: $M=2,84$; $DP=1,20$) evidenciando a superioridade dos valores médios registados por estes últimos (SNTP: $p=0,000$; SNPT: $p=0,001$).

2.3.2.1.2. Variações Intrassujeitos

A experiência dos participantes quanto ao tipo de *spillover* que se manifesta mais acentuadamente nas suas vidas, difere significativamente no contexto do Género de pertença [$F(2,49;1341,78)=9,346$, $p=0,000$]. Tanto no caso dos homens [$F(2,40; 732,22)=158,599$, $p=0,000$] como no das mulheres [$F(2,64; 604,11)=82,213$, $p=0,000$] verifica-se que os valores médios de *spillover* positivo parentalidade-trabalho são significativamente mais elevados que os associados a qualquer forma de expressão de *spillover* ($p=0,000$). Entre os homens, os valores médios de *spillover* negativo parentalidade-trabalho apresentam-se como os significativamente mais reduzidos ($p=0,000$). No caso das mulheres os valores médios de *spillover* negativo parentalidade-trabalho só se mostram significativamente mais baixos do que os relativos à dimensão *spillover* positivo trabalho-parentalidade ($p=0,000$). As diferenças relativas aos dois tipos de *spillover* positivo revelam-se ligeiramente mais amplas na amostra masculina do que na amostra feminina mas, mantendo-se igual a direcção de influência, encontram-se no grupo dos homens valores médios de *spillover* positivo claramente mais diferenciados dos de *spillover* negativo do que no grupo das mulheres. A comparação dos valores médios de *spillover* negativo em cada uma das direcções de influência, apenas faz emergir diferenças significativas na amostra masculina (*cf.* Anexo 20, Quadro P1).

2.3.2.2. Geração 2

2.3.2.2.1. Variações Interssujeitos

As análises multivariadas realizadas dão conta de diferenças significativas em função do Género dos participantes [$F(4,471)=6,031$, $p=0,000$], nomeadamente nas dimensões de *spillover* negativo (SNTP: $F(4,474)=5,217$, $p=0,023$; SNPT: [$F(4,474)=19,895$, $p=0,000$], com os resultados a indicarem que são as mulheres quem experimenta mais significativamente estes tipos de *spillover*. No caso do *spillover* negativo parentalidade-trabalho, os resultados apontam para a existência de uma interacção significativa entre o Género e o Número de Filhos. Apesar de se situar no limiar da significância [$F(1,473)=3,849$, $p=0,049$], a sua exploração conduziu à verificação de que no grupo das mulheres, as que têm a seu cuidado mais do que um filho, registam valores de SNPT significativamente mais elevados ($M=2,80$; $DP=1,13$) do que as que só foram mães uma vez ($M=2,45$; $DP=1,13$; $F(1,251)=8,946$, $p=0,003$). Quando se procede à comparação partindo do número de filhos constata-se que as diferenças de género apenas são

significativas na categoria dos participantes que têm mais do que um filho (Homens: $M=2,23$; $DP=1,01$; Mulheres: $M=2,80$; $DP=1,13$; [$F(1,273)=22,000$, $p=0,000$].

O Número de Filhos mostra ainda diferenciar significativamente os participantes [$F(4,471)=3,875$, $p=0,004$] ao produzir um efeito principal significativo na dimensão *spillover* positivo parentalidade-trabalho [$F(1,474)=7,654$, $p=0,006$]. Tais diferenças traduzem-se no registo de valores médios superiores de *spillover* positivo entre os participantes com apenas um filho comparativamente com os que têm dois ou mais filhos.

Quadro 55.

Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Spillover Interpapéis										
		SPPT		SNTP		SNPT		SPTP		Sig.
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Género (GN)	H	4,50	1,02	3,26	1,29	2,25	1,02	3,60	1,28	SNTP M>H* SNPT M>H ***
	M	4,55	1,08	3,57	1,20	2,64	1,09	3,55	1,42	
N.º de Filhos (NF)	(-)	4,66	0,98	3,41	1,28	2,38	1,02	3,48	1,39	SNPT (GN) x (NF)* SPPT (-) > (+)** SNPT (-) < (+)*
	(+)	4,42	1,09	3,43	1,24	2,51	1,11	3,64	1,33	
Nível Profissional (NP)	Sup.	4,35	1,05	3,67	1,13	2,45	0,98	3,88	1,29	SPPT Inf.> Sup.* SNPT Inf.> Sup.* SNTP (GN) x (NP)* SPTP (GN) x (NP)***
	Int.	4,53	1,05	3,21	1,25	2,38	1,04	3,32	1,34	
	Inf.	4,78	1,02	3,40	1,39	2,59	1,25	3,55	1,40	
	≤ 5(1)	4,50	1,06	3,50	1,30	2,64	1,03	3,33	1,31	
Idade do filho focal (a)	6-11(2)	4,40	1,04	3,48	1,15	2,32	1,01	3,42	1,36	SNPT (1) > (2)*
	12-18(3)	4,42	1,08	3,17	1,18	2,49	1,13	3,61	1,37	
	≥19(4)	4,82	0,99	3,50	1,40	2,41	1,13	4,00	1,30	
TOTAL		4,52	1,05	3,42	1,25	2,46	1,07	3,57	1,36	
Variações intrassujeitos		Homens: SPPT > SNTP***, SNPT***, SPTP*** SNTP>SNPT*** SPTP>SNTP* SPTP>SNPT*** Mulheres : SPPT > SNTP***, SNPT***, SPTP*** SNTP>SNPT*** SPTP>SNPT*** NP superior, intermédio e inferior: SPPT > SNTP***, SNPT***, SPTP*** SNTP>SNPT*** SPTP>SNPT***								

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. (-): menos filhos ($G2:=1$); (+): mais filhos ($G2: \geq 2$). **SPPT:** *Spillover* Positivo Parentalidade-Trabalho; **SNTP:** *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade; **SNPT:** *Spillover* Negativo Parentalidade-Trabalho; **SPTP:** *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade. (a) Participantes pertencentes à última categoria (≥ 19) não incluídos na análise.

A Idade do Filho Focal é outro dos factores que permite distinguir os participantes em termos da experiência de *spillover* [$F(8,726)=2,248$, $p=0,022$], e de forma particular, na dimensão de *spillover* negativo parentalidade-trabalho [$F(2,365)=3,783$, $p=0,024$]. Testes de *follow-up* mostram que participantes com filhos em idade pré-escolar (≤ 5 anos de idade) apresentam valores médios de *spillover* negativo parentalidade-trabalho significativamente superiores a participantes que são pais/mães de crianças em idade escolar ($p=0,019$)⁴⁸⁴.

Os resultados das análises evidenciam, igualmente, um efeito principal do Nível Profissional do participante [$F(8,942)=7,808$, $p=0,000$] para a totalidade das dimensões de *spillover* embora, no caso do SNTP e do SPTP seja de salientar a existência de uma interacção significativa com o Género (SNTP: [$F(2,471)=3,588$, $p=0,028$]; SPTP: [$F(2,471)=9,977$, $p=0,000$]). Relativamente ao *spillover* positivo parentalidade-trabalho [$F(2,473)=3,884$, $p=0,021$], constata-se que os participantes com profissões de nível inferior apresentam valores médios significativamente mais elevados que profissionais de nível superior ($p=0,017$) sendo também os que registam valores médios mais elevados de *spillover* negativo parentalidade-trabalho [$F(2,473)=3,427$, $p=0,033$] comparativamente aos segundos ($p=0,039$).

No seguimento da exploração dos efeitos de interacção, verificou-se que, no grupo dos homens [$F(2,219)=3,440$, $p=0,034$], os que são profissionais de nível superior registam valores médios de *spillover* negativo trabalho-parentalidade significativamente superiores ($M=3,69$; $DP=1,22$) a participantes com actividades profissionais de nível inferior ($M=3,10$; $DP=1,39$; $p=0,011$). Também no grupo das mulheres, as que desempenham actividades de nível superior são as que apresentam valores médios de *spillover* positivo trabalho-parentalidade [$F(2,250)=18,524$, $p=0,000$] mais elevados ($M=4,10$; $DP=1,28$), distinguindo-se significativamente, nessa dimensão, das participantes pertencentes às outras duas categorias (nível intermédio: $M=3,04$; $DP=1,28$; $p=0,000$; nível inferior: $M=3,25$; $DP=1,51$; $p=0,010$). Isolados os participantes que exercem profissionalmente actividades de nível superior, observa-se que as mulheres apresentam valores médios de SPTP superiores aos dos homens (Mulheres: $M=4,10$; $DP=1,28$. Homens: $M=3,42$; $DP=1,20$; $F(1,168)=12,983$, $p=0,000$) que, por seu turno, no grupo dos que possuem profissões de nível intermédio, registam valores médios de *spillover* positivo trabalho-parentalidade ($M=3,60$; $DP=1,32$) mais elevados [$F(1,193)=8,329$, $p=0,004$] do que as mulheres ($M=3,04$; $DP=1,32$). Estas últimas voltam a estar à frente dos homens no que se refere aos níveis médios de SNTP, quando se considera o

⁴⁸⁴ Quando se incluem os participantes com filhos jovens-adultos emergem diferenças significativas [$F(12,1413)=3,825$, $p=0,000$] nas duas dimensões *spillover* positivo (SPPT: [$F(3,472)=4,816$, $p=0,003$]; SPTP: [$F(3,472)=6,795$, $p=0,000$]). Testes de *follow-up* mostram que participantes com filhos jovens-adultos (≥ 19 anos de idade) apresentam valores médios de *spillover* positivo parentalidade-trabalho significativamente superiores a participantes que são pais/mães de crianças noutras fases de desenvolvimento (idade pré-escolar, escolar ou na adolescência; $p=0,045$, $p=0,005$; $p=0,008$, respectivamente). Quanto ao *spillover* positivo trabalho-parentalidade, os resultados revelam que participantes com filhos em idade pré-escolar ou escolar registam valores médios significativamente inferiores aos de participantes com filhos jovens-adultos ($p=0,000$ e $p=0,001$, respectivamente). **SPTP:** (4) > (1)***; (4) > (2)**; **SPPT:** (4) > (1)*; (4) > (2)**; (4) > (3)**

grupo dos participantes com actividades profissionais de nível inferior [M: $M=3,89$; $DP=1,26$. H: $M=3,10$; $DP=1,39$; $F(1,106)=9,657$, $p=0,002$].

Quadro 56.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais na experiência de Spillover Interpapéis na Geração 2

Spillover Positivo Parentalidade-Trabalho (G2)	
Experienciam Mais SPPT	Experienciam Menos SPPT
- os participantes com menos filhos - os participantes com profissões de nível inferior	- os participantes com mais filhos - os participantes com profissões de nível superior
Spillover Negativo Trabalho-Parentalidade (G2)	
Experienciam Mais SNTP	Experienciam Menos SNTP
- as mulheres - os homens que são profissionais de nível superior - os participantes com actividades profissionais de nível inferior do sexo feminino	- os homens - os homens com actividades profissionais de nível inferior - os participantes com actividades profissionais de nível inferior do sexo masculino
Spillover Negativo Parentalidade-Trabalho (G2)	
Experienciam Mais SNPT	Experienciam Menos SNPT
- as mulheres com mais filhos - os participantes com mais filhos, do sexo feminino - os participantes com filhos em idade pré-escolar - os participantes com profissões de nível inferior	- as mulheres com menos filhos - os participantes com mais filhos, do sexo masculino - os participantes com filhos em idade escolar - os participantes com profissões de nível superior
Spillover Positivo Trabalho-Parentalidade (G2)	
Experienciam Mais SPTP	Experienciam Menos SPTP
- as mulheres com actividades profissionais de nível superior - os participantes que são profissionais de nível superior do sexo feminino - os participantes que são profissionais de nível intermédio do sexo masculino	- as mulheres com actividades profissionais de nível intermédio e inferior - os participantes que são profissionais de nível superior do sexo masculino - os participantes que são profissionais de nível intermédio do sexo feminino

2.3.2.2. Variações Intrassujeitos

Os resultados permitem detectar a presença de uma interacção significativa entre o factor intrassujeitos *Spillover*, o Género e o Nível Profissional dos Participantes [$F(5,37; 674,49)=8,514$, $p=0,000$] cuja exploração foi privilegiada em detrimento da contextualização das diferenças em função de cada uma das variáveis singulares.

No seguimento da exploração desta interacção, constata-se que os valores médios associados a cada uma das dimensões de *spillover* variam significativamente, entre as participantes de sexo feminino, em função do seu nível profissional [$F(5,77; 674,49)=8,514$, $p=0,000$], em especial quando comparadas as que são profissionais de

nível intermédio com as que detêm outras categorias profissionais (Superior: $p=0,001$; Inferior: $p=0,023$)⁴⁸⁵. As diferenças entre a dimensão de SPPT e as restantes dimensões mostram-se mais amplas entre as participantes que são profissionais de nível intermédio [$F(2,80; 269,02)=12,064$, $p=0,000$], comparativamente às de outros níveis profissionais não se revelando significativas no caso do par SPPT/SPTP no caso das participantes que são profissionais de nível superior. Também as dimensões de *spillover* negativo diferem menos entre si nesta categoria de participantes do que em qualquer um dos outros dois grupos profissionais sendo especialmente mais acentuadas entre as participantes de nível superior, único grupo no qual os valores médios de *spillover* positivo e negativo na direcção trabalho-parentalidade apresentam diferenças significativas. É no grupo das mulheres que são profissionais de nível superior que mais sobressaiem as diferenças entre o SNPT e o SPTP, diferenças que atingem a significância estatística entre as participantes que são profissionais de nível intermédio mas não entre as participantes que têm actividades profissionais de nível inferior ou não qualificadas⁴⁸⁶.

Na amostra masculina os resultados dos testes intrassujeitos confirmam a existência de uma interacção significativa *spillover* x nível profissional [$F(5,07; 557,76)=3,768$, $p=0,002$], apesar das comparações *post-hoc* não permitirem identificar de imediato entre que categorias profissionais as diferenças nas dimensões de *spillover* se mostram mais significativas. O *follow-up* destas diferenças, realizado através de análises conduzidas separadamente junto dos homens de cada nível profissional, permitiu, no entanto, constatar que, no grupo dos participantes de nível profissional intermédio e inferior, as diferenças entre as dimensões de *spillover* se mostram mais expressivas do que no grupo dos que são profissionais de nível superior. A única excepção diz respeito à comparação das dimensões de *spillover* negativo (parentalidade-trabalho e trabalho-parentalidade), par relativamente ao qual a magnitude das diferenças é consideravelmente mais elevada entre os homens que são profissionais de nível superior. É unicamente entre os que têm actividades de nível inferior que essas diferenças se mostram significativas qualquer que seja o par considerado⁴⁸⁷, observando-se que é exclusivamente aí que se registam diferenças significativas entre a qualidade (positiva e negativa) dos efeitos de *spillover* na direcção trabalho-parentalidade.

O Género mostra-se uma variável significativa na diferenciação das experiências de *spillover* dos participantes de todas as categorias profissionais [$F(2,78; 471,88)=2,981$,

⁴⁸⁵ Apesar dos testes de comparação intrassujeitos assinalarem a presença de uma interacção significativa entre o factor (*spillover*) e o nível profissional dos participantes na amostra masculina [$F(5,07; 557,76)=3,768$, $p=0,002$], os testes *post-hoc* não apontam para diferenças significativas nas dimensões de *spillover* entre nenhuma das categorias profissionais dos homens.

⁴⁸⁶ Importa salientar que os resultados dos testes de efeitos intrassujeitos conduzidos no grupo das mulheres de nível inferior nem sequer apontam para diferenças significativas entre as dimensões de *spillover* [$F(2,22; 89,00)=1,296$, $p=0,279$] apesar das comparações pairwise apenas não sinalizarem a presença de diferenças nos pares SNTP/SPTP e SNPT/SPTP.

⁴⁸⁷ Apresentam-se, de seguida, os valores de F (e respectiva significância) obtidos junto dos participantes de cada nível profissional relativamente ao factor intrassujeitos *spillover*: NP Superior = [$F(3,165)=6,004$, $p=0,001$]; NP Intermédio = [$F(2,20; 213,96)=11,058$, $p=0,000$]; NP Inferior = [$F(2,78; 183,30)=7,462$, $p=0,000$].

$p=0,035]$ ⁴⁸⁸. Observa-se, mais concretamente, que as diferenças entre as dimensões de *spillover* positivo apenas são significativas na amostra masculina quando se considera os participantes de nível profissional superior, apresentando-se significativas em ambas as amostras de género no grupo dos participantes de nível profissional intermédio e inferior, não obstante serem aí de maior amplitude no caso das mulheres. No caso das dimensões de *spillover* negativo, as diferenças mostram-se significativas tanto para homens como para mulheres em todos os grupos profissionais tendo uma amplitude semelhante em ambas as amostras de género.

Os resultados da comparação entre as dimensões positiva e negativa de *spillover* na direcção trabalho-parentalidade permitem, por sua vez, detectar diferenças significativas, exclusivamente, na amostra feminina entre os profissionais de nível superior, identificando-se uma tendência de género inversa no caso dos que têm actividades profissionais de nível inferior onde apenas são significativas na amostra masculina, não se mostrando significativas nem para homens nem para mulheres entre os participantes com profissões de nível intermédio. Qualquer que seja a classe profissional dos participantes, é nos homens, comparativamente às mulheres, que as diferenças entre as dimensões de *spillover* (positivo e negativo) na direcção parentalidade-trabalho se mostram mais pronunciadas, ainda que seja entre os participantes de nível inferior que homens e mulheres se distingam mais claramente no que respeita à magnitude destas diferenças.

A comparação do par SPPT/SNTP, aponta para diferenças significativas unicamente entre as mulheres no grupo dos profissionais de nível superior, sendo significativas tanto para homens como para mulheres nos restantes grupos profissionais (embora mais amplas na amostra masculina), com o de nível profissional inferior a aparecer novamente como aquele onde a amplitude das diferenças nessas duas dimensões de *spillover* em cada uma das amostras de género se mostra mais discrepante. São as mulheres quem relativamente ao par SNPT/SPTP, e no grupo dos que são profissionais de nível superior, registam as diferenças de médias mais amplas acontecendo o inverso nos dois outros grupos profissionais onde as diferenças de maior magnitude se situam na amostra masculina sendo, em qualquer uma das duas categorias profissionais, de grandeza consideravelmente superior à magnitude das diferenças avaliadas nas mulheres.

As diferenças de maior magnitude encontram-se, quer para homens quer para mulheres, e em todos os grupos profissionais, associadas à comparação entre as dimensões de *spillover* (positivo e negativo) na direcção parentalidade-trabalho, correspondendo os valores médios superiores à dimensão de *spillover* positivo. A ordenação dos valores médios associados às quatro dimensões de *spillover* evidenciada pela comparação de género em cada grupo profissional, confirma, em todos, o lugar cimeiro do SPPT e a última posição do SNPT tanto no

⁴⁸⁸ Apresentam-se, de seguida, os valores de F (e respectiva significância) obtidos junto dos participantes de cada Nível Profissional aquando da testagem de diferenças no factor intrassujeitos em função do Género. NP Superior: [F (2,78;471,88)=2,981, $p=0,035$]; NP Intermédio: [F (2,49;485,76)=6,541, $p=0,001$]; NP Inferior: [F (2,46;265,21)=8,074, $p=0,000$].

caso dos homens como no das mulheres. Observa-se, todavia, diferenças, entre homens e mulheres, na posição relativa das duas outras dimensões conforme o grupo profissional de pertença. No grupo dos participantes de nível superior, o SNTP ocupa o segundo lugar na amostra masculina e o terceiro na feminina, em alternância de posição com o SPTP (2.º lugar na amostra feminina; 3.º lugar na amostra masculina). Nas outras duas categorias profissionais, a ordem dos valores médios reflecte uma inversão do padrão de género descrito para os participantes de nível superior: nos homens a segunda posição corresponde ao SPTP e nas mulheres ao SNTP⁴⁸⁹ (cf. Anexo 20, Quadros P4 a P8).

Quadro 57.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças entre as dimensões de Spillover Interpapéis na Geração 1 e na Geração 2

SPPT – SNTP- SNPT- SPTP	
G1	▪ Tanto os homens como as mulheres experienciam mais SPPT do que qualquer outra forma de <i>spillover</i> ▪ A experiência de SNPT é a que se apresenta mais reduzida no caso dos homens ▪ No caso das mulheres, a experiência de SNPT apenas é inferior à de SPTP
G2	▪ É no grupo das mulheres com actividades profissionais de nível intermédio que: • a experiência de SPPT se mostra mais diferenciada das outras formas de <i>spillover</i> • a experiência de <i>spillover</i> negativo não difere significativamente em função da direcção ▪ É no grupo das mulheres que são profissionais de nível superior comparativamente às de outras categorias profissionais que: • a experiência de <i>spillover</i> positivo não difere significativamente em função da direcção; • a experiência de <i>spillover</i> negativo mais se distingue em cada uma das direcções, sendo superior no caso do SNTP, • a experiência de SPTP supera de forma significativa a experiência de SNTP ▪ É no grupo dos homens que são profissionais de nível intermédio ou inferior que as quatro dimensões de <i>spillover</i> mais se diferenciam entre si ▪ É no grupo dos homens com profissões de nível superior que a experiência de <i>spillover</i> negativo mais se diferencia em cada uma das direcções ▪ Homens que são profissionais de nível inferior experienciam mais <i>spillover</i> positivo que negativo na direcção trabalho-parentalidade ▪ Entre os participantes com profissões de nível superior, a experiência de <i>spillover</i> positivo distingue-se em cada uma das direcções apenas no grupo dos homens ▪ Entre os participantes com profissões de nível intermédio e inferior, a experiência de <i>spillover</i> positivo distingue-se em cada uma das direcções no grupo dos homens e das mulheres ▪ Entre os participantes com profissões de nível superior, a experiência de <i>spillover</i> positivo e negativo na direcção trabalho-parentalidade distingue-se apenas no grupo das mulheres ▪ Entre os participantes com profissões de nível inferior, a experiência de <i>spillover</i> positivo e negativo na direcção trabalho-parentalidade distingue-se apenas no grupo dos homens ▪ As diferenças entre o <i>spillover</i> positivo e negativo na direcção parentalidade-trabalho são mais acentuadas no grupo dos homens, qualquer que seja a categoria profissional dos participantes ▪ Entre os participantes com profissões de nível superior, o SNTP corresponde à segunda dimensão mais representativa da experiência de <i>spillover</i> dos homens e à terceira das mulheres e o SPTP à segunda das mulheres à terceira dos homens ▪ Entre os participantes com profissões de nível inferior, o SPTP corresponde à segunda dimensão mais representativa da experiência de <i>spillover</i> dos homens e o SNTP à segunda dimensão mais representativa da experiência de <i>spillover</i> das mulheres

⁴⁸⁹ Recorda-se que no caso dos participantes de NP Superior a diferença entre o SPTP e o SNTP apenas é significativa na amostra feminina (SPTP > SNTP, $p=0,047$) e que no caso dos participantes de NP Inferior essas dimensões diferem significativamente apenas na amostra masculina (SPTP > SNTP, $p=0,023$). São estes, portanto, os grupos nos quais a comparação das dimensões que ocupam o segundo e o terceiro lugar na hierarquia de valores médios se mostra relevante.

2.4. Conflito Interpapéis

2.4.1. Diferenças Intergeracionais na experiência de Conflito Interpapéis

A comparação dos participantes de cada geração no que diz respeito ao conflito de papéis aponta para a existência de diferenças significativas [$F(2,1016)=17,890$, $p=0,000$] apenas relativamente ao conflito parentalidade-trabalho, verificando-se que, em comparação com os registados na G1, os níveis médios de CPT são significativamente superiores entre os participantes da G2. Os resultados da comparação intergeracional das amostras de género, permitem ainda constatar que, quer se trate de homens [$F(1,530)=19,036$, $p=0,000$] ou de mulheres [$F(1,485)=6,457$, $p=0,011$], essa diferença está igualmente presente⁴⁹⁰.

Quadro 58.

Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à experiência de Conflito Interpapéis em função da Geração e Género e significância das diferenças da comparação intergeracional

		Geração 1		Geração 2		Sig.
		M	DP	M	DP	
CTP	H	3,38	1,33	3,17	1,32	ns
	M	2,90	1,36	3,14	1,38	
	Total	3,18	1,36	3,15	1,35	ns
CPT	H	1,91	0,90	2,26	0,97	HG2>HG1*** MG2>MG1**
	M	2,56	1,07	2,82	1,10	
	Total	2,19	1,02	2,56	1,08	G2 > G1***

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **CTP**: Conflito Trabalho-Parentalidade; **CPT**: Conflito Parentalidade-Trabalho.

Quadro 59.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intergeracionais na experiência de Conflito Interpapéis

G1 versus G2
- Os participantes da G2 experienciam mais CPT do que os participantes da G1 - As duas gerações não se distinguem significativamente em relação à experiência de CTP - Tanto os homens como as mulheres da G2 registam mais CPT do que os homens e as mulheres da G1

⁴⁹⁰ Quando controlado o efeito do Género, os resultados das análises confirmam o efeito principal da Geração (CPT: [$F(1,1016)=23,019$, $p=0,000$]).

2.4.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à experiência de Conflito Interpapéis

2.4.2.1. Geração 1

2.4.2.1.1. Variações Intersujeitos

As análises de variância multivariada de comparação dos participantes relativamente à experiência de conflito de papéis, apontam no sentido de diferenças significativas em função do Género, [$F(2,534)=60,103$, $p=0,000$], do Número de Filhos [$F(2,534)=6,448$, $p=0,002$] e do Nível Profissional [$F(4,1068)=6,193$, $p=0,000$].

No que se refere ao Género, os resultados indicam que homens e mulheres se diferenciam de forma significativa para ambas as dimensões de conflito, embora de forma inversa consoante a direcção de influência de um papel sobre o outro. Assim, enquanto os participantes do género masculino apresentam valores médios de conflito significativamente superiores aos das participantes femininas na direcção trabalho-parentalidade [$F(1,535)=14,503$, $p=0,000$], estas últimas registam valores médios de conflito parentalidade-trabalho que superam significativamente os dos homens [$F(1,535)=63,686$, $p=0,000$].

O Número de Filhos revela ser fonte de diferenças significativas na experiência de conflito apenas na direcção trabalho-parentalidade, verificando-se que são os participantes com mais filhos ($n \geq 3$) os que apresentam valores médios mais elevados nesta dimensão [$F(1,535)=7,880$, $p=0,005$]. Relativamente à direcção oposta, isto é, ao conflito parentalidade-trabalho destaca-se o efeito de interacção entre esta variável e o nível profissional [$F(2,532)=4,475$, $p=0,012$]. Desta interacção resulta a constatação de que entre os participantes que, em termos profissionais, ocupam posições de nível intermédio [$F(1,136)=4,493$, $p=0,036$], os que têm mais filhos registam valores médios mais elevados de conflito na direcção parentalidade-trabalho ($M=2,34$; $DP=1,14$) do que os que têm menos filhos ($M=2,01$; $DP=0,84$). Esta tendência inverte-se quando se considera o grupo de participantes com baixo nível profissional [$F(1,244)=4,159$, $p=0,042$] já que, neste caso, são os participantes com menos filhos ($M=2,51$; $DP=1,11$) que apresentam valores médios de conflito parentalidade-trabalho superiores aos que têm mais filhos ($M=2,18$; $DP=1,08$). Quando se explora a interacção partindo das categorias dos participantes quanto ao número de filhos observa-se que entre os participantes com três ou mais descendentes [$F(2,269)=4,074$, $p=0,018$], os que ocupam profissões de nível intermédio apresentam valores médios de conflito parentalidade-trabalho significativamente mais elevados ($M=2,34$; $DP=1,14$) do que participantes em profissões de nível superior ($M=1,93$; $DP=0,86$; $p=0,025$). Entre os participantes com um ou dois filhos, observam-se também diferenças significativas em função do nível profissional [$F(2,262)=7,791$, $p=0,001$], que se exprimem em valores médios de conflito parentalidade-trabalho mais elevados no grupo dos que têm profissões de nível inferior ($M=2,51$; $DP=1,11$) em comparação com os que são profissionais de nível superior ($M=2,10$; $DP=0,92$; $p=0,006$) ou intermédio ($M=2,01$; $DP=0,84$; $p=0,002$).

Quadro 60.

Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Conflito Interpapéis obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Conflito Interpapéis										
		Geração 1				Geração 2				
		CTP		CPT		CTP		CPT		
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	Sig.
Género (GN)	H	3,38	1,33	1,91	0,90	3,17	1,32	2,26	0,97	G1:CTP H>M***
	M	2,90	1,36	2,56	1,07	3,14	1,38	2,82	1,10	G1:CPT M>H**
N.º de Filhos (NF)	(-)	2,99	1,40	2,24	1,00	3,03	1,31	2,52	1,04	G2:CPT M>H***
	(+)	3,36	1,31	2,14	1,04	3,24	1,37	2,59	1,10	G2: CTP GN x NP**
Nível Profissional (NP)	Sup.	2,78	1,36	2,01	0,89	2,81	1,24	2,52	1,04	G1:CTP (-) > (+)**
	Int.	3,12	1,39	2,15	0,99	3,34	1,33	2,56	1,04	G1: CPT NF x NP*
	Inf.	3,45	1,29	2,32	1,10	3,36	1,45	2,63	1,19	G2:CPT (+) > (-)**
Idade do filho focal (a)	≤5 (1)	-	-	-	-	3,17	1,28	2,90	1,06	G2:CTP Inf. > Sup.**
	6-11 (2)	-	-	-	-	3,29	1,36	2,55	0,97	G2:CTP Inf. > Sup.**
	11-18(3)	-	-	-	-	3,08	1,36	2,47	1,06	G2:CTP Inf. > Sup.***
	≥19 (4)	-	-	-	-	3,02	1,40	2,29	1,16	CPT: (1) > (2)*** (1) > (3)**
TOTAL		3,18	1,36	2,19	1,02	3,15	1,35	2,56	1,08	
Variações intrassujeitos		Homens: CTP > CPT*** Mulheres : CTP > CPT*					Homens: CTP > CPT*** Mulheres : ns			

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; ns: diferenças não significativas. **(-)**: menos filhos (G1: < 3; G2: =1); **(+)**: mais filhos (G1: ≥3; G2: ≥2). **CTP**: Conflito Trabalho-Parentalidade; **CPT**: Conflito Parentalidade-Trabalho. (a) Participantes pertencentes à última categoria (≥19) não incluídos na análise.

Relativamente ao Nível Profissional, e uma vez assinalada esta interacção, resta descrever o efeito principal encontrado em relação à outra dimensão de conflito, o conflito trabalho-parentalidade [$F(2,534)=10,334$, $p=0,000$]. Com efeito, os testes de *follow-up*, mostram a existência de diferenças significativas entre os participantes com profissões de nível superior e os participantes com profissões de nível inferior, diferenças que são desfavoráveis aos segundos (os que apresentam valores médios de conflito trabalho-parentalidade significativamente mais elevados, $p=0,001$).

2.4.2.1.2. Variações Intrassujeitos

Os resultados evidenciam a existência de diferenças significativas na experiência de conflito dos participantes quando se comparam os valores médios relativos às suas dimensões. O Género de pertença dos participantes mostra ser um contexto relevante no que toca a esta comparação [$F(1,536)=99,259$, $p=0,000$]. Os valores médios mais elevados aparecem associados ao conflito trabalho-parentalidade tanto entre os homens [$F(1,306)=17,367$, $p=0,000$] como entre as mulheres [$F(1,229)=4,556$, $p=0,034$] apesar de, na amostra masculina, a amplitude das diferenças entre as duas direcções do conflito se apresentar bastante mais elevada do que na amostra feminina⁴⁹¹.

2.4.2.2. Geração 2

2.4.2.2.1. Variações Interssujeitos

As análises comparativas realizadas mostram diferenças significativas em função do Género dos participantes [$F(2,473)=20,711$, $p=0,000$] com particular incidência na dimensão conflito parentalidade-trabalho [$F(1,474)=40,019$, $p=0,000$] na qual são as mulheres que apresentam valores os médios mais elevados.

Também se observam resultados significativamente diferentes na experiência de conflito em função do Número de Filhos, qualquer que seja a direcção de interferência considerada [$F(2,473)=7,027$, $p=0,001$]. Verifica-se, de forma mais concreta, que participantes com dois ou mais filhos registam valores médios de conflito superiores aos de participantes com apenas um descendente, diferença que se mostra significativa quer na direcção trabalho-parentalidade [$F(1,474)=8,777$, $p=0,003$] quer na direcção parentalidade-trabalho [$F(1,474)=9,492$, $p=0,002$].

A Idade do Filho Focal surge, igualmente, associada a diferenças significativas na experiência de conflito [$F(4,730)=5,447$, $p=0,000$], em quaisquer das direcções [CTP: $F(2,365)=3,115$, $p=0,046$; CPT: $F(2,365)=9,037$, $p=0,000$]. No *follow-up* destas diferenças, constata-se, no entanto, que apenas as diferenças relativas à última dimensão alcançam significância estatística verificando-se, mais concretamente, que participantes que são pais/mães de crianças em idade pré-escolar apresentam valores médios de conflito parentalidade-trabalho significativamente mais elevados que participantes com filhos em qualquer outra das categorias etárias (escolar: $p=0,004$; adolescência: $p=0,000$)⁴⁹².

O Nível Profissional revela-se, também, um factor crítico da experiência de conflito [$F(4,946)=7,521$, $p=0,000$] tanto no que se refere à direcção trabalho-parentalidade [$F(2,473)=12,798$, $p=0,000$] como à direcção parentalidade-trabalho [$F(2,473)=5,754$, $p=0,003$], embora

⁴⁹¹ Apresentam-se, de seguida, as diferenças médias (e respectiva significância) entre os valores médios dos dois tipos de conflito obtidas em função de cada uma das amostras de género. H: AMD=1,475***; M: ADM=0,332***.

⁴⁹² Obtém-se um resultado idêntico quando os participantes com filhos jovens-adultos são incluídos na comparação [$F(6,944)=4,241$, $p=0,000$]. CTP: [$F(3,472)=3,059$, $p=0,028$]; CPT: [$F(3,472)=9,155$, $p=0,000$]. CPT: (1) > (2)***; (1) > (3)**; (1) > (4)***. CPT: (1) > (2)***; (1) > (3)**; (1) > (4)***

no primeiro caso apresente uma interacção significativa com o Género [$F(2,471)=6,904$, $p=0,001$] cuja exploração foi privilegiada. No caso do CPT, as comparações de *follow-up* apontam para a supremacia dos participantes com profissões de nível inferior comparativamente aos profissionais de nível superior ($p=0,000$). No caso do CTP a interacção encontrada permite identificar diferenças significativas no grupo das mulheres [$F(2,250)=17,178$, $p=0,000$] entre as que desempenham actividades profissionais de nível inferior ($M=3,96$; $DP=1,36$) e as que pertencem às outras duas categorias profissionais (NP Superior: $M=2,71$; $DP=1,18$; $p=0,000$; NP Intermédio: $M=3,28$; $DP=1,42$; $p=0,001$) bem como entre estas últimas entre si ($p=0,017$). Quando considerados os participantes cujas actividades laborais se situam no nível mais inferior da hierarquia profissional, observa-se ainda a presença de diferenças de género significativas [$F(1,106)=11,167$, $p=0,001$] atingindo a variável CTP valores médios significativamente mais elevados no grupo das mulheres ($M: M=3,96$; $DP=1,36$; H: $M=2,99$; $DP=1,39$).

Quadro 61.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais na experiência de Conflito Interpapéis

Conflito Trabalho-Parentalidade		
	Experienciam Mais CTP	Experienciam Menos CTP
	- os homens - os participantes com mais filhos - os participantes com profissões de nível inferior	- as mulheres - os participantes com menos filhos - os participantes com profissões de nível superior
Conflito Parentalidade-Trabalho		
	Experienciam Mais CPT	Experienciam Menos CPT
G1	- as mulheres - os participantes com profissões de nível intermédio com mais filhos - os participantes com profissões de nível inferior com menos filhos - os participantes com mais filhos que trabalham em actividades profissionais de nível intermédio - os participantes com menos filhos que trabalham em actividades profissionais de nível inferior	- os homens - os participantes com profissões de nível intermédio com menos filhos - os participantes com profissões de nível inferior com mais filhos - os participantes com mais filhos que trabalham em actividades profissionais de nível superior - os participantes com menos filhos que trabalham em actividades profissionais de nível intermédio ou superior
Conflito Trabalho-Parentalidade		
	Experienciam Mais CTP	Experienciam Menos CTP
	- os participantes com mais filhos - as mulheres com profissões de nível inferior - os participantes com profissões de nível inferior, do sexo feminino	- os participantes com menos filhos - as mulheres com profissões de nível superior e intermédio - os participantes com profissões de nível inferior, do sexo masculino
Conflito Parentalidade-Trabalho		
	Experienciam Mais CPT	Experienciam Menos CPT
G2	- as mulheres - os participantes com mais filhos - os participantes com filhos em idade pré-escolar - os profissionais de nível inferior	- os homens - os participantes com menos filhos - os participantes com filhos em idade escolar ou superior - os profissionais de nível superior

2.4.2.2.2. Variações Intrassujeitos

As diferenças entre as duas dimensões de conflito emergem dos resultados quando ambas as direcções de conflito são comparadas em função do Género [$F(1,476)=16,297$, $p=0,000$] e do Nível Profissional dos participantes [$F(2,475)=3,865$, $p=0,022$]. Contudo, foi encontrada evidência quanto à presença de uma interacção significativa entre as duas variáveis [$F(2,473)=5,602$, $p=0,004$], a cuja exploração foi dada preferência.

O Nível Profissional mostra-se um factor de relevo na diferenciação da experiência de conflito tanto de homens [$F(2,221)=4,160$, $p=0,017$] como de mulheres [$F(2,252)=5,424$, $p=0,005$], embora os resultados da comparação *post-hoc* dos dois tipos de conflito apenas permita situar à partida essas diferenças na amostra feminina. Verifica-se, mais especificamente, que as diferenças entre as duas direcções de conflito estão significativamente mais presentes no grupo das participantes de nível profissional inferior comparativamente às de nível profissional superior ($p=0,000$) e nestas, ainda significativamente menos presentes do que no caso das que são profissionais de nível intermédio ($p=0,004$). A análise do factor intrassujeitos relativamente a cada uma destas classes profissionais, confirma a existência de diferenças significativas entre os dois tipos de conflito apenas no grupo das mulheres de nível profissional intermédio [$F(1,97)=5,750$, $p=0,018$] e inferior [$F(1,41)=19,900$, $p=0,000$], sendo mais amplas neste último caso⁴⁹³.

Relativamente aos homens, a exploração da interacção no interior de cada grupo profissional, permitiu verificar que as diferenças entre as duas possíveis direcções do conflito que se mostram de maior magnitude, surgem associadas aos participantes que desenvolvem actividades de nível intermédio, seguindo-se os que são profissionais de nível superior e, finalmente, os que possuem profissões de nível inferior⁴⁹⁴. Entre os participantes que pertencem a esta última categoria profissional, não se registam diferenças de género significativas no que respeita ao tipo de conflito mais experienciado [$F(1,108)=0,821$, $p=0,367$] o que já não se verifica em relação aos participantes que possuem actividades enquadradas nos outros dois níveis profissionais [NP Superior: $F(1,170)=7,015$, $p=0,009$; NP Intermédio: $F(1,195)=19,767$, $p=0,000$]. No caso dos participantes de nível superior, as diferenças de conflito apenas se mostram significativas entre os homens [$F(1,56)=10,499$, $p=0,002$], observando-se ainda que entre os participantes que são profissionais de nível intermédio, os homens registam valores médios de conflito trabalho-parentalidade claramente mais

⁴⁹³ Apresentam-se, de seguida, os valores de F e as diferenças de médias (e respectivas significâncias) relativamente ao factor intrassujeitos *conflito* para cada uma das categorias profissionais na amostra feminina. NP Sup.: [$F(1,114)=0,521$, $p=0,472$]- ADM=0,087; NP Int.: [$F(1,97)=5,750$, $p=0,018$]- ADM= 0,344*; NP Inf.: [$F(1,41)=19,900$, $p=0,000$] - ADM= 0,881***.

⁴⁹⁴ Apresentam-se, de seguida, os valores de F e as diferenças de médias (e respectivas significâncias) relativamente ao factor intrassujeitos *conflito* para cada uma das categorias profissionais na amostra masculina. NP Sup.: [$F(1,56)=10,499$, $p=0,002$] - ADM=0,689***; NP Int.: [$F(1,98)=83,281$, $p=0,000$]- ADM= 1,215*** ; NP Inf.: [$F(1,67)=13,387$, $p=0,001$]- ADM= 0,636**.

discrepantes dos valores médios de conflito na direcção inversa (e vice-versa) do que as mulheres⁴⁹⁵.

Quadro 62.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças entre as duas direcções de Conflito Interpapéis

CTP - CPT	
G1	Homens e mulheres experienciam mais conflito na direcção trabalho-parentalidade do que na direcção inversa, qualquer que seja o número de filhos, sendo as diferenças mais amplas no caso dos homens e dos participantes com mais filhos
G2	- As diferenças entre as duas direcções de conflito são mais pronunciadas no grupo das mulheres com profissões de nível inferior e intermédio do que no grupo das que têm profissões de nível superior - As diferenças entre as duas direcções de conflito são de maior magnitude no grupo dos homens com profissões de nível intermédio seguindo-se os que têm profissões de nível superior e, por fim, os que têm profissões de nível inferior - Entre os participantes com profissões de nível superior as diferenças CTP e CPT apenas são significativas no grupo dos homens - Entre os participantes com profissões de nível intermédio as diferenças CTP e CPT são mais amplas no grupo dos homens

2.5. Sobrecarga

2.5.1. Diferenças Intergeracionais na experiência de Sobrecarga

A comparação dos dois grupos geracionais relativamente à experiência de sobrecarga não evidencia diferenças significativas em função da geração dos participantes [$F(1,1016)=0,062$, $p=0,803$].

Quadro 63.

Médias e desvios-padrão dos valores médios relativos à experiência de Sobrecarga em função da Geração e do Género e significância das diferenças da comparação intergeracional

		Geração 1		Geração 2		Sig.
		M	DP	M	DP	
SBCG	H	2,93	1,00	2,92	1,00	ns
	M	3,34	1,13	3,32	0,96	
	Total	3,11	1,08	3,13	1,00	ns

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **SBCG**: Sobrecarga.

⁴⁹⁵ Apresentam-se, de seguida, os valores de F e as diferenças de médias (e respectivas significâncias) relativamente ao factor intrassujeitos *conflito* para cada uma das amostras de género. NP Sup.: H: [$F(1,56)=10,499$, $p=0,002$] - ADM=0,689**; M: [$F(1,114)=0,521$, $p=0,472$] - ADM=0,087. NP Int.: H: [$F(1,98)=83,281$, $p=0,000$] - ADM=0,1215***; M: [$F(1,97)=5,750$, $p=0,018$] - ADM= 0,344*.

2.5.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à experiência de Sobrecarga

2.5.2.1. Geração 1

2.5.2.1.1. Variações Intersujeitos

As análises univariadas efectuadas evidenciam a existência de diferenças significativas em função do Género, do Número de Filhos e do Nível Profissional.

Os resultados relativos ao Género, revelam valores médios de sobrecarga significativamente mais elevados no grupo das mulheres comparativamente ao dos participantes de género masculino [$F(1,536)=26,704$, $p=0,000$]. Participantes com mais filhos, registam também valores médios superiores de sobrecarga comparativamente a participantes com um menor número de filhos [$F(1,536)=10,704$, $p=0,001$].

Quadro 64.

Médias e desvios-padrão dos valores médios de Sobrecarga obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Sobrecarga						
		Geração 1		Geração 2		
		M	DP	M	DP	Sig.
Género (GN)	H	2,93	1,00	2,92	1,00	G1 M>H ***
	M	3,34	1,13	3,32	0,96	G2 M>H ***
N.º de Filhos (NF)	(-)	2,96	1,05	3,07	1,02	G1
	(+)	3,25	1,08	3,18	0,97	(-) < (+)*** G2 ns
Nível Profissional (NP)	Sup.	2,80	1,04	3,20	0,97	
	Int.	2,93	1,04	3,04	0,94	G1 Inf. > Sup.***
	Inf.	3,39	1,05	3,19	1,12	Inf. > Int.*** G2 ns
Idade do filho focal (a)	≤5 (1)	-	-	3,31	1,00	
	6-11 (2)	-	-	3,14	0,95	
	11-18 (3)	-	-	2,99	0,96	G2 (1) > (3)*
	≥19 (4)	-	-	3,07	1,07	
TOTAL		3,11	1,08	3,13	1,00	

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. (-): menos filhos (G1: < 3; G2: =1); (+): mais filhos (G1: ≥3; G2: ≥2). (a) Participantes pertencentes à última categoria (≥19) não incluídos na análise.

Quanto ao Nível Profissional [$F(2,535)=18,907$, $p=0,000$], verifica-se que participantes pertencentes a categorias profissionais de nível superior e de nível intermédio apresentam valores médios de sobrecarga significativamente mais reduzidos que participantes com profissões situadas no nível mais baixo da hierarquia profissional ($p=0,000$).

2.5.2.2. Geração 2

2.5.2.2.1. Variações Intersujeitos

Apenas as comparações realizadas relativamente ao Género [$F(1,476)=21,123$, $p=0,000$] e à Idade do Filho Focal dos participantes [$F(2,366)=3,468$, $p=0,032$] dos participantes apontam para a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres no que se refere à experiência de sobrecarga. As mulheres apresentam valores médios significativamente mais elevados do que os homens e os participantes com filhos em idade pré-escolar experienciam níveis superiores de sobrecarga comparativamente a participantes com filhos adolescentes ($p=0,027$).

Os resultados não evidenciam efeitos significativos em função de nenhuma das outras variáveis⁴⁹⁶.

Quadro 65.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças inter e intrageracionais na experiência de Sobrecarga

G1 versus G2		
▪ As duas gerações não se distinguem significativamente em relação à experiência de sobrecarga		
Sobrecarga		
	Experienciam Mais Sobrecarga	Experienciam Menos Sobrecarga
G1	- os participantes com mais filhos - os participantes com profissões de nível inferior	- os participantes com menos filhos - os participantes com profissões de nível intermédio e superior
G2	os participantes com filhos em idade pré-escolar	os participantes com filhos adolescentes
G1 & G2	as mulheres	os homens

⁴⁹⁶ Número de Filhos: $F(1,476)=2,572$, $p=0,109$. Nível Profissional do participante: [$F(2,474)=1,368$, $p=0,256$].

2.6. Satisfação com os domínios de vida

2.6.1. Diferenças Intergeracionais na Satisfação com os domínios de vida

Os resultados da análise multivariada não evidenciam diferenças significativas na satisfação dos participantes em função da sua pertença geracional [$F(4,980)=1,458$, $p=0,213$].

2.6.2. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os participantes relativamente à Satisfação com os domínios de vida

2.6.2.1. Geração 1

2.6.2.1.1. Variações Intersujeitos

Relativamente às variações de satisfação em função do Género, os resultados das análises multivariadas confirmam diferenças nos valores médios de satisfação entre homens e mulheres [$F(4,526)=12,258$, $p=0,000$]. São os participantes de sexo masculino os que apresentam valores médios superiores de satisfação em dois dos domínios avaliados: o trabalho [$F(1,529)=10,050$, $p=0,002$] e a conjugalidade [$F(1,529)=8,637$, $p=0,003$].

Diferenças na satisfação com o trabalho também aparecem significativamente associadas ao Nível Profissional dos participantes [$F(2,528)=14,227$, $p=0,000$], fazendo emergir os participantes que ocupam posições profissionais de nível superior como os mais satisfeitos comparativamente aos participantes com profissões de nível intermédio ($p=0,002$) e inferior ($p=0,000$).

Quanto aos restantes domínios de vida (SP e SO), os resultados apontam para a existência de efeitos de interacção significativos entre o Género, o Número de Filhos e o Nível Profissional dos participantes [SP: $F(2,521)=4,725$, $p=0,009$; SO: $F(2,521)=5,147$, $p=0,006$]. Assim, verifica-se que entre os participantes que pertencem a categorias profissionais de nível superior e têm mais filhos, os homens ($M=4,50$; $DP=1,22$) comparativamente às mulheres ($M=3,76$; $DP=1,34$), apresentam valores médios de satisfação com outras actividades significativamente mais elevados [$F(1,75)=6,484$, $p=0,013$]. No grupo dos homens com maior número de filhos, os que são profissionais de nível superior ($M=4,50$; $DP=1,22$) mostram-se significativamente mais satisfeitos com as outras actividades do que os homens com profissões profissionais de nível intermédio ($M=3,76$; $DP=1,23$; $p=0,031$) e inferior ($M=3,69$; $DP=1,21$; $p=0,002$) [$F(2,157)=6,381$, $p=0,002$]. O facto de ter mais ou menos filhos está associado a diferenças significativas de satisfação com as outras actividades apenas entre os homens de nível profissional superior (< 3 filhos: $M=3,84$; $DP=1,30$; ≥ 3 filhos: $M=4,50$; $DP=1,22$) [$F(1,76)=5,295$, $p=0,024$].

Quadro 66.

Médias e desvios-padrão do grau médio de Satisfação dos participantes da Geração 1 com vários domínios de vida em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Satisfação										
		ST		SP		SC		SO		Sig.
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Género (GN)	H	4,58	1,14	4,56	1,33	4,82	1,23	3,86	1,31	ST H > M*** SC H > M**
	M	4,29	1,27	4,89	1,41	4,50	1,34	3,75	1,36	
N.º de Filhos (NF)	(-)	4,39	1,20	4,71	1,37	4,74	1,22	3,79	1,39	SP GN x NF x NP**
	(+)	4,52	1,21	4,69	1,38	4,64	1,35	3,84	1,28	
Nível Profissional (NP)	Sup.	4,85	1,01	4,93	1,24	4,67	1,36	4,07	1,33	ST Sup > Int.** Sup > Inf.***
	Int.	4,40	1,12	4,70	1,42	4,83	1,16	3,75	1,36	
	Inf.	4,24	1,30	4,56	1,42	4,61	1,31	3,69	1,29	
TOTAL		4,46	1,20	4,70	1,38	4,69	1,29	3,81	1,33	
Variações intrassujeitos		H: ST> SO*** SP> SO*** SC > ST*; SP***; SO*** M: ST>SO*** SP> ST***; SC***; SO*** SC>SO***								

p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05. (-): menos filhos (G1: < 3) (+): mais filhos (G1: ≥3). **ST: Satisfação com o Trabalho; **SF**: Satisfação com a Parentalidade; **SC**: Satisfação com a Conjugalidade; **SO**: Satisfação com as Outras Actividades.

No que diz respeito à satisfação com a parentalidade, os valores médios mais elevados encontram-se no grupo dos participantes que possuem mais filhos e pertencem a categorias profissionais de nível inferior, nas mulheres ($M=5,16$; $DP=1,16$) mais do que nos homens ($M=4,48$; $DP=1,37$) [$F(1,134)=8,591$, $p=0,004$]. Entre as mulheres com mais filhos, mostram-se mais satisfeitas com a parentalidade as que têm profissões de nível inferior ($M=5,15$; $DP=1,16$; $p=0,001$) e superior ($M=5,08$; $DP=1,26$; $p=0,004$) comparativamente às que profissionalmente ocupam posições de nível intermédio ($M=3,91$; $DP=1,76$) [$F(2,106)=7,539$, $p=0,001$]. Para as mulheres com actividades profissionais de nível intermédio ter mais ou menos filhos é um factor significativo da sua satisfação com a parentalidade [$F(1,55)=7,971$, $p=0,007$]. Os resultados indicam que as que têm menos filhos se apresentam significativamente mais satisfeitas ($M=5,12$; $DP=1,45$) do que as que têm maior número de filhos ($M=3,91$; $DP=1,76$).

Quadro 67.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais de Satisfação com os domínios de vida avaliados na Geração 1

Satisfação com o trabalho (G1)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
- os homens - os participantes com profissões de nível superior	- as mulheres - os participantes com profissões de nível intermédio e inferior
Satisfação com a Parentalidade (G1)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
- os participantes com mais filhos e com profissões de nível inferior, do sexo feminino - as mulheres com mais filhos que têm profissões de nível inferior - as mulheres que têm profissões de nível intermédio com menos filhos	- os participantes com mais filhos e com profissões de nível inferior, do sexo masculino - as mulheres com mais filhos que têm profissões de nível intermédio - as mulheres que têm profissões de nível intermédio com mais filhos
Satisfação com a Conjugalidade (G1)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
os homens	as mulheres
Satisfação com as Outras Actividades (G1)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
- os participantes com profissões de nível superior e com mais filhos, do sexo masculino - os homens com mais filhos que são profissionais de nível superior - os homens com profissões de nível superior com mais filhos	- os participantes com profissões de nível superior e com mais filhos, do sexo feminino - os homens com mais filhos que são profissionais de nível intermédio e inferior - os homens com profissões de nível superior com menos filhos

2.6.2.1.2. Variações Intrassujeitos

Os resultados indicam que os níveis de satisfação dos participantes se diferenciam consoante o domínio de existência em função do Género [$F(2,93;1556,96)=11,371$, $p=0,000$]. Verifica-se que as mulheres [$F(2,97;675,08)=7,886$, $p=0,000$] se apresentam significativamente menos satisfeitas com as outras actividades do que com qualquer outro domínio da sua vida ($p=0,000$) sendo a parentalidade, a área de vida que, entre todas as avaliadas, se revela a fonte principal de satisfação ($p=0,000$). É mesmo na amostra feminina que as diferenças de satisfação parental e a satisfação com as outras actividades alcança uma maior magnitude quer *intragrupa* quer comparativamente à amostra masculina.

Os valores médios de satisfação registados pelos homens [$F(2,84;859,65)=6,043$, $p=0,000$] ilustram uma tendência bem diversa. Apesar de também para estes participantes as outras actividades estarem associadas aos valores médios de satisfação mais reduzidos ($p=0,000$), é a conjugalidade o domínio que os resultados assinalam como o mais satisfatório

dos quatro avaliados, diferenciando-se significativamente, enquanto fonte de satisfação, quer do domínio laboral ($p=0,011$) quer do domínio parental ($p=0,000$). Na amostra masculina, é da comparação dos valores médios de satisfação com o trabalho e de satisfação com as outras actividades que resultam as diferenças de maior amplitude que são aí mais acentuadas do que no grupo das mulheres (*cf.* Anexo 20, Quadro P2).

2.6.2.2. Geração 2

2.6.2.2.1. Variações Interssujeitos

Os valores médios de satisfação dos participantes apresentam variações que são sensíveis à sua categoria de pertença em termos de Género [$F(4,444)=5,564$, $p=0,000$]. Estas diferenças situam-se, de forma mais específica, nas dimensões da satisfação com o companheiro/a [$F(1,447)=10,072$, $p=0,002$] e da satisfação com as outras actividades [$F(1,447)=9,217$, $p=0,003$] sendo os homens aqueles que, em média, se mostram significativamente mais satisfeitos em qualquer um dos casos. No caso da satisfação com o/a companheiro/a emerge, no entanto, uma interacção significativa (ainda que no limiar da significância) entre o Género e o Nível Profissional dos participantes [$F(2,444)=3,029$, $p=0,049$]. A exploração dessa interacção partindo das categorias profissionais dos participantes, revelou a presença de diferenças significativas em função do género entre os participantes com profissões de nível intermédio, grupo no qual os homens se apresentam significativamente mais satisfeitos com a conjugalidade ($M=4,93$; $DP=1,24$) do que as mulheres ($M=4,16$; $DP=1,71$; $p=0,000$).

Também o Número de Filhos se revela uma variável importante na produção de diferenças no grau médio de satisfação dos participantes com as outras actividades [$F(1,447)=8,486$, $p=0,004$] apresentando-se significativamente mais satisfeitos aqueles que têm filhos únicos.

Quadro 68.

Médias e desvios-padrão do grau médio de Satisfação dos participantes da Geração 2 com vários domínios de vida em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

		Satisfação								
		ST		SP		SC		SO		
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	Sig.
Género (GN)	H	4,33	1,16	4,75	1,31	4,83	1,26	3,95	1,46	SC H > M**
	M	4,33	1,18	4,77	1,38	4,43	1,48	3,64	1,40	SO H > M**
N.º de Filhos (NF)	(-)	4,31	1,18	4,86	1,30	4,75	1,37	3,98	1,40	SC GN x NP*
	(+)	4,35	1,17	4,68	1,37	4,53	1,39	3,66	1,44	ST GN x NP*
Nível Profissional (NP)	Sup.	4,53	0,94	4,87	1,27	4,61	1,27	3,91	1,45	SP GN x NF x NP*
	Int.	4,20	1,31	4,75	1,36	4,56	1,53	3,80	1,41	SO (-) > (+)**
	Inf.	4,26	1,18	4,61	1,40	4,74	1,30	3,60	1,45	ST Sup. > Int.*
TOTAL		4,33	1,17	4,76	1,34	4,62	1,39	3,79	1,43	SO Sup > Inf.*
Variações intrassujeitos		Homens: ST> SO** SP> ST***; SO*** SC > ST***; SO*** Mulheres : ST>SO*** SP> ST***; SC***; SO*** SC>SO***								

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05. (-): menos filhos (G2: =1); (+): mais filhos (G2: ≥2). **ST**: Satisfação com o Trabalho; **SP**: Satisfação com a Parentalidade; **SC**: Satisfação com a Conjugalidade; **SO**: Satisfação com as Outras Actividades.

Os resultados apontam, ainda, para a existência de diferenças significativas em função do Nível Profissional dos participantes [$F(8,888)=2,292$, $p=0,020$], especialmente no que se refere ao nível médio de satisfação com o trabalho [$F(2,446)=3,841$, $p=0,031$] e com as outras actividades [$F(2,446)=3,495$, $p=0,031$]. Contudo, no que diz respeito à satisfação com o trabalho, mais do que o efeito principal do nível profissional salienta-se a existência de uma interacção significativa entre essa variável e o género [$F(2,444)=3,102$, $p=0,046$]. Assim, e quando se trata da satisfação com as outras actividades observam-se diferenças significativas entre os participantes que são profissionais de nível superior comparativamente aos que exercem actividades profissionais de nível inferior ou não qualificado, sendo os valores médios de satisfação mais altos no caso dos primeiros ($p=0,028$). Da exploração da interacção Género x Nível Profissional resultou a constatação de que no grupo das mulheres [$F(2,229)=6,453$, $p=0,002$], mas não no dos homens, as que possuem profissões de nível superior se apresentam em média mais satisfeitas com o trabalho ($M=4,61$; $DP=0,92$) do que as que exercem actividades profissionais de nível intermédio ($M=4,00$; $DP=1,38$; $p=0,001$).

Relativamente à satisfação com a parentalidade os resultados das análises multivariadas, evidenciam um efeito de interacção significativo entre o Género, o Número de Filhos e o Nível Profissional [$F(2,439)=4,130$, $p=0,017$]. A exploração desta interacção, permitiu constatar que entre os homens de nível profissional inferior os que possuem menos filhos mostram-se significativamente mais satisfeitos com a parentalidade ($M=5,04$; $DP=1,10$) do que os participantes que têm maior número de filhos ($M=4,11$; $DP=1,60$) [$F(1,64)=7,059$, $p=0,010$]. Quando considerado isoladamente o grupo de participantes de nível profissional inferior com dois ou mais filhos, verificam-se diferenças significativas em função do género [$F(1,58)=7,525$, $p=0,008$] com as mulheres a registarem valores médios de satisfação parental ($M=5,14$; $DP=1,00$) superiores aos dos homens ($M=4,11$; $DP=1,59$).

A Idade do Filho Focal não aparece como um factor significativo na diferenciação dos participantes no que toca à satisfação que descrevem em relação a nenhum dos domínios de vida [$F(8,686)=0,260$, $p=0,978$].

Quadro 69.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças intrageracionais de Satisfação com os domínios de vida avaliados na Geração 2

Satisfação com o Trabalho (G2)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
▪ as mulheres com profissões de nível superior	▪ as mulheres com profissões de nível intermédio
Satisfação com a Parentalidade (G2)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
▪ os homens com profissões de nível inferior com menos filhos ▪ os participantes com profissões de nível inferior com mais filhos, de sexo feminino	▪ os homens com profissões de nível inferior com mais filhos ▪ os participantes com profissões de nível inferior com mais filhos, de sexo masculino
Satisfação com a Conjugalidade (G2)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
▪ os homens ▪ os participantes com profissões de nível intermédio, de sexo masculino	▪ as mulheres ▪ os participantes com profissões de nível intermédio, de sexo feminino
Satisfação com as Outras Actividades (G2)	
Experienciam Mais Satisfação	Experienciam Menos Satisfação
▪ os homens ▪ os participantes com menos filhos ▪ os participantes que são profissionais de nível superior	▪ as mulheres ▪ os participantes com mais filhos ▪ os participantes que são profissionais de nível inferior

2.6.2.2.2. Variações Intrassujeitos

Os resultados das análises indicam que as diferenças registadas nos valores médios de satisfação com cada um dos domínios de vida podem ser melhor apreciadas tendo como referência apenas o Género dos participantes [$F(2,74;1229,51)=4,963$, $p=0,003$].

As comparações de *follow-up* revelam, entre os homens [$F(2,67;579,06)=34,522$, $p=0,000$], níveis de satisfação significativamente mais elevados no domínio da conjugalidade do que em qualquer outra área de vida à excepção da satisfação parental. Enquanto fonte de satisfação, este último domínio superioriza-se de forma significativa, quer em relação ao trabalho quer em relação às outras actividades ($p=0,000$) sendo este último domínio aquele ao qual estão inclusive associados os valores médios de satisfação mais baixos.

Entre as mulheres [$F(2,79; 647,76)=51,254$, $p=0,000$], os resultados são dissemelhantes dos anteriores no que se refere à fonte de maior de satisfação. Neste caso, a parentalidade (e não a conjugalidade) constituem o domínio que regista valores médios de satisfação significativamente superiores a todos os outros ($p=0,000$). Ao contrário do que acontece na amostra masculina, não se registam diferenças significativas entre os valores médios de satisfação conjugal e os valores médios de satisfação com o trabalho. A amplitude das diferenças entre a satisfação parental e a satisfação com as outras actividades é claramente superior na amostra feminina sendo o mesmo verdadeiro, embora bastante menos pronunciado, quando se compara, nesta mesma amostra, a satisfação com este último domínio e a satisfação com o trabalho (*cf.* Anexo 20, Quadro P11).

Quadro 70.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças de Satisfação com cada um dos quatro domínios de vida avaliados

ST- SP - SC - SO	
G1	▪ A conjugalidade constitui a principal fonte de satisfação para os homens, que se mostram significativamente menos satisfeitos com o trabalho e com a parentalidade
G2	▪ Os homens mostram-se significativamente mais satisfeitos com a conjugalidade do que com qualquer outro domínio de vida à excepção do parental ▪ A parentalidade constitui para os homens, uma fonte de satisfação mais importante do que o trabalho e as outras actividades
G1 & G2	▪ As mulheres mostram-se significativamente mais satisfeitas com a parentalidade do que com qualquer outro domínio de vida ▪ Homens e mulheres mostram-se menos satisfeitos com as outras actividades do que com qualquer outro domínio da sua vida

2.7. Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos⁴⁹⁷

2.7.1. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os sujeitos relativamente às Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos

2.7.1.1. Variações Intersujeitos

2.7.1.1.1. Ligação Afectiva ao Pai

As análises de variância multivariada indicam diferenças significativas em função do Género dos participantes apenas relativamente ao passado da sua relação com o pai [$F(2,351)=6,655$, $p=0,001$] e, de modo mais concreto, na dimensão da Superprotecção [$F(1,352)=9,118$, $p=0,003$], na qual as mulheres, apresentam valores médios significativamente superiores aos dos homens.

Quadro 71.

Médias e desvios-padrão nas dimensões Carinho e Superprotecção das Memórias da Qualidade Ligação Afectiva ao pai e à mãe dos participantes da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Memórias da Qualidade da Ligação Afectiva										
		Car.-Pai		Sppr.-Pai		Car.-Mãe		Sppr.-Mãe		Sig.
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Género (GN)	H	4,27	0,98	2,77	0,95	4,65	0,86	3,08	1,00	Pai: Sppr. M > H** Mãe ns
	M	4,34	1,03	3,09	1,00	4,76	0,92	3,20	1,03	
N.º de irmãos	(-)	4,43	1,06	2,99	1,00	4,86	0,85	3,19	1,04	Pai: Car. (-) > (+)* Mãe: Car. (-) > (+)**
	(+)	4,20	0,96	2,91	0,99	4,58	0,91	3,11	1,00	
Posição na Fratria (PF)	1.º	4,35	1,06	3,00	1,01	4,74	0,92	3,21	1,05	Pai: Sppr. PF x NPFP*
	Outras	4,26	0,95	2,89	0,98	4,68	0,87	3,08	0,98	
Nível Profissional da figura parental (NPFP)	Sup.	4,38	0,88	2,88	1,00	4,72	0,80	3,00	1,07	Mãe: Sppr. GN x NPFP**
	Inter.	4,28	1,00	2,87	0,99	4,74	0,81	3,20	0,81	
	Inf.	4,29	1,08	3,00	0,99	4,68	0,94	3,31	1,06	
	Dom.	-	-	-	-	4,73	0,96	3,05	1,03	
TOTAL		4,31	1,01	2,95	0,99	4,71	0,89	3,14	1,02	

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. Car.: Carinho; Sppr.: Superprotecção; (-): menos irmãos; (+): mais irmãos

⁴⁹⁷ Recorda-se, uma vez mais, que esta variável só foi avaliada junto dos sujeitos que na amostra representam a classe dos "filhos/as" pelo que os resultados apresentados nesta secção apenas dizem respeito à amostra constituída pelos participantes da G2 que integram a amostra de diádes.

2.7.1.1.2. Ligação Afectiva à Mãe

Os resultados respeitantes ao passado da relação dos participantes com a figura materna não mostraram efeitos principais significativos do Género dos participantes [$F(2,354)=2,149$, $p=0,118$] mas apontam para a existência de uma interacção entre esta variável e o Nível Profissional da figura materna [$F(6,696)=3,245$, $p=0,004$] no que diz respeito às memórias de Superprotecção [$F(3,348)=4,012$, $p=0,008$]. Verifica-se, em termos mais concretos, que entre as participantes femininas, aquelas cujas mães desempenham actividades profissionais de nível inferior apresentam memórias de Superprotecção significativamente mais elevadas ($M=3,49$; $DP=1,12$) do que participantes filhas de mulheres em profissões de nível superior ($M=2,78$; $DP=0,89$; $p=0,003$) [$F(3,195)=4,361$, $p=0,005$]. Quando se tem em conta o grupo de participantes cujas mães são profissionais de nível superior, verifica-se que os homens recordam a figura materna como significativamente mais superprotectora ($M=3,39$; $DP=1,26$) do que as mulheres ($M=2,78$; $DP=0,89$) [$F(1,73)=5,524$, $p=0,021$].

Quadro 72.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças nas Memórias da Qualidade da Ligação Afectiva Pais-Filhos

Ligação Afectiva	Carinho	
	Recordam Mais Carinho	Recordam Menos Carinho
	▪ os participantes que são filhos únicos ou têm apenas um irmão	▪ os participantes com dois ou mais irmãos
Ligação Afectiva ao Pai	Superprotecção	
	Recordam Mais Superprotecção	Recordam Menos Superprotecção
	▪ as mulheres ▪ os participantes cujos pais têm profissões de nível superior, que são primogénitos	▪ os homens ▪ os participantes cujos pais têm profissões de nível superior, que ocupam outras posições na fratria
Ligação Afectiva à Mãe	Superprotecção	
	Recordam Mais Superprotecção	Recordam Menos Superprotecção
	▪ mulheres cujas mães têm profissões de nível inferior ▪ participantes cujas mães são profissionais de nível superior, de sexo masculino	▪ mulheres cujas mães têm profissões de nível superior ▪ participantes cujas mães são profissionais de nível superior, de sexo feminino

A exemplo do que se observou relativamente à figura paterna, a Dimensão da Fratria aparece associada a diferenças significativas nas memórias dos participantes no que diz respeito à relação com a mãe [$F(2,354)=6,478$, $p=0,002$] e, em especial, na dimensão Carinho [$F(1,355)=8,793$, $p=0,003$]. Os resultados indicam que participantes sem irmãos ou com apenas um, apresentam valores médios de Carinho recebido da mãe significativamente superiores a participantes com dois irmãos ou mais. Já os resultados relativos à Posição na Fratria não evidenciam efeitos significativos desta variável [$F(2,353)=0,729$, $p=0,483$].

2.8. Percepção dos Investimentos Parentais⁴⁹⁸

2.8.1. Variáveis Sociobiográficas que diferenciam os sujeitos relativamente à Percepção dos Investimentos Parentais

2.8.1.1. Variações Intersujeitos

2.8.1.1.1. Percepção dos Investimentos do Pai

Percepção do Investimento na Parentalidade

Apenas o Número de Irmãos se revela uma variável significativa na diferenciação das percepções dos participantes quanto ao investimento do pai na parentalidade [$F(2,350)=5,110$, $p=0,006$] e, de forma particular, no que se refere à percepção de investimentos positivos. Verifica-se que participantes com um irmão ou nenhum, apresentam valores médios nesta dimensão significativamente superiores aos de participantes pertencentes a famílias com fratria de maior dimensão [$F(1,351)=9,995$, $p=0,002$]⁴⁹⁹.

Percepção do Investimento no Trabalho

O Nível Profissional do pai é a única variável que mostra ser fonte de diferenças significativas na percepção dos participantes relativamente aos investimentos paternos no trabalho e apenas para a dimensão do investimento negativo [$F(2, 342)=6,759$, $p=0,001$]⁵⁰⁰. No *follow-up* destas diferenças, observa-se que filhos de profissionais de nível superior apresentam percepções de investimento negativo que, em média, são significativamente inferiores às de participantes cujos pais pertencem à categoria profissional intermédia ($p=0,012$) ou inferior ($p=0,002$).

⁴⁹⁸ Também esta variável só foi avaliada junto dos participantes da G2 da amostra de díades pelo que se apresentam apenas os resultados obtidos nesta subamostra.

⁴⁹⁹ Os resultados das análises multivariadas indicam a inexistência de diferenças significativas tanto em função do Género [$F(2,351)=0,404$, $p=0,668$] como em função da Posição na Fratria [$F(2,350)=2,469$, $p=0,086$] como do Nível Profissional do pai [$F(4, 692)=0,304$, $p=0,875$].

⁵⁰⁰ Os resultados das análises multivariadas revelam a ausência de diferenças significativas em função do Género [$F(2,342)=0,685$, $p=0,505$], do Número de Irmãos [$F(2,342)=2,345$, $p=0,097$] e da Posição na Fratria [$F(2,342)=1,804$, $p=0,166$].

Quadro 73.

Médias e desvios-padrão nas dimensões da Percepção do Investimento do Pai na Parentalidade e no Trabalho dos participantes da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Percepção dos Investimentos Paternos										
		PIPP		PINP		PIPT		PINT		Sig.
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
N.º de Filhos (NF)	1 (-)	4,35	1,19	1,52	0,81	3,32	1,22	2,16	0,86	PIPT (+) > (-)*
	≥2 (+)	4,16	1,13	1,57	0,81	3,58	1,24	2,06	0,84	
Nível Profissional (NP)	Sup.	4,19	1,04	1,42	0,67	3,43	1,24	1,91	0,82	PINP Inf.> Sup.*** PINT Int.> Sup.* Inf.> Sup.***
	Int.	4,29	1,21	1,53	0,77	3,46	1,17	2,15	0,75	
	Inf.	4,25	1,16	1,78	1,03	3,55	1,33	2,32	0,99	
N.º de Irmãos (NI)	≤1 (-)	4,45	1,12	1,45	0,80	3,30	1,24	2,14	0,88	PIPP (-) > (+)** PIPT (+) > (-)*
	≥2 (+)	4,09	1,07	1,51	0,68	3,54	1,19	2,02	0,73	
Nível Profissional do Pai (NPfp)	Sup.	4,23	0,96	1,45	0,67	3,72	1,25	1,76	0,64	PIPT Sup.> Int.** PINT Int.> Sup.*** Inf.> Sup.***
	Int.	4,28	1,10	1,48	0,80	3,24	1,19	2,20	0,87	
	Inf.	4,27	1,20	1,51	0,74	3,37	1,19	2,19	0,81	
TOTAL		4,15	1,16	1,52	0,77	3,42	1,30	1,98	0,79	

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; ns: diferenças não significativas. (-): menos filhos/irmãos; (+): mais filhos/irmãos.

PIPP: Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade; **PINP:** Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade; **PIPT:** Percepção de Investimento Positivo no Trabalho; **PINT:** Percepção de Investimento Negativo no Trabalho.

2.8.1.1.2. Percepção dos Investimentos da Mãe

Na medida em que um número considerável de participantes têm mães que se enquadram, relativamente ao nível profissional, na categoria das “Domésticas”, esta variável foi recodificada numa nova variável, a situação da figura materna face ao trabalho, com apenas duas categorias: “Mãe Doméstica” (MD, n=114) e “Mãe Não Doméstica” (MND, n=245). De modo a avaliar a existência de diferenças significativas na percepção dos participantes relativamente ao investimento materno em função desta nova variável foram realizadas análises multivariadas prévias⁵⁰¹. Em resultado destas análises, constatou-se que a estatística de *Pillai*,

⁵⁰¹ De referir que esta análise foi também efectuada relativamente à qualidade da ligação afectiva mãe-filhos, não se tendo encontrado diferenças significativas [$F(2,356)=0,899$, $p=0,408$]: Carinho: MD: $M=4,75$; $DP=0,94$; MND: $M=4,70$, $DP=0,87$; Superprotecção: MD: $M=3,04$; $DP=1,03$; MND: $M=3,19$, $DP=1,01$).

se apresentava no limiar da significância [$F(4,345)=2,399, p=0,050$] e que os testes univariados manifestavam a presença de um efeito principal do Estatuto da Mãe Face ao Trabalho relativamente à percepção de investimento positivo da mãe no trabalho [$F(1,348)=4,986, p=0,026$]⁵⁰². Desta forma, optou-se por excluir das análises intersujeitos relativas à percepção dos investimentos maternos no trabalho, os participantes que fossem filhos de mães domésticas⁵⁰³.

Percepção do Investimento na Parentalidade

Os valores médios das percepções dos participantes quanto ao investimento da figura materna na parentalidade não apresentam diferenças significativas em função do Género [$F(2,350)=1,055, p=0,349$], da Posição na Fratria [$F(2,350)=1,527, p=0,219$] e do Nível Profissional da mãe [$F(6,696)=1,888, p=0,080$]. Assinalam, porém, a presença de diferenças significativas em função do Número de Irmãos [$F(2,351)=3,989, p=0,019$] para a dimensão do investimento positivo na parentalidade. As comparações de *follow-up* revelam que os participantes que são filhos únicos ou têm apenas um irmão percebem a figura materna como mais positivamente investida na parentalidade do que aqueles que cresceram em famílias com fratrias de dimensão igual ou superior a dois [$F(1,352)=7,776, p=0,006$].

Percepção do Investimento no Trabalho

Nem o Género [$F(1,237)=2,587, p=0,077$] nem o Número de Irmãos [$F(2,237)=1,918, p=0,149$] mostraram ser factores significativos na diferenciação das percepções dos participantes em relação aos investimentos maternos no trabalho. Quanto às restantes variáveis, os resultados apontam para a existência de uma interacção significativa entre a Posição na Fratria e o Nível Profissional da mãe [$F(4,472)=5,486, p=0,000$] quer na dimensão de investimento positivo [$F(2,236)=3,777, p=0,024$] quer na dimensão de investimento negativo [$F(2,236)=6,198, p=0,002$]. As análises de *follow-up* realizadas na sequência da detecção desta interacção, indicam que entre os participantes primogénitos [$F(2,133)=9,694, p=0,000$], os que são filhos de mulheres que desempenham actividades de nível inferior, percebem a mãe como mais negativamente investida no trabalho ($M=2,62$; $DP=1,04$) do que filhos de mulheres que profissionalmente se encontrem em níveis intermédios ($M=2,13$; $DP=0,78$; $p=0,019$) ou superiores ($M=1,86$; $DP=0,62$; $p=0,000$). As análises de *follow-up* realizadas na sequência da detecção desta interacção, indicam que entre os participantes primogénitos [$F(2,133)=9,694, p=0,000$], os que são filhos de mulheres que

⁵⁰² Relativamente à percepção do investimento materno na parentalidade não se registaram diferenças significativas em função do Estatuto da Mãe Face ao Trabalho. PIPP [$F(1,348)=2,286, p=0,150$] - MD: $M=4,98$; $DP=0,96$; MND: $M=4,82$, $DP=0,96$; PINP [$F(1,348)=0,131, p=0,717$] - MD: $M=1,37$; $DP=0,66$; MND: $M=1,40$, $DP=0,68$; PIPT [$F(1,348)=4,986, p=0,02$] - MD: $M=2,87$; $DP=1,22$; MND: $M=3,19$, $DP=1,22$; PINT [$F(1,348)=1,462, p=0,227$] - MD: $M=2,16$; $DP=0,84$; MND: $M=2,04$, $DP=2,81$.

⁵⁰³ Os participantes filhos de mãe domésticas foram também excluídos das análises destinadas a testar a existência de variações intrassujeitos sempre que os factores intrassujeitos envolvessem dimensões relativas ao trabalho da figura materna.

desempenham actividades de nível inferior, percebem a mãe como mais negativamente investida no trabalho ($M=2,62$; $DP=1,04$) do que filhos de mulheres que profissionalmente se encontrem em níveis intermédios ($M=2,13$; $DP=0,78$; $p=0,019$) ou superiores ($M=1,86$; $DP=0,62$; $p=0,000$). Entre os participantes que, na fratria ocupam outras posições [$F(2,103)=9,742$, $p=0,000$], aqueles cujas mães possuem profissões de nível inferior percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho ($M=3,63$; $DP=1,26$) do que aqueles cujas mães desempenham, profissionalmente, actividades de nível intermédio ($M=2,79$; $DP=1,18$; $p=0,046$) ou superior ($M=2,50$; $DP=1,21$; $p=0,000$).

Quadro 74.

Médias e desvios-padrão nas dimensões da Percepção do Investimento da Mãe na Parentalidade e no Trabalho dos participantes da Geração 2 em função das principais variáveis sociobiográficas analisadas

Percepção dos Investimentos Maternos										
		PIPP		PINP		PIPT		PINT		Sig.
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Género	H	4,89	0,87	1,47	0,80	3,26	1,12	2,15	0,84	PIPT H > M*
	M	4,97	0,94	1,34	0,56	2,91	1,18	2,26	0,87	
Nível Profissional	Sup.	4,88	0,87	1,27	0,51	2,77	1,11	2,11	0,81	PINP Inf. > Int.*** Inf. > Sup.***
	Int.	4,96	0,93	1,38	0,60	3,16	1,12	2,25	0,87	
	Inf.	4,95	0,94	1,66	0,97	3,43	1,20	2,29	0,90	PIPT Int. > Sup.* Inf. > Sup.***
N.º de irmãos	≤1 (-)	5,08	0,87	1,31	0,70	2,83	1,10	2,22	0,86	PIPP (-) > (+)** PIPT (+) > (-)**
	≥2 (+)	4,81	0,93	1,41	0,59	3,17	1,17	2,23	0,83	
Nível Profissional da mãe	Sup.	4,92	0,76	1,22	0,52	2,73	1,11	2,04	0,78	PIPT Inf. > Sup.*
	Int.	4,85	0,85	1,40	0,58	2,67	0,97	2,15	0,70	
	Inf.	4,92	1,02	1,46	0,74	3,26	1,18	2,49	0,93	
	Dom.	5,02	0,93	1,36	0,66	3,15	1,15	2,13	0,81	
TOTAL		4,87	0,97	1,39	0,67	2,88	1,22	2,17	0,85	

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. (-): menos irmãos; (+): mais irmãos. **PIPP**: Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade; **PINP**: Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade; **PIPT**: Percepção de Investimento Positivo no Trabalho; **PINT**: Percepção de Investimento Negativo no Trabalho.

Quadro 75.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças nas Percepções do Investimento dos Pais na Parentalidade e no Trabalho

Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade		
Investimento do Pai e da Mãe	Percepcionam Mais Investimento Positivo	Percepcionam Menos Investimento Positivo
	▪ os participantes que são filhos únicos ou têm apenas um irmão	▪ os participantes com dois ou mais irmãos
Percepção de Investimento Negativo no Trabalho		
Investimento do Pai	Percepcionam Mais Investimento Negativo	Percepcionam Menos Investimento Negativo
	▪ os participantes cujos pais têm profissões de nível intermédio ou inferior	▪ os participantes cujos pais têm profissões de nível superior
Percepção de Investimento Positivo no Trabalho		
Investimento da Mãe	Percepcionam Mais Investimento Positivo	Percepcionam Menos Investimento Positivo
	▪ os participantes que não são primogénitos e cujas mães têm profissões de nível inferior ▪ os participantes cujas mães têm profissões de nível inferior, que não são primogénitos	▪ os participantes que não são primogénitos e cujas mães têm profissões de nível intermédio ou superior ▪ os participantes cujas mães têm profissões de nível inferior, que são primogénitos
Percepção de Investimento Negativo no Trabalho		
Investimento da Mãe	Percepcionam Mais Investimento Negativo	Percepcionam Menos Investimento Negativo
	▪ os participantes que são filhos primogénitos e cujas mães têm profissões de nível inferior ▪ os participantes cujas mães têm profissões de nível inferior, que são primogénitos	▪ participantes que são filhos primogénitos e cujas mães têm profissões de nível intermédio ou superior ▪ os participantes cujas mães têm profissões de nível inferior, que não são primogénitos

Quando se procede à comparação partindo das categorias profissionais da figura materna, observam-se diferenças significativas, no grupo de participantes cujas progenitoras pertencem ao grupo das que possuem actividades de nível inferior, entre os que são primogénitos e os que ocupam outras posições na fratria [$F(2,105)=12,101$, $p=0,000$]. Os participantes que são filhos mais velhos apresentam valores médios significativamente mais elevados na percepção de investimentos negativos [$F(1,106)=9,623$, $p=0,002$] e significativamente mais reduzidos na percepção de investimentos positivos

[$F(1,106)=11,156$, $p=0,001$] do que os que nasceram noutras posições (Primogénitos: PIPT: $M=2,85$; $DP=1,17$; PINT: $M=2,62$; $DP=1,04$. Outras Posições: PIPT: $M=3,63$; $DP=1,25$; PINT: $M=2,08$; $DP=0,74$).

2.9. Síntese dos Principais Resultados⁵⁰⁴

2.9.1. Comparações Inter e Intrageneracionais das principais Variáveis Psicológicas: Comunalidades e Especificidades

Globalmente, os resultados das análises intergeracionais apontam para a existência de mudanças importantes na experiência dos participantes da segunda geração comparativamente à dos participantes da primeira geração no que se refere à maior parte das variáveis psicológicas avaliadas. Tais mudanças traduzem-se tanto em incrementos como em reduções significativas nos valores assumidos por essas variáveis em cada grupo geracional. As duas gerações apenas não se distinguem relativamente à experiência de conflito na direcção trabalho-parentalidade, às percepções de sobrecarga e à satisfação com os quatro domínios de vida explorados.

Assim, e tomando como referência os contrastes observados no perfil de resultados correspondente a cada uma das gerações verifica-se, do lado das descidas, uma diminuição do grau médio de Investimento no Trabalho e um decréscimo dos níveis de *spillover* negativo parentalidade-trabalho na G2. Paralelamente, mas do lado das subidas, regista-se um aumento do grau médio de investimento na parentalidade e do tempo dedicado a essa área de vida, a melhoria das percepções de apoio conjugal, uma intensificação das experiências de *spillover* positivo trabalho-parentalidade e do conflito interpapéis na direcção parentalidade-trabalho nesta mesma geração (G2) em relação à geração anterior.

Algumas destas variações parecem exprimir alterações relevantes na vivência do trabalho e da parentalidade pelas amostras masculina e feminina de cada geração, como o comprovam os resultados que permitem situar, no grupo dos homens, as principais diferenças intergeracionais no que se refere ao Investimento no Trabalho ($G1>G2$), ao *spillover* positivo trabalho-parentalidade ($G2>G1$), ao tempo dedicado ao trabalho ($G1>G2$) e ao tempo dedicado à parentalidade ($G2>G1$) e, no grupo das mulheres, as que dizem respeito ao investimento na parentalidade ($G2>G1$), ao apoio conjugal percebido ($G2>G1$), ao *spillover* negativo na dupla direcção (SNTP: $G2>G1$; SNPT: $G1>G2$) e ao tempo dedicado a outras actividades ($G1>G2$). Assinale-se, ainda, o aumento significativo dos valores médios de conflito na direcção parentalidade-trabalho quando se comparam os homens e as mulheres da G2 com os homens e as mulheres da geração precedente ($H/MG2>H/MG1$).

⁵⁰⁴ Para tornar esta síntese mais completa e articulada recuperam-se selectivamente alguns resultados que, embora tenham sido remetidos para anexo, se considera contribuir para uma compreensão mais integrada das principais tendências observadas.

Também se observam algumas outras regularidades intergeracionais no comportamento dos homens e das mulheres participantes quando se analisa a posição relativa assumida por cada uma das dimensões dos constructos avaliados (análises intrassujeitos) ou quando se avalia a existência de diferenças em função do género relativamente a cada uma dessas dimensões (análises interssujeitos) em cada grupo geracional. Constata-se, por exemplo, que (1) em nenhuma das gerações, nem os investimentos dos homens no trabalho e na parentalidade nem as percepções masculinas de apoio conjugal se diferenciam, (2) que, em ambas as gerações, as mulheres se encontram mais investidas na parentalidade do que no trabalho e (3) se mostram mais satisfeitas com os filhos do que com qualquer outro domínio de vida dos quatro avaliados e ainda (4) que, nas duas gerações, homens e mulheres se revelam mais insatisfeitos com as outras actividades em que participam do que com aquelas que envolvem os filhos, o trabalho e/ou a relação com o/a companheiro/a.

Para além disso, verifica-se que, qualquer que seja a geração em análise, são os homens quem, comparativamente às mulheres, investem mais no trabalho, se sentem mais satisfeitos com o/a companheiro/a e dedicam mais tempo ao trabalho, ao passo que as mulheres investem mais na parentalidade, experienciam mais *spillover* negatividade-trabalho, reportam mais conflito trabalho-parentalidade, apresentam sentimentos de sobrecarga mais intensos e dedicam mais tempo à parentalidade do que os seus pares de sexo masculino.

Estas diferenças de género manifestam-se, igualmente, nos resultados das análises intergeracionais intrafamiliares quando efectuadas no sentido da comparação do investimento de pais e de filhos no trabalho e na parentalidade. Com efeito, o trabalho emerge como um domínio mais altamente investido pelos pais (homens) do que pelas filhas (mas não pelos filhos). Da mesma forma, a parentalidade apresenta-se como um domínio mais investido pelas mães do que pelos filhos (homens) e pelas filhas comparativamente às respectivas figuras paternas. As díades Pai-Filha são mesmo aquelas nas quais o investimento médio de cada geração familiar em ambos os domínios se mostra mais divergente.

A dimensão da progénie apresenta-se como um factor relevante na diferenciação da experiência dos participantes de ambas as gerações, evidenciando-se a interacção dessa variável seja com o género seja com o nível profissional dos participantes, tanto na G1 como na G2, relativamente a algumas das dimensões avaliadas. Apesar dos seus efeitos se manifestarem nas duas gerações, é na G1 que eles se mostram mais presentes enquanto factores influentes no investimento dos participantes no trabalho e na parentalidade. Com efeito, no grupo dos participantes da G1 que desempenham actividades profissionais de nível inferior, não só os que possuem mais filhos a seu cuidado investem mais no trabalho do que aqueles que têm menor número de filhos (experienciam também menos conflito parentalidade-trabalho do que estes últimos) como aqueles que se encontram nesta última circunstância (isto é, possuem menos filhos) se revelam mais investidos na parentalidade do que no trabalho.

De resto, a presença de um maior número de filhos no agregado familiar associa-se, na G1, a níveis superiores de *spillover* negativo parentalidade-trabalho, a níveis mais elevados de *spillover* negativo trabalho-parentalidade e conflito parentalidade-trabalho entre os que são profissionais de nível intermédio, a valores superiores de *spillover* negativo trabalho-parentalidade no grupo das mulheres, a níveis superiores de conflito trabalho-parentalidade, a maior sobrecarga, a menor satisfação com os filhos entre as mulheres com profissões de nível intermédio, e a maior satisfação com as outras actividades entre os que são profissionais de nível superior.

Na G2, os que se encontram nessa mesma condição (*i.e.*, possuem maior número de filhos) são os que experienciam menos *spillover* positivo parentalidade-trabalho, mais *spillover* negativo na direcção parentalidade-trabalho quando se trata das mulheres, níveis de conflito mais acentuados em ambas as direcções, menor satisfação com os filhos quando desenvolvem actividades profissionais de nível inferior e menor satisfação com as outras actividades sendo, igualmente, os que dedicam menos do seu tempo quer a essas outras actividades quer à Conjugalidade. No seu conjunto, trata-se de resultados que parecem confirmar os benefícios associados a uma prole de menor dimensão para os participantes.

Os resultados obtidos nas análises diferenciais realizadas em função da idade do filho focal, revelam que esta é também uma variável incontornável na análise da experiência dos participantes da G2, ficando bem patente que a existência, na vida destes participantes, de crianças com maior ou menor grau de dependência é susceptível de matizar essa experiência de diferentes formas. Desde logo, os pais de crianças em idade pré-escolar investem mais na parentalidade e experienciam maior sobrecarga do que os que têm filhos adolescentes sendo os que registam níveis de conflito parentalidade-trabalho superiores a participantes com filhos de qualquer outra categoria etária. São também eles que, comparativamente aos que têm filhos em idade escolar, apresentam níveis de *spillover* negativo parentalidade-trabalho mais elevados. Os que possuem filhos adolescentes despendem mais tempo com o/a companheiro/a do que os que têm filhos em idade escolar sendo nesse grupo de participantes (*i.e.*, dos que são pais de adolescentes) que a experiência de *spillover* positivo trabalho-parentalidade supera a de *spillover* negativo nessa mesma direcção. Também o grau de investimento na parentalidade ultrapassa significativamente o grau de Investimento no Trabalho quando se atende ao caso de participantes que são profissionais de nível intermédio e cujos filhos se encontram em idade escolar ou são já jovens-adultos.

Das três categorias profissionais analisadas, os participantes com actividades profissionais de nível inferior são os que, de acordo com os resultados encontrados, se apresentam, em ambas as gerações, numa situação de maior vulnerabilidade estando, de um modo geral, mais expostos à vivência de dificuldades inerentes ao desempenho no duplo-papel do que os profissionais de nível superior. Este é, aliás, o único aspecto relativamente ao qual as duas gerações se mostram comparáveis pois em cada geração os resultados obtidos apresentam configurações e, sobretudo, interacções específicas que impossibilitam a detecção

de outras semelhanças geracionais. Com efeito, o nível profissional é, outra das variáveis cujo efeito nas variações das diferentes dimensões psicológicas avaliadas pode ser melhor apreciado em conjugação com outros factores sociobiográficos de relevo de que se destaca, na G1, o número de filhos e, ambas as gerações, o género dos participantes.

Assim, e relativamente à G1, observa-se que participantes com menos filhos e que têm profissões de nível inferior (e intermédio) investem menos no trabalho do que participantes que são profissionais de nível superior embora sejam os participantes dessas duas categorias mais extremas os que mais experienciam *spillover* negativo trabalho-parentalidade. Já entre os que possuem maior número de filhos, os de nível profissional inferior registam valores mais elevados nesta última dimensão (*i.e.*, SNTP) do que os profissionais de nível superior.

Esta tendência mantém-se, qualquer que seja o número de filhos dos participantes, quando se considera a direcção inversa de influência (*i.e.*, SNPT) e quando se trata da experiência de conflito trabalho-parentalidade. De resto, os participantes de nível profissional inferior evidenciam-se pelo facto de, comparativamente aos participantes dos outros níveis profissionais, experienciarem mais *spillover* negativo trabalho-parentalidade do que *spillover* positivo trabalho-parentalidade e se superiorizarem no que respeita aos níveis de sobrecarga que reportam. No caso desta última dimensão (SPTP), as diferenças em função do nível profissional sobressaiem no contexto de cada grupo de género: os seus valores são mais elevados no grupo dos homens com profissões de nível intermédio (em comparação com os que são profissionais de nível inferior) e das mulheres com profissões de nível superior (comparativamente às das outras classes profissionais).

Os participantes de nível profissional intermédio experienciam conflito parentalidade-trabalho de forma mais pronunciada do que os profissionais de nível superior quando se considera o grupo dos que têm mais filhos. Por sua vez, os que têm profissões de nível inferior registam valores nessa dimensão mais elevados do que os de nível profissional superior e intermédio na situação em que o número de filhos que os participantes têm a seu cargo é mais reduzido.

Em termos das variações de satisfação, os resultados fazem aparecer um padrão no qual a experiência dos participantes de nível superior surge como a mais positiva no que toca à satisfação com o trabalho e com as outras actividades (neste último caso, apenas quando se considera o grupo dos homens com mais filhos). O mesmo não se verifica, porém, a nível da satisfação com os filhos. Não obstante dedicarem mais tempo à parentalidade do que os participantes de nível profissional inferior, esse é um domínio relativamente os participantes que têm profissões de nível inferior se apresentam mais satisfeitos em comparação com os que são profissionais de nível intermédio mas, exclusivamente quando se trata de mulheres que têm ao seu cuidado proles mais numerosas.

Na G2, o primeiro resultado digno de nota é o que se prende com o grau médio de Investimento no Trabalho e na parentalidade uma vez que se observa um contraste nos grupos profissionais que aparecem associados a investimentos mais elevados em cada um desses

domínios. Assim, os participantes com profissões de nível superior são, em comparação com os que têm profissões de nível intermédio, os que investem mais fortemente no trabalho mas, comparativamente aos pertencentes às outras duas categorias profissionais, são os menos investidos na parentalidade. Os participantes com profissões de nível intermédio e os que possuem de nível inferior distinguem-se significativamente entre si relativamente às percepções de apoio conjugal que, no grupo das mulheres, se mostram superiores no primeiro caso e, na amostra masculina, no segundo.

As duas categorias profissionais mais extremas são também as que mais se evidenciam na análise das variações da experiência de *spillover* dos participantes: os participantes com profissões de nível inferior são os que experienciam mais *spillover* positivo e, ao mesmo tempo, mais *spillover* negativo na direcção parentalidade-trabalho; na direcção oposta de influência (*i.e.*, trabalho-parentalidade) verificam-se níveis mais elevados de *spillover* negativo no grupo dos participantes com nível profissional inferior apenas na amostra masculina e níveis mais elevados de *spillover* positivo no grupo dos participantes com profissões de nível superior do sexo feminino cuja experiência as diferencia aqui das que são profissionais de nível inferior e intermédio. No grupo dos participantes que são profissionais de nível superior, as mulheres experienciam mais SPTP do que os homens mas, no grupo dos participantes que são profissionais de nível intermédio, são os homens quem apresenta valores significativamente mais elevados nessa dimensão. Entre os que possuem actividades profissionais de nível inferior, as mulheres registam mais SNTP do que os homens.

Entre os participantes com profissões de nível superior, o SNTP corresponde à segunda dimensão mais representativa da experiência de *spillover* dos homens e à terceira das mulheres e o SPTP à segunda das mulheres à terceira dos homens; entre os participantes com profissões de nível inferior, o SPTP corresponde à segunda dimensão mais representativa da experiência de *spillover* dos homens e o SNTP à segunda dimensão mais representativa da experiência de *spillover* das mulheres.

Os participantes com profissões de nível inferior também experienciam mais conflito do que os participantes com profissões de nível superior, embora na direcção trabalho-parentalidade as diferenças apenas estejam presentes na amostra feminina e emergem na comparação entre as mulheres com nível profissional inferior e as das restantes duas categorias profissionais. É, contudo, na amostra masculina (e não na feminina) dos que são profissionais de nível superior, que o conflito se mostra significativamente mais presente na direcção trabalho-parentalidade do que na direcção contrária. A experiência de homens e de mulheres apenas se mostra distinta no que se refere a este mesmo tipo de conflito (*i.e.*, CTP) no grupo dos participantes com profissões de nível inferior, com as mulheres a registarem valores mais elevados.

Os resultados encontrados relativamente à satisfação dos participantes de cada categoria profissional com os quatro domínios de vida avaliados, fazem emergir um padrão semelhante ao padrão observado na G1 (excepto no que se refere à satisfação com os filhos,

dimensão que não apresenta variações significativas em função do nível profissional) embora com algumas particularidades de género: a satisfação com o trabalho mostra-se mais elevada entre os participantes de nível superior do que nos de nível intermédio mas exclusivamente entre as mulheres; a satisfação com as outras actividades é mais elevada entre os participantes de nível superior comparativamente aos de nível inferior mas independentemente do género.

Finalmente, a pertença dos participantes a um sistema conjugal em que ambos os elementos do casal lidam com actividades profissionais de nível superior, intermédio ou inferior não é indiferente ao modo como investem no trabalho e na parentalidade, como percebem o apoio prestado pelo cônjuge e como a relação trabalho-parentalidade se exprime nas suas vidas. Tanto na G1 como na G2, encontram-se mais investidos no trabalho participantes integrados em famílias em que ambos os cônjuges são profissionais de nível superior (os que menos investem na parentalidade) e menos investidos os que pertencem a agregados em que os dois elementos da díade conjugal são profissionais de nível intermédio. Contudo, e de um modo geral, os resultados apontam para a presença de algumas semelhanças entre estes dois grupos de participantes cuja experiência tende, no seu conjunto, a demarcar-se da de participantes que, tal como o cônjuge, têm actividades profissionais de nível inferior ou que fazem parte de famílias em que existe desigualdade na situação profissional de cada um dos cônjuges. É o que se observa, por exemplo na G2, geração na qual as diferenças de investimento na parentalidade surgem entre os participantes inseridos em casais em que ambos os elementos têm profissões de nível superior (investem menos na parentalidade) e os participantes em qualquer outra condição salvo aqueles que fazem parte de díades conjugais em que ambos têm nível profissional intermédio.

Encontram-se resultados idênticos também na G1. Assim, por exemplo, os participantes que pertencem a famílias em que ambos possuem profissões de nível intermédio experienciam menos *spillover* negativo em qualquer uma das direcções, distinguindo-se no caso do SNTP de participantes pertencentes a outros tipos de famílias (excepto daquelas caracterizadas pela coexistência de níveis profissionais superiores) e diferenciando-se, no caso do SNPT, de participantes integrados em famílias em que ambos os cônjuges desempenham actividades profissionais de nível inferior ou existe discrepância na situação profissional dos cônjuges. Ainda nesta geração, os homens com famílias desse tipo (*i.e.*, intermédio) e as mulheres de famílias de nível homogéneo superior, apresentam níveis mais elevados de *spillover* positivo trabalho-parentalidade do que aqueles oriundos de famílias de nível inferior ou com desfasamento no estatuto profissional de cada cônjuge.

Participantes integrados em famílias nas quais ambos os cônjuges têm profissões de nível superior registam níveis mais acentuados de conflito parentalidade-trabalho, um resultado que se repete na direcção inversa de conflito e em relação à experiência de sobrecarga, tanto nesse grupo de participantes como no grupo dos que fazem parte de agregados familiares em que ambos os cônjuges têm profissões de nível intermédio, comparativamente aos que provêm

de famílias nas quais é o elemento masculino aquele que tem uma posição profissional mais favorável.

Em termos de satisfação com os domínios de vida avaliados, os participantes que, juntamente com o cônjuge, desempenham actividades profissionais de nível superior mostram-se mais satisfeitos com o trabalho do que aqueles cuja profissão, tal como a do cônjuge, é de nível inferior ou daqueles que pertencem a casais em apenas um dos elementos trabalha. Os participantes que, tal como o cônjuge, têm profissões de nível intermédio são, entre todos, os mais satisfeitos com a conjugalidade. Apesar disso, no que diz respeito às percepções de apoio conjugal, apenas as mulheres inseridas neste tipo de família descrevem o cônjuge como mais apoiante do que aquelas que em termos profissionais se situam num patamar superior ao dos companheiros. Este é um resultado consistente com o obtido na amostra masculina, em que se verifica que os participantes que profissionalmente se situam em posições inferiores às das companheiras são os que, comparativamente aos integrados noutros tipos de família (àquelas nas quais ambos os cônjuges profissionais de nível superior ou intermédio, por exemplo) reportam percepções mais reduzidas de apoio conjugal.

Embora na G2 não se registem diferenças na percepção de apoio conjugal dos participantes em função do tipo de família quanto ao estatuto profissional dos cônjuges, não deixa de ser curioso constatar que os homens que fazem parte de famílias em que apenas um dos cônjuges trabalha experienciam mais *spillover* positivo parentalidade-trabalho do que os homens inseridos em casais em que os dois elementos desempenham profissionalmente actividades de nível superior. Também no caso do *spillover* positivo mas na direcção oposta (*i.e.*, SPTP), as diferenças emergem apenas na amostra feminina e os resultados dão conta de um padrão inverso: são as mulheres pertencentes a famílias em que ambos os têm profissões de nível superior (ou, pelo menos, aquelas cuja própria actividade profissional é de nível superior à do companheiro) experienciam mais *spillover* positivo trabalho-parentalidade do que as mulheres que, tal como o cônjuge, exercem profissões de nível intermédio ou têm um estatuto profissional inferior ao do cônjuge. Por fim, os participantes que fazem parte de casais em que ambos os cônjuges são profissionais de nível superior apresentam mais conflito trabalho-parentalidade do que participantes integrados em famílias em que ambos os cônjuges têm profissões de nível intermédio ou inferior ou nas quais o elemento masculino tem uma profissão de nível mais elevado.

2.9.2. As Memórias da Ligação Afetiva Pais-Filhos e as Percepções dos Investimentos Parentais: Principais Variações e Diferenças Intersujeitos

Os participantes que são filhos únicos ou que têm apenas um irmão recordam quer o pai quer a mãe como mais carinhosos do que os que se desenvolveram no contexto de fratrias de maior dimensão. Embora não tivessem sido encontradas diferenças em função do género dos filhos relativamente às memórias de Carinho, são as mulheres mais do que os homens que descrevem o pai como mais superprotector. São também as participantes de sexo feminino que

revelam memórias de Superprotecção materna mais elevadas mas, neste caso, apenas quando se considera as que são descendentes de mulheres profissionalmente ligadas a actividades de nível inferior já que as filhas de profissionais de nível superior recordam a mãe como menos superprotectora. No grupo daqueles cuja mãe exerceu actividades de nível superior, os filhos são os que, comparativamente às filhas, representam a figura materna como mais superprotectora. Quando se atende às memórias dos que são filhos de homens dessa mesma categoria profissional (*i.e.*, profissionais de nível superior), verifica-se que os primogénitos recordam o pai como mais superprotector do que aqueles que, pela ordem de nascimento, ocupam outras posições na fratria. Em qualquer caso, a mãe é recordada como mais carinhosa e mais superprotectora do que o pai pela generalidade dos participantes que tendem, igualmente, a descrever qualquer uma dessas figuras como mais carinhosas do que como superprotectoras.

Comparativamente a participantes com dois ou mais irmãos, os que são filhos únicos ou têm apenas um irmão são também os que percebem ambas as figuras parentais como mais positivamente investidas na parentalidade sem que nenhuma das outras variáveis sociobiográficas exploradas tenha feito emergir diferenças significativas no modo como os participantes representam, positiva ou negativamente, o investimento dos pais nesse domínio de vida. De resto, as percepções de investimentos positivos na parentalidade prevalecem sobre as percepções de investimentos negativos relativamente a qualquer uma das figuras parentais apesar dos participantes descreverem a mãe como uma figura mais positivamente investida e o pai como a figura parental mais negativamente investida na parentalidade.

As percepções dos participantes quanto ao investimento parental no trabalho apresentam uma maior variabilidade embora apenas quando analisados relativamente à figura materna. No caso do pai, os resultados apontam apenas para a existência de percepções de investimento negativo no trabalho mais acentuadas entre participantes cujos pais exerciam actividades profissionais de nível intermédio ou inferior comparativamente às dos que são filhos de profissionais de nível superior.

Relativamente à mãe, observam-se variações de relevo em qualquer uma das vertentes de investimento percebido avaliadas em função da interacção entre o nível profissional da progenitora e a posição na fratria do filho respondente. Com efeito, a figura materna é percebida como mais positivamente investida no trabalho por participantes que não são primogénitos, na circunstância em que a mãe exerce actividades profissionais de nível inferior do que quando a sua profissão pertence à categoria intermédia ou superior dos níveis profissionais; por outro lado, as mães que profissionalmente se situam no nível inferior, são descritas como mais positivamente investidas no trabalho pelos participantes que não são filhos primogénitos do que pelos que o são. Consistentemente, os resultados apresentam um padrão inverso quando se trata das percepções de investimento negativo da mãe no trabalho, ou seja, o nível profissional materno inferior mantém-se como aquele em que se situam as percepções

de Investimento no Trabalho mais negativas mas desta feita são os primeiros filhos, que representam os investimentos da mãe no trabalho como mais negativos.

Só os participantes que são filhos de homens com profissões de nível superior é que percebem a mãe como uma figura mais negativamente investida no trabalho do que o pai e, juntamente com os que são filhos de profissionais de nível intermédio, são os únicos que percebem o pai como mais positivamente investido no trabalho do que a mãe. O investimento de ambas as figuras parentais no trabalho é, no entanto, percebido de forma significativamente mais positiva que negativa pelos participantes que também descrevem o pai e a mãe como mais positivamente investidos na parentalidade do que no trabalho e mais negativamente investidos no trabalho do que na parentalidade⁵⁰⁵.

3. Diferenças em função de Variáveis Psicológicas tomadas como Atributos Individuais

Na perspectiva de uma primeira aproximação aos objectivos de investigação mais específicos, procedeu-se a uma série de análises diferenciais que se distinguem das anteriores pelo facto de ter sido introduzida uma alteração no estatuto de algumas das variáveis que, de dependentes, passaram a ser tratadas como independentes. Pretendia-se deste modo, criar grupos distintos de sujeitos já não em função de variáveis externas mas partindo de dimensões individuais assumidas como atributos psicológicos com potencial discriminativo.

Para o efeito, e uma vez que se tratava de variáveis contínuas, procedeu-se, em primeiro lugar, à sua transformação em variáveis discretas com duas categorias tendo como critério a posição do participante em relação à média dessa variável para o seu grupo geracional e de género⁵⁰⁶. Foram objecto desta modificação variáveis como a Percepção de Apoio Conjugal, o Investimento no Trabalho e o Investimento na Parentalidade. Tal operação permitiu realizar, para cada uma das variáveis em causa, um *split* da amostra em dois grupos independentes permitindo que as variáveis recodificadas pudessem ser usadas nas análises de variância na condição de variáveis criteriosais.

No que se refere às medidas de investimento, e de forma a caracterizar de um modo mais global o investimento articulado dos participantes em ambos os papéis parental e profissional na sua relação com as outras dimensões em estudo (nomeadamente, com os mecanismos de relação interpapéis e a percepção de investimentos parentais), considerou-se preferível, recombina as duas categorias das variáveis recém-criadas - o *grau* de Investimento no Trabalho e o *grau* de Investimento na Parentalidade - num factor único mais complexo. Daí

⁵⁰⁵ Recorda-se que as análises que serviram de base às constatações das comparações intrassujeito se encontram em anexo (cf. Anexo 17).

⁵⁰⁶ Nos casos em que não foram detectadas diferenças significativas em função do Género, a recodificação teve como critério apenas a média geracional global registada relativamente à variável em causa.

resultaram os quatro tipos de investimento que compõem a variável então emergente, o Padrão de Investimento (PI)⁵⁰⁷.

Nas análises em que as novas variáveis criadas foram usadas na condição de factor intersujeitos, optou-se por, em primeiro lugar, privilegiar a observação de possíveis interações entre elas e as variáveis sociobiográficas que, anteriormente, se tivessem mostrado influentes na variação dos resultados das variáveis dependentes em foco. Sempre que não se verificou a presença de interações significativas, a análise foi, conduzida num segundo momento, introduzindo essas variáveis na condição de covariantes, de modo a que os resultados obtidos em função das variáveis independentes estivessem depurados do seu efeito. Procedeu-se desta forma relativamente a todas as análises cujos resultados a seguir se apresentam⁵⁰⁸.

3.1. Percepção de Apoio Conjugal

3.1.1. Percepção de Apoio Conjugal e Investimento

3.1.1.1. Geração 1

As análises univariadas realizadas não revelam a existência de diferenças significativas ao nível do investimento no trabalho em função do grau no qual os participantes percebem a disponibilidade de apoio por parte do cônjuge [$F(1,531)=3,673$, $p=0,56$].

No caso do investimento na parentalidade os resultados apontam para a existência de dois efeitos de interacção significativos: um entre o género e o grau de percepção de apoio conjugal [$F(1,530)=14,848$, $p=0,000$] e outro entre o nível profissional dos participantes e o grau de apoio conjugal percebido [$F(2,528)=7,368$, $p=0,001$].

A exploração da primeira interacção revelou que entre os homens [$F(1,303)=69,552$, $p=0,000$], os que se enquadram na categoria dos que percebem níveis de apoio conjugal superiores à média apresentam valores médios de investimento na parentalidade significativamente mais elevados ($M=4,48$; $DP=0,81$) do que aqueles cujas percepções se situam abaixo da média ($M=3,75$; $DP=0,71$), sendo essa uma diferença que não se revela significativa na amostra feminina [$F(1,225)=3,877$, $p=0,050$].

Quer os participantes apresentem percepções de apoio conjugal abaixo [$F(1,247)=54,440$, $p=0,000$] ou acima da média [$F(1,281)=6,642$, $p=0,010$] verifica-se que, em qualquer caso, as mulheres se encontram significativamente mais investidas na parentalidade (Abaixo da média: $M=4,49$; $DP=0,83$; Acima da média: $M=4,71$; $DP=0,74$) do que os homens (Abaixo da média: $M=3,75$; $DP=0,71$; Acima da média: $M=4,48$; $DP=0,81$).

⁵⁰⁷ Trata-se de uma variável que resulta da unificação das variáveis grau de Investimento no Trabalho e grau de investimento na parentalidade numa só variável-factor, com quatro categorias. A saber: I. Investimento baixo na Parentalidade e no Trabalho; II. Investimento alto na Parentalidade e baixo no Trabalho; III. Investimento baixo na Parentalidade e alto no Trabalho; IV. Investimento alto na Parentalidade e no Trabalho.

⁵⁰⁸ Sempre que não se tiverem observado interacções significativas dá-se preferência à apresentação dos resultados das análises realizadas em sistema de covariância.

Quanto à segunda interacção (Nível Profissional x Grau de Apoio Conjugal Percebido) observa-se que os participantes com actividades profissionais de nível intermédio [$F(1,134)=13,021$, $p=0,000$] e inferior [$F(1,241)=58,692$, $p=0,000$] investem significativamente mais na parentalidade quando as suas percepções relativamente à disponibilidade de apoio da parte do cônjuge se encontram acima da média, uma diferença que não se mostra significativa no grupo dos que profissionalmente desempenham actividades de nível superior [$F(1,149)=1,419$, $p=0,235$].⁵⁰⁹ No grupo dos que apresentam percepções de apoio conjugal mais elevadas [$F(1,280)=8,548$, $p=0,000$], as principais diferenças significativas surgem entre os que são profissionais de nível superior ($M=4,30$; $DP=0,87$) e os que trabalham em actividades de nível inferior ($M=4,75$; $DP=0,73$; $p=0,000$), sendo o investimento na parentalidade superior neste último grupo de participantes.

3.1.1.2. Geração 2

Os resultados não apontam para diferenças significativas em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido no que se refere ao investimento no trabalho destes participantes [$F(1,452)=1,616$, $p=0,204$]. Já as diferenças observadas nos valores médios de investimento na parentalidade acusam o efeito principal desta variável [$F(1,452)=36,385$, $p=0,000$]. Os participantes que percebem o cônjuge como mais apoiante encontram-se significativamente mais investidos na parentalidade ($M=4,69$; $DP=0,76$) do que aqueles que possuem percepções de apoio conjugal abaixo da média ($M=4,26$; $DP=0,83$).

3.1.2. Percepção de Apoio Conjugal e *Spillover* Interpapéis

3.1.2.1. Geração 1

Os resultados das análises indicam variações significativas nos valores médios das quatro dimensões de *spillover* em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido [$F(4,529)=20,228$, $p=0,000$], embora apontem para a existência de uma interacção significativa entre essa variável, o Número de Filhos e o Nível Profissional dos participantes em relação à dimensão SPPT [$F(2,524)=4,770$, $p=0,009$].

Participantes cujo cônjuge é percebido como mais apoiante registam valores médios de *spillover* positivo trabalho-parentalidade [$F(1,532)=9,164$, $p=0,003$] significativamente mais elevados do que participantes com percepções de apoio abaixo da média. Os valores médios de *spillover* negativo são significativamente superiores entre os

⁵⁰⁹ Apresentam-se, de seguida, as médias e os desvios-padrão relativos ao investimento na parentalidade dos participantes em função da sua percepção quanto ao apoio do cônjuge para cada nível profissional. NP Superior: Abaixo da média- $M=4,15$; $DP=0,80$; Acima da média- $M=4,30$; $DP=0,87$. NP Intermédio: Abaixo da média- $M=4,12$; $DP=0,80$; Acima da média- $M=4,58$; $DP=0,71$. NP Inferior: Abaixo da média- $M=3,97$; $DP=0,87$; Acima da média- $M=4,75$; $DP=0,73$.

participantes que pertencem à categoria dos que apresentam percepções de apoio mais reduzidas, tanto na direcção trabalho-parentalidade [$F(1,532)=22,483$, $p=0,000$] como na direcção de influência inversa [$F(1,532)=9,012$, $p=0,003$].

Entre os participantes que têm actividades profissionais de nível intermédio e percepções de apoio conjugal abaixo da média [$F(1,56)=5,425$, $p=0,023$], a experiência de SPPT mostra-se superior no grupo dos que têm mais filhos ($M=4,58$; $DP=0,99$) do que nos que têm menor número de filhos ($M=3,88$; $DP=1,26$). Os valores médios de SPPT, diferem também significativamente entre os participantes cujas percepções de apoio conjugal se situam abaixo ($M=4,02$; $DP=1,04$) ou acima da média ($M=5,05$; $DP=0,79$), quando se trata do grupo dos que trabalham em actividades de nível inferior e têm mais de três filhos [$F(1,133)=40,875$, $p=0,000$], sendo superiores nas situações em que o grau de apoio percebido do cônjuge é superior à média. É possível encontrar esta mesma tendência quando se atende ao grupo dos que têm menos filhos qualquer que seja o nível da sua actividade profissional (NP Superior: $F(1,72)=4,561$, $p=0,036$; Abaixo da média: $M=4,21$; $DP=1,07$; Acima da média: $M=4,76$; $DP=1,10$; NP Intermédio: $F(1,78)=15,663$, $p=0,000$; Abaixo da média: $M=3,88$; $DP=1,26$; Acima da média: $M=4,84$; $DP=0,91$; NP Inferior $F(1,107)=10,895$, $p=0,001$; Abaixo da média: $M=4,12$; $DP=1,0$; Acima da média: $M=4,78$; $DP=1,03$).

Quadro 76.

Médias e desvios-padrão das dimensões de Spillover Interpapéis registados na Geração 1 e na Geração 2 em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido

		PAC (-)		PAC (+)		Sig.
		M	DP	M	DP	
Spillover Interpapéis	SPPT	4,15	1,06	4,81	0,98	SPPT PAC x NFx NP**
	SNTP	3,54	1,20	3,02	1,34	SPTP PAC (+) > PAC (-)**
Geração 1	SNPT	2,80	1,15	2,53	1,23	SNTP PAC (-) > PAC (+)***
	SPTP	3,06	1,36	3,45	1,57	SNPT PAC (-) > PAC (+)***
Spillover Interpapéis	SPPT	4,17	1,05	4,79	0,96	SPPT/SPTP PAC (+) > PAC (-)***
	SNTP	3,56	1,16	3,30	1,32	SNTP PAC (-) > PAC (+)*
Geração 2	SNPT	2,49	0,95	2,42	1,17	SNPT ns
	SPTP	3,29	1,21	3,79	1,43	

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas..**PAC (-)**: Percepção de Apoio Conjugal abaixo da média; **PAC(+)**: Percepção de Apoio Conjugal acima da média.

3.1.2.2. Geração 2

Os resultados das análises multivariadas apontam para a existência de um efeito principal do Grau de Apoio Conjugal Percebido [$F(4,448)=14,971$, $p=0,000$] em praticamente todas as dimensões de *spillover* à exceção do *spillover* negativo parentalidade-trabalho [$F(1,451)=0,753$, $p=0,386$]. Os testes de *follow-up* mostram que participantes que percebem o cônjuge como mais apoiante apresentam valores médios de *spillover* positivo parentalidade-trabalho [$F(1,451)=46,864$, $p=0,000$] e trabalho-parentalidade [$F(1,451)=19,872$, $p=0,000$] significativamente mais elevados que participantes com percepções de apoio abaixo da média. São os participantes com percepções de apoio conjugal abaixo da média os que registam valores mais altos de *spillover* negativo trabalho-parentalidade [$F(1,451)=4,569$, $p=0,033$].

3.1.3. Percepção de Apoio Conjugal e Conflito Interpapel

3.1.3.1. Geração 1

Quando se comparam os participantes em termos da experiência de conflito, verifica-se que as suas percepções quanto ao grau de apoio conjugal disponível se encontram associadas a diferenças significativas [$F(2,531)=4,181$, $p=0,016$], unicamente no que se refere aos valores médios de conflito trabalho-parentalidade [$F(1,532)=7,896$, $p=0,005$]⁵¹⁰. Os participantes que pertencem à categoria dos que apresentam percepções de apoio abaixo da média registam valores médios nesta dimensão significativamente superiores ($M=3,36$; $DP=1,24$) aos que percebem o cônjuge como mais apoiante ($M=3,01$; $DP=1,45$).

3.1.3.2. Geração 2

Não se encontraram diferenças significativas nos valores médios de conflito em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido [$F(2,450)=0,929$, $p=0,396$].

3.1.4. Percepção de Apoio Conjugal e Sobrecarga

3.1.4.1. Geração 1

Os resultados relativos à experiência de sobrecarga revelam que participantes cujas percepções de apoio percebido se situam abaixo da média experimentam sobrecarga de forma significativamente mais acentuada ($M=3,24$; $DP=1,03$) do que os participantes inscritos na categoria dos que percebem um maior grau de apoio conjugal ($M=2,98$; $DP=1,10$) [$F(1,533)=9,492$, $p=0,002$].

⁵¹⁰ O efeito da variável não se mostra significativo no caso do CPT [$F(1,532)=0,209$, $p=0,648$].

3.1.4.2. Geração 2

Os resultados apontam para a inexistência de efeitos principais do Grau de Apoio Conjugal Percebido a nível da experiência de sobrecarga dos participantes [$F(1,452)=1,463$, $p=0,227$].

3.1.5. Percepção de Apoio Conjugal e Satisfação

3.1.5.1. Geração 1

O grau no qual os participantes percebiam a disponibilidade de apoio por parte do cônjuge está também associado a diferenças significativas a nível de satisfação [$F(4,524)=15,527$, $p=0,000$]. Encontram-se significativamente mais satisfeitos com a parentalidade [$F(1,527)=5,811$, $p=0,016$], com a conjugalidade [$F(1,527)=56,802$, $p=0,000$] e com as outras actividades da sua vida [$F(1,527)=10,630$, $p=0,001$] os participantes que percebiam o cônjuge como mais apoiante.

Quadro 77.

Médias e desvios-padrão de Satisfação registados pelos participantes da Geração 1 em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido

		PAC (-)		PAC (+)		Sig.
		M	DP	M	DP	
Satisfação	ST	4,37	1,19	4,54	1,21	ST ns
	SP	4,54	1,39	4,84	1,36	SP PAC (+) > PAC (-)*
	SC	4,27	1,33	5,06	1,13	SC PAC (+) > PAC (-)***
	SO	3,62	1,28	3,99	1,36	SO PAC (+) > PAC (-)**

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$. ns: diferenças não significativas. **PAC (-)**: Percepção de Apoio Conjugal abaixo da média; **PAC (+)**: Percepção de Apoio Conjugal acima da média;

3.1.5.2. Geração 2

Os níveis de satisfação destes participantes apresentam diferenças significativas em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido [$F(4,440)=8,596$, $p=0,000$]. Participantes que percebiam os cônjuges como mais apoiantes descrevem-se significativamente mais satisfeitos com a conjugalidade do que participantes pertencentes ao grupo dos que apresentam percepções abaixo da média [$F(1,443)=23,371$, $p=0,000$]. O trabalho e as outras actividades são os outros domínios a que estão associadas diferenças de satisfação significativas. Uma vez mais são os participantes com percepções de apoio conjugal acima da média os que registam valores médios de satisfação, tanto com o trabalho como com as outras actividades, mais elevados [ST: $F(1,443)=8,086$, $p=0,005$; SO: $F(1,443)=3,967$, $p=0,047$].

Quadro 78.

Médias e desvios-padrão de Satisfação registados pelos participantes da Geração 2 em função do Grau de Apoio Conjugal Percebido

		PAC (-)		PAC (+)		Sig.
		M	DP	M	DP	
Satisfação	ST	4,15	1,20	4,46	1,13	ST PAC (+) > PAC (-)**
	SP	4,65	1,27	4,84	1,39	SP ns
	SC	4,27	1,41	4,88	1,31	SC PAC (+) > PAC (-)***
	SO	3,64	1,45	3,90	1,41	SO PAC (+) > PAC (-)*

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; ns: diferenças não significativas. **PAC (-)**: Percepção de Apoio Conjugal abaixo da média; **PAC (+)**: Percepção de Apoio Conjugal acima da média;

Quadro 79.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do grau de Apoio Conjugal Percebido

Percepção de Apoio Conjugal	
Participantes que percebem o cônjuge como mais apoiante...	
G1	▪ investem mais na parentalidade, sobretudo quando são homens ou profissionais de nível intermédio e inferior ▪ experienciam níveis superiores de SPT e níveis mais reduzidos de SNTP e SNPT ▪ registam níveis mais elevados de SPPT, quando têm profissões de nível inferior e mais de três filhos ▪ apresentam níveis mais reduzidos de CTP ▪ evidenciam níveis mais reduzidos de sobrecarga ▪ mostram-se mais satisfeitos com a parentalidade, com a conjugalidade e com as outras actividades da sua vida
G2	▪ investem mais na parentalidade ▪ experienciam níveis superiores de <i>spillover</i> positivo em ambas as direcções e níveis mais reduzidos de SNTP ▪ mostram-se mais satisfeitos com a conjugalidade, com o trabalho e com as outras actividades da sua vida

3.2. Padrão de Investimento

O critério que demarca e permite qualificar o padrão de investimento dos participantes é o da sua posição em relação à média, geracional e de género, de investimento em cada um dos domínios⁵¹¹. No entanto, deve sublinhar-se que a adopção da média como ponto de corte na categorização das variáveis contínuas em causa, foi, no contexto deste estudo, uma decisão de recurso. A preocupação em criar grupos homogéneos de uma forma que evidenciasse as configurações específicas emergentes da amostra relativamente a ambos os objectos de investimento (o trabalho e a parentalidade), teve nos procedimentos de análise de *clusters* a sua expressão primária. Pretendia-se, testar em que medida os padrões de resultados que definiriam os diferentes *clusters* de indivíduos seriam consistentes com os quatro padrões de investimento descritos na literatura.

Os resultados da análise de *clusters*, mostraram-se, contudo, problemáticos, quer em termos de interpretabilidade (não diferenciando os quatro tipos de padrões esperados), quer no que diz respeito à possibilidade de constituição de grupos de dimensão comparável⁵¹². Tal facto levou a que a utilização destes agrupamentos fosse preterida em favor da formação de quatro grupos partindo da média amostral de investimento estimada em função da geração e do género de pertença⁵¹³: Padrão I- Investimento na Parentalidade e Investimento no Trabalho abaixo da média (IPb/ITb); Padrão II- Investimento na Parentalidade acima da média e Investimento no Trabalho abaixo da média (IPa/ITb); Padrão III - Investimento na Parentalidade acima da média e Investimento no Trabalho acima da média (IPa/ITa); Padrão IV - Investimento na Parentalidade e Investimento no Trabalho acima da média (IPa/ITa). Conseguiu-se, desta forma, obter uma distribuição razoavelmente equilibrada dos participantes pelos grupos correspondentes a cada um dos padrões, como se pode verificar pela análise do Quadro 82.

⁵¹¹ Embora os autores dos instrumentos proponham a definição dos quatro padrões de investimento em função do valor da mediana, considerou-se que se a opção pela média não pusesse em causa o equilíbrio desejável na dimensão dos grupos a comparar, seria preferível a sua utilização em detrimento da mediana permitindo constituir grupos de forma mais sensível às variações dos valores assumidos na amostra pelas variáveis em causa. É que apesar da utilização do valor da mediana ser, em geral, a melhor opção quando há interesse em garantir a constituição de grupos com aproximadamente o mesmo número de sujeitos, neste caso, tratando-se de dados relativos a dimensões psicológicas com uma estrutura interna própria, julgou-se mais adequado não privilegiar critérios de conveniência (dispor de grupos com igual efectivo), sendo esta uma decisão que não houve necessidade de rever na medida em que se verificou que a distribuição dos participantes pelos grupos resultantes da recodificação em função da média se mostrou bastante aceitável.

⁵¹² Foram testadas, para ambas as gerações, soluções de quatro (para verificar a compatibilidade dos dados com o pressuposto de quatro grupos distintos de investimento), de três (solução que não diferenciou o grupo dos participantes com investimento elevado no trabalho e baixo na parentalidade, um padrão de investimento no qual se apoiam algumas das hipóteses centrais do presente estudo) e de dois *clusters* (no intuito de verificar a possibilidade de emergirem grupos extremos de investimento isto é, investimentos bastante reduzidos ou bastante elevados nos dois domínios). Apresentam-se em anexo as três soluções testadas (cf. Anexo 21).

⁵¹³ Recordam-se os valores médios de referência considerados na criação da variável Padrão de Investimento: Investimento na Parentalidade: G1: H: M=4,13; M: M=4,61; G2: H: M=4,24; M: M=4,76. Investimento no Trabalho: G1: H: M=3,80; M: M=3,42; G2: H: M=3,61; M: M=3,39. Refira-se que, à excepção do Investimento no Trabalho na G1 e na amostra feminina da G2 e do Investimento na Parentalidade na amostra feminina da G2, os valores da mediana não se apresentam muito desfasados dos valores da média: Investimento na Parentalidade: G1: H: M=4,12; M: M=4,62; G2: H: M=4,31; M: M=4,75. Investimento no Trabalho: G1: H: M=3,77; M: M=3,38; G2: H: M=3,62; M: M=3,35.

Quadro 80.

*Distribuição percentual dos participantes pelos Padrões de Investimento definidos em função da média por Geração e Género*⁵¹⁴

	Geração 1 (N=539)			Geração 2 (N=470)		
	H	M	Total	H	M	Total
Padrão I IPb/ITb	N=92 17,1%	N=56 10,4%	N=148 27,5%	N=63 13,4%	N=65 13,8%	N=128 27,2%
Padrão II IPa/ITb	N=66 12,2%	N=62 11,5%	N=128 23,7%	N=44 9,4%	N=65 13,8%	N=109 23,2%
Padrão III IPb/ITa	N=72 13,4 %	N=56 10,4%	N=128 23,7%	N=38 8,1%	N=61 13%	N=99 21,1%
Padrão IV IPa/ITa	N=77 14,3%	N=58 10,8%	N=135 25%	N=79 16,8%	N=55 11,7%	N=134 28,5%

3.2.1. Afinidade Intergeracional do Padrão de Investimento

A correspondência entre o padrão de investimento da figura parental e o do filho participante, foi inicialmente avaliada tendo em vista a determinação da proporção de casos de possível continuidade *versus* descontinuidade intrafamiliar a nível da forma como os participantes se relacionam simultaneamente com os dois papéis de vida. A análise da distribuição intergeracional dos padrões de investimento na amostra de díades, revela um maior volume de situações de discordância entre o padrão de investimento de pais e de filhos (n=220; 63,2%) comparativamente às situações de afinidade a nível dessa variável (n=128; 36,8%), mostrando-se a diferença significativa [$\chi^2 (1) = 24,322$, $p=0,000$]⁵¹⁵.

⁵¹⁴ Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões em função da Geração: $\chi^2 (3) = 1,972$, $p=0,578$ (frequência mínima esperada por célula=105,74). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões na Geração1: $\chi^2 (3) = 1,980$, $p=0,577$ (frequência mínima esperada por célula= 134,8). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões em função do género na Geração1: $\chi^2 (3) = 3,181$, $p = 0,364$ (frequência mínima esperada por célula=55,09). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões na Geração2: $\chi^2 (3) = 6,783$, $p=0,079$ (frequência mínima esperada por célula= 117,5). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões em função do género na G2: $\chi^2 (3) = 12,717$, $p=0,005$ (frequência mínima esperada por célula =47,18).

⁵¹⁵ Frequência mínima esperada por célula=174.

Quadro 81.

Distribuição dos participantes em função da afinidade intergeracional dos Padrões de Investimento (amostra de diádes)

PI Figura Parental					
PI Filho	Padrão I IPb/ITb	Padrão II IPa/ITb	Padrão III IPb/ITa	Padrão IV IPa/ITa	Total
Padrão I IPb/ITb	40 11,5%	18 5,2%	20 5,7%	18 5,2%	96 27,6%
Padrão II IPa/ITb	21 6%	29 8,3%	13 3,7%	20 5,7%	83 23,9%
Padrão III IPb/ITa	17 4,9%	12 3,4%	28 8%	23 6,6%	80 23%
Padrão IV IPa/ITa	15 4,3%	20 5,7%	23 6,6%	31 8,9%	89 25,6%
Total	93 26,7%	79 22,7%	84 24,1%	92 26,4%	348 100%

*Padrões concordantes assinalados a cinzento; **PI**: Padrão de Investimento

Quando se considera o grupo de participantes com padrões de investimento concordantes, observa-se um relativo equilíbrio na frequência de casos associados às quatro categorias de padrões [$\chi^2 (3) = 2,813$, $p=0,421$]⁵¹⁶, equilíbrio que se mantém quando se procede à comparação das frequências quer em função do Género dos filhos [$\chi^2 (3) = 4,018$, $p=0,260$]⁵¹⁷ quer em função do Género da figura parental [$\chi^2 (3) = 0,385$, $p=0,943$]⁵¹⁸. Apesar da ausência de diferenças significativas, a observação da distribuição de frequências em função do género dos filhos mostra, no que se refere ao pai, que as maiores diferenças entre homens e mulheres se situam no Padrão IV (IPa/ITa, $H>M$), situando-se no Padrão I (IPb/ITb) no que se refere à concordância do padrão dos filhos com o da figura materna ($H>M$).

No conjunto de casos em que os padrões de investimento de pais e de filhos se mostram discrepantes, regista-se igualmente, uma considerável homogeneidade na distribuição [$\chi^2 (11) = 7,673$, $p=0,742$] sem que nenhuma combinação de padrões sobressaia de forma particular⁵¹⁹. Observa-se, no entanto, uma diferença mais acentuada na frequência associada à categoria Padrão III-pai (IPb/ITa) e Padrão IV-filho (IPa/ITa) quando se compara homens e mulheres ($M>H$). Relativamente à comparação dos padrões de investimento dos filhos que se mostram discrepantes dos das mães, detectam-se frequências algo mais díspares em função do

⁵¹⁶ Apresentam-se as percentagens relativas a cada combinação de padrões de investimento no grupo de casos de padrões pais-filhos concordantes: Ambos Padrão I: 31,3%; Ambos Padrão II: 22,7%; Ambos Padrão III: 21,9%; Ambos Padrão IV: 24,2%; Frequência mínima esperada por célula=32.

⁵¹⁷ Frequência mínima esperada por célula=11,59

⁵¹⁸ Frequência mínima esperada por célula=10,50

⁵¹⁹ Também a este nível não se registam diferenças significativas quando se avalia a distribuição em função do género dos filhos [$\chi^2 (11) = 9,647$, $p=0,562$] ou dos pais [$\chi^2 (11) = 9,333$, $p=0,591$]. Frequência mínima esperada por célula em função do género do filho=4,42. Frequência mínima esperada por célula em função do género do pai=5,40.

género dos filhos quando se consideram as mães com padrões IV de investimento (IPa/ITa) e os filhos com Padrão I (IPb/ITb, M>H) e III (IPb/ITa, M>H).

Quadro 82.

Distribuição dos participantes em função da Afinidade Intergeracional dos Padrões de Investimento relativamente ao Pai em função do Género do filho/a participante (amostra de díades)

PI Pai					
PI Filho/a	Padrão I IPb/ITb	Padrão II IPa/ITb	Padrão III IPb/ITa	Padrão IV IPa/ITa	Total
Padrão I IPb/ITb	H: 15; 17% M: 11; 9,7% T: 26; 12,9%	H: 3; 3,4% M: 6; 5,3% T: 9; 4,5%	H: 3; 3,4% M: 9; 8,0% T: 12; 6%	H: 4; 4,5% M: 5; 4,4% T: 9; 4,5%	H: 25; 28,4% M: 31; 27,4% T: 56; 27,8%
Padrão II IPa/ITb	H: 2; 2,3% M: 9; 8,0% T: 11; 5,5%	H: 10; 11,4% M: 7; 6,2% T: 17; 8,5%	H: 2; 2,3% M: 6; 5,3% T: 8; 4%	H: 5; 5,7% M: 8; 7,1% T: 13; 6,5%	H: 19; 21,6% M: 30; 26,5% T: 49; 24,4%
Padrão III IPb/ITa	H: 0; 0% M: 5; 4,4% T: 5; 2,5%	H: 3; 3,4% M: 2; 1,8% T: 5; 2,5%	H: 9; 10,2% M: 8; 7,1% T: 17; 8,5%	H: 5; 5,7% M: 9; 8,0% T: 14; 7,0%	H: 17; 19,3% M: 24; 21,2% T: 41; 20,4%
Padrão IV IPa/ITa	H: 5; 5,7% M: 5; 4,4% T: 10; 5,0%	H: 6; 6,8% M: 4; 3,5% T: 10; 5,0%	H: 2; 2,3% M: 13; 11,5% T: 15; 7,5%	H: 14; 15,9% M: 6; 5,3% T: 20; 10%	H: 27; 30,7% M: 28; 24,8% T: 55; 27,4%
Total	H: 22; 25,0% M: 30; 26,5% T: 52; 25,9%	H: 22; 25,0% M: 19; 16,8% T: 41; 20,4%	H: 16; 18,2% M: 36; 31,9% T: 52; 25,9%	H: 28; 31,8% M: 28; 24,8% T: 56; 27,9%	H: 88; 100% M: 113; 100% T: 201; 100%

*Padrões concordantes assinalados a cinzento; **PI**: Padrão de Investimento

Quadro 83.

Distribuição dos participantes em função da Afinidade Intergeracional dos Padrões de Investimento relativamente à Mãe em função do Género do filho/a participante (amostra de díades)

PI Mãe					
PI Filho/a	Padrão I IPb/ITb	Padrão II IPa/ITb	Padrão III IPb/ITa	Padrão IV IPa/ITa	Total
Padrão I IPb/ITb	H: 11; 16,2% M: 3; 3,8% T: 14; 9,5%	H: 5; 7,4% M: 4; 5,1% T: 9; 6,1%	H: 3; 4,4% M: 5; 6,3% T: 8; 5,4%	H: 2; 2,9% M: 7; 8,9% T: 9; 6,1%	H: 21; 30,8% M: 19; 24,1% T: 40; 27,2%
Padrão II IPa/ITb	H: 4; 5,9% M: 6; 7,6% T: 10; 6,8%	H: 5; 7,4% M: 7; 8,9% T: 12; 8,2%	H: 2; 2,9% M: 3; 3,8% T: 5; 3,4%	H: 3; 4,4% M: 4; 5,1% T: 7; 4,8%	H: 14; 20,6% M: 20; 25,3% T: 34; 23,1%
Padrão III IPb/ITa	H: 5; 7,4% M: 7; 8,9% T: 12; 8,2%	H: 4; 5,9% M: 3; 3,8% T: 7; 4,8%	H: 4; 5,9% M: 7; 8,9% T: 11; 7,5%	H: 2; 2,9% M: 7; 8,9% T: 9; 6,1%	H: 15; 22,1% M: 24; 30,4% T: 39; 26,6%
Padrão IV IPa/ITa	H: 2; 2,9% M: 3; 3,8% T: 5; 3,4%	H: 5; 7,4% M: 5; 6,3% T: 10; 6,8%	H: 4; 5,9% M: 4; 5,1% T: 8; 5,4%	H: 7; 10,3% M: 4; 5,1% T: 11; 7,5%	H: 18; 26,5% M: 16; 20,2% T: 34; 23,1%
Total	H: 22; 32,4% M: 19; 23,8% T: 41; 27,7%	H: 19; 27,9% M: 19; 23,8% T: 38; 25,7%	H: 13; 19,1% M: 19; 25,0% T: 32; 22,3%	H: 14; 20,6% M: 22; 27,4% T: 36; 24,3%	H: 68; 100% M: 79; 100% T: 147; 100%

*Padrões concordantes assinalados a cinzento; **PI**: Padrão de Investimento

3.2.2. Padrão de Investimento e *Spillover* Interpapéis

3.2.2.1. Geração 1

Os resultados das análises multivariadas apontam para a existência de diferenças significativas na experiência de *spillover* dos participantes em função do seu Padrão de Investimento [$F(12,1584)=10,923$, $p=0,000$] e de forma particular nas duas dimensões de *spillover* positivo [SPPT: $F(3,529)=38,117$, $p=0,000$; SPTP: $F(3,529)=5,695$, $p=0,001$] e na dimensão *spillover* negativo trabalho-parentalidade [$F(3,529)=8,253$, $p=0,000$]. As comparações de *follow-up* revelam que participantes com um padrão de investimento de Tipo II (IPa/ITb) registam valores médios de *spillover* positivo parentalidade-trabalho significativamente superiores aos de participantes com padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb, $p=0,000$) e de Tipo III (IPb/ITa, $p=0,000$). Estes últimos diferem também significativamente dos participantes com investimentos de Tipo IV (IPa/ITa) apresentando valores de *spillover* significativamente mais reduzidos do que estes nessa dimensão ($p=0,000$). Os valores médios de *spillover* positivo parentalidade-trabalho são ainda significativamente superiores no caso de participantes com investimentos igualmente altos na parentalidade e no trabalho (Padrão IV) comparativamente a participantes com padrões de investimento de Tipo I (IPb/ITb, $p=0,000$).

Quadro 84.

Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 1 em função do Padrão de Investimento

<i>Spillover</i> Interpapéis									
	SPPT		SNTP		SNPT		SPTP		Sig.
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Padrão I IPb/ITb	3,97	1,01	3,25	1,22	2,57	1,11	2,89	1,39	SPPT IV > I*** II > I e III*** IV > III***
Padrão II IPa/ITb	4,97	0,83	2,94	1,31	2,71	1,17	3,23	1,48	SPTP IV > I***
Padrão III IPb/ITa	4,18	1,05	3,61	1,25	2,60	1,13	3,31	1,38	SNTP III > I* III > II*** III > IV*
Padrão IV IPa/ITa	4,94	0,95	3,23	1,32	2,76	1,36	3,67	1,58	SNPT ns

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **SPPT**: *Spillover* Positivo Parentalidade-Trabalho; **SNTP**: *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade; **SNPT**: *Spillover* Negativo Parentalidade-Trabalho; **SPTP**: *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade.

Quanto à dimensão de *spillover* positivo trabalho-parentalidade, os resultados apontam para a existência de diferenças significativas apenas entre os participantes cujo investimento nos dois domínios configura um padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb) em comparação com os participantes cujo grau de investimento em cada um deles define o padrão de Tipo IV (IPa/ITa), sendo os valores médios desta dimensão significativamente mais reduzidos no primeiro caso ($p=0,000$).

Os valores correspondentes à experiência de *spillover* negativo trabalho-parentalidade dos participantes revelam-se especialmente elevados entre os participantes com padrão de investimento III (IPb/ITa) comparativamente a participantes cujos investimentos se enquadram em qualquer um dos outros padrões [Tipo I (IPb/ITb): $p=0,020$; Tipo II (IPa/ITb): $p=0,000$; Tipo IV (IPa/ITa): $p=0,025$].

3.2.2.2. Geração 2

Também relativamente aos participantes da G2, os resultados apontam para um efeito principal significativo do Padrão de Investimento a nível da experiência de *spillover* [$F(12,1383)=14,883$, $p=0,000$], efeito esse que se manifesta em praticamente todas as dimensões da medida de *spillover* [SPPT: $F(3,462)=40,926$, $p=,000$; SNTP: $F(3,462)=12,270$, $p=0,000$; SNPT: $F(3,462)=6,661$, $p=0,008$] à excepção da dimensão *spillover* positivo trabalho-parentalidade cuja variação aparece associada à interacção entre o género e o padrão de investimento [$F(3,452)=5,868$, $p=0,001$].

Assim, e no caso concreto do *spillover* positivo parentalidade-trabalho, verifica-se que os participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa) são os que nesta dimensão registam os valores médios mais elevados sendo esta diferença significativa qualquer que seja o padrão de comparação [Tipo I (IPb/ITb): $p=0,000$; Tipo II (IPa/ITb): $p=0,019$; Tipo III (IPb/ITa): $p=0,000$]. Significativa é também a diferença que separa os participantes com padrão de investimento de Tipo II (IPa/ITb) e os participantes cujos investimentos correspondem ao Tipo I (IPb/ITb, $p=0,000$) e III (IPb/ITa, $p=0,000$) com valores médios mais reduzidos a aparecerem associados a estes dois últimos. Quanto ao *spillover* negativo trabalho-parentalidade, observam-se valores médios significativamente mais elevados no caso dos participantes com padrão de investimento de Tipo III (IPb/ITa) e de Tipo IV (IPa/ITa) em comparação com os participantes cujo padrão de investimento corresponde ao de Tipo I (IPb/ITb, $p=0,000$) e de Tipo II (IPa/ITb, $p=0,000$). Os valores médios observados relativamente à dimensão de *spillover* negativo parentalidade-trabalho, situam as diferenças significativas entre os dois padrões extremos de investimento (Padrão I - IPb/ITb; e Padrão IV - IPa/ITa) revelando-se a superioridade dos que investem nos dois domínios de acordo com o Padrão IV ($p=0,000$).

Os resultados dos testes de *follow-up* relativamente ao *spillover* positivo trabalho-parentalidade indicam que entre os homens [$F(3,217)=5,282$, $p=0,002$] os que investem de acordo com o Padrão II (IPa/ITb, $M=3,72$; $DP=1,44$) se diferenciam, pela positiva, dos participantes que apresentam um padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb, $M=3,11$; $DP=1,26$; $p=0,033$) com estes últimos a registarem valores médios mais reduzidos nesta dimensão do que os participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa, $M=3,91$; $DP=1,23$; $p=0,001$). Esta última diferença evidencia-se mais ainda no grupo das mulheres [Padrão I (IPb/ITb): $M=3,10$; $DP=1,28$; Padrão IV (IPa/ITa): $M=4,28$; $DP=1,22$; $p=0,000$; $F(3,239)=13,158$, $p=0,000$] onde também se verifica que as participantes com padrão de Tipo II (IPa/ITb) apresentam valores médios de *spillover* positivo trabalho-parentalidade inferiores ($M=2,96$; $DP=1,49$) aos registados por participantes cujo investimento se enquadra no Padrão III (IPb/ITa, $M=3,96$; $DP=1,26$; $p=0,041$) e no Padrão IV (IPa/ITa, $M=4,28$; $DP=1,22$; $p=0,000$). Quando se considera o grupo dos participantes com padrão de investimento de Tipo II, constata-se que os homens apresentam valores médios de *spillover* nesta dimensão significativamente mais elevados ($M=3,72$; $DP=1,44$) do que as mulheres [$M=2,96$; $DP=1,49$; $F(1,104)=6,762$, $p=0,011$], detectando-se aqui uma diferença de género que não foi encontrada para nenhum dos restantes padrões de investimento.

Quadro 85.

Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Spillover Interpapéis obtidos na Geração 2 em função do Padrão de Investimento

Spillover Interpapéis									
	SPPT		SNTP		SNPT		SPTP		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	Sig.
Padrão I IPb/ITb	3,94	1,09	3,06	1,03	2,16	0,86	3,10	1,27	SPPT IV>I *** IV>II*
Padrão II IPa/ITb	4,74	0,94	3,10	1,30	2,54	1,28	3,27	1,51	II > I e III*** IV>III*** SPTP
Padrão III IPb/ITa	4,17	0,96	3,86	1,21	2,40	0,89	3,82	1,18	Interacção com género
Padrão IV IPa/ITa	5,14	0,76	3,67	1,30	2,70	1,15	4,06	1,23	SNTP III e IV> I*** III e IV>II*** SNPT IV>I***

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$. **SPPT**: *Spillover* Positivo Parentalidade-Trabalho; **SNTP**: *Spillover* Negativo Parentalidade-Trabalho; **SNPT**: *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade; **SPTP**: *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade.

3.2.3. Padrão de Investimento e Conflito Interpapéis

3.2.3.1. Geração 1

Os valores médios de conflito também patenteiam um efeito principal significativo do Padrão de Investimento dos participantes [$F(6,1060)=5,081$, $p=0,000$] e, de forma particular, na dimensão trabalho-parentalidade [$F(3,530)=8,259$, $p=0,000$] uma vez que as diferenças não se mostram significativas na dimensão parentalidade-trabalho [$F(3,530)=2,433$, $p=0,064$]. Participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa) registam valores médios de conflito na direcção trabalho-parentalidade mais elevados do que participantes cujo padrão de investimento se enquadra no Tipo I (IPb/ITb, $p=0,001$) ou no Tipo II (IPa/ITb, $p=0,040$). A experiência de conflito de participantes com investimento de Tipo I (IPb/ITb) difere também significativamente da de participantes com padrão de investimento de Tipo III (IPb/ITa), sendo essa uma diferença que os coloca em vantagem com valores médios de conflito trabalho-parentalidade significativamente inferiores ($p=0,000$).

Quadro 86.

Médias e desvios-padrão dos valores médios das dimensões de Conflito Interpapéis obtidos na Geração 1 e na Geração 2 em função do Padrão de Investimento

Conflito Interpapéis									
	Geração 1				Geração 2				Sig.
	CTP		CPT		CTP		CPT		
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Padrão I IPb/ITb	2,86	1,21	2,02	0,88	2,81	1,16	2,25	0,85	G1: CTP IV > I*** IV > II* III > I***
Padrão II IPa/ITb	3,05	1,39	2,37	1,10	2,96	1,38	2,81	1,04	G1: CPT ns
Padrão III IPb/ITa	3,36	1,29	2,11	0,98	3,31	1,21	2,52	1,07	G2: CTP III > I** IV > I* III e IV > II***
Padrão IV IPa/ITa	3,45	1,49	2,28	1,12	3,55	1,49	2,66	1,19	G2: CPT II > I ** IV > I ***

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **CTP**: Conflito Trabalho-Parentalidade; **CPT**: Conflito Parentalidade-Trabalho.

3.2.3.2. Geração 2

Os resultados das análises multivariadas, revelam a existência de diferenças significativas em função do Padrão de Investimento na experiência de conflito dos participantes desta geração [$F(6,924)=7,091, p=0,000$], quer na direcção trabalho-parentalidade [$F(3,462)=9,966, p=0,000$] quer na direcção parentalidade-trabalho [$F(3,462)=5,760, p=0,001$].

Os valores médios de conflito trabalho-parentalidade apresentam-se significativamente mais baixos no caso de participantes com padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb) e de Tipo II (IPa/ITb) do que em participantes cujos investimentos correspondem ao padrão de Tipo III (IPb/ITa, $p=0,003$ e $p=0,015$, respectivamente) e IV (IPa/ITa, $p=0,000$ e $p=0,001$, respectivamente). As comparações de *follow-up* indicam a presença de valores médios de conflito na dimensão parentalidade-trabalho significativamente superiores entre os participantes com padrão de investimento de Tipo II (IPa/ITb) e IV (IPa/ITa) comparativamente a participantes cujo padrão de investimento corresponde ao Tipo I (IPb/ITb, $p=0,007$ e $p=0,001$, respectivamente).

3.2.4. Padrão de Investimento e Sobrecarga

3.2.4.1. Geração 1

Os resultados relativos à experiência de sobrecarga revelam a existência de uma interacção significativa entre o Género, o Nível Profissional e o Padrão de Investimento dos participantes [$F(6,512)=2,437, p=0,025$]⁵²⁰.

A exploração desta interacção permitiu verificar que entre os homens de nível profissional superior [$F(3,74)=4,759, p=0,004$], os participantes com padrão caracterizado por baixo investimento na parentalidade e no trabalho (Tipo I, IPb/ITb) apresentam valores médios de sobrecarga significativamente inferiores ($M=2,03$; $DP=0,69$) aos que apresentam o padrão de investimento contrastante (isto é, investimentos igualmente elevados nos dois domínios: $M=3,12$; $DP=0,96$; $p=0,002$). Quando considerado o grupo dos homens com actividades profissionais de nível inferior [$F(3,142)=5,192, p=0,002$], constata-se que os valores médios de sobrecarga são significativamente mais reduzidos no caso daqueles que apresentam um padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb, $M=2,84$; $DP=0,88$) comparativamente aos que se enquadram no Padrão III (IPb/ITa, $M=3,66$; $DP=1,00$; $p=0,002$). A estes últimos estão associados níveis médios de sobrecarga que são também significativamente superiores aos de participantes com investimentos de Tipo II (IPa/ITb, $M=2,94$; $DP=1,03$; $p=0,024$).

⁵²⁰ Os resultados também apontam para um efeito principal significativo do Padrão de Investimento quando controlado o efeito de outras variáveis [$F(3,530)=11,053, p=0,000$]. As comparações de *follow-up* mostram que participantes com padrão de investimento de Tipo IV apresentam valores médios de sobrecarga significativamente superiores aos registados por participantes cujos investimentos são do Tipo I ($p=0,000$) ou do Tipo II ($p=0,002$). Também os valores médios de sobrecarga relativos a participantes com investimentos de Tipo III se distinguem significativamente dos de participantes com padrão de Tipo I ($p=0,000$) e de Tipo II ($p=0,012$) sendo mais elevados no primeiro caso.

Também no grupo das mulheres pertencentes a categorias profissionais de nível inferior [$F(3,95)=5,112$, $p=0,003$] se verifica que as participantes com padrões de investimento de Tipo IV (IPa/ITa) apresentam valores médios de sobrecarga significativamente mais elevados ($M=4,35$; $DP=0,98$) do que as participantes com investimentos de Tipo I (IPb/ITb, $M=3,31$; $DP=0,92$; $p=0,002$) e Tipo II (IPb/ITb, $M=3,58$; $DP=1,00$; $p=0,021$).

Entre os homens com padrão de investimento de Tipo I [IPb/ITb, $F(2,88)=6,518$, $p=0,002$], os de nível profissional superior, apresentam valores de sobrecarga significativamente mais reduzidos ($M=2,03$; $DP=0,69$) do que os participantes de nível intermédio ($M=2,71$; $DP=0,95$; $p=0,014$) e inferior ($M=2,84$; $DP=0,88$; $p=0,002$). No grupo dos homens com padrão de investimento de Tipo III [IPa/ITb, $F(2,68)=5,587$, $p=0,006$], os que desempenham actividades profissionais de nível superior registam valores médios de sobrecarga significativamente mais reduzidos ($M=2,71$; $DP=1,03$) do que aqueles com profissões de nível inferior ($M=3,66$; $DP=1,00$; $p=0,004$).

Entre as mulheres com padrão de investimento de Tipo II [IPa/ITb, $F(2,58)=4,678$, $p=0,013$] os valores de sobrecarga são significativamente mais elevados no caso das que possuem profissões de nível inferior ($M=3,58$; $DP=1,00$) comparativamente às que trabalham em actividades de nível intermédio ($M=2,74$; $DP=0,93$; $p=0,024$). Entre aquelas com um padrão de investimento de Tipo III [IPb/ITa, $F(2,52)=4,680$, $p=0,014$], as diferenças de sobrecarga são idênticas e atingem exactamente os mesmos grupos ocupacionais (mulheres com nível profissional inferior: $M=3,80$; $DP=0,76$; mulheres de nível profissional intermédio: $M=2,57$; $DP=1,11$; $p=0,010$). No caso das mulheres com padrão de investimento de Tipo IV [IPa/ITa, $F(2,52)=9,588$, $p=0,000$], as diferenças de sobrecarga vão no mesmo sentido mas são significativas apenas quando comparadas as mulheres com nível profissional superior ($M=2,81$; $DP=0,99$) e inferior ($M=4,35$; $DP=0,98$; $p=0,000$).

Quando comparados homens e mulheres com profissões de nível superior e padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb), verifica-se que as mulheres ($M=2,70$; $DP=1,24$) registam valores médios de sobrecarga significativamente mais elevados do que os homens ($M=2,03$; $DP=0,69$; $F(1,31)=4,713$, $p=0,038$). O mesmo se observa quando se comparam homens e mulheres que são profissionais de nível superior e apresentam investimentos de Tipo III (IPb/ITa, H: $M=2,71$; $DP=1,02$; M: $M=3,30$; $DP=0,86$; [$F(1,54)=5,277$, $p=0,026$]).

Entre os participantes com profissões profissionais de nível inferior, são as mulheres, mais do que os homens, que registam os valores mais elevados de sobrecarga sendo esta diferença de género significativa para os que se enquadram em padrões de investimento de Tipo I [IPb/ITb, H: $M=2,84$; $DP=0,888$; M: $M=3,31$; $DP=0,92$; $F(1,69)=4,931$, $p=0,030$], de Tipo II [IPa/ITb, H: $M=2,94$; $DP=1,03$; M: $M=3,58$; $DP=1,00$; $F(1,66)=6,944$, $p=0,010$] ou de Tipo IV [IPa/ITa, H: $M=3,27$; $DP=0,96$; M: $M=4,35$; $DP=0,98$; $F(1,53)=16,399$, $p=0,000$].

3.2.4.2. Geração 2

No caso dos participantes da G2, os resultados das análises evidenciam a existência de um efeito principal significativo do Padrão de Investimento [$F(3,463)=11,428$, $p=0,000$]. Os testes de *follow-up* mostram que os valores médios de sobrecarga são significativamente mais baixos no caso dos que apresentam um padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb) em comparação com participantes cujos investimentos correspondam a qualquer um dos outros tipos (Tipo III, IPb/ITa: $p=0,001$; Tipo IV, IPa/ITa: $p=0,000$), exceptuando o Tipo II (IPa/ITb). Os níveis de sobrecarga são também em média significativamente mais elevados quando se trata de participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa) do que participantes cujos investimentos correspondem ao Padrão II (IPa/ITb, $p=0,007$).

Quadro 87.

Médias e desvios-padrão dos valores médios de Sobrecarga obtidos na Geração 2 em função do Padrão de Investimento

	Sobrecarga		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Sig.</i>
Padrão I- IPb/ITb	2,78	0,84	
Padrão II- IPa/ITb	3,09	1,08	III > I *
Padrão III- IPb/ITa	3,34	0,89	III > IV*** IV > I*** IV > II**
Padrão IV- IPa/ITa	3,37	1,05	

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas.

3.2.5. Padrão de Investimento e Satisfação⁵²¹

3.2.5.1. Geração 1

Os resultados das análises multivariadas indicam a existência de duas interações na base de diferenças significativas nos valores médios de satisfação dos participantes com apenas três dos quatro domínios de vida avaliados. No caso da satisfação com o trabalho [$F(6,517)=3,943$, $p=0,001$] e da satisfação conjugal [$F(6,517)=2,792$, $p=0,011$], o Padrão de Investimento interage de forma significativa com o Nível Profissional dos participantes [$F(24,2068)=1,769$, $p=0,012$]. A interacção entre o Padrão de Investimento e o Número de

⁵²¹ Refira-se, a título de curiosidade, que os resultados das análises efectuadas não confirmam o padrão de investimento como uma variável significativa ao nível das diferenças observadas na percentagem de tempo semanalmente dedicada pelos participantes de qualquer uma das gerações aos vários domínios de vida avaliados: G1= [$F(12,1593)=1,678$, $p=0,066$]; G2=[$F(12,1329)=1,613$, $p=0,082$], o que reforça a importância de distinguir o investimento temporal e o investimento afectivo nos papéis de vida.

Filhos [$F(12,1446)=2,398$, $p=0,005$] mostra-se especialmente relevante no que se refere à variação dos valores de satisfação com as outras actividades [$F(3,521)=6,468$, $p=0,000$]⁵²².

No *follow-up* destas interacções foi possível verificar que entre os participantes com profissões de nível intermédio [$F(3,130)=5,543$, $p=0,001$] os que investem de acordo com o Padrão II (IPa/ITb) registam valores médios de satisfação com o trabalho significativamente superiores ($M=4,89$; $DP=0,97$) a participantes com Padrão I ($M=4,17$; $DP=1,03$; $p=0,008$) e III (IPb/ITa, $M=3,95$; $DP=1,28$; $p=0,003$) de investimento. Já entre os participantes que profissionalmente ocupam posições de nível inferior [$F(3,237)=5,975$, $p=0,001$], os que aparecem associados a investimentos de Tipo IV (IPa/ITa) encontram-se significativamente mais satisfeitos com o trabalho ($M=4,82$; $DP=1,10$) do que os participantes com investimentos correspondentes ao Padrão I (IPb/ITb, $M=4,06$; $DP=1,22$; $p=0,005$); e ao Padrão III (IPb/ITa, $M=3,92$; $DP=1,55$; $p=0,001$). É ainda entre os que desempenham actividades profissionais de nível inferior que se verifica que os participantes com Padrão IV de investimento (IPa/ITa) se mostram significativamente mais satisfeitos com o cônjuge ($M=4,93$; $DP=1,32$) do que participantes com investimentos de Tipo III (IPb/ITa, $M=4,28$; $DP=1,37$; $p=0,027$) [$F(3,237)=3,483$, $p=0,017$].

Entre os participantes que investem de acordo com o Padrão I [IPb/ITb, $F(2,141)=5,349$, $p=0,006$] e o Padrão III [IPb/ITa, $F(2,121)=13,454$, $p=0,000$], os que pertencem a categorias ocupacionais de nível superior revelam-se em média mais satisfeitos com o trabalho [Padrão I (IPb/ITb): $M=4,79$; $DP=1,1$; Padrão III (IPb/ITa): $M=4,98$; $DP=0,88$] do que os que desenvolvem a sua actividade laboral em profissões de outros níveis [Padrão I (IPb/ITb)- Nível inferior: $M=4,06$; $DP=1,22$; $p=0,004$. Padrão III (IPb/ITa) - Nível intermédio: $M=3,95$; $DP=1,28$; $p=0,003$; Nível inferior: $M=3,92$; $DP=1,55$; $p=0,000$]. Quando se considera o grupo dos que apresentam um padrão de investimento de Tipo II [IPa/ITb, $F(2,123)=5,128$, $p=0,007$] verifica-se que os que são profissionais de nível intermédio, registam valores médios de satisfação com o trabalho significativamente mais elevados ($M=4,89$; $DP=0,97$) do que os que trabalham em actividades profissionais de nível inferior ($M=4,22$; $DP=1,20$; $p=0,005$).

Os níveis médios de satisfação com as outras actividades são significativamente mais elevados no caso de participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa, $M=4,18$; $DP=1,31$) do que no caso de participantes com Padrão I de investimento (IPb/ITb, $M=3,47$; $DP=1,24$; $p=0,002$), no grupo daqueles que têm maior número de filhos [$F(3,260)=4,754$, $p=0,003$].

⁵²² Quando controlado a influência de terceiras variáveis o efeito do padrão de investimento dos participantes não se mostra significativo [$F(12,1569)=1,505$, $p=0,115$]. Embora os resultados das análises univariadas apontem para variações significativas no valores médios de satisfação parental em função do padrão de investimento dos participantes [$F(3,524)=2,932$, $p=0,033$], os testes *post-hoc* apenas apontam para diferenças no limiar da significância estatística entre participantes com Padrão III ($M=4,50$; $DP=1,41$) e Padrão IV de investimento ($M=4,91$; $DP=1,30$; $p=0,050$).

Entre aqueles cujo investimento nos dois domínios se enquadra no Padrão I [IPb/ITb, $F(1,142)=5,716$, $p=0,018$], os que têm menos filhos registam valores médios de satisfação com as outras actividades significativamente superiores ($M=3,96$; $DP=1,29$) aos que têm maior número de filhos ($M=3,47$; $DP=1,24$). Observa-se a tendência inversa quando se trata de comparar os valores médios de satisfação com as outras actividades em função do número de filhos, no grupo dos participantes com padrão de investimento de Tipo III [IPb/ITa, $F(1,122)=5,540$, $p=0,020$] e de Tipo IV [IPa/ITa, $F(1,127)=6,597$, $p=0,011$]. Nestes dois grupos os que têm mais filhos são os que se revelam mais satisfeitos [Padrão III (IPb/ITa): $M=3,98$; $DP=1,23$; Padrão IV (IPa/ITa): $M=4,18$; $DP=1,31$] com as outras actividades da sua vida [Menos filhos: Padrão III (IPb/ITa): $M=3,56$; $DP=1,23$. Padrão IV (IPa/ITa): $M=3,64$; $DP=1,57$].

3.2.5.2. Geração 2

Não foram encontradas diferenças significativas em função do Padrão de Investimento nem no que se refere aos níveis médios de satisfação dos participantes desta geração [$F(12,1329)=1,604$, $p=0,084$].

Quadro 88.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Padrão de Investimento na Geração 1

Padrão de Investimento	Perfil de Resultados (G1)
Padrão I (IPb/ITb)	▪ experienciam níveis mais reduzidos de CTP (em comparação com Padrões III e IV) ▪ os homens com profissões de nível intermédio e inferior registam níveis superiores de sobrecarga (em comparação com profissionais de nível superior) ▪ os profissionais de nível superior revelam-se mais satisfeitos com o trabalho (em comparação com as outras categorias profissionais) ▪ os participantes com menos filhos mostram-se mais satisfeitos com as outras actividades da sua vida (em comparação com os que têm mais filhos) ▪ Diádes Pai-Filho: os seus filhos investem menos no trabalho (em comparação com Padrão IV) e na parentalidade (em comparação com Padrões II e IV) ▪ Diádes Mãe-Filho: os seus filhos investem menos na parentalidade (em comparação com Padrão IV) ▪ Os seus filhos (homens e mulheres) investem significativamente mais na parentalidade do que no trabalho (em comparação com os Padrões II, III e, especialmente, com o Padrão IV)
Padrão II (IPa/ITb)	▪ experienciam os níveis superiores de SPPT (juntamente com o Padrão IV) ▪ as mulheres com profissões de nível inferior experienciam níveis mais elevados de sobrecarga (em comparação com profissionais de nível intermédio) ▪ os profissionais de nível intermédio mostram-se mais satisfeitos com o trabalho (em comparação com Padrões I e III e com participantes com profissões de nível inferior) ▪ Diádes Pai-Filho: os seus filhos investem mais na parentalidade (em comparação com Padrão I)
Padrão III (IPb/ITa)	▪ registam os níveis mais elevados de SNTP e de CTP (neste último caso em comparação com Padrão I) ▪ experienciam os níveis mais elevados de sobrecarga quando se trata de homens que têm profissões de nível inferior (em comparação com o Padrão I) ▪ os homens com profissões de nível inferior registam níveis mais elevados de sobrecarga (em comparação com profissionais de nível superior) ▪ as mulheres com profissões de nível inferior experienciam níveis mais elevados de sobrecarga (em comparação com profissionais de nível intermédio) ▪ os profissionais de nível superior revelam-se mais satisfeitos com o trabalho (em comparação com as outras categorias profissionais) ▪ os participantes com mais filhos mostram-se mais satisfeitos com as outras actividades da sua vida (em comparação com os que têm menos filhos)
Padrão IV (IPa/ITa)	▪ experienciam os níveis mais elevados de SPTP (juntamente com Padrão II) ▪ apresentam níveis mais elevados de CTP (comparativamente a participantes com Padrão I e II) ▪ registam níveis superiores de sobrecarga quando se trata de homens profissionais de nível superior (em comparação com Padrão I) ▪ as mulheres com profissões de nível inferior registam níveis superiores de sobrecarga (em comparação com Padrões I e II) ▪ as mulheres com profissões de nível inferior experienciam níveis mais elevados de sobrecarga (em comparação com profissionais de nível superior) ▪ participantes com profissões de nível inferior mostram-se mais satisfeitos com o trabalho (em comparação com Padrões I e III) e com a relação com o/a companheiro (em comparação com Padrão III) ▪ participantes com maior número de filhos mostram-se mais satisfeitos com as outras actividades da sua vida (em comparação com Padrão I) ▪ os participantes com mais filhos mostram-se mais satisfeitos com as outras actividades da sua vida (em comparação com os que têm menos filhos) ▪ Diádes Pai-Filho: os seus filhos investem mais no trabalho (em comparação com Padrão I) e na parentalidade (em comparação com Padrão I) ▪ Diádes Mãe-Filho: os seus filhos investem mais na parentalidade (em comparação com Padrão I)

Quadro 89.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Padrão de Investimento dos participantes na Geração 2

Padrão de Investimento	Perfil de Resultados (G2)
Padrão I (IPb/ITb)	▪ experienciam os níveis mais reduzidos de sobrecarga (excepto na comparação com Padrão II) ▪ percebem o pai como menos positivamente investido no trabalho (em comparação com Padrão III)
Padrão II (IPa/ITb)	▪ experienciam os níveis mais elevados de SPPT (juntamente com o Padrão IV) ▪ registam níveis superiores de CPT (em comparação com Padrão I) ▪ os homens apresentam níveis de SPTP mais elevados do que as mulheres ▪ percebem a mãe como mais positivamente investida na parentalidade (em comparação com Padrões I e III)
Padrão III (IPb/ITa)	▪ experienciam os níveis mais elevados de SNTP e de CTP (juntamente com Padrão IV) ▪ percebem o pai e a mãe como mais negativamente investidos na parentalidade (em comparação com Padrão II) ▪ percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando não são primogénitos e a figura materna tem profissão de nível inferior (em comparação com Padrão I) ▪ percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando a figura materna tem profissão de nível superior e são filhos primogénitos (em comparação com filhos não primogénitos) ▪ percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando a figura materna tem profissão de nível inferior e não são filhos primogénitos (em comparação com os que são primogénitos)
Padrão IV (IPa/ITa)	▪ experienciam níveis mais elevados de SNPT (em comparação com Padrão I) ▪ revelam níveis mais elevados de SPTP (em comparação com Padrões de tipo I e II) ▪ registam níveis mais elevados de sobrecarga (em comparação com Padrão II) ▪ percebem o pai como mais positivamente investido no trabalho (em comparação com Padrões I e II) ▪ percebem a mãe como mais positivamente investida na parentalidade (em comparação com Padrão III) ▪ percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando não são primogénitos e a figura materna tem profissão de nível inferior (em comparação com Padrão I) ▪ percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando a figura materna tem profissão de nível inferior e não são filhos primogénitos (em comparação com os que são primogénitos)

3.2.6. Padrão de Investimento dos Filhos e Percepção dos Investimentos Parentais⁵²³

3.2.6.1. Percepção dos Investimentos do Pai

Os resultados das análises multivariadas realizadas mostram a existência de diferenças na Percepção dos Investimentos da figura paterna na parentalidade (na dimensão do investimento negativo, [$F(3,340)=2,894$, $p=0,035$] associadas ao padrão de investimento actual dos participantes da G2 [$F(6,680)=2,186$, $p=0,043$]. Participantes com padrão de investimento de Tipo III (IPb/ITa), apresentam percepções de investimento negativo do pai na parentalidade significativamente mais elevadas do que participantes cujos investimentos configuram o Padrão II (IPa/ITb, $p=0,041$).

Quadro 90.

Médias e desvios-padrão da Percepção dos Investimentos Paternos em função do Padrão de Investimento dos participantes da Geração 2

Percepção dos Investimentos Paternos									
	PIPP		PINP		PIPT		PINT		
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	Sig.
Padrão I IPb/ITb	4,06	1,00	1,44	0,60	3,05	1,09	1,98	0,79	PIPP ns
Padrão II IPa/ITb	4,43	1,27	1,38	0,67	3,17	1,35	1,94	0,77	PINP III > II*
Padrão III IPb/ITa	4,01	1,05	1,71	0,90	3,73	1,28	1,98	0,78	PIPT IV > II** III > I** IV > II*
Padrão IV IPa/ITa	4,20	1,27	1,54	0,85	3,76	1,32	1,96	0,84	PINT ns

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **PIPP**: Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade; **PINP**: Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade; **PIPT**: Percepção de Investimento Positivo no Trabalho; **PINT**: Percepção de Investimento Negativo no Trabalho.

Também no que respeita ao investimento do pai no trabalho as percepções dos participantes apresentam variações significativas em função do padrão de investimento dos participantes [$F(6,674)=3,646$, $p=0,001$] embora apenas na dimensão do investimento positivo [$F(3,337)=7,181$, $p=0,000$]. Participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa),

⁵²³ Esta análise foi realizada a partir da amostra de díades por aí se encontrarem disponíveis algumas das variáveis de contexto que nela interessava incluir/controlar (caso do número de irmãos e do nível profissional do pai/mãe). Apresenta-se, por isso, informação relativa à distribuição dos participantes desta amostra (filhos respondentes) pelas diferentes categorias da variável "Padrão de Investimento". Padrão I - N=96 (27,4%): H=46 (13,1%); M=50 (14,2%); Padrão II - N=83 (23,6%): H=33 (9,4%); M=50 (25,8%); Padrão III - N=80 (22,8%): H=32 (20,4%); M=48 (24,5%); Padrão IV - N=92 (26,2%): H=46 (13,1%); M=46 (13,1%). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões no grupo dos filhos: $\chi^2(3)=1,923$ $p=0,589$ (frequência mínima esperada=87,8). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões em função do género: $\chi^2(3)=2,981$, $p=0,394$ (frequência mínima esperada=35,78).

apresentam percepções de investimento positivo do pai no trabalho significativamente superiores às de participantes com investimentos de Tipo I (IPb/ITb, $p=0,001$) e II (IPa/ITb, $p=0,015$). As percepções de Investimento no Trabalho são significativamente menos positivas entre os que investem de acordo com o Padrão I (IPb/ITb) comparativamente aqueles cujo padrão de investimento é do Tipo III (IPb/ITa, $p=0,006$).

3.2.6.2. Percepção dos Investimentos da Mãe

Os resultados das análises apontam para a existência de diferenças na Percepção dos Investimentos da mãe na parentalidade associadas ao padrão de investimento actual dos participantes [$F(6,682)=4,740$, $p=0,000$]. Tais diferenças estão patentes quer na dimensão do investimento positivo [$F(3,341)=7,992$, $p=0,000$] quer na dimensão do investimento negativo [$F(3,341)=3,679$, $p=0,012$]. Participantes com padrão de investimento de Tipo II, apresentam percepções de investimento positivo da mãe na parentalidade significativamente mais elevadas do que participantes com investimentos de Tipo I (IPb/ITb, $p=0,000$) e de Tipo III (IPb/ITa, $p=0,000$). Participantes que investem de acordo com o Padrão IV (IPa/ITa), também percebem a mãe como mais positivamente investida na parentalidade do que os participantes com padrão de investimento de Tipo III (IPb/ITa, $p=0,047$). Os participantes com investimentos de Tipo II (IPa/ITb) diferenciam-se significativamente dos que se enquadram no Padrão III de investimento (IPb/ITa, $p=0,006$). Estes últimos percebem mais negativamente os investimentos da mãe na parentalidade.

Quadro 91.

Médias e desvios-padrão da Percepção dos Investimentos Maternos em função do Padrão de Investimento dos participantes da Geração 2

Percepção dos Investimentos Maternos									
	PIPP		PINP		PIPT		PINT		Sig.
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Padrão I IPb/ITb	4,67	0,87	1,40	0,59	2,79	0,87	2,13	0,78	PIPP II > I*** II > III***
Padrão II IPa/ITb	5,24	0,82	1,20	0,41	2,72	1,11	2,28	0,82	PINP III > II**
Padrão III IPb/ITa	4,64	0,93	1,55	0,77	3,13	1,21	2,31	0,91	PIPT IV > I* IV > II** PI x PF x NPMãe*
Padrão IV IPa/ITa	5,02	1,03	1,41	0,79	3,43	1,27	2,16	0,85	PINT ns

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$; ns: diferenças não significativas. **PIPP**: Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade; **PINP**: Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade; **PIPT**: Percepção de Investimento Positivo no Trabalho; **PINT**: Percepção de Investimento Negativo no Trabalho.

As percepções dos participantes quanto ao investimento da mãe no trabalho apresentam variações significativas em função da interacção do Padrão de Investimento próprio com a Posição na Fratria e o Nível Profissional da mãe [$F(12,428)=1,872$, $p=0,036$] embora apenas no que se refere à dimensão do investimento positivo [$F(6,214)=3,200$, $p=0,005$]⁵²⁴.

Na sequência da exploração desta interacção, verifica-se que as diferenças significativas dignas de nota⁵²⁵ se encontram no grupo dos participantes que:

1. Ocupam outras posições na fratria e são filhos de mulheres envolvidas em actividades profissionais de nível inferior [$F(3,49)=7,780$, $p=0,000$]. Os que investem de acordo com o Padrão III (IPb/ITa) e IV (IPa/ITa) percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho [Padrão III (IPb/ITa): $M=4,17$; $DP=1,22$; Padrão IV (IPa/ITa): $M=4,45$; $DP=0,69$] do que os que se enquadram no Padrão I de investimento (IPb/ITb, $M=2,74$; $DP=1,04$; $p=0,012$ e $p=0,000$, respectivamente);

2. Possuem um padrão de investimento de Tipo III (IPb/ITa) e as mães desempenham actividades profissionais de nível superior [$F(1,26)=5,210$, $p=0,031$]. Os que são primogénitos percebem a mãe como investindo mais positivamente no trabalho ($M=3,17$; $DP=0,94$) do que os que não são ($M=2,21$; $DP=1,13$);

3. São filhos de mulheres com actividades profissionais de nível inferior e se enquadram no Padrão III (IPb/ITa) ou no Padrão IV (IPa/ITa) de investimento [Padrão III: $F(1,24)=5,289$, $p=0,030$; Padrão IV: $F(1,27)=24,847$, $p=0,000$]. Os que ocupam outras posições na fratria encaram a mãe como mais positivamente investida no trabalho [Padrão III (IPb/ITa): $M=3,40$; $DP=1,28$; Padrão IV (IPa/ITa): $M=4,45$; $DP=1,06$] do que os que são primogénitos [Padrão III (IPb/ITa): $M=2,30$; $DP=1,15$; Padrão IV (IPa/ITa): $M=2,81$; $DP=1,05$].

3.2.7. Padrão de Investimento da Figura Parental e Investimento dos filhos

Tendo em vista a avaliação de diferenças no investimento dos filhos no trabalho e na parentalidade em função do Padrão de Investimento das figuras parentais, foram realizadas para cada tipo de díade análises de variância multivariada nas quais o Padrão de Investimento parental foi introduzido na condição de variável independente e o investimento dos filhos em cada um dos domínios de vida, na condição de variáveis dependentes⁵²⁶.

⁵²⁴ Quando controlado o efeito das duas variáveis envolvidas na interacção (Posição na Fratria e Nível Profissional da mãe) obtém-se o seguinte valor de F : [$F(6,464)=2,899$, $p=0,009$]. Verifica-se que o padrão de investimento dos participantes produz um efeito principal apenas relativamente à percepção de investimentos positivos da mãe no trabalho [$F(3,232)=4,883$, $p=0,003$]. Os que investem de forma igualmente alta nos dois domínios (Padrão IV), percebem mais positivamente os investimentos da mãe no trabalho do que aqueles que apresentam um padrão de investimento de Tipo I ($p=0,027$) ou de Tipo II ($p=0,003$).

⁵²⁵ Embora tivessem sido encontradas diferenças significativas relativamente a outras categorias de participantes, o facto de estarem envolvidos na comparação grupos de pequena dimensão, levou a que se tivesse optado por apresentar as que emergiram relativamente a grupos com maior efectivo.

⁵²⁶ A Idade do Filho Focal [$F(2,329)=4,932$, $p=0,008$] e o Nível Profissional dos filhos [$F(2,329)=16,341$, $p=0,000$] foram introduzidas como covariantes.

No que se refere ao investimento dos filhos no trabalho, as únicas diferenças que se mostram estatisticamente significativas situam-se nas díades Pai-Filho [$E(3,82)=2,925$, $p=0,039$] verificando-se que se encontram mais investidos no trabalho os participantes que estiveram expostos ao Padrão IV (IPa/ITa: $M=3,91$; $DP=0,70$) do que ao Padrão I (IPb/ITb) de investimento ($M=3,39$; $DP=0,70$; $p=0,047$). É também neste mesmo tipo de díade e entre cada um destes grupos que se encontram valores médios de investimento na parentalidade significativamente diferentes [$F(3,82)=8,949$, $p=0,000$]. Uma vez mais, esses valores mostram-se mais elevados entre os participantes cujo pai apresenta um Padrão de Investimento de Tipo IV (IPa/ITa: $M=4,56$; $DP=0,74$) comparativamente aos que são filhos de homens que investiram de modo igualmente baixo nos dois domínios de vida [Padrão I (IPb/ITb): $M=3,78$; $DP=0,80$; $p=0,000$]. No caso da parentalidade, porém, as diferenças são ainda mais evidentes entre estes últimos e os participantes cuja figura paterna investia mais na parentalidade do que no trabalho [Padrão II (IPa/ITb): $M=4,66$; $DP=0,61$; $p=0,000$] que são os que se mostram mais investidos nesse domínio de vida.

Quadro 92.

Médias e desvios-padrão de Investimento no Trabalho e na Parentalidade dos filhos em função do Padrão de Investimento da Figura Parental

		D1 Pai-Filho		D2 Pai-Filha		D3 Mãe-Filha		D4 Mãe-Filho		Sig.
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Padrão I IPb/ITb	IT	3,39	0,69	3,15	0,56	3,34	0,72	3,42	0,74	IT D1 IV > I* D2, D3, D4 ns
	IP	3,78	0,80	4,67	0,66	4,70	0,75	3,86	0,66	
Padrão II IPa/ITb	IT	3,56	0,79	3,06	0,88	3,27	0,88	3,57	0,70	IP D1 IV > I*** II > I*** D2 IV > I** D4 IV>I** D3 ns
	IP	4,66	0,61	5,11	0,70	5,10	0,50	4,27	0,62	
Padrão III IPb/ITa	IT	3,88	0,63	3,51	0,79	3,54	1,09	3,73	0,53	
	IP	3,96	0,90	4,72	0,85	4,48	0,84	4,26	0,76	
Padrão IV IPa/ITa	IT	3,91	0,70	3,57	0,86	3,55	1,09	3,93	0,98	
	IP	4,56	0,74	4,88	0,76	4,73	0,94	4,62	0,67	

Os resultados apontam ainda para diferenças significativas no investimento médio dos participantes na parentalidade quando se consideram as díades Mãe-Filho [$F(3,62)=3,820$, $p=0,014$]. Também neste caso, os dois únicos grupos de participantes cujo grau médio de investimento na parentalidade se diferencia significativamente são os que têm mães com Padrão IV (IPa/ITa: $M=4,62$; $DP=0,67$) e os que são filhos de mulheres cujo investimento nos dois domínios corresponde ao Padrão I (IPb/ITb: $M=3,86$; $DP=0,66$; $p=0,009$).

Procurou-se, ainda, verificar se o investimento relativo dos participantes em cada um dos domínios apresentaria diferenças significativas quando analisado em função do Padrão de Investimento da figura parental. Para o efeito, recorreu-se à análise de variância com medidas repetidas: os investimentos dos filhos no trabalho e na parentalidade foram tratados como níveis do factor intrassujeitos Investimento e o Padrão de Investimento da figura parental como factor intersujeitos⁵²⁷.

Os resultados da análise confirmam a existência de uma interacção significativa entre o factor Investimento e o Padrão de Investimento parental [$F(3,341)=6,332$, $p=0,000$]. As diferenças entre o grau médio de investimento dos filhos no trabalho e na parentalidade mostram-se significativas na comparação dos participantes cujos pais apresentam um Padrão de Investimento de Tipo I (IPb/ITb) com aqueles cujas figuras parentais se enquadram em qualquer um dos outros Padrões de Investimento. Embora todos os participantes invistam mais na parentalidade do que no trabalho, a amplitude da diferença de médias mostra-se superior na comparação entre os que são filhos de pais com Padrão I e os que têm pais com o Padrão IV (IPa/ITa: $ADM=-0,425$, $p=0,000$), seguindo-se os que têm pais com o Padrão II (IPa/ITb: $ADM=-0,285$, $p=0,007$) e, por fim, com o Padrão III (IPb/ITa: $ADM=-0,234$, $p=0,042$).

3.2.8. Padrão de Investimento da Figura Parental e Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos

No sentido de verificar a existência de diferenças significativas a nível da qualidade da relação afectiva com a figura parental respondente em função do investimento desta última nos dois papéis de vida, foi efectuada uma análise de variância multivariada na qual o Padrão de Investimento da Figura parental assumiu o estatuto de variável independente e as memórias de Carinho e de Superprotecção dos filhos foram introduzidas na condição de variável dependente⁵²⁸.

⁵²⁷ Foi, inicialmente, testada a significância das interacções seguintes: (1) Investimento x Género do filho x Padrão de Investimento; (2) Investimento x Género da figura parental x Padrão de Investimento; (3) Investimento x Género do filho x Género da figura parental x Padrão de Investimento. Nenhuma das interacções se revelou significativa [$F(3,330)=1,420$, $p=0,237$; $F(3,330)=0,702$, $p=0,551$; $F(3,330)=0,235$, $p=0,872$] o que permitiu realizar a análise para a totalidade da amostra ainda que introduzindo na condição de covariantes variáveis como o Género [$F(1,341)=73,950$, $p=0,000$], a Idade do Filho focal [$F(1,341)=9,212$, $p=0,003$] e o Nível Profissional dos filhos [$F(1,341)=29,595$, $p=0,000$] uma vez que se mostraram associadas a variações significativas do factor intrassujeitos.

⁵²⁸ Uma vez que foram registadas diferenças significativas em função do tipo de díade a nível da memória dos participantes da segunda geração no que se refere à qualidade da relação afectiva com os pais [$F(6,706)=7,983$, $p=0,000$], foi, inicialmente, testado o efeito de interacção Padrão de Investimento da figura parental x tipo de díade de modo a avaliar o interesse de proceder à comparação do efeito principal do padrão de investimento separadamente para cada tipo de díade. Dado que a interacção em causa não se revelou significativa

Os resultados da análise multivariada apontam para a existência de diferenças significativas em função do padrão de investimento da figura parental [$F(6,696)=5,951$, $p=0,000$] e, de forma particular, no que se refere às memórias de Carinho dos participantes [$F(3,348)=9,166$, $p=0,000$]⁵²⁹. As análises de *follow-up* revelam que participantes cujos pais apresentam um padrão de investimento de Tipo II (IPa/ITb) registam memórias de Carinho da figura parental significativamente mais elevadas do que respondentes que estiveram expostos a qualquer outro tipo de padrão [Padrão I (IPb/ITb): $p=0,001$; Padrão III (IPb/ITa): $p=0,000$; Padrão IV (IPa/ITa): $p=0,023$].

Quadro 93.

Médias e desvios-padrão dos valores relativos às Memórias de Carinho e de Superprotecção dos filhos em função do Padrão de Investimento da Figura Parental

	Carinho		Superprotecção		Sig,
	M	DP	M	DP	
Padrão I IPb/ITb	4,39	0,92	2,96	0,99	
Padrão II IPa/ITb	4,93	0,79	3,03	1,04	Carinho
Padrão III IPb/ITa	4,21	0,87	3,03	0,92	II > I** II > III*** II > IV*
Padrão IV IPa/ITa	4,49	1,04	3,11	1,00	

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$

3.2.9. Investimentos Parentais e Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos

O impacto do envolvimento das figuras parentais com os dois papéis de vida nas Memórias da Ligação Afectiva Pais-Filhos foi explorado, através de procedimentos de regressão múltipla, com os quais, simultaneamente, se procurou avaliar a importância relativa, do ponto de vista do seu potencial preditivo, das percepções dos filhos comparativamente aos indicadores de investimento avaliados directamente junto das figuras parentais. Para o efeito, efectuou-se uma análise de regressão múltipla de tipo hierárquico, em que as memórias de Carinho e as memórias de Superprotecção dos filhos foram usadas na condição de variável dependente tendo sido introduzida num primeiro bloco a variável relativa ao investimento auto-relatado pelas figuras parentais na parentalidade (IPfp), num segundo bloco as duas

[$F(18,676)=1,253$, $p=0,212$], a análise foi realizada para a amostra total, introduzindo as variáveis Género do filho [$F(2,346)=7,077$, $p=0,001$], Género da figura parental [$F(2,346)=10,148$, $p=0,000$] e Número de Irmãos [$F(2,346)=5,057$, $p=0,007$] como covariantes. Refira-se, a propósito, que foi também testada a interacção Padrão de Investimento da figura parental x Género da figura parental não se tendo revelado significativa [$F(6,676)=1,969$, $p=0,068$] o que veio mostrar não ser relevante proceder à análise do efeito do Padrão de Investimento relativamente a cada uma das figuras parentais separadamente.

⁵²⁹ As diferenças em função do Padrão de Investimento dos pais não se mostram significativas no caso das memórias de Superprotecção [$F(3,348)=0,502$, $p=0,681$].

variáveis correspondentes à percepção dos filhos quanto ao investimento das figuras parentais nesse domínio (PIPP e PINP), num terceiro bloco a variável Investimento no Trabalho da figura parental (ITfp) e no quarto bloco as duas variáveis correspondentes à percepção dos filhos quanto ao investimento das figuras parentais no trabalho (PIPT e PINT)⁵³⁰. Estas análises foram realizadas separadamente para cada tipo de díade.

3.2.9.1. Memórias de Carinho

A análise dos resultados da regressão expostos no Quadro 96 mostra que a percentagem de variância explicada pelo modelo (R^2) na generalidade das díades aumenta de forma significativa quando se introduz o bloco de variáveis relativo às percepções de investimento. A variância total explicada pelo modelo é superior quando se considera a díade Pai-Filho (71,1%) encontrando-se a percentagem mais baixa associada à díade Mãe-Filho (60,5%). Destaca-se, no caso destas últimas comparativamente às restantes, a percentagem de variância explicada pelo terceiro e o quarto blocos de variáveis relativas ao Investimento no Trabalho da figura parental (IT auto-relatado e percebido, respectivamente), sendo esta a única díade na qual a introdução do bloco IV se traduz num aumento significativo da variância explicada pelo modelo. É ainda de sublinhar, nas díades homogéneas quanto ao género, a contribuição significativa do bloco III para a variância total explicada.

Os coeficientes Beta (estandardizados), revelam que a percepção de investimento positivo da figura parental na parentalidade é a variável que mais contribui para explicar as variações observadas nas memórias de Carinho dos filhos nos quatro tipos de díades [70,1%, $p=0,000$ na díade Pai-Filho (D1); 74,1%, $p=0,000$ na díade Pai-Filha (D2); 66,7%, $p=0,000$ na díade Mãe-Filho (D3); 54,6%, $p=0,000$ na díade Mãe-Filho (D4)]. Nas díades homogéneas quanto ao género (D1 e D3), a percepção de investimento negativo na parentalidade contribui também significativamente para as memórias de Carinho dos filhos (apresentando-se negativamente relacionada com esta) explicando 17,2% ($p=0,027$) da sua variação nas díades masculinas (D1) e 14% nas díades femininas (D3, $p=0,021$). Nestas mesmas díades, mas sobretudo nas díades heterogéneas Mãe-Filho, também o Investimento no Trabalho descrito pelas figuras parentais revela contribuir significativamente para a variância do modelo apresentando-se negativamente relacionado com as memórias de Carinho dos participantes (D1: 15,7%; $p=0,013$; D3: 15%; $p=0,026$; D4: 24,2%; $p=0,011$). É exclusivamente nas díades heterogéneas Mãe-Filho que os investimentos percebidos da figura parental do trabalho, e especificamente a dimensão PINT, se apresenta como um preditor significativo das memórias de Carinho dos participantes ($p=0,001$), com o valor *Beta* a registar sinal negativo ($Beta = -0,385$).

⁵³⁰ A opção por esta sequência prende-se com o interesse em verificar em que medida as variáveis relativas ao investimento dos pais no trabalho (IPfp e PIPfp) influenciam a variável dependente após ser removido/controlado o efeito das variáveis (IPfp e PIPfp) que se supõem preditores mais poderosos das variações das memórias dos participantes quanto à qualidade da ligação afectiva.

Quadro 94.

Modelo de Regressão Linear Hierárquico das Memórias de Carinho dos participantes em função do Tipo de Díade

		<i>R</i>	<i>R</i> ²	<i>R</i> ² <i>Ajustado</i>	<i>DP</i> <i>erro</i>	<i>Mudança</i> <i>de R</i> ²	<i>Mudança</i> <i>de F</i>	<i>Sig. da</i> <i>Mudança</i>
D1 Pai- -Filho	Bloco I	0,282	0,080	0,069	0,961	0,080	7,429	0,008
	Bloco II	0,826	0,683	0,671	0,570	0,603	79,783	0,000
	Bloco III	0,840	0,705	0,691	0,553	0,023	6,442	0,013
	Bloco IV	0,843	0,711	0,690	0,555	0,006	0,786	0,459
D2 Pai- -Filha	Bloco I	0,340	0,116	0,108	0,899	0,116	14,937	0,000
	Bloco II	0,823	0,677	0,668	0,548	0,561	97,182	0,000
	Bloco III	0,823	0,678	0,666	0,551	0,001	0,279	0,598
	Bloco IV	0,827	0,684	0,667	0,550	0,006	1,094	0,339
D3 Mãe- -Filha	Bloco I	0,356	0,127	0,116	0,855	0,127	11,599	0,001
	Bloco II	0,804	0,647	0,633	0,551	0,520	57,421	0,000
	Bloco III	0,818	0,669	0,652	0,537	0,022	5,118	0,026
	Bloco IV	0,820	0,672	0,645	0,542	0,003	0,341	0,712
D4 Mãe- -Filho	Bloco I	0,150	0,023	0,008	0,814	0,023	1,521	0,222
	Bloco II	0,686	0,471	0,446	0,608	0,448	27,116	0,000
	Bloco III	0,723	0,523	0,493	0,582	0,053	6,947	0,011
	Bloco IV	0,778	0,605	0,566	0,538	0,082	6,313	0,003

Bloco I: Investimento na Parentalidade da Figura Parental; **Bloco II:** Percepção de Investimento (Positivo e Negativo) da Figura Parental na Parentalidade; **Bloco III:** Investimento no Trabalho da Figura parental; **Bloco IV:** Percepção de Investimento (Positivo e Negativo) da Figura Parental no Trabalho.

Quadro 95.*Preditores das Memórias de Carinho dos participantes em função do Tipo de Díade*

			<i>β</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
D1	Bloco I	IPfp	0,282	2,726	0,008
Pai- -Filho	Bloco II	PIPP	0,701	8,683	0,000
		PINP	-0,172	-2,248	0,027
	Bloco III	ITfp	-0,157	-2,538	0,013
	Bloco IV	PIPT	-0,061	-0,934	0,353
		PINT	-0,066	-0,952	0,344
D2	Bloco I	IPfp	0,340	3,865	0,000
Pai- -Filha	Bloco II	PIPP	0,741	11,969	0,000
		PINP	-0,140	-2,337	0,021
	Bloco III	ITfp	-0,029	-0,528	0,598
	Bloco IV	PIPT	0,033	0,545	0,587
		PINT	-0,078	-1,368	0,174
D3	Bloco I	IPfp	0,356	3,406	0,001
Mãe- -Filha	Bloco II	PIPP	0,667	8,119	0,000
		PINP	-0,158	-1,988	0,050
	Bloco III	ITfp	-0,150	-2,262	0,026
	Bloco IV	PIPT	-0,011	-0,148	0,883
		PINT	0,066	0,823	0,413
D4	Bloco I	IPfp	0,150	1,233	0,222
Mãe- -Filho	Bloco II	PIPP	0,546	5,780	0,000
		PINP	-0,334	-3,625	0,001
	Bloco III	ITfp	-0,242	-2,636	0,011
	Bloco IV	PIPT	0,065	0,703	0,485
		PINT	-0,385	-3,553	0,001

Bloco I: Investimento na Parentalidade da Figura parental; **Bloco II:** Percepção de Investimento (Positivo e Negativo) da Figura Parental na Parentalidade; **Bloco III:** Investimento no trabalho da Figura parental; **Bloco IV:** Percepção de Investimento (Positivo e Negativo) da Figura Parental no trabalho.

3.2.9.2. Memórias de Superprotecção

O modelo de regressão planeado mostra-se claramente menos ajustado no caso da dimensão Superprotecção, explicando entre 15,5% (D2) e 23,9% (D1) da variância total desta variável na generalidade das díades. Apesar do seu ajustamento ir melhorando à medida que se introduz cada um dos blocos (a excepção diz respeito às díades pai-filha), observa-se que o primeiro e o terceiro blocos (relativos à auto-avaliação parental dos investimentos) não contribuem significativamente para a explicação da variância das memórias de Superprotecção em nenhuma das díades, verificando-se o mesmo com o segundo bloco (PIP) no caso da díade Mãe-Filho (D4). É unicamente nas díades Mãe-Filho que a contribuição do quarto bloco se revela significativa (as percepções dos filhos quanto ao investimento da mãe no trabalho explicam mais 9% da variância nas memórias de Superprotecção). É ao nível das díades das quais faz parte a figura paterna (D1 e D2) que as variáveis relativas às percepções dos investimentos parentais na parentalidade, revelam uma maior contribuição para a explicação da variância total (D1: 22,8%, $p=0,000$; D2: 12,5%, $p=0,001$).

Quanto à contribuição única de cada preditor individual⁵³¹, observa-se o seguinte padrão de resultados: nas díades que integram o pai, a percepção de investimento negativo na parentalidade contribui significativamente para as variações nas memórias de Superprotecção dos participantes, apresentando uma relação positiva com esta variável (D1: 38,1%, $p=0,002$; D2: 28,4%, $p=0,004$); no caso das díades homogéneas femininas, o investimento auto-descrito da mãe na parentalidade (D3: 23,3%, $p=0,044$) e a percepção de investimento positivo da mãe no trabalho mostram-se os únicos preditores significativos (D3: 24,3%, $p=0,037$). Nas díades Mãe-Filho, nenhuma das variáveis se revela um preditor significativo das memórias de Superprotecção dos participantes.

⁵³¹ Dado o escasso número de variáveis cujo valor de β se apresenta significativo, optou-se por não incluir o quadro de preditores das memórias de Superprotecção, referindo-se no texto as variáveis com contribuições mais relevantes.

Quadro 96.

Modelo de Regressão Linear Hierárquico das Memórias de Superprotecção dos participantes em função do Tipo de Díade

		<i>R</i>	<i>R</i> ²	<i>R</i> ² <i>Ajustado</i>	<i>DP</i> <i>erro</i>	<i>Mudança</i> <i>de R</i> ²	<i>Mudança</i> <i>de F</i>	<i>Sig. da</i> <i>Mudança</i>
D1 Pai- -Filho	Bloco I	0,006	0,000	-0,012	0,931	0,000	0,003	0,957
	Bloco II	0,478	0,228	0,200	0,828	0,228	12,405	0,000
	Bloco III	0,482	0,232	0,195	0,831	0,004	0,441	0,508
	Bloco IV	0,488	0,239	0,182	0,837	0,007	0,346	0,709
D2 Pai- -Filha	Bloco I	0,111	0,012	0,004	0,920	0,012	1,412	0,237
	Bloco II	0,371	0,138	0,114	0,868	0,125	8,137	0,001
	Bloco III	0,372	0,138	0,107	0,871	0,001	0,104	0,748
	Bloco IV	0,394	0,155	0,108	0,871	0,017	1,068	0,347
D3 Mãe- -Filha	Bloco I	0,134	0,018	0,006	1,097	0,018	1,472	0,229
	Bloco II	0,323	0,104	0,070	1,062	0,086	3,749	0,028
	Bloco III	0,332	0,110	0,064	1,065	0,006	0,500	0,482
	Bloco IV	0,416	0,173	0,107	1,040	0,063	2,874	0,063
D4 Mãe- -Filho	Bloco I	0,007	0,000	-0,015	0,915	0,000	0,004	0,952
	Bloco II	0,216	0,047	0,002	0,907	0,047	1,565	0,217
	Bloco III	0,312	0,097	0,040	0,890	0,051	3,539	0,065
	Bloco IV	0,433	0,187	0,107	0,858	0,090	3,368	0,041

Bloco I: Investimento na Parentalidade da Figura parental; **Bloco II:** Percepção de Investimento (Positivo e Negativo) da Figura Parental na Parentalidade; **Bloco III:** Investimento no trabalho da Figura parental; **Bloco IV:** Percepção de Investimento (Positivo e Negativo) da Figura Parental no trabalho.

3.3. Padrão de Ligação Afectiva

No caso da G2, procedeu-se à criação de duas novas variáveis, o *padrão de ligação afectiva ao Pai* e o *padrão de ligação afectiva à Mãe*. Também aqui foi dada prioridade ao procedimento de análise de *clusters*. Procurou-se testar, para o pai e para a mãe separadamente, se os valores das dimensões avaliadas pelo instrumento usado na avaliação da qualidade da ligação afectiva às figuras parentais se organizavam de forma a evidenciar os quatro quadrantes de ligação afectiva propostos pelos seus autores. Todavia, o facto de não ser possível definir a partir dos *clusters* encontrados grupos de participantes comparáveis do ponto de vista da sua dimensão⁵³², tornou-se um óbice à sua utilização nas análises diferenciais a efectuar. Em alternativa, e em coerência com opções anteriores, resolveu proceder-se à recodificação do *score* médio obtido pelos participantes nas duas dimensões da medida da qualidade da ligação afectiva aos pais (Carinho e Superprotecção) consoante este se situasse abaixo ou acima da média amostral de género para a dimensão em causa⁵³³.

Na sequência desta recodificação, os participantes passaram a assumir uma de quatro condições possíveis da variável padrão de ligação afectiva: Padrão A - Carinho baixo e Superprotecção baixa (Cb/Sb); Padrão B - Carinho alto e Superprotecção baixa (Ca/Sb); Padrão C - Carinho baixo e Superprotecção alta (Cb/Sa); Padrão D - Carinho alto e Superprotecção alta (Ca/Sa). Embora a distribuição dos participantes pelos quatro padrões de ligação afectiva definidos a partir da média não seja totalmente equilibrada, revela-se, pelo menos, mais aceitável do que a distribuição pelos *clusters*⁵³⁴.

⁵³² Foi possível alcançar, quer para o pai quer para a mãe, uma solução de quatro *clusters* bastante satisfatória do ponto de vista da sua interpretabilidade teórica (como se pode verificar através da análise dos valores das médias que definem o centro dos *clusters*, apresentadas no Anexo 22) mas pouco aceitável no que se refere à proporção de participantes pertencentes a cada um dos *clusters*, cujo número se mostra especialmente reduzido no Padrão C da ligação afectiva ao pai e à mãe. Apesar disso, e uma vez que permitem aceder ao modo como os participantes da G2 tendem a representar a dinâmica relacional da relação pais-filhos presente nas suas famílias de origem, os resultados da análise de *clusters* efectuadas encontram-se disponíveis para consulta em anexo.

⁵³³ Importa referir que os autores do instrumento original (Parker, Tupling & Brown, 1979) sugerem a utilização da média como critério para a repartição dos sujeitos por dois grupos relativamente a cada uma das dimensões. Apesar de na amostra de diádes (aquela em que se procedeu à determinação de diferenças significativas em função do padrão de ligação afectiva) o género dos participantes se mostrar um factor influente unicamente nas memórias de Superprotecção dos participantes, na transformação da variável Carinho optou-se igualmente por considerar a média registada por homens e a mulheres (cf. Quadro 72).

⁵³⁴ Valor do Qui-quadrado relativo à distribuição dos participantes pelos padrões de ligação afectiva na amostra de diádes: Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões em função do género (Ligação ao pai): $\chi^2(3)=1,418$, $p=0,701$ (frequência mínima esperada por célula=28,83). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões em função do género (Ligação à mãe): $\chi^2(3)=4,476$, $p=0,214$ (frequência mínima esperada por célula=30,18). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões na amostra total (Ligação ao Pai): $\chi^2(3)=24,915$, $p=0,000$ (frequência mínima esperada por célula=88,5). Qui-quadrado da distribuição dos participantes pelos padrões na amostra total (Ligação à Mãe): $\chi^2(3)=20,688$, $p=0,000$ (frequência mínima esperada por célula=89,8).

Quadro 97.

Distribuição dos participantes pelos Padrões de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe definidos em função da média obtida nas dimensões Carinho e Superprotecção (amostra de díades)

	Ligação Afectiva ao Pai (N=354)			Ligação Afectiva à Mãe (N=359)		
	H	M	Total	H	M	Total
Padrão A	N=30	N=38	N=68	N=35	N=34	N=69
Cb/Sb	8,5%	10,7%	19,2%	9,7%	9,5%	19,2%
Padrão B	N=58	N=64	N=122	N=56	N=68	N=124
Ca/Sb	16,4%	18,1%	34,5%	15,6%	18,9%	34,5%
Padrão C	N=44	N=55	N=99	N=41	N=51	N=92
Cb/Sa	12,4%	15,5%	28%	11,4%	14,2%	25,6%
Padrão D	N=25	N=40	N=65	N=25	N=49	N=74
Ca/Sa	7,1%	11,3%	18,4%	7%	13,6%	20,6%

Estas duas novas variáveis foram usadas como variáveis independentes, no sentido de verificar a existência de diferenças significativas no investimento actual dos participantes no trabalho e na parentalidade bem como na sua percepção dos investimentos parentais em função do modo como caracterizam o passado da sua relação com cada uma das figuras parentais.

No sentido de melhor conhecer as condições afectivas a que os participantes estiveram expostos na família de origem, considerou-se também interessante explorar a natureza da relação pais-filhos considerando o sistema parental na sua unidade. Com este intuito, procedeu-se à análise da distribuição dos participantes pelas categorias que descrevem as dezasseis combinações possíveis do padrão de ligação afectiva a cada um dos progenitores tendo sido avaliada a frequência de concordância/discordância interparental relativamente aos quatro padrões de ligação afectiva⁵³⁵. Os resultados indicam, desde logo, que a maioria dos participantes recorda a relação com o pai e com a mãe de uma forma concordante (n=292; 61,6% *versus* n=182; 38,4% PLA discordante)⁵³⁶. Entre estes, a distribuição dos padrões mostra que aproximadamente 36,3% esteve exposto, no contexto familiar, ao Padrão de Ligação Afectiva B (Ca/Sb) seguindo-se-lhe, com 29,1% de participantes, o Padrão C (Cb/Sa), o Padrão A (Cb/Sb; 17,8%) e, finalmente, o Padrão D (Ca/Sa; 16,8%). Na distribuição dos padrões discordantes, são três as combinações que aparecem especialmente destacadas na

⁵³⁵ O critério de concordância é o da existência de um PLA comum ao pai e à mãe e o da discordância a presença de PLA diferenciados consoante a figura parental.

⁵³⁶ Valor do Qui-quadrado relativo à distribuição dos participantes pelas categorias "concordância" vs "discordância" dos padrões de ligação afectiva relativos a cada um dos pais na amostra principal: $\chi^2(1) = 25,527$, $p = 0,000$ (frequência mínima esperada por célula=237,0). Refira-se que a comparação em função do género dos participantes aponta para diferenças estatisticamente significativas $\chi^2(1) = 4,457$, $p = 0,035$: Homens: PLA concordante: n=147; 65,6%; PLA Discordante: n=77; 34,4% $\chi^2(1) = 21,875$, $p = 0,000$ (frequência mínima esperada por célula=112,0). Mulheres: PLA concordante: n=145; 58%; PLA Discordante: n=105; 42% $\chi^2(1) = 6,400$, $p = 0,011$ (frequência mínima esperada por célula=125,50)

amostra principal: PLA-pai C e PLA-mãe D ($n=28;15,4\%$); PLA-pai B e PLA-mãe A ($n=26;14,3\%$); e PLA-pai A e PLA-mãe B ($n=23;12,6\%$)⁵³⁷.

O efeito do Padrão de Ligação Afectiva Interparental (PLAP) foi testado unicamente em relação aos investimentos actuais dos participantes G2.

Quadro 98.

Distribuição dos participantes em função da Concordância Interparental dos Padrões de Ligação Afectiva (amostra principal)

PLA Pai	PLA Mãe				Total
	Padrão A Cb/Sb	Padrão B Ca/Sb	Padrão C Cb/Sa	Padrão D Ca/Sa	
Padrão A Cb/Sb	52 11%	23 4,9%	13 2,7%	12 2,5%	100 19,2%
Padrão B Ca/Sb	26 5,5%	106 22,4%	11 2,3%	16 3,4%	159 33,5%
Padrão C Cb/Sa	8 1,7%	15 3,2%	85 17,9%	28 5,9%	136 28,7%
Padrão D Ca/Sa	3 0,6%	9 1,9%	18 3,8%	49 10,3%	79 16,7%
Total	89 18,8%	153 32,3%	127 26,8%	105 22,2%	474 100,0%

* Padrões concordantes assinalados a cinzento; **PLA**: Padrão de Ligação Afectiva

3.3.1. Padrão de Ligação Afectiva e Investimento actual⁵³⁸

Os resultados evidenciam diferenças significativas no investimento dos participantes quer na parentalidade quer no trabalho apenas em função do padrão de ligação afectiva à mãe [$F(6,926)=4,770$, $p=0,000$]; IT: [$F(3,463)=2,970$, $p=0,032$]; IP: [$F(3,463)=6,973$, $p=0,000$] já que o efeito principal do padrão de ligação afectiva ao pai não se mostra significativo ao nível do investimento dos participantes relativamente a nenhum dos domínios [$F(6,916)=2,064$, $p=0,055$]⁵³⁹. As comparações de *follow-up* relativas ao Investimento no Trabalho revelam que participantes com padrão de ligação afectiva à mãe de Tipo B (Ca/Sb) apresentam valores médios de Investimento no Trabalho significativamente inferiores aos de participantes com padrão afectivo de Tipo D (Ca/Sa, $p=0,032$).

⁵³⁷ Apresentam-se apenas as combinações que registam mais de 10% de casos. Os dados homólogos relativos à amostra de díades poderão ser encontrados no Anexo 23 (cf. Quadro S2).

⁵³⁸ Os resultados apresentados referem-se à amostra principal. Os resultados obtidos na amostra de díades encontram-se descritos no Anexo 23 (cf. Quadros S1 e S3).

⁵³⁹ IT: [$F(3,458)=1,937$, $p=0,123$]. IP: [$F(3,458)=2,600$, $p=0,052$].

Quadro 99.

Médias e desvios-padrão de Investimento no Trabalho e de Investimento na Parentalidade dos participantes da Geração 2 em função dos Padrões de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe

Ligação Afectiva ao Pai					Ligação Afectiva à Mãe				Sig.
IT		IP		IT		IP			
M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
Padrão A Cb/Sb	3,41	0,83	4,38	0,71	3,45	0,81	4,25	0,77	Ligação ao pai IT/IP ns
Padrão B Ca/Sb	3,42	0,80	4,50	0,89	3,38	0,80	4,59	0,87	Ligação à mãe IT D > B*
Padrão C Cb/Sa	3,56	0,81	4,47	0,82	3,53	0,84	4,41	0,77	Ligação à mãe IP B > A* D > A*** D > C**
Padrão D Ca/Sa	3,61	0,85	4,75	0,72	3,65	0,83	4,76	0,74	

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; qs: diferenças quase significativas; ns: diferenças não significativas. **IT**: Investimento no Trabalho; **IP**: Investimento na Parentalidade.

No caso do investimento na parentalidade, os testes *post-hoc* mostram que participantes cuja ligação afectiva à mãe configura um padrão de Tipo B (Ca/Sb) e D (Ca/Sa), registam valores médios de investimento na parentalidade significativamente superiores a participantes com padrão de Tipo A (Cb/Sb, $p=0,022$ e $p=0,001$, respectivamente). Participantes cuja relação com a mãe corresponde, do ponto de vista da sua qualidade, ao Padrão C (Cb/Sa), investem de forma significativamente inferior na parentalidade comparativamente a participantes cuja ligação à mãe se caracteriza pelo Padrão D (Ca/Sa, $p=0,004$).

Efectuada a comparação em função do padrão de ligação afectiva a ambos os pais⁵⁴⁰, os resultados indicam que embora esta não seja uma variável significativa no que se refere ao Investimento no Trabalho [$F(3,279)=1,613$, $p=0,187$] produz um efeito principal significativo no investimento dos participantes na parentalidade [$F(3,279)=4,058$, $p=0,008$]. Os valores médios de investimento na parentalidade são significativamente superiores no grupo dos participantes que, na família de origem, estiveram expostos a padrões de Tipo D (Ca/Sa) do que a padrões de Tipo A (Cb/Sb, $p=0,018$) ou C (Cb/Sa, $p=0,020$).

⁵⁴⁰ Nesta análise só foram incluídos participantes com PLA ao pai e à mãe concordantes ($n=470$).

Quadro 100.

Médias e desvios-padrão de Investimento no Trabalho e de Investimento na Parentalidade dos participantes da Geração 2 em função do Padrão de Ligação Afectiva à Figura Parental (amostra principal)

Pai & Mãe	IT		IP		Sig.
	M	DP	M	DP	
Padrão A- Cb/Sb	3,49	0,84	4,33	0,72	IT ns
Padrão B- Ca/Sb	3,40	0,80	4,60	0,91	
Padrão C- Cb/Sa	3,62	0,82	4,41	0,80	IP D > A/C*
Padrão D- Ca/Sa	3,63	0,83	4,88	0,66	

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05; qs: diferenças quase significativas; ns: diferenças não significativas. **IT:** Investimento no Trabalho; **IP:** Investimento na Parentalidade. **Nota:** Só incluídos participantes com PLA's concordantes (n=470).

3.3.1.1. Padrão de Ligação Afectiva e Percepção dos Investimentos Parentais⁵⁴¹

3.3.1.1.1. Percepção dos Investimentos do Pai

Os resultados assinalam a existência de diferenças significativas na percepção dos investimentos do pai na parentalidade em função do Padrão de Ligação Afectiva ao pai [$F(6,696)=35,360$, $p=0,000$], efeitos esses que se observam tanto na dimensão de investimento positivo [$F(3,348)=75,483$, $p=0,000$] como na de investimento negativo [$F(3,348)=28,387$, $p=0,000$]. Verifica-se, de modo mais concreto, que participantes com padrão de ligação de Tipo B (Ca/Sb) e D (Ca/Sa) percebem mais positivamente o investimento do pai na parentalidade do que participantes com o Padrão A (Cb/Sb, $p=0,000$) ou C (Cb/Sa, $p=0,000$) de ligação afectiva ao pai. São os participantes com padrão de ligação afectiva de Tipo C (Cb/Sa) os que apresentam valores médios superiores relativamente à percepção de investimento negativo do pai na parentalidade, distinguindo-se as suas percepções significativamente das que dizem respeito a participantes com padrões de ligação afectiva de Tipo A (Cb/Sb, $p=0,003$), B (Ca/Sb, $p=0,000$) e D (Ca/Sa, $p=0,000$). Nesta mesma dimensão, também se diferenciam significativamente as percepções dos participantes com padrão de ligação afectiva de Tipo A (Cb/Sb) comparativamente aos que apresentam padrões de Tipo B (Ca/Sb, $p=0,000$) e D (Ca/Sa, $p=0,045$), sendo os valores médios mais elevados na primeira categoria.

⁵⁴¹ Dada a necessidade de controlar variáveis não disponíveis na amostra principal, os resultados apresentados referem-se à amostra de diádes.

Quanto à percepção de investimento do pai no trabalho, observa-se um efeito principal do Padrão de Ligação Afectiva ao pai significativo [$F(6,688)=6,048, p=0,000$] relativamente às duas dimensões da variável [PIP: $F(3,344)=7,263, p=0,000$; PIN: $F(3,344)=4,684, p=0,003$]. Os valores médios de investimento positivo do pai no trabalho são significativamente mais elevados entre os participantes com padrão afectivo de Tipo C (Cb/Sa) comparativamente a participantes com padrões de Tipo A (Cb/Sb, $p=0,041$), B (Ca/Sb, $p=0,000$) e D (Ca/Sa, $p=0,001$). Os participantes com padrão de ligação afectiva ao pai de Tipo B (Ca/Sb), apresentam percepções de investimento negativo do pai no trabalho que em média são significativamente inferiores às de participantes com Padrão C de ligação afectiva (Cb/Sa, $p=0,003$).

Quadro 101.

Médias e desvios-padrão da Percepção do Investimento Paterno, em função do Padrão de Ligação Afectiva ao Pai dos participantes da Geração 2 (amostra de díades)

Percepção do Investimento Paterno									
	PIPP		PINP		PIPT		PINT		Sig.
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Padrão A Cb/Sb	3,27	0,98	1,63	0,82	3,36	1,27	2,09	0,84	PIPP B/D > A*** B > C*** D > C***
Padrão B Ca/Sb	4,84	0,77	1,18	0,34	3,21	1,28	1,78	0,70	PINP A > B*** A > D* C > A**
Padrão C Cb/Sa	3,44	1,07	2,00	0,98	3,90	1,23	2,17	0,87	C > B/D***
Padrão D Ca/Sa	4,86	0,74	1,30	0,42	3,13	1,27	1,93	0,70	PIPT C > A * C > B *** C > D** PINT C > B**

*** $p<0,001$; ** $p<0,01$; * $p<0,05$. **PIPP**: Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade; **PINP**: Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade; **PIPT**: Percepção de Investimento Positivo no Trabalho; **PINT**: Percepção de Investimento Negativo no Trabalho.

3.3.1.1.2. Percepção dos Investimentos da Mãe

As percepções dos participantes quanto ao investimento materno na parentalidade apresentam variações significativas em função do Padrão de Ligação Afectiva à mãe [$F(6,698)=31,240, p=0,000$], observando-se as diferenças tanto relativamente à percepção de investimentos positivos [$F(3,349)=59,797, p=0,000$] como à percepção de investimentos negativos [$F(3,349)=30,635, p=0,000$]. Os testes de *follow-up* indicam que participantes com padrões de ligação afectiva de Tipo B (Ca/Sb) e de Tipo D (Ca/Sa) percebem mais positivamente os investimentos da mãe na parentalidade do que participantes cuja relação com

a figura materna os associe a um padrão de Tipo A (Cb/Sb, $p=0,000$) ou de Tipo C (Cb/Sa, $p=0,000$). Os valores médios das percepções dos participantes quanto ao investimento negativo da mãe na parentalidade apresentam-se significativamente mais elevados entre os participantes com padrão de ligação afectiva de Tipo C (Cb/Sa) comparativamente a qualquer um dos outros padrões ($p=0,000$). Significativa é também a diferença que separa os participantes com padrões afectivos de Tipo A (Cb/Sb) e de Tipo B (Cb/Sa), verificando-se que os primeiros percebem o investimento materno na parentalidade de modo significativamente mais negativo ($p=0,000$).

Os resultados relativos à percepção do investimento da figura materna no trabalho indicam igualmente um efeito principal significativo do Padrão de Ligação Afectiva à mãe [$F(6,472)=5,426$, $p=0,000$] mas apenas na dimensão do investimento negativo [$F(3,236)=7,092$, $p=0,000$] já que relativamente à percepção de investimento positivo no trabalho se verifica a presença de uma interacção significativa entre essa variável e o nível profissional materno [$F(6,229)=2,315$, $p=0,034$]⁵⁴². Os participantes cuja relação com a progenitora se enquadra no Padrão C de ligação afectiva (Cb/Sa), em média percebem os investimentos negativos da mãe no trabalho de forma mais elevada do que os participantes cuja ligação afectiva à mãe se enquadra nos Padrões B (Ca/Sb, $p=0,000$) e D (Ca/Sa, $p=0,041$).

A exploração da interacção Padrão de Ligação Afectiva à Mãe x Nível Profissional da Mãe permitiu verificar que apenas diferem significativamente no grau médio de investimento positivo percebido no trabalho os participantes cujas mães têm actividades profissionais de nível intermédio [$F(3,53)=3,474$, $p=0,022$] ou inferior [$F(3,103)=4,405$, $p=0,006$]. No primeiro caso as diferenças situam-se entre os que possuem um padrão de ligação afectiva de Tipo B (Ca/Sb, $M=2,05$; $DP=0,82$) e os que se enquadram no Padrão D (Ca/Sa, $M=3,05$; $DP=1,24$; $p=0,035$). No segundo caso as diferenças significativas emergem entre os participantes com padrão B (Ca/Sb, $M=3,00$; $DP=1,25$) e Padrão C (Cb/Sa, $M=3,79$; $DP=1,17$; $p=0,019$), bem como entre os pertencem a esta última categoria e os participantes cuja ligação à figura materna corresponde ao Padrão D (Ca/Sa, $M=2,69$; $DP=1,31$; $p=0,013$).

⁵⁴² Quando, para além do efeito da Posição na Fratria, foi controlada a influência do Nível Profissional da mãe, obteve-se relativamente à dimensão PIPT o seguinte valor de F : [$F(3,236)=4,855$, $p=0,003$]. As diferenças na percepção dos investimentos maternos situam-se apenas na comparação entre os participantes com Padrões B (Ca/Sb) e C (Cb/Sa) de ligação afectiva, sendo os valores médios significativamente superiores no segundo caso ($p=0,001$).

Quadro 102.

Médias e desvios-padrão da Percepção do Investimento Materno em função dos Padrão de Ligação Afetiva à Mãe dos participantes da Geração 2 (amostra de díades)

Percepção do Investimento Materno									
	PIPP		PINP		PIPT		PINT		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	Sig.
Padrão A Cb/Sb	4,30	0,87	1,43	0,53	2,81	1,23	2,21	0,92	PIPP B/D > A*** B > C*** D > C***
Padrão B Ca/Sb	5,43	0,54	1,12	0,32	2,52	1,13	1,91	0,72	PINP A > B** C > A/B/D***
Padrão C Cb/Sa	4,20	1,10	1,88	0,98	3,35	1,18	2,55	0,91	PIPT C > B** PLA x NP mãe*
Padrão D Ca/Sa	5,30	0,55	1,19	0,31	2,95	1,24	2,11	0,75	PINT C > B*** C > D*

***p<0,001 ; **p<0,01; *p<0,05. **PIPP**: Percepção de Investimento Positivo na Parentalidade; **PINP**: Percepção de Investimento Negativo na Parentalidade; **PIPT**: Percepção de Investimento Positivo no Trabalho; **PINT**: Percepção de Investimento Negativo no Trabalho.

O Nível Profissional materno produz efeitos significativos na percepção dos participantes exclusivamente quando as qualidades da relação com a mãe configuram um padrão de Tipo B [Ca/Sb, $F(2,80)=4,572$, $p=0,013$] ou C [Cb/Sa, $F(2,56)=6,424$, $p=0,003$]. No grupo dos que têm memórias de Carinho elevadas e memórias de Superprotecção baixas (Padrão B) aqueles cujas mães são profissionais de nível intermédio percebem os investimentos maternos no trabalho de modo significativamente menos positivo ($M=2,05$; $DP=0,82$) do que os participantes que são filhos de mulheres pertencentes a outras categorias profissionais (NP Superior: $M=2,23$; $DP=0,93$; $p=0,033$; NP Inferior: $M=3,00$; $DP=1,25$; $p=0,045$).

No grupo dos que têm memórias de Carinho baixas e memórias de Superprotecção elevadas (Padrão C), é nos que são filhos de mulheres com actividades profissionais de nível superior que, nessa dimensão (PIPT), se registam valores médios significativamente mais baixos ($M=2,60$; $DP=0,88$) e de modo mais acentuado no que se refere à comparação com os participantes cujas mães têm profissões de nível inferior (NP Intermédio: $M=2,90$; $DP=0,99$; $p=0,030$; NP Inferior: $M=3,79$; $DP=1,17$; $p=0,011$).

Quadro 103.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Padrão de Ligação Afectiva ao Pai e à Mãe na Geração 2

Padrão de Ligação Afectiva (PLA)	Perfil de Resultados (G2)
Padrão A (Cb/Sb)	▪ PLA Pai: percebem a figura paterna como mais negativamente investida na parentalidade do que participantes com Padrões B e D ▪ PLA Mãe: apresentam percepções quanto ao investimento da mãe na parentalidade mais negativas do que de participantes com Padrão B
Padrão B (Ca/Sb)	▪ PLA Mãe: investem mais na parentalidade (em comparação com Padrão A) ▪ PLA Pai: percebem mais positivamente o investimento do pai na parentalidade (em comparação com Padrões A e C) ▪ PLA Mãe: percebem a mãe como mais positivamente investida na parentalidade (em comparação com Padrões A e C) ▪ PLA Mãe: filhos de mães com actividades profissionais de nível intermédio percebem o investimento da mãe no trabalho menos positivamente do que filhos de mulheres de outros níveis profissionais
Padrão C (Cb/Sa)	▪ PLA Pai: são os que apresentam percepções mais negativas quanto ao investimento do pai na parentalidade ▪ PLA Pai: são os que percebem o pai como mais positivamente investido no trabalho e menos negativamente investido nesse domínio (neste último caso, apenas em comparação com Padrão B) ▪ PLA Mãe: são os que apresentam percepções mais negativas quanto ao investimento da mãe na parentalidade ▪ PLA Mãe: percebem a figura materna como mais negativamente investida no trabalho (em comparação com Padrões B e D) ▪ PLA Mãe: filhos de mães com actividades profissionais de nível inferior percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho (em comparação com Padrões B e D) ▪ PLA Mãe: filhos de mães com actividades profissionais de nível superior percebem o investimento da mãe no trabalho menos positivamente do que filhos de mulheres de outros níveis profissionais
Padrão D (Ca/Sa)	▪ PLA Mãe: investem mais no trabalho (em comparação com Padrão B) ▪ PLA Mãe: investem mais na parentalidade (em comparação com Padrão C) ▪ PLA Mãe: percebem a mãe como mais positivamente investida na parentalidade (em comparação com Padrões A e C) ▪ PLA Mãe: filhos de mães com actividades profissionais de nível intermédio percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho (em comparação com Padrão B) ▪ PLA Pai e Mãe Concordantes: investem mais na parentalidade (em comparação com Padrões A ou C)

4. O Processo de Transmissão Intergeracional: Testagem de dois modelos de mediação com recurso à análise de equações estruturais

Tendo em vista a exploração das relações estruturais entre as variáveis hipoteticamente envolvidas no processo de transmissão intergeracional dos investimentos, recorreu-se a um procedimento de modelação de estruturas de covariância através do qual se procurou avaliar o efeito da experiência das figuras parentais nas memórias dos filhos acerca da qualidade da ligação afectiva com os pais bem como o efeito destas memórias a nível do investimento actual dos filhos respondentes no trabalho e na parentalidade. Partindo do investimento dos pais nesses dois domínios de vida como factores antecedentes do investimento neles realizados pelos filhos, foram definidos dois modelos de mediação que, embora de carácter exploratório (dada a dimensão amostral dos grupos usados na sua testagem), traduzem algumas expectativas quanto à qualidade das predições hipotetizadas.

Através do primeiro modelo testado (Modelo I) pretendeu-se verificar em que medida o investimento dos pais em cada um dos papéis em foco se mostraria um preditor relevante da qualidade da ligação afectiva pais-filhos. Na especificação deste modelo, procurou analisar-se relativamente ao investimento da figura parental no trabalho, quer a hipótese de um efeito directo dessa variável sobre as memórias de Carinho e de Superprotecção dos filhos, quer a hipótese de um efeito indirecto, isto é, produzido por intermédio do grau de *spillover*, positivo e negativo, na direcção trabalho-parentalidade⁵⁴³. Admitida a possibilidade de se tratar de uma variável susceptível de reflectir variações no grau de Investimento no Trabalho, esperava-se que: (a) pais mais investidos no trabalho registassem níveis superiores de *spillover* positivo (SPTP) e negativo (SNTP), (b) níveis superiores de SPTP se repercutissem positivamente nas memórias de Carinho dos filhos e negativamente nas memórias de Superprotecção, (c) níveis superiores de SNTP afectassem negativamente quer as memórias de Carinho quer as de Superprotecção. A hipótese de efeitos directos, traduzia-se na expectativa de uma influência negativa do Investimento no Trabalho nas memórias de Carinho e de uma influência positiva nas memórias de Superprotecção. O investimento da figura parental na parentalidade foi introduzido no modelo na condição de preditor directo das memórias de Carinho e de Superprotecção dos filhos, antecipando-se a existência de um efeito positivo relativamente a ambas as dimensões.

⁵⁴³ Uma vez que o número de casos representativos de cada tipo de diáde não se mostrava confortável o suficiente para a inclusão de outros indicadores da relação interpapéis no modelo (sob pena de resultar em sobreparametrização), optou-se por contemplar a medida de *spillover*. Trata-se de uma medida da relação trabalho-parentalidade que, comparativamente às restantes usadas no estudo, oferece a vantagem de permitir apreciar o impacto do trabalho na esfera familiar considerando a dupla valência (positiva e negativa) dos seus efeitos e, por conseguinte, permite discriminar melhor o tipo de influência (potenciadora ou debilitadora) que cada um desses efeitos tende a produzir no modo como os filhos se recordam da qualidade da relação pais-filhos.

O segundo modelo (Modelo II) foi definido tendo em vista a análise do grau no qual as memórias de Carinho e de Superprotecção dos filhos se mostravam factores mediadores significativos entre o investimento da figura parental passado (auto-relatado) e o investimento actual dos filhos no trabalho e na parentalidade. Para além deste efeito indirecto, foi também analisada a hipótese de um efeito directo do investimento das figuras parentais no investimento dos filhos em cada um desses domínios. Os efeitos directos representados no modelo traduzem a expectativa de manifestação do processo de modelagem, pelo que se antecipa que as variações do investimento dos filhos nos dois papéis de vida reflectam a intensidade do próprio investimento das respectivas figuras parentais. As trajectórias que traduzem a hipótese de mediação, operacionalizam um conjunto de proposições causais que assentam no pressuposto da reparação. Desta forma, admitindo-se a possibilidade do investimento da figura parental no trabalho afectar negativamente as memórias de Carinho dos filhos, antecipa-se que esta última variável produza um efeito negativo relativamente ao investimento dos filhos no trabalho e um efeito positivo no que se refere ao investimento dos filhos na parentalidade. Tendo em conta que a medida de Superprotecção traduz uma dimensão bipolar (encorajamento da independência vs controle), espera-se que figuras parentais mais investidas no trabalho sejam recordadas pelos filhos como mais facilitadoras de autonomia e estas memórias estejam na base de níveis superiores de Investimento no Trabalho por parte dos filhos. No caso do investimento dos filhos na parentalidade, parece fazer sentido esperar que pais mais investidos na parentalidade, potencialmente mais envolvidos no acompanhamento dos filhos, sejam recordados como mais Carinhosos e superprotectores e possam estar na origem de investimentos superiores dos filhos na parentalidade.

A testagem dos modelos foi realizada utilizando o programa AMOS 6.0⁵⁴⁴. Para além de ter sido avaliada a significância estatística de cada uma das trajectórias causais propostas, foram também valorizados, na apreciação do ajustamento de cada modelo, um conjunto de índices. O χ^2 foi usado como medida de ajustamento global (analisa a discrepância entre o modelo definido e o modelo observado). Contudo, e uma vez que o seu valor tende a mostrar-se dependente da dimensão da amostra (Shumacker & Lomax, 1996) foram, igualmente, considerados outros índices para analisar diferentes aspectos da qualidade do ajustamento. Assim, para além de se proceder à normalização do χ^2 (através da estimativa da razão entre o Qui-quadrado e os graus de liberdade - χ^2/gf ; valores inferiores a 3 são considerados bastante satisfatórios), atendeu-se ao valor do GFI ("*Goodness of Fit Index*", avalia a percentagem de variância dos dados que é explicável pelo modelo; valores iguais ou superiores a 0,90 reflectem um bom ajustamento), do AGFI ("*Adjusted Goodness of Fit Index*", ajusta a percentagem de variância dos dados que é explicável pelo modelo ao número de sujeitos da amostra; valores

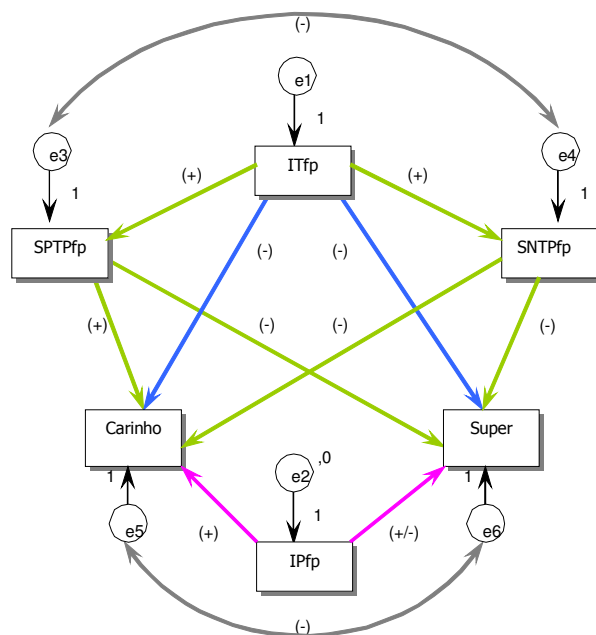
⁵⁴⁴ Foi usado um procedimento de imputação de média para ultrapassar o problema dos valores omissos. Desta forma a cada situação de não resposta foi atribuído um valor correspondente ao *score* médio obtido pelos respondentes não omissos que se encontravam na mesma condição geracional e pertenciam ao mesmo grupo de género. Os casos cuja não resposta se mostrou contingente às circunstâncias específicas da sua vida foram eliminados.

iguais ou superiores a 0,90 reflectem um bom ajustamento), do CFI ("*Comparative Fit Index*", compara os resultados do modelo proposto com os de um modelo nulo; valores iguais ou superiores a 0,90 reflectem um bom ajustamento), do RMR ("*Root Mean Square Residual*", indica a percentagem de variação dos dados observados não explicada pelo modelo; são considerados aceitáveis valores inferiores a 0,05) e do RMSEA ("*Root Mean Square Error of Approximation*", analisa a discrepância entre os resultados esperados e os observados atendendo aos graus de liberdade; são considerados aceitáveis valores inferiores a 0,08).

Tanto no primeiro como no segundo caso, o mesmo modelo foi testado separadamente em relação a cada tipo particular de díade de modo a permitir avaliar o seu ajustamento de um modo sensível a possíveis interações entre o género da figura parental e do filho/a respondente constituintes de cada díade. Relativamente a cada tipo de díade, apenas se apresenta graficamente a versão final do modelo, isto é, as trajectórias que se revelaram significativas (e que foram conservadas na figuras) bem como o valor assumido pelos índices de ajustamento nessa solução final.

Uma vez que, face à reduzida dimensão dos grupos constituídos por tipo díade (D1: n=88; D2: n=116; D3: n=85; D4: n=68) e à grande quantidade de itens pertencentes a cada factor, o número de parâmetros a estimar se mostraria excessivo (podendo criar problemas de estabilidade dos estimadores e até comprometer a própria recursividade do modelo), optou-se por tratar as (sub)escalas multi-item como indicadores únicos de cada constructo (o que garante um *ratio* número de variáveis/número de sujeitos mais aceitável) tendo-se utilizado como referência o *score* médio obtido pelos participantes em cada medida⁵⁴⁵. Por essa razão, os modelos apenas incluem variáveis observadas e não variáveis latentes.

⁵⁴⁵ De acordo com Bandalos e Finney (2001) a prática da utilização de parcelas de itens (*i.e.*, do somatório ou média resultante da junção de dois ou mais itens) enquanto unidade de análise básica na modelação de equações estruturais, é mais defensável quando o investigador está interessado em analisar a estrutura da relação entre um certo número de factores latentes (o que acontece no presente caso) do que quando o que está em causa é o desenvolvimento ou testagem de uma medida/escala. Contudo, mesmo na primeira situação, os autores consideram fundamental que estejam garantidas algumas condições: (1) que as estruturas unifactoriais dos constructos latentes se encontrem bem estabelecidas; (2) que as parcelas sejam formadas no interior desses factores; e, (3) que os investigadores estejam dispostos a assumir que os itens agrupados não estão expostos à influência secundária de outras variáveis ou factores presentes no modelo. Os dois modelos testados satisfazem estas condições, dado que apenas foram agregados itens pertencentes a escalas ou subescalas cujas estruturas factoriais se mostraram dotadas de bons níveis de consistência interna (*cf.* Capítulo III) e, por outro lado, à partida não estão presentes nos modelos variáveis que possam influenciar os itens agrupados senão da forma especificada nos próprios modelos. Neste caso também não foi necessário usar qualquer método ou critério particular de selecção dos itens constituintes de uma parcela já que a utilização do *score* médio do conjunto total de itens relativo a cada dimensão avaliada, foi tomado como um indicador de cada constructo em análise.

Figura 18. MODELO I: Especificação pictográfica do modelo exploratório inicial

ITfp: Investimento no Trabalho da figura parental

ITfp: Investimento na Parentalidade da figura parental

SPTPfp: *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade da figura parental

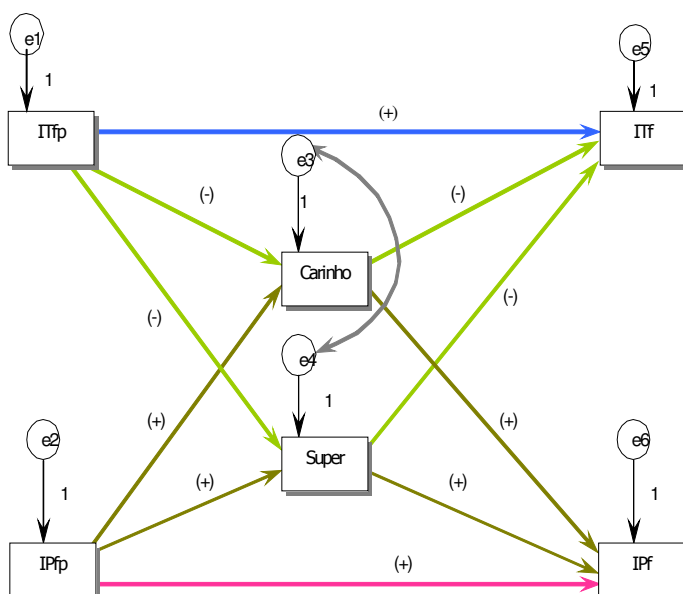
SNTPfp: *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade da figura parental

Carinho: Memórias de Carinho do/a filho/a

Super: Memórias de Superprotecção do/a filho/a

■ - Efeitos directos do ITfp
■ - Efeitos indirectos do ITfp
■ - Efeitos directos do IPfp

NOTA: Os sinais (+) e (-) representam o efeito esperado das relações em hipótese

Figura 19: MODELO II: Especificação pictográfica do modelo exploratório inicial

ITfp: Investimento no Trabalho da figura parental

ITfp: Investimento na Parentalidade da figura parental

Carinho: Memórias de Carinho do/a filho/a

Super: Memórias de Superprotecção do/a filho/a

ITf: Investimento no Trabalho do/a filho/a

IPf: Investimento na Parentalidade do/a filho/a

■ - Efeitos directos do ITfp
■ - Efeitos indirectos do ITfp
■ - Efeitos directos do IPfp
■ - Efeitos indirectos do IPfp

NOTA: Os sinais (+) e (-) representam o efeito esperado das relações em hipótese

4.1. Resultados da testagem dos Modelos

Apresentam-se e analisam-se, em primeiro lugar, os resultados encontrados, separadamente, por tipo de díade. Posteriormente, procede-se à descrição das estruturas finais obtidas privilegiando-se a comparação dos modelos nas quatro díades e a identificação das regularidades ou padrões observados.

4.1.1. Análise confirmatória do Modelo I (cf. Figuras 20, 21, 22 e 23)

4.1.1.1. Resultados por tipo de díade

Díades Pai-Filho (D1)

De acordo com os resultados obtidos neste tipo de díade, a experiência de *spillover* da figura parental, não assume um papel relevante na mediação do efeito do investimento do pai no trabalho nas memórias de Carinho ou Superprotecção paterna. Estas duas variáveis sofrem, contudo, uma influencia directa do investimento paterno no trabalho, influência essa que se revela negativa quando se trata das memórias de Carinho ($\beta = -0,33$, $p < 0,001$) e positiva no caso das memórias de Superprotecção ($\beta = 0,21$, $p = 0,043$). Embora não especificada no modelo inicial, emerge uma relação significativa entre o SPTP e o investimento do pai na parentalidade ($\beta = 0,39$, $p < 0,001$) traduzida num efeito positivo da experiência de *spillover* no grau de investimento dos pais na parentalidade. Sublinhe-se o facto do SPTP aparecer como uma variável independente de variações a nível do investimento paterno no trabalho. O investimento do pai na parentalidade mostra-se um factor significativo no que se refere às memórias de Carinho dos filhos ($\beta = 0,29$, $p < 0,001$).

Díades Pai-Filha (D2)

Tal como nas díades Pai-Filho, também neste grupo o investimento paterno no trabalho e na parentalidade mostram-se directamente relacionados com as memórias de Carinho das filhas, afectando-as, respectivamente, de modo negativo (IT: $\beta = -0,17$, $p = 0,040$) e positivo (IP: $\beta = 0,34$, $p < 0,001$). O modelo final evidencia, também nestas díades, uma relação entre o SNTTP do pai e o investimento paterno na parentalidade não especificada no modelo inicial. Tal relação aponta para a presença de um efeito negativo significativo ($\beta = -0,19$, $p = 0,036$) da primeira variável sobre a segunda. Uma vez mais a experiência de *spillover* (desta feita, negativo) mostra-se independente do grau de investimento paterno no trabalho.

Díades Mãe-Filha (D3)

Os resultados obtidos nas díades homogéneas femininas, replicam os descritos relativamente às díades D1 e D2 no que se refere ao impacto do investimento parental nas memórias de Carinho. Esta última variável acusa, de novo, o efeito positivo do investimento materno na parentalidade ($\beta=0,39$, $p<0,001$) e o efeito negativo do investimento da mãe no trabalho ($\beta=-0,30$, $p<0,001$). Todavia, e ao contrário do observado relativamente às díades que integram a figura paterna, o investimento da mãe no trabalho revela-se um preditor positivo significativo do SPTP ($\beta=0,24$, $p=0,024$), variável que, por sua vez, produz um efeito positivo significativo ($\beta=0,36$, $p<0,001$) nas memórias de Carinho das filhas respondentes.

Díades Mãe-Filho (D4)

O padrão de resultados obtido nas díades mãe-filho, é o mais distinto dos encontrados relativamente às restantes díades, não obstante se observar a existência de um efeito positivo do Investimento no Trabalho no SPTP ($\beta=0,28$, $p=0,013$) que, tendo sido verificado antes exclusivamente nas díades mãe-filha, parece reforçar o facto de se tratar de uma particularidade de díades onde está representada a figura materna. Especificamente nas díades mãe-filho, há a destacar o papel assumido pela variável SNTP que aparece como um preditor significativo quer das memórias de Carinho ($\beta=-0,47$, $p<0,001$) quer das memórias de Superprotecção dos filhos ($\beta=0,32$, $p=0,012$). A emergência de uma relação de covariância significativa entre os erros associados ao investimento materno no trabalho e na parentalidade ($\beta=0,29$, $p=0,013$) é outro dos aspectos a ressaltar.

4.1.1.2. Análise dos resultados por comparação cruzada

A análise comparativa das soluções finais obtidas relativamente aos quatro tipos de díades permite verificar o seguinte:

1. Em todas as díades, à excepção de D4 (Mãe-Filho), o investimento da figura parental no trabalho produz um efeito directo nas memórias de Carinho dos filhos, afectando negativamente essa variável. Ou seja, figuras parentais mais investidas no trabalho são recordadas pelos filhos como menos Carinhosas;
2. Em todas as díades, à excepção de D4 (Mãe-Filho), as variações das memórias de Carinho dos filhos reflectem positivamente o grau de investimento do pai/mãe na parentalidade;
3. As díades Mãe-Filho (D4) são as únicas nas quais as memórias de Carinho dos filhos são negativamente afectadas pela experiência de *spillover* negativo trabalho-parentalidade (SNTP);

4. A experiência de *spillover* influencia de modo significativo o investimento na parentalidade exclusivamente no caso da figura paterna, observando-se um padrão de resultados distinto conforme o género dos filhos: quando os filhos são do sexo masculino (D1) verifica-se que o investimento do pai na parentalidade é positivamente influenciado pela experiência paterna de *spillover* positivo (SPTP); quando os filhos são do sexo feminino (D2) o investimento paterno na parentalidade acusa um efeito negativo do *spillover* negativo (SNTP) do pai;
5. O Investimento no Trabalho repercute-se apenas na experiência de *spillover* positivo trabalho-parentalidade (positivamente) e só quando se trata da figura materna, como se constata pela presença de uma trajectória causal significativa entre essas duas variáveis exclusivamente nas díades que integram a mãe (D3 e D4);
6. Apenas as memórias de Superprotecção dos filhos (e não as das filhas) acusam um efeito positivo directo do investimento do pai no trabalho (D1) e da experiência de *spillover* negativo (SNTP) da mãe.

4.1.2. Análise confirmatória do Modelo II (cf. Figuras 24, 25, 26 e 27)

4.1.2.1. Resultados por tipo de díade

Díades Pai-filho (D1)

O papel mediador das memórias de Carinho e de Superprotecção não se confirma nas díades homogéneas quanto ao género. Embora o investimento do pai na parentalidade influencie positivamente as memórias de Carinho ($\beta=0,29$, $p<0,001$) e o Investimento no Trabalho produza um efeito negativo nessa variável ($\beta=-0,33$, $p<0,000$) e um efeito positivo nas memórias de Superprotecção ($\beta=0,26$, $p=0,043$), a influência do investimento paterno no investimento dos filhos ocorre de forma directa. Esse efeito directo observa-se quer quando se considera a influência do investimento do pai no trabalho no Investimento no Trabalho do filho ($\beta=0,26$, $p=0,008$) quer quando se atende ao efeito do investimento do pai na parentalidade no investimento parental do filho ($\beta=0,36$, $p<0,001$), sendo contudo mas acentuada neste último caso. Regista-se, igualmente, uma covariância significativa ($\beta=0,28$, $p=0,011$) entre as variâncias dos erros associados ao investimento na parentalidade e ao Investimento no Trabalho dos filhos, não prevista no modelo inicial.

Díades Pai-Filha (D2)

Nas díades heterogéneas de composição Pai-Filha, confirma-se o efeito mediador das memórias de Carinho recebido do pai no que se refere à influência do investimento do pai na parentalidade ($\beta=0,29$, $p<0,001$) no investimento das filhas na parentalidade ($\beta=0,19$, $p=0,042$). As memórias de Superprotecção paterna também se revelam um preditor significativo desta última variável ($\beta=0,27$, $p=0,006$) que não acusa a influência do grau de investimento da figura paterna em nenhum dos papéis. Apesar de produzir um efeito negativo significativo nas memórias de Carinho ($\beta=-0,15$, $p=0,040$), o investimento do pai no trabalho aparece como um factor que influencia o Investimento no Trabalho das filhas apenas de forma directa ($\beta=0,28$, $p=0,002$).

Díades Mãe-Filha (D3)

Nas díades homogéneas femininas, as memórias de Carinho materno mostram-se também um factor significativo na mediação entre o investimento da mãe na parentalidade ($\beta=0,42$, $p<0,001$) e o investimento das filhas nesse mesmo domínio ($\beta=0,34$, $p<0,001$). Embora as memórias de Carinho acusem, igualmente, o efeito do investimento da figura materna no trabalho ($\beta=-0,17$, $p=0,046$), o facto deste efeito ser negativo e situar-se no limiar da significância não permite que o investimento da mãe no trabalho seja considerado um factor antecedente do investimento parental das filhas. Não estando implicadas no processo de mediação, as memórias de Superprotecção materna apresentam-se, no entanto, como um factor significativo na determinação das variações do grau de investimento das filhas no trabalho ($\beta=0,32$, $p=0,002$).

Díades Mãe-Filho (D4)

A exemplo do verificado nas díades homogéneas masculinas, nas díades heterogéneas mãe-filho os resultados da testagem do modelo não evidenciam a existência de efeitos de mediação. Tal como no primeiro caso (nas díades Pai-Filho), apenas se observam efeitos directos do investimento da mãe no investimento dos filhos relativamente aos mesmos domínios (IP: $\beta=0,38$, $p<0,001$; IT: $\beta=0,27$, $p=0,020$) embora seja de destacar a presença de um efeito cruzado do investimento da mãe no trabalho no investimento do filho na parentalidade ($\beta=0,22$, $p=0,040$). Convém, no entanto, salientar que este tipo de díade se encontra menos representada na amostra do que as anteriores ($n=68$) um aspecto que poderá ter afectado a estimativa dos coeficientes de regressão associados às relações especificadas no modelo inicial⁵⁴⁶. Na solução final emerge, igualmente, uma relação de covariância significativa entre os erros associados ao investimento materno no trabalho e na parentalidade ($\beta=0,32$, $p=0,013$).

⁵⁴⁶ Embora a opção por conservar no modelo unicamente as variáveis cujas relações estivessem associadas a coeficientes de regressão significativos tenha resultado numa redução considerável do modelo inicial, neste caso uma

4.1.2.2. Análise dos resultados por comparação cruzada

A análise comparativa da versão final dos modelos obtida relativamente aos quatro tipos de díades permite verificar o seguinte:

1. Em todas as díades, salvo em D3 (Mãe-Filha), o investimento do pai/mãe no trabalho influencia directa e positivamente o investimento dos filhos/filhas nesse mesmo domínio de vida;
2. O investimento dos pais (pai e mãe) na parentalidade apenas produz um efeito directo (positivo) no investimento parental dos filhos e não no das filhas;
3. As díades Mãe-Filho são as únicas nas quais o investimento parental no trabalho afecta directa e positivamente o investimento dos filhos na parentalidade;
4. As memórias de Carinho recebido do pai/mãe apresentam-se como um mediador significativo apenas no que se refere ao investimento na parentalidade e exclusivamente quando se trata das filhas. Embora o investimento parental no trabalho seja um dos seus preditores (negativo) o investimento dos pais na parentalidade emerge como o principal factor antecedente;
5. As memórias de Superprotecção actuam como um preditor significativo dos investimentos das filhas, observando-se um padrão de resultados distinto consoante o género da figura parental: as memórias de Superprotecção paterna têm um impacto positivo sobre o investimento das filhas na parentalidade; as memórias de Superprotecção materna exercem um efeito positivo a nível do investimento das filhas no trabalho;
6. O Investimento no Trabalho não se mostra totalmente independente do investimento na parentalidade quando se trata dos filhos (homens) que integram as díades D1 e das mães que integram as díades D4.

boa parte das relações excluídas apareciam associadas a coeficientes de regressão com valores de p na ordem dos 0,70. Tal leva a pensar que, por efeito do tamanho da amostra de díades Mãe-Filho, a significância dos coeficientes de regressão possa ter sido subestimada.

Figuras 20, 21, 22 e 23. Modelo Estrutural I: Solução final obtida para cada tipo de díade e respectivos índices de ajustamento

Figura 20.
Díade Pai-Filho (D1)

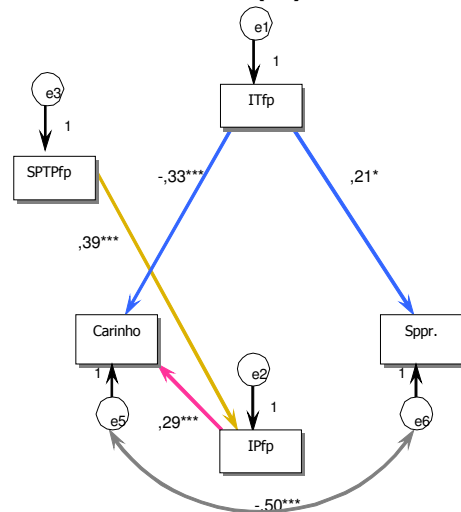


Figura 21.
Díade Pai-Filha (D2)

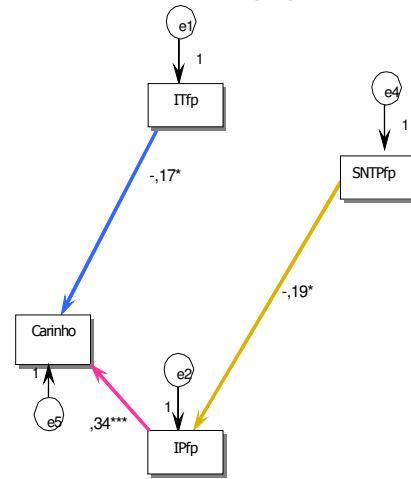


Figura 22.
Díade Mãe-Filho (D3)

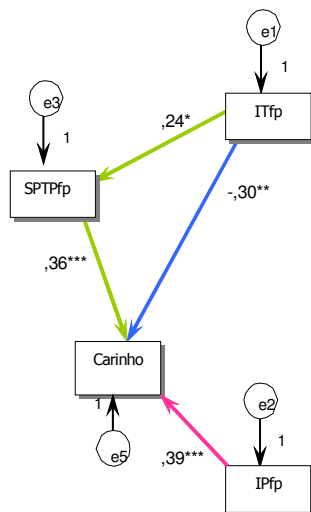
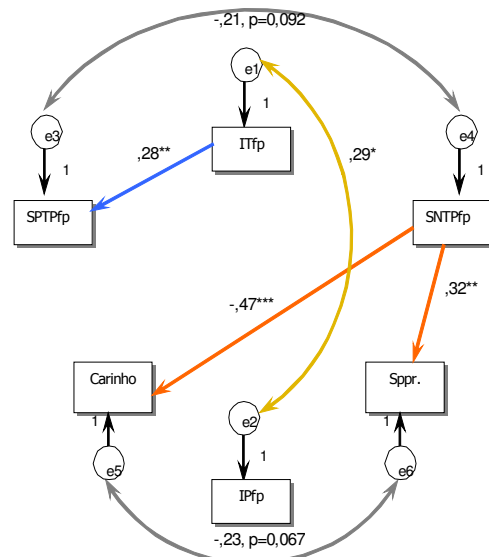


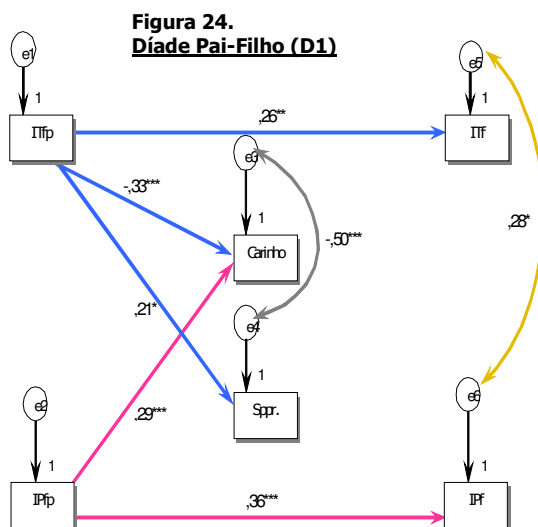
Figura 23.
Díade Mãe-Filho (D4)



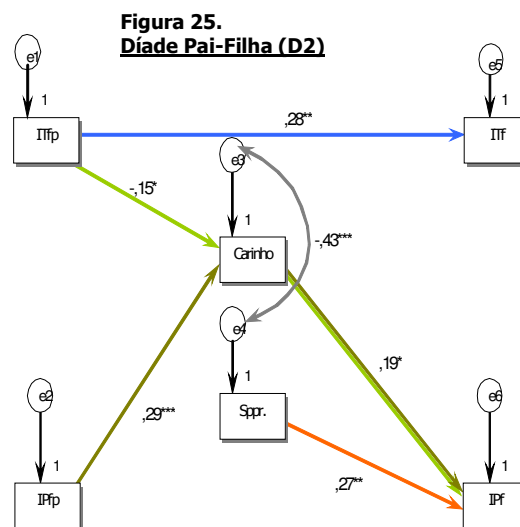
*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. **ITfp**: Investimento no Trabalho da figura parental; **ITfp**: Investimento na Parentalidade da figura parental; **SPTPfp**: *Spillover* Positivo Trabalho-Parentalidade da figura parental; **SNTpfp**: *Spillover* Negativo Trabalho-Parentalidade da figura parental; **Carinho**: Memórias de *Carinho* do filho/a; **Sppr.**: Memórias de *Superprotecção* do filho/a.

■ - Efeitos directos do ITfp; ■ - Efeitos indirectos do ITfp; ■ - Efeitos directos do IPfp; ■ - Outros efeitos directos; ■ - Efeitos não especificados no modelo inicial. Para simplificar a apresentação dos modelos apenas se expõem os coeficientes estandardizados associados a cada trajetória e a respectiva significância.

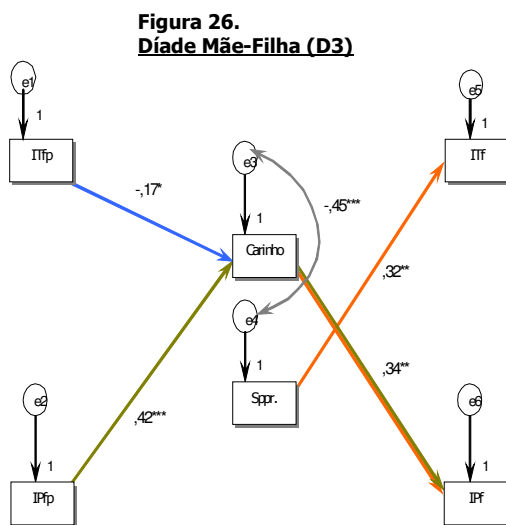
Figuras 24, 25, 26 e 27. Modelo Estrutural II: Solução final obtida para cada tipo de díade e respectivos índices de ajustamento



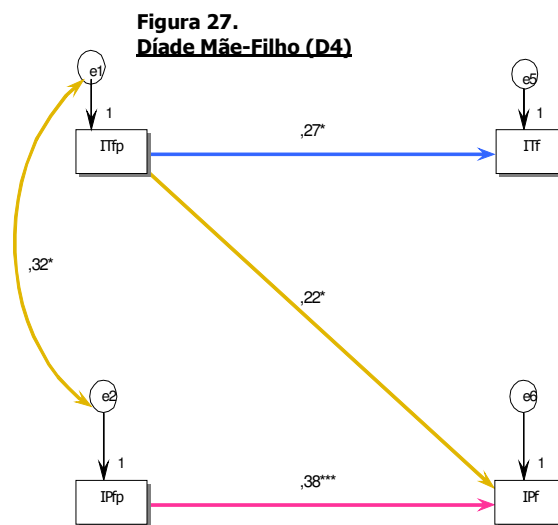
$\chi^2 (8) = 4,793$, $p = 0,708$ $\chi^2 / gl = 0,60$
 RMR = 0,023 GFI = 0,982 AGFI = 0,954
 CFI = 1,000 RMSEA = 0,000



$\chi^2 (9) = 9,685$, $p = 0,377$ $\chi^2 / gl = 1,08$
 RMR = 0,038 GFI = 0,972 AGFI = 0,935
 CFI = 0,987 RMSEA = 0,026



$\chi^2 (10) = 15,152$, $p = 0,127$ $\chi^2 / gl = 1,52$
 RMR = 0,062 GFI = 0,946 AGFI = 0,887
 CFI = 0,904 RMSEA = 0,078



$\chi^2 (10) = 2,527$, $p = 0,283$ $\chi^2 / gl = 0,25$
 RMR = 0,037 GFI = 0,982 AGFI = 0,909
 CFI = 0,981 RMSEA = 0,063

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. **ITfp**: Investimento no Trabalho da figura parental; **ITfp**: Investimento na Parentalidade da figura parental; **Carinho**: Memórias de *Carinho* do filho/a; **Sppr.**: Memórias de *Superprotecção* do filho/a; **ITf**: Investimento no Trabalho do/a filho/a; **ITf**: Investimento na Parentalidade do filho/a. ■ - Efeitos directos do ITfp; ■ - Efeitos indirectos do ITfp; ■ - Efeitos directos do IPfp; ■ - Efeitos indirectos do IPfp; ■ - Outros efeitos directos; ■ - Efeitos não especificados no modelo inicial. Para simplificar a apresentação dos modelos apenas se expõem os coeficientes estandardizados associados a cada trajectória e a respectiva significância.

5. O caso particular das Mulheres Domésticas

Na medida em que a presença na G1 de um número considerável de mulheres pertencentes à categoria “domésticas” (n=127) poderia produzir um viés nas comparações geracionais foi, inicialmente, verificada a existência ou não de diferenças significativas em função do estatuto das mulheres da G1 face ao trabalho (a variável Nível Profissional foi recodificada em duas categorias: Domésticas e não Domésticas e usada como variável independente numa análise de variância multivariada).

Tendo-se confirmado que esse factor era fonte de diferenças significativas para um grupo razoável de variáveis⁵⁴⁷, equacionou-se, então, a hipótese de exclusão da amostra das participantes não domésticas considerando que, não havendo mulheres com o estatuto de domésticas na G2, estaria desta forma a criar-se condições de maior paridade entre os dois grupos geracionais do ponto de vista da comparação entre gerações. Tal decisão comportaria, no entanto, custos assinaláveis.

Em primeiro lugar, trata-se de uma categoria de participantes que, embora, numa fase inicial do processo de amostragem, não figurassem no grupo dos sujeitos elegíveis, acabaram por ser admitidas na amostra pelo facto do seu estatuto de domésticas ser representativo da situação face ao trabalho de uma proporção muito significativa de mulheres da sua geração. Por outro lado, na resposta aos questionários, estas participantes foram explicitamente instruídas a encararem a sua actividade como um “trabalho” sempre que convidadas a pronunciarem-se sobre o tema “trabalho”. Considerando estas circunstâncias, proceder simplesmente à sua eliminação da amostra não só equivaleria a uma grave mutilação dos dados como resultaria em desperdício no que se refere à oportunidade de explorar o significado psicológico das diferenças que aparecem associadas ao estatuto de domésticas em comparação com as congéneres não domésticas⁵⁴⁸. Assim, em vez da eliminação das participantes domésticas da amostra, decidiu-se pela sua exclusão da generalidade das análises diferenciais relativas à G1, na condição de se dedicar uma atenção especial à análise dos resultados que decorrem da diferença de estatuto das mulheres da G1 face ao trabalho, através da realização de um pequeno estudo, que não ambiciona senão a uma abordagem meramente exploratória. São os resultados desse estudo que, de seguida, se apresenta.

⁵⁴⁷ Os resultados da análise de variância multivariada (estatística de *Pillai* e valor de *F* dos testes de efeitos intersujeitos) poderão ser consultados no Anexo 25.

⁵⁴⁸ De acordo com Almeida, Costa e Machado (1994), a decisão de unir na mesma categoria mulheres domésticas e mulheres com profissão mostra-se discutível tendo em conta que a situação de cada um desses grupos se reveste de uma especificidade própria. Mesmo que na categoria “doméstica” se incluam casos em que a actividade doméstica se interliga com o trabalho paralelo em pequenas unidades agrícolas, comerciais ou artesanais de carácter familiar, a noção de trabalho aparece aí associada a “...um significado social em regra bastante distinto daquilo que têm sido, nas sociedades industrializadas e urbanizadas, as concepções institucional e culturalmente difundidas do que é ter uma actividade profissional.” (p. 317).

5.1. Gestão do lar: Um trabalho?

Procurou-se, em primeiro lugar, verificar a existência de variações significativas no modo como as mulheres desta geração representam a actividade doméstica (incluindo as tarefas relativas à organização da casa, cuidado e acompanhamento de filhos e companheiro/a) tendo em conta as suas diferentes experiências ocupacionais. Na linha da posição defendida por Richardson (1993; 2000) partiu-se da distinção entre o *Market Work*, isto é, o exercício de uma actividade profissional remunerada no contexto de uma estrutura de emprego e no quadro da relação formal com uma organização e o *Personal Work*, ou seja, o trabalho como dimensão de realização humana infusa em todos os papéis desempenhados pelos indivíduos, que diz respeito a tudo o que o indivíduo faz por si, pela família e pela comunidade, mesmo na ausência de expressão económica significativa. Desta forma, considerou-se que as actividades de gestão (material, financeira e humana) da vida doméstica poderiam enquadrar-se na categoria do *Personal Work*.

Contudo, apesar das mulheres que nunca exerceram uma actividade profissional terem recebido a indicação para considerarem como trabalho as tarefas inerentes à gestão da vida familiar/doméstica, interessava verificar se, por um lado, é assim mesmo que subjectivamente representam essas tarefas e, por outro lado, se o facto de não terem tido um emprego é, por comparação às que o tiveram, um factor relevante no grau de equiparação da actividade familiar/doméstica a trabalho. Procurou-se, deste modo, verificar até que ponto as actividades de apoio à família e de gestão do lar desenvolvidas pelas mulheres em casa são ou não igualmente valorizadas por estas duas categorias de participantes como se de trabalho se tratassem.

Face à inexistência de instrumentos susceptíveis de serem usados na medida deste tipo de representações, foi desenvolvido um questionário de auto-relato com 12 itens destinado a avaliar o grau no qual os participantes percebem as características da actividade doméstica como próximas ou dissemelhantes das que tipificam a experiência de trabalho quando desenvolvido no contexto da relação formal dos indivíduos com uma organização. Os itens foram pensados em função de parâmetros como a exigência de competência(s), o valor intrínseco do trabalho, a existência de recompensas, a contribuição para a família e o nível de responsabilidade associado. Os participantes foram solicitados a exprimir concordância/discordância em relação a cada uma das afirmações usando uma escala tipo *lickert* com 6 pontos (1=Discordo Totalmente; 6=Concordo totalmente). O conjunto de itens foi submetido a análise factorial exploratória com rotação ortogonal tendo sido utilizada para o efeito a amostra de participantes total (N=1148). A estrutura factorial final inclui 8 itens (*e.g.*, "Organizar e tratar da casa e dos filhos é um trabalho com o mesmo valor que qualquer outro") com valores de saturação que variam entre 0,60 e 0,78, explicando 48,6% da variância total. O valor do *alpha de Cronbach* para o total de 8 itens é de 0,83 na amostra total, sendo

de 0,84 quando se considera especificamente a G1 e de 0,82 quando se estima o valor de *alpha* particularmente junto das mulheres desta geração⁵⁴⁹.

O Quadro 104 sistematiza os resultados obtidos a partir das análises que foram realizadas com o objectivo de: (1) verificar a existência de diferenças significativas a nível do grau no qual a actividade doméstica é equiparada a trabalho pelas mulheres em cada um das condições da variável Estatuto face ao Trabalho (Domésticas e Não Domésticas) e em função do nível profissional das participantes que se enquadram na categoria das não domésticas; (2) comparar participantes domésticas e não domésticas no que se refere às mesmas variáveis psicológicas que foram objecto de análise para a totalidade da amostra; e, (3) determinar, só relativamente ao grupo das mulheres domésticas, a existência de diferenças significativas em relação a essas mesmas variáveis em função de variáveis sociobiográficas como o *número de filhos* e o *grau de apoio conjugal percebido* (PAC abaixo da média e PAC acima da média)⁵⁵⁰.

Quadro 104.

Síntese dos resultados obtidos na estimativa de diferenças em função do Estatuto das Mulheres da Geração 1 Face ao Trabalho

Perfil de Resultados	
Mulheres que se dedicam exclusivamente à vida doméstica...	
Domésticas versus Não Domésticas	▪ encaram mais as actividades domésticas como um trabalho ▪ no que se refere à equiparação das actividades domésticas a trabalho só não se distinguem das que se situam em níveis inferiores da hierarquia profissional ▪ investem mais na parentalidade ▪ registam menos SNTP, CTP, CPT e sobrecarga ▪ dedicam mais tempo à parentalidade e à conjugalidade e menos tempo ao trabalho
Só Domésticas	▪ As que percebem o cônjuge como mais apoiante investem mais na parentalidade ▪ As que têm maior número de filhos experienciam mais SNTP ▪ As que percebem mais apoio conjugal registam mais SPPT ▪ As que se sentem mais apoiadas pelo cônjuge experienciam mais CTP ▪ Entre as que têm mais filhos, as que percebem o cônjuge como apoiante mostram-se mais satisfeitas com a conjugalidade ▪ Entre as que percebem o apoio do cônjuge como menos disponível, as que têm menos filhos revelam-se mais satisfeitas com a parentalidade e com a conjugalidade ▪ As que têm menos filhos dedicam mais tempo a outras actividades ▪ As que apresentam percepções de apoio conjugal mais elevadas despendem mais tempo na conjugalidade

⁵⁴⁹ A estrutura factorial final do Questionário bem como os valores de saturação dos itens no factor único encontram-se no Anexo 25 (cf. Quadro U).

⁵⁵⁰ Poderá ser encontrada uma descrição mais pormenorizada destas análises no Anexo 26.

6. Resultados da Análise Qualitativa dos Comentários e Observações dos Participantes

Partamos do princípio da imperfeição e de um certo egoísmo: não haverá, assim, nada perfeito pois há sempre erros e coisas que julgamos certas e são erradas. Resta-me a convicção de que, de qualquer modo, procurei fazer o que pensei ser o melhor em todas as áreas da minha vida. (Dpm342, 2-2)

O facto dos comentários dos participantes terem sido obtidos através de uma questão em formato de resposta aberta e desta lhes ter sido apresentada como uma oportunidade facultativa de auto-revelação relativamente às suas experiências de pai/mãe e de profissional/trabalhador, permitiu considerar dois níveis de análise do comportamento dos participantes face a essa questão final: (1) a opção pela resposta ou pela não resposta; e, (2) o conteúdo específico da resposta.

Relativamente ao primeiro ponto, e sem embargo da consulta do Quadro 30, (ver Capítulo III, p. 446) para obtenção de informação mais detalhada ao nível da caracterização deste grupo de respondentes, opta-se por destacar os indicadores sociobiográficos e psicológicos que podem ser valorizados na interpretação das motivações dos participantes no que se refere à colaboração adicional nesta componente do estudo. Assim, e considerando o perfil dos que aderiram à livre expressão de comentários, verifica-se que:

1. Não se distingue significativamente o número dos que pertencem a cada uma das Gerações, apesar da ligeira superioridade de respondentes da G1 (G1:52,4%; G2:47,6%);
2. Em ambas as gerações os temas em estudo foram comentados mais pelas mulheres do que pelos homens (G1: H=33,4%; M= 66,6%; G2: H=36,7%; M=63,3%);
3. Respondem mais à questão os que têm maior número de filhos (G1:63,9%; G2: 67,6%);
4. Predominam, entre os respondentes, os que têm actividades profissionais de nível intermédio (G1: 29,6%; G2: 40,3%) e superior (G1:28,4%; G2: 36,1%);
5. Os que investem de acordo com o Padrão IV (IPa/ITa) estão, em termos globais, mais representados [Amostra total: Padrão I (IPb/ITb) = 24,3%; Padrão II (IPa/ITb)= 23,7%; Padrão III (IPb/ITa)= 23%; Padrão IV (IPa/ITa)=28,9%], embora seja, no grupo de participantes da G2, que esse Padrão de Investimento se superioriza aos restantes [G2: Padrão I (IPb/ITb)= 27,6%; Padrão II (IPa/ITb)= 18,4%; Padrão III (IPb/ITa)= 19,7%; Padrão IV (IPa/ITa)=34,2%]. Isso mesmo se observa entre os participantes da G1, relativamente ao Padrão II, ainda que de modo não tão expressivo [G1: Padrão I (IPb/ITb)=21%; Padrão II (IPa/ITb)= 28,9%; Padrão III (IPb/ITa)=26,3%; Padrão IV (IPa/ITa)=23,7%].

Relativamente ao segundo ponto, uma vez que foi possível obter uma amostra de respondentes auto-seleccionada, considerou-se fazer sentido tomar os temas contemplados em cada depoimento como indicadores da importância que cada um deles possuía para o respectivo participante admitindo-se que a saliência pessoal do domínio que decidiram focar se constituísse, justamente, como uma das justificações para esta colaboração suplementar. Partindo deste raciocínio, tornou-se possível analisar a presença de diferenças na saliência de cada tema tendo em conta o perfil dos participantes da amostra em termos sociobiográficos e psicológicos e analisando a representatividade de cada tema relativamente a cada dimensão desse perfil. A este nível procedeu-se à execução de um conjunto de operações de recuperação condicionada dos dados previamente indexados, em função da *Geração*, do *Género* e do *Padrão de Investimento*⁵⁵¹ no sentido da identificação de padrões de resposta significativos. Na análise do Enfoque do Comentário apenas a *Geração* e o *Género* foram tidos em conta como factores de diferenciação das respostas e, por conseguinte, utilizados na contextualização dos resultados descritos. Na análise da distribuição das respostas por cada categoria e subcategoria do sistema de classificação (ver Quadro 31, Capítulo III, p. 448) para além do *Género* e da *Geração*, foi ainda considerado o *Padrão de Investimento*, o *Número de Filhos* e o *Nível Profissional*⁵⁵².

6.1. Enfoque do Comentário

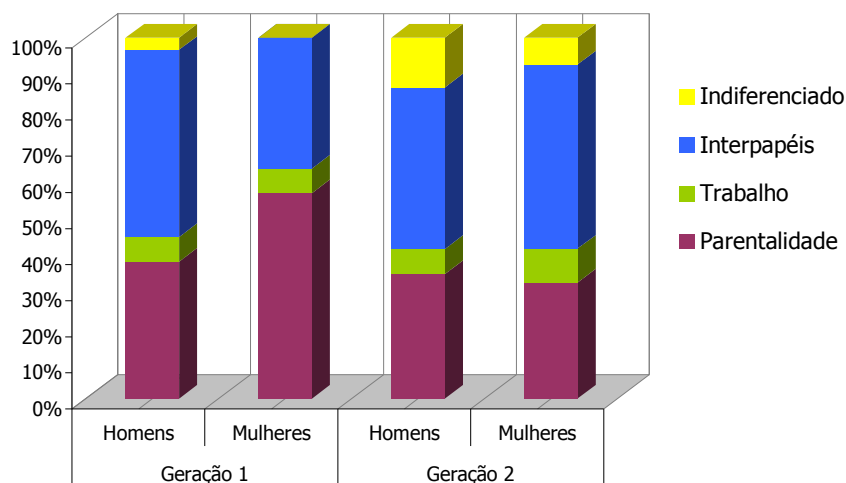
A análise dos temas dominantes das respostas dos participantes evidencia que, na sua maioria, os comentários incidem sobre aspectos da experiência parental e/ou da vivência familiar (42,8%), bem como nas questões relativas à coordenação dos papéis de vida (45,8%). O tema "*Trabalho*" é comentado por apenas 7,8% da totalidade dos participantes (G1: 6,9%; G2: 8,9%). A percentagem dos comentários indiferenciados ou marginais é diminuta (3,6%), sendo mesmo meramente residual quando consideradas as respostas dos participantes da G1 (1,1%; G2: 6,3%).

O tema "*Parentalidade/Família*" assume especial destaque nos comentários produzidos pelos participantes da G1, constituindo o foco de 50,6% das respostas. Em contrapartida, embora esse seja um tema que também sobressai nos comentários dos participantes da G2 (34,2%), a sua posição é secundária comparativamente ao tema da "*Relação Interpapéis*", assunto a que se referem os comentários de 50,6% dos participantes da G2 e 41,4% dos participantes da G1 (*cf.* Anexo 28, Quadros Y1 e Y2).

⁵⁵¹ Do mesmo modo, embora mais secundariamente, procurou conhecer-se os principais resultados em função das variáveis *Número de Filhos* e *Nível Profissional*. Esses resultados encontram-se descritos no Anexo 31 (Quadros BB1 e BB2).

⁵⁵² Como já foi referido, uma vez que as variáveis *Número de Filhos* e *Nível Profissional* assumiram um papel menos central na exploração das respostas, optou-se por descrever os resultados de um modo mais geral, isto é, tendo em conta o sistema global de categorias e não cada categoria isoladamente. Os resultados relativos à distribuição das respostas pelas subcategorias são apresentados de modo a evidenciar o perfil de resposta associado a cada condição de cada uma das variáveis (*e.g.*, Menos filhos e Mais filhos; Nível Profissional Superior, Intermédio e Inferior) (*cf.* Anexo 31, Quadro BB3 a BB10; Anexo 32, Quadros CC1 a CC9).

Figura 28. Representatividade relativa de cada categoria de classificação do enfoque dos comentários dos participantes no interior de cada geração considerando a diferenciação de género



Em ambas as gerações, são as mulheres quem mais aborda esses dois temas (Parentalidade/família - G1:H=25%; M=75%; G2:H=37%; M=63%; Relação Interpapéis - G1:H=41,7%; M=58,3%; G2:H=32,5%; M=67,5%). A diferença intergeracional feminina é especialmente marcada no caso do tema “*Parentalidade/Família*”: focam-se nele 66% das mulheres da G1 contra 34% das mulheres da G2. Regista-se a tendência geracional inversa no caso do enfoque nas relações interpapéis, tema que é mais abordado pelas mulheres da G2 (56,2%) do que pelas mulheres da G1 (43,8%)⁵⁵³.

No sentido de testar a validade desta classificação genérica do comentário, foi estimado o número de unidades de expressão abrangidas por cada um dos temas a partir dos resultados da sua intersecção com as subcategorias de três das oito categorias gerais de classificação do conteúdo específico do comentário. Tendo em conta que classificação do enfoque do comentário ocorreu de forma prévia à categorização das unidades de expressão constituintes de cada um, pretendia verificar-se em que medida a análise desagregada do conteúdo específico de cada comentário, confirmaria ou não a relevância do tema anteriormente definido como dominante. Esperava-se, por isso, que o número de unidades de expressão associadas a cada tema fosse mais elevado na situação em que tivessem sido classificadas em subcategorias de categorias gerais de conteúdo idêntico ao do tema mais do que em subcategorias de categorias gerais de conteúdo menos relacionado com o tema.

⁵⁵³ Percentagens estimadas tendo como base de cálculo a proporção entre o número de unidades de expressão pertencentes às mulheres de cada geração e o número total de unidades de expressão femininas classificadas em cada uma das categorias em causa.

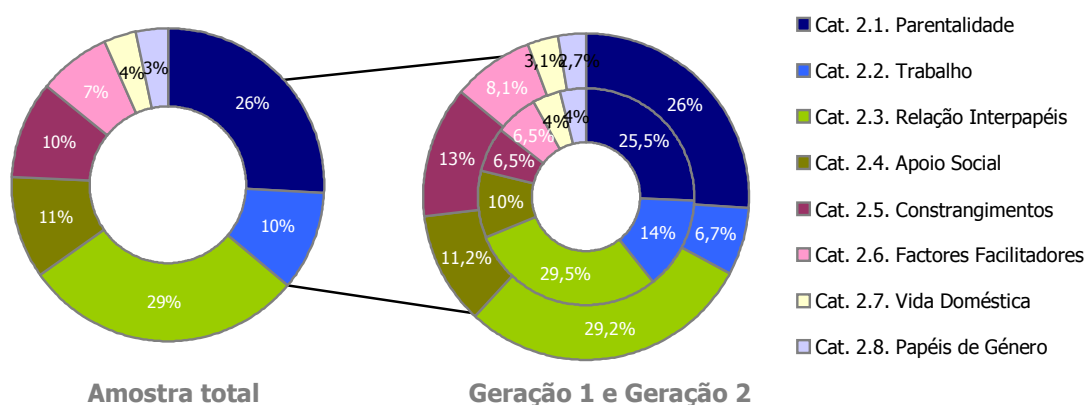
Os resultados deste procedimento de validação suplementar veio reforçar a confiança nos resultados relativos ao Enfoque que se mostraram, em geral, consistentes com os obtidos para cada categoria de análise das unidades de expressão. Assim, o tema "*Parentalidade*" agregou 67,6% das UE classificadas nas subcategorias da categoria geral "*Parentalidade: Evidência de...*"; o tema "*Trabalho*", 25% das UE classificadas nas subcategorias da categoria geral "*Trabalho: Evidência de...*"⁵⁵⁴; e o tema "*Relação Interpapéis*", 79% das UE classificadas nas subcategorias da categoria geral "*Relação Interpapéis: Evidência de...*". Refira-se ainda que o tema "*Relação Interpapéis*" concentrou o maior número de unidades de expressão pertencentes às categorias "*Apoio Social: Evidência de...*" (54,5%), "*Constrangimentos e Condicionalismos: Ligados a...*" (58%) e "*Factores Facilitadores: Ligados a...*" (60%), categorias que, em segundo lugar, aparecem associadas ao tema "*Parentalidade*" (34,1%, 39,5% e 30% das unidades de expressão, respectivamente).

6.2. Distribuição das Unidades de Expressão pelas principais categorias de análise

Uma vez que se procedeu ao desdobramento dos comentários dos participantes em unidades discretas de expressão, tornou-se igualmente possível analisar o conteúdo dessas unidades (n=423 UE) em função das oito categorias principais da matriz de codificação. Assim, e tendo em conta o número de unidades de expressão codificadas em cada uma dessas categorias na amostra total de participantes, verifica-se que a categoria "*Relação Interpapéis*" é a que reúne a percentagem mais elevada de unidades (29,3%) imediatamente seguida pela categoria "*Parentalidade*" (25,8%). Na ordenação das restantes categorias surgem praticamente empatadas as categorias "*Apoio Social*" (10,6%), "*Trabalho*" (10,2%) e "*Constrangimentos e condicionalismos*" (10%). As referências dos participantes aos "*Factores facilitadores*" representam 7,3% das unidades de expressão, distribuindo-se todas as outras unidades nas categorias "*Vida doméstica*" (3,6%) e "*Papéis de género*" (3,4%).

⁵⁵⁴ Este é o único caso no qual o número mais elevado de unidades de expressão não se situou na categoria que se esperava ser a mais representativa do tema "*Trabalho*". Com efeito, 35% das unidades de expressão classificadas na categoria "*Trabalho: evidência de...*" surgem associadas ao tema "*Parentalidade*". Tal pode resultar do facto de pertencerem a comentários em que as referências dos participantes ao trabalho coexistem com referências à parentalidade e, estando estas últimas dotadas de maior expressividade narrativa, terão sido mais determinantes na decisão quanto à classificação do enfoque no tema "*Parentalidade*" do que as outras no tema "*Trabalho*".

Figura 29. Distribuição percentual das unidades de expressão pelas categorias principais de análise do conteúdo dos comentários dos participantes na amostra total e em cada geração (G1: anel exterior)



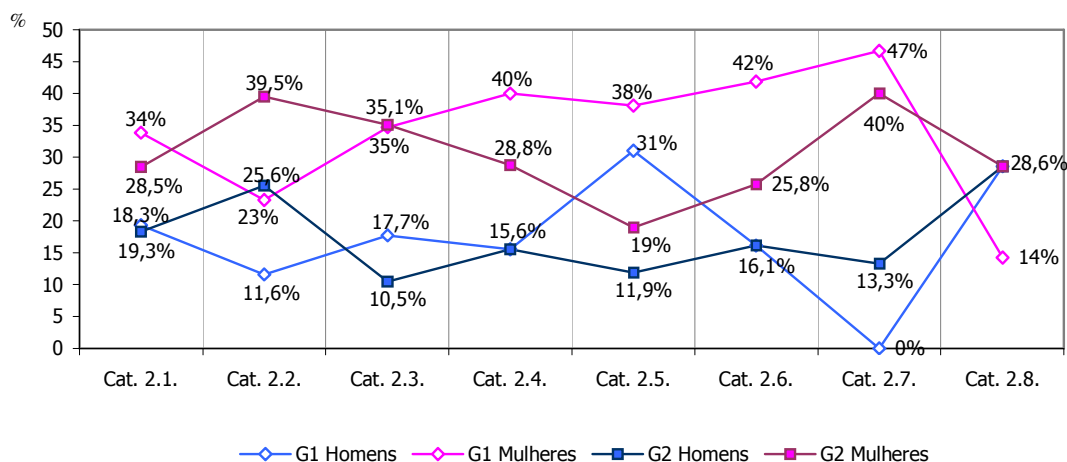
6.2.1. Resultados em função da Geração e Género⁵⁵⁵

A sequência atrás exposta mantém-se praticamente inalterada quando se atende, especificamente, a cada grupo geracional: em primeiro lugar, a categoria “*Relação inter-papéis*” (G1: 29,3%; G2: 29,5%) e em segundo lugar a categoria “*Parentalidade*” (G1: 26%; G2: 25,5%). Destaca-se, contudo, em ambas as gerações, uma mudança na categoria que ocupa o terceiro lugar na distribuição. A categoria “*Constrangimentos e condicionalismos*” na G1 (13%) e a categoria “*Trabalho*” na G2 (14%) são as que aparecem nessa posição, relegando a categoria “*Apoio Social*” para o quarto lugar (G1:11,1%; G2:10%). A maior discrepância intergeracional que emerge da comparação do modo como as unidades de expressão se distribuem pelas grandes categorias matriciais situa-se, justamente, nessas duas categorias: os participantes da G1 fazem mais referências aos factores que dificultaram o investimento nos dois papéis de vida em análise (6,8%) do que os participantes da G2 (3,1%), mas são estes últimos quem mais apela a dimensões específicas da relação com o trabalho nos seus comentários (G1: 3,5%; G2:6,6%)⁵⁵⁶.

⁵⁵⁵ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadros Z1 e Z2).

⁵⁵⁶ Percentagens estimadas tendo como base de cálculo a proporção entre o número de unidades de expressão classificadas nas categorias em causa em cada grupo geracional e o número total de unidades de expressão consideradas na análise (n=423 UE).

Figura 30. Distribuição percentual das unidades de expressão pertencentes aos homens e às mulheres de cada geração no interior de cada uma das categorias de análise⁵⁵⁷



Em ambas as gerações, as mulheres são quem regista um número mais elevado de unidades de análise em qualquer uma das categorias. Embora o facto de estarem representadas na amostra numa proporção consideravelmente superior aos homens possa contribuir para explicar esse resultado, vale a pena salientar as categorias em relação às quais, em cada grupo geracional, a amplitude da diferença de género se revela mais digna de nota. Assim, nas categorias “*Relação interpapéis*” (G1: H=33,8%; M= 66,2%; G2: H= 22%; M=78%) e “*Apoio Social*” (G1: H=28%; M=72%; G2: H=35%; M=65%) a percentagem de unidades de expressão associada às mulheres corresponde praticamente ao dobro da registada em relação aos homens. Na G1, acrescem a estas, as categorias “*Trabalho*” (H=33,3%; M=66,6%) e “*Factores Facilitadores*” (H= 27,8%; M=72,2%). É ainda de sublinhar que, no caso da categoria “*Vida Doméstica*”, apenas unidades de expressão presentes nos comentários das mulheres nela se enquadram (H=0%; M=100%) e que a categoria “*Papéis de Género*” é a única na qual os homens da primeira geração superam as mulheres (H=66,6%; M=33,3%).

Na G1, as categorias “*Relação Interpapéis*” e “*Parentalidade*” são aquelas nas quais se concentra maior número de unidades de expressão, quer quando se considera os comentários dos homens (28,6% e 27,3%, respectivamente) quer os das mulheres (29,5% e 25,3%, respectivamente). Na G2, o número mais elevado de unidades de expressão masculinas situam-se na categoria “*Parentalidade*” (29,8%) e as femininas na categoria “*Relação Interpapéis*” (34,6%).

A comparação dos homens de cada geração permite verificar que os participantes da G1 se centram menos nas questões relativas à experiência de trabalho do que os da G2 (G1: 31,2%; G2: 68,8%), apesar de serem eles os que mais se focam na relação interpapéis (G1: 62,8%; G2: 37,1%) e nos factores que afectam negativamente os (seus) investimentos

⁵⁵⁷ Percentagens estimadas, tendo como base a distribuição do número total de unidades de expressão classificadas em cada categoria pelos homens e pelas mulheres de ambas as gerações.

(G1: 72,2%; G2: 27,8%). No caso das mulheres, são também as da G1 quem mais põe a tónica nos constrangimentos e condicionalismos (G1: 66,7%; G2: 33,3%), mas as alusões ao trabalho surgem em maior número no grupo das participantes da G2 (G1: 37%; G2: 63%)⁵⁵⁸.

6.2.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁵⁹

Os resultados da contextualização das unidades codificadas em cada categoria em função do Padrão de Investimento indicam que os participantes que investem de modo igualmente elevado nos dois papéis de vida (Padrão IV, IPa/ITa) apresentam maior número de unidades de expressão nas categorias "*Parentalidade*" (27,8%) e "*Relação Interpapeis*" (28,7%). Em ambas as categorias, o Padrão IV (IPa/ITa) é o padrão com maior representatividade (33,7% e 29,8%, respectivamente). Contudo, e relativamente à última categoria, destaca-se igualmente o número de unidades de expressão associadas ao Padrão I (IPb/ITb, 26,9%), padrão que regista nessa categoria o seu valor máximo de unidades de expressão (32,9%). As unidades de expressão correspondentes aos participantes com padrão de investimento de Tipo II (IPa/ITb) atingem o valor mais alto na categoria "*Parentalidade*" (30,9%) e as que dizem respeito aos participantes que investem de acordo com o Padrão III (IPb/ITa), na categoria "*Relação Interpapeis*" (31,3%). Os participantes cujo padrão tem em comum um elevado Investimento no Trabalho (Padrões III e IV) são os que, comparativamente aos outros, apresentam maior número de unidades de expressão nas categorias "*Trabalho*" (35,1% e 32,4% respectivamente) e "*Factores Facilitadores*" (32,1%, ambos os padrões). É ainda de sublinhar que, na categoria "*Constrangimentos e Condicionalismos*", a maior percentagem de unidades de expressão aparece associada ao Padrão IV (IPa/ITa, 41,4%) e que são os participantes que apresentam um fraco investimento nos dois papéis (Padrão I), os que, nos seus comentários, mais se expressam em relação à "*Vida Doméstica*" (50%).

Uma vez que não foi possível a identificação do padrão de investimento da totalidade dos respondentes, optou-se, nesta fase, por fazer a análise de cada categoria desagregando os dados também em função do grau de investimento na parentalidade (abaixo e acima da média) e do grau de Investimento no Trabalho (abaixo e acima da média). Assinala-se, de seguida, os resultados mais interessantes:

1) A diferença entre os que investem abaixo ou acima da média na categoria "*Parentalidade*" é superior quando se atende ao investimento na parentalidade (IPb=40%; IPa=60%) do que quando se considera o Investimento no Trabalho (ITb=48,3%; ITa=51,7%);

⁵⁵⁸ Percentagens estimadas tendo como base de cálculo a proporção entre o número de unidades de expressão pertencentes, respectivamente, às mulheres e aos homens de cada geração e o número total de unidades expressão femininas e masculinas classificadas em cada uma das categorias em causa.

⁵⁵⁹ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadros AA1 e AA2).

2) Participantes com investimento na parentalidade abaixo da média apresentam maior número de unidades de expressão na categoria “*Trabalho*” (IPb= 54,1%) do que participantes com investimento na parentalidade acima da média (IPa= 45,9%);

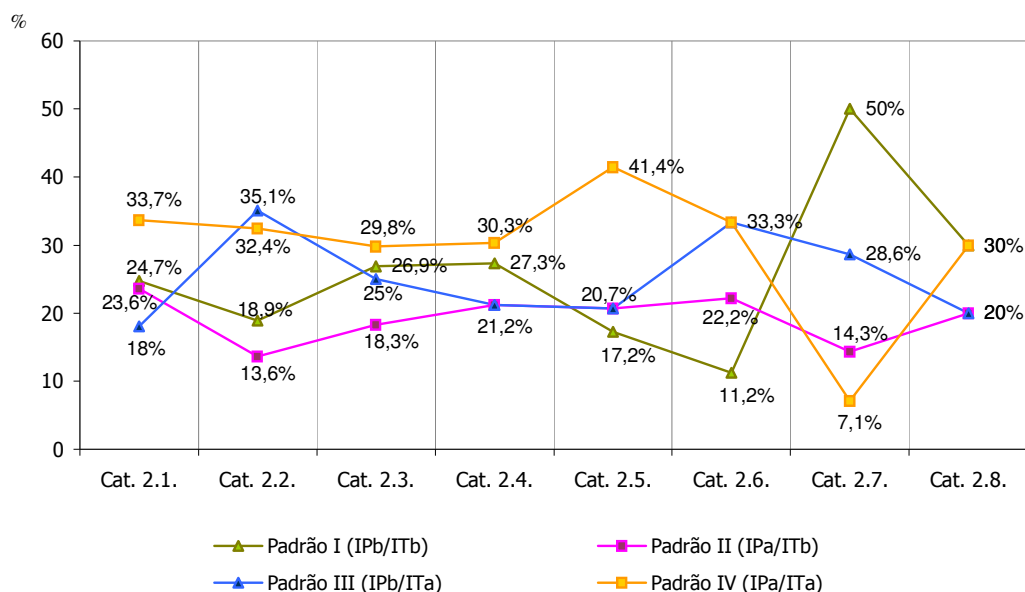
3) Participantes com Investimento no Trabalho acima da média registam maior percentagem de unidades de expressão nessa categoria (ITa=67,6%) do que participantes com Investimento no Trabalho abaixo da média (ITb=32,4%);

4) Participantes que investem mais no trabalho apresentam mais unidades de expressão na categoria “*Relação Interpapéis*” (ITa=56%) do que participantes com Investimento no Trabalho abaixo da média (ITb=44%);

5) Participantes com investimento mais elevado no trabalho reportam-se mais a factores constrangedores (ITa=63,3%) e facilitadores (ITa=64,3%) do que participantes que investem menos no trabalho (ITb=36,7% e 35,7%, respectivamente);

6) Referem-se mais à “*Vida Doméstica*” os participantes que investem abaixo da média quer na parentalidade (IPb=75%; IPa=25%) quer no trabalho (ITb=64,3%; ITa=35,7%).

Figura 31. Distribuição percentual das unidades de expressão pertencentes a participantes com diferentes Padrões de Investimento no interior de cada uma das categorias de análise⁵⁶⁰



⁵⁶⁰ Percentagens estimadas tendo como base a distribuição do número total de unidades de expressão classificadas em cada categoria pelos quatro Padrões de Investimento.

6.3. Distribuição das Unidades de Expressão pelas subcategorias de cada categoria principal⁵⁶¹

6.3.1. Parentalidade: Evidência de...

6.3.1.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁶²

Os resultados da análise efectuada para a amostra total relativamente a esta grande categoria, revelam maior número de unidades de expressão em duas subcategorias: "*Grau de (in)satisfação*" (T: 33,1%; G1:19,3%; G2:13,8%) e "*Auto-avaliação do desempenho parental*" (T:29,4%; G1: 20,2%; G2:9,2%). É de realçar, no que se refere à primeira daquelas subcategorias, que os comentários de todos os participantes indicam, sem excepção, a presença de sentimentos positivos em relação a este domínio da sua vida embora a comparação geracional revele os participantes da G1 e as mulheres como os que se manifestam mais satisfeitos (G1: H=7 UE; M=14 UE; G2: H=4 UE; M=11 UE). No caso da auto-avaliação de desempenho, os comentários de 63,6% dos participantes da G1 e 80% dos participantes da G2 apontam para expressões de tonalidade positiva quanto à qualidade do exercício parental. Cinco mulheres da G1 e uma da G2, avaliam negativamente o seu desempenho enquanto que 12,5% dos participantes manifestam ambivalência nessa auto-avaliação (G1:13,6% - H=1 UE; M=2 UE; G2:10% - H=0 UE; M=1 UE).

No *ranking* das subcategorias com maior número de unidades de expressão a subcategoria "*Investimento na transformação dos modelos de relação Pais-filhos*" ocupa o terceiro lugar, tendo registado 9,2% das unidades classificadas na categoria principal. Os conteúdos das unidades codificadas nesta subcategoria apontam para o investimento na continuidade (70%) mais do que para o investimento na mudança (30%) dos padrões de relacionamento pais-filhos. Apenas quatro das unidades de expressão dos participantes da G1 e três das unidades de expressão produzidas pelos participantes da G2 se referem a intenções ou tentativas no sentido da alteração desses padrões. É de salientar que quatro das unidades de análise relativas à G2 apontam para verbalizações que exprimem compreensão e/ou elogio da parentalidade recebida, não havendo nenhuma unidade associada à expressão de incompreensão e/ou depreciação⁵⁶³.

A subcategoria "*Investimento de Tempo*" agrupa 7,9% das unidades de expressão da categoria "Parentalidade". Todas as unidades abrangidas por esta subcategoria remetem para o desejo dos participantes em dedicarem ao papel parental uma proporção de tempo superior à que despenderam ou despendem actualmente (G1: H= 2 UE; M=1 UE; G2: H=1 UE; M=3 UE). Apenas uma mulher da G1 se exprime de forma que manifesta o facto de dedicar à parentalidade o tempo que deseja.

⁵⁶¹ Uma vez que o enquadramento das unidades de expressão em subcategorias que, por sua vez se ramificam, resulta numa maior dispersão dos dados e, por conseguinte, em efectivos reduzidos no que se refere à medida de frequência de cada subcategoria, opta-se pelo uso de informação percentual apenas quando os valores de frequência o justificarem apresentando-se, nos restantes casos, os valores brutos.

⁵⁶² Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadro Z3).

⁵⁶³ Recordar-se que a categoria "*Representação da parentalidade recebida*" apenas se aplicava aos comentários dos participantes da G2.

Quadro 105.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Parentalidade: Evidência de..."

PARENTALIDADE: EVIDÊNCIA DE...	UNIDADES DE EXPRESSÃO⁵⁶⁴
<i>Grau de (in) satisfação</i>	♀ "Enquanto mãe, sinto-me uma pessoa totalmente realizada. Ser mãe foi a minha maior felicidade." (Df106, 1-1) ♂ "A minha vida e experiência como pai é uma mais valia, porque estamos sempre a aprender e a enriquecermos a nossa forma de viver com os nossos filhos." (Dfm509,2-2) ♀ "Ser mãe foi das melhores e mais maravilhosas experiências da minha vida." (Dfpm605,10-10) ♂ "No caso em apreço [o filho focal] os momentos ou períodos agradáveis foram tão relevantes que fizeram esquecer ou relegar para segundo plano algum facto menos agradável que pudesse ter acontecido ao longo do tempo." (Dp481,1-1)
<i>Auto-avaliação do desempenho parental</i>	♂ "A minha experiência como pai tem-me levado a dar sempre atenção a tudo o que se passa no dia a dia com as minhas filhas tanto na escola como nos tempos livres." (Df413,1-1) ♀ "Como mãe tento ser a melhor mãe do mundo." (Df615,1-1) ♀ "Apesar de já ter passado bastante tempo, sei que foi sempre minha preocupação estar "presente" em todos os acontecimentos e momentos importantes da vida dos meus filhos. Penso que o consegui." (Dm529,1-1) ♀ "Sinto-me de consciência tranquila como mãe." (Dpm764, 6-6) ♂ " [Ser pai foi e é um grande desafio] que procurei e procuro desempenhar o melhor possível." (Dfpm208,6-6) ♀ "Gostaria de ser uma mãe mais calma e mais meiga para a minha filha." (Dfp765, 2-2) ♀ "Talvez por isso [excesso de zelo e de protecção] eu tenha falhado um pouco no desempenho do meu papel de mãe e contribuído, de certo modo, para o temperamento tímido e pouco sociável do meu filho." (Dm129, 2-2) ♀ "Penso que não consegui ser para a minha filha (e para os outros filhos) a mãe que eles gostariam e mereciam ter." (Dm538, 2-2) ♂ "A minha experiência de pai foi muito boa, dito pelas minhas filhas." (Dpm488,2-2) ♀ "Estarei à altura do desafio [de ser mãe]?" (Dfm060, 3-3)
<i>Investimento na transformação dos modelos de relação Pais-filhos</i>	♀ "Na qualidade de ser mãe gostaria que as minhas filhas viessem a ser umas mães como a que têm." (Dpm371,4-4) ♀ "Tive uma infância e adolescência um pouco atribulada mas dei uma educação aos meus filhos bem diferente da que recebi dos meus pais." (Df537,1-1) ♂ "...vou esforçar-me por ser melhor, para não cometer as mesmas faltas [dos seus pais]." (Dfp386, 3-3) ♀ "Perante a vida que levei tentei, quando fui mãe, dar o melhor que podia aos meus filhos mas foi muito difícil porque dei a mesma educação que eu tive às minhas filhas..." (Dm105, 2-2) ♀ "Espero terem valido a pena os "sacrifícios" [feitos na educação dos filhos] quando me revejo nos meus netos." (Dpm342, 5-5) ♂ "Porém [ser um pai ausente devido ao trabalho] foi um mal necessário que tornaria repetir." (Dp135, 2-2) ♀ "Mais tarde serão eles [os filhos] os pais dos nossos netos." (Df537, 4-4)
<i>Investimento de Tempo</i>	♂ "Gostava de ter podido dedicar mais tempo à minha filha: levá-la a passear, à praia, à piscina etc..." (Dfpm534, 8-8) ♂ "No período de infância e juventude da minha filha, eu no princípio de carreira e, depois, no seguimento da mesma, nunca pude dedicar-me tanto a ela quanto queria." (Dpm095, 2-2) ♀ "Enquanto professora e trabalhando 22 horas semanais tenho uma grande flexibilidade horária e, como tal, posso passar muito tempo com a minha filha." (Df455,1-1)

⁵⁶⁴ Cada unidade de expressão aparece identificada através de um código constituído pela letra D (de *Documento*), por um número de série que corresponde à referência usada no emparelhamento dos questionários do mesmo agregado familiar, e por um conjunto de letras que especificam a posição na família das pessoas que produziram o comentário (f= *filho/a*; p = *Pai*; m = *Mãe*). Para facilitar a contextualização da unidade de expressão, para além de se assinalar a pertença dos participantes a um dos dois grupos de género (através dos símbolos ♂ e ♀), foi colocada a negrito a letra que codifica a sua posição na família e que permite, também, situar o/a participante em relação a uma das Gerações (p ou m= G1; f= G2). Esta informação é válida para todos os quadros idênticos a este.

6.3.1.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁶⁵

A análise da distribuição das unidades de expressão em função do padrão de investimento mostra que os participantes com padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb) e IV (IPa/ITa) são os únicos que, no seu comentário, evidenciam representações da parentalidade recebida, manifestando compreensão e/ou elogio em relação ao comportamento parental (duas unidades de expressão em cada padrão). De resto, são também os dois padrões nos quais se regista uma unidade de expressão na subcategoria "*Investimento na transformação dos modelos de relação Pais-filhos*". Na subcategoria "*Auto-avaliação de desempenho parental*", é também ao Padrão IV (IPa/ITa) que se associa o maior número de unidades de expressão reveladoras de auto-avaliações positivas (n=8 UE). A segunda frequência mais elevada corresponde ao padrão dos que investem mais na parentalidade do que no trabalho [Padrão II (IPa/ITb): n=5 EU]. Tanto as avaliações negativas do desempenho próprio como as avaliações ambivalentes correspondem a unidades de expressão pertencentes única ou predominantemente ao comentário de participantes com padrões de Tipo I (IPb/ITb, n=2 UE) e IV (IPa/ITa, n=1 UE). Os Padrões IV (IPa/ITa) e II (IPa/ITb) são, por esta ordem, aqueles a que se associa um maior número de unidades de expressão na subcategoria "*Grau de (in)satisfação com a parentalidade*", indicando todas elas a presença de sentimentos positivos (n=9 e n=8 UE, respectivamente). Os participantes que investem de acordo com o Padrão II (IPa/ITb), são ainda os que exprimem mais significados associados à parentalidade.

6.3.2. Trabalho: Evidência de...

6.3.2.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁶⁶

Relativamente à categoria "*Trabalho*", os resultados da distribuição pelas subcategorias apontam para uma maior concentração de unidades de expressão nas seguintes subcategorias: "*Grau de (in)satisfação*" (T: 34,9%; G1: 14%; G2: 21%); "*Significados associados*" (T: 23,3%; G1: 7%; G2: 16,3%), "*Auto-avaliação do desempenho profissional*" (T: 16,3%; G1: 2,3%; G2: 14%) e; "*Investimento de tempo*" (T: 14%; G1: 7%; G2: 7%).

⁵⁶⁵ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadro AA3).

⁵⁶⁶ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadro Z4).

Quadro 106.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Trabalho: Evidência de..."

TRABALHO:	UNIDADES DE EXPRESSÃO
EVIDÊNCIA DE...	
<i>Grau de (in) satisfação</i>	♀ "Para além do grande amor que tenho pela minha profissão, sinto-me realizada profissionalmente." (Df455, 4-4) ♀ "Sinto-me realizada profissionalmente pela riqueza humana com que me deparei no meu trabalho." (Dfm060, 6-6) ♀ "Adoro o meu trabalho e os meus colegas." (Dfm621, 5-5) ♂ "Foi também muito gratificante a relação com o meu trabalho." (Dfpm605, 6-6) ♂ "O meu trabalho só me deixou grandes recordações, como profissional, como amigo dos meus companheiros, etc.." (Dpm488, 3-3) ♀ "Como trabalhadora fora de casa apenas comecei aos 50 anos. Foi uma experiência muito interessante." (Dm134,2-2) ♀ "Embora não desempenhe uma actividade [profissional] de meu inteiro agrado." (Dm230, 3-3)
<i>Significados associados</i>	♂ "A actividade profissional, para ser totalmente gratificante, deveria ser aquilo que cada um gostasse." (Df057, 2-2) ♀ "A minha realização pessoal está fortemente ligada à minha realização profissional." (Df246, 2-2) ♂ "O trabalho é necessário para a sobrevivência fazendo parte da vida." (Df123, 2-2) ♀ "[gosto de trabalhar] pois precisamos de conviver com os outros e de ganhar dinheiro." (Df755, 3-3) ♀ "O trabalho valoriza a pessoa." (Dfm060, 5-5)
<i>Auto-avaliação do desempenho profissional</i>	♂ "Como trabalhador e profissional, sou exemplar, cumpridor das funções que desempenho." (Df563, 3-3) ♂ "Sou profissional e desempenho as funções a que o serviço me obriga." (Dfpm409,4-4) ♂ "Tentei sempre [no trabalho] ser responsável pelos meus actos e daí tirar grandes benefícios profissionais." Dpm488,4-4) ♂ "Como trabalhador não sou eu que me posso julgar." (Df402, 2-2) ♂ "Agora, como profissional, só os meus chefes o podem dizer." (Df615, 2-2)
<i>Investimento de tempo</i>	♀ "Se pudesse, não deixava de trabalhar mas possivelmente não trabalhava a tempo inteiro para ter mais disponibilidade para a família." (Df585, 2-2) ♀ "Trabalhei profissionalmente a tempo parcial e sem poder especializar-me por satisfação própria e também para ajudar a minha família." (Dfm439, 4-4)

Tal como se observou relativamente à parentalidade, a maioria das unidades de expressão relativas à primeira subcategoria (86,6%) contêm referências que sugerem a presença de sentimentos positivos em relação ao trabalho: 33,3% dessas unidades pertencem a comentários de participantes da G1 e 53,3% estão presentes nos comentários de participantes da G2. Uma vez mais, e em ambas as gerações, é no grupo das mulheres que predominam unidades de expressão que traduzem a satisfação com o trabalho (G1: H=2 UE; M=3 UE; G2: H=2 UE; M=6 UE). Em cada geração, apenas uma unidade de expressão (feminina) tornou manifesta a insatisfação com o trabalho.

No que se refere aos significados associados ao trabalho, os resultados mostram que são os participantes da G2 quem mais exprime aspectos que remetem para esta subcategoria (três UE contra sete da G1) sendo possível verificar que, em ambas as gerações, as mulheres se centram mais neste aspecto do trabalho do que os homens: na G1, todas as unidades de expressão registadas na subcategoria pertencem exclusivamente a mulheres e, na G2, cinco dessas unidades são de participantes femininas (contra duas produzidas por homens).

Salvo duas unidades de expressão, todas as restantes unidades que compõem a subcategoria "*Auto-avaliação de desempenho*" apontam para percepções positivas da qualidade do exercício profissional (71,4%). O número de unidades que exprimem uma percepção de desempenho favorável é superior na G2 (n=4 UE) do que na G1 (n=1 UE) mas em ambas as gerações correspondem a verbalizações masculinas. É também na G2 que se situam as duas excepções, isto é, unidades que remetem para auto-avaliações ambivalentes (H=1 UE; M=1 UE).

Quanto ao investimento de tempo, é de referir que na G1 apenas as mulheres se pronunciam em relação a este tópico através de duas unidades de expressão que manifestam o agrado das participantes com o tempo dedicado ao trabalho e uma unidade que aponta para o dispêndio de uma quantidade de tempo inferior ao desejado. Na G2 as três unidades de expressão associadas a esta subcategoria evidenciam apenas a falta de correspondência entre o tempo passado a trabalhar e o tempo de trabalho desejado, seja por defeito (n=1 UE) seja por excesso (n=2 UE).

6.3.2.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁶⁷

A nível desta categoria, o Padrão IV (IPa/ITa) é, uma vez mais, o que mais se destaca, sobretudo quando se considera as subcategorias "*Auto-avaliação de desempenho profissional*" e "*Grau de (in) satisfação com o trabalho*", nas quais se regista o número mais elevado de unidades de expressão de valência positiva (n=3 e n=5 UE, respectivamente). No caso da satisfação com o trabalho, o segundo maior número de unidades de expressão aparece associado ao Padrão III (IPb/ITa, n=3 UE). Seis das oito unidades de expressão classificadas na subcategoria "Significados associados ao trabalho" surgem equitativamente distribuídas pelos Padrões I (IPb/ITb, n=3 UE) e III (IPb/ITa, n=3 UE). Merece também referência o facto das unidades de expressão contidas na subcategoria "*Investimento no desenvolvimento profissional*", e, dentro desta, mais concretamente na dimensão "*Presença de investimento*" (n=2 UE), pertencerem a comentários de participantes cujos padrões de investimento se caracterizam por um investimento mais forte no trabalho do que na parentalidade (Padrões III e IV). De igual modo, não deixa de ser curioso que a percepção de equilíbrios/ganhos e a auto-avaliação ambivalente de desempenho apareçam associadas a padrões de investimento

⁵⁶⁷ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadro AA4).

desigual no trabalho e na parentalidade (Padrões II e III), apesar de em cada subcategoria se encontrar apenas uma unidade de expressão.

6.3.3. Relação Interpapéis: Evidência de...

6.3.3.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁶⁸

As subcategorias "*Conflito/tensão/sobrecarga*" (T:22,6%; G1: 8,1%; G2: 14,5%), "*Acomodação*" (T: 22,5%; G1:16,1%; G2: 6,4%), "*Grau de (in)satisfação com a vida*" (T: 19,4%; G1:10,5%; G2:8,9%) e "*Equilíbrio/integração*" (T: 17,7%; G1:8,1%; G2:9,7%) são as que abrangem o número mais significativo de unidades de expressão agrupadas na categoria-mãe "*Relação Interpapéis*".

É entre os participantes da G2 e, em particular no grupo das mulheres, que a primeira subcategoria ("*Conflito/tensão/sobrecarga*") apresenta valores mais expressivos (G1: 35,7% - H=20%; M=80%; G2: 64,3% - H=11,1%; M=88,9%). Em termos geracionais, esse é um resultado que contrasta com o obtido na subcategoria "*Acomodação*", particularmente bem representada pelas unidades de expressão produzidas pelos participantes da G1 e, em especial, pelos homens desta geração (G1: 71,4% - H=65%; M=35%; G2: 28,6% - H=37,5%; M=62,5%). Quanto aos tipos específicos de acomodação a que as unidades de análise fazem referência, destaca-se, para cada grupo geracional, a acomodação do papel profissional entre os homens da G1 (n=8 UE) e a acomodação do papel parental entre as mulheres da G2 (n=4 UE). Na G1, apenas uma mulher fez referência a comportamentos que sugerem a acomodação do papel profissional, ao passo que quatro (e três homens) produziram unidades de expressão relacionadas com a acomodação do papel parental.

⁵⁶⁸ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadro Z5).

Quadro 107.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Relação Interpapel: Evidência de..."

RELAÇÃO INTERPAPEIS: EVIDÊNCIA DE...	UNIDADES DE EXPRESSÃO
<i>Conflito/tensão/sobrecarga</i>	♀ "Como profissional, tenho a comentar que, por muito que me esforce, nunca consigo ser mãe e dona de casa a 100%." (Df137, 1-1) ♂ "O dia devia ter mais horas." (Dfm098, 4-4) ♀ "Em termos de trabalho [a minha experiência] não é muito boa porque o meu tipo de trabalho impede-me de muita coisa." (Dfm487, 3-3) ♀ "O lado negativo dessa opção [conciliar trabalho e família] é que a necessidade de chegar a tudo e a todos me levou a um esgotamento." (Dm034, 3-3) ♀ "Foi muito difícil conciliar os deveres de mãe e o trabalho profissional, além do trabalho doméstico. Foi esgotante e penoso." (Dm538, 1-1) ♀ "[Com a acumulação de duas actividades profissionais, mais vida doméstica e familiar] Acaba por faltar tempo para descanso ou para mim." (Dfm188,3-3) ♂ "Dada a sobrecarga dos horários que a minha profissão exigia nem sempre me sobrava o tempo suficiente para dar a atenção que a filha merecia." (Dpm764, 2-2)
<i>Acomodação</i>	♀ "Naquele tempo tive de deixar de trabalhar para olhar pelos filhos." (Dpm074, 8-8) ♂ "Foi como pai de dois filhos que tive que estudar à noite para tirar o 5.º ano para que pudesse subir na categoria e ganhar mais dinheiro para poder educar os filhos." (Dpm023,3-3) ♀ "Apesar de me sentir com necessidade de me afirmar profissionalmente nunca consegui entregar-me [ao trabalho] a não ser em <i>part-time</i>, ou seja, quando achava que não fazia falta aos filhos nesse espaço de tempo." (Dm034, 2-2) ♀ "...sendo por isso [ter como prioridade a educação e bem-estar dos filhos] preciso eu exercer uma segunda actividade que me dê um salário a mais no fim do mês." (Df137, 3-3) ♂ "Quando se quer ser bom profissional temos de "roubar tempo" à família." (Dfm098, 3-3) ♂ "O facto de estar "obrigado" [pelo trabalho] a estar separado meses dos meus filhos, mas depois ser-me dada a oportunidade de passar uns meses com eles também sem trabalho, torna-me, acho eu, um caso excepcional." (Dpm156-7, 2-2) ♀ "O facto de não ter trabalhado fora de casa foi uma resolução pensada e assumida pelo casal. Acharmos mais útil para a vida familiar e para a educação dos filhos que estivesse em casa ainda que tivéssemos de abdicar de alguns 'Tachos'." (Dfm098, 6-6)
<i>Grau de (in)satisfação com a vida</i>	♀ "Contudo, para mim, sem esta correria diária, a vida deixava de ter importância." (Df722, 3-3) ♂ "Vivo de uma forma intensa e apaixonada a vida." (Dfpm208, 2-2) ♂ "Faria tudo exactamente igual hoje [ser mãe e trabalhadora do lar a tempo inteiro] se tivesse de recomeçar a minha vida." (Dfpm208, 12-12) ♀ "Gostei do modo como ocupei a minha vida: a profissão, a felicidade de ter sido mãe... (...) Não desejaria voltar a viver de novo aquilo que já vivi. Contudo, se isso fosse possível, faria exactamente o que fiz." (Dm731, 1-1; 3-3) ♂ "Sinto-me realizado como pai, como marido e como profissional, etc. e, não esquecendo, como avô!" (Dpm488, 5-5) ♀ "Foi toda a vida complicada e sem muita vida pessoal." (Dm507,2-2) ♀ "Em relação à minha vida profissional e familiar sinto-me triste por não poder dar mais atenção à família." (Df751, 1-1)
<i>Equilíbrio/integração</i>	♂ "Embora cumpra sempre com o meu dever profissional, nunca me afasto dos problemas da minha filha e da minha companheira." (Dfpm605, 2-2) ♀ "Como empresária em nome individual, tinha a facilidade de gerir as horas de trabalho e a maneira como trabalhava de acordo com as necessidades da minha filha. Por isso, tive sempre a sorte de a ajudar na sua fase de estudante e adolescente." (Dm111, 1-1) ♂ "Procuro ser bom pai e bom arquitecto. Adoro os meus quatro filhos e a minha companheira mas também quero que se orgulhem do homem, do cidadão e do profissional que é o pai/marido." (Dfpm208, 3-3) ♀ "Tenho actividades profissionais em duas áreas totalmente distintas e também a nível doméstico está praticamente tudo a meu cargo (excepto limpezas e passagem de roupa a ferro). Mas, como em todas as actividades, posso gerir o meu tempo e consigo, normalmente, acompanhar os meus filhos em todas as suas actividades." (Dfm188, 2-2)

Quadro 107.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Relação interpapéis: Evidência de..." (continuação)

RELAÇÃO INTERPAPEIS: EVIDÊNCIA DE...	UNIDADES DE EXPRESSÃO
<i>Spillover</i>	♀ "Enquanto mãe, embora pense que trabalhar é importante e pode até contribuir para uma melhor relação entre mãe e filhos, ..." (Df585, 1-1) ♀ "Quanto à minha vida profissional ajudou-se a entender melhor o papel de mãe, uma vez que a minha profissão assim o exige." (Dfp605,9-9) ♀ "A minha profissão é muito esgotante e exigente e isso [poder estar com a filha à hora de almoço] ajuda-me a ser uma melhor profissional." (Df455, 3-3) ♀ "Às vezes, por causa do trabalho, venho nervosa e cansada para casa e não consigo ser melhor mãe." (Dfp765, 3-3)
<i>Orientação preferencial para um dos papéis</i>	♀ "A minha prioridade na vida é a educação dos meus filhos e o seu bem-estar." (Df137, 2-2) ♀ "Para mim os meus filhos são mais importantes do que o meu trabalho pois por eles seria capaz de abandonar a minha vida profissional." (Df246, 1-1) ♀ "O meu trabalho nunca passará à frente dos meus filhos e marido." (Df722, 4-4) ♀ "Eu tenho as duas experiências – de mãe e de trabalhadora fora de casa – e abraço com muito mais vocação a de mãe doméstica (gestora do lar!)" (Dm052, 1-1) ♀ "Como mãe trabalhadora, tive a sorte de conseguir pôr os filhos em primeiro lugar." (Dm034, 1-1)

Na G2, apenas dois homens incluíram no seu comentário a alusão a estratégias de acomodação do papel profissional pertencendo exclusivamente a mulheres as quatro unidades de expressão que referenciam a acomodação do papel parental. A acomodação conjugal ou de ambos os papéis, aparece associada a um número superior de unidades de análise na G1 (n=4) do que na G2 (n=2) encontrando-se as mesmas igualmente distribuídas por homens e por mulheres.

No que se refere à (in) satisfação com a vida, os resultados obtidos em cada uma das gerações são bastante similares quer no que se refere à percentagem de unidades de expressão constantes desta categoria (G1: 54,2%; G2: 45,8%) quer no que se refere ao predomínio de expressões de valência positiva (G1=12 UE; G2=10 UE). A exceção a estas manifestações de satisfação com a vida diz respeito à presença de uma unidade de expressão de carga emocional negativa produzida por uma mulher de cada geração. De resto, em ambas as gerações, esta é uma categoria que surge predominantemente mais associada ao discurso das mulheres do que ao dos homens, diferença de género que é um pouco mais evidente no grupo de participantes da G2 (H=3 UE; M=7 UE) do que da G1 (H=5 UE; M=7 UE).

As unidades de expressão classificadas na subcategoria "*Equilíbrio/integração*" também se distribuem de modo relativamente homogéneo pelos dois grupos geracionais (G1: 45,5%; G2:54,5%). As diferenças que se destacam a este nível são as relativas ao género dos participantes. Assim, é de assinalar a preponderância de respostas femininas enquadráveis nesta subcategoria no caso da G2 (H=4 UE; M=8 UE), sendo que na G1 a totalidade das unidades de expressão nela classificadas pertencem a comentários de mulheres (n=10 UE).

Embora não sobressaiam pela sua representatividade no que se refere à categoria-mãe, é ainda interessante atender aos resultados obtidos nas subcategorias “*Spillover*” e “*Orientação preferencial para um dos papéis*”. No que concerne a primeira (n=10 UE), destaca-se: (1) a inexistência de unidades de expressão que se refiram à experiência de SNPT em qualquer uma das gerações; e, (2) a presença de um número mais substancial de unidades de análise em torno da experiência de *spillover* na direcção trabalho-parentalidade (SPTP=4/10 UE; SNTP=5/10 UE), sendo isso especialmente visível na G1 (SPTP=3/6 UE; SNTP=3/6 UE). Quanto à segunda subcategoria, constata-se que a totalidade das unidades de expressão nela classificadas (n=8 UE) dizem unicamente respeito ao papel parental (G1=5 UE; G2=3 UE) e pertencem exclusivamente a comentários femininos.

6.3.3.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁶⁹

No que se refere à distribuição das unidades de expressão pelas subcategorias da categoria “*Relação Interpapéis: Evidência de...*” em função do padrão de investimento, verifica-se que o número mais elevado se encontra associado aos comentários de participantes com Padrão IV (IPa/ITa= 29%) e o número mais reduzido aos de participantes com Padrão II (IPa/ITb=17,8%). São os participantes com padrão de investimento de Tipo IV os que registam o maior número de unidades de expressão na subcategoria “*Conflito/tensão/sobrecarga*” (n=9 UE)⁵⁷⁰ seguindo-se-lhe os participantes que investem de acordo com o Padrão I (IPb/ITb, n=6), com o Padrão III (IPb/ITa, n=5 UE) e, por fim, com o Padrão II (n=3 UE). Estes dois últimos padrões, são os que aparecem associados a mais expressões de *spillover* (três unidades de expressão em cada Padrão). Destaca-se, em termos mais específicos, as referências ao *spillover* positivo trabalho-parentalidade no caso do Padrão II (n=2 UE) e ao *spillover* negativo trabalho-parentalidade, no caso do Padrão III (IPb/ITa, n=2 UE). A subcategoria “*Acomodação*” mostra-se especialmente relevante na classificação das unidades de expressão pertencentes aos comentários de participantes com Padrões I (IPb/ITb) e IV (IPa/ITa) com sete unidades de expressão em cada padrão. Nesta subcategoria, a maior parte das unidades de expressão associadas ao Padrão I (IPb/ITb) dizem respeito à acomodação do papel profissional (n=4 UE) estando relativamente mais distribuídas pelas diversas formas de acomodação no caso do Padrão IV (IPa/ITa). A acomodação parental atinge o valor mais alto no grupo dos participantes que investem mais intensamente no trabalho e de modo menos intenso na parentalidade [Padrão III IPb/ITa, n=3 EU], grupo que é o que também regista maior número de unidades de expressão na subcategoria “*Equilíbrio/integração*” (n=8 UE).

Tendo-se já constatado a exclusividade do papel parental no que se refere às unidades de expressão classificadas na subcategoria “*Orientação preferencial para um dos papéis*”, a

⁵⁶⁹ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadro AA5).

⁵⁷⁰ A única unidade de expressão classificada na subcategoria “Segmentação” pertence também ao comentário de um participante com Padrão IV de investimento.

análise dos resultados por padrão de investimento revela o Padrão II (IPa/ITb) e o Padrão IV (IPa/ITa) como aqueles que, respectivamente, registam maior (n=3 UE) e menor (n=1 UE) número de unidades de expressão nessa subcategoria. Quanto à subcategoria "*Grau de (in)satisfação com a vida*", observa-se que concentra maior número de unidades de expressão no caso do Padrão I (IPb/ITb, n=8 UE) e, principalmente, quando se trata de referências a sentimentos positivos (n=7 UE), não obstante aparecerem associadas aos comentários de participantes com este padrão duas unidades de expressão classificadas na subcategoria "*Impacto na saúde psicológica*". Saliente-se, ainda, que as duas únicas unidades de expressão reveladoras de insatisfação com a vida pertencem a comentários de participantes menos investidos na parentalidade (Padrão I e Padrão III).

6.3.4. Apoio Social: Evidência de...

6.3.4.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁷¹

As unidades de expressão que integram esta categoria, agrupam-se de modo semelhante pelas duas subcategorias em que ela se decompõe, embora o seu número se apresente ligeiramente superior na subcategoria "*Apoio Disponível/Percebido*" do que na subcategoria "*Apoio Indisponível/Reclamado*" quando se considera a amostra total (53,3% e 46,7%, respectivamente). A nível de cada grupo geracional, verifica-se, no entanto, uma distribuição desigual das unidades de expressão pelas subcategorias em causa, sendo que na G1 a maior parte se concentra na primeira (68% contra 32%) e, no caso da G2, na segunda subcategoria (65% contra 35%).

No que diz respeito às fontes de apoio percebido, a família, tanto a constituída (cônjuge e filhos) como a família de origem ou alargada, surgem como aquelas que mereceram uma referência mais significativa pelo conjunto dos participantes, embora o apoio conjugal/filial atinja o dobro da percentagem de unidades de expressão que correspondem ao apoio de outros membros familiares (50% e 20,8%, respectivamente). O apoio conjugal/filial é referido, sobretudo, pelos participantes da G1 (G1=7 UE; G2=5 UE) observando-se ainda que, apesar de o número de unidades de expressão pertencentes a esta subcategoria não se diferenciar em mais do que uma unidade quando comparados homens e mulheres, essa diferença é favorável às mulheres na G1 (H=3 UE; M=4 UE) e aos homens na G2 (H=3 UE; M=2 UE). Tanto na G1 como na G2, só as mulheres fazem referência ao apoio da família alargada (n=3 e n=2 UE, respectivamente). Quanto a outras fontes de apoio, é de realçar a alusão dos participantes da G1 à importância do apoio de pessoal doméstico (n=4 UE), aspecto que é o único grupo geracional a mencionar, e a inexistência de unidades de expressão que remetam para o apoio proporcionado por empresas/organizações, pelas estruturas sociais ou mesmo pelo Estado.

⁵⁷¹ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadros Z6 e Z7).

Em contrapartida, na subcategoria “*Apoio indisponível/reclamado*”, o apoio estatal/legal agrega o número mais substancial de unidades de expressão (47,6%) sendo maioritariamente salientado pelos participantes da G2 (G1=3 UE; G2=7 UE) e, neste grupo, pelas mulheres (H=1 UE; M=6 UE). Nos comentários dos participantes, segue-se a referência à indisponibilidade de apoio conjugal/filial, destacado apenas pelas mulheres de ambas as gerações (G1=3 UE; G2=2 UE), e a queixa quanto ao apoio prestado pelas empresas e organizações, especialmente entre os participantes da G2 (G1=1 UE; G2=3 UE).

Quadro 108.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral “Apoio Social: Evidência de...”

APOIO SOCIAL:	
EVIDÊNCIA DE...	UNIDADES DE EXPRESSÃO
<i>Apoio Disponível/Percebido</i>	♀ “Considero que tenho uma situação excepcional. Além de nunca ter ganho dinheiro por qualquer ocupação, tive uma empregada competente que me acompanhou praticamente até ao casamento das filhas.” (Dfm188, 5-5) ♀ “...e tive um marido que me acompanhou durante os 49 anos de casamento de corpo e alma. Muito respeitador, bom marido e bom pai.” (Dfm509, 6-6) ♂ “Dou valor à minha companheira porque sendo doméstica organiza sempre as coisas para eu não perder tempo.” (Dfpm605, 3-3) ♂ “Porém, na retaguarda tive uma esposa exemplar que cumpriu dignamente a sua missão como educadora, não obstante a sua débil saúde e as dificuldades de então.” (Dp051, 2-2) ♂ “A minha total disponibilidade para o serviço é perfeitamente aceite pela minha esposa.” (Df049, 2-2) ♀ “Mesmo agora que são adultos, e alguns casados, mantenho essa mesma preocupação [em estar presente na vida dos filhos]...” (Dm529, 2-2) ♀ “...tanto que o meu marido me apelidou de ‘mãe –galinha’.” (Dpm419, 6-6)
<i>Apoio Indisponível/Reclamado</i>	♀ “Ser mãe sozinha é difícil.” (Df755, 4-4) ♀ “...no entanto criei os filhos sozinha e isso trouxe-me sofrimento pois sentia-me por vezes desamparada.” (Dm099, 2-2) ♀ “...e por isso acho que as leis da maternidade deviam ser um pouco alteradas para permitir um melhor acompanhamento dos filhos nos primeiros anos de vida.” (Df002, 2-2) ♀ “Considero que devia haver uma maior valorização, da parte do Estado, do trabalho profissional e do trabalho doméstico desenvolvido pelas mulheres que, geralmente, acumulam os dois.” (Df600, 1-1) ♀ “Os infantários deveriam ser gratuitos para todas as crianças a partir dos 4 meses. O horário de amamentação deveria ser prolongado até aos 3 anos assim como a licença de parto até aos 6 meses.” (Df316, 2-2). ♂ “Deveríamos ser mais facilitados pelos nossos superiores quando os nossos filhos estão doentes ou têm outro tipo de problemas.” (Df582, 1-1) ♂ “Estamos num tempo em que a educação das crianças é muito importante e nem sempre se encontra uma ama ou infanteiro competente para tal.” (Df762, 2-2)

6.3.4.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁷²

Mais de metade das unidades de expressão integradas na subcategoria "*Apoio Percebido*" (63,6%) pertencem a comentários de participantes que investem de modo elevado no trabalho, seja no contexto de um padrão de investimento de Tipo III (IPb/ITa, n=7 UE) ou de Tipo IV (IPa/ITa, n=7 UE). No primeiro caso, as unidades de expressão referem-se sobretudo à percepção do apoio da família de origem/alargada (n=3 UE, seguindo-se o apoio conjugal (n=2 UE), o pessoal doméstico (n=1 UE) e as estruturas sociais (n=1 UE). No caso do Padrão IV (IPa/ITa), as alusões ao apoio conjugal/filial (n=4 UE) surgem em primeiro plano ainda que acompanhadas da referência a outras fontes de apoio (família de origem/alargada e pessoal doméstico). Verifica-se ainda que a família directa constitui a única fonte de apoio mencionada por participantes com Padrão de investimento II (IPa/ITb, n=4 UE) e que as duas únicas unidades de expressão classificadas na subcategoria "*Reflected Appraisals*" pertencem a comentários de participantes com Padrão I de investimento (IPb/ITb, n=2 UE). É também nos comentários deste último grupo de participantes que se encontra a maior parte das unidades de expressão incluídas na subcategoria "*Apoio indisponível/reclamado*" (n=7 UE; 43,8%) as quais remetem, principalmente, para a falta de apoio estatal/legal (n=4 UE) e organizacional (n=2 UE).

6.3.5. Constrangimentos e Condicionais: Evidência de...

6.3.5.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁷³

O contexto histórico, económico e social (T: 38,1%; G1: 21,4%; G2: 16,7%) e os factores associados aos filhos (T: 35,7%; G1: 28,6%; G2: 7,1%) são as subcategorias que reúnem a maior parte das unidades de expressão desta categoria. No primeiro caso, o número de unidade reparte-se, quase equitativamente, quer em função da geração quer em função do género, (G1=9 UE; G2=7 UE). Já as unidades de expressão que remetem para constrangimentos associados aos filhos são cerca de ¼ de vez mais referidos por participantes da G1 do que da G2 (n=12 e n=3 UE, respectivamente) e maioritária ou exclusivamente mencionados pelas mulheres (G1: H=3 UE; M=9 UE; G2: H=0 UE; M=3 UE). Os homens, sobretudo os da G1, apelam principalmente às condições de trabalho como factores obstaculizadores da articulação trabalho-parentalidade, aspecto relativamente ao qual se diferenciam das mulheres em ambas as gerações (G1: H=5 UE M=1 UE; G2: H=2 UE; M=0 UE).

⁵⁷² Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadros AA6 e AA7).

⁵⁷³ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadro Z8).

6.3.5.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁷⁴

Cerca de 40% das unidades de expressão que referem factores que constroem e condicionam os investimentos individuais encontram-se em comentários de participantes que investem nos dois papéis de vida de acordo com o Padrão IV (IPa/ITa). O "*Contexto histórico, económico e social*" e as "*Condições de trabalho*" são as subcategorias que agrupam a maior parte destas unidades de expressão (n=5 e n=4, respectivamente). As restantes unidades de expressão apresentam-se equilibradamente distribuídas pelos outros padrões, ainda que o número daquelas que mencionam aspectos relativos aos filhos, enquanto factor de dificuldade, e o daquelas que apelam ao contexto histórico, económico e social, se mostre ligeiramente superior, quando se trata do Padrão II (IPa/ITb, n=3) e do Padrão III (IPb/ITa, n=3), respectivamente.

Quadro 109.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Constrangimento e condicionalismos: Ligados a..."

CONSTRANGIMENTOS E CONDICIONALISMOS: LIGADOS A...	UNIDADES DE EXPRESSÃO
Contexto histórico, económico e social	♂ "Ser pai e poder dar uma boa educação ao filho era algo difícil porque não havia infantários como hoje existe e os ordenados eram baixos..." (Dpm023, 2-2) ♀ "Para além das dificuldades relacionadas com a idade em questão, foi bastante difícil por alterações políticas, falta de definição de valores e outros factores relacionados com alterações da própria sociedade, conciliar e levar a bom termo a educação e a preparação dos filhos para poderem vir a usufruir no futuro de boas referências." (Dpm342,4-4) ♀ "Mas sinto que hoje é muito difícil [transmitir valores aos filhos] pois a comunicação social cada vez mais tenta infringir esses valores." (Df501, 2-2) ♀ "...apesar de hoje em dia ser mãe dar medo devido ao tempo em que estamos." (Dfm621,3-3) ♂ "O maior problema de um casal, nos dias de hoje, é o salário sendo obrigados ao maior abandono da casa e dos filhos que são educados por outros para os dois pais irem trabalhar." (Df618,1-1)
Factores associados aos filhos	♀ "No tempo em que tinha os filhos pequenos era muito difícil de viver pelo facto de ter muitos filhos." (Dfm671, 4-4) ♂ "Tinha que trabalhar muito pois tinha muitos filhos." (Dfp765, 5-5) ♀ "Em virtude de ter tido muitos filhos não lhes dei a atenção que gostaria de ter dado." (Dfpm409, 8-8) ♂ "Ser pai de 7 filhos e alguns bastante doentes foi o que me aconteceu na vida." (Dfp386, 7-7) ♀ "Tive muitas dificuldades com os meus filhos pois tive cinco..." (Dpm074, 6-6) ♀ "[Foi mais difícil ser mãe] Principalmente nas crises da 'idade do armário' pelas quais os meus filhos passaram quase em simultâneo (têm idades muito próximas. Foi também complicado quando o meu filho comprou a moto e não parava em casa, eu nunca sabendo onde ele estava nem se estava bem!" (Dpm156-7, 8-8)

⁵⁷⁴ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadro AA8).

6.3.6. Factores Facilitadores: Evidência de...

6.3.6.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁷⁵

As condições de trabalho (T: 33,3%; G1:16,7%; G2:16,7%), as crenças, atitudes e atributos pessoais (T: 33,3%; G1: 10%; G2: 23,3%) e os factores associados aos filhos (T:30,0%; G1: 26,7%; G2: 3,3%) são as dimensões que figuram mais destacadamente na categoria dos factores facilitadores da gestão do duplo papel.

Quadro 110.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Factores Facilitadores: Ligados a..."

FACTORES FACILITADORES: LIGADOS A...		UNIDADES DE EXPRESSÃO
Condições de trabalho	♀	"Suponho que em relação à maioria das mães que trabalham me encontro numa posição bastante privilegiada visto que posso gerir a fracção não lectiva do meu horário." (Df249, 1-1)
	♂	"Trabalho das 9h às 17h juntamente com a esposa no mesmo local. O infantário do filho é junto ao emprego e a minha casa a 5 minutos deste último. São condições raras que muito ajudam." (Dfp436, 2-2)
	♀	"Considero que beneficei na minha relação com os filhos e no tempo disponível para lhes dedicar, do facto de trabalhar fora de casa só uma parte do dia (de manhã ou de tarde)." (Dm084, 1-1).
Crenças, atitudes e atributos pessoais	♀	"Nem sempre é fácil ser mãe e trabalhadora. No entanto, com organização e bom senso, penso que se consegue fazer o 'meu melhor'." (Df486, 1-1)
	♀	" (...) mas a força e a coragem de mãe ultrapassam todos os obstáculos e dificuldades para podermos concretizar muitas das vezes os objectivos a que nos propomos para os nossos filhos." (Dfm010, 4-4)
	♂	"Nesse aspecto [fazer o melhor possível enquanto pai] em muito fui ajudado pela minha maneira de ser, agindo com prudência, educação e respeito, predicados que ainda hoje são o meu ponto forte." (Dpm764, 4-4).
	♀	"Foi o meu terceiro filho [o filho respondente], portanto eu já era uma mãe menos angustiada e mais atenta (...) e tinha também uma forma de ver a vida diferente por ser também mais velha." (Dm207, 1-1; 3-3)
Factores associados aos filhos	♀	"No que diz respeito à minha filha em causa, foi sempre uma boa menina, não me causou grandes problemas." (Dpm488, 8-8).
	♀	"O meu filho casou com 30 anos. Foi mais dócil de educar pela mãe do que as irmãs. Elas foram óptimas estudantes, com médias sempre muito altas. Ele não foi nem gostava que o comparassem com elas. Mas foi sempre socialmente mais aberto, extrovertido, com muitos amigos e cooperante em tudo o que lhe era pedido." (Dm104, 1-1)
	♀	"Como esta minha filha é a mais velha e seguiu a mesma área do que eu chegamos mesmo a trabalhar em conjunto. Foi uma experiência enriquecedora. Foi uma filha tão fácil de criar que quando saiu de casa me questioneei se teria feito tudo por ela." (Dm195,3-3).

Em ambas as gerações, as mulheres são quem mais se refere às vantagens decorrentes das condições de trabalho sendo equivalente o número geracional de unidades de expressão nesta subcategoria (G1: H=1 UE; M=4 UE; G2: H=1 UE; M=4 UE). As crenças, atitudes e atributos pessoais não só correspondem ao factor mais referido pelos participantes da G2 como

⁵⁷⁵ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadro Z9).

são dos menos referidos pelos participantes da G1 (n=3 UE). De resto, juntamente com os aspectos relativos aos filhos, constituem mesmo os dois factores que melhor distinguem os dois grupos geracionais. No caso das unidades de expressão que remetem para os filhos, os participantes da G1 são, contudo, os que mais frequentemente os assinalam (G1=8 UE; G2=1 UE) destacando-se, a este nível, as referências das mulheres (G1: H=2 UE; M=6 UE).

6.3.6.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁷⁶

É nos comentários produzidos por participantes com forte Investimento no Trabalho, isto é, que apresentam o Padrão III (IPb/ITa) e/ou Padrão IV (IPa/ITa) de investimento, que se situa a maior parte das unidades de expressão que remetem para os factores que favorecem os investimentos individuais (n= 18; 66,7%). A distribuição dessas unidades por cada subcategoria permite verificar que as "*Condições de Trabalho*" correspondem ao factor mais referido pelos participantes que investem de acordo com o Padrão III (IPb/ITa, n=6 UE e que as "*Crenças, atitudes e atributos pessoais*" constituem a referência mais frequente entre os participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa, n=5 UE).

6.3.7. Vida Doméstica: Evidência de...

6.3.7.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁷⁷

Nenhuma das gerações se distingue de modo especial no que diz respeito às subcategorias que compõem esta categoria, sendo idêntico o número de unidades de expressão que traduzem a valorização do papel doméstico (G1=4 UE; G2=4 UE) e as que se referem às suas limitações (G1=3 UE; G2=4 UE). Constatase, no entanto, que entre os participantes da G1, apenas as mulheres incluem referências à vida doméstica nas suas respostas quer para apreciar a importância do papel doméstico (n=4 UE) quer para comentar os constrangimentos que lhe estão associados (n=3 UE. Na G2 predominam, igualmente, as alusões femininas ao tema da vida doméstica, embora este possa ser também encontrado nas respostas dos homens (H=2 UE; M=6 UE). As subcategorias "*Interesse/valorização do papel doméstico*" e "*Limitações associadas ao papel doméstico*", obtiveram, nesta geração a mesma frequência no grupo dos homens e das mulheres (H=1 e M=3 UE, respectivamente).

⁵⁷⁶ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadro AA9).

⁵⁷⁷ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadro Z10).

Quadro 111.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Vida Doméstica: Evidência de..."

VIDA DOMÉSTICA:	
EVIDÊNCIA...	UNIDADES DE EXPRESSÃO
Interesse/valorização do papel doméstico	♀ " Ser doméstica, trabalhando em casa também é uma actividades profissional. Porque fazer todo o trabalho e ainda cuidar das minhas filhas, requer muito profissionalismo!" (Dpm488, 7-7) ♀ " Como dona de casa considero que teria que haver uma remuneração pois é um trabalho que deixa outro posto de trabalho livre." (Dm270, 1-1) ♀ "Claro que para mim [dedicar-se apenas à vida doméstica] seria muito mais cómodo." (Df053, 3-3)
Limitações associadas ao papel doméstico	♂ " [a actividade doméstica] é também muito redutora por ser exercida num circuito muito solitário." (Df318, 2-2) ♀ "...embora essa decisão [ser gestora do lar a tempo inteiro] não me desse qualquer compensação monetária." (Dfpm208, 11-11) ♀ "Mas também [dedicar-se apenas à vida doméstica] seria menos enriquecedor." (Df053, 4-4)

6.3.7.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁷⁸

As unidades de expressão presentes nos comentários dos participantes com padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb) representam 50% da totalidade das unidades de expressão classificadas na categoria "*Vida doméstica*" sendo que configuram quer visões positivas da mesma (n=3 UE) quer observações quanto aos inconvenientes e desvantagens do papel doméstico (n=4 UE).

6.3.8. Papéis de Género**6.3.8.1. Resultados na Amostra Total e em função da Geração e do Género⁵⁷⁹**

A análise das subcategorias que especificam a natureza das concepções e/ou vivências relativas aos papéis de género subjacentes aos comentários dos participantes permite verificar uma prevalência de representações e/ou comportamentos de tipo tradicional (n=10 UE; 71,4%). São as respostas dos participantes da G1, e mais as dos homens do que as das mulheres (H=4 UE; M=2 UE), que mais contribuem para este resultado (n=6 UE), sendo de salientar que nenhum dos participantes desta geração produz afirmações susceptíveis de serem classificadas na subcategoria alternativa, isto é, "*Concepção/vivência pós-tradicional*". O padrão de resultados obtidos na G2 evidencia não só um maior equilíbrio entre os dois tipos de concepções (quatro unidades de expressão em cada subcategoria) como também faz sobressair uma inversão na posição de homens e de mulheres quando considerada a subcategoria que

⁵⁷⁸ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadro AA10).

⁵⁷⁹ Dados disponíveis no Anexo 29 (cf. Quadro Z11).

registra maior número de unidades de expressão. Assim, e a exemplo do que se verifica na G1, são os homens quem mais manifesta uma concepção tradicional dos papéis de género (H=3 UE; M=1 UE), mas são as participantes do género feminino quem mais exprime concepções pós-tradicionais (H=1 UE; M=3 UE).

Quadro 112.

Exemplos de Unidades de Expressão classificadas nas subcategorias mais representativas da categoria geral "Papéis de Género"

PAPÉIS DE GÉNERO	UNIDADES DE EXPRESSÃO
<i>Concepção/vivência Tradicional</i>	♂ "Para a vida profissional ter mais sentido, o homem deveria ter salários mais altos para a mulher poder ficar em casa a olhar pelos filhos e pela casa, quando a mulher assim o desejasse." (Df762, 1-1) ♀ "Seria bom que todas as mães pudessem abdicar do trabalho, para bem dos filhos e do marido." (Dfpm534, 2-2) ♂ "Gostaria de acrescentar que sempre fui um pai trabalhador, deixando a parte da educação para a minha esposa." (Dp741, 1-1)
<i>Concepção/vivência Pós-tradicional</i>	♀ "Apesar de uma mulher ter sempre o trabalho de casa para fazer, deveria ter também um emprego para ser independente." (Df053, 1-1) ♀ "A minha experiência de casada é muito positiva. O meu marido foi sempre muito pronto a partilhar tarefas domésticas bem como a assumir a ajuda com as filhas desde bebés." (Df117, 1-1) ♀ "...ainda há poucos homens mentalizados para assumirem as tarefas caseiras como sendo da obrigação dos dois. É fundamental que se progrida neste aspecto." (Df449, 3-3)

6.3.8.2. Resultados em função do Padrão de Investimento⁵⁸⁰

São os participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa) os únicos que manifestam exclusivamente concepções/vivências tradicionais dos papéis de género (n=3 UE), não sendo detectáveis outras diferenças dignas de nota relativamente à distribuição das unidades de expressão pelas duas subcategorias desta categoria principal em função do padrão de investimento.

⁵⁸⁰ Dados disponíveis no Anexo 30 (cf. Quadro AA11).

CAPÍTULO V

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO



DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO
INVESTIMENTO NO TRABALHO E NA PARENTALIDADE E RELAÇÃO INTERPAPEIS:
UMA ANÁLISE DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL
Inês Nascimento, FPCEUP-2007

1. Análise e Discussão dos Resultados

Dado o elevado número de variáveis contempladas no presente estudo e uma vez que os procedimentos de exploração e análise das suas relações vieram a adensar consideravelmente o volume de informação apresentada, considerou-se pertinente sistematizar, primeiramente, alguns resultados essenciais que pudessem proporcionar uma visão mais global acerca do modo como se caracteriza a vida dos participantes de ambas as gerações relativamente às principais dimensões psicológicas avaliadas. Dessa forma, optou-se por traçar um perfil compreensivo do comportamento das variáveis em causa, procurando descrever a posição assumida por cada uma no *continuum* de variação definido pela escala de resposta proposta aos participantes, em função dos valores médios registados por cada uma.

Não obstante o perfil descrito se mostrar ajustado a uma caracterização genérica das variáveis em estudo, as experiências de cada uma das gerações e dos géneros parecem divergir de modo sensível à natureza substantiva das variáveis em causa e/ou a factores de ordem ecológica a que algumas delas variáveis estão ou estiveram sujeitas. A observação das Figuras 17, 18 e 19 permite, justamente, detectar alguns focos de diferenciação intergeracional e de género, encontrando-se, desde já, assinaladas as diferenças que se revestem de significância estatística e que, tendo sido documentadas no capítulo anterior através da apresentação dos resultados detalhados dos estudos diferenciais inter e intrageracionais, serão, posteriormente, objecto de interpretação e discussão.

Esta análise compreensiva será sequenciada e estruturada em função das diferentes componentes do plano de investigação. Iniciar-se-á com a discussão dos resultados do estudo de comparação intergeracional (incluindo a análise de diferenças de género intergeracionais), incidirá, posteriormente, nos resultados dos estudos diferenciais intrageracionais (momento em que se dará, igualmente, atenção aos estudos intrassujeitos), focará, de seguida, os resultados das análises realizadas com díades tendo em vista a explicação das semelhanças/diferenças intrafamiliares observadas e, seguidamente, centrar-se-á nos resultados obtidos junto da amostra de mulheres domésticas da Geração 1. Procurar-se-á, em cada uma dessas fases, responder às questões de investigação que foram levantadas no Capítulo III e integrar na discussão os resultados encontrados em relação a outras variáveis que se mostrem relevantes na resposta a essas questões, nomeadamente a satisfação, a alocação de tempo, a percepção de apoio conjugal e os sentimentos de sobrecarga⁵⁸¹. O mesmo acontecerá com os dados obtidos através da análise qualitativa dos comentários e observações produzidos pelos participantes acerca dos temas em estudo. Sempre que possível eles serão articulados nas análises de modo a destacar eventuais convergências ou divergências entre os dois tipos de informação (quantitativa e qualitativa) recolhida.

⁵⁸¹ Importa ressaltar que tendo sido acessoriamente integradas na investigação, isto é, avaliadas no intuito de contribuírem para uma melhor contextualização dos resultados encontrados relativamente a dimensões como o investimento e a relação interpapéis, os resultados obtidos nestas variáveis não serão discutidos de forma específica.

1.1. O Perfil das Respostas dos Participantes

Dos participantes de ambas as gerações poderá dizer-se que são apenas moderadamente investidos no trabalho já que os valores médios de investimento nesse domínio de vida se situam perto do centro do *continuum* de resposta. Ainda assim mostram-se bastante satisfeitos com o trabalho e os níveis médios de satisfação com este domínio mostram-se até consideravelmente mais elevados do que os de investimento na escala de variação.

Já relativamente à parentalidade, encontramos valores médios que, ao atingirem valores na ordem dos 4,33 (G1) e dos 4,51 (G2) parecem manifestar a maior saliência desta área de vida, cuja centralidade psicológica é também confirmada pelos níveis de satisfação que lhe aparecem associados. Refira-se, aliás, que embora os participantes se apresentem bastante satisfeitos com todos os domínios de vida acerca dos quais tiveram a oportunidade de se pronunciar, é ao nível da satisfação com a parentalidade que se registam os valores médios mais elevados atingindo mesmo o estatuto de “máximos” quando se considera o conjunto total das variáveis avaliadas.

No plano das fontes de satisfação é ainda apreciável a posição ocupada pela conjugalidade, com os participantes a reconhecerem, de um modo também muito expressivo, a importância do/a companheiro/a enquanto figura de apoio no que se refere à articulação trabalho-parentalidade. E, a julgar pelos valores médios encontrados relativamente às variáveis descritoras da relação interpapéis, fica a impressão de que os participantes não experimentam especiais dificuldades na gestão do seu duplo papel.

Figura 32. Comparação intergeracional dos valores médios registados relativamente às principais variáveis em estudo com sinalização das diferenças estatisticamente significativas

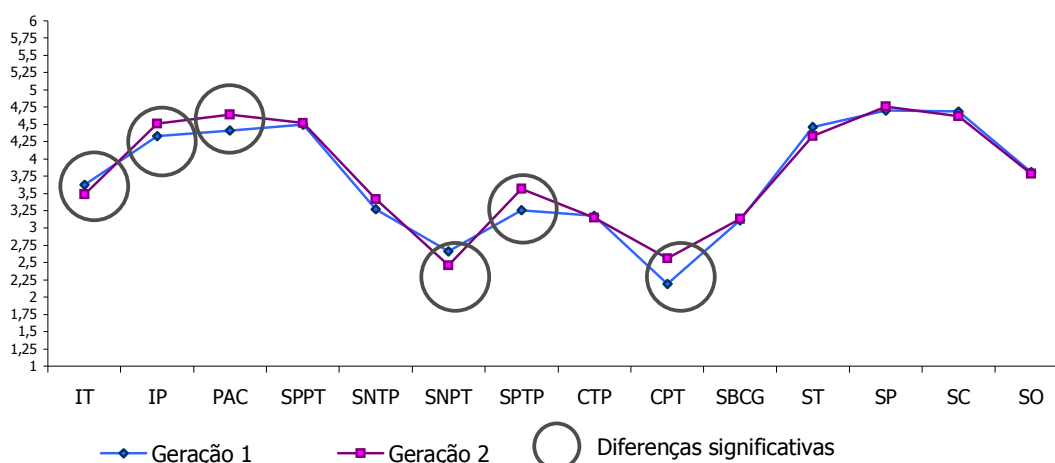
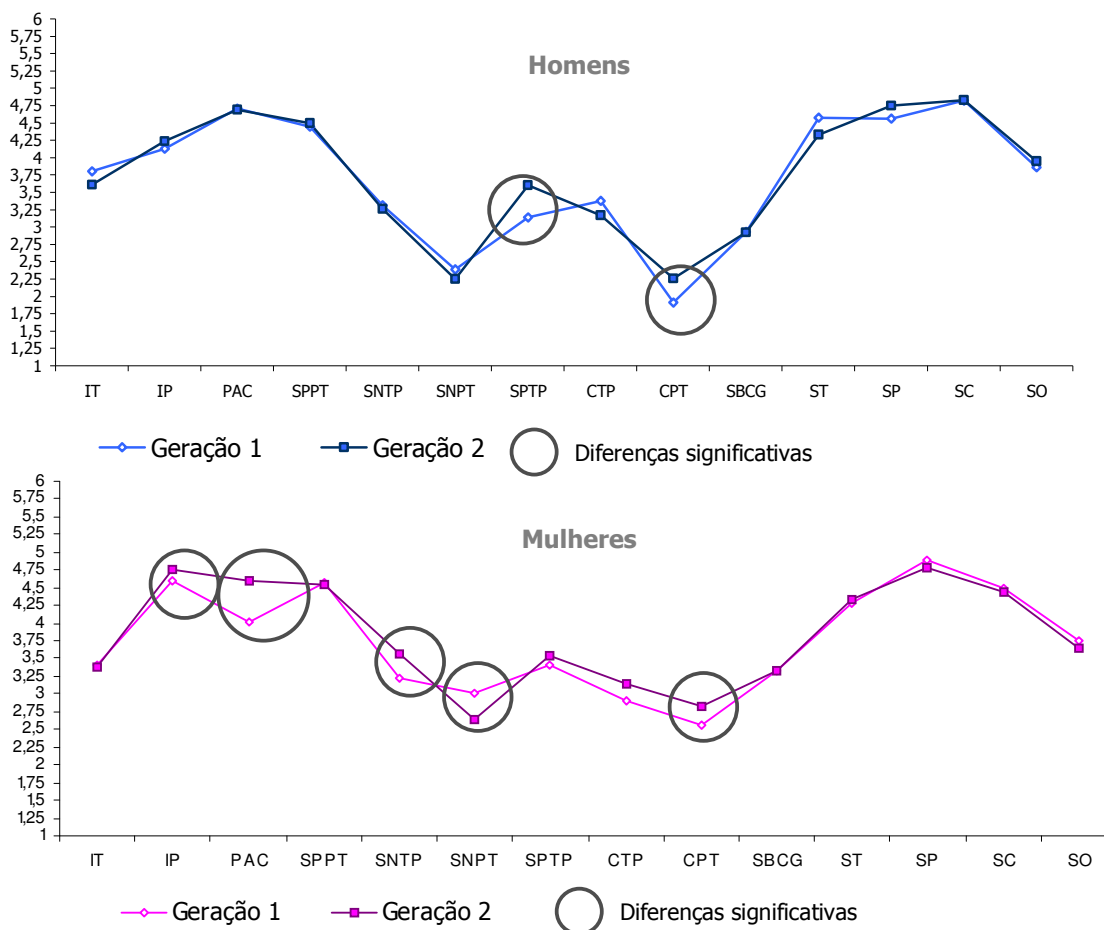
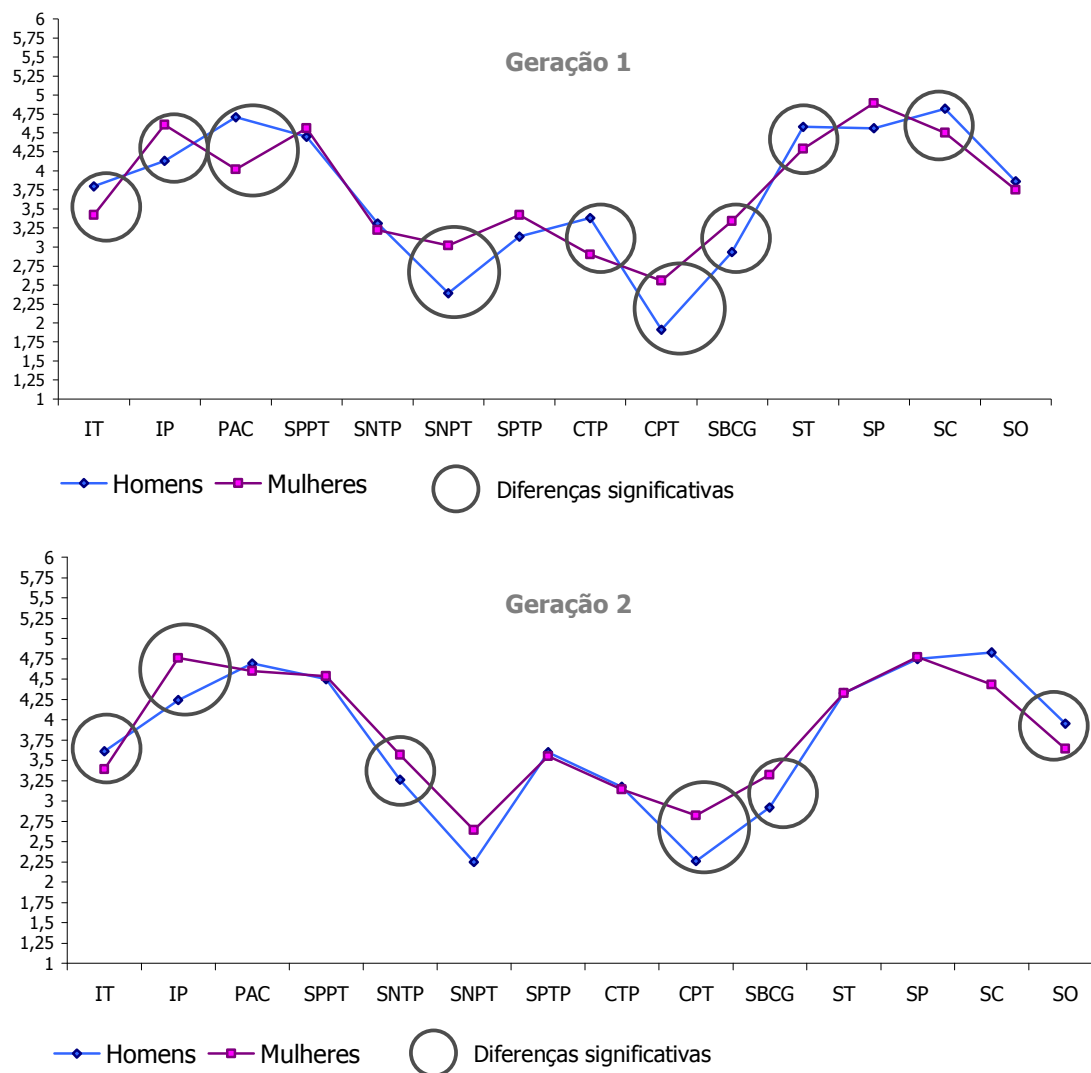


Figura 33. Comparação de intergeracional de género dos valores médios registados relativamente às principais variáveis em estudo com sinalização das diferenças estatisticamente significativas



Não só os níveis médios de *spillover* negativo, de conflito e de sobrecarga se situam relativamente próximos ou mesmo abaixo do ponto médio da escala de resposta como, inclusivamente, se verifica que os participantes valorizam os benefícios da influência recíproca de um papel sobre o outro sendo isso, especialmente, evidente quando se trata do *spillover* (positivo) na direcção parentalidade-trabalho. Nos casos em que essa interferência se mostra negativa, os valores médios registados parecem sugerir a existência de um certo grau de permeabilidade assimétrica no que toca à sua direcção. Repare-se que se mostram mais elevados quando estão em causa dimensões que indiciam uma maior susceptibilidade da esfera parental a intrusões relacionadas com as vivências no trabalho, como acontece relativamente ao SNTP e ao CTP. Apesar disso, o tema “Relação Interpapéis” é um dos que mais se salienta nos comentários produzidos pelos participantes de ambas as gerações, e em especial pelas mulheres da G2.

Figura 34. Comparação intrageracional dos valores médios registados relativamente às principais variáveis em estudo em função do género com sinalização das diferenças estatisticamente significativas



1.2. Estudos de Comparação Intergeracional

Antes de mais, importa recordar que estes estudos tinham como finalidade identificar continuidades e descontinuidades geracionais relativamente às diversas variáveis em análise tendo como pano de fundo as características ideológicas, sociais e culturais da sociedade portuguesa em dois momentos históricos distintos (*cf.* Objectivo 1).

1.2.1. Investimento

▪ **Questões de Investigação A** (*cf.* Objectivo 1): Qual a importância relativa do papel parental e do papel de trabalhador/profissional para os indivíduos de cada geração? Quais as diferenças e as semelhanças entre os homens e as mulheres das duas gerações investigadas no que diz respeito ao investimento nestes dois domínios da identidade? Qual o papel da satisfação e do apoio conjugal percebido na configuração desses investimentos? Quais os padrões de investimento mais representativos da relação que cada uma das gerações estabelece com a parentalidade e com o trabalho?

Abstracção feita do género, os participantes da G1 investem mais no trabalho e os participantes da G2 investem mais (afectiva e temporalmente) na parentalidade. Qualquer esforço para compreender este resultado, requer que se apele à configuração das estruturas culturais de uma e de outra época. O maior investimento das gerações mais novas na parentalidade traduz, porventura, a maior valorização da família e, em especial, da relação com os filhos, como contexto de segurança e de experiências emocionais significativas onde mais facilmente a realização pessoal pode ser alcançada. Que a parentalidade substitua o trabalho nas prioridades afectivas de cada geração, reflecte talvez a oportunidade, tornada possível pela vivência numa ordem social pós-tradicional, da G2 orientar os seus investimentos sem estar sujeita (como a geração anterior) à sobredeterminação de modelos culturais centrados numa ética do trabalho que levava os indivíduos a encarar o trabalho como um dever. Ao mesmo tempo, as implicações da actual conjuntura económica na forma de organização e funcionamento do mercado de trabalho, ao estarem na base das condições de instabilidade e incerteza que marcam a experiência de relação com o trabalho da G2, também ajudam a compreender esta diferença geracional. Talvez devido a estas preocupações, o investimento no trabalho se faça, na G2, de forma mais calculada, numa resposta que parece adaptativa mas que parece assumir, igualmente, contornos de uma dupla-defensividade: investir menos no trabalho é uma forma de prevenir os riscos emocionais inerentes à (agora maior) probabilidade de experiências negativas no domínio do trabalho (de que a perda de emprego constitui, porventura, a principal ameaça) e é, ao mesmo tempo, uma forma de garantir que, investindo primariamente na parentalidade, possam encontrar um sentido para a vida nos significados desse outro domínio se algo falhar no primeiro. Aliás, ao contrário do que referem alguns autores (Figueiredo, 2001) estas dificuldades colocadas pelo trabalho parecem não ser sobrevalorizadas pela G2 a ponto de suscitarem algum tipo de retracção relativamente ao investimento no projecto parental. Apesar disso, e uma vez que constrangimentos como a falta de emprego, a precariedade de emprego e a insegurança profissional são aspectos susceptíveis de interferir na realização desse projecto, talvez possam, por essa razão, tornarem-se aspectos mais salientes para os indivíduos da G2 e, nessa medida, desencorajarem investimentos no

trabalho comparáveis aos da G1, geração na qual os problemas de falta ou de instabilidade do emprego não se colocavam com a mesma premência.

A dúvida está em saber quais os valores que estão subjacentes ao investimento no trabalho da G2. O que será que a G2 procura no trabalho? Um mínimo vital, o sucesso financeiro ou a realização pessoal? Esta parece ser, de facto, uma questão central. Os participantes da G2 são mesmo quem, nos seus comentários aos temas em estudo, mais evocam dimensões que remetem para os significados do trabalho. Repare-se, porém, que nem os homens nem as mulheres da G2 se mostram significativamente mais satisfeitos com o trabalho do que com outros domínios de vida (apesar da análise qualitativa dar conta de um predomínio de sentimentos positivos em relação ao trabalho na G2), o que parece afastar a hipótese do trabalho se constituir para esses participantes como uma fonte de realização pessoal. Talvez estes resultados dêem razão à perspectiva de que o trabalho constituiu para as novas gerações um meio de obtenção de rendimentos que suportem as suas aventuras consumistas (Borges & Pires, 1998; Figueiredo, 2001). Com efeito, parece confirmar-se a conclusão de Borges e Pires (1998) de que a geração mais jovem rejeita a atitude de devoção ao trabalho que tipificava o comportamento das gerações mais velhas e que, embora considere o trabalho uma dimensão importante da sua vida, valoriza outros domínios, neste caso a parentalidade, como parece demonstrar o facto dos homens da G2 dedicarem mais tempo ao papel parental do que os homens da G1. De resto, os comentários dos participantes de ambas as gerações deixam bem claro o desejo de dedicarem à parentalidade uma proporção de tempo superior à que despenderam ou despendem actualmente.

A diferença que se observou entre o investimento no trabalho dos homens de cada uma das gerações (estes investimentos afectivos acompanham-se de um padrão de investimento de tempo em cada um dos domínios similar, *i.e.*, superior na G1 do que na G2) não só é explicável com base nos mesmos argumentos como, inclusivamente, os reforça tendo em conta que, contextualizados num grupo de género específico, os contrastes geracionais em torno do investimento no trabalho permitem perceber ainda melhor que os comportamentos associados a esse domínio têm vindo a desprender-se dos condicionamentos impostos pelas pertenças de género e que os homens se estão a tornar progressivamente mais sensíveis a outras dimensões da sua vida. Veja-se, por exemplo, que os homens da G2 se mostram significativamente mais satisfeitos com a parentalidade, com a conjugalidade e com as outras actividades do que com o trabalho. É, também, na categoria “Parentalidade” que, na G2, se encontra o maior número de unidades de expressão masculinas, embora sejam, simultaneamente, os que mais se centram nas questões relativas à experiência de trabalho (comparativamente aos homens da G1).

Quanto aos investimentos femininos, há indícios de mudança no que se refere ao grau no qual as mulheres de cada geração se orientam para a parentalidade já que as mulheres da G2 se apresentam mais investidas no papel parental do que as suas antecessoras (ainda que sejam estas últimas quem mais se foca no tema “Parentalidade/Família” quando comentam os

temas em estudo). Trata-se de um resultado que pode ser entendido de diversas formas. Em primeiro lugar, não obstante as mulheres da G1 atribuírem valor subjectivo ao papel parental, é possível que os seus investimentos expressivos estivessem condicionados, por um lado, pelo sentimento de dever associado à exigência social de uma procriação activa e, por outro lado, por uma visão instrumental da função dos filhos na família (Cunha, 2005b).

Em segundo lugar, estando estes investimentos enquadrados numa época dominada por uma ideologia tradicionalista em relação aos papéis de género, a participação feminina na vida activa, longe de representar a opção da maioria das mulheres, poderá ter desencadeado um processo de questionamento em torno da sua missão na sociedade podendo esse processo ter afectado as suas representações quanto à sua “vocação” para a parentalidade.

Em terceiro lugar, e tendo em conta os dados relativos à percepção de apoio conjugal, é provável que o menor apoio dos cônjuges percebido pelas mulheres da G1 comparativamente às mulheres da G2, pudesse ter sido interpretado pelas primeiras como um sinal de desvalorização do papel materno. A escassez de apoio pode ter sido entendida pelas mulheres da G1 como falta de reconhecimento em relação às dificuldades e exigências da maternidade (Backett, 1987; Boulton, 1983), crença que internalizada sobre a forma de um *reflected-appraisal* negativo ter-se-á, eventualmente, reflectido no grau de investimento nesse papel.

Em quarto lugar, poderão estar em causa as próprias circunstâncias da maternidade quer no que se refere à sua precocidade, à falta de planeamento do nascimento dos filhos e ao predomínio de descendências numerosas (Cunha, 2005a). Em condições desta natureza em que o primado da reprodução biológica se sobrepõe ao princípio da escolha reflectida e consciente, pode ter-se tornado mais difícil para estas mulheres comparativamente às da G2 (com um perfil de fecundidade mais reflectido e controlado), integrarem na estrutura da sua identidade, o significado psicológico de “ser mãe”. Refira-se a propósito que são as mulheres mais escolarizadas (as que estão sobre-representadas na amostra da G2 e sub-representadas na amostra da G1) as que mais assinalam a importância dos filhos para a construção e afirmação da sua identidade (Cunha, 2005b; Lalanda, 2005).

Embora os estudos revelem que as mulheres academicamente mais qualificadas se orientam tendencialmente mais para o trabalho (*e.g.*, Aboim *et. al.*, 2005), a predominância na amostra de participantes da G2 com esta característica não contribuiu para atenuar as diferenças intergeracionais de investimento na parentalidade nem para acentuar as diferenças intergeracionais de investimento no trabalho. Tal facto pode ser explicado pelo mesmo conjunto de razões que foram apresentadas relativamente ao investimento superior dos participantes da G2 na parentalidade, nomeadamente as que se prendem com a preocupação e o descontentamento com o enquadramento dos seus projectos profissionais no actual contexto sócio-económico. A estes motivos acrescenta-se, no caso particular das mulheres da G2, profissionalmente envolvidas em actividades mais complexas e absorventes, a possível antecipação da dificuldade em articular trabalho e vida familiar (Wall & Guerreiro, 2005). A

percepção de que investimentos igualmente elevados nos dois domínios poderiam conduzir a conflito, pode explicar que as mulheres desta geração dêem preferência à parentalidade e tenham consciência de que a necessidade de serem flexíveis na sua relação com o trabalho pode não ser compatível com uma situação de elevada identificação com o trabalho. A este respeito, e no que se refere aos comentários espontâneos dos participantes, importa frisar que são as mulheres da G2 que fazem mais alusões ao trabalho (em comparação com as mulheres da G1) e é na categoria “Relação Interpapéis” que, nesta geração, aparece o maior número de unidades de expressão femininas o que não deixa de ser eloquente quanto às suas preocupações relativamente à gestão do seu investimento na parentalidade e no trabalho.

1.2.2. Relação Interpapéis: *Spillover* e Conflito⁵⁸²

▪ **Questões de Investigação B** (*cf.* Objectivo 1): Como é que se caracteriza a experiência dos indivíduos de cada geração no que se refere à qualidade da relação entre o trabalho e a parentalidade? Haverá diferenças de género intergeracionais nos mecanismos que operam na interface trabalho-família?

Os resultados da comparação intergeracional, evidenciam uma maior incidência do SNPT na G1 e do SPTP na G2. Uma vez mais, na análise destes dados torna-se incontornável um movimento de recuo e de avanço histórico que, relativamente à G1 permita retratar o trabalho como um domínio investido em função de princípios de natureza moral (trabalho-dever) e de necessidades de subsistência (trabalho-instrumento) (Almeida, 1990) e que, relativamente à G2, faça ressaltar os novos significados atribuídos ao trabalho. Todavia, ao mesmo tempo, estes resultados não podem ser analisados de forma independente do que foi observado relativamente à comparação das gerações relativamente aos domínios mais investidos por cada uma, ou seja, a existência de investimentos superiores no trabalho por parte dos participantes da G1 e na parentalidade por parte dos participantes da G2.

Com efeito, o facto da G1 se distinguir da G2 relativamente à experiência de SNTP tem de ser apreciado no contexto de um padrão de sobreinvestimento no trabalho e subinvestimento na parentalidade. A necessidade de garantir, através do trabalho, o sustento da família e a importância de não falhar no cumprimento de um dever socialmente valorizado pode ter tornado os participantes da G1 especialmente sensíveis a factores decorrentes da

⁵⁸² Antes de mais importa sublinhar que, embora o conflito trabalho-família seja, por vezes, visto como uma forma particular de *spillover* negativo (*e.g.*, Grywacz, Almeida & McDonald, 2002; Edwards & Rothbard, 2000), os resultados da comparação dos dois grupos geracionais em relação a estas duas variáveis não convergem a ponto de confirmar essa afinidade entre os conceitos. Aliás, como se pode verificar pela consulta dos Quadros 32 e 33 mesmo as correlações obtidas entre o SNTP/CTP e o SNPT/CPT apresentam, em ambas as gerações magnitudes apenas moderadas com valores de *r* em torno de 0,50. Mesmo que se trate de dimensões relacionadas, tudo a leva a crer que dizem respeito a aspectos distintos da experiência interpapéis. O *spillover* negativo parece remeter mais para efeitos de generalização e o conflito para a presença de antagonismo. De resto, como se viu no Capítulo II há autores que se referem ao conflito como o resultado de disfunções no sistema pessoal de canalização de recursos.

experiência parental que pudessem constituir uma ameaça ao bom desempenho do papel profissional. Face ao mais fraco investimento na parentalidade destes participantes, tudo leva a crer que a fonte de interferência negativa nesse desempenho, fosse menos o envolvimento afectivo mantido com os filhos e mais a consciência do peso da sua responsabilidade enquanto pai/mãe acentuada pelo seu confronto quotidiano com as características adversas do ambiente familiar (descendências numerosas, carências económicas, etc.).

É importante salientar que, na comparação do modo como as unidades de expressão se distribuem pelas principais categorias de análise dos comentários dos participantes, a maior discrepância intergeracional situa-se em torno da categoria que agrupa as referências aos factores que afectaram negativamente os seus investimentos e dificultaram a articulação do duplo papel. Os participantes da G1 (homens e mulheres) põem, de facto, a tónica nos condicionalismos do contexto histórico, económico e social bem como nos constrangimentos associados aos filhos (mais referenciados pelas mulheres desta geração) e nas condições de trabalho (factor ao qual são, sobretudo, os homens que fazem apelo). O receio de faltar com bens essenciais aos filhos, ou melhor, a preocupação com o bem-estar material daqueles pode, efectivamente, ter afectado a relação destes indivíduos com o trabalho.

No entanto, tendo em conta a formulação dos itens que avaliaram esta dimensão, e face à hipótese atrás levantada, não pode negligenciar-se a possibilidade dos participantes terem encontrado um significado para esses itens mais conforme ao seu quadro de referência particular. Assim, aspectos que aparecem nos itens como indicadores dessa interferência (a impossibilidade de descansar mais ou a falta de energia, por exemplo) podem ter sido entendidos como implicações da necessidade de trabalhar mais horas ou ter mais do que um emprego (cerca de 17,5% dos participantes desta geração descrevem desenvolver outras actividades profissionais paralelamente ao emprego principal) para proporcionar condições de vida mais razoáveis aos filhos. Aliás, os homens desta geração dedicam significativamente mais tempo semanal ao trabalho do que os homens da G2 e são vários os participantes que, nos seus comentários, terem tido a necessidade de trabalhar mais para poder fazer face às dificuldades económicas e financiar a educação dos filhos.

O facto da G2 corresponder ao grupo geracional que se destacou na experiência de SPTP, poderá estar relacionado, como acima se adiantou, com a possibilidade que o contexto social e cultural actual proporcionou aos indivíduos da G2 de resignificar o modelo do trabalho-instrumento. Tendo em conta que os participantes pertencentes a este grupo se distinguem da G1 pelo seu maior investimento na parentalidade e pelo seu menor investimento no trabalho, poderá considerar-se que estes indivíduos têm uma visão mais complexa da função instrumental do trabalho. Para eles o trabalho não é apenas um meio de ganhar a vida mas é, igualmente, um meio de adquirir experiências e competências que são utilizáveis e que podem melhorar a qualidade do desempenho do papel parental. Importa, ainda, ter presente que, do ponto de vista profissional, os participantes da G2 desempenham actividades mais diferenciadas que os indivíduos da geração precedente o que de, algum modo, pode justificar que,

comparativamente a estes últimos, reconheçam nas características do seu trabalho potencialidades diferentes em termos da transferência de mais valias para a parentalidade. Dir-se-ia, mesmo que esta faceta “didáctica” do trabalho poderá ter implícita uma terceira função instrumental que é a de mantê-los, a eles próprios, mais motivados para um domínio no qual estão menos investidos do que na parentalidade e para o qual estão claramente menos orientados do que os participantes da G1. Esta explicação torna-se ainda mais plausível quando se verifica que, na comparação intergeracional, as diferenças encontradas relativamente à dimensão SPTP emergem unicamente no grupo dos homens de cada geração, com os homens da G2 a apresentarem os valores mais elevados. Com efeito, é possível que estando mais investidos no papel parental do que os homens da G1, os participantes da G2 percepcionem, mais do que aqueles, o trabalho como uma fonte de aprendizagens úteis que podem ser usadas num papel (parental) relativamente ao qual poderão sentir-se menos preparados e menos competentes.

Quanto à experiência feminina de *spillover*, as diferenças intergeracionais encontradas indicam que as mulheres da G2 experienciam mais SNTP e menos SNPT do que as mulheres da G1. Parece estar-se diante de uma situação de permeabilidade assimétrica cujo determinante primário é, neste caso, a pertença a um grupo de género especialmente visado pelos efeitos da evolução histórica na transformação da tradicional distribuição dos papéis parental e profissional/de trabalhador.

Relativamente à G1, numa altura em que recaía sobre as mulheres, a expectativa de uma dedicação prioritária e exclusiva à maternidade, o envolvimento numa actividade profissional remunerada constituía uma opção de risco. Temidas as consequências do emprego materno para os filhos, a participação das mulheres na vida activa era encarada como um acto negligente e um comportamento de género socialmente censurável. Aparentemente, a necessidade sentida por estas mulheres de ultrapassarem a crítica social, levá-las-á a preocuparem-se não só com o modo como são avaliadas enquanto mães mas também em termos da sua capacidade de trabalho (Higgins & Duxbury, 1994). Compreende-se, por isso, que, aliadas aos seus investimentos pessoais na parentalidade, estas pressões sociais, levem a que o desempenho destas mulheres no trabalho estivesse mais frequentemente assombrado por preocupações relativas aos filhos. Num cenário de ambivalência em que as mulheres sentem necessidade de provar que é possível ser-se, ao mesmo tempo, uma boa mãe e uma boa profissional, é possível que, os preceitos sociais tivessem actuado no sentido de acentuar a interferência da parentalidade no trabalho (Frone *et al.*, 1992; Noor, 2004). De resto, embora os comentários dos participantes de ambas as gerações acerca da qualidade do exercício parental contenham expressões de tonalidade predominantemente positiva, verifica-se que um número razoável de mulheres da G1 avalia o desempenho do papel parental de forma negativa ou manifesta ambivalência nessa auto-avaliação.

Quanto à G2, embora o trabalho das mulheres fora de casa se tivesse tornado uma realidade comum e socialmente aceitável, ainda assim as expectativas sócio-culturais que

determinam que as mulheres assumam a responsabilidade primária pelos filhos podem colidir com as expectativas organizacionais de que as obrigações familiares fiquem em segundo plano. As pressões a que estas mulheres estão sujeitas são, por isso, de um outro tipo. Por um lado, essas pressões podem resultar da dificuldade em assegurar uma posição estável nas organizações e da necessidade de se afirmarem profissionalmente em condições de plena igualdade com os pares do sexo masculino (Cabral-Cardoso, 2003; Gianakos, 2000; Gutek *et al.*, 1991); por outro lado, e uma vez que a maioria das mulheres desta amostra geracional, exerce actividades profissionais de nível superior, será também de considerar as pressões que resultam das exigências objectivas das suas profissões e das expectativas pessoais que se coloquem em relação ao desempenho do papel profissional, sendo de supor uma orientação para o sucesso. Todos estes factores, ao produzirem um certo grau de desgaste mental, emocional, físico e ao aumentarem a preocupação com o papel profissional são susceptíveis de contribuir para uma maior interferência (negativa) do trabalho na família nas mulheres desta geração comparativamente às da G1. Os dados obtidos através da análise qualitativa dos comentários dos participantes desta geração evidencia que é no grupo das mulheres que se concentra o maior número de unidades de expressão que remetem para a experiência de conflito, tensão e sobrecarga interpapéis, sendo que uma boa parte da totalidade das unidades de expressão classificadas nesta subcategoria, foram extraídas do discurso de participantes com profissões de nível superior.

Por fim, e relativamente ao conflito interpapéis, é interessante começar por analisar os resultados relativos ao CPT já que, ao contrário do que acontece relativamente ao SNPT, e embora esteja em causa a mesma direcção de influência (*i.e.*, parentalidade-trabalho), são os participantes da G1 (tanto homens como mulheres) os que experienciam valores mais reduzidos nesta dimensão. Trata-se de um resultado que, de algum modo, remete para as questões da especialização de género, e que deve ser entendido à luz da ténue participação dos homens desta geração nas tarefas da parentalidade e à sua completa dedicação ao trabalho em contraponto ao que caracteriza o envolvimento das mulheres nestes mesmos domínios. Esta divisão do trabalho familiar e profissional por cada elemento do casal, ao impor uma fronteira que delimita claramente as obrigações a assumir por cada um nas duas áreas de vida, torna menos provável a interferência de um papel no outro (Ashforth *et al.*, 2000).

De resto, no caso dos homens, os resultados relativos ao apoio conjugal percebido mostram-se consistentes com esta explicação ao evidenciarem que, nesta geração, apenas o género distingue as percepções de apoio dos participantes sendo os homens que se percebem mais apoiados. De algum modo, poderá deduzir-se que, na dimensão da parentalidade, o apoio das companheiras represente o assumir por inteiro da responsabilidade pelas questões relativas aos filhos. O facto de uma percentagem significativa destes participantes (38,4%) pertencerem a famílias de monoemprego masculino permite compreender ainda melhor que os valores mais reduzidos de CPT dos homens da G1 tenham origem numa segmentação, mais ou menos acentuada, do trabalho e da parentalidade.

Partindo deste mesmo indicador, observa-se relativamente aos homens da G1 que é bem menor a proporção dos que estão integrados em agregados desse tipo (23,8%) mas, o factor que parece mais significativo na compreensão das diferenças intergeracionais nos níveis masculinos e femininos de CPT, parecem ser as próprias diferenças intergeracionais de investimento. Quando um dos papéis é menos importante do que outro é esperado que o investimento no papel mais importante não se acompanhe do sentimento de que outra área de vida esteja a ser negligenciada e, por conseguinte, que a experiência de conflito interpapéis não ocorra com tão grande intensidade (Cinamon & Rich, 2002a). Sendo o papel profissional mais importante para os homens da G1 do que para os homens da G2 é, por conseguinte, provável que os níveis superiores de CPT revelados pelos primeiros demonstrem que são mais susceptíveis do que os segundos a situações em que parentalidade compromete o seu desempenho profissional. Tendo em conta a possibilidade que foi avançada de a parentalidade tornar significativos os investimentos dos homens da G1 no trabalho, é natural que a maior necessidade de obtenção de sucesso e recompensas no papel profissional faça como que os indivíduos desta geração se ressintam mais quando acontecimentos ligados à própria parentalidade limitem a sua capacidade de atingir esses objectivos. No caso feminino, estando as mulheres da G2 mais investidas na parentalidade do que as mulheres da G1, é esperado que, não só se mostrem mais sensíveis às necessidades dos filhos, mas também se mostrem mais motivadas e mais responsivas a essas necessidades, surgindo assim como mais predispostas do que as mulheres da G1 a canalizarem os seus recursos para a parentalidade e a envolverem-se (comportamental e emocionalmente) com esse domínio de vida mais do que aquelas (Greenhaus & Beutell, 1985).

As semelhanças que se observam entre os participantes das duas gerações relativamente à experiência de CTP podem ser interpretadas como um sinal de que, independentemente de variações nos padrões culturais ou nas prioridades individuais de investimento, há certos aspectos da vida social dos indivíduos que assumem precedência sobre todos os outros (Almeida, 1990). Neste caso, o trabalho enquanto domínio estruturante de outras dimensões de vida dos indivíduos (inclusive da parentalidade), parece constituir um imperativo na vida dos homens e das mulheres destas duas gerações. Seja sob a forma de um constrangimento, de um dever, de uma necessidade ou uma oportunidade (conforme o que os indivíduos de cada geração nele procurem ou encontrem) o trabalho parece impor-se e reclamar um grau de disponibilidade e de empenho que se reflecte numa redução ou descapitalização dos recursos necessários ao bom exercício da parentalidade. A natureza transgeracional deste resultado parece dar razão à tese de Tedesco (1999) quando enfatiza o carácter absorvente do trabalho e à De Masi (2000) quando salienta a subordinação dos indivíduos ao trabalho. De qualquer modo é importante temperar o possível dramatismo desta interpretação com a ressalva de que os valores médios registados nesta dimensão são relativamente reduzidos, isto é, não ultrapassam, em nenhuma das gerações os três pontos numa escala de classificação de seis.

1.3. Estudos de Comparação Intrageracional

Pretendia-se, através destes estudos, analisar a relevância de um conjunto de variáveis sociobiográficas e psicológicas enquanto dimensões que, ao estabelecerem diferentes contextos e ao conferirem diferentes dinâmicas à relação dos indivíduos de cada uma das gerações com o trabalho e com a parentalidade, se mostravam susceptíveis de constituir fonte de heterogeneidade intrageracional tanto a nível dos investimentos como da relação trabalho-parentalidade (*cf.* Objectivo 2). Paralelamente, procurou verificar-se quais as dimensões mais salientes da experiência psicológica dos participantes de cada geração relativamente ao investimento e à relação trabalho-parentalidade, considerando a pertença de género (*cf.* Objectivo 3).

1.3.1. Investimento

▪ **Questões de Investigação C** (*cf.* Objectivos 2 e 3): Em que medida os homens e as mulheres de cada geração investem diferencialmente no trabalho e na parentalidade? Haverá diferenças de género na distribuição dos participantes por cada padrão de investimento? Serão o número de filhos, a idade dos filhos, o nível profissional, o grau de apoio conjugal percebido factores relevantes na diferenciação das experiências dos participantes no que se refere ao investimento na parentalidade e no trabalho? Qual o objecto de investimento preferencial de homens e de mulheres na Geração 1 e na Geração 2?

Tanto na G1 como na G2, homens e mulheres dirigem prioritariamente os seus investimentos (afectivos e temporais) para a parentalidade e para o trabalho de acordo com o padrão esperado relativamente aos papéis de género, ou seja, os homens apresentam-se mais investidos no trabalho do que na parentalidade invertendo-se a tendência no caso das mulheres. Trata-se de um resultado consistente com a investigação (*e.g.*, Greenberger & O'Neil, 1993) e que confirma a saliência da parentalidade para a identidade feminina e do trabalho para a identidade masculina (Burke & Reitzes, 1991; Stryker, 1968; 1980) manifestando a adesão a expectativas tradicionais relativamente aos comportamentos de papel e às definições clássicas dos âmbitos da maternidade e da paternidade (Thompson & Walker, 1989). De resto, parece interessante completar estas observações com os resultados das comparações intrasujeitos que indicam que, em ambas as gerações, as mulheres investem mais na parentalidade do que no trabalho e os investimentos dos homens em cada um dos domínios não se diferencia. Com efeito, apesar dos acontecimentos históricos e sociais que operaram a diferenciação entre estas duas gerações, terem desobrigado as mulheres de uma dedicação exclusiva à maternidade e terem legitimado o trabalho fora de casa, o papel parental parece continuar a mostrar-se um domínio mais saliente da sua identidade do que o papel profissional/de trabalhador. O facto de se mostrarem significativamente mais satisfeitas com a

parentalidade do que com qualquer outro domínio vem reforçar a ideia de que a relação com os filhos é, para as mulheres, uma dimensão que assume centralidade psicológica e que contribui para o seu bem-estar.

O padrão de resultados encontrado mostra-se em consonância com as expectativas relativas à importância do género na compreensão das diferenças de investimento, trazendo evidência quanto à estabilidade do fenómeno de assimetria (Pleck, 1977), pelo menos, no que diz respeito, ao envolvimento das mulheres com o trabalho e a parentalidade. Parece que não só o processo de socialização primária mas também as experiências reais de vida que acumulam ao longo do seu desenvolvimento (sobretudo as que resultam de uma ausência de partilha efectiva do trabalho familiar no contexto do casal) contribuem para reforçar esta ligação das mulheres ao universo familiar e para favorecer a crença de que são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos conduzindo, assim, à interiorização do papel materno como uma prioridade na sua vida e, ao mesmo tempo, como uma importante fonte de identidade e de gratificação pessoal.

No presente estudo, a análise das unidades de expressão relativas aos comentários efectuados pelos participantes, mostrou que a totalidade das unidades de expressão nela classificadas na subcategoria "Orientação preferencial para um dos papéis" pertencem a mulheres e dizem unicamente respeito ao papel parental. De igual modo, a análise desses mesmos comentários mostra que as mulheres de ambas as gerações exprimem sentimentos claramente mais positivos do que os homens em relação a esse domínio da sua vida e do que em relação ao trabalho. Recorde-se, ainda que o nascimento dos filhos é evocado pelas mulheres como o mais importante dos acontecimentos marcantes da sua vida (Aboim *et al.*, 2005). O facto do trabalho aparecer secundariamente investido não pode deixar de ser visto como um sinal de que em nome da parentalidade as mulheres parecem não só estar dispostas a pôr em causa a sua presença no mercado de trabalho como também a fazer cedências relativamente às condições objectivas do papel (Carr, 2002).

Será igualmente importante tentar algumas explicações para o facto de tanto na G1 como na G2, os homens investirem de forma idêntica no trabalho e na parentalidade. A primeira remete para a possibilidade da parentalidade e do trabalho se equivalerem enquanto domínios de identidade que, embora estando associados a diferentes significados, contribuem, na mesma medida, para o sentimento de realização pessoal dos homens (Barnett *et al.*, 1992; Coltrane, 1995; 2000; 2004; Fox & Bruce, 2001). Contudo, no caso dos homens da G1 esta hipótese é infirmada pela constatação de que a parentalidade e o trabalho são os domínios relativamente aos quais se sentem mais insatisfeitos. Observa-se, no entanto, que as percepções de apoio conjugal dos homens das duas gerações não se distinguem e que a conjugalidade se revela para ambos um domínio a que estão associados níveis elevados de satisfação. Mais ainda. Na G1, o investimento na parentalidade dos homens é contingente a percepções de apoio conjugal acima da média. No seu conjunto estes dados sugerem que os investimentos destes homens estão, de algum modo, suportados por dinâmicas que têm lugar

no sub-sistema parental e, mais concretamente, pela interacção com as companheiras. O apoio prestado pelas companheiras parece ser percebido como um *feed-back* positivo relativamente a esses investimentos funcionando como um *reflected-appraisal* confirmatório. Aparentemente, o modo como contracenam com as companheiras no seu papel de pai (e elas no de mãe) é o que lhes permite validar os significados que os mantêm vinculados num determinado grau a esses dois papéis (Burke & Reitzes, 1981; 1991). É aqui que surge a terceira explicação. Ou seja, é possível que tanto os participantes como as companheiras encarem o investimento masculino no trabalho como uma dimensão ou um modo particular de investimento na parentalidade (Cohen, 1993; Cook, 1994; Gerson, 1994; Messner, 1993; Nock & Kingston, 1989; Schor, 1991; Wiley, 1991). É como se desta crença partilhada emergisse um consenso que possibilita que esses papéis mantenham um certo grau de saliência para o sentido de *self* e que as identidades de papel adquiram coerência⁵⁸³. A aceitabilidade desses investimentos (expressa pelo apoio conjugal recebido) deixa antecipar que outras opções de investimento se poderiam tornar problemáticas e acarretar custos importantes para a qualidade da própria conjugalidade (Stryker, 1968; 1980). Vinca-se, desta forma, a importância da relação conjugal na construção de definições para o papel parental e profissional/de trabalhador (Golden, 2001). Contudo, ainda que, neste caso específico, se destaque a contribuição (facilitadora) do elemento feminino do casal, importa ter presente que na G2 investem mais na parentalidade todos os que pertencem ao grupo dos percebem o cônjuge como mais apoiante, independentemente do género.

Já agora, e a propósito da importância do apoio conjugal, vale a pena assinalar que percepções de apoio conjugal acima da média aparecem mesmo associadas, na G1, a níveis superiores de satisfação com a parentalidade, na G2, a níveis superiores de satisfação com o trabalho e, em ambas as gerações, a níveis mais elevados de satisfação com a conjugalidade e com as outras actividades. Trata-se de resultados consistentes com investigações que demonstram que o apoio conjugal tende a amortecer os efeitos negativos a nível do bem-estar psicológico associados ao desempenho de papéis exigentes ou a experiências desagradáveis (*e.g.*, Bolger *et al.*, 1989; Cinamon & Rich, 2002a) sendo ainda fundamental na facilitação de meios que favoreçam a compatibilização dos papéis familiares e profissional, seja diminuindo as exigências temporais ou outros tipos de exigência que possam contribuir para o desgaste emocional, seja revelando expectativas mais flexíveis quanto ao comportamento de papel (Barnett, 1998; Clark, 2000; Greenhaus & Beutell, 1985; Kossek *et al.*, 1999). Na G1, por exemplo, verificou-se que participantes com percepções de apoio conjugal acima da média embora dedicassem mais tempo ao trabalho dedicavam igualmente mais tempo à conjugalidade. Talvez este seja o resultado mais expressivo do processo mais geral de dar e receber apoio que se observa no casal e que corresponde a uma das vertentes do mecanismo

⁵⁸³ Greenhaus e Beutell (1985) também salientam a importância da existência de consenso entre os parceiros de papel relativamente aos requisitos de desempenho do papel como factor que pode diminuir a probabilidade dos indivíduos experimentarem tensão psicológica.

de compensação descrito por Bolger *et al.*, (1989) e outros autores (*e.g.*, Parasuraman *et al.*, 1996). Por outro lado, na G2, entre os homens que percebem o cônjuge como mais apoiante os que dedicam mais tempo à conjugalidade são os que têm mais filhos o que sugere que o tempo dedicado à conjugalidade, enquanto forma de reconhecimento do apoio que lhes é prestado pelas companheiras, seja susceptível de criar nas companheiras a ilusão de que os cônjuges se envolvem nas responsabilidades parentais mesmo que, efectivamente, essas responsabilidades não estejam a ser igualmente repartidas (Backett, 1987; La Rossa & La Rossa, 1981; McKee, 1982). De alguma forma, e embora não tenham sido recolhidos dados junto das companheiras, esta conclusão remete para a ideia de Kessler e McRae (1982) de que, mais do que o comportamento, as mulheres valorizam o significado simbólico da disponibilidade dos companheiros para partilhar o trabalho familiar.

Face à indiferenciação dos investimentos dos homens da G1 e da G2 no trabalho e na parentalidade, poderá ainda considerar-se a possibilidade do *role-balance* ser uma propriedade específica do sistema de papéis masculino revelando que, internamente, o papel parental e o papel profissional/de trabalhador estão organizados de uma forma que permite aos homens representar com alguma clareza o lugar que cada um desses papéis deve ocupar nas suas vidas. A julgar por dados da investigação que apontam a menor plasticidade das trajectórias profissionais dos homens como um indicador de uma menor disponibilidade para alternar a intensidade do seu envolvimento com cada um desses dois domínios de vida em resposta a situações específicas (Wall & Guerreiro, 2005), poder-se-ia admitir que a associação do *self* a certas actividades, se faz no caso dos homens, em função do hábito (Marks & McDermid, 1996).

Na G1 foi possível observar a presença de uma interacção significativa entre o nível profissional dos participantes e o número de filhos na base das variações de investimento dos participantes. Relativamente aos participantes da G1 entre os que exercem actividades profissionais de nível inferior, os que têm mais filhos são os que mais investem no trabalho. Uma vez que não se registam diferenças significativas em função de nenhuma das VI em relação ao investimento na parentalidade⁵⁸⁴ e tendo presente a possibilidade atrás referida do investimento no trabalho configurar uma dimensão do investimento parental, poder-se-á considerar que a presença na família de um maior número de dependentes constitua um factor importante da centralidade psicológica do trabalho para estes pais e mães. Por outro lado, atendendo às características objectivas da situação profissional em que se encontram (profissões pouco diferenciadas, associadas a salários baixos, implicando níveis reduzidos de autonomia e de desafio) poder-se-á admitir a hipótese destes indivíduos encontrarem significado para o trabalho não em dimensões intrínsecas do trabalho mas nos próprios filhos, isto é, em dimensões

⁵⁸⁴ Foram, no entanto, encontradas diferenças entre os participantes com profissões de nível superior e os participantes com profissões de nível inferior em relação à dedicação de tempo à parentalidade. Os primeiros investem mais tempo na relação com os filhos do que os primeiros, resultado é consistente com a hipótese da maior dificuldade sentida pelos segundos em assegurar um nível de rendimento capaz de garantir o sustento da família (sobretudo, no caso de descendências numerosas) estar associada à alocação de menos tempo à parentalidade, ou seja, a menores oportunidades de envolvimento presencial e de interacção com os filhos.

extrínsecas do trabalho que possam contribuir directamente para a sua capacidade de responder às necessidades de uma prole numerosa⁵⁸⁵. A apoiar esta interpretação está, por um lado, o facto dos participantes com mais filhos serem os que, nos seus comentários, se manifestam mais satisfeitos com a vida (o que leva a crer que a importância dos filhos os faça relativizar os sacrifícios a que se vejam obrigados) e, por outro lado, o resultado que indica que entre os participantes que têm menos filhos, os profissionais de nível superior são os que mais investem mais no trabalho. Neste caso, as actividades profissionais destes participantes, à partida mais estimulantes, poderão pela sua própria natureza, influenciar o grau de saliência do trabalho para a sua identidade, como o parece comprovar o facto dos investimentos no trabalho dos participantes desta categoria profissional (*i.e.*, superior) superarem os de profissionais de nível inferior e intermédio que, tal como eles têm um número mais reduzido de filhos. Repare-se, ainda, que são os profissionais de nível superior os que se sentem mais satisfeitos com o trabalho e que são os participantes com mais filhos e com profissões de nível inferior (em especial as mulheres) os que se manifestam mais satisfeitos com a parentalidade e exprimem insatisfação com o trabalho (neste último caso, independentemente do género). Não sendo possível determinar uma direcção de causalidade, poderia ainda supor-se que os profissionais de nível superior investissem mais no trabalho por não se confrontarem com os constrangimentos associados a uma descendência numerosa ou até que, nesse grupo de participantes, a saliência do trabalho estivesse na base de práticas procriativas mais contidas. Todavia, os restantes resultados até agora revistos, aparentemente, põem em causa a validade destas hipóteses.

Na G2, o nível profissional também aparece associado a diferenças de investimento no trabalho, com os participantes que desempenham actividades de nível intermédio a investirem significativamente menos no trabalho do que os que são profissionais mais qualificados. Uma vez mais parece inevitável compreender este resultado, segundo uma perspectiva utilitária, isto é, em função das especificidades das profissões que exercem e da natureza das recompensas (ou custos) que as suas ocupações profissionais lhes proporcionam (Lobel, 1990). Com efeito, tendo em conta que os indivíduos que integram a categoria de profissionais de nível intermédio, correspondem ao segmento do pessoal técnicos, dos funcionários dos serviços administrativos, de outros serviços e vendedores (estando estes dois últimos representados na amostra numa proporção claramente superior aos primeiros), poder-se-á deduzir que face ao carácter repetitivo do seu processo de trabalho, à reduzida autonomia, à falta de flexibilidade de horário e ao mais modesto nível salarial que auferem, estes participantes se sintam menos motivados a investir no seu trabalho do que participantes com ocupações profissionais substantivamente mais complexas. Sublinhe-se que os trabalhos desenvolvidos por Menaghan e colaboradores (Menaghan & Parcel, 1991;1995; Parcel & Menaghan, 1990;1994;1993;1995) põem em

⁵⁸⁵ Não deixa de ser curioso verificar que, nesta geração (G1), os indivíduos com profissões de nível intermédio e inferior investem mais na parentalidade quando percebem o cônjuge como mais apoiante o que parece querer dizer que, não só os investimentos no trabalho como também os investimentos na parentalidade parecem ter um *locus* motivacional externo de natureza interpessoal: estes indivíduos investem no trabalho “por causa” dos filhos e investem na parentalidade “por causa” dos/as companheiros/as.

evidência a tendência das mulheres que trabalham em actividades de reduzida complexidade substantiva (sendo as mulheres que, na amostra, estão em maioria no grupo dos funcionários administrativos) para experimentarem níveis superiores de mal-estar psicológico e apresentarem uma auto-estima mais fraca. Na presente investigação são também as mulheres de nível profissional intermédio as que, comparativamente às de nível profissional superior, se sentem menos satisfeitas com o trabalho. Não tendo sido possível obter evidência empírica de um efeito similar no caso dos homens, tais conclusões apoiam a suposição de que o trabalho que os participantes de nível profissional intermédio realizam não lhes proporcione gratificações pessoais no mesmo grau em que delas usufruem os profissionais de nível superior. A análise de conteúdo dos comentários dos participantes com profissões de nível intermédio revela que, das três categorias profissionais são os que mais descrevem a parentalidade e o trabalho em termos de equilíbrio perdas/ganhos, ou seja, são os que mais diferenciam as vantagens e das desvantagens associadas aos dois domínios de vida, ainda que sejam os que se mostram satisfeitos com a parentalidade e que enunciam mais expectativas de papel relativamente a esse domínio.

Importa ainda salientar que uma boa parte dos participantes enquadrados nesta categoria profissional se encontravam vinculados a organismos públicos nos quais, no momento da recolha dos dados, estava em curso um processo de remodelação dos serviços. A experiência de contacto directo com estes funcionários permitiu perceber que viviam, em termos profissionais, uma situação de incerteza relativamente à permanência nos seus postos de trabalho ou à transferência para outros sectores da organização. Estas observações de campo parecem mostrar-se relevantes na compreensão do menor investimento no trabalho deste grupo de participantes permitindo relacioná-lo com a insegurança, a preocupação e a desmotivação sentidas (e publicamente expressas) por uma parte significativa destes participantes em relação ao futuro da sua situação de trabalho. De algum modo, este último dado remete para o conceito de *role-balance*, isto é, para uma visão do sistema de papéis como um *working-model* interno cujo funcionamento permite aos indivíduos flexibilizar os seus sentimentos acerca do lugar de uma actividade no conjunto das identidades que compõem o *self* como um todo, durante episódios ou circunstâncias difíceis. (Marks & McDermid, 1996).

Aliás, quer estes participantes (de nível profissional intermédio) quer os participantes com actividades de nível inferior mostram-se mais investidos na parentalidade do que os que são profissionais de nível superior. De algum modo, a qualidade das experiências profissionais actuais destes últimos justificam a maior saliência que o papel profissional assume para si comparativamente aos restantes participantes. No entanto, será igualmente de ter em conta, os próprios antecedentes biográficos da orientação para esse papel pensando no investimento feito na sua formação académica como um indicador remoto da centralidade psicológica do projecto profissional para estes participantes. Em contrapartida, os investimentos parentais mais elevados dos participantes profissionalmente implicados em actividades de nível intermédio e inferior, parece remeter, na lógica do *role-balance*, para a presença de um

mecanismo de compensação, que aparentemente se mostra mais saliente no caso dos primeiros já que é nesse grupo que se observa mais claramente um padrão de investimento diferencial em cada um dos domínios (*cf.* Padrão II) (Champoux, 1978). A análise dos comentários dos participantes permite mesmo constatar que os profissionais de nível intermédio são os que avaliam mais positivamente o seu desempenho na parentalidade e que os que têm profissões de nível inferior são os que se manifestam mais incertos quanto à qualidade do seu desempenho no trabalho (*i.e.*, produzem avaliações mais evitantes ou ambivalentes) o que denota que, ao contrário do que acontece com os primeiros em relação à parentalidade, este não seja, para estes últimos, um domínio para o qual estejam psicologicamente orientados. Presume-se, por conseguinte, que o maior investimento destes dois grupos de participantes na parentalidade é uma forma de lidarem com a insatisfação sentida no trabalho, ambiente onde, supostamente, estão sujeitos a experiências negativas ou que não lhes proporciona recompensas suficientes ou significativas (Edwards & Rothbard, 2000)⁵⁸⁶.

Esta hipótese parece encontrar apoio na existência de variações de satisfação com a parentalidade no grupo dos participantes de nível profissional inferior em função do número de filhos e do género. No caso dos homens a presença de menos filhos traduz-se em níveis superiores de satisfação parental e, no caso das mulheres, são as que têm mais filhos as que se sentem mais satisfeitas. Provavelmente, o processo pelo qual o número de filhos condiciona a eficácia do mecanismo de compensação na vida de pais e de mães é influenciado por concepções de género mais tradicionalistas, mais comuns, justamente, em indivíduos provenientes de famílias de classe “baixa” (Menaghan & Parcel, 1995). De resto, os comentários destes participantes são os que mais deixam transparecer visões/concepções mais tradicionais quanto aos papéis de género⁵⁸⁷. Neste caso, os pais parecem encontrar mais oportunidades para usufruir de gratificações na parentalidade se, por um lado, quando em família, não se sentirem excessivamente absorvidos e expostos às solicitações de um grande número de filhos e, por outro lado, o sustento dos filhos não constituir um factor que lhes lembre a necessidade

⁵⁸⁶ É interessante verificar como os participantes de nível profissional intermédio e inferior se distinguem no plano do discurso. A análise de conteúdo dos seus comentários permite verificar que, ao passo que os primeiros são os que mais apontam as condições de trabalho como um factor que constrange o seu envolvimento nos dois papéis e tendem a destacar as crenças, atitudes e atributos pessoais como aspectos que lhes permitem lidar melhor com as dificuldades da acumulação de papéis (ainda que reclamando por maior apoio estatal/legal), os segundos atribuem mais essas dificuldades às condições do contexto histórico, económico e social e aos aspectos ligados aos filhos apelando mais à necessidade de reforço do apoio conjugal.

⁵⁸⁷ Quando as unidades de expressão situadas nesta subcategoria (*i.e.*, “concepção/vivência tradicional dos papéis de género”) são analisadas em função da geração e do género, verifica-se que é nos comentários dos participantes da G1 (sobretudo no dos homens) que elas mais se encontram representadas sendo nulas as referências que remetem para representações mais igualitárias. No caso dos participantes da G2 regista-se um maior equilíbrio entre os dois tipos de concepções/vivências (tradicionais e pós-tradicionais) observando-se que o discurso dos homens se revela mais tradicionalista do que o das mulheres (que exprimem pontos de vista mais favoráveis à igualdade). Parece, efectivamente, que, por força das circunstâncias, e muito pela acção das mulheres, as ideologias mais tradicionais de género se estão, progressivamente, a esbater (Andrade, 2006; Carr, 2000; Greenglass & Devins, 1982; Guerreiro & Abrantes, 2004; Slevin & Wingrove, 1983; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Loo & Thorpe, 1998; Schroeder *et al.*, 1992) mas tardará a surgir uma inteira convergência entre as expectativas e as práticas de homens e de mulheres. Não só é ainda reduzido o número de homens que, comparativamente às mulheres, se mostra disponível a fazer ajustamentos significativos na sua vida profissional para acomodar o papel parental como os projectos profissionais das mulheres sejam vistos pelos homens como um direito social das mulheres, a maioria defende que as mulheres devem dar prioridade à maternidade na sua vida em detrimento da realização profissional (Vasconcelos, 1998).

de se envolverem mais num domínio afectivamente pouco investido e pouco gratificante como parece ser, para estes homens, o trabalho⁵⁸⁸.

A título de curiosidade, repare-se que, independentemente do nível profissional, são os participantes com menos filhos os que experienciam maior satisfação com as outras actividades, o que significa que, na eventualidade de um vínculo afectivo mais fraco com o trabalho, os filhos só representem um domínio satisfatório se, por um lado, não os forçarem a dedicar-se mais no trabalho (como poderia acontecer no caso de progénies de maior dimensão) e, por outro lado, não limitarem o seu envolvimento noutras actividades.

Importa, no entanto, ressaltar que, quando se atende exclusivamente ao efeito do nível profissional dos participantes, os que são profissionais de nível inferior experienciam significativamente menos satisfação com as outras actividades do que os que são profissionais de nível superior. Acrescente-se que são os participantes com profissões de nível inferior os que, nos seus comentários, se manifestam menos satisfeitos com a vida. Certamente, tal resultado não será indiferente a factores económicos que afectam o tipo de opções que os indivíduos de cada um desses grupos fazem quanto às formas de ocupação do tempo em que não estão a trabalhar nem envolvidos com aspectos da vida familiar podendo também ser explicado à luz do fenómeno de contágio através do qual as experiências subjectivas associadas ao domínio profissional despoletariam sentimentos negativos que seriam transferidos para o domínio do lazer afectando a satisfação com esse domínio (*e.g.*, Crouter; 1984; Crouter *et al.*, 1989; Menaghan & Parcel, 1991; 1995; Parcel & Menaghan, 1990; 1993).

Relativamente às mulheres, a existência de mais filhos representa a possibilidade de reforçarem e reconstruírem a sua identidade de mães, na vivência de uma relação diferente com cada filho que as faz sentirem-se especiais e insubstituíveis (Thompson & Walker, 1989). Os sentimentos positivos associados à maternidade e a percepção de que são autónomas e competentes na resposta a dar às necessidades de cada um dos filhos, ao tornarem a parentalidade uma experiência enriquecedora e agradável para estas mulheres, permite-lhes compensar os dissabores ou as privações que caracterizam a sua relação com o trabalho. Talvez esta diferença na postura de homens e de mulheres em relação ao número de filhos esteja na base da dualidade observável nos comentários dos participantes com mais filhos. Com efeito, a análise do conteúdo desses comentários permite diferenciar duas posições opostas: os

⁵⁸⁸ Repare-se que, independentemente do nível profissional, são os participantes com menos filhos os que experienciam maior satisfação com as outras actividades, o que significa que, na eventualidade de um vínculo afectivo mais fraco com o trabalho, os filhos só representem um domínio satisfatório se, por um lado, não os forçarem a dedicar-se mais no trabalho (como poderia acontecer no caso de progénies de maior dimensão) e, por outro lado, não limitarem o seu envolvimento noutras actividades. Importa, no entanto, ressaltar que, quando se atende exclusivamente ao nível profissional dos participantes, os que são profissionais de nível inferior experienciam significativamente menos satisfação com as outras actividades do que os que são profissionais de nível superior. Certamente, tal resultado não será indiferente a factores económicos que afectam o tipo de opções que os indivíduos de cada um desses grupos fazem quanto às formas de ocupação do tempo em que não estão a trabalhar nem envolvidos com aspectos da vida familiar podendo também ser explicado à luz do fenómeno de contágio através do qual as experiências subjectivas associadas ao domínio profissional despoletariam sentimentos negativos que seriam transferidos para o domínio do lazer afectando a satisfação com esse domínio (*e.g.*, Crouter; 1984; Crouter *et al.*, 1989; Menaghan & Parcel, 1991; 1995; Parcel & Menaghan, 1990; 1993).

filhos tanto aparecem como factores facilitadores como obstaculizadores do investimento e da gestão do duplo papel.

Para além do que foi observado quanto às implicações do número de filhos nos investimentos de homens e mulheres de nível profissional inferior, verifica-se, na G2, que também a idade dos filhos se reflecte no investimento parental dos participantes. Mais especificamente, os que têm filhos em idade pré-escolar investem mais na parentalidade do que os que são pais/mães de adolescentes. Com efeito, uma vez que é na fase pré-escolar que as crianças estão mais dependentes dos cuidados dos adultos, essa constitui uma primeira importante ocasião para que os indivíduos explorem a centralidade psicológica da paternidade/maternidade para si e definam significados para essa identidade de papel. Num período em que as necessidades de atenção, de protecção, de segurança e de conforto das crianças são maiores, os seus comportamentos tendem a funcionar como estímulos que visam lograr a proximidade física e o envolvimento afectivo das figuras cuidadoras (Bowlby, 1982). O modo como os pais avaliam a disponibilidade dos seus recursos emocionais, o modo como percebem a sua capacidade de interagir com os filhos e de satisfazer as suas necessidades, os significados que extraem das memórias infantis das relações de vinculação precoce com os seus próprios pais (Birgen, 1990; Bowlby, 1984; Contreras, 2000; Feeney & Noller, 1990; Koren-Karie, 2000; Main *et al.*, 1985), são aspectos susceptíveis de influenciar, nesta altura, o investimento na parentalidade. São eles que permitem que, nesta fase, sejam (re)construídos significados para o papel parental num processo que pode desorganizar transitoriamente os modelos internos da vinculação e pôr em causa a coerência do self (Epstein, 1980; Sroufe & Fleeson, 1986) implicando uma reestruturação das representações internas acerca de si próprio (Bowlby, 1980; 1988).

Os pais mais investidos na parentalidade serão, porventura, aqueles que, neste processo, encontram na relação com os filhos a oportunidade de reorganizar o seu sentido de *self* recuperando a segurança afectiva que lhes faltou na infância (Bretherton, 1995) bem como os que avaliam positivamente o seu desempenho (*i.e.*, sentem que compreendem e sabem lidar adequadamente com as necessidades de dependência dos filhos). Nesta fase da infância, estas dimensões poderão dar um sentido especial à parentalidade. Ao sentirem-se essenciais e indispensáveis aos filhos e ao depositarem neles suas fantasias e esperanças (Slade & Cohen, 1996; Sullivan, 1953; Thompson & Walker, 1989), é provável que os significados que são construídos pelos participantes para o papel parental estejam mais “vivos”, mais activos e sejam mais salientes para o *self* neste período do ciclo de vida dos filhos do que no período da sua adolescência. Claro que a maior necessidade que sentem de estarem presentes e atentos aos inúmeros apelos de uma criança pequena, parece revelar a outra face deste elevado investimento na parentalidade nos níveis superiores de sobrecarga que estes pais reportam comparativamente aos que são pais de adolescentes.

À medida que a estrutura psicológica do adolescente ganha maturidade e que as novas capacidades (cognitivas, emocionais, interpessoais, morais, ...) adquiridas no curso do seu desenvolvimento lhe permitem afirmar e confiar num Eu autónomo, a responsabilidade pelas suas escolhas e pelos seus projectos fica cada vez menos dependente dos pais (Erikson, 1968; Figueiredo, 1985; Marcia, 1980). Numa altura em que o padrão de ligação afectiva pais-filhos carece de reformulação (Cooper *et al.*, 1983; Grotevant & Cooper, 1983; 1985), o menor investimento na parentalidade dos participantes que são pais de adolescentes pode, por conseguinte, ser visto como uma forma das figuras parentais lidarem com as questões da diferenciação e da separação psicológica dos filhos parecendo reflectir quer a aceitação do processo de individuação dos filhos quer a sua disponibilidade para re-orientar os seus investimentos para outras relações ou objectos (Figueiredo, 1985). Isto mesmo parece ser comprovado pelos dados relativos à alocação do tempo ao mostrarem que, são os participantes com filhos adolescentes, os que dedicam mais tempo à conjugalidade.

1.3.2. Padrões de Investimento

▪ **Questões de Investigação D** (*cf.* Objectivos 1 e 2): Haverá diferenças de geração e de género na distribuição dos participantes por cada padrão de investimento? Qual o perfil que emerge da análise dos comentários dos participantes pertencentes a cada padrão?

A opção inicial pelo recurso à análise de *clusters* para identificação dos padrões de investimento, permitiu concluir que nenhuma das três soluções testadas se mostrava ajustada aos objectivos de investigação (*cf.* Anexo 21). Contudo, os resultados obtidos não deixam de ter interesse em si mesmos na medida em que permitem descrever a estrutura natural dos dados de investimento encontrados nas duas amostras geracionais. Embora se pudesse esperar que os resultados evidenciassem padrões de investimento susceptíveis de manifestar características específicas do contexto histórico e social de cada geração, na verdade, o facto de em nenhuma das gerações ter emergido um *cluster* que pudesse corresponder ao padrão de investimento baixo na parentalidade e alto no trabalho (Padrão III), constituiu, antes de mais, prova de uma importante regularidade intergeracional no que se refere à saliência relativa da identidade parental dos participantes.

Refira-se, aliás, que este resultado se mostrou divergente do encontrado por Cinamon e Rich (2002a) junto de uma amostra de indivíduos de nacionalidade israelita. Através do mesmo método de análise, estes autores detectaram a existência de um perfil de atribuição de maior importância ao trabalho do que à família (designado pelos autores como *Perfil Trabalho*) apesar de não ter emergido, como aconteceu na presente investigação, um perfil dual caracterizado por investimentos igualmente reduzidos nos dois domínios. Embora Cinamon e Rich (2002a) não se tenham pronunciado relativamente ao facto de não ter surgido um padrão

deste tipo, as características do seu estudo acabam por dar pistas que permitem compreender as disparidades que se observam em cada um dos resultados.

Um dos factores diz respeito à composição sócio-profissional da amostra estudada que apenas incluía técnicos de informática e advogados. Tendo em conta que os próprios autores conjecturam acerca da possibilidade das crenças dos indivíduos sobre a importância do trabalho e da família influenciarem a escolha de profissões ou ambientes de trabalho que lhes permitam conjugar os dois domínios de acordo com essas crenças, é de admitir que as actividades profissionais dos participantes tenham provocado um viés nos resultados que emergiram da análise de *clusters*. Outro dos factores a salientar é o das diferenças culturais existentes entre os dois países nos quais as investigações foram realizadas. Certamente, que essas especificidades culturais não são irrelevantes no que se refere à explicação das diferenças observadas nos sistemas de investimento de emergiram, sobretudo tendo em conta que a organização dos padrões de investimento passa por um processo de estratificação social que varia em função de factores de contexto específicos (Marks, 1979). Entre esses factores incluem-se, naturalmente, os valores que estão na base da matriz cultural e ideológica dominante quanto à importância de cada tipo de actividade e que, uma vez aprendidos pelos indivíduos, tendem a promover mais a integração e/ou a diferenciação do trabalho e da família (Clark & Farmer, 1998).

Claro que é de esperar que as diferenças sejam relativamente mais marcadas quando se comparam sociedades mais colectivistas (como a israelita) ou (tendencialmente) mais individualistas (como a portuguesa) nas quais os significados que tipificam cada actividade como mais ou menos importante serão, à partida, mais contrastantes. É provável que em sociedades mais individualistas as pessoas tenham mais oportunidade para questionarem e relativizarem o sistema social de valores associados ao trabalho e à parentalidade escapando aos investimentos culturalmente impostos a ponto de se assumirem como subinvestidos em dois domínios socialmente relevantes. No caso concreto da sociedade portuguesa, essa maior diversidade de padrões (e de forma especial, a presença deste último padrão de investimento) talvez constitua um sinal de que, nas duas épocas em análise, houve quem reconhecesse ter o direito e a necessidade de definir objectivos pessoais, de ser fiel às suas preferências e de se tornar autor dos seus próprios investimentos o que por si só demonstra que, no plano simbólico e representacional, as evoluções ocorreram de modo progressivo e convergente (Almeida, 1990; Pais, 1998).

Finalmente, e em relação à distribuição dos participantes pelos quatro padrões de investimento definidos em função da média geracional e de género, é de salientar, o equilíbrio observado no número de participantes cujos investimentos correspondem a cada padrão. A análise da distribuição percentual dos participantes pelos quatro padrões de investimento definidos em função da média geracional e de género, permite verificar que a distribuição dos participantes por cada um dos padrões não difere de forma significativa em função da geração, sendo os grupos bastante homogéneos também no interior de cada amostra geracional. Ao

contrário do que foi observado no estudo de O'Neil e Greenberger (1994) não é, neste caso, possível identificar a presença de grupos majoritários ou minoritários, o que quer dizer que o resultado relativo à existência de uma proporção minoritária de participantes no Padrão IV não replicou na presente investigação. Se, na altura, os autores explicavam a sub-representatividade desse padrão questionando a sua viabilidade face às complexidades da vida moderna, o carácter intergeracional da presente investigação parece indicar que, mais importante do que as condições da realidade, parecem ser, neste caso, os processos internos de significação do trabalho e da parentalidade e as próprias diferenças que resultam do investimento individual nos valores sociais que enformam cada um desses domínios.

Tanto os participantes da G1 como os da G2, parecem orientar os seus investimentos para o papel parental e o papel profissional/de trabalhador em função de critérios subjectivos, doutro modo seria de esperar que a variabilidade histórica dos significados associados a cada domínio de vida se reflectisse em diferenças intergeracionais na proporcionalidade da sua distribuição pelos padrões. Aparentemente, o facto de, independentemente da geração, todos os padrões de investimento agregarem um número idêntico de participantes remete, isso sim, para a própria variabilidade interindividual dos significados atribuídos ao papel parental e ao papel profissional/de trabalhador. Desta forma, parece legítimo considerar que, não obstante os investimentos individuais poderem ser governados por normas culturais específicas que prescrevem o modo como os papéis de vida devem ser organizados uns em relação aos outros (*e.g.*, Marks, 1979), existe, igualmente, uma certa margem de indeterminação cultural que permite aos indivíduos configurar os seus investimentos de acordo com posicionamentos, motivações e orientações próprias (Almeida, 1990). Deste ponto de vista, a pertença a cada um dos quatro padrões poderá reflectir um estilo pessoal de investimento que decorre da identificação subjectiva dos participantes com cada um desses domínios e do modo idiossincrático como definem as suas prioridades pessoais de vida (Almeida, 1990; Marks, 1979).

Na G2, contudo, a adopção de uma posição pessoal face ao trabalho e à parentalidade mostra-se, aparentemente, mais dependente de certos preceitos normativos prevaletentes no interior de cada grupo de género (*i.e.*, mais influenciável pelos significados próprios das sub-culturas de género), embora também pareça manifestar as mudanças a que, no processo de evolução social e cultural da sociedade, esses *scripts* de género têm estado sujeitos. Com efeito, o factor género apresenta-se como uma fonte de heterogeneidade na proporção de participantes que se enquadram no Padrão II (IPa/ITb) e no Padrão III (IPb/ITa), grupos nos quais os homens se encontram subrepresentados. Apesar de se constatar que, na amostra masculina, o valor percentual mais elevado aparece associado a uma configuração de investimentos igualmente elevados na parentalidade e no trabalho, parecem persistir bolsas de tradicionalismo em relação aos papéis de género que, aparentemente, sinalizam a relutância de alguns homens desta geração em reconhecerem a parentalidade como um contexto de desempenho de papel que poderá contribuir para o seu sentido de identidade. É claro que não

pode esquecer-se que esta é uma geração de transição, ou seja, uma geração que, historicamente, esteve exposta a modelos culturais e a ideologias de género que faziam a apologia do trabalho masculino no quadro de uma lógica em que ser um bom pai significava trabalhar pelos filhos. As mudanças que, entretanto, se verificaram no pensamento social e nas pautas de acção, incentivam-nos, actualmente, a comportarem-se como “trabalhadores ideais” e como os “pais ideais”. Contudo, não só os parâmetros do que é ser um bom pai ou um bom trabalhador têm de ser redefinidos por si próprios (as prescrições comportamentais aprendidas com os pais mostram-se desactualizadas) como também as organizações não estão estruturalmente preparadas para a valorização e facilitação de uma nova vivência da paternidade (Carr, 2002). Por conseguinte, a coexistência de configurações de investimento masculino distintas na parentalidade pode traduzir o esforço de adaptação dos homens desta geração a um contexto onde, com a profissionalização das mulheres, os dois papéis para além de se terem dissociado passaram a ser desempenhados em condições de tal ambiguidade que até já se antecipa que a insegurança e instabilidade que experimentam no papel profissional os possa levar a valorizar crescentemente o papel parental como fonte alternativa de realização pessoal (Gerson, 1991).

1.3.2.1. Padrão de Investimento e Conteúdo dos Comentários e Observações

Em reforço de algumas das tentativas anteriores de compreensão dos resultados da análise quantitativa relativos aos efeitos do Padrão de Investimento opta-se por destacar algumas das tendências observadas na análise do conteúdo dos comentários e observações dos participantes em função da mesma variável. Importa, de facto, ressaltar que embora tenha havido um envolvimento substancial dos participantes nesta componente do estudo os seus comentários foram, na maior parte dos casos bastante breves (uma ou duas frases e, mais raramente, mais de três parágrafos). Por conseguinte, o desdobramento do sistema de categorias em vários níveis de análise de conteúdo, apenas permite detectar tendências gerais nos primeiros níveis da árvore de categorias (categorias e subcategorias) pois nos níveis mais microscópicos de análise (os que resultam da ramificação das subcategorias) as unidades de expressão aparecem pulverizadas não fornecendo senão indícios do que poderia constituir o sentido das respostas dos participantes caso o corpo de texto submetido a análise fosse mais extenso. Desta forma, embora se privilegia a abordagem dos resultados registados nas categorias principais e nas categorias de segunda ordem (os que se revelam mais fiáveis) serão também referidos – mais pela sua relevância simbólica que pela expressividade numérica das unidades de expressão associadas – alguns dos resultados relativos às restantes subcategorias (de terceira ordem), embora estes últimos devam ser entendidos meramente como pistas ou sinais).

O primeiro aspecto a ressaltar diz respeito ao facto dos participantes que investem de acordo com o Padrão IV (IPa/ITa) estarem representados na amostra do estudo qualitativo em maior proporção do que em qualquer um dos outros padrões, especialmente quando se considera os respondentes da G2. Na G1, o Padrão II (IPa/ITb) é o que reúne maior número de respondentes embora, neste caso, a diferença em relação aos restantes padrões não seja tão expressiva quanto na G2. Uma vez que a participação nesta componente do estudo dependia da vontade de cada um, esta maior disponibilidade dos participantes da G2 com investimentos elevados nos dois papéis para revelarem as suas experiências ou opinarem sobre os temas em estudo não pode deixar de ser valorizada. A sua auto-revelação parece ser, neste contexto, um comportamento que manifesta, ele próprio, a saliência de que se revestem para si estas áreas de vida. O mesmo se diga em relação aos participantes da G1 que apresentam um padrão de sobreinvestimento na parentalidade. Poderá supor-se que a centralidade psicológica do papel parental tenha sido o factor impulsionador do registo de comentários pessoais nos questionários. E os dados comprovam-no. São, justamente os participantes nesta condição (*i.e.*, que investem mais na parentalidade do que no trabalho) os que mais abordam o tema parentalidade e que, juntamente com os participantes do Padrão IV (onde o papel parental é também altamente investido), manifestam sentimentos mais positivos em relação à parentalidade⁵⁸⁹. Este é apenas um primeiro exemplo que demonstra que a distribuição das unidades de expressão pelas diversas categorias do sistema de classificação dos comentários dos participantes se mostra consistente com o teoricamente esperado relativamente a cada Padrão de Investimento. Mas há outros exemplos.

Os participantes com Padrão I (IPb/ITb) de investimento são os que se manifestam mais satisfeitos com a vida e também os que mais se expressam em relação à vida doméstica embora não assumindo uma posição consensual relativamente aos custos e recompensas associados a esta última. São, igualmente, os únicos participantes que se mostram sensíveis a *reflected-appraisals* e os que mais reclamam pela falta de apoio governamental e organizacional. Aparentemente, o facto de não se identificarem de forma especial com nenhum dos domínios e, presumivelmente, não se envolverem de modo pessoalmente significativo em nenhum dos papéis, levá-los-á a ter necessidade de encontrar apoio para a sua identidade na avaliação que os outros fazem do seu próprio comportamento em cada um dos papéis, ou seja, parecem depender do *feed-back* produzido por outras figuras para avaliar as implicações dos seus comportamentos nos outros e explorar, a partir daí, o significado de cada um dos papéis para si (Burke & Reitzes, 1991). Não estando emocionalmente investidos em nenhum dos papéis, será, porventura, difícil sentirem-se motivados a mobilizar os seus recursos pessoais para algum desses papéis ou para a organização prática de estratégias de conciliação. Neste

⁵⁸⁹ De igual modo, mesmo quando apenas se considera o grau relativo de investimento em cada domínio considerado isoladamente, o perfil de resultados apresenta-se coerente. Os participantes que investem menos na parentalidade referem-se menos ao trabalho nos seus comentários ao contrário do que acontece com os que investem mais no trabalho. Estes últimos focam mais frequentemente a relação interpapéis e apelam a factores que exercem um efeito facilitador e/ou constrangedor nesta relação do que os que investem menos no trabalho.

contexto, a alusão ao estado e às organizações como entidades responsáveis mas omissas no que se refere à facilitação da relação trabalho-parentalidade, parece traduzir a procura, no plano extrapessoal, de justificações para a provável insuficiência dos seus próprios esforços para compatibilizar os dois domínios de vida de modo a conservarem uma imagem mais positiva de si tanto no trabalho como na família. Como Frone *et al.* (1992b) concluem os indivíduos que responsabilizam as organizações pela ocorrência de conflito são os que mais tendem a ver mais protegido o seu sentido de mestria e de auto-eficácia, que no caso dos que se integram neste Padrão, já se percebeu que está fortemente dependente de reforços externos. O facto de se sentirem satisfeitos com a vida pode explicar-se, por um lado, por este mecanismo de atribuição externa e, por outro lado, pela menor probabilidade de exposição a conflitos internos que poderiam decorrer da presença de identidades de papel concorrentes (como no caso do Padrão II e III) ou competitivas (como no caso do Padrão IV). O interesse pelas questões da vida doméstica e a ambivalência das suas representações em relação a esse domínio, na falta de informação quanto ao género dos participantes, não se revela de fácil compreensão, embora possa especular-se que, uma vez mais, esteja relacionado com tentativas de exploração de outros objectos investimento, isto é, da procura de significados para o papel parental e profissional por comparação desses a outros papéis (Burke & Reitzes, 1991).

Os participantes com Padrão II de investimento (IPa/ITb) são os que nomeiam mais significados para a parentalidade e que, mais explicitamente, revelam uma orientação preferencial para a parentalidade, o que leva a pensar que talvez sejam os mais conscientes dos valores que colocam a identidade parental no topo da hierarquia de saliência (Burke & Reitzes, 1991; LaRossa & Reitzes, 1993; Stryker & Serpe, 1994). Uma vez que estão fortemente orientados para a parentalidade, compreende-se que, do seu ponto de vista, os aspectos relacionados com os filhos sejam os que mais condicionam o desempenho do duplo papel. São também eles os que mais aludem à experiência de SPTP, um resultado que já anteriormente foi interpretado como podendo sinalizar o facto de, para indivíduos mais investidos na parentalidade do que no trabalho, o sentido de “trabalhar” advir potencialmente das próprias contribuições do trabalho para a parentalidade.

Os participantes com Padrão de investimento de Tipo III (IPb/ITa) são os que mais descrevem situações de SNTP e práticas de acomodação parental o que parece revelar a necessidade imposta pela interferência do trabalho na parentalidade de fazerem investimentos pragmáticos na parentalidade, isto é, de identificarem estratégias que lhes permitam, por motivações de ordem prática, enquadrar melhor na sua vida o papel parental. De resto, trata-se de um padrão que apresenta muitas semelhanças com o Padrão IV, parecendo esta similaridade decorrer do facto de terem em comum um elevado investimento no trabalho. Desta forma, abordar-se-ão os conteúdos mais relevantes associados ao Padrão IV (o padrão de investimento dominante na amostra de participantes do estudo qualitativo) sendo que, sempre

que se justifique, procurar-se-á comparar os resultados que emergiram nesse Padrão com o de outros padrões, nomeadamente o Padrão III.

Os comentários dos participantes que investem de acordo com o Padrão IV contêm mais referências do que os de participantes de outros padrões ao tema "Parentalidade" e juntamente com os participantes com Padrão III versam também mais frequentemente o tema "Trabalho". Relativamente a ambos os temas, é de assinalar a presença de auto-avaliações positivas do desempenho (parental e profissional) bem como a expressão de satisfação em relação à parentalidade (que também se evidencia nos comentários dos participantes com Padrão II) e ao trabalho, sendo ainda de acrescentar a referência à presença de investimento no desenvolvimento profissional (aqui também em comum com participantes com Padrão III), aspectos que, do ponto de vista teórico, são apontados como indicadores de investimento. Lobel (1991), por exemplo, refere-se às elevadas expectativas de desempenho de papel, ao orgulho no papel e à qualidade do desempenho do papel como manifestações atitudinais e comportamentais de investimento. A satisfação que o desempenho de um dado papel acarreta para o indivíduo (Burke & Reitzes, 1981; 1991) e a existência de uma forte correlação entre investimento e *performance* (Fox & Bruce, 2001) aparecem, igualmente, na literatura como dimensões da saliência de um papel para o sentido de identidade individual. Para além disso, o grau de aspirações profissionais é mesmo um dos parâmetros da escala de investimento no trabalho usada neste estudo (Greenberger *et al.*, 1988).

A "Relação Interpapéis" é outro dos temas representativos dos comentários dos participantes com Padrão IV de investimento, sendo neste grupo de participantes que se regista o maior número de unidades de expressão referentes à experiência de "conflito, tensão e sobrecarga". Também se pronunciam mais abundantemente sobre a presença de "Constrangimentos e condicionalismos", atribuindo as dificuldades de gestão do duplo papel de forma particular ao "contexto histórico, económico e social" e às "condições de trabalho". Dado que se está perante uma configuração de sobreinvestimento nos dois papéis, tal significa que estes participantes estão mais sujeitos do que os outros a pressões simultâneas e antagónicas que emergem das suas elevadas expectativas de desempenho em ambos os papéis (Greenhaus & Beutell, 1985). Para além disso, essas pressões internas parecem interagir com exigências ambientais tanto de natureza macrossocial como ligadas à situação de trabalho, o que parece tornar a situação destes participantes ainda mais crítica. A distribuição dos seus recursos pessoais por cada um desses papéis e o estabelecimento de prioridades relativamente ao seu envolvimento comportamental com cada um constituem, seguramente, áreas problemáticas da sua vida pelo que não é de estranhar que nos seus comentários tenham conferido especial relevo ao tópico da relação e da tensão interpapéis.

Repare-se que no caso do Padrão III, caracterizado por investimentos mais elevados no trabalho do que na parentalidade, as condições de trabalho são apontadas não como um condicionalismo mas como o principal factor facilitador da articulação entre os dois domínios. Tal parece sugerir que, não se sentindo divididos entre o investimento na parentalidade e o

investimento no trabalho, a sua forte identificação com o trabalho não só é reforçada pelas características específicas da sua situação de trabalho como lhes permite avaliar essas características mais positivamente. O facto de encararem as condições de trabalho como vantajosas e de não se sentirem especialmente vinculados ao papel parental, leva a que se orientem para o trabalho sem os sentimentos de culpa ou remorso que, provavelmente, marcam a experiência psicológica dos participantes do Padrão IV, grupo no qual talvez sejam externalizados através da atribuição dos conflitos e da sobrecarga a factores do contexto social e/ou do trabalho.

No seu conjunto, estes resultados parecem, assim, confirmar o papel do investimento enquanto variável moderadora da relação entre a experiência de conflito e o bem-estar ou a qualidade de vida dos indivíduos (*e.g.*, Frone *et al.*, 1995; Greenhaus *et al.*, 2001; Greenhaus *et al.*, 2003; Noor, 2004). De resto, embora alguns destes participantes se manifestem “satisfeitos com a vida”, parece que esse é o sentimento daqueles cujo discurso remete para o facto de terem conseguido alcançar uma situação de “equilíbrio” entre os papéis (o número de unidades de expressão é coincidente em ambas as subcategorias) (*cf.* Anexo 30, Quadro AA5).

De igual modo, a maioria das unidades de expressão integradas na subcategoria “Factores Facilitadores” e “Apoio percebido” têm origem nas respostas dos participantes que investem de modo elevado no trabalho, seja no quadro do Padrão III ou IV de investimento. No caso do Padrão IV as “crenças, atitudes e atributos pessoais” sobressaiem na categoria dos factores que possibilitam uma melhor articulação dos investimentos em cada um dos papéis⁵⁹⁰. Uma vez mais a coincidência entre o número de unidades de expressão associadas a este factor e as que foram codificadas nas subcategorias “equilíbrio/integração” e “satisfação com a vida” levam a especular acerca de uma possível ligação entre as três variáveis, hipótese que a confirmar-se traria apoio à ideia de que os indivíduos podem adoptar métodos activos de integração dos papéis e de que há competências e características pessoais que, ao mesmo tempo que contribuem para a consistência da identidade pessoal (Burke & Reitzes, 1991), são susceptíveis de favorecer a capacidade de alcançar um maior equilíbrio entre os papéis (Nascimento *et al.*, 2004). Trata-se, afinal, de admitir a possibilidade dos indivíduos actuarem proactivamente na interface trabalho-família reconhecendo que está ao seu alcance a gestão ou a transformação das condições (internas e externas) que podem minimizar a ocorrência de conflito e favorecer o ajustamento trabalho-família/parentalidade (Barnett, 1998; Clark, 2000; Marks, 1977; 1994; Thompson & Bunderson, 2001; Zedeck, 1992). De resto, e, nesta mesma lógica, Edwards e Rothbard (2000) enfatizam o papel da “intenção” enquanto analisador

⁵⁹⁰ As crenças, atitudes e atributos pessoais não só correspondem ao factor facilitador mais referido pelos participantes da G2 como é dos menos referidos pelos participantes da G1 (que apelam mais a aspectos relacionados com os filhos, especialmente as mulheres). De alguma maneira este resultado também pode ser visto como “um sinal dos tempos”, isto é, da passagem de um modelo institucionalista e normativo para um modelo mais individualista e experimentalista (Vasconcelos, 1998) em que a relação dos indivíduos com o trabalho e a parentalidade é cada vez mais um produto da construção, escolha e negociação reflexiva do *self* (Giddens, 1991) assumindo as suas posturas uma tônica mais auto-referenciada.

obrigatório da dinâmica psicológica que está na base da relação entre a experiência de trabalho e a experiência familiar dos indivíduos.

Este é, no entanto, o único grupo de participantes cujo discurso remete exclusivamente para “concepções/vivências tradicionais dos papéis de género” (não obstante haver indicadores de acomodação profissional do papel parental e de acomodação conjugal), sendo que qualquer um destes resultados parece conjugar-se com a percepção do apoio conjugal como a principal fonte de apoio social disponível. Não tendo sido possível (devido à reduzida dimensão do corpo de conteúdos) discriminar os resultados em função da geração desagregando os dados a partir do Padrão de Investimento, torna-se mais difícil interpretar o sentido destes resultados tendo em conta que poderão reflectir tendências geracionais distintas. De qualquer modo, confirma-se a importância dos processos relacionais e comunicacionais que permitem a homens e mulheres enquadrar na conjugalidade os seus sistemas preferenciais de investimento e negociar estratégias de conciliação trabalho-parentalidade sejam elas mais ou menos tradicionais (*e.g.*, Ashforth *et al.*, 2000; Barnett, 1998; Bolger *et al.*, 1989; Cinamon & Rich, 2002a; Clark, 2000; Fox & Bruce, 2001; Golden, 2001; Greenberger & O’Neil, 1993; Greenhaus & Beutell, 1985; Marks, 1977; O’Neil & Greenberger, 1994; Pittman, 1994; Thompson & Bunderson, 2001)

1.3.3. Relação Interpapéis: *Spillover* e Conflito

▪ **Questões de Investigação E** (*cf.* Objectivos 2 e 3): Em que medida os homens e as mulheres de cada geração experienciam de maneiras diferentes a relação interpapéis? Serão o número de filhos, a idade dos filhos, o nível profissional, o grau de apoio conjugal percebido factores relevantes na diferenciação das experiências dos participantes no que se refere à relação interpapéis? Que dimensão da relação interpapéis melhor caracteriza a experiência de homens e de mulheres relativamente ao *spillover* e ao conflito trabalho-parentalidade? Qual a relação entre o padrão de investimento dos participantes de cada geração e a experiência interpapéis?

O primeiro resultado relevante diz respeito à diferença de género observada em relação ao SNPT e ao CPT em ambas as gerações bem como em relação ao CPT na G1: as mulheres da G1 e da G2 registam níveis de SNPT e de CPT superiores aos dos homens e os homens da G1 níveis de CPT superiores aos das mulheres da mesma geração. Já anteriormente, em relação a resultados comparáveis, tinham sido exploradas algumas das razões que podem estar na base destas variações de género, nomeadamente, no caso dos homens da G1 e da G2, um fraco investimento na parentalidade e a existência de um grau considerável de segmentação entre os dois domínios sendo o trabalho o domínio mais investido; no caso das mulheres da G1 e da G2, a dificuldade em alcançarem uma satisfatória integração dos dois papéis num contexto sócio-cultural desfavorável ao trabalho feminino (G1) ou no qual o trabalho se revela altamente

absorvente (G2), aliada a um forte investimento na parentalidade e à necessidade de validar socialmente a sua dedicação ao trabalho (G1) ou de competir para assegurar o emprego e/ou a progressão profissional (G2).

Com efeito, a maior intensidade com que as mulheres experienciam o SNPT e o CPT, parece explicar-se, pela existência de fortes pressões sociais (G1) e pressões internas (G1 e G2) para a priorização da maternidade e pela antecipação de sanções especialmente negativas no caso do incumprimento das exigências do papel materno (no caso das mulheres da G2 essas sanções podem apresentar-se sob a forma de reacções emocionais de culpa associadas à percepção de poderem não estar a cumprir com as suas obrigações familiares). A necessidade de escapar ao mal-estar decorrente do sentimento de estarem a negligenciar um papel que, para além do mais, é saliente para o seu sentido de identidade, poderá, por um lado, levá-las a não conseguir distanciarem-se das questões relativas aos filhos quando se encontram a trabalhar e, por outro lado, motivá-las a concentrar os seus recursos nos filhos mesmo que isso acarrete a vivência de conflitos entre o papel materno e o papel profissional. No caso da G1, a maior intensidade do CTP registado pelos homens comparativamente às mulheres parece explicável pela adopção, pelos primeiros, de comportamentos conformes às normas sociais vigentes na época quanto aos investimentos masculinos apropriados (Greenhaus & Beutell, 1985). A dedicação masculina ao trabalho reflectiria, por isso, a necessidade sentida pelos homens de corresponder à expectativa de se assumirem como os principais responsáveis pelo sustento do lar, não sendo de estranhar que, na sequência de uma entrega pessoal praticamente absoluta ao trabalho poucos recursos pessoais ficassem disponíveis para o exercício da parentalidade.

Uma vez que homens e mulheres enfrentam diferentes exigências no que se refere à conformidade a certas expectativas sociais, era esperado que a direcção do conflito variasse em função do género (Greenhaus & Beutell, 1985). Contudo, os resultados confirmam apenas parcialmente a hipótese da permeabilidade assimétrica proposta por Pleck (1977) já que embora o CTP se apresente mais intenso no caso dos homens e o CPT no caso das mulheres, feita a comparação da experiência de conflito nas duas direcções no interior de cada grupo de género, o CTP mostra-se invariavelmente mais intenso do que o CPT, um resultado que parece atestar a premência do trabalho para os homens e mulheres da G1. Os resultados obtidos na G2, demonstram a superioridade das mulheres no que se refere à experiência de CPT mas não permitem detectar diferenças de género relativamente ao CTP.

As comparações intrassujeitos fazem aparecer, neste grupo geracional, um panorama ainda mais complexo ao evidenciarem uma interacção significativa entre o género e o nível profissional dos participantes. Embora em todos os casos, os valores mais elevados surjam associados ao CTP (confirmando os resultados de estudos que apontam para a maior influência de preditores ligados ao trabalho nesta direcção de conflito – Frone *et al.*, 1992b), verifica-se que as mulheres de nível profissional inferior e intermédio e os homens com profissões de nível intermédio experienciam significativamente mais CTP do que CPT. Aparentemente, na

interpretação destes resultados torna-se incontornável a alusão às características objectivas dos contextos nos quais, tanto uns como outros, desempenham o seu papel profissional. Trata-se de actividades que têm em comum a falta de flexibilidade o que representa a impossibilidade ou, pelo menos, uma maior dificuldade em negociar as condições de trabalho de um modo que permita assumir mais plenamente as responsabilidades parentais. Para além disso, entre os profissionais de nível superior e intermédio a diferença entre os dois tipos de conflito é mais acentuada na amostra masculina o que faz pensar que as mulheres destas categorias profissionais, ainda que envolvidas em tarefas profissionalmente tão complexas e exigentes quanto os seus pares do sexo masculino, parecem mais capazes do que eles de garantir um certo equilíbrio entre os dois domínios. Dito de outro modo, ao passo que no caso dos homens os níveis mais elevados de CTP parecem resultar da sua maior predisposição a fazer concessões relativamente ao papel profissional, as mulheres parecem conseguir contrabalançar melhor os dois papéis numa lógica de alternância nas cedências que cada um dos papéis lhes exige. De resto, os comentários dos participantes são reveladores disso mesmo já que se verifica uma preponderância de unidades de expressão femininas na subcategoria “Equilíbrio/Integração” dos papéis. De qualquer modo, e particularmente na G2, são as mulheres quem também mais reclama por apoio legal/estatal no que se refere à conciliação do papel parental e do papel profissional/de trabalhador.

Analizadas estas primeiras diferenças de género, parece sobretudo interessante prestar, de momento, atenção à interacção encontrada na G1 entre o número de filhos e o nível profissional dos participantes tanto para o SNPT, como para o SNPT como ainda para o CPT. Com efeito, a existência de mais filhos revela-se no grupo dos participantes com profissões de nível intermédio uma circunstância que agrava a interferência recíproca de um papel sobre o outro e que ainda dificulta a conservação de recursos para a satisfação das exigências profissionais. Nos seus comentários, os participantes com mais filhos aludem, justamente, de modo mais frequente, à experiência de conflito, tensão e sobrecarga. Contudo, no caso de descendências menos numerosas estes participantes apresentam-se em vantagem (*i.e.*, reportam menos CPT, SNPT e SNTP) comparativamente aos que são profissionais de nível superior e inferior e estes últimos em desvantagem (*i.e.*, reportam mais CPT, SNPT e SNTP) em relação aos participantes profissionalmente mais qualificados.

Tendo em conta que os participantes de nível intermédio se situam na dita “classe média” esta maior interferência da parentalidade no trabalho poderá estar relacionada com as maiores expectativas de mobilidade social ascendente possuídas por estes participantes que vêem nas potenciais realizações dos filhos a oportunidade da família se projectar socialmente para um nível superior (Almeida *et al.*, 1994; Barreto, 2000; 2005). Face a esta expectativa, a atenção e o acompanhamento a prestar aos filhos poderão ser vistos como uma condição do sucesso escolar e académico daqueles, tornando-se para os participantes uma prioridade que é mais susceptível de condicionar o desempenho no trabalho na situação em que tenham de atender às necessidades de um maior número de descendentes. A necessidade de monitorizar e

responder às necessidades de mais filhos pressupõe, ao mesmo tempo, um maior esgotamento dos recursos pessoais e, por outro lado, a preocupação com os filhos enquanto último reduto da desejada escalada social, pode produzir uma preocupação mental com questões relativas aos filhos mesmo quando os participantes estão fisicamente envolvidos no papel profissional donde os níveis superiores de CPT.

Refira-se que os profissionais de nível intermédio se apresentam afectivamente pouco investidos no trabalho o que poderá justificar que, por um lado, não estejam especialmente preocupados em salvaguardar o papel profissional da interferência da parentalidade e que, por outro lado, o trabalho, sendo uma dimensão pouco saliente da sua identidade à qual está associado um certo grau de insatisfação, possa estar na origem da transferência de disposições emocionais negativas para o contexto da parentalidade. Deste ponto de vista, também as experiências vividas no trabalho ao prejudicarem a qualidade do desempenho parental podem, igualmente, ser percebidas por estes participantes como um factor passível de pôr em causa a intenção de se envolverem mais intensamente no processo de desenvolvimento dos filhos. Aparentemente, a insatisfação com o trabalho dos participantes de nível profissional intermédio (presumivelmente, associada às condições objectivas de trabalho) tende a transferir-se para a família e a influenciar o seu comportamento parental especialmente quando no ambiente familiar há factores acrescidos de sobrecarga que também são susceptíveis de desencadear o processo de *spillover* na direcção de influência inversa (SNPT). Recorde-se que na G1 são os participantes com mais filhos os que, comparativamente aos que têm menos filhos experienciam mais sobrecarga.

No caso de descendências menos numerosas, os profissionais de nível superior e inferior experienciam mais SNPT e SNTP do que os participantes com actividades de nível intermédio. Face a este resultado, parece incontornável a referência às características do ambiente de trabalho dos participantes pertencentes a esta última categoria e ao grau no qual se revelam mais ou menos facilitadoras da harmonização do papel parental com o papel profissional. O que melhor distingue as actividades de nível intermédio das de nível inferior (categoria a que pertencem os trabalhadores da agricultura, pescas, operários, operadores e indiferenciados) e de nível superior (categoria a que pertencem os empresários, os executivos e os especialistas das profissões intelectuais e científicas) será a maior rigidez das condições de trabalho nomeadamente no que se refere ao cumprimento de um conjunto fixo de rotinas, à execução de tarefas repetitivas seguindo procedimentos estandardizados e ao menor controlo sobre o tempo de trabalho. O envolvimento em processos de trabalho relativamente mecânicos e padronizados pode, por um lado, aumentar a capacidade dos participantes de se abstrair de assuntos relativos aos filhos quando a trabalhar. Por outro lado, o facto de desenvolverem actividades altamente dependentes do contexto pode permitir que os aspectos relativos ao trabalho fiquem mais circunscritos ao local de trabalho e não extravasem para o domínio parental onde, por seu lado, está presente uma condição (o menor número de filhos) que parece favorecer o sentido de controlabilidade pessoal e desfavorecer a generalização dos efeitos das experiências

profissionais. Num e noutro caso, estaria, assim, garantida uma maior impermeabilidade da fronteira família-trabalho que explicaria os níveis inferiores de SNTP e de SNPT.

No caso dos participantes de nível superior, tendo-se já verificado que, entre os que têm menos filhos são os que mais investem no trabalho (comparativamente aos profissionais de nível intermédio e inferior), poderá considerar-se que tenham mais dificuldade em descentrar-se de um papel que é saliente para o seu sentido de identidade (o que explicaria os níveis superiores de SNTP) e que, ao mesmo tempo, sejam mais sensíveis a eventuais falhas nos seus esforços para defender o papel profissional das intrusões da parentalidade (o que permitiria compreender os níveis superiores de SNPT). Para além disso, mesmo quando têm um número de filhos acima da média, experienciam menos CPT do que os que são profissionais de nível intermédio (também com um número elevado de filhos) e menos SNTP e SNPT do que os que são profissionais de nível inferior, o que parece demonstrar o efeito facilitador, directo e indirecto, das suas condições de trabalho. Aliás, as vantagens associadas às suas condições de trabalho são apontadas por eles próprios nos comentários que produziram o que, de algum modo, permite compreender que, embora façam referência à vivência de conflito, tensão e sobrecarga, sejam os que mais relatam experiências de equilíbrio/integração dos papéis.

Aparentemente, a maior autonomia e flexibilidade que enquadra o exercício do seu papel profissional (comparativamente aos que são profissionais de nível inferior) permite-lhes compatibilizar melhor as responsabilidades inerentes a cada papel. Ao mesmo tempo, o maior poder económico que advém do desempenho de actividades de nível superior, coloca ao seu alcance alternativas como a contratação de pessoal doméstico (amas ou empregadas domésticas) que, ao reduzirem a necessidade de assumir a totalidade dos encargos associados à vida familiar, poderá contribuir para que experienciem menos SNPT e CPT do que os participantes que trabalham em actividades de nível inferior. De resto, a análise qualitativa dos comentários produzidos pelos participantes evidencia que, na categoria dos factores facilitadores da relação trabalho-família, os respondentes da G1 são os únicos que aludem à importância do apoio prestado pelo pessoal doméstico, presumindo tratar-se de participantes profissionalmente envolvidos em actividades economicamente rentáveis (*i.e.*, de nível superior). Estas mesmas razões poderão estar na base do grau mais reduzido de CTP que os participantes com actividades de nível superior experienciam comparativamente aos que, profissionalmente, exercem actividades de nível inferior.

Quanto aos participantes de nível inferior, uma vez que os que têm menos filhos são, justamente, os que menos investem no trabalho, os níveis inferiores de SNPT e de SNTP que apresentam comparativamente aos profissionais de nível intermédio podem estar relacionados com a existência de uma menor permeabilidade da fronteira trabalho-família. Na base desta menor permeabilidade estaria a forma mais desprendida com que se relacionam com o trabalho, um domínio que é subjectivamente menos valorizado e, objectivamente, menos exigente, menos complexo e que requer menos responsabilidade. São estes, aliás, (*i.e.*, os que têm menos filhos e desempenham actividades profissionais de nível inferior) os que, comparativamente aos

profissionais intermédios e superiores, registam níveis mais elevados de CPT. Este resultado poderá estar relacionado com a maior tendência destes participantes para canalizar preferencialmente os seus recursos pessoais para os filhos em detrimento do trabalho. Pode acontecer que, na vida destes indivíduos, o papel parental se apresente como um contexto de compensação de experiências profissionais mais pobres.

Talvez o facto do CPT ser mais acentuado quando têm menos filhos do que quando têm mais filhos, se prenda com a maior probabilidade de, em famílias menos numerosas, a interacção entre pais e filhos contribuir para um maior aprofundamento dos sentimentos de proximidade afectiva. Nessas circunstâncias, talvez os pais/mães se sintam mais envolvidos na relação com os filhos e mais desejosos de proporcionarem a esses filhos o melhor de si próprios, mesmo que isso acarrete prejuízos para o seu desempenho no trabalho. Deste ponto de vista, será, porventura, junto dos indivíduos que vivem em condições económicas precárias e que têm menos filhos que o investimento na parentalidade exprimirá mais genuinamente a importância deste domínio para o sentido de *self*. É claro que pode admitir-se a hipótese do reduzido número de filhos ser expressão do maior realismo destas famílias em relação à quantidade de recursos disponíveis. No entanto, é importante ter em conta que, numa época em que os agregados constituídos por menos de seis pessoas constituíam excepção (Barreto, 2000; 2005; Cunha, 2005a), a própria contenção das práticas procriativas (invulgar nas famílias economicamente mais desfavorecidas) (Cunha, 2005b; Saraceno, 1997; Torres *et al.*, 1998), pode, por si só, ser vista como um indicador da intenção destes participantes em concentrar (em vez de dispersar) os seus recursos pessoais num menor número de filhos podendo, dessa forma, assegurar-lhes melhores condições de vida.

Relativamente à experiência de SNTP na G1, verifica-se que na situação em que o número de filhos é reduzido, são os homens quem, comparativamente às mulheres regista valores superiores nesta medida de *spillover*. Sem que também aqui se possa perder de vista o padrão de investimento masculino (os homens investem mais no trabalho do que as mulheres), parece lógico que as experiências vividas num domínio mais investido (o trabalho) afectem negativamente o comportamento dos homens num domínio menos investido. Contudo, este resultado parece servir, antes de mais, para reforçar a diferença de género na experiência de SNTP. Com efeito, em condições de igualdade relativamente ao número de filhos e numa situação aparentemente favorável (aquela em que o número de filhos é menor), parece tornar-se evidente a maior incapacidade dos homens da G1 (comparativamente às mulheres) para filtrarem e/ou amortecerem os efeitos da sua vivência profissional no exercício da parentalidade.

Quanto à experiência feminina de SNTP, a comparação da experiência das mulheres da G1 também evidencia o número de filhos como um factor importante relativamente às variações observadas nesta dimensão. Com efeito, os resultados revelam que é no grupo das mulheres com mais filhos que as intrusões do trabalho na parentalidade se mostram mais salientes. Evidentemente que não pode ignorar-se o facto das mulheres da G1 estarem, independentemente do número de filhos, mais fortemente investidas na parentalidade do que no

trabalho. Neste contexto, a dedicação ao trabalho, aliada à interiorização de um conjunto de prescrições sociais acerca dos comportamentos de género apropriados, pode agravar o sentimento de estar a negligenciar um papel a que, supostamente, deveriam consagrar-se. Neste quadro, a presença de um número superior de filhos na família, parece acentuar, junto destas mulheres, a percepção de que o trabalho limita a sua capacidade de resposta às exigências do papel materno na circunstância em que o volume dessas exigências é proporcional à dimensão da descendência e, porventura, desproporcional em relação aos recursos pessoais disponíveis. Convém não esquecer que são as mulheres e os participantes (homens e mulheres) com mais filhos os que registam níveis superiores de sobrecarga. Paradoxalmente, verifica-se que é nesses mesmos grupos que o CTP se apresenta mais reduzido. Tais resultados levam a pensar que o CTP esteja associado a investimentos superiores no trabalho do que na parentalidade (o que está de acordo com o perfil dos homens desta geração) e que o número de filhos constitua um factor de agravamento da incompatibilidade entre os dois domínios e, por conseguinte, de agudização da experiência de conflito porquanto amplia o volume de exigências associadas ao papel parental aumentando, assim, a probabilidade do indivíduo não ser capaz de lhes responder de modo satisfatório (Greenhaus & Beutell, 1985).

Observa-se exactamente a mesma tendência na G2 em relação ao SNPT, isto é, são as mulheres com mais filhos que experienciam mais SNPT do que as mulheres com filhos únicos e do que os homens na mesma condição (*i.e.*, com dois ou mais filhos). Uma das explicações possíveis segue na mesma linha do que anteriormente já foi referido quer em relação ao acréscimo de exigências que um maior número de filhos comporta para o papel parental quer ao grau de investimento na parentalidade. Neste último factor, parece residir a principal razão da diferença observada entre homens e mulheres com dois ou mais filhos. Com efeito, estando mais investidas na parentalidade do que os homens as mulheres estarão psicologicamente mais centradas nas questões relativas aos filhos sendo que o maior número de filhos actua como uma pressão ambiental susceptível de exacerbar o envolvimento (comportamental e emocional) feminino nas actividades fazem parte do âmbito da parentalidade. O desempenho no trabalho acaba, assim, por acusar as consequências negativas de uma conjuntura de vida da qual participam factores intrapessoais (o investimento no papel parental) e externos (a presença de dois ou mais filhos).

Subtraído o factor externo que actua o sentido da intensificação do envolvimento na parentalidade, torna-se compreensível que os níveis de SNPT se mostrem mais reduzidos entre as mulheres que apenas têm um filho. Todavia, o retrato da experiência de SNPT na G2 só fica completo quando se analisam as diferenças encontradas em função da idade do filho focal e que, um pouco na linha de outros estudos (Grywacz *et al.*, 2002), apontam para níveis superiores de SNPT entre os participantes com filhos em idade pré-escolar (com cinco anos ou menos) comparativamente aqueles cujos filhos se encontram em idade escolar (entre os seis e os onze anos). Uma vez mais, está em causa a conjugação de um factor de contexto (o grau de dependência do filho focal) e de um factor psicológico (a saliência do papel parental). Ainda que

o primeiro permita encarar a orientação os participantes para a parentalidade como essencialmente instrumental ou pragmática (crianças mais dependentes requerem, objectivamente, mais vigilância e cuidados do adulto), é preciso não esquecer que os pais/mães de crianças em idade pré-escolar são os que se apresentam afectivamente mais investidos na parentalidade. Uma vez que é quando os filhos são mais pequenos que colocam exigências superiores e, por vezes, também mais imprevistas – deixando as mães com menos controlo sobre a distribuição do seu tempo e atenção (Higgins & Duxbury, 1994) – é natural que essa circunstância do exercício da parentalidade reforce a tendência interna pré-existente para um maior envolvimento (físico e mental/emocional) com o papel parental e interfira negativamente na qualidade do desempenho no trabalho.

Os pais/mães de crianças em idade pré-escolar são também, de todos os participantes, os que registam os níveis mais elevados de CPT um resultado que não pode, senão, ser entendido em função da quantidade de exigências que crianças em fases mais precoces do seu desenvolvimento colocam aos progenitores, numa altura em que profissionalmente, muitos destes pais enfrentam o desafio de assegurarem uma posição mais sólida no mercado de emprego e têm necessidade de obter reconhecimento pela dedicação e qualidade das suas realizações no trabalho. A entrada dos filhos na escola, marca a transição para um novo estágio de desenvolvimento da criança e do ciclo de vida familiar e traduz-se, nos anos que se seguem, num decréscimo da sua dependência e numa maior estruturação da vida familiar em torno das rotinas do meio escolar. Ao mesmo tempo, outros adultos começam a fazer parte do mundo da criança e a substituir, situacionalmente, os pais na resposta a algumas das suas necessidades. Todos estes factores parecem confluir para que os pais se sintam mais capazes de minimizar a interferência das responsabilidades parentais no domínio do trabalho.

Quanto ao SPTP verifica-se que, tanto na G1 como na G2, predomina entre as mulheres, sobretudo quando exercem actividades profissionais de nível superior, sendo uma dimensão que se destaca igualmente na amostra masculina entre os que são profissionais de nível intermédio. Em primeiro lugar, não é surpreendente que o exercício de actividades profissionais de maior complexidade substantiva, possibilitem e requeiram (mais do que profissões de outros níveis profissionais) o desenvolvimento e a aquisição de competências utilizáveis no desempenho do papel parental. Trata-se, afinal, de um resultado que está de acordo com estudos que comprovam o efeito directo (positivo) das características do trabalho materno e paterno (quando mais complexo) na qualidade do ambiente familiar e o efeito mediador desta última variável a nível do desenvolvimento dos filhos (Kohn & Schooler, 1982; Luster *et al.*, 1989; Menaghan & Parcel, 1991;1995; Parcel & Menaghan, 1990;1993;1994;1995; Rogers *et al.*, 1991). Refira-se, aliás, que, na G2, é neste grupo das mulheres com profissões de nível superior que a experiência de SPTP supera significativamente a de SNTP o que significa que apesar de estarem profissionalmente envolvidas em actividades absorventes estas parecem reverter mais a favor da do papel parental do que contra ele.

Em segundo lugar, o facto de serem as mulheres quem, nesta categoria profissional, experiencia mais SPTP do que os homens parece poder ser explicado de duas formas. Por um lado, estando mais investidas na parentalidade do que os homens é natural que, orientem todos os seus recursos pessoais disponíveis, inclusive os que resultam da sua relação com o trabalho, para o papel materno. O maior protagonismo assumido pelas mulheres no projecto educativo torna mais provável que certas dimensões aprendidas ou reforçadas no trabalho se introduzam no contexto familiar e o influenciem positivamente por via das mães (Knaub, 1986; Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997). Por outro lado, importa ter em conta que no grupo dos participantes que são profissionais de nível superior, são mais as mulheres do que os homens que desempenham actividades em domínios que pressupõem a mobilização de saberes de natureza relacional e comunicacional (*e.g.*, Ensino, Educação e Formação). É, por isso, natural, que estando as mulheres mais ligadas a profissões que envolvem o trabalho com pessoas, sejam elas (mais do que os homens) a sentir que a sua experiência profissional contribui e potencia a qualidade da sua relação com os filhos e a adequação da sua resposta às exigências da parentalidade.

Mais inesperada é a constatação de que os homens que trabalham em actividades de nível intermédio registam mais SPTP do que os homens com profissões de nível inferior (G1) e que do que as mulheres que exercem actividades profissionais do mesmo nível (G2). Efectivamente, este é um resultado que parece reforçar a suposição avançada anteriormente a propósito das expectativas que participantes localizados em patamares intermédios da hierarquia social depositam nos filhos no que se refere ao alcance de um estatuto ou posição socialmente mais favorável. A julgar por dados da investigação que demonstram que, no processo de socialização dos filhos, os homens procuram estimular a valorização do papel de “ganha-pão” nos filhos e incentivar a realização académica bem como o investimento no papel profissional das filhas (Eccles, 1994; Gadsden & Hall, 1996; Gilbert & Brownson, 1998; Larson & Almeida, 1999; Leaper & Vallin, 1996; Zuo, 1997), uma das hipóteses é a de que estes participantes procurem aproveitar das suas experiências profissionais aspectos que lhes permitam influenciar ou orientar os filhos para projectos de profissionais mais ambiciosos. É claro que não está excluída a possibilidade deste resultado ser explicável por factores ligados à natureza das actividades desenvolvidas, sobretudo tendo em conta que uma percentagem significativa dos homens que, em ambas as gerações, pertencem à categoria dos profissionais de nível intermédio trabalham no sector dos serviços e vendas, actividades que envolvem um grau considerável de contacto interpessoal. Comparativamente às experiências profissionais de homens com actividades de nível inferior (que requerem menos interacção social), as destes participantes parecem ser percebidas como úteis ao exercício da paternidade.

O facto das mulheres da G2 que desempenham profissões de nível intermédio experienciarem menos SPTP do que os homens da sua geração pode, igualmente, estar relacionado com características amostrais. Com efeito, na amostra feminina correspondente a esta categoria profissional estão sobrerepresentadas as mulheres que trabalham como

funcionárias administrativas, ou seja, participantes que no seu quotidiano profissional, lidam mais frequentemente com informação e documentação burocrática do que com pessoas. Pode, por isso, ser mais difícil para estas mulheres reconhecerem a importância das actividades que desenvolvem e das competências que exercitam no contexto profissional como uma mais valia para o desempenho do papel materno. Por outro lado, importa ter presente que, comparativamente aos homens, estas mulheres registam níveis mais elevados de SNTP o que significa que, para elas, o trabalho é, sobretudo, um contexto de experiências negativas sendo, por isso, natural que o encarem como causa de perturbação e degradação mais do que de potenciação e promoção do seu desempenho parental. De resto, no grupo das mulheres da G2 é nesta categoria profissional (de nível intermédio) que se situam as mais insatisfeitas com o trabalho.

As duas gerações apresentam semelhanças relativamente ao efeito do número de filhos na vivência do conflito trabalho-parentalidade. Tanto na G1 como na G2 os participantes com mais filhos experienciam mais CTP do que os participantes com menor número de filhos. Trata-se de um resultado cuja explicação não permite ir muito mais além do que já foi referido em relação ao facto da existência de mais dependentes se traduzir em responsabilidades parentais acrescidas e exacerbar a percepção dos participantes quanto à insuficiência dos recursos pessoais que ficam disponíveis para a parentalidade depois de subtraídos os que são gastos no cumprimento das obrigações profissionais. No entanto, é interessante verificar que, a este respeito, mesmo estando em causa um referencial distinto relativamente à fecundidade, a situação de ambas as gerações é comparável. Com efeito, independentemente do valor afectivo atribuído ao trabalho e à parentalidade (se os participantes da G1 investem mais no trabalho os da G2 investem comparativamente mais na parentalidade), este é um resultado consistente com os que foram encontrados por Hackett *et al.*, (1989) e que comprova, transgeracionalmente, a tese de Duxbury e Higgins (1991) segundo a qual a função económica do trabalho lhe confere um poder despótico na vida dos indivíduos que nem as experiências de privação existencial a que possam ficar sujeitos noutros planos da sua realização pessoal são suficientes para por em causa a sua precedência.

O argumento da dependência financeira do trabalho não parece descabido na interpretação do resultado de que as mulheres com actividades de nível inferior registam mais CTP do que as de nível profissional superior e intermédio (a necessidade de garantir o sustento dos filhos levá-las-á a despendar mais tempo e energia no trabalho – de condições, supostamente, mais restritivas – mesmo que isso implique descurar, nalgum grau, o acompanhamento daqueles), embora se mostre limitado na compreensão do que as distingue dos homens do mesmo nível profissional. Com efeito, neste último caso, parecem estar em jogo factores específicos da dinâmica conjugal já que entre os participantes com profissões de nível inferior a comparação de género revela que são, justamente, as mulheres que, comparativamente aos homens, percebem o cônjuge como menos apoiante. É, por isso, provável, que a maior intensidade com que vivem o CTP se deva ao facto de sentirem que nas

situações em que o trabalho as impeça de dar uma resposta cabal às exigências da parentalidade, não poderão contar com o companheiro enquanto figura de rectaguarda disposta a actuar colaborativamente na supressão das suas eventuais falhas. Obviamente, que o menor investimento dos homens na parentalidade e a possibilidade de estarem eles próprios empenhados em contribuir para o orçamento familiar, trazem, de algum modo, um apoio adicional à hipótese de uma provável demissão dos aspectos não materiais da vida dos filhos.

Apenas na G2, foram encontradas variações significativas na experiência de SPPT com as diferenças a aparecem associadas ao número de filhos e ao nível profissional dos participantes desta geração. Os resultados indicam que são os participantes com filhos únicos e os que profissionalmente exercem actividades profissionais de nível inferior (em comparação com os profissionais de nível superior) os que mais sentem beneficiar no trabalho das suas experiências parentais. Em primeiro lugar, parece verosímil admitir-se que a experiência da parentalidade se torne pessoalmente mais gratificante quando vivida num contexto onde os indivíduos não se confrontam com um excesso de exigências e não sintam que a sua atenção, sendo um recurso limitado, é objecto de disputa por parte de um grande número de filhos. A existência de um único filho permite aos participantes investir os seus recursos parentais de forma exclusiva nessa relação tornando-a um contexto significativo de troca afectiva que poderá proporcionar contrapartidas a ambos. Compreende-se assim que, para estes participantes, a presença de um só filho na família ao tornar mais íntimas as oportunidades de interacção lúdica ou de expressão de afectos, seja sentida como um factor revigorante que, ao mesmo tempo, lhes permite aliviar as tensões vividas no contexto profissional e encarar mais positivamente o seu envolvimento com o trabalho (*e.g.*, Barnett *et al.*, 1992).

Na mesma linha, as diferenças encontradas entre os participantes de nível profissional inferior e superior, parecem sugerir que os primeiros, à partida profissionalmente mais carenciados de gratificações ou expostos a condições de trabalho mais desagradáveis, podem percepcionar a experiência parental como uma fonte de motivação externa que dá mais sentido ao trabalho que realizam. Talvez assim se compreenda que, comparativamente aos profissionais de nível superior sejam eles os que apresentam níveis mais reduzidos de SNPT. Ou seja, os momentos de convívio e de interacção com os filhos são vistos como oportunidades de evasão que ao proporcionarem satisfação⁵⁹¹ e bem-estar, trazem mais vantagens do que custos à vida profissional. Estando altamente investidos no trabalho, esta não é certamente a perspectiva dos profissionais de nível superior que, provavelmente vêem as responsabilidades parentais como uma fonte potencial de transtorno e/ou os filhos como um factor distractor que podem diminuir a qualidade do seu desempenho profissional.

Contudo, é interessante verificar que, na amostra masculina, o sentido das diferenças se inverte quando se atende ao SNTP já que os homens com profissões de nível superior

⁵⁹¹ Os resultados relativos à satisfação com a parentalidade indicam que são os homens com profissões de nível inferior com filhos únicos (em comparação com os que têm dois ou mais filhos) e as mulheres de nível inferior com dois ou mais filhos (em comparação com os homens nas mesmas circunstâncias), os que apresentam valores médios de satisfação mais elevados.

apresentam valores mais reduzidos nessa dimensão do que os que exercem actividades de nível superior. Aparentemente, parece até ser possível relacionar este último resultado com o que foi obtido para a dimensão de SPPT. Com efeito, ainda que as actividades profissionais dos participantes com profissões de nível inferior possam ser experienciadas como menos gratificantes, parece que, pelo menos no grupo dos homens, esta maior capacidade para controlar o impacto de experiências profissionais negativas na parentalidade se inscreve numa tentativa para salvaguardar as potencialidades do contexto parental enquanto nicho junto do qual recuperam a disponibilidade psicológica para regressar ao trabalho. Para além disso, há que ter presente que os homens com profissões de nível inferior percebem o cônjuge como mais apoiante (comparativamente às mulheres e aos profissionais de nível intermédio) o que poderá significar que o papel assumido pelas companheiras nos aspectos que se prendem com a prestação de cuidados aos filhos, contribuirá em larga medida para a tranquilidade e prazer que lhes é possível obter de um envolvimento meramente lúdico com os filhos (Thompson e Walker, 1989). A natureza das actividades desenvolvidas por profissionais de nível superior tornam, à partida, mais difícil a regulação deste efeito de contaminação na medida em que o trabalho que realizam, envolvendo um maior grau de responsabilidade e de controlo pessoal, pode: (1) gerar estados emocionais negativos transferíveis para a interacção pais-filhos; (2) requerer a resolução de tarefas profissionais no tempo ou no espaço reservado ao exercício da parentalidade; e, (3) dificultar que se descentrem cognitivamente do trabalho mesmo quando fisicamente não estão nele envolvidos. Das duas categorias profissionais, são estes participantes (de nível profissional superior) os que experienciam menos CPT um resultado que complementa o anterior ao evidenciar o esforço destes profissionais para se manterem dedicados ao trabalho separando-o das responsabilidades parentais o suficiente para não se confrontarem com incompatibilidades entre os dois papéis.

1.3.3.1. Padrão de Investimento e Relação Interpapéis

Tanto na G1 como na G2, são os participantes com Padrão IV (IPa/ITa) e Padrão II (IPa/ITb) de investimento os que experienciam níveis superiores de SPPT. Relativamente a esta dimensão distinguem-se, igualmente, os que investem de acordo com o Padrão II (IPa/ITb) comparativamente aos que se enquadram nos Padrões I (IPb/ITb) e III (IPb/ITa) de investimento sendo estes últimos os que registam valores de SPPT mais reduzidos. Na G2 ainda se observa uma diferença significativa entre os que investem cada um dos papéis de acordo com o Padrão II (menos SPPT) e IV (mais SPPT). Com efeito, no seu conjunto estes resultados parecem evidenciar que, independentemente da geração, na relação com o seu trabalho, os indivíduos parecem beneficiar, em larga medida, das experiências positivas que estão associadas a um papel altamente valorizado como o papel parental, quer o trabalho seja (Padrão IV) ou não (Padrão II) por eles amplamente investido. É ainda de realçar o facto deste mecanismo (*i.e.*, o SPPT) operar de forma menos intensa quando ambos os domínios são

reduzidamente investidos pelos participantes (Padrão I) - situação que leva a crer que o grau de investimento expressivo é um factor que condiciona o potencial sinérgico da relação interpapéis - e quando estes fazem investimentos superiores no trabalho (Padrão III). Neste último caso, fica a impressão de que face à ausência de um investimento elevado na parentalidade, a qualidade do envolvimento dos indivíduos no trabalho se torna mais dependente da qualidade das oportunidades e experiências que o próprio trabalho proporcione.

Quanto à experiência de SNTP, verifica-se que os participantes da G1 com Padrão III de investimento (IPb/ITa) são os que registam os valores mais elevados nesta dimensão sendo esta diferença significativa qualquer que seja o padrão de comparação. De modo semelhante, os participantes que mais experienciam SNTP na G2 são os que apresentam Padrões III (IPb/ITa) e IV (IPa/ITa) de investimento em comparação com os participantes cujo padrão de investimento corresponde ao de Tipo I (IPb/ITb) e de Tipo II (IPa/ITb). A maior susceptibilidade a este tipo de *spillover* dos participantes investidos de forma mais elevada no trabalho do que na parentalidade (Padrão III), parece explicável por problemas na permeabilidade da fronteira que demarca essas duas áreas de vida. Face a esses problemas não é de estranhar que o papel que é para o indivíduo claramente mais significativo seja fonte de intrusão relativamente a outro que é, por si, apenas secundariamente investido. No caso do que se observa, na G2, relativamente ao Padrão IV (IPa/ITa), os valores de SNTP parecem ser expressivos da maior dificuldade que indivíduos internamente mais comprometidos com o seu trabalho terão em manter a salvo o papel parental. Sendo este um papel igualmente saliente é de esperar que apareça associado a tempos reais de interacção pais-filhos superiores e com eles se torne não só mais provável como mais perceptível a ocorrência deste tipo de *spillover*.

Em relação ao SNPT apenas foram encontradas diferenças significativas na G2, que emergiram, mais especificamente, da comparação entre os dois padrões extremos de investimento, ou seja, o Padrão I (IPb/ITb) e o Padrão IV (IPa/ITa). Os participantes que sobreinvestem os dois papéis de vida são os que apresentam níveis mais elevados de SNPT. Uma vez mais parece estar-se perante uma situação na qual o efeito de *spillover* aparece favorecido pela circunstância em que a elevada importância atribuída a um papel afecta negativamente outro papel igualmente valorizado. Com efeito, este resultado poderá ser interpretado na mesma linha do que foi exposto anteriormente relativamente ao SNTP, isto é, da maior probabilidade com que reacções a estímulos aversivos associados a um papel saliente como o parental se generalizam e podem debilitar o desempenho do indivíduo no trabalho sendo este um domínio cujo grande significado para o indivíduo poderá exacerbar o sentimento de incumprimento e acentuar a sua percepção de *spillover*.

O facto de, na G1, não terem sido encontradas variações na experiência de SNPT e de CPT em função do padrão de investimento poderá estar relacionado com o contexto social de vida destes participantes no momento histórico a que se as suas respostas se reportam. Num período de escassez de bens e de profundas dificuldades económicas, a devoção ao trabalho constituía uma das poucas soluções disponíveis para suprir as carências de famílias numerosas.

Desta forma, ainda que exista uma lógica afectiva nos investimentos dos participantes desta geração (é, ela, afinal, que explica que se enquadrem num dos quatro padrões de investimento identificados), este resultado só contribui para realçar o peso da realidade no que se refere à imposição de investimentos pragmáticos, isto é, orientados para a satisfação de necessidades materiais. Fica a sensação de que independentemente da importância psicológica atribuída a cada um dos papéis, o envolvimento com o trabalho corresponde a uma necessidade imperiosa (*i.e.*, para eles, o trabalho reveste-se, acima de tudo, de saliência material) a que tudo o resto (incluindo o apoio emocional aos filhos) se subordina. Num tal cenário nem se compreenderia que os participantes considerassem admissível que a parentalidade prejudicasse um esforço de trabalho que o próprio papel parental (encapsulado numa representação da relação pais-filhos predominantemente instrumental) justificava e contribuía para legitimar. De resto, esta interpretação mostra-se consistente com os resultados obtidos relativamente à dimensão SPPT (se forem perspectivados como indicadores de que a parentalidade se assume como um domínio encorajador da dedicação ao trabalho) e parece encontrar apoio suplementar no que se observou relativamente à experiência de SNTp com os valores mais elevados a associarem-se ao Padrão IV de investimento. De facto, ao verificar-se que as variações desta dimensão reflectem o contraste entre os dois padrões extremos de investimento (*i.e.*, de sobreinvestimento e de subinvestimento nos dois domínios), parece ficar mais claro o facto de não ser possível aos participantes da G1 dissociarem o investimento no trabalho do investimento na parentalidade.

Na G2, os resultados obtidos em relação ao SPTp fazem, desde logo, sobressair uma diferença de género que, nesta geração, não foi encontrada para nenhuma das restantes dimensões de *spillover* e que também não emergiu na G1. Verifica-se, assim, que entre os homens os que investem de acordo com o Padrão II (IPa/ITb) se diferenciam, pela positiva, dos participantes que apresentam um padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb). Ainda no grupo dos homens, os que possuem um padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb) registam valores médios mais reduzidos nesta dimensão do que os participantes com padrão de investimento de Tipo IV (IPa/ITa). Esta última diferença é mais evidente ainda no grupo das mulheres onde também se verifica que as participantes com padrão de Tipo II (IPa/ITb) experienciam níveis de SPTp inferiores aos registados por mulheres cujo investimento se enquadra nos Padrões III (IPb/ITa) e IV (IPa/ITa) de investimento.

Estes resultados podem, de algum modo, ser interpretados como um sinal da maior capacidade possuída por homens para quem a parentalidade é um contexto de identidade saliente para investirem nesse papel aspectos da sua relação com o trabalho mesmo quando este domínio não é para si especialmente significativo. É como se o trabalho só se mostrasse proveitoso quando posto ao serviço da parentalidade, ou seja, em função das mais valias que possa trazer ao exercício de um papel psicologicamente mais central. A julgar pela diferença que se observa entre homens e mulheres relativamente a este padrão, pode também levantar-se a hipótese deste tratar-se de um papel no desempenho do qual os homens talvez se sintam

naturalmente menos preparados o que os levaria a encarar as experiências profissionais como uma fonte de aprendizagens úteis cuja transferência para o contexto parental actuaria no sentido de colmatar as reduzidas aptidões parentais percebidas.

Sendo este um padrão de investimento discrepante do socialmente esperado para o sexo masculino, pode ainda especular-se se o SPTP não funcionará aqui como um mecanismo que permite a estes homens dar um sentido à experiência de trabalhar, motivando-os à manutenção de um nível de dedicação ao trabalho mais conforme às normas de género. A mesma explicação mostrar-se-ia válida no caso das mulheres grupo no qual se verifica que face à circunstância de um fraco investimento na parentalidade, o mecanismo de SPTP opera de forma significativa na presença de um elevado investimento no trabalho. De alguma forma, o facto do investimento superior no trabalho reverter a favor do papel parental parece constituir um factor atenuante de potenciais auto-avaliações negativas decorrentes da violação da expectativa de género que coloca a parentalidade no centro da vida das mulheres. Aparentemente, para estas mulheres, o investimento no trabalho constitui, ele próprio, um factor crítico da sua condição de mães pois o trabalho é a origem dos recursos que suplementam, em termos motivacionais, a sua dedicação a uma parentalidade internamente pouco investida.

A diferença entre os que investem de forma igualmente reduzida e de forma igualmente elevada em ambos os papéis parece sugerir que o investimento funciona como uma importante fonte de alimentação do fluxo interpapel tanto para os homens como para as mulheres. Embora, neste caso, ele se faça na direcção trabalho-família não é de desprezar a possibilidade do investimento no papel parental exercer, de igual forma, um efeito de atracção sobre os elementos que transitam a partir do contexto e da experiência de trabalho.

Relativamente ao conflito interpapéis, os resultados revelam que tanto na G1 como na G2, os participantes com padrão de investimento de Tipo I (IPb/ITb) e de Tipo II (IPa/ITb) experienciam menos CTP do que participantes cujos investimentos correspondem ao padrão de Tipo III (IPb/ITa) e IV (IPa/ITa). Na G2, o CPT revela-se mais intenso entre os participantes com padrão de investimento de Tipo II (IPa/ITb) e IV (IPa/ITa) comparativamente a participantes cujo padrão de investimento corresponde ao Tipo I (IPb/ITb). Ora, sendo esperado que os indivíduos canalizem os seus recursos pessoais para o papel primariamente investido, não é surpreendente que o conflito seja a expressão da interferência do papel que absorve esses recursos no papel que tem, para os indivíduos, uma importância secundária (Greenhaus & Beutell, 1985). Contudo, o aspecto mais interessante é que, na linha das proposições de Lobel (1991), estes resultados parecem dar fundamento tanto à abordagem utilitária como para à abordagem da identidade de papel.

O facto dos participantes com Padrão IV (IPa/ITa) de investimento experienciarem níveis superiores de CTP (na G1 e na G2) e CPT (na G2) mostra-se consistente com a hipótese de uma maior probabilidade de conflito na situação em que ambos os papéis são fonte de recompensas igualmente valorizadas pelos indivíduos e estes se sentem motivados a investir

nos dois papéis de igual modo, mesmo que, objectivamente, não tenham a oportunidade de participar de forma idêntica em cada um deles (Lobel, 1991). Uma vez que estão em causa objectos que interessam e atraem, de igual modo, o investimento dos indivíduos, o conflito pode também resultar da vivência de sentimentos de ambivalência relativamente ao papel que deve ter prioridade (Carlson & Kacmar, 2000) e, por conseguinte, de uma certa diminuição da clareza cognitiva que lhes permitiria canalizar os seus recursos de forma mais calculada em função das exigências de cada um dos domínios.

Quanto aos níveis elevados de CTP e CPT atingidos, respectivamente, por participantes com Padrão III (IPb/ITa - G1 e G2) e com Padrão II (IPa/ITb - G2) de investimento, remetem para a possibilidade de, na origem do conflito estarem discrepâncias na saliência de cada papel (e, por conseguinte, dualidade e incompatibilidade nos valores associados a cada um deles) que ao tornarem concorrentes as identidades de papel, levariam os indivíduos a experimentarem ambivalências nas situações que apelam a evocação de uma dessas identidades. Também Marks (1977) sugere que os padrões de investimento desigual (*i.e.*, sistemas de investimento em que um papel é visto como mais importante do que outro) são os que mais predis põem os indivíduos à experiência de conflito e de sobrecarga não só porque o investimento desproporcional que o indivíduo faz no papel mais investido tenderá a deixá-los com mais expectativas de satisfação ou sucesso e, por isso, mais preocupados e ansiosos com a qualidade do seu desempenho nesse papel, mas também porque existe uma maior probabilidade dos indivíduos se tornarem dependentes desse papel a ponto de o deixar absorver recursos que seriam necessários ao papel secundariamente investido. Embora o envolvimento do indivíduo no papel primário possa gerar recursos (energia e tempo) tais recursos são prioritariamente mobilizados para as actividades que lhe estão associadas uma vez que são consideradas pessoalmente mais gratificantes.

Aliás, também Thompson e Bunderson (2001) salientam que a experiência de conflito será mais acentuada quando perante dois papéis de vida, o indivíduo investe o seu tempo naquele que lhe permite envolver-se em actividades mais significativas, isto é, mais relevantes para o seu sentido de identidade. Aparentemente, é porque o trabalho oferece mais oportunidades para a afirmação da identidade do que a parentalidade que os participantes da G1 e da G2 com Padrão III, investem desproporcionalmente mais recursos no trabalho do que na parentalidade e experienciam mais CTP.

Quanto aos participantes da G2 que se integram no Padrão II é possível que a parentalidade envolva actividades consistentes com a identidade ideal (com o tipo de pai/mãe que desejam ser) e que a satisfação experimentada no papel parental acarrete o investimento nesse papel de mais recursos pessoais e resulte em maior CPT. De resto, talvez valha a pena prestar uma especial atenção a algumas características do perfil de resultados obtido para esses sistemas de sobre e subinvestimentos na G1, ou seja, o Padrão II(IPa/ITb) e o Padrão III

(IPb/ITa), tendo em conta os níveis de sobrecarga e de satisfação que lhes aparecem associados⁵⁹² em comparação com os resultados relativos aos restantes padrões.

Assim, e relativamente ao Padrão II (IPa/ITb), as mulheres de nível profissional inferior experienciam níveis superiores de sobrecarga em comparação com as que são profissionais de nível intermédio. O elevado investimento na parentalidade, ao motivar o direccionamento da atenção, do tempo e da energia para a relação com os filhos podem limitar os recursos que ficam disponíveis para o trabalho sendo que as condições objectivas nas quais as actividades de nível inferior são desempenhadas (condições de maior precariedade e instabilidade) podem agravar o sentimento de impotência face à necessidade percebida de corresponderem maximamente às exigências de um domínio (o profissional) do qual estarão economicamente bastante dependentes. A sobrecarga pode, por outro lado, ter origem num certo conflito interior em que à realização das suas necessidades afectivas (e do provável desejo de investir de forma exclusiva na parentalidade enquanto domínio saliente da sua identidade) se opõe a obrigatoriedade do trabalho como forma de resposta às suas necessidades materiais. A sensação de fadiga e de esgotamento poderá traduzir a intensidade da vivência deste dilema.

Também no Padrão IV os níveis de sobrecarga aparecem mais elevados entre as mulheres que são profissionais de nível inferior mas, neste caso, em comparação com as que são profissionais de nível superior. Com efeito, a sobrecarga parece ser aqui a consequência de uma configuração de investimentos que, ao tornar concorrentes duas identidades psicologicamente centrais, fará com que estas mulheres experimentem ambivalência e procurem desdobrar esforços para dar resposta às exigências associadas aos dois domínios. Nesta circunstância, é provável que o esgotamento de recursos daí decorrente conduza à percepção da incapacidade de desempenhar satisfatoriamente os papéis associados a cada uma das identidades em conflito. Com efeito, ainda que seja esperado que padrões de investimento deste tipo (*i.e.*, de sobreinvestimentos) reflectam a existência de um certo grau de congruência nos valores que lhes estão associados (Lobel, 1991; Thompson & Bunderson, 2001), tal não significa que as participantes não experimentem incompatibilidades entre os dois domínios tendo em conta a quantidade de tempo, de energia e de atenção que cada um deles lhes exige.

O facto de a experiência de sobrecarga das participantes pertencentes ao Padrão IV ser mais acentuada, comparativamente a padrões caracterizados por investimentos reduzidos no trabalho, evidencia [contrariamente aos resultados encontrados por Bolger *et al.* (1989) de que a sobrecarga feminina se associava principalmente à família] que uma parte substancial deste sentimento de sobrecarga tem origem no domínio laboral, o que permite compreender melhor a diferença encontrada entre as mulheres de nível profissional inferior e superior. Talvez seja mais fácil às mulheres que trabalham em actividades de nível superior negociarem algumas das condições de trabalho e poderem sentir-se mais confortáveis na gestão das exigências dos dois papéis. Embora esta maior autonomia e possibilidade de negociação que caracteriza as

⁵⁹² Uma vez que G2 não foram obtidos resultados relevantes relativamente ao cruzamento do Padrão de Investimento com nenhuma destas variáveis, não há matéria que se preste a análise e discussão relativamente a esta geração.

profissões de nível superior seja igualmente uma prerrogativa masculina, verifica-se que os homens de nível profissional superior que investem de acordo com o Padrão IV (IPa/ITa) experienciam níveis de sobrecarga superiores aos que investem de acordo com o Padrão I (IPb/ITb). Com efeito, uma vez que, *a priori*, estes dois grupos de homens estão em igualdade de circunstâncias no que toca às condições em que trabalham, a experiência de sobrecarga é o resultado líquido do elevado envolvimento psicológico com os dois papéis e do confronto com os limites que os impedem de se investirem, comportamentalmente, de forma comparável em cada um deles.

Quanto aos participantes que investem de acordo com o Padrão III (IPb/ITa), os homens e as mulheres de nível profissional inferior experienciam mais sobrecarga do que os que são profissionais de nível superior ou de nível intermédio, respectivamente. Neste caso, e pensando uma vez mais na saliência material que o trabalho assume para os participantes que profissionalmente ocupam as posições mais desfavorecidas (aqueles que, à partida, são os que auferem menores salários), a sobrecarga poderá estar especificamente associada ao sobreinvestimento no papel profissional/de trabalhador. Todavia, ainda que mais remota, não será de excluir a hipótese da sobrecarga profissional funcionar como uma justificação socialmente aceitável para comportamentos parentais omissos a usar, no caso dos homens a usar no domínio privado da vida familiar (LaRossa & LaRossa, 1981; McKee, 1982), e no caso das mulheres a usar também no domínio público. Ou seja, o argumento da falta de tempo e/ou de energia serviria para atenuar os incumprimentos e faltas relativos ao desempenho do papel menos investido (o papel paterno ou materno) constituindo uma desculpa especialmente vantajosa para as mulheres de quem seria socialmente esperado um investimento superior na parentalidade (Gutek *et al.* 1991; Marks, 1977). Parece, no entanto, que nesta geração e, concretamente, entre os participantes com profissões de nível inferior, não poderá considerar-se que esta última hipótese represente a situação da maioria já que, pelo menos no grupo dos homens, o fraco envolvimento na vida família decorrer mais de uma contingência económica de vida do que de uma opção voluntária para a qual precisassem de desculpas ou pretextos. De resto, a pressão das exigências associadas à necessidade de trabalhar parece ser a explicação mais plausível para os níveis superiores de sobrecarga que são experienciados por homens com profissões de nível intermédio e inferior (comparativamente aos profissionais de nível superior) pertencentes ao Padrão I (padrão no qual nenhum dos papéis se assume como central em termos psicológicos e, portanto, não produz pressões internas).

Quanto à satisfação, os participantes do Padrão II (IPa/ITb) com actividades profissionais de nível intermédio, apesar de pouco investidos no trabalho, mostram-se mais satisfeitos com esse domínio do que participantes com nível profissional inferior (e do que participantes com Padrão I e III de investimento). Por sua vez, os participantes do Padrão III (IPb/ITa) com actividades profissionais de nível inferior e intermédio, embora altamente investidos no trabalho mostram-se menos satisfeitos com o trabalho do que os profissionais de nível superior. Se o pressuposto for o de que o grau de investimento num domínio ou papel se

correlaciona com o nível de envolvimento e de participação nas actividades desse papel (Greenhaus & Beutell, 1985)⁵⁹³, trata-se de resultados que, num e noutro caso, podem ser entendidos com recurso à conceptualização de Thompson e Bunderson (2001) acerca da vivência fenomenológica do tempo.

Relativamente ao que se observou no Padrão II, poder-se-á considerar que sendo a parentalidade um domínio psicologicamente central para os participantes com profissões de nível intermédio, o envolvimento com o papel parental pode contribuir para que, durante o tempo gasto em actividades relacionadas com os filhos, os indivíduos acumulem recursos emocionais e psicológicos que lhes permitam sentirem-se mais capazes de resolver a discrepância entre a identidade saliente (e os valores nos quais se apoia) e as características do seu contexto de trabalho de modo a tornar a relação com o trabalho uma experiência mais agradável. Trata-se de uma explicação que é consistente com a visão expansionista dos investimentos de Marks (1977): uma vez investido de significado pelos participantes, o papel parental parece capaz de gerar recursos destinados a um papel pessoalmente menos valorizado (repare-se que a satisfação com o trabalho neste grupo de profissionais de nível intermédio é superior no Padrão II - IPa/ITb - do que nos Padrões I e III, que têm em comum o subinvestimento na parentalidade).

Atendendo a que a que as condições de trabalho associadas a actividades profissionais de nível inferior são, tendencialmente, mais duras, é possível que os participantes que as desempenham tenham mais dificuldade em tirar partido da sua identificação com a parentalidade para reconceptualizar positivamente as características menos desejáveis do papel profissional/de trabalhador (Lobel, 1991). No Padrão IV (IPa/ITa) de investimento são, no entanto, estes últimos participantes (os de nível profissional inferior) os que se mostram mais satisfeitos com o trabalho, o que para além de pôr em evidência a possibilidade de enriquecimento mútuo dos papéis, realça, uma vez mais, que o investimento feito no papel parental parece constituir o *locus* principal do sentimento de satisfação com o trabalho já que a vantagem de satisfação destes participantes se revela na comparação com os que se enquadram nos Padrões I (IPb/ITb) e III (IPb/ITa).

Os resultados associados ao Padrão III (IPb/ITa), parecem ilustrar a quarta proposição de Thompson e Bunderson (2001) que enuncia a possibilidade dos indivíduos sentirem que o

⁵⁹³ Já agora vale a pena salientar que as correlações obtidas no presente estudo entre o investimento no trabalho e na parentalidade e a alocação de tempo às actividades de cada um desses domínios, permitem verificar que em ambas as gerações apenas o valor de r relativo ao par IP/TP parece dar conta da presença de uma correlação (positiva) que embora seja de fraca amplitude ($G1=0,20^{**}$; $G2=0,26^{**}$) confere alguma credibilidade a este pressuposto. No caso do par IT/TT os valores de r são residuais. Tais resultados não devem, contudo, ser abusivamente tomados como expressão da fragilidade do pressuposto que aponta para uma relação entre o investimento e o tempo dispendido nos domínios investidos na medida em que parecem poder ser antes atribuídos à discrepância na métrica de resposta usada na avaliação de cada um das variáveis (no caso do Investimento no trabalho e na parentalidade a classificação de itens uma escala tipo likert de 6 pontos e no caso da alocação de tempo a atribuição de uma proporção do tempo semanal total a cada um de quatro domínios avaliados). Por outro lado, tendo sido usado o mesmo método de medida tanto para a parentalidade como para o trabalho, a diferença nos valores da correlação obtida para cada um desses valores poderá ter outro significado. Porventura, a percentagem de tempo atribuída pelos participantes à parentalidade (TP) terá reflectido mais genuinamente a qualidade dos seus investimento nesse domínio (IP) na medida em que pôde ser estimada à parte dos constrangimentos temporais objectivamente associados ao tempo de trabalho num emprego.

tempo investido num papel pessoalmente mais central ou saliente (o papel profissional/de trabalhador) é preenchido com actividades que não permitem satisfazer aos valores nos quais pretendem alicerçar a sua identidade. Nestes casos, dado que os indivíduos se identificam apenas secundariamente com o outro domínio (neste caso, a parentalidade), esse outro domínio não oferece condições para que o indivíduo possa compensar a discrepância de identidade associada ao domínio primário de investimento. O facto dos profissionais de nível superior serem, neste padrão, os mais satisfeitos com o trabalho significa, que ao contrário dos que pertencem às restantes categorias profissionais, estes sentem que a sua profissão lhes permite realizar valores relevantes para o seu sentido de identidade. O tempo gasto nesse domínio psicologicamente mais central é ocupado com actividades cujo valor e significado intrínseco deixa estes participantes (os que são profissionais de nível superior) menos dependentes das contribuições de outros papéis (neste caso, do papel parental), do que outros cujas actividades profissionais (de nível intermédio e inferior) se revelam potencialmente menos capazes de satisfazer por si só os valores que são sustentáculo da sua identidade.

De resto, das três categorias profissionais, e quando se considera o padrão dos que apresentam investimentos igualmente reduzidos nos dois domínios (Padrão I), os participantes com actividades de nível superior são os mais satisfeitos com o trabalho o que sugere que, mesmo quando o papel profissional/de trabalhador não é valorizado e saliente para a sua identidade, a sua orientação para dimensões externas da situação de trabalho (certamente, mais vantajosas do que nos restantes casos) lhes permite manterem-se motivados para o desempenho profissional. É claro que será importante ter presente a possibilidade de outros papéis (que não o parental) poderem servir de âncora à sua identidade tanto mais que os resultados demonstram que, nesta categoria profissional, os homens que têm mais filhos, se revelam mais satisfeitos com outras actividades para além da parentalidade, da conjugalidade e do trabalho. Essas outras actividades poderão inclusivamente exercer um efeito de *spillover* positivo relativamente ao trabalho podendo ser essa a causa da maior satisfação experienciada nesse domínio.

Curiosamente, observa-se que, também neste padrão (de tipo I) os participantes com menos filhos se mostram mais satisfeitos com as outras actividades do que os que têm mais filhos. No caso do Padrão I, quando nem o trabalho nem a família se mostram apoios relevantes para a identidade dos participantes, e quando os filhos não se apresentam como determinantes significativos dos investimentos nesses domínios, as outras actividades parecem oferecer aos participantes a oportunidade de exprimirem os seus valores e afirmarem a sua identidade. A julgar pelo resultado que se observa no padrão contrastante (Padrão IV – em que os que têm mais filhos são os mais satisfeitos com as outras actividades) parece confirmar-se que, nesta geração, os filhos têm um papel decisivo no modo como os indivíduos atribuem significado ao tempo que dedicam a cada papel. No caso do Padrão IV, em que os participantes sentem que o envolvimento no trabalho e na família contribui para o seu sentido de identidade,

aparentemente a presença de mais filhos não só permite que os dois domínios se reforcem mutuamente como ainda favorece a emergência de uma relação de *spillover* positivo relativamente a outras actividades (com as quais se sentem satisfeitos) podendo supor-se que os próprios filhos sejam motor ou estímulo do envolvimento nessas outras actividades.

1.4. Resultados dos estudos de comparação intrafamiliar

Depois de terem sido apreciadas, a partir de um nível de análise macrossocial, as semelhanças e as diferenças entre gerações foram também exploradas no sistema familiar com um enfoque na relação exosistémica do subsistema parental com o contexto de trabalho das figuras parentais. Através destes estudos procurou fazer-se uma aproximação ao fenómeno da transmissão intergeracional investigando-o a partir das dinâmicas do microsistema familiar tendo-se, para tal, tomado como unidade de análise as díades pai/mãe-filho/filha. No essencial, tais estudos visavam clarificar a influência da família de origem no modo como os indivíduos constroem e atribuem significados preferenciais ao papel parental e ao papel de trabalhador/profissional. Dito de outro modo, pretendia-se verificar em que medida a exposição dos filhos aos investimentos e à experiência interpapéis das figuras parentais se repercutia na qualidade da relação pais-filhos e se os (investimentos dos) pais se constituíam, para os filhos, como fonte de definições e expectativas relativamente à importância a atribuir ao papel de pai/mãe e de trabalhador/profissional na sua própria vida (*cf.* Objectivo 4).

1.4.1. Continuidade e Descontinuidade nos Investimentos de Pais e de Filhos

▪ **Questões de Investigação F** (*cf.* Sub-objectivo 4.1.): Em que medida se observa convergência/divergência entre os investimentos de pais, mães e filhos/as? Qual o grau de afinidade intergeracional entre os padrões de investimento das duas gerações?

Os resultados das análises evidenciam, no que se refere ao domínio do trabalho que as diferenças de investimento apenas se mostram significativas na díade Pai-Filha, sendo possível constatar que os pais se encontram mais investidos no trabalho do que as filhas. Relativamente à parentalidade, as diferenças situam-se nas díades heterogéneas. Neste caso, são as mulheres (mães e filhas) que apresentam investimentos superiores na parentalidade, sendo na díade Pai-Filha que essas diferenças mais se salientam. A estimativa de diferenças no diferencial de IP, apontam para a existência de divergências significativas entre todos os pares comparados, com especial destaque para a díade Pai-Filha (na qual a magnitude das diferenças de investimento supera a registada por todos os outros tipos de díade), observando-se ainda, que o investimento dos filhos na parentalidade se diferencia mais do investimento dos pais do que do das mães nesse mesmo domínio. Quanto ao IT, a comparação revela maiores divergências nas díades Pai-Filha do que nas díades de composição Mãe-Filho e Mãe-Filha.

Uma vez que as convenções sociais relativas aos papéis de género faziam esperar o desfasamento observado relativamente ao IT e ao IP nas díades de composição mista (em particular nas díades Pai-Filha), a principal conclusão suscitada por estes resultados, é a que aponta para a maior importância da mãe (comparativamente ao pai) enquanto figura de referência para os investimentos que os filhos actualmente realizam tanto no trabalho como na parentalidade. Já no final da década de 90, Alves (1998) chamava a atenção para a influência mais decisiva que, através da sua qualificação escolar, as progenitoras assumiam nos projectos de formação dos filhos e convidava a reequacionar o papel da figura materna nos destinos dos descendentes. Com efeito, uma vez que a modelagem entre indivíduos do mesmo género parece ser mais comum do que a modelagem entre indivíduos de géneros diferentes (Blair, 1992; Curtis, 1991) não é surpreendente que as mães possam constituir modelos de investimento no trabalho para as respectivas filhas. De resto, vários autores assinalam o efeito de variáveis ligadas à relação da figura materna com o trabalho nas atitudes e comportamentos das filhas (*e.g.*, Andrade, 2006; Bronfenbrenner & Crouter, 1982; Moen *et al.*, 1997; Malhotra & Tsui, 1999; Smith & Self, 1980; Song, 2001). Bronfenbrenner e Crouter (1982) numa revisão de estudos desenvolvidos na década de 80 verificaram que o trabalho das mães fora de casa tinha um efeito positivo para as raparigas (identificavam-se mais com a figura materna, manifestavam uma concepção mais positiva do papel feminino e tendiam a ser mais independentes). Song (2001) confirmou, no contexto Koriano, que a figura materna exercia uma influência significativa na orientação das filhas para a carreira e no desenvolvimento de atitudes em relação aos papéis de género. Malhotra e Tsui (1999), num estudo desenvolvido no Sri Lanka, observaram a presença de uma considerável similaridade nas atitudes e comportamentos face ao trabalho de mães e de filhas. Em contexto nacional, também Andrade (2006) constatou que as atitudes da mãe em relação ao trabalho/carreira e em relação aos papéis de género influenciavam as atitudes das filhas nesses dois domínios. De igual modo, a autora detectou que nenhuma variável relativa à figura paterna se encontrava relacionada com qualquer variável das filhas (apesar do papel do pai se mostrar especialmente relevante no caso dos filhos), um resultado que, de acordo com Andrade (2006), demonstra que a figura paterna parece ter perdido terreno na tradicional socialização dos filhos/as para o trabalho e que, em contrapartida o papel da figura materna na transmissão de atitudes em relação ao trabalho, à família e aos papéis de género teria ganho mais relevo.

Os resultados da presente investigação parecem dar razão a esta análise de Andrade (2006) sobretudo no que se refere ao facto das divergências entre os investimentos dos filhos e das mães no trabalho serem mais reduzidas do que as que decorrem da comparação de filhas e pais e, principalmente, no que diz respeito ao facto dos investimentos dos filhos na parentalidade se assemelharem mais ao investimento das mães do que ao dos pais. Dado que as mães ocupam uma posição central na vida familiar, a oportunidade de construírem relações privilegiadas com os filhos/as, constituirá, à partida, uma vantagem no que se refere à possibilidade de influenciar vários aspectos do desenvolvimento dos filhos/as (Knaub, 1986;

Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997). Neste caso concreto, e tratando-se de mães que também exerciam uma actividade profissional, parece que os filhos (homens), mais do que se terem tornado capazes de valorizar o investimento feito pelas mães na parentalidade (do qual foram beneficiários), talvez tenham aprendido com a figura materna que seria possível investir mais (do que os pais) na parentalidade sem que isso implicasse ter de descurar a sua relação com o trabalho. A qualidade do desempenho materno do duplo papel ter-lhes-á permitido construir significado para o papel parental num contexto afectivo que, provavelmente, promoveu a percepção da saliência desse papel para a identidade da mãe e a compreensão de que o papel profissional/de trabalhador, tendo importância na vida daquelas, não constituía uma ameaça ao seu (dos filhos) próprio bem-estar. Através do seu exemplo, as mães terão, porventura, criado nos filhos uma maior predisposição para assumirem o papel parental como uma dimensão importante na definição de sentido para a sua própria identidade.

Quanto às afinidades intergeracionais no Padrão de Investimento, os resultados dão conta de um predomínio de situações de discordância entre o PI de pais e de filhos (63,2%), mas ainda, assim, a percentagem de casos em que pais e filhos apresentam o mesmo tipo de padrão é expressiva (36,8%). Claramente, parece demonstrar-se uma maior tendência para a descontinuidade do que para a continuidade intrafamiliar dos padrões de investimento. Embora as explicações que, a este nível mais interessam (*i.e.*, as que apelam a variáveis que supostamente influenciam o processo de transmissão no seio da família) ainda não possam ser avançadas, há um conjunto de factores que permitem compreender a disparidade observada entre os PI de pais e de filhos. Em primeiro lugar, embora os resultados digam respeito a díades familiares é importante ter em conta que entre pais e filhos existe o intervalo de uma geração e, por conseguinte, os investimentos de uns e de outros reflectem, certamente, as características, as necessidades, as oportunidades e as exigências da realidade sócio-cultural que, introduzindo restrições e/ou condicionalismos nos seus esquemas de pensamento e acção, são susceptíveis de ter feito variar os critérios subjacentes aos juízos que produziram ou produzem acerca da importância do trabalho e da parentalidade nas suas vidas. Parece, efectivamente, confirmar-se que, com a alteração dos cenários sociais, os significados que pais e filhos atribuem a cada um desses domínios (e, consequentemente, o modo como os investem) se tenham vindo a tornar menos normativos e menos institucionalizados e tendam a aproximar-se das actuais complexidades e dificuldades do quotidiano sendo que os filhos talvez as estejam a aproveitar para explorar e construir reflexivamente novas posturas e orientações (Almeida, 1990; Euler *et al.*, 2001; Giddens, 1991; Pais, 1998; Vasconcelos, 1998).

Seja como for, uma vez que todos os pais e filhos que participam neste estudo, viveram o mesmo processo de evolução histórica e uma vez que é o indivíduo quem, na perspectiva da construção de um percurso próprio, decide, subjectivamente, a utilidade das memórias familiares para si (Muxel, 1996) terão de ser encontradas outras explicações para a franja de díades nas quais os padrões de pais e filhos convergem. Os resultados que doravante se discutem trarão novas pistas relativamente à compreensão destes casos de continuidade.

1.4.2. Padrão de Investimento dos Pais e Investimento dos filhos

▪ **Questão de Investigação G** (*cf.* Sub-objectivo 4.2.): Em que medida os filhos investem na parentalidade e no trabalho e na parentalidade de modo consistente com o padrão de investimento reportado pelos pais?

À excepção do Padrão III (IPb/ITa) todos os restantes padrões de investimento da figura parental aparecem associados a diferenças significativas no investimento dos filhos. Observa-se que o Padrão I (IPb/ITb) e o Padrão IV (IPa/ITa) exercem efeitos opostos mas consistentes no investimento dos filhos (mas não no das filhas) tanto no trabalho como na parentalidade qualquer que seja a figura parental considerada. Ou seja, participantes que são filhos de pais e de mães com padrão de sobreinvestimento no trabalho e na parentalidade investem mais no trabalho (só díades Pai-Filho) e na parentalidade (díades Pai-Filho e Mãe-Filho) do que os que participantes cujos pais (pai e mãe) se apresentam subinvestidos nos dois papéis de vida. No caso das díades Pai-Filho ainda se distinguem os investimentos na parentalidade dos que são filhos de participantes com Padrão I (IPb/ITb) e com Padrão II (IPa/ITb) de investimento com os descendentes destes últimos a investirem mais na parentalidade. A primeira observação a registar diz respeito ao facto dos investimentos das filhas não se diferenciarem em função do Padrão de Investimento das figuras parentais. Aparentemente, os filhos serão mais sensíveis do que as filhas às manifestações comportamentais dos investimentos parentais o que explica que se tornem capazes de apreender definições e indicações acerca da importância dos papéis de vida tomando como ponto de partida o investimento do pai e da mãe. De resto, este resultado está de acordo com a maior tendência dos rapazes do que das raparigas para apresentarem uma identidade de tipo vicariante (*e.g.*, Andrade, 2006; Gonçalves, 2006), isto é, para se fixarem mais nas opções e orientações dos modelos parentais (reproduzindo-os, como aqui parece verificar-se) ao invés de desenvolverem uma exploração autónoma que lhes permita, tal como parece acontecer com as raparigas, questionar esses modelos e construir significados que dêem origem a soluções de investimento mais diferenciadas e personalizadas.

A segunda observação prende-se com a ausência de diferenças nos investimentos dos filhos em função do Padrão III (IPb/ITa) de investimento dos pais. Com efeito, este resultado poderá ser melhor compreendido em termos da especificidade histórica da experiência dos pais e da maior centralidade psicológica, entretanto, assumida pela parentalidade na geração dos filhos. De uma geração a outra, não só se alteraram radicalmente as condições culturais, económicas, tecnológicas e organizacionais que enquadram a actividade laboral como, paralelamente, mudaram as próprias representações e vivências do trabalho. É, por isso, possível que essas transformações não promovam a identificação dos filhos com um padrão de investimento em que o trabalho absorvia por completo os pais (pouco presentes na vida dos

filhos) assumindo, por vezes, características opressivas e alienantes inaceitáveis num contexto de valorização da qualidade de vida (Almeida, 1990).

É claro que tendo-se valorizado a importância da relação pais-filhos na transmissão dos investimentos, poderá ainda colocar-se a hipótese destes filhos se terem sentido afectivamente penalizados pelo forte investimento no trabalho de pais pouco investidos na parentalidade, e não terem alcançado um grau de identificação aos pais que pudesse aparecer nos resultados sob a forma de uma relação positiva entre os investimentos de uns e de outros. Com efeito e no que toca à influência do padrão de investimento nas memórias da qualidade afectiva da relação pais-filhos, os resultados obtidos indicam que são os descendentes de participantes com Padrão II de investimento (IPa/ITb) os que recordam as figuras parentais como mais carinhosas sendo as diferenças especialmente significativas na comparação com o padrão inverso, ou seja, o Padrão III (IPb/ITa). Trata-se de um resultado que, de algum modo, confere apoio à última hipótese avançada.

1.4.3. Percepções de Investimento dos Pais e Investimento actual dos filhos

▪ **Questões de Investigação H** (*cf.* Sub-objectivo 4.3.): Em que medida a forma como os filhos representam os investimentos das figuras parentais no trabalho e na parentalidade (*i.e.*, a sua percepção dos investimentos parentais) está associado a diferenças significativas no seu próprio investimento no papel parental e profissional/de trabalhador?

De um modo geral, verifica-se que o modo como os filhos percebem os investimentos dos pais no trabalho e na parentalidade se mostra congruente com os seus próprios investimentos. Assim, os filhos que investem de acordo com o Padrão I (IPb/ITb) consideram o pai menos investido no trabalho do que aqueles que investem mais no trabalho do que na parentalidade (Padrão III) e os que apresentam um padrão de investimento de Tipo II (IPa/ITb) percebem a figura materna mais positivamente investida na parentalidade do que quando os seus investimentos se enquadram em padrões caracterizados por investimentos reduzidos na parentalidade (Padrão I e Padrão III). Por fim, os que investem mais no trabalho do que na parentalidade (Padrão III) percebem o pai e a mãe como mais negativamente investidos na parentalidade do que os seus investimentos no trabalho e na parentalidade assumem a importância inversa (Padrão II- IPa/ITb). Tendo em conta o que foi descrito no ponto anterior a propósito da correspondência encontrada entre os padrões de investimento dos pais e os investimentos dos filhos, esta congruência entre os investimentos percebidos dos pais e o padrão de investimento dos próprios filhos parece confirmar a perspectiva segundo a qual a similaridade atitudinal entre pais e filhos é mais elevada relativamente a dimensões da experiência parental que sejam altamente visíveis e salientes durante longos períodos de tempo (*e.g.*, Glass *et al.* 1986; Smith, 1983). Supõe-se, neste caso, que ao longo do período da adolescência dos filhos, os investimentos dos pais se tenham revestido de suficiente visibilidade

e saliência para terem permitido aos filhos percepcionarem com alguma fidelidade as orientações preferenciais das figuras parentais para a parentalidade e/ou para o trabalho e, segundo o que os resultados sugerem, terem feito uso delas como referência relativamente às suas próprias orientações.

Os resultados relativos à percepção dos investimentos maternos apresentam, contudo, algumas particularidades que justificam uma análise um pouco mais extensa. Com efeito, observa-se que a posição na fratria e o nível profissional da mãe influenciam o modo como os participantes com Padrão III (IPb/ITa) e IV (IPa/ITa) de investimento percepcionam o investimento materno no trabalho. Os participantes pertencentes a ambos os padrões representam a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando não são primogénitos e quando a progenitora desempenha actividades profissionais de nível inferior. Uma vez que estas percepções distinguem estes participantes dos que investem de acordo com o Padrão I (IPb/ITb) e dos que são filhos primogénitos, é possível colocar duas hipóteses. Por um lado, o facto de se tratar de participantes que ocupavam posições intermédias ou que são os últimos na fratria, leva a deduzir que se encontrassem numa fase de desenvolvimento em que o apoio e a atenção materno fosse sentido como mais necessário o que tornaria para eles mais visível e saliente o investimento da mãe no trabalho. Repare-se que tanto a percepção de investimento positivo da mãe no trabalho como o próprio investimento auto-descrito da figura materna nesse mesmo domínio aparecem, no modelo de regressão testado, como preditores negativos das memórias de carinho dos filhos e das filhas, ainda que a influência do último factor (investimento auto-relatado no trabalho) seja mais expressiva nas díades Mãe-Filho. Nalgumas situações, parece ter havido uma tentativa de compensação das privações afectivas aparentemente experimentadas (seria esse o caso dos que, actualmente, apresentam o Padrão IV); noutras situações, o investimento materno parece ter sido replicado nas suas próprias vidas (o que se traduziria na pertença ao Padrão III de investimento). Por outro lado, tendo feito parte de um agregado familiar onde certamente não se vivia em situação de abundância e onde, contrariamente ao convencionado na época para as mulheres, as mães contribuíam para o sustento da família, as experiências destes participantes na família de origem tê-los-ão deixado mais sensíveis à importância do trabalho a ponto de na vida adulta eles próprios investirem consideravelmente nesse domínio de vida.

Entre os que investem de acordo com o Padrão III (IPb/ITa), os participantes primogénitos são os que percepcionam a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando a progenitora tem uma profissão de nível superior. Importa recordar que nos estudos de comparação intergeracional, as mulheres desta geração pertencentes a esta categoria profissional eram as que registavam níveis superiores de SPTP pelo que poderá supor-se que os filhos, sobretudo os mais velhos, se tivessem apercebido dos benefícios que o investimento da mãe no trabalho trazia ao exercício da parentalidade e essa percepção resultasse numa maior valorização do domínio do trabalho. Depreende-se, portanto, que talvez a mãe represente para estes participantes um modelo de sucesso profissional com o qual se identificam.

Também é possível que o investimento actual dos filhos no trabalho seja o produto das expectativas e práticas educativas que estas mães tenham transportado para o contexto familiar por influência da sua própria actividade profissional (Kohn, 1983; Menaghan & Parcel, 1991;1995; Parcel & Menaghan, 1990;1993;1994). A maior complexidade substantiva das suas profissões pode tê-las levado a reforçar a autonomia e a estimular o desenvolvimento pelos filhos de uma atitude de confiança nas capacidades próprias, factores que, juntamente com as maiores responsabilidades atribuídas aos filhos mais velhos (factor potenciador da exploração das suas capacidades e potencialidades), podem ter actuado no sentido de promover o sentido de indústria enquanto base para a construção de uma identidade profissional mais saliente (Erikson, 1968).

1.4.4. Padrões de Investimento Parental e Qualidade da Relação Pais-Filhos

▪ **Questões de Investigação I** (*cf.* Sub-objectivo 4.4.): Em que medida as memórias de carinho e de superprotecção dos filhos são determinadas pelos investimentos dos pais e pelas percepções dos filhos acerca desses mesmos investimentos? Serão os investimentos auto-descritos pelos pais preditores mais poderosos das memórias da ligação pais-filhos do que as percepções destes acerca dos investimentos parentais?

No modelo de regressão testado, a percepção de investimentos negativos da mãe no trabalho surge, como um preditor negativo das memórias de carinho materno dos filhos (mas não das filhas). A confiar na percepção dos filhos quanto à presença de um investimento negativo no trabalho, é de esperar que, encarando o trabalho como uma obrigação, estas mães experimentem níveis superiores de mal-estar psicológico e que estes afectos negativos associados ao trabalho actuem no sentido de diminuir a sua disponibilidade emocional para estabelecer com os filhos uma relação de qualidade (*e.g.*, Menaghan & Parcel, 1991), isto é, pautada por expressões mais significativas de compreensão, carinho e apoio.

Relativamente às filhas, embora as percepções de investimentos negativos da mãe na parentalidade e o próprio investimento materno no trabalho se repercutam negativamente nas suas memórias de carinho, parece ser de destacar a influência negativa da percepção de investimento positivo da mãe no trabalho (juntamente com o investimento auto-descrito da figura materna na parentalidade) nas memórias de superprotecção. Talvez este resultado possa ser conjugado com a constatação de que são as filhas de mulheres que desempenham profissionalmente actividades de nível inferior as que recordam as mães como mais superprotectoras. A exemplo do que foi verificado por Kohn e Shooler (1982) e Luster *et al.*, (1989) a combinação destes resultados permite supor que as práticas educativas de mães com profissões mais rotineiras e que requerem um nível superior de supervisão, sejam influenciadas pelas características das suas profissões e pelas experiências vividas no contexto de trabalho (Kohn, 1983).

Compreender-se-ia, deste modo, que os comportamentos requeridos e reforçados no âmbito das suas actividades profissionais, se tornassem para estas mães fonte de aprendizagem acerca das atitudes consideradas mais desejáveis no mundo do trabalho a ponto de as levar a privilegiar na educação das filhas a aquisição do mesmo tipo de competências e comportamentos que são valorizados no seu próprio desempenho profissional, promovendo nomeadamente o conformismo em detrimento da autonomia. Desta forma, a disciplina, o controle e a imposição de limites tenderiam, provavelmente, a prevalecer sobre as expressões de carinho e de envolvimento afectivo no padrão relacional que estabelecem com as filhas sendo essas atitudes recordadas por estas últimas como superprotecção. De resto, Luster *et al.*, (1989) salientam que mães que valorizam o conformismo receiam, em geral, que manifestações de afecto possam ter consequências negativas para as filhas no sentido em que deixá-las-iam menos aptas a lidar satisfatoriamente com as exigências do seu futuro papel profissional.

Por outro lado, uma vez que as mães são percebidas como positivamente investidas no trabalho, essas percepções poderão ser tomadas como um indicador de que a importância do trabalho para as mães encontrará correspondência no tempo que dedicam a esse domínio de vida. Perspectivando este dado sob o ponto de vista das mães, é provável que o sentimento de estarem menos presentes no dia-a-dia das filhas e, por conseguinte, menos envolvidas numa monitorização regular das suas actividades (recorde-se que no grupo de participantes da G1 são os que possuem actividades de nível inferior os que descrevem depender menos tempo com os filhos) leve estas mães (para quem a parentalidade é um domínio igualmente valorizado) a tentarem compensar a sua ausência através de um nível de atenção e proximidade que as filhas podem perceber como excessivos e intrusivos.

É, também, possível que esta seja a razão pela qual estas filhas avaliam as mães como mais negativamente investidas na parentalidade⁵⁹⁴. Clarificando: mais do que a ausência física da figura materna talvez a discrepância entre as suas necessidades desenvolvimentais de autonomia (no período da adolescência) e a necessidade de controlo das figuras maternas (quicá dominadas pela culpa ou pela dúvida quanto aos efeitos do trabalho na sua capacidade de serem umas “boas mães”) tenha sido o que ficou mais registado nas memórias das filhas.

Merece, ainda, destaque o facto deste padrão de resultados não ter emergido relativamente às díades Mãe-Filho. Sendo certo que pais e mães tendem a conceder mais autonomia aos rapazes do que às raparigas (*e.g.*, Baptista *et. al.*, 1997), parece importante ressaltar o facto de, nesta amostra, os filhos de mulheres com actividades de nível superior recordarem as mães como mais superprotectoras do que as filhas. Na mesma linha do que foi descrito anteriormente em relação ao efeito das experiências profissionais nos comportamentos

⁵⁹⁴ Verifica-se exactamente o mesmo em relação às memórias de superprotecção paterna. Ou seja, filhos e filhas recordam o pai como mais superprotector quando o percebem negativamente investido na parentalidade. Com efeito, fica a sensação de que, num período que, do ponto de vista do seu desenvolvimento, os filhos procuram condições para a afirmação de si próprios e para a conquista da autonomia, a leitura que façam da superprotecção paterna seja a da insensibilidade a essas suas necessidades de emancipação. Talvez a sua concepção de um pai (ou mãe) positivamente investido na parentalidade seja a de alguém que é capaz de valorizar, ser responsivo e encorajador das suas tentativas de diferenciação.

parentais, seria de esperar que mães cujas profissões estão associadas a maiores exigências de auto-direcção e responsabilidade procurassem que a sua relação com os filhos promovesse a capacitação dos filhos relativamente a este tipo de competências. Uma vez que se observa o efeito oposto, pode colocar-se a hipótese deste resultado ter sido influenciado por expectativas informais quanto às atribuições de pais e mães na realização do projecto parental. Neste caso, e uma vez que a investigação demonstra que os pais tendem a tomar para si a responsabilidade pela supervisão do percurso académico e pelas opções profissionais dos filhos e das filhas (Barling, Kelloway & Bremermann, 1991; Barling *et al.*, 1998; Eccles, 1994; Gadsden & Hall, 1996; Leaper, Hauser, & Kremer, 1989; Moen *et al.*, 1997), pode supor-se que as mães tendam a delegarem nos companheiros essas componentes da socialização.

Quando pensado à luz do funcionamento do sistema parental como um todo, poderá questionar-se até que ponto estas mães não estarão a tentar contrabalançar a autonomia que o elemento masculino do casal concede aos filhos e, ao mesmo tempo, a procurar equilibrar o controlo exercido pelos pais relativamente às filhas. É claro que, a estas dinâmicas, não serão indiferentes outras que se prendem com o fenómeno da maior identificação com o progenitor/descendente do mesmo género (Blair, 1992; Curtis, 1991)⁵⁹⁵ e que poderia explicar a maior autonomia proporcionada às filhas por mães com profissões de nível superior. O facto das filhas serem menos superprotegidas do que os filhos poderia ser visto como um sinal das expectativas maternas quanto à possibilidade das filhas adquirirem as competências indispensáveis para que seguissem, em termos profissionais, os seus próprios passos (Bronfenbrenner *et al.*, 1984).

Outra possibilidade é que o comportamento superprotector das mães seja mais influenciado pelas suas percepções relativamente às necessidades dos filhos (rapazes) do que propriamente pela percepção dos aspectos pessoais valorizados no trabalho. Talvez as mães considerem que, pelas suas características específicas, os filhos necessitem de maior vigilância e controlo do que as filhas e, por conseguinte, exerçam uma maior superprotecção sobre eles. Em complemento desta hipótese, poderá admitir-se que as profissões destas mães as levem a considerar a disciplina e o auto-controlo como dimensões importantes da relação com o trabalho e queiram ter uma influência positiva no desenvolvimento dessas características pessoais pelos filhos, por acharem que se encontrem mais subdesenvolvidas do que outras igualmente fundamentais (como a independência, por exemplo).

⁵⁹⁵ Talvez esta expectativa de uma mais forte identificação com o progenitor do mesmo género, ajude a compreender que as memórias de carinho dos filhos integrados em díades homogéneas quanto ao género sejam negativamente afectadas pela percepção de investimento negativo na parentalidade e pelo investimento (auto-avaliado) da figura parental no trabalho. Pode, justamente, acontecer que estas percepções dos pais como figuras nem sempre disponíveis para proporcionarem carinho, apoio e proximidade afectiva, sejam um sintoma do processo de desidealização dos pais, processo esse que, ao longo da adolescência, contribui para que os filhos se vão diferenciando das figuras de identificação (Figueiredo, 1985; Jodl *et al.*, 2001). Trata-se, por isso, de um resultado que parece reflectir o facto dos investimentos dos pais (percebidos ou reais) determinarem a probabilidade com que os pais são vistos pelos filhos como modelos de papel (parental e profissional/de trabalhador) positivos ou negativos e, por conseguinte, do grau no qual os investimentos parentais são ou não por si apropriados.

De resto, nos quatro tipos de díade, a percepção de investimento positivo da figura parental na parentalidade emerge dos resultados da análise de regressão múltipla como o principal preditor das memórias de carinho dos filhos embora seja na díade Pai-Filha que essa variável explica a maior percentagem da variância observada. Uma vez que tanto os filhos como as filhas tendem a recordar a mãe como mais carinhosa do que o pai, este resultado parece expressivo do significado que as filhas atribuem às manifestações de afecto quando vindas de uma figura que, em geral, é também percebida como investindo menos positivamente na parentalidade e mais superprotectora do que a mãe. A este respeito, vale a pena fazer uma nota para assinalar que, a exemplo de outros estudos (*e.g.*, Baptista & Lory, 1997) os resultados da presente investigação confirmam que são as filhas quem, comparativamente aos filhos, recorda mais superprotecção paterna o que parece estar de acordo com a hipótese da socialização diferencial de filhos e de filhas, isto é, da presença de diferentes preocupações educativas conforme o género do descendente.

Se, relativamente aos filhos, os pais tendem a promover atributos e atitudes que reforcem a construção da identidade de género masculina (*e.g.*, Gilbert & Brownson, 1998; Nydegger & Mitteness, 1991), o maior protecção manifestado em relação às filhas pode representar o contraponto desta intencionalidade, isto é, o quartar da sua autonomia pode corresponder a uma tentativa de preservar a própria diferenciação dos papéis de género. Fazendo-as voltarem-se mais para a família essa seria uma forma de lhes proporcionarem o desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal que garantam o seu sucesso enquanto mães, esposas e donas de casa. Esta é, contudo, uma explicação incompatível com a ideia de que, relativamente às filhas, os homens estejam sobretudo preocupados com as questões da sua orientação profissional (Eccles, 1994; Gadsden & Hall, 1996; Gilbert & Brownson, 1998; Larson & Almeida, 1999; Leaper & Vallin, 1996; Zuo, 1997). Parece, neste caso, fazer sentido a adopção de um ponto de vista evolucionista. Considerar-se-ia, neste caso, que as filhas oferecem aos pais mais segurança no que se refere à continuação da linhagem não só do ponto de vista procriativo e à certeza da paternidade (Daly & Wilson, 1980; Fox & Bruce, 2001; Euler *et al.*, 2001) como do ponto de vista produtivo, isto é, garantindo que através da sua actividade profissional as filhas poderiam assegurar o acesso dos descendentes a meios indispensáveis ao sucesso psicológico e social das gerações seguintes (Lencaster *et al.*, 1986).

Finalmente, resta acrescentar, relativamente aos resultados da testagem do modelo de regressão para a dimensão carinho e para a dimensão superprotecção, que as percepções dos filhos quanto aos investimentos dos pais se mostraram preditores mais robustos das memórias afectivas dos filhos do que os investimentos auto-descritos pelas figuras parentais. No caso da dimensão carinho, a percepção dos investimentos parentais na parentalidade aumentou o poder explicativo do modelo em todas as díades e a percepção dos investimentos parentais no trabalho produziu esse efeito unicamente nas díades Mãe-Filho. Quanto às memórias de superprotecção, as percepções dos investimentos parentais foi mesmo o único factor que

contribuiu significativamente para a explicação da variância total dessa dimensão⁵⁹⁶. Com efeito, sendo legítimo encarar as percepções dos investimentos parentais como indicadores dos aspectos mais significativos que os filhos experienciaram, significaram (positiva e negativamente) e retiveram na memória da relação dos pais com o trabalho e com a parentalidade (*e.g.*, Bandura 1977; 1986) é natural que essas percepções sejam mais determinantes do que os investimentos “reais” dos pais no modo como os filhos representam e recordam as qualidades da relação que as figuras parentais estabelecerem consigo.

1.4.5. Padrões de Ligação Afectiva Pais-Filhos, Investimentos Actuais e Percepção dos Investimentos

▪ **Questões de Investigação J** (*cf.* Sub-objectivo 4.5.): Estarão os padrões de ligação afectiva pais-filhos associados a variações no grau de investimento dos filhos no trabalho e na parentalidade e às diferenças nas percepções dos investimentos parentais? Em que medida as memórias de carinho e de superprotecção paternos e maternos dos filhos e das filhas são um factor relevante do processo de transmissão intergeracional dos investimentos no trabalho e na parentalidade? Será que o perfil de resultados obtido permite estabelecer comparações entre os padrões de ligação afectiva e os padrões de vinculação enquanto expressão do modo como os indivíduos organizam as suas memórias auto-biográficas relativamente à relação com a figuras parentais na infância e se comportam prototipicamente em situações que requerem maior ou menor proximidade afectiva?

Apenas o padrão de ligação afectiva à mãe (e não ao pai) aparece associado a diferenças significativas no grau de investimento actual dos filhos no trabalho e na parentalidade o que apoia a ideia de que as mães, pela centralidade que ocupam na família e na vida dos filhos, acabam por assumir uma posição de destaque no processo de desenvolvimento daqueles e na sua preparação para as exigências do mundo adulto (Baruch & Barnett, 1983; Booth & Amato, 1994; Debats, 1999; Franco, Sabatinni & Crosby, 2004; Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997). De igual modo, este resultado mostra-se consistente com estudos que apenas encontram relação entre as recordações da relação com os pais e o funcionamento psicossocial dos filhos quando se considera a figura materna e não a figura paterna (*e.g.*, Contreras, 2000).

Os resultados da presente investigação mostram, mais especificamente, que filhos com PLA-mãe de Tipo D (Ca/Sa) investem mais no trabalho do que participantes com PLA-mãe de Tipo B (Ca/Sb) e, comparativamente aos que apresentam um PLA de Tipo C (Cb/Sa), investem mais na parentalidade. O carinho e a superprotecção aparecem, claramente, como dimensões

⁵⁹⁶ Mais concretamente, as memórias de superprotecção mostraram-se significativamente associadas à percepção dos investimentos parentais na parentalidade nas díades Pai-Filho e Pai-Filha e à percepção dos investimentos parentais no trabalho na díade Mãe-Filho.

que fazem a diferença no que se refere ao grau de investimento dos filhos na parentalidade e no trabalho, respectivamente.

Os resultados associados ao PLA de Tipo D permitem, em certa medida, considerar que se trate de um padrão relacional próximo do protótipo preocupado descrito por Bartholomew (1990), isto é, que esteja em causa um modelo representacional caracterizado por uma imagem negativa de si e uma imagem positiva dos outros. Não sendo possível determinar em que medida a parentalidade recebida por estes participantes tenha sido inconsistente do ponto de vista da responsividade e sensibilidade dos pais às suas necessidades de vinculação e, por conseguinte, não seja possível afirmar que estes indivíduos tenham desenvolvido uma imagem negativa de si próprios (associada à representação de que seriam os responsáveis por essas irregularidades na disponibilidade afectiva da figura parental), é importante ter em conta que a combinação de níveis elevados de carinho e de superprotecção pode, neste caso, corresponder a memórias de alternância entre atitudes parentais de compreensão e aceitação e atitudes de controlo sendo que, estas últimas, como já se viu, parecem ter sido interpretadas como sinais de indiferença (logo de não aceitação dos) aos seus desejos de autonomia⁵⁹⁷.

Torna-se, assim, plausível que níveis elevados de aceitação, compreensão e responsividade maternos possam ter criado nestes filhos uma especial necessidade de atenção e, por conseguinte, um certo grau de dependência da aprovação e da proximidade em relação a outros. Nessa perspectiva, a parentalidade parece oferecer-lhes condições ideais pois apresenta-se como um domínio no qual (1) podem receber atenção, (2) é valorizado o esforço que façam para agradar aos outros (sobretudo tendo em conta que agradar aos filhos pode ser uma forma de agradar ao cônjuge) e, (3) podem experimentar-se emocionalmente próximos de outrem. Será, por isso, de esperar que, comparativamente aos mais desinvestidos na parentalidade (os que recordam a mãe como menos carinhosa e que apresentam percepções mais negativas quanto ao investimento da mãe na parentalidade, isto é, os filhos com PLA-mãe de tipo C), estes participantes (que percebem a mãe como mais positivamente investida na parentalidade do que aqueles que recordam a figura materna como pouco carinhosa, ou seja, filhos com PLA's de Tipo A e C) apresentem mesmo um elevado grau de envolvimento na relação com os filhos. Trata-se, afinal, de uma relação para a qual podem canalizar o seu afecto de forma intensa com uma maior garantia de contrapartidas emocionais (nomeadamente, a de se sentirem amados e necessários), onde os riscos do outro (filho) reagir com afastamento, rejeição ou abandono são diminutos (visto que os filhos têm uma necessidade que se situa num plano recíproco: a de que tomem conta de si) e na qual têm, ao mesmo tempo, a possibilidade de exercer a sua dominância e possessividade (o seu estatuto de pais torna legítimas as suas exigências de proximidade).

⁵⁹⁷ A idealização da figura materna funcionaria, aqui, como uma defesa contra o reconhecimento de que nem sempre aquela teria respondido às suas necessidades afectivas, neste caso, às suas necessidades de autonomia, o que está de acordo com o pressuposto de Bartholomew (1990) de que indivíduos preocupados desenvolvem um falso modelo positivo dos outros (porque é, afinal, mais negativo que positivo).

De resto, as elevadas memórias de superprotecção materna destes participantes parecem revelar que, eles próprios, estiveram sujeitos a este mesmo tipo de comportamentos (*i.e.*, comportamentos dominadores e possessivos), o que indicia um certo grau de continuidade entre o padrão relacional de mães e de filhos (Chen & Kaplan, 2001). Todavia, à partida, essa continuidade manifestar-se-á mais nas características de desempenho do papel parental (van Ijzendoorn, 1992; Simons *et al.*, 1993; Simons *et al.*, 1993) do que na intensidade do investimento nesse papel (aparentemente mais influenciada pelas memórias de carinho). De igual modo, tendo em conta que, quando comparados com os que não tiveram experiências tão marcadas de superprotecção, são estes participantes que investem mais no trabalho, parece poder admitir-se que as memórias de superprotecção sejam determinantes na orientação dos indivíduos para o trabalho. Com efeito, uma das hipóteses é que o controlo e a intrusão da figura materna, avaliados pelos filhos como um constrangimento à sua liberdade, possam ter conduzido a uma valorização acrescida da independência. É como se a experiência de superprotecção vivida pelo adolescente na família de origem tomasse a forma de um drama ou tormento que, quando adulto, procurasse resolver através da sua relação com o trabalho (Chusid & Cochran, 1989; Savickas, 1997). Podendo satisfazer as suas necessidades de intimidade na parentalidade, na vida destes indivíduos o trabalho parece, de algum modo, surgir como um contexto no qual têm a oportunidade de dar expressão a essa necessidade (adiada) de autonomia (Sumer & Knight, 2001).

Apesar de Bartholomew (1990; 1993; 1997) salientar que a grande sensibilidade de indivíduos preocupados à crítica e a centralidade que a relação com os filhos tem para si, os leve a priorizar, na gestão dos seus papéis de vida, o investimento na parentalidade, a importância atribuída ao trabalho não é incompatível com o perfil do indivíduo preocupado. Por um lado, não pode esquecer-se que a admiração e a aprovação que podem obter dos colegas de trabalho pode constituir uma importante fonte de motivação para o investimento no trabalho (Hazan & Shaver, 1990). Por outro lado, a relação com os filhos, sendo um aspecto central nas suas vidas, pode tornar-se um factor importante no amortecimento das dificuldades que venham a encontrar na relação com o trabalho e na protecção da sua auto-estima quando expostos à crítica no desempenho do papel profissional (Bartholomew, 1990).

Embora se desconheça o grau de investimento absoluto destes indivíduos no trabalho e na parentalidade, é provável que se enquadrem no Padrão II (IPa/ITb) ou IV (IPa/ITa) de investimento sendo estes os padrões de investimento aos quais na G2 (geração a que pertencem estes participantes) estão associados os níveis mais elevados de SPPT (atestando a contribuição positiva da relação com os filhos para a qualidade das experiências vividas no trabalho) bem como os valores mais elevados de CPT e SNPT, respectivamente (evidenciando a precedência da parentalidade sobre o trabalho mesmo). Aliás, Sumer e Knight (2001) confirmaram que os indivíduos preocupados eram os que apresentavam valores médios de segmentação significativamente mais reduzidos e os que experienciavam níveis superiores de *spillover* negativo na direcção família-trabalho. Efectivamente, a preocupação com as relações

pode interferir com o desempenho profissional destes indivíduos que receiam serem rejeitados em situações em que o seu desempenho seja mais pobre (Hazan & Shaver, 1990).

Mas as diferenças de investimento no trabalho encontradas entre os indivíduos com PLA de Tipo D (Ca/Sa) e de Tipo B (Ca/Sb) podem ainda ser analisadas a partir de um outro ponto de vista. Com efeito, é possível que as memórias de superprotecção dos primeiros traduzam a percepção de uma intrusividade que se terá manifestado sob a forma de demasiada exigência e pressão para o sucesso. Na comparação desses dois grupos de participantes, o facto de se verificar que entre os que descendem de mães com actividades profissionais de nível intermédio aqueles que recordam a mãe como mais superprotectora, são os que a percebem, simultaneamente, como mais positivamente investida no trabalho, parece dar razão a esta hipótese. Ou seja, aspirando a que os filhos fossem mais longe do que elas próprias no que se refere ao estatuto profissional a alcançar (Almeida *et al.*, 1994; Barreto, 2000; 2005), é possível que estas mães se tenham mostrado superenvolvidas e hipervigilantes relativamente ao futuro profissional dos seus filhos. Trata-se, porventura, de mães que tendo imposto ou delegado nos filhos a realização de determinados objectivos e projectos podem ter condicionado o seu processo de diferenciação. Repare-se que fosse por persuasão verbal fosse pela sua própria atitude face ao trabalho (Bandura, 1982), estas mães conseguiram (como o provam as percepções dos filhos) transmitir-lhes indicações relativamente à importância do investimento no trabalho na vida das pessoas a ponto deles próprios se mostrarem mais investidos no trabalho do que os que não foram superprotegidos. As memórias de superprotecção destes participantes, parecem indicar que a dinâmica da relação mãe-filhos ao invés de ter encorajado a exploração e facilitado a sua autonomia, terá favorecido o conformismo dos filhos aos desejos maternos (Figueiredo, 1985).

De resto, e apesar de não se conhecer objectivamente a amplitude do investimento destas mães no trabalho, pode inferir-se que seja intenso o bastante para se ter tornado perceptível aos filhos (*e.g.*, Glass *et al.*, 1986; Smith, 1983). Partindo desta suposição e assumindo como válida a hipótese atrás exposta (*i.e.*, de que as memórias de superprotecção podem exprimir a percepção de exigência parental) não deixa de ser interessante verificar que a necessidade de corresponder às expectativas parentais de realização é uma característica comum aos filhos de mulheres com profissões de nível intermédio que apresentam um PLA de Tipo D e aos filhos de indivíduos *workaholics*. Ainda que, a exemplo dos primeiros, estes últimos desenvolvam a crença de que a condição para serem amados pelos pais é tornarem-se perfeitos (Pietropinto, 1986), ao contrário daqueles, mais do que o excesso de carinho, neste caso, é o excesso de exigência o que, ao reduzir a sua auto-estima (*i.e.*, ao suscitar sentimentos de incapacidade e atribuições internas do fracasso), os torna dependentes da aprovação dos outros (Robinson & Kelley, 1998; Robinson, 2000).

Com efeito, embora estas características pareçam semelhantes às descritas para o protótipo preocupado os que apresentam mais afinidades afectivo-emocionais com os indivíduos *workaholics* são os indivíduos desinvestidos. A julgar pelas percepções dos

investimentos parentais, arriscar-se-ia propor que se enquadram nesse perfil os participantes com PLA de Tipo C (Cb/Sa), considerando-se, uma vez mais, que as memórias de superprotecção possam reflectir a percepção de níveis elevados de exigência parental. Não se pretende, contudo, significar que estes participantes descendam de pais *workaholics*, até porque essa variável (a absorção ou dependência do trabalho) não foi investigada. Mas é curioso perceber que participantes que recordam a figura parental como pouco carinhosa e muito superprotectora, apresentam percepções mais negativas do investimento do pai e da mãe na parentalidade, percebem o pai como mais positivamente investido no trabalho e percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho quando esta exerce actividades profissionais de nível inferior. Com efeito, embora as memórias da ligação afectiva pais-filhos não tenham aparecido, nem neste padrão nem no PLA de Tipo A, associadas a diferenças de investimento dos filhos (repare-se que ambos os PLA se caracterizam por memórias reduzidas de carinho), percebe-se que as percepções dos investimentos dos pais não estão, maioritariamente⁵⁹⁸, em coerência com algumas características do perfil desinvestido. Ou seja, as percepções em causa fornecem algumas pistas quanto aos antecedentes parentais e características disposicionais e atitudinais, que permitem fundamentar a hipótese do protótipo desinvestido, nomeadamente a presença de pais rejeitantes ou distantes e a sua própria centração em áreas da vida que não os exponham demasiado à vivência de relações de intimidade com os outros, como é o caso do trabalho (Bartholomew, 1990). Trata-se de indivíduos mais preocupados com o investimento profissional do que com a manutenção de relações de proximidade e que dificilmente recorrem aos outros em busca de apoio (Sumer & Knight, 2001).

Nesta ordem de ideias, e partindo, uma vez mais, das percepções de investimento parental associadas ao PLA A (Cb/Sb), parece possível detectar equivalências com o protótipo amedrontado (Bartholomew, 1990) ou com o padrão evitante (Hazen & Shaver, 1987) uma vez que essas percepções (de investimentos mais negativos na parentalidade) remetem para pais e mães indiferentes, rejeitantes e distantes para quem o trabalho serve de pretexto para o evitamento das situações de interacção social (Hazen & Shaver, 1990) nas quais não se sentem confortáveis quer porque se desvalorizam quer porque desconfiam dos outros (Sumer & Knight, 2001). Tal como no padrão anterior, trata-se de pais que não estabelecem com os filhos uma relação que lhes permita tornarem-se figuras de identificação junto das quais os filhos encontrem referências significativas para a orientação dos seus investimentos. Talvez essa seja

⁵⁹⁸ As excepções correspondem aos casos dos que percebem o pai e a mãe como mais negativamente investidos no trabalho (diferenças de percepção que emergem da comparação com participantes cujo PLA se caracteriza por memórias de carinho elevadas) e aos que percebem as mães com actividades profissionais de nível superior como as menos positivamente investidas no trabalho de todas as categorias profissionais (o que talvez se explique pelo facto destas mães pertencerem a uma geração em que o nível salarial determinava, em larga medida, o esforço de trabalho - de que o número de horas passadas a trabalhar constituía o principal indicador - sendo natural que os filhos percebam como mais positivos os investimentos das que mais tempo dedicavam ao trabalho como é o caso das mães com profissões de nível inferior.

uma das explicações para a inexistência de efeitos destes dois padrões nos investimentos actuais dos filhos.

Por fim, os resultados respeitantes ao PLA de Tipo B (Ca/Sb) parecem surgir como indicadores relativamente inequívocos da correspondência a um protótipo seguro: pais e mães são percebidos como mais positivamente investidos na parentalidade (supostamente mais carinhosos e mais respeitadores da individualidade dos filhos) do que quando essas percepções são produzidas por indivíduos com memórias de carinho reduzidas (PLA de Tipo A e C). Não obstante pais apoiantes, compreensivos e responsivos contribuírem para o desenvolvimento do sentido de valor próprio, importa destacar que o sentimento de segurança parece estar mais ligado à experiência de autonomia (baixa superprotecção) já que a experiência de carinho é susceptível de gerar algum grau de dependência (Kamptner, 1988). O facto de não surgirem diferenças na percepção de investimentos no trabalho pode, justamente, ser visto como demonstrativo que os indivíduos com PLA de Tipo B provêm de famílias onde os pais conseguem transmitir aos filhos (até pelo esforço que fazem para evitar que o trabalho interfira nas relações com eles) que embora apreciem e valorizem o trabalho, é às relações que dão mais importância (Hazan & Shaver, 1990). Talvez por isso, participantes com PLA-mãe deste tipo invistam mais na parentalidade do que participantes com PLA-mãe de Tipo A (os que percebem pai e mãe mais negativamente investidos na parentalidade). De qualquer forma, mesmo sendo o investimento na parentalidade prioritário, a existência de um certo grau de investimento no trabalho é um factor equilibrador, pois ao implicar o envolvimento em actividades que ocupam um tempo e um espaço próprio, permite a pais e a filhos valorizarem os momentos em que estão separados (experimentando-se na autonomia) e os momentos de reunião (desfrutando da intimidade). O facto de filhos de mulheres com actividades profissionais de nível intermédio serem, neste padrão, os que percebem as mães como menos positivamente investidas no trabalho, pode querer dizer que as mães desta categoria profissional (que, na Geração 1, são das mais insatisfeitas com o trabalho) dêem mais sinais de que o trabalho é uma dimensão secundária na sua vida.

1.4.6. O Processo de Transmissão Intergeracional

▪ **Questões de Investigação K** (*cf.* Sub-objectivo 4.6.): Será a experiência de *spillover* (positivo e negativo) trabalho-parentalidade dos pais um preditor significativo das memórias da ligação afectiva pais-filhos? Em que medida a transmissão dos investimentos no trabalho e na parentalidade de pais para filhos ocorre de forma directa ou por mediação das qualidades afectivas da relação pais-filhos reportadas pelos filhos? Será que a transmissão intergeracional dos investimentos se diferencia em função de diferentes combinações familiares de género?

Quando se compara os resultados da testagem dos dois modelos de transmissão, salienta-se de imediato o facto das trajectórias causais especificadas apresentarem variações significativas consoante o par familiar no qual o ajustamento do modelo foi avaliado. Com efeito, e na linha de estudos que recorreram à mesma metodologia (*e.g.*, Andrade, 2006), observa-se que o processo de transmissão do significado do trabalho e da parentalidade não assume características homogéneas no interior da célula familiar mas diferencia-se em função de certas combinações de género específicas, combinações essas que influenciam os modos e os conteúdos que são transmitidos verticalmente de pais e/ou mães para filhos e/ou filhas. Confirma-se, portanto, que certas características específicas do modelo transmissor, nomeadamente o género, podem interferir no processo de transmissão (Glass *et al.*, 1986; Greenberger & Goldberg, 1989; Moen *et al.*, 1997; Smith & Seff, 1980). De igual modo, reforça-se a ideia de que o género, mais do que um atributo, é um produto social construído em interacção (Golden, 2001; Thompson & Walker, 1989; West & Zimmerman, 1987) e que os seus efeitos devem ser apreciados no contexto dessas mesmas interacções. Para facilitar a compreensão das diferenças e semelhanças encontradas entre cada uma das díades analisadas, procurar-se-á sistematizar e discutir os principais resultados identificando os efeitos ou relações causais que se sejam comuns aos dois modelos e que se manifestem sob a forma de regularidades nas díades em análise salientando, obviamente, as particularidades de cada modelo e os casos que constituam excepção.

1. O investimento dos pais e mães no trabalho exerce uma influência positiva e directa no investimento dos filhos no trabalho em todas as díades à excepção das díades Mãe-Filha (*cf.* Modelo II). Uma vez que o investimento dos pais no trabalho se traduz comportamentalmente sob a forma de um certo grau de envolvimento e/ou dedicação a esse domínio de vida, isso terá dado aos filhos a oportunidade de observarem a intensidade da relação que os pais mantiveram com o papel profissional/de trabalhador. Aparentemente, a observação da atitude parental face ao trabalho ter-lhes-á permitido aperceberem-se quer das gratificações obtidas pelos pais quer das recompensas que o trabalho parental trouxe para si próprios tendo sido possível construírem, a partir daí, crenças e expectativas positivas em relação ao valor e à relevância desse domínio de vida (Bandura, 1963; 1969; 1977a; 1977b; 1986). Na forma como se relacionaram com o trabalho os pais terão, por conseguinte, feito chegar aos filhos um conjunto de indicações quanto aos requisitos e dimensões implicadas no acto de trabalhar tornando-se, assim, intérpretes do significado do trabalho para os filhos (Blumer, 1982; Jodl *et al.*, 2001; Mead, 1934). O investimento dos pais no trabalho parece, por conseguinte, ter criado uma predisposição para a valorização do papel profissional/de trabalhador enquanto dimensão significativa da sua própria identidade (Burke & Reitzes, 1991; LaRossa & Reitzes, 1993; Stryker, 1980; Stryker & Serpe, 1994). Uma vez que este efeito do investimento dos pais no investimento dos filhos é relativamente independente de processos intrafamiliares de natureza afectiva, pode colocar-se a hipótese da relação entre o investimento

de cada um poder ser explicada por uma causa comum de co-variância. Dito de outro modo, visto que tanto para pais como para filhos, o trabalho representa um imperativo da vida social, os investimentos de ambos podem reflectir a internalização de uma obrigação socialmente valorizada (Marks, 1979). De resto, o facto do investimento materno no trabalho não influenciar significativamente o investimento das filhas no trabalho, estará, muito provavelmente, relacionado com o impacto das mudanças históricas nas normas sociais que regulam a relação das mulheres com o trabalho e, conseqüentemente, com o reduzido investimento das mulheres da geração anterior (as mães) no trabalho comparativamente ao grau actual de investimento feminino na vida profissional. Para além disso, poderá também explicar-se pela experiência, entretanto, adquirida pelas mulheres, nomeadamente pela via da obtenção de níveis de formação superiores aos das mães, que as terá feito distanciarem-se das progenitoras no modo como atribuem significado e se relacionam com o trabalho (Pais, 1991; Pais, 1998; Pais & Cabral, 1998). Aliás, alguns autores salientam que face aos baixos níveis de instrução e qualificação da figura materna, o maior investimento das filhas na educação e na formação (por conseguinte, também no trabalho) corresponderia a uma tentativa de se demarcarem de um modelo familiar de dependência (económica e social) da mãe com traços de dominação masculina (*e.g.*, Botkin, Weeks & Morris, 2000; Wilkie, 1993; Torres, 2004).

2. Os investimentos dos pais e das mães na parentalidade influenciam directa e positivamente o investimento dos filhos mas não os das filhas na parentalidade (*cf.* Modelo II). Não sendo surpreendente que, pelo seu forte envolvimento na vida familiar, a figura materna represente um modelo significativo de investimento na parentalidade, no caso paterno a explicação remete, justamente para tendência oposta. Ou seja, tendo em conta que raramente os pais (homens) participavam nas tarefas da parentalidade, é natural que quando se apresentavam mais investidos na parentalidade se tornassem modelos de papel significativos para os filhos (rapazes) já que, não sendo habitual nem socialmente valorizado, o seu envolvimento nesse domínio de vida pode ter sido interpretado pelos filhos como demonstrativo das gratificações intrínsecas associadas ao exercício da parentalidade e, por conseguinte, da sua importância para a identidade masculina. Este envolvimento pouco comum do pai na parentalidade, terá promovido uma flexibilização da atitude dos filhos em relação aos papéis familiares permitindo-lhes usar as definições de papel proporcionadas pela figura paterna como ponto de partida para reconstrução do significado do tradicional papel de “chefe de família” de um modo que os terá deixado mais dispostos a investir mais na parentalidade (Zuo, 1997). De resto, a investigação demonstra que a probabilidade de modelos igualitários serem transmitidos pelos pais (homens) aos filhos e filhas é superior em famílias em que o pai investe mais no papel parental e em que a divisão dos papéis de género por pais e mães é mais simétrica (Bailey, 1994; Deutsch *et al.*, 1993; Nydegger & Mitteness, 1991; Tang, 1997). Relativamente

às filhas, será analisado mais adiante o efeito mediador das memórias de carinho na relação entre o investimento das mães e o seu próprio investimento na parentalidade.

3. Apenas o investimento da mãe no trabalho influencia directa e positivamente o investimento dos filhos (rapazes) na parentalidade. Este resultado contraria a expectativa quanto à maior probabilidade de se observar um efeito de modelagem entre indivíduos do mesmo género do que entre indivíduos de género diferentes (Blair, 1992; Curtis, 1991). Todavia, não é inteiramente dissonante relativamente a estudos que apontam para o facto das filhas se mostrarem menos tradicionais quando as mães trabalham fora de casa (Barak *et al.*, 1991; Moen *et al.*, 1997). A diferença é que, na presente investigação, essa influência da figura materna na transformação das atitudes tradicionais de género observou-se, unicamente, em relação aos filhos (rapazes). Com efeito, estes tendem a investir mais num papel tradicionalmente não associado ao género masculino (o papel parental) quando as suas próprias mães também investiram num papel tradicionalmente considerado não apropriado ao género feminino. Trata-se de um resultado que mostra a importância da exposição a orientações não tradicionais relativamente aos papéis de género. Neste caso, ao terem violado o padrão socialmente estabelecido relativamente aos investimentos femininos desejáveis, este comportamento das mães pode ter contribuído para que os filhos se tornassem mais capazes de questionar as expectativas e convenções que se aplicariam ao seu próprio género.

Uma vez que as díades Mãe-Filho são as únicas nas quais o investimento parental no trabalho não produz um efeito negativo nas memórias de carinho dos filhos (*cf.* Modelo I e II), pode ainda considerar-se que, no contexto de uma relação de apoio, compreensão, aceitação e responsividade, se tenha tornado mais fácil para as mães encorajar o investimento dos filhos na identidade parental e favorecer a internalização por aqueles tanto dos investimentos como dos comportamentos parentais associados (Burke & Reitzes, 1981; 1991; Simons *et al.*, 1993). De resto, a literatura demonstra que pais e mães com comportamentos andróginos apresentam *scores* de carinho e apoio mais elevados (Sedney, 1987; Spence & Helmreich, 1980). O facto do investimento materno no trabalho não ser encarado como fonte de danos para a relação mãe-filho, parece ter contribuído para tornar a experiência da mãe (a capacidade de arriscar investimentos num domínio não tradicional) ainda mais significativa para os filhos. A ausência de consequências afectivas negativas para si da dedicação da mãe ao trabalho terá, por conseguinte, permitido aos filhos identificarem-se e valorizarem o modelo materno na atribuição de significado à parentalidade (Bandura, 1977a; 1977b; Bandura 1986; Bandura & Adams, 1977).

4. Tendo em conta a informação resultante da testagem do Modelo I, o resultado anterior poderá ainda ser analisado sob um outro prisma. Com efeito, uma vez que, independentemente do grau de investimento materno no trabalho, a experiência de SNTP da mãe afecta negativamente as memórias de carinho e positivamente as memórias de superprotecção dos filhos, poderá considerar-se que nos casos em que a relação trabalho-parentalidade interfere na qualidade da relação mãe-filho (tornando mais raras as expressões de compreensão e apoio e mais frequentes os comportamentos de controlo e intrusão materna), essas dinâmicas constituam ponto de partida para a configuração pelos filhos de um modelo de investimento no qual, tendo como referência as condições afectivas a que estiveram sujeitos, a parentalidade adquira uma maior centralidade. Embora este modelo não permita apreciar em que medida as representações e os significados aprendidos na interacção com a mãe para o trabalho e para a parentalidade se terão convertido em investimento, talvez possa encontrar-se aqui evidência indirecta para a hipótese da compensação. Ou seja, no seu conjunto, os resultados dos dois modelos parecem apontar para a possibilidade dos filhos terem tentado alcançar, na sua vida, um equilíbrio diferente entre a sua relação com o trabalho e a sua relação com os filhos pela via da modificação (intensificação) do investimento no papel parental como forma de ultrapassagem de aspectos relacionais críticos a que estiveram expostos na relação com a mãe, na sequência da relação desta com o trabalho⁵⁹⁹. Curiosamente, embora o investimento da mãe no trabalho influa positivamente na experiência de SPTP, esta última variável não se repercute nas memórias de carinho e superprotecção dos filhos o que leva a pensar que a qualidade da experiência de trabalho materna beneficie mais as mães (promovendo as suas percepções de auto-eficácia relativamente ao exercício da parentalidade) do que os filhos (aparentemente não se traduzem na melhoria da qualidade afectiva da relação mãe-filho o que leva a pensar que as dimensões transferidas do trabalho para a parentalidade sejam mais de natureza cognitiva/instrumental do que disposicional/emocional).

É claro que sendo as consequências do SNTP nas memórias de carinho e de superprotecção dos filhos (rapazes) tão marcadas, é provável que os efeitos da experiência materna de SPTP não tivessem alcançado o mesmo tipo de saliência. De resto, no caso das díades Mãe-Filha, onde não há evidência da influência do SNTP, o SPTP da mãe produz um efeito positivo nas memórias de carinho. Embora o investimento materno no trabalho influencie negativamente essas memórias, verifica-se que, ao mesmo tempo, produz um efeito positivo sobre elas por intermédio da experiência de SPTP da mãe. As memórias das filhas quanto ao carinho materno têm, assim, uma dupla fonte de variação: o investimento da mãe na parentalidade (preditor directo) e o investimento da mãe no trabalho (preditor indirecto). Neste caso a acção do SPTP, parece contribuir para reforçar a continuidade intergeracional mãe-filha

⁵⁹⁹ O alcance deste maior equilíbrio pode, no entanto, ser inferido a partir do facto de apenas terem emergido correlações significativas entre o Investimento no Trabalho e o Investimento na Parentalidade no caso das mães e dos filhos (cf. Figuras 23, 24 e 27).

no plano da orientação para o trabalho e para a parentalidade, na medida em que permite às filhas representar o trabalho como um domínio que mesmo diminuindo a disponibilidade das mães para lhes prestarem atenção, proporciona à figura materna experiências e aprendizagens que lhes permitem responder melhor às necessidades das filhas.

A julgar por estes resultados as memórias de carinho das filhas, ao serem integradas no processo de interpretação e construção de significados para os investimentos maternos, parecem potenciar o efeito de modelagem sendo que, aparentemente, o mecanismo de SPTP se constitui como um factor de legitimação social dos investimentos femininos (de mães e de filhas) no trabalho. Aliás, o SPTP também parece assumir uma função particular nas díades Pai-Filho onde se observa tratar-se de uma dimensão que interfere positivamente no investimento dos pais na parentalidade afectando, de forma indirecta, as memórias de carinho apesar do efeito negativo que o investimento no trabalho sobre elas produz directamente. Neste caso, ao incrementar os níveis de investimento paterno no papel parental, o SPTP pode acentuar a predisposição dos pais para se mostrarem mais carinhosos com os filhos o que, sendo percepcionado e valorizado pelos filhos (*i.e.*, interpretado como uma consequência positiva do trabalho dos pais para a relação pai-filhos que contrabalança a interferência negativa daquele), tê-los-ia levado a tomar os investimentos dos pais como uma âncora da construção da sua própria identidade parental (como se observa, no Modelo II, pela presença de uma relação directa entre o investimento dos pais e o investimento dos filhos na parentalidade).

Os resultados encontrados relativamente às díades Pai-Filha, apontam para a possibilidade de ser mais improvável o pai assumir-se como uma figura de relevo na transmissão dos investimentos no trabalho na medida em que tanto o seu investimento no papel profissional/de trabalhador como a sua experiência de SNTTP actuam, respectivamente, de modo negativo sobre as memórias de carinho e sobre o investimento na parentalidade. Na lógica do que vem sendo dito acerca dos processos interpretativos que estão em jogo no processo de significação dos papéis de vida, a experiência do pai no trabalho, tendo lesado a qualidade da relação com as filhas, tornar-se-á referência para a construção de um modelo negativo do trabalho que, na ordenação das identidades salientes, colocará em primeiro plano o papel parental.

5. Apenas o investimento do pai no trabalho influencia positivamente as memórias de superprotecção dos filhos (rapazes) (*cf.* Modelo I e II). Com efeito, pais mais intensamente investidos no trabalho podem ter expectativas mais elevadas relativamente à orientação profissional dos filhos do mesmo género, sendo possível que considerem necessário controlá-los e monitorizá-los de forma mais permanente e rigorosa para garantirem que aqueles atingem os níveis de realização esperados no trabalho. De algum modo, este resultado mostra-se consonante com os conhecimentos disponíveis acerca do *workaholism*, nomeadamente no que se refere aos elevados padrões de exigência em termos de realização e perfeccionismo

(Pietropinto, 1986) que são impostos pelos pais (mas não pelas mães) aos filhos (Robinson & Kelley, 1998). Importa salientar que, ao reduzir as oportunidades de exploração dos filhos, maior superprotecção está, geralmente, associada a índices superiores de permeabilidade (Grotevant & Cooper, 1983), o que pode explicar o facto de os seus investimentos actuais manifestarem a influência do Padrão de Investimento dos pais quase sempre no mesmo sentido (*cf.* Capítulo IV, pp. 550-552).

6. As memórias de superprotecção materna mostram-se um preditor positivo do investimento das filhas no trabalho e as memórias de superprotecção paterna influenciam o investimento daquelas na parentalidade. O primeiro resultado parece sugerir que mulheres que foram superprotegidas pelas mães podem experienciar mais dificuldade no processo de separação psicológica em relação à figura materna e, simultaneamente, em negociar a sua autonomia também no contexto de outras relações de intimidade. Será de admitir que a relação mãe-filha possa ter assumido a forma de acorrentamento, isto é, que a figura materna tenha encarado negativamente a perda de autoridade e controlo e tenha bloqueado as tentativas de autonomização das filhas no sentido de manter a sua dependência (Figueiredo, 1985). Deste ponto de vista, a orientação destas participantes para o trabalho tanto pode representar um comportamento de evitamento relativamente a relações de proximidade afectiva que possam constituir uma ameaça às suas necessidades de autonomia (Bartholomew, 1991; Hazen & Shaver, 1990), como pode ser vista como um esforço de libertação dos excessos sufocantes do passado (Muxel, 1996). Neste último caso, a emancipação seria tentada através da conquista de uma posição de autoridade intelectual (Pais, 1998) e/ou de desenvolvimento de um EU sólido (Bowen, 1971/1972) fora da família (isto é, no trabalho) que, lhes permitisse afirmar a sua individualidade na família a partir do exterior e tornar, desta forma, mais simétrica a relação mãe-filha. O segundo resultado sugere que a superprotecção exercida pelos pais sobre as filhas seja a face mais visível da adopção de práticas educativas mais restritivas da autonomia que, ao promoverem o desenvolvimento de atitudes tradicionais de género, terão muito provavelmente, contribuído para acentuar a orientação das filhas para o papel parental. Pode ainda colocar-se a hipótese da superprotecção paterna ter influenciado os investimentos maternos das filhas do mesmo modo que o investimento da mãe no trabalho actuou sobre os investimentos dos filhos no trabalho. Ou seja, sendo na época mais habitual observar na figura paterna uma atitude de distanciamento em relação aos filhos, o controlo do pai pode ter sido interpretado pelas filhas como uma manifestação da atenção e preocupação paterna para consigo que as teria levado a simbolizar esse comportamento (produzido por uma figura tradicionalmente mais investida no trabalho) como uma indicação de que o papel parental seria susceptível de proporcionar recompensas de valor.

7. O investimento dos pais na parentalidade influencia positivamente as memórias de carinho dos filhos (excepto nas díades Mãe-Filho) e estas memórias mostram-se um mediador importante na transmissão dos investimentos na parentalidade de pais e mães para as filhas (mas não para os filhos). Uma das explicações possíveis para estes resultados prende-se com a relação entre a valorização do papel parental e os comportamentos parentais produzidos na relação pais-filhos. Com efeito, é de esperar que pais mais investidos na parentalidade tendam a mostrar-se mais apoiantes, aceitantes e compreensivos com os seus filhos o que permitirá aos filhos desenvolverem representações positivas acerca da parentalidade e, ao mesmo tempo, modelos representacionais internos da vinculação susceptíveis de os predispor à valorização de relações de proximidade emocional. As memórias de aceitação, compreensão e carinho talvez sejam a fonte do sentimento de segurança que lhes permite confiarem que possuem os recursos emocionais de que necessitam para lidar com os desafios instrumentais e interpessoais da parentalidade (Koren-Karie, 2000; Main *et al.*, 1985; Steele & Steele, 1994). Uma vez que as mães são, geralmente, representadas como figuras naturalmente carinhosas e que os pais parecem apresentar-se, essencialmente, como modelos de dedicação ao trabalho é provável que os filhos (rapazes) valorizem mais o investimento (pouco usual) da mãe no trabalho do que as expressões maternas de carinho e, sendo mais estimulados pelos pais para a independência (são os homens quem recorda os pais/homens como menos superprotectores) se identifiquem mais directamente com os investimentos de ambos no trabalho.

8. A relação entre o investimento de pais e de filhas na parentalidade é mediado pelas memórias de carinho das filhas. Com efeito, ao manifestarem carinho, os pais transmitem às filhas a mensagem que estão satisfeitos com a parentalidade o que, para as filhas poderá funcionar como um indicador das gratificações que podem resultar do investimento no papel parental tanto para si como para os próprios filhos. Desta forma, será de esperar que se orientem elas próprias primariamente para um papel positivamente significado. O facto deste resultado não ter sido encontrado no caso dos filhos pode ser entendido à luz da maior tendência dos pais para se comportarem de forma mais expressiva com as filhas (junto de quem utilizam formas de comunicação facilitadoras de intimidade e proximidade de modo a estimular o desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal) do que com os filhos (com quem interagem de modo a promover a independência e a autonomia). Acresce a isto, o facto das mulheres estarem, em geral, mais orientadas para a parentalidade do que os homens como se verificou nesta e noutras investigações (*e.g.*, Greenberger & O'Neil, 1993).

1.5. Estudo Exploratório da Experiência das Mulheres Domésticas

Este estudo teve por objectivo a exploração das representações das mulheres da G1 relativamente à vida doméstica no sentido de verificar se as actividades de apoio à família e de gestão do lar desenvolvidas em casa (uma dimensão do “*Personal Work*”) seriam valorizadas por si como se de um trabalho/emprego (“*Market Work*”) se tratasse. Para além disso, pretendia-se caracterizar as experiências deste segmento particular de participantes de modo a avaliar se diferenças no estatuto face ao trabalho estariam na base de algumas especificidades no que se refere aos investimentos no trabalho, na parentalidade e à própria relação interpapéis das mulheres que participaram no estudo na condição de domésticas

▪ Questões de Investigação L (cf. Objectivo 5):

Até que ponto as características da actividade doméstica são percebidas como semelhantes ou dissemelhantes das que tipificam a experiência de trabalho no contexto de um emprego? Em que medida o investimento e a relação interpapéis destas mulheres se diferenciam em função da sua condição face ao trabalho? Quais as particularidades da experiência de mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho familiar e doméstico?

1.5.1. Trabalho familiar, trabalho doméstico e trabalho profissional

Os resultados da comparação de mulheres domésticas e não domésticas revelam que, não obstante estas últimas considerarem bastante comparáveis os dois tipos de trabalho⁶⁰⁰, as que se dedicam exclusivamente à vida doméstica são as que mais equiparam o trabalho doméstico ao trabalho profissional o que parece manifestar uma atitude (necessidade?) de enobrecimento e valorização da sua própria condição, que pode entender-se num quadro de desvalorização social da imagem da mulher doméstica (*e.g.*, Daniels, 1987; Poeschl, 2000). De resto, na G1, apenas os comentários femininos incidem no tema “Vida Doméstica” havendo mesmo quem refira que “*Ser doméstica, trabalhando em casa também é uma actividade profissional, porque fazer todo o trabalho e ainda cuidar das minhas filhas, requer muito profissionalismo.*” (Dpm488, 7-7).

A comparação das representações em função do nível profissional das participantes mostra que as mulheres domésticas só não se diferenciam significativamente das que, profissionalmente, desempenham actividades de nível inferior. A semelhança observada na atitude destes dois grupos de mulheres, parece revelar a afinidade existente entre ambas no que se refere à reduzida complexidade e diferenciação das actividades que desenvolvem. Para além disso, não é de desprezar o facto de uma proporção significativa das mulheres de nível

⁶⁰⁰ Na exploração das representações acerca do grau de equivalência entre o trabalho realizado em casa e o trabalho realizado num emprego, assumiu-se o trabalho doméstico como abrangendo as actividades ligadas às questões da organização familiar.

profissional inferior trabalhar na área da prestação de serviços domésticos o que, provavelmente, terá influenciado o modo como, na resposta ao questionário, se pronunciaram sobre as dimensões da vida doméstica. Com efeito, admite-se que tenha sido para elas especialmente difícil distinguir os dois planos de envolvimento (profissional e não profissional) com as tarefas domésticas. Naturalmente, que os referenciais profissionais das mulheres de nível profissional superior e intermédio lhes terão permitido posicionarem-se de forma mais distanciada em relação aos requisitos e características da actividade doméstica o que explica que consigam discernir melhor as diferenças entre o trabalho/emprego e o trabalho/doméstico do que as mulheres que não exercem uma actividade profissional.

Relativamente ao investimento, verifica-se que as mulheres domésticas investem mais na parentalidade do que as mulheres não domésticas o que de algum modo sugere que a centralidade psicológica do papel parental tenha constituído uma das motivações para que tivessem optado pela dedicação integral à vida familiar e doméstica (Aboim, 2005). Ainda que as normas sociais de género vigentes na época possam ter influenciado este tipo de orientação é importante ter em conta que o investimento neste tipo de projecto (de "gestoras do lar a tempo inteiro", como refere uma das participantes – Dfpm208, 11-11) tem uma raiz interna, isto é, estas mulheres atribuem maior importância subjectiva à parentalidade do que as que ingressam no mercado de trabalho. Paralelamente, ainda que alguns estudos apontem para a presença de menor satisfação com a vida e sintomas de mal-estar emocional entre as mulheres domésticas comparativamente às mulheres não domésticas (*e.g.*, Menaghan & Parcel, 1990; Spitze, 1988; Wethington & Kessler, 1989), os resultados da presente investigação, não só não revelam diferenças significativas no grau de satisfação com qualquer um dos quadro domínios avaliados como parecem evidenciar que os níveis superiores de SNTP, CTP e CPT registados pelas mulheres não domésticas são susceptíveis de as deixar mais vulneráveis a aquele tipo de consequências.

Prestando atenção apenas ao grupo das mulheres domésticas, um dos aspectos que mais se salienta diz respeito à importância do apoio conjugal percebido. Entre as mulheres domésticas as que se sentem mais apoiadas pelo cônjuge não só se revelam mais investidas na parentalidade como experienciam mais SPPT e, surpreendentemente, mais CTP. Ou seja, o investimento na parentalidade não só liga estas mulheres a uma identidade que lhes permite produzir linhas de acção consistentes com os significados que lhe estão associados (como dedicar mais tempo aos filhos e menos tempo ao trabalho do que as mulheres não domésticas, por exemplo) como, ao mesmo tempo, lhes permite valorizar a relação com o(s) parceiro(s) de papel e as manifestações de apoio que aquele(s) produza(m) (Burke & Reitzes, 1991). De resto, uma vez que o investimento também depende da intensidade da relação que os indivíduos estabelecem com todos os outros com quem interagem no desempenho de um dado papel (Stryker, 1968), o maior investimento na parentalidade das mulheres que percebem o cônjuge como mais apoiante parece manifestar uma certa sensibilidade aos custos que a opção por outros cursos de acção (nomeadamente, o ingresso num emprego) poderia produzir nessa

que é, à partida, uma relação (parental e conjugal) intensa (Strycker, 1968)⁶⁰¹. Aliás, um indicador da intensidade dessa relação é que as participantes se mostram satisfeitas com a conjugalidade quer quando percebem o cônjuge como apoiante (como no caso em que têm mais filhos) quer quando o apoio conjugal percebido é diminuto (o que acontece quando têm menos filhos)⁶⁰².

Assim, o facto de níveis superiores de CTP serem experienciados pelas mulheres que descrevem o cônjuge como mais apoiante, talvez esteja relacionado com a maior necessidade sentida por estas mulheres de corresponder às expectativas do parceiro e, portanto, serem agravados pelo seu receio de, na sequência de incompatibilidades entre a realização do trabalho doméstico e a qualidade do desempenho parental, poderem actuar de modo inconsistente com o que significa para si e para o cônjuge ser uma “boa mãe” e uma “boa esposa”. O investimento na parentalidade apresenta-se, claramente, na vida destas mulheres como o principal factor que lhes permite manter congruência entre o seu sentido de identidade e a informação recebida do contexto conjugal sob a forma de *reflected-appraisals* (Burke & Reitzes, 1991). Visto por este ângulo, talvez o CTP seja vivido com maior intensidade por mulheres mais apoiadas, justamente por constituir uma ameaça a essa congruência, isto é, por poder colidir com os *reflected-appraisals* que reforçam o significado da sua identidade materna. Nessa ordem de ideias, o SPPT, enquanto expressão dos benefícios que as experiências associadas ao papel parental lhes podem trazer na realização trabalho doméstico, funciona como um factor potencialmente reforçador dessa congruência e dos laços afectivos (com os filhos e com o cônjuge) que sustêm a identidade parental.

⁶⁰¹ Recorde-se que de acordo com Stryker (1968; 1980) o investimento é susceptível de ser avaliado em termos de número de relações (aquelas nas quais o indivíduo está envolvido pelo facto de possuir uma dada identidade de papel, neste caso a relação com os filhos e com o cônjuge) e de intensidade (a profundidade das relações correspondentes a essa identidade) (Stryker, 1968; 1980)

⁶⁰² O número de filhos não é, contudo, uma variável irrelevante na experiência das mulheres domésticas. Não só experienciam níveis superiores de SNTP quando têm descendências mais numerosas como se sentem mais satisfeitas com a parentalidade quando têm menos filhos. Tal significa que quando se trata de governar e cuidar de uma casa onde vivem muitas pessoas, o trabalho doméstico pode tornar-se desgastante a ponto de afectar a disponibilidade física e psicológica destas mulheres para interagirem e responderem de modo satisfatório às necessidades de todos filhos. Ao aparecer associada a um menor número de filhos, a satisfação com a parentalidade talvez não deva ser vista como inteiramente independente do modo como estas mulheres avaliam o seu desempenho parental. Presume-se, desta forma, a existência de uma relação positiva entre o envolvimento na parentalidade e a satisfação com a parentalidade mediada pelas percepções de mestria parental, a exemplo do que Sekaran (1989) descreve relativamente ao domínio profissional. A existência de menos filhos possibilita uma maior entrega pessoal a cada um, um propósito para o qual estarão orientadas mulheres que colocam a sua vida ao serviço dos filhos e da família.

CONCLUSÃO

*"...no voice is now trusted to rescue the
'real person' from the sea of portrayals"*

(Gergen, 1991, p. 140)

A afirmação de Gergen (1991) permite recuperar, metaforicamente, algumas das questões centrais desta investigação mostrando-se um excelente ponto de partida para retomar os principais resultados obtidos acerca da transmissão intergeracional e intrafamiliar e sistematizar as conclusões mais salientes que deles decorrem: Será que o grito de liberdade das gerações anteriores permitiu às novas gerações encontrarem-se mais verdadeiramente consigo próprias? Ou será que as (novas) condições sociais de vida continuam a falar mais alto? Será que os filhos distinguem a "voz" dos pais na algaraviada de vozes que lhes chegam dos mais diversos quadrantes da vida social (*e.g.*, Giddens, 1991; Golden, 2001) e confiam nessa "voz" o bastante para se deixarem orientar por ela (*e.g.*, Jodl *et al.*, 2001)? Será que a "voz" dos pais continua a ressoar dentro dos filhos pela vida fora? (*e.g.*, Berger e Luckman, 1967)?

1.0 Grito de Liberdade e o (Des)encontro entre Gerações e Consigo Próprias

A primeira conclusão suscitada pelos resultados é a de que é junto dos filhos, mais do que do trabalho, que as novas gerações parecem conseguir encontrar sentido para a sua identidade e resgatar-se aos cenários de incerteza e instabilidade nos quais desempenham o papel profissional. Se, no passado, face a uma conjuntura económica e social que acentuava os níveis de pobreza das famílias, a identificação dos indivíduos com o trabalho emergia primariamente da necessidade de garantir a sobrevivência familiar, nos tempos mais recentes, essa mesma conjuntura, embora revestindo-se de novos contornos, parece estar novamente no centro das preocupações dos indivíduos mas, desta feita, originando uma retracção nos seus investimentos no trabalho. Frustrada a expectativa do pleno emprego, a progressiva degradação das condições de funcionamento do mercado de trabalho parece não encorajar os indivíduos a investirem e apoiarem a sua identidade num domínio no qual aquela estaria permanentemente sob ameaça. É na parentalidade e na relação com os filhos que estes indivíduos parecem encontrar a segurança, o conforto e o sentimento de controlabilidade que lhes falta na relação com o trabalho. Apesar dos constrangimentos que, hoje, afectam a vivência da parentalidade, ser pai/mãe é um projecto para toda a vida e é, para além do mais, um projecto de continuidade de si próprios. O investimento no papel parental parece, por isso, representar, para os participantes da G2 (sobretudo, para os que têm menos filhos e para os que profissionalmente se encontram em situações menos favoráveis, já que são estes os que tiram mais proveito da sua experiência parental para o trabalho), uma espécie de último reduto para o seu sentido de *self*.

A maior orientação dos participantes desta geração para a parentalidade é visível quer no decréscimo do investimento dos homens no trabalho quer no maior investimento das mulheres no papel parental quando comparados com os investimentos dos homens e das mulheres da geração anterior. No caso dos homens da G1 é, no entanto, importante ressaltar que o investimento no trabalho parece manifestar a internalização das prescrições de género quanto ao comportamento parental adequado, nomeadamente as que lhe atribuem responsabilidade primária pelo sustento económico da família. Desta forma, a centralidade que o trabalho assume para estes homens parece indissociável do modo como significam o exercício da parentalidade, ou seja, da crença de que o que define um bom pai é a capacidade de canalizar para o trabalho todos os recursos pessoais de modo a garantir aos filhos a melhor assistência material possível. Deste ponto de vista, o investimento no trabalho parece corresponder a uma forma indirecta de investimento na parentalidade já que lhe está subjacente a preocupação em satisfazer as necessidades básicas dos filhos. De resto, nesta geração, os participantes com mais filhos que, profissionalmente, estão ligados a actividades de nível inferior investem mais no trabalho do que os que tendo número idêntico de filhos são profissionais de nível superior. Sublinhe-se, ainda, que a presença de interacções significativas entre o número de filhos e o nível profissional dos participantes seja no que se refere ao Investimento no Trabalho, ao *Spillover* (negativo) e ao Conflito Interpapéis (especificamente na direcção Parentalidade-Trabalho) é uma das particularidades dos resultados obtidos nesta geração o que, sendo sugestivo de uma forte interligação entre o trabalho e a parentalidade, demonstra, ao mesmo tempo, a extensão na qual as condições objectivas do contexto parental e do contexto profissional intervinham cumulativamente na qualidade de vida destes participantes produzindo experiências adversas do ponto de vista da gestão do duplo papel.

Numa época que se distingue da actual por um acentuado desregramento das práticas procriativas, um outro ponto que vale a pena reflectir diz respeito ao grau no qual o número de filhos pode ser tomado, numa e noutra geração, como um indicador de investimento na parentalidade. Com efeito, na G1 parece não poder considerar-se que a presença de um maior número de filhos traduza a centralidade psicológica do papel parental para os indivíduos. Para além de reflectir a escassa utilização de métodos contraceptivos, mais filhos, representava, nesta altura, a disponibilidade no agregado de mais força de trabalho e, por conseguinte, a possibilidade de reforçar o rendimento económico da família (Cunha, 2005b). Neste cenário, e tendo em conta os resultados obtidos (nomeadamente em relação ao CPT), poder-se-á, até, admitir que a identidade parental se mostrasse mais saliente para os que, apesar de poderem beneficiar do contributo produtivo de mais filhos, tenham optado, mesmo em contracorrente com a tendência geral, por ter a seu cargo um número mais reduzido de descendentes. Os resultados chegam mesmo a mostrar que os que têm menos filhos e os que têm profissões de nível inferior são os que investem mais na parentalidade do que no trabalho.

Tendo em conta que a experiência parental da G2 é marcada pela conquista da liberdade de escolher se e quando ter filhos (Cunha, 2005a), face aos baixos índices de fecundidade registados (Barreto, 2000) esta questão parece ter de ser perspectivada sob um outro prisma. Subscrevendo as palavras de Leal (1990) a propósito da construção da identidade parental, ser pai/mãe requer que, mais do que desejar um filho (o que implica, em todo o caso, conhecer as razões pelas quais o filho é desejado), que se deseje a maternidade/paternidade⁶⁰³ uma atitude que parece descrever melhor a postura da G2 do que a da G1 em relação à parentalidade. Com efeito, tendo os filhos assumido na sociedade contemporânea uma importância mais afectiva que instrumental (Cunha, 2005b), o que parece faltar aos indivíduos da G2, mais investidos na parentalidade do que os da G1, é a possibilidade de realizarem plenamente a sua identidade parental, isto é, disporem de melhores condições para procriarem e educarem os filhos mais à medida da importância que atribuem à própria parentalidade. Efectivamente, os participantes desta geração parecem dominados pelo sentimento de que, face ao actual estado do mercado de emprego e ao elevado custo de vida, talvez não sejam capazes de proporcionar aos filhos níveis satisfatórios de qualidade de vida (em termos afectivos, educativos e de conforto material) ou, pelo menos, melhores condições de vida do que as que eles próprios tiveram (Torres *et al.*, 1998). Os seus comentários evidenciam a consciência destes entraves através da expressão de reclamações e reivindicações em relação aos apoios que (não) lhes são proporcionados pelo Estado e pelas organizações.

Tal significa que, nesta geração, o número de filhos pode também ser visto como um indicador algo falacioso da centralidade psicológica da parentalidade. Se, por um lado, ter poucos filhos pode ser uma opção assumida pelos que acreditam poder ser melhores pais/mães investindo os seus recursos pessoais num ou dois descendentes, por outro lado, há aqueles que desejariam ter mais filhos do que os que têm mas que, pelas suas circunstâncias de vida, se encontram limitados na realização desse objectivo. Seja como for, há resultados que dão algumas pistas relativamente a este tópico e que apontam para as vantagens de descendências menos numerosas. Destaque-se, por exemplo, o facto de, nesta geração, serem os participantes com menos filhos os que experienciam mais SPPT, menos conflito (em qualquer das direcções) e menos sobrecarga, sendo, igualmente, os que dedicam mais tempo à conjugalidade e a outras actividades e os que descrevem maior satisfação com estas últimas. Claramente, este conjunto de resultados parece apontar para as consequências positivas de um menor número de filhos tanto a nível do trabalho, como do lazer, como da relação interpapéis, como da vivência da relação conjugal como ainda do bem-estar psicológico⁶⁰⁴.

⁶⁰³ A autora refere-se, especificamente, à importância dos filhos para a identidade materna mas a sua observação parece extensível à vivência da parentalidade em geral.

⁶⁰⁴ Mesmo não tendo sido possível discriminar por geração os resultados da análise de conteúdo dos comentários dos participantes em função do número de filhos, vale a pena recordar que os que têm mais filhos são os que descrevem mais consequências negativas para a saúde psicológica da acumulação de papéis. Mas, mais interessante, ainda, é que embora sejam os que manifestam menos satisfação com a parentalidade, são os que exprimem maior satisfação com a vida. Uma vez que ambos grupos avaliam positivamente o seu desempenho parental talvez este resultado signifique que apesar das limitações que enfrentam/enfrentaram no exercício da parentalidade [que talvez não lhes tenham permitido acompanhar os filhos como gostariam (G1) ou ter os filhos que gostariam (G2)], os participantes tenham

De resto é curioso observar que o investimento na parentalidade dos participantes desta geração se mostra dependente do seu nível profissional mas não do número de filhos que possuem. Com efeito, na G2 a saliência da parentalidade parece definir-se, essencialmente, em função do significado que os indivíduos atribuem às condições objectivas das actividades profissionais que desenvolvem, isto é, do grau no qual as gratificações que as suas profissões lhes proporcionam são percebidas como relevantes para o seu sentido de *self*. Deste modo, o maior investimento que os profissionais de nível superior fazem no trabalho, comparativamente aos profissionais de nível intermédio, parece indicar que encontram no trabalho, mais do que os segundos, as oportunidades de que necessitam para a realização da sua identidade. Para os que no trabalho se confrontam com uma maior desproporcionalidade na quantidade de exigências e recompensas, como é o caso dos profissionais de nível intermédio e inferior, a parentalidade parece representar um domínio de vida mais congruente com os valores que dão suporte à sua identidade e, aparentemente, um domínio que se mostra capaz de compensar as experiências negativas a que, presumivelmente, estarão mais expostos no trabalho do que os profissionais de nível superior. Neste caso, a estrutura socioprofissional parece participar activamente dos processos psicológicos de definição do *self*, ou seja, pelas suas características específicas, as actividades profissionais desempenhadas pelos participantes parecem constituir um contexto favorável à obtenção de *inputs* que contribuem para que a sua identidade permaneça diferencialmente vinculada ao trabalho ou à parentalidade (Burke & Reitzes, 1991).

Este maior investimento na parentalidade pode, igualmente, ser um sinal de que os participantes com profissões de nível inferior e intermédio, estão afectivamente mais ligados aos filhos e que os seus sentimentos de pertença à família são mais determinantes no suporte à sua identidade do que os sentimentos de pertença a um grupo profissional, que, à partida, serão mais característicos dos profissionais de nível superior (Burke & Reitzes, 1991). A atestar esta última suposição está, por um lado, a diferença encontrada entre estes últimos e os participantes de nível profissional inferior relativamente ao SPPT e SNPT confirmando que este último grupo de participantes está, efectivamente, mais ligado aos filhos e que essa é uma circunstância que afecta mais (positiva e negativamente) o modo como se relacionam com o trabalho. Por outro lado, a suposição em causa encontra, igualmente, apoio na diferença que se observa quer relativamente ao investimento na parentalidade quer em relação ao CPT em função da idade do filho focal e que mostra que é em idades em que as necessidades de protecção e conforto das crianças requerem uma activação mais permanente do sistema de vinculação (Bowlby, 1982) que os pais se mostram mais investidos na parentalidade e que mais tendem a sacrificar o seu desempenho no trabalho.

De qualquer modo, os resultados encontrados para uma e outra geração apresentam uma imagem relativamente fiel do que, no evoluir do tempo social, se transformou ou permaneceu inalterado do ponto de vista das expectativas e dos comportamentos de género. Apesar de menos investidos no trabalho do que os homens da G1, comparativamente às mulheres da sua geração, os homens da G2 continuam a sobreinvestir o trabalho e a subinvestir a parentalidade. Embora em nenhuma das gerações os investimentos masculinos em cada um dos domínios se diferencie de forma significativa, na verdade os homens da G2 registam mais CPT e mais SPTP do que os homens da G1 o que poderá estar relacionado com o facto de dedicarem mais tempo do que aqueles à parentalidade⁶⁰⁵. Também as mulheres da G2 experienciam níveis superiores de CPT do que as suas predecessoras mas, neste caso, uma das explicações parece residir no facto de investirem mais na parentalidade do que aquelas (ainda que apresentem um padrão de investimento similar ao daquelas, isto é, invistam mais na parentalidade do que no trabalho).

De resto, é de assinalar que a percepção de maior apoio conjugal por parte das mulheres da G2 (comparativamente às mulheres da G1) não será inteiramente indiferente às mudanças que se observam no comportamento dos homens da G2 (em comparação com os homens da G1) e que sinalizam o que parece ser a tendência para uma maior flexibilização das atitudes masculinas em relação às tradicionais convenções de género. Aliás, a este respeito, importa salientar que os resultados obtidos são inequívocos relativamente às consequências positivas do apoio conjugal percebido. No entanto, apesar da importância desta dimensão se evidenciar em ambas as gerações, é relativamente à G1 que os resultados encontrados se mostram mais dignos de nota, talvez por aí serem mais evidentes as assimetrias de género no que se refere ao processo de dar e receber apoio na díade conjugal (Bolger *et al.*, 1989; Parasuraman *et al.*, 1996)⁶⁰⁶. Com efeito, relativamente aos homens da G1 o apoio conjugal parece estar na base do equilíbrio que se observa no grau de investimento em cada um dos papéis fazendo supor que a interacção com as companheiras se torne fonte de *reflected-appraisals* determinantes na validação dos significados que atribuem aos dois papéis de vida, ainda que actuando, de forma particular, no reforço da identidade parental daqueles (Burke & Reitzes, 1981; 1991). Entre as mulheres domésticas desta geração, as que percebem o cônjuge como mais apoiante investem mais na parentalidade, registam mais SPPT mas também mais CTP o que parece indicar que, nessas dimensões, os seus comportamentos e experiências

⁶⁰⁵ De igual modo, parece sobrar mais tempo às mulheres da G2 para se envolverem noutras actividades. Este resultado deve, no entanto, ser analisado com prudência. Sendo verdade que pode reflectir as novas oportunidades de participação na vida social que se abriram às mulheres na sequência da revolução de Abril (Almeida *et al.*, 1994; Diniz, 1996; Sousa, 1994), sendo possível que corresponda a um efeito da redução do número de filhos a cargo das mulheres (Barreto, 2000; Cunha, 2005a) e, por conseguinte, à possibilidade de canalizar os recursos de tempo disponíveis para outros papéis, convém ter presente que algumas das participantes poderão ter incluído nesta categoria "outras actividades" o trabalho doméstico, já que no questionário este não aparecia especificado como um sector independente de actividade (o que aliás, se admite constituir uma limitação do questionário). De qualquer forma, tendo em conta o modo de vida das mulheres de cada uma das gerações não seria esperado que, tomando como referente o trabalho doméstico, as mulheres da G2 revelassem despende mais tempo com essa área de vida do que as da G1.

⁶⁰⁶ Recordar-se que, nesta geração, as percepções de apoio conjugal dos homens são significativamente superiores às das mulheres acontecendo o mesmo com os níveis de satisfação conjugal.

não só são influenciados pela sua avaliação pessoal do valor e importância da actividade doméstica (Stryker & Serpe, 1994) mas dependem, em larga medida, da percepção que têm da forma como o seu desempenho é avaliado pelos respectivos companheiros (Burke & Reitzes, 1981; 1991).

É, ainda, curioso verificar que tanto na G1 como na G2, o SPTP apresenta níveis mais elevados entre as mulheres de nível profissional superior comparativamente aos homens do mesmo grupo profissional. Aparentemente, o SPTP actua como um mecanismo cuja função, em termos sociais, parece ser a de justificar o envolvimento das mulheres em actividades profissionais exigentes e absorventes com base nas vantagens que o trabalho poderá comportar para o exercício da parentalidade e, em termos psicológicos, aliviar os sentimentos de culpa resultantes da desatenção a que o papel parental possivelmente fica sujeito (Feree, 1987; Zavella, 1987). Presumivelmente, qualquer uma destas funções parece mostrar-se especialmente relevante no caso de mulheres enquadradas no Padrão IV de investimento (IPa/ITa) que é, justamente, aquele a que estão associados os níveis mais elevados de SPTP. Ao mesmo tempo, cada uma delas parece corresponder às diferentes necessidades sentidas pelas mulheres de uma e de outra geração no que se refere ao modo de lidar com certas pressões externas ou internas para a priorização da parentalidade. Na G1, ao tornar-se uma forma de legitimação do trabalho feminino constituiria, porventura, a resposta das mulheres à exigência cultural de uma dedicação exclusiva ao papel materno; na G2, a percepção dos benefícios parentais do trabalho funcionaria como um factor de amortecimento do impacto culpabilizante dos investimentos no papel profissional/de trabalhador no bem-estar psicológico.

Na G1 esta é mesmo a única dimensão na qual se observou a presença de um efeito de interacção significativo entre o género e o nível profissional dos participantes. Na G2, todavia este tipo de interacção emerge relativamente ao SNTP e ao CTP. Com efeito, face à possibilidade de obterem níveis de qualificação mais elevados e acederem a profissões que antes lhes estavam vedadas (Almeida *et al.*, 1994; Barreto, 200; 2005), as mulheres passaram a estar mais representadas em cada grupo profissional o que torna, de alguma forma, mais possível detectar, nesta geração, diferenças na experiência de homens e de mulheres conforme o grupo profissional. Paralelamente, no processo de conquista pela igualdade de oportunidades, apesar do género se mostrar um factor de diferenciação na disponibilidade para o trabalho, as condições de trabalho tornaram-se idênticas para homens e mulheres (Cabral-Cardoso, 2003; Gianakos, 2000; Gutek *et al.*, 1991) o que, no contexto de cada uma das categorias profissionais, permite que essas diferenças de disponibilidade se traduzam em padrões de resultados distintos ao nível da relação interpapéis. Destaca-se, de modo particular, a posição mais desfavorável das mulheres com actividades de nível profissional inferior relativamente ao SNTP e ao CTP quer em comparação com os homens quer em comparação com as que são profissionais de nível superior ou intermédio bem como os níveis mais reduzidos de SNTP experienciados pelos homens de nível profissional inferior comparativamente aos de nível profissional superior. Tendo em conta que os níveis mais elevados de SNTP e CTP foram

registados relativamente aos Padrões III (IPb/ITa) e IV (IPa/ITa) de investimento poderá, obviamente, concluir-se, que embora os significados atribuídos a cada um dos papéis sejam determinantes no modo como os indivíduos se relacionam com cada um dos domínios, tanto as dimensões objectivas do desempenho do papel profissional (*i.e.*, as exigências e as oportunidades que estão associadas a cada profissão) como os conteúdos inerentes aos papéis de género participam, incontornavelmente, nessa relação influenciando, por conseguinte, o modo como os próprios contextos interagem entre si (Barnett, 1998; Zedeck, 1992).

2. Ecos da Voz dos Pais

Dada a extensão das mudanças ocorridas na estrutura, nos valores e no modo de funcionamento da sociedade nos últimos 30 anos, são muitas as vozes que se levantam para afirmar a impossibilidade das experiências dos pais servirem de exemplo aos filhos (*e.g.*, Carr, 2002; Golden, 2001; Laïdi, 2000; Moen *et al.*, 1997; Tedesco, 2001). Do lado oposto, um coro de outras vozes defende não só essa possibilidade como a profunda necessidade que as novas gerações têm de se voltar para a família de origem na procura de referências ou critérios que possam ser securizantes na escolha de um modelo de existência (*e.g.*, Berger & Luckman, 1967; Euler *et al.*, 2001; Jodl *et al.*, 2001; Lapassade, 1997), num universo relativista e de opções plurais que cria propensão à dúvida, à difusão e à incerteza (Berger *et al.*, 1973; Coser, 1991; Giddens, 1991). Com efeito, sendo indesmentível que o conteúdo da experiência dos pais, tornado obsoleto e descontextualizado pela evolução da sociedade e dos seus sistemas representacionais, seja uma dimensão relativamente secundária do processo de transmissão intergeracional, insistiu-se na ideia que a qualidade afectiva da relação com as figuras parentais seria uma variável crítica na activação dos processos através dos quais os pais assumiriam um papel significativo nas motivações e orientações das novas gerações para a parentalidade e para o trabalho. Mais do que verificar se os indivíduos se comportariam de modo similar aos pais na relação com os filhos e na relação com o trabalho, interessava compreender se e em que medida os investimentos dos pais nesses dois domínios, produziram efeitos na ligação afectiva pais-filhos, e contribuiriam para a definição dos significados pessoais que dariam suporte à identidade parental e profissional/de trabalhador dos filhos.

Dos estudos conduzidos, a primeira conclusão a destacar é a que aponta para um predomínio dos casos de descontinuidade nos Padrões de Investimento de pais e de filhos. Este não é, porém, um resultado surpreendente. Antes de mais é preciso não esquecer que pais e filhos pertencem *a priori* a gerações distintas, cada uma delas exposta a sistemas de valores que estabelecem prioridades sociais e individuais bem diferenciadas. É, por isso, natural que as diferenças observadas no investimento de uns e de outros no trabalho e na parentalidade manifestem o esforço das novas gerações para, face às novas configurações culturais com que se deparam, reavaliarem o significado e a importância atribuída pelos pais a esses domínios de vida. De resto, estes resultados parecem dar razão à perspectiva segundo a qual a experiência

e o comportamento dos pais terão perdido actualidade e, portanto, validade enquanto referencial a partir do qual os filhos poderiam definir os parâmetros organizadores da sua identidade e do seu estilo de vida (*e.g.*, Carr, 2002; Golden, 2001). Tanto pode estar em causa a necessidade dos filhos pragmatizarem o sentido dos seus investimentos de modo a conseguirem lidar adaptativamente com as suas actuais condições de vida (Vasconcelos, 1998) como pode, simplesmente, acontecer que essas divergências em relação aos pais sejam um indicador de que os filhos são selectivos relativamente às definições e indicações que os investimentos dos pais lhes transmitem quanto ao valor do papel parental e do papel profissional/de trabalhador (Schonpflug, 2001). Como referem Euler *et al.* (2001):

It makes good evolutionary sense that children should extract as much investment as possible from their family of origin, while, at the same time, adopt the culture of their own generation within which they will encounter most of their potential competitors, allies, and mates....In the long run, we are to identify the individual family niche in a network of relations that seems to shape the recipient's personality and thereby his or her inclination to adopt, to reject, or to actively exchange a cultural trait for a new one. (p. 149)

Isto é, no processo de transmissão pais-filhos, os significados que permitiriam assegurar a continuidade dos investimentos podem ter sido perdidos seja porque deliberadamente os filhos os rejeitaram (*e.g.*, Cohen, 1993; Daly, 1995; Ehrensaft, 1987; Floyd & Morman, 2000; Gadsden & Hall, 1996; Repetti & Wood, 1997) seja porque tiveram necessidade de os transformar e recriar para os adaptar às circunstâncias da sua época, ajustar ao seu contexto actual de vida ou acomodar na sua própria identidade (Burke & Reitzes, 1991; Golden, 2001; Thompson & Bunderson, 2001). Esta evidência de descontinuidade convoca, justamente, a noção de reflexividade descrita por Muxel (1996), enquanto função da memória familiar que permite aos indivíduos avaliarem criticamente o vivido, num processo através do qual recuperam e instrumentalizam selectivamente algumas recordações do passado no sentido de interpretar o presente, explicar o passado e tirar, daí, lições para o futuro. A protecção da identidade pessoal e da individualidade própria pode, justamente, requerer que os indivíduos reelaborem, negoceiem ou se libertem das atitudes e comportamentos (*i.e.*, das memórias das faltas ou dos excessos) a que estiveram expostos na família de origem. Neste sentido, a transmissão não é só repetição ou reprodução mas é também selecção, transformação, reconstrução, renovação, negação e esquecimento (Attias-Donfut, 1988; Corigliano, 1996; Muxel, 1996; Rey, 1999; Schonpflug, 2001).

Outra das conclusões importantes deste estudo é que a haver uma crise de modelos (*e.g.*, Laïdi, 2000; Tedesco, 2001) aparentemente as figuras maternas não são afectadas por esse fenómeno. Um dos resultados mais inesperados é o que mostra que o investimento da mãe no trabalho influenciou directa e positivamente o investimento dos filhos (homens) na parentalidade. Paralelamente, verificou-se que os investimentos dos filhos (homens) na

parentalidade se diferenciavam mais dos investimentos dos pais do que dos investimentos das mães e que os investimentos no trabalho tendiam a ser mais convergentes nas díades Mãe-Filho do que nas díades Pai-Filha. Confirmou-se, portanto, a tese de Menaghan e Parcel (1995) de que o envolvimento das mães com o trabalho é susceptível de proporcionar aos filhos aprendizagens acerca das mais diversas dimensões da vida social, ao mesmo tempo que se reforçou a perspectiva de autores para quem as responsabilidades assumidas pelas mulheres na família lhes conferem uma posição privilegiada na preparação dos filhos para a vida adulta (*e.g.*, Knaub, 1986; Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997).

Com efeito, a generalização do trabalho das mulheres fora de casa, parece ter tornado as mães (mais do que os pais) um modelo significativo, especialmente, para os filhos. De algum modo, pode considerar-se que os investimentos destes últimos na parentalidade reflectem a assimilação simbólica do que nos investimentos da mãe corresponde a um sinal de libertação das marcas tradicionais das suas pertenças de género (Amâncio, 1994). Na linha do interaccionismo simbólico poderia afirmar-se que o significado culturalmente vinculado ao papel parental foi transformado pelos filhos no contexto da interacção com a mãe, ao interpretarem as opções de investimento da mãe no trabalho como uma indicação da importância de serem eles próprios a conferirem um significado pessoal aos papéis que desempenham para darem sentido a sua acção individual (Mead, 1934; Hewitt, 2001). O seu sentido de *self* teria, assim, passado a incluir o conhecimento de que seria possível fazerem escolhas não condicionadas pelo género (Davies & Banks, 1992). Para além deste resultado poder manifestar o efeito da exposição dos filhos a orientações não tradicionais quanto aos papéis de género é, ainda, de salientar a importância das memórias de carinho no processo que tornou a experiência materna de relação com o trabalho significativa para os filhos. Com efeito, uma vez que o investimento das mães no trabalho parece não ter interferido na compreensão e apoio de que os filhos se sentiram objecto por parte da figura materna, é de supor que essas qualidades relacionais tenham não só promovido atitudes positivas em relação à parentalidade como tenham favorecido a identificação dos filhos com a androginia do modelo materno.

Já no caso das filhas, o investimento da figura materna não se mostrou um preditor directo do investimento das filhas em nenhum dos domínios. A ausência de influência da mãe no investimento das filhas no trabalho poderá estar relacionada com a percepção do trabalho materno como um domínio marginal da vida das progenitoras definindo uma orientação que não tem correspondência com as actuais aspirações profissionais das filhas. Importa ter presente as dinâmicas de mobilidade social geradas no pós-25 de Abril e, em particular, a escalada feminina no processo de escolarização que, certamente, terá contribuído para que a diferenciação conseguida relativamente às mães tenha levado as mulheres das novas gerações a distanciarem-se da experiência daquelas no processo de significação da importância do trabalho (Pais, 1991; Pais, 1998; Pais & Cabral, 1998). Como refere Pais (1998) "...os jovens inscritos em cadeias de mobilidade social ... admitem que o seu futuro pode depender (ou deve depender) das suas opções individuais." (p. 36). No entanto, a ligação afectiva à mãe, e

concretamente, a experiência de superprotecção materna, mostrou-se um factor determinante dos investimentos das filhas no trabalho. Aparentemente, este resultado é uma outra faceta da motivação emancipatória inspirada nas filhas pela figura materna. Neste caso, a centralidade do trabalho parece encontrar justificação na oportunidade que o investimento nesse domínio de vida oferece às filhas de resgatarem a sua identidade e individualidade do controlo materno, ou seja, representa a possibilidade de alcançarem a diferenciação psicológica e se auto-afirmarem, ainda que por uma via mais intelectual do que emocional (Bowen, 1971/1972; Pais, 1998).

Por seu turno, o investimento das filhas na parentalidade é influenciado pelo investimento das mães (e também pelo dos pais) no papel parental por intermédio das memórias de carinho. Embora o investimento no trabalho de ambas as figuras parentais afecte negativamente às memórias de carinho das filhas, o investimento na parentalidade parece, à partida, compensar os prejuízos que decorrem do maior envolvimento no trabalho dos pais e mães que nele se encontrem mais investidos. Aparentemente, a maior responsividade destes pais e mães às necessidades de carinho, segurança e conforto dos filhos terá influenciado o processo pelo qual estes se terão apropriado do exemplo dos pais no domínio da parentalidade encontrando, no investimento parental dos pais, sentido para o seu próprio investimento nesse domínio. As representações dos filhos quanto às consequências que resultaram para si do investimento parental dos pais, ter-lhes-á permitido a construção de significados pessoais para a parentalidade e para a relação com os próprios filhos, encorajadores de investimentos similares aos dos progenitores.

Neste contexto, e a exemplo de outros estudos (*e.g.*, Alves, 1998; Andrade, 2006), o pai parece apresentar-se como uma figura mais secundária no processo de transmissão dos investimentos o que estará, eventualmente, relacionado com o facto dos pais (homens) serem, do ponto de vista relacional, figuras tendencialmente mais distantes. Não só filhos e filhas recordaram a mãe como mais carinhosa e superprotectora do que o pai (o que significa que, independentemente das características que a relação com a mãe assuma, os filhos/as têm noção de que a figura materna está, afectivamente, mais envolvida consigo próprios) como os pais foram percebidos como mais negativamente investidos na parentalidade quando o padrão de ligação afectiva dos filhos se caracterizava por memórias de carinho mais reduzidas. De resto, apenas o padrão de ligação afectiva à mãe surgiu associado a diferenças no investimento actual dos filhos em ambos os domínios. Relativamente ao pai, há, no entanto, dois resultados que merecem destaque. Um diz respeito à relação entre o investimento paterno no trabalho e as memórias de superprotecção dos filhos (rapazes). Admitindo-se que os pais estejam especialmente empenhados em socializar os filhos para as exigências do mundo masculino (Gilbert & Brownson, 1998; Nydegger & Mitteness, 1991), seria de esperar que o investimento do pai no trabalho aparecesse negativamente associado a memórias de superprotecção paterna, entendendo-se que esse seria um requisito primário da capacitação dos filhos para a iniciativa e autonomia. Tendo emergido o resultado oposto, parece fazer sentido considerar que, na época em análise, o controlo fosse o meio privilegiado pelos pais

para que os filhos adquirissem hábitos de disciplina capazes de os fazer singrar no trabalho e tornarem-se, dessa forma, bons chefes-de-família (Zuo, 1997). O outro resultado remete para a importância do SPTP enquanto preditor positivo do investimento dos pais na parentalidade. No processo de construção de significado para os papéis de vida, a experiência de SPTP da figura paterna parece ter actuado como um factor equilibrador do investimento dos filhos, isto é, como um factor susceptível de, sem despromover a visão do trabalho como central, conduzir, igualmente, os filhos à valorização da parentalidade.

Procurando no conjunto total de resultados evidência para as hipóteses de modelagem e de compensação inicialmente estabelecidas, parece possível afirmar que se está perante uma situação idêntica à encontrada por Floyd e Morman (2000) sendo possível identificar a presença dos dois tipos de processos. Apesar disso, parecem predominar os casos de continuidade intergeracional como se pode constatar pela congruência que se observa entre os padrões de investimento dos pais e os investimentos actuais dos filhos bem como entre as percepções dos filhos quanto aos investimentos parentais e os seus próprios investimentos. A excepção diz respeito ao Padrão III de Investimento (IPb/ITa) que parece não alcançar na vida dos filhos a mesma representatividade que possuía na vida dos pais. Não é, no entanto, óbvio se este resultado corresponde à manifestação de uma descontinuidade histórica ou constitui evidência de compensação afectiva.

É que, se por um lado, é compreensível que face à realidade social e cultural actual os filhos, mais investidos na parentalidade do que os pais, não se identifiquem com um modelo de entrega absoluta ao trabalho, como compreender, então, que exista uma percentagem de 8% de concordância entre pais e filhos em torno deste padrão? Uma possível resposta poderá ser a de que talvez não baste identificar os perfis de saliência dos papéis de vida, mas seja indispensável conhecer de que forma indivíduos com o mesmo perfil justificam a importância de cada papel para si (Cinamon & Rich, 2002a), um aspecto a ter em atenção por futuras investigações. Apesar dos seus investimentos serem convergentes, aparentemente pais e filhos divergem nos significados que atribuem a cada papel e nos motivos pelos quais os investem ou subinvestem. Talvez pais e filhos apresentem éticas diferentes de trabalho (Borges & Pires, 1998): se, no caso dos pais, a percepção do trabalho-dever se traduziu numa orientação meramente instrumental para a parentalidade, no caso dos filhos, a experiência adquirida terá contribuído, mais do que a herança familiar do valor do esforço, do sacrifício e da entrega ao trabalho, para a construção de outros significados mais ajustados às circunstâncias da sua época e às contingências profissionais com que têm de lidar (Figueiredo, 2001; Pais, 1991; 1998; Pais & Cabral, 1998). É possível que, nesta amostra, os filhos que apresentam o Padrão III (IPa/ITa) estejam mais interessados em fruir as recompensas extrínsecas que obtêm do seu trabalho (Almeida, 1990) aplicando-as em áreas como o consumo e/ou de lazer mais do que na parentalidade. Alguns estudos demonstram mesmo que apesar de tanto as mudanças históricas como o comportamento actual dos filhos serem determinantes na moderação dos processos de transmissão intergeracional, as experiências actuais dos filhos se mostram um preditor mais

significativo da identificação com o papel profissional (Moen *et al.*, 1997). Todavia, ainda que possa pensar-se que as experiências pessoais e a mudança social possam prevalecer sobre os processos primários de socialização, parece que ambos têm influência na determinação das continuidades e descontinuidades intergeracionais: *"Incorporating a dynamic view of historical and structural influences on the interplay between changing lives and changing times produces a very different conception of socialization as more than a proximal process. Rather it is grounded in contextual and contingent exigencies."* (Moen *et al.*, 1997, p. 292).

O argumento que apoia a hipótese de compensação afectiva e, por conseguinte, da influência de factores proximais, radica na constatação de que são os participantes que descendem de pais com este padrão de investimento (*i.e.*, Padrão III), os que recordam as figuras parentais como menos carinhosas, sobretudo quando comparados com os que são filhos de indivíduos com o padrão oposto de investimento. Tal leva a pensar que a relação pais-filhos não se teria revestido das condições óptimas para produzir a identificação dos filhos com um padrão de investimento que, supostamente, os teria lesado afectivamente.

Adicionalmente, e no caso específico da relação entre o padrão de investimento actual dos filhos e as percepções de investimento materno, encontram-se também indicadores relativamente consistentes quer para a hipótese de modelagem quer para a hipótese da compensação. Destaca-se, essencialmente, o caso dos que percebem a mãe como mais positivamente investida no trabalho e investem de acordo com o Padrão III (IPb/ITa) e IV (IPa/ITa) de investimento. Tendo em conta que as percepções de investimento positivo no trabalho, bem como os investimentos descritos pela própria progenitora nesse domínio, se mostram preditores negativos das memórias de carinho parece que os que apresentam um padrão de investimento de Tipo III reproduziram o padrão de investimento materno (modelagem/reprodução) e os que apresentam o padrão de investimento de Tipo IV procuraram compensar os afectos em falta no passado, investindo mais do que as progenitoras na parentalidade (compensação/reparação).

Os resultados obtidos relativamente ao investimento actual dos filhos em função do PLA à mãe, parecem, também, no caso do PLA-mãe de tipo D (Ca/Sa) trazer apoio quer à hipótese de modelagem (no que se refere ao investimento na parentalidade) quer à hipótese de compensação (no que se refere ao trabalho) ao demonstrarem que os investimentos na parentalidade são superiores entre os participantes que se situam nesse padrão comparativamente aos que possuem um padrão caracterizado por reduzidas recordações de carinho (PLA-mãe C) e os investimentos no trabalho são superiores aos que apresentam um padrão caracterizado por reduzidas recordações de superprotecção. As memórias de carinho estariam na base de uma orientação para o papel parental idêntica ao da figura materna e as memórias de superprotecção produziram a necessidade de obter autonomia através do reforço da identidade profissional/de trabalhador. Relativamente à dimensão superprotecção, tendo em conta que poderá constituir a expressão de práticas educativas marcadas pela exigência e pela pressão para o sucesso de mães percebidas como positivamente investidas no trabalho, não

pode excluir-se a possibilidade de, ao obstaculizar o processo de diferenciação, se tornar uma dimensão crítica do processo de modelagem.

Relativamente aos modelos de transmissão especificados, apesar de não ter sido possível incluir todas as variáveis que permitiriam testar com maior precisão as duas hipóteses base do projecto de investigação (quer devido à dimensão amostral das díades quer devido aos riscos de sobreparametrização)⁶⁰⁷, os resultados obtidos, ainda que exploratórios, apontam essencialmente para a hipótese da modelagem. O Modelo II ilustra claramente esses efeitos de modelagem ao evidenciar a existência de relações directas e indirectas entre o investimento dos pais/mães e filhos/filhas. O Modelo I parece sugerir a presença de compensação no caso das díades heterogéneas mostrando-se relevante a experiência de *spillover* das figuras parentais. Assim, nas díades Pai-Filha a dupla influência negativa do trabalho (através do efeito do factor investimento e do factor SNTP) nas memórias de carinho, ao dificultar a identificação ao pai, poderá ter contribuído para levar as filhas a significar o trabalho de modo pouco saliente na definição da sua identidade. Nas díades Mãe-Filho, uma vez que a experiência de SNTP interferiu negativamente na qualidade da relação mãe-filho (aparecendo associada a memórias mais intensas de superprotecção e a memórias de carinho mais ténues), é possível que com base nas condições afectivas a que estiveram sujeitos na relação com a mãe, os filhos tenham interiorizado, a importância da parentalidade a ponto de lhe conferirem maior saliência na sua própria vida⁶⁰⁸.

Importa, por fim, destacar que as percepções dos filhos quanto aos investimentos dos pais se mostraram factores mais determinantes das memórias afectivas dos filhos do que os investimentos auto-descritos pelas figuras parentais. Na medida em que essas percepções dizem respeito a aspectos dos investimentos dos pais que, através da observação, da interacção e dos processos interpretativos aplicados à experiência desses investimentos e interacções, os filhos registaram selectivamente na sua memória (*e.g.*, Bandura 1977; 1986; Blumer, 1982; Charon, 1998) não admira que possam influenciar mais marcadamente as suas representações sobre a relação pais-filhos do que os investimentos “objectivos” dos pais em cada um dos domínios. De resto, na estrutura psicológica, essas percepções correspondem mesmo a um certo nível de organização simbólica das dimensões observáveis dos investimentos dos pais, pelo que incorporam e sintetizam, entre outras componentes (incluindo a observação e a avaliação subjectiva das consequências para os próprios pais de um certo padrão de investimento), as experiências relacionais que lhes estiveram associadas. Parece, portanto, que os investimentos dos pais provocam impacto nas características afectivas da relação pais-filhos

⁶⁰⁷ Refira-se que a especificação de dois modelos distintos resultou da impossibilidade de concentrar os factores presentes em ambos num único modelo, o que teria permitido alcançar conclusões mais definitivas acerca do processo de transmissão. Desta forma, o primeiro modelo não permite apreciar em que medida as aprendizagens realizadas e as representações construídas pelos filhos acerca do trabalho e da parentalidade têm implicações em termos dos seus investimentos. Uma vez que apresenta aspectos comuns com o Modelo II é possível, pelo menos, inferir, ainda que com algumas reservas, algumas dessas mesmas implicações.

⁶⁰⁸ De resto, a solução final obtida relativamente a este tipo de díade no Modelo II, confirma a influência do investimento materno no trabalho no investimento dos filhos na parentalidade. O Modelo I parece complementar a interpretação que já havia sido feita a propósito dessa relação.

mas terá de admitir-se que os sentimentos dos filhos acerca dessas relações participem na formação dessas percepções e possam, até, estar na origem dos seus viéses. De resto, sendo de natureza correlacional, os resultados das análises de regressão devem ser interpretados com reserva dado que não é possível determinar com rigor o tipo de relação causal existente entre as percepções dos investimentos parentais e as memórias da relação pais-filhos.

3. A Voz dos Especialistas

Não obstante concordar-se com Giddens (1991) quanto às limitações encontradas pelos especialistas quando se trata de apoiar e orientar os indivíduos em questões tão íntimas quanto as dos investimentos pessoais, procurar-se-á tecer breves considerações acerca de algumas das possibilidades que se abrem à acção do psicólogo e de outros agentes com responsabilidade social quer no que se refere à transmissão familiar quer no que diz respeito à gestão dos investimentos e à relação interpapéis.

Tanto a revisão da literatura como os resultados encontrados relativamente à transmissão intrafamiliar dos investimentos parecem ter reforçado a ideia de que as famílias que proporcionam um clima emocional de abertura e estímulo à comunicação, à interacção e à cooperação, nas quais os pais não se assumem apenas como figuras de exigência e de autoridade mas se mostram sensíveis e responsivas às necessidades dos filhos e onde não só existe a preocupação em disponibilizar condições instrumentais mas há um certo nível de envolvimento afectivo no acompanhamento do seu desenvolvimento, correspondem aos contextos com maior potencial em termos da facilitação do processo de diferenciação das novas gerações. Obviamente, que nem todas as famílias apresentam um padrão de funcionamento psicossocial que as torne um ambiente óptimo à construção e reconstrução da memória familiar (Muxel, 1996; Rey, 1996). Em última instância, o objectivo da memória familiar, enquanto registo de discursos e significados, é promover a consciência da separação, o reconhecimento pelo indivíduo da sua própria solitude e finitude. No entanto, a consciência da separação não só implica a consciência do passado mas também a necessidade de negociação com esse passado, isto é, a negociação das formas de vinculação e desvinculação à história familiar no sentido da construção de um percurso próprio (Muxel, 1996). Acontece que, do ponto de vista emocional, nem todos os indivíduos são igualmente capazes, ou estão igualmente preparados, para aceitar, transformar, usar e, mais tarde, transmitir a outros as heranças que recebem (Prieur, 1999); nem todos têm condições para impedir que a sua herança se torne uma herança impossível (Poisson, 1999).

São esses os que, provavelmente, mais beneficiam da intervenção psicológica e do apoio que esta lhes pode prestar, proporcionando-lhes um exercício reflexivo que lhes permita avaliar criticamente o seu passado e situar-se na história da família como autor do seu destino reconhecendo que existem outras opções para além daquelas que lhe parecem naturais e únicas pelo facto de não ter tido oportunidade de conhecer outras ou explorar mais. Em muitos

casos, pode tratar-se de fazer as pazes com (as figuras do) o passado e consigo próprio, libertando-se das recordações indesejáveis dos excessos ou das privações a que esteve sujeito, encontrando para elas um (novo) significado que, inclusivamente, pode estar contido e ter de ser recuperado noutras recordações: naquelas recordações mais íntimas que lhe trazem o desejo de reviver antigos momentos de felicidade ou nas recordações do que os pais fizeram por si, mesmo que não tenha sido muito ou não tenha sido bem feito. Esta reorganização do passado pretende evitar a reprodução intergeracional de experiências dolorosas ou de aprendizagens disfuncionais; pretende, igualmente, minimizar a tendência dos indivíduos para se posicionarem extremadamente em torno da repetição ou oposição aos bons e maus comportamentos das figuras parentais quando a relação com estas é pautada por sentimentos de rejeição ou aceitação idealizada. Torna-se, assim, fundamental que os indivíduos tenham a oportunidade para integrarem os afectos negativos e acrescentarem à herança elementos cognitivos e afectivos novos que possam favorecer novas orientações e conduzir à transformação dos seus investimentos.

Nalguns casos, poderá haver necessidade de desbloquear a capacidade do sistema familiar para promover a diferenciação dos seus membros permitindo-lhes projectar-se subjectivamente no futuro. Como esclarece Muxel (1996), a memória familiar, antes de resultar da negociação de um grupo com a sua história colectiva, é produto de uma negociação existencial realizada ao nível da história e do tempo presente de cada indivíduo: "*La mesure de l'attachement familial ne peut se faire qu'à partir du constat de cette nécessaire subjectivation.*" (p. 196). Pode ser importante dotar os pais (ou futuros pais) desta consciência de que a individualidade dos filhos é uma condição do equilíbrio das próprias relações familiares e, ao mesmo tempo, torná-los capazes de reconhecer a importância de valorizarem e transmitirem as aprendizagens feitas no passado e partilharem as experiências que vivem no presente num contexto afectivo de mutualidade que permita construir uma base interpretativa comum para os acontecimentos da realidade e possibilite, a pais e a filhos, actualizarem e/ou desenvolverem recursos pessoais que os façam sentirem-se mais seguros no confronto com as mudanças dessa realidade.

Do ponto de vista da interface trabalho-parentalidade parece ter ficado claro que, na gestão do duplo papel, o maior e o mais importante desafio que se coloca aos indivíduos não é tanto o de estimarem a urgência e/ou prioridade das actividades a realizar em cada domínio, o de racionalizarem o tempo a distribuir por cada um dos papéis ou o de definir os melhores métodos de conciliação de ambos (Debats, 1999; Nascimento *et al.*, 2004). Não obstante estas serem tarefas indispensáveis na organização prática da vida, a sua prossecução e, principalmente, o potencial de realização e satisfação que lhes está inerente, parece depender, essencialmente, da capacidade de efectuarem essas decisões e escolhas tendo em conta o significado que esses papéis (as responsabilidades e as oportunidades que lhes estão associadas) assumem para si. De resto, as estratégias de gestão trabalho-família podem mesmo ser vistas como meios através dos quais os indivíduos têm a oportunidade de governar

os seus recursos (de tempo, de energia, cognitivos, emocionais, comportamentais) de forma mais fiel à importância ou significado de cada papel para si.

Nesta perspectiva, os esquemas de coordenação dos dois papéis que, ao longo do tempo, os indivíduos, definem e redefinem constituem plataformas de exploração desses significados porquanto lhes permitem experimentar (-se) de formas diferentes (em) cada um dos papéis e deles extraírem aprendizagens significativas para o seu auto-conceito. A dedução lógica é que, tão importante como arrumar os papéis por fora (fazendo, quotidianamente, o seu agendamento) será arrumá-los por dentro, ou seja, conseguir articular as experiências associadas ao trabalho e à família num sentido coerente de identidade (Nascimento *et al.*, 2004), isto é, sem o sentimento de um *self* fragmentado ou saturado que tornaria difícil para os indivíduos identificarem, entre as dimensões que povoam o *self*, aquela relativamente à qual desejam permanecer verdadeiros, investidos e fiéis (Gergen, 1991).

A este nível revela-se de particular interesse o conceito de *script* vocacional enquanto instrumento que permite validar a existência de um sentido de vida (Simon & Osipow, 1996). Ao favorecer a compreensão das características do *self* que são mais investidas e exploradas nos diferentes papéis, a progressiva tomada de consciência do *script* vocacional poderá contribuir para que os indivíduos identifiquem continuidades na lógica narrativa das experiências do *self* (Cochran, 1990) no desempenho de ambos os papéis. Trata-se, afinal, de apoiar os indivíduos no desenvolvimento da capacidade de organizar os vários acontecimentos da história pessoal de vida, incluindo as experiências que decorrem da realização dos seus projectos parental e de trabalho.

Num contexto de potencial “multifrenia”⁶⁰⁹, o desafio que se coloca à intervenção psicológica parece ser, justamente, o de promover e reforçar a tomada de consciência da contribuição do papel parental e profissional/de trabalhador para o sentido de *self* dos indivíduos, de modo a que as experiências vividas no trabalho e na parentalidade, uma vez significadas, possam ser consistentemente integradas na estrutura da sua identidade pessoal.

Como é óbvio, o alcance desse objectivo requer que o psicólogo apoie o indivíduo na exploração do significado que atribui ao trabalho e à família estimulando-o a reflectir em que medida: (1) se identifica com cada papel (determinando a posição que cada papel ocupa na hierarquia de saliência das identidades de papel); (2) os valores pessoais que são mais significativos estão a ser realizados em ambos os domínios ou apenas num deles; (3) se o grau de envolvimento comportamental com a parentalidade e com o trabalho decorrente do seu padrão de investimento corresponde ao desejado ou se existem discrepâncias entre, por um lado, as suas motivações pessoais e, por outro lado, preceitos culturais ou exigências situacionais que o obrigam a uma gestão mais pragmática do que auto-referenciada e

⁶⁰⁹ Para Gergen (1991) a “multifrenia” corresponde a um estado de fragmentação do indivíduo numa multiplicidade de *selves* que representam diferentes possibilidades de ser ou tornar-se. A multifrenia é apresentada como um problema típico da modernidade que pode ser destruturante da identidade pessoal na medida em que ao ser empurrado em várias direcções o indivíduo pode perder a noção do seu verdadeiro *self*: “...committed identity becomes an increasingly arduous achievement.” (p. 73).

preferencial dos recursos pessoais disponíveis. Nalguns casos, poder-se-á tornar necessário assistir os indivíduos no reequacionar do seu padrão de investimento criando oportunidades de reflexão em torno das recompensas e/ou consequências negativas que o sistema de investimentos acarreta para si, que possam conduzir a reajustamentos (*i.e.*, o aumento, complemento ou substituição das fontes de gratificação e/ou a diminuição das fontes de exigência pessoal) sempre que se verifiquem situações de insatisfação e/ou de conflito e sobrecarga.

No contexto de uma abordagem psico-educativa (Campos, 1976)⁶¹⁰, poderá ser, igualmente, útil promover a compreensão do indivíduo relativamente à natureza e implicações psicológicas dos mecanismos e processos que actuam na interface trabalho-parentalidade, de modo a que aprenda a intervir intencionalmente nessa relação e se torne capaz de lidar de modo adaptativo com as transições implicadas no frequente vaivém entre a família e o trabalho (Ashforth *et al.*, 2000; Clark, 2000). A segmentação, a compensação, a acomodação, o *spillover* podem, por isso, ser vistos como um espectro de estratégias, que os indivíduos podem escolher por em prática para negociar o equilíbrio de papéis, numa procura activa de níveis mais elevados de bem-estar psicológico e de satisfação pessoal com a vida. Importa, no entanto, ter em conta que a intenção individual, sendo um factor relevante da relação interpapéis (Edwards & Rothbard, 2000), nem sempre tem força bastante para se sobrepor aos efeitos das condições objectivas dos meios familiar e profissional. Sendo verdade que as circunstâncias e características desses contextos tanto podem facilitar como bloquear os diferentes processos interpapéis, percebe-se que se tornem determinantes no modo como o padrão de investimento dos indivíduos (investimento proporcional ou desproporcional em cada domínio), afecta a satisfação e o bem-estar individual, familiar e organizacional (Lambert, 1990). Não pode, contudo, descartar-se a possibilidade do investimento nos papéis de vida ser, também, uma função do grau no qual os indivíduos se sentem satisfeitos, competentes e apoiados em cada um dos domínios de vida mais do que um factor que condiciona os efeitos dos mecanismos interpapéis no bem-estar (Greenberger & O'Neil, 1993).

Seja como for, é à medida que os indivíduos se confrontam com as dificuldades do desempenho real do duplo papel e se vêem forçados a tentar encontrar respostas e soluções para problemas específicos de interferência ou conflito interpapéis, que aprendem a saber gerir o *self*, a saber gerir a relação com os parceiros de papel, a saber gerir os dois papéis de uma forma que maximize a sua "produtividade" nos dois contextos. No que se refere ao mundo do trabalho, a investigação chega mesmo a comprovar que o acumular de experiências e de saberes melhora a qualidade do ajustamento trabalho-família numa dinâmica que se aperfeiçoa progressivamente em resultado das decisões que os indivíduos tomam juntamente com os membros da sua família para maximizar a integração dos dois domínios (Han & Moen, 1999).

⁶¹⁰ A educação psicológica teria como objectivo aumentar a intencionalidade dos indivíduos, ou seja, "...aumentar a sua capacidade para antecipar numerosas experiências alternativas, para escolher entre elas e para atingir objectivos desejados." (Campos, 1976, p. 120).

A experiência constitui, por conseguinte, o ponto de partida ideal para o desenvolvimento pelos indivíduos de um capital de conhecimentos de nível tácito (Wagner & Sternberg, 1986), tanto acerca das competências, valores e preferências do *self*, acerca das dimensões estáveis e instáveis das condições objectivas do ambiente familiar e profissional (Hammer, 1985) bem como acerca dos modos de lidar com circunstâncias nas quais flutuações nas exigências (frequentemente competitivas) do contexto parental e/ou de trabalho requeiram uma repartição mais desigual dos recursos individuais (Sternberg & Caruso, 1985). É neste nível tácito de conhecimento que assentam os significados que os indivíduos atribuem às suas experiências quando estas desafiam a hierarquia de saliência das suas identidades de papel, sendo eles que influenciam a projecção a médio e longo prazo dos seus investimentos em cada um dos papéis.

Admitindo-se a importância deste tipo de experiências na (re)construção de significados e na (re)estruturação dos sistemas individuais de investimento, parece mostrar-se lógico, do ponto de vista da contribuição das empresas neste processo, a definição de políticas e a implementação de medidas (de atribuição de licenças ou de dispensas, de flexibilização do horário e/ou da duração do tempo de trabalho, de valorização de práticas de teletrabalho,...) susceptíveis de facilitar a escolha e a experimentação pelo trabalhador de diferentes estratégias de gestão do duplo papel que conduzam à consolidação de um certo conhecimento tácito sobre a melhor forma de se comportar nessa interface e que possam constituir ocasiões para a exploração e confirmação ou reorientação dos seus investimentos.

De igual modo, e tomando como referência a distinção proposta por Lambert (1990) entre *spillover* directo e indirecto é fundamental ter em conta que os empregadores parecem poder apoiar a integração dos dois domínios quer reforçando a relação entre certas condições objectivas associadas a um deles e os resultados directamente obtidos no outro, quer indirectamente influenciando a reacção subjectiva dos trabalhadores às próprias políticas empresariais. Assim, a nível do contexto profissional, por exemplo, talvez não baste que os empregadores intervenham sobre características objectivas do papel profissional que interferem directamente na qualidade do envolvimento do trabalhador na família. Uma medida como a de redução do horário de trabalho, por exemplo, apenas facilitará a gestão dos papéis, se o trabalhador sentir que, apesar da diminuição do tempo de trabalho, consegue realizar, em quantidade e qualidade, exactamente as mesmas actividades de antes. Se, pelo contrário, a diminuição do tempo de trabalho for sentida pelo trabalhador como uma pressão adicional relativamente ao ritmo de trabalho, ou for sentida como implicando perdas na qualidade do que produz, a fadiga e/ou insatisfação profissional que daí resulte poderá torná-lo menos responsivo às necessidades dos filhos e/ou de outros membros da família quando regressar a casa (Lambert, 1990).

A questão que se coloca é como podem as empresas intervir sobre dimensões mais internas e subjectivas da experiência dos indivíduos que, ao fim e ao cabo, manifestam a centralidade relativa de cada um dos papéis para o seu sentido de *self*. Parece, desde logo,

indispensável tirar o máximo partido da relação privilegiada que os indivíduos mantêm com os seus supervisores mais directos, o que passa por envolver estes últimos em acções de formação que os tornem mais aptos a manifestar sensibilidade, empatia e apoio em relação a trabalhadores que tenham vidas familiares mais exigentes ou que se encontrem a atravessar situações familiares mais críticas (Galisnky & Stein, 1990). Por outro lado, parece, igualmente, fundamental o desenvolvimento de um conjunto paralelo de iniciativas tendentes ao reforço dos níveis identificação do indivíduo com o seu trabalho. O indivíduo tenderá a representar o trabalho como mais importante para si, na medida em que sinta que também ele é importante para o trabalho. Sem um mínimo de identificação com o papel, este não adquire a saliência psicológica indispensável para que o indivíduo oriente para ele os seus investimentos e nele aspire a padrões de excelência. A identificação e o investimento representam as razões pelas quais o indivíduo se envolve com um dado papel (Rothbard, 2001). Se o empregador tiver o cuidado de lhe atribuir funções e responsabilidades que sejam do seu interesse e de patrocinar oportunidades de formação que lhe permitam melhorar o seu desempenho e percepcionar-se como mais competente no exercício das suas actividades, o vínculo do indivíduo ao trabalho poderá ser, sobretudo para os que se sentem afectivamente mais investidos na parentalidade, um factor determinante na escolha de formas de acomodação das suas responsabilidades familiares que não tragam prejuízos à sua vida profissional. Para isso, torna-se necessário a implementação de mudanças na cultura organizacional que incrementem a motivação e o sentimento de pertença dos trabalhadores. Através delas, a empresa não só minimiza o risco que poderia advir para a produtividade e para investimento do indivíduo no trabalho da flexibilização da fronteira trabalho-família, como se defende da acusação de falso protecționismo (Regan, 1994) ao encarar seriamente as suas responsabilidades sociais no que se refere às questões da conciliação trabalho-família.

De resto, o facto destas questões terem ganho bastante relevo na agenda política e terem passado a fazer parte do discurso social, parece ter contribuído para que, no processo de atribuição de significado às experiências de trabalho e parentais, os indivíduos se tivessem tornado mais críticos e também mais sensíveis quer relativamente às suas capacidades quer em relação às pressões ambientais a que estão sujeitos (Grzywacz *et al.*, 2002). Talvez resida aí a explicação para a tendência observada nos comentários dos participantes da G2 quando reclamam por mais apoio governamental do que os participantes da geração precedente. Possuidores do conhecimento de que existe noutros países uma rede de apoios institucionais e estruturas sociais públicas que facilitam a gestão trabalho-família, as gerações mais jovens têm uma maior consciência de que, em termos de fontes de apoio, existem alternativas às que se situam na família (próxima ou alargada) o que constitui um bom exemplo de como, nos tempos mais recentes, a ligação da casa à aldeia global (através, sobretudo, dos meios de comunicação social) influi fortemente nas atitudes dos indivíduos (Wall & Guerreiro, 2005). Dito de outro modo, o contexto social contribui decisivamente para os significados que os indivíduos atribuem às suas experiências no trabalho e na família (Grzywacz *et al.*, 2002).

4. Heranças para o Futuro

Por fim, considera-se importante salientar, assumir e reflectir sobre algumas das vulnerabilidades do projecto, que decorrem, nalguns casos, das próprias opções de investigação, noutros casos de circunstâncias inerentes ao desenvolvimento do mesmo, e que podem ser encaradas como oportunidades que futuramente se abrem ao alcance de uma compreensão mais apurada acerca da influência da sociedade e da família de origem na configuração do sistema de investimentos das novas gerações. De igual modo, procurar-se-á assinalar os contributos mais significativos e inovadores do projecto sem que, contudo, se pretenda ser exaustivo na inventariação de todas as suas mais valias porquanto se considera preferível não incorrer em imodéstias e deixar o leitor mais livre na apreciação dos méritos da presente investigação.

Em primeiro lugar o facto de tratar-se de estudos transversais introduz no projecto uma limitação que se prende com a impossibilidade de estabelecer de forma unívoca as prioridades causais que existem entre as variáveis em análise. No caso dos dois modelos testados, as relações encontradas representam apenas a confirmação de uma entre várias hipóteses possíveis de trajectórias causais que poderiam ter-se mostrado igualmente ajustadas se outras direcções tivessem sido especificadas. Certamente, que um estudo longitudinal seria preferível para a identificação de sequências causais e para uma análise mais rigorosa dos factores que, ao longo do desenvolvimento individual e da evolução social, interferem no processo de transmissão intergeracional dos padrões de investimento. Por razões de tempo esse seria, no entanto, um empreendimento impraticável. Convém, todavia, frisar que embora se reconheça que, na análise das diferenças intergeracionais (tanto as de natureza sócio-histórica como as de natureza intrafamiliar), se mostrava preferível o recurso a um *design* de investigação de tipo longitudinal, essa limitação poderá, de algum modo, ter sido minimizada por alguns dos procedimentos adoptados. Tal como explica Bronfenbrenner (1986), *"although the advantages of a chronosystem model are best achieved within the framework of a longitudinal design, important benefits can also be gleaned from cross-sectional studies that gather key retrospective data and use appropriate analytic procedures such as causal modelling."* (p. 733).

Outra das fragilidades do estudo prende-se com o recurso a uma abordagem retrospectiva. A maioria das medidas usadas envolvem relatos ou descrições retrospectivas de comportamentos que, no caso da geração dos pais, podem ter ocorrido há mais de 30 anos. As percepções e as memórias avaliadas são, por isso, susceptíveis de distorção defensiva e negação em função do tempo e das experiências de vida. As respostas que derivam de uma avaliação retrospectiva podem ainda estar contaminadas pela percepção actual "o que não permite verificar o que faz parte do passado e o que é consequência do próprio envolvimento do indivíduo." (Costa, 1991, p. 200). Com efeito, a investigação revela que a recordação de acontecimentos passados envolve processos complexos de reconstrução e são influenciados por uma variedade de factores individuais e de contexto (Flavell, 1985; Ross, 1989). No caso do

presente projecto essas respostas tanto podem reflectir, com alguma fidelidade, o comportamento parental real, como podem estar influenciadas pela idealização das figuras parentais⁶¹¹, podem ser representações selectivas do comportamento parental, podem ser percepções das representações culturais da parentalidade e do trabalho ou corresponderem a percepções das qualidades pessoais consideradas mais ou menos desejáveis em termos sociais. Para além disso, se as recordações e percepções dos participantes reflectem ou não as experiências passadas pode não ser crucial dado que as interpretações e representações actuais dessas experiências parecem ser mais importantes na determinação do comportamento e das percepções actuais do que as experiências em si mesmas (Main *et al.*, 1985). A interpretação e a subjectividade são elementos essenciais à compreensão e descrição da experiência dos indivíduos nas suas famílias de origem. A realidade da família de origem dos indivíduos não pode ser medida numa base objectiva e factual porque ela não tem em si mesma uma natureza objectiva. Assume-se, portanto, que a realidade percebida não é a que pré-existe aos sujeitos mas é aquela que tem significado para os próprios sujeitos e, por isso mesmo, é aquela que é susceptível de afectar o seu funcionamento psicológico. Neste sentido, pode considerar-se que a percepção que os indivíduos têm das suas experiências na família de origem é, pelo menos, tão importante e infinitamente mais acessível do que a realidade objectiva (Hovestadt, Anderson, Piercy, Cochran & Fine, 1985). De qualquer forma, dado que os estudos demonstram que a qualidade da relação entre o filho adulto e o seu pai/mãe no momento da recolha de dados pode afectar as recordações da experiência de parentalidade recebida (*e.g.*, Watson & Clark, 1984) foi recolhida informação quanto à satisfação actual com o filho focal e/ou com a figura parental respondente. Uma vez que estas variáveis foram avaliadas de modo bastante positivo por ambas as categorias de participantes, parece improvável que tivessem funcionado como fontes casuais de erro de medida. De qualquer forma, a terem produzido algum efeito na evocação dos participantes esse efeito terá sido de acentuação mais do que atenuação das relações encontradas entre os investimentos dos pais e os dos filhos adultos.

A terceira limitação do estudo está relacionada com a adopção de uma metodologia predominantemente quantitativa que não permitiu uma observação mais directa das influências produzidas, recebidas e percebidas na construção de significados para o trabalho e para a parentalidade. A abordagem qualitativa teria permitido conjugar e confrontar a perspectiva dos participantes em cada condição (sobretudo pais e filhos) relativamente às percepções, às expectativas, às crenças, aos significados, às intenções, às motivações e influências recíprocas que teriam operado no processo de transmissão intergeracional, de uma forma mais consistente. A utilização de metodologias narrativas, nomeadamente a realização de entrevistas

⁶¹¹ No caso particular dos filhos, embora as respostas se reportem à fase da adolescência – altura marcada pelo processo de idealização/desidealização (Figueiredo, 1985) em que o jovem faz uma reavaliação das suas representações em relação às figuras parentais – o facto de, no momento da evocação, os filhos já se encontrarem na idade adulta e já terem eles próprios assumido o papel parental, leva a supor que as experiências passadas de relação com os pais tenham já sido reavaliadas (Canavarro, 2001) e se encontrem devidamente integradas e estabilizadas.

a elementos de díades com padrões concordantes e discordantes de investimento teria, igualmente, permitido aprofundar quais os valores subjacentes ao investimento dos indivíduos nos papéis parental e profissional/de trabalhador. Tornar-se-ia possível, neste caso, determinar se as semelhanças potenciais entre pais e filhos no que se refere aos investimentos no papel parental e de trabalhador/profissional decorre de similaridades ao nível dos valores que cada uma das gerações associa a esses investimentos ou se a existência de continuidades nos padrões de investimento intergeracionais é independente do processo de transmissão de valores e constitui um domínio a acrescentar aos identificados por Kohn (1993)⁶¹². Por outro lado, seria possível compreender melhor se os valores dos pais mais ligados ao seu investimento no trabalho se diferenciam dos valores associados ao seu investimento na parentalidade e avaliar em que medida essas diferenças ou semelhanças nos valores influem na transmissão intergeracional dos padrões de investimento.

Atendendo ao conjunto de fenómenos sociais que estão na base do que aparece designado como a crise da função de transmissão das instituições (Laïdi, 2000)⁶¹³ é, efectivamente, de todo o interesse investigar, futuramente, quais os valores que se mantêm infusos no fluxo de transmissão geracional para que, em função da identificação de eventuais consistências transgeracionais, se possa compreender melhor o grau no qual a cultura familiar continua a ser capaz de produzir respostas adaptativas e funcionais à mudança na sociedade global. Parece, por conseguinte, fazer todo o sentido investigar quais as similaridades entre os valores de cada geração e em que medida os pais, através dos valores que transmitem, estão a ajudar as gerações mais novas a lidar com as mudanças nos papéis e padrões de vida.

A julgar pela perspectiva de Rossi (1986) acerca da tendência hedónica dos indivíduos que, actualmente, desempenham o papel de pais parece que, no contexto de um estudo que pretenda analisar, segundo o ângulo da transmissão intergeracional intrafamiliar, os padrões de investimento dos indivíduos no trabalho e na parentalidade, as propostas de Schwartz e Bilsky (1987)⁶¹⁴ e de Schwartz (1992) se revelam particularmente interessantes quer na vertente da comparação da saliência dos papéis parental e profissional/de trabalhador quer na vertente da comparação pais-filhos. A comparação da estrutura de valores dos indivíduos que apresentam

⁶¹² Na sequência do seu extenso trabalho de investigação acerca da transmissão, Kohn (1993,) conclui que a similaridade entre pais e filhos é apenas moderada ou limitada a certos domínios como as crenças e os estilos de vida políticos e religiosos, os valores e certos pontos de vista gerais quanto à realidade social

⁶¹³ Laïdi (2000) constata que a transmissão resulta da articulação entre três elementos: (1) o reconhecimento de uma referência absoluta que cria uma obrigação em relação às gerações futuras; (2) a existência de contextos institucionais onde essa obrigação possa ser cumprida; e, (3) a aceitação da necessidade de formas de mediação tendo em conta que a transmissão se faz a longo prazo. A crise da transmissão explica-se, segundo o autor, pelo facto de nenhuma destas condições estarem satisfeitas na realidade actual.

⁶¹⁴ Schwartz e Bilsky (1987) são os autores da teoria da estrutura universal dos valores. A noção de universalidade estrutural decorre de uma concepção dos valores como representações cognitivas de requisitos humanos universais (as necessidades biológicas, as necessidades de interacção social e as exigências institucionais) que são independentes da cultura e que se exprimem a um nível consciente sob a forma de crenças acerca da desejabilidade de certos comportamentos ou estados finais da existência, isto é, sob a forma de valores. Mediante um processo de socialização o indivíduo faz a aprendizagem dos valores dominantes na sua cultura alguns dos quais são por si adoptados e progressivamente organizados em hierarquias pessoais de acordo com a importância que lhes atribui. Neste processo de selecção há a interferência de variáveis culturais, sociais e pessoais pelo que é também de esperar que as experiências vividas na família de origem e, nomeadamente aquelas que se prendem com os investimentos dos pais no trabalho e na parentalidade, possam influenciar a natureza dos valores que são incorporados na hierarquia.

diferentes padrões de investimento, poderá ajudar a compreender que motivações e valores estão presentes em situações nas quais o papel de trabalhador/profissional é o mais saliente, em situações nas quais o papel parental é o mais saliente e em situações nas quais os indivíduos não investem nos dois papéis de forma significativamente diferente. Será que os indivíduos que apresentam um padrão de investimento caracterizado por maior saliência do papel de trabalhador/profissional assinalam valores mais próximos do tipo estimulação, autodireccionamento, realização e hedonismo? E quanto aos indivíduos para quem o papel parental é o mais saliente? Será que a estrutura de valores revela uma maior representatividade de valores ligados à manutenção da tradição, segurança e conformidade e benevolência? Que tipos motivacionais surgirão associados em cada um dos grupos de indivíduos com diferentes padrões de investimento?

O enquadramento dos valores em tipos motivacionais é o segundo aspecto que se revela atractivo para um futuro projecto. Considerando os tipos motivacionais como categorias de significado, divergências e convergências na posição dos valores classificados por pais e por filhos relativamente a cada um dos tipos motivacionais, podem funcionar como indicadores de semelhanças ou diferenças no significado dos valores para cada geração. Será que pais e filhos têm concepções pessoais comuns acerca dos valores? Ou será que um mesmo valor pode revestir significados diferentes para pais e para filhos? Se assim for, em que medida essa diferença de significado traduz um posicionamento crítico do filho em relação às orientações parentais? A análise da estrutura de valores em função dos diferentes padrões de investimento poderá ajudar a precisar se são as responsabilidades familiares e profissionais no seu conjunto que determinam o conformismo e a ruptura quase episódica com o estabelecido, ou se é no facto da própria subordinação do trabalho ou da família aos interesses pessoais (tal como se satisfazem num ou noutro desses domínios) que radica a tendência hedonista dos indivíduos. A comparação da hierarquia de valores instrumentais e finais das duas gerações poderá, por seu lado, revelar o grau no qual se verificam congruências ou incongruências entre pais e filhos ao nível das suas orientações gerais face à vida. A situação de entrevista permitiria uma avaliação mais profunda das ligações que os próprios sujeitos consideram existir entre a sua hierarquia pessoal de valores (instrumentais e finais), a sua percepção das influências parentais quanto à orientação para certos valores na família de origem, e os seus investimentos pessoais no papel parental e de trabalhador/profissional.

Os comentários e observações produzidos pelos participantes acerca dos questionários suscitam, igualmente, algumas reflexões acerca da pertinência (e das implicações) do recurso à entrevista. Prestando-se atenção ao conteúdo destes comentários (*cf.* Quadro 113), imediatamente se percebe os efeitos que o processo de resposta aos questionários produziu nos participantes⁶¹⁵. Tendo em conta as reacções por eles manifestadas, parece óbvio que, ao

⁶¹⁵ Uma vez que o espaço reservado a comentários e observações permitia uma utilização polivalente e podia ser, igualmente, usado pelos participantes para se pronunciarem quanto aos próprios questionários, 19 participantes optaram por incidir a sua atenção nesse foco. O Quadro 121 apresenta uma selecção dos comentários que, a este nível,

proporcionar-lhes uma oportunidade de reflexão, ressignificação e integração da(s) sua(s) experiência(s) e ao ter intensificado algumas das emoções associadas a essas experiências, a investigação configurou, em certa medida, uma forma de intervenção psicológica. Antecipando-se que o envolvimento no preenchimento dos questionários pudesse suscitar uma mini-crise e afectar o bem-estar psicológico de alguns participantes houve o cuidado de assegurar ajuda psicológica aos que dela sentissem necessidade na sequência da participação na investigação⁶¹⁶.

Quadro 113.

Comentários produzidos pelos participantes acerca dos questionários

♀ *"Acho estes questionários interessantes pois podemos chegar a conclusões acerca do relacionamento de mãe/filhos e tentar ver o que está errado e precisa de ser melhorado."* (Df020)

♂ *"Penso que este questionário me fez ver melhor o que fui como filho e como sou como pai, sendo uma experiência que me irá permitir tentar ser melhor como filho, como pai e nas questões particulares e profissionais."* (Df610)

♂ *"Estes questionários são bons para reflectirmos melhor sobre a nossa vida."* (Df646)

♂ *"Obrigado por me dar esta oportunidade de falar mais uma vez delas [filhas] com toda a satisfação."* (Dp741)

♂ *"O questionário em si tem bastante valor, mas só no caso de haver harmonia na família, que no meu caso é agradável."* (Dp488)

♀ *"Este questionário fez-me pensar na relação que tenho com os meus pais, com os meus filhos, com o meu marido e com os meus sogros fantásticos! E senti-me uma privilegiada. Funcionamos como uma "pinha" e somos uma família muito feliz."* (Df268)

♂ *"Este questionário faz-nos recordar coisas boas da infância e adolescência dos nossos filhos."* (Dp419)

♀ *"Magoou-me o facto de não poder responder às perguntas relacionadas ao meu pai. Ele nunca esteve presente abandonou-nos."* (Df099)

♀ *"A parte do questionário em que tinha que falar sobre o meu companheiro fez-me recordar más recordações, que são dolorosas."* (Dm099)

♀ *"Pareceu-me que este questionário é demasiado privado e faz recordar essencialmente momentos que para mim estavam guardados e fechados num "baú."* (Df688)

♂ *"Considero este questionário interessante para quem teve uma adolescência suave, mas pode-se tornar desagradável para quem teve uma adolescência dura ou marcante."* (Df027)

Tal como se verificou no preenchimento dos questionários, é provável que, durante a entrevista, a abordagem de alguns tópicos possa ser emocionalmente gratificante para alguns dos sujeitos e emocionalmente perturbadora para outros. A situação de entrevista requer um grau ainda superior de auto-revelação acerca de questões sensíveis da história dos indivíduos,

se mostraram mais significativos. O interesse destes comentários justifica-se, justamente, pelo facto de um número considerável de participantes ter feito sobressair o potencial dos questionários quer no estimular de reflexão e revisão de vida quer no que se refere à activação de emoções positivas e negativas.

⁶¹⁶ De resto, a disponibilidade com que uma proporção significativa de participantes, a propósito dos temas em estudo, expõe diferentes facetas da sua vida e a sua experiência privada, sem que haja qualquer pressão ou imposição externa nesse sentido (recorde-se que o preenchimento desta parte do questionário era facultativa), leva a pensar que existe, pelo menos no íntimo de cada um, uma necessidade de expor as suas vivências o que é sintomático da importância que estes temas assumem para si.

da sua relação com os pais e com os filhos, da sua satisfação com os seus papéis de vida e, por isso, é provável que as questões a colocar suscitem sentimentos e reflexões que podem (1) não estar directamente relacionadas com o foco do estudo, (2) despoletar reacções emocionais inesperadas ou, até, (3) induzir nos entrevistados expectativas psicoterapêuticas. A antecipação destas dificuldades, ao invés de servir como justificação para preterir a entrevista enquanto método de recolha de dados (*e.g.*, Duxbury & Higgins, 1991; Aryee, Srinivas & Tan, 2005)⁶¹⁷, mostra a importância de acautelar estes riscos potenciais garantindo, nomeadamente, que os entrevistadores possuam competências que os tornem capazes de (1) manter um nível apropriado de auto-revelação por parte dos participantes, (2) monitorizar o comportamento verbal e não verbal dos participantes ao longo do processo de entrevista e de (3) estarem preparados para intervir, sempre que necessário, seja para refocar os temas centrais da entrevista seja para gerir situações potencialmente desafiantes do ponto de vista emocional com um mínimo de consequências negativas para o bem-estar psicológico participantes.

Com efeito, embora seja compreensível o melindre da utilização de entrevistas, não pode deixar de considerar-se que é um instrumento de investigação precioso, sobretudo quando está em causa o acesso às interpretações e às crenças dos sujeitos relativamente a questões importantes da sua história ou estilo de vida e à complexidade dos processos inerentes à construção e à transformação, ao longo da vida, dos significados envolvidos no trabalho e na parentalidade. Uma vez que os papéis não são guiões de conteúdos permanentes e constantes, mas são criações sociais subjectivamente modificadas na continuidade da interacção social (Burke & Reitzes, 1991; Golden, 2001; Hewitt, 1991; Stryker, 1968; 1980; Stryker & Serpe, 1994), a atenção à forma como pais e filhos relatam as suas interacções nos seus contextos de vida (sobretudo, no contexto da família e no contexto do trabalho), e ao modo como descrevem as suas percepções dos papéis e das relações entre os papéis, poderá dar uma noção mais completa do modo como a relação pais-filhos modela a identidade de papel de cada um.

Esta é, naturalmente, uma via de continuidade que o actual projecto de investigação deixa em aberto. Desejavelmente, os esforços de desenvolvimento futuro poderão passar pela exploração qualitativa de um conjunto de variáveis cujas regularidades e variações se supõe poderem (1) facilitar o conhecimento do “porquê” e do “como” da continuidade e descontinuidade intergeracional dos padrões de investimento no papel parental e no papel profissional/de trabalhador e, ao mesmo tempo, (2) configurar de uma forma mais complexa os principais factores do processo de transmissão intergeracional deste aspecto fundamental da construção identitária dos indivíduos que é a relação com dois dos mais centrais papéis de vida. Como contribuição para o desenvolvimento de esforços neste sentido, procura sistematizar-se

⁶¹⁷ Os potenciais efeitos negativos no equilíbrio emocional dos indivíduos da abordagem de questões relativas à interface trabalho-família constitui a justificação que alguns autores apresentam para a não adopção de metodologias qualitativas, em particular o recurso à entrevista, na investigação da temática (*e.g.*, Duxbury & Higgins, 1991; Aryee, Srinivas & Tan, 2005). De um modo geral, os autores temem que os participantes possam ter reacções críticas quando as questões da relação trabalho-família são exploradas mais profundamente em situação de entrevista dado tratar-se de um tema que se encontra estreitamente ligado com a satisfação com a vida.

no Quadro 114 um conjunto de tópicos que se considera relevantes na perspectiva da estruturação de um possível futuro guião de entrevista semi-estruturada destinado à abordagem qualitativa do tema da Transmissão Intergeracional dos Investimentos no Trabalho e na Parentalidade⁶¹⁸.

Quadro 114.

Objectivos e dimensões a contemplar num possível guião de entrevista semi-estruturada

-
- a.** Explorar as crenças e os significados associados por pais e por filhos à parentalidade, ao papel de trabalhador/profissional e à relação entre ambos;
 - b.** Confrontar as representações de pais e filhos quanto aos papéis parental e profissional;
 - c.** Identificar as motivações e as experiências subjectivas de pais e de filhos relativamente a esses papéis e à sua interacção, nomeadamente através da exploração dos custos e benefícios/gratificações que tendem a associar-lhes;
 - d.** Compreender as percepções dos filhos quanto à influência directa e indirecta dos pais nos seus projectos de vida, em particular, nos domínios da parentalidade e da relação com o trabalho;
 - e.** Eliciar as recordações dos filhos quanto ao impacto que o padrão de investimento dos pais nos dois papéis teve na vida dos pais e na qualidade da relação que os pais estabeleceram consigo;
 - f.** Avaliar as perspectivas dos pais quanto às consequências que os seus padrões de investimento terão tido na sua vida e na relação com os seus filhos;
 - g.** Explorar as representações dos pais quanto à influência directa e indirecta que os filhos terão tido na forma como se organizaram os seus investimentos;
 - h.** Verificar em que medida as percepções dos filhos quanto à herança e continuidade ou descontinuidade e ruptura nos domínios da parentalidade e da relação com o trabalho estão relacionadas com os investimentos passados dos pais;
 - i.** Determinar quais as interpretações dos filhos quanto ao que poderá estar na origem de continuidade ou descontinuidade nos padrões de investimento;
 - j.** Identificar os valores de pais e de filhos e analisar em que medida esses valores influenciam a forma como se relacionam com o trabalho e a parentalidade e como esses dois domínios se integram nas suas vidas;
 - k.** Identificar outros factores das experiências na família de origem (características da relação com os irmãos, relação com a figura parental não participante, fenómenos de parentificação,...) que possam estar associados às hipóteses de modelagem ou de compensação ao nível dos investimentos no papel de pai/mãe e profissional/de trabalhador;
 - l.** Averiguar as intenções, expectativas e projectos que pais e filhos possuíram/possuem quanto ao futuro dos seus filhos;
 - m.** Explorar a influência de outros modelos significativos nos significados construídos para os dois papéis (incluindo a influência eventual da figura parental não participante);
 - n.** Verificar a existência de acontecimentos de vida relevantes na vida de pais e de filhos (ao nível dos domínios trabalho e família) susceptíveis de terem interferido no processo de transmissão e/ou na estabilidade *versus* instabilidade dos padrões de investimento;
 - o.** Determinar a possível ocorrência de mudanças significativas na relação com as figuras parentais bem como o seu efeito a nível da representação pessoal dos papéis;
 - p.** Explorar e comparar as concepções de pais e filhos relativamente aos papéis de género.
- ...
-

⁶¹⁸ A construção do guião deverá ter em conta a necessidade subsequente de classificação da informação recolhida, pelo que poderá ser organizado a partir da definição prévia de um conjunto de categorias e subcategorias temáticas que agrupem as variáveis a avaliar. As categorias poderão assumir designações específicas em função dos constructos associados a processos e conteúdos psicológicos internos (sentimentos; percepções; representações/evocações; representações/crenças; significados; interpretações; expectativas; intenções/aspirações; definições) e as subcategorias aparecer definidas em função dos focos de incidência particular desses constructos (maternidade, paternidade, trabalho, papel parental, papel de trabalhador/profissional, outros papéis de vida – papel de filho, de irmão, de cônjuge, – contexto de trabalho, contexto familiar, outros contextos de vida, relação com os pais, relação com os filhos, relação com outros significativos, acontecimentos e mudanças de vida,...). Do mesmo modo, fará sentido formular algumas questões especificamente para cada sequência geracional de padrões de investimento.

Outro dos aspectos críticos do projecto, diz respeito ao período de referência para a evocação. Como já foi referido, optou-se por discriminar um período da relação pais-filhos relativamente ao qual pais e filhos deveriam focar-se para responder aos questionários de natureza retrospectiva tendo os participantes sido instruídos a considerar o intervalo compreendido entre os 12 anos e a idade de independência ou de separação residencial dos filhos⁶¹⁹. Com efeito, esta decisão foi tomada depois de terem sido inicialmente ponderados os riscos de levar os participantes a reportarem-se a todo o período de crescimento dos filhos (ou do crescimento próprio) e deixar ao seu critério a escolha de um período focal específico. Assim, recebeu-se, por exemplo, que nas díades pais-filhos cada um dos elementos do par pudesse focar-se em fases ou momentos distintos dessa unidade temporal alargada o que inviabilizaria, como é evidente, a comparação das respostas dos participantes. Embora se tenha admitido a possibilidade de pais e filhos terem recordações relativamente sólidas quanto às experiências pessoais e interpessoais que pontuaram o período de referência definido (o da adolescência) optou-se, ainda assim, por questionar directamente os pais⁶²⁰ quanto à incidência temporal das suas evocações. O tratamento estatístico das respostas à questão que avaliava a incidência temporal das evocações revelou que a maioria dos pais conseguiu focalizar-se no período estipulado (*cf.* Cap. III, Quadro 13, p. 400)⁶²¹.

Adicionalmente, a recolha de dados apenas relativamente aos investimentos dos pais nos papéis parental e profissional/de trabalhador poderá mostrar-se redutora considerando o facto dos comportamentos de outras figuras dos contextos de vida dos indivíduos que não os pais (avós, tios, amigos dos pais, pais dos amigos) poderem ter exibido padrões alternativos de investimento na parentalidade e no trabalho e terem funcionado como modelos significativos capazes de influenciar a sua orientação nesses domínios. A aprendizagem social enfatiza a

⁶¹⁹ Na circunscrição do intervalo etário de referência foi tido em conta o facto de tratar-se de uma fase do ciclo de vida que abrange tarefas de desenvolvimento que, tanto no plano da relação pais-filhos (o processo de diferenciação e de conquista de autonomia) como no plano da projecção no futuro (a exploração e a escolha de uma direcção profissional), envolve um período de moratória que constitui um tempo "de espera para investimentos adultos" (Costa, 1991, p. 32). Trata-se de um período crítico em termos do desenvolvimento da identidade (Erikson, 1968; 1980), em que é esperado que o indivíduo explore no ambiente aspectos relevantes à construção da sua futura identidade de trabalhador/profissional e parental que lhe permitam decidir e definir o seu lugar na sociedade e no qual está em jogo a síntese das influências e identificações anteriores, nomeadamente as que se referem aos modelos parentais (Márcia, 1980). Na medida em que a autonomia se desenvolve paralelamente à maturação psicológica, é de esperar influências negativas da idade na eficácia dos processos de transmissão, nomeadamente no domínio dos valores. As diferentes fases do desenvolvimento adolescente parecem corresponder diferentes sensibilidades às tentativas de transmissão de valores por parte dos pais. Quanto mais velhos e mais autónomos, menor receptividade apresentam à transmissão. O período mais sensível à transmissão parece ser o que se localiza entre os 14 e os 17 anos (Schonpflug, 2001).

⁶²⁰ A razão pela qual apenas se recolheu este dado junto dos pais prende-se com o maior esforço de memória que teriam de fazer considerando que as experiências a evocar seriam mais remotas para si do que para os filhos e que, adicionalmente, teriam de focar-se apenas na relação com o filho-respondente.

⁶²¹ Não pode também deixar de se assinalar que, mesmo definindo esta referência temporal comum, a experiência parental e interpapéis dos participantes da G2 com filhos na infância, não é comparável à dos seus pais que experimentaram já a saída de casa de, pelo menos, um dos filhos e que já desempenham o papel de avô/avó. De facto, as exigências que se colocam aos pais quando os filhos são adolescentes e aquelas com que se confrontam quando os filhos se encontram no período da infância são bem diferenciadas. Esta mostrou-se, no entanto, uma questão ainda mais incontornável dado que para se garantir homogeneidade nas experiências dos participantes da G1 e da G2, ter-se-ia que pedir aos pais (G1) que recusassem até fases muito precoces do desenvolvimento dos seus filhos (G2), e recordassem o que se passava consigo e na relação com o filho quando este tinha a idade do neto, pedido ao qual, em rigor, os pais talvez não conseguissem dar resposta. A solução passou por estimar diferenças na G2 em função da idade do filho focal.

aprendizagem observacional de fontes diversas como os *media* ou as relações interpessoais sugerindo, assim, que os filhos tanto imitam os seus pais assim como outros modelos e que a influência por modelagem pode ocorrer quando outros significativos são considerados modelos a seguir (Starrels & Holm, 2000). Crittenden (1984) assinalou que as aprendizagens relevantes para o desempenho do papel parental podem resultar não só das interações passadas dos indivíduos com os próprios pais mas também da observação da interação dos pais com outros filhos e da forma como os pais procuram ensinar as crianças a interagir com os outros filhos. Se, tal como propõe o interaccionismo simbólico, os significados que orientam a acção são produto das interações dos indivíduos, tem que se admitir a existência de um processo de evolução dos próprios significados que se desenrola continuamente à medida que os indivíduos alargam o raio do seu campo de interações e constroem relações com outros indivíduos, também eles fonte de definição e expectativas em relação aos seus comportamentos. Nesta ordem de ideias, teria sido importante verificar que outras influências teriam concorrido com as provenientes da família de origem e que parte dos significados atribuídos pelos filhos ao papel parental e ao papel de profissional/de trabalhador teriam resultado da sua interação com os pais ou da sua interação com figuras de outros contextos. Em futuras investigações importará, sobretudo em relação às situações de descontinuidade intergeracional, verificar se os indivíduos assinalam outras influências relevantes, outras fontes de definição para além das que emanam da família nuclear e da interação com os pais, que se tenham mostrado críticas nos investimentos das gerações mais novas. Afinal, ao longo da vida, os indivíduos podem identificar-se com muitas pessoas e encontrar em cada uma das pessoas que admirem *selves* possíveis (Savickas, 1997).

Um outro ponto que merece destaque diz respeito ao facto de apenas se ter estudado díades e não tríades familiares. Com efeito, poder-se-ia ter optado por analisar não apenas a influência de uma mas de ambas as figuras parentais dos sujeitos G2. Apesar de se ter tentado recrutar para a amostra três membros de cada família foram encontradas dificuldades insuperáveis no processo de amostragem. Uma vez que o grau de exigência dos critérios de admissão no estudo dos participantes da G2 eram já bastante exigentes, tornou-se, efectivamente, difícil encontrar filhos que, para além de preencherem todos os requisitos definidos para a sua participação, ainda pertencessem a famílias actualmente intactas (isto é, sem a ocorrência de situações de viuvez, separação ou divórcio após a sua saída de casa dos pais), que continuassem a manter alguma proximidade (física e emocional) com ambas as figuras parentais e que ambas as figuras parentais fossem solícitas o bastante para se disporem a colaborar na investigação. Como já se referiu, estes critérios tiveram de ser flexibilizados. Embora em parte legitimada pela perspectiva dos autores que descrevem uma tendência para uma dissociação crescente da conjugalidade e da parentalidade (*e.g.*, Tedesco, 2000), admite-se que, este constrangimento, implicou a perda de informação importante acerca, entre outras coisas, da influência diferencial que a relação com o pai e com a mãe e que os investimentos de cada uma das respectivas figuras parentais poderá ter nos significados que os filhos atribuem

ao trabalho e à parentalidade. Pensa-se, no entanto, que o facto de ter sido possível analisar quatro tipo diferenciados de díades relativamente à sua composição de género, permitiu minimizar essa lacuna. De qualquer forma, fica registada a necessidade de investigar o fenómeno da transmissão considerando o sistema familiar como um todo tanto mais que é esperado que o grau de homogeneidade na orientação de ambas as figuras parentais relativamente ao trabalho e à parentalidade, dê lugar a uma transmissão mais intensa de atitudes no contexto intergeracional (Cavalli-Sforza & Feldman, 1981).

Por fim, importa também ressaltar que um dos procedimentos adoptados no recrutamento das figuras parentais para o estudo (procurou conseguir-se a colaboração dos pais por intermédio dos filhos), pode ter produzido um certo enviesamento dos resultados relativamente à qualidade da relação pais-filhos já que é possível que os filhos tenham procurado motivar a participar na investigação a figura parental com quem, à partida, teriam uma relação de maior proximidade afectiva. Uma das soluções para o problema, seria instruir à partida o/a filho/a a solicitar a colaboração do progenitor do mesmo género. No entanto, esta decisão poderia ter dificultado a obtenção de uma amostra equilibrada relativamente à composição de género das díades visto que somente nos casos em que o processo de recrutamento se iniciasse pelos pais (para, através deles se chegar aos filhos) se poderia ter acesso a participantes da G2 de género não equivalente (a menos que, por coincidência, os primogénitos pertencessem ao mesmo grupo género da figura parental participante). Com efeito, e de modo a evitar que também os pais (G1) com mais do que um filho seleccionassem para a participação no estudo o/a filho/a com quem teriam uma relação mais positiva, foi estipulado que, nestes casos, o filho primogénito deveria ser o participante focal da investigação. De acordo com Bradley e Mims (1992) os filhos mais velhos conquistam, pela ordem do nascimento, uma posição na família que lhes dá a oportunidade de agirem como delegados do poder parental exercendo a sua autoridade e liderança sobre os irmãos mais novos na ausência das figuras parentais. No futuro, os seus investimentos poderão vir a ser influenciados pela vivência e significado desta experiência. Para Harris (1998) os primeiros filhos estarão menos susceptíveis que os restantes irmãos à influência dos pares e dos irmãos pelo que a transmissão parental terá também mais impacto no seu caso. Salmon e Daly (1998) também verificaram que a proximidade dos jovens aos pais era influenciada pela ordem de nascimento com os filhos mais velhos a evocarem mais frequentemente os pais como as pessoas de quem se sentiam mais próximos, seguidos dos mais novos e só depois dos filhos do meio. Assim, embora esta opção pudesse ter, uma vez mais, limitado a generabilidade dos resultados, na verdade o facto de se ter iniciado a cadeia de contactos partindo tanto de pais como de filhos, acabou por trazer à amostra uma maior diversidade em termos da posição dos filhos na fratria.

Apesar das limitações assinaladas, considera-se que a presente investigação também contribuiu, de forma significativa, para o desenvolvimento de conhecimentos no domínio do investimento no trabalho e na família e do seu impacto no processo de transmissão intergeracional. Uma das maiores originalidades do estudo foi ter considerado a parentalidade e o trabalho sob o ponto de vista da sua importância para a identidade individual num contexto sociohistórico particular definido por dois *clusters* distintos de condições e conceitos: tradição e modernidade. Nesta perspectiva, a relação com e entre o trabalho e a parentalidade foi abordada em duas gerações diferentes atendendo não só às condições históricas e culturais que enquadravam, socialmente, essas duas áreas de vida mas valorizando o papel das dinâmicas afectivas que têm lugar no contexto relacional da família de origem e que participam no processo de construção da identidade das novas gerações.

O facto de ter em conta a vertente semântica dos investimentos permitiu a esta investigação ir mais longe do que estudos anteriores (revistos no Capítulo I e II) que se focaram, exclusivamente, no impacto das condições objectivas do contexto de trabalho ou familiar no desenvolvimento dos filhos ou na vivência da relação interpapéis. Privilegiou, por isso, uma conceptualização mais complexa no que diz respeito aos investimentos dos indivíduos na relação com o trabalho e com os filhos, não os resumindo a um processo de gestão do tempo mas apresentando-os como fenómenos de natureza afectiva e motivacional. Esta tónica nos antecedentes expressivos da dedicação dos indivíduos ao papel parental e profissional/de trabalhador, distanciou, igualmente, este estudo de outros que, na compreensão da relação interpapéis, se apoiaram meramente numa perspectiva racional ou de género (*e.g.*, Gutek *et al.*, 1991) descurando a dimensão do significado subjectivo atribuído aos papéis de vida.

Embora se tenha atendido à variável género enquanto factor que define contextos distintos de análise da relação entre o trabalho e a parentalidade e da relação pais-filhos, a presente investigação valorizou o pressuposto da construção social do género, isto é, a ideia de que é através do processo de interacção (neste caso, da interacção pai/mãe-filho/a) que os indivíduos interiorizam um modo de ser feminino e/ou masculino (Amâncio, 1994; Gerson, 2001) e que a identidade de género assim construída é uma dimensão de fundo dos seus investimentos. De resto, a revisão da literatura produzida em contexto nacional e internacional, permitiu concluir que este é o primeiro estudo a interessar-se pela análise de como os investimentos de pais e de mães no trabalho e na parentalidade se relacionam com os investimentos de filhos de ambos os géneros nesses mesmos domínios de vida sendo, igualmente, o primeiro a contextualizar afectivamente a questão das continuidades e descontinuidades intergeracionais, isto é, a enfatizar e investigar o papel da ligação pais-filhos na transmissão selectiva dos investimentos.

Do ponto de vista metodológico, a hipótese de transmissão intergeracional foi testada sem viéses de métodos de variância e, portanto, de uma forma mais conservadora já que os relatos dos filhos acerca dos investimentos dos pais foram conjugados com informação obtida directamente junto dos próprios pais, ao contrário de estudos nos quais, tipicamente, os

respondentes fornecem informação acerca da sua experiência de parentalidade e da dos seus pais. De igual modo, ainda que predominantemente de natureza quantitativa, a presente investigação não se contentou com a exploração de indicadores estatísticos mas procurou fazer uma aproximação à vivência da parentalidade, do trabalho e da relação interpapéis tendo valorizado a narrativa pessoal dos indivíduos acerca desses temas.

5. O Resgate de Si Próprio de um Oceano de Retratos

Iniciou-se esta secção com um conjunto de questões de grande relevância para este trabalho mas que assumem, igualmente, inegável interesse na agenda social e no quadro das preocupações actuais com as implicações do paradigma pós-moderno de valorização da subjectividade e do desenvolvimento autopoietico. Face à incredulidade nas metanarrativas (Lyotard, 1984) e à falta de uma narrativa mestra totalizadora que permita uma estabilização ou legitimação universalizante dos discursos e práticas sociais (Habermas, 1983), a fragmentação e heterogeneidade que marcam as sociedades contemporâneas têm conduzido à erosão de referenciais que, outrora, unificavam o conjunto da experiência de uma humanidade em geral. Neste contexto, a compreensão da dialéctica diacrónica dos processos e conteúdos susceptíveis de transmissão e/ou transformação intergeracionais assume especial destaque dado que essa dialéctica se afigura como uma via privilegiada para a integração social, isto é, como pedra angular da construção de identidades individuais em confluência com uma identidade colectiva que se reconstrói em continuidade com o passado. Numa sociedade em que impera o primado da escolha individual faz, assim, todo o sentido reflectir qual o grau de liberdade de escolha permitido pelos processos de transmissão intergeracional.

Questiona Camdessus (1999): "O que será mais importante na transmissão de uma geração à outra: a terra, o dinheiro ou o significado do trabalho e do esforço? Mesmo se o trabalho é um tesouro, a verdade é que é preciso ter o instrumento desse trabalho..." (p. 13). A questão parece retórica: Mesmo que se possa decidir o que transmitir, não se pode escolher o que se herda nem se pode escolher deixar de herdar ainda que possa devolver-se o que recebe aos pais dando aos filhos e aos netos (Priour, 1999). Mas isso não invalida a possibilidade de escolha do que pode ser escolhido, mesmo quando aparentemente ela não existe. Pode escolher-se ter ou não ter filhos. Mas não se pode escolher deixar de ser pai ou mãe quando não se consegue ser o pai ou mãe que se quer (que se pode?) ou não se tem os filhos que se deseja. Pode escolher-se não trabalhar. Mas isso poderá impedir escolhas que o rendimento do trabalho tornaria possíveis. Pode escolher-se trabalhar e/ou ter filhos e ser essa uma escolha impossível.

No encadeamento destas escolhas (e não escolhas), isto é, na trajectória em que se concretiza a história das pessoas, há uma narrativa lógica que procede de heranças e recordações mais ou menos remotas mas que depende, em larga medida, do que cada um faz (de si) com elas: "Certa vez um homem furioso arrastou o pai pelo chão do seu pomar. - Pára! -

gritou, por fim, o velho, que gemia. - Pára! Eu não arrastei o meu pai para lá desta árvore.” (Gertrud Stein, *cit. in* Cunningham, 2000).

Dir-se-ia, por isso, que a construção do Eu se faz, algures entre o álbum de família e a sala de espelhos. Por um lado, a identidade individual estrutura-se a partir da experiência de uma ligação ancestral aos antepassados, da aceitação da herança maior que é o dom da vida, do esforço para prosseguir ou recriar a história familiar, para encontrar um lugar próprio na galeria de retratos (Savickas, 1997; Cochran, 1990; Grotevant & Cooper, 1983; 1985; Figueiredo, 1985) e conseguir “Ter um destino entre os homens...” (Álvaro de Campos, 1916/1980).

A cada figura do álbum associam-se memórias, vividas ou narradas, símbolos de formas de existir, pensar e agir que só resistem ao esquecimento quando dotam os indivíduos de um património afectivo capaz de gerar o sentimento de pertença e a confiança básica, herdados e a transmitir: “ Eu quero ser sempre aquilo com quem simpatizo/Eu torno-me sempre, mais tarde ou mais cedo/Aquilo com quem simpatizo...” (*ibidem*, 1916/1980). Algumas dessas figuras deixam marcas tão profundas, que a sua presença se eterniza e se torna íntima no interior do ser. É isso que, ao longo da vida, permite, a cada pessoa encontrar, dentro de si própria, o refúgio, o conforto e/ou a segurança de que necessita (Attias-Donfut, 1988; Berger & Luckman, 1967; Bowlby, 1982; Erikson, 1968; Marcia, 1980; Muxel, 1996) – “E há em cada canto da minha alma/Um altar a um deus diferente.” (*ibidem*, 1916/1980).

Mas o Eu faz-se também da procura constante de uma imagem de si na profusão dos elementos que cada nova experiência oferece à sua auto-definição. O desafio é, também aí, o de encontrar-se consigo próprio e subtrair a pessoa “real” dos inúmeros reflexos de si projectados na sala de espelhos – esse espaço intersubjectivo da relação com os outros nos vários contextos de vida (Burke & Reitzes, 1991; Kaes, 1993) – ou na superfície de um oceano de retratos desconhecidos mas que o seduzem à exploração e experimentação de outras formas de ser (Berger, Berger & Kellner, 1973; Coser, 1991; Gergen, 1991; Giddens, 1991; Golden, 2001): “Multipliquei-me, para me sentir/Para me sentir, precisei sentir tudo/Transbordei, não fiz senão extravasar-me...” (*ibidem*, 1916/1980).

O envolvimento nas interacções e nas actividades específicas de cada domínio da existência, transforma, assim, o *self* numa espécie de holograma que codifica e regista os significados relevantes extraídos de todos os papéis de vida (Burke & Reitzes, 1991; Golden, 2001; Stryker, 1968; 1980) num sentido integral e integrado de identidade que lhe permite, em cada momento do existir, “...Ser a mesma coisa de todos os modos possíveis...” (*ibidem*, 1916/1980) e, ao mesmo tempo, “metabolizar” aprendizagens transgeracionais que o tornam capaz de “Realizar em si toda a humanidade de todos os momentos...” (*ibidem*, 1916/1980).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S. (2005). As orientações normativas da conjugalidade. In Karin Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais* (Cap. 4). Lisboa: ISCTE.
- Aboim, S., Cunha, V., & Vasconcelos, P. (2005). Um primeiro retrato das famílias em Portugal. In Karin Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais* (Cap. I). Lisboa: ISCTE.
- Acock, A. C. (1984). Parents and their children: The study of intergenerational influences. *Sociology and Social Research*, 68, 151-171.
- Acock, A. C., & Bengtson, V. L. (1980). Socialization and attribution: Actual versus perceived similarity among parents and youth. *Journal of Marriage and the Family*, 42, 501-515.
- Acock, A. C., & Demo, D. H. (1984). *Family diversity and well-being*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Acock, A. C., Barker, D., & Bengtson, V. L. (1982). Mother' employment and parent-youth similarity. *Journal of Marriage and the Family*, 44, 441-455.
- Adams, G.A., King, L. A., & King, D. W. (1996). Relationships of job and family involvement, family social support, and work-family conflict with job and life satisfaction. *Journal of Applied Psychology*, 81 (4), 411-420.
- Allen, K. R., Blieszner, R., & Roberto, K. A. (2000). Families in the middle and later years: A review and critique of research in the 1990s. *Journal of Marriage and the Family*, 62 (4), 911-926.
- Allen, S. F., & Stoltenberg, C. D. (1995). Psychological separation of older adolescents and young adults from their parents: an investigation of gender differences. *Journal of Counselling & Development*, 73, 542-546.
- Allen, T. D., Herst, D. E. L., Bruck, C. S., & Sutton, M. (2000). Consequences associated with work-to-family conflict: A review and agenda for future research. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5, 278-308.
- Almeida, D. M., Wethington, E., & Chandler, A. L. (1999). Daily transmission of tensions between marital dyads and parent-child dyads. *Journal of Marriage and the Family*, 61 (1), 49-61.
- Almeida, J. F. (1990). Portugal, Os próximos 20 anos – Valores e Representações Sociais (Vol. VIII). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, J. F., Costa, A. F., & Machado, F. L. (1994). Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos. In António Reis (Coord.), *Portugal-20 anos de Democracia* (pp. 492- 508). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Alves, N. (1998). Escola e Trabalho: Atitudes, projectos e trajectórias. In Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (Coord.), *Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do inquérito de 1997* (Cap. II). Oeiras: Celta Editora.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (2004). *Aprender a ser homem: construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Andrade, C. (2006). *Antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais na transição para a idade adulta: Estudo diferencial e intergeracional*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Andrade, C., & Fontaine, A. M. (2005). University students' attitudes towards expected roles in work, career and family. In G. Rott, G. F. Dias, & J-P Broome (Eds.), *Cognition, motivation and emotion: Dynamics in academic environment*.
[URL:elpub/bib.Uniwuppertal.de/edocs/dokumente/zsb/fedora/conf2002/fedora02.pdf].

- Aquilino, W. (1991). Predicting parents' experiences with coresident adult children. *Journal of Family Issues*, 12, 323-342.
- Aquilino, W. S., (1997). From adolescent to young adult: A prospective study of parent-child relations during the transition to adulthood. *Journal of Marriage and the Family*, 59 (3), 670-686.
- Archer, S.L. (1989). Gender differences in identity development: Issues of process, domain and timing. *Journal of Adolescence*, 12, 117-138.
- Arnett, J. J. (1998). Learning to stand alone: The contemporary American transition to adulthood in cultural and historical context. *Human Development*, 41, 295-315.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood. A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55 (5), 469-480.
- Arnett, J. J. (2000). High hopes in a grim world emerging adults' views of their futures and "generation X". *Youth & Society*, 31 (3), 267-286.
- Arnett, J. J., & Taber, S. (1994). Adolescence terminable and interminable: When does adolescence end? *Journal of Youth and Adolescence*, 23 (5), 517-537.
- Arrendel, T. (2000). Conceiving and investigating motherhood: The decade's scholarship. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1192-1207.
- Aryee, S. (1992). Antecedents and outcomes of work-family conflict among married professional women: Evidence from Singapore. *Human Relations*, 45, 813-837.
- Aryee, S., Srinivas, E. S., & Tan, H. H. (2005). Rhythms of life: Antecedents and outcomes of work-family balance in employed parents. *Journal of Applied Psychology*, 90, 132-146.
- Ashforth, B. E., Kreiner, G. E., & Fugate, M. (2000). All in a day's work: Boundaries and micro role transitions. *Academy of Management*, 25 (3), 472-491.
- Attias-Donfut, C. (1988). *Sociologie des générations: L'empreinte du temps*, (1re. ed., pp. 169-244). Paris: Presses University de France.
- Aux, K. A. (2000). Maternal affective communication and parenting behavior: Mechanisms for intergenerational transmission of attachment in preschoolers. *Dissertation Abstracts International: The Sciences and Engineering*, 61, 2-B: 1108.
- Baber, K. K., & Monaghan, P. (1988). College women's career and motherhood expectations: new options, old dilemmas. *Sex Roles*, 19, 189-203.
- Backett, K. (1987). The negotiation of fatherhood. In Charles Lewis and Margaret O'Brien (Eds.), *Reassessing Fatherhood: New Observations on Fathers and the Modern Family* (pp. 74-90). London: Sage.
- Bailey, W. T. (1994). A longitudinal study of father's involvement with young children: Infancy to age 5 years. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.
- Bandura, A. (1963). Behavior theory and identificatory learning. *American Journal of Orthopsychiatry*, 33, 591-601.
- Bandura, A. (1969). *Principles of behavior modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Bandura, A. (1977a). *Social Learning Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1977b). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bandura, A. (1986). *Social Foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A., & Adams, N. E. (1977). Analysis of self-efficacy theory of behavioral change. *Cognitive Therapy and Research*, 1, 287-310.

- Baptista, A., & Lory, F. (1997). Práticas parentais educativas na adolescência: Desenvolvimento e validação do Questionário de Ligação Parental – Forma adolescente (QLP-A). In APPORT (Ed.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol. 5 (1). Universidade do Minho: Braga.
- Baptista, A., & Lory, F. (1997). Questionário de Ligação Parental: Validação para a população portuguesa do Parental Bonding Instrument-PBI. In APPORT (Ed.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol. 5 (1), (pp. 859-868). Universidade do Minho: Braga.
- Baptista, A., Negrão, A. M., Lory, F., & Carvalho, D. (1997). Práticas parentais educativas na adolescência: Desenvolvimento e validação do Questionário de Ligação Parental-Forma adolescente (QLP-A). In APPORT (Ed.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol. 5 (1), (pp. 781-790). Universidade do Minho: Braga.
- Barak, A., Feldman, S., & Noy, A. (1991). Traditionality of children's interests as related to their parents' gender stereotypes and traditionality of occupations. *Sex Roles*, 24, 511-524.
- Barling, J. (1990). *Employment, stress and family functioning*. Chichester: Wiley.
- Barling, J., Dupre, K. E., & Hepburn, C. G. (1998). Effects of parents' job insecurity on children's work beliefs and attitudes. *Journal of Applied Psychology*, 83, 112-118.
- Barling, J., Kelloway, E. K., & Bremermann, E. H. (1991). Pre-employment predictors of union attitudes: the role of family socialization and work beliefs. *Journal of Applied Psychology*, 76, 725-731.
- Barnad, K. E., & Matell, L. K. (1995). In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Status and Social Conditions of Parenting* (Vol. 3, pp. 3-26). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Barnett, R. C. (1998). Toward a Review and reconceptualization of the Work/family Literature. *Genetic, Social and General Psychology Monographs*, 124 (2), 125-182.
- Barnett, R. C., Marshall, N. L., & Pleck, J.H. (1992). Men's multiple roles and their relationship to men's psychological distress. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 358-367.
- Barnett, R. C., Raudenbush, S. W., Brennan, R. T., Pleck, J. H., & Marshall, N. L. (1995). Change in job and marital experience and change in psychological distress: A longitudinal study of dual-earner couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 839-850.
- Barnett, R.C. (1994). Home to work spillover revisited: A study of full time employed women in dual-earner couples. *Journal of Marriage and the Family*, 56 (3), 647-656.
- Barnett, R.C., Marshall, N.L., & Pleck, J.H. (1992). Men's multiple roles and their relationship to men's psychological distress. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 358-367.
- Barreira, C. (1994). Os Estilos de Vida e Convívio Quotidiano. In António Reis (Coord.), *Portugal-20 anos de Democracia* (pp. 492- 508). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barreto, A. (1996). A Situação Social em Portugal 1960-1995. *Três Décadas de Mudança Social* (Vol. I, pp. 35-60). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Barreto, A. (2000). A Situação Social em Portugal 1960-1999. *Portugal e a Europa: Quatro Décadas* (Vol. II, pp. 37-75). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Barreto, A. (2005). Mudança Social em Portugal, 1960-2000. In António Costa Pinto (Coord.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 137-162). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bartholomew, K. (1990). Avoidance of Intimacy: An attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147-178.
- Bartholomew, K. (1993). From childhood to adult relationships: Attachment theory and research. In S. Duck (Ed.), *Learning about relationships: Understanding Relationships Processes Series*. Newbury Park: Sage Publications,
- Bartholomew, K. (1997). Adult attachment processes: Individual and couple perspectives. *British Journal of Medical Psychology*, 70, 249-263.

- Bartholomew, K., & Horowitz, L.M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61 (2), 226-244.
- Baruch, G. K., & Barnett, R. C. (1983). Adults daughters' relationships with their mothers. *Journal of Marriage and the Family*, 45, 601-606.
- Baruch, G. K., & Barnett, R. C. (1986). Fathers' participation in family work and children's sex-role attitudes. *Child Development*, 57, 1210-1223.
- Baruch, G. K., & Barnett, R. C. (1986a). Consequences of fathers' participation in family work: Parents' role strain and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 983-992.
- Battista, J., & Almond, R. (1973). The development of meaning in life. *Psychiatry*, 36, 409-427.
- Bedeian, A. G., Burke, B. G., & Moffett, R. G. (1988). Outcomes of work-family conflict among married male and female professionals. *Journal of Management*, 14, 475-491.
- Behson, S. J. (2002). Coping with family to work conflict: the role of informal work accommodations to family. *Journal of Occupational Health Psychology*, 7(4), 324-341.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Belsky, J., Perry-Jenkins, M., & Crouter, A. (1985). Work-Family Interface and Marital Change Across the Transition to Parenthood. *Journal of Family Issues*, 6(2), 205-220.
- Berger, P. L., & Luckmann T. (1967). *The Social Construction of Reality: A treatise in the sociology of knowledge*. New York: Anchor Books.
- Berger, P., Berger, B., & Kellner, H. (1973). *The homeless mind: Modernization and consciousness*. New York: Vintage.
- Betz, N., & Corning, A. (1993). The inseparability of Career and Personal Counseling. *The Career Development Quarterly*, 42, 137-142.
- Beutel, A. M., & Marini, M. M. (1995). Gender and values. *American Sociological Review*, 60, 436-448.
- Beutell, N. I., & Brenner, O. C. (1986). Sex differences in work values. *Journal of Vocational Behavior*, 28, 29-41.
- Beutell, N. J., & Greenhaus, J. H. (1982). Interrole conflict among married women: The influence of husband and wife characteristics on conflict and coping behavior. *Journal of Vocational Behavior*, 21, 99-110.
- Beutell, N. J., & O'Hare, M. M. (1987). Work-nonwork conflict among MBA's: Sex differences in role stressors and life satisfaction. *Work and Stress*, 1, 35-41.
- Bielby, W. T., & Bielby, D. D. (1989). Family ties: Balancing commitments to work and family in dual earner households. *American Sociological Review*, 54, 776-789.
- Biringen, Z. (1990). Direct observation of maternal sensitivity and dyadic interactions at home: Relations to maternal thinking. *Developmental Psychology*, 26, 278-284.
- Blair, S. L., & Johnson, M. P. (1992). Wives' perceptions of the fairness of the division of household labor: The intersection of housework and ideology. *Journal of Marriage and Family*, 54(3), 570-581.
- Blanchard-Fields, F., Chen, Y., & Herbert, C. E. (1997). Interrole conflict as a function of life stage, gender, and gender-related personality attributes. *Sex Roles*, 37, 155-174.
- Blumer, H. (1982). *El interaccionismo Simbólico: Perspectiva y Método*. Barcelona: Hora S.A.
- Blustein, D. (1987). Integrating career counseling and psychotherapy: a comprehensive treatment strategy. *Psychotherapy*, 24(4), 794-799.
- Blustein, D. (2001). The interface of Work and Relationships: Critical knowledge for 21st Century Psychology. *The Counseling Psychologist*, 29(2), 179-192.

- Blustein, D. L., Prezioso, M. S., & Schultheiss, D. P. (1995). Attachment theory and career development: Current status and future directions. *The Counseling Psychologist*, 23 (3), 416-432.
- Blustein, D., & Spengler, P. M. (1995). Personal Adjustment: Career counselling and Psychotherapy. In W.B. Walsh & S.H. Osipow (Eds.), *Handbook of vocational psychology* (pp. 295-329). Mahwah, NJ: Erlbaum Associates.
- Blustein, D., Devenis, L. E., & Kidney, B. A. (1989). Relationship between the Identity Formation Process and Career Development. *Journal of Counseling Psychology*, 36 (2), 196-202.
- Blustein, D., Walbridge, M., Friedlander, M., & Paladino, D. (1991). Contributions of psychological separation and parental attachment to the career development process. *Journal of Psychology*, 38, 39-50.
- Bohen, H. H., & Viveros-Long, A. (1981). *Balancing jobs and family life: Do flexible work schedules help?*. Philadelphia: Temple University Press.
- Boles, J. S., Howard, W. G., & Donofrio, H. H. (2001). An investigation into the inter-relationships of work-family conflict, family-work conflict and work satisfaction. *Journal of Managerial*, 13 (3), 376-390.
- Bolger, N., DeLongis, A., Kessler, R. C., & Wethington, E. (1989). The contagion of stress across multiple roles. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 175-183.
- Bonebright, C. A., Clay, D. L., & Ankenmann R. D. (2000) The relationship of workaholism with work-life conflict, life satisfaction, and purpose in life. *Journal of Counseling Psychology*, 47 (4), 469-477.
- Booth, A., & Amato, P. (1994). Parental gender role nontraditionalism and offspring outcomes. *Journal of marriage and yhe Family*, 56, 865-877.
- Borges, G. C., & Pires, M. L. (1998). Escola, trabalho e emprego. In José Machado Pais (Coord.), *Gerações e valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea* (Cap. V.). Lisboa: ICS.
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. M. (1983). *Invisible loyalties. Reciprocity in intergenerational family therapy*. Hagerstown: Harper & Row.
- Botkin, D. A., Weeks, M. O., & Morris, J. E. (2000). Changing marriage role expectations: 1961-1996. *Sex Roles*, 42, 933-942.
- Boulton, M. G. (1983). *On Being a Mother: A Study of Women with Pre-school Children*. London: Tavistock Publications.
- Bowen, M. (1971/1972). *Toward the differentiation of self in one's family of origin. Georgetown Family Symposia* (Vol. I). Washington, DC: Georgetown University.
- Bowlby, J. (1969/1991). *Attachment and loss, Vol.1: Attachment*. London: Hogarth Press (1.^a edição 1969).
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation , anxiety and Anger*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: Loss, sadness and depression*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). Epilogue. In, C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behaviour*. London: Tavistock Publications.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base*. Parent-child attachment and Healthy human development. London: Routledge.
- Boyd, R., & Richerson, P. J. (1985). *Cultural the evolutionary process*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bradley, R. W., & Mins, G. A. (1992). Using Family Systems and Birth order Dynamics as the basis for a college career decision-making course. *Journal of Counseling and Development*, 70, 445-448.
- Brannen, J., & Smitson, J. (1998). Conciliação entre o trabalho e os filhos: Perspectivas de futuro para jovens de cinco países. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 27, 11-25.
- Bretherton, I. (1985). Attachment theory: retrospect and prospect. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, (Vol. 50, serial No. 209).

- Brod, H. (1994). Some thoughts on some histories of some masculinities: Jews and other others. In H. Brod & M. Kaufman (Eds.), *Theorizing masculinities*. Hillsdale, NJ: Sage Publications.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1995). Developmental ecology through space and time: A future perspective. In P. Moen, G. H. Elder Jr, and K. Luscher (Eds.), *Examining lives in context: perspectives on the ecology of human development* (pp. 619-647). Washington, DC: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In S. L. Friedman, & T. D. Wachs (Orgs.), *Conceptualization and Assessment of Environment across the life span* (pp 3-30). Washington D. C: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U., & Crouter, A. (1982). Work and family through time and space. In S. B. Kamerman & C. D. Hayes (Eds.), *Families that work: Children in a changing world*. Washington, DC: National Academy Press.
- Brown, D., (1996). Brown's values-based, holistic model of career and life-role choices and satisfaction. In D. Brown, L. Brooks, & Associates (Eds.), *Career choice and Development* (3rd ed., pp. 337-372). San Francisco: Jossey-Bass.
- Brown, D., & Crace, K. R. (1996). Values in life role choices and outcomes: A conceptual model. *The Career Development Quarterly*, 44, 3, 211-223.
- Brown, S. P. (1996). A meta-analysis and review of organizational research on job involvement. *Psychological Bulletin*, 120 (2), 235-255.
- Burke, P.J., & Reitzes, D.C. (1981). The Link between identity and role performance. *Social Psychology Quarterly*, 44, 83-92.
- Burke, P. J., & Reitzes, D. C. (1991). An identity theory approach to commitment. *Social Psychology Quarterly*, 54 (3), 239-251.
- Burke, P. J., & Tully, J. C. (1977). The Measurement of Role Identity. *Social Forces*, 55, 880-897.
- Burke, R. J., & Greenglass, E. R. (1987). Work and the family. Working paper. Toronto: York University.
- Burke, R. J., & Greenglass, E. R. (1999). Work-family conflict, spouse support, and nursing staff well-being during organizational restructuring. *Journal of Occupational Health Psychology*, 4, 327-336.
- Burley, K. A. (1994). Gender differences and similarities in coping responses to anticipated work-family conflict. *Psychological Reports*, 74 (1), 115-123.
- Burley, K. A. (1995). Family variables as mediators of the relationship between work-family conflict and marital adjustment among dual-career men and women. *The Journal of Social Psychology*, 135 (4), 483.
- Cabral-Cardoso, C. (2003). *A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em contexto empresarial*. Braga: Escola de Gestão da Universidade do Minho.
- Callero, P. L. (1992). The meaning of self-in-role: A modified measure of role-identity. *Social Forces*, 71, 485-501.
- Camdessus, B. (1999). Introdução. In Bernard Prieur (Coord.), *As heranças familiares* (pp. 13-15). Lisboa: Climepsi.
- Campos, A. (2002). *Portuguesas têm pouco tempo para cuidar dos filhos*. <http://ultimahora.publico.pt/imprimir.asp?id=188257&idcanal=62>. [18 de Outubro de 2002]
- Campos, B. P. (1980a). A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIV, 195-230.

- Campos, B. P. (1980b). Orientação Vocacional e unificação do Ensino Secundário. In B. P. Campos (Ed.), *Orientação Vocacional no Unificado e Formação de Professores* (pp. 15-31). Lisboa: Livros Horizonte.
- Campos, B. P. (1990). O psicólogo e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, 83-95.
- Campos, B. P. (1991). *Educação e desenvolvimento pessoal e social*. Porto: Afrontamento.
- Campos, B. P. (1992). A informação na orientação profissional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 5-16.
- Campos, B. P. (1997). A intervenção para o desenvolvimento vocacional. In B. P. Campos (Ed.), *Educação e desenvolvimento pessoal e social* (2ª. ed., pp.133-141). Porto: Afrontamento.
- Campos, B. P., & Coimbra, J. L. (1991). Consulta psicológica e exploração do investimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 11-19.
- Campos, B. P., & Menezes, I. (1996). Personal and social education in Portugal. *Journal of Moral Education*, 25(3), 343-357.
- Canavarro, M. C. (2001). Gravidez e maternidade – representações e tarefas de desenvolvimento. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Maternidade* (Cap. 1). Coimbra: Quarteto Editora.
- Carlson, D. S. (1999). Personality and role variables as predictors of three forms of work-family conflict. *Journal of Vocational Behaviour*, 55, 236-253.
- Carlson, D. S., & Kacmar, K. M. (2000). Work-nonwork conflict in the organization: Do life role values make a difference? *Journal of Management*, 56(2), 249-276.
- Carlson, D. S., & Perrewé, P. L. (1999). The role of social support in the stressor-strain relationship: An examination of work-family conflict. *Journal of Management*, 25, 513-540.
- Carr, D. (2002). The psychological consequences of work-family trade-offs for three cohorts of men and women. *Social Psychology Quarterly*, 65(2), 103-124.
- Carson, J. L., & Parke, R. D. (1996). Reciprocal negative affect in parent-child interactions and children's peer competency. *Child Development*, 67, 2217-2226.
- Cavalli, A. (1997). *The delayed entry into adulthood: is it good or bad for society?* Actas do Congresso Internacional growing up between center and periphery. Lisbon: Instituto de Ciências Sociais.
- Cavalli-Sforza, L.L. & Feldman, M. (1981). *Cultural transmission and evolution: A quantitative approach*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Champoux, J. E. (1978). Perceptions of work and nonwork: A reexamination of the compensatory and spillover models. *Sociology of Work and Occupations*, 5, 402-422.
- Charon, J.M. (1998). *Symbolic Interactionism. An introduction, an interpretation, an integration*. New Jersey: Prentice Hall.
- Chase-Lansdale, P. L., Brooks-Gunn, J., & Paikoff, R. L. (1991). Research and programs for adolescent mothers: missing links and future promises. *Family Relations*, 40, 396-403.
- Chen, Z-Y., & Kaplan, H. B. (2001). Intergenerational transmission of constructive parenting. *Journal of Marriage and the Family*, 63(1), 17-31.
- Chisholm, L. (1997). *Jovens em Mudança*. Actas do Congresso Internacional growing up between center and periphery (11-15). Lisboa: Instituto de Ciências.
- Chisholm, L., & Hurrelmann, K. (1995). Adolescence in modern Europe: pluralized transition patterns and their implications for personal and social risks. *Journal of Adolescence*, 18, 129-158.
- Chow, E. N-L., & Berheide, C. W. (1988). The interdependence of family and work: A framework for family life education, policy, and practice. *Family Relations*, 37, 23-28.
- Chusid H. & Cochran L. (1989). Meaning of career change from the perspective of family roles and dramas. *Journal of Counseling Psychology*, 36(1), 34-41.

- Chusmir, L.H., & Parker, B. (1991). Gender and situational differences in managers' lives: A look at work and home lives. *Journal of Business Research*, 23, 325-335.
- Cialdini, R. B., Trost, M. R., & Newsom, J. T. (1995). Preference for consistency: The development of a valid measure and the discovery of surprising behavioral implications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 318-328.
- Cinamon, R. G. (2006). Anticipated work-family conflict: effects of gender, self-efficacy and family background. *The Career Development Quarterly*, 54, 202-215.
- Cinamon, R. G., & Rich, Y. (2002a). Profiles of attribution of importance to life roles and their implications for the work-family conflict. *Journal of Counseling Psychology*, 49, 212-220.
- Cinamon, R. G., & Rich, Y. (2002b). Gender differences in the importance of work and family roles: Implications for work-family conflict. *Sex Roles*, 47, 531-541.
- Clark, S. C. (2000). Work /family border theory: A new theory of work/family balance. *Human Relations*, 53 (6), 747-770.
- Clark, S. C., & Farmer, P. M. K. (1998). Living in two different worlds: Measuring cultural and value differences between work and home, and their effect on border crossing. Paper presented on the IBAM Annual Conference, Orland, FL. October.
- Cochran, L. (1990). Narrative as a paradigm for career research. In R. A. Young & W. A. Borgen (Eds.), *Methodological Approaches to the Study of Career* (pp. 71-86). New York: Praeger Publishers.
- Cohen, A. (1997). Personal and organizational responses to work-nonwork interface as related to organizational commitment. *Journal of Applied Social Psychology*, 27(12), 1085-1114.
- Cohen, L. H., Burt, C. E., & Bjorck, J. P. (1987). Life stress and adjustment: effects of life events experienced by young adolescents and their parents. *Developmental Psychology*, 23, 583-592.
- Cohen, N. J., Coyne, J. C., & Duvall, J. D. (1996). Parents' sense of 'entitlement' in adoptive and nonadoptive families. *Family Process*, 35, 441-456.
- Cohen, T. F. (1987). Remaking men: Men's experiences becoming and being husbands and fathers and their implications for reconceptualizing men's lives. *Journal of Family Issues*, 8, 57-77.
- Cohen, T. F. (1993). What do fathers provide?. Reconsidering the Economic and Nurturant Dimensions of Men as parents. In Jane C. Hood (Ed.), *Men, work, and family* (pp. 1-22). Newbury Park, CA: Sage Publications
- Cohn, D., Cowan, P., Cowan, C., & Pearson, J. (1992). Mothers and fathers working models of childhood attachment relationships, parenting styles, and child behavior. *Development and Psychopathology*, 4, 417-431.
- Coimbra, J. L. (1991). *Desenvolvimento de estruturas cognitivas da compreensão e ação interpessoal*. Porto: ICPFD, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Coimbra, J. L. (1997/1998). O meu "grande" projecto de vida ou os meus "pequenos" projectos: Linearidade e recorrência no desenvolvimento vocacional e suas implicações educativas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 13-14, 21-27.
- Coimbra, J. L. (2005). Subjective perceptions of uncertainty and risk in contemporary societies. In I. Menezes, J. L. Coimbra & B. P. Campos (Eds.), *The affective dimension of education: European perspectives*. Porto: Centro de Psicologia da Universidade do Porto e Fundação para a Ciência e Tecnologia/ M. C. I. E. S.
- Collins, K.K. (1997). Parent-child attachment and family factors mediating peer outcome at adolescence. *Dissertation Abstracts International. Section B: The Sciences and Engineering*, 57, 8-B: 5386.
- Coltrane, S. (1995). The Future of Fatherhood: Social, Demographic, and Economic Influences on Men's Family Involvements. In William Marsiglio (Ed.), *Fatherhood: Contemporary Theory, Research, and Social Policy* (pp. 255-274). Newbury Park, CA: Sage.

- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: modelling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1208-1233.
- Coltrane, S. (2004). Fathering: Paradoxes, Contradictions, and Dilemmas. In Marilyn Coleman and Lawrence Ganong (Eds.), *Handbook of Contemporary Families: Considering the Past, Contemplating the Future* (pp. 224-243). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Contreras, J. M. (2000). Parents' recall of childhood relationships and sense of love worthiness: Associations with children's socio-emotional functioning in middle childhood. *Merrill-Palmer Quarterly*, 46 (3), 491.
- Cook, E. P. (1994). Role salience and multiple roles: A gender perspective. *Career Development Quarterly*, 43 (1), 85-96.
- Cook, E. P. (1999). The gendered context of life: implications for women's and men's career-life plans. *The Career Development Quarterly*, 41, 227-237.
- Cooke, R. A., & Rousseau, D. M. (1984). Stress and strain from family roles and work-role expectations. *Journal of Applied Psychology*, 69 (2), 252-60.
- Cooper, C. R., Grotevant, H. D., & Condon, S. M. (1983). Individuality and connectedness in the family as a context for adolescent identity and role-taking skill. In H. D. Grotevant & C. R. Cooper (Eds.), *New directions for child development: Adolescent development in the family* (pp. 43-59). San Francisco: Jossey-Bass.
- Corder, J., & Stephan, C. (1994). Females' combination of work and family roles: adolescent aspirations. *Journal of Marriage and the Family*, 46, 391-402.
- Cordon, J. (1997). *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Lisboa: INIC.
- Corigliano, A-M. N. (1999). A dimensão transgeracional entre o mito e o segredo. In Bernard Prieur (Coord.), *As heranças familiares* (pp. 75-86). Lisboa: Climepsi Editores.
- Coser, R. L. (1991). *In the defense of modernity: Role complexity and individual autonomy*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Costa, M. E. (1991). *Contextos Sociais de Vida e Desenvolvimento da Identidade*. Lisboa: INIC.
- Costa, M. E. (2001-2002). Generotividade: Questões de desenvolvimento e de intervenção e psicológica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 29-35.
- Côté, J. E. (1996). Sociological perspectives on identity formation: the culture-identity link and identity capital. *Journal of Adolescence*, 19, 417-428.
- Côté, J. E. (2006). Emerging adulthood as an institutionalized moratorium: risks and benefits to identity formation. In Arnett & Tanner (Org.), *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st Century* (pp. 85-116). Washington: America Psychology Association.
- Côté, J. E., & Schwartz, S. (2002). Comparing psychological and sociological approaches to identity: Identity status, identity capital, and the individualization process. *Journal of Adolescence*, 25, 571-586.
- Crandell, L. E. (1995). Representational models of attachment: Replication and reorganizational processes. *Dissertation Abstracts International: The Sciences and Engineering*, 55, 12-B.:5563.
- Crandell, L. E., Fitzgerald, H. E., Whipple, E. E. (1997). Dyadic synchrony in parent-child interactions: a link with maternal representations of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal*, 18, 247-264.
- Crittenden, P. M. (1984). Sibling interaction: Evidence of a generational effect in maltreating infants. *Child Abuse and Neglect*, 8, 433-438.
- Crosby, F. J., & Jaskar, K.L. (1993). Women and men at home and at work: Realities and Illusions. In S. Oskamp & M. Costanzo (Eds.), *Gender Issues in contemporary society* (pp.143-171). Newbury Park, CA: Sage.
- Crouter, A. C. (1984). Participative work as an influence on human development. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 5, 71-90.

- Crouter, A. C., Bumpus, M. F., Maguire, M. C., & McHale, S. M. (1999). Linking parents' work pressure to adolescents' well-being: Insights to dynamics in dual-earner families. *Developmental Psychology, 35*, 1453-1461.
- Crouter, A., & Manke, B. (1997). Development of a typology of dual-earner families: a window into differences between and within families in relationships, roles and activities. *Journal of Family Psychology, 11*, 62-75.
- Crouter, A. C., Perry-Jenkins, M., Huston, T.L., & Crawford, D.W. (1989). The influence of work-induced psychological states on behavior at home. *Basic and Applied Social Psychology, 10* (3), 273-292.
- Cunha, V. (2005a). A fecundidade das famílias. In Karin Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais* (Cap. 7). Lisboa: ISCTE.
- Cunningham, M. (2000). *Sangue do meu sangue*. Lisboa: Gradiva.
- Cunningham, M. (2001). Parental influences on the gendered division of housework. *American Sociological Review, 66*, 184-203.
- Cunningham, M. (2001). The influence of parental attitudes and behaviors on children's attitudes toward gender and household labour in early adulthood. *Journal of Marriage and the Family, 63*, 111-122.
- Cunningham, M. (2005). Gender in cohabitation and marriage: the influence of gender ideology on housework allocation over the life course. *Journal of Family Issues, 26*, 1037-1061.
- Curtis, A. (1991). Perceived similarity of mothers and their early adolescent daughters and relationship to behavior. *Journal of Youth and Adolescence, 20*, 381-395.
- DaCosta, F. (2006). *Máscaras de Salazar*. Lisboa: Casa das Letras.
- Dalhouse, M., & Frideres, J. S. (1996). Intergenerational congruency: The role of the family in political attitudes of youth. *Journal of Family Issues, 17*, 227-248.
- Daly, K. (1995). Reshaping fatherhood: Finding the models. In W. Marsiglio (Ed.), *Fatherhood: Contemporary theory, research and social policy* (pp. 21-40). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Daly, M. & Wilson, M., (1980). Discriminative parental solicitude: A biological perspective. *Journal of Marriage and the Family, 42*, 277-288.
- Dancer, L. S., Gilbert, L. A. (1993). Spouse' family work participation and its relation to wives' occupational level. *Sex Roles, 28*, 127-145.
- Danielsen, L., Lore, A., & Kroger, J. (2000). The impact of social context on the identity-formation process of Norwegian late adolescents. *Youth and Society, 31*, 332-362.
- Daniels, A. K. (1987). Invisible work. *Social Problems, 34*, 403-415.
- Davidson, S., & Gilbert L. (1993). Career counseling is a personal matter. *The Career Development Quarterly, 42*, 149-153.
- Davies, B., & Banks, C. (1992). The gender trap: A feminist poststructuralist analysis of primary school children's talk about gender. *Journal of Curriculum Studies, 24*, 1-25.
- Day, A. L., & Chamberlain, T. C. (2006). Committing to Your Work, Spouse, and Children: Implications for Work-Family Conflict. *Journal of Vocational Behavior, 68* (1), 116-130.
- De Masi, D. (2000). *O futuro do trabalho. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Debats, D. L. (1999). Sources of meaning: An investigation of significant commitments in life. *The Journal of Humanistic Psychology, 39* (4), 30-57.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. N.Y.: Plenum Press.

- Dennehy, K. & Mortimer, J. T. (1993). Work and Family orientations of contemporary adolescent boys and girls. In J. C. Hood (Ed.), *Men, work, and family* (pp. 87-107). Newbury, CA: Sage.
- Deutsch, F. M. (1999). *Having it all: How couples share parenting*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Deutsch, F. M. (2001). Equally shared parenting. *American Psychological Society*, 10, 25-28.
- Deutsch, F., Lussier, J. B., & Servis, L. (1993). Husbands at home: predictors of paternal participation in childcare and housework. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 1154-1166.
- Diamond, D., & Doane, J. A. (1995). Disturbed attachment and negative affective style: An intergenerational spiral. *British Journal of Psychiatry*, 164 (6), 770-781.
- Dias, G. F. (1996). *Tarefas desenvolvimentais e bem-estar psicológico dos jovens*. Dissertação de Doutorado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto. Manuscrito não publicado.
- Dias, G. F., & Fontaine, A. M. (1996). Tarefas desenvolvimentais e bem-estar dos jovens: Algumas implicações para o aconselhamento psicológico. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 103-114.
- Diener, E., & Suh, E. (1997). Measuring Quality of Life: Economic, Social, and Subjective Indicators. *Social Indicators Research* 40, 189-216.
- Diniz, M. C. (1994). O Amor e a Sexualidade. In António Reis (Coord.), *Portugal-20 anos de Democracia* (pp. 496- 502). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Dorn, F. J. (1986). Needed: Competent, confident and committed Career counselors. *Journal of Counseling Psychology*, 65, 216-217.
- Dorn, F. J. (1992). Occupational Wellness: The integration of Career Identity and Personal Identity. *Journal of Counseling and Development*, 71, 176-178.
- Dubas, J. S., & Petersen, A. C. (1996). Geographical distance from parents and adjustment during adolescence and young adulthood. *New Directions for Child Development*, 71, 3-19.
- Duxbury, L. E., & Higgins, C. A. (1991). Gender differences in work-family conflict. *Journal of Applied Psychology*, 76, 60-74.
- Duxbury, L. Higgins, C., & Lee, C. (1994). Work-family conflict - A comparison by gender, family type, and perceived control. *Journal of Family Issues*, 15, 449-466.
- Eagle, B. W., Miles, E. W., & Icenogle, M. L. (1997) Interrole conflicts and the permeability of work and family domains: Are there gender differences? *Journal of Vocational Behavior*, 50, 168-184.
- Eby, L. T., Casper, W. J., Lockwood, A., Bordeaux, C., & Brinley, A. (2005). A twenty-year retrospective on work and family research in IO/OB: A review of the literature. *Journal of Vocational Behavior*, 66, 1 24-197. [Monograph].
- Eccles, J. S. (1994). Understanding women's education and occupational choices. *Psychology of Women Quarterly*, 18, 585-610.
- Eckenrode, J., & Gore, S. (1990). Stress and coping at the boundary of work and family. In J. Eckenrode & S. Gore (Eds.), *Stress between work and family* (pp. 1-16). New York: Plenum.
- Edwards, J. R., & Rothbard, N. P. (1999). Work and family stress and well-being: An examination of person-environment fit in the work and family domains. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 77, 85-129.
- Edwards, J. R., & Rothbard, N. P. (2000). Mechanisms linking work and family: Clarifying the relationship between work and family constructs. *The Academy of Management Review*, 25 (1), 178-199.
- Edwards, M. E. (2001). Uncertainty and the rise of the work-family dilemma. *Journal of Marriage and the Family*. 63 (1), 183-193.
- Eggebeen, D. J., & Knoester, C. (2001). Does fatherhood matters for men? *Journal of Marriage and the Family*, 63, 381-393.

- Eggebeen, D. J., Snyder, A. R., & Manning W. D. (1996). Children in single-father families in demographic perspective. *Journal of Family Issues*, 17, 441-465.
- Ehrensaft, D. (1987). *Parenting together: Men and Women sharing the care of their children*. New York, NY: Free Press.
- Eiden, R.D., Teti, D. M., & Corns, K.M. (1996). Maternal working models of attachment, marital adjustment, and the parent-child relationship. *Child Development*, 66(5), 1504-1518.
- Elejabeitia, C. (1997). *El desafío de la modernidad*. Actas do Congresso International growing up between center and periphery. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Elizabeth, G., Menaghan, E. G., & Toby L. Parcel T. L. (1990). Parental Employment and Family Life: Research in the 1980s. The Decade in Review. *Journal of Marriage and the Family*, 52(4), 1079-1098.
- Elizur, D. (1991). Work and nonwork relations: The conical structure of work and home life relationship. *Journal of Organizational Behavior*, 12, 313-322.
- Elizur, D., Borg, I., Hunt, R., & Beck, I. M. (1991). The structure of work values: A cross cultural comparison. *Journal of Organizational Behavior*, 12, 21-38.
- England, P., & Browne, I. (1992). Trends in women's economic status. *Sociological Perspective*, 35, 17-51.
- Epstein, S. (1980). The self concept: A review and the proposal of an integrated theory of personality. In E. Staub (Ed.), *Personality: Basic aspects and the current research*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta analytic review. *Psychological Bulletin*, 118, 108-132.
- Erikson, E.H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. New York: Norton.
- Erikson, E.H. (1980). *Identity and the life Cycle*. New York: Norton.
- Etaugh, C., & Moss, C. (2001). Attitudes of employed women toward parents who choose full-time or part-time employment following their child's birth. *Sex Roles*, 44, 611-619.
- Euler, H. A., Hoier, S., & Rohde, P. A. (2001). Relationship - specific closeness of intergenerational family ties: Findings from evolutionary psychology and implications for models of cultural transmission. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 32(2), 147-149.
- Evans, P., & Bartholome, F. (1984). The changing pictures of the relationship between career and family. *Journal of Occupational Behavior*, 5, 9-21.
- Facio, A., Micocci, F. (2003). Emerging Adulthood in Argentina. *New Directions for Child & Adolescent Development*, 203, 21-32.
- Feather, N.T. (1988). From values to actions: Recent applications of the expectancy-value model. *Australian Journal of Psychology*, 40, 105-124.
- Fedida, P. (1999). Não se escapa à herança. In Bernard Prieur (Coord.), *As heranças familiares* (pp. 63-67). Lisboa: Climepsi Editores.
- Feeney, J., & Noller, P. (1990). Attachment style as a predictor of adult romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 281-291.
- Ferenz-Gillies, R. (1996). Adolescent siblings and their mothers: A study of intergenerational transmission of attachment patterns. *Dissertation Abstracts International: The Sciences and Engineering*, 56, 12-B: 7091.
- Ferree, M. M. (1984). The view from below: Women's employment and gender equality in working-class family. In Beth B. Hess and Marvin B. Sussman (Eds.), *Women and the Family: Two Decades of Change* (pp. 57-75). New York: Haworth Press.

- Ferree, M. M. (1987). Family and job for working-class women: Gender and class systems seen from below. In Naomi Gerstel and Harriet Engel Gross (Eds.), *Families and Work* (pp. 289-301). Philadelphia: Temple University Press.
- Ferree, M. M. (1990). Beyond separate spheres: Feminism and family studies. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 866-884.
- Figueiredo, E. (1985). *No Reino de Xantum. Os Jovens e os Conflitos de Gerações*. Porto: Edições Afrontamento.
- Figueiredo, E. (2001). *Valores e Gerações: Anos 80 Anos 90*. Lisboa: ISPA.
- Fine, M. A., Voydanoff, P., & Donnelly, B. W. (1993). Relations between parental control and warmth and child well-being in stepfamilies. *Journal of Family Psychology*, 7, 222-232.
- Fitzpatrick, J. L., & Silverman, T. (1989). Women's selection of careers in engineering: Do traditional - nontraditional differences still exist? *Journal of Vocational Behavior*, 34, 266-278.
- Flavel, J. (1985). *Cognitive development*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice- Hall.
- Floyd, K., & Morman, M.T. (2000). Affection received from fathers as a predictor of men's affection with their own sons: Tests of modelling and compensation hypotheses. *Communication Monographs*, 67 (4), 347-361.
- Flum, H. (2001). Dialogues and Challenges: The Interface between work and relationships in transition. *The Counseling Psychologist*, 29 (2), 259-270.
- Fonagy, P. (1996). The significance of the development of metacognitive control over mental representations in parenting and infant development. *Journal of Clinical Psychoanalysis* 5 (1), 67-86.
- Fonagy, P., Leigh, T., Kennedy, R., Mattoon, G., Steele, H., Target, M., Steele, M., & Higgitt, A. (1995). Attachment, borderline states and the representation of emotions and cognitions in self and other. In Dante Cicchetti and Sheree L. Toth (Eds.), *Emotion, cognition and representation*. Rochester symposium on developmental psychopathology (Vol. 6, pp. 371-414). Rochester: University of Rochester Press.
- Fonagy, P., Steele, H., & Steele, M. (1991). Maternal representations of attachment during pregnancy predict the organization of infant-mother attachment at one year of age. *Child Development*, 62, 891-905.
- Fontaine, A. M., & Matias, M. (2003). Familismo e individualismo em Jovens Adultos: construção de um instrumento e estudos exploratórios. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxia e Educación*, 10, 2348-2362.
- Fox, G. L., & Bruce, C. (2001). Conditional Fatherhood: Identity theory and parental investment theory as alternative sources of explanation of fathering. *Journal of Marriage and Family*, 63 (2), 394-403.
- Fox M. L., & Dwyer D. J. (1999). An investigation of the effects of time and involvement in the relationship between stressors and work-family conflict. *Journal of Occupational Health Psychology*, 4 (2), 164-74.
- Franco, A. L. S. (1994). Enquadramento da Revolução. In António Reis (Org.), *Portugal-20 anos de Democracia* (pp. 492- 508). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco, J., Sabatinni L., & Crosby, F. (2004). Anticipation work and family: exploring the associations among gender-related ideologies, values, and behaviours in Latino and White families in the United States. *Journal of Social Issues*, 60, 755-766.
- Freud, S. (1907). *Escritores criativos e devaneios, E.S.B.* (Vol. IX, p. 237). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923/1989). O ego e o id. In *Textos Fundamentais da Psicanálise* (Vol. III). Lisboa: Europa-América.
- Friedman, S. R., & Weissbrod, C. S. (2005). Work and Family Commitment and Decision-Making Status among Emerging Adults. *Sex Roles*, 53, 317-325.

- Frone, M. R. (2000). Work-family conflict and employee psychiatric disorders: The National Comorbidity Study. *Journal of Applied Psychology*, 85, 888-895.
- Frone, M. R. (2003). Work-family balance. In J. C. Quick, and L. E. Tetrick (Eds.), *Handbook of occupational health psychology* (pp. 143-162). Washington, DC: American Psychological.
- Frone, M. R., & Rice, R. W. (1987). Work-Family Conflict: The Effect of Job and Family Involvement. *Journal of Occupational Behaviour*, 8(1), 45-53.
- Frone, M. R., Russel, M., & Cooper, M. L. (1992a). Prevalence of work-family conflict: Are work and family boundaries asymmetrically permeable?. *Journal of Organizational Behavior*, 13, 723-729.
- Frone, M. R., Russel, M., & Cooper, M. L. (1992b). Antecedents and outcomes of work-family conflict: Testing a model of the work-family interface. *Journal of Applied Psychology*, 77, 65-78.
- Frone, M. R., Russel, M., & Cooper M. L. (1994). Relationship between job and family satisfaction: Causal or noncausal covariation? *Journal of Management*, 20, 565-579.
- Frone, M. R., Russel, M., & Cooper M. L. (1995). Job Stressors, job involvement and employee health: A test of identity theory. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 68, 1-11.
- Frone, M. R., Russel, M., & Cooper, M. L. (1997). Relation of work-family conflict to health outcomes: A four-year longitudinal study of employed parents. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 70, 325-335.
- Frone, M. R., Yardley, J. K., & Markel, K. S. (1997). Developing and testing an integrative model of the work-family interface. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 145-167.
- Furstenberg F. F. (2000). The sociology of adolescence and youth in the 1990s: A critical commentary. *Journal of Marriage and the Family*, 62(4), 896-910.
- Gadsden, V., & Hall, M. (1996). *Intergenerational Learning: a review of the literature*. Pennsylvania University: National Center of Fathers and Families.
- Galambos, N. L., Sears, H. A., Almeida, D. M., & Kolaric, G. C. (1995). Parents' work overload and problem behavior in young adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 5, 201-223.
- Galejs, I., & King, A. (1983). Sex role perceptions of traditional and non-traditional college women. *Journal of Psychology*, 113, 257-263.
- Galinsky, E., & Stein, P. J. (1990). The impact of human resources policies on employees: Balancing work/family life. *Journal of Family Issues*, 8, 368-383.
- Garbarino, J.J. (1998). Comparisons of the constructs and psychometric properties of selected measures of adults attachment. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 31(1), 28-45.
- Gecas, V., & Seff, M.A. (1990). Families and adolescents: A review of the 1980's. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 941-958.
- Gergen, K. J. (1991). *The Saturated Self: Dilemmas of Identity in Contemporary Life*. Us: Basic Books.
- Gergen, K. J., Gergen, M. (1986). Narrative form and the construction of psychological science. In T. R. Sarbin (Ed.), *Narrative psychology: The storied natures of human conduct*. New York: Praeger.
- Gerlsma, C. Arrindell, W. A., van der Veen, N., & Emmelkamp, P. M. G. (1991). A parental rearing style questionnaire for use in adolescents: Psychometric evaluation of the EMBU-A. *Personality and Individual Differences*, 12, 1245-1253.
- Gerson, K. (1993). *No man's land*. New York: Basic Books.
- Gerson, K. (1994). Choosing between privilege and sharing: men's responses to gender and family change. In A. Skolnick & J. H. Skolnick (Eds.), *Family in transition*. New York: Harper Collins Collage Publishers.
- Gerson, K. J. ((1996). Construcción social: emergencia y potencial. In M. Pakman (Ed.), *Construcciones de la experiencia humana* (Vol. I, pp. 139-182). Barcelona: Gedisa.

- Gianakos, I. (2000). Gender roles and coping with work stress. *Sex Roles*, 42, 211-223.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Gilbert, L. A. (1993). *Two careers/one family*. Newbury Park, CA: Sage.
- Gilbert, L. A., & Brownson, C. (1998). Current perspectives on women's multiple roles. *Journal of Career Assessment*, 6, 395-410.
- Glass, J., Bengtson, V. L., & Dunham, C. C. (1986). Attitude similarity in three generation families: Socialization, status, inheritance, or reciprocal influence? *American Sociological Review*, 51, 685-698.
- Golden, A. G. (2001). Modernity and the communicative management of multiple roles: The case of the worker-parent. *The Journal of Family Communication*, 1, 233-264.
- Golden, L. (2001). Flexible work schedules: Which workers get them? *The American Behavioral Scientist*, 44 (7), 1157-1178.
- Goldscheider, F. K., & Goldscheider, C. (1992). Gender roles, marriage and residential independence. *Sociological Forum*, 7, 679-696.
- Gonçalves, C. M. (2006). *A família e a construção de projectos vocacionais de adolescentes e jovens* (Cap. II, pp. 37-88). Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Gonçalves, C., & Coimbra, J. L. (1995). A influência do clima psicossocial da família no desenvolvimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10/11, 43-52.
- Goode, W. J. (1994). Why men resist. In A. Skolnick & J. H. Skolnick (Eds.), *Family in transition*. New York: Harper Collins Collage Publishers.
- Goodnow, J.J., & Collins, W.A. (1990). *Development according to parents: The nature, sources and consequences of parents' ideas*. United Kingdom: Lawrence Erlbaum Associates.
- Gordon, T., Holland, J., Lahelma, E., & Thompson, R. (2005) Imagining Gendered Adulthood: Anxiety, Ambivalence, Avoidance and Anticipation. *European Journal of Women's Studies*, 12 (1), 83-103.
- Grabill, C.M. (1998). The relation between memories of childhood relationships and the parenting practices of mothers and fathers. *Dissertation Abstracts International: The Sciences and Engineering*, 58, 11-B.: 6256.
- Greenberger, E. (1988). *New measures for research on Work, Parenting and the socialization of Children*. Unpublished manuscript, University of California, Program in Social Ecology. Irvine, CA.
- Greenberger, E. (1989). *Survey measures for the study of Work, Parenting and Well-being*. Unpublished manuscript, University of California, Program in Social Ecology. Irvine, CA.
- Greenberger, E., & Goldberg, W. A. (1989). Work, Parenting and the socialization of children. *Developmental Psychology*, 25(1), 22-35.
- Greenberger, E., & O'Neil, R. (1993). Spouse, Parent, Worker: Role Commitments and Role Related Experiences in the Construction of Adults' Well-Being. *Development Psychology*, 29 (2), 181-197.
- Greenberger, E., & O'Neil, R. (1994). Explaining role strain: Intrapersonal determiners, situational constraints, or dynamic interaction? *Journal of Marriage and the Family*, 56 (1), 115-118.
- Greenberger, E., O'Neil, R., & Nagel, S. K. (1994). Linking workplace and homeplace: Relations between the nature of adult's work and their parenting behaviors. *Developmental Psychology*, 30 (6), 990-1002.
- Greene, A. L., & Wheatley, S. M. (1992). "I've got a lot to do and I don't think I'll have the time": gender differences in late adolescents' narratives of the future. *Journal of Youth and Adolescence*, 21, 667-686.
- Greenglass, E. R., & Devins, R. (1982). Factors related to marriage and career plans in unmarried women. *Sex Roles*, 8, 57-71.

- Greenhaus, J. H. (1988). The intersection of work and family roles: Individual, interpersonal, and organizational issues. *Journal of Social Behavior and Personality*, 3(4), 23-44.
- Greenhaus, J. H., Bedelian, G., & Mossholder, K. W. (1987). Work experiences, job performance, and feelings of personal and family well-being. *Journal of Vocational Behavior*, 31, 200-215.
- Greenhaus, J. H., & Beutell, N. J. (1985). Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Review*, 10(1), 76-88.
- Greenhaus, J. H., Collins, K. M. & Shaw, J. D. (2003). The relation between work-family balance and quality of life. *Journal of Vocational Behavior*, 63, 510-531.
- Greenhaus, J. H., Collins, K. M., Singh, R., & Parasuraman, S. (1997). Work and family influences on departure from public accounting. *Journal of Vocational Behavior* 50, 249-270.
- Greenhaus, J. H., & Parasuraman, S. (1999). Research on work, family, and gender: Current status and future directions. In Powell, G. N. (Ed.), *Handbook of gender and work* (pp. 391-412). Newbury Park, CA: Sage.
- Greenhaus, J. H., Parasuraman, S., & Collins, K. M. (2001). Career involvement and family involvement as moderators of relationships between work-family conflict and withdrawal from a profession. *Journal of Occupational Health Psychology*, 6, 91-100.
- Grilo, E. M. (1994). O Sistema Educativo. In António Reis (Coord.), *Portugal-20 anos de Democracia* (pp. 406-435). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Grolnick, W. S., Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1997). Internalization within the family: The self determination theory perspective. In J. E. Grusec & L. Kuczynski (Eds.), *Parenting and Children internalization of values. A handbook of contemporary theory* (pp. 135-161). New York: John Wiley.
- Grossman, K., Fremmer-Bombik, E., Rudolph, J., & Grossman, K.E. (1988). Maternal attachment representations as related to patterns of infant-mother attachment and maternal care during the first year. In R. Hinde & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Relationships within families*. Oxford: Oxford Universities Press.
- Grotevan, H. D, & Cooper C. R. (1985). Patterns interaction in family relationships and the development of identity exploration in adolescence. *Child Development*, 56, 415-418.
- Grotevan, H. D., & Cooper C. R. (1988). The role of family experience in career exploration: A life span perspective. In P. Baltes, D. Featherman, & Lerner (Eds.), *Life span development and behaviour* (pp. 231-253). New Jersey: LEA, publications.
- Grzywacz, J. G., & Bass, B. L. (2003). Work, family, and mental health: testing different models of work-family fit. *Journal of Marriage and the Family*, 65, 248-261.
- Grzywacz, J. G., & Marks, N. F. (2000). Family, work, work-family, spillover, and problem drinking during midlife. *Journal of Marriage and the Family*, 62(2), 336-348.
- Grzywacz, J. G., & Marks, N. F. (2000). Reconceptualizing the work-family interface: Na ecological perspective on the correlates of positive and negative spillover between work and family. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5, 111-126.
- Grzywacz, J. G., Almeida, D. M., & McDonald, D. A. (2002). Work-family spillover and daily reports of work and family stress in the adult labor force. *Family Relations*, 51, 28-36.
- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2004). Moving into adulthood in southern European country : transitions in Portugal. *Portuguese Journal of Social Sciences*, 3(3), 191-209.
- Gutek, B. A., Searle, S., & Klepa, L. (1991). Rational versus gender role explanations for work-family conflict. *Journal Applied Psychology*, 76, 4, 560-568.
- Habernas, J. (1983). Modernity: An incomplete project. In H. Foster (Ed.), *The anti-aesthetic: Essays on postmodern culture*. Washington: Port Thownsend.
- Hackett, R. D., Bycio, P., & Guion, R. M. (1989). Absenteeism among hospital nurses: An idiographic-longitudinal analysis. *Academy of Management Journal*, 3, 424-453.

- Halle, D. (1987). Marriage and family life of bluecollar men. In Naomi Gerstel and Harriet Engel Gross (Eds.), *Families and Work* (pp. 317-337). Philadelphia: Temple University Press.
- Hallett, M. B., & Gilbert, L. A. (1997). Variables differentiating university women considering role-sharing and conventional dual-career marriages. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 308-322.
- Hammer, L. B., Allen, E., & Grigsby, T. D. (1997). Work-family conflict in dual-earner couples: Within-individual and crossover effects of work and family. *Journal of Vocational Behavior* 50, 185-203.
- Hammer, S. H. (1985). Stalking intelligence: IQ isn't the end of line; you can be smarter. *Science Digest*, 93, 31-37.
- Han, S. K., & Moen, P. (1999). Work and family overtime: A life course approach. *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 562, 98-110.
- Harris, J. R. (1998). *The nurture assumption. Why children turn out the way they do*. New York: Free Press.
- Hartmann, H. I. (1981). The family as the locus of gender, class, and political struggle: The example of housework. *Signs*, 6, 366-394.
- Haverkamp, B., & Moore, D. (1993). The Career-Personal dichotomy: perceptual reality, practical illusion, and workplace integration. *The Career Development Quarterly*, 42, 154-160.
- Hazan, C., & Shaver, P. R. (1990). Love and work: An attachment-theoretical perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(2), 270-280.
- Helms-Erickson, H., Tanner, L. J, Crouter, A.C., & McHale, S. M. (2000). Do women's Provider-role attitudes moderate the links between work and family?. *Journal of Family Psychology*, 14 (4), 658-670.
- Herman, J.L. (1995). Intergenerational transmission of parenting and adolescent problem behaviors. *Dissertation Abstracts International: The Sciences and Engineering*, 56, 4-B: 2351.
- Hewitt, J. P. (1991). *Self and Society: A Symbolic Interactionist Social Psychology* (5th. ed.). Massachusetts: Allyn and Bacon.
- Higgins, C. A., Duxbury, L. E., & Irving, R. H. (1992). Work-family conflict in the dual-career family. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 51, 51-75.
- Higgins, C., & Duxbury, L. (1994) Impact of life-cycle and gender on the ability to balance work and family responsibilities. *Family Relations*, 43, 144-154.
- Hill, C., & Holzer, H. (2006). *Labor market experiences and the transition to adulthood*. Network on Transitions to Adulthood, Research Network Working Paper.
- Hochschild, A.R. (1989). *The Second Shift. Working Parents and the Revolution at Home*. New York: Viking.
- Hock, E., Gnezda, M., & McBride, S. (1984). Mothers of infants: Attitudes toward employment and motherhood following birth of the first child. *Journal of Marriage and Family*, 46, 425-431.
- Hoffman, J. A. (1984). Psychological separation of late adolescents from their parents. *Journal of Counseling Psychology*, 31 (2), 170-178.
- Holahan, C. K., & Gilbert, L. A. (1979). Conflict between major life roles: Women and Men in dual career couples. *Human Relations*, 32 (6), 451-467.
- Honeycutt, T. L., & Rosen, B. (1997). Family friendly human resource policies, salary levels, and salient identity as predictors of organizational attraction. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 271-290.
- Hovestadt, A. J., Anderson, W. T., Piercy, F. P., Cochran, S. W., & Fine, M. (1985). A Family-of-Origin Scale. *Journal of Marital and Family Therapy*, 11 (3), 287-297.
- Ikkink, K., Tilburg, T., & Knipscheer, K. (1999). Perceived instrumental support exchanges in relationships between elderly parents and their adult children. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 831-844.
- Ingersoll-Dayton, B., Neal, M., & Hammer, L. (2001). Aging parents helping adult children: the experience of the sandwiched generation. *Family Relations*, 50, 262-271.

- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inman-Amos, J. C. (1993). Similarities of love attitudes held by parents and their children. *Dissertation Abstracts International*, 54, 2204.
- Jackson, R. M., & Meara, N. M. (1977). Father identification, achievement, and occupational behavior of rural youth: 5 years follow-up. *Journal of Vocational Behavior*, 10, 82-91.
- Javille, J. L. (1999). *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brower.
- Jennings, M. K., & Niemi, R. G. (1981). *Generations and politics: A panel study of youth and their parents*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Jick, T. D., & Mitz, L. F. (1985). Sex Differences in Work Stress. *The Academy of Management Review*, 10 (3), 408-420.
- Jodl, K. M., Michael, A., Malanchuk, O., Eccles, J. S., & Sameroff, A. (2001). Parents' Roles in shaping early adolescents' Occupational aspirations. *Child Development*, 72, 1247-1265.
- Josselson, R. (1980). Ego development in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of Adolescent Psychology*. New York: Wiley & Sons.
- Josselson, R. (1987). *Finding herself, pathways to identity development in women*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Juhasz, A. M. (1982). Early adolescents and society: Implications of Ericksonian theory. *Journal of Early Adolescence*, 2 (1), 5-24.
- Juhasz, A. M. (1991). A Triple-helix role model of adult development: Implications for counseling. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 55-65.
- Kabanoff, B. (1980). Work and nonwork: A review of models, methods, and findings. *Psychological Bulletin*, 88, 60-77.
- Kaës, R. (1993). *Transmission de la vie psychique entre générations*. Paris: Dunod.
- Kahn, R. L., Wolfe, D. M., Quinn, R. P., Snoek, J. D., & Rosenthal, R. A. (1964). *Organizational stress: Studies in role conflict and ambiguity*. New York: Wiley.
- Kamptner, N. (1988). Identity development in late adolescence: Causal modelling of social and familial influences. *Journal of Youth and Adolescence*, 17, 493-514.
- Kasser, M. W. (1981). Will both spouses have careers? Predictors of preferred tradition or egalitarian marriages among university students. *Journal of Vocational Behavior*, 18, 340-355.
- Katz, D., & Kahn, R. L. (1978). *The social psychology of organizations* (2nd ed.). New York: Wiley.
- Kaufman, G., & Uhlenberg, P. (2000). The Influence of Parenthood on the Work Effort of Married Men and Women. *Social Forces*, 78 (3), 931-947.
- Kelloway, E. K., Gottfried, B. H., & Barham, L. (1999). The source, nature, and direction of work and family conflict: A longitudinal investigation. *Journal of Occupational Health Psychology*, 4, 337-346.
- Kelly, J. R., & Kelly, J. R. (1994). Multiple dimensions of meaning in the domains of work, family, and leisure. *Journal of Leisure Research*, 26 (3), 250-274.
- Kelly, J., & Snyder, J. (1991). *Commitment and satisfaction in work, family and leisure*. Paper presented at the NRPA Research Symposium, Baltimore, MD.
- Kelly, R. F., & Voydanoff, P. (1984). Determinants of Work-Related Family Problems among Employed Parents. *Journal of Marriage and the Family*, 46 (4), 881-892.
- Kelly, R. F., & Voydanoff, P. (1985). Work/family role strain among employed parents. *Family Relations*, 34 (3), 367-374.

- Kerpelman, J. L., & Schvaneveldt, P. L. (1999). Young adults' anticipated identity importance of career, marital and parental roles: Comparisons of men and women with different role balance orientations. *Sex roles, 41* (3/4), 189-217.
- Kerpelman, J. L., & Smith, S. L. (1999). Adjudicated adolescent girls and their mothers: examining identity perceptions and processes. *Youth and Society, 30*, 313-347.
- Kessler, R. C., & McRae, J. A., Jr. (1982). The effect of wives' employment on the mental health of married men and women. *American Sociological Review, 47*, 216-227.
- Kiecolt, K. J., & Acock, A. C. (1988). The long-term effects of family structure on gender-role attitudes. *Journal of Marriage and the Family, 50*, 709-717.
- Kinnunen, U., & Mauno, S. (1998). Antecedents and outcomes of work-family conflict among employed women and men in Finland. *Human Relations, 51*, 157-177.
- Kirchmeyer, C. (1992). Nonwork participation and work attitudes: a test of scarcity versus expansion models of personal resources. *Human Relations, 45*, 775-795.
- Knaub, P. K. (1986). Growing up in a dual-career family: The children's perceptions. *Family Relations, 35*, 431-437.
- Kohn, M. L. (1983). On the transmission of values in the family. A preliminary formulation. In A. C. Kerckhoff (Ed.), *Research in sociology of education and socialization* (vol. 4, pp. 3-12). Greenwich, CT: JAI Press.
- Kohn, M., & Schooler, C. (1982). Job Conditions and Personality. A Longitudinal Assessment of their Reciprocal Effects. *American Journal of Sociology, 87*, 1257-1286.
- Kopelman, R. E., Greenhaus, J. H., & Connolly, T. F. (1983). A model of work, family, and interrole conflict: A construct validation study. *Organizational Behavior and Human decision Processes, 32*, 198-215.
- Koren-Karie, N. (2000). Attachment representations in adulthood: Relations with parental behaviors. *The Israel Journal of Psychiatry and Related Sciences, 37* (3), 178.
- Korman, A. K., Wittig-Berman, U., & Lang, D. (1981). Career Success and Personal Failure: Alienation in Professionals and Managers. *The Academy of Management Journal, 24* (2), 342-360.
- Kossek, E. E., & Ozeki, C. (1999). Bridging the work-family policy and productivity gap: A literature review. *Community, Work & Family, 2*, 7-32.
- Kossek, E. E., Noe, R. A., & DeMarr, B.J. (1999). Work-family role synthesis: Individual and organizational determinants. *The International Journal of Conflict Management, 10* (2), 102-129.
- Kossek, E. E., & Ozeki, C. (1998). Work-family conflict, policies, and the job-life satisfaction relationship: A review and directions for organizational behavior-human resources research. *Journal of Applied Psychology, 83* (2), 139-149.
- Krumboltz, J. (1993). Integrating Career and Personal counseling. *The Career Development Quarterly, 42*, 143-148.
- Kulik, L. (1998). Inter and intra-gender differences in life orientations and work attitudes in Israel: a comparative analysis. *International Journal for the Advancement of Counseling, 20*, 95-111.
- Kulik, L. (2000). Intrafamilial congruence in gender-role ideology: Husband-wife versus parents-offspring. *Journal of Comparative Family Studies, 31* (1), 91-106.
- Laïdi, Zaki (2001). A chegada do homem-presente ou a da nova condição do tempo. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lalanda, P. (2005). Transições familiares e identidade das mulheres. In Karin Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais* (Cap. 7). Lisboa: ISCTE.
- Lambert, S. J. (1990). Processes linking work and family: A critical review and research agenda. *Human Relations, 43* (3), 239-257.

- Lambert, S. J. (1991). The combined effects of job and family characteristics on job satisfaction, job involvement, and intrinsic motivation of men and women workers. *Journal of Organizational Behavior*, 12, 341-363.
- Lapassade, G. (1997). *L'entrée dans l'avie: essai sur l'inchèvement de l'homme* (Vol. IX). Paris: Anthropos.
- LaRossa, R. (1988). Fatherhood and Social Change. *Family Relations*, 34, 451-457.
- LaRossa, R., & LaRossa, M. M. (1981). *Transition to Parenthood: How Infants Change Families*. Beverly Hills, CA: Sage.
- LaRossa, R., & Reitzes, D.C. (1993). Continuity and change in middle-class fatherhood, 1925-1939: The culture-conduct connection. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 455-468.
- Larson, R. W., & Almeida, D.M. (1999). Emotional transmission in the daily lives of families: A new paradigm for studying family process. *Journal of Marriage and the Family*, 61 (1), 5-20.
- Lash, C. (1984). *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Laville, J. L. (1999). *Une Troisième voie pour le travail*. Paris: Descleé de Brower.
- Law, B. (1991). Community interaction in the theory and practice of careers work. In B. P. Campos (Ed.), *Psychological intervention and human development* (pp.151-162). Porto e Louvain-La-Neuve: Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento & Academia.
- Leal, I. (1990). Nota de Abertura. *Análise Psicológica*, 4, VIII, 365-366.
- Leal, I. (2001). O feminismo e o materno. Gravidez e maternidade – representações e tarefas de desenvolvimento. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Maternidade* (Cap. 2). Coimbra: Quarteto Editora.
- Leaper, C., Hauser, S. T., & Kremer, A. (1989). Adolescent-parent interactions in relation to adolescents' gender and ego development pathway: a longitudinal study. *Journal of Early Adolescence*, 9, 335-361.
- Leaper, C., & Valin, D. (1996). Predictors of Mexican American mothers' and fathers' attitudes toward gender equality. *Hispanic Journal of Behaviour Sciences*, 18, 348-356.
- Lee, H.-Y., & Hughey, K. F. (2001). The relationship of psychological separation and parental attachment to the career maturity of college freshmen from intact families. *Journal of Career Development*, 27, 279-293.
- Lencaster, J. B., Altmann, J., Rossi, A., & Sherrod, L. (1986). Introduction. In J. B. Lencaster, J. Altmann, A. Rossi & L. Sherrod (Eds.), *Parenting across the life span* (pp. 1-14). New York: Aldine de Gruyter.
- Leondari, A., & Kiosseoglou, G. (2000). The relationship of parental attachment and psychological separation to the psychological functioning of young adults. *Journal of Social Psychology*, 140, 451-464.
- Levy, A K. (1999). Continuities and discontinuities in parent-child relations across two generations: A prospective, longitudinal study. *Dissertation Abstracts International: The Sciences and Engineering*, 60, 6-B.: 2987.
- Lewis, S., Smithson, J., & Guerreiro, M. D. (2001). Into parenthood. In J. Brannen, S. Lewis, & A. Nilsen (Eds.), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition* (pp. 140-161). London: Routledge.
- Lieberman, M., Doyle, A. B., & Markiewicz, D. (1999). Developmental patterns in security of attachment to mother and father in late childhood and early adolescence: Associations with peer relations. *Child Development*, 70 (1), 202-213.
- Lipovetsky, G. (2005). *A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Brasil: Manole.
- Lipovetsky, G., & Charles, S. (2004). *Les temps hypermodernes*. Paris: Bernard Grasset.
- Lippe, A. L. V. D., & Amundsen, E. (1998). Individuation, ego development and the quality of conflict negotiation in the family of adolescent girls. *Scandinavian Journal of Psychology*, 39, 25-31.

- Lobel, S. A. (1991). Allocation of investment in work and family roles: Alternative theories and implications for research. *Academy of Management Review*, 16(3), 507-521.
- Locke, E. A., & Latham, G. P. (1990). *A theory of goal setting and task performance*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Loerch, K. J., Russel, J. E. A., & Rush, M. C. (1989). The relationships among family domain variables and work-family conflict for men and women. *Journal of Vocational Behavior*, 35, 288-308.
- Lofquist, L. H., & Davis, R. V. (1991). *Essentials of person-environment-correspondence counseling*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Loo, R., & Thorpe, K. (1998). Attitudes toward women's roles in society: A replication after 20 years. *Sex Roles*, 39, 903-912.
- Lopez, F. G., Campbell, V. L., & Watkins, C. E. (1989). Effects of marital conflict and family coalition patterns on college student adjustment. *Journal of College Student Development*, 30, 46-52.
- Lord, R. G., & Maher, K. J. (1991). Cognitive theory in industrial and organizational psychology. In M. D. Dunnette & L. M. Hough (Eds.), *Handbook of Industrial and Organizational Psychology* (2nd ed., Vol. 2, pp. 1-62). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Loscocco, K. A. (1997). Work-family linkages among self-employed women and men. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 204-226.
- Lucas, M. (1993). Personal aspects of career counseling: three examples. *The Career Development Quarterly*, 42, 161-166.
- Lunneborg, P. W. (1982). Role model influencers on nontraditional professional women. *Journal of Vocational Behavior*, 20, 276-181.
- Luster, R., Rhoades, K., & Haas, B. (1989). The relation between parental values and parenting behavior: A test of the Kohn hypothesis. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 139-47.
- Lyotard, J. F. (1984). *The postmodern condition. A report on knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MacEwen, K. E., & Barling, J. (1991). Effects of maternal employment experiences on children's behavior via mood, cognitive difficulties, and parenting behavior. *Journal of Marriage and the Family*, 53, 635-644.
- MacEwen, K. E. & Barling, J. (1994). Daily Consequences of work interference with family and family interference with work. *Work & Stress*, 8(3), 244-254.
- Macri, M., & Mullet, E. (2003). Employment and family as determinants of anticipated life satisfaction among young Greek adults. *Community, Work & Family*, 6, 183-202.
- Maglio, G.V. (1995). The mother-child-mother cycle in teenage mothers and their first born: Measures of adult attachment and maternal acceptance-rejection. *Dissertation Abstracts International. Section A: Humanities and Social Sciences* (Vol. 56, 5-A): 1986.
- Main, M, Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development* (Vol. 50, Serial No.209).
- Main, M., & Goldwin, R. (1984). Predicting rejection of her infant from mothers' representation of her own experience: Implications for abuse-abusing intergenerational cycle. *Child Abuse and Neglect*, 8, 203-217.
- Major, B. (1993). Gender, entitlement and the distribution of family labor. *Journal of Social Issues*, 49, 141-159.
- Malhotra, A., & Tsui, A. O. (1999). Work and marriage: Mother-daughter similarities in Sri Lanka. *Journal of Comparative Family Studies*, 30(2), 219-241.
- Mallet, P. (2000). Que Peut Apporter la Théorie de L'Attachement aux Psychologues du Conseil. L?. *Orientation Scolaire et Professionnelle*, 29(1), 51-77.

- Mannheim, K. (1990). *Le problème des Générations*. Paris: Ed. Nathan (1.^a ed., 1928).
- Manuele-Adkins, C. (1992). Career Counseling is Personal Counseling. *The Career Development Quarterly*, 40, 313-323.
- Marcia, J. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 551-558.
- Marcia, J. (1980). Identity in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 159-187). New York: Wiley.
- Marcia, J. (1986). Clinical implications of the identity status approach within psychosocial development theory. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 23-34.
- Marks, S. (1979). Culture, human energy, and self-actualization: A sociological offering to humanistic psychology. *Journal of Humanistic Psychology*, 19(3), 27-42.
- Marks, S. R. (1977). Multiple roles and role strain: Some notes on human energy, time and commitment. *American Sociological Review*, 42, 921-936.
- Marks, S. R. (1994). What is a pattern of commitment? *Journal of Marriage and the Family*, 56(1), 112-115.
- Marks, S.R., Huston, T. L., Johnson, E.M., & MacDermid, S.M. (2001). Role balance among white married couples. *Journal of Marriage and the Family*, 63(4), 1083-1098.
- Marks, S. R., & MacDermid, S.M. (1996). Multiple roles and the self: A theory of role balance. *Journal of Marriage and the Family*, 58(2), 417-432.
- Marsiglio, W. (1993). Contemporary scholarship on fatherhood: Culture, identity and conduct. *Journal of Family Issues*, 14, 484-509.
- Matlary, J. H. (2002). *Para um Novo Feminismo*. Cascais: Principia Publicações Universitárias e Científicas.
- Matos, P. M. (2002). *(Des)Continuidades na vinculação aos pais e ao par amoroso em adolescentes*. Porto: ICPFD, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Matsui, T., Tsuzuki, Y., & Onglatco, M. L. (1999). Some motivational bases for work and home orientation among Japanese college women: a rewards/costs analysis. *Journal of Vocational Behavior*, 54, 114-126.
- Mayseless, O., & Scharf, M. (2003). What does it mean to be an Adult? The Israeli Experience. In J. J. Arnett, N. L. Galambos (Eds.), *New Directions for Child and Adolescent Development: Exploring cultural conceptions of the transition to adulthood*. San Francisco, CA: Wiley, Jossey-Bass.
- McBroom, W. H. (1987). Longitudinal change in sex role orientations: differences between men and women. *Sex Roles*, 16, 439-452.
- McCall, G. T., & Simons, J. T. (1978). *Identities and interaction* (Rev. ed.). New York Free Press.
- McCormick, C.B., & Kennedy, J. H. (1994). Parent-child attachment working models and self-esteem in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 23(1), 1-18.
- McDermott, J. F., Robillard, A. B., Char, W. F., Hsu, J., Tseng, W. S., & Aston, G. C. (1983). Re-examining the concept of adolescence: differences between adolescents' boys and girls in the context of their families. *American Journal of Psychiatry*, 140, 1318-1322.
- McKee, L. (1982). Fathers' participation in infant care: A critique. In Lorna McKee and Margaret O'Brien (Eds.), *The Father Figure*. London: Tavistock.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self and Society from the standpoint of a Social Behaviorist*. London: University of Chicago Press.
- Mead, M. (1971). *Le Fosse des Générations*. Paris : Denoël-Conthier.
- Menaghan, E. G. (1991). Work experiences and family interaction processes: The long reach of the job. *Annual Review of Sociology*, 17, 419-444.

- Menaghan, E. G., & Parcel, T. L. (1991). Determining children's home environments: The impact of maternal characteristics and current occupational and family conditions. *Journal of Marriage and the Family*, 53, 417-431.
- Menaghan, E. G., & Parcel, T. L. (1995). Social sources of change in children's home environments: the effects of parental occupational experiences and family conditions. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 69-84.
- Menezes, I. (1991). *Estrutura psicológica dos valores. Estudo transversal*. Porto: Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento.
- Menezes, I., & Campos, B.P. (1997). The process of value-meaning construction: A cross-sectional study. *European Journal of Social Psychology*, 27, 55-73.
- Messner, M. A. (1993). Changing men's and feminist politics in the United States. *Theory and Society*, 22, 723-737.
- Milkie, M.A., & Peltola P. (1999). Playing all the roles: Gender and the work-family balancing act. *Journal of Marriage and the Family*, 61 (2), 476-490.
- Miller, L, Kramer, R., Warner, V., & Wickramaratne, P. (1997). Intergenerational transmission of parental bonding among women. *Journal of the American Academy of Child and adolescent Psychiatry*, 36 (8), 1134-1139.
- Miller, R. B., & Glass, J. (1989). Parent-child attitude similarity across the life course. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 991-997.
- Minton, C., & Pasley, K. (1996). Father's parenting role identity and father involvement. *Journal of Family Issues*, 17, 26-45.
- Moen, P., Erickson, M. A., & Dempster-McClain, D. (1997). Their mother's daughters?. The intergenerational transmission of gender attitudes in a world of changing roles. *Journal of Marriage and the Family*, 59 (2), 281-293.
- Moen, P., & Yu Y. (2000). Effective work/life strategies: Working couples, work conditions, gender, and life quality. *Social Problems*, 47, 291-326.
- Moen, P., & Yu, Y. (1999). Having It All: Overall Work/Life Success in Two-Earner Families. In Toby L. Parcel (Ed.), *Research in Sociology of Work*, (Vol. 7, pp. 107-137). Greenwich, CT: JAI Press.
- Mónica, M. F. (1996). A Situação Social em Portugal 1960-1995. *A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995* (Vol. II, pp. 215-232). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Morf, M. (1989). *The work/life dichotomy*. Westport, CT: Quorum Books.
- Mortimer, J. T., Lorence, J., & Kumba, D. S. (1986). *Work, family, and personality: Transition to adulthood*. Norwood, NJ: Ablex.
- Mottaz, C. (1987). An analysis of the relationship between work satisfaction and organizational commitment. *Sociological Quarterly*, 28, 541-558.
- Muxel, S. (1996). *Individu et Mémoire Familiale*. Paris: Éditions Nathan.
- Nascimento, I., & Coimbra, J. L. (2001/2002). As lições da experiência: A relação pais-filhos e a transmissão intergeracional do significado do trabalho e da parentalidade. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 95-107.
- Nascimento, I., & Coimbra, J. L. (2005). Pedidos, problemas e processos: Uma reflexão sobre alguns dos dilemas da intervenção em consulta psicológica vocacional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (2), 1-14.
- Nascimento, I., Menezes, I., & Coimbra, J. (2004). O binómio trabalho-família e os limites da ubiquidade: uma nova competência em equação. In Antonio Rial Sánchez e Margarita Valcarce Fernández (Coord.), *"Necesidades de formación e deseno curricular por competencias"*, Actas do V Congresso Internacional de Formação de Galiza/ Norte de Portugal. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

- Nascimento, I., Menezes, I., & Coimbra, J. L., (2005). Intergenerational (dis)continuities in the commitment to work and parenting: The relational impact of parents' work. In Isabel Menezes, Joaquim Luís Coimbra e Bártolo Paiva Campos (Eds.), *The affective dimension of education: European Perspectives*, (Cap. 10). Porto: Centro de Psicologia da Universidade do Porto.
- Near, J. P. (1984). Predictive and explanatory models of work and nonwork. In M. D. Lee & R. N. Kanungo (Eds.), *Management or Work and Personal Life: Problems and opportunities* (pp. 67-85). New York: Praeger.
- Near, J. P., Rice, R., W., & Hunt, R. G. (1980). The Relationship between Work and Nonwork Domains: A Review of Empirical Research. *The Academy of Management Review*, 5(3), 415-429.
- Nelson-Jones, R. (1995). *The theory and practice of Counselling* (pp. 244-260). London: Cassel.
- Netemeyer, R. G., Boles, J.S., & McMurrian, R. (1996) Development and validation of work-family conflict and family-work conflict scales. *Journal of Applied Psychology*, 81, 400-410.
- Nevill, D. D., & Super, D. E. (1986). *The salience inventory: Theory, application, and research* (manual, research ed.). Palo Alto, CA: Consulting Psychologist Press.
- Nielson, T. R., Carlson, D. S., & Lacau, M. J.(2001). The supportive mentor as a means of reducing work-family conflict. *Journal of Vocational Behavior*, 59, 364-381.
- Nilsen, A. (1998). Representações dos jovens acerca da vida adulta. In Guerreiro, Maria das Dores (Coord.), *Trabalho e Gerações: conciliação e solidariedade* (pp. 139-143). Lisboa: Celta Editora.
- Nock, S. L., & Kingston, P. W. (1989). The division of leisure and work. *Social Science Quarterly*, 70, 24-39.
- Noor, N. M. (2004). Work-family conflict, work-and family-role salience, and women's well-being. *The Journal of Social Psychology*, 144, 389-405.
- Novack, L.L., & Novack, D.R. (1996). Being female in the eighties and nineties: Conflicts between new opportunities and traditional expectations among white, middle-class, heterosexual college women. *Sex Roles*, 35, 57-77.
- Nydegger, C. N., & Mitteness, L. S. (1991). Fathers and their adult sons and daughters. *Marriage and Family Review*, 16, 249-256.
- O'Brien, K. M., & Fassinger, R. E. (1993). A causal model of the career orientation and career choice of adolescent women. *Journal of Counseling Psychology*, 40, 456-469.
- O'Driscoll, M. P., Ilgen, D. R., & Hildreth, K. (1992). Time devoted to job and off-job activities, interrole conflict, and affective experiences. *Journal of Applied Psychology*, 77(3), 272-279.
- O'Neil, R., & Greenberger, E. (1994). Patterns of commitment to work and parenting: Implications for role strain. Comment/reply. *Journal of Marriage and the Family*, 56(1), 101-112.
- Oppenheimer, V. K. (1982). *Work and the family: A Study of Social demography*. New York: Academic Press.
- Paikoff, R.L., & Brooks-Gunn, J. (1991). Do parent-child relationships change during puberty? *Psychological Bulletin*, 110, 47-66.
- Pais, J. M. (1991). Emprego juvenil e mudanças sociais: velhas teses e novos modos de vida. *Análise Social*, 114, 945-987.
- Pais, J. M. (1996). *A geração yô-yô, em Dinâmicas Multiculturais, Nova Faces Outros Olhares: As Ciências Sociais nos Países de Língua Portuguesa e os Desafios Contemporâneos*. Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Fundação.
- Pais, J. M. (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pais, J. M. (2003). The multiple faces of the future in the labyrinth of life. *Journal of Youth Studies*, 6, 115-126.

- Pais, J. M., Cairns, & Pappamihail, L. (2005). Jovens europeus: retratos da diversidade. *Tempo Social*, 17 (2), 109-140.
- Palmer, S., & Cochran, L. (1988). Parents as agents of career development. *Journal of Counseling Psychology*, 35 (1), 71-76.
- Pappamikail, L. (2004). Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91-116.
- Parasuraman, S., Greenhaus, J. H., & Granrose, C. S. (1992). Role stressors, social support, and well-being among two career couples. *Journal of Organizational Behavior*, 13, 339-356.
- Parasuraman, S., Purohit, Y. S., Godshalk, V. M., & Beutel, N. J. (1996). Work and family variables, entrepreneurial career success and psychological well-being. *Journal of Vocational Behavior*, 48 (3), 275-300.
- Parasuraman, S., & Simmers, C. A. (2001). Type of employment, Work-family conflict and well-being: a comparative study. *Journal of Organizational Behavior*, 22, 551-568.
- Parcel, T. L., & Menaghan, E. G. (1990). Maternal working conditions and children's verbal facility: Studying the intergenerational transmission of inequality from mothers to young children. *Social Psychology Quarterly*, 53, 132-147.
- Parcel T. L., & Menaghan, E. G. (1993). Family social capital and children's behavior problems. *Social Psychology Quarterly*, 56 (2), 120-135.
- Parcel, T. L., & Menaghan, E. G. (1994). Early parental work, family social capital, and early childhood outcomes. *American Journal of Sociology*, 99 (4), 972-1009.
- Parker, G., Tupling, H., & Brown, L.B. (1979). A parental bonding instrument. *British Journal of Medical Psychology*, 52, 1-10.
- Pasley, K., Frutis, T. G., & Skinner, M. L. (2002). Effects of commitment and psychological centrality of fathering. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 130-138.
- Pasley, K., Kerpelman, J. Goodman, R.M., & Futris, T. G. (1998). *Exploring the role structure of identities in women and men*. Poster presented at the annual conference of the National Council on Family Relations. Milwaukee, WI.
- Peake, A., & Harris, K. L. (2002). Young adults' attitudes toward multiple role planning: the influence of gender, career traditionality, and marriage plans. *Journal of Vocational Behavior*, 60, 405-421.
- Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 37, 447-474.
- Perrewe, P. L., Hochwarter, W. A., & Kiewitz, C. (1999). Value attainment: An explanation for the negative effects of work-family conflict on job and life satisfaction. *Journal of Occupational Health Psychology*, 4, 318-326.
- Perry-Jenkins, M., & Gillman, S. (2000). Parental job experiences and children's well-being: The case of two-parent and single-mother working-class families. *Journal of Family and Economic Issues*, 21 (2), 123-147.
- Perry-Jenkins, M., Repetti, R. L., & Crouter, A. C. (2000). Work and family in the 1990s. *Journal of Marriage and the Family*, 62 (4), 981-998.
- Perry-Jenkins, M., Seery, B., & Crouter, A. C. (1992). Linkages between women's provider-role attitudes, psychological well-being, and family relationships. *Psychology of Women Quarterly*, 15, 311-329.
- Phalet, K., & Schonpflug, U. (2001). Intergenerational transmission in Turkish immigrant families: Parental collectivism, achievement values and gender differences. *Journal of Comparative Family Studies*, 32 (4), 489-504.
- Phelps, J.L., Belsky, J., & Crnic, K. (1998). Earned security, daily stress and parenting: A comparison of five alternative models. *Development and Psychopathology*, 10 (1), 21-38.

- Phillips, S. D., Christopher-Sisk, E. K., & Gravino, K. L. (2001). Making career decisions in a relation contex. *The Counseling Psychologist*, 29(2), 192-213.
- Pietropinto, A. (1986). The workaholic spouse. *Medical Aspects of Human Sexuality*, 20, 89-96.
- Pinto, G. A. (1998). "O Trabalho das Crianças – De pequenino é que se torce o pepino (e o destino)". Oeiras: Celta Editora.
- Pinto, M. L. R. (1994). As Tendências Demográficas. In António Reis (Coord.), *Portugal-20 anos de Democracia* (pp. 296-306). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Piotrkowski, C. S. (1978). *Work and the family system: A naturalistic study of working class and lower-middle-class families*. New York: The Free Press.
- Piotrkowski, C. S., & Crits-Christoph, P. (1982). Women's jobs and family adjustment. In J. Aldous (Ed.), *Two Paycheck: Life in dual-earner families* (pp. 105-127). Beverly Hills, CA: Sage.
- Piotrkowski, C. S., Rapoport, R. N., & Rapoport, R. (1987). Families and work. In Marvin B. Sussman & Suzanne K. Steinmetz (Eds.), *Handbook of Marriage and the Family*. NY: Plenum Press.
- Piotrkowski, C. S., & Katz, M. (1982). Women's work and personal relations in the family. In P. Berman & E. Ramey (Eds.), *Women: A developmental perspective* (pp. 221-235). NIH Publication.
- Pittman, J. F. (1994). Work/family fit as a mediator of factors on marital tension: Evidence from the interface of greedy institutions. *Human Relations*, 47, 183-209.
- Pleck, J. H. (1977). The work-family role system. *Social Problems*, 24, 417-427.
- Pleck, J. H. (1979). Men's family work: Three perspectives and some new data. *The Family Coordinator*, 481-488.
- Pleck, J. H. (1985). *Working wives/working husbands*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Pleck, J. H. (1987). Dual-Career families: A comment. *The Counseling Psychologist*, 15(1), 131-133.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideias. *Análise Social*, 156, 695-719.
- Poeschl, G., & Serôdio, R. (1998). Roles de genre, travail familial et pouvoir familial: représentations et relations. *La Revue Internationale de l'Education Familiale*, 2, 5-23.
- Poeschl, G., & Silva, A. (2001). Efeito das crenças nas diferenças entre sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, 15, 93-113.
- Poisson, P. (1999). A herança impossível. In Bernard Prieur (Coord.), *As heranças familiares* (pp. 71-74). Lisboa: Climepsi Editores.
- Powell, J., Cheng, V., & Egelend, B. (1997). Transmisión del maltrato de padres a hijos. *Infancia y aprendizaje*, 71, 99-110.
- Prieur, B. (1999). *As heranças familiares* (1ª. ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Pryor, B. (1990). Predicting and explaining intentions to participate in continuing education: an application of the theory of reasoned action. *Adult Education Quarterly*, 40, 146-157.
- Putallaz, M., Costanzo, P. R., Grimes, C. L., & Sherman, D. M. (1998). Intergenerational continuities and their influences on children's social development. *Social Development*, 7, 389-427.
- Regan, M. (1994). Beware the work/family culture shock. *Personnel Journal*, 73, 35-36.
- Reilly, M. D. (1982). Working wives and consumption. *Journal of Consumer Research*, 8, 407-418.
- Reitz, D. C., & Mutran, E. J. (1994). Multiple roles and identities: Factors influencing self-esteem among middle aged working men and women. *Social Psychology Quarterly*, 57, 313-325.

- Reitzle, M. (2006). The connections between adulthood transitions and the self-perception of being adult in the changing contexts of East and West Germany. *European Psychologist*, 11, 25-38.
- Repetti, R. L. (1987). Linkage between work and family roles. *Applied Social Psychology Annual*, 7, 98-127.
- Repetti, R. L. (1989). Effects of daily workload on subsequent behavior during marital interaction: The roles of social withdrawal and spouse support. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 651-659.
- Repetti, R. L. (1992). Social withdrawal as a short-term coping response to daily stressors. In H. S. Friedman (Ed.), *Hostility, coping and health* (pp. 151-165). Washington, DC: American Psychological Association.
- Repetti, R. L. (1994). *Mothers also withdraw from parent-child interaction as a short-term response to increased load at work*. Paper presented at the biennial meeting of the Society for Research in Child Development, Seattle, WA.
- Repetti, R. L. (1994). Short-term and long-term processes linking job stressors to father-child interaction. *Social Development*, 3, 1-15.
- Repetti, R. L., & Wood, J. (1997). The effect of daily stress at work on mothers interactions with pre-schoolers. *Journal of Family Psychology*, 11, 90-108.
- Rey, Y. (1999). A transmissão familiar. In Bernard Prieur (Coord.), *As heranças familiares* (pp. 119-131). Lisboa: Climepsi Editores.
- Rholes, W.S., Simpson, J.A., Blakely, B.S., Lanigan, L., & Allen, E. A. (1997). Adult attachment styles, the desire to have children and working models of parenthood. *Journal of Personality*, 65(2), 357-385.
- Rice, R. W., Frone, M. R., & McFarlin, D. B. (1992). Work-nonwork conflict and the perceived quality of life. *Journal of Organizational Behavior*, 13(2), 155-168.
- Rice, R. W., Near, J. P., & Hunt, R. G. (1979). Unique Variance in Job and Life Satisfaction Associated with Work-Related and Extra-Workplace Variables. *Human Relations*, 32(7), 605-623.
- Rice, R. W., Near, J. P., & Hunt, R. G. (1980). The job-satisfaction/life-satisfaction relationship: A review of empirical research. *Basic and Applied Social Psychology*, 1, 37-64.
- Richardson, M. S. (1993). Work in people's lives: A location for counselling psychologists. *Journal of Counselling Psychology*, 40(4), 425-433.
- Richardson, M. S. (2001). New perspectives for counselling Psychologists. *The Counselling Psychologist*, 29(2), 271-278.
- Richardson, M. S. (2002). A metaperspective for counselling practice. *Journal of Vocational behaviour*, 61, 407-423.
- Richardson, M.S. (2004). The emergence of new intentions in subjective experience: A social/personal constructionist and relational understanding. *Journal of Vocational Behavior*, 64, 485-498.
- Ricks, M. (1985). The social transmission of parental behavior: attachment across generations. In I. Bretherton & E. Waters (Orgs.), *Growing points in attachment theory and research*. *Child Development*, 209, 50 (1-2).
- Ridgeway, C. (1978). Parental identification and patterns of career orientation in college women. *Journal of Vocational Behavior*, 12, 1-11.
- Riley, A., & Glass, J. L. (2002). You Can't Always Get What You Want-Infant Care Preferences and Use Among Employed Mothers. *Journal of Marriage and Family* 64(1), 2-15.
- Risman, B. J., & Johnson-Sumerford, D. (1998). Doing it fairly: a study of posgender marriages. *Journal of Marriage and the Family*, 60, 23-40.
- Robinson, B. E. (1989). *Work addiction*. Deerfield Beach, FL: Health Communications.
- Robinson, B. E. (1996). The psychosocial and familial dimensions of Work Addiction: Preliminary Perspectives and Hypotheses. *Journal of Counseling & Development*, 74, 447-452.

- Robinson, B. E. (2000). A typology of workaholics with implications for counsellors. *Journal of Addiction & Offender Counseling*, 21, 34-48.
- Robinson, B. E. (2000). Workaholism: Bridging the gap between workplace, sociocultural, and family research. *Journal of Employment Counseling*, 37, 31-47.
- Robinson, B. E. (2001). Workaholism and family functioning: A profile of family relationships, Psychological outcomes, and research considerations. *Contemporary Family Therapy*, 23, 123-135.
- Robinson, B. E. & Kelley, L. (1998) Adult children of workaholics : Self-concept, anxiety, depression, and locus of control. *The American Journal of Family Therapy*, 26, 223-238.
- Robinson, B. E., & Post, P. (1995). Work addiction as a function of family of origin and its influence on current family functioning. *The Family Journal*, 3, 200-206.
- Rogers, S. J., White, L. K. (1998). Satisfaction with parenting: The role of marital happiness, family structure and parent's gender. *Journal of Marriage and the Family*, 60 (2), 293-308.
- Rogers, S., Parcel, T. L., & Menaghan, E. G. (1991). The Effects of Maternal Working Conditions and Mastery on Children's Behavior Problems: Studying the Intergenerational Transmission of Social Control. *Journal of Health and Social Behavior* 32, 145-164.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Rollins, J., & White, P. (1982). The relationship between mothers' and daughters' sex role attitudes and self concepts in three types of family environment. *Sex Roles*, 8, 1141-1155.
- Rosen, E. I. (1987). *Bitter Choices: Blue-Collar Women in and out of Work*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ross, M. (1989). Relations of implicit theories to the construction of personnel histories. *Psychological Review*, 96, 341-357.
- Rossi, A. (1986). Parenthood in transition: From lineage to child to self-orientation. In J. P. B. Lancaster, J. Altmann, A. Rossi, & L. R. Sherrod (Eds.), *Parenting across the life-span* (pp.31-81). New York: Aldine de Gruyter.
- Rossi, G. (1997). The nestlings – Why young adults stay at home longer: the Italian case. *Journal of Family Issues*, 18, 627-644.
- Rothbard, N. P. (2001) Enriching or depleting? The dynamics of engagement in work and family roles. *Administrative Science Quarterly*.
http://www.findarticles.com/cf_O/ m4035/4_46/ 85243049/print.jhtml.
- Sabattini, L., & Leaper, C. (2004). The relation between mothers' and fathers' parenting styles and their division of labor in the home: young adults' retrospective reports. *Sex Roles*, 50, 217-225.
- Safilios-Rothschild, C. (1971). Towards the conceptualization and measurement of Work Commitment. *Human Relations*, 42, 489-493.
- Salmon, C., & Daly, M. (1998). Birth order and familial sentiment: Middle borns are different. *Evolution and Human Behavior*, 19, 299-312.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Savickas, M. L. (1997). The spirit in career counseling: Fostering self-completion through work. In D. P. Bloch & L. J. Richmond (Eds.), *Connections between spirit and work in career development: New approaches and practical perspectives* (pp. 3-25). Palo Alto, CA: Davies-Black Publishing.
- Schnittger, M. H., & Bird, G.W. (1990). Coping among dual-career men and women across the family life cycle. *Family relations*, 39 (2), 199-205.
- Schonpflug, U. (2001). Intergenerational transmission of values: The role of transmission belts. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32 (2), 174-185.

- Schooler, C., Miller, J., Miller, K. A., & Ritchand, C. N. (1984). Work for household: Its nature and consequences for husbands and wives. *American Journal of Sociology*, 90, 97-124.
- Schor, J. B. (1998). *The overspent American: Upscaling, downshifting, and the new consumer*. New York: Basic Books.
- Schroeder, K. A., Blood, L. L., & Maluso, D. (1992). An Intergenerational analysis of expectations for women's career and family roles. *Sex Roles*, 26, 273-291.
- Schwartz, S. H., (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in Experimental Social Psychology*, 25, 1-65.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward an universal structure of human values. *Journal of personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Scott, J., Alwin, D. F., & Braun, M. (1996). Generational changes in gender-role attitudes: Britain in a cross-national perspective. *Sociology*, 30, 471-492.
- Sedney, M. A. (1987). Development and androgyny: Parental influences. *Psychology of Women Quarterly*, 11, 311-326.
- Sekaran, U. (1982). An investigation of the career salience of men and women in dual-career families. *Journal of Vocational Behavior*, 20, 111-119.
- Sekaran, U. (1989). Paths to the job satisfaction of bank employees. *Journal of Organizational Behavior*, 10, 347-359.
- Selman, R. L. (1980). *The development of interpersonal understanding*. New York: Academic Press.
- Selman, R. L. (1991). Fostering intimacy and autonomy. In B. P. Campos (Ed.), *Psychological intervention and human development*. Porto: Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento e Louvain-La-Neuve: Academia.
- Sennett, R. (2001). *A Corrosão do Carácter: As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Seybold, K. C., & Salomone, P.R. (1994). Understanding Workaholism: A review of causes and counseling approaches. *Journal of Counseling & Development*, 73, 4-9.
- Shamir, B. (1983). Some antecedents of work-nonwork conflict. *Journal of Vocational Behavior*, 23, 98-111.
- Shapiro, D., & Crowley, J. E. (1982). Aspirations and expectations of youth in the United States: Part 2. Employment Activity. *Youth and Society*, 14, 33-58.
- Shnapper, D. (1998). *Contra o fim do trabalho. Conversa com Phillipe Petiti*. Lisboa: Editora Terramar.
- Shor, J. B. (1991). *The overworked American*. New York: Basic Books, A Division of Harper Collins Publishers.
- Shotter, J. (1996). El language y la construcción de sí mismo. In M. Pakman (Ed.), *Construcciones da la experiencia humana* (Vol. I, pp. 213-225). Barcelona: Gedisa.
- Shumacker, R. E., & Lomax, R. G. (1996). *A beginner's guide to structural equation modelling*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Publishers.
- Simon, R. W. (1997). The meanings individuals attach to role identities and their implications for mental health. *Journal of Health and Social Behavior*, 38 (3), 256-274.
- Simons, J., & Osipow, S. H. (1996). Continuity of Career: The vocational script in counselling older workers. *The Career Development Quarterly*, 42, 152-162.
- Simons, R. L., Beaman, J., Conger, R. D., & Chao, W. (1992). Gender differences in the intergenerational transmission of parenting beliefs. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 823-836.

- Simons, R. L., Beaman, J., Conger, R. D., & Chao, W. (1993). Childhood Experience, Conceptions of parenting, and Attitudes of spouse as determinants of parental behavior. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 91-106.
- Simons, R. L., Whitbeck, L.B., Conger, R. D., & Wu, C-I. (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. *Developmental Psychology*, 27, 159-171.
- Slade, A., & Cohen, L.J. (1996). The process of parenting and the remembrance of things past. *Infant Mental Health Journal*, 17(3), 217-238.
- Slevin, K. E., & Wingrove, C. R. (1983). Similarities and differences among three generations of women in attitudes toward the female role in contemporary society. *Sex Roles*, 9, 609-624.
- Small, S.A., & Riley, D. (1990). Toward a multidimensional Assessment of Work Spillover into Family Life. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 51-61.
- Smith, M. D., & Self, G.D. (1980). The congruence between mothers' and daughters' sex-role attitudes: A research note. *Journal of Marriage and the Family*, 42, 105-109.
- Smith, T. E. (1983). Parental influence: A review of the evidence of influence and a theoretical model of the parental influence process. In A. C. Kerckhoff (Ed.), *Research in sociology of Education and Socialization: Personal change over the Life Course* (pp. 13-45). Greenwich, CT: JAI.
- Soares, I., & Silva, M.C. (2000). Attachment theory and research: A look at intergenerational issues. In Uwe P. Gielen, and Anna Laura Comunian (Eds.), *The family and the family therapy in international perspective* (pp. 363-385). Trieste, Italy: Edizioni Lint Trieste.
- Song, H. (2001). The mother-daughter relationship as a resource for Korean women's career aspirations *Sex Roles*, 44 (1/2), 79-97.
- Sousa, A. (1994). A Família e a Condição Feminina. In António Reis (Coord.), *Portugal-20 anos de Democracia* (pp. 503- 508). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Spence, J. T., & Helmreich, R. L. (1980). Masculine instrumentality and feminine expressiveness: Their relationship with sex role attitudes and behaviors. *Psychology of Women Quarterly*, 5, 147-163.
- Spitze, G. (1988). Women's employment and family relations: a review. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 595-618.
- Sroufe, A., & Fleeson, J. (1986). Attachment and the construction of relationships. In W. Hartrup and Z. Rubin (Eds.), *Relationships and development*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Staines, G. L. (1980). Spillover versus compensation: A review of the literature on the relationship between work and nonwork. *Human Relations*, 33 (2), 111-129.
- Starrels, M. E. (1992). Attitude similarity between mothers and children regarding maternal employment. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 91-103.
- Starrels, M. E., & Holm, K.E. (2000). Adolescents' plans for family formation: Is parental socialization important? *Journal of Marriage and the Family*, 62 (2), 416-429.
- Steele, H., & Steele, M. (1994). Intergenerational patterns of attachment. In Kim Bartholomew and Daniel Perlman (Eds.), *Attachment processes in adulthood. Advances in Personal Relationships* (Vol. 5, pp. 93-120). Bristol: Jessica Kingsley Publishers.
- Steele, H., Steele, M., & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers and their infants. *Child Development*, 67(2), 541-555.
- Sternberg, R. J., & Caruso, D. R. (1985). Practical modes of knowing. In E. Eisner (Ed.), *Learning the ways of knowing* (pp. 133-158). Boston: Little Brown.
- Stevens, C. J., Puchtell, L. A., Ryu, S., & Mortimer, J. T. (1992). Adolescent work and boys? and girls? orientation to the future. *Sociological Quarterly*, 33, 153-169.
- Stewart, W., & Barling J. (1996). Fathers' work experiences effect children's behaviors via job-related affect and parenting behaviors. *Journal of Organizational Behavior*, 17, 221-232.

- Stoller, R. (1993). *Masculinidade e Feminilidade? Apresentações do Género*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Stryker, S. (1968). Identity salience and role performance. *Journal of Marriage and the Family*, 4, 558-564.
- Stryker, S. (1980). *Symbolic interactionism: A social structural version*. MenloPark, CA: Benjamin/Cummings.
- Stryker, S. (1987). Identity Theory: Developments and extensions. In K. Yardley & T. Honess (Eds.), *Self and Identity: Psychosociological perspectives* (pp. 89-103). New York: Wiley.
- Stryker, S., & Serpe, R. T. (1982). Commitment, Identity Salience, and Role Behavior: Theory and research example. In W. Ickes & E. S. Knowles (Eds.), *Personality, roles, and social behaviour* (pp.199-216). New York: Springer-Verlag.
- Stryker, S., & Serpe, R. T. (1994). Identity Salience and psychological centrality: Equivalent, overlapping or complementary concepts? *Social Psychology Quarterly*, 57, 16-35.
- Subich, L. (1993). How personal is career counseling?. *The Career Development Quarterly*, 42, 129-132.
- Sullivan, H.S.(1953). *The interpersonal theory of psychiatry*. New York: Norton.
- Sumer, H. C., & Knight, P.A. (2001). How do people with different attachment styles balance work and family? A personality perspective on work-family linkage. *Journal of Applied Psychology*, 86, 651-661.
- Super, D. E. (1980). A life-span, a life space approach to career development. *Journal Vocational Behavior*, 16, 282-296.
- Super, D. E. (1990). A life-span, a life space to career development. In D. Brown, L. Brooks, & Alt. (Eds.), *Career choice and development: Applying contemporary theories to practice* (pp. 197-261). San Francisco: Jossey-Bass.
- Super, D. E. (1995). Models of Career Development. In J.H. Ferreira Marques & M. Rafael (Eds.), *Career Guidance Service for the 90's. Proceedings* (pp.47-66). Lisboa: Portugal.
- Super, D. R., Savickas, M.L. & Super, C. M. (1996). The life-span, life-space approach to careers. In Duane Brown and Linda Brooks (Eds.) (3rd. ed., pp. 197-261), *Career Choice and Development*. San Francisco: Jossey Bass.
- Tang, S. (1997). The timing of home leaving: a comparison of early, on-time and late home leavers. *Journal of Youth and Adolescence*, 26, 13-23.
- Tanner, J. (2006). Recentering during emerging adulthood: a critical turning point in life span human development. In Arnett & Tanner (Org.), *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st Century* (pp. 21-55). Washington: American Psychology Association.
- Tedesco, J. C. (1999). *O novo pacto educativo. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Tedesco, J.C. (2001). Jóvenes, construcción de la identidad y educación. Paper presented at the conference "Jóvenes, construction de la identidad y Educación". Porto: Portugal.
- Teixeira, N. S. (2005). Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa, 1890-2000. In António Costa Pinto (Coord.), *Portugal Contemporâneo* (Cap. 4, pp. 87-116). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tenenbaum, H. R., & Leaper, C. (2002). Are parent's gender schemas related to their children's gender related cognitions? A meta-analysis. *Developmental Psychology*, 38, 615-630.
- Tennen, H., Affleck, G., Armeli, S., & Carney, M. A. (2000) A daily process approach to coping. Linking theory, research, and practice. *Psychology*, 55(6), 626-636.
- Thompson, C. A., Beauvais, L. L., & Lyness, K. S. (1999). When work-family benefits are not enough: The influence of work-family culture on benefit utilization, organizational attachment and work-family conflict. *Journal of Vocational Behavior*, 54, 392-415.
- Thompson, J. A., & Bunderson J. S. (2001). Work-nonwork conflict and the phenomenology of time. *Work and Occupations*, 28(1), 17-39.

- Thompson, L., & Walker, A. J. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work, and parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 845-871.
- Thorn, B. L., & Gilbert, L.A. (1998). Antecedents of work and family expectations of college men. *Journal of Family Psychology*, 12, 259-267.
- Thornton, A., Alwin, D. F., & Camburn, D. (1983). Causes and consequences of sex-role attitudes and attitude change. *American Sociological Review*, 48, 211-227.
- Tobin, P. Z., & Aria, B. (1998). *Motherhood optional: A Psychological Journey*. London: Jason Aronson.
- Tolsma, R. (1993). Career or Noncareer? That is the issue: case examples. *The Career Development Quarterly*, 42, 167-173.
- Torres, A. C. (1996). Casar? Porque não? Práticas e perspectivas de jovens portugueses sobre o casamento e família. In *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso Internacional growing up between center and periphery (pp. 201-221). Lisboa; Instituto de Ciências.
- Torres, A. C. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho: Uma perspectiva Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, A. C., Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., & Wall, K. (1998). "Relações familiares: mudança e diversidade", In José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (Orgs.), Portugal, *Que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora.
- Trepala, J., & Malmberg, L. E. (1998). The anticipated transition to adulthood: effects of culture. *Journal of Psychology*, 132, 255-267.
- Trimberger, R., & MacLean, M. J. (1982). Maternal employment: The child perspective. *Journal of Marriage and the Family*, 44, 469-475.
- Tuck, B., Rolfe, J., & Adair, V. (1994). Adolescents' attitude toward gender roles within work and its relationship to gender, personality type and parental occupation. *Sex roles*, 31, 547-558.
- van Ijzendoorn, M.H. (1992). Intergenerational transmission of parenting: A review of studies in nonclinical populations. *Developmental Review*, 12, 76-99.
- van Ijzendoorn, M. H., Bakermans, K., & Marian J. (1997). Intergenerational transmission of attachment: A move to the contextual level. In Leslie Atkinson and Kenneth J. Zucker (Eds.), *Attachment and psychopathology* (pp. 135-170). New York: The Guilford Press.
- Vasconcelos, P. (1998). Práticas e discursos de conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses. In M. V. Cabral e J. M. Pais (Coord.), *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta Editora.
- Vellet, N. S. (1999). The intergenerational transmission of attachment experiences : Mothers' representations of self in relation to others. *Dissertation Abstracts International. Section B: The Sciences and Engineering*, Vol. 59, 8-B: 4491.
- Vollebergh, W. A. M., Iedema, J., & Raaijmakers, Q. A. W. (2001). Intergenerational transmission and the formation of cultural orientations in adolescence and young adulthood. *Journal of Marriage and Family*, 63(4), 1185-1198.
- Vondracek, F. W., Lerner, R., & Schulenberg, J. (1986). *Career development: A life-span development approach*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Voydanoff, P. (1988). Women, work, and family. Bernard's perspective on the past, present, and future. *Psychology of Women Quarterly*, 12, 269-280.
- Voydanoff, P. (1988). Work and family: A review and expanded conceptualization. *Journal of Social Behavior and Personality*, 3, 1-22.
- Voydanoff, P., & Donnelly, B. W. (1989). Work and family roles and psychological distress. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 923-932.
- Voydanoff, P., & Kelly, R. F. (1984). Determinants of work-related family problems among employed parents. *Journal of Marriage and the Family*, 881-892.

- Wagner, R. K., & Sternberg, R. J. (1985). Practical intelligence in real-world pursuit: The role of tacit knowledge. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 436-458.
- Wall, K., Guerreiro, M. L. (2005). A divisão do trabalho. In Karin Wall (Org.), *Famílias em Portugal : Percursos, interações, redes sociais* (Cap. 6). Lisboa : ISCTE.
- Wall, K., Vasconcelos, P., Aboim, S., & Cunha, V. (2001). Families and informal support networks in Portugal : the reproduction of inequality. *Journal of European Social Policy*, 2, 213-233.
- Wallace, J. E. (1997). It's about time : A study of hours worked and work spillover among law firm lawyers. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 227-248.
- Wallace, J. E. (1999). Work-to-nonwork conflict among married male and female lawyer. *Journal of Organizational Behavior*, 20, 797-816.
- Waterman, A. S. (1984). Identity formation: Discovery or creation? *Journal of Early Adolescence*, 4 (4), 329-341.
- Waterman, A. S. (1988). *Personal expressiveness as a defining direction of psychosocial identity*. International Conference on Counseling Psychology. Porto: Portugal.
- Watson, D., & Clark, L. A. (1984). Negative affectivity: The disposition to experience aversive negative states. *Psychological Bulletin*, 96, 465-490.
- Way, W. L., & Rossman, M. M. (1996). Family contributions to adolescent readiness for school-to-work transition. *Journal of Vocational Education Research*, 21 (2), 5-33.
- Weiss, R. S. (1985). Men and the family. *Family Process*, 24, 49-58.
- Weiss, R. S. (1987). Men and their wives' work. In Faye J. Crosby (Ed.), *Spouse, Parent, Worker : On Gender and Multiple Roles*. New Haven, CT : Yale University Press.
- Weitzman, L. M. (1994). Multiple-role realism: a theoretical framework for the process of planning to combine career and family roles. *Applied and Preventive Psychology*, 3, 15-25.
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing gender. *Gender and Society*, 1, 125-151.
- Whiston, S., & Keller, B. K. (2004). The influences of the family of origin on career development: a review and analysis. *The Counseling Psychologist*, 32 (4), 491-568.
- White, J. M. (1999). Work-family stage and satisfaction with work-family balance. *Journal of Comparative Family Studies*, 30(2), 163-175.
- Willetts-Bloom, M. C., & Nock, S.I. (1994). The influence of maternal employment on gender role attitudes of men and women. *Sex roles*, 30, 371-389.
- Wiley, D. L. (1987). The relationship between work-nonwork role conflict and job-related outcomes: Some unanticipated findings. *Journal of Management*, 13, 467-472.
- Wiley, M. G. (1991). Gender, work, and stress: The potential impact of role identity salience, and commitment. *Sociological Quarterly*, 32, 495-510.
- Wilkie, J. R. (1993). Changes in U.S. men's attitudes toward the family provider role, 1972-1989. *Gender and Society*, 7, 261-279.
- Williams, K., & Alliger, G. M. (1994). Role stressors, mood spillover, and perceptions of work-family conflict in employed parents. *Academy of Management Journal*, 37, 837-868.
- Wolfe, J. B., & Betz, N. E. (2004). The relationship of attachment variables to career decision-making self-efficacy and fear of commitment. *The Career Development Quarterly*, 52, 363-369.
- Wyn, J., & White, R. (2000). Negotiating social change: the paradox of youth. *Youth and Society*, 32, 165-183.
- Yogev, S., & Brett, J. (1985). Patterns of Work and Family Involvement Among Single - and Dual-Earner Couples. *Journal of Applied Psychology*, 70 (4), 754-768.

- Young, R. (1983). Career development of adolescents: An ecological perspective. *Journal of Youth and Adolescence*, 12 (5), 400-417.
- Young, R. (1999). Career development as a family project. Paper presented at the 107th Annual Convention of the American Psychological Association. Boston, Ma.
- Young, R. A. (2001/2002). The joint action of parents and adolescents in health and career. Conceptual, methodological and practical applications. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 5-15.
- Young, R. A. (2004). The parental/adolescent relationship as a joint project. Paper presented to the Conference of European Association for Adolescence Research. Porto, May, 8, 2004.
- Young, R. A., & Collin, A. (2004). Introduction: Constructivism and Social Constructionism in the Career Field. *Journal of Vocational Behavior*, 64 (3), 373-388.
- Young, R. A., Valach, L., Ball, J., Paseluikho, M. A., & Wong, Y. S. (2003). The family career development project in Chinese Canadian families. *Journal of Vocational Behavior*, 62, 287-304.
- Young, R. A., Valach, L., Ball, J., Paseluikho, M. A., Wong, Y. S., DeVries R. J., McLean, H., & Turkel H. (2001) Career development as a family project. *Journal of Counseling Psychology*, 48, 190-202.
- Zarka, J. (2000). Conseils et Limites.Limites du conseil, au-delà des limites. L' appel sans espace. L' espace des appels. *Orientation Scolaire et Professionnelle*, 29 (1), 141-169.
- Zavella, P. (1987). *Women's work and Chicano Families*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Zedeck, S. (1992). Introduction: Exploring the domain of work and family concerns. In Sheldon Zedeck (Ed.), *Work, families, and organizations*. San Francisco: Joney – Bass Publishers.
- Zedeck, S., & Mosier, K. L. (1990). Work in family and employing organization. *American Psychologist*, 45, 240-251.
- Zimberoff, D. (2002). Attachment, detachment, non-attachment: Achieving synthesis. *Journal of Heart Centered Therapies*, http://www.findarticles.com/cf_o/moFGV/I_5/85880846/print.jhtml. [13.12.02].
- Zimmerman, J., & Cochran, L. (1993). Alignment of family and work roles. *Career Development Quarterly*, 41, 344-349.
- Zimmerman, T., Haddock, S., Current, L., & Ziemba, S. (2003). Intimate partnership: foundation to the successful balance of family and work. *American Sociological Review*, 59, 327-347.
- Zuckerman, D. (1981). Family background, sex role attitudes, and life goals of technical college and university students. *Sex Roles*, 7, 1109-1126.
- Zuo, J. (1997). The effect of men's breadwinner status on their changing gender beliefs. *Sex Roles*, 37, 799-816.
- Zuravin, S., McMillen, C., DePanfilis, D., & Risley-Curtiss, C. (1996). The intergenerational cycle of maltreatment: Continuity versus discontinuity. *Journal of Interpersonal Violence*, 11 (3), 315-334.